Alexandra Maria Ferreira Vieira

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS – DO VI AO I MILÉNIO A.C. PAISAGENS E MEMÓRIAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO.

Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

PORTO 2015

Alexandra Maria Ferreira Vieira

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS – DO VI AO I MILÉNIO A.C. PAISAGENS E MEMÓRIAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO.

VOLUME I

Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

PORTO 2015

Apoios:


FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR


POPH
QUALIFICAR É CRESCER.


QREN
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007.2013


GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

VOLUME I

ÍNDICE..... 3

Advertências à estrutura formal da tese..... 8

Agradecimentos..... 9

Resumo/Abstract..... 15

APRESENTAÇÃO..... 17

PARTE I – CONSTITUIÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO..... 23

I.0. Introdução..... 25

I.1. O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO..... 27

1.1. História de um projeto de Investigação..... 27

1.2. Tempo e Espaço..... 32

1.2.1. Tempo..... 32

1.2.2. Espaço..... 36

I.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO: O QUADRO FÍSICO..... 41

2.1. O rio Douro..... 41

2.2. A Rede Hidrográfica da Bacia do Douro..... 43

2.3. O Clima..... 45

2.4. A Geologia..... 46

2.5. A Geomorfologia..... 47

2.6. As Unidades de Paisagem..... 52

I.3. A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DE DADOS DE SÍTIOS/VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO..... 57

3.1. A construção da Base de Dados..... 57

3.2. A Base de Dados dos Vestígios Arqueológicos (VI ao I milénio a.C.) da Bacia Hidrográfica do Douro... 58

3.3. Os Tipos de Sítios/Vestígios da Pré-história Recente. Discussão..... 67

3.4. A classificação de Sítios Arqueológicos da Pré-história Recente – breves reflexões..... 73

3.5. A Tipologia de Sítios/Vestígios Arqueológicos – uma proposta..... 76

3.6. A georreferenciação dos Vestígios Arqueológicos..... 87

3.7. Notas finais..... 102

PARTE II – OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DO VI MILÉNIO AO I MILÉNIO A.C. NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO..... 103

II.0. Introdução..... 105

II.1. BREVE RESENHA HISTÓRICA DAS INVESTIGAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO..... 107

1.1. As investigações arqueológicas até aos finais da década de 60 do século XX..... 107

1.2. Os projetos de investigação desenvolvidos desde 1970 até ao presente..... 108

II.2. ESTADO DA ARTE..... 115

2.1. Introdução..... 115

2.2. VI, V e IV milénios a.C. (o Neolítico)..... 118

2.2.1. De meados do VI milénio a.C. a meados do V milénio a.C. (Neolítico Antigo)..... 118

2.2.2. De meados do V milénio a.C. a finais do IV milénio a.C. (Neolítico Médio-Final)..... 126

2.3. III milénio a.C. (Calcolítico)..... 142

2.4. Do terceiro quartel do III milénio ao primeiro quartel do I milénio a.C. (Idade do Bronze)..... 149

2.4.1. Do terceiro quartel do III milénio a.C. ao terceiro quartel do II milénio a.C. (Bronze Inicial e Médio)..... 149

2.4.2. Do último quartel do II milénio ao primeiro quartel do I milénio a.C. (Bronze Final)..... 150

II.3. OS TEMAS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE..... 157

II.3.1. O POVOAMENTO..... 157

3.1.1. VI, V E IV milénio a.C..... 157

3.1.2. Entre finais do V e inícios do IV milénio a.C..... 169

3.1.3. Finais do IV e inícios do III milénio a.C..... 173

3.1.4. De inícios ao terceiro quartel do III milénio a.C..... 176

3.1.5. Entre os finais do III milénio e primeiro quartel do I milénio a.C. 191

3.1.5.1. Entre o último quartel do III milénio a.C. ao primeiro quartel do II milénio a.C..... 191

3.1.5.2. Durante o segundo e o terceiro quartel do II milénio a.C..... 195

3.1.5.3. Entre o último quartel do II milénio a.C. e o primeiro quartel do I milénio a.C..... 207

II.3.2. OS RECINTOS MURADOS DO III MILÉNIO A.C..... 223

II.3.3. AS PRÁTICAS SEPULCRAIS..... 231

3.3.1. Práticas sepulcrais do V e IV milénios a.C..... 231

3.3.1.1. Sepulcros megalíticos..... 231

3.3.2. As práticas sepulcrais dos III e II milénios e do primeiro quartel do I milénio a.C..... 238

3.3.2.1. Contextos sepulcrais em recintos plurifuncionais..... 238

3.3.2.2. Arquiteturas funerárias construídas em pedra..... 239

3.3.3. Práticas sepulcrais – fossas abertas no saibro II e I milénio a.C..... 247

3.3.3.1. As fossas ovais, circulares, semicirculares..... 247

3.3.3.2. As sepulturas "planas"..... 253

3.3.4. Práticas sepulcrais – enterramentos em gruta..... 259

II.3.4. A PRÁTICA DA METALURGIA..... 275

3.4.1. Moldes..... 276

3.4.2. Calcolítico/Bronze Inicial..... 280

3.4.3. Bronze Médio..... 288

3.4.4. Bronze Final..... 290

II.3.5. OS MENIRES..... 295

3.5.1. Introdução..... 295

3.5.2. Os menires..... 300

3.5.3. Considerações gerais sobre os menires da Bacia Hidrográfica do Douro..... 319

II.3.6. ESTELAS E ESTÁTUAS-MENIRES..... 327

3.6.1. As estelas do IV, III e II milénio a.C..... 327

3.6.2. O recinto de estelas do Cabeço da Mina..... 342

3.6.3. "Conjuntos de estelas"..... 346

3.6.4. As estelas do Bronze Final..... 362

3.6.5. As estátuas-menires..... 365

3.6.6. Notas finais..... 369

II.4. OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DOS DADOS..... 371

4.1. Alguns dados estatísticos..... 371

4.2. As possibilidades..... 381

4.3. Notas finais..... 395

II.5. SÍNTESE – LINHAS DE FORÇA..... 397

PARTE III – O PAPEL DOS VESTÍGIOS PRÉ-HISTÓRICOS NAS DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS E DE PAISAGENS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO 405

III.0. Introdução 407

III.1. PAISAGEM E MEMÓRIA: CONCEITOS E LINHAS DE PESQUISA 409

1.1. Os caminhos 409

1.2. A "Memória" 413

1.3. A "Paisagem" 416

1.4. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro 420

III.2. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA – BREVES APONTAMENTOS 425

2.1. Documentação medieval 425

2.2. Documentação moderna 430

2.3. Heráldica 443

III.3. ANÁLISE DA TOPONÍMIA E DA DESIGNAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS 447

3.1. Estudos toponímicos – fontes 447

3.2. Toponímia – noções fundamentais 449

3.3. Os topónimos e as designações dos vestígios arqueológicos 456

3.4. Os hierotopónimos 469

3.4.1. Os hagiotopónimos e os vestígios pré-históricos 469

3.4.2. Mitotopónimos – vestígios arqueológicos [e paleontológicos] e crenças populares 472

III.4. ANÁLISE DAS TRADIÇÕES E CRENÇAS POPULARES – NOTAS SOLTAS 479

III. 5. ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS - LUGARES COM AMPLAS DIACRONIAS 501

5.1. Introdução 501

5.2. Análise da Base de Dados sobre os lugares com amplas diacronias 502

5.3. Caracterização sumária de alguns lugares com amplas diacronias na Bacia Hidrográfica do Douro 505

5.4. Notas finais 536

III.6. CRUZAMENTO DE ANÁLISES À ESCALA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO E O COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DO PRAZO 539

6.1. Introdução 539

6.2. BREVES APONTAMENTOS PARA UMA BIOGRAFIA DE CASTELO VELHO 541

6.2.1. O Castelo Velho de Freixo de Numão..... 541

6.2.2. O Reencontro com o Castelo Velho..... 542

6.2.3. O Topónimo *Castelo Velho*..... 543

6.2.4. Temporalidades..... 545

6.2.5. Castelo Velho de Freixo de Numão. Apontamentos finais..... 565

6.3. O COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DO PRAZO..... 569

6.3.1. Introdução..... 569

6.3.2. "Descobrindo" o Prazo..... 570

6.3.3. Os vestígios arqueológicos do Prazo..... 573

6.3.4. Alguns dados sobre as datações de C14..... 597

6.3.5. O topónimo "Prazo"..... 601

6.3.6. Notas finais..... 602

6.4. O PRAZO E O CASTELO VELHO NA TRADIÇÃO ORAL DA COMUNIDADE DE FREIXO DE NUMÃO 605

6.4.1. As "Histórias" de Castelo Velho..... 605

6.4.2. As "Histórias" do Prazo..... 611

6.4.3. Considerações gerais sobre a tradição oral do Castelo Velho e do Prazo..... 623

EPÍLOGO..... 629

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS..... 637

VOLUME II

APÊNDICE 1. Distritos e concelhos analisados no decorrer do trabalho de investigação..... 1

APÊNDICE 2. Caracterização das Unidades de Paisagem que se inserem na área da Bacia Hidrográfica do Douro..... 11

APÊNDICE 3. Sítios com fossas do concelho de Celorico de Basto..... 34

APÊNDICE 4. Tabela com excertos de documentos medievais onde se encontram referências a possíveis vestígios pré-históricos..... 40

APÊNDICE 5. Heráldica de Domínio – Imagens..... 45

APÊNDICE 6. Base de dados dos Vestígios/Sítios Arqueológicos da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro (tabela com alguns campos).....

APÊNDICE 7. Referências bibliográficas e eletrónicas: 1. Para preenchimento da Base de Dados; 2. Consultadas...

APÊNDICE 8. Base de Dados de Vestígios/Sítios arqueológicos da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro (fichas da Base de Dados em Access).....

ADVERTÊNCIAS À ESTRUTURA FORMAL DA TESE

A identificação do número de inventário dos sítios faz-se através da utilização de parênteses retos, por exemplo: [123].

As figuras incluídas neste trabalho apresentam uma numeração relativa a cada capítulo ou subcapítulo a que se referem.

Cada capítulo será identificado de acordo com a parte em que se integra, por exemplo: o capítulo 1 da parte I será referido como I.1.

Todos os textos que se encontram recuados no corpo do trabalho são citações textuais.

As fotografias que não apresentam créditos são da nossa autoria.

AGRADECIMENTOS

O momento em que escrevo este texto marca, simbolicamente, o final de um projeto de investigação que ocupou uma parte muito significativa da minha vida nos últimos sete anos. Foram sete anos de muito trabalho e árduo esforço, atendendo a que os mesmos foram divididos com a atividade de docência a tempo inteiro.

Era, à partida, um trabalho que se assemelhava impossível perante a dimensão da área de análise e temáticas tão diversificadas. Só foi possível concretizar um trabalho desta envergadura com o apoio e colaboração de muitas pessoas e diversas instituições.

Começo por agradecer à Fundação para a Ciência e Tecnologia que financiou parte deste projeto de investigação; ao CEAACP - Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património, centro de investigação ao qual pertenço; à Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela resposta às minhas constantes solicitações e à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (Instituto Politécnico de Bragança) por todo o apoio prestado.

Gostaria, igualmente, de destacar um conjunto de instituições (e das pessoas com quem contactei diretamente) que me cederam informação inédita, material gráfico, indicação de bibliografia, em suma, dados úteis para o trabalho que realizei: Câmara de Torre de Moncorvo, Câmara Municipal de Boticas (Cristina Barros e Bruno Osório), Câmara Municipal de Bragança (Clara André), Câmara Municipal de Castro Daire (Bruno Coelho), Câmara Municipal de Celorico de Basto (Peixoto de Lima), Câmara Municipal de Felgueiras (Marcelo Mendes Pinto), Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta (Jorge Duarte), Câmara Municipal de Guarda (Vítor Pereira), Câmara Municipal de Miranda do Douro (Mónica Salgado), Câmara Municipal de Mogadouro (Teresa Sanches e Emanuel Campos), Câmara Municipal de Mondim de Basto (António Dinis), Câmara Municipal de Trancoso (Maria do Céu Ferreira), Câmara Municipal de Valongo (Paula Machado), Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (Delfina Gomes e Cláudia Ferreira), Câmara Municipal do Marco de Canaveses - Departamento de Desenvolvimento Económico e Social - Biblioteca (João Duque), Câmara Municipal do Porto (Manuela C. S. Ribeiro), Câmara Municipal do Sabugal (Marcos Osório), Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar (Marilita Fernandes), Centro de Interpretação de Penedono (Filomena Sequeira), CIM Alto Tâmega (João Batista), Citânia de Sanfins (Joaquim Mário), Direção Geral do Património Cultural - Departamento de Bens Culturais - DGPC (Filipa Neto e Filipa Bragança), Direcção-Geral do Território, Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (Regina Pimenta), Ecomuseu de Barroso (David Teixeira), Ecomuseu Municipal Ribeira de Pena (Emanuel Guimarães), Gabinete de Arqueologia - Câmara Municipal de Alijó (Tiago Gomes), Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes - Pelouro da Cultura (Maria Antónia Silva), Junta de freguesia de Vila Marim – Vila Real (Sandra Marcelino), Município de Alfândega da Fé (Berta Nunes, António Constâncio), Município de Amarante/Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso (Carlos Teixeira), Município de São João da Pesqueira (Artur Oliveira), Município de Valpaços, Município de Vimioso - Divisão de Planeamento e Urbanismo (Sónia Maria e António Torrão), Município do Peso da Régua (Ermelinda Gonçalves), Museu Abade de Baçal, Museu D. Diogo de Sousa (Maria José Sousa), Museu da Região Flaviense (Jorge Manuel Pinheiro Leite), Museu da Vila Velha e Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (João Ribeiro da Silva), Museu José Manuel Soares - Município de Pinhel (Laurindo Monteiro), Oficina do Mapa da

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Miguel Nogueira), Museu do Côa, Posto de Turismo - Museu Serpa Pinto, Município de Cinfães (Carlos Félix), SIPA - IHRU.Monumentos (Ana Paula Noé).

Não sendo possível expressar individualmente a minha gratidão a todas as pessoas que me ajudaram das mais diversas maneiras nestes últimos anos, deixo aqui o meu mais sincero agradecimento:

- A Antero Neto, Jorge Pinto, Lela Costa, Leonel Brito, Manuel Dinis Cortes, José Rodrigues que me permitiram reproduzir fotografias da sua autoria no presente trabalho, embora em alguns casos isso não tenha sido possível, atendendo a que tive de encurtar alguns capítulos. O mesmo aconteceu com as fotografias de Manuela Pereira, Marina Grande, Marta Barreira, Marta Sousa e Joséphine Rodrigues.

- Enquanto docente, ao longo destes últimos 12 anos, contactei com muitos alunos, mas há alguns que me marcaram pela sua simpatia, boa disposição, generosidade e inteligência. Aos meus alunos: Ana Paulo Canto, António Gomes, Cristina Novo, Dário Couto, Gabriel Noira, Goreti Escoval, Joana Parga, João Tiago, Liliana Polónio, Luna Duarte, Marc Silva, Nívea Ruivo, Nuno Martins, Olga Cunha, Olga Tulik Lisboa, Palmira Fernandes, Ricardo Paulo, Sandra Chaves, Sandra Ribeiro, Sofia Ló, Susana Sobral. Destaco ainda Lurdes Vieira e Andreia Catarino, cujas curtas histórias de vida me marcaram profundamente.

- A Cristiana Veleda, Nelson Vale, Mónica Corga, Pedro Aguiar, Rosa Furtado, Teresa Morais, Paula Vieira, Aurélio Ferreira e Daniela Filipa Ferreira pelo apoio.

- À Carla Amaral do serviço de gestão Académica da FLUP, que conseguiu resolver um conjunto de problemas administrativos e apaziguar a minha ansiedade.

- A Luís Pires e Rui Lopes, diretores da EsACT onde leciono, o seu apoio e ao mesmo tempo a constante pressão para eu acabar o doutoramento;

- Aos meus colegas de departamento Fernando Lima e Manuela Carneiro que no ano letivo de 2014/2015 me permitiram ter mais tempo para o doutoramento, assim como Carlos Casimiro da Costa, Cláudia Costa, Paulo Castro, e Paulo Teixeira que me libertaram algum tempo durante a época de exames.

- Aos colegas, funcionários e colaborados da EsACT/IPB que me apoiaram das mais diversas formas e que com pequenos gestos tornaram a minha vida mais fácil: Ana Guerra, Ana Mesquita, Anabela Pinho, Arlindo Santos, Bárbara Barroso, Daniel Ribas, Eduardo Jorge Pinheiro, Elisabete Mendes Silva, Ferdinando Silva, Inês Barbedo, Joana Fernandes, José Cabanas, José Paulo Rafael, Luísa Lopes, Maria Correia, Marisa Neiva Afonso, Nuno Cunha, Orlando Rodrigues, Pedro Gomes, Ricardo Alexandre Correia, Rogério Azevedo, Rui Moreira, Rui Pereira, Salete Esteves, Sónia Nogueira, Stéphane Teixeira, Susana Pereira e Telmo Cadavez.

- A Germán Delibes de Castro que me acolheu em Valladolid e aceitou ser meu coorientador no meu primeiro projeto de doutoramento em Arqueologia.

- A António Sá Coixão por todos os dados que partilhou comigo, à Sandra Naldinho e Carlos Alves pelas fotografias, pela paciência e pela partilha de informação. Um agradecimento ao Sr. António

Joaquim Assunção, pelo tempo que me disponibilizou, assim como a todas as pessoas de Freixo de Numão que aceitaram partilhar as suas histórias sobre o Castelo Velho e o Prazo - Aduzinda Celeste Trigo, Ana Cátia, António Augusto Sá, António Cândido Ferreira, António Joaquim Assunção, António Joaquim Lameirinho Freixinho, Bárbara Liliana Russo Rocha, Cândido Augusto Fonseca, Celeste Irene Beselga Parchão, Celeste Sousa, Conceição Ribeiro e Dionísio Ribeiro, Ester Cândida Bruxas, Francisco António Coelho, Joaquim do Nascimento Ramos, José Manuel Ramos, Manuel dos Santos Freixinho, Maria Alice Seixas, Maria da Conceição Bruxas, Maria da Luz Moutinho, Maria Joaquina Esteves, Paula Alexandra, Tia Cândida Felisbela, Tia Olga Alexandra. Não podia deixar de referir o meu apreço ao Félix, ao Sr. Francisco, à Márcia Neves e ao Acácio.

- Aos meus colegas arqueólogos que partilharam informações, relatórios de escavação e prospeção, fotografias, bibliografia, ou me permitiram reproduzir as suas imagens nos meus textos. O seu contributo para a concretização deste projeto foi essencial - Alberte Reboreda, Alexandra C. Lima, Alexandre Canha, Alexandre Rodrigues, Ana Abrunhosa, Ana Cruz, Andrew May, André Tomás Santos, António da Silva Pereira, António Faustino Carvalho, António Fernandes, António Jorge Costa, António Martinho Baptista, António Martino Correia, António Silva, Armando Redentor, Beatriz Comendador Rey, Carla Martins, Carla Stockler, Carlos Mendes, Dalila Correia, Dulcineia Pinto, Eliana de Sousa Miranda, Elsa Luís, Filipe Santos, Francisco de Carvalho Fernandes, Francisco Sande Lemos, Gabriel Pereira, Isabel Alexandra Lopes, Joana Castro Teixeira, Joana Valdez-Tullet, João Albergaria, João Alexandre Fernandes, João Caninas, João de Senna-Martinez, João Luís Cardoso, João Muralha Cardoso, João Paulo Barbosa, João Rebuge, José Manuel Varela, José Ventura, Lara Bacelar Alves, Leonor Sousa Pereira, Luís Coutinho Gomes, Manuel Perestrelo, Maria João Correia Santos, Maria José Lobato, Mário Reis, Nélson Borges, Nelson Campos, Orlando Sousa, Paula Barreira Abrantes, Paulo Lima, Paulo Pernadas, Pedro Brochado de Almeida, Pedro Henriques, Pedro Pereira, Pedro Sobral de Carvalho, Raquel Vilaça, Ricardo Teixeira, Rita Gaspar, Rui Pedro Barbosa, Rui Ramos, Sara Luz, Sofia Figueiredo, Susana Nunes e Vítor Fonseca.

- Àqueles colegas cujo número de e-mails trocados demonstra bem o quanto foram inundados com as minhas dúvidas, incertezas e pedidos de informação - Luís Miguel Luís, António Luís Pereira, João Fonte, Jorge Sampaio, Marcos Osório, Miguel Rodrigues, Mónica Salgado, Sérgio Monteiro-Rodrigues, Rafael Morais e Susana Cosme.

- À equipa de Castanheiro do Vento - Bárbara Carvalho, João Muralha Cardoso e Vítor Oliveira Jorge, pelo seu inegável contributo para a minha formação enquanto arqueóloga e pelos materiais partilhados. Um agradecimento especial ao João por todas as excelentes fotos que me permitiu reproduzir, assim como o esclarecimento de inúmeras questões.

- A Ana Bettencourt, Mário Jorge Barroca, Maria Assunção Araújo, que reviram alguns dos meus textos e que contribuíram para a sua melhoria. A Domingos Cruz que se tornou uma peça chave durante os últimos meses com as suas explicações e esclarecimentos, nomeadamente sobre a sua pesquisa sobre o Alto Paiva.

- A Maria de Jesus Sanches por tudo que fez por mim ao longo destes últimos anos, desde o constante incentivo e apoio moral à partilha de dados, ao cuidado e atenção nas questões burocráticas do doutoramento.

- A Susana Soares Lopes, minha orientadora de doutoramento, pela sua disponibilidade em discutir os diversos temas abordados nesta tese de doutoramento, pelas suas observações e sugestões de melhoramento, pela troca de ideias, pela forma como enriqueceu o meu trabalho.

- Ao Rui Parreira e à Elena Móran pelo apoio constante, desde que pisei pela primeira vez Alcalar.

- À Mónica Corga, ao Higino Matos e à Joana Alves Ferreira, pela amizade e apoio moral.

- Ao Luís Sousa pelas longas e entusiasmantes conversas sobre Arqueologia, pelos mapas, pela troca de informações e pela amizade. À Andreia Arezes pela amizade e companheirismo.

- À Catarina Fernandes, ao João Pedro Gomes, à Rute Couto e à Susana Ferreira dos Santos pelo companheirismo e amizade ao longo de quase 12 anos.

- Às minhas amigas de longa data, que me acompanham desde a escola primária/2.º ciclo e que são uma presença estruturante na minha vida – Andreia Pereira, Carla e Aragão Valga, Helga Marques, Marina Moreira e Susana Ferreira Matias. Gostaria, ainda, de agradecer o apoio de Filipe Matias e Carlos e Aragão Valga.

- À Lesley McFayden pela forma com enriqueceu a minha vida com a sua amizade e os seus ensinamentos.

- Ao João Pedro Gomes, ao Andrew May, à Andreia Pereira, à Andreia Arezes e à Susana Matias pela revisão de textos ao longo do mês de agosto.

As últimas semanas de redação da tese foram dos momentos mais desgastantes da minha vida em termos físicos e psicológicos. O prazo apertado, a imensidão de capítulos para terminar e tantos outros para rever, as centenas de referências bibliográficas, os imensos anexos, os milhentos pormenores a ter em atenção, todo este cenário foi de uma gestão que considero extremamente difícil. Se me foi possível terminar esta tese de doutoramento, mais ou menos dentro do prazo previsto, deve-se à imensa generosidade de um grupo de pessoas que reviu centenas de páginas, corrigiu centenas de gralhas de digitação, fez sugestões de aperfeiçoamento, confirmou referências bibliográficas, por vezes revendo um capítulo de um dia para o outro ou no espaço de horas. As palavras tornam-se insuficientes para agradecer uma das manifestações de mais pura amizade a que assisti ao longo da minha vida. Só os verdadeiros amigos estão disponíveis para nos ajudar, mesmo estando cansados no final de um dia de trabalho, ou ficando a trabalhar "noite dentro", mostrando sempre boa disposição e companheirismo, contagiando-me com as suas energias nestes últimos tempos. E só "escrevendo com o coração" conseguirei agradecer todo o apoio que senti nesta reta final do presente trabalho.

Ana Vale, António Mourão, Lídia Baptista, Lurdes Cunha, Helga Marques, Joana Ramos, Sandra Santos, Sérgio Gomes e Raquel Pires ser-vos-ei eternamente grata.

Raquel e Joaninha muito obrigada pelo vosso esforço nestes últimos dias. Imagino o quanto deve ter sido difícil e penoso ler textos de temas tão específicos, mas pude contar convosco neste momento, tal como tenho podido contar sempre com a vossa amizade.

António Mourão, desde sempre acreditaste no meu projeto e sem a tua participação eu nunca teria conseguido aprender a lidar com uma série de ferramentas, o que me possibilitou concretizar alguns dos objetivos deste projeto de investigação. És efetivamente uma das pedras basilares da minha tese de doutoramento.

Dizem que a distância física afasta as pessoas, mas eu e Sandra contrariámos esta ideia. Sandra tens estado sempre presente em todos os momentos e foste das pessoas que mais me apoiou nestes últimos anos. Foste incansável. O teu olhar atento foi fundamental para detetar aqueles pormenores que fazem toda a diferença.

Helga, tu e eu temos uma amizade que venceu todas as provas do tempo. Já nos conhecemos desde o infantário, embora nenhuma de nós se lembre desses primeiros momentos. Tens sido o meu ombro amigo e confidente. Estiveste sempre presente, desde o início até aos últimos momentos, no último dia, na última madrugada.

Ana, Lídia, Lurdes e Sérgio, as escavações do Castelo Velho e do Castanheiro aproximaram-nos e cada um de vós tem-se mostrado uma presença constante na minha vida nos últimos 18 anos. Convosco partilhei vários dos melhores momentos da minha vida (e também alguns dos menos bons), quer a nível pessoal quer profissional, e espero que a nossa amizade dure para sempre. Sérgio seria injusto deixar de reconhecer o teu contributo para a prossecução deste trabalho e como foste fundamental ao longo de todo este processo.

D. Fátima, consigo aprendi a ver o lado colorido da vida.

Não posso deixar de agradecer à minha família, tios e primos pelo carinho com que sempre me trataram.

Quero agradecer ao meu irmão, Ricardo Vieira, por ter estado presente neste momento difícil em que fiquei fechada em casa semanas a fio. Foste tu que me foste socorrendo com mantimentos, tinteiros e folhas. Além disso, temos sido companheiros nos bons e maus momentos das nossas vidas.

Gostaria de agradecer ao meu pai, Aurélio Vieira, e à minha mãe, Conceição Ferreira, por tudo, mas principalmente pelos sacrifícios que fizeram em prol da minha instrução e educação, com vista a que eu e o Ricardo tivéssemos mais e melhores oportunidades na vida.

Por fim, quero dedicar este trabalho à memória da minha bisavó materna, Maria Correia da Silva, e à memória do meu avô paterno, António José Vieira, bem como às mulheres da minha vida, sem as quais nada faria sentido na minha vida: à minha mãe, Conceição Ferreira, pelo seu amor incondicional, à minha avó materna, Arminda Correia da Silva, e à minha "avó do coração", Ludovina de Fátima Vaz e Costa. Foram e são as suas histórias de vida, os seus exemplos e vivências que moldaram a minha pessoa, a minha personalidade e a minha perceção da vida e do mundo, aspetos que se refletem no trabalho que tenho desenvolvido enquanto docente e investigadora.

A todas as instituições e pessoas mencionadas o meu profundo e sincero agradecimento.

Contributo para o estudo dos Vestígios Arqueológicos – do VI ao I milénio a.C. Paisagens e Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro.

Palavras-Chave:

Vestígios arqueológicos; Pré-história Recente; Bacia Hidrográfica do Douro; Memória; Paisagem.

Resumo:

O presente trabalho versa sobre os vestígios arqueológicos da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro em território português, tentando compreender o modo como participam na construção das memórias e das paisagens que compõem a região. O estudo desenvolve-se em duas direções: por um lado, foram reunidos e sistematizados um conjunto de dados disponíveis sobre tais vestígios, no sentido de ensaiar uma caracterização acerca do modo como as comunidades pré-históricas ocuparam os diferentes territórios da região; por outro lado, tentamos compreender o modo como tais vestígios foram apropriados em épocas posteriores, isto é, exploramos o entrelaçamento dos vestígios pré-históricos nas dinâmicas da memória e da paisagem das comunidades que habitaram esta região até aos dias de hoje.

A tese é composta por três partes distintas. A Parte I corresponde a um conjunto de capítulos referentes à definição do objeto de estudo, ao enquadramento da pesquisa, à estratégia de análise e aos métodos de trabalho. Relativamente ao objeto de estudo e ao método de trabalho, é de destacar que foram analisados 2410 sítios, procedendo-se à sua congregação e sistematização numa base de dados. Na Parte II, procedemos à apresentação dos vestígios arqueológicos estudados. Inicialmente, abordamos, de modo sucinto, a história da pesquisa arqueológica e traçamos a situação de referência relativa ao estado do conhecimento da Pré-história Recente na região. Posteriormente, discutimos o modo como a reunião da informação na base de dados permite discutir o estado do conhecimento e pode ser usada enquanto ferramenta de pesquisa. Por último, ensaiamos um conjunto de linhas de força que caracterizam o modo como as comunidades pré-históricas habitaram a região da Bacia Hidrográfica do Douro.

Na Parte III, apresentamos um estudo acerca do modo como os vestígios da Pré-histórica Recente participaram na construção da Memória e da Paisagem em épocas posteriores. Começamos por discutir os conceitos de memória e paisagem e, posteriormente, através da análise da documentação histórica, da toponímia, das tradições e crenças populares, das biografias de sítios arqueológicos com amplas diacronias, procuramos caracterizar as dinâmicas pelas quais os vestígios pré-históricos são incorporados na paisagem e na memória das comunidades.

Contribution to the study of archaeological remains – from the VI to the first millennium BC. Landscapes and memories in the Douro river basin.

Keywords:

Archaeological remains; Late Prehistory; Douro river basin; Memory; Landscape

Abstract

This work is about the late prehistoric archaeological remains from the Portuguese Douro river basin and tries to understand how these places participated in the construction of the memories and landscapes that compose the region. The study develops into two directions: on the one hand, a set of available data about the archaeological remains in question was gathered and systematized in order to model how prehistoric societies have occupied the different territories of the region; on the other, it tries to understand how such vestiges were appropriated or transformed in later times by exploring the intertwining of prehistoric remains within the dynamics of memory and landscape of the communities which inhabited this region up to the present day.

This dissertation is composed of three distinct parts. Part I corresponds to the chapters concerning the definition of the focus of the study, the research framework and the analysis strategy and methodologies. Regarding the object of study and the methodology, it should be highlighted that 2410 archaeological sites were categorized and systematized in a database.

In Part II, the sites themselves are approached in a concise manner, within the history of the archaeological research on the area, including the late prehistoric art of the region. The compilation of the information in the database also allows us to discuss the state of knowledge and how can it be used as a research tool. Finally, the main “lines of power” that characterize the way in which prehistoric communities inhabited the Douro River Basin are explained.

Part III studies the way in which late prehistoric sites participated in the construction of memory and landscape in later periods. I begin by discussing the concepts of memory and landscape and then, through the analysis of historical documentation, the place names, traditions and folk beliefs. I also sought to characterize the biographies of long-term archaeological sites with the dynamics in which the prehistoric remains are incorporated into the landscape and memory of modern communities.

APRESENTAÇÃO

0. APRESENTAÇÃO

Este trabalho é o culminar de um projeto de investigação que assenta em três vetores fundamentais: os vestígios pré-históricos, balizados entre o VI e o primeiro quartel do I milénio a.C., e os temas da Memória (Social) e da Paisagem (Cultural).

O principal objetivo deste projeto consiste na compilação e sistematização de um conjunto de dados que permitam conhecer os vestígios pré-históricos da Bacia Hidrográfica do Douro. Pretende-se, igualmente, compreender qual é o papel dos vestígios da Pré-história Recente na dinâmica de "construção de paisagens e memórias".

Com vista à prossecução destes objetivos gerais foi definido um conjunto de questões mais específicas que pautaram a nossa pesquisa.

No âmbito do estudo da Pré-história Recente, procurou-se caracterizar a variabilidade dos sítios conhecidos, sistematizando a sua diferença numa base de dados. Posteriormente, a tipificação destes dados empíricos permitiu-nos a sua associação aos temas que compõem o mosaico de problemáticas desenvolvidas no âmbito da prática arqueológica na região. Na exploração desse mosaico foram abordados os seguintes temas: o povoamento, os recintos do III milénio a.C., as práticas sepulcrais, a prática da metalurgia, os menires e, por fim, as estelas e estátuas-menires.

No que diz respeito às dinâmicas de "construção de paisagens e memórias" da Bacia Hidrográfica do Douro, o nosso inquérito pautou-se pelo seguinte: De que forma a Arqueologia pode fornecer ferramentas interpretativas para a perceção da paisagem? Será que essas ferramentas podem ser aplicadas a este período da Pré-história Recente? De que forma a experiência humana deixa a sua marca num espaço? Ou de que forma uma paisagem guarda as memórias de uma determinada comunidade? De que forma é visível a materialização da passagem de uma comunidade num determinado território? Como analisar a temporalidade da paisagem na Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro? Em que circunstâncias foram descobertos os sítios arqueológicos? Que lendas lhes estão associadas? De que forma os vestígios arqueológicos se relacionam com a tradição oral? Que "memórias" têm as comunidades locais destes sítios? De que modo foram integrados os vestígios pré-históricos na paisagem atual? Como foram reutilizados materiais e estruturas?

A pesquisa desenvolvida nem sempre conseguiu dar resposta às questões colocadas, mas por outro lado novas questões surgiram com a posse de novos dados.

A estrutura da presente tese de doutoramento reflete os principais objetivos gerais, definidos anteriormente, e é composta por três partes distintas. A primeira parte consiste na apresentação ou constituição daquele que é o nosso universo de estudo. Na segunda parte aborda-se especificamente os vestígios arqueológicos do VI ao primeiro quartel do I milénio a.C. dentro da Bacia Hidrográfica do Douro. Por fim, na terceira parte, reflete-se sobre o papel dos vestígios pré-históricos nas dinâmicas da construção de paisagens e memórias.

A parte I contempla três capítulos que apresentam este projeto de investigação. O primeiro capítulo reflete o desenvolvimento e a adaptação dos nossos objetivos no desenvolvimento e transformação da

nossa pesquisa. Apresenta igualmente o tempo e o espaço em que o projeto se desenrola. O segundo capítulo caracteriza de forma mais detalhada o quadro físico onde se desenvolve o projeto de investigação, a Bacia Hidrográfica do Douro, em território português. A compilação dos dados sobre os vestígios pré-históricos assentou na construção de uma Base de Dados criada e dirigida para dar resposta aos objetivos enunciados anteriormente. Algumas questões metodológicas são abordadas neste terceiro capítulo.

A parte II reúne cinco capítulos que versam sobre os vestígios pré-históricos inventariados na Bacia Hidrográfica do Douro. Inicia-se esta segunda parte com o capítulo 1, onde se aborda sumariamente alguns dos projetos de investigação desenvolvidos desde os anos 70 até à atualidade. O capítulo 2 surge como resposta à necessidade de sistematizar o estado da arte da Pré-história Recente da área estudada. O capítulo 3 contempla os diversos temas que emergiram no decurso da análise dos vestígios pré-históricos. É composto por seis subcapítulos onde se abordam, a diferentes escalas, os seguintes temas: o povoamento, os recintos do III milénio a.C., as práticas sepulcrais, a prática da metalurgia, os menires e a análise conjunta de estelas e estátuas-menires. O capítulo 4 agrega um conjunto de informação que reflete sobre os limites e as possibilidades dos dados compilados na Base de Dados. Apresentam-se alguns dados estatísticos, reflete-se sobre as dificuldades que surgem num trabalho desta dimensão e apresentam-se possibilidades de análise ou exercícios, que são meramente enunciados, e não desenvolvidos nesta tese, porque tais exercícios excedem os limites de um trabalho individual. Por fim, constrói-se, ainda que sumariamente, um discurso sobre as principais linhas de força detetadas na análise dos vestígios pré-históricos da Bacia Hidrográfica do Douro.

A parte III agrupa sete capítulos onde se faz a análise dos diversos elementos que nos permitem perceber de que forma se articulam os vestígios arqueológicos e os conceitos de paisagem e memória.

O capítulo 1 apresenta os conceitos e as linhas de pesquisa que orientam os capítulos seguintes e reflete sobre os conceitos de "memória" e "paisagem". Os capítulos seguintes correspondem ao desenvolvimento de diferentes análises que, no seu conjunto, contribuem para compreender as dinâmicas de construção de memórias e paisagens, tendo como ponto de partida os vestígios arqueológicos, neste caso em particular, vestígios pré-históricos. Deste modo, no capítulo 2 faz-se a análise, ainda que na forma de breves apontamentos, sobre a documentação histórica. No capítulo 3, a toponímia e a sua relação com a designação dos sítios arqueológicos constitui o foco principal. Algumas notas soltas sobre as tradições e crenças populares figuram no capítulo 4. A análise dos temas dos capítulos 2, 3 e 4 ajuda a fazer a análise dos lugares com amplas diacronias, que foram detetados no decorrer deste projeto de investigação, e cuja análise compõe o capítulo 5. No capítulo 6 ensaia-se uma escala de análise ao nível de dois sítios arqueológicos, das suas materialidades assim como da tradição oral, numa tentativa de contribuir para a construção das biografias do Castelo Velho de Freixo de Numão e do "complexo arqueológico do Prazo", dois sítios localizados na freguesia de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

As três partes que estruturam este documento funcionam como entidades autónomas embora sistematicamente estejam relacionadas entre si. Neste sentido, o último texto desta tese, o epílogo, contempla as futuras linhas de investigação que podem ser definidas após a análise dos três pilares deste projeto de pesquisa: vestígios pré-históricos, paisagem e memória.

O epílogo contempla dois aspetos essenciais: as dificuldades sentidas na realização de um projeto desta envergadura e as futuras linhas de investigação.

A dimensão deste trabalho tornou necessária a sua divisão em dois volumes. O primeiro volume congrega os textos principais. No segundo volume faz-se a compilação de um conjunto de elementos (nomeadamente tabelas), que pensámos iriam sobrecarregar o primeiro volume, aparecendo deste modo sob a forma de apêndices. O volume II é apresentado em formato digital.

Hoje em dia, as novas tecnologias permitem recorrer a novas formas de apresentação dos dados, daí que se tenha optado por apresentar a Base de Dados inserida num mapa geral dos vestígios arqueológicos da Bacia Hidrográfica do Douro, que se pode aceder a partir da seguinte morada:

https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=z32w15CsHsig.kCTpJ9WgkprE

PARTE I

CONSTITUIÇÃO DO UNIVERSO DE ESTUDO

I.0. INTRODUÇÃO

A primeira parte desta tese de doutoramento é dedicada à apresentação do projeto de investigação que contempla a análise da seguinte tríade: vestígios arqueológicos, “paisagens” e “memórias”.

Em primeiro lugar, apresentamos a forma como se foi desenvolvendo este projeto de investigação. É uma viagem pelo tempo deste trabalho desde o seu primeiro momento, considerando as suas reformulações e opções tomadas. Também aqui se expõem os diversos objetivos e propósitos deste trabalho, a par da apresentação da área de análise, a Bacia Hidrográfica do Douro, e do âmbito cronológico escolhido - entre o VI e o primeiro quartel do I milénio a.C.

Em segundo lugar, caracteriza-se, ainda que sumariamente, o quadro físico da Bacia Hidrográfica do Douro, especificamente alguns dos aspetos considerados mais relevantes para a análise que nos propomos fazer em arqueologia: o rio Douro, a sua rede hidrográfica, o clima, a geologia, a geomorfologia da Bacia Hidrográfica do Douro e, por fim, as unidades de paisagem que se integram nesta vasta área.

No último capítulo desta primeira parte, explicamos os métodos de análise dos vestígios arqueológicos que utilizámos e que permitiram as análises e exercícios desenvolvidos.

Num espaço geográfico de tal forma extenso como a Bacia Hidrográfica do Douro em Portugal, tiveram de ser tomadas algumas decisões sobre a forma mais adequada de trabalhar os dados. Optou-se, então, pela estruturação de uma Base de Dados, que teve duas versões provisórias e uma terceira e final versão, cuja estrutura e dinâmica é explicada neste capítulo.

Outro dos aspetos abordados prende-se com a tipologia de sítios/vestígios arqueológicos. Foi necessário proceder a uma uniformização de nomenclaturas e explicitação das mesmas.

Por fim, expõe-se todo o processo de uniformização das coordenadas dos vestígios arqueológicos, com vista à realização de mapas temáticos, que culminaram com a utilização da aplicação My Maps da Google.

I.1. O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

1.1. HISTÓRIA DE UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO

Iniciámos este projeto de investigação em 2005 e o nosso trabalho intitulava-se:

> "Perspetivas sobre a Pré-história Recente do Norte da Península Ibérica: entre o Távora e o Tormes – estratégias de povoamento".

Pretendíamos que fosse um trabalho de investigação sobre a construção do espaço, durante a Pré-história Recente, tendo como base de estudo algumas das unidades geomorfológicas na margem sul da Bacia Hidrográfica do rio Douro, nomeadamente as principais bacias dos rios Távora, Torto, ribeira da Teja, rio Vale da Vila, Côa, Aguiar, Águeda, Huebra e Tormes[1].

Os principais objetivos deste trabalho eram os seguintes:

- Avançar com hipóteses explicativas sobre as principais formas de "construir" o espaço durante a Pré-história Recente, ou seja, entre os VI e I milénios a.C.;
- Estudar o espaço enquanto realidade construída no interior de um processo de interação entre o meio e as sociedades;
- Compreender de que forma este meio condicionou o desenvolvimento das comunidades humanas na Pré-história Recente, numa região marcada por uma certa variabilidade geomorfológica.

Pensávamos que o modelado geomorfológico teria funcionado como "cenário" da ação das populações destas diferentes épocas consoante os seus padrões de vida. Para compreendermos como é que uma paisagem é incorporada por comunidades tão diferentes dentro da Pré-História Recente ou como será construído, no sentido de "dwelling" de Ingold (2000) o espaço/paisagem/território na longa diacronia da Pré-história Recente, propúnhamo-nos analisar conjuntamente, as características geomorfológicas e os vestígios da ocupação humana ao longo de cerca de cinco mil anos.

Neste primeiro projeto colocámos uma série de questões que orientavam a nossa investigação:

> a) Como se caracteriza o Neolítico Antigo nesta região? Será que podemos falar de uma continuidade em relação às populações do Mesolítico?
>
> b) Numa área específica da região em análise, sobretudo na região portuguesa, não se encontram sepulcros monumentais relativos ao Neolítico Médio e Final. Porquê?
>
> c) Existe uma grande variabilidade ao nível dos "sítios" no III milénio a.C. Qual a tipologia destes "sítios"?

[1] Em Espanha, para a região sujeita a análise neste projeto de investigação, consoante a informação cedida pelo Professor German Delibes, têm sido realizados uma série de estudos na zona da Meseta Norte, sendo que a maioria desses estudos se encontram inéditos.

d) Quais as redes de comunicação usadas pelas populações do III ao I milénio a.C.?

e) Que afinidades e diferenças existem dentro desta vasta região? Será que podemos encontrar algumas especificidades/particularidades no contexto da Pré-história Recente do Norte da Península Ibérica relativamente a outras áreas peninsulares?

f) Será possível detetar alguma meta-regularidade na Pré-história Recente entre os rios Távora e Tormes?

Pretendíamos, do ponto de vista cronológico, abarcar o estudo do Neolítico Antigo; Neolítico Médio e Final; Calcolítico e da Idade do Bronze.

A área objeto de estudo centrava-se nas regiões do Alto Douro e Beira Alta (Portugal) e na província de Salamanca (Espanha). Do lado português, esta área de estudo é ocupada pelos atuais concelhos de S. João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa, Penedono, Meda, Sernancelhe, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Trancoso, Almeida, Guarda e Sabugal. Do lado espanhol existem 32 municípios, dos quais destacamos Vitigudiño, Ciudad Rodrigo, Salamanca, Bejar, Peñaranda e Alba de Tormes. Basicamente iríamos analisar os territórios compreendidos entre as margens oeste do rio Távora (Portugal) e este do rio Tormes (Espanha), abarcando os rios Torto, Côa, Aguiar, Águeda e Huebra, assim como a ribeira da Teja. O limite norte seria a margem sul do rio Douro e o limite sul, um conjunto de alinhamentos montanhosos, que marcam a própria fronteira entre a Beira Alta e Beira Baixa (Portugal) e as províncias de Salamanca e Cáceres (Espanha).

Considerávamos, já na altura, que seria fundamental a realização de um levantamento exaustivo e o mais completo possível de sítios da Pré-história Recente em toda esta área do projeto. A sua inventariação constituiria a base de partida para a realização deste trabalho e seria fundamental para permitir a posterior interpretação do quadro do "povoamento" desta vasta região durante a Pré-história Recente.

Considerando-se a amplitude geográfica do trabalho, este projeto assumia uma dimensão transfronteiriça através da criação de uma base de dados comum, a partir da qual se procederia à experimentação dos diversos modelos explicativos acerca dos processos de apropriação do espaço.[2]

Pensávamos que a construção de um modelo digital de terreno com base na conjugação do estudo da geomorfologia, da rede hidrográfica e dos vestígios arqueológicos seria um excelente instrumento de trabalho que poderia permitir uma melhor compreensão da "construção da paisagem" durante este período de tempo, tendo em consideração as especificidades, continuidades, descontinuidades e semelhanças dos dados obtidos nesta região.

[2] No período de 27 a 31 de Março de 2006 realizamos um programa de ERASMUS – Docentes tendo tido a oportunidade de nos deslocarmos à Universidade de Valladolid onde, em articulação com o Professor Doutor Germán Delibes de Castro, nos foi possibilitado a consulta de dados inéditos que constam da obra *Revision del Inventario Arqueológico de La Província de Salamanca (IAPS). Campañas 2004-2005* e à bibliografia específica do território espanhol.

Em termos metodológicos, pretendia-se fazer uma recolha bibliográfica exaustiva, sistematizar a informação e proceder-se à sua verificação no terreno. Numa fase ulterior, converter-se-iam todos os dados num sistema de informação geográfica, para que os resultados obtidos se tornassem acessíveis à comunidade científica.

Posteriormente, iriam ser definidas Unidades de Estudo. Nesta fase pretendia-se selecionar áreas restritas e bem delimitadas cuja informação arqueológica iria permitir a elaboração e análise qualitativa subjacente ao tema em estudo.

Entre 2005 e 2007 colaborámos em dois projetos de investigação distintos: no *Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho – Caracterização do Património* e no *Plano Regional de Ordenamento do Território – Trás-os-Montes e Alto Douro*: *Estrutura Histórica e Património Territorial*[3]. Em ambos os trabalhos foi-nos solicitada a elaboração de uma base de dados de elementos patrimoniais, no primeiro apenas do território que integra o Parque Natural de Montesinho (concelhos de Bragança e Vinhais), no segundo de todos os concelhos de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O levantamento efetuado permitiu-nos adquirir um vasto conhecimento sobre a região transmontana e duriense, não só sobre o seu património arqueológico, mas também sobre o seu património cultural em geral, o que se verificou ser bastante útil ao longo do nosso estudo.

Esta visão abrangente que obtivemos, o acesso e a compilação de um conjunto de dados bastante significativo sobre o território português, a leitura de determinados textos, as dificuldades de variada ordem em estudar a região espanhola, a falta de meios técnicos e económicos para a realização do modelo digital do terreno, levaram-nos a decidir integrar a região de Trás-os-Montes e Alto Douro no nosso projeto de investigação, abandonando o estudo da região espanhola.

Deste modo, em 2008 reestruturámos o projeto, que passou a designar-se:

> Perspetivas sobre a "construção da paisagem" na Pré-história Recente: a Bacia Hidrográfica do Douro no Norte da Península Ibérica.

O trabalho que se pretendia realizar e desenvolver nesse momento (2008), versava sobre a "construção da paisagem" na Pré-história Recente (do VI ao I milénios a.C.) da Bacia Hidrográfica do Douro em Portugal. Contemplava, em termos administrativos, os distritos de Vila Real e Bragança e parte dos distritos do Porto, Aveiro, Braga, Viseu e Guarda.

Sentimos necessidade de explicar a decisão de ampliar a área de estudo para tão vasta região como a Bacia Hidrográfica do Douro. Como referido anteriormente, a primeira área que tínhamos definido (de agora em diante apenas em território português) circunscrevia-se a algumas bacias hidrográficas de afluentes da margem sul do Douro. A nossa decisão foi determinada pela participação em escavações no concelho de Vila Nova de Foz Côa e pela ligação afetiva que fomos criando com a região.

[3] Participámos nestes projetos enquanto docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela, atual Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, do Instituto Politécnico de Bragança.

Posteriormente, quisemos também integrar a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, devido ao investimento de trabalho que tínhamos realizado e por considerarmos existir uma grande riqueza ao nível dos sítios pré-históricos. Mas cedo nos apercebemos que, apesar da extensa área já definida, cerca de 70% dos dados que possuíamos eram resultado de prospeções arqueológicas e poucos eram os sítios fruto de estudos/escavações sistemáticas. Faltava igualmente um denominador comum a ambas as áreas geográficas. Para o tipo de estudo que queríamos desenvolver, uma análise à macroescala, seria necessário abarcar uma vasta região, mas com dados consistentes, fruto de trabalhos de investigação mais exaustivos. Por conseguinte, estávamos a deixar de fora todo o trabalho realizado no Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, onde também tínhamos participado em escavações arqueológicas.

Finalmente, encontrámos um denominador comum entre as três áreas referidas: todas elas se integravam na Bacia Hidrográfica do Douro, que passou, deste modo, a ser a base geográfica do nosso trabalho.

O programa de trabalhos apresentava os seguintes objetivos gerais, muito próximos aos formulados anteriormente, mas orientados para o estudo da Bacia Hidrográfica do Douro, em Portugal:

1. Estudar a Paisagem enquanto realidade construída/desenvolvida no interior de um processo de interação entre o meio físico e as comunidades humanas.
2. Avançar com hipóteses interpretativas sobre *as principais formas de "construir" o espaço ou da apropriação da paisagem* entre o VI e II milénios a.C.
3. Detetar alguma meta-regularidade na Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro.

Deste modo, destacaram-se as seguintes questões relativas a problemáticas delineadas pelos projetos apresentados anteriormente:

> Existe uma grande variabilidade ao nível dos "sítios" entre o VI e II milénios a.C.. Qual a tipologia destes "sítios"?
> Que afinidades e disparidades existem entre as necrópoles megalíticas da região estudada?
> Em algumas áreas específicas da região em análise não se encontram sepulcros monumentais relativos ao Neolítico Médio e Final. Que áreas são essas e que especificidades apresentam?
> Onde se encontram e que características apresentam os “povoados” correspondentes aos monumentos sob *tumulus* durante o IV milénio a.C.?
> Que características apresentam as manifestações artísticas do IV e III e II milénios a.C.?
> Será que podemos encontrar algumas especificidades/particularidades no contexto da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro?

Na consulta da Base de Dados de sítios arqueológicos do antigo IPA, efetuada no âmbito da construção da nossa Base de Dados, despertámos para a necessidade de sistematizar as questões referentes à classificação da variabilidade dos sítios da Pré-história Recente. Com efeito, o modo como cada estação é estudada (as problemáticas desenvolvidas, as tipologias adotadas, os conceitos que operacionalizam a pesquisa, entre outros aspetos) condiciona a terminologia adotada na sua classificação.

Sabemos que existe uma grande variabilidade de dados e formas de análise desses dados, sendo que nesses olhares estão implícitas diferentes questões que se prendem tanto ao volume de informação

disponível como à posição teórica dos investigadores. Neste sentido, a tipologia de sítios é a base de reflexão para os processos de classificação dos sítios arqueológicos em análise.

Ao investigarmos o estado da arte para a área em questão, detetámos que a maioria dos projetos de investigação apresenta distintas linhas de pesquisa, cujo desenvolvimento permitiu o estabelecimento de várias temáticas que constituem o universo de análise deste ponto. O conjunto de tais temas pode ser sistematizado da seguinte forma:

- O povoamento;
- Os recintos do III milénio a.C.;
- As práticas sepulcrais;
- A prática da metalurgia;
- Os menires;
- As estelas e as estátuas-menires.

Tais temas remeteram-nos para uma reflexão acerca do modo como o conceito "Paisagem" pode ser utilizado em Arqueologia:

> De que forma a Arqueologia pode fornecer ferramentas interpretativas para a perceção da paisagem? Será que essas ferramentas podem ser aplicadas a este período da Pré-história Recente?
> De que forma a experiência humana deixa a sua marca num espaço? Ou de que forma uma paisagem guarda as memórias de uma determinada comunidade?
> De que forma é visível a materialização da passagem de uma comunidade num determinado território?
> Como analisar a temporalidade da paisagem na Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro?

Decorria o ano 2011 e sentimos, de novo, necessidade de rever o projeto. A partir desse momento este projeto passou a contemplar, também, o estudo do Bronze Final e foram colocadas novas questões sobre o conceito de Paisagem.

A Paisagem tem sido interpretada e conceptualizada pelos arqueólogos como espacialidade, daí a recorrente relação que existe com a Geografia, a Geologia, entre outras ciências. No entanto, pensamos ser necessário refletir um pouco sobre a sua profundidade temporal. Como perceber a temporalidade da Paisagem. Para o fazermos, temos de estar atentos a dois tipos de fenómenos:

- Elementos visíveis - materializáveis pelas ou através das evidências arqueológicas;
- Elementos invisíveis - a dimensão imaterial ou simbólica da paisagem, que para nós se plasma na Memória Social.

Ao associarmos os conceitos de Paisagem e Memória torna-se fundamental procurar compreender os sítios arqueológicos no seu Espaço e no seu Tempo ou Tempos, sem perder de vista o contexto social e cultural atual em que se inserem, partindo do presente para o passado. Não procuramos, desta forma,

responder à questão: "O que foram estes sítios?". Ao invés, tentamos perceber o que são, hoje, estes sítios para as populações locais.

Assim sendo, chegamos à conclusão que existe um conjunto de informações úteis e fundamentais para a compreensão dos sítios tal qual eles nos chegaram à atualidade, mas que têm vindo a ser descurados pelos arqueólogos, não sendo referenciados nos trabalhos publicados, ou sendo, somente, encarados como meras curiosidades.

Desta forma, optamos por seguir um novo caminho ao integrar o contributo da Etnografia nos estudos de Paisagem em Arqueologia. À luz deste estudo pluridisciplinar colocam-se novas questões para a análise dos sítios arqueológicos, tais como:

- Em que circunstâncias foram descobertos os sítios arqueológicos?
- Que lendas lhes estão associadas?
- De que forma os vestígios arqueológicos se relacionam com a tradição oral?
- Que "memórias" têm as comunidades locais destes sítios?
- De que forma foram integrados os vestígios pré-históricos na paisagem atual?
- Como foram reutilizados materiais e estruturas?

Com este novo questionário houve, mais uma vez, uma ampliação da temática de estudo, sendo introduzidas as questões da Memória Social, da tradição popular e da toponímia na relação com os sítios arqueológicos da Pré-história Recente. Cremos que ao estudar estas novas realidades ganhamos uma visão caleidoscópica dos sítios da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro.

Em virtude destas novas alterações o projeto passou a designar-se por:

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS
- DO VI AO I MILÉNIO a.C.
PAISAGENS E MEMÓRIAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO.

Como fomos verificando ao longo desta exposição, este projeto de investigação foi-se ampliando e transformando em virtude do seu próprio percurso, das leituras e do contributo de um conjunto alargado de pessoas que em muito contribuíram para aquilo que iremos demonstrar no decorrer desta tese.

1.2. TEMPO E ESPAÇO

1.2.1. TEMPO

O trabalho que iremos desenvolver no decorrer desta tese de doutoramento parte da análise de vestígios arqueológicos num "espaço temporal" muito específico: a "Pré-história Recente". Seguiremos o conceito apresentado por Susana Oliveira Jorge, na sua tese de doutoramento, em 1986:

> "Quanto ao conceito geral de Pré-história Recente, ele envolve, num sentido amplo, todas as manifestações culturais desde o Neolítico ao Bronze Final, na acepção cronológica corrente das

escolas francesa e inglesa, ou seja, na região mediterrânica genericamente considerada, desde o VII/VI milénios a.C. aos inícios do I milénio a.C.. Adentro desta fase cabem, como é bem sabido, vários períodos (Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze), cujos conteúdos cronológicos e culturais variam consoante as áreas onde foram definidos" (Jorge, 1986: 14).

Do ponto de vista cronológico, esta tese abarca o estudo do VI ao primeiro quartel do I milénio a.C. Aqui se incluem as designações tradicionais de:

- Neolítico (Inicial, Médio e Final) – do VI aos finais do IV milénio a.C.;
- Calcolítico – abarca grande parte do III milénio a.C.;
- Idade do Bronze (Inicial ou Antigo, Médio e Final) – do último quartel do III milénio a.C. ao primeiro quartel do I milénio a.C.

No entanto, gostaríamos de salientar que o nosso trabalho não se esgota no estudo da Pré-história Recente. Na terceira parte da tese, abordaremos questões relacionadas com a "Memória" e com sítios arqueológicos com amplas diacronias, o que pressupõe uma análise temporal mais alargada.

Podemos afirmar que temos pela frente um trabalho dedicado a um "quadro macro temporal", e de "longa duração", expressões utilizadas por Raquel Vilaça na sua tese de doutoramento (Vilaça, 1995: 23), a propósito do estudo da Idade do Bronze.

A decisão de estudar cinco milénios numa área geográfica tão vasta não foi inocente nem imediata. O conhecimento da realidade arqueológica da região de Trás-os-Montes, ainda que superficial, permitia-nos perceber o carácter vago e parcelar dos vestígios arqueológicos e o resultado dos trabalhos arqueológicos não sistemáticos, ali realizados. Foram estes os principais fatores que conduziram à ampliação cronológica do nosso objeto de estudo.

Fundamentalmente, pensámos que para ser possível uma análise diacrónica e sincrónica dos dados que nos propusemos estudar, convinha abarcar um espaço de tempo bastante prolongado. De igual modo, parece-nos que o Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze fazem parte de um todo que se distingue dos períodos imediatamente anteriores: Paleolítico, Epipaleolítico e Mesolítico e dos períodos posteriores: Idade do Ferro, Romanização e por aí adiante.

A afirmação que acabámos de fazer é controversa: o Tempo, vetor fundamental da Arqueologia, é um tema difícil e delicado de abordar. Vejamos o que nos diz Gavin Lucas sobre alguns dos problemas que se colocam ao estudo do tempo e das diferentes cronologias[4] utilizadas em Arqueologia.

> "I will suggest that chronology – wheather relative or absolute – is theoretically problematic and for one chief reason: it presents time as a uniform, linear phenomenon which has tended to define the model for historical explanation in a similar uniform, linear way. (...) Both the periodization and the calendar flow in one direction and each is divided into discrete, non-overlapping units, i.e. periods or years. The main difference is that periodization uses much larger units than the calendrical system but, in principle, they share the same structure. In short, they presume a specific conception of time as a uni-linear sequence or series" (Lucas, 2005: 3).

[4] Cronologia como "the science of computing dates" (OED quoted by Lucas, 2005: 3).

Esta sequência de unidades de tempo, que não se sobrepõem e que se sucedem de forma linear e uniforme, é uma construção abstrata que não se coaduna com a realidade arqueológica. Em Arqueologia podemos ver a sobreposição destas unidades de tempo tanto numa única quadrícula como numa paisagem. Mas, continuemos com os problemas:

> "(...), I also want to argue that the conception of time that underlies chronology is a limiting one, especially when we see that it has also influenced the nature of archaeological interpretations of culture change and prehistory. Time and change are close bedfellows – they are so related as concepts that, perhaps, it is hard to think them apart" (Lucas, 2005: 2).

Nesta citação, Lucas fala-nos do tempo como cronologia e da influência que isso tem na interpretação dos dados arqueológicos. Este facto parece ser evidente quando utilizamos nomenclaturas associadas, por exemplo, ao Sistema das Três Idades (Three Age System).

Em primeiro lugar, vejamos como surgiu este sistema:

> "In 1836 the Danish Scholar C.J. Thomsen (1788-1865) published his guidebook to the National Museum of Copenhagen which appeared in English in 1848 with the title, *A Guide to Northern Antiquities*. In it he proposed that the collections would be divided into those coming from a Stone Age, a Bronze Age, and an Iron Age, and this classification was soon found useful by scholars throughout Europe. Later a division in the Stone Age was established between the Paleolithic or Old Stone Age and the Neolithic or New Age Stone" (Renfrew and Bahn, 1996a: 25).

> "In many ways, the Three Age System in the late nineteenth century was more than a periodization; it also contained explanatory potential. In particular, it carried very definite evolutionary implications which have been mostly lost or greatly diluted today" (Lucas, 2005: 3).

Muitas das nomenclaturas que utilizamos neste trabalho derivam deste "Three Age System". São expressões definidas no século XIX e que assentam em mudanças e inovações "tecnológicas", que consideramos, hoje em dia, caracterizarem muito pouco as comunidades que nesses momentos subsistiram. A forma como se estuda e interpreta os dados arqueológicos referentes a esses períodos mudou substancialmente. Aliás, a Arqueologia como ciência mudou, inclusive em Portugal, e principalmente nas últimas décadas.

No entanto, tal como afirma Gavin Lucas: "(...) Some chronologies have been short-lived and some terms are no longer generally used (e.g. eneolithic) while some have had lasting impact especially the Three Age System" (Lucas, 2005: 3).

Como podemos ver, expressões como Neolítico e Idade do Bronze continuam a ser utilizadas amplamente pela comunidade arqueológica portuguesa. Atualmente usamos estas expressões mais como "rótulos ou etiquetas convencionais", tal como afirma Brian Fagan:

> "The Stone, Bronze, and Iron Ages are the broadest of technological stages. They are purely arbitrary technological labels, which do not coincide with any levels of social evolution. (…) Today, they are used as the broadest of technological categories, more labels of convenience than precision" (Fagan, 1996: 713).

> "The Three Age System established the principle that by studying and classifying prehistoric artifacts one could produce a chronological ordering, and say something of the periods in

> question. (...) [which] offered a framework for studying the past, and for asking intelligent questions about it" (Renfrew and Bahn, 1996a: 25).

No fundo, são expressões que permitem uma base de entendimento entre os arqueólogos, que remetem para o estudo de determinadas comunidades com características comuns num determinado espaço de tempo. As nomenclaturas que optámos por utilizar, ainda hoje, permitem-nos organizar uma base de trabalho e formular questões sobre o nosso objeto de estudo.

Porém, João Muralha Cardoso apresenta na sua tese de doutoramento um outro entendimento sobre esta questão:

> "Como nota introdutória, achamos importante referir genericamente o quadro cronológico que os investigadores têm utilizado para a pré-história recente, a nível peninsular: Calcolítico, entre a segunda metade do IV milénio cal BC a 2300/2200 cal BC e Idade do Bronze entre 2300/2200 cal BC e 1300/1200 cal BC, data a partir da qual se considera já uma nova fase, o chamado Bronze Final, com características arqueográficas e provavelmente sócio-históricas diferentes. No seguimento deste sub-ponto ao fazer referência a um quadro cronológico, tentar-se-á indexar a uma datação em anos de calendário e não a um conceito "histórico-cultural" representado pelas palavras Calcolítico, Idade do Bronze, Bronze Antigo, etc. Esta situação não se prende com posições extremas, acerca desses conceitos, mas sim apenas com a percepção de que o discurso pode-se enformar ao catalogarmos áreas e estruturas a um determinado conceito histórico-cultural não homogéneo e dificilmente definível. Existem variabilidades regionais que não se enquadram nessas designações e foram já sugeridas continuidades de determinados tipos de elementos arqueológicos entre o chamado Calcolítico e a Idade do Bronze" (Cardoso, 2007: 100).

Em virtude do que acabámos de mostrar, sabemos que expressão "Pré-história Recente" não é usada comummente por toda a comunidade arqueológica, nem sequer é consensual. Não obstante, optámos por utilizá-la na sua aceção mais abrangente, que se refere ao estudo do Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze. Ou seja, ao estudo das primeiras comunidades que começam a praticar a domesticação de plantas e animais e a operar, ainda que de início de forma incipiente, a técnica da metalurgia. Comunidades cuja estrutura social se vai complexificando e modificando ao longo dos tempos.

É difícil definir/explicar/justificar os limites e as fronteiras temporais que delimitam o nosso trabalho. Como definir ruturas de forma clara e inequívoca, em primeiro lugar, entre as comunidades do Mesolítico Final e as primeiras comunidades neolíticas? E entre o Bronze Final e a primeira Idade do Ferro?

Continuidades, descontinuidades. Estas são as palavras-chave para explicarmos a nossas opções metodológicas. Consideramos que em todos os períodos históricos existem elementos que persistem e outros que desaparecem. Quando assinalamos momentos distintos, salientamos as descontinuidades entre eles. Que objetos desaparecem e quais são as inovações que surgem? Que formas de construir desaparecem, quais são as novas formas de construir que aparecem? Estes elementos (entre muitos outros) ajudam-nos a dividir o tempo em pequenas parcelas, a criar explicações coerentes que ajudam a caracterizar determinadas comunidades, num determinado espaço de tempo.

1.2.2. ESPAÇO

A nossa área de trabalho integra-se naquilo que se designa por Bacia Hidrográfica do Douro, cuja caracterização geomorfológica se fará no próximo capítulo.

Neste ponto em particular, iremos apresentar e descrever esta extensa área do ponto de vista da sua caracterização administrativa. Explicaremos as nossas opções metodológicas, que determinaram a constituição da Base de Dados de Sítios/Vestígios Arqueológicos, assim como a base de análise desses vestígios, referidos ao longo desta obra.

Em termos administrativos, na área abarcada pela Bacia Hidrográfica do Douro inserem-se as NUT do Alto Trás-os-Montes; Douro; Tâmega; Grande Porto, Dão-Lafões; Beira Interior Norte; e Entre Douro e Vouga, conforme se apresenta na tabela seguinte:

ALTO TRÁS-OS-MONTES
Alfândega da Fé
Boticas
Bragança
Chaves
M. de Cavaleiros
Miranda do Douro
Mirandela
Mogadouro
Montalegre
Murça
Valpaços
Vila Pouca de Aguiar
Vimioso
Vinhais
GRANDE PORTO
Espinho
Gondomar
Porto
Valongo
Vila Nova de Gaia
DÃO-LAFÕES
Aguiar da Beira
Castro Daire
S. Pedro do Sul
Vila Nova de Paiva

DOURO
Alijó
Armamar
Carrazeda de Ansiães
F. Espada à Cinta
Lamego
Mesão Frio
Moimenta da Beira
Penedono
Peso da Régua
Sabrosa
Sta. Marta de Penaguião
S. João da Pesqueira
Sernancelhe
Tabuaço
Tarouca
Torre de Moncorvo
Vila Flor
Vila Nova de Foz Côa
Vila Real
ENTRE DOURO E VOUGA
Arouca

TÂMEGA
Amarante
Baião
Cabeceiras de Basto
Castelo de Paiva
Celorico de Basto
Cinfães
Felgueiras
Lousada
Marco de Canaveses
Mondim de Basto
Paços de Ferreira
Paredes
Penafiel
Resende
Ribeira de Pena
BEIRA INTERIOR NORTE
Almeida
F. Castelo Rodrigo
Guarda
Meda
Pinhel
Sabugal
Trancoso

Tabela 1. NUT e respetivos concelhos, que se inserem dentro do PBHD (Fonte: PBHD, 2001b).

É uma área muito vasta que se localiza no Norte de Portugal. Este projeto abarca o estudo e a investigação que incidem sobre uma área geográfica da qual fazem parte 68 concelhos, integrados em diferentes regiões.

O Plano de Bacia Hidrográfica (PBHD) contempla em termos territoriais a Bacia Hidrográfica do rio Douro e uma faixa litoral, compreendida entre a foz do rio Douro e a cidade de Espinho. Deste modo, inclui um conjunto de pequenas bacias hidrográficas das ribeiras litorais dos concelhos de Ovar, Sta. Maria da Feira, Espinho e Vila Nova de Gaia, como é o caso das ribeiras de Mangas e Valadares (PBHD, 2001b: 5), dos quais apenas foram tomadas em consideração algumas freguesias do concelho de Vila Nova de Gaia. Da região acima descrita, exclui-se o estudo da faixa litoral de Vila Nova de Gaia.

Esta região é limitada a noroeste pela faixa litoral que se desenvolve a sul do rio Leça, onde se insere o rio Onda; a norte pelas bacias hidrográficas dos rios Leça, Ave e Cávado; a este pela parte espanhola da bacia do Douro; a sul pelas bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Tejo; e a oeste pelo Oceano Atlântico.

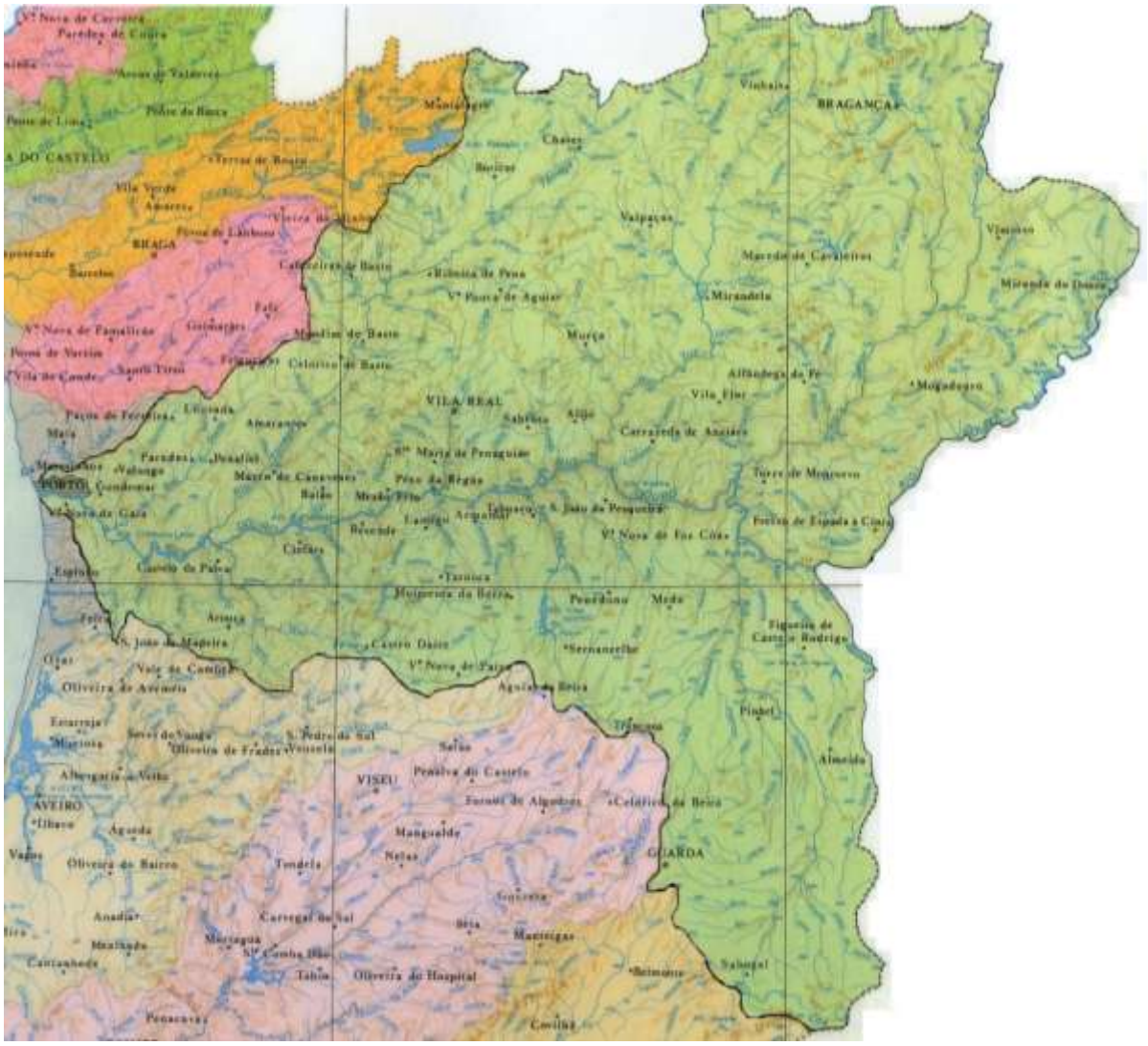


Fig. 1. Bacia Hidrográfica do Douro (a verde e delimitado a ocidente pelo traço preto) (Carta da Hidrografia Continental – Principais Bacias Hidrográficas. 1992).

Neste trabalho optamos por seguir o Plano da Bacia Hidrográfica do Douro[5] que define 15 Unidades Homogéneas de Planeamento,

> "correspondentes aos afluentes mais importantes do rio Douro, um conjunto de zonas hidrográficas correspondentes a linhas de água de menor dimensão que drenam directamente para o rio Douro, nas regiões situadas entre aquelas bacias principais (Vale do Douro), e ainda as partes portuguesas da bacia do rio Águeda e do troço internacional do rio Douro (Douro Internacional). Estas bacias e a acima referida faixa litoral formam o conjunto das 20 áreas hidrográficas principais do presente Plano. A área do Plano do Douro abrange um território que inclui ou intercepta as áreas de jurisdição de 69 concelhos" (PBHD, 2001b: 5).



Fig. 2. Mapa com a representação das 15 unidades homogéneas de Planeamento (PBHD, 2001a: 2/63-3/63).

[5] "A delimitação das Unidades Homogéneas de Planeamento visa dar satisfação à necessidade de definir objectivos e implementar actuações diferenciadas em função das diversas sub-regiões da bacia hidrográfica que, para efeitos de planeamento e gestão de recursos hídricos, possam ser consideradas homogéneas, em termos hidrológicos, socio-económicos e ambientais" (PBHD, 2001: 2/63-3/63).

No quadro seguinte apresentamos as 15 unidades de Planeamento da Bacia com a indicação dos concelhos que as compõem. Alguns concelhos enquadram-se em mais do que uma unidade:

1 Douro Internacional Freixo de Espada à Cinta Torre de Moncorvo Miranda do Douro Mogadouro Figueira de Castelo Rodrigo	**2 Côa - Aguiar** Trancoso Meda Pinhel Almeida Sabugal* Guarda*	**3 Alto Sabor** Bragança	**4 Baixo Sabor** Macedo de Cavaleiros Vimioso Alfândega da Fé Vila Flor
5 Alto Tua Vinhais Bragança Chaves	**6 Baixo Tua** Murça Valpaços Mirandela Carrazeda de Ansiães Vila Flor Macedo de Cavaleiros Alijó Vila Pouca de Aguiar	**7 Alto Douro Sul** Armamar Tabuaço Moimenta da Beira São João da Pesqueira Sernancelhe Penedono Vila Nova de Foz Côa Meda Trancoso	**8 Médio Douro Sul** Cinfães Resende Lamego Tarouca Moimenta da Beira
9 Corgo - Pinhão Vila Real Sabrosa Santa Marta de Penaguião Peso da Régua Alijó Mesão Frio Vila Pouca de Aguiar	**10 Alto Tâmega** Cabeceiras de Basto Ribeira de Pena Boticas Chaves* Montalegre Vila Pouca de Aguiar	**11 Médio Tâmega** Cabeceiras de Basto Ribeira de Pena Fafe Celorico de Basto Mondim de Basto Felgueiras* Vila Pouca de Aguiar Vila Real Amarante	**12 Baixo Tâmega** Marco de Canavezes Amarante Baião Penafiel
13 Arda – Paiva Castelo de Paiva Arouca Vila Nova de Paiva S. Pedro do Sul* Castro Daire* Satão*	**14 Sousa** Gondomar Valongo Paredes Paços de Ferreira Penafiel Lousada Felgueiras*	**15 Baixo Douro - Litoral** Porto Vila Nova de Gaia* Gondomar Santa Maria da Feira Espinho Ovar [6]	

Tabela 2. Representação das 15 unidades de Planeamento com os respetivos concelhos (adaptado de PBHD, 2001a).

Nos últimos anos assistimos a uma série de alterações ao nível da organização administrativa de Portugal. A organização do nosso trabalho teve como base a divisão de Portugal em regiões e em distritos - a divisão administrativa vigente em 2004.

Num total de sete distritos analisados, apenas dois, Bragança e Vila Real, se integram na totalidade na Bacia Hidrográfica do Douro. Os restantes cinco distritos possuem concelhos que se integram na BHD, às

[6] Os concelhos de Fafe, Espinho e Ovar não foram analisados. Só foram analisadas algumas freguesias dos concelhos assinalados com asterisco (*).

vezes com apenas dois ou três concelhos, como é o caso de Aveiro e Braga; ou que integram quase todos os concelhos, como Guarda, Porto e Viseu.

Deste modo, foram analisados os vestígios arqueológicos que se integram nos seguintes distritos e respetivos concelhos:

Distrito 2004	**Concelho 2004**
AVEIRO	AROUCA
	CASTELO DE PAIVA
BRAGA	CABECEIRAS DE BASTO - **limite**
	CELORICO DE BASTO
BRAGANÇA	ALFÂNDEGA DA FÉ
	BRAGANÇA
	CARRAZEDA DE ANSIÃES
	FREIXO DE ESPADA À CINTA
	MACEDO DE CAVALEIROS
	MIRANDA DO DOURO
	MIRANDELA
	MOGADOURO
	TORRE DE MONCORVO
	VILA FLOR
	VIMIOSO
	VINHAIS
GUARDA	AGUIAR DA BEIRA - **limite**
	ALMEIDA
	FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
	FORNOS DE ALGODRES - **limite**
	GUARDA - **limite**
	MÊDA
	PINHEL
	SABUGAL - **limite**
	TRANCOSO - **limite**
	VILA NOVA DE FOZ CÔA
PORTO	AMARANTE
	BAIÃO
	FELGUEIRAS - **limite**
	GONDOMAR
	LOUSADA
	MARCO DE CANAVESES
	PAÇOS DE FERREIRA - **limite**
	PAREDES
	PENAFIEL
	PORTO
	VALONGO
	VILA NOVA DE GAIA
VILA REAL	ALIJÓ
	BOTICAS
	CHAVES
	MESÃO FRIO
	MONDIM DE BASTO - **limite**
	MONTALEGRE - **limite**
	MURÇA
	PESO DA RÉGUA
	RIBEIRA DE PENA
	SABROSA
	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
	VALPAÇOS
	VILA POUCA DE AGUIAR
	VILA REAL
VISEU	ARMAMAR
	CASTRO DAIRE - **limite**
	CINFÃES
	LAMEGO
	MOIMENTA DA BEIRA
	PENEDONO
	RESENDE
	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA
	SÃO PEDRO DO SUL - **limite**
	SATÃO - **limite**
	SERNANCELHE
	TABUAÇO
	TAROUCA
	VILA NOVA DE PAIVA - **limite**
	VISEU - **limite**

Tabela 3. Distritos e concelhos analisados no decorrer do trabalho de investigação.

O ideal teria sido conseguir definir os limites reais da Bacia do Douro, através das linhas de festo e outros elementos naturais. Infelizmente, tal não nos foi possível. Não possuímos os meios adequados para fazer essa análise.

Optámos por selecionar pequenas unidades administrativas, as freguesias, como objeto de estudo e limites territoriais. Contámos com a preciosa ajuda de arqueólogos e técnicos camarários que nos sugeriram quais as freguesias a incluir ou eliminar, consoante a rede hidrográfica em que se integram. Quando não foi possível obter esse tipo de informação, mais fidedigno, integrámos, por defeito, praticamente todas as freguesias de determinado concelho.

Elencamos a totalidade dos concelhos e freguesias analisadas no Volume II, Apêndice 1.

I.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO: O QUADRO FÍSICO

Após aturada reflexão, optámos por introduzir um capítulo dedicado à caracterização física da Bacia Hidrográfica do Douro. Este tipo de caracterização geomorfológica e hidrológica revestiu-se de grande importância para a nossa própria compreensão da vasta área que definimos como espaço de investigação. Apesar de termos sentido muitas dificuldades na compreensão destes temas que abordaremos de seguida, parece-nos importante que todos aqueles que consultem esta obra possam ter acesso à compilação de um conjunto de dados que lhes permita "visualizar", do ponto de vista geográfico, a Bacia Hidrográfica do Douro.

Consultámos um número diversificado de monografias e artigos com diversas escalas de análise. Optámos por utilizar neste trabalho os textos que permitiam uma caracterização geral da Bacia do Douro, atendendo ao carácter específico desta tese, que contempla uma área de trabalho muito extensa e com muitas particularidades. Obras como as de Pereira, 2002; Cunha e Pereira, 2000; CCDRN 2005; Araújo, 2006; Pires, 2003 foram essenciais para a compreensão do quadro físico que nos propomos caracterizar. Porém, o grau de pormenor e os objetivos com que descrevem e analisam algumas realidades, das quais salientamos a obra de Brum Ferreira (1978) sobre o Norte da Beira, tornavam-nas demasiado aprofundadas relativamente aos objetivos definidos para esta tese.

Nos pontos seguintes, passámos a abordar alguns aspetos que nos ajudam a compreender o quadro físico da Bacia Hidrográfica do Douro.

2.1. O RIO DOURO

> "Bacia hidrográfica - Área terrestre a partir da qual todas as águas fluem, através de uma sequência de ribeiros, rios e eventualmente lagos, para o mar, desembocando numa única foz, estuário ou delta" (PBHD, 2001a: 11/63).

A maior parte dos rios importantes da Península Ibérica desagua na sua fachada ocidental, sendo o rio Ebro a única exceção de monta. Portanto, os três rios mais extensos, Douro, Tejo e Guadiana nascem na parte oriental da Península a apenas 200 km do Mar Mediterrâneo, para acabar no Atlântico depois de um percurso de 800 a 1000 km (Daveau, 2000: 58).

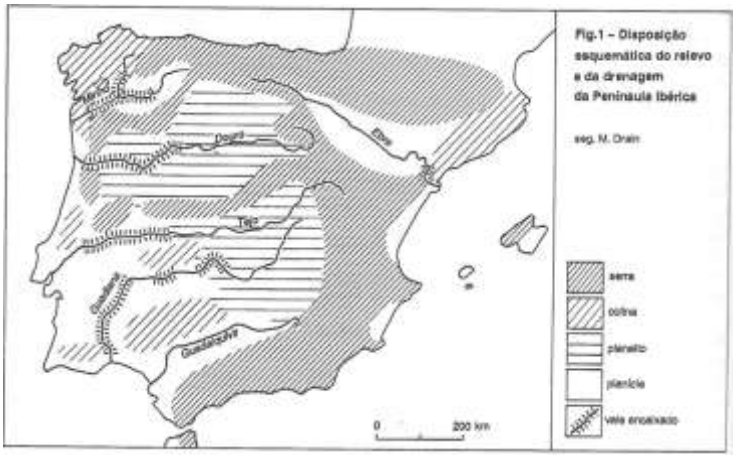


Fig. 1. Representação dos principais rios da Península Ibérica (Daveau, 2000: 58).

A Bacia Hidrográfica do rio Douro está compreendida entre os paralelos 40º20' e 43º10' N e os meridianos 01º43' e 08º40' W, cortando longitudinalmente a Península Ibérica e orientação dominante Este-Oeste. A bacia tem a forma de um losango, cujas diagonais Este-Oeste e Norte-Sul têm aproximadamente 560 e 300 km, respetivamente.

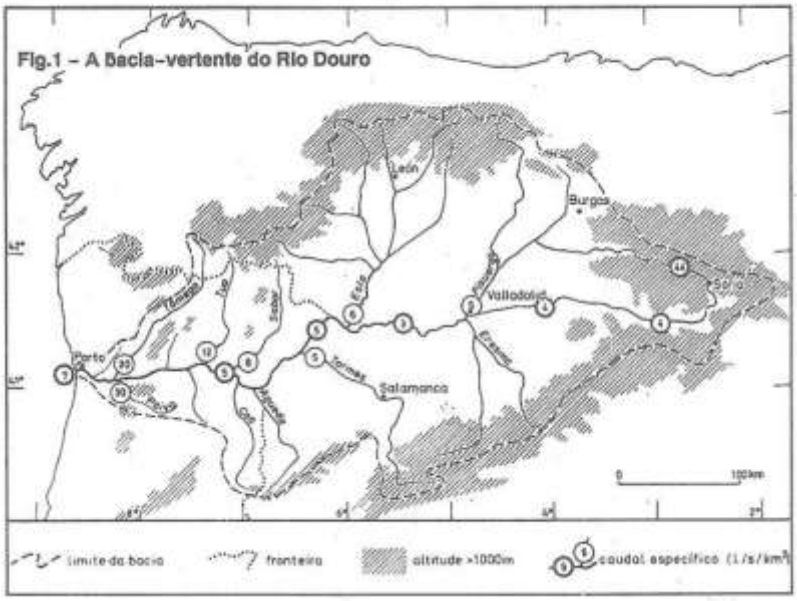


Fig. 2. A parte espanhola da bacia corresponde essencialmente à grande unidade natural da Meseta Norte, entre os Montes Cantábricos, a Sierra de Urbion onde nasce o rio e a Cordilheira Central (Daveau, 2000: 64).

> "A rede hidrográfica do Douro, bastante extensa, drena "a mais vasta depressão interior da Península Ibérica, cujo fundo corresponde à superfície da Meseta, com a sua cobertura terciária". Rodeiam-na a Ocidente e a Noroeste as Serras do Minho e da Galiza, a Norte os Montes Cantábricos, a Nordeste os Montes Ibéricos, onde nasce o Douro, enquanto que a Cordilheira Central constitui o seu bordo meridional, o qual depois se prolonga até à foz pelas serras da Nave, Lapa, Leomil, Montemuro e outras elevações menores. O rio atravessa a bacia ao longo da sua maior dimensão, grosseiramente na direcção Leste-Oeste, dividindo-a em duas faixas assimétricas, pois os afluentes da margem direita, nomeadamente o Tâmega, o Tua, o Sabor, o Esla e o Pisuerga, são bastante mais extensos que os da margem esquerda, onde se salientam o Adaja, o Tormes, o Yeltes, o Águeda e o Côa" (Marques e Pedrosa, 1990).

O Rio Douro nasce em Espanha, na província de Sória, na Sierra de Urbión, a 2.080 metros de altitude. A parte espanhola da bacia corresponde à grande unidade natural da Meseta Norte, entre os Montes Cantábricos, a Serra de Urbion e a Cordilheira Central (Daveau, 2000: 64). Acompanha o nível de aplanamento da Meseta durante cerca de 400 km, correndo com um declive suave. A partir da confluência com o Esla, o Douro deixa de correr ao nível da superfície de aplanação da Meseta e vai escavando a "vigorosa paisagem de erosão", que caracteriza a bacia em Portugal (Ribeiro, Lautensach e Daveau 1988: 505).

Segundo Marques e Pedrosa (1990) "O rio Douro destaca-se no conjunto dos mais importantes cursos de água da Península Ibérica, pois, não só é o terceiro mais extenso (927 km) depois do Tejo (1007 km) e do Ebro (930 km), como drena a mais vasta das cinco grandes bacias hidrográficas peninsulares".

Desenvolve-se paralelamente à diagonal Este-Oeste, embora ligeiramente deslocado para Sul, com uma área total de 97 603 km2, dos quais 18 643 km2 (19,1%) em Portugal e 78 960 km2 (80,9%) em território espanhol. Ao longo do seu curso de 927 km até à foz (no Oceano Atlântico), atravessa o território espanhol numa extensão de 597 km, depois serve de fronteira ao longo de 122 km, percorrendo os últimos 208 km em Portugal. Apesar da área portuguesa ser muito menor que a espanhola, é enorme a sua diversidade em termos orográficos. As altitudes da bacia variam entre os zero metros em S. João da Foz (Porto), onde desagua no oceano, e os 1527 metros na serra do Larouco (Montalegre), no extremo noroeste da bacia (PBHD, 1999: 1 - 1/32).

Na área do Douro internacional, o rio desce cerca de 400 m em 110 km, atingindo 115 m de altitude em Barca de Alva (Daveau, 2000: 64).

A bacia hidrográfica do Douro caracteriza-se pela presença de vários alinhamentos montanhosos de grande importância, constituindo alguns deles o limite natural da bacia. Destaque-se o grande encaixe do vale do rio Douro. O valor do referido encaixe aumenta para o interior, estendendo-se aos setores de jusante dos vales dos seus principais afluentes, acentuando a posição de abrigo aerológico desta área em relação às áreas montanhosas da bacia. Esta posição de abrigo prolonga-se ao longo dos seus principais vales, principalmente na margem direita, devido à sua posição entre diversos alinhamentos montanhosos. Por vezes estes vales dão lugar a depressões interiores mais ou menos extensas, tais como as áreas de Mirandela (230 m) e de Chaves (368 m) (PBHD, 1999: 1 - 1/32).

A bacia do Douro recebe na margem esquerda cursos de água vindos da Cordilheira Central, através do Tormes, do Águeda e do Côa. A norte fica reduzida praticamente às terras transmontanas portuguesas. A margem sul também se estreita de repente, ao aparecerem as bacias do Mondego e do Vouga. A seguir à confluência do Paiva e do Tâmega, na região de Castelo de Paiva, a bacia do Douro reduz-se finalmente a um estreito corredor, até atingir o mar (Ribeiro, Lautensach e Daveau 1988: 506).

2.2. A REDE HIDROGRÁFICA DA BACIA DO DOURO

O Plano da Bacia Hidrográfica do Douro, referido anteriormente, apresenta 19 unidades hidrográficas que correspondem às bacias hidrográficas dos afluentes mais importantes do rio Douro.

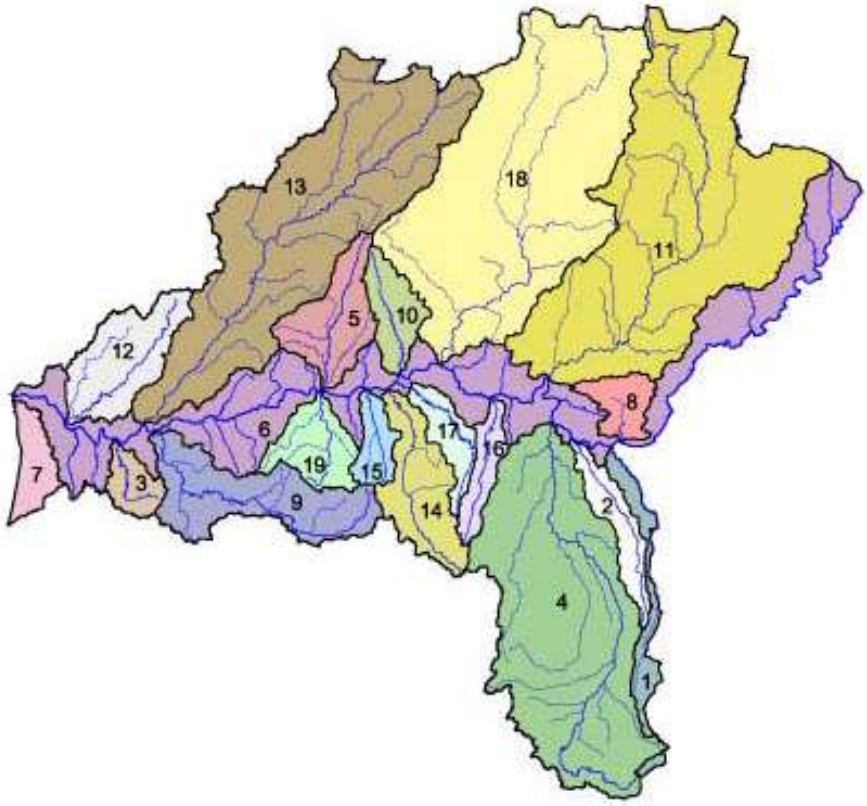


Fig. 3. Representação da rede hidrográfica do Douro (PBHD, 2001a):

1. Águeda
2. Aguiar
3. Arda
4. Côa
5. Corgo
6. Vale do Douro e Douro Internacional
7. Mangas e Valadares[1]
8. Mosteiro
9. Paiva
10. Pinhão
11. Sabor
12. Sousa
13. Tâmega
14. Távora
15. Tedo
16. Teja
17. Torto
18. Tua
19. Varosa

Os principais afluentes do rio Douro em território português são os seguintes:

Na margem esquerda:

- Rio Arda
- Rio Águeda[2]
- Ribeira de Aguiar
- Rio Côa
- Ribeira de Teja
- Rio Torto
- Rio Távora
- Rio Tedo
- Rio Varosa
- Rio Cabrum
- Rio Bestança
- Rio Paiva

Na margem direita:

- Rio Sabor
- Rio Tua
- Rio Pinhão
- Rio Corgo
- Rio Teixeira
- Rio Tâmega
- Rio Sousa
- Rio Tinto

[1] Conforme foi referido anteriormente, a faixa litoral de Gaia, a que corresponde o número 7 - Mangas e Valadares não foi incluído na nossa área de análise.

[2] Faz fronteira entre Portugal e Espanha (distrito da Guarda/província de Salamanca).

> "O vale do Douro apresenta um importante estrangulamento do vale na área de Cinfães, a cerca de 40 km do mar, devido à proximidade da Serra do Montemuro, a sul e do Marão, a norte. A partir da Régua o Douro apresenta-se com um encaixe que atinge perto de 600 m na área de Barca D' Alva". Na região de Miranda do Douro, o encaixe do Rio Douro é bastante "violento", originando paredes subverticais sobretudo quando talhadas no granito" (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

A rede hidrográfica da Bacia do Douro é densa e bem hierarquizada. Os leitos das linhas de água têm geralmente fundo rochoso. O vale do Douro possui algumas curvas importantes, por vezes com controlo estrutural, em toda a sua extensão e é bastante encaixado até próximo da foz. A foz é um "estuário de tipo vestibular, em forma de funil, simples, com apenas um depósito de lodos junto à margem esquerda, ao abrigo da restinga" também conhecido por Cabedelo do Douro (PBHD, 1999: 1 - 4/32).

2.3. O CLIMA

A bacia hidrográfica do Douro manifesta uma grande diversidade de condições climáticas, em virtude da sua grande extensão e variedade em termos morfológicos. Deste modo, podem ser considerados dois conjuntos climáticos com características bem distintas:
- O setor oeste, formado pelas sub-bacias do Sousa, Tâmega e Paiva, e que se pode estender até à sub-bacia do Távora, incluindo ainda toda a faixa litoral da bacia, e que apresenta um clima com influência marítima;
- toda a restante área, situada para leste, na qual se destacam as sub-bacias do Tua, do Sabor e do Côa, o qual se aproxima mais das condições associadas aos climas continentais.

> "Os alinhamentos das serras do Marão, Alvão e Padrela, na margem norte, e das serras da Arada e de Montemuro, com extensões para leste até às serras de Leomil na margem sul, fazem a divisão entre estas duas realidades, constituindo um limite onde a variação das características dos elementos climáticos é bastante brusca" (PBHD, 1999: 1 - 8/32).

As zonas de menor precipitação situam-se na parte oriental do planalto transmontano abarcando as bacias hidrográficas dos rios Tua e Sabor (Mirandela/Macedo de Cavaleiros/Alfândega da Fé). As regiões com maior precipitação localizam-se nas zonas média/superior dos rios Tâmega e Paiva abrangendo os triângulos de Vila Real/Cabeceiras de Basto/Celorico de Basto e Arouca/Tarouca/Castelo de Paiva (*ibidem*).

> "No entanto, a divisão climática não se restringe a uma separação oeste/este da bacia, sendo possível, em cada um destes sectores, definir novas unidades climáticas contrastadas. As áreas planálticas situam-se numa posição intermédia entre as áreas serranas e os vales abrigados, reflectindo-se este facto nas suas características climáticas" (PBHD, 1999: 1 - 9/32).

Todo o Norte de Portugal se integra dentro do Maciço Hespérico, tratando-se, predominantemente de xistos, grauvaques e granitos, com a exceção de algumas rochas básicas existentes nos maciços de Vinhais e Bragança. Encontram-se também alguns quartzitos que ajudam a definir alguns relevos como a Serra de Valongo, nas proximidades do Porto, e pequenas cristas quartzíticas em Trás-os-Montes (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

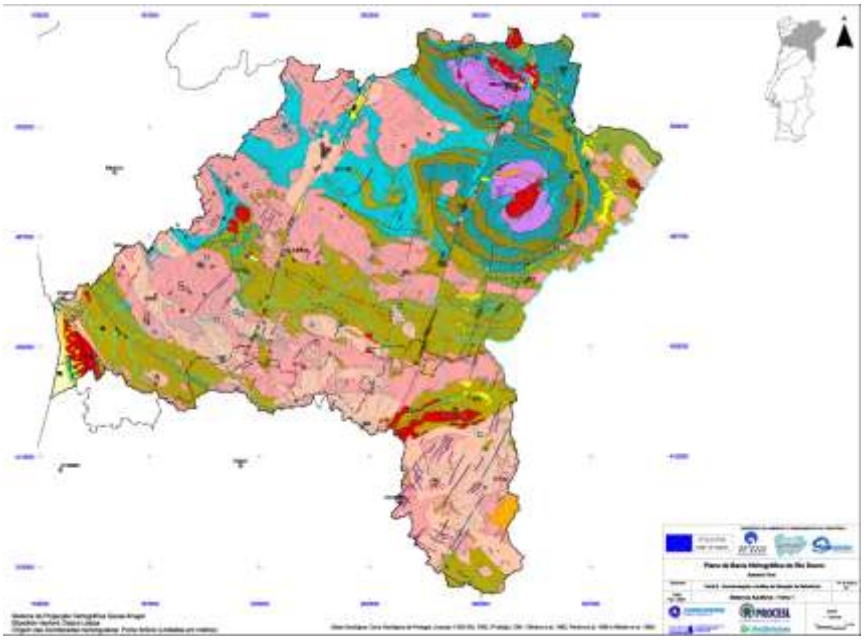


Fig. 4. Geologia da BHD (PBHD, 2001a).

As Unidades Granitóides e Unidades Metassedimentares constituem os elementos geológicos mais representativos da parte portuguesa da bacia do Douro. Estas Unidades são constituídas por:

1. "rochas metassedimentares, que incluem as seguintes litologias:

- Xistos e grauvaques com intercalações de quartzitos e conglomerados (Complexo Xisto-Grauváquico), que ocorre nos setores ocidental e central da região das Beiras e em todos os setores da Bacia Hidrográfica do Douro;
- Quartzitos 'Armoricanos' no setor oriental constituem a ossatura das Serras de Reboredo-Freixo e Poiares (na região de Moncorvo) e afloram desde a Serra de Montesinho, passando próximo de Miranda do Douro, até Vila Flor-Murça; no setor ocidental ocorrem nas Serras de Marão-Alvão e ainda no designado Anticlinal de Valongo;
- Xistos negros, xistos carbonosos, filitos esverdeados e quartzofilitos que afloram numa extensa mancha localizada na parte norte da bacia;
- Xistos borra de vinho (Complexo vulcano-silicioso) que afloram na região de Vinhais, Morais e Bragança.

2. As rochas granitoides estão representadas por:

- Granitos de duas micas, que afloram em extensas faixas graníticas desde Tarouca a Figueira de Castelo Rodrigo, de Salamonde Cabreira até perto de Carrazeda de Ansiães e ainda nas manchas da Serra do Barroso, da Serra do Larouco até Chaves e de Valpaços-Torre de D. Chama;
- Granitos biotíticos, que têm maior expressão nas zonas relacionadas com a falha Vigo-

Régua, aflorando nas regiões de Felgueiras, Paços de Ferreira e prolongando-se por Lamego e Castro Daire até Trancoso;

- Granitos gnáissicos e gnaisses que ocorrem em pequenos afloramentos na faixa Porto-Oliveira de Azeméis e na região de Bragança-Miranda do Douro.

Merecem ainda referência os elementos tectónico-estruturais de âmbito regional, nomeadamente as falhas da Régua e da Vilariça".

Os materiais detríticos, embora pouco representativos, ocorrem na Veiga de Chaves, na zona de Vilariça em alguns locais ao longo do vale inferior do Douro (Medas, Gondomar, Arrábida) e na zona compreendida entre Espinho e o sul do Porto (PBHD, 1999: 1 - 3/32).

2.5. A GEOMORFOLOGIA

Portugal apresenta vários contrastes ao nível das formas de relevo, destacando-se as diferenças entre o Norte e o Sul. A Norte do Rio Tejo há uma predominância de **áreas montanhosas** e planaltos. Pelo contrário, a Sul encontramos vastas **planícies** e pequenas elevações.

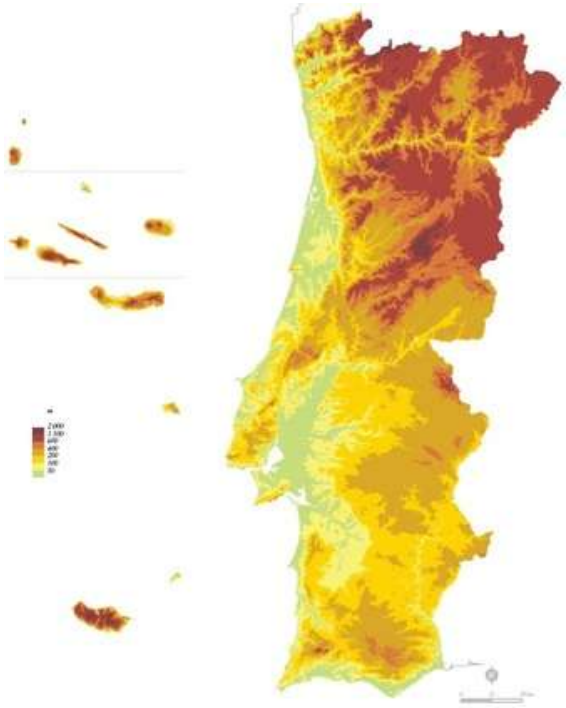


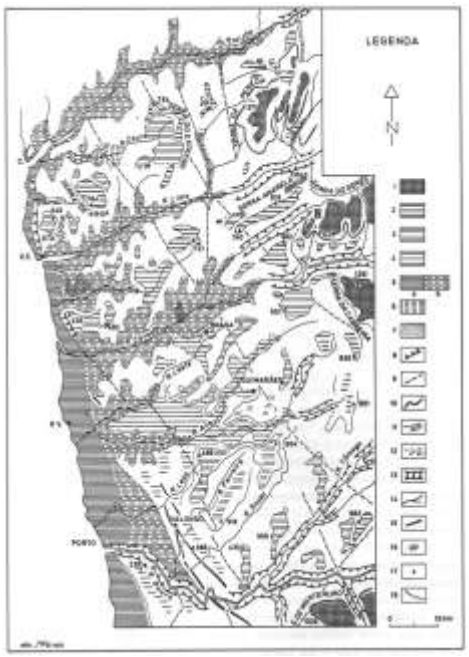
Fig. 5. Mapa hipsométrico de Portugal Continental (IGEO, 2013).

> "Um vigoroso contraste opõe o Alto Portugal do Norte às planícies e colinas do Sul. Enquanto 61,5% das terras baixas (com menos de 200 m de altitude) se situam ao Sul do Tejo, 95,4% das terras que ultrapassam 400 m localizam-se ao norte do rio. O vigor dos contrastes de altitude e a multiplicidade dos blocos montanhosos, desigualmente levantados e basculados, fazem com que a malha da paisagem seja bastante [compartimentada] em todo o Norte e Centro de Portugal. No Alto Portugal é o escalonamento em altitude que se torna o factor principal de diferenciação do espaço e, logo, da organização do ritmo diário e anual da vida dos seus habitantes. No Noroeste, a Ribeira soalheira e quente distingue-se fundamentalmente da Montanha excessivamente chuvosa e nebulosa; no Nordeste, a Terra Quente dos vales e bacias opõe-se à Terra Fria dos planaltos e das serras. Os espaços de vida moldam-se em cada local à forma e ao tamanho

das diversas unidades elementares de relevo: vales, bacias e maciços serranos" (Daveau, 2000: 108).

No Norte de Portugal, podemos considerar dois grandes conjuntos:

- O **Noroeste**, constituído pelo Minho e pelo Douro litoral.



A forte influência do Atlântico juntamente com uma grande movimentação topográfica contribuem para dar a esta área uma tonalidade comum sob o ponto de vista físico (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

Fig. 6. Noroeste. Esboço morfológico do Minho ocidental[3]. A. De Brum Ferreira, 1983 (Daveau, 1987: 254).

O Noroeste de Portugal apresenta um amplo anfiteatro aberto a Oeste, cujos degraus descem até ao mar desde a serra da Peneda até à Cabreira. A partir deste "rebordo de direcção NNW-SSE verifica-se uma subida rápida e entra-se no domínio da Montanha, que está organizada sob a forma de blocos de diversa altitude, separados por fracturas aproveitadas por rios profundamente encaixados". Deste conjunto fazem parte a Serra da Peneda (1373m), Amarela (1361m) e do Gerês (1500m). "O conjunto da serra do Gerês prolonga-se para leste atingindo 1525m na serra do Larouco junto à fronteira com a Galiza. A sul do Cávado encontramos as serras da Cabreira (1261m) e um conjunto planáltico designado por planalto do Barroso, com altitudes ligeiramente superiores a 1200m" (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

- Para leste da barreira de condensação encontramos **Trás-os-Montes e o Alto Douro**.

"(…) Trás-os-Montes apresenta diversas regiões planálticas separadas por vales e depressões de orientação tardi-hercínica (NNE-SSO). Tal é o caso das serras de Alvão e

[3] Legenda: 1. Níveis de aplanamento culminantes das montanhas interiores; 2. Níveis de aplanamento culminantes das montanhas do Minho ocidental; 3. Níveis de aplanamento geralmente embutidos em 2; 4. Níveis de transição entre 3 e 5; 5. Níveis plio-quaternários: a) abrasão marinha; b) erosão subaérea e fluvio-marinha; 6. Alvéolos do Rio Coura (Coura, Covas e Sopo); 7. Depósitos de Alvarães e de Prado; 8. Arriba fóssil, provavelmente de origem tectónica; 9. Alinhamentos de fracturas hercínicas e tardi-hercínicas; 10. Rebordo montanhoso; 11. Alto de vertente; 12. Base de vertente; 13. Garganta; 14. Curso de água; 15. Crista de quartzito; 16. Relevo residual circunscrito. (Altitude, em metros; Fronteira; C Caminha, PV Póvoa do Varzim e VC Viana do Castelo (Daveau, 1987: 254).

> Padrela entre as quais se situa o rio Corgo, instalado num vale de fractura associado à depressão de Chaves-Régua, ao largo da qual se sucedem, de norte para sul, as pequenas bacias de Verín (ainda em Espanha), Chaves, Vidago, Pedras Salgadas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Régua. Para leste desta depressão surge a serra da Padrela, basculhada para oriente e ladeada pela rede hidrográfica do rio Tua, na qual se verifica um contraste entre o traçado dendrítico nas áreas xistentas, a norte, e um traçado rectilínio e encaixado nas áreas graníticas, a sul. O vale do rio Douro, profundamente encaixado nos xistos, marca a passagem para a Beira, na qual se retoma a superfície de aplanação transmontana, afectada, porém, por diversos deslocamentos tectónicos" (Brito, 1994: 49).

Trata-se de uma área a sotavento de um conjunto montanhoso Peneda-Gerês, Cabreira, Alvão e Marão, que apresenta um clima já com alguma continentalidade e onde a intensa fragmentação do relevo minhoto dá lugar a uma maior extensão das superfícies topográficas. Existe, por isso, uma tonalidade comum sob o ponto vista climático e geomorfológico, sobretudo se considerarmos que o planalto transmontano e o vale do Douro apresentam, pela sua complementaridade, uma certa unidade (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

A coincidência entre as superfícies planálticas de Trás-os-Montes e as áreas com um clima relativamente frio, permite, muitas vezes, utilizar a expressão Terra Fria para designar as áreas de montanha e planalto e Terra Quente para identificar o vale do Douro, dos seus afluentes e de algumas bacias tectónicas suficientemente deprimidas para terem um clima semelhante ao dos vales encaixados no planalto (ex: Bacia de Mirandela). Dentro de cada um destes conjuntos podemos considerar diversas unidades definidas através da geomorfologia e do clima (*ibidem*).



Fig. 7. Esboço morfológico de Trás-os-Montes Oriental. A. Ribeiro. 1966, inédito (Daveau, 1987: 246/247).

O Planalto transmontano não é uma área uniforme, mas um mosaico de blocos desnivelados por acidentes tectónicos. Só que, ao contrário do que se passava no Noroeste em que os blocos eram

de dimensões relativamente pequenas, gerando um relevo muito movimentado, em Trás-os-Montes encontramos blocos mais extensos, separados pelos grandes acidentes Bragança-Manteigas e Verín-Penacova. Além disso, o arranque das montanhas, em Trás-os-Montes oriental, não se faz a partir de interflúvios relativamente baixos, como no Noroeste, mas de superfícies de altitudes que rondam os 700 m. Daí que em Trás-os-Montes se tenha uma impressão de maior uniformidade das formas e de maior regularidade do relevo que acabou por institucionalizar a expressão "Planalto Transmontano", que corresponde [aos planaltos centrais de A. B Ferreira (1991) e a uma parte da] superfície da Meseta Setentrional (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

> "A Meseta é uma superfície de aplanamento bem conservada, que atinge uma rigidez notável para oriente do Côa, com altitudes que decrescem nitidamente em direcção a noroeste, passando de 950-1000 m no sopé da Serra da Malcata a 400-450 m nas proximidades do Douro. Um abrupto rectílineo, de direcção geral NNE-SSW, com uma altura de cerca de 300m, separa a superfície da Meseta dos planaltos centrais, no sector a norte da bacia de Celorico" (Ferreira, 1978: 8).

A superfície da Meseta Ibérica encontra-se em território português em ambos os lados do rio Douro, encontrando-se muito bem conservada no Planalto Mirandês e a leste do Côa, no Nordeste da Beira. Os vales dos rios Sabor, Maçãs e em especial o do Douro, com vertentes abruptas, estão fortemente encaixados na superfície deste Planalto (Araújo e Pérez Alberti, 1999). Junto à fronteira, o bom estado de conservação da superfície da Meseta permite verificar que esta se encontra nitidamente inclinada para norte: com uma altitude de 950 m no sopé da Serra da Malcata, ela atinge apenas 600 m a 6 km para sul do Douro. Há, pois, uma descida de 350 m numa distância de 70 km (Ferreira, 1978: 52).

A bacia do Douro é caracterizada, do ponto de vista geomorfológico, por quatro grandes unidades: montanhas, superfícies planálticas, vales e estuário.

Montanhas:

- São relevos salientes da superfície planáltica que constituem maciços montanhosos;
- São os principais centros de dispersão hidrográfica;
- Os maciços montanhosos mais importantes da bacia do Douro localizam-se:
    - Na margem direita, entre o Douro Internacional e a bacia do Sabor, entre as bacias do Tua e do Sabor, entre o Tua e o Corgo, entre o Tâmega e o Corgo e entre o Tâmega e o Cávado;
    - Na margem esquerda, salientam-se as serras que separam a bacia do Douro da do Vouga e do Mondego (PBHD, 1999: 1 - 3/32).



Fig. 8. Hipsometria da Bacia do Douro (IGP adaptado, 2001).

Os maciços montanhosos que se destacam na Bacia Hidrográfica do Douro são os seguintes:

Serra de Montesinho	1486 m
Serra do Marão	1415 m
Serra de Montemuro	1382m
Serra da Nogueira	1319 m
Serra da Cabreira	1286 m
Serra do Alvão	1283 m
Serra do Barroso	1279 m
Serra da Coroa	1273 m
Serra de Bigorne	1210 m
Serra de Bornes	1200 m
Serra da Padrela	1146 m
Serra da Falperra	1134 m
Serra da Arada	1116 m
Serra da Gralheira	1116 m
Serra de Mairos	1084 m
Serra da Malcata	1072 m
Serra de Santa Comba	1041 m
Serra de Leomil	1008 m
Serra de Mogadouro	993 m
Serra da Marofa	977 m
Serra do Reboredo	966 m
Serra da Lapa	955 m
Serra de São Tiago	400 m

Superfícies planálticas:

- São as formas mais representadas em toda a Bacia;
- Correspondem a superfícies de aplanamento, com altitudes entre os 700m e os 1400m.
- Exemplo: planalto transmontano (PBHD, 1999: 1 - 3/32).

O Planalto Mirandês, situado no extremo NE de Portugal, é limitado a oeste por uma escarpa de falha retilínea, que o separa da bacia de abatimento do curso superior do Sabor (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

Vales

- A parte superior dos vales apresenta, normalmente, formas suaves e fundos largos.
- O vale do Douro tem estrangulamentos e vertentes íngremes, sempre que atravessa um maciço granítico.

> "Esta formidável paisagem de erosão do troço superior do Douro português e dos seus afluentes forma, com a bacia de abatimento de Mirandela e outras pequenas bacias condicionadas pela tectónica recente, uma região a que dão unidade tanto a natureza com a ocupação humana, região que se intercala nos restos de alta peneplanície de Trás-os-Montes e da Beira Transmontana e que é chamada de Alto Douro" (Lautensach, 1987b: 148).

- Os vales estruturais retilíneos encontram-se predominantemente nos granitos;
- Os vales de meandros encontram-se nos xistos (PBHD, 1999: 1 - 3/32):

> "Pela sua extensão e importância, e pelas suas nítidas diferenças de comportamento, as manchas de granito e de xisto determinam estilos de paisagem que importa precisar. (...)" (Ribeiro, 1987: 178). "O granito, cortado por uma rede apertada de diáclases, coberto por um manto de alterações *in situ*, é muito mais permeável que os xistos argilosos. Estes cobrem-se portanto de uma cabeleira de sulcos por onde correm as águas das chuvas; a rocha parte-se e esfolheia-se (…). Todas as escarpas se esbatem, todas as superfícies se degradam. No granito, a alteração penetra profundamente na rocha sem modificar as formas da superfície; a arenização conserva, ou até exagera, uma topografia de maturidade, com vales escancarados, fundos largos e vertentes esbatidas" (*Idem*: 174).
>
> "A rede hidrográfica [em zonas de granito] tende, portanto a ser bastante encaixada e rígida, com numerosos vales de fractura de vertentes vigorosas. Pelo contrário, os xistos são mais impermeáveis (…) dando origem a relevos ondulados com cabeços arredondados, em que os cursos fluviais meandrizam suavemente" (Brito, 1994: 46).

Das citações apresentadas anteriormente, podemos perceber que a paisagem da região estudada é nitidamente marcada pela diferença entre zonas de granito e zonas de xisto, que determinam, em boa parte, a morfologia dos vales.

2.6. AS UNIDADES DE PAISAGEM

A divisão do território português em unidades de paisagem remonta ao trabalho de Lautensach publicado em 1932 e, com base nas características climáticas e do relevo, considera para o Norte de Portugal duas grandes unidades: o "Alto Portugal Ocidental" e o "Alto Portugal Oriental".

O Alto Portugal divide-se em numerosas subunidades, maciços montanhosos de pouca extensão, planaltos às vezes mais vastos, vales e depressões desigualmente deprimidos (Daveau, 1987: 217).

> "No caso do Norte de Portugal, essa divisão é particularmente pertinente já que a intensa movimentação topográfica que caracteriza o Noroeste de Portugal coincide, grosso modo, com uma área de clima mais influenciado pelo Atlântico (húmido e com baixas amplitudes térmicas) em contraste com as condições que predominam no planalto transmontano e nos vales e bacias nele embutidos" (Araújo e Pérez Alberti, 1999).

Segundo Suzanne Daveau (1987: 216) a divisão do relevo português em grandes unidades não é fácil de realizar, já que muitas delas constituem

> "o prolongamento ocidental de unidades maiores, largamente estendidas além da fronteira espanhola. A oposição principal marca-se classicamente entre o que Lautensach chamou o Alto Portugal, complexo sistema de montanhas e planaltos que ultrapassam os 700 a 800 m, entrecortados por vales profundos e por depressões alargadas, e as regiões ocidentais e meridionais, muito mais baixas, onde vales menos fundos e vastas planícies separam colinas que não ultrapassam em geral 400 a 600m e só excecionalmente atingem alturas superiores a 900 metros".

Esta autora defende que Lautensach

> "mostrou que o limite do Alto Portugal é bastante nítido e divide-se em dois segmentos de orientação diferente. O meridional, que acompanha o sopé da Cordilheira Central, é efectivamente o traço fundamental da organização do relevo português e, aliás, peninsular; mas não se pode dizer o mesmo do limite ocidental. Várias unidades naturais, de indiscutível coerência, recortam-no e desenvolvem-no tanto no compartimento levantado como na orla atlântica (…) É o caso do anfiteatro minhoto, cujos degraus sucessivos descem até ao oceano a partir de alto rebordo montanhoso, de orientação NNW-SSE, da Serra da Peneda até à da Cabreira, NNE-SSW, além do rio Tâmega, da Serra do Alvão até à Serra da Freita. Outra unidade, muito individualizada e indissociável, é o profundo vale do Douro que começa a encaixar-se a sair da Meseta Norte em Espanha e que mantem vigorosíssimo entalhe até desaguar no mar, a jusante do Porto" (*ibidem*).

Um outro autor a apresentar a divisão de Portugal em unidades de paisagem foi Orlando Ribeiro, que nos fala do Norte Atlântico, Norte Transmontano e no Sul, subdivididos em 23 unidades distintas.

> "Este mapa de Orlando Ribeiro em 1945 esquematiza três graus de divisão: o contraste entre Norte e Sul do país; a divisão do Norte Atlântico e Norte Transmontano e a divisão do território em 23 "unidades de paisagem".[4] Este mosaico das 23 unidades fisionómicas fundamentais traduz o acordo que se tinha atingido, durante a primeira metade do séc. XIX, entre as unidades naturais, decorrentes dos contrastes de relevo, e o padrão do seu aproveitamento pelas diversas componentes da sociedade portuguesa" (Daveau, 2000: 98/99).

Das 23 unidades de paisagem distinguidas por O. Ribeiro, apresentamos apenas aquelas que se referem ao nosso objeto de estudo:

[4] O mapa não passa, segundo Suzanne Daveau, intencionalmente, de um esquema simplificado.

NORTE ATLÂNTICO
1. Entre Douro e Minho
2. Montanhas do Minho
3. Montanhas do Norte da Beira e Douro
4. Terras de média altitude da Beira Litoral
5. Planaltos da Beira Alta
6. Beira Litoral.
NORTE TRANSMONTANO
7. Cordilheira Central
8. Planaltos e montanhas de Trás-os-Montes
9. Planaltos e montanhas da Beira Transmontana



Fig. 9. Divisão de Portugal em 23 unidades de Paisagem segundo Orlando Ribeiro (Daveau, 2000: 98).

Presentemente, o trabalho de Cancela d' Abreu, Correia e Oliveira (2004) define cerca de 128 unidades de paisagem para todo o território de Portugal Continental. Segundo estes autores:

> "Estas unidades foram reunidas em grupos de unidades segundo caracterizações geográficas já existentes para o país e que dizem respeito sobretudo a características de clima, morfologia e vegetação. Foram considerados 22 grupos de unidades, de dimensões variáveis. Quanto às unidades, algumas foram subdivididas em sub-unidades. (D'Abreu e Correia, s/d: 8) Foram consideradas como unidades de paisagem áreas com características de paisagem relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exactamente iguais em toda a área, mas por terem um padrão específico que se repete e que diferencia a unidade em causa da área envolvente. O factor determinante para a especificidade da paisagem numa Unidade não é sempre o mesmo: podem ser as formas do relevo, a altitude, o uso do solo, a urbanização, etc. Para além do padrão de paisagem específico, para que se defina uma Unidade considerou-se também que devia existir uma coerência interna e um carácter próprio, identificável do interior e do exterior e directamente associado às representações da paisagem na identidade local e/ou regional. Na generalidade, foram consideradas como sub-unidades áreas com características claramente diferentes do que as envolve, mas com dimensão demasiado reduzida para corresponder a uma unidade, ou áreas que tinham características semelhantes à envolvente mas que sofreram recentemente alterações significativas provocadas pela actividade humana, ou ainda áreas de grandes dimensões com características semelhantes ao resto da unidade mas distintas por algum aspecto particular. A individualização de unidades, mesmo com dimensões reduzidas, foi considerada justificada em caso de paisagens com um caracter muito próprio, com uma forte identidade, claramente diferente da envolvente" (D'Abreu e Correia, 2004: 10).

Os vinte e dois grupos referidos no texto são distribuídos pelo território nacional, da seguinte forma:

A – Entre Douro e Minho
B – Montes entre Larouco e Marão
C – Trás-os-Montes
D – Área Metropolitana do Porto
E – Douro
F – Beira Alta
G – Beira Interior
H – Beira Litoral
I – Maciço Central
J – Pinhal do Centro
K – Maciços Calcários da Estremadura
L – Estremadura – Oeste
M – Área Metropolitana de Lisboa – Norte
N - Área Metropolitana de Lisboa – Sul
O – Ribatejo
P – Alto Alentejo
Q – Terras do Sado
R – Alentejo Central
S - Baixo Alentejo
T – Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino
U – Serras do Algarve e do Litoral Alentejano
V - Algarve



Fig. 10. Unidades de Paisagem de Portugal Continental (DGT 2013)[5].

Para a área que nos encontramos a estudar registamos 34 subunidades de paisagem.

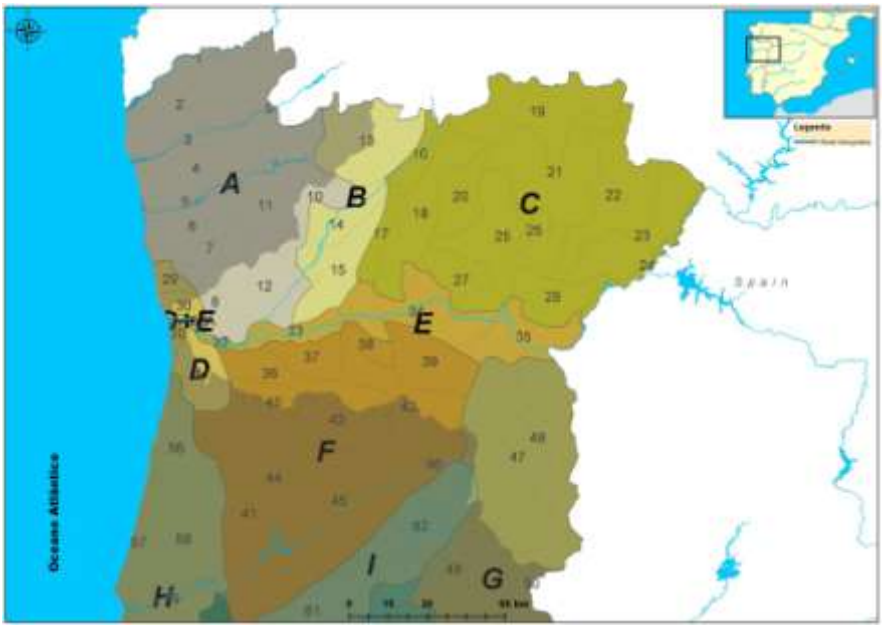


Fig. 11. Unidades de Paisagem que se inserem dentro da Bacia Hidrográfica do Douro (Mapa de Luís Sousa, a partir do mapa cedido pela DGT).

[5] Este mapa foi gentilmente cedido pela Direção Geral do Território.

A – Entre Douro e Minho
8. Serras de Valongo
10. Serra da Cabreira e Montelongo
12. Baixo Tâmega e Sousa

B – Montes entre Larouco e Marão
13. Serras do Larouco e Barroso
14. Terras de Basto
15. Serras do Marão e Alvão

C – Trás-os-Montes
16. Veiga de Chaves
17. Vale do Corgo
18. Serras da Falperra e Padrela
19. Terra Fria Transmontana
20. Baixa de Valpaços
21.Terras de Bragança e Macedo de Cavaleiros
22. Vale do Sabor
23. Planalto Mirandês
24. Douro Internacional
25. Terra Quente Transmontana
26. Serra de Bornes
27. Baixo Tua e Ansiães
28. Baixo Sabor e Terras Altas de Moncorvo

D – Área Metropolitana do Porto
30. Grande Porto
32. Baixo Douro

E – Douro
32. Baixo Douro
33. Riba-Douro
34. Douro Vinhateiro
35. Alto Douro

F – Beira Alta
36. Baixo Paiva
37. Serra de Montemuro
38. Pomares de Lamego e Moimenta da Beira
39. Planalto de Penedono
40. Serra da Arada
42. Alto Paiva e Vouga
43. Serras de Leomil e Lapa

G – Beira Interior
47. Planalto da Beira Transmontana
48. Vale do Côa
50. Penha Garcia e Serra da Malcata

Julgamos ser útil a caracterização, embora sumária, das várias subunidades de paisagem que integram a Bacia Hidrográfica do Douro. Algumas delas não se enquadram totalmente, sendo os casos mais evidentes o n.º 42 - Alto Paiva e Vouga e o n.º 50 - Penha Garcia e Serra da Malcata. Essa caracterização sumária das unidades de paisagem vai ser apresentada no Volume II, Apêndice 2.

Terminamos este ponto com a convicção de que a informação compilada neste capítulo nos permite conhecer, de uma forma muito genérica, o quadro físico da Bacia Hidrográfica do Douro.

I.3. A CONSTRUÇÃO DE UMA BASE DE DADOS DE SÍTIOS/VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

O assunto abordado neste capítulo é um dos pilares desta tese de doutoramento, sendo fundamental para o estudo da Pré-história Recente (do VI ao I milénio a.C.) da Bacia Hidrográfica do Douro, em Portugal. No processo de estruturação do nosso trabalho, deparámo-nos com algumas questões relacionadas com a construção de uma Base de Dados de Sítios/Vestígios Arqueológicos, nomeadamente com a grande variabilidade/diversidade de "sítios arqueológicos" que se inserem entre o VI e I milénios a.C. A classificação de tipos de "sítios da Pré-história Recente", bem como a recorrente utilização de terminologias ambíguas, são dois aspetos expostos de forma muito sumária, assim como a apresentação de uma nova proposta de Tipos de Sítios/Vestígios Arqueológicos para a Bacia Hidrográfica do Douro. Um outro assunto abordado prende-se com as questões metodológicas aplicadas à seleção das coordenadas utilizadas para a construção de mapas temáticos, relativos ao nosso universo de estudo.

3.1. A CONSTRUÇÃO DA BASE DE DADOS

> "Inventariar significa compilar, atualizar, gerir e disponibilizar informação estruturada que descreva um objeto (ou conjunto de objetos) em momentos determinados do tempo, tendo em vista a compreensão do seu valor material e simbólico.
>
> Os inventários do património (…) transformaram-se gradualmente em complexos sistemas de informação, constituídos por dados textuais e iconográficos, capazes de fornecer chaves para leituras polivalentes, orientadas para as diferentes necessidades e procuras" (Alçada, 1998: 49).

Como compilar e gerir os dados arqueológicos da "Pré-história Recente" da Bacia Hidrográfica do Douro? Numa primeira fase optou-se pela construção de uma Base de Dados de sítios arqueológicos.

Sabendo que uma base de dados é um conjunto estruturado de informação, optámos por começar pela recolha e sistematização de dados, com o intuito de realizar um inventário exaustivo de sítios do VI ao I milénio a.C., para toda a área do projeto.

> "A Arqueologia trabalha com muitos e diversos dados. As várias fases do processo arqueológico, prospeção, escavação e interpretação, produzem um numeroso e variado leque de informação que é necessário armazenar, tratar e divulgar" (Santos *et al.*, 2004: 2).

Atendendo à extensão da Bacia Hidrográfica do Douro, em território português, e à existência da Base de Dados de Sítios Arqueológicos do Instituto Português de Arqueologia (atual DGPC) disponível online, foi possível congregar um conjunto de dados que provêm da revisão de bibliografia arqueológica e dos resultados de trabalhos arqueológicos desenvolvidos no país desde os finais da década de noventa do século passado. Esta Base de Dados online (*Endovélico*) reúne um conjunto de dados, tais como a localização administrativa de um determinado sítio arqueológico, o seu período cronológico, tipo de sítio, descrição e referências bibliográficas, encontrando-se disponível para todos os investigadores,

nacionais e estrangeiros. Apesar de constituírem um bom ponto de partida, algumas fichas, por conterem apenas uma descrição muito sumária dos sítios, carecem de ser revistas, analisadas e complementadas com outros dados. Decidimos selecionar todas as fichas referentes ao período de tempo que nos encontramos a estudar e às unidades geográficas que se integram na nossa área de análise, o que nos levou a um processo de revisão dos dados relativos aos vestígios pré-históricos da região.

O trabalho de pesquisa bibliográfica

A recolha bibliográfica consistiu na consulta de obras de carácter geral; de artigos de revistas arqueológicas; de publicações de variada índole relacionada com a Pré-história da região; das bases de dados do IGESPAR e IHRU (SIPA), assim como de outras fontes de informação específica e diversa. Falamos de trabalhos de mestrado ou de doutoramento relacionados com projetos arqueológicos a decorrer na zona, que hoje em dia se encontram disponíveis online, nos repositórios digitais das respetivas universidades, ou em plataformas digitais como o Academia.Edu.

De modo a ter acesso a informação atualizada das cartas arqueológicas com dados inéditos, foram contactadas, por email e via telefone, as 68 câmaras municipais dos 68 concelhos estudados, privilegiando o contacto com os gabinetes de arqueologia ou os técnicos de arqueologia. Raras foram as entidades que nos deixaram sem resposta; em alguns casos foi-nos cedido, sem qualquer tipo de constrangimento, os elementos que integram trabalhos de inventário e cartas arqueológicas com dados inéditos; noutros casos foram-nos enviadas publicações sobre a temática solicitada; e por fim, algumas câmaras sugeriram a consulta de determinada bibliografia. No prosseguimento deste processo de recolha de informação, entrámos em contacto com Museus Municipais, possuidores de coleções arqueológicas do período estudado. Algumas empresas de Arqueologia permitiram a consulta de relatórios e trabalhos realizados. Por último, mas mostrando-se, efetivamente, o meio mais frutuoso no que concerne a obtenção de informação, destaca-se o contacto direto com colegas arqueólogos que desenvolvem trabalhos na área estudada, e cuja contribuição foi fundamental para a prossecução deste trabalho.

Este momento foi também fundamental para a obtenção de coordenadas recentes e atualizadas dos sítios arqueológicos. Para além das Câmaras Municipais, do Museu do Côa, da empresa Arqueologia e Património e dos colegas arqueólogos, destacamos o papel de Filipa Bragança, da DIDO (Divisão de Inventário, Documentação e Arquivo, do antigo IGESPAR), que nos facultou dezenas de coordenadas ainda não inseridas no Endovélico.

3.2. A BASE DE DADOS DE SÍTIOS/VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS (DO VI AO I MILÉNIO A.C.) DA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

Uma base de dados é um instrumento de trabalho fundamental em arqueologia, na qual é possível armazenar dados de maneira estruturada. Organizámos a nossa Base de Dados através da compilação de um conjunto de dados, sob a forma de fichas de sítios arqueológicos. Pensamos que a ficha de sítio criada para a nossa Base de Dados corresponde às exigências que se colocam a um inventário sistemático de património arqueológico, em especial da "Pré-história Recente", de uma área tão ampla e

diversificada, como é o caso da Bacia Hidrográfica do Douro. É abrangente o suficiente para servir de suporte ao levantamento dos vestígios arqueológicos que constituem os grupos tipológicos estabelecidos, mas, ao mesmo tempo, suficientemente detalhada na medida em que comporta todos os elementos considerados adequados à identificação e caracterização dos elementos a inventariar. A sua conceção recolheu inspiração em diversas fichas aplicadas à inventariação de património imóvel, nomeadamente: da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Sistema de Inventário do Património Arquitetónico), atual Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana; do ex-Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR) e ex-Instituto Português de Arqueologia (IPA), atual DGPC; da empresa Crivarque e do Projecto de Inventário do Património Imóvel dos Açores.

Foram definidas previamente duas versões da ficha de sítio arqueológico, mas cuja funcionalidade foi colocada em causa à medida que se começou a introduzir os dados. Esta última versão ajusta-se às necessidades desencadeadas pela análise da diversa bibliografia consultada.



Esquema 1. Estrutura da Ficha de Sítio/Vestígio da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro.

A ficha de sítio arqueológico encontra-se organizada em vários descritores, com os seus respetivos campos e subcampos.

Identificação	N.º Inventário Designação CNS
Localização	Topónimo/Lugar Freguesia; Concelho; Distrito Localização/Acessos Altitude WGS84 Long./WGS84 Lat. C.Militares M./C.Militares P. Fonte
Caraterização do sítio	Tipo de Sítio – Categoria Tipologia

	Subtipologia Observações - tipologia Cronologia a) IND; PHA; PHR; IF; PR; EpMe; EpMo; EpCo b) VI; V; IV; III; II; I milénio a.C. Datações absolutas Descrição: Vestígios de períodos anteriores; Vestígios da Pré-história Recente; Vestígios de períodos posteriores Outros sítios com os quais se relaciona Arte rupestre Observações Prospeção/Escavação Núcleo/Estado de Conservação
Caraterização do meio envolvente	Implantação Topográfica Contexto Geológico Linhas de água/nascentes
Caraterização etnográfica	Tradições/Lendas Circunstâncias da sua descoberta Particularidades
Componente artefactual	Componente artefactual Cerâmicas; Líticos; Metais; Ossos Humanos; Fauna; Ecofactos
Bibliografia	Bibliografia

Tabela 1. Descritores da Ficha de Sítios/Vestígios Arqueológicos.

Num primeiro ponto – IDENTIFICAÇÃO – identifica-se o vestígio arqueológico em causa através do seu número de inventário (atribuído de forma sequencial) e a sua designação ou designações (por vezes, um mesmo sítio é conhecido por vários nomes). De seguida, procede-se à sua LOCALIZAÇÃO. Aqui reunimos um conjunto de informações que reúnem os seguintes itens: topónimo/lugar; freguesia; concelho; distrito; localização e acessos ao sítio; altitude; coordenadas no sistema WGS84 e coordenadas militares (longitude e latitude; meridiano e paralelo) e respetiva fonte de informação.

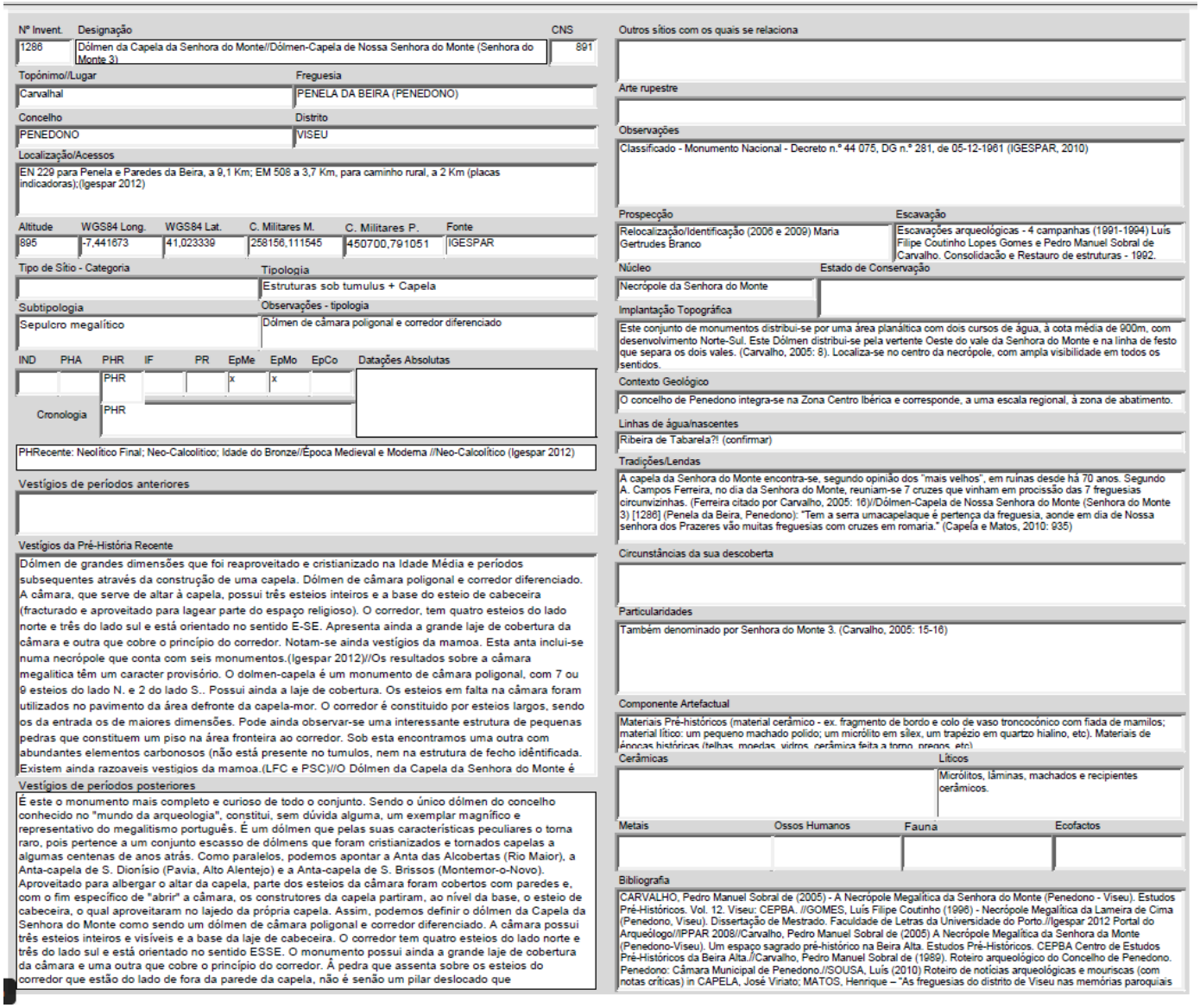
Passamos para a CARACTERIZAÇÃO DO VESTÍGIO, que contempla o tipo de sítio (categoria, tipologia e subtipologia) e respetivas observações que possam ser necessárias; cronologia e datações absolutas que existam para o sítio; descrição dos vestígios arqueológicos (divididos em três itens separados: vestígios da Pré-história Recente, vestígios de períodos anteriores e posteriores) e trabalhos efetuados (prospeção, escavação). Decidimos individualizar os motivos de arte rupestre encontrados no sítio arqueológico para que essa informação não passe despercebida. Foi ainda incluído um item referente ao núcleo ou conjunto de sítios que façam parte, ou que os investigadores assumam que façam parte, da mesma realidade: estamos a pensar nos núcleos de arte rupestre ou de estruturas sob *tumulus*. Por fim, contempla-se o estado de conservação do sítio, um elemento importante a ter em consideração, atendendo a que muitos deles já se encontram completamente destruídos.

Consideramos essencial a caracterização dos vestígios arqueológicos a vários níveis, nomeadamente a CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE (implantação topográfica; contexto geológico; linha(s) de água), a caracterização da COMPONENTE ARTEFACTUAL e a CARACTERIZAÇÃO ETNOGRÁFICA

(tradições/lendas; circunstâncias da sua descoberta; particularidades, que se relacionam com a temática que estamos a estudar: paisagem e memória social).

Este é um ponto-chave da nossa investigação. Olhamos para os vestígios com ocupações pré-históricas como um pretexto para percebermos cada entidade como um todo, tendo em consideração não só os elementos arqueográficos, mas tentando compreender de que forma as populações locais se relacionam com esses elementos.

Introduzimos, ainda, um campo para observações gerais e a bibliografia consultada. Optámos também por colocar o Código Nacional de Sítio (CNS) no início de cada ficha.



Nº Invent. 1286 | Designação: Dólmen da Capela da Senhora do Monte//Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte (Senhora do Monte 3) | CNS: 891

Topónimo//Lugar: Carvalhal | Freguesia: PENELA DA BEIRA (PENEDONO)

Concelho: PENEDONO | Distrito: VISEU

Localização/Acessos: EN 229 para Penela e Paredes da Beira, a 9,1 Km; EM 508 a 3,7 Km, para caminho rural, a 2 Km (placas indicadoras);(Igespar 2012)

Altitude	WGS84 Long.	WGS84 Lat.	C. Militares M.	C. Militares P.	Fonte
895	-7,441673	41,023339	258156,111545	4507O0,791051	IGESPAR

Tipo de Sítio - Categoria: | Tipologia: Estruturas sob tumulus + Capela

Subtipologia: Sepulcro megalítico | Observações - tipologia: Dólmen de câmara poligonal e corredor diferenciado

IND	PHA	PHR	IF	PR	EpMe	EpMo	EpCo	Datações Absolutas
		PHR			x	x		

Cronologia: PHR

PHRecente: Neolítico Final; Neo-Calcolítico; Idade do Bronze//Época Medieval e Moderna //Neo-Calcolítico (Igespar 2012)

Vestígios de períodos anteriores:

Vestígios da Pré-História Recente: Dólmen de grandes dimensões que foi reaproveitado e cristianizado na Idade Média e períodos subsequentes através da construção de uma capela. Dólmen de câmara poligonal e corredor diferenciado. A câmara, que serve de altar à capela, possui três esteios inteiros e a base do esteio de cabeceira (fracturado e aproveitado para lagear parte do espaço religioso). O corredor, tem quatro esteios do lado norte e três do lado sul e está orientado no sentido E-SE. Apresenta ainda a grande laje de cobertura da câmara e outra que cobre o princípio do corredor. Notam-se ainda vestígios da mamoa. Esta anta inclui-se numa necrópole que conta com seis monumentos.(Igespar 2012)//Os resultados sobre a câmara megalítica têm um caracter provisório. O dolmen-capela é um monumento de câmara poligonal, com 7 ou 9 esteios do lado N. e 2 do lado S.. Possui ainda a laje de cobertura. Os esteios em falta na câmara foram utilizados no pavimento da área defronte da capela-mor. O corredor é constituido por esteios largos, sendo os da entrada os de maiores dimensões. Pode ainda observar-se uma interessante estrutura de pequenas pedras que constituem um piso na área fronteira ao corredor. Sob esta encontramos uma outra com abundantes elementos carbonosos (não está presente no tumulos, nem na estrutura de fecho identificada. Existem ainda razoaveis vestigios da mamoa.(LFC e PSC)//O Dólmen da Capela da Senhora do Monte é

Vestígios de períodos posteriores: É este o monumento mais completo e curioso de todo o conjunto. Sendo o único dólmen do concelho conhecido no "mundo da arqueologia", constitui, sem dúvida alguma, um exemplar magnífico e representativo do megalitismo português. É um dólmen que pelas suas características peculiares o torna raro, pois pertence a um conjunto escasso de dólmens que foram cristianizados e tornados capelas a algumas centenas de anos atrás. Como paralelos, podemos apontar a Anta das Alcobertas (Rio Maior), a Anta-capela de S. Dionísio (Pavia, Alto Alentejo) e a Anta-capela de S. Brissos (Montemor-o-Novo). Aproveitado para albergar o altar da capela, parte dos esteios da câmara foram cobertos com paredes e, com o fim específico de "abrir" a câmara, os construtores da capela partiram, ao nível da base, o esteio de cabeceira, o qual aproveitaram no lajedo da própria capela. Assim, podemos definir o dólmen da Capela da Senhora do Monte como sendo um dólmen de câmara poligonal e corredor diferenciado. A câmara possui três esteios inteiros e visíveis e a base da laje de cabeceira. O corredor tem quatro esteios do lado norte e três do lado sul e está orientado no sentido ESSE. O monumento possui ainda a grande laje de cobertura da câmara e uma outra que cobre o princípio do corredor. A pedra que assenta sobre os esteios do corredor que estão do lado de fora da parede da capela, não é senão um pilar deslocado que

Outros sítios com os quais se relaciona:

Arte rupestre:

Observações: Classificado - Monumento Nacional - Decreto n.º 44 075, DG n.º 281, de 05-12-1961 (IGESPAR, 2010)

Prospecção: Relocalização/Identificação (2006 e 2009) Maria Gertrudes Branco | Escavação: Escavações arqueológicas - 4 campanhas (1991-1994) Luís Filipe Coutinho Lopes Gomes e Pedro Manuel Sobral de Carvalho. Consolidação e Restauro de estruturas - 1992.

Núcleo: Necrópole da Senhora do Monte | Estado de Conservação:

Implantação Topográfica: Este conjunto de monumentos distribui-se por uma área planáltica com dois cursos de água, à cota média de 900m, com desenvolvimento Norte-Sul. Este Dólmen distribui-se pela vertente Oeste do vale da Senhora do Monte e na linha de festo que separa os dois vales. (Carvalho, 2005: 8). Localiza-se no centro da necrópole, com ampla visibilidade em todos os sentidos.

Contexto Geológico: O concelho de Penedono integra-se na Zona Centro Ibérica e corresponde, a uma escala regional, à zona de abatimento.

Linhas de água/nascentes: Ribeira de Tabarela?! (confirmar)

Tradições/Lendas: A capela da Senhora do Monte encontra-se, segundo opinião dos "mais velhos", em ruínas desde há 70 anos. Segundo A. Campos Ferreira, no dia da Senhora do Monte, reuniam-se 7 cruzes que vinham em procissão das 7 freguesias circunvizinhas. (Ferreira citado por Carvalho, 2005: 16)//Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte (Senhora do Monte 3) [1286] (Penela da Beira, Penedono): "Tem a serra umacapelaque é pertença da freguesia, aonde em dia de Nossa senhora dos Prazeres vão muitas freguesias com cruzes em romaria." (Capela e Matos, 2010: 935)

Circunstâncias da sua descoberta:

Particularidades: Também denominado por Senhora do Monte 3. (Carvalho, 2005: 15-16)

Componente Artefactual: Materiais Pré-históricos (material cerâmico - ex. fragmento de bordo e colo de vaso troncocónico com fiada de mamilos; material lítico: um pequeno machado polido; um micrólito em sílex, um trapézio em quartzo hialino, etc). Materiais de épocas históricas (telhas, moedas, vidros, cerâmica feita a torno, pregos, etc)

Cerâmicas	Líticos	Metais	Ossos Humanos	Fauna	Ecofactos
	Micrólitos, lâminas, machados e recipientes cerâmicos.				

Bibliografia: CARVALHO, Pedro Manuel Sobral de (2005) - A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte (Penedono - Viseu). Estudos Pré-Históricos. Vol. 12. Viseu; CEPBA. //GOMES, Luís Filipe Coutinho (1996) - Necrópole Megalítica da Lameira de Cima (Penedono, Viseu). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.//Igespar 2012 Portal do Arqueólogo//IPPAR 2008//Carvalho, Pedro Manuel Sobral de (2005) A Necrópole Megalítica da Senhora da Monte (Penedono-Viseu). Um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta. Estudos Pré-Históricos. CEPBA Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta.//Carvalho, Pedro Manuel Sobral de (1989). Roteiro arqueológico do Concelho de Penedono. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.//SOUSA, Luís (2010) Roteiro de notícias arqueológicas e mouriscas (com notas críticas) in CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – "As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais

Fig. 1. Exemplo de uma ficha de sítio da Base de Dados em Access, preenchida.

Passaremos à caracterização, em pormenor, de cada campo e subcampo das fichas de sítio.

IDENTIFICAÇÃO

N.º Inventário - Permite a identificação de cada uma das referências arqueológicas e a posterior correspondência com os dados cartográficos. A sequência dos números relaciona-se com a ordem de introdução dos dados, o que quer dizer que nem sempre os sítios que se localizam muito próximos, ou que pertencem a um mesmo conjunto, estão numerados sequencialmente.

Designação - Neste campo, será indicada a designação/nome do vestígio arqueológico, assim como outras denominações ainda em uso. Existem sítios que possuem várias denominações, por vezes consagradas na tradição popular, outras vezes atribuídas pelos arqueólogos durante os seus trabalhos[1]. Apresentámos em primeiro lugar, sempre que possível, a designação que consta no *Endovélico*.

CNS - Código Nacional de Sítio: código atribuído pelo IGESPAR, atual DGPC, aos sítios que se encontram na base de dados, o *Endovélico*. A sua inserção nesta base de dados permite cruzar a informação que se encontra no Portal do Arqueólogo.

LOCALIZAÇÃO

Topónimo/Lugar - Identificação da povoação próxima do sítio ou do topónimo (nome do lugar) onde se localiza o sítio arqueológico.

Freguesia; Concelho; Distrito - Para identificação da localização administrativa do achado/sítio. Freguesia: indicação da freguesia em que o sítio se encontra. Há algumas discrepâncias com as designações das freguesias (ex: Roças/Rossas; Paços/Passos) assim como diferentes autores sugerem diferentes freguesias. Este tipo de limite administrativo está sujeito a algumas flutuações ao longo dos tempos. Sempre que nos foi possível aferir qual a atual freguesia em que o sítio/achado se insere, esses dados foram atualizados para os limites presentemente em vigor. Concelho: indicação do concelho em que o sítio se encontra. Distrito: indicação do distrito em que o sítio se encontra.

Localização/Acessos - Indicação pormenorizada da localização e dos acessos ao vestígio arqueológico.

Altitude - Altitude média em metros, a que se situa o sítio arqueológico.

Coordenadas - A introdução das coordenadas tem como objetivo indicar o posicionamento cartográfico do sítio arqueológico. Serão apresentadas as coordenadas em dois sistemas distintos: WGS84 e coordenadas militares. Para cada sistema teremos dois pares de coordenadas, correspondentes à Latitude/Longitude e Meridiano/Paralelo.

Fonte - Enunciação do autor e respetiva fonte bibliográfica que se utilizou para cartografar o sítio.

[1] Muitas vezes os arqueólogos adotam o topónimo onde se localiza o sítio arqueológico ou nome do lugar que se situa mais próximo.

CARACTERIZAÇÃO DO VESTÍGIO ARQUEOLÓGICO

Tipo de Sítio - Categoria/Tipologia e Subtipologia - Classificação do tipo de sítio arqueológico, utilizando os critérios definidos no ponto seguinte deste capítulo, e que se baseiam na conjugação de diversos elementos, tal como a extensão da dispersão dos vestígios, materiais de superfície, eventuais vestígios construtivos e implantação na paisagem. Para este efeito, foram criadas duas categorias de caracterização genérica e, dentro destas, vários tipos e subtipos específicos:

NÃO INTERVENCIONADOS E NÃO EXPLÍCITOS

- Vestígios de superfície

  - Com estruturas pétreas

    - Ao ar livre
    - Em gruta/abrigo

  - Sem estruturas pétreas

    - Ao ar livre
    - Em gruta/abrigo

- Achado(s) Isolado(s)

  - Instrumento(s) de pedra polida

- Achado(s) Metálico(s)
- Indeterminado

INTERVENCIONADOS E EXPLÍCITOS

- Estruturas monolíticas isoladas
  - Menir
  - Estela
  - Estátua-menir
- Arte Rupestre
  - Ao livre
  - Em gruta/abrigo
- Recintos
  - Abertos
  - Fechados
    - Murados
    - Com fosso(s)
- Sítios com estruturas ("povoados")
  - Ao livre
  - Em gruta/abrigo
  - Sítios com fossas [ao ar livre]
- Níveis arqueológicos sem estruturas
- Depósito
- Estruturas sob *tumulus*
  - *Tumulus*
  - Sepulcro megalítico
  - Cista [sob *tumulus*]
  - Fossa [sob *tumulus*]
  - Estrutura pétrea indeterminada
  - Outros
- Cairns
  - Sepulcro megalítico
  - Cista
  - Estrutura pétrea indeterminada
  - Outros
- Cistas [*sem tumulus*]
- Enterramentos em gruta

Observações tipologia - Neste campo será possível incluir qualquer tipo de observação considerado pertinente sobre a tipologia de sítios arqueológicos.

Cronologia - Identifica, genericamente, o período cronológico em que se insere o sítio/achado arqueológico. Conforme o sítio a inventariar e o que dele se conhece, pode optar-se por uma datação muito genérica ou por uma datação específica.
Optou-se por dividir em três níveis a cronologia de um vestígio arqueológico.

a) Tomamos as palavras de Nelson Campos e Rui Leonardo, no que concerne a justificação da forma como apresentamos as opções cronológicas: "Considerou-se a periodização clássica que normalmente subdivide o tempo histórico de forma muito simplificada, apenas para se dar uma aproximação temporal, sobretudo porque, tratando-se, na maior parte dos casos, de sítios identificados por dados de superfície, sem contextualização estratigráfica definida, não é possível, no estado atual dos nossos conhecimentos, uma melhor definição cronológica" (Campos e Leonardo, 2008:12).

Assim, foram consideradas as seguintes etapas, ou períodos históricos:
IND: Indeterminado - sempre que não foi possível identificar a época; não determinado; indefinido; vago.
PHA: Pré-história Antiga - que nos remete genericamente para o Paleolítico, Epipaleolítico e Mesolítico;
PHR: Pré-história Recente - reservada para o período de transição do Neolítico até à Idade do Bronze[2];
IF: Idade do Ferro - entre o segundo quartel da primeira metade do I milénio a.C. e a mudança de Era;
PR: Período Romano/Romanização - da mudança da Era ao século V;
EpMe: Época Medieval: entre os sécs. VI e XV;
EpMo: Época Moderna - sécs. XVI a XVIII;
EpCo: Época Contemporânea - sécs. XIX; XX e XXI.

Um sítio arqueológico pode conter várias entradas, no caso de o local ter várias ocupações de cronologia distinta.

b) Indicação do provável período cronológico adentro da Pré-história Recente em que se insere o sítio/achado arqueológico: VI; V; IV; III; II; I milénio a.C.

c) Campo deixado intencionalmente em branco para ser preenchido com as atribuições cronológicas dos diversos autores para cada sítio. Fica indexado à cronologia atribuída pelo respectivo arqueólogo que descobriu/estudou/escavou o sítio.

Datações absolutas - Neste item apresentam-se as datas de Carbono 14.
Ex: ICEN-782 - 2020±90 BP (cal para 2 sigmas - 350-300 cal AC - 240-140 cal DC).

Descrição - Campo destinado à descrição do sítio ou vestígio arqueológico. Tendo em consideração o tipo de inquérito definido neste projeto de investigação, que valoriza o sítio arqueológico na sua ampla diacronia e multitemporalidade, e ainda com o intuito de tornar visualmente mais fácil a interpretação

[2] Utilizamos expressões convencionais.

dos dados, decidiu-se dividir a caracterização em três subcampos:

- Vestígios de períodos anteriores – ou seja, os vestígios que nos remetem para cronologias anteriores ao VI milénio a.C.
- Vestígios da Pré-história Recente – os materiais e as estruturas encontrados que se inserem na Pré-história Recente.
- Vestígios de períodos posteriores – traços de ocupações posteriores (desde o I milénio a.C. até ao tempo presente) nesse mesmo lugar, de reutilizações ou até mesmo de reinterpretações desses vestígios pré-históricos. É possível incluir dados/descrições históricas sobre os achados.

Por vezes a informação repete-se num e noutro campo, já que por vezes é difícil separar a informação relativa à Pré-história Recente.

Outros sítios com os quais se relaciona - Decidimos acrescentar este campo já numa fase avançada deste trabalho, atendendo a que existiam algumas relações evidentes, normalmente de proximidade física ou conexão visual, elementos referidos em muitos dos textos de síntese que consultámos.

Arte rupestre - Por vezes, para além dos sítios de arte rupestre, alguns dos sítios arqueológicos, nomeadamente sepulcros megalíticos *sob tumulus*, entre outros, possuem manifestações de arte rupestre, que serão evidenciadas neste campo.

Observações - Neste espaço incluíram-se outras indicações consideradas pertinentes sobre o sítio, para os quais não foi criado nenhum campo em particular.
Podem ser incluídos neste item os seguintes elementos:

- Proteção Legal - Identifica se o bem cultural está sujeito a alguma proteção legal, nomeadamente se é classificado como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, Imóvel de Interesse Municipal, conjunto protegido ou outra.
- Legislação - Identifica a legislação que estabelece a proteção do bem cultural.

Qualquer outro tipo de informação que se considere relevante.

Prospeção e Escavação - Trabalhos realizados - Identifica os trabalhos realizados no bem cultural. Levantamento/Prospeção/Relocalização (esta última levada a cabo pelo Instituto Português de Arqueologia) e Escavação.

Núcleo - Aqui será introduzido o nome dado a determinado conjunto de sítios arqueológicos que parecem fazer parte de um mesmo "grupo". Destacamos os conjuntos de estruturas tumulares (ex: Núcleo Megalítico de Areita) ou de arte rupestre (ex. Abrigos do Regato das Bouças).

Estado de Conservação - Normalmente incluiu-se neste campo informação relativa à destruição, parcial ou total do sítio arqueológico.

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE

Implantação Topográfica - A caracterização da implantação topográfica dos sítios pode ter em conta:
1. a configuração ou forma geral do terreno onde estes se localizam - colina, planalto, vale, esporão, etc. -, ou um local de implantação mais específico (por exemplo, topo, vertente ou base de colina);
2. "a sua relação com as formas de relevo mais próximas e com linhas de água" (Nunes, 2003: 26).

Contexto Geológico - Procura-se estabelecer o tipo de base geológica.

Linhas de água/Nascentes - Indica-se o curso de água mais próximo do sítio arqueológico (proximidade do ribeiro, rio, linha de água).

CARACTERIZAÇÃO ETNOGRÁFICA

Tradições/Lendas - Inscreve-se neste item toda e qualquer tradição ou lenda que esteja associada ao local onde se implanta o vestígio arqueológico.

Circunstâncias da sua descoberta - Breve alusão à descoberta do sítio. Campo destinado à indicação do modo como foi efetuado o achado arqueológico e/ou a sua recolha.

Particularidades - Existem dados que queremos analisar para o estudo do sítio arqueológico, nomeadamente a interpretação dos elementos arqueológicos pelos diversos arqueológos ou por algum elemento da comunidade local. Destaca-se algum elemento diferenciador deste sítio em relação aos demais.

COMPONENTE ARTEFACTUAL

Componente artefactual - Caracterização sumária dos materiais arqueológicos encontrados no decurso de trabalhos de prospeção ou exumados em trabalhos de escavação. Nestes campos só serão tidos em consideração os materiais pré-históricos, pelo que os materiais de outras épocas serão introduzidos na descrição do sítio arqueológico (vestígios de períodos anteriores ou posteriores).

Cerâmicas - Elementos cerâmicos que se deseje evidenciar, seja por pertencerem a um tipo específico, por exemplo, o campaniforme, ou por possuírem alguma característica de destaque.

Líticos - Instrumentos líticos encontrados no local do sítio/achado arqueológico.

Metais - Materiais ou instrumentos metálicos de diversa índole.

Ossos Humanos - Material osteológico humano.

Fauna - Vestígios ósseos de animais.

Ecofactos - "Os ecofactos são os vestígios ambientais e orgânicos presentes no registo, não artefactuais, que podem ser transportados pelo homem ou pela natureza para os sítios arqueológicos. São normalmente materiais orgânicos macroscópicos, como as sementes, as madeiras, os carvões, ou materiais orgânicos microscópios, como os pólens e ou micro-organismos presentes no registo sedimentar" (Ribeiro, 2001: 18).

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia - Ao contrário da maioria das fichas de sítios que analisámos, optámos por introduzir neste item apenas a bibliográfica consultada para a caracterização/interpretação do sítio/achado.

3.3. OS TIPOS DE SÍTIOS/VESTÍGIOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE. DISCUSSÃO.

Portugal possui um sistema de informação arqueológica – o Endovélico[3] -

> "que é o mais completo conjunto de dados sobre a atividade arqueológica nacional. Nos últimos 10 anos e no cumprimento da legislação relativa ao património arqueológico ao nível das ações de investigação, foram inseridos novos registos, estando parte dessa informação disponível on-line. Tendo como finalidade a ampliação dos conteúdos disponibilizados no site do Instituto Português de Arqueologia, foi desenvolvido um projeto através do Programa Operacional da Cultura, cofinanciado por fundos FEDER. Neste projeto procurou-se adaptar os dados das fichas de sítios arqueológicos, que se encontram *on-line,* às exigências da atividade arqueológica, tendo para tal sido escolhidos os sítios arqueológicos intervencionados no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos – realizados entre 1998 e 2004 – bem como as áreas das albufeiras das barragens do Alqueva, Pedrógão e Álamos" (Inventariar para salvaguardar, 2007).

Segundo informação do IGESPAR, "este sistema está associado a um Sistema de Informação Geográfica, que visa conferir uma dimensão espacial, permitindo pesquisas de natureza territorial e localização dos sítios arqueológicos" (IGESPAR, 2010). Os conteúdos fornecidos estão em permanente atualização e podem ser obtidos mediante o preenchimento de um ou mais elementos de pesquisa, nos campos disponíveis (por ex., designação, concelho, categoria de classificação, etc.).

Considerámos que este sistema de informação arqueológica é uma mais-valia para os investigadores em Portugal e um exemplo a seguir por outros países. O *Endovélico* permite uma rápida compilação de informação e o acesso a dados inéditos e não publicados, respeitantes a relatórios de escavações e trabalhos arqueológicos. Até há pouco tempo atrás (2006) era um meio de pesquisa exemplar na Península Ibérica, quando comparado com o mesmo tipo de sistema de pesquisa online em Espanha.

Apesar das vantagens da existência de um sistema de gestão arqueológica, existem alguns aspetos que podem ser melhorados. Um desses elementos, que nos suscitou uma série de considerações, prende-se com a classificação de sítios, melhor dizendo, com a categorização de sítios arqueológicos utilizada até ao momento e que, no nosso entendimento, deve ser revista e novamente equacionada.

[3] Atualmente o *Endovélico* insere-se no Portal do Arqueólogo, coordenado pela Direção-Geral do Património Cultural.

Dois elementos-chave de pesquisa de sítios arqueológicos do Endovélico correspondem aos seguintes itens: Período Histórico e Tipo de Sítio (ver Endovélico).

Período Histórico segundo o IGESPAR (2010):

Paleolítico; Paleolítico Inferior; Paleolítico Médio; Paleolítico Superior (Aurignacense, Gravetense, Proto-Solutrense, Solutrense, Magdalenense)
Epipaleolítico; Mesolítico
Neolítico; Neolítico Antigo; Neolítico Médio; Neolítico Final
Neo-Calcolítico
Calcolítico, Calcolítico – Inicial; Calcolítico – Pleno; Calcolítico – Final
Idade do Bronze; Idade do Bronze – Inicial; Idade do Bronze – Médio; Idade do Bronze - Final
Idade do Ferro; Idade do Ferro – 1º; Idade do Ferro - 2º
Romano; Romano, República; Romano, Império; Romano, Alto Império; Romano, Baixo Império
Idade Média; Alta Idade Média; Medieval Cristão; Medieval Islâmico; Baixa Idade Média
Moderno
Contemporâneo
Indeterminado

O "Período Histórico" apresentado anteriormente não será objeto de discussão neste trabalho, mas consideramos que a listagem de tipos de sítios arqueológicos se encontra um pouco "desatualizada", nomeadamente no que concerne os sítios da Pré-história Recente (tabela 2), em virtude dos trabalhos arqueológicos realizados nos últimos anos e que suscitam o questionamento de algumas realidades.

Abrigo	Achado(s) Isolado(s)	Recinto
Anta	Arte Rupestre	Sepultura
Cista	Cromeleque	Vestígios de ocupação
Dólmen	Escultura	Vestígios diversos
Estação de ar livre	Estela	Pedreira
Estrutura	Fossa	Povoado Fortificado
Gruta	Habitat	Santuário
Indeterminado	Lage Sepulcral	Túmulo
Mamoa	Mancha de Ocupação	Vestígios de superfície
Menir	Monumento Megalítico	
Necrópole	Povoado	

Tabela 2. Tipologia de sítios pré-históricos, segundo o Endovélico (IGESPAR, 2010).

Propomos a realização de um pequeno exercício. Analisemos algumas fichas que se inserem dentro do tipo de sítio NECRÓPOLE e vejamos o que nos dizem.

NECRÓPOLE [4]

Outeirões (Carvalho; Celorico de Basto; Braga)

■Calcolítico/?///Idade do Bronze/?

■**Foram identificadas três mamoas**, uma delas aparentemente intacta e duas delas apresentando vestígios de carapaça pétrea, com cratera central de violação. Situam-se numa pequena chã, num núcleo cujas distâncias entre si não ultrapassam os 50 metros. Medem cerca de 15 metros de diâmetro e 1,5 metros de altura. Pouco tempo após da descoberta o local foi selado para instalação de uma indústria de extração de granito. Salientar a descoberta de um esteio granítico, que, atendendo à morfologia, pode ter pertencido à câmara sepulcral de um destes monumentos. Encontra-se integrado num muro que ladeia o caminho junto da necrópole.

Lugar da Lameira (Rego; Celorico de Basto; Braga)

■Indeterminado/Pré-história.

■**Aquando da construção de uma estrada, foram descobertas sepulturas escavadas no terreno** com um raio médio na ordem dos 80 cm. Ossos, fragmentos cerâmicos de fabrico manual, alguns dos quais vasos de largo bordo horizontal.

■Levantamento/2000 No alargamento da estrada entre Lameira e Rego **surgiram várias fossas abertas no saibro que foram destruídas ou cortadas**. As escavações arqueológicas realizadas posteriormente revelaram peças de cerâmica de fabrico manual sendo alguns vasos de largo bordo horizontal.

Lagares (Vale Benfeito; Macedo de Cavaleiros; Bragança)

■ Indeterminado/Pré-história Recente?

Neste local, atualmente ocupado por culturas agrícolas, nomeadamente um olival, **apareceu em 1904 uma cista ou sepultura, que foi destruída**. Segundo a descrição, era composta por três lajes, uma de cabeceira e duas laterais. Em visita posterior do abade de Baçal foi referenciada o aparecimento de **uma segunda**, havendo notícias ainda do **aparecimento de mais, que terão sido destruídas também**. Na primeira cista, assinala-se o aparecimento de numerosos fragmentos de cerâmica, e de um anel de ouro, em espiral, de três voltas, que desapareceu, com o resto do espólio e das cistas. **No terreno, a par de grande quantidade de pequenas lajes de xisto, aparecem pequenas aglomerações de três ou quatro lajes maiores, também de xisto**, registando-se ainda o aparecimento de uma em granito, pedra alheia à geologia local. **Não apareceram outros materiais à superfície**. Há algumas indicações, pouco precisas, de que poderá ter sido aqui o local de achado das quatro alabardas de Vale Benfeito.

Penedo de Cuba/ Gruta da Coriscada (Soalhães; Marco de Canaveses; Porto)

■Neolítico

■Localiza-se numa plataforma coberta de pinhal onde afloram muitos penedos, em encosta sobranceira à ribeira de Lardosa. A gruta das Coriscadas é formada por um aglomerado de penedos e **foi aproveitada como gruta sepulcral, aberta no saibro, desconhecendo-se no entanto a sua estrutura interna**. Forneceu espólio: 2 machados de pedra polida, 1 ponta de seta em sílex, 2 facas de sílex, 1 goiva de pedra e ossos humanos. O local é também conhecido como Penedo de Cuba.

■Relocalização/Identificação/2000 Penedo de grandes dimensões, arredondado e que forma na sua base uma reentrância que corresponde a um pequeno abrigo.

Posto isto, podemos articular uma série de questões: O que é uma necrópole? São conjuntos de mamoas? São conjuntos de sepulturas/cistas? São conjuntos de fossas com materiais e onde se encontram ossos humanos? São grutas ou abrigos com materiais e onde se encontram ossos humanos?

[4] Os dados que compõem estes quadros foram retirados do *site* do extinto Instituto Português de Arqueologia (*www.ipa.min-cultura.pt/)* entre os anos de 2006 e 2008 e contemplam a designação do sítio, localização administrativa (freguesia, concelho e distrito), cronologia e descrição.

HABITAT

Veiga (Agilde; Celorico de Basto; Braga) ■Indeterminado/Pré-história recente indeterminada ■Pequeno cabeço em esporão pouco destacado da paisagem, numa extensa área aplanada e entre duas linhas de água tributárias da Rib.ª de Redolhos. **Os materiais, escassos, foram encontrados** sensivelmente no centro da plataforma**, entre os sedimentos revolvidos recentemente**.	**Lameiros** (Seixo Amarelo; Guarda; Guarda) ■Neo-Calcolítico ■Pequena plataforma de encosta, sobranceira a Seixo Amarelo, onde ocorre cerâmica pré-histórica à superfície.
Fraga do Tabias (Alfândega da Fé; Alfândega da Fé; Bragança) ■Indeterminado/Pré-história Recente ■Habitat aberto localizado num monte sobranceiro à aldeia do Castelo. (…). **Detetam-se alguns materiais à superfície**, provavelmente colocados a descoberto por um arroteamento recente, **existindo alguns fragmentos de cerâmica manual**, algo atípicos, **mas de aparente cronologia pré-histórica**, e destacando-se o achado de dois machados de pedra polida e de uma ponta de seta em sílex branco.	**Habitat das Carvalheiras** (Casteleiro; Sabugal; Guarda) ■Calcolítico ■A estação arqueológica ocupa o topo e vertente sul de uma plataforma pouco elevada, sobranceira à ribeira do Casteleiro. Em cerca de 324m² de terreno, **identificou-se um pequeno habitat de uso temporário e esporádico, talvez para dar apoio a expedições de caça, usado para recolha de certos recursos alimentares.** Quanto às estruturas identificadas, são de dois tipos: buracos de poste e estruturas de combustão. Os buracos de poste, num total de 8, concentram-se sobretudo no topo da plataforma, não apresentando uma organização aparente, sendo na sua maioria estruturas de sustentação a uma ou mais cabanas e também relacionados com as estruturas de combustão. **Quanto a estas, num total de 10, apresentavam-se escavadas no saibro, com diferentes morfologias e dimensões, de acordo com as suas diferentes funcionalidades dentro da organização do habitat (lareiras, fornos de cerâmica, fornos de culinária, fossas de argila),** estando algumas delas relacionadas entre si.

Formulemos novamente algumas questões: O que é um Habitat? O que caracteriza um habitat? É a existência de materiais? Que tipo de materiais? Será a existência de materiais e estruturas? Que tipo de estruturas?

POVOADO

Calvelo (Carvalho; Celorico de Basto; Braga)

■Calcolítico/?///Idade do Bronze/?

■Localiza-se numa elevação (contíguo aos cabeços de Pena Grande a W) de morfologia cónica, de vertentes declivosas e rodeado por linhas de água de caudal temporário. Apresenta exposição a todos os quadrantes, beneficiando, no entanto, de ampla visibilidade para Sul/Sudeste (Vale do Tâmega e serra do Marão). **Alguns dos materiais arqueológicos recolhidos encontravam-se dispersos na metade superior da vertente Este, afetada por uma plantação de eucaliptos** que se estende do topo do monte até à base (junto ao caminho de acesso). **Em toda a extensão do cabeço não foram detetados quaisquer materiais arqueológicos, facto que se deve à total ausência de sedimento.**

Areeiros (Rego; Celorico de Basto; Braga)

■Neo-Calcolítico

■Nos cortes provocados pela abertura de um estradão surgiram **fragmentos de cerâmica de fabrico manual**, alguns com decoração plástica de cordões e anéis mamilares.

■Levantamento/2000 Nos cortes provocados pela abertura de um estrado surgiram fragmentos de cerâmica de fabrico manual, alguns com decoração plástica de cordões e anéis de mamilares. (…) Prospeção/2001 **No perfil de um estradão rasgado no saibro foram encontradas duas fossas e uma vala, abertas no saibro. Esta última revelou vários fragmentos de cerâmica de fabrico manual e ainda alguns objetos líticos.**

Castelinhos (Paredes da Beira; São João da Pesqueira; Viseu)

- Neolítico///Calcolítico///Idade do Bronze
- **Povoado sobranceiro ao rio Távora** que ocupa preferencialmente a base oeste do maciço localmente denominado por Castelinhos ou Castelos Velhos. Trata-se de uma plataforma com cerca de 50 m de comprimento a 30 m de largura com acesso facilitado por este e sudoeste. **A sua peculiar localização só se compreende se se pensar que a principal função deste povoado era a de vigiar o fluxo de pessoas e de bens que se fazia pelo rio Távora, não descurando a hipótese da exploração dos recursos mineiros da zona.** A dispersão dos achados leva a crer que o povoado se estendesse pela encosta a este. **Uma espessa linha de muralha envolve o morro.** A muralha é constituída por blocos informes de granito de consideráveis dimensões, sendo possível observarem-se alguns elementos de mós de rolo reaproveitadas na sua edificação. Não são visíveis quaisquer faces da muralha. Pelas observações feitas no terreno, parece possível, que o povoado possuísse uma acrópole na plataforma superior, que, a dado momento, foi amuralhada. Existiram, muito provavelmente, várias fases de expansão e de recuo dos limites do povoado.

Vinha da Soutilha (Mairos; Chaves; Vila Real)

■Calcolítico

■O povoado pré-histórico da Soutilha localiza-se numa zona de suaves encostas voltadas a Oeste, delimitadas por pequenas linhas de água afluentes da ribeira do Rigueiral. **A dispersão dos materiais de superfície é vasta, ultrapassando largamente a zona onde foi feita a intervenção arqueológica**, e parece distribuir-se ao longo de duas encostas distintas, separadas a meio pela ribeira onde se poderá localizar o abrigo do Buraco Feio/Buraco do Jac-mi-Jorge. Os materiais distribuem-se ao longo de diversas plataformas entre os numerosos rochedos graníticos que pontuam as encostas. A **intervenção arqueológica feita nos anos 80** centrou-se numa plataforma situada a meia encosta. **Identificaram-se diversas estruturas, como cabanas, lareiras, fossas e empedrados, com abundante espólio arqueológico, incluindo material cerâmico, lítico, faunístico e algum metal, tendo sido também obtidas algumas datações por Carbono 14.**

Novamente se questiona: O que é um Povoado? O que caracteriza um Povoado? É a localização do sítio? É a ausência ou presença de determinado tipo de estruturas? Que tipo de estruturas? É a presença de materiais? É a associação de materiais a estruturas? O que distingue um Habitat de um Povoado?

POVOADO FORTIFICADO

Castro de Santa Justa (Eucísia; Alfândega da Fé; Bragança)

▪Calcolítico/Idade do Bronze///Idade do Ferro///Idade Média

▪**Povoado fortificado** de médias dimensões, localizado num cabeço em esporão na encosta Leste do vale da Vilariça, sobranceiro à aldeia de Santa Justa. Tem boas condições defensivas naturais, e um excelente domínio visual sobre o Vale da Vilariça. **Do lado Poente tem grandes fragueiros naturais, dos quais arranca a única linha de muralha percetível, que rodeia o resto do topo do cabeço.** (…) Dentro da zona amuralhada, e sobretudo nas encostas subjacentes, que se encontram agricultadas, **é possível encontrar grandes quantidades de cerâmica superficial, a partir das quais é possível discernir pelo menos três fases distintas de ocupação.** A primeira pertence à **Pré-história Recente**, destacando-se um conjunto apreciável de cerâmicas decoradas com motivos "penteados". Sendo menos óbvios, há um conjunto de cerâmicas que aparentam pertencer à **Idade do Ferro**, que será a segunda fase de ocupação. Por fim, existem **algumas escassas cerâmicas de clara cronologia medieval**. **Não há elementos para dizer a que fase pertencerá a linha de muralha existente, mas as características do local tornam provável que tenha sempre sido um povoado fortificado.**

Castelo-Ariz (Ariz; Moimenta da Beira, Viseu)

▪Calcolítico

▪A estação arqueológica **ocupa um ponto elevado** que domina o vale da Ribeira de Cubos, marcado por abundantes penedos e **alguns troços de muralha** que definem um recinto onde se identifica uma dispersão de vestígios de ocupação humana (cerâmica), associados também a diversos abrigos naturais.

Espondra (Morais; Macedo de Cavaleiros; Bragança)

▪Calcolítico///Idade do Bronze///Idade do Ferro

▪O monte da Espondra constitui-se por uma elevação bastante alongada que se desenvolve no planalto de Morais. **As suas características geomorfológicas não reúnem grandes condições de defesa natural, embora a sua implantação permita o controlo geoestratégico sobre uma vasta área envolvente**. **O monte é de fácil acesso praticamente por todos os sectores**, com exceção dos sectores Sul e particularmente do sector Este que constitui a vertente que descai no sentido da ribeira de Vale de Moinhos. O local foi sujeito a uma intensa destruição devido a um projeto de florestação aqui concretizado. Talvez por tal motivo **não se consiga observar vestígios articulados com a existência de estruturas defensivas, nem qualquer talude, derrube ou amontoado de pedra que permita deduzir a sua existência. Tal facto constitui um elemento a ter em conta, já que por um lado o sítio não possui qualquer indício estrutural de um sistema defensivo, e por**

Cativelo (Milhão; Bragança; Bragança)

▪Calcolítico///Idade do Bronze

Povoado fortificado de grandes dimensões, sobranceiro à ribeira da Ferradosa, na margem esquerda. Ocupa o topo de um cabeço aplanado, de vertentes bastante suaves e acessíveis, exceto a Oeste, onde enfrenta a ribeira, e parcialmente a Norte. (…) Na encosta Norte, é evidente uma linha de muralha a meia encosta, e parece haver uma primeira logo no rebordo superior do cabeço a qual, por sua vez, é evidente na encosta Oeste. **São assim pelo menos duas as linhas de muralha deste povoado.** As suas faces não são visíveis, sendo detetadas pelos taludes formados pelos seus derrubes. **Nas restantes encostas, as de acesso mais facilitado, não são claramente visíveis quaisquer muralhas, o que poderá dever-se à ação da agricultura**, e ao facto de a zona onde presumivelmente existiriam estar coberta de mato. O recinto interno é uma vasta plataforma plana. Os materiais de superfície distribuem-se por toda a área, com maior concentração no sector

outro, a sua implantação confere-lhe grande vulnerabilidade em termos de defesa natural. Os vestígios materiais reduzem-se a **fragmentos cerâmicos** cujas pastas se inserem em períodos cronológicos articulados com o **Calcolítico, Idade do Bronze e Idade do Ferro**. Estes materiais, únicos vestígios arqueológicos observados no local, encontram-se dispersos em grande quantidade por uma área superior a 1 ha.

Noroeste. À exceção de um fragmento perdido de telha de meia cana, todos **os materiais se enquadram numa cronologia da Pré-história Recente, provavelmente do Calcolítico e Idade do Bronze**. (…) O material mais abundante é a cerâmica, destacando-se pela ausência a cerâmica decorada. Quanto a líticos, não se encontrou qualquer elemento de mó manual ou artefactos de pedra polida. **Aparecem numerosos seixos, inteiros ou fraturados, de quartzito ou quartzo, e algumas lascas de quartzito**.

O que é um Povoado Fortificado? Que características apresenta? É um sítio localizado num local com boas condições de defesa naturais? Tem um excelente domínio visual sobre a região? Possui um sistema defensivo: uma ou duas linhas de "muralha"?

Foi no decorrer da consulta da base de dados de sítios arqueológicos do IPA e na construção da nossa própria Base de Dados, que despertámos para a necessidade de sistematizar estas questões, referentes não só à variabilidade de sítios na Pré-história Recente, mas também pela forma como estas tipologias e conceitos têm sido utilizados. Escolhemos os exemplos apresentados anteriormente de forma aleatória e com o objetivo de mostrar o quão difícil pode ser a interpretação e gestão desta informação. Não pretendemos com isto colocar em causa o trabalho realizado pelos técnicos do IGESPAR, que no fundo é apenas o reflexo do pensamento arqueológico que se vem desenvolvendo até ao momento. Pretendemos apenas agitar consciências, promover a reflexão e suscitar uma definição mais precisa de conceitos e critérios de classificação de sítios arqueológicos.

3.4. A CLASSIFICAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE – BREVES REFLEXÕES

O que é um sítio arqueológico?

Renfrew e Bahn (1996a: 46) deixam-nos a seguinte sugestão:

> "Archaeological sites may be thought of as places where artefacts, features, structures, and organic and environmental remains are found together. For working purposes one can simplify this still further and define sites as places where significant traces of human activity are identified. Thus a village or town is a site, and so too is an isolated monument like Stonehenge in England. Equally, a surface scatter of stone tools or potsherds may represent a site occupied for no more than a few hours, whereas a Near Eastern tell or mound is a site indicating human occupation over perhaps thousands of years."

Karl W. Butzer na sua obra "Archaeology as human ecology" (2006: 230), escreve:

> "An archaeological site can be defined as the tangible record of a locus of past human activity. Such sites vary in scale from the locus of a single processing task to a complex urban settlement. They also range in duration from an ephemeral sojourn to millennia of sequential occupation".

Segundo Campos e Leonardo (2008: 10):

> "um sítio arqueológico "procura englobar o conceito clássico de "estação arqueológica", definível como local onde ocorre uma associação significativa de vestígios de uma dada época ou de um conjunto de épocas diferentes, em determinado espaço, tanto à superfície como no subsolo; distingue-se do "arqueossítio", que habitualmente designa um complexo arqueológico de larga diacronia, e com maior complexidade tipológica, decorrente de várias ocupações (por exemplo: Baldoeiro, ou o conjunto de Silhades, composto por um "castro", um habitat romano associado a possível templo e o povoado rural de origem medieval). Todavia, na expressão genérica de "sítio arqueológico" podem caber realidades mais singulares, como uma simples rocha com arte rupestre, ou um escorial de ferro de época pré-industrial".

Quando pensamos em sítios arqueológicos, pensamos em sítios identificados através da existência de vestígios materiais, independentemente da sua natureza e cronologia. Ao observarmos a realidade da Bacia Hidrográfica do Douro ao nível da Pré-história Recente, apercebemo-nos que muitos destes sítios inventariados resultam de trabalhos de prospeção nos quais, em muito casos, são detetados materiais à superfície (fragmentos de cerâmica e alguns líticos atribuídos à Pré-história Recente) e estruturas (nomeadamente muros) aos quais é atribuída de imediato uma classificação tipológica e cronológica sem se estar na posse de dados suficientes para tal. Existem sítios que se encontram classificados como "povoados", onde foram detetados apenas uns quantos fragmentos de cerâmica da Pré-história Recente e que poderiam ter sido classificados como vestígios de ocupação, vestígios diversos, habitat, mancha de ocupação. Por outro lado, compreendemos a necessidade, enquanto investigadores, de tentar "encaixar" os vestígios encontrados nas tipologias de sítios que se conhecem, apesar de este ser um processo problemático e delicado.

> "Classification" is that activity in which objects, concepts and relations are assigned to categories; "classifying" refers to the cognitive and cultural mechanisms by which this is achieved; and "classifications" are the linguistic, mental, and other cultural representations which result" (Ellen, 2002: 103).

> "Classifications as things, therefore, are not the inventions of individuals, but arise through the historically contingent character of cultural transmission, linguistic constraints, metaphorical extensions, and shared social experience in relation to individual cognitive practice" (*idem*: 106).

A classificação pode ser entendida como a estruturação ou organização de determinados fenómenos em grupos ou outros esquemas classificatórios, com base em atributos comuns. Classificar sítios arqueológicos ou definir uma tipologia de sítios arqueológicos implica a organização sistemática de elementos em tipos com base em atributos comuns, sendo que um tipo é um conjunto de elementos definidos pelo agrupamento coerente de atributos (Renfrew e Bahn, 1996b).

Raquel Vilaça estabelece a diferença entre os conceitos de "classificação" e "tipologia".

> "Embora se utilizem frequentemente como sinónimos, a classificação distingue-se da tipologia na medida em que esta resulta de um processo mais específico e eminentemente teórico. A classificação refere-se a processos gerais de designação das diferenças e das semelhanças dos *phaenomena*. Trata-se, portanto, de uma observação elementar e empírica das propriedades formais e técnicas dos objectos. Se, em termos numéricos, as semelhanças são superiores às diferenças, os materiais são agrupados em classes, elas próprias divisíveis noutras séries, tais como categorias, famílias, grupos, etc. (...) Para se elaborar uma tipologia é necessário proceder a uma

> hierarquia de atributos prévia e criteriosamente seleccionadas, que permitam definir, e assim distinguir, um tipo, dos restantes; cada tipo reúne padrões diferentes de atributos. Deste modo, a criação de uma tipologia exige um exercício muito mais minucioso, requerendo o estabelecimento de parâmetros rigorosos" (Vilaça, 1995: 42).

Qualquer tentativa de classificação de sítios arqueológicos deve ser baseada em critérios objetivos, usando atributos de carácter quantitativo e qualitativo. Atualmente, ao refletirmos sobre as tipologias vigentes para a Pré-história Recente, chegamos à conclusão que muitos destes sítios arqueológicos se inserem nas seguintes categorias:

- Local de implantação: podem ser sítios de ar livre ou abrigos sob rocha/grutas.
- Arquiteturas: recintos abertos ou fechados, *tumulus*, cistas, monumentos megalíticos, cromeleque, estelas, menires, fossas, entre outros.
- Tempo: sazonal, temporário, permanente.
- Exploração do espaço/funcionalidade/interpretação: habitat, povoado, sepulcro, santuário. Advém da interpretação dos dados.
- Práticas/Contextos: doméstico; funerário-cultual; ritual. Advém da interpretação dos dados.

> "Não me parece que as palavras sejam inócuas. Povoado, povoado fortificado, recinto, necrópole, (…), todas têm uma história que explica não só a sua aparição, como a sua mais ou menos prolongada manutenção" (Jorge, 2003a: 9-10).

Até recentemente, tudo o que não fosse *enterramento* nem *santuário de arte rupestre* era classificado como *povoado*. O povoado está muitas vezes associado ao conceito de profano. Se nos depararmos com um sítio amuralhado, então será um local de defesa, um povoado fortificado. Estas classificações clássicas assentam em dicotomias: doméstico/ritual; lugares dos vivos/lugares dos mortos (Susana Oliveira Jorge, informação pessoal).

A partir dos anos 90 do século passado, alguns pressupostos e paradigmas foram colocados em causa, permitindo uma nova forma de "olhar" os testemunhos materiais. Nas palavras de Susana Oliveira Jorge "Mudou sobretudo a maneira de "olhar". Olhar os vestígios arqueológicos, os sítios, a paisagem, a própria maneira de se fazer arqueologia. Não é por acaso que apareceram "novos sítios" em diferentes regiões transmontanas e alto durienses" (2003b: 1431).

Que sítios são esses? Surge, por exemplo, a noção de recintos multifuncionais onde coexistem, de forma muito complexa, diversos contextos rituais que, na prática, subvertem a tradicional dicotomia entre "espaços domésticos/espaços sepulcrais-rituais" (Jorge, 2000b: 97).

Segundo Susana Oliveira Jorge, existe, na abordagem tradicional, uma oposição entre aquilo que será da esfera do doméstico, por oposição ao funerário e cultual, assim como a oposição secular/profano *versus* ritual. No entanto, o domínio "ritual" atravessa todos os contextos, logo não pode ser autonomizado, daí que se torne fundamental problematizar a noção de ritual (algo que excede os objetivos deste trabalho). Segundo esta autora, algumas nomenclaturas estão "viciadas" pois transpõem, quase que linearmente, conceitos da nossa contemporaneidade para a Pré-história Recente. Temos de ter consciência que uma

necrópole megalítica não é um cemitério atual; que um "povoado" pré-histórico não é igual ao povoado atual.

Ao colocar em causa a dicotomia doméstico/ritual, Susana Jorge levanta uma interessante discussão em torno de terminologias e conceitos estabilizados, como sejam "vida doméstica", "uso comum/uso doméstico", "povoado", discussão esta que vai ser determinante para a caracterização dos tipos de sítios da Pré-história Recente ou mesmo para as questões ligadas à construção da paisagem em Pré-história. As realidades deixam de ser tão estanques para se tornarem mais fluidas.

À luz desta nova perspetiva, parece-nos redutor classificar de forma categórica "sítios onde se vive" (povoados) e "sítios sagrados" (por ex. "santuários" de arte rupestre), a partir de uma análise exclusivamente arqueográfica e, muitas vezes, superficial. Efetivamente, um abrigo sob rocha poderia ter funcionado como habitat, como necrópole ou ainda como "santuário" de arte rupestre. Basicamente, temos de admitir que os sítios arqueológicos podem ser multifacetados. Um sítio arqueológico pode ter várias ocupações diferenciadas, com cronologias distintas.

Hoje temos consciência que um mesmo sítio pode ter diferentes significados em momentos diferentes. São as *práticas* que atribuem um determinado significado ou *sentido* ao sítio arqueológico. No entanto, só é possível perceber esse tipo de práticas através da escavação dos sítios arqueológicos e da definição dos contextos onde esses elementos materiais nos surgem. Estas questões (aqui abordadas de forma muito superficial) obrigam-nos a repensar conceitos, a tentar encontrar novas nomenclaturas, mais adequadas à complexidade e heterogeneidade das espacialidades pré-históricas.

Expomos de seguida a proposta de uma possível tipologia de sítios arqueológicos para a Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro, tendo como base critérios ou categorias relacionados com as arquiteturas dos sítios.

3.5. A TIPOLOGIA DE SÍTIOS/VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS – UMA PROPOSTA

Em virtude deste novo *Olhar* sobre a classificação de sítios arqueológicos, tentamos compor expressões descomprometidas (tanto quanto isso for possível) que nos possibilitem integrar os sítios da Pré-história Recente em determinados *Tipos*, permitindo uma maior flexibilidade conceptual e um maior encaixe de realidades variáveis. Obviamente, um trabalho desta natureza incorre numa série de riscos, nomeadamente o de "esvaziar" algumas nomenclaturas de sentido.

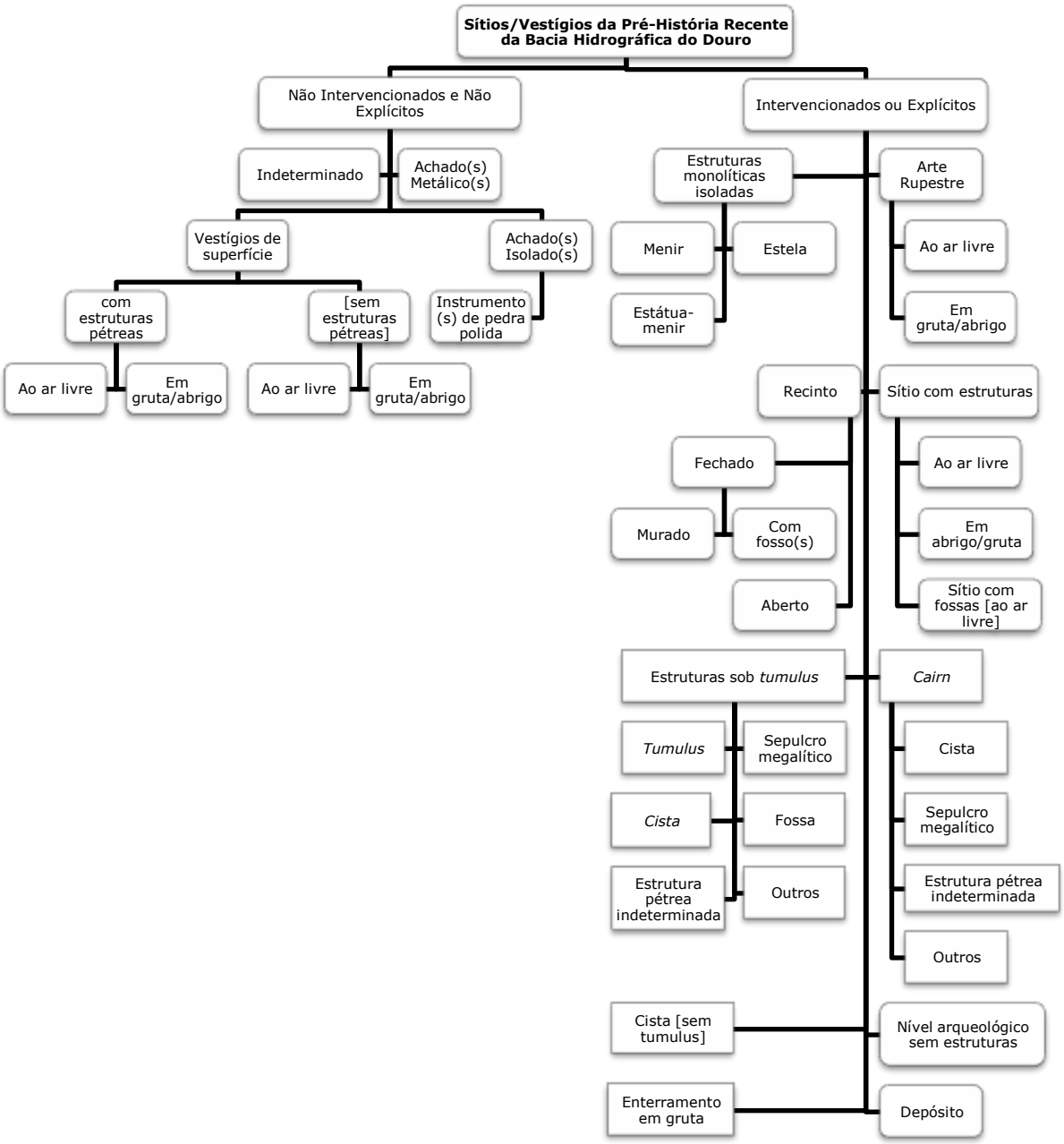
À partida distinguem-se duas realidades muito distintas: os sítios que não foram intervencionadas ou que não são explícitos na sua essência, e os sítios intervencionados ou explícitos.

A descoberta de materiais à superfície não é indicativo do tipo de sítio que se encontra oculto pela vegetação e pelo solo. Só a escavação arqueológica permite definir com exatidão (e mesmo assim nem sempre é possível) o tipo de sítio arqueológico. Há, porém, algumas exceções. Por exemplo, um menir ou uma estela nem sempre são escavados, mas a sua forma é clara o suficiente para termos uma ideia do que são.

Outra dualidade introduzida na nossa tipologia prende-se com a distinção entre sítios que se localizam ao ar livre e os sítios que se encontram protegidos numa gruta ou num abrigo sob rocha. Acreditamos que a escolha da implantação do sítio arqueológico em determinado local não se dá de forma aleatória, e ao distinguirmos estas características, esperamos detetar alguma regularidade na análise dos dados.

Não procuramos distinguir especificamente "o mundo dos vivos" do "mundo dos mortos", até porque na maioria dos casos não são detetados vestígios ósseos humanos estruturados em enterramentos. Porém, não é por acaso que os tipos de sítios tradicionalmente associados às tumulações se encontram com uma forma diferente no esquema da tipologia. Apesar de tudo, são-lhes reconhecidas funções muito específicas relacionadas com a sua arquitetura.

A maior dificuldade que enfrentámos ao estruturar esta tipologia, que apresentamos de seguida, continua a ser o conceito de *povoado*. Optámos por alterá-lo para "sítios com estruturas", mas este não é um ponto pacífico na discussão que temos tido com vários colegas. Continuará a ser um assunto em aberto, quem sabe passível de uma discussão profícua por parte da comunidade arqueológica em Portugal.



Esquema 2. Proposta de tipos de Sítios Arqueológicos (do VI ao I milénio a.C.).

NÃO INTERVENCIONADOS E NÃO EXPLÍCITOS

- *Vestígios de superfície*

Vestígios de superfície com estruturas pétreas ao ar livre - Locais onde aparecem materiais arqueológicos sem contexto definido, associados a estruturas, cujo tipo e cronologia são de difícil interpretação, e a partir dos quais não é possível fazer a interpretação dos dados.

Vestígios de superfície com estruturas pétreas em gruta/abrigo - Materiais à superfície, associados a estruturas, que aparecem em grutas ou em abrigos sob rocha.

Gruta – pode ser definida como uma pequena cavidade cársica, uma cavidade natural rochosa ou caverna com dimensões que permitam acesso a seres humanos,

Abrigos sob rocha – define-se como um "local protegido das intempéries por uma inclinação rochosa" (Brézillon, 1989: 27).

Vestígios de superfície [sem estruturas pétreas] ao ar livre - Locais onde aparecem materiais arqueológicos sem contexto definido, sem estarem associados a estruturas e a partir dos quais não é possível fazer a interpretação dos dados.

Vestígios de superfície [sem estruturas pétreas] em gruta/abrigo - Materiais à superfície que aparecem em grutas ou abrigos sob rocha.

- *Achado(s) Metálico(s)*

Foram destacados todos os achados metálicos, isto é, peças produzidas em ouro, prata, cobre e bronze.

- *Achado(s) Isolado(s)*

De acordo com Raquel Vilaça, considera-se um achado avulso (designação equivalente a achado isolado) quando "se trata de um objeto isolado, descoberto sozinho, fora do seu contexto ou quando esse contexto nos é desconhecido (Vilaça, 1995: 77). A definição de Domingos Cruz é semelhante e encaixa no tipo de "materiais soltos de que se não conhece o contexto, nem por vezes localização" (Cruz, 2001: 56). Manuel Calado atribui esta classificação aos sítios "cujas evidências se resumem a um ou alguns artefactos dispersos e mal contextualizáveis de que se excluem, por regra, as cerâmicas" (Calado, 2004: 36).

Instrumento(s) de pedra polida - Optámos por individualizar os Instrumentos de pedra polida, para facilitar a sua análise na 3.ª parte deste trabalho.

- *Indeterminado*

Não determinado; indefinido.

INTERVENCIONADOS E EXPLÍCITOS

- *Estruturas monolíticas isoladas* - são elementos isolados que emergem em lugares autónomos.

Menir - Brézillon (1989: 177) define menir, como um "monumento megalítico formado por um único bloco de pedra, bruto e toscamente talhado, firmado verticalmente no solo". Para Vítor Oliveira Jorge a palavra menir significa, "em bretão, pedra ("men") longa ou comprida ("hir") e designa uma pedra (bloco ou laje), em bruto ou sumariamente afeiçoada, fincada verticalmente no solo, cuja altura seja maior do que as restantes dimensões." Varia em altura e morfologia. Alguns "foram alvo de afeiçoamentos secundários, no sentido de lhes conferir uma forma fálica; outros encontram-se gravados" (Jorge, 1982:

27-28). Ou seja, um menir pode ser um "monólito de dimensões variáveis, chegando a atingir vários metros, implantado verticalmente no solo" (Silva, 2004: 435).

Estela - O termo (lat. *Stela*), oriundo do grego = cipo, (coluna tumular) designa habitualmente um monumento comemorativo, evocativo ou sinalizador de alguma circunstância ou realidade, religiosa ou profana (Jorge, V.O., 1989). Raquel Vilaça considera que o termo "Estela" é um "conceito ambíguo, decorrente da diversidade de situações que pode abarcar". Poderá ser utilizado o termo estela quando a "entidade em causa corresponde a um monólito ou laje de pedra, insculturada e de postura original vertical, qualquer que tenha sido a sua função" (Vilaça, 1995: 77). Para A. d'Anna (citado em Jorge, V.O., 1989) estela é "monólito decorado numa só face, geralmente de pequeno tamanho, com menos de 75 cm de altura; a sua parte inferior pode ser talhada em forma de rostro para ser fincada no solo ou somente de forma plana. O aspeto geral pode ser o de um marco, ou ser de forma geométrica. A representação humana é parcial, limitada apenas à face ou busto; pode ser gravada ou então esculpida em baixo relevo". Vítor Oliveira Jorge identifica-a com uma laje ou bloco antropomórfico. Será um "monólito (qualquer que seja o seu tamanho) que conserva basicamente a forma geral da pedra, mas no qual já se começa timidamente a esboçar o contorno da figura humana, por exemplo, limitada à cabeça ou ao busto. Outros atributos podem ser conferidos através da gravura. Isto é, a ideia fundamental consiste em de identificar esse bloco com uma determinada entidade antropomórfica, aludindo claramente a ela (no seu conjunto, ou a parte da mesma), mas sem a preocupação de o esculpir de modo a conferir-lhe uma forma humana" (Jorge, V.O., 1989).

Todas as estelas que se encontram associados a outros tipos de vestígios foram assinaladas no campo da Tipologia com um "+ Estela", de forma a facilitar o acesso a este tipo de elemento a quando da análise final dos dados.

Estátua-menir - É um termo aplicado na Pré-história europeia "to any standing stone or 'menhir' that has been carved into a simple anthropomorphic form" (Shaw e Jameson, 1999: 543). Domingos Cruz define-a como uma "peça escultórica monumental, antropomórfica ou antropomorfizada, representando um único personagem, destinada a ser colocado no terreno em posição vertical, executada sobre bloco previamente afeiçoado, de secção rectangular ou plano-convexa, no qual se esculpiram e/ou insculturaram (técnicas de gravura, alto e baixo-relevo), numa ou mais faces, traços caracterizadores da figura humana, a que se associam outros atributos identificadores" (Cruz, 2001: 55). Para Vítor Oliveira Jorge "é uma peça que embora seja tributária da forma primitiva do bloco em que está feita, e se implante no solo como um menir, é também já, de forma mais ou menos completa, uma estátua, isto é, uma escultura de «vulto» («ronde-bosse») para ser vista por um observador que em torno dela rode. No caso da estátua-menir antropomórfica, o respectivo contorno corresponde à silhueta do corpo humano, mesmo se certos aspetos dessa silhueta se não encontram representadas, ou estão meramente sugeridos" (Jorge, V.O., 1989).

- *Arte Rupestre*

Arte Rupestre ao livre - Foram incluídas neste tipo, todas as manifestações de arte rupestre cujos suportes podem ser constituídos por afloramentos ou por blocos soltos.

Arte Rupestre em gruta/abrigo - Manifestações de arte rupestre em gruta ou abrigo (ver definições de gruta ou abrigo já referidas anteriormente).

- *Recinto*

Recinto aberto - Um recinto é o interior de um espaço circunscrito ou delimitado, normalmente circular ou semicircular. Os recintos abertos são constituídos por determinado tipo de elementos: estelas ou menires, por exemplo, que apenas marcam e definem um espaço interior versus um espaço exterior. O acesso ao espaço interior é feito sem constrangimentos, o que não acontece nos recintos fechados, nos quais se torna necessário transpor algum tipo de estruturas, sejam "estruturas em negativo" (fossos), sejam "estruturas em positivo" (muros, muretes, "muralhas").

Podemos ainda definir dois tipos de recintos abertos:

- Recinto constituído por menires, em disposição circular ou subcircular, cuja designação mais conhecida é a de «cromeleque» (Silva, 2004: 435). O termo cromeleque caiu em desuso em Inglaterra, mas "in France and Iberia, the term *cromlech* is used to identify a quite different class of megalithic structure: rings of freestanding stones such as those found in the Carnac region of France and the Evora region of Portugal" (Shaw e Jameson, 1999: 182).

- Recinto constituído por estelas em disposição circular ou subcircular, do qual até ao momento apenas se conhece o Cabeço da Mina em Vila Flor.

Recintos fechados murados: delimitados com estruturas (paredes/fossos/etc.) - Os recintos murados são circundados por muros, alguns com grandes dimensões, e/ou plataformas pétreas, que parecem definir e delimitar um determinado espaço interior.

Segundo Susana Oliveira Jorge:

> "Se observarmos a pluralidade de recintos com origem nos finais do 4.º Milénio a. C., verificamos uma enorme variedade de localizações topográficas, de «projectos» arquitetónicos, de formas de utilização e até tempos de vida. Aparentemente, estamos perante um universo polimorfo, dificilmente categorizável ou redutível a uma só interpretação sobre a respectiva função social.
> Tendo em conta as recentes reflexões sobre a natureza [destes lugares] podemos tentar arrumá-los segundo dois grandes tipos de localização:
> - lugares que aproveitam formações rochosas preexistentes, muito proeminentes na paisagem, as quais são «monumentalizadas» através da construção de muretes ou outros dispositivos arquitectónicos; existe um aproveitamento da visibilidade e das características geográficas de lugares naturais para reforçar a natureza monumental dos recintos ali construídos" (Jorge, 1999c: 94-98);
> - "lugares que ocupam sítios naturais de difícil acesso (cumeadas, esporões, etc.) nos quais são edificados, de raiz, recintos muralhados. Trata-se de recintos de planta subcircular ou elíptica, cercados por um murete ou muralha, ou, nalguns casos mais complexos, por duas ou três linhas de muralhas. No Norte têm sido reconhecidos ultimamente alguns recintos constituídos por uma área mais elevada rodeada por muretes ou plataformas pétreas. Os dispositivos pétreos deverão ser encarados como elementos delimitadores e/ou acentuadores da monumentalidade dos sítios" (*idem*: 99-103).

Recintos fechados com fosso(s) - Um recinto é o interior de um espaço circunscrito ou delimitado, normalmente circular ou semicircular, neste caso fechado por uma vala/fosso ou mais valas profundas.

- *Sítios com estruturas* – onde se nota a ausência de limites construídos e visíveis.

Inserem-se neste tipo vestígios que não se enquadram em nenhum dos tipos referidos anteriormente, e que são normalmente designados pela comunidade arqueológica de "povoados abertos" e "habitats". A sua identificação faz-se a partir "dos restos da cultura material (cerâmica, artefactos líticos e metálicos), construções em pedra, etc. de ocupação temporária ou mais duradoura" (Cruz, 2001: 55). Raquel Vilaça associa povoado a habitat e segundo esta autora a sua identificação é determinada "quando nos deparámos com o achado de vários fragmentos/objetos cerâmicos, líticos e/ou metálicos, por vezes relacionados com estruturas de carácter doméstico e/ou defensivo" (Vilaça, 1995: 77).

Acrescentamos ainda a este texto, as ideias de António Valera sobre os "povoados".

> "Tradicionalmente, a perspectiva funcionalista gerou uma concepção de povoado que poderemos considerar redutora, no sentido em que se apenas lhe associa, de forma quase que inconsciente, aspectos funcionais do quotidiano (como o processamento de alimentos, a produção de instrumentos, etc.). Mas o povoado é um sítio onde se vive a plenitude da vida. É um local onde se morre e se desenvolvem todos os primeiros actos de ritualização da morte; é um sítio onde se nasce, onde se desenvolvem as ritualizações do nascimento; é um sítio onde se cresce e onde também se realizam ritos de passagem; é o local onde as pessoas se unem e consagram ritualmente essas uniões; é um sítio onde se observa o firmamento, onde se contam histórias e se transmite o saber e as normas de vivência; onde as pessoas se sentem em segurança, dominando totalmente o espaço interior face ao exterior mais "indisciplinado"; é local de festas, cerimónias, consagrações; e, naturalmente, é um sítio onde se dorme, se come, se processam alimentos, se produzem utensílios, se descartam objectos, se constroem estruturas, etc, sendo que muitas destas práticas mais "funcionais" podem estar imbuídas de ritualidade, situação comum em sociedades em que a separação entre sagrado e profano não é clara" (Valera, 2006: 497).

Concordamos plenamente com Raquel Vilaça, quando refere que "este grupo, por demasiado amplo, incorre no erro de poder abarcar realidades distintas, com áreas de ocupação, de situação e de funcionamento muito diversificadas" (Vilaça, 1995: 77).

Tentamos desvincularmo-nos das seguintes dicotomias: fortificado/aberto; doméstico/ritual; doméstico/defensivo, e, por isso, à falta de um termo mais neutro, sugerimos a expressão "sítios com estruturas". Num primeiro momento, pensámos acrescentar à expressão a palavra "perecíveis", atendendo a que muitas das vezes estas estruturas, pela sua fragilidade e pelos materiais com os quais foram construídas (ramagens, troncos de árvores, madeiras, argilas e etc.), teriam um período de vida curto, deixando apenas o seu negativo ("fossas", "buracos de poste") ou parcos vestígios (bases de assentamento de muros/muretes (de menores dimensões); barro de revestimento, níveis de combustão, etc. No entanto, optámos por recuar nessa decisão e utilizar apenas a expressão "sítios com estruturas", atendendo a que a própria perecibilidade das estruturas é algo problemático e controverso.

Sítios com estruturas ao ar livre - Atendendo ao que foi explanado no ponto anterior, apenas gostaríamos de acrescentar que a classificação tipológica destes sítios resulta da associação de estruturas - mais ou menos "perecíveis" (estruturas de combustão, buracos de poste, pequenos muretes,

pequenas fossas, etc.) -, com a existência de materiais. Aqueles sítios que foram apenas prospetados, que nem sempre evidenciam estruturas, mas possuem uma grande quantidade de materiais, serão enquadrados na primeira categoria apresentada: Sítios não intervencionados e não explícitos, nomeadamente no tipo v*estígios de superfície*. Compreendemos que a existência de grandes quantidades de materiais pode ser significativo de uma ocupação mais continuada de um determinado local, mas efetivamente a presença de materiais apenas sugere a existência de vestígios de superfície. Estes vestígios localizam-se ao ar livre.

Compreendemos que também esta opção não seja de todo pacífica.

Sítios com estruturas em gruta/abrigo - Sítios onde se dá o aparecimento de estruturas e materiais em gruta ou abrigo.

Sítios com fossas [ao ar livre] - Uma fossa pode ser definida como "uma estrutura em negativo que comporta uma grande variabilidade formal e contextual" (Lídia Baptista, informação pessoal).

As fossas podem variar na forma e no tamanho, assim como na sua utilização. Vulgarmente, as fossas estão associadas a áreas detríticas (onde se acumulam detritos); as áreas de armazenamento de produtos, e ainda a deposições funerárias.

Quando sugerimos a expressão "sítios com fossas" não estamos a privilegiar a função dos sítios, mas antes a sua "arquitetura". Neste item incluem-se sítios maioritariamente constituídos por fossas, podendo, no entanto, conter ainda outro tipo de estruturas.

- *Estruturas sob tumulus*

Estruturas isoladas ou em conjuntos, que se encontram sob um *tumulus*. São estruturas que se encontram associadas a deposições estruturadas de ossos humanos (enterramentos). Porém, na maior parte das vezes não são detetados vestígios osteológicos, devido à acidez dos solos e outros processos tafonómicos.

Tumulus ou montículos de terra (*tumuli*)

Tumulus é, segundo Brézillon (1989: 278), uma palavra latina que significa *montículo* – e pode ser definido da seguinte maneira: "eminencia formada pela acumulação de terra ou de pedras em cima de uma sepultura". Um *tumulus* ou *mamoa* é para Vítor Oliveira Jorge, "um montículo artificial, em terra, em terra e pedras, podendo cobrir ou não, um túmulo megalítico. Pode assumir diferentes formas: circular, oval, ovoide, elíptico, rectangular, trapezoidal, etc.. (...) Mamoa é uma palavra de origem popular, comum em Portugal e na Galiza (Jorge, 1982: 24), razão pela qual abandonamos a sua aplicação neste trabalho.

Na literatura internacional, a palavra *barrow* é associada a *tumulus* e significa "a generic term for the variously shaped earth and rubble mounds used to cover and mark burials in prehistoric Europe; where the covering is of heaped stones it is more precise to use the term cairn, while 'tumulus', although sometimes interpreted as synonymous with barrow, is best used to embrace both categories of

monument as well as the occasional ancient mound with no apparent burial" (Shaw e Jameson, 1999: 109).

Interessante a frase de Domingos Cruz que sintetiza de forma muito clara a caracterização deste tipo de sítios: "(...) o elevado grau de desmantelamento da construção, ou a ausência de quaisquer outros elementos significantes, não permitem mais que a classificação como tumulus; e poderão, de facto, ter sido apenas montículos de terra, ou de pedra, com estruturas, ou sem elas, que desconhecemos; a situação não será tão frustrante se consideramos que o monumento eventualmente se reduziria à terra e pedras que se colocavam sobre um corpo, como terá acontecido algumas vezes (Cruz, 2001: 53).

Posto isto, definimos *tumulus* como "montículos artificiais de terra cujo interior se desconhece".

Sepulcros megalíticos [sob tumulus]

Vejamos o conceito de *megalítico*: **"**From the early Neolithic onwards, megalithic (literally, 'large stone') architecture formed one of the most distinctive and enduring features of prehistoric European architecture. The term megalithic is applied to any prehistoric monument or building that makes use of very large, unshaped blocks of stone as a principal component – although earth, rubble, drystone and timber often form subsidiary materials" (Shaw e Jameson, 1999: 389).

Vulgarmente definido na literatura como Dólmen, este é um "monumento constituído por uma laje assente sobre pilares ou ortostatos. Este dispositivo constituía uma câmara sepulcral, geralmente recoberta de um tumulus e munida de uma entrada que permitia praticar inumações sucessivas. Certos dólmens, ditos simples, compõem-se apenas de uma câmara funerária, outros possuem um corredor de acesso" (Brézillon, 1989: 95).

Segundo Vítor Oliveira Jorge (1982: 24) a palavra "dólmen" deriva do bretão *tal*, mesa, e *men* pedra. Trata-se de um monumento funerário megalítico, constituído por uma camara ladeada por lajes verticais (ortostatos) e coberta por outra laje, normalmente de grande dimensão (tampa, mesa ou chapéu); pode ter ou não um corredor de acesso. Este é o sentido lato da palavra, que por vezes é apenas aplicada aos dólmens simples, sem corredor (sentido estrito); autores há que já só a usam para designar sepulcros megalíticos de tipologia indeterminável. O dólmen de corredor tem uma galeria de acesso, também constituída por ortostatos, normalmente cobertos por tampas mais pequenas. Em planta, a câmara e o corredor podem estar bem diferenciados (dólmen de corredor clássico) ou, pelo contrário, a câmara pode ir estreitando progressivamente no sentido da entrada. Em alçado, a transição câmara-corredor pode também ser abrupta (sendo o corredor bastante mais baixo), ou progressiva, com uma disposição "em escada", em que a altura do monumento vai diminuindo gradualmente da câmara até aos primeiros esteios do corredor" (*ibidem*).

Domingos Cruz define os seguintes tipos de *tumuli*: *tumuli* muito baixos (com altura inferior a 0,50 m); *tumuli* baixos (cuja altura pode atingir 1 m); *tumuli* médios (que pode atingir 1,5m de altura e *tumuli* elevados (acima de um metro e meio de altura e que integram construções dolménicas). "(...) os *tumuli* baixos, cuja altura pode atingir um metro, e que cremos, poderão integrar um tipo de câmara funerária de pequenas dimensões, mas baixa, muito profuso na região da Beira Alta" e que os autores José Leite de Vasconcelos, Mendes Corrêa e Amorim Girão, "designavam de "antelas", exatamente no sentido de construção com lajes de pequenas dimensões, certamente por oposição aos dolmens" (Cruz, 2001: 53).

Tumuli baixos podem ainda conter "câmaras de pequenas dimensões, construídas com vários esteios, formando espaços de planta poligonal. (...) *Tumuli* elevados (acima de um metro e meio) podem conter dolmens, pequenos, fechados ou abertos, ou camaras abertas, com diferentes tipos de acesso (*idem*: 54).

Os sepulcros megalíticos serão então "estruturas funerárias em pedra de grandes dimensões" (Silva, 2004: 429), cobertas por um *tumulus*, independentemente de conterem corredores ou não, átrios ou outras estruturas associadas.

Cistas (sob tumulus) - Cista – é uma pequena sepultura estruturada com pedras, normalmente de planta ortogonal (Silva, 2004: 430). Domingos Cruz faz a distinção entre "cistas de pequenas dimensões", "cistas baixas" de planta retangular ou planta poligonal e "cistas megalíticas". Uma cista pequena "não poderá ter sido mais do que um recetáculo de restos parcelares (de inumação ou de incineração), ou tão só objetos" (Cruz, 2001: 53). As cistas são «definidas como "caixas" baixas, construídas com lajes dispostas no terreno segundo a maior dimensão, contrapondo-se às cistas megalíticas – que cremos se caracterizam sobretudo pela utilização de elementos, menos regulares, aproximando-se de pequenos esteios, colocados verticalmente, o que obriga, por um lado, à utilização de um maior número de elementos e à construção de *tumuli* mais elevados.» Ambas são retangulares (*idem:* 54). Estas estruturas serão cobertas por um *tumulus*.

Fossas (sob tumulus) - Estruturas circulares, subcirculares, ovais, elípticas, sub-retangulares em negativo, cobertas por um *tumulus*.

Estruturas pétreas indeterminadas - Nem sempre a descrição deste tipo de estruturas nos permite perceber se estamos perante um sepulcro megalítico, uma cista ou outro elemento arquitetónico. Por esse motivo, optámos por incluir este item nesta tipologia. Gostaríamos de salientar que se trata de um problema de interpretação da nossa parte, mas algumas descrições são de tal forma sucintas que não conseguimos integrar os vestígios arqueológicos nos subtipos apresentados anteriormente. A deslocação ao local, a visualização de registos fotográficos e gráficos (desenhos) podem ajudar, num futuro próximo, a uma nova interpretação destes sítios.

Outros - Nem sempre é possível incluir as diferentes arquiteturas que se encontram no interior dos tumulus nos subtipos enunciados anteriormente, daí termos criado mais este subtipo para estes casos.

- *Cistas [sem tumulus]*

Aplica-se a mesma definição de cista já enunciada anteriormente, mas que não seria revestida por nenhum tipo de *tumulus*.

- *Cairns*

"A palavra *cairn*, com frequência incorretamente aplicada, deve ser reservada para designar os *tumuli* construídos apenas em pedra" (Jorge, 1982: 24). Também António Silva e Domingos Cruz são unanimes ao considerar que *cairn* é um "tumulus inteiramente construído em pedra" (Cruz, 2001: 53) ou ainda um "termo utilizado em arqueologia para designar aqueles *tumuli* ou mamoas nos quais o montículo é constituído exclusivamente ou evidencia larga predominância de elementos líticos (pedras) (Silva, 2004: 429).

Nem sempre se torna claro a existência deste tipo de estrutura, pelo que muitas das vezes colocamos um ponto de interrogação a seguir à palavra *cairn*. Por vezes um *cairn* abriga uma cista, um sepulcro megalítico ou uma estrutura pétrea que não conseguimos determinar qual, no seu interior.

Aplica-se aos *cairns* a mesma subtipologia que definimos para as estruturas sob *tumulus*.

- *Enterramentos em grutas*

Vestígios de ossos humanos em grutas que se supõe pertencerem a enterramentos. António Faustino Carvalho (*et al.*, 2003) adota a designação de gruta-necrópole.

- *Depósito*

Segundo Raquel Vilaça, "O que é, então, um depósito?

> "Numa perspectiva mais clássica, mas ainda hoje aceite, os depósitos são vistos de forma estática, estando subjacentes ideias como "acto único", "conjunto fechado" e "descontextualização": um depósito é um conjunto de dois ou mais artefactos metálicos que foram depositados ao mesmo tempo, num mesmo sítio e desprovidos de contexto (…)
> Estas premissas podem, e devem, ser questionadas, pois há deposições que não cabem nesse figurino, mas que não deixam de ser depósitos. Assim, torna-se fundamental a reformulação do conceito de "depósito" a diversos níveis, encarando-o, nomeadamente, de uma forma plural e dinâmica (…).
> Um depósito pode ser um artefacto ou vários; é simples e é plural, não importa o número (um, uma dúzia, várias dezenas, centenas ou milhares). (…) Um depósito pode ser concretizado num determinado momento ou em distintas fases, ao longo do tempo, traduzindo um processo cumulativo ou subtractivo de um ou mais actos de deposição. Pode circunscrever-se a um sítio pontual ou manifestar-se de forma multipolar num espaço mais alargado. Possui, ou pode possuir, contexto – ele próprio, ou quaisquer outros elementos com ele conectados potenciais portadores de sentido(s).
> Os depósitos podem estar integrados em estruturas arqueológicas, identificáveis, ou não, associados a lugares naturais, de assinalável impacto visual, ou não, (…). Aos depósitos assiste, igualmente, uma intenção de ocultação. Os depósitos não gozam de visibilidade, ainda que possam ser referenciados no espaço; e a sua invisibilidade não é impeditiva de terem sido manipulados num processo conceptual de transformação do espaço, de construção de territórios, pois há muitas formas de apropriação do espaço" (Vilaça, 2006: 26-27).

A par do conceito de "povoado", "depósito" afigura-se como algo de difícil e complexa definição. O longo excerto de Raquel Vilaça, aqui apresentado, parece lançar alguma luz sobre a questão. Porém, utilizaremos este tipo para reproduzir a opinião dos vários autores analisados.

- Níveis arqueológicos sem estruturas

Ao longo destes anos de trabalho, definimos várias propostas de tipologias, mas só a partir do momento que começamos a analisar os sítios arqueológicos e a proceder à sua interpretação é que sentimos necessidade de criar este tipo. Apercebemo-nos que em alguns casos, os sítios tinham sido escavados,

mas não tinham sido encontradas estruturas, apenas materiais em níveis arqueológicos. Optámos, deste modo, por individualizar este tipo de vestígios neste item.

Vestígio ou sítio arqueológico, que expressão utilizar?

Iniciamos este trabalho utilizando sistematicamente a palavra sítio arqueológico, porém à medida que a investigação foi avançando colocou-se a seguinte dúvida: seria mais adequado utilizar a palavra sítio ou a palavra vestígio? A palavra VESTÍGIO afigura-se como sendo mais abrangente e ao mesmo tempo vaga sendo um indício de alguma coisa, enquanto a palavra SÍTIO nos remete para algum tipo de ocupação num determinado espaço/local (componente geográfica). Ao longo deste texto vamos utilizando ambas as expressões.

3.6. A GEORREFERENCIAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS[5]

Nem sempre é possível definir com total precisão as áreas e delimitações dos sítios arqueológicos onde se manifestam evidências materiais. No entanto, em arqueologia, a localização dos sítios arqueológicos é um elemento chave para qualquer trabalho e em especial para esta tese de doutoramento.

Relativamente à área de estudo, a Bacia Hidrográfica do Douro em território português, a localização de todos os sítios da Pré-história Recente inventariados, está dispersa por várias fontes de informação (Portal do Arqueólogo, teses de doutoramento e mestrado, cartas arqueológicas, artigos, etc.), e nem todos estão estruturados da mesma forma, o que torna difícil a extração de informação.

O exercício proposto neste subcapítulo é a tentativa de normalização dos dados existentes, relativamente à localização dos sítios arqueológicos, obtidos de várias e diversas fontes de informação.

Este trabalho de pesquisa, catalogação e cruzamento de informação, bem como normalização de coordenadas, para a inclusão na base de dados apresentada anteriormente, foi um processo muito demorado e complexo que contou com a colaboração de um geógrafo (Miguel Nogueira da Oficina do Mapa, FLUP) e um docente do departamento de Informática da ESACT-IPB, António Mourão.

Iremos descrever a metodologia usada para a sistematização dos dados, assim como os problemas com que nos deparámos e os exercícios que realizámos.

Num universo de mais de 2500 fichas de vestígios arqueológicos, a diversidade de dados recolhidos é enorme. Para alguns sítios foram encontradas coordenadas distintas, de diferentes sistemas, algumas com dezenas de anos, outras mais recentes. Privilegiou-se, sempre que possível, as coordenadas estabelecidas nos últimos anos, obtidas com o recurso a tecnologia mais sofisticada, logo mais rigorosa.

Não obstante a existência desta variedade de localizações para um mesmo sítio e a seleção das coordenadas consideradas mais fidedignas, optou-se por não descartar nenhuma das diferentes fontes e todas elas estão registadas na Base de Dados em Excel referente aos dados cartográficos, que iremos

[5] Texto corrigido e revisto por António Mourão, a quem agradeço toda a ajuda prestada ao longo deste trabalho.

apresentar no final deste capítulo. Os leitores terão assim acesso às várias coordenadas apresentadas pelos diversos autores e podem escolher e aferir a sua fiabilidade, nos seus próprios trabalhos de investigação.

Relativamente ao sistema de georreferenciação, também aqui foram encontrados diversos sistemas: *Datum* Lisboa; *Datum* WGS84; Gauss - *Datum* 73, Coordenadas Gauss militares.

No nosso sistema normalizado de localização de sítios arqueológicos, os sistemas de georreferenciação registados para cada sítio são o sistema de coordenadas Gauss-Militar (que é amplamente utilizado em Portugal) e o sistema de coordenadas WGS84 (que é um sistema internacional, e aplicável em todo o mundo). Para esta tarefa houve a necessidade de desenvolver uma série de ferramentas que em muito nos auxiliaram na tarefa de normalização do sistema de georreferenciação. Este assunto será abordado de seguida.

A transformação das coordenadas

Transformação de coordenadas geográficas para o seu formato Graus Decimais (*datum* WGS84).

As coordenadas geográficas obtidas com base no *datum* WGS84 são geralmente apresentadas num dos três formatos seguintes:

1- GMS/DMS (Graus Minutos Segundos): N 41° 18' 19.73"; W 7° 44' 37.20"

2- GM/DM (Graus e Minutos): N 41° 18.329; W 7° 44.620

3- Decimal/Graus Decimais: +41.305481; -7.743666

Todas as três formas são válidas e representam o mesmo local, contudo o formato GMS/DMS e MD/GM dificulta a integração e posterior tratamento espacial da real informação em software SIG, isto porque contém caracteres que a tornam numa *string* (sequência de caracteres – números, espaços e letras – onde, aos números presentes, não se tem a intenção de atribuir significado matemático). Já o formato decimal facilita a integração da informação em qualquer software SIG, isto porque apenas contém números e um separador decimal.

Uma grande parte dos sítios pesquisados apresentam a sua localização no formato GMS/DMS, pelo que existe a necessidade de efetuar a conversão entre os diferentes formatos para um único formato, neste caso conversão de GMS/DMS e MD/GM para Graus Decimais, de acordo com as seguintes fórmulas e aplicado aos exemplos atrás referidos.

Dados no formato GMS/DMS:

Valor decimal = graus + (minutos/60) + (segundos/3600); sendo que o valor decimal será positivo caso a coordenada seja N ou E e negativo no caso de S ou W.

N 41º 18’ 19.73’’ => 41 + 18/60 + 19.73/3600 = +41.305481

W 7° 44' 37.20" => -7 + 44/60 + 42/3600 = -7.743666

Dados no formato GM/DM:

Valor decimal = graus + (minutos/60); aplicando a mesma regra de sinal.

N 41° 18.329 => 41º + 18.329/60 = +41.305481

W 7° 44.620 => -7 + 44.620/60 = -7.743666

Para esta tarefa foi então desenvolvida uma ferramenta matemática em folha de cálculo que permitia a introdução de coordenadas em qualquer um dos formatos atrás indicado, sendo depois devolvida a coordenada equivalente no formato Graus Decimais (*datum* WSG84).

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Transformação de coordenadas Geográficas								
2	Escrever apenas nas células AZUIS...								
3									
4		Entrada				Coord.GPS		Graus Decimais	
5	Graus	Minutos	Segundos		DDD	MM.MMMMM		DDD.DDDDDD	
6	41	10	35		41	10,00972222		41,17638889	
7	8	40	9		8	40,00250000		8,66916667	
8									
9									
10	Graus, minutos, segundos					Entrada		Graus Decimais	
11	Graus	Minutos	Segundos		DDD	MM.MMMMM		DDD.DDDDDD	
12	41	10	35		41	10,00972222		41,17638889	
13									
14									
15	Graus, minutos, segundos					Coord. GPS		Entrada	
16	Graus	Minutos	Segundos		DDD	MM.MMMMM		DDD.DDDDDD	
17	41	10	35,00		41	10,00972222		41,17638889	
18	8	40	9,00		8	40,00250000		8,66916667	
19									
20									
21	Entrada (GGº MM'' SS'')					Coord.GPS		Graus Decimais	
22		8º 23' 22			DDD	MM.MMMMM		DDD.DDDDDD	
23	8	23	22		8	23,00611111		8,38944444	
24									
25									

Fig. 2. Aplicativo de conversão das coordenadas geográficas (António Mourão).

Transformação de coordenadas gauss-militares portuguesas para formato Graus Decimais (*datum* WGS84)

Em algumas situações a localização dos sítios arqueológicos é feita com base em coordenadas gauss-militares portuguesas. Também aqui existiu a necessidade de desenvolver ferramentas que nos auxiliassem na conversão de coordenadas militares para Graus decimais (*datum* WGS84). Neste caso, a conversão não é tão trivial como nos exemplos anteriores e a opção aqui foi a utilização de serviços web disponibilizados pelo Instituto Geográfico Português.

Em concreto, e para a transformação de coordenadas gauss-militares para WGS84, recorremos a dois serviços do site atrás referido: um que, dada uma coordenada gauss-militar, permite obter a localização da toponímia mais próxima e respetiva localização administrativa; e um outro serviço que permite, dada uma coordenada Gauss-Militar, obter a respetiva localização em coordenadas *datum* WGS84 (na sua forma DMS/GMS).

No entanto, recorrendo a estes serviços apenas conseguimos a conversão de uma coordenada de cada vez, sendo que para a informação que queremos obter (Coordenadas WGS84 e localização administrativa) temos que "chamar" os dois serviços atrás referidos (um de cada vez). De salientar ainda que a conversão de coordenadas gauss-militar para coordenadas WGS84 é feita na sua versão de Graus Minutos Segundos e não na versão de Graus Decimais, como pretendemos.

Para a resolução deste problema foi desenvolvido um pequeno aplicativo web que junta os dois serviços anteriores, sendo que consegue também disponibilizar as coordenadas WGS84 na sua forma Graus Decimais e uma hiperligação para o serviço Google Maps (GMAPS) de forma a que o utilizador possa, de forma visual, validar a conversão. O aplicativo também permite a conversão de mais do que uma coordenada gauss-militar, bem como a importação dos resultados para uma folha de cálculo.

A utilização deste aplicativo permitiu de forma simples e rápida conversão das coordenadas registadas, utilizando o sistema gauss-militar portuguesas, para o pretendido WGS84. No entanto, este complexo trabalho não é ainda de todo suficiente, isto porque a conversão de coordenadas gauss-militar, usando este serviço, é feita com a precisão de graus, minutos e segundos sem casas decimais, isto é, os serviço devolve valores inteiros para Graus, minutos e segundos, o que pode levar a erros de conversão na ordem dos 15/20 metros. Este problema será detalhado/resolvido, mais à frente quando abordados a sistematização das coordenadas registadas para um mesmo sítio arqueológico.

Outra situação a resolver, prende-se com o facto de que a localização administrativa obtida com base na toponímia mais próxima (única opção disponibilizada pelo serviço web utilizado) pode levar a erros de identificação de freguesia, uma vez que a toponímia mais próxima pode estar localizada em freguesia/concelho diferente da localização do registo do sítio arqueológico. E ainda existe a necessidade de encontrar a localização administrativa para todas as coordenadas registadas usando apenas o sistema *datum* WGS84.

Para a resolução destes dois últimos problemas, ou seja "dada uma coordenada WGS84 na sua forma Graus Decimais, como encontrar a localização administrativa exata dessa coordenada", foi desenvolvida uma outra aplicação, que tira partido da técnica de "reverse geocoding" (Geocodificação Reversa), assunto a abordar de seguida.

Localização Administrativa com base em coordenadas *datum* WGS84

Geocodificação reversa é um processo que, partindo de uma determinada coordenada GPS (Latitude, Longitude) se consegue obter um endereço legível dessa coordenada. Esse endereço pode ser desde o nome da rua, até ao nome do país onde essa coordenada fica localizada. Em termos gerais, não é fácil encontrar quem, na Internet, disponibilize esse serviço na sua vertente de localização administrativa (Distrito, Concelho, Freguesia) de uma determinada freguesia, nem que se consiga esse resultado para mais do que uma coordenada. Encontram-se vários sistemas para a identificação da rua e código postal, não para a localização administrativa.

Com o intuito de resolver esta situação e fazendo uso de um serviço disponibilizado pelo Google Maps, foi desenvolvido um aplicativo que permitiu, dadas uma série de coordenadas *datum* WGS84, obter a localização administrativa dessas coordenadas, bem como, uma hiperligação para o Google Maps, mais

uma vez, para validação visual da conversão. Salienta-se a facilidade com que este aplicativo permite a importação para uma folha de cálculo dos resultados obtidos.



1.º momento

o resultado da sua pesquisa

my Coordenadas			Localização Administrativa			
Meu Info	my Latitude	my Longitude	Distrito	Concelho	Freguesia	gmaps link
1164->Alhões ou Tendais	40.986474	-8.040664	Viseu	Cinfães	Tendais	gmaps Link
16->Alvarenga ou Nespereira (Igespar)	40.987406	-8.170208	Aveiro	Arouca	Alvarenga	gmaps Link
1280->Antas (Gomes: 1996:9) //Ourozinho (IPA)	40.936811	-7.349341	Viseu	Penedono	Ourozinho	gmaps Link
1000->Argeriz	41.595032	-7.391895	Vila Real	Valpaços	Algeriz	gmaps Link
27->Arouca ou Moldes?	40.88025	-8.237915	Aveiro	Arouca	Moldes	gmaps Link
478->Assares ou Lodões??	41.327106	-7.062879	Bragança	Vila Flor	Lodões	gmaps Link

2.º momento



3.º momento.

Fig. 3. Três momentos do processo de localização administrativa com base em coordenadas WGS84 (António Mourão).

Este aplicativo permitiu, para além da facilidade de conversão da localização de coordenadas WGS84 na sua vertente de localização administrativa, a deteção e correção de algumas discrepâncias nas designações das freguesias usadas pelos diferentes autores (ex: Roças/Rossas; Paços/Passos). Para além destas pequenas correções ortográficas, conseguiu-se desta forma, e mais importante, detetar e corrigir situações em que uma determinada coordenada GPS estava referenciada pelo seu autor como pertencente a uma determinada freguesia, sendo que, segundo o serviço por nós utilizado e por comprovativo visual, estava situado na freguesia vizinha.

Exercícios de localização dos vestígios arqueológicos com recurso a serviços do Google: Google Maps, Google FusionTables e My Maps.

Anteriormente, referimos que para alguns sítios arqueológicos possuíamos vários pares de coordenadas, por vezes de diferentes tipos. Em alguns casos as designações dos sítios e as suas descrições não eram coincidentes. Perante esta situação, como optar por determinados dados em detrimento de outros?

Exercício 1.

O primeiro exercício a ser realizado prendia-se com informação de três autores diferentes, que apresentavam designações e descrições não coincidentes sobre a mesma realidade. De modo a tentar perceber por que razão a descrição da Mamoa 1 do individuo A, era coincidente com a descrição da Mamoa 4 do individuo B, inseriram-se os dados e o resultado foi o seguinte:

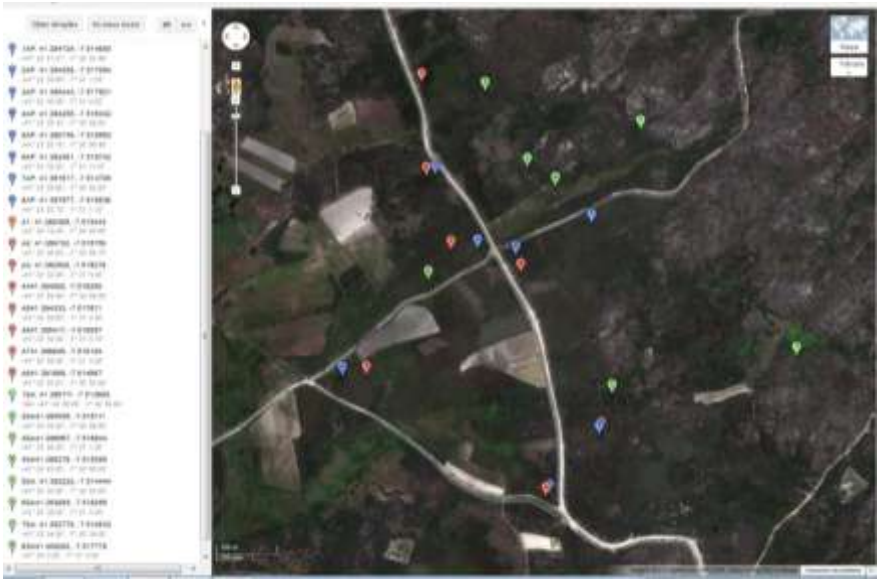


Fig. 4. Exercício 1, Google Maps (António Mourão).

Como se pode observar, apesar de em certos casos as coordenadas se sobreporem, na sua grande maioria as designações atribuídas aos sítios não são coincidentes, nem a sua localização. Existe também a discrepância em relação à localização dos sítios, por vezes de apenas alguns metros, que se pode prender com a forma de tirar as coordenadas ou dos instrumentos utilizados para esse mesmo efeito.
Para este caso em particular, conversámos com António Luís Pereira, da antiga extensão do IPA em Macedo de Cavaleiros, partilhamos a experiência no Google Maps, e este autor imediatamente

identificou um dos *tumulus,* que se encontra percetível na fig. 5, assinalado com o número dois a azul. É possível visualizar uma vala (assinalada pela seta vermelha) que atravessa quase todo o monumento.



Fig. 5. Pormenor da localização dos sítios arqueológicos, no exercício 1.

Perante esta situação, compreendemos o seguinte:

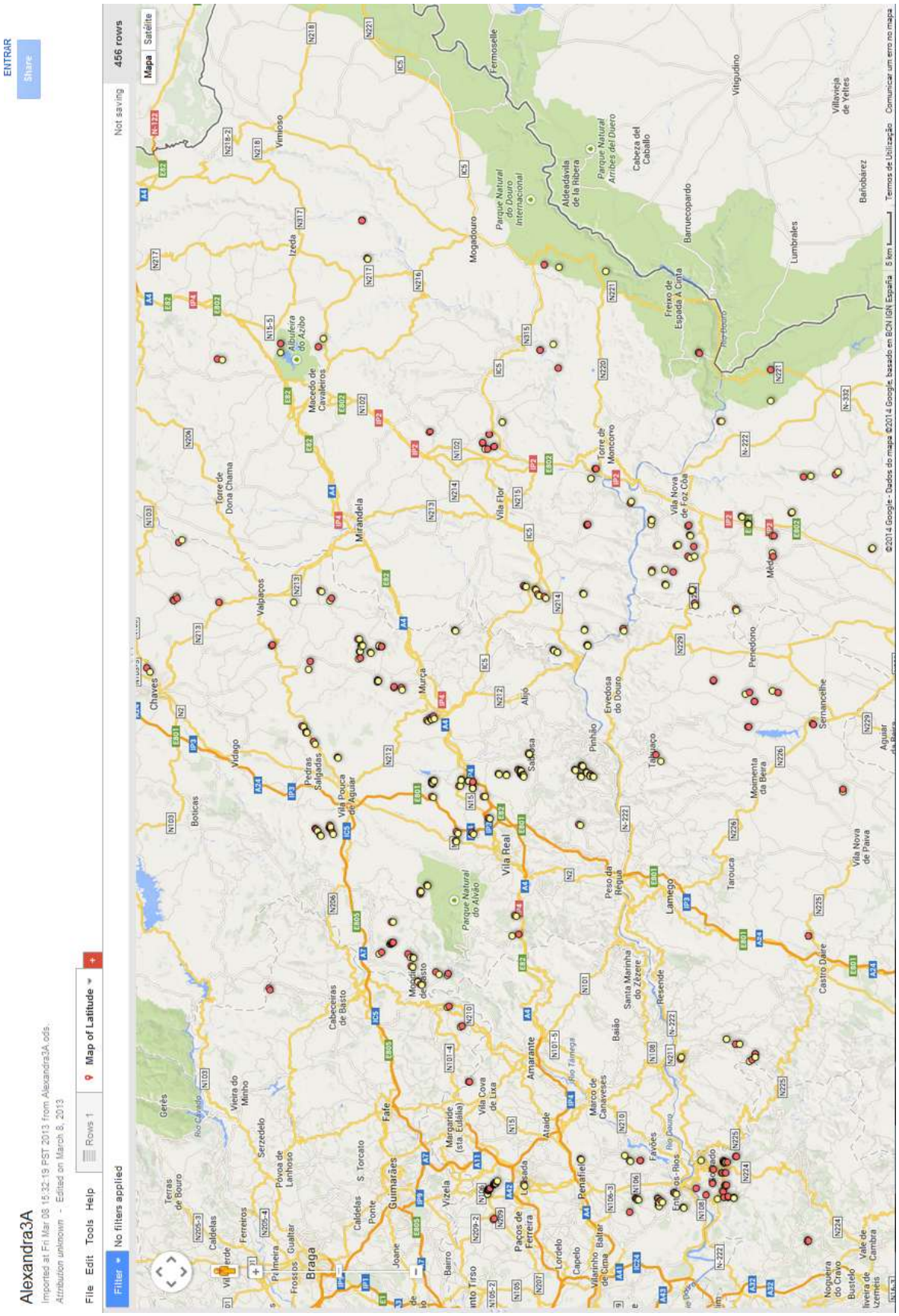
- a dificuldade no cruzamento de dados de diversos autores. Neste caso em particular, falamos de um conjunto de "mamoas", descritas e estudadas por três autores diferentes. Desconhecemos qual foi o primeiro trabalho a ser realizado e se os restantes autores tiveram conhecimento dos trabalhos uns dos outros. O que poderá ter acontecido? A nossa explicação é a seguinte: ao longo do trabalho de prospeção, cada autor quando se deparava com uma mamoa atribuía-lhe um determinado número e fazia a sua descrição. Acontece que podem ter começado a prospeção de diferentes locais, o que terá levado à não coincidência das designações e das descrições.

- no início do nosso projeto fomos criticados por utilizarmos como base para o nosso trabalho de inventário, a Base de Dados do IPA, o Endovélico. Na altura tínhamos a forte convicção que, apesar das lacunas que essa Base de Dados apresentava, seria mais adequado pegarmos nos dados compilados pela entidade que regulava a prática arqueológica. Além disso, não queríamos correr o risco de duplicar os dados ao introduzirmos um sítio que já se encontrava inventariado com outra designação.

Recorremos igualmente ao Google Earth para resolver algumas das questões enunciadas anteriormente.

Exercício 2.

O exercício 2 contemplou a análise e confrontação de dois tipos de coordenadas para alguns sítios. Para esse efeito António Mourão criou um novo mapa com base no serviço FusionTables do Google, que permitia inserir e gerir um maior número de dados de forma mais prática.


ENTRAR
Share
Alexandra3A
Imported at Fri Mar 08 15:32:19 PST 2013 from Alexandra3A.ods.
Attribution unknown - Edited on March 8, 2013
File Edit Tools Help
Filter
No filters applied
Rows 1
Map of Latitude
Not saving
456 rows
Mapa
Satélite
Braga
Guimarães
Chaves
Vila Real
Lamego
Mirandela
Bragança
Viana do Castelo
Barcelos
Famalicão
Vila Nova de Gaia
Porto
Gondomar
Matosinhos
Maia
Valongo
Paredes
Penafiel
Amarante
Marco de Canaveses
Baião
Resende
Castro Daire
Tarouca
Moimenta da Beira
Sernancelhe
Penedono
Tabuaço
Peso da Régua
Pinhão
Sabrosa
Alijó
Murça
Valpaços
Boticas
Vidago
Pedras Salgadas
Vila Pouca de Aguiar
Ribeira de Pena
Cabeceiras de Basto
Fafe
Vizela
Felgueiras
Lousada
Paços de Ferreira
Santo Tirso
Vila Nova de Famalicão
Trofa
Póvoa de Varzim
Vila do Conde
Esposende
Viana do Castelo
Ponte de Lima
Arcos de Valdevez
Melgaço
Monção
Paredes de Coura
Caminha
Vila Nova de Cerveira
Valença
Vila Verde
Terras de Bouro
Vieira do Minho
Póvoa de Lanhoso
Serzedelo
Caldelas
Ferreiros
Prozelo
Frossos
Guadar
Joane
Ponte
S. Torcato
Margaride (sta Eulália)
Vila Cova de Lixa
Ataíde
Lordelo
Capelo
Vilasinho
Balazar
Cunha
Barro
Gerês
Rio Cávado
Rio Tâmega
Rio Douro
Parque Natural do Alvão
Parque Natural do Douro Internacional
Parque Natural Arribes del Duero
Aldeadávila de la Ribera
Cabeza del Caballo
Barruecopardo
Freixo de Espada à Cinta
Mogadouro
Izeda
Vimioso
Fermoselle
Vitigudino
Villavieja de Yeltes
Bañobárez
Lumbrales
Miranda do Douro
Macedo de Cavaleiros
Alfândega da Fé
Torre de Moncorvo
Vila Flor
Vila Nova de Foz Côa
Meda
Figueira de Castelo Rodrigo
Almeida
Sabugal
Aguiar da Beira
Celorico da Beira
Manteigas
Gouveia
Seia
Oliveira do Hospital
Arganil
Tábua
Penacova
Mealhada
Anadia
Oliveira de Azeméis
São João da Madeira
Santa Maria da Feira
Espinho
Vila Nova de Paiva
Castro Daire
Tondela
Viseu
Nelas
Carregal do Sal
Mangualde
Penalva do Castelo
Aguiar da Beira
Trancoso
Pinhel
Guarda

Ambos os exercícios foram utilizados inúmeras vezes com vista ao esclarecimento de dúvidas e seleção de coordenadas.

Exercício 3.

O exercício 3 não se destinou à seleção de coordenadas, mas à interpretação dos dados arqueológicos, que vão ser fruto de análise no capítulo 4. Optámos por integrá-los neste ponto, atendendo a que estamos a abordar as questões metodológicas inerentes a este trabalho de localização dos vestígios arqueológicos.

As vantagens da utilização destes serviços disponibilizados pelo Google são inúmeras. Permitiu-nos a utilização de um "pseudo" Sistema de Informação Geográfica, de forma rápida e gratuita, tendo como base um mapa e imagens de satélite. As possibilidades que este serviço permite para um trabalho em arqueologia são incontáveis. É uma forma dinâmica de analisar a nossa área de trabalho. Vejamos algumas imagens de microrregiões analisadas por nós:

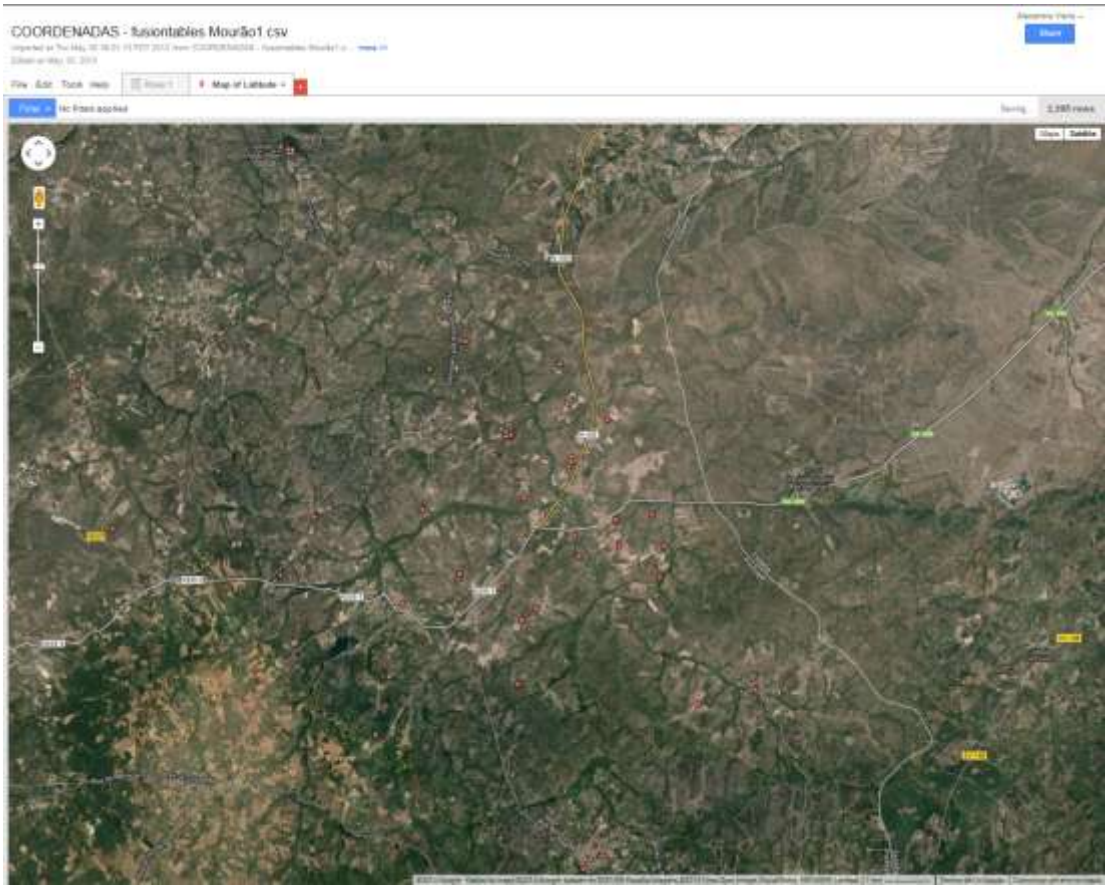
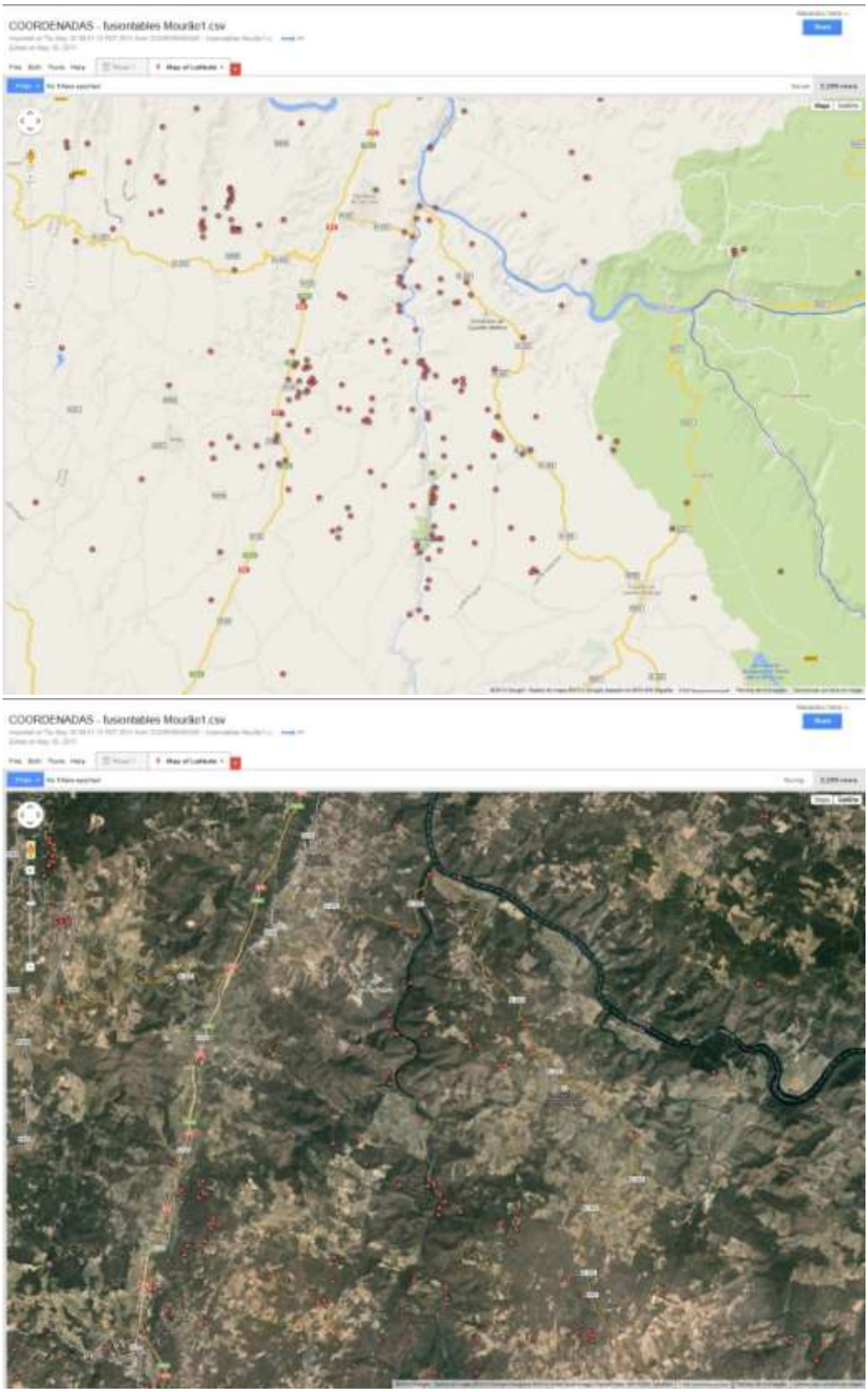


Fig. 7. Os sítios arqueológicos na área do concelho do Sabugal.



Figs. 8 e 9. Mapa e imagem satélite do Vale do Côa.

O facto de se poder analisar os sítios na sua relação com a paisagem, de estabelecer conexões com outros sítios, ou de trabalhar a várias escalas, torna estes exercícios extremamente vantajosos.
Note-se a possibilidade, em alguns casos, de se conseguir distinguir ainda algumas estruturas arqueológicas, como por exemplo a Capela da Senhora do Monte (fig. 10), em Penedono, que tem a particularidade de ser a única anta-capela conhecida no Norte de Portugal.



Fig. 10. Capela da Senhora do Monte, em ruínas, assinalada pela seta vermelha.

Exercício 4.

Posteriormente, a Google disponibilizou o serviço My Maps, que vai ao encontro do Fusiontables, mas cujo processo de inserção de dados e de construção dos mapas se tornou muito mais rápido e simples. O My Maps funciona como um autêntico Sistema de Informação Geográfica, permitindo operar os dados a várias escalas, com múltiplas funcionalidades.

É um processo interativo, que permitiu conjugar um variado conjunto de dados e realizar múltiplas experiências no que concerne a localização geográfica dos vestígios arqueológicos, a sua relação com outros sítios arqueológicos e a sua implantação topográfica. Serão estes os mapas, na sua maioria, a apresentar no decorrer desta tese de doutoramento.

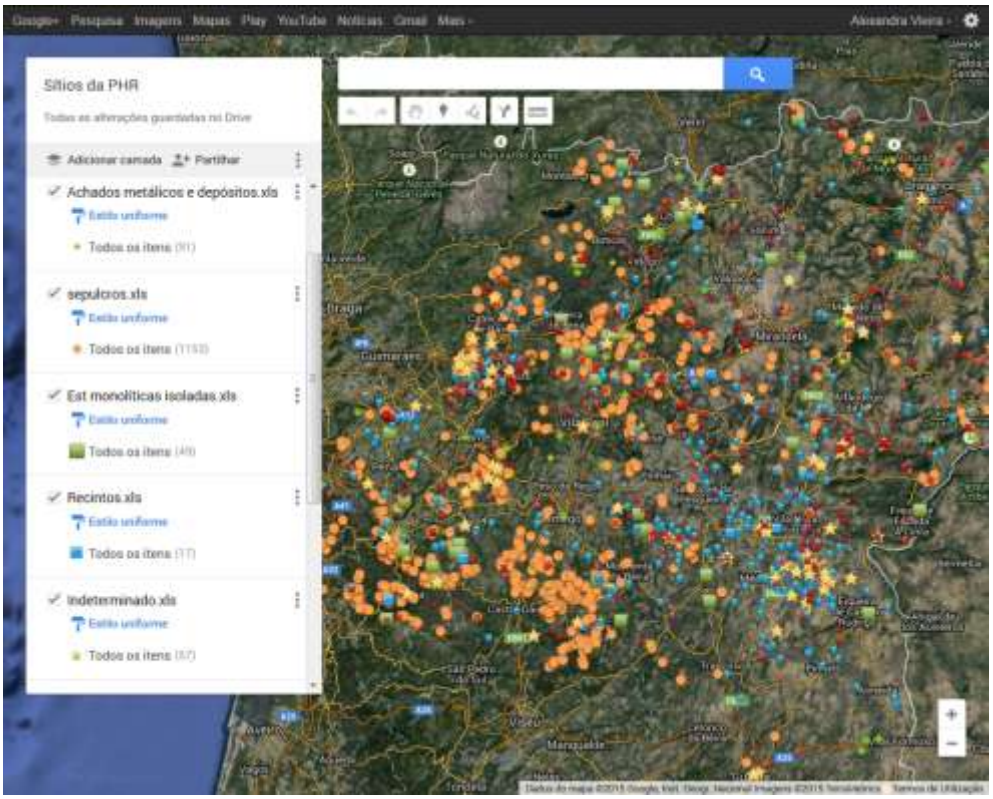


Fig. 11. Exemplo de um mapa com a localização dos vestígios arqueológicos, com recurso ao My Maps.

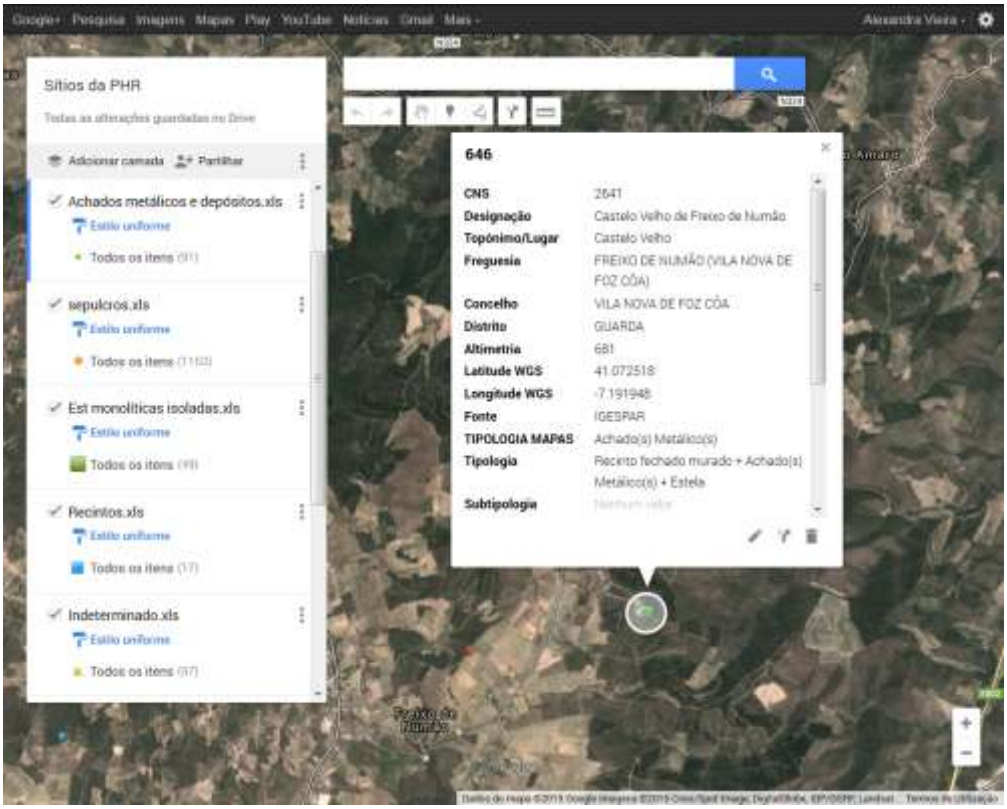
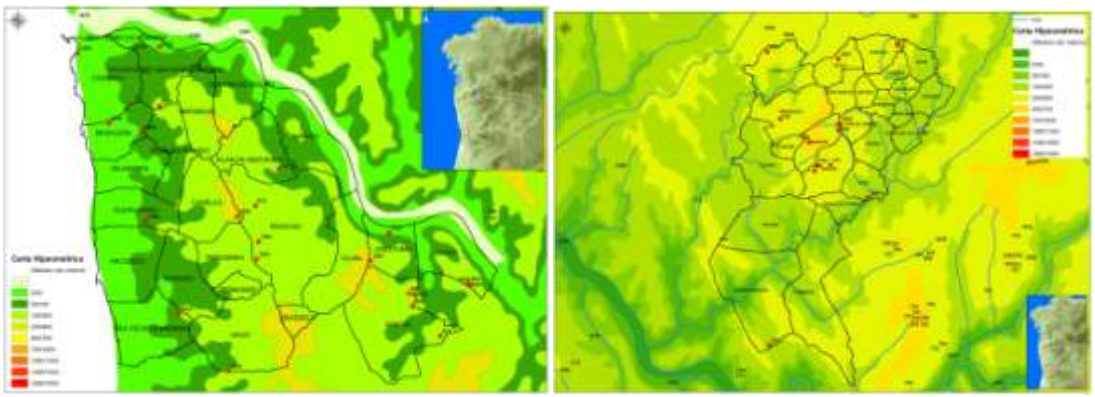


Fig. 12. Informação específica de um dos sítios arqueológicos inventariados, através da aplicação My Maps do Google.

Exercício 5.

Não obstante todo o trabalho desenvolvido com o recurso aos serviços Google, pedimos ainda a Luís Sousa que desenvolvesse alguns mapas "de trabalho", por assim dizer, ao nível de cada concelho, para que fosse possível resolver algumas questões pendentes, dos quais mostramos apenas dois exemplos.



Figs. 13 e 14. Localização dos sítios arqueológicos nos concelhos de Vila Nova de Gaia e Paredes. Mapas de Luís Sousa.

Base de dados das coordenadas – EXCEL

O primeiro passo neste complexo processo consistiu na recolha das coordenadas dos sítios arqueológicos e sua inserção na Base de Dados em ACCESS. Posteriormente, as coordenadas foram transferidas para um ficheiro autónomo, em EXCEL, e organizadas consoante os diferentes sistemas em que se inseriam. Miguel Nogueira, da Oficina do Mapa (FLUP) criou esta Base de Dados (em Excel) específica para os dados cartográficos[6], cuja estrutura se apresenta de seguida (tabela 3). Por último, Miguel Nogueira procedeu à conversão e sistematização das coordenadas escolhidas para a elaboração dos mapas temáticos.

[6] Não iremos tecer considerações sobre a conceção desta base de dados, mas iremos, de forma sumária, apresentar a sua estrutura.

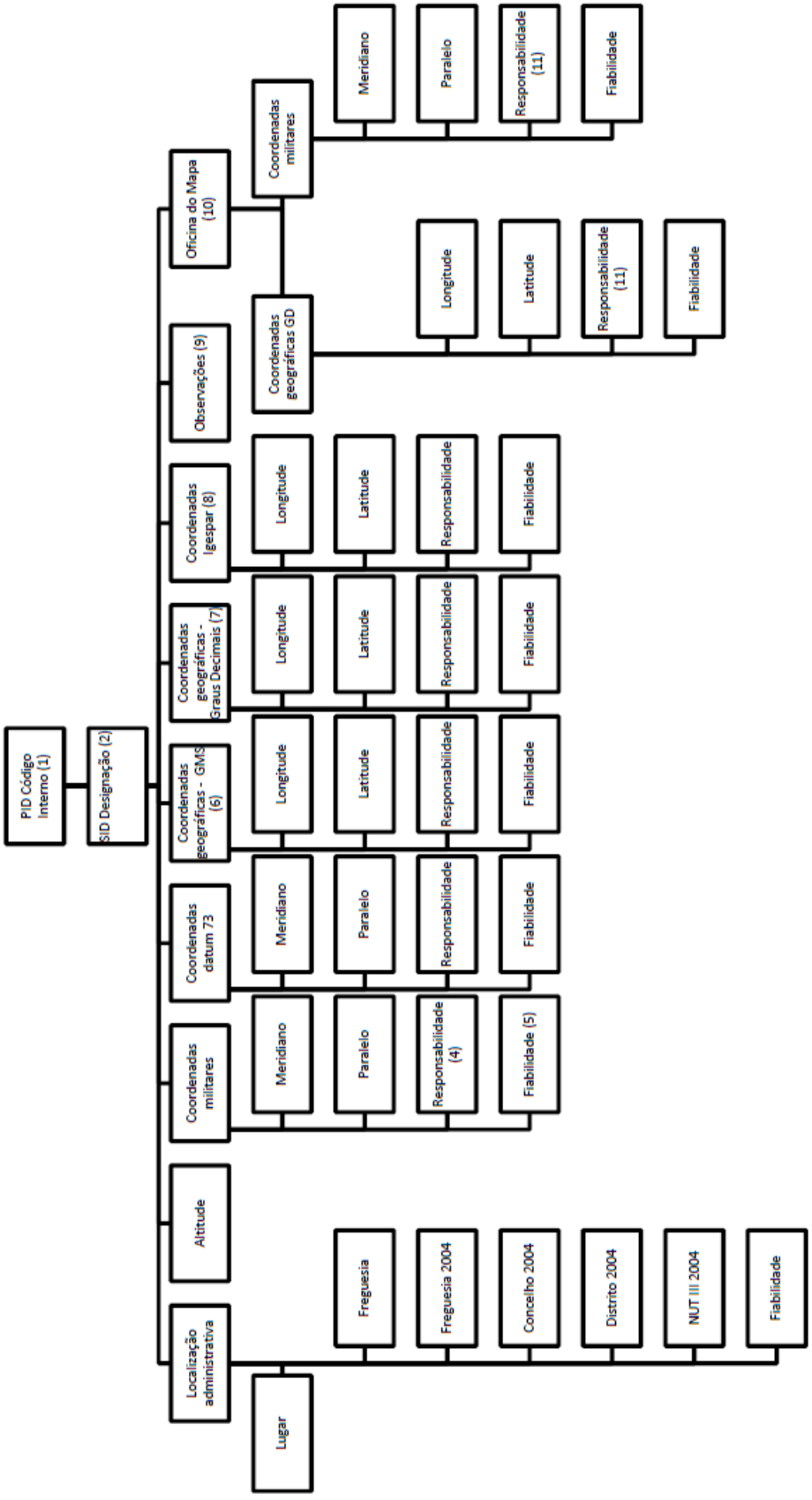


Tabela 3. Base de Dados das Coordenadas, em Excel – desenvolvida pela Oficina do Mapa.

Legenda da tabela:

(1) Corresponde ao número de inventário da Base de Dados de Vestígios Arqueológicos.
(2) Corresponde à designação do vestígio arqueológico.
(3) Introdução dos nomes oficiais das freguesias portuguesas, relativos aos dados de 2004. Em 2013 deu-se a uma reforma administrativa nacional que levou à extinção de freguesias, ou à sua agregação a outras freguesias. Como a estrutura da Base de Dados foi desenvolvida entre 2008 e 2012, não se procedeu à atualização dos dados da reforma administrativa.
(4) Longitude e Latitude em coordenadas militares da sede da freguesia.
(5) A responsabilidade reporta-se à referência do autor da informação cartográfica.
(6) O Dr. Miguel Nogueira definiu três níveis de fiabilidade da informação, sendo que o 1 é o mais fiável e o 3 o menos fiável.
(7) Graus, Minutos, Segundos - exemplo, 49 7'21,16"N.
(8) Graus Decimais - exemplo, 49,11675054666N.
(9) Atendendo a que um número substancial de sítios arqueológicos fora relocalizado pela antiga extensão do IPA de Macedo de Cavaleiros[7], assim como outras extensões que se inserem na área de estudo, decidimos diferenciar esta amostra de coordenadas, num campo específico para o efeito.
(10) Existe sempre a necessidade de serem feitas observações aos dados introduzidos nos restantes campos, daí a inclusão deste item.
(11) Os dados convertidos pela Oficina do Mapa a partir das coordenadas selecionadas[8] pela autora desta tese de doutoramento, com base em critérios que vão ser enunciados no decorrer no ponto seguinte.
(12) A Oficina do Mapa é apresentada como responsável pela conversão das coordenadas, mas com base nos dados selecionados e definidos com fidedignos por Alexandra Vieira[9].

[7] Atualmente integrada na DRCN.

[8] A seleção das coordenadas a serem apresentadas da Base de Dados de Sítios Arqueológicos da PHR da BHD, e que servirão de suporte à elaboração dos diferentes mapas introduzidos nos capítulos seguintes resultam apenas e exclusivamente da nossa responsabilidade.

[9] Voltamos a afirmar que a responsabilidade de seleção e da conversão das coordenadas, são da inteira responsabilidade da autora. A Oficina do Mapa converteu para os dois sistemas acordados: coordenadas geográficas (graus decimais) e coordenadas militares, as coordenadas que a autora lhe apresentou como sendo fidedignas.

3.7. NOTAS FINAIS

Neste capítulo, procuramos tecer uma série de considerações com as quais nos fomos deparando no processo de construção da Base de Dados de Sítios/Vestígios Arqueológicos. Podemos dizer que neste capítulo apresentamos algumas das opções metodológicas que estruturaram esta tese de doutoramento. Destacamos duas questões.

Abordamos, superficialmente, a questão basilar da classificação de sítios arqueológicos em Pré-história Recente, que deveria ser fruto de discussão alargada. Apesar de ser um tema bastante debatido, existe pouca bibliografia sobre o assunto no nosso país. Encetar um diálogo entre pré-historiadores, promover uma discussão saudável e construtiva sobre as questões que aqui referimos sucintamente, é algo que almejamos para um futuro próximo.

A par da tipologia dos sítios arqueológicos (do VI ao I milénio a.C.), a georreferenciação dos vestígios arqueológicos é uma das questões mais complexas, mas, ainda assim, basilar deste trabalho. Atendendo à escala de análise, à quantidade de dados inventariados, à impossibilidade de se proceder a trabalho de campo e à relocalização dos sítios, foi necessário demonstrar de que forma se chegou a um conjunto de coordenadas para cada elemento da Pré-história Recente. Apesar de termos optado por uma descrição pormenorizada de todo o processo de análise e seleção das coordenadas, acreditamos ser este o melhor meio para que a comunidade arqueológica compreenda todas as vicissitudes deste trabalho de inventário.

PARTE II

OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

DO VI MILÉNIO AO PRIMEIRO QUARTEL DO I MILÉNIO A.C.

NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

II.0. Introdução

Os vestígios arqueológicos do VI ao primeiro quartel do I milénio a.C. na Bacia Hidrográfica do Douro é o título desta segunda parte, que agora se inicia. Foca-se essencialmente na análise dos vestígios arqueológicos da Pré-história Recente, de uma vasta área do território português.

Não pretende ser uma síntese, no sentido de "narrativa" sobre a Pré-história Recente. Em primeiro lugar, é um trabalho à macroescala, de tal forma abrangente, que se torna difícil aceder a todos os dados, analisá-los e compará-los entre si. Em segundo lugar, parte da análise de dados e de regiões muito desiguais entre si e de uma percentagem elevada de sítios que foram apenas prospetados.

O que se pretende alcançar com este trabalho? Conhecer os vestígios pré-históricos (VI ao primeiro quartel do I milénio a.C.) que foram detetados e escavados da área da Bacia Hidrográfica do Douro.

O que se tentou fazer foi uma sistematização dos dados, partindo dos mesmos parâmetros de análise, dos mesmos pressupostos. À partida pode parecer um trabalho pouco ambicioso, não em termos de dimensão, mas no que concerne ao seu objetivo principal. Consideramos que este é um primeiro passo, essencial para qualquer projeto que se queira vir a desenvolver futuramente. É um trabalho "útil", que congrega num mesmo documento os dados empíricos disponíveis para o estudo da região, possibilitando uma comparação entre realidades com diferentes "graus de resolução" e a definição de linhas de pesquisa que visem a integração dessas diferentes realidades.

Na nossa opinião só é possível construir e desenvolver sínteses em Pré-história, a escalas mais modestas, estando na posse de um conjunto de dados, dados esses que devem ser trabalhados previamente de forma crítica e sistemática. Quando iniciámos o nosso projeto começámos a perceber que os vestígios pré-históricos inventariados possuíam graus e direções de análise diferentes, eram interpretados de maneiras distintas, as nomenclaturas utilizadas ou a forma de classificação dos vestígios eram, igualmente diferentes e nem sempre claras, conforme demonstrámos no capítulo I.3., designadamente em relação à tipologia de sítios.

Nesta segunda parte, encontramos capítulos com diferentes escalas de análise e com diferentes graus de sistematização. Começamos por encetar, ainda que sumariamente, uma breve abordagem aos principais projetos de investigação que foram desenvolvidos na nossa área de estudo, principalmente a partir de finais dos anos 70 do século XX. Foram esses projetos de investigação que determinaram os dados que possuímos, hoje em dia, para fazer esta sistematização de informação. Alguns estudos estão mais vocacionados para os conjuntos tumulares, povoados ou recintos. Diferentes projetos, com diferentes propósitos, dimensões e escalas de análise.

No capítulo seguinte, designado por "Estado da Arte" selecionámos algumas publicações de Susana Oliveira Jorge, Maria de Jesus Sanches, Domingos Cruz e Ana M. S. Bettencourt, entre outros autores, procurando fazer uma recapitulação e articulação das principais ideias veiculadas nesses textos sobre a Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta e Douro Litoral.

O ponto seguinte, o capítulo 3, tem como objetivo principal proceder-se a uma breve caracterização de alguns sítios/vestígios arqueológicos inventariados. É composto por seis subcapítulos, onde se analisa: o povoamento, os recintos murados do III milénio a.C., as práticas sepulcrais, a prática da metalurgia, os

menires e, por fim, as estelas e estátuas-menires. Existem alguns temas mais desenvolvidos do que outros, situação que foi condicionada por um conjunto de fatores, nomeadamente o facto de determinados temas serem mais circunscritos do que outros e, desse modo, possibilitarem uma análise de conjunto mais completa.

Porquê começar por fazer o estado da arte e só depois apresentar alguns dados sobre os sítios? Tirando os trabalhos de Ana M. S. Bettencourt para a Idade do Bronze, que contemplam uma série de publicações recentes, todos os outros estudos nos remetem para sínteses com cerca de 15 anos. Nestes últimos tempos apareceram novos sítios e mais dados. Apesar de, como iremos ver, estas "novidades" não colocarem em causa nem alterarem substancialmente as hipóteses interpretativas sobre a Pré-história do Norte e Centro de Portugal, no qual se integra a Bacia Hidrográfica do Douro, a verdade é que nos pareceu pertinente começar por demonstrar em primeiro lugar, o que se havia pensado sobre o assunto e, posteriormente, fazer uma caracterização dos vestígios, privilegiando, sempre que possível, sítios praticamente inéditos ou mal conhecidos.

De acordo com o que escrevemos anteriormente, há temas que foram abordados de forma mais exaustiva do que outra. O povoamento é um deles, ainda que não tenha sido possível caracterizar todos os sítios que possuem informações relevantes para a compreensão desta temática. Dentro das práticas sepulcrais destacámos os enterramentos em fossa, que se revelam a partir dos inícios do II milénio a.C. e que estão, aparentemente, relacionados com os povoados de fossas. Optámos, também, por destacar os enterramentos em gruta, que nos pareceu interessante analisar enquanto conjunto devido ao número reduzido de estações conhecidas. Em relação à metalurgia, procedemos basicamente à organização da informação, destacando os locais onde se detetaram evidências da prática da metalurgia. No que diz respeito às estelas e estátuas-menires voltámos ao mero elencar dos sítios, dando alguma ênfase aos novos conjuntos de estelas detetados nos últimos anos. Por fim, realizámos um trabalho mais exaustivo em relação aos menires.

Não foi nosso propósito escrever um único capítulo onde se fizesse a análise dos dados estatísticos, resultante da revisão da base de dados que estruturámos para os sítios arqueológicos da Pré-história Recente da área de estudo. Preferimos ir apresentando, sempre que se justificasse, essa contabilização e quantificação dos dados. O capítulo 4, intitulado "os limites e as possibilidades dos dados", apresenta um conjunto variado de elementos: uma quantificação muito geral dos tipos de sítios arqueológicos apresentados no capítulo I.3. e dois ou três exercícios decorrentes da análise da Base de Dados. Uma Base de Dados com milhares de dados possibilita a realização de vários tipos de exercícios, mas foi necessário optar por apenas alguns deles.

Por último, tentamos alinhavar uma breve síntese dos temas abordados nesta segunda parte, apresentando-se as suas principais linhas de força.

II.1. BREVE RESENHA HISTÓRICA DAS INVESTIGAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

É comum num trabalho desta natureza, uma tese de doutoramento, que haja a preocupação em fazer a história das pesquisas arqueológicas para a área de estudo. Também gostaríamos de esboçar uma resenha histórica sobre o assunto. Infelizmente, um trabalho que abarca 68 concelhos, tem inúmeras limitações e constrangimentos de várias ordens. Aquilo que nos propomos desenvolver nas próximas páginas não deve ser encarado como um trabalho exaustivo de análise da investigação arqueológica na Bacia Hidrográfica do Douro, ao longo dos tempos. Pretende tão só sintetizar um conjunto de informações com as quais tivemos a oportunidade de trabalhar e que recolhemos na análise da nossa Base de Dados. É, deste modo, um texto em que destacamos um conjunto de investigadores e projetos que contribuíram para a construção do conhecimento dos vestígios arqueológicos da Bacia Hidrográfica do Douro.

Iremos dividir este ponto em duas partes distintas:

- Inicialmente, abordaremos, de modo muito sumário, a atividade arqueológica na região até aos finais da década de 60;
- Posteriormente, serão apresentados os projetos de investigação que foram desenvolvidos desde 1970 até ao presente.

1.1. AS INVESTIGAÇÕES ARQUEOLÓGICAS ATÉ AOS FINAIS DA DÉCADA DE 60 DO SÉCULO XX

O elenco de investigadores aqui apresentado decorre da consulta do "Portal do Arqueólogo - Projetos" e da revista o “Arqueólogo Português". Refira-se, novamente, que tal consulta não foi desenvolvida no sentido de problematizar a história da pesquisa da região. Deste modo, a lista de investigadores deve ser encarado como um breve apontamento acerca dos protagonistas da atividade arqueológica da região até aos anos sessenta.

Em primeiro lugar, destacamos o trabalho do Padre Francisco Manuel Alves, também conhecido como Abade de Baçal. De seguida, nomes como Henrique Botelho e Albino Pereira Lopo são particularmente relevantes no que concerne ao estudo da região de Trás-os-Montes.

Outros nomes se acrescentam com diferentes contributos ao nível de trabalhos de investigação e da publicação de artigos em revistas da especialidade (o *Arqueólogo Português* e a *Revista de Guimarães*) ou da descoberta e salvaguarda de vestígios arqueológicos. Falamos de José Leite de Vasconcelos, Martins Sarmento, Santos Júnior e Domingos de Pinho Brandão. Ou ainda do Abade José Augusto Tavares, do Abade Manuel de Azevedo, de André Coffyn, de António Maria Mourinho, de Celestino Beça, de Georg e Vera Leisner, de Irisalva Nóbrega Moita, de Joaquim de Castro Lopo, de Joaquim Manuel Correia (Sabugal), de Luís Chaves, de Luís Coelho, de Manuel de Vasconcelos (Marco de Canaveses), de Mário de Menezes, de Martin Höck, do Padre Belchior da Cruz, do Padre José Brenha, do Padre Raphael Rodrigues, do Padre João Parente (Vila Real), do Padre Fontes (Montalegre), de Pedro A. de Azevedo, de Pedro A. Ferreira, de Philine Kalb, de Russel Cortez, de Adriano Vasco Rodrigues, de Fernando Patrício Curado e de Ruy de Serpa Pinto.

1.2. OS PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDOS DESDE 1970 ATÉ AO PRESENTE

Segundo Susana Oliveira Jorge,

> "A caracterização do Neolítico médio-final deve muito ao desenvolvimento, a partir de finais de 70/inícios de 80, de projectos de investigação centrados na Serra da Aboboreira (Douro Litoral) e na Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental) e, a partir de meados de 80, no Planalto Mirandês (Trás-os-Montes oriental/Alto Douro).
>
> No primeiro caso tratou-se dum projecto inicialmente concebido e liderado por V. O. Jorge, no âmbito da preparação duma tese de doutoramento. A este projecto agregaram-se outros investigadores da FLUP e da Universidade do Porto. (...) Tal projecto transformou-se, com o decorrer do tempo, num programa de arqueologia espacial, abarcando praticamente toda a Pré-história Recente. Ao aprofundamento deste programa de investigação, durante mais de vinte anos, se devem algumas das descobertas mais marcantes da Pré-história Recente do Norte de Portugal.
>
> No segundo caso, também realizado no quadro da preparação de uma tese de doutoramento, tal projecto destinou-se ao estudo duma vertente do povoamento duma determinada região, tendo sido conduzido por S. O. Jorge. No âmbito deste trabalho foram identificados os primeiros povoados sedentários de Neolítico final no norte do país.
>
> No terceiro caso, efectuado no contexto da preparação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, foram reconhecidos os primeiros sepulcros e povoados sedentários desta época, no Alto Douro. Estes estudos foram orientados por M. J. Sanches" (Jorge, 2003b: 1460).

Assim, e seguindo a linha de pensamento de Susana Oliveira Jorge, apresentamos de seguida os três projetos de investigação indicados pela autora.

Em 1978, teve início o projeto do "Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira", coordenado por Vítor Oliveira Jorge até 1997. Este investigador doutorou-se em 1982, com uma tese sobre o megalitismo do Norte de Portugal.

Este projeto foi desenvolvido ao longo de vinte anos. Trata-se do estudo de uma necrópole megalítica baseado na escavação (total ou parcial) de todos os sepulcros da necrópole, abarcando uma cronologia entre o IV e o II milénio a.C.. Neste projeto participaram ainda: Susana Oliveira Jorge, Maria de Jesus Sanches, Domingos Cruz, António Huet de Bacelar, Carla Stockler Lima, Joel Cleto e Maria Suzana Costa, José Manuel Varela, entre outros.

Nos finais dos anos 80, Vítor Oliveira Jorge destacou que uma das suas preocupações no estudo desta região era:

> "Determinar o quadro das situações possíveis no que toca à relação entre tipo de sociedades, formas de apropriação material do espaço, e modos de organização simbólica do mesmo" (Jorge e Jorge, 1991: 119).

Entre 1998/2002 Carla Stockler Lima e Maria Margarida Moreira apresentam um novo projeto para o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira – "Estudo da Ocupação Humana nas Serras da Aboboreira e do Castelo durante a Pré-história.

Em 1981 Susana Oliveira Jorge formulou um projeto de investigação dedicado ao povoamento durante a Pré-história Recente na região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar, do qual resultou a sua tese de doutoramento, apresentada em 1986.

Este projeto corresponde a uma tentativa de estabelecimento de uma sequência regional, na qual são valorizados os contextos de tipo "povoado" (tais como Vinha da Soutilha, Pastoria, S. Lourenço ou Castelo de Aguiar) nos IV e III milénio a.C. Com este estudo, S.O. Jorge pretendia a sistematização das estratégias de povoamento da região durante os III/II milénios a.C. (Jorge, 1986). A paisagem era entendida como uma síntese de aspetos físicos e sociais, como refere a autora relativamente ao Castelo de Aguiar:

> "A vegetação, hidrografia e o clima, por um lado, e o sistema económico e social que preside à selectiva exploração do meio natural, por outro, terão determinado, na Pré-história a extensão ou a limitação dos territórios mencionados a zonas específicas, que podem ou não ultrapassar as áreas idealmente definidas através da leitura da topografia e hidrografia actuais" (i*dem*: 649).

Esta autora participou, a partir dos anos 90, noutros projetos já a Sul do Douro, que abordaremos mais adiante.

De 1984 a 1997, Maria de Jesus Sanches desenvolveu o projeto de investigação "Estudo da Pré-história Recente de Trás-os-Montes Oriental: o Planalto Mirandês e a Bacia de Mirandela", cujos resultados permitiram traçar um quadro da ocupação pré-histórica de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Dirigiu os seguintes projetos de investigação: A Ocupação Humana do Território no Planalto Mirandês Durante a Pré-história Recente, em 1984; "Levantamento Arqueológico de Murça e Área Adjacente à Ribeira de Lila: Estudo, Protecção e Valorização dos Seus Monumentos e Sítios" (1998/2002); "Levantamento Arqueológico do Douro Internacional"; Pré-história Recente no Leste de Trás-os-Montes: Planalto Mirandês e Médio Vale do Rio Tua (1989). Coordenou igualmente o Projeto de Estudo e de Divulgação da estação de Crasto de Palheiros (Murça). Os trabalhos desta arqueóloga não se esgotam nos projetos enunciados anteriormente. As suas dissertações de mestrado e doutoramento foram trabalhos absolutamente fundamentais para o conhecimento da região: Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes), (1992) e Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional), (1997).

O Abrigo do Buraco da Pala constituiu o lugar a partir do qual M. J. Sanches (1997) se propõe a repensar o povoamento da Bacia de Mirandela durante a Pré-história Recente. A ampla cronologia da estação permitiu a sua conexão com outros sítios. Nesse processo a autora destacava que:

> "Aquilo a que se assiste é uma diferente incorporação do mesmo espaço natural, do "lugar", no seio das exigências económicas, sociais e simbólicas dos diferentes grupos que ao longo do tempo frequentaram o abrigo. Podemos assim conceber uma paulatina transfiguração desta falésia e do abrigo em "lugar como monumento natural", segundo as palavras de Bradley, em articulação com a progressiva apropriação e transformação do território envolvente pelas práticas agrícolas e pastoris" (Sanches, 1997: 237).

Ainda a Norte da Bacia Hidrográfica do Douro, Huet de Bacelar Gonçalves, além de ter participado no projeto da Serra da Aboboreira**,** coordenou um projeto de investigação sobre o megalitismo do concelho de Sabrosa (1983).

Francisco Sande Lemos apresenta, em 1993, uma tese de doutoramento sobre "O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental". Este trabalho regista um conjunto de estações com ocupações pré-históricas e reflete um pouco sobre o povoamento do Bronze Final em Trás-os-Montes Oriental.

O Projeto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM), não sendo vocacionado apenas para o estudo da Pré-história da região, foi profícuo na descoberta de estações que se enquadram nesse período ou que registam níveis de ocupação Calcolíticas e da Idade do Bronze. Destaca-se o papel de Nelson Rebanda Campos, que descobriu várias estações conhecidas presentemente nessa área geográfica. Nelson Campo dinamizou igualmente o Levantamento Arqueológico do concelho de Torre de Moncorvo (1983).

Apesar de apenas integrar uma pequena parte da nossa área de estudo, o projeto liderado por Ana M. S. Bettencourt, que também contou com a participação de António Pereira Dinis, Carlos Manuel Simões Cruz e Rui Pedro Alves Barbosa, intitulado a "A Reconstituição da Paisagem no Entre-Douro-e-Minho, desde meados do III aos finais do II milénios a.C.", entre 2001 e 2006, permitiu ampliar o conhecimento sobre a Idade do Bronze:

> "A região do Entre-Douro-e-Minho tem sido alvo de vários projectos de investigação afectos à Pré-história Antiga e Proto-história (Bronze Final e Idade do Ferro). Daí resulta um acervo informativo desigual entre os conhecimentos obtidos para a paisagem destes períodos e a Pré-história recente, nomeadamente para o Calcolítico Final e o Bronze Inicial e Médio. Assim sendo, parece-nos de todo o interesse um projecto que vise a reconstituição da paisagem da Pré-história recente da região do Entre-Douro-e-Minho, bem como a sua contextualização com os conhecimentos existentes para a Galiza, o Nordeste Transmontano e Beiras Alta e Litoral. A execução deste projecto passa por estratégias de pesquisa inovadoras, interdisciplinares, num diálogo permanente entre métodos e técnicas da Arqueologia e de outras disciplinas como a Informática, a Geomorfologia, a Sedimentologia, a Paleobotânica, a Arqueozoologia, a Físico-Química, entre outras".

Em 2002, é criada a "Terras Quentes": Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros, que consiste numa Associação Cultural e Científica, sem fins lucrativos, que se propõe "Promover o estudo, preservação, defesa e divulgação do património cultural, mormente arqueológico, paisagístico, artístico, etnográfico, industrial e ambiental" do concelho de Macedo de Cavaleiros. Conta com a participação de Carlos Alberto Santos Mendes, João Carlos de Senna-Martinez, Hélder Alexandre Carvalho, Elsa Luís, entre outros investigadores (Terras Quentes, em linha). No âmbito deste projeto é escavado o sítio da Fraga dos Corvos, sítio onde foi detetada, pela primeira vez, a prática da metalurgia do Bronze no Nordeste Transmontano.

Antes de continuarmos a enunciar alguns projetos desenvolvidos a Sul do Douro, cabe-nos referir, a título de exemplo, alguns dos trabalhos de investigação que tiveram por objetivo final a publicação de Cartas Arqueológicas de alguns concelhos. Servem apenas de breves exemplos: Carta Arqueológica de Celorico de Basto (2001) sob a responsabilidade de Thierry Jean Aubry e Jorge Davide Sampaio; a Carta Arqueológica de Arouca (1999) estruturada por António Manuel dos Santos Pinto da Silva; o

Levantamento Arqueológico do Concelho de Castelo de Paiva (1987) e Carta Arqueológica para o Município de Cinfães (1982) trabalhos executados por Eduardo Jorge Lopes da Silva e sua equipa de colaboradores. Por último, o Levantamento Arqueológico no Concelho da Guarda (2015), promovido por Vítor Manuel Fernandes Pereira, e os trabalhos de investigação desenvolvidos por Marcos Osório, com vista à formulação da Carta Arqueológica do Sabugal.

Continuando a Sul do Douro, destaca-se o papel de Domingos Cruz. Este arqueólogo doutorou-se em Pré-história e Arqueologia com a dissertação "O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente". Tem coordenado, desde 1992, vários projetos de investigação no Alto Paiva - O Megalitismo do Alto Paiva (1990/1997); Práticas Funerárias da Idade do Bronze Final na Beira Alta (1988/1996); O Alto Paiva - Sociedade e Estratégias de Povoamento desde a Pré-história Recente à Alta Idade Média (1998/2002). Coordenou, ainda, o projeto de investigação "A serra do Montemuro: ocupação humana e evolução paleoambiental durante o período Holocénico" (2004/2008):

> "O projecto, centrado na serra do Montemuro, visa o conhecimento da ocupação humana do território durante o período holocénico e o estudo da evolução recente da paisagem, através da paleobotânica e da geologia."

Raquel Vilaça aparece como responsável pelo projeto: Práticas Funerárias e/ou Cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta (1998/2002), que visava o estudo das "práticas funerárias e cultuais dos finais da idade do Bronze, a partir de vestígios tumulares recentemente identificados. Realização de escavações arqueológicas, trabalhos de prospeção, conhecimento das características tipológicas dos monumentos, sua articulação no grupo e entre as diferentes necrópoles e vigência cultural e cronológica, estudo comparado de estruturas, rituais funerários, cultura material, datações por C14. Pretende-se também verificar a articulação com locais de carácter simbólico, e ainda reconhecer sempre que possível ecofactos que permitam uma reconstituição paleoambiental".

Destacam-se ainda os trabalhos de Fernando Pereira da Silva, nomeadamente "Megalitismo no Concelho de Arouca (1984) e "Megalitismo a Sul do Rio Douro: bacias do Vouga e Alto Paiva" (1996/1997).

Os concelhos de São João da Pesqueira e Penedono foram alvo da investigação de Luís Filipe Coutinho Lopes Gomes e Pedro Manuel Sobral de Carvalho através do "Estudo e Valorização do Megalitismo do Concelho de Penedono (LFCG)" e o "Estudo, Valorização e Divulgação dos Monumentos Megalíticos no Concelho de Penedono". Refira-se ainda a Carta Arqueológica de São João da Pesqueira, que não chegou a ser publicada.

Particularmente profícuo em trabalhos de investigação arqueológica, tem sido o concelho de Vila Nova de Foz Côa e os concelhos que se inserem na Bacia do rio Côa. Desde 1997 foram promovidos vários projetos de estudo e valorização dos monumentos arqueológicos da área de Freixo de Numão (V. N. de Foz Côa), dinamizados, em grande parte pela ACDR de Freixo de Numão. António Sá Coixão, Vítor Oliveira Jorge, Susana Oliveira Jorge, Sérgio Monteiro-Rodrigues, João Muralha e Ana Vale são alguns dos investigadores que coordenaram esses trabalhos de prospeção e escavação.

Tudo começou com os trabalhos de prospeção, que culminaram com a dissertação de mestrado de António Sá Coixão, intitulada "A ocupação humana na Pré-história Recente na região entre Côa e

Távora". Este trabalho foi publicado em 1999, mas os trabalhos de prospeção antecedem em quase uma década essa data. António Sá Coixão publicou ainda a Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa e a Carta Arqueológica do Concelho da Mêda.

Em 1998 dá-se o início do projeto: Estudo e Valorização de sítios arqueológicos na área de Freixo de Numão (1998/2001) que contemplava, entre outros, o estudo do Prazo (ocupações pré-históricas e posteriores), Castelo Velho e Castanheiro do Vento, só para destacar as escavações de contextos pré-históricos. Outros projetos se sucedem: Estudo e valorização de sítios arqueológicos nas áreas de Horta do Douro e Freixo de Numão (2002/2008) e Arqueologia e Investigação no Alto Douro (2009/2012).

Susana Oliveira Jorge foi responsável, desde 1989 até 2004, pelo projeto de investigação e valorização do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. Foz Côa).

A partir de 1994, S.O. Jorge começa a desenvolver, no âmbito do estudo dos recintos murados do IIIº milénio a.C. da região de V. N. de Foz Côa (Castelo Velho e Castanheiro do Vento), uma linha de pesquisa que enfatiza as interações destes recintos com a paisagem:

> "Uma das mais incisivas linhas de investigação sobre Castelo Velho remete para a conexão visual deste sítio com outros lugares contemporâneos existentes em vários planos do horizonte. Se Castelo Velho estava ligado, em rede, a outros lugares com os quais formava sistemas de sentido, pode ser que investigar as intervisibilidades seja uma via de aproximação à representação do espaço pré-histórico, pelo menos, nas suas grandes traves-mestras" (Jorge, 2005 [2003]: 231).

O fim das escavações de Castelo Velho não ditou o fim do estudo dos recintos murados do III milénio na zona de Vila Nova de Foz Côa. Desde 1998 que se tinha iniciado um projeto de investigação voltado para o estudo de outro recinto murado, já referido anteriormente: Castanheiro do Vento (Horta do Douro). O sítio continua a ser escavado até ao presente momento.

Nesta região, destaca-se o trabalho desenvolvido no Vale do Côa, pelo PAVC e CNART, ao longo dos últimos 20 anos. Neste momento, todos os projetos de investigação são geridos pela Fundação Côa Parque:

> "Criada em Março de 2011, para gerir o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) e o Museu do Côa, a *Côa Parque - Fundação para a salvaguarda e valorização do Vale do Côa*, também designada por *Fundação Côa Parque*, tem como fins principais a protecção, conservação, investigação, e divulgação da Arte Rupestre, classificada Património Mundial - UNESCO 1998, e demais património arqueológico, paisagístico, cultural e natural, na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa" (Museu do Côa, em linha).

O contributo dos técnicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do extinto Centro Nacional de Arte Rupestre foi importante, não só para o conhecimento dos vestígios arqueológicos da região, mas igualmente para o conhecimento da arte rupestre paleolítica e pós-paleolítica, assim como os respetivos contextos. Destacamos os trabalhos de António Faustino Carvalho para Pré-história Recente, num primeiro momento, a gestão de Alexandra Cerveira Lima do PAVC e o trabalho de todos aqueles que ainda realizam trabalhos de investigação dentro da instituição, ou seja, António Martinho Batista, Thierry Aubry, Luís Luís, Mário Rui Reis, André Tomás Santos, Dalila Correia, António Batarda Fernandes, Jorge Davide Sampaio, Carla Magalhães e António Fernando Barbosa.

Nos últimos anos foram desenvolvidas, nos rios Tua e Sabor, duas grandes obras públicas com vista à construção de duas barragens, o que originou um grande volume de trabalhos arqueológicos nessa região oriental de Trás-os-Montes e Alto Douro. Foram muitos os trabalhos aí realizados, muitos deles ainda não publicados ou apenas sumariamente divulgados.

Convém salientar o trabalho dos arqueólogos nas diversas autarquias, muitos deles sem a possibilidade de desenvolverem trabalhos de prospeção ou escavação, mas tendo um papel importante na salvaguarda e dinamização cultural dos espaços arqueológicos. Noutros casos, existem gabinetes de arqueologia e o trabalho de investigação arqueológica vai-se desenvolvendo com bons resultados.

Uma grande parte dos dados que se encontram no Portal do Arqueólogo, no seu formato atual, resultam de trabalhos de prospeção e escavação, que são realizados em contextos de obras públicas, algumas obras privadas ou situações de emergência. Os dados dos relatórios das prospeções ou escavações raramente são publicados em revistas da especialidade, sendo que o acesso a essa informação se encontra disponível na atual Direção Geral do Património Cultural ou nas Direções Regionais de Cultura.

Não poderíamos terminar este capítulo, sem destacar o importante papel que desempenharam as antigas extensões do extinto Instituto Português de Arqueologia no inventário e sistematização da informação arqueológica das áreas geográficas onde se localizavam. Sem sombra de dúvida, que o trabalho de António Luís Pereira e Mário Reis na relocalização dos sítios arqueológicos de uma grande parte dos concelhos de Trás-os-Montes e Alto Douro, assim como na análise da bibliografia arqueológica existente para cada um desses concelhos, resultou num trabalho ímpar, determinante, em grande parte para o trabalho que desenvolvemos nesta tese de doutoramento.

II.2. ESTADO DA ARTE

2.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo principal sintetizar as diferentes "narrativas" que foram "construídas" sobre o período de tempo que estrutura o nosso trabalho: do VI milénio a.C. ao primeiro quartel do I milénio a.C., ou seja, sobre a Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro.

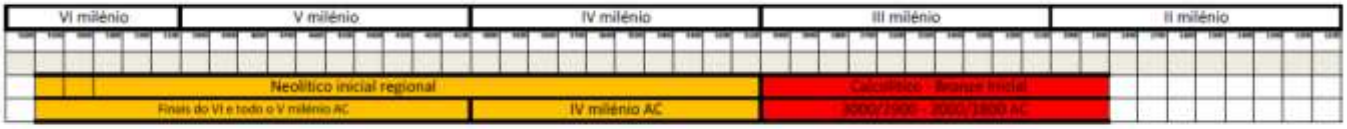
Tem como base estruturante as visões de três autores: Susana Oliveira Jorge, Maria de Jesus Sanches e Domingos Cruz. Utilizaremos, igualmente, dados produzidos por Ana M. S. Bettencourt, para o Minho e Douro Litoral, área geográfica que se encaixa parcialmente na Bacia Hidrográfica do Douro. Sérgio Monteiro-Rodrigues e António Faustino Carvalho e as suas diferentes visões sobre o processo de neolitização no Alto Douro serão sumariamente abordados. O trabalho destes arqueólogos e as suas sínteses sobre as diferentes áreas onde trabalharam constitui o fundamento para a *síntese* que pretendemos realizar. No entanto, quando falamos de *síntese*, referimo-nos tão só à apresentação das diferentes visões de diferentes autores sobre a Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro, ou seja, ao estado da arte.

O processo de estruturação deste capítulo foi problemático. Como gerir a informação, como conciliar visões, por vezes não coincidentes, como fugir de nomenclaturas que, segundo alguns autores, estão completamente esvaziadas de sentido? A forma como cada autor compõe a sua síntese é o reflexo da sua visão sobre a forma como se divide o tempo em pequenas parcelas, das regiões estudadas, dos tipos de sítios escavados, entre outros elementos. Essas parcelas de tempo apresentam diferentes dados que as caracterizam e que se articulam num jogo de continuidades e descontinuidades.

Acresce o seguinte: existe uma grande disparidade ao nível das regiões estudadas, das temáticas abordadas, das propostas cronológicas que iremos enunciar, que estão intimamente relacionadas com os projetos de investigação realizados e sumariamente apresentados no ponto anterior. Ou seja, nem todos os investigadores apresentam sínteses onde abarcam todos os momentos que se integram no que definimos como Pré-história Recente – do VI ao primeiro quartel do I milénio a.C. Esse fator é irrelevante. O que nos interessa é demostrar diferentes perspetivas e propostas de análise dos vestígios arqueológicos pré-históricos da Bacia Hidrográfica do Douro.

Breve revisão da periodização da Pré-história Recente para a área em estudo

Maria de Jesus Sanches desenvolveu trabalhos de investigação sobre vários temas (povoados, estruturas tumulares e arte rupestre) na região de Trás-os-Montes, e equaciona os grandes momentos da Pré-história Recente na sua dissertação de doutoramento "Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro" em 1997. Define dois grandes momentos: a) um Neolítico Inicial regional para o Norte de Portugal entre os finais do VI e os finais do IV milénio a.C. (Sanches, 1997: 145) e b) um segundo momento que contempla o III e inícios do II milénio a.C. (*idem*: 217).



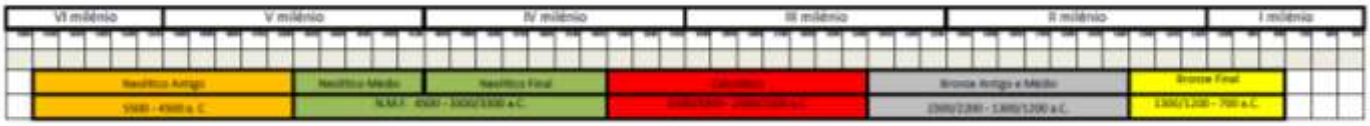
> "A abordagem de um tão extenso período cronológico decorre essencialmente da parca informação disponível, mormente para os finais do VIº e todo o Vº milénio cal AC. As estações arqueológicas são escassas, o seu espólio arqueológico não é abundante; ainda as suas estratigrafias são de difícil interpretação, já que parecem articular-se com datas de C14 que cobrem períodos cronológicos muito alargados. Mesmo assim, parece-nos não ser de desprezar a informação que veiculam atendendo a que, precisamente, na viragem do milénio – Vº/IVº (c. de 5300-5000 BP), ou, pelo menos, após os meados/finais do V.º - se verifica no Norte de Portugal um povoamento mais efectivo, chamemos-lhe assim, traduzido na construção de mamoas, megalíticas ou não. Esse povoamento conta, já no IVº milénio (c. de 4900-4500 BP), com alguns povoados de ar livre e um, ou provavelmente dois, abrigos sob rocha, cuja ocupação se prolonga, em vários casos, para o IIIº milénio" (Sanches, 1997: 145).

O primeiro momento definido por Maria de Jesus Sanches, encontra-se subdividido em duas fases: 1.ª fase - de finais do VI aos finais do V milénio a.C.; 2.ª fase - o IV milénio a.C. (Sanches, 1997: 145), que no fundo abarca o estudo global do período conhecido por "Neolítico". A autora, com base nos trabalhos desenvolvidos na província de Trás-os-Montes e Alto Douro, define um segundo momento, que se situa temporalmente no segundo e terceiro quartel do III milénio a.C., havendo situações em que as ocupações se prolongam para os finais do II milénio desse mesmo milénio (*idem*: 217).

Em 1999, Susana Oliveira Jorge escreve um texto de síntese intitulado "Domesticar a Terra" no qual refere:

> "Esta breve síntese abarca a pré-história recente do território português entre o 6.º e o 2.º milénios a.C. Intencionalmente, evita a nomenclatura arqueológica, que divide este período em Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze. De facto, os três capítulos estão organizados segundo parâmetros cronológicos, conteúdos e abordagens que se distanciam, em muitos aspectos, das perspectivas clássicas" (Jorge, 1999c: 7).

Este texto encontra-se dividido em três capítulos que abordam diferentes temas: o primeiro ponto abordado "ocupa-se dos últimos caçadores-recolectores, que já manipulavam elementos do sistema produtor (refere-se a grupos tradicionalmente integráveis no "Neolítico antigo"); o segundo ponto "aborda comunidades muito diversas, que tanto desenvolvem economias de caça, recolecção e, pastoreio como já, em certos casos, economias agro-pastoris. Une-as o facto de construírem «monumentos» (sepulcrais/rituais) que pontuam novos territórios. Correspondem, segundo a terminologia tradicional, a grupos do "Neolítico médio-final"; e por último fala das "primeiras comunidades, agrárias que, ao longo de dois milénios, constroem territórios com alguma estabilidade: num primeiro momento (Calcolítico), através de múltiplos cenários monumentais; num segundo momento (Bronze antigo e médio), desenvolvendo fórmulas mais discretas, por vezes difíceis de detectar" (Jorge, 1999c: 8).



Podemos distinguir cinco grandes momentos: O Neolítico Antigo, o Neolítico Médio e Final (que se apresenta como um bloco), o Calcolítico, o Bronze Antigo e Médio (que constituem um outro bloco) e, por fim, o Bronze Final. Gostaríamos de salientar que os projetos de investigação desta autora se focaram essencialmente em questões ligadas aos povoados e recintos dos finais do IV e III milénio a.C. que se prolongam, muitas vezes, pela primeira metade do II milénio a.C.

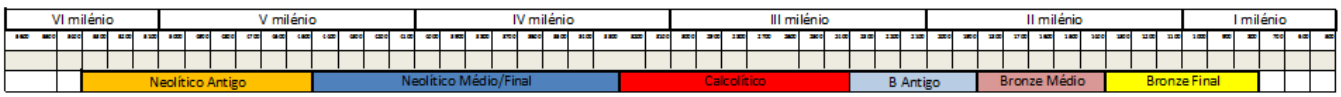
Domingos Cruz apresenta em 2011 a sua dissertação de doutoramento sobre "O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais durante a Pré-história Recente". As últimas páginas do seu trabalho contemplam uma visão diacrónica sobre a Pré-história Recente no Norte e Centro de Portugal.



Gostaríamos de salientar que Domingos Cruz não utiliza as expressões Neolítico Inicial e Médio, Neolítico, Final, Calcolítico e Idade do Bronze. Somos nós que interpretamos os seus dados desta forma, ao trabalhar o seu texto (convertido num esquema), a fim de o correlacionar com os trabalhos de Susana Oliveira Jorge e Maria de Jesus Sanches (também "sintetizados" num esquema).

Neste trabalho, dedicado sobretudo os monumentos tumulares do Alto Paiva, o autor destaca que a construção de "dólmenes complexos" a par de dólmenes simples, no Alto Paiva e na Beira Alta, data genericamente, de 4300 / 4200 a 3700 a.C. (Cruz, 2001: 304-305). Trata-se de uma monumentalização da paisagem que tem um tempo curto e bem definido. A partir de 3700/3600 a.C. vão continuar a ser construídas estruturas tumulares, mas cujas características já são um pouco distintas daquilo que caracteriza este período central de estruturas "megalíticas".

Em 2009, Ana M. S. Bettencourt apresenta um trabalho de síntese sobre a Pré-história do Minho, que se centra na compilação de dados sobre o Minho e o Douro Litoral, abarcando apenas uma parte da Bacia Hidrográfica do Douro. Contudo, optámos por apresentar estes dados, atendendo ao estudo aprofundado que esta autora tem desenvolvido sobre as comunidades do II e I milénio a.C. São dados relativamente recentes e que nos ajudam a interpretar, a chamada "Idade do Bronze" no Norte de Portugal.



> "Os dados arqueológicos conhecidos para cada um destes períodos cronológico-culturais são desiguais, sendo mais escassos para os momentos mais antigos do Neolítico e para o Calcolítico, por falta de projectos de investigação directamente direccionados para estas fases. A partir da Idade do Bronze, e porque esta tem sido uma área tradicionalmente estudada pelos investigadores da Universidade do Minho, os dados são em maior número, assim como as

publicações científicas. Este texto foi, pois, construído com base num acervo informativo desigual pelo que a síntese aqui efectuada terá que ser encarada como provisória e aberta a novas interpretações e problemáticas" (Bettencourt, 2009: 70).

Das quatro abordagens aqui apresentadas, notamos que Susana Oliveira Jorge e Ana M. S. Bettencourt utilizam, genericamente, as mesmas unidades de tempo. São obras de síntese que procuram ser abrangentes e a uma escala macro. Maria Jesus Sanches e Domingos Cruz possuem análises um pouco diferenciadas, em virtude dos trabalhos desenvolvidos; possuem, na nossa ótica, um caráter mais regional e, por isso mesmo, particular.

2.2. VI, V E IV MILÉNIOS A.C. (O NEOLÍTICO)

O Neolítico corresponde, convencionalmente, a um período compreendido entre os finais do VI e os finais do IV milénio a.C. (Bettencourt, 2009: 70-71). Tradicionalmente pode ser dividido em Neolítico Antigo ou Inicial, Neolítico Médio e Neolítico Final.

2.2.1. DE MEADOS DO VI MILÉNIO A MEADOS DO V MILÉNIO A.C. (NEOLÍTICO ANTIGO)

Em 1996, Maria de Jesus Sanches refere a inexistência de "documentação arqueográfica ou outra" no Norte de Portugal até ao VI milénio a.C. e acrescenta não existirem estações "epipaleolíticas ou mesolíticas, datadas ou não, em áreas um pouco mais interiores" (Sanches, 1996: 20).

A partir dos anos 90, um conjunto de projetos de investigação dinamizados em Trás-os-Montes e Alto Douro colocam a descoberto alguns sítios arqueológicos que se inserem no período que se estende de meados do VI a meados do V milénio a.C. Em 1999, a maior parte destes sítios não possuía ainda datações de C14, mas "a análise dos materiais e do padrão locativo das jazidas indica-nos que estas devem anteceder, nas respectivas regiões, o fenómeno tumular do Neolítico médio-final (com origem em meados do 5.º milénio a.C.)" (Jorge, 1999c:13- 14).

Os trabalhos desenvolvidos na serra da Aboboreira, durante a década de 80, demonstram a possibilidade de existirem vestígios de ocupações anteriores ao surgimento das primeiras arquiteturas tumulares monumentais do V milénio a.C. Tinham sido descobertos, quer em solos enterrados sob as estruturas sepulcrais, quer em sítios abertos, materiais cerâmicos e líticos considerados atípicos na altura, mas cuja cronologia apontava para uma "cronologia pré-megalítica". Estamos a referir-nos aos solos que se encontravam debaixo dos próprios sepulcros ou ainda nas terras dos *tumuli* de Furnas 2, Chã de Santinhos 1 e 2 ou Mina do Simão, ou ainda do Tapado da Caldeira ou Lavra I (Jorge, 2003b: 1459).

O sítio referido por Susana Oliveira Jorge como sendo "Tapado da Caldeira" e designado por Domingos Cruz por "Penedos Altos" fica situado em plataforma ribeirinha (Frogueirão), entre o povoado da Bouça do Frade e o cemitério do Tapado da Caldeira, e "poderá também datar de momento anterior às primeiras construções funerárias da região" (Cruz, 2001: 298).

As análises realizadas sobre carvões recolhidos nos paleossolos dos sepulcros da serra da Aboboreira,

> "mostram a existência de zonas florestadas nos pontos mais altos da Serra (que deveria ter solos mais profundos), com algumas zonas abertas, desflorestadas e colonizadas por uma vegetação de matagal ou "lande". Note-se, contudo, que estes solos são já datados de entre os meados do Vº e os inícios do IVº mil. AC. No entanto revestem-se da máxima importância pois alguns deles podem ser interpretados como restos de antigos habitats neolíticos. A Serra da Aboboreira integra além destes "habitats" anteriores ao IVº milénio, um outro - Lavra I -, que pôde ser datado dum período anterior (entre os meados do VIº e os meados do Vº mil. AC). Todos estes habitats, além de material lítico talhado e polido, contêm cerâmicas lisas e decoradas" (Sanches, 1996: 20).

Maria de Jesus Sanches situa entre os finais do V e os meados do IV milénio a.C. o "período de ocupação mais recente destes habitats da serra da Aboboreira, cujos vestígios se encontram "selados" pelos *tumuli*". Existe ainda a possibilidade desse povoamento poder recuar ainda mais no tempo, um milénio antes, em virtude dos dados fornecidos pela escavação da estação de Lavra I (*idem:* 24).

A serra da Aboboreira destacar-se-ia pela existência de "vestígios de habitats anteriores à construção dos *tumuli* a partir dos materiais existentes nos solos de base, ou nas terras que constituem a mamoa, (...)"ocorrência tem sido observada na Orquinha dos Juncais, na Beira Alta (Cruz, 2001: 298).

Alguns monumentos megalíticos da serra da Aboboreira, tais como a Mina do Simão, Furnas 2, Chã de Saninhos 1 e 2, Serrinha e Igrejinhas, revelaram vestígios de um povoamento anterior, tanto nas terras do *tumulus*, como nos solos situados debaixo dos *tumuli*. Na Mina do Simão e em Chã de Santinhos existem alguns indícios de que os monumentos terão ocupado o espaço dos povoados preexistentes (Cruz, 2001: 312). Sobre a Orquinha dos Juncais, Domingos Cruz refere o seguinte:

> "Os planaltos do Alto Paiva, a partir dos finais do V milénio a. C., são pontuados por construções tumulares. Os sítios de implantação foram criteriosamente escolhidos, tirando-se proveito da topografia do terreno. Mas trata-se do culminar de um processo. É hoje claro que estes monumentos foram construídos em áreas frequentadas anteriormente, é o caso da Orquinha dos Juncais, em cujo solo, soterrado com a construção do *tumulus*, foram exumados alguns fragmentos cerâmicos" (Cruz, 2001: 309).

Três estações se destacam para o estudo deste período que marca a passagem do VI ao V milénio e que se prolonga por todo o V milénio a.C.. Estas estações encontram-se distanciadas entre si, mas localizam-se todas elas em áreas de encosta de montanha: "o abrigo da Fraga d'Aia, em Paredes da Beira (S. João da Pesqueira), no vale do rio Távora, imediatamente a sul do Douro (Alto Douro); o povoado de ar livre da Lavra (Lavra l), Soalhães (Marco de Canaveses), numa das plataformas da encosta SSW da Serra da Aboboreira (Douro Litoral), e o abrigo do Buraco da Pala, em Trás-os-Montes Oriental" (Sanches, 1997: 149).

Domingos Cruz tece a seguinte consideração sobre as datações absolutas de Fraga D'Aia:

> "a Fraga d'Aia (...) possui também datações de período anterior; a valorização destes resultados é, no entanto, bastante mais difícil, por não estarem associados a materiais condizentes com a cronologia absoluta. A ocorrência de carvões vegetais nos níveis e estruturas arqueológicas da jazida justificar-se-á pelas condições de sedimentação do sítio e os complexos processos pós-deposicionais que ali terão ocorrido" (Cruz, 2001: 294).

Em relação ao Buraco da Pala, foram detetados neste abrigo quatro níveis de ocupação que se prolongam do Neolítico ao Calcolítico. O abrigo, ao qual se acede através de uma "alargada fenda,

rasgada na vertical, nas falésias de xisto quartzítico que encimam a Serra de Passos", forneceu "excelente documentação, quer arqueográfica, quer de tipo etnobotânico/ paleoambiental", permitindo, "em conjugação com as 21 datas de C14 realizadas, estabelecer os parâmetros cronológicos para os diferentes períodos de ocupação". O nível mais antigo (IV) apresenta "características habitacionais (com ocupações realizadas provavelmente de modo sazonal) e uma razoável potência estratigráfica. A base do nível (ou base da cam. 4) foi datado por duas amostras, de entre os finais do VIº e a 1.ª met. do Vº mil. AC." (Sanches, 1996: 12).

Tomando em consideração as estações arqueológicas mencionadas até ao momento, percebemos que possuem cronologias muito amplas (Sanches, 1997: 155).

> "No Norte de Portugal a cronologia do abrigo do B. da Pala IV - com cerâmica lisa e decorada e cereais -, a do abrigo da Fraga d'Aia e a do habitat da Lavra, também admitem, em termos genéricos, uma "neolitização" neste período do Neolítico (Neolítico antigo evolucionado peninsular, mas que preferimos denominar de Neolítico inicial regional); todavia, dada a dificuldade de contextualização precisa das datas do abrigo de Fraga d'Aia e do habitat da Lavra, podemos, com razoável segurança, colocar o início deste processo pelo menos na primeira metade do Vº milénio AC." (*idem*: 152).

Outro elemento a ter em consideração é o facto destas estações se localizarem em regiões geográficas muito distantes umas das outras: Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta; com exceção dos sítios que se situam na serra da Aboboreira. A sua localização em áreas tão distantes pressupõe diferenças ambientais e de recursos disponíveis entre as diversas estações. Outra diferença significativa reflete-se "no tipo de estação e na documentação que proporcionam: habitais de ar livre, habitats em abrigo sob rocha e santuário rupestre em abrigo sob rocha" (Sanches, 1997: 155-156). Existem ainda diferenças cronológicas evidentes. Baseando-se apenas em datas absolutas calibradas para 2 sigma, Maria de Jesus Sanches verifica que a "cronologia apresentada cobre cerca de 1 milénio e meio - passagem do VIº ao Vº, Vº milénio e parte do IVº. Há estações cuja ocupação pode ter-se iniciado antes do Vº milénio AC - Fraga d'Aia e Lavra -, mas a totalidade daquelas mencionadas parece ter-se situado no Vº milénio - Buraco da Pala, Fraga d'Aia, Lavra, Fumas 2 e Mina do Simão. Algumas destas estações têm ocupações na primeira metade do IVº milénio - B. da Pala, Fraga d'Aia, Chã de Santinhos, Mina do Simão" (*idem*: 157).

Parece-nos importante destacar uma ideia muito presente no trabalho de Maria de Jesus Sanches: a proximidade entre povoados e necrópoles megalíticas e a sua possível contemporaneidade.

> "A Serra da Aboboreira destaca-se particularmente pela importância em termos de povoamento pré-histórico, com a localização dos habitats nos mesmos espaços dos monumentos sob *tumuli*, abrindo a hipótese de nalgumas outras necrópoles megalíticas do Norte e Centro de Portugal os povoados se situarem também na proximidade dos dólmens" (Sanches, 1997: 156).

> "No Norte de Portugal o povoamento holocénico pode ter-se iniciado na passagem do VIº para o Vº milénio AC, mas é sobretudo no Vº milénio que aparecem mais estações. É ainda no Vº e na passagem do Vº ao IVº que a documentação paleoambiental fornece indicadores de acções desflorestadoras de origem antrópica. Em princípio, o início do povoamento referido é anterior, num primeiro momento, e contemporâneo, num segundo, do fenómeno tumular sob mamoa, megalítica ou não" (*idem*: 158).

Este é um dos aspetos que diferencia a análise da autora em relação aos outros autores mencionados, ao considerar um longo período denominado Neolítico Inicial regional, em que o arranque das estruturas tumulares se pode relacionar com alguns dos povoados mais antigos.

Em relação à componente artefactual destas estações, datadas dos finais do VI e do V milénio a.C., Maria de Jesus Sanches destaca a manipulação de cerâmica, assim como de outros artefactos, embora raros, ligados à atividade agrícola, como enxós, machados e moinhos. "Num caso, Buraco da Pala, há documentação relativa ao cultivo de cereais, e noutro, Fraga d'Aia, é possível interpretar alguns indícios como decorrentes da prática da pastorícia de ovídeos ou de caprídeos" (Sanches, 1997: 148)**.** Alguns destes novos elementos apoiam:

> "a hipótese da expansão, ou difusão para zonas mais a norte da P. Ibérica, de elementos novos, e de práticas atribuídas às sociedades neolíticas, particularmente o cultivo de cereais (trigo e cevada). Essa difusão, patente já na passagem do VIº ao Vº milénio, é visível também nalguns artefactos (ou informação/modo de os fabricar) - de que as cerâmicas com uma decoração particular seriam um dos indicadores-, e ainda em aspectos não ligados directamente às técnicas de subsistência, como alguns tipos de iconografia pintada em abrigos. Estas manifestações artísticas de cariz subnaturalista (em Fraga d'Aia) ou esquemático (na Serra de Passos/Sta. Comba), podem ter feito parte de um processo similar de "difusão" (ou aculturação selectiva) por interacção entre comunidades que deveriam apresentar, mesmo atendendo somente ao registo arqueológico, bastantes diferenças culturais entre si" (Sanches, 1996: 30).

De acordo com Maria de Jesus Sanches, a propósito do estado da pesquisa relativamente à neolitização desta região, é de salientar os seguintes aspetos:

- O Buraco da Pala IV é o único contexto datado do Neolítico inicial (finais do VI/inícios do V milénio a.C.) onde foi encontrado trigo no seu nível mais antigo. Todos os restantes contextos fornecem apenas provas indiretas de elementos efetivamente ligados à prática agrícola;

- Na análise da componente artefactual lítica destas estações é de destacar a continuidade, relativamente ao talhe, com os períodos anteriores;

- Quanto à implantação dos sítios, encontramos sítios de ar livre e abrigos sob rocha, situados a diferentes altitudes e que se implantam em diferentes ecossistemas – áreas de montanha, de plateau e de vale –, onde não parecem obedecer a nenhum padrão de implantação específico, mas sim atestar a existência de um elevado grau de mobilidade por parte destas comunidades (Sanches, 2003: 172).

Por último, Maria de Jesus Sanches considera que:

> "este processo de "domesticação" da realidade, da paisagem, encontra-se a nosso ver num estádio muito próximo ao dos caçadores-recolectores "clássicos", e só nos alvores do IVº milénio, se vislumbram, em algumas destas comunidades, diferenças de realce através da criação de arquitecturas tumulares duráveis - os conhecidos monumentos sob *tumuli*, megalíticos, ou não" (Sanches, 1996: 30).

Tal ideia é reforçada por Susana Oliveira Jorge, que no ano de 2000 redige uma pequena síntese onde afirma o seguinte:

> “Os sítios do Norte de Portugal vinculáveis ao chamado Neolítico Antigo situam-se entre os finais do VIº e a primeira metade do Vº milénio AC. Ocorrem dispersos por esta vasta região, havendo uma ligeira concentração - fruto de um maior número de investigações realizadas - em Trás-os-Montes e Alto Douro. Se exceptuarmos a estação do Buraco da Pala - nível IV (Mirandela), onde foram registados cereais e, eventualmente Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira), onde é possível que tenham existido ovicaprídeos, as restantes jazidas não forneceram indícios inequívocos de inovações agro-pastoris (domesticação de animais e plantas). Nelas apenas foram exumados fragmentos cerâmicos e objectos líticos. Trata-se de habitats de ar livre ou abrigos-sob-rocha. Como afirmei anteriormente (Jorge, 1999), parece-me que tais sítios se correlacionam com caçadores-recolectores-pastores que manipulavam elementos do sistema produtor, sem que dele dependessem inteiramente. Podemos designá-los "proto-produtores". A presença excepcional de cereais e ovicaprídeos em alguns sítios não nos autoriza a inseri-los em comunidades agro-pastoris” (Jorge, 2000a: 7-8).

A “revolução neolítica” e o chamado “pacote neolítico” são colocados em causa. Não existem indícios de que estas comunidades “pré-megalíticas” vivessem num “sistema produtor” durante este período de tempo. O "pacote neolítico" não serve de modelo explicativo para os dados atualmente disponíveis. Pelo contrário, o que a comparação entre as diferentes estações conhecidas nos alerta é para diferentes estratégias de aquisição das inovações relacionadas com a "domesticação" de animais e plantas, cerâmica e pedra polida” (Jorge, 2000b: 75).

Susana Oliveira Jorge defende, já em 1999, que “durante este período, os caçadores-recolectores locais são confrontados com estímulos das mais variadas origens. Reagem através de um processo de integração selectiva que é muito difícil de interpretar” (Jorge, 1999c: 9).

Segundo Domingos Cruz, tendo como base os dados do Alto Paiva e da Beira Alta,

> “A ocupação do Alto Paiva anterior à eclosão do "megalitismo" não é materialmente demonstrável. O desconhecimento deste povoamento mais antigo do interior do Centro de Portugal e do Noroeste Peninsular, bem como de outras áreas da Península Ibérica, como a Meseta, era até há pouco generalizado. As primeiras manifestações neolíticas identificavam-se normalmente com as mais antigas construções funerárias de carácter monumental, e estas teriam começado a construir-se, um pouco por toda a Península Ibérica, em meados/finais do V milénio a.C.. A investigação mais recente e a revisão de antigos trabalhos de escavação, no Centro e Norte de Portugal tem revelado, a partir da cultura material, por vezes verificada também com datações de Carbono 14, uma ocupação "pré-megalítica" nestas regiões” (Cruz, 2001: 294).

O autor sublinha dois aspetos importantes:

> “A informação disponível relativa ao Neolítico Inicial, de carácter arqueológico, paleobotânico e arqueozoológico, para a Beira Alta e regiões próximas, indicia uma ocupação esporádica, embora repetida, eventualmente sazonal, praticada por pequenos grupos, em estreita relação com os recursos locais. (...) Estamos a tratar de sociedades com um carácter marcadamente itinerante, muito dependentes do meio em que se inserem” (Cruz, 2001: 299). “Não se conhecem para o Centro e Norte de Portugal, como também para a Galiza, as sepulturas destes primeiros habitantes do Neolítico Inicial” (*idem*: 301).

Efetivamente, não se conhecem, até ao momento, as práticas sepulcrais praticadas por estas comunidades que antecederam o aparecimento das estruturas "megalíticas", as quais começam a ocorrer a partir de meados/finais do V milénio a.C.

Nos finais da década de 90 do século passado, é descoberto um novo sítio com fossas, no Minho. Segundo Ana M. S. Bettencourt, na estação da Bolada, localizada no Planalto da Lameira (Celorico de Basto), foram escavadas fossas abertas no saibro que se associam a ecofactos e a restos muito frustres de artefactos, datados da segunda metade do V milénio a.C. (Bettencourt, 2009: 71).

Também nos finais da década de 90, começa a escavar-se uma nova estação arqueológica: o Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa), descoberta no âmbito de escavações de um sítio romano. Sérgio Monteiro-Rodrigues salienta o importante contributo dado pelo estudo do Prazo:

> "Um dos contributos mais importantes dados pelo Prazo foi ter permitido identificar de forma inequívoca a presença humana numa região do interior de Portugal – o Alto Douro – desde os inícios do Holocénico. Tal presença encontra-se testemunhada por vestígios de ocupações correlacionáveis genericamente com o Epipaleolítico, Mesolítico, Mesolítico Final e Neolítico Antigo. Entre a ocupação do Mesolítico Final e a do Neolítico Antigo foi possível, aliás, reconhecer alguns nexos de continuidade que permitem sustentar a hipótese do Prazo ter sido frequentado de forma recorrente, pelo menos desde a segunda metade do VII milénio cal. BC até à segunda metade do V milénio cal. BC" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 324).

Estes nexos ou elementos de ligação, supramencionados por Sérgio Monteiro-Rodrigues, referem-se a semelhanças ao nível da estruturação do espaço habitado (concentrado nas imediações de grandes blocos de granito), ao nível da indústria lítica (com o predomínio de micrólitos em quartzo) e ainda ao nível das estratégias de subsistência. Ou seja, parece haver uma continuidade entre o Mesolítico Final e o Neolítico Inicial, não só no que concerne aos elementos já referidos, mas também em relação à "antropização da paisagem". Existem dois elementos que marcam a diferença entre os dois momentos: o aparecimento da cerâmica e os ovicaprídeos, embora o autor considere discutível a relevância dada ao aparecimento dos ovicaprídeos (Monteiro-Rodrigues 2011: 331).

> "Assim, considera-se que datar o início do processo de neolitização no Prazo é unicamente determinar o momento a partir do qual estes dois itens começam a ser assimilados pelas comunidades de caçadores-recolectores mesolíticos que ali se estabeleciam – possivelmente em consequência de contactos intergrupais – e não a aferição de uma suposta fase de transição entre a "predação" e a "produção". Por outras palavras, datar o início do Neolítico Antigo é estabelecer o arranque do que objectivamente se poderia denominar *processo de ceramização*, tal como ele é de certa forma concebido para a planície Padana (Itália) (Binder, 2000: 122). Isto não significa, contudo, que noutras regiões peninsulares não existissem, nesta fase, comunidades com um leque de assimilações muito mais diversificado, que não estivesse restringido unicamente à cerâmica e a uma quantidade residual de ovicaprídeos. Este "processo de ceramização" teria o seu início a partir de c. 5200 cal. BC e término por volta de c. 4330 cal. BC, marcando esta última data o fim do Neolítico Antigo regional" (*ibidem*).

Deste modo, as comunidades neolíticas (do Neolítico Inicial) do Prazo serão "sociedades de tipo caçadores-recolectores e não sociedades com um modo de vida assente na economia de produção" (Monteiro-Rodrigues *et al.*, 2008: 96). O estudo desta estação e as diversas análises aí realizadas não demostram a existência de nenhum indicador direto da prática da agricultura. A presença dos

ovicaprídeos parece ser algo "residual", enquanto, por outro lado, destacam-se as atividades assentes na recoleção, na caça e na pesca (Monteiro-Rodrigues 2011: 330), práticas que demostram a mobilidade destas populações dentro de um determinado território. Tal mobilidade parece ser consistente com os dados observados nas estruturas do Buraco da Pala IV (Mirandela) e do sítio de Lavra I (Serra da Aboboreira), caracterizado por pequenos buracos de poste e lareiras incipientes, no primeiro caso, e por estruturas em negativo, no segundo. Estes dados parecem mostrar "um investimento reduzido na elaboração dos espaços habitados (utilizaram-se sobretudo materiais perecíveis) (Sanches, 2003), pelo que se poderá falar de um certo "estilo nómada" por parte das populações do Neolítico Inicial regional" (*idem*: 352).

Estes dados permitem a Sérgio Monteiro Rodrigues refletir um pouco sobre o "tradicionalmente" chamado "processo de Neolitização".

> "Salvo raras excepções (Jorge, 1999; Valera, 2002-2003), todos os discursos sobre o Processo de Neolitização no actual território português estabelecem, invariavelmente, uma relação directa entre *Neolítico Antigo* (leia-se presença de cerâmica, pedra polida e micrólitos geométricos) e *Agricultura* (Cardoso, 2002; Cardoso *et al*., 1998; Carvalho, 1999; 2002; 2003; Diniz, 2003; Zilhão, 1992; 1993; 2000; 2003) quando, na realidade, parece não existir em nenhum sítio arqueológico desta época qualquer indicador que comprove de forma inequívoca a prática daquela actividade" (Monteiro-Rodrigues *et al*., 2008: 96).

Como interpretar então os dados relativos ao Buraco da Pala, que acusou vários tipos de sementes? A opinião de Sérgio Monteiro Rodrigues, em relação a esta questão, reflete-se no texto que transcrevemos de imediato:

> "Mesmo no Buraco da Pala (Mirandela) – única estação portuguesa onde até ao momento se exumaram sementes de trigo, de cevada e de leguminosas (Sanches, 1987, 1997; Ramil Rego e Aira Rodríguez, 1993) – não há garantias relativamente à idade das sementes (nunca foram datadas), nem tão pouco se sabe se foram ali efectivamente cultivadas (ausência de estudos paleopalinológicos) (López Sáez e Cruz, 2006; López Sáez *et al*., 2006-2007; Monteiro-Rodrigues *et al.*, 2008). Caso se comprovasse (ou se venha a comprovar) a idade neolítica antiga destes restos carpológicos continuariam a não existir provas de que a sua presença no Buraco da Pala estivesse ligada a um sistema tecno-económico assente no cultivo de espécies vegetais domésticas, pois a ocorrência destes elementos em qualquer contexto, arqueológico ou não, não implica necessariamente a sua produção local (López Sáez *et al.*, 2006-2007; Vicent García, 1997; Jorge, 1999)" (Monteiro-Rodrigues 2011: 330-331).

Em suma, Sérgio Monteiro-Rodrigues não considera que a existência de sementes no Buraco da Pala nos permita assumir estarmos na presença de um sistema produtor. Susana Oliveira Jorge coloca três questões sobre este assunto:

> "Esta presença isolada no Buraco da Pala IV permite-nos colocar uma questão de fundo: onde estão os indicadores de práticas de subsistência baseadas no pastoreio e na agricultura cerealífera durante o 6.º/primeira metade do 5.º milénio a.C. em Portugal? Quais são as provas directas de um «modo de vida neolítico» (leia-se «produtor») no chamado Neolítico antigo português? (Jorge, 1999: 27). Perguntemo-nos se a agricultura se praticaria. E, em caso afirmativo, que tipo de agricultura?" (Jorge, 1999c: 19).

Falta-nos ainda referir um sítio que se integra no Neolítico Inicial da Bacia Hidrográfica do Douro. No Vale do Côa foi escavado o sítio da Quinta da Torrinha. Segundo António Faustino Carvalho "a utilização dos dados da Quinta da Torrinha está à partida comprometida pela pequenez da amostra exumada. No entanto, a cronologia neolítica dos materiais da camada 3 é inquestionável dada, por um lado, a sua posição estratigráfica relativa (subjacente a ocupações do Calcolítico inicial) e, por outro, os paralelos cerâmicos que é possível estabelecer" (Carvalho, 1999: 62). Também o talhe de indústrias líticas enquadráveis no Neolítico Antigo permite enquadrar esta estação arqueológica neste momento recuado no Neolítico. Sobre o sítio, o autor reflete que:

> "A ocupação neolítica da Quinta da Torrinha, por seu lado, aproveita um declive suave na margem esquerda da ribeira do Zambujal. A pequenez da área total ocupada durante o Neolítico antigo indica que este sítio terá sido ocupado por um grupo necessariamente pequeno de indivíduos, sendo ainda sugerido pelo fraco caudal da ribeira do Zambujal, que hoje seca por completo na época estival, que essa ocupação terá ocorrido no Inverno e implicou a utilização de um número elevado de elementos de mó. Se se tiver em conta o padrão conhecido em sítios contemporâneos do Centro e Sul de Portugal, este facto testemunha de forma segura a grande importância das actividades de processamento de alimentos vegetais, quer estes fossem espontâneos ou cultivados" (*idem*: 67).

Sobre os escassos contextos de ocupação do Neolítico Antigo, em áreas distintas como a Beira Alta e Trás-os-Montes, António Faustino Carvalho sugere que refletem,

> "um povoamento levado a cabo por pequenos grupos humanos com um grau de mobilidade ainda acentuado, dentro de um esquema de «mobilidade residencial». A estratégia dominante assentaria em modificações frequentes de localização dos habitats acompanhada de sucessivos desbravamentos de terrenos para criação de campos de cultivo ou de pasto. Estes sítios, com efeito, têm sempre em comum: dimensões reduzidas, mesmo no caso dos sítios de ar livre; existência de palimpsestos arqueológicos apenas em situações que favorecem a ocorrência de fenómenos de reocupação do mesmo espaço, isto é, abrigos rochosos; e o reconhecimento permanente de uma componente doméstica" (Carvalho, 1999: 67-68).

A "neolitização" do território português é ainda uma questão em aberto no panorama da arqueologia portuguesa. No que concerne à área geográfica em análise, os vestígios encontrados são escassos e insuficientes para a definição de um quadro regional do processo de "neolitização", ou seja da passagem de um sistema proto-produtor para um sistema produtor. As estações conhecidas para esta cronologia remetem para uma variabilidade de fenómenos, pelo que se torna difícil caracterizar o estabelecimento do sistema produtor na bacia do Douro.

Atualmente, em virtude dos trabalhos de investigação desenvolvidos no Vale do Côa, é possível sugerir a existência de outros sítios, enquadráveis na primeira metade do Holocénico, tais como: "as pinturas a vermelho do sítio da Faia, as gravuras das rochas 3 e 36 da Canada do Inferno e algumas da Ribeira de Piscos têm sido atribuídas ao Epipaleolítico-Mesolítico", enquanto na Quinta da Barca Sul foram exumadas indústrias líticas que podem datar do Mesolítico (Monteiro-Rodrigues, 2010: 4).

Estes novos dados, assim como a análise do Prazo e da Quinta da Torrinha, permitem a Susana Oliveira Jorge tecer as seguintes considerações:

> "No estado actual dos nossos conhecimentos, o vale do Douro e seus afluentes surge como uma região de grande potencial para o conhecimento da natureza económica e social dos caçadores-recolectores do VIº/Vº milénio a.C., que, manuseando elementos do sistema produtor, se mantêm fortemente ligados a uma economia de amplo espectro" (Jorge, 2003b: 1460).

Também a arte rupestre «esquemática», detetada no interior do território português, nas últimas décadas, parece refletir esta linha de pensamento.

> "É ainda no interior do território português que se conhecem rochas gravadas ou abrigos pintados e/ou gravados com motivos «esquemáticos» (antropomorfos e zoomorfos) cuja cronologia genérica se atribui ao Neolítico antigo. (...) Nos últimos anos ocorreram também descobertas interessantes no Norte de Portugal: no vale do rio Côa (afluente do Douro) e noutros tributários directos do Douro, numa área próxima da actual fronteira com a Espanha, foram detectadas rochas pintadas e gravadas com zoomorfos e antropomorfos «subnaturalistas» que podem ser genericamente atribuídos a esta fase" (Jorge, 1999c: 25-26).

> "Todos estes sítios com arte rupestre «esquemática» deixam antever paisagens ainda fortemente marcadas pela simbologia de caçadores-recolectores-pastores itinerantes. Neste sentido, estes sítios com arte rupestre – lugares naturais monumentalizados - parecem configurar um modelo de concepção de espaço e tempo diferente do que foi mais tarde introduzido pelo modo de vida agro-pastoril plenamente consolidado" (*idem*: 28).

E é exatamente sobre um modo de vida mais consolidado, que se reflete na construção de estruturas tumulares, algumas delas monumentais, que iremos abordar no próximo ponto deste capítulo.

2.2.2. DE MEADOS DO V A FINAIS DO IV MILÉNIO A.C. (NEOLÍTICO MÉDIO-FINAL)

O fenómeno sepulcral

> "No geral, o Neolítico médio-final caracteriza-se pela afirmação dum fenómeno sepulcral de tipo monumental que certamente polarizou as identidades das primeiras comunidades agro-pastoris" (Jorge, 2003b: 1430).

Em 1982, Vítor Oliveira Jorge afirmava:

> "(...), quando pensamos em megalitismo, pensamos em monumentos construídos com pedras ou lajes de, normalmente, grandes dimensões, não trabalhadas ou simplesmente sumariamente afeiçoadas, fincadas no solo. A forma mais simples, mais elementar, será a do menir, laje ou bloco único disposto verticalmente. Depois, em termos semiológicos, teremos duas grandes linhas teóricas de "desenvolvimento" dessa ideia: a que cria recintos, de tipo mais ou menos geométrico, definindo espaços privilegiados em relação ao espaço envolvente, mais ou menos abertos; e a que cria câmaras, fechadas ou de acesso limitado, com uma função bem definida, embora não exclusiva, a funerária. No primeiro caso, temos os cromelech, de forma mais ou menos centrada, circular, oval, elíptica, ou até rectangular; e os alinhamentos, de espacialidade linear. No segundo caso, temos as cistas megalíticas, os dólmens simples, os dólmens de corredor, as áleas cobertas" (Jorge, V.O., 1982: 21).

V. O. Jorge introduziu, com os seus trabalhos sobre o "megalitismo" do Norte de Portugal, nomeadamente com a sua experiência na serra da Aboboreira, uma série de questões quanto ao "polimorfismo" dos sepulcros sob *tumulus* (Jorge, V.O., 1983-84: 37).

> "Como sabemos, o "megalitismo" é uma convenção dos arqueólogos. Desde logo, a nível puramente descritivo. De facto, existem numerosas arquitecturas que, tendo aspecto externo de mamoas, não contêm megálito algum; outras que podem incluir pilares, ou monólitos, ou qualquer elemento "megalítico", mas inserido numa estrutura que, basicamente, em termos técnico-tipológicos, o não é. (...) O megalitismo — mesmo só pensando no funerário — não deve ter sido a forma mais comum de contexto sepulcral do Neolítico médio/final (segunda metade do V, primeira metade do IV milénio a.C.), mas, simplesmente, a mais monumental, e a que eventualmente exigia maior esforço construtivo. (...) Ora, se há algo que parece confirmado é que o chamado convencionalmente "megalitismo" é um fenómeno polimorfo (a nível formal e a nível social e simbólico), tanto à escala local como à escala europeia" (Jorge, V.O., 2003: 401).

Este autor concluiu que em cada fase de utilização da necrópole poderiam ter sido edificados, lado a lado, monumentos com grandeza, conceção arquitetónica e fins diversos, o que pode implicar a coexistência num determinado momento de "monumentos megalíticos" e "não megalíticos". Por exemplo, a par de sepulcros clássicos poderiam ocorrer também fossas sob *tumulus*. Este polimorfismo presente nas necrópoles neolíticas levou a uma mudança de nomenclatura em muitos trabalhos de investigação atuais. Em regra, passou-se a falar de monumentos sob *tumulus* (ou mamoas) (Jorge, S.O., 2003b: 1437).

> "Estamos actualmente tão conscientes do polimorfismo dos monumentos designados «megalíticos», quer no que respeita às estruturas internas, quer às externas, que apenas podemos indicar um denominador comum: o serem providos de um *tumulus,* ou mamoa" (Jorge, V.O. 1987: 275).

Os *tumuli* ou mamoas são construções arquitetónicas constituídas por um montículo bem estruturado de terra e pedras (Sanches, 1999: 54-55) ou podem também ser descritos como "*colinas artificiais de terra e pedras*" (Jorge, 1990b: 131). As arquiteturas tumulares são tipologicamente diversas – sob os *tumulus* podem incluir-se quer estruturas pétreas (dólmenes simples ou dólmenes de corredor), quer fossas, ou outro tipo de estruturas muito frágeis (Jorge, S.O., 2003b: 1429).

Os *tumuli* são construídos em terra, com revestimento de pedras imbricadas, abrangendo toda a superfície (couraça) ou somente a periferia (coroa circular) (Jorge, V.O., 1987: 277). Em relação às estruturas internas que se encontram debaixo destes *tumuli*, podemos falar de:

- Dólmens simples: podem ser abertos ou fechados e apresentam dimensões e plantas muito variadas: "ora formam um polígono regular, ora se alongam, aumentando o espaço funerário e criando câmaras sub-elípticas". Será, segundo Vítor Oliveira Jorge, o tipo mais frequente no Norte de Portugal, surgindo agrupado em necrópoles.
- Dólmens com vestíbulo: quando a entrada do dólmen se encontra simbolicamente marcada por duas lajes (uma de cada lado), alongadas, mas de pequena altura, será preferível designar esta estrutura de «vestíbulo», pois não é exatamente um corredor.
- Dólmens de corredor: dentro deste tipo, Vítor Oliveira Jorge distingue dois subtipos:
  a) Dólmens de corredor e câmara bem diferenciados;

b) Dólmens que apresentam indiferenciação entre câmara e corredor, "pelo menos em planta (o alçado é em regra mais difícil de reconstituir devido à maior ou menor degradação do corredor, mais vulnerável do que a câmara)" (*idem*: 277-278).

O período que se estende desde meados do V a finais do IV milénio a.C. fica assim marcado pela existência de vestígios arqueológicos mais diversificados e mais numerosos do que no período anterior.

Após a introdução à problemática do "megalitismo" e de algumas questões relativas ao "polimorfismo" das estruturas funerárias, façamos uma análise diacrónica sobre a evolução dos sepulcros sob *tumulus*.

Os primeiros monumentos sepulcrais conhecidos teriam começado a ser construídos em meados do V milénio a.C., em várias regiões do território português (Jorge, S.O., 2000b: 83), prolongando-se a sua edificação até meados do IV milénio a.C.

Segunda metade do V milénio a.C.

Segundo Maria de Jesus Sanches, no Norte de Portugal e na Beira Alta, o início do fenómeno tumular, "apesar das assimetrias regionais importantes valorizáveis noutro tipo de exposição - implantação topográfica, arquitectura específica dos monumentos, combinatórias de associações de espólio, utilizações únicas ou múltiplas dos *tumuli* e sua relação espacial com outros povoados ou estações coevas", parece ter ocorrido "na 2.ª metade/finais do Vº milénio AC" (Sanches, 1997: 161).

Tanto na Beira Alta como em outras regiões do país, não se conhecem as práticas sepulcrais praticadas durante Neolítico Inicial, nem os sepulcros que antecedem os túmulos monumentais dos finais do V milénio a.C.. A identificação destes monumentos é problemática, podendo talvez caracterizar-se por *tumuli* discretos, com câmaras pequenas e espólio escasso (Cruz, 2001: 304).

> "Mas a oeste e norte do Montemuro e no maciço da Gralheira têm sido identificados monumentos de pequenas dimensões, por vezes sem estruturas centrais muito definidas, com espólio "arcaizante" [Silva, E. J. L. 1995; Silva, F. A. P., 1999]. A absoluta ausência de datações de radiocarbono não permite também aqui avançar muito neste aspecto" (Cruz, 2001: 304).

Para Domingos Cruz, o norte da Beira Alta revela uma proliferação de estações arqueológicas a partir dos finais do V milénio a.C., nomeadamente de *tumuli*:

> "Estes *tumuli* são diversos, quanto às dimensões, volumetria, matérias-primas utilizadas na sua construção, ou ainda quanto às estruturas que encerram. Esta diversidade, para além de outros aspectos, tem sentido diacrónico; de facto, foram construídos ao longo de período de tempo muito alargado, desde os finais do V milénio até aos finais do II milénio a.C. Isto é evidente na serra da Nave e áreas limítrofes, mas tal tem sido também verificado em outros conjuntos tumulares - serra da Aboboreira [Jorge, 1989; Cruz, 1992], planalto de (Cruz, 2001: 301) Sabrosa [Gonçalves, 1992-93; Gonçalves e Cruz, 1994], Maciço da Gralheira [Silva. F. A. P., 1999]" (Cruz, 2001: 302).

Situação semelhante ocorre no Douro Litoral e no Minho, a partir da segunda metade do V milénio a.C. e durante grande parte do IV milénio a.C. onde **"**as comunidades construíram a primeira arquitectura monumental, de caráter cerimonial, em pedra e em terra. Dito de outro modo, criaram os primeiros cenários artificiais que transformaram e marcaram física e simbolicamente o território. Referimo-nos a monumentos sob *tumuli"* (Bettencourt, 2009: 71).

Para a Beira Alta, Domingos Cruz (2001: 302) considera não existirem dados de cronologia absoluta que nos indiquem o período de construção dos dólmenes simples. Este autor apresenta a hipótese de que estes monumentos teriam sofrido uma evolução "no sentido da complexidade, construtiva e funcional, denotando uma crescente complexidade social". É possível que num primeiro momento se tenham construído dólmenes "com câmaras mais simples, fechadas, seguindo-se os dólmenes abertos, por vezes com a marcação da entrada, culminando nos dólmenes de corredor". Esta complexificação da estrutura megalítica teria ocorrido num espaço de tempo relativamente curto.

> "Na verdade, a distância temporal entre uns e outros não será grande, e admitimos mesmo a contemporaneidade, em regiões geográficas amplas, de diferentes tipos de dólmenes, ou seja, é bem possível que, enquanto alguns grupos ainda edificavam monumentos simples, outros os faziam já mais elaborados [Cruz, 1995a]. Embora a definição de cronologias muito curtas seja praticamente impossível, quer através da cultura material, quer pelas datações de Carbono 14, esta evolução no sentido da complexidade, por vezes com outros argumentos, está mais ou menos bem definida em outros conjuntos megalíticos do Norte de Portugal" (Cruz, 2001: 302).

Assim, este autor assume, com base na análise de um conjunto de dados, que no Alto Paiva e, globalmente falando, na Beira Alta, os dólmenes simples sob *tumulus* podem ter sido construídos nos finais do V milénio a.C., a partir de 4300/4200 a.C. (*idem*: 303).

Segundo Maria de Jesus Sanches, os monumentos mais antigos possuem dimensões modestas, constituídas por pequenas estruturas ortostáticas que formam câmaras normalmente poligonais, abertas ou fechadas. Na serra da Aboboreira a Mamoa 4 de Chã de Parada e a Mamoa do Monte da Olheira são dois exemplos desse tipo de construções (Sanches, 1997: 161). Também para a serra da Aboboreira, Domingos Cruz admite a possibilidade dos dólmenes simples terem sido "antecedidos por monumentos ainda mais pequenos, com implantação discreta, isolada, construídos em áreas deprimidas e na periferia das chãs" (Cruz, 2001: 303). Esta hipótese teria sido colocada por Vítor Oliveira Jorge, em 1991, e Carla Stockler, em 1998. Que dados apontam nesse sentido? A existência de um *tumulus* com fossa central (Chã de Santinhos 2) globalmente contemporâneo dos dólmenes simples do conjunto tumular, nomeadamente de Chã de Santinhos 1, assim como alguns indícios detetados em:

- Mamoa de Cabras, cuja "cronologia absoluta do monumento não é muito distinta da dos dólmenes simples mais monumentais, enquadrando-se no último quartel do V milénio a.C. Se há a possibilidade destes pequenos *tumuli* serem mais antigos do que alguns dólmenes simples, é também aceitável a contemporaneidade genérica de uns e outros" (Cruz, 2001: 304 nota 192);
- Mamoa do Monte da Olheira;
- Mamoa de Monte Maninho, que "dispõe de duas datações realizadas com amostras do nível de queimada subjacente ao tumulus. (...) Os resultados de radiocarbono deste último monumento pareceram-nos então muito elevados, situando-se no 2.º quartel do IV milénio a.C. (4770-4503 cal. AC). Mas é certo que não se trata de um dólmen simples como os que foram construídos no último quartel do V milénio a.C." (Cruz, 2001: 303).

A passagem do V para o IV milénio a.C.

> "Ao longo da segunda metade do 5.º milénio a.C., em particular em finais deste milénio (Neolítico médio-final), quase todo o território português sofre o impacto de uma vasta implantação de

> monumentos de carácter sepulcral/ritual. (...) de sul a norte registamos a existência de necrópoles de sepulcros sob *tumulus* e, em certas regiões, de alguns menires ou cromeleques (...), o que revela uma primeira monumentalização abrangente da paisagem" (Jorge, 1999c: 52).

No Norte de Portugal, durante a passagem do V para o IV milénio a.C., tem início o processo de construção de monumentos sob *tumuli*, na sua maioria "munidos de estruturas megalíticas internas - os conhecidos dólmens" (Sanches, 1996: 33). Dá-se a coexistência destes sepulcros de grandes dimensões, que passam a receber inumações alargadas ou coletivas, com outros monumentos de câmaras funerárias simples, fechadas ou abertas, sob *tumulus*, ou câmaras de corredor curto ou longo (bem ou pouco diferenciado) (Jorge, 2000b: 84).

> "Em período de cerca de 500 ou 600 anos, provavelmente menos face à capacidade de resolução do método de datação Carbono 14, bem como às limitações das próprias amostras utilizadas nas datações, foram construídos no Alto Paiva, e de um modo geral na Beira Alta, dólmenes simples e complexos. Este momento, como vimos, poderá centrar-se entre 4300/4200 e 3700 a.C. Os túmulos são monumentais, marcando a paisagem" (Cruz, 2001: 304-305).

É possível que os dólmenes com vestíbulo, corredor muito curto, ou aqueles onde se faz a marcação da entrada da câmara, possam ter sido construídos no seguimento dos dólmenes simples abertos. Ainda não é possível demonstrar tal hipótese apenas com base no espólio recolhido e nas datações absolutas obtidas no decorrer das investigações de Domingos Cruz. De qualquer forma, seguindo esta linha de pensamento, é provável que dólmenes de grandes dimensões, como Carapito 1, Areita, Senhora do Monte, Juncais, "culminem o processo de complexificação do edifício e do cerimonial que tinha como fulcro estes edifícios" (*ibidem*).

> "Na Beira Alta os dólmenes com *tumuli* expressivos "contêm na parte central câmaras funerárias de diferentes dimensões e complexidade, construtiva e funcional. Em trabalhos anteriores, (...) designámos estes últimos de "dólmenes complexos" [Cruz, 1995], englobando, sem a preocupação do ordenamento tipológico excessivo, os monumentos megalíticos abertos que possuem diferentes tipos de corredor, vestíbulo, corredor intratumular, átrio, etc." (Cruz, 2001: 302).

Os dólmenes complexos expressam alguma diversidade no que diz respeito às suas dimensões, tanto dos *tumuli* como das câmaras; e ainda em relação a outras estruturas, como por exemplo, o corredor, o vestíbulo, corredor e o átrio. Na Beira Alta foram escavados alguns contextos que se encontravam intactos, dos quais se destaca, por exemplo, o Dólmen do Carapito 1 em Aguiar da Beira. Estes contextos intactos, mas não só, demonstram-nos que o espólio é pouco variado, contemplando micrólitos, lâminas, machados de pedra polida e contas de colar, notando-se por vezes a ausência de cerâmica (Cruz, 2001: 304-305). Em suma:

> "Este momento das práticas funerárias das populações neolíticas, que compreende o último terço do V milénio e o primeiro terço do IV milénio a.C., com tumulus destacado e câmaras diversificadas, integrará um leque pouco variado de artefactos, alguns dos quais, como as pontas de seta ou a cerâmica, poderão estar ausentes, seja por uma questão de ritual ou da cronologia um pouco mais tardia de alguns destes artefactos" (*idem*: 305-306).

O IV milénio a.C.

Em meados do IV milénio dá-se o aparecimento de monumentos funerários de grandes dimensões, exibindo câmaras, vestíbulos ou corredores (curtos ou mais alongados), alguns deles engrandecidos com arte rupestre, o que parece corresponder a dinâmicas sociais e simbólicas algo distintas das anteriores (Sanches, 1997: 219).

Na Beira Alta os dólmenes monumentais, com corredor de acesso ou vestíbulo, que mostrando estruturas complexas do ponto de vista da sua construção e funcionalidade, terão sido construídos e utilizados genericamente no primeiro terço do IV milénio a.C., encontrando-se estes dados confirmados por datações de Carbono 14. Alguns destes sepulcros, após o seu abandono, são reutilizados no Calcolítico ou em momentos posteriores, sem que ocorra em muitos casos a "desobstrução da entrada original, o que parece indicar uma descontinuidade relativamente aos rituais das populações construtoras. Esta "ruptura" corresponderá sobretudo à 2ª metade do IV milénio AC" (Cruz, 2001: 104).

No Alto Paiva encontra-se bem definida a cronologia dos dólmenes complexos que terão sido construídos ente 4000 e 3700 a.C., o que corresponde a um período curto de utilização primária. O tempo de utilização destes monumentos varia, sendo que alguns deles foram encerrados ritualmente pouco tempo após a sua construção, como é o caso da Orca do Picoto do Vasco, da Orca do Merouços e da Orca de Seixas. Noutros casos - Orcas das Castonairas, Tanque e Forles - os *tumuli* continuaram em funcionamento até aos finais do IV milénio a. C, altura em que foram "condenados" (*idem*: 302).

> "O espólio da fase inicial destes monumentos é limitado e pouco variado, centrando-se na presença de micrólitos, lâminas simples, machados de pedra polida, contas de colar discoides, acrescendo objectos pouco transformados pelo homem, a que podemos adscrever (...) um significado simbólico, como os seixos do rio, os cristais de rocha, por vezes de grandes dimensões, como acontece nas orcas de Pendilhe e de Seixas" (Cruz, 2001: 180).

O tipo de espólio encontrado, muitas vezes cingindo-se apenas a instrumentos líticos, verifica-se noutros monumentos da região como o Dólmen de Areita (S. João da Pesqueira, Viseu) ou o Dólmen 1 do Carapito (Aguiar da Beira, Guarda) (*idem*: 181).

Será nesta fase que se regista o **"**engrandecimento dos sepulcros, que agora acolhem, em todo o lado, inumações alargadas ou colectivas" (Jorge, 1999c: 53).

Maria de Jesus Sanches com base nos trabalhos realizados na serra da Aboboreira e no Planalto Mirandês, considera que será durante a 1.ª metade do IV milénio a.C. que se regista um maior número e uma maior diversidade de monumentos - com câmaras megalíticas de dimensões variadas, ou com outras estruturas centrais em fossa, por exemplo. Estes dados terão "levado V. O. Jorge a defender este período como o da formação de verdadeiras necrópoles megalíticas associadas a pequenos grupos auto-suficientes, marcados pela mobilidade dos sítios habitacionais e cujos territórios de subsistência não se encontrariam longe dos locais de enterramento" (Sanches, 1997: 161).

> "A avaliação conjunta das várias dezenas de datas da Serra da Aboboreira, das do dólmen de Madorras 1 (Sabrosa), e da mamoa 3 de Pena Mosqueira (Mogadouro), permite supor que, a despeito das variações regionais, até ao 2º quartel/meados do IVº mil. AC, não são conhecidos

> monumentos de grandes dimensões e/ou de planta megalítica complexa, ao contrário do que parece acontecer na Beira Alta (dólmen do Carapito, por ex.), como se expôs atrás. Até esse período só se encontram monumentos de pequenas dimensões (e mesmo posteriormente, os de grandes dimensões constituem a excepção), os quais não exigem um esforço construtivo de grande vulto. E precisamente por volta de 3800-3700 que alguns monumentos da Aboboreira parecem ganhar novas dimensões, com câmaras megalíticas maiores e mamoas mais volumosas – como Outeiro de Ante 1 ou Chã de Parada 3" (*idem*: 164).

Com base na análise da datação absoluta de dois *tumuli* com características muito diferentes e distantes entre si, Maria de Jesus Sanches defende que a maioria dos monumentos conhecidos em Trás-os-Montes deveria ter sido construída ainda na primeira metade do IV milénio a.C.. Os exemplos apresentados são o de Madorras 1, que se localiza no extremo ocidental de Trás-os-Montes, numa região marcada por grandes necrópoles megalíticas; e a Mamoa 3 de Pena Mosqueira, que se situa no extremo leste, no Planalto Mirandês, caracterizado por escassas construções tumulares, evidenciando uma arquitetura não megalítica. Este último monumento apresenta-se um pouco mais antigo do que Madorras 1 (Sanches, 1997: 161-162).

> "(...) parece ser já no 2º quartel ou meados do IVº mil. AC - que começam a surgir monumentos de maiores dimensões (como Chã de Parada 3, ainda na Aboboreira), que "culminam", digamos, com a construção de monumentos de planta muito elaborada (com câmara, corredor, átrio, etc.), como é o caso do dólmen de Chã de Parada 1 (Aboboreira), de Madorras 1 (Sabrosa, já em Trás-os-Montes) e de outros cujas datações absolutas se desconhecem" (*ibidem*).

No seio de cada necrópole estudada pela autora, estes monumentos que denotam uma maior complexidade arquitetónica e construtiva, são muito escassos. Na serra da Aboboreira é apenas conhecido um exemplar deste tipo – Chã de Parada 1; no planalto de Sabrosa identificou-se Madorras 1; no planalto de Carrazeda, 1 ou dois monumentos deste tipo (Sanches, 1997: 168), em Trás-os-Montes Oriental encontram-se registados o dólmen da Arca e o dólmen de Lila (Valpaços), entre outros exemplos possíveis.

> "É de supor que se trataria de locais cerimoniais, cuja frequência e especificidade ritual, seriam diferentes dos monumentos anteriores. Exigem maior esforço construtivo e as escavações dos últimos anos (em Chã de Parada 1, em Madorras 1 além de outros na B. Alta) - indicam a criação de espaços formalizados maiores e mais complexos frente à entrada das câmaras e/ou corredores" (*idem*: 169).

Se compararmos as datas apontadas por Domingos Cruz e Maria de Jesus Sanches para a construção de grandes dólmenes, os dados apontados por esta última autora parecem traduzir uma cronologia um pouco mais tardia do que a que foi apresentada para o Alto Paiva.

Segunda metade do IV milénio a.C.

Parece ser consensual a ideia de que na 2.ª metade do IV milénio a.C., segundo os dados disponíveis, se assiste a uma grande retração na construção tumular, embora Maria de Jesus Sanches considere que alguns dos monumentos de grandes dimensões conhecidos podem ter sido edificados e usados durante este período.

Domingos Cruz, por seu lado, defende que para o Alto Paiva:

> "O período ente 3700 e 3000 a.C. compreenderá, de facto, para além da utilização continuada dos dólmenes preexistentes, a construção de novos *tumuli*, mas com características diversificadas. A utilização continuada de alguns destes monumentos, principalmente os de grandes dimensões, ocorrerá até aos finais do IV milénio a.C./ inícios do III milénio a.C., (...). Não há evidência da construção de dólmenes no período considerado. Os "novos monumentos" são os existentes, construídos entre 4300/4200 e 3700 a.C. A utilização continuada de alguns, como dissemos, ocorrerá até finais do IV a.C./inícios do III milénio a.C., a que, de facto, se associa espólio mais numeroso e diversificado, (...) integrando formas cerâmicas novas, bem como "pontas de projéctil, as "foices" sobre lâmina e os punhais e alabardas em sílex" [Senna Martinez, 1994: 18]; os povoados conhecidos na região associam-se a estes momentos finais da utilização dos dólmenes, como aliás é evidente, quer a partir da cultura material, quer das datações de Carbono 14 disponíveis" (Cruz, 2001: 306).

A partir de meados do IV milénio a.C., este autor refere uma "possível diversidade nos comportamentos formais relacionados com a morte", diversidade que parece preceder e anunciar mudanças ao nível das práticas sepulcrais que se operam durante o III milénio a.C., momento "em que o "papel" social dos mortos é já distinto daquele que terão desempenhado nas comunidades construtoras de monumentos megalíticos" (*idem*: 317).

É possível assinalar dois tipos de comportamento distintos ao nível construtivo, em particular no Alto Paiva:

- A utilização continuada ou a reutilização de alguns dólmenes, sobretudo de grandes dimensões, que parece ocorrer, em terras baixas, nas proximidades de linhas de água. Exemplo: Orca das Castonairas, na proximidade do rio Paiva. "Talvez a utilização continuada de alguns destes grandes monumentos - os localizados nas terras mais baixas -, sugira a fixação das populações em terras ribeirinhas, mais abrigadas, eventualmente um movimento de concentração populacional em sociedades de maior dimensão, bem como um maior grau de sedentarização" (Cruz, 2001: 316).

- A ocorrência de novos sepulcros, pequenos, não monumentais, com posicionamento topográfico distinto dos anteriores, com rituais algo diferentes, tendencialmente individual, a avaliar pelas dimensões das câmaras (*idem*: 317).

Segundo Maria de Jesus Sanches, a 2.ª metade do IV milénio a.C., na serra da Aboboreira e restantes regiões estudadas do Norte de Portugal, também parece ser definida pela utilização de "grandes dólmens de planta muito evolucionada", embora se continuem a construir dólmenes pequenos ou mamoas de pequeno porte (Sanches, 1997: 168).

Também Susana Oliveira Jorge destaca uma certa "variabilidade ou polimorfismo arquitetónico/ritual" dos contextos funerários do Neolítico final. A par dos sepulcros sob *tumulus*,

> "(...) mesmo nas regiões onde existem, ocorrem outros monumentos, cuja arquitectura interna se distingue da dos sepulcros megalíticos «clássicos»: fossas funerárias e/ou rituais sob *tumulus* (contíguas a sepulcros megalíticos convencionais) ou inumações planas sob *tumulus* no Norte de Portugal. A heterogeneidade é tão acentuada que, mesmo que admitamos vários «megalitismos», a par de outras manifestações funerárias em gruta, torna-se óbvio que assistimos a processos

sociais muito diversificados, que não se deixam facilmente encapsular em expressões excessivamente homogeneizadoras" (Jorge, 1999c: 58).

A partir da análise das práticas sepulcrais entre os finais do V e os finais do IV milénio a.C. destacam-se os seguintes aspetos:

- Durante este período desenvolvem-se necrópoles de sepulcros sob *tumulus*, que ocorrem em meios ambientes muito diversificados: em zonas elevadas de montanha; em "plateaux" de altitude média e em áreas de vale (Jorge, 2000a: 9).

- A construção dos dólmenes faz-se, no Alto Paiva, assim como noutras regiões, em torno de bacias depressionárias, em plataformas, em cumeadas, mas na proximidade de terrenos húmidos. Segundo Domingos Cruz, "são sítios com maior diversidade de biótipos. Era aqui possível a caça de pequeno e médio porte, que procurava os bosques próximos, o aproveitamento dos pastos de Verão, ou a agricultura rudimentar, talvez de "corte e queima", como preconizam alguns investigadores [Ciado *et alii*, 1986], com a abertura de clareiras no bosque através do fogo" (Cruz, 2001: 313).

- Existem mamoas a cotas que vão desde alguns metros apenas acima do nível do mar até cerca de 1.100 m, mas a maior parte das mamoas surge acima dos 700 metros (Jorge, V.O., 1987: 273).

- As mamoas podem aparecer isoladas, ou mais ou menos agrupadas. "A regra é, todavia, a dos grandes *conjuntos,* ou necrópoles, subdivisíveis em *núcleos* de monumentos muito próximos" (*ibidem*).

  Existem, contudo, monumentos sepulcrais que aparecem isolados (ex. dólmen da Arca – Mirandela). Nesses casos "as arquitecturas internas e/ou as datas absolutas/tipologia do espólio, indiquem tratar-se de monumentos "recentes", não anteriores ao 2° quartel do IVº mil. AC." (Sanches, 1997: 164).

- Implantadas geralmente em zonas planas, "não raro correspondentes a linhas divisórias de águas, evitando as encostas ou a proximidade de afloramentos, tudo parece indicar que as mamoas foram concebidas para serem vistas, com o seu perfil destacado contra a linha do horizonte" (Jorge, V.O., 1987: 273).

- As arquiteturas tumulares são tipologicamente heterogéneas e denunciam rituais sepulcrais variados (Jorge, S.O., 2003b: 1461).

- Os *tumuli* podem albergar no seu interior estruturas em pedra (dólmenes simples ou dólmenes de corredor), fossas, ou ainda outro tipo de estruturas construídas com base em materiais perecíveis que praticamente não deixam traços no registo arqueológico (casos confirmados na serra da Aboboreira e no Planalto Mirandês) (*ibidem*).

- Em determinadas necrópoles foi possível constatar uma longa diacronia na sua construção, entre o Neolítico médio e o Bronze inicial, mas podendo atingir o Bronze final (Jorge, S.O., 2003b: 1461).

- As necrópoles crescem, na serra da Aboboreira entre o Neolítico médio e o Bronze inicial, através de um processo de adição, ou seja, os novos monumentos vão sendo construídos em torno de sepulcros mais antigos (*ibidem*).

  Sobre este ponto, vejamos o que nos diz Susana Oliveira Jorge,

  "Ao longo da década de 80, V. O. Jorge insiste em dois aspectos que, no limite, vão contribuir para o esvaziamento do conceito tradicional, unitário, de "megalitismo". Um desses aspectos diz respeito à forma como foi construída a necrópole da Aboboreira. Segundo o autor observou-se aqui um processo de "adição": cada monumento era concebido tendo em conta a pré-existência do anterior, o qual condicionava a específica localização, nas proximidades, do seguinte. Este processo, também designado de "necropolização" (Jorge, v. O., 1986 b), distanciava-se da fórmula de crescimento de algumas necrópoles europeias contemporâneas. A fórmula específica da "necropolização" traz como consequência uma aposição na paisagem de pequenos "módulos" (as "mamoas") que não alteram estruturalmente o sentido organizativo do "design" natural. Assim, a "necropolização" não introduz rupturas significativas na paisagem" (Jorge, S.O., 2003b: 1468).

- Em alguns sepulcros abertos, com câmaras simples ou câmaras com corredor dá-se um processo de reutilização do espaço funerário;

- Nos monumentos abertos, nomeadamente nos dólmenes de corredor, ocorre, em alguns casos, uma "arte" esquemática, "acentuadamente específica destes sepulcros, que se relaciona com o forte papel polarizador destes "túmulos-templos" do Neolítico final" (Jorge, S.O., 2003: 1461).

  É no âmbito dos monumentos de maior dimensão e complexidade arquitetónica, provavelmente durante o IV milénio a.C. "que ocorrem nos esteios das câmaras e dos corredores, manifestações de pintura (a negro, a vermelho e a branco) e/ou de gravura, em que linhas onduladas, linhas quebradas, soliformes, zoomorfos e antropomorfos, entre outros motivos, que se organizam em composições de grande complexidade" (Bettencourt, 2009: 73).

- No IV milénio a.C., mas num momento que não é possível precisar, constroem-se túmulos distintos dos sepulcros megalíticos, não só em dimensão atendendo a que são pequenos, não têm monumentalidade, possuem uma implantação discreta no terreno; parecem ser "sepulturas individuais, ou, pelo menos, de utilização restrita" (Cruz, 2001: 187).

- Ao longo da 2.ª metade/final do V milénio a.C., regista-se não só a existência de necrópoles de sepulcros sob *tumulus*, mas também de alguns menires ou cromeleques (Jorge, S.O., 2000b: 84).

  Para Ana M.S. Bettencourt os menires inserem-se dentro desta "arquitetura monumental", da qual temos vindo a falar: "(...) os menires, ou seja, pedras colocadas na vertical de diferentes dimensões e volumes que distinguem lugares naturais previamente significativos, mas aos quais foram adjudicados novos sentidos. (...) Apesar de não serem muito numerosos no Norte de Portugal, conhecem-se alguns menires, muitos deles situados nas proximidades de monumentos megalíticos sepulcrais" (Bettencourt, 2009: 76).

- Destacam-se na Bacia Hidrográfica do Douro os *tumuli* e os menires. Não são conhecidos, até ao momento, cromeleques nem alinhamentos.

Um outro aspeto que será necessário analisar, prende-se com a funcionalidade destas estruturas e a sua importância para a caracterização das comunidades que as construíram:

> "Os primeiros monumentos (funerários/rituais) ocorrem no território português, segundo o que é consensual, a partir da segunda metade do 5.º milénio a.C. e têm uma função bem precisa: marcar, identificar, qualificar socialmente um território que se começa a explorar (sobretudo durante o 4.º milénio a.C.) de forma cada vez menos extensiva. A horticultura e o pastoreio são, nesta fase mais tardia, indicadores incipientes dessa mutação em curso na transição do 5.º para o 4.º milénio a.C." (Jorge, S.O., 1999c: 46-47).

As construções tumulares mais antigas, compostas por pequenas câmaras fechadas que na serra da Aboboreira parecem remontar a meados a meados do V milénio a.C., permitem a Susana Oliveira Jorge colocar as seguintes questões:

- "estes primeiros monumentos destacados na paisagem serão anteriores à implantação do sistema produtor?
- ou seja, tais monumentos terão sido erguidos por grupos que designámos anteriormente "proto-produtores"?
- tal eventualidade colocaria em causa a assunção de que o sistema produtor, mesmo nas suas fases iniciais, se correlaciona sempre com a construção de arquitecturas monumentais" (Jorge, S.O., 2000a: 9).
- "(...) estamos perante monumentos que marcam paisagens em transformação. Mas que «economias» se desenvolvem nestas paisagens pontuadas por pequenos montículos de terra e pedra?" (Jorge, S.O., 1999c: 65).

Vejamos duas perspetivas diferentes sobre esta questão. Os sepulcros monumentais são, segundo Domingos Cruz "referências marcantes da paisagem" e podem ter constituído "marcas territoriais" no contexto:

a) " de crescimento demográfico e de sociedades com uma economia baseada na agricultura e criação de gado em franco desenvolvimento, em que a terra começa a ser escassa (Cruz, 2001: 311);

b) "de sociedades que desenvolvem uma economia de subsistência, com a exploração de um leque alargado de recursos" (Cruz, 2001: 311).

Na primeira hipótese estaríamos já na presença de comunidades sedentárias, com uma forte ligação à terra.

> "Na linha de autores como Renfrew (1976), Chapman (1981) ou, por exemplo, Sherratt (1990), foi difundida a ideia de uma estreita correlação entre os primeiros monumentos sepulcrais e a consolidação da economia agro-pastoril. Os monumentos funcionariam como marcadores territoriais de paisagens cultivadas. Os antepassados, representados pelos monumentos, eram o suporte legitimador de um processo de negociação de direitos sobre a terra arável" (Jorge, 1999c: 63).

Porém, parece não existirem dados que nos permitam validar esta hipótese, segundo Susana Oliveira Jorge:

> "Consoante as regiões, os sepulcros fechados sob *tumulus*, assim como os primeiros menires e cromeleques – segundo a versão mais consensual -, ocorrem ao longo do 5.º milénio a.C.,

> sobretudo na sua segunda metade, ou seja, durante o chamado Neolítico médio. Durante este período, como já afirmámos, conhecemos poucos povoados definitivamente associados a estes monumentos, e, quando existem, revelam poucas provas directas de uma economia agro-pastoril consolidada" (Jorge, 1999c: 64).

Decorrente da observação do texto de Susana Oliveira Jorge, será legítimo pressupor que não existem dados, até ao momento, que permitam afirmar que os primeiros sepulcros a serem construídos, em meados ou fins do V milénio a.C., se inserem no âmbito de uma economia produtora.

Para Susana Oliveira Jorge,

> "Os primeiros sepulcros - câmaras pequenas, poligonais, fechadas, sob *tumulus* são monumentos, de início, isolados, no topo da serra, em solos pobres. Os seus construtores teriam certamente uma grande mobilidade. Não existem provas de um modo de vida agro-pastoril em marcha. No entanto, estes primeiros túmulos correspondem a um novo conceito de paisagem: um território que emerge, marcado por pequenos montículos que o distinguem simbolicamente. Em torno dos monumentos ocorrem «ritos de enterramento», provavelmente acessíveis a um número variado de «espectadores»" (*idem*: 68).

Somente a partir do Neolítico Final, na região que nos encontramos a estudar, é que começam a aparecer dados que apontam no sentido do início de uma consolidação do sistema produtor.

> "Os sepulcros abertos atribuídos ao Neolítico Final são contemporâneos de povoados sedentários, no interior dos quais obtemos pela primeira vez provas directas e indirectas de uma economia agro-pastoril. (...) é só a partir do fim do Neolítico médio ou durante o Neolítico final (consoante as regiões) que os monumentos sepulcrais/rituais adquirem uma função legitimadora dos direitos de acesso à terra arável. Neste sentido, é só nesta fase que eles acedem ao estatuto de «marcadores territoriais» de comunidades agro-pastoris" (Jorge, 1999c: 66).

Em suma, estas necrópoles atribuídas ao Neolítico Final inserem-se em territórios relativamente extensos, polarizando a vida social dos primeiros pastores-agricultores (Jorge, 2000a: 9), num ambiente marcado pela grande mobilidade destas populações.

Ana M.S. Bettencourt salienta que os sepulcros com câmaras simples e fechadas poderiam ter tido um tempo relativamente curto de utilização, podendo estar relacionados com enterramentos individuais. Por outro lado, os dólmenes abertos, que podem apresentar vestíbulo ou corredor de acesso, alguns deles possuindo átrios em frente à entrada do sepulcro, "constituiriam verdadeiros monumentos de enterramento colectivo, que ocorreriam de forma sucessiva, acompanhados de oferendas, mais ou menos padronizadas. É presumível que o(s) primeiro{s) inumado(s) assumisse(m) o papel de antepassados, o que transformaria estes túmulos em verdadeiros templos, epicentros de lugares, à volta dos quais, se realizariam diversas acções, na longa duração, cuja materialização seria hoje pouco perceptível" (Bettencourt, 2009: 73).

Para Domingos Cruz,

> "Trata-se de sítios sagrados, onde se guardam os restos dos ancestrais, fundadores da sociedade, com elevado significado para a própria comunidade e vizinhas. Esta apropriação do espaço, através do culto dos ancestrais, terá certamente sido fundamental, dela dependendo a

> sobrevivência biológica do próprio grupo. Mas os mortos terão para os vivos outra dimensão. O sepulcro colectivo (que afinal, na fase inicial, terá comportado poucos corpos), terá desempenhado outro "papel", também importante para a sobrevivência do grupo, agora como entidade social. Em torno do edifício construído com o esforço de muitos realizar-se-iam cerimónias, quer no interior, quer no exterior" (Cruz, 2001: 313).

Também Susana Oliveira Jorge aborda a ligação entre a construção dos sepulcros com o "culto dos antepassados" e a forma como os monumentos mais antigos podem ter persistido e sido integrados na estruturação de novas "paisagens" simbólicas (Jorge, 1999c: 68-69).

Parece haver uma intencionalidade na utilização dos mesmos espaços para a construção de "novos" *tumuli*, ao longo de centenas de anos, criando uma imagem de "aparente estabilidade" caracterizada pela "longa duração destes espaços" que se poderia relacionar com o "controle da memória colectiva", provavelmente um elemento fundamental para a "consolidação das estruturas sociais das primeiras comunidades agro-pastoris" (*idem*: 71).

Para terminarmos este ponto, relativo à leitura que é feita sobre a significação dos *tumuli* e sepulcros sob *tumulus* para as comunidades que os construíram, Maria de Jesus Sanches vê estas estruturas como "lugares de domesticação da paisagem" que criam autênticos "espaços de memória":

> "Contudo, o que parece sobressair deste fenómeno é que a marcação "física" de lugares através de construções duráveis, onde se enterravam mortos ou alguns mortos, criou a memória do lugar, socializou ou, digamos, "domesticou" as paisagens desde uma época muito recuada, nalgumas regiões ou micro-regiões. Locais com memória e que funcionaram como pólo organizador, ou identificador, da comunidade (embora desconheçamos a que níveis precisos), não poderiam ser esquecidos. E não o foram. Antes parecem ter sido objecto de socialização contínua, ao longo do tempo, a qual se materializa na construção de novos monumentos nas proximidades dos antigos - como indica a maioria das necrópoles sujeitas a escavações mais ou menos sistemáticas -, na manipulação de artefactos, e/ou ossos, de uns locais ou monumentos para outros (manipulação e reintegração de "memórias")" (Sanches, 1997: 164).

Os povoados

> "Mas a investigação também mostra que, durante este período, emergiram outros cenários demonstrativos da "fixação" dos grupos a vastos territórios. Sobre estes operaram-se transformações decisivas no longo processo de domesticação (em todos os sentidos possíveis) da terra do Norte de Portugal" (Jorge, 2003b: 1462).

Não só em Portugal, mas um pouco por toda a Europa, nem sempre é fácil identificar os habitats que se encontram associados aos *tumuli*. Durante o V milénio a.C. " (Neolítico antigo regional) podemos assumir que os habitats seriam basicamente sazonais, funcionando como base residencial ou logística" (Sanches e Nunes, 2005: 59).

> "No 4.º milénio, época em que se constrói a maioria dos monumentos megalíticos nesta região, admite-se um aumento populacional e um progressivo incremento das actividades agrícolas e pastoris, assentes em povoados de curta duração, ainda que estes possam ter sido combinados com habitats sazonais de base logística, no acesso a zonas particularmente ricas em pastagens de Primavera/Verão ou a zonas ricas em frutos silvestres" (Sanches, 2000 citada em Sanches e Nunes, 2005: 59).

Será apenas a partir de meados do IV milénio a.C. que terá ocorrido uma maior fixação ao território por parte das comunidades do Neolítico Final, dando-se um maior desenvolvimento das atividades de subsistência e de "uma maior capacidade de gestão e de negociação inter-comunitária":

> "Trata-se, como é evidente, de um marco cronológico um pouco aleatório, já que a cronologia absoluta não permite uma maior precisão; por outro lado todo o IVº milénio parece traduzir um progressivo alicerçamento de grupos humanos em territórios específicos, correlativo duma maior dependência das actividades subsistenciais de tipo produtor e duma maior diferenciação social que parece materializar-se, no final do milénio, numa verdadeira "explosão" de povoados sedentários" (Sanches, 1997: 161).

Susana Oliveira Jorge aponta a existência de dois tipos de contextos arqueológicos, para além dos sepulcros sob *tumulus*:

- Povoados abertos, sedentários – Vinha da Soutilha (Chaves); Castelo de Aguiar I (V.P. de Aguiar); Barrocal Alto I (Planalto Mirandês). Estes povoados estão implantados em encostas viradas a vales importantes (Tâmega e Corgo), utilizando preferencialmente plataformas em esporão (Jorge, 1989: 480). Nestes contextos, nomeadamente na região de Chaves/Vila Pouca de Aguiar, "descobre-se uma cerâmica com decoração exuberante, com origem provável nos finais do IV milénio a.C. (...) inseridas num período global que abarca o Neolítico final – Calcolítico" (Jorge, 2003b: 1461). Segundo Maria de Jesus Sanches Barrocal Alto l situa-se na 1.ª metade do IV milénio; Vinha da Soutilha terá tido início na 1.ª metade do IV milénio prolongando-se até ao 1.º quartel do III milénio; Castelo de Aguiar l – primeira ocupação em meados do IV milénio a.C. (Sanches, 1997: 162).

- Ocupações mais ou menos efémeras - abrigo do Buraco da Pala III/II (Mirandela) (Jorge, 2003b: 1461), que datará do último quartel do IVº/inícios do IIIº milénio AC. Maria de Jesus acrescenta ainda que a última ocupação do abrigo Fraga d'Aia se prolongou até ao início deste milénio (Sanches, 1997: 162).

Existe uma grande diversidade de sítios implantados em diferentes ecologias (de vale, de serra ou montanha) adaptados aos solos e às condições específicas de cada área (Jorge, 2000b: 94). Relativamente à implantação destes contextos habitacionais, estes parecem ocupar, tanto no V como no IV milénio a.C., topografias diversificadas: no "topo das encostas, se o habitat for em abrigo sob rocha; em zonas abrigadas nos *plateaux* próximos do topo das encostas (que podem variar entre 700-800 m); na meia-encosta, em pequenas zonas aplanadas (chãs) normalmente junto de cursos de água; em vales abertos, onde ocupam o início ou a meia-encosta (Sanches e Nunes, 2005: 59).

Os povoados de ar livre são descritos como sendo constituídos por pequenas cabanas de troncos e ramos, calafetadas de barro, acantonadas e apoiadas nos penedos, localizando-se em encostas soalheiras, repletas de penedos graníticos (Sanches, 1999c: 54).

> "No final do IV e durante o III milénio (…) regista-se uma relativa densidade de estações arqueológicas, sobretudo de povoados que consideramos de ocupação permanente" (Sanches, 2000a: 127).

De acordo com os dados apresentados anteriormente e tendo em conta a diversidade deste tipo de ocupações no Norte de Portugal, é possível admitir a existência "de territórios de subsistência relativamente amplos, frequentados por pastores-agricultores que deambulavam em vastas regiões onde praticavam uma economia mista, extensiva (Jorge, 2000a: 8). Os povoados, à escala do território português "reflectem, de forma concisa, a heterogeneidade de padrões de vida, de possibilidades de recursos disponíveis, de diferentes tecnologias e estratégias adoptadas" (Jorge, 1999c: 62).

Relação entre povoados e sepulcros em Trás-os-Montes Ocidental

Uma das perguntas que se coloca quando se estudam os monumentos sob *tumulus* do IV milénio a.C. prende-se com a sua associação a povoados: onde se encontram e que características apresentam os povoados correspondentes a estes túmulos durante o IV milénio a.C.? A opinião de vários autores converge para a possibilidade "*destes primeiros habitats, naturalmente frágeis, se terem implantado nas proximidades dos sepulcros".* Esta possibilidade resulta da análise de um conjunto de vestígios arqueológicos detetados perto ou mesmo sob os sepulcros, tais como a presença de um alto teor de fosfatos, buracos de poste e materiais domésticos em solos enterrados sob alguns monumentos, assim como de elementos de moinhos manuais reaproveitados como material de construção nas couraças pétreas das mamoas ou nos contrafortes em redor das câmaras (Jorge, 1990b: 149).

Existem ainda dois aspetos que devemos destacar, se queremos abordar a relação entre povoados e sepulcros durante este período:

- A já referida aparente invisibilidade dos ditos povoados anteriores à segunda metade do IV milénio a.C.. Invisíveis porque não possuem estruturas que lhe confiram algum destaque na paisagem e ao mesmo tempo escassos, pelo menos até ao momento, porque os povoados integráveis neste período são em número reduzido. Se os sepulcros começam a ganhar alguma monumentalidade, os povoados permanecem "camuflados" na paisagem.

- A aparente dissociação entre povoados e os *tumuli*. Parece uma frase feita quando se diz que nas áreas geográficas onde foram escavados alguns povoados integráveis no Neolítico Final, como na região de Chaves/Vila Pouca de Aguiar, não são conhecidos *tumuli* coevos a estes habitats. Do mesmo modo, em grande parte das áreas onde se estudaram grandes necrópoles megalíticas, não foram encontrados povoados que lhes seja contemporâneos. Este desconhecimento pode ser resultado dos trabalhos de investigação arqueológica dinamizados nestas diferentes regiões. Existem projetos mais vocacionados para o estudo dos *tumuli* e outros mais centrados nos povoados (ver capítulo II.1.). No entanto, alguns exercícios têm sido feitos com vista à resolução desta questão.

Em 1997, Maria de Jesus Sanches, analisa, na sua dissertação de doutoramento, a documentação arqueológica referente ao Nordeste do país, chegando à conclusão que para os sítios conhecidos nesta região, durante o IV milénio a.C., a distância mínima que separa povoados e mamoas nunca é inferior a 3-4 horas pedestres, na maioria dos casos. Em suma, a relação "cronológica, espacial e cultural (no sentido de cultura material), entre os povoados, quase inexistentes ou desconhecidos, e as mamoas, megalíticas ou não, que desde o final do Vº milénio evidenciam a primeira ocupação sistemática do território" (Sanches, 1997: 162) contínua em aberto.

A Arte Rupestre

> "Ao longo destes milénios, emergem ainda santuários de arte rupestre dita "esquemática", que devem ter funcionado como marcadores espaciais de territórios socialmente fluidos (Jorge, 2000a: 8). A "arte esquemática" pode ter uma origem muito antiga, representando, nesta fase de afirmação das primeiras sociedades agrárias, um papel decisivo na aglutinação comunitária" (Jorge, 2003b: 1462).

Muitos destes "santuários de arte rupestre do Tejo, do Côa e do Douro" continuaram a ser gravados ao longo V milénio a.C.. Ainda não foi possível relacionar esses espaços "simbólicos" com a construção dos primeiros sepulcros megalíticos ou dos primeiros povoados que se localizam nas suas proximidades (Jorge, 1999c: 51).

> "De meados do VIº milénio a meados do Vº milénio a.C. conhecem-se no interior do território português vários sítios de arte rupestre com motivos pintados e/ou gravados (antropomorfos e zoomorfos "esquemáticos"). (...) Podem ainda surgir em abrigos sob-rocha" (Jorge, 2000b: 78).

Maria de Jesus Sanches, que se tem debruçado igualmente sobre o estudo da arte rupestre, acha possível que as ocupações mais antigas do Buraco da Pala ou de Fraga d'Aia estejam correlacionadas com a existência, ou melhor dizendo, com o aparecimento da arte rupestre. Não convém esquecer que estas duas estações se caracterizam por serem abrigos sob rocha, locais onde se preservaram estas manifestações de caráter artístico e simbólico. Assim, segundo esta autora, assiste-se na 1.ª metade e meados do IVº milénio a.C. à formação de "santuários rupestres" - na Serra de Passos, na Fraga d'Aia e possivelmente nos vales do Douro e Côa, "como os mais antigos lugares de domesticação conceptual ou cosmológica do território" (Sanches, 1997: 218).

Ana M.S. Bettencourt refere como sendo provável que afloramentos ao ar livre tivessem sido gravados pela primeira vez "no âmbito de ritos e acções de grande importância social". Estaríamos assim na presença de uma "arte esquemática ibérica", de problemática datação: "recentemente tem vindo a ser datada a partir do Neolítico, embora se admita a sua persistência pelo Calcolítico e pela Idade do Bronze, sem que se excluam reutilizações posteriores" (Bettencourt, 2009: 76).

> "A Arte Esquemática é uma tradição artística da Pré-história Recente que tem a sua mais característica expressão na pintura, sobre as paredes verticais de abrigos sob rocha, de elementos de um repertório figurativo composto essencialmente pela representação esquemática da figura humana, motivos geométricos lineares, entre os quais se destacam as grelhas, reticulados, conjuntos de barras, pontos, mais raramente animais e outros motivos figurativos. Porém, na actualidade, é aceite que os convencionalismos gráficos desta linguagem simbólica se materializam em diferentes suportes, ou seja, não ocorre apenas pintada (menos frequentemente gravada) em abrigos ou cavidades rochosas, mas também gravada em penedos ao ar livre e pintada ou gravada nas superfícies dos esteios de monumentos megalíticos. (...) Com uma cronologia lata, é convencionalmente aceite que se insere nos períodos Neolítico e Calcolítico" (Alves *et al*., 2014: 102).

A este propósito e segundo António Martinho Baptista:

> "A arte Neolítica e Calcolítica é normalmente classificada como esquemático-simbólica. As figuras, nomeadamente as inúmeras representações humanas, mas também animais e signos,

> são agora de menores dimensões e quase sempre simples "esquemas" ou "símbolos", reduzidos aos seus atributos essenciais. Um dos mais enigmáticos e menos conhecidos ciclos artísticos peninsulares é o da arte do Noroeste, gravada sobre granitos (petróglifos galego-atlânticos) centrado na Baixa Galiza e Minho, todo ele abstrato-simbólico, com uma obsessiva gramática figurativa de características geometrizantes, e de uma grande riqueza ordenativa na estruturação de cada um dos seus sítios maiores" (Baptista, em linha).

Depois desta breve incursão pelo universo da arte rupestre, inserível genericamente entre o VI e o IV milénio a.C., finalizamos este ponto com um excerto de um texto de Susana Oliveira Jorge, que nos remete para a diversidade de vestígios enquadráveis no Neolítico final que anunciam as primeiras sociedades ditas produtoras.

> "Enfim, «santuários» de arte rupestre, menires, recintos de menires ou de estelas, povoados, sepulcros (com ou sem monumentalidade), cumprem, a partir do Neolítico médio-final, diferentes papéis sociais, no sentido de ajudarem a construir a primeira paisagem agro-pastoril do território português. Esta paisagem integra uma panóplia de espaços sociais muito heterogéneos, onde se negoceia o poder, ainda frágil e transitório, das primeiras comunidades agrárias" (Jorge, 1999c: 67).

2.3. III MILÉNIO A.C. (CALCOLÍTICO)

Comecemos este novo ponto mais uma vez recorrendo a um texto de Susana Oliveira Jorge que procura sintetizar os principais aspetos que se desenrolam durante o III milénio a.C.

> "A partir dos inícios do III milénio AC. (Calcolítico), o sistema agro-pastoril adquire uma marcada estabilidade. São conhecidos inúmeros povoados sedentários com diferentes localizações, dominando cada um, em regra, zonas com características ambientais muito diversificadas. Os indicadores de intensificação económica são abundantes, adaptados a ecossistemas muito variados. A par da reutilização de sepulcros do IV milénio AC., constroem-se cistas ou monumentos sepulcrais de dimensões modestas. Paralelamente, investe-se na edificação de sítios com grande monumentalidade e de funcionalidade múltipla, como Castelo Velho de Freixo de Numão. Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa) ou Castro de Palheiros (Murça). É neste período que vemos florescer santuários com estelas de filiação mediterrânica, como Cabeça da Mina (Vila Flor) em Trás-os-Montes Oriental, cuja origem pode, no entanto, remontar ao Neolítico Final. O III milénio AC. vê assim surgir territórios mais circunscritos, frequentados por agricultores-pastores que praticavam uma economia produtora progressivamente mais intensiva" (Jorge, 2000a: 8).

Destacam-se quatro aspetos fundamentais:

- Os povoados sedentários, nos quais são abundantes os indicadores de intensificação económica;
- O aparecimento de novos sítios com arquiteturas monumentais que se afastam da esfera dos povoados sedentários, os recintos;
- A diversidade de práticas sepulcrais, caracterizada por estruturas de dimensões mais modestas;
- A aparição de recintos de estelas ou o surgimento das primeiras estátuas-menires.

Povoados

A ocupação dos primeiros povoados sedentários conhecidos no Norte de Portugal estende-se desde os começos do III milénio a.C. até cerca do primeiro quartel do II milénio a.C. (Jorge, 1989: 480).

É no III milénio a.C. que no território de Trás-os-Montes e Alto Douro aparecem povoados de caráter mais permanente do que os conhecidos para os V e IV milénio a.C., "mas ainda quase todos constituídos por aglomerados de cabanas feitas de materiais perecíveis, por vezes já rodeadas de pequenos muros" (Sanches, 1999: 56-57). O mesmo sucede na região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar, onde as escavações realizadas nas estações da Pastoria, de S. Lourenço e do Castelo de Aguiar, nos mostram que estes sítios possuíam ainda estruturas relativamente frágeis, à base de cabanas delimitadas por postes de madeira e revestidas com barro, podendo ser cobertas de ramagens (Jorge, 1990b: 201). Destaque-se o Buraco da Pala (Mirandela), que foi "desde, pelo menos, os meados do III milénio a.C., utilizado por populações que albergaram em silos centenas de sementes de trigo e cevada" (*idem*: 157), constituindo-se com um sítio único na Bacia Hidrográfica do Douro.

No Alto Paiva, foram detetados três sítios cuja ocupação inicial datará do Calcolítico: Castelo de Ariz, Penedo da Pena e o Corgo da Maga (Moledo, Castro Daire) (Cruz, 2001: 319). Domingos Cruz salienta dois aspetos: a implantação destes sítios do III milénio a.C. "em locais proeminentes na paisagem" e uma exploração mais intensa dos recursos que leva a uma ocupação mais efetiva do território.

Esta proliferação de povoados maioritariamente abertos, já com um caráter mais sedentário, faz-se em locais que permitem um bom domínio da paisagem envolvente. Encontramos estes povoados:

- No rebordo montanhoso de montes de média altitude onde ocupam pequenas plataformas de encosta sobranceiras a vales de rios ou ribeiras, e/ou simultaneamente a zonas deprimidas;
- No topo de pequenos montes de perfil cónico;
- Em remate de esporão sobre vales encaixados ou sobre zonas abertas (Sanches, 1996: 68).

As sociedades calcolíticas adaptaram-se a ecologias muito distintas, explorando territórios heterogéneos "na sua potencialidade agro-pastoril" (Jorge, 2003b: 1462). Dá-se a expansão do povoamento para zonas marginais que começa em finais do IV milénio a.C. e vai-se desenvolvendo ao longo do III milénio a.C. Consoante as regiões, notam-se ritmos de desenvolvimento diferentes durante o III milénio a.C.. Existem sítios onde se nota "uma economia agro-pastoril bem estabelecida", mas ainda subsistem "«ilhas» mais arcaizantes, na tradição do Neolítico final regional" (Jorge, 1999c: 110). Os territórios serão mais restritos, mas também mais continuamente ocupados. As "redes de povoamento" identificadas para este período parecem ser mais densas do que as identificadas para o V/IV milénio a.C. (Jorge, 2003b: 1462).

Segundo Susana Oliveira Jorge, "no interior destes povoados existem provas directas e indirectas do domínio do sistema produtor (Jorge, 2000b: 85). De facto, "a economia intensifica-se de forma a aumentar e diversificar a produção", o que é visível nos artefactos e ecofactos encontrados em muitos destes sítios (Sanches, 1999: 56-57). E este "domínio" do sistema produtor (agricultura e pastoreio) é percetível através dos seguintes aspetos:

- Aproveitamento dos recursos provenientes de ecossistemas complementares (Jorge, 2003b: 1462);

- Diversificação dos produtos cultivados – trigo, cevada, aveia, fava, ervilha, lentilha, linho, papoila e milho-miúdo (este já no final deste período) (Sanches, 1999: 56-57);

- As ovelhas, cabras, porcos e bois, passam a fazer parte integrante da vida destas populações, o que indica um certo grau de intensificação na atividade pastoril e transformadora;

- Encontra-se documentada, em vários povoados, a existência de atividades transformadoras, nomeadamente o fabrico de queijo (cinchos), a moagem (moinhos de granito e de quartzito), o fabrico de instrumentos "de pedra polida e talhada" e a metalurgia do cobre (Sanches, 1999: 56-57);

- A tecelagem é uma atividade presente em todas as regiões (Jorge, 1999c: 110);

- No Centro e no Norte, a metalurgia do cobre é muito rara durante este período. Alguns artefactos em cobre são intercambiados entre regiões contíguas (*ibidem*). Segundo Ana M.S. Bettencourt, o Calcolítico é o "período de emergência da metalurgia em cobre, pelo que estes artefactos, extremamente raros, deveriam ser providos de grande valor mágico e social" (Bettencourt, 2009: 87).

Os trabalhos de investigação desenvolvidos por Maria de Jesus Sanches na região de Trás-os-Montes e Alto Douro permitem-lhe integrar um conjunto de estações arqueológicas com vestígios pré-históricos no "2.º/3.º quartéis" do III milénio a.C., "i.e., no Calcolítico". Em alguns casos as ocupações destes sítios prolongam-se para os inícios do IIº milénio a.C.. "Outras datarão mesmo do final do lllº/inícios/meados do IIº milénio, o que na divisão cronológica e cultural convencional corresponde já ao Bronze Inicial/Bronze Médio" (Sanches, 1997: 217).

Notam-se nestes sítios algumas características relacionadas com "uma certa complexificação habitacional marcada" pelos seguintes elementos, que passamos a assinalar:

- "aparecimento, nalguns povoados, de áreas "funcionais", fisicamente demarcadas ou não, e que se articularam ainda que por curtos períodos com certas actividades ou conjuntos de actividades específicas";
- "marcação arquitectónica ou delimitação de espaços habitacionais por pequenos muros toscos de contenção ou por muros (...) ou muralhas vedando a entrada de "esporões" (*ibidem*).

Durante o segundo e terceiro quartel do IIIº milénio a.C. registam-se inovações nas formas e decorações das cerâmicas (Sanches, 1996: 86-87):

- Apesar de se manterem os recipientes globulares, com ou sem colo, possuem agora maior dimensão;
- Surgem formas de aspeto acampanulado (imitações de campaniformes), campaniformes e fundos planos; cerâmicas de carena alta, associadas ao motivo "espinha de peixe" e ainda a cerâmica oculada.
- Utiliza-se o padrão metopado, executado através de várias técnicas, mas em particular com a técnica de impressão "penteada" e de imitações de campaniforme (marítimo e de tipo Ciempozuelos).

Os recintos

> "O que mudou a partir de meados de 90? Mudou sobretudo a maneira de "olhar". Não é por acaso que apareceram "novos sítios" em diferentes regiões transmontanas e alto durienses. Que sítios são esses?" (Jorge, 2003b: 1463).

Estes "novos sítios" referidos por Susana Oliveira Jorge já eram conhecidos pela comunidade arqueológica, só que eram até então interpretados como "povoados fortificados". Este novo "olhar" interpretativo alterou a própria nomenclatura destes sítios (agora genericamente recintos murados) que emergem no III milénio a.C., mas também permitiu a abertura a outras formas de "explicar" estes espaços.

> "A noção de "recinto murado", "recinto monumental" ou ainda "lugar monumentalizado" surge na sequência duma discussão sobre a operacionalidade do conceito de "povoado fortificado" no Calcolítico peninsular" (*idem*: 1431).

Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) foi a primeira estação deste tipo a ser escavada na região em estudo. Quando em 1989, Susana Oliveira Jorge abordou pela primeira vez este sítio, assumiu tacitamente uma "perspectiva dicotómica" que colocava, dum lado "povoados" e, do outro "necrópoles" e "espaços rituais" (recintos de menires/estelas e santuários de arte rupestre). O sítio foi interpretado num primeiro momento como "povoado fortificado" (Jorge, 2003b: 1437). Porém, em 1994, a autora, analisando 69 sítios deste género na Península Ibérica, constata "um universo carente de homogeneidade", onde a maioria dos ditos "povoados fortificados" não apresentava óbvios sistemas de defesa" e onde se encontravam vestígios de atividades diversas, "dificilmente enquadráveis em acções de natureza exclusivamente "quotidiana", ritual" e/ou "sepulcral" (*ibidem*: 1438).

> "No âmbito desta reflexão, este tipo de sítios passam a ser interpretados como *recintos multifuncionais* onde coexistem diversos contextos rituais que, na prática, subvertem a tradicional dicotomia entre "espaços domésticos/espaços sepulcrais-rituais" (Jorge, 2000b: 97).

Quando falamos de recintos monumentais entenda-se que "os recintos, enquanto arquitecturas construídas, são espaços que delimitam fisicamente áreas interiores, estabelecendo uma fronteira, real e/ou simbólica, entre um "dentro" e um "fora" (Jorge, 2003: 13). A designação "monumental" destes sítios prende-se não só com a sua implantação na paisagem, constituindo pontos para serem vistos e para ver a paisagem, como também dado o papel que teriam desempenhado enquanto locais de memória associados a diferentes estratégias identitárias.

Num primeiro grupo contemplam-se recintos fechados, na medida em que a sua delimitação se faz por muros basais de pedra e paredes de ramos, terra e argila, por fossos e/ou valados e, eventualmente, pela combinação de alguns destes elementos arquitetónicos entre si e que condicionam o acesso a uma área "interior". Na Península Ibérica, os recintos fechados apresentam uma cronologia variável entre o IV e o II milénio a.C. Incluem-se neste grupo sítios como Castro Palheiros (Murça), Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa). Constituem *recintos murados*, localizados no alto de colinas ou morros, aproveitando ou não fragas bem destacadas na paisagem, rodeados por taludes e plataformas monumentais (Jorge, 2003a: 15).

Estes recintos ou «lugares monumentalizados» podem ser agrupados segundo dois tipos de localização:

1. Lugares que aproveitam formações rochosas preexistentes, muito proeminentes na paisagem, que são monumentalizados a partir da construção de muretes ou outros dispositivos arquitetónicos. Dá-se o aproveitamento da visibilidade e das características geográficas de lugares naturais para reforçar a natureza monumental dos recintos ali construídos (Jorge, 1999c: 97). Na área em análise destaca-se o Castro de Palheiros.

2. Lugares que ocupam sítios naturais de difícil acesso, tais como cumeadas ou esporões nos quais são edificados recintos muralhados (*ibidem*). Estes recintos de planta subcircular ou elíptica são delimitados por um murete ou muralha, ou, em alguns casos excecionais, por duas ou três linhas de muralhas. São conhecidos como "povoados fortificados". Falamos de sítios como o Castelo Velho de Freixo de Numão e o Castanheiro do Vento (ambos localizados em Vila Nova de Foz Côa) que são constituídos por uma área mais elevada rodeada por muretes ou plataformas pétreas. Têm origem no Calcolítico pleno e prolongam-se até ao Bronze pleno. Não sabemos, no entanto, se ao longo deste tempo foram utilizados de forma similar (Jorge, 1999c: 101).

João Muralha Cardoso, que se dedicou ao estudo do recinto de Castanheiro do Vento e que trabalha o tema dos recintos na sua dissertação de doutoramento, aborda este tema da seguinte forma:

> "Entendemos por recintos, aqueles locais geralmente situados no topo de colinas, caso de Castanheiro do Vento, Castelo Velho de Monte Meão, Montes ou Castelo Velho do Souto, ou implantados em situações predominantes na paisagem, como esporões, caso do Castelo Velho de Freixo de Numão e o Alto da Lamigueira, e colinas de formato circular e/ou sub-circular, como Zaralhôa, Quinta de Alfarela, Pitanceira e Cerro do Bastião. Apresentam um espaço circular, sub-circular ou ovalado, delimitado por uma ou mais linhas de muretes. Estas linhas definidoras de espaços, apresentam interrupções, passagens e estruturas sub-circulares incorporadas (tipo "bastião"). Pelo menos em quatro casos (entre onze), os recintos parecem não se confinar ao topo das elevações, como Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento, Castelo Velho do Souto e Cerro do Bastião. Existem vestígios estruturais ao longo das colinas, pelo menos na área mais próxima ao topo" (Cardoso, 2007: 334-335).

Estamos perante sítios situados no topo de colinas, delimitados por uma ou mais linhas de muretes que definem um espaço circular. Alguns destes recintos parecem relacionar-se com outras estruturas, menos imponentes na paisagem, que se expandem ao longo das colinas.

> "Estes sítios destinam-se certamente a ser vistos de longe, mas igualmente a marcar simbolicamente "fronteiras" identitárias. O que ocorria no seu interior suscita ainda discussão. Mas a concepção planeada destes imponentes dispositivos arquitectónicos, destinados a manter-se activos durante muitas centenas de anos, fala-nos duma outra maneira de domesticar a paisagem e de a representar simbolicamente. Pela primeira vez as sociedades constroem "monumentos" resultantes duma intervenção grandiosa na paisagem natural. O morro ou "fraga" são esculpidos e, dessa forma, transformados em "arquitecturas" com uma intenção de perenidade nunca observada anteriormente. Estes "monumentos" eram feitos para a eternidade" (Jorge, 2003b: 1463).

A existência de um plano arquitetónico, delineado e estruturado para que este tipo de dispositivo se torne monumental e perene é talvez um dos aspetos mais marcantes deste tipo de sítios.

Para além dos recintos murados dá-se a descoberta de recintos monumentais com fossos, atribuíveis ao Calcolítico (de finais do 4.º a finais do 3.º milénio a.C.) (Jorge, 1999c: 93). Inicialmente detetados apenas do Alentejo, este tipo de recintos com fossos começa a ser descoberto um pouco por todo o país. O recinto com fossos mais próximo da nossa área de análise é o sítio da Forca/Barca na Maia que possui vários hectares (Bettencourt, 2009: 87).

> "Se observarmos a pluralidade de recintos (...) verificamos uma enorme variedade de localizações topográficas, de «projectos» arquitetónicos, de formas de utilização e até tempos de vida. Aparentemente, estamos perante um universo polimorfo, dificilmente categorizável ou redutível a uma só interpretação sobre a respectiva função social" (Jorge, 1999c: 94).

Em termos comparativos existem algumas diferenças e semelhanças entre os recintos murados e os recintos de fossos:

- Os recintos com fossos ocupam áreas menos destacadas na paisagem do que os recintos murados;
- Alguns deles abrangem muitos hectares, distinguindo-se dos recintos murados que não costumam ultrapassar 1-2 ha;
- Ambos partilham uma característica: a «multifuncionalidade» (...) atendendo a que no interior destes recintos coexistem "áreas de tipo «doméstico», «funerário» e «ritual»" (Jorge, 1999c: 105-106).

Práticas sepulcrais

De finais do IV a finais do III milénio a.C.

Entre finais do IV e finais do III milénio a.C. constroem-se pequenos sepulcros sob *tumulus*, constituídos por pequenas câmaras megalíticas cistóides que ocorrem relativamente isolados ou na periferia de monumentos megalíticos preexistentes (Jorge, 1999c: 74).

As práticas sepulcrais deste período apresentam as seguintes características (*idem*: 82-83):

- Uma progressiva invisibilidade arquitetónica dos sepulcros na paisagem;
- Menor investimento de trabalho na elaboração dos enterramentos;
- Grande heterogeneidade e complexidade ritual;
- Reutilização também grutas naturais;
- Edificação de pequenos túmulos;
- Aproveitamento de sepulcros anteriores e necrópoles preexistentes;
- Construção de sepulcros em novos contextos (recintos plurifuncionais);
- Construção de cistas;
- Inumações individuais (ou restritas) a par da prática das deposições secundárias em ossuários.

Na primeira metade do III milénio a.C., no Alto Douro surgem novos tipos de estruturas:

- Num terraço do rio Douro, em Vale da Cerva, são conhecidas cistas sem *tumulus*, de inumação individual, com um espólio funerário muito discreto (Jorge, 1999c: 75). As tumulações do Vale da Cerva terão ocorrido entre 2882 e 2501 cal. AC. (Cruz, 1998 citado em Cruz, 2001: 317).

- No interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão, foi identificada uma estrutura pétrea com inumações humanas [em forma de reduções], onde foram depositados ossos de 8 a 10 indivíduos (uma criança, vários adolescentes e jovens adultos) (Jorge, 1999c: 75) em associação com pesos de tear, fragmentos de vasos cerâmicos e fauna. Era constituído por uma estrutura pétrea dissimulada com pequenas pedras (Jorge, 2003b: 1432). A análise desta estrutura com ossos humanos em Castelo Velho de Freixo de Numão fez com que Susana Oliveira Jorge questionasse a possibilidade de os ossos adquirirem um estatuto de "relíquias" e circularem entre diferentes espaços (Jorge, 1999c: 115).

Apesar do caso excecional da estrutura de enterramento de Castelo Velho de Freixo de Numão, "mantém-se, em regra, uma certa distância espacial entre os túmulos e os povoados" (*idem*: 83).

De acordo com Domingos Cruz,

> "Durante o III milénio o comportamento simbólico não se circunscreve ao "culto dos mortos ". O cerimonial é agora mais diverso, complexo e repartido. Os sepulcros, os santuários, os cabeços marcantes da paisagem transformados em centros cerimoniais, etc., são agora os novos cenários representacionais, decorrentes das alterações de ordem económica e social que entretanto se registaram" (Cruz, 2001: 319).

Estelas

Em Trás-os-Montes e Alto Douro conhecem-se uma série de estelas: Quinta do Couquinho, Quinta de Vila Maior, Moncorvo, Castro de Santa Luzia, assim como um recinto de estelas: o Cabeça da Mina, atribuídas ao III milénio a.C.. São pequenos monólitos onde foram representados determinados atributos, nomeadamente a face, o vestuário e adornos, salientando-se a ausência de armas. Integram-se num "grupo estilístico que abrange o Leste de Trás-os-Montes e Alto Douro, Salamanca-Cáceres e o Alto Alentejo. Apresentam inegáveis semelhanças com o mundo das estelas/estátuas-menires mediterrânicos do Sul da França" (Jorge, 1999c: 87).

Arte Rupestre – III milénio a.C.

Em relação aos «santuários» de arte rupestre, nomeadamente dos sítios com arte esquemática, é de referir a grande abrangência temporal destes locais "ao longo do 3.º e do 2.º milénios a.C." mas tal facto pressupõe "uma contínua reinterpretação de sentidos" (Jorge, 1999c: 91). Em relação à chamada Arte Atlântica,

> "É comum considerarmos santuários ou locais de culto os sítios gravados, quer em áreas de baixa altitude, quer em plataformas intermédias ou altas dos montes, sempre relacionados com zonas de fronteira entre as águas, as planícies e os montes. Referimo-nos à "arte" atlântica cujo início muitos autores têm colocado nesta fase cronológico-cultural, embora seja possível que a sua emergência remonte ao Neolítico. A "arte" atlântica foi efectuada em suportes rochosos, ao ar livre, umas vezes aplanados e pouco visíveis, outras impressivos e bem destacados, mas sempre em locais que podiam ser frequentados por um grande número de pessoas. De fácil acessibilidade e com excelente visibilidade para as terras baixas e para os mais diversos recursos hidrográficos" (Bettencourt, 2009: 83).

No Minho e Douro Litoral são conhecidos lugares gravados que podem, segundo Ana M. S. Bettencourt, ser inseridos no III milénio a.C. Trata-se da "Arte Atlântica". Estes sítios apresentam uma nova gramática decorativa: de tipo geométrico (círculos concêntricos, espirais, etc.); e de tipo seminaturalista ou naturalista (quadrúpedes, figuras humanas, armas, «ídolos», etc.) (Jorge, 1999c: 91).

Se na parte mais ocidental da Bacia Hidrográfica do Douro se destaca a Arte Atlântica, em Trás-os-Montes continua a assinalar-se a existência de uma Arte Esquemática.

Esta arte ocorre sob a forma de pintura ou gravura, em abrigos ou ao ar livre e é bastante abundante em Trás-os-Montes e Alto Douro. Maria de Jesus Sanches indica alguns abrigos onde essa arte se manifesta: alguns abrigos da Serra de Passos, o abrigo da Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira); o Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães); Pala Pinta, no planalto de Alijo; Penas Roias (Mogadouro) no Planalto Mirandês, e o abrigo da Fonte Santa, no vale da ribeira de Mós (Freixo-de-Espada à Cinta (Sanches, 1997: 221).

2.4. DO TERCEIRO QUARTEL DO III MILÉNIO AO PRIMEIRO QUARTEL DO I MILÉNIO A.C. (IDADE DO BRONZE)

O período que se estende desde o terceiro quartel do III milénio ao primeiro quartel do I milénio a.C. pode ser compartimentado em diferentes momentos. A forma como se procede a esta divisão, ou seja, os diferentes momentos e as nomenclaturas utilizadas pelos diversos autores, não é consensual. Pode haver uma individualização em três momentos diferentes que corresponde à clássica divisão tripartida da Idade do Bronze em Bronze Antigo (ou Inicial), Bronze Médio e Bronze Final. Por outro lado, há autores que agrupam os dois primeiros momentos da Idade do Bronze falando de um bloco constituído pelo Bronze Antigo e Médio, que se distinguiria de forma óbvia do Bronze Final. Outros autores utilizam a expressão Bronze Pleno em detrimento de Bronze Antigo e Médio. Na maior parte dos textos analisados para o Norte de Portugal utilizam-se as expressões tradicionais e serão essas as nomenclaturas utilizadas ao longo deste texto.

2.4.1. DO TERCEIRO QUARTEL DO III MILÉNIO A.C. AO TERCEIRO QUARTEL DO II MILÉNIO A.C. (BRONZE INICIAL E MÉDIO)

Registam-se algumas mudanças nas estações de finais do III e inícios do II milénio a.C. articuláveis com a "intensificação agro-pastoril e artesanal destas comunidades" (Sanches, 1997: 228). Esta ideia de que existe uma "acentuada afirmação do sistema produtor" de finais do III milénio a meados do II milénio a.C. é reforçada por Susana Oliveira Jorge quando refere que

> "De facto, em certas áreas específicas, não só se adensa o povoamento sedentário, como ele invade zonas anteriormente desocupadas para fins agro-pecuários. A complementaridade do pastoreio e da agricultura favorecem a emergência de territórios ainda mais circunscritos, dominados por grupos caracterizados por um maior grau de coesão social. São estes grupos que constroem cistas de pequenas dimensões em diversos contextos; que manipulam e intercambiam, em pequena escala, objectos metálicos; mas que abandonam, em regra, a construção de grandes arquitecturas, como as referidas para a fase anterior" (Jorge, 2000a: 8-9).

Povoamento

No período tradicionalmente designado de Bronze Inicial e Médio dá-se o aparecimento de novos povoados, quer povoados de altura, quer de vale, fenómeno que ocorre a par da continuidade de ocupação de alguns povoados calcolíticos. Acontece um processo de "expansão e estruturação do povoamento (surgem redes hierarquizadas que invadem, de forma sistemática, áreas até então não ocupadas)" de forma permanente. Será desta forma que "ao longo da primeira etapa do Bronze se procede à definitiva «colonização» do território por parte de sociedades agrárias ainda segmentarias" (Jorge, 1999c: 112).

A propósito da realidade detetada no Minho e Douro Litoral, Ana M.S. Bettencourt distingue as ocupações do Bronze Inicial e Médio referindo que "durante o Bronze Inicial dá-se a aproximação dos povoados às terras baixas com possibilidades agrícolas. (...) Os dados que permitem interpretações sobre estes sítios são ainda escassos. É possível que tenham persistido cerâmicas tradicionalmente inseríveis no Calcolítico (…) motivo pelo qual se torna difícil detectá-los" (Bettencourt, 2009: 87).

Durante o Bronze Médio podemos já distinguir a existência de povoados abertos e a construção de povoados de altura. Em relação aos primeiros, o número de sítios aumenta, assim como se diversificam os locais onde esses povoados se implantam:

- Em sítios de baixa altitude ou de planalto com potencialidades agrícolas;
- Em colinas sobranceiras a grandes vales fluviais (Cimalha, Felgueiras);
- Em áreas planálticas, próximo de pequenos vales, lameiros e prados húmidos (Monte Calvo e Bouça do Frade, Baião);
- Em locais de altitude, em áreas com profusão de afloramentos graníticos e abrigos" (*idem*: 89).

> "Todos estes sítios são povoados de grandes dimensões, onde aparecem estruturas construídas em materiais perecíveis, principalmente com troncos ou ramos de carvalho, giestas, argila e terra como elementos ligantes ou de impermeabilização, definindo-se as áreas ocupacionais através de valados, buracos de poste, pavimentos, lareiras e conjuntos de fossas abertas no solo e no saibro" (Bettencourt, 2009: 89).

Não se detetam neste tipo de povoados estruturas pétreas ou outro tipo de estruturas que lhes conceda algum destaque na paisagem (Jorge, 1999c: 113).

No que diz respeito aos povoados de altura, localizam-se no topo de montes, e atendendo ao número reduzido de sítios conhecidos sabemos que são compostos por "cabanas (pisos e buracos de poste) associadas a lareiras" (Bettencourt, 2009: 89).

2.4.2. DO ÚLTIMO QUARTEL DO II MILÉNIO AO PRIMEIRO QUARTEL DO I MILÉNIO A.C. (BRONZE FINAL)

Individualizado em relação aos momentos anteriores da Idade do Bronze, o Bronze Final apresenta-se como um momento de rutura, marcado pela

> "complexidade das redes de povoamento, a aparente invisibilidade dos contextos funerários, a abertura a alianças supra-regionais de dimensão nunca antes observada, a intensa circulação de produtos de prestígio de proveniência muito diversa, a emergência de novos cenários de

> negociação do poder, tudo contribui para fazer deste período um "nascer de ciclo". O Bronze final preconiza um "mundo novo", o que implica, particularmente na sua abordagem, uma focagem com forte componente antropológica, sem a qual não é possível ir mais além do que constatar regularidades e diferenças nas materialidades ou, se quisermos, sem a qual ficaremos acantonados à percepção de meras "entidades" arqueológicas" (Jorge, 2003b: 1467).

Vejamos de que forma as materialidades arqueológicas refletem essas ruturas com o Bronze Inicial e Médio.

Povoamento

Em relação ao povoamento do Bronze Final é possível avançar-se com algumas considerações:

- Podemos falar da existência de dois tipos de povoados, à semelhança do Bronze Médio: povoados abertos, próximo de linhas de água, sem condições naturais de defesa (Bouça do Frade, Lavra, Monte Calvo) e povoados de altura, dominantes (Alto da Caldeira ou Castelo de Matos) (Jorge, 2003b: 1466).

- Ao nível da implantação dos povoados durante o Bronze Final coexistem duas situações distintas: "implantam-se sobre pequenas colinas ou em esporões de média altitude, na bordadura de vales agrícolas, com excelentes condições de visibilidade sobre o território e bem perceptíveis de longe" (Bettencourt, 2013: 147).

- Alguns destes povoados tiveram a sua origem no Bronze Inicial/Médio (Bouça do Frade), outros começaram a ser erigidos somente a partir do Bronze Final (Castelo de Matos) (Jorge, 2003b: 1466).

Em relação aos povoados abertos destacam-se os seguintes elementos:

- A dimensão destes sítios pode ser muito diversa, desde povoados que ocupam vários hectares até povoados cuja área é bastante reduzida;

- Alguns destes povoados foram delimitados por paliçadas ou por muros de contenção de terras, proporcionando terraços artificiais nas vertentes (Bettencourt, 2013: 148-149);

- "Em relação à organização interna, os que se localizam em colinas e planaltos contêm inúmeras fossas abertas no saibro, frequentemente agrupadas em núcleos que, usualmente, distanciam, uns dos outros, algumas dezenas de metros. Nestas áreas é frequente a existência de buracos de poste talvez pertencentes a construções perecíveis que cobririam as estruturas subterrâneas. Nestes lugares foram igualmente detetados pavimentos de saibro e ou alinhamentos de buracos de poste de eventuais cabanas" (Bettencourt, 2009: 89-91).

No que diz respeito aos povoados de altura:

- Em vários povoados de encosta ou de altura ocorrem cerâmicas brunidas de "tipo Baiões" (Jorge, 2003b: 1466).

- No Nordeste Transmontano Francisco Sande Lemos assinala, com a devida reserva, que "embora sejam indícios muito ténues, os achados ceramológicos de cerâmica Cogotas, brunida e de tipo Baiões" assim como alguns tipos de achados metálicos indicam a possibilidade (...) de um determinado número de povoados fortificados (Ansiães, Baldoeiro e Penha Mourisca, Cigaduenha, S. João de Arribas, S. Juzenda, S. Brás e Cerca de Ribas) terem sido fundados no Bronze Final, mas nada se sabe sobre os seus sistemas defensivos (Lemos, 1993: 177-178). Estes sítios situam-se em "castelos" graníticos ou esporões xistosos, o que lhes permite "um amplo controlo territorial ou de corredores naturais de circulação" e o domínio de "grandes extensões montanhosas e planálticas que constituem um dos traços da paisagem nordestina. No mesmo contexto cronológico, e eventualmente cultural, são, também, ocupados esporões fluviais que controlam os vales dos rios e a paisagem envolvente" (*ibidem*).

- No Minho e Douro Litoral Ana Bettencourt refere o surgimento de povoados de altura "em contextos de monte; em remates de esporões de média altitude, na bordadura de vales (entre outros); em posição similar aos anteriores, mas a baixa altitude" (Bettencourt, 2009: 91).

- A estruturação interna dos povoados de altura é pouco conhecida devido à inexistência de escavações em área, mas pensa-se que "as estruturas habitacionais teriam pisos de argila compactada ou de terra batida, por vezes delimitados por alinhamentos de pedras, pequenos valados ou buracos de poste" (*ibidem*).

Ana M. S. Bettencourt assinala ainda a existência de "recintos monumentalizados" do Bronze Final. A autora refere-se a "(…) lugares excepcionais em termos geomorfológicos, situados em locais marcantes e impressivos, que se percepcionam de longe, de onde é possível visualizar um amplo espaço circundante e onde se efectuaram grandes investimentos construtivos e se manusearam e ou depositaram itens de exceção (cerâmicos, metálicos ou outros). Referimo-nos ao que designámos por recintos monumentalizados e nos quais incluímos hipoteticamente (...) Castelo de Matos, em Baião" (Bettencourt, 2013: 166).

"O processo de amuralhamento durante o Bronze Final do Noroeste teria sido raro, tal como vem sendo assinalado desde a década de 90" (Jorge, 1997; Bettencourt, 1999 citados em Bettencourt, 2013: 161).

Práticas sepulcrais – entre finais do III ao primeiro quartel do I milénio a.C.

> "(...) durante o III e II milénio a.C. assiste-se, quer à reutilização das antigas sepulturas, quer à construção de novos sepulcros, que, igualmente, não assumem características monumentais, a não ser, talvez, algumas "cistas grandes", com *tumuli* mais relevados, algumas das quais com "portal", mas nunca atingindo a expressão dos antigos dólmenes" (Cruz, 2001: 187).

As práticas sepulcrais que ocorrem a partir de finais do III e permanecem durante todo o II milénio a.C. na Bacia Hidrográfica do Douro são bastante diversificadas. Este fenómeno da existência de "uma grande diversidade e complexidade funerária-ritual" ocorre em todo o território português (Jorge, 1999c: 84).

Estes sítios localizam-se em cumeadas, em esporões e nas plataformas sobranceiras a vales (Cruz, 2001: 187).

Segundo Ana M. S. Bettencourt, o processo de reutilização de monumentos megalíticos ocorre durante toda a Idade do Bronze. Durante o Bronze Inicial materializa-se através do depósito de recipientes cerâmicos, de artefactos líticos e metálicos, em ouro e prata. No Bronze Médio e Final as reutilizações acusam apenas a presença de objetos cerâmicos (Bettencourt, 2009: 94).

Segundo Domingos Cruz, no Alto Paiva dá-se a reutilização dos monumentos construídos em períodos anteriores (megalíticos e não megalíticos).

> "Entre as reutilizações, aquelas mais antigas que revelam espólios líticos e cerâmicos de ambiência meridional, e de momento mais tardio, as que integram artefactos de ampla circulação, como a cerâmica campaniforme (Seixas, Castonairas, Orca de Pendilhe, Rapadouro 1 e 3, Moinhos de Rua, etc.) e artefactos metálicos, como a ponta Palmela e o machado plano da Orca de Seixas (que aqui se associa a vaso campaniforme e a "disco" de cerâmica com duas perfurações), ou cerâmica de carácter mais regional, de feitura grosseira, como os vasos troncocónicos e subcilíndicos (Juncais, Castonairas, Tanque, Forles, etc.)" (Cruz, 2001: 318).

Mas de acordo com este autor "trata-se agora da "violação" de "intrusões" ou do "arrombamento" de antigos sepulcros, há muito encerrados. As novas populações não conhecem já o modo de funcionamento destes monumentos; os rituais serão também distintos" (*idem*: 263). A propósito do aparecimento da cerâmica campaniforme referida por Domingos Cruz na reutilização de estruturas sepulcrais, Susana Oliveira Jorge acrescenta o seguinte:

> "Estas reutilizações encontram-se associadas inicialmente a vasos campaniformes de «estilo marítimo» (e suas variantes) e, numa fase ligeiramente mais tardia, a vasos de tipo Palmela-Ciempozuelos e a artefactos metálicos (armas e adornos). (...) Nos contextos campaniformes tardios podem ocorrer pontas de tipo Palmela e punhais de lingueta em cobre, braçais de arqueiro, botões em osso, com perfuração em V, e adornos em ouro (contas, espirais, pendentes, etc.)" (Jorge, 1999c: 75-76).

Para além da reutilização dos monumentos megalíticos ou de outros, de cronologia posterior, dá-se, por outro lado, "a construção de monumentos que se caracterizam pela discrição e pouca volumetria" (Santos, 2008: 19).

> "As populações da Idade do Bronze, no entanto, não se limitaram à reutilização dos antigos sepulcros, Têm também soluções próprias, que passam pela construção de *tumuli* não monumentais, normalmente agrupados, ocupando as cumeadas, plataformas baixas, esporões, etc., contendo no seu interior estruturas diversas, como fossas abertas no solo de base, cistas rectangulares e poligonais de diferentes dimensões, ou aproveitando as concavidades naturais, colmatados depois pelo tumulus, etc. É quase norma a utilização de materiais pétreos contrastantes, como o quartzo, por vezes muito profusamente. A existência de construções tumulares deste tipo na Beira Alta é cada vez melhor conhecida. Perpassará por toda a Idade do Bronze, certamente com variações quanto às estruturas contidas por estes tumuli, como também aos rituais, que, seguramente, não se resumirão à inumação ou à incineração" (Cruz, 2001: 266).

Os monumentos da Idade do Bronze são normalmente mais pequenos do que os anteriores, mostrando grande diversidade quanto às estruturas que envolvem. Por outro lado, apesar da menor volumetria e monumentalidade utilizam-se alguns materiais "que prestam às construções algum destaque local" (*idem*: 68). Existe, segundo Domingos Cruz, "em finais do III milénio a.C. a tendência, de novo, para a monumentalização. Alguns túmulos, ainda que não cheguem nunca a atingir a volumetria dos dólmenes

antigos, apresentam mamoas mais dimensionadas e contêm câmaras funerárias cistoides, de grandes dimensões, ou do tipo "cista megalítica" (Cruz *et al*., 2000: 256).

Nos finais do III milénio assim como na primeira metade do II milénio a.C. edificaram-se estes novos sepulcros na periferia ou nas proximidades de sepulcros do IV milénio a.C., ou seja, "nos mesmos espaços cénicos valorizados pelos antepassados neolíticos. Havia, assim, um propósito de continuidade, ao sacralizarem-se as antigas necrópoles do V/IV milénios a.C., em plena Idade do Bronze" (Jorge, 2003b: 1465).

Este tipo de monumentos é definido por Ana Bettencourt como "estruturas cobertas por montículos artificiais de pedra e terra, muito pouco perceptíveis na paisagem, em cujo espaço central se construíram pequenas cistas de pedra ou fossas abertas no substracto. Por vezes não aparece qualquer tipo de câmara o que faz pressupor que estas poderiam ser em materiais perecíveis ou que os ritos funerários se efectuariam directamente sobre o solo" (Bettencourt, 2009: 94).

Domingos Cruz refere que no interior destas construções mais discretas na paisagem, se constroem câmaras sepulcrais que podem ser classificadas genericamente de cistas. As cistas aparecem durante o III milénio a.C. e a sua construção permanece até os finais da Idade do Bronze. Estas estruturas acusam uma certa diversidade desde as cistas megalíticas integráveis no III milénio a.C., cistas baixas, de planta retangular, cistas de planta poligonal até cistas de reduzida dimensão de inícios do I milénio a.C. "de planta quadrangular, ou sub-rectangular, cuja largura se centrará em torno de 0,25 m; construídas normalmente com quatro lajes, definem um espaço muito limitado, associável a deposições de restos muito parcelares" (Cruz, 2001: 83).

As cistas simples, sem *tumulus* são outro tipo de sepulturas frequentes neste período (Bettencourt, 2009b: 13). A construção de cistas que "podem ser rectangulares, quadrangulares ou trapezoidais, forradas a xisto ou granito, e cobertas com lajes ou pedras, sem *tumulus*" (*idem*: 98) é um fenómeno frequente na Idade do Bronze. Constituem "prácticas funerarias de larga duración, pudiendo contener inhumaciones o incineraciones. Se distribuyen, normalmente, en áreas conectadas con valles fértiles, a veces, en el interior de los poblados coetáneos" (Bettencourt, 2010: 147).

Dá-se a descoberta de "sepulcros completamente novos, (...) as "fossas" de inumações individual do Tapado da Caldeira (Jorge, 1980b). Estas sepulturas do Bronze médio, situadas nas proximidades da Bouca do Frade, um povoado contemporâneo do Tapado da Caldeira, "estabeleciam uma ruptura com a tradição tumular do Bronze antigo na mesma micro-região: eram sepulturas sub-rectangulares sem "tumulus", abertas no granito de base; eram sepulturas de inumação individual, contendo, cada uma, apenas um vaso, como oferenda funerária; eram sepulturas contíguas a um povoado contemporâneo sedentário, revelando complexidade económica e social; os vasos funerários indicavam relações supra-regionais, nomeadamente com a Meseta Norte" (Jorge, 2003b: 1465).

As estruturas são caracterizadas por Ana M. S. Bettencourt da seguinte forma: "(...) sepulturas planas, de forma oval ou rectangular, abertas no saibro, por vezes, tapadas com saibro ou com pequenas concentrações pétreas. A sua cronologia remontaria, também, ao Bronze Inicial ou ao Bronze Médio, sendo uma das principais manifestações de enterramento, durante o II milénio a.C., não raro, definindo necrópoles nas imediações de povoados". Constituem necrópoles (por vezes bastante extensas) que se

localizam na periferia de povoados coetâneos. Falamos das necrópoles do Tapado da Caldeira e da Cimalha "(…) onde muitas das sepultura contêm vasos troncocónicos ou de largo bordo horizontal.(…) (Bettencourt, 2009b: 97).

Ana M.S. Bettencourt defende que:

> "Las necrópolis de sepulturas "opacas" (cistas sin *tumuli,* sepulturas planas y fosas), localizadas en áreas de importante potencial agrícola y en las inmediaciones de los poblados, fueron construidas por comunidades sedentarias, muy implicadas en actividades agrícolas, con un marcado sentido de la territorialización y un dominio y conocimiento profundo del território". "En cambio, las comunidades conectadas con paisajes montañosos, eventualmente mas subordinadas a las prácticas pastoriles y con modos de vida que implicarían mayor movilidad, serían las responsables de la construcción de estructuras funerarias más visibles, como los monumentos bajo *tumuli* de tradición megalítica, alejados de los poblados" (Bettencourt, 2010: 139).

As grutas e abrigos também foram ocupados como lugares de enterramento e de depósitos durante a Idade do Bronze do Noroeste Peninsular, sendo mais comuns na zona oriental, onde abundam formações cársicas, em Trás-os-Montes (Bettencourt, 2011: 127). Das quais se destacam as grutas Ferreiros (Miranda do Douro) e a Lorga de Dine (Vinhais), que surgem no final do lll milénio e inícios do II milénio a.C., e que possuem "espólios particularmente ricos", provenientes de escavações ou explorações antigas (Sanches, 1997: 218). Estes espaços confundem-se "com o relevo dos vales encaixados onde se encontram, facto ao qual não deve ser alheia, além da ocupação "doméstica" destes locais, a sua utilização peculiar, funerária (recatada e de acesso muito limitado) " (Sanches, 1996: 68).

A inumação é "preponderante durante o Bronze Inicial e Médio, mantêm-se até aos finais da Idade do Bronze, de forma bem explícita, em coexistência com ritos de incineração, prática que parece aumentar no Bronze Final (…)" (Bettencourt, 2009b: 100).

As formas cerâmicas mais comuns durante o Bronze Inicial e Médio são os vasos troncocónicos e semicilíndricos, assim como os potinhos/púcaros similares aos vasos de "«tipo Tarayo» con o sin asas, a veces Carenados" (Bettencourt, 2010: 144). Esta cronologia está de acordo com as balizas cronológicas defendidas por Ana M.S. Bettencourt para os vasos troncocónicos do Norte de Portugal, que aparecem em contextos datados pelo radiocarbono, datados entre finais do III e o 2.º quartel do II milénio AC (Bettencourt, 2009b: 15). Durante o Bronze Médio e o Bronze Final são comuns os vasos de largo bordo horizontal (Bettencourt, 2010: 144). Só a partir do Bronze Médio se deverão ter depositado os vasos de largo bordo horizontal, com uma área de distribuição que abarca o Douro Litoral, o Minho e a Galiza (Bettencourt, 2011: 118).

Segundo Domingos Cruz, são comuns, durante o Bronze Médio e o Bronze Final, os círculos definidos por blocos e lajes, colocados na parte média, mas sobretudo na periferia do tumulus, (...) servindo, na prática, como limite mais exterior da construção tumular (...) É evidente o efeito monumentalizador deste tipo de estrutura, a que se associa a utilização abundante de blocos de quartzo. Embora a sua inclusão são seja sistemática, podemos admitir algum sentido simbólico para este tipo de estrutura (Cruz, 2001: 79).

Estela de Longroiva/Estátuas-menires

Durante os finais do III e ao longo do II milénio a.C. ocorrem estelas em contextos e com características marcadamente diferentes das estelas do Cabeço da Mina. Surge pela primeira vez a representação de armas, nomeadamente na "«solitária» estela de Longroiva" (...) que terá sido concebida para estar fincada verticalmente no solo. A estela possui um "contorno ligeiramente antropomórfico" e foi gravada num das faces "ao centro, uma figura humana masculina que domina a estrutura compositiva da mesma. A figura humana segura diversas armas, de tipologia bem definida, como seja uma alabarda de «tipo Carrapatas» (atribuível ao Bronze antigo regional), um arco e um punhal de lâmina triangular" (Jorge, 1999c: 89-90).

Surgem igualmente neste período as Estátuas-menires, "esculturas antropomórficas de carácter monumental", designadamente as estátuas-menires da "Nave e de Alvite -, cuja cronologia se situará nos finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze" (Cruz *et al*., 2000: 257).

> "As estátuas-menir da serra da Nave poderão exactamente integrar-se neste contexto, de marcação mais efectiva de territórios, bem como da emergência de um poder cada vez mais centralizado, com chefias personalizadas" (Cruz, 2001: 319).

Em relação às estatuas-menires do Bronze Final (Faiões e Chaves, por exemplo) Susana Oliveira Jorge levanta uma série de questões, designadamente:

> "Estas estátuas-menires, de aspecto antropomórfico, apesar de tipologia diferenciada (podendo ou não estar armadas), marcariam fronteiras, lugares de circulação, territórios definidos por qualquer característica espacial? Anunciariam um território dum determinado grupo social? Marcariam o poder de certas figuras ancestrais, mais ou menos míticas? Teriam algo que ver com os espaços onde jaziam os mortos? Falta-nos o estudo sistemático de regiões inteiras que possa dar sentido e enquadrar estes achados" (Jorge, 2003b: 1467).

Transição Bronze Final/Primeira Idade do Ferro

O término do Bronze Final no Noroeste de Portugal ocorre no "segundo quartel do I milénio AC, mais precisamente, pelo séc. VII AC (datas calibradas), momento, a partir do qual consideramos a existência de uma fase de transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial" (Bettencourt, 2004: 25).

> "Este período terminal, mal conhecido, corresponde a um momento de abandono de muitos locais. A partir desta data, apesar de existirem povoados quer de altura, quer de baixa altitude, denota-se uma alteração mais acentuada nas materialidades o que revela alterações culturais" (Bettencourt, 2013: 157).

Em relação a essas materialidades que se destacam neste momento de transição, salientamos as alterações ao nível da metalurgia.

> "Em relação à metalurgia os achados contextualizados são, ainda, raros mas regista-se a persistência dos caldeiros de rebites e dos machados de talão e de alvado, com duas argolas. As inovações formais aparecem ao nível das peças de adorno, como as fíbulas de tipo Acebuchal e de pé alto, a revelar algumas alterações no vestuário, no tratamento da imagem, ou seja, na iconografia do poder. Também é durante esta etapa que as ligas de bronze se tornam ternárias, com adições intencionais de chumbo, embora discretas ou relativamente discretas" (Bettencourt, 2004: 27).

II.3. OS TEMAS DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

II.3.1. O POVOAMENTO

Neste capítulo apresentam-se alguns sítios e algumas ocupações relativas ao povoamento durante a Pré-história Recente no espaço da Bacia Hidrográfica do Douro. Refere-se, sempre que possível, a sítios escavados e datados por métodos absolutos. Os textos que integram este capítulo, e que procuram fazer uma caracterização sumária dos vestígios pré-históricos, apresentam grandes disparidades entre si. Existem textos mais extensos ou mais sucintos consoante os dados disponíveis e o momento de redação da respetiva caracterização arqueográfica.

3.1.1. VI, V E IV MILÉNIO A.C.

Os sítios arqueológicos que remontam ao Neolítico Inicial encontram-se situados em regiões muito distintas da Bacia Hidrográfica do Douro. Até ao momento foram escavados seis sítios arqueológicos com vestígios arqueológicos que se enquadram neste período: Prazo e Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa); Buraco da Pala IV (Mirandela); Lavra I (Marco de Canaveses); Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira) e Bolada (Celorico de Basto). Existem ainda alguns dados que apontam para a existência de outros sítios, nomeadamente na Serra da Aboboreira: Penedos Altos (Baião); Mamoa de Cabras, Outeiro de Gregos 1, Furnas 2, Chã de Santinhos 2 e Serrinha. No sítio do Vale do Mouro (Mêda) apareceram materiais líticos semelhantes aos encontrados no Prazo.

De uma forma muito sucinta, passamos a enunciar as principais características deste conjunto de sítios.

Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)

Segundo Susana Oliveira Jorge "A estação do Prazo apresenta uma sequência estratigráfica, entre o Paleolítico Superior e o Neolítico, sem aparentes descontinuidades de ocupação entre o VIII e V milénios a. C." (Jorge, 2003b: 1428).

As ocupações pré-históricas do Prazo localizam-se numa plataforma ligeiramente inclinada para nordeste, que se encontra delimitada a este por um vale encaixado onde corre a ribeira de S. João. Esta plataforma eleva-se para o lado oeste, "culminando a sua cota máxima com o início de uma superfície de aplanamento, que abrange a região de Freixo de Numão" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 321).

Os vestígios mais antigos detetados no Prazo datam de finais do X a meados do IX milénio cal AC. A caracterização desta fase é muito difícil dada a escassez de material arqueológico (Monteiro-Rodrigues, 2012: 35). Melhor documentadas encontram-se as ocupações posteriores, das quais se destacam o Mesolítico e Neolítico Antigo. Este último surge num nível datado entre os finais do VI milénio cal BC e um momento indeterminado posterior ao terceiro quartel do V milénio cal BC (*idem*: 22).

No que concerne à ocupação integrada no Neolítico Antigo, as estruturas escavadas nesta estação resumem-se a algumas lareiras, a alguns empedrados de funcionalidade imprecisa e uma fossa de pequena dimensão (Monteiro-Rodrigues, 2011: 350).

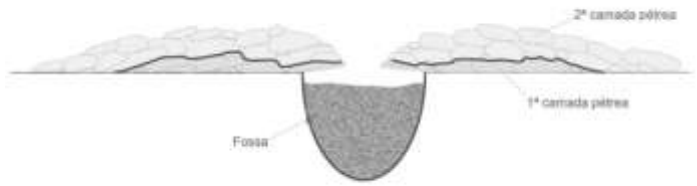


Figura 1. Representação esquemática, em corte, da construção da fossa da unidade U4 (Neolítico Antigo) (Monteiro-Rodrigues, 2011: 173).

Sérgio Monteiro-Rodrigues descreve pormenorizadamente uma dessas estruturas pétreas escavada no setor I:

> "(...) As da segunda área, bem preservadas, consistiam num empedrado bastante regular, no seio do qual se inscrevia uma lareira de contorno subcircular. Este empedrado contornava parcialmente um afloramento granítico, sendo, do lado sul, abruptamente interrompido por uma grande fossa, ao que tudo indica cavada em época romana. Quanto à funcionalidade do empedrado, não é possível tecer grandes considerações. O único aspecto a realçar é a inclusão de elementos de moagem (dormentes) por entre as pedras que o constituíam, sugerindo o eventual processamento de alimentos (ou de outros produtos) na proximidade do fogo" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 175).



Fig. 2. Escavação do empedrado detetado no setor I (Monteiro-Rodrigues, 2011: 176).

No setor VII, na Unidade U3 foram apenas observados:
- um pequeno alinhamento de pedras;
- um buraco de poste;
- um aglomerado pétreo sem estruturação aparente, interpretado como sendo o que restou de um "piso de terra batida", no seu interior retiraram-se instrumentos líticos talhados e fragmentos de cerâmica neolítica;
- pequenos agrupamentos de blocos de granito dispersos pela área escavada (Monteiro-Rodrigues, 2011: 177).

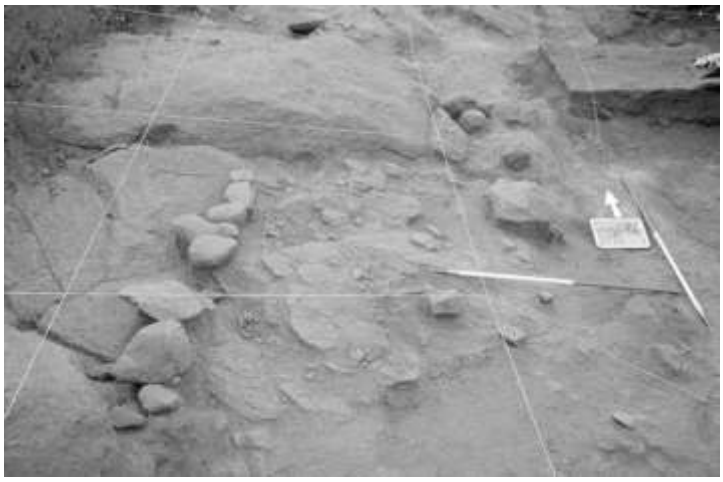


Fig. 3. Alinhamento de pedras Unidade U3 – VII (Monteiro-Rodrigues 2011: 177).

Portanto, as características das estruturas escavadas no Prazo permitem ao autor tecer as seguintes considerações:

> "Encontram-se sim pequenos lajeados mais ou menos anexados aos grandes blocos graníticos que abundam no local, que terão servido de "infra-estrutura" a pequenas cabanas feitas essencialmente com materiais perecíveis. Constata-se assim o aproveitamento de "estruturas" naturais na definição do espaço habitado e não acções verdadeiramente construtoras, capazes de transformar a paisagem" (Monteiro-Rodrigues, 2002: 115).

> "A posição destes elementos, mais ou menos adjacente a grandes afloramentos graníticos, permite pensar que estes últimos seriam usados como "paredes" às quais se encostavam as cabanas. Estas, por sua vez, seriam suportadas por simples armações em madeira, apenas pousadas no solo (os buracos de poste são muito pontuais), e cobertas por ramagens e/ou peles de animais" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 350).

Estes dados não apontam no sentido de uma ocupação de carácter sedentário, como veremos em povoados de cronologias mais avançadas. Antes permitem pensar que estamos na presença de acampamentos temporários, relacionados com atividades de subsistência relacionadas com uma economia de amplo espetro, muito semelhante às praticadas pelas populações mesolíticas. No entanto, este reduzido investimento na construção de estruturas, durante este período, ou até mesmo durante o Mesolítico, contrasta com as estruturas associadas a ocupações do Paleolítico Superior, tanto no Prazo, como noutros sítios do Vale do Côa (Monteiro-Rodrigues, 2011: 351).

Depois de apresentarmos de forma sumária as estruturas detetadas no Prazo, passemos ao estudo dos materiais arqueológicos.

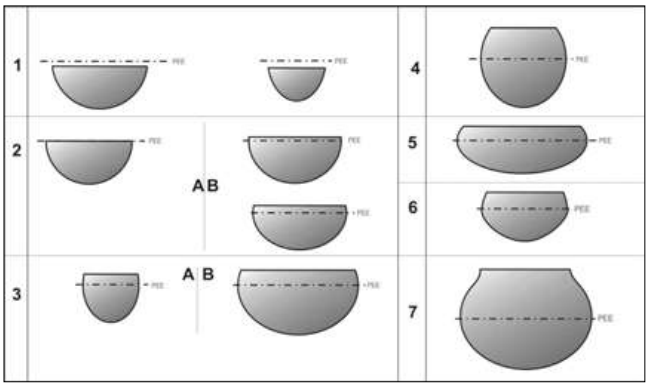


Fig. 4. Tipos morfológicos (Monteiro-Rodrigues, 2011: 240).



Fig. 5. Exemplos de alguns recipientes cerâmicos do Neolítico Antigo exumados no Prazo (Monteiro-Rodrigues, 2000: 176 estampa VIII).

Nos níveis neolíticos do Prazo, os recipientes cerâmicos têm formas abertas e dimensões reduzidas (Monteiro-Rodrigues, 2002: 115). Esta amostra consiste num total de 3352 fragmentos, onde foram detetadas cerâmicas lisas e cerâmicas decoradas, pertencentes a recipientes pequenos (Monteiro-Rodrigues, 2011: 225).

Ao nível das organizações decorativas, predominam as decorações incisas e impressas que possuem características em comum com outras estações que se enquadram no Neolítico Inicial de Trás-os-Montes e Alto Douro (Monteiro-Rodrigues, 2002: 115).

De destacar o aparecimento de uma cerâmica com decoração cardial, algo desconhecido a Norte do Rio Mondego (Monteiro-Rodrigues, 2011: 268).

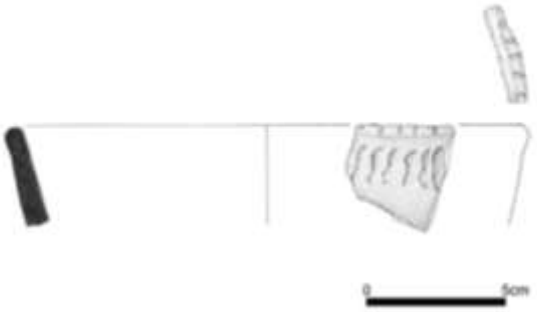
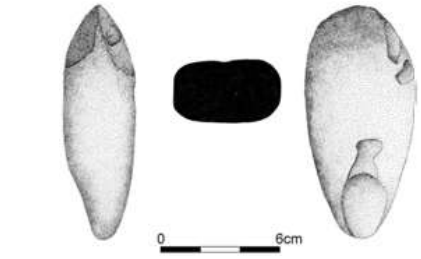


Fig. 6. Este fragmento de bordo denteado com impressões de *Cardium* foi descoberto no setor VII, Unidade U3 – VII (NI 2608) (Monteiro-Rodrigues, 2011: 272).

No que concerne os instrumentos líticos, evidencia-se:



- alguns machados polidos de reduzidas dimensões; para além de raros, não mostram sinais de utilização.

Fig. 7. Machado de pedra polida em anfibolito (Monteiro-Rodrigues, 2000: 215).

- moinhos (moventes e dormentes) de dimensões reduzidas, "apresentam poucas evidências de moagem de tipo "vaivém". Aparentemente, serviram mais para esmagar do que propriamente para moer" (Monteiro-Rodrigues, 2000: 223).

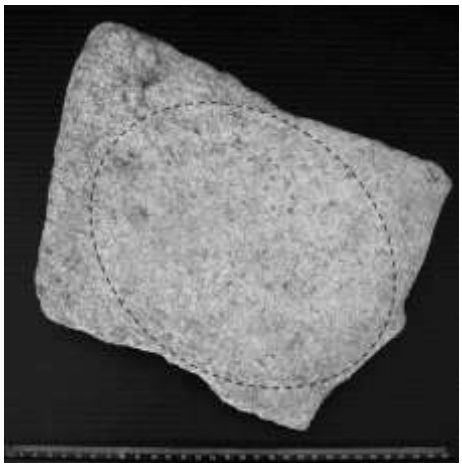


Fig. 8. Dormente em granito U3 (Neolítico Antigo) (Monteiro-Rodrigues, 2011: 216).

- uma indústria lítica talhada, de cariz microlítico (objetos em quartzo, quartzite, sílica opalina e sílex);
- a produção pontas de seta, de esquírolas, de pequenos produtos alongados e de alguns micrólitos geométricos (triângulos, trapézios e segmentos), "possivelmente destinados a armar flechas e pontas de lança".

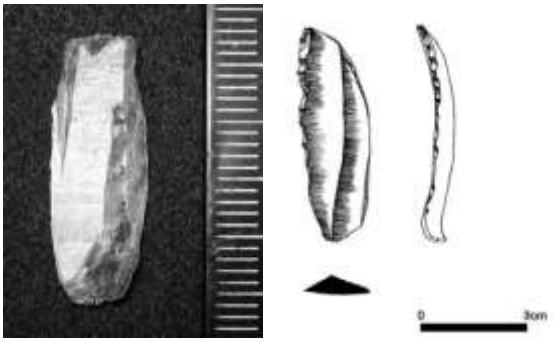


Fig. 9. Produto alongado sobre flanco de cristal de quartzo hialino proveniente da unidade U4 (Neolítico Antigo); Lâmina Retocada ("Faca de dorso natural") (Monteiro-Rodrigues, 2011: 195; 208).

- a ausência de produção laminar e/ou lamelar conotada com o fabrico de micrólitos destinados à confeção de foices (crescentes e lâminas) (Monteiro-Rodrigues, 2000: 222).

Segundo Sérgio Monteiro-Rodrigues:

> "Em relação à indústria lítica, parece clara a sua vertente mais cinegética do que agrícola. Na realidade, o volume de utensílios com suporte laminar ou lamelar, normalmente relacionados com o corte de cereais, é muitíssimo reduzido. Pelo contrário, abundam os núcleos para a produção de esquírolas, que seriam utilizadas como barbelas nas flechas, e alguns micrólitos geométricos que lembram pontas de seta de gume transversal. Durante o Neolítico Antigo a actividade de moagem parece não ter tido grande significado, uma vez que os moinhos manuais surgem em pouca quantidade. Os que foram detectados apresentam dimensões muito reduzidas, o que não se coaduna com o processamento de cereais. Ainda relacionado com os artefactos polidos, refira-se a ocorrência dos denominados "polidores" (alguns dos quais sobre seixo de quartzito), possivelmente ligados ao tratamento de peles de animais" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 82-83).

Não existem, nesta estação provas diretas da prática da agricultura e da domesticação de animais (Monteiro-Rodrigues, 2002: 115). Vejamos:

- não existem nestes níveis de ocupação indicadores claros de armazenamento. Não foi possível determinar o que continha a fossa associada à camada 4 (Neolítico Antigo), já que os restos de medronho encontrados no fundo da fossa, depois de datados foram relacionados com a camada mesolítica C4a;
- a fauna selvagem (*Sus scrofa, Cervus elaphus e Oryctolagus cuniculus*) parece ser mais frequente do que a fauna doméstica (Ovis/Capra).

O que se observou nitidamente a partir do estudo dos níveis neolíticos do Prazo é uma certa continuidade em relação ao último nível mesolítico (Monteiro-Rodrigues, 2002: 115).

Continuidades ao nível:

- da organização do espaço;
- do tipo de estruturas;
- da utensilagem lítica (presença de uma indústria microlítica basicamente não geométrica);
- de cadeias-operatórias de talhe (?);
- dos minerais e rochas utilizados na produção dos utensílios, essencialmente de origem local.

Descontinuidades:

- "aparecimento de novos elementos da cultura material: a cerâmica, a pedra polida e alguns tipos específicos de utensílios de pedra talhada, por vezes produzidos a partir de rochas e minerais alóctones, principalmente sílex e opala".

Fatores que evidenciam que o Prazo foi frequentado por sociedades de caçadores-recolectores durante o Neolítico Antigo, e não por comunidades de agricultores sedentários (Monteiro-Rodrigues, 2010: 5):

- carácter efémero das estruturas arqueológicas neolíticas identificadas, confirmado, por exemplo, pela inexistência de muros ou muretes (para a construção de paredes) e de buracos de poste;
- presença de lareiras pequenas e estruturalmente simples;

- "clara vocação cinegética da indústria lítica" – com cadeias operatórias orientadas para a produção de esquírolas e de micrólitos geométricos destinados ao fabrico de pontas projéctil compósitas;
- quase total ausência de artefactos relacionados com o corte de cereais (lâminas, crescentes, etc.);
- e pequeno número de recipientes cerâmicos.

Em suma, os trabalhos arqueológicos realizados no sítio pré-histórico do Prazo permitiram, segundo Sérgio Monteiro-Rodrigues, chegar às seguintes conclusões: "(1) foi identificada, localmente, uma sequência de ocupações que se estende dos finais do Plistocénico aos meados Holocénico; (...); (3) não foram identificados indícios de práticas agrícolas, e o pastoreio, a ter existido, terá sido de pequena escala" (Monteiro-Rodrigues, 2010: 1).

Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa)

A Quinta da Torrinha localiza-se a Norte da aldeia de Tomadias em "pleno planalto granítico", na margem esquerda da ribeira de Lajão, onde ocupa o rebordo superior e o princípio da encosta do vale de encostas suaves. Neste sítio foram realizadas prospeções e sondagens arqueológicas que revelaram dois níveis de ocupação, um datado do Neolítico Inicial e outro do Calcolítico. O nível de ocupação Neolítico situa-se no setor I, num olival sobranceiro à Ribeira do Zambujal. O nível Calcolítico foi identificado no setor II, que se localiza a uma cota mais elevada (PAVC, 2012).

Na camada basal do Sector I, sob o atual olival, conserva-se um nível neolítico bem preservado (Carvalho, 1999: 54).



Fig. 10. Vista geral do sector neolítico da Quinta da Torrinha aquando do arranque dos trabalhos de escavação (fotografia cedida por António Faustino Carvalho).

Na Quinta da Torrinha não foram identificadas estruturas pétreas, devido possivelmente à reduzida dimensão da área intervencionada. Foram detetadas 3 camadas. A camada 1 encontra-se bastante revolvida e possui cerâmicas fabricadas a torno e cerâmicas calcolíticas. A camada 2 é muito semelhante à camada 1 e também apresenta sinais de ter sido lavrada. Em relação à camada 3, onde foi detetado o nível neolítico, António Faustino Carvalho descreve-a da seguinte forma:

> "Terras amareladas incorporando um cascalho miúdo junto ao topo. Na periferia da área escavada (fiada E26-28), a camada 3 embala um amontoado de grandes blocos (alguns ultrapassando a dezena de kg), aflorando à cota da base da camada 2 e apresentando marcas de arado. Este nível de blocos é anterior à ocupação pré-histórica do sítio; efectivamente, após o desmantelamento em escavação de parte desse amontoado, foi possível verificar que esse nível não se prolonga sob os blocos. O nível arqueológico resume-se aos quadrados E13, E16, E19 e E22. A cerâmica recolhida nesta camada, de tipologia neolítica, tem dimensões superiores às das camadas sobrejacentes e não apresenta qualquer sinal de rolamento, o que indicia uma boa preservação contextual. O nível arqueológico termina a cerca de 1 m abaixo da superfície, embora a camada 3 se prolongue para cotas mais profundas" (Carvalho, 1999: 55-56).

Em relação aos materiais exumados na estação podemos dividi-los entre materiais cerâmicos, e materiais líticos, lascados e polidos.

Na camada 3 da Quinta da Torrinha recolheram-se 269 fragmentos de cerâmica. Apenas foi possível determinar o perfil em 15 fragmentos (13 lisos e dois decorados) e calcular o diâmetro da abertura em três (1 liso e 2 decorados). Apesar do número reduzido de peças decoradas as técnicas decorativas são variadas (Carvalho, 1999: 57). Ao nível das formas, destacam-se os vasos com bordos em aba, por vezes denteados. As decorações "estão em regra restritas a uma faixa imediatamente abaixo do bordo, incluem a técnica de boquique e associam frequentemente motivos impressos e incisos" (*idem*: 62). "Na Quinta da Torrinha há fiadas apertadas de espinhas ou impressões triangulares, ambas sublinhadas por linhas incisas e ocupando apenas o quarto superior dos recipientes, sendo frequentes os bordos denteados" (Aubry e Carvalho, 1998: 31).



Fig. 11. Quinta da Torrinha - cerâmicas decoradas (fotografia de José Paulo Ruas, Museu do Côa, em linha).

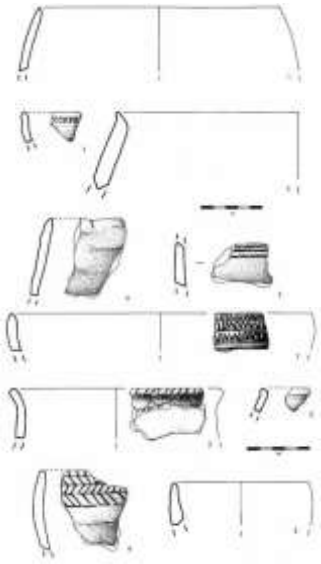


Fig. 12. Cerâmicas – formas e técnicas decorativas (Carvalho, 1999: 58 e 60).

O material em pedra lascada é composto por um conjunto largamente dominado pelo quartzo e o quartzo translúcido, existindo ainda peças realizadas a partir de cristal de rocha, quartzito, sílex e riolito (Carvalho, 1999: 57).

> "No que respeita ao talhe da pedra, verifica-se uma utilização preferencial das rochas localmente acessíveis, sobretudo quartzo e algum cristal de rocha. O sílex, presente em quantidades reduzidas, era importado para a região sob a forma de nódulos preparados, os quais eram explorados no quadro de uma debitagem lamelar a partir de núcleos prismáticos. O grosso da debitagem de rochas locais, porém, é caracterizada por lascas. As utensilagens são muito simples, consistindo principalmente em lascas com retoques marginais ou entalhes, com uma pequena componente geométrica (crescentes)" (Aubry e Carvalho, 1998: 31).

Existe uma diferença muito clara em relação ao material lítico atribuído ao Calcolítico, nomeadamente a total ausência de pontas de seta (Carvalho, 1999: 59).

Em relação aos instrumentos polidos, regista-se um percutor sobre seixo de rocha verde, três dormentes e dois moventes de mó em granito. Segundo António Faustino Carvalho, o "facto de estas cinco peças serem provenientes de uma escavação em que apenas 4 m2 incidiram no contexto arqueológico torna este conjunto muito significativo na interpretação funcional do sítio durante o Neolítico antigo" (*ibidem*).

Buraco da Pala (Passos, Mirandela)

O Buraco da Pala implanta-se no topo da Serra de Passos a uma altitude entre os 872 e 910 metros, inserido numa extensa crista de xisto quartzítico. O abrigo consiste numa fenda alargada, rasgada na vertical no maciço quartzítico. O abrigo revela junto à entrada um espaço amplo, que vai estreitando à medida que se avança em direção ao seu interior (IGESPAR, 2012).

> "Tem c. de 81 m2 de área interior, o tecto em forma de V invertido e uma alargada entrada de c. de 25 m de altura, o que faz supor que as ocupações que aí tiveram lugar necessitariam de construções protectoras contra o frio, o vento e a humidade. Restos dessas construções habitacionais feitas de materiais perecíveis detectaram-se em todos os níveis de ocupação sob a forma de buracos de poste" (Sanches, 1996: 11-12).

Foram identificados quatro níveis/períodos de ocupação entre o final do VIº/inícios do Vº e o final do IIIº milénios a.C.: nível IV (Neolítico inicial-médio/final); nível III (Neolítico final/Calcolítico); níveis II e I (Calcolítico) (Sanches, 1996: 12).

Neste texto iremos destacar a ocupação do nível IV do abrigo, a mais antiga. A base deste nível foi datada com base em duas amostras, que se situam entre os finais do VI e a 1.ª metade do V milénio a.C. No topo desta camada outras duas datas apontam para o período situado entre o final do V e o 3.º quartel do IV milénio a.C. (*ibidem*).

> "O nível IV do abrigo do Buraco da Pala terá sido ocupado entre o início do V e o 3.º quartel, do IV milénio a.C., tratando-se de um habitat protegido, na zona da entrada e nas zonas laterais, por estruturas feitas de materiais perecíveis - madeira e/ou couro - de que se identificaram vários buracos de poste. Foram encontradas, igualmente, várias lareiras situadas a diferentes cotas e distribuídas por toda a camada. Existem vestígios de práticas agrícolas e recolectoras; do ponto de vista artefactual, destaca-se uma indústria lítica microlítica diversificada, recipientes cerâmicos

> lisos e decorados de pequena capacidade, uma colher, moinhos, e ainda uma pequena enxó" (Sanches, 2003: 167).

A ocupação neolítica do Buraco da Pala IV percorre mais de um milénio. Esse facto pode traduzir ocupações sazonais, descontínuas no tempo longo (Sanches, 1997: 157).

> "Aquilo que podemos estabelecer com segurança é o início da economia de produção (com macrorrestos e utensílios "agrícolas") logo na base da camada 4 (nível IV-1), portanto na passagem do VI ao V mil. AC. Com efeito, adentro das espécies cultivadas, foram identificados cereais - trigo de aspecto globiforme e cevada de grão vestido (Hordeum vulgare var. vulgare) -, e uma leguminosa - fava pequenina (Vicia faba L. var. minor). Na parte superior da camada-nível IV-II-, além das anteriores, surge ainda cevada de grão nu (*Hordeum vulgare var. nudum*)" (Sanches, 1996: 12).

Em relação ao material lítico, este "corresponde a uma "indústria" de carácter microlítico, dominantemente sobre lasca, de tradição epipaleolítica, fundamentalmente em sílex e quartzo hialino (cristal), com uma enorme quantidade de dejectos de talhe, de percutores e de microburis, indicadores do fabrico local de instrumentos" (Sanches, 1996: 13). Os instrumentos de pedra polida são raros. Foram exumados 314 fragmentos cerâmicos deste nível de ocupação. Trata-se de recipientes de reduzida dimensão (minúsculos e pequenos) (*idem*: 15).

Existem no abrigo do Buraco da Pala pinturas rupestres. É possível que estas pinturas se relacionassem com um processo de "domesticação cultural" da Serra de Passos/Santa Comba "durante estas primeiras ocupações do abrigo do B. da Pala, mediante a transformação de espaços naturais dum tipo muito particular - os abrigos sob rocha -, em espaços culturais e simbólicos, através da realização de pinturas" (Sanches, 1996: 25).

Lavra I (Marco de Canaveses)

De entre os sítios da Serra da Aboboreira destacamos a ocupação mais antiga do sítio da Lavra (Marco de Canaveses), designada de Lavra I. Situa-se numa pequena plataforma, ladeada de elevações maiores e estende-se por uma alargada área. Apresenta, no entanto, "uma fraca densidade de artefactos, destacando-se, entre as cerâmicas, aquelas cuja decoração utiliza o puncionamento/impressão arrastados ("boquique neolítico"), desenhando motivos em grinalda"; a decoração plástica (mamilos e cordões digitados) e as impressões em «falsa folha de acácia»" (Sanches, 1996: 24). A análise das datas de C14 calibradas para a estação, coloca a ocupação da Lavra l na passagem do VI ao V (ou dos meados do VI ao início do V mil. AC) e na primeira metade do V milénio AC. Tomando em linha de conta estes dados, e utilizando apenas as datas mais recentes, a ocupação da Lavra l teria ocorrido na 1.ª metade do V milénio AC (Sanches, 1997: 154).

Outeiro de Gregos 1 (Baião)

Numa publicação recente, Carla Stockler (2014) refere que as escavações realizadas neste monumento permitiram detetar na sua periferia:

> "vestígios de habitat escavados no saibro (buracos de poste e valas, que, por vezes, se encontram associados entre si). A noroeste encontra-se ainda conservado um piso de utilização no qual foram abertos vários buracos de poste. A leste do monumento foi ainda detectado um buraco de poste, estruturado com elementos pétreos, de onde foi recolhido uma pequena lamela em sílex, pontiaguda, com retoque abrupto e invasor num dos lados. A tipologia deste elemento permite-nos colocar a hipótese de estarmos em presença de um povoado do neolítico antigo" (Stockler, 2014: 65).

Fraga D'Aia (S. João da Pesqueira)

Sobre Fraga d'Aia, Susana Oliveira Jorge refere o seguinte:

> "Em 1988, escavações no abrigo de Fraga d'Aia, em S. João da Pesqueira (margem esquerda do Douro), haveriam de revelar vestígios arqueológicos (posteriormente datados pelo radiocarbono) que apontavam para várias ocupações efémeras, uma delas muito antiga, provavelmente do VI/V milénio a. C. (Jorge, V. O. *et al*., 1988 b). Esta ocupação contava com a presença de cerâmicas lisas e decoradas, objectos líticos microlíticos, artefactos de pedra polida, elementos de moinhos manuais e ainda vestígios de ovicaprídeos. Tal descoberta, nos finais da década de 80, abria um novo campo de investigação no Norte de Portugal: a caracterização dum Neolítico antigo, com semelhanças, pelo menos formais, em outros contextos peninsulares" (Jorge, 2003b: 1459).

De acordo com a informação de Maria de Jesus Sanches, existem três datas absolutas procedentes da base da camada 3, que poderiam indicar que o início da ocupação do abrigo se teria dado no VIII milénio a.C. Essa possível ocupação, ainda que esporádica do abrigo, poderia relacionar-se com o painel mais antigo, no qual se observa «uma "cena de caça" de cariz subnaturalista, com um antropomorfo armado de um arco e um cervídeo». Esta hipótese "só poderá ser devidamente equacionada quando se dispuser de uma mais completa informação arqueológica a nível regional" (Sanches, 1997: 149).

Bolada (Celorico de Basto)

Em 1994 foram colocadas à vista três fossas cortadas em perfil, em trabalhos de revolvimento de terras para construção de uma moradia. Encontravam-se preenchidas com terras negras, calhaus e abundantes carvões (Sampaio, CACB). Os proprietários do terreno informaram que teriam existido mais seis estruturas deste tipo que teriam sido destruídas durante as obras de construção da habitação (Sampaio e Carvalho, 2002: 29).

Os trabalhos arqueológicos realizados cingiram-se à escavação das fossas, que foram designadas, de Nascente para Poente, por Fossa 1, Fossa 2 e Fossa 3. Escavaram-se na totalidade as duas primeiras (*idem*: 33).

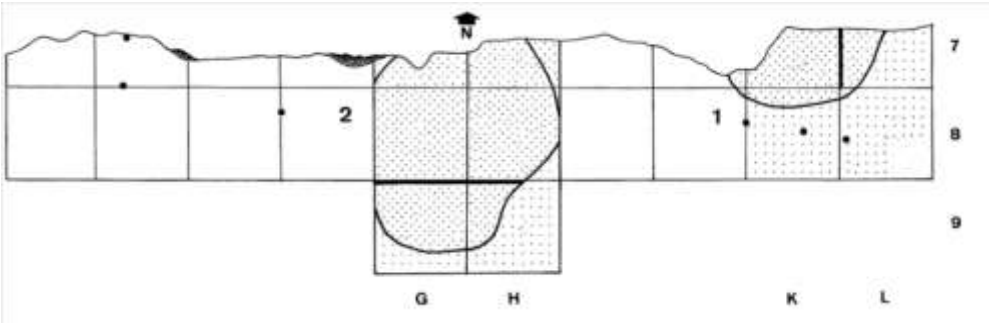


Fig. 13. Malha de quadrícula ao longo do corte com indicação dos limites superiores da Fossa 1 e da Fossa 2 (Sampaio e Carvalho, 2002: 32).

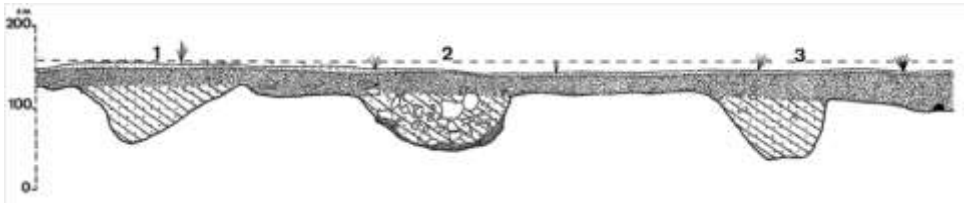


Fig. 14. Perfil do corte "*Este-Oeste"* com representação da estratigrafia das fossas tal como visível antes da escavação das mesmas (Sampaio e Carvalho, 2002: 32).

> "A Fossa 2 encontra-se nos quadrados G-H/7-9. Muito menos destruída que a anterior, esta fossa apresenta uma planta grosseiramente elíptica, com um comprimento máximo a rondar os 3 m. A profundidade máxima é de cerca de 65 cm. (…) No contacto com a camada sobrejacente identificou-se um nível delgado de pequenos blocos de granito calcinados, com cerca de 10 cm de comprimento, aos quais se associava ainda um dormente de mó manual com cerca de 40 cm de diâmetro. Apresentava abundantes elementos carpológicos e algumas esquírolas de ossos calcinados (que não permitem classificação de espécie), e recolheram-se vários artefactos, principalmente em pedra polida" (Sampaio e Carvalho, 2002: 33-34).

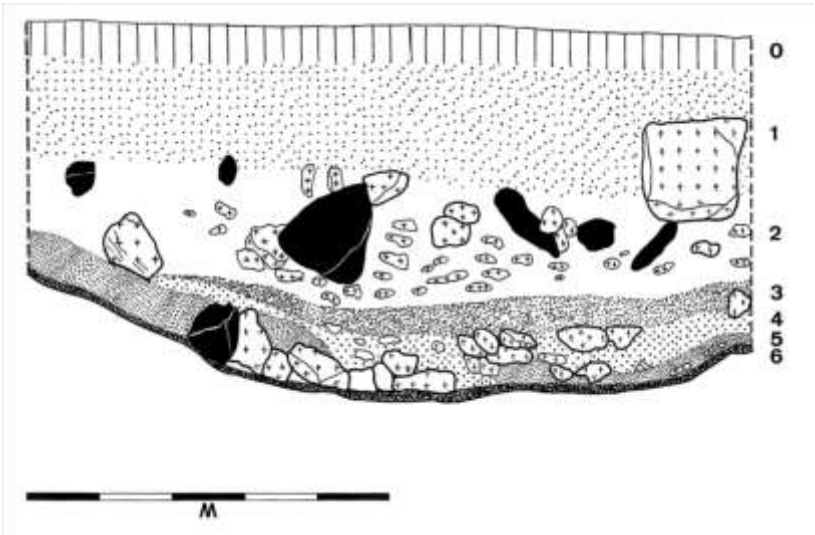


Fig. 15. Corte estratigráfico Este-Oeste, na Fossa 2 (designado por *Corte 2*; cf. Fig. 4), (Sampaio e Carvalho, 2002: 33).

O material exumado da Fossa 2 era composto por 3 fragmentos de bojos cerâmicos de data indeterminável e 1 segmento em sílex (camada 1); 3 moventes e 2 dormentes de mós em granito, 1 bigorna também em granito, 1 lamela em sílex e 1 fragmento de bordo de cerâmica de fabrico manual (camada 2) e um fragmento de machado em rocha anfibólica assim como dois pedaços de barro cozido com negativos de ramagens, vulgarmente designados por "barro de cobertura de cabana" (camada 3) (Sampaio e Carvalho, 2002: 35).

A datação de radiocarbono (Sac-1575; datação: 5510 ± 55 BP - calibração a 2 sigma: 4457-4249 cal BC (Sampaio e Carvalho, 2002: 36) e a análise dos artefactos, nomeadamente os líticos, revelaram uma cronologia do terceiro quartel do V milénio a.C. (Sampaio, CACB).

Vale do Mouro (Mêda)

O sítio arqueológico do Vale do Mouro tem uma vasta ocupação romana datada entre os séculos I e V/VI d. C. Estamos na presença de uma grande *villa* romana. Durante as escavações arqueológicas que têm vindo a ser realizadas nos últimos anos, foram exumados materiais líticos, particularmente de quartzo e sílex, assim como percutores em xisto, anfibolito e granito, identificados já muito próximos do solo de base. Estes instrumentos líticos apresentam semelhanças, do ponto de vista tipológico, com os materiais enquadrados no Neolítico Antigo (V/VII milénios a.C.) do sítio do Prazo (Freixo de Numão), anteriormente abordado neste capítulo. António Sá Coixão acha possível a existência de vestígios de estruturas daquele período da Pré-história, na parte norte da estação, numa área de rochedos (Coixão *et al.*, 2009: 146).

3.1.2. ENTRE FINAIS DO V E INÍCIOS DO IV MILÉNIO A.C.

Entre os finais do V e inícios do IV milénio a.C., integrado no tradicional Neolítico Médio, apenas se encontra documentada uma estação, o sítio de Quebradas (Vila Nova de Foz Côa).

Quebradas (Vila Nova de Foz Côa)

O sítio ocupa uma vasta área em pleno planalto granítico a Norte da aldeia das Chãs, em torno de dois pequenos e suaves cabeços rochosos, e particularmente nas plataformas voltadas a Leste, ao lado de uma linha de água que corre para Norte para se juntar à ribeira de Piscos. Descoberto em 1996, foi alvo de duas campanhas de escavação, em 1996 e 1997 (PAVC, 2012).



Fig. 16. Quebradas vista de norte (fotografia de Mário Reis, Museu do Côa, em linha).

Não foram detetadas estruturas relacionadas com a ocupação neolítica (Carvalho, 1999: 43). Esta ausência de estruturas deixa antever que

> "A estruturação interna do habitat deve ter comportado unidades habitacionais de arquitectura muito simples e leve, verosimilmente cabanas ou quebra-ventos construídos em matérias-primas perecíveis. A topografia acidentada do local e a inexistência de buracos de poste apontam, com efeito, nesse sentido" (Carvalho, 1999: 66).

A estratigrafia reconhecida neste sector inclui três camadas, sendo na terceira camada onde se verifica a maior concentração de materiais pré-históricos (IGESPAR, 2012).



Fig. 17. Corte L da Quebradas (fotografia de António Faustino Carvalho).

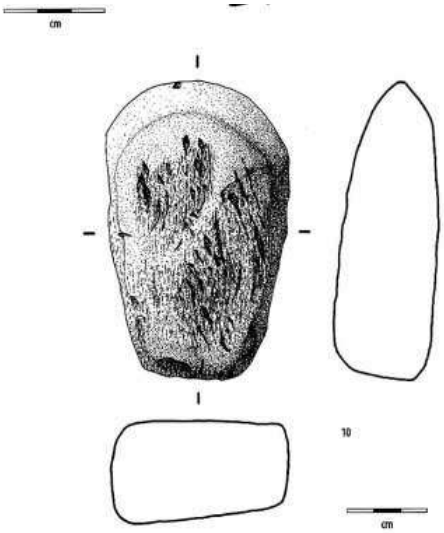
Estamos assim perante uma mancha de materiais de superfície (cerâmicas e pedra lascada) que ocupa uma pequena área aplanada junto à ribeira das Chãs. Uma grande parte destes materiais estava em posição secundária, mesmo na camada 3. Ocupa uma área de 80x100 metros, aproximadamente, "extensão que pode ser considerada reduzida quando comparada com a de outros sítios da mesma época" (Carvalho, 1999: 66). A estação arqueológica foi perturbada pela prática da agricultura (*idem*: 42).

A indústria lítica é marcada sobretudo por instrumentos de pedra lascada, tais como núcleos, lascas retocadas, lamelas e crescentes e em número reduzido lamelas. Existem alguns elementos de pedra polida. Predominam as rochas locais na produção dos líticos, isto é, o quartzo, o quartzo translúcido e o cristal de rocha, sendo quase inexpressiva a presença de sílex. Verificou-se ainda a presença de lascas de anfibolito, marcas do reavivamento de utensílios em pedra polida (Carvalho, 1999: 52-53).



"Indústria lítica: núcleo prismático para lamelas debitado por pressão, fragmento proximal de lâmina parcialmente cortical, lamela de bordos abatidos por retoque abrupto, fragmento proximal de lamela bruta, Fragmento de lamela de dorso, fragmentos de crescentes, núcleo prismático esgotado, Todas as peças lascadas são em sílex, exceptuando os crescentes (cristal de rocha) (quartzo)" (Carvalho, 1999: 53).

Fig. 18. Materiais talhados em sílex do sítio Quebradas (fotografia de José Paulo Ruas, Museu do Côa, em linha).



Registou-se ainda um fragmento de seixo bruto de quartzito, três percutores sobre seixo de quartzito e um sobre seixo de xisto (este último recolhido em escavação). Os instrumentos de pedra polida, em anfibolito (um fragmento de machado e um machado intacto de secção quadrangular, que terá sido aproveitado como bigorna) são todos provenientes de recolhas de superfície (Carvalho, 1999: 54). Note-se a escassez de instrumentos de gume em pedra polida (machados, enxós) face aos instrumentos de pedra lascada recolhidos na estação (*idem*: 66).

Fig. 19. Machado de pedra polida (Carvalho, 1999: 53).

Foram exumados 2011 fragmentos de cerâmica pré-histórica, que permitiram calcular um número mínimo de recipientes de 129 vasos. As orientações predominantes dos bordos indicam que 57% dos recipientes cerâmicos de Quebradas são fechados (Carvalho, 1999: 45).



Fig. 20. Fragmentos cerâmicos decoradas do sítio de Quebradas (fotografia de José Paulo Ruas, Museu do Côa).

Foi ainda identificada na camada 3 uma lamela de dente de ovino ou caprino (Carvalho, 1999: 43) o que, segundo António Faustino Carvalho, indicia a realização de práticas pastoris (*idem*: 67).

> "A caracterização funcional mais plausível das Quebradas será, assim, a de se tratar de um local ocupado pontualmente ou de forma repetida dentro de um ritmo sazonal de exploração pastoril dos planaltos da margem esquerda do Côa. A esta ocupação estaria associada a caça, actividade testemunhada pela recolha de pontas de projéctil em pedra (micrólitos geométricos)" (Carvalho, 1999: 66).

Inicialmente integrada numa fase inicial do Neolítico, uma reavaliação do sítio de Quebradas, à luz dos materiais recolhidos no Tourão da Ramila e da datação radiocarbónica aí realizada, faz avançar a sua ocupação para finais do V/inícios do IV milénio a.C., atestada pelos seguintes elementos:

> "Há, no entanto, duas observações recentemente adquiridas que sugerem uma datação mais recente para os sítios das Quebradas: *(1)* os paralelos para a cerâmica com decorações caneladas, indicados atrás a propósito do Tourão da Ramila, apontam para cronologias de finais do V e inícios do IV milénio a.C.; *(2)* a semelhança tipológica entre a cerâmica da Quinta da Torrinha e a do Prazo. Assim, as Quebradas deverão mais provavelmente datar de uma fase média do Neolítico regional" (Carvalho, 2003: 266).

3.1.3. FINAIS DO IV E INÍCIOS DO III MILÉNIO A.C.

Será a partir de finais do IV milénio a.C. que emergem um conjunto de sítios que apresentam vestígios mais expressivos do que os povoados caracterizados no ponto anterior. Distribuem-se por áreas muito distantes entre si, mas parecem apresentar alguns elementos semelhantes, quer seja pelo tipo de implantação, pelo tipo de estruturas ou ainda pela similitude dos materiais arqueológicos aí exumados.

Neste período de finais do IV e inícios do III milénio a.C. (Neolítico Final/Calcolítico Inicial) destacam-se as ocupações dos seguintes sítios: Vinha da Soutilha (Chaves); Tourão da Ramila (Vila Nova de Foz Côa); Barrocal Alto (Mogadouro); Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar); Buraco da Pala (Mirandela); Portela de Seradelo 1 (Mogadouro).

Tourão da Ramila (Vila Nova de Foz Côa)

O sítio arqueológico do Tourão da Ramila implanta-se "numa área aplanada ladeada por cabeços graníticos, de onde se pode observar o vale da Ribeira de Massueime, a Nascente, e a Serra da Marofa, a Sul" (Carvalho, 2003: 235).

A estação foi dividida em três setores, mas foi no *Locus* 1 que se realizaram sondagens arqueológicas. Na camada 4 foi detetado um nível com cerâmicas calcinadas e termoclastos, que indicam a possibilidade de se tratar "de um nível de incêndio ou de uma grande área de combustão, a partir da qual se procedeu à datação de pequenos pedaços de carvão" (*idem*: 237).

> "A datação de carvões de espécies de vida curta (*Cistus* e *Cytisus*), recolhidos na camada 4 do Tourão da Ramila resultou em 4450±40 BP (Beta-137944), ou seja a segunda metade do IV milénio a.C., e veio indicar uma data compatível com a cronologia do topo do nível IV do Buraco da Pala" (Carvalho, 2003: 243).

A ocupação pré-histórica do Tourão da Ramila enquadra-se desta forma na segunda metade do IV milénio a.C. (*idem*: 266).

Barrocal Alto

Segundo Maria de Jesus Sanches, a propósito do povoamento pré-histórico no Planalto Mirandês, o

> "Barrocal Alto é um povoado de montanha. A sua primeira fase de ocupação, datada também de entre os finais do IV.º e os inícios do III.º mil. a. C., corresponde à implantação de estruturas de habitat - pequenos empedrados em fossa pouca profunda -, numa alargada plataforma da encosta do monte. O espólio arqueológico não indica qualquer especialização. Os artefactos líticos, sobre lasca, são bastante toscos, embora apresentem vestígios de utilização. Trata-se de uma utensilagem multifuncional, possivelmente utilizada em tarefas quotidianas várias. Algumas destas lascas apresentam-se truncadas na extremidade distal e podem ter sido usadas encabadas, ou não, como utensílios diversos. A cerâmica apresenta recipientes dominantemente de dimensões médias e pequenas" (Sanches, 1989: 448-449).

Segundo a autora, as datas de C14 (calibradas) permitem situar o nível I na primeira metade do IV milénio a.C. (Sanches, 1997: 285).

Vinha da Soutilha (Chaves)

A estação da Vinha da Soutilha encontra-se implantada numa encosta abrigada voltada à veiga de Chaves. A prospeção do local permitiu "circunscrever uma plataforma virada a oeste delimitada a norte e a sul por duas linhas de água. Nesse local procederam-se a várias sondagens que revelaram que a ocupação seria descontínua, possivelmente organizada em pequenos núcleos de habitações adossadas a penedos" (Jorge e Soeiro, 1982: 9).

> "A primeira ocupação deste local localizou-se junto à "entrada" da área natural delimitada pelos penedos, ou seja, entre os rochedos numa zona de passagem que dá acesso à plataforma virada ao esporão. Essa ocupação materializa-se numa camada (camada 4) constituída por sedimentos arenosos de cor castanha ou castanho-acinzentada, com manchas escuras esparsas, a qual assenta directamente na terra arenosa estéril da base. (...) Esta camada distribui-se uniformemente por uma área de contorno sub-rectangular, com cerca de 24 m2, delimitada por cinco buracos de poste e uma "fossa" pouco profunda, abertos na camada arqueológica e na terra estéril da base. Numa das extremidades, junto a um buraco de poste, foi detectado um montículo de terra argilosa muito fina, alaranjada. No interior da área definida por esta camada de ocupação, numa zona periférica, a meio do lado norte desta habitação, foi descoberta uma lareira estruturada e, sensivelmente na sua parte média, um pequeno buraco de poste" (Jorge, 1986: 77).

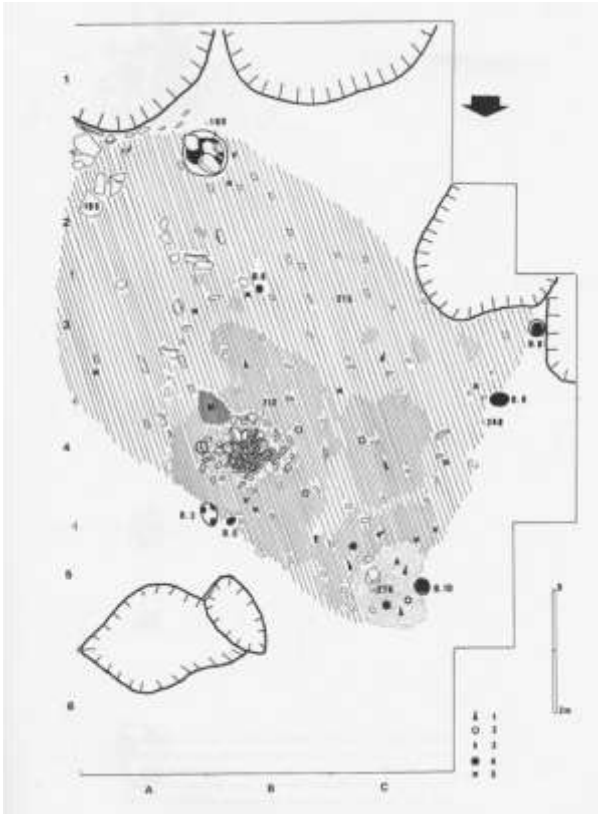


Fig. 21. Vinha da Soutilha - Sector A, camada 4, nível II (Jorge, 1986b: estampa X).

Segundo Susana Oliveira Jorge, estaremos na presença de uma "estrutura habitacional integrando uma lareira (L), uma fossa (F), vários buracos de poste (B), concentração de sedimentos carbonizados (M) e

um montículo de terra argilosa (A). O tracejado mais denso em torno da lareira representa a área com maior concentração e cerâmica. Artefactos: 1 – ponta de seta; 2- raspadeira; 3 – lasca retocada; 4 – machado poluído e 5 – lasca residual" (Jorge, 1986b: estampa X).

O material lítico é constituído por sete pontas de seta alongadas de base reta (sem aletas), em xisto; quatro raspadeiras sobre lasca em quartzo; uma lasca retocada lateralmente, pouco espessa, em xisto; dois machados polidos de anfibolito; quatro lascas residuais em quartzo; duas pontas de dardo (?) em xisto, uma raspadeira carenada em quartzo e um machado polido. O material cerâmico deste nível é abundante, registando-se 355 fragmentos cerâmicos (156 decorados e 199 lisos) (Jorge, 1986: 79).

Castelo de Aguiar I (Vila Pouca de Aguiar)

Segundo Susana Oliveira Jorge,

> "Este primeiro nível de ocupação revelou apenas, como material arqueológico, dez fragmentos cerâmicos, cuja pasta apresentava textura compacta e desengordurante constituído por grãos de quartzo e palhetas de mica de calibre médio e grosseiro. As superfícies mostravam-se alisadas, algumas com vestígios de corrosão, de cor entre o castanho, o beije e o avermelhado. (...) apenas foi possível a reconstituição duma forma completa: um semiesférico de bordo reentrante e provável fundo convexo, decorado sob o bordo com linhas incisas curvilíneas em "chama", formando uma banda em sequência linear horizontal. Esta sequência era quebrada por uma linha incisa vertical. Outras decorações observadas compreendiam, num exemplar, linhas incisas verticais delimitadas por linhas incisas horizontais, imediatamente sob o bordo, e, em dois outros fragmentos, linhas incisas cruzadas formando reticulado" (Jorge, 1986: 578).

Buraco da Pala III (Mirandela)

Maria de Jesus Sanches considera o nível III do Buraco da Pala como

> "uma ocupação de transição, em termos artefactuais, entre o Neolítico final regional e o Calcolítico inicial. Desaparecem as utensilagens de cariz microlítico, de tradição epipaleolítica, assim como as cerâmicas carenadas e aquelas com decoração plástica ou canelada. O leve aumento da capacidade dos recipientes (0,02-9 litros) parece denunciar ou comunidades maiores, e/ou novas funções (como pequeno armazenamento) atribuídas aos vasos cerâmicos" (Sanches, 1996: 47- 48).

Portela de Seradelo 1 (Mogadouro)

Em 2010 foram realizadas duas intervenções arqueológicas no sítio da Portela de Seradelo 1, permitindo a identificação de uma estrutura atribuível à Pré-história Recente, situada num espaço de vale. A estação não foi escavada na totalidade, o que limita a interpretação do sítio.

> "A dimensão e formato aparentemente sub-circular parece apontar para uma estrutura de tipo defensivo, apesar da sua implantação no interior de um pequeno vale. Não foi também identificado nenhum tipo de ocupação/utilização do espaço no interior do seu perímetro, ao contrário do que seria plausível, dificultando ainda mais a sua interpretação. Como tal, é apenas possível afirmar que a estrutura intervencionada poderá eventualmente corresponder a uma estrutura defensiva integrada por alguns alinhamentos, que apesar de estarem notoriamente a

delimitar um espaço dentro da própria estrutura, não permitiram aferir a sua natureza e funcionalidade. O conjunto artefactual recolhido durante o processo de escavação da Portela de Seradelo 1 apresenta características bastante homogéneas, tanto a nível formal como a nível decorativo, que parece apontar para um período de transição entre o Neolítico Final e os inícios do Calcolítico, (...) os motivos decorativos correspondem na sua maioria a uma decoração canelada de tipo curvo, com paralelos no sítio do Tourão da Ramila, na região do Baixo Côa (Carvalho, 2003), assim como em vários contextos atribuíveis ao Neolítico do Norte de Portugal, revelando uma relativa longevidade deste tipo decorativo" (José Miguel da Costa Rodrigues e Luciano Miguel Matos Vilas Boas, DGPC, 2015).

3.1.4. DE INÍCIOS AO TERCEIRO QUARTEL DO III MILÉNIO A.C.

Durante o III milénio a.C. (Calcolítico) os vestígios arqueológicos tornam-se mais expressivos e verifica-se uma intensificação das práticas agrícolas, atestada pelos materiais exumados nos níveis de ocupação deste período, nas seguintes estações arqueológicas:

Durante a primeira metade do III milénio a.C.	Buraco da Pala (Mirandela); Barrocal Alto (Mogadouro); Cunho (Mogadouro); Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa); Barrocal Tenreiro (Figueira de Castelo Rodrigo); Santa Bárbara (Sabugal); Vinha da Soutilha (Chaves), Pastoria (Chaves).
Durante a segunda metade do III milénio a.C.	Cemitério dos Mouros (Mirandela); Xaires (Macedo de Cavaleiros); Castelo de Algodres (?) (Figueira de Castelo Rodrigo) Vila Fortificada de Carrazeda de Ansiães (Carrazeda de Ansiães); Castelo de Algoso (Vimioso); Senhora do Castelo de Urros (Torre de Moncorvo); Pedreira (Alijó).

Barrocal Tenreiro

O sítio do Barrocal Tenreiro situa-se no planalto que se desenvolve entre o rio Côa e a Ribeira de Aguiar, que se caracteriza pela existência de imensos afloramentos graníticos, por vezes de grandes dimensões. As recolhas de superfície realizadas neste local em 1998 permitiram a identificação de "três *loci"* dos quais apenas um foi intervencionado, o *Locus* II em três diferentes campanhas de escavação (Carvalho, 2003: 250). Na primeira campanha de escavações, realizada em 1998, António Faustino Carvalho pode observar que,

> "para além do horizonte lavrado (camada 1) e do depósito sedimentar conservado (camada 2), se encontravam bolsas de sedimentos escuros no contacto entre essas unidades estratigráficas e com quantidades muito significativas de artefactos pré-históricos (designadas, no seu conjunto, como camada 3) (Carvalho, 2003: 250). (...) Porém, além das referidas bolsas, identificaram-se sedimentos do mesmo tipo, mas com uma linearidade perfeita e extremidades terminando em ângulos rectos. Este padrão indiciava a possibilidade de estarmos perante restos de estruturas pré-

históricas construídas em material perecível (madeira?), entretanto decompostos por acção química dos sedimentos envolventes" (*idem*: 252).



Fig. 22. Perspetiva geral das escavações no Barrocal Tenreiro (fotografia de António Faustino Carvalho).

Nas restantes intervenções arqueológicas foi identificada "uma pequena fogueira nos quadrados D-E/16, parcialmente sobreposta a uma porção dos referidos testemunhos eventuais de madeira, e cujos carvões viriam subsequentemente a ser datados do III milénio a.C." (Carvalho, 2003: 252).

Estas estruturas apresentam algumas características absolutamente desconhecidas até ao momento, nomeadamente:

- "Apresentam ângulos rectos perfeitos, observáveis em planta e em perfil conformando manchas perfeitamente rectangulares;
- os seus comprimentos são variáveis (entre 75 cm e 170 cm), mas as larguras agrupam-se em conjuntos de 12-15 cm ou de 20--22 cm;
- Apresentam uma distribuição espacial recorrente, na qual as mais estreitas têm uma orientação NW-SE e as mais largas uma orientação N-S ou E-W;
- Junto às manchas rectangulares, encontram-se negativos circulares com cerca de 6 cm de diâmetro o que testemunhará a presença de pequenos postes de secção arredondada, num total de sete ocorrências reconhecidas;
- Identificação de um buraco de poste com cerca de 35 cm de diâmetro e estruturado com alguns pequenos blocos de granito;
- A recolha, junto às partes basais das estruturas, de 17 blocos de quartzo brutos e de artefactos sobre fragmentos de quartzo, intencionalmente talhados de modo a adquirirem uma extremidade aguçada (...) que teriam funcionado como calços para estruturas em madeira" (*ibidem*).

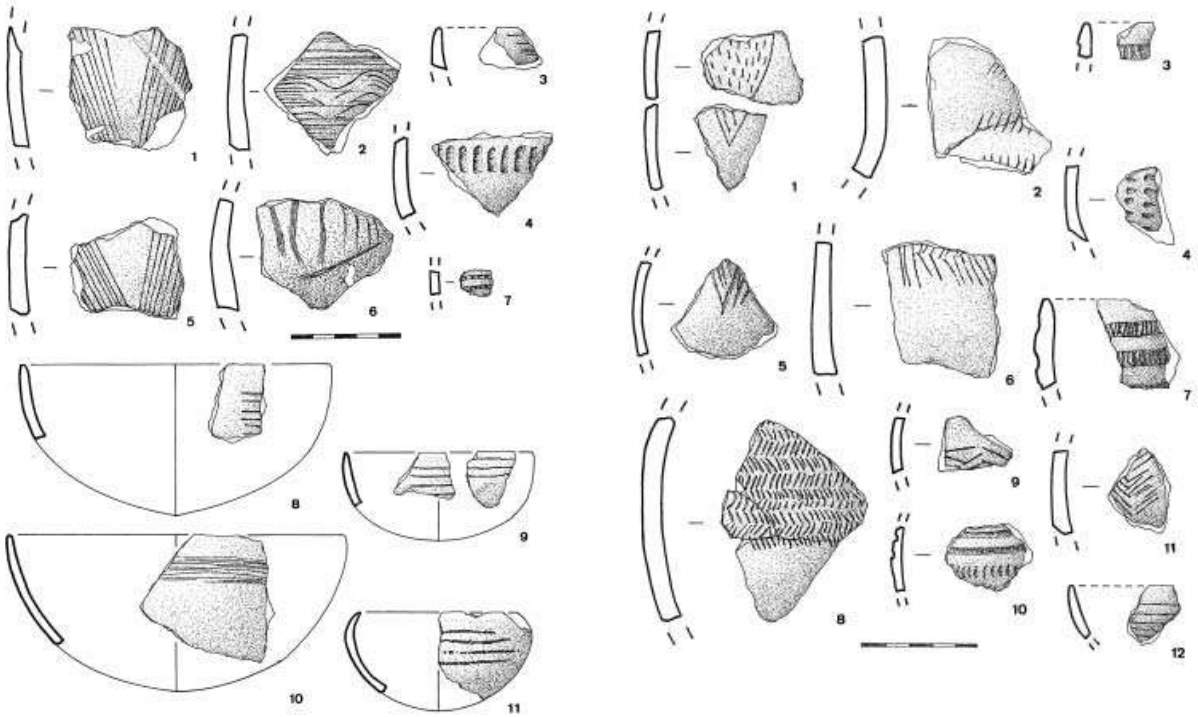




Figs. 23 e 24. Pormenor das estruturas (fotografias de António Faustino Carvalho).

As estruturas escavadas nesta estação foram agrupadas da seguinte forma: “negativos de estruturas horizontais supostamente em madeira; buracos de poste, de diversos diâmetros; pequena lareira, sem estruturação pétrea (Carvalho, 2003: 260).

A camada 3 já muito erodida, terá constituído o solo de “habitat original” onde se detetam materiais arqueológicos em grandes quantidades (Carvalho, 2003: 254).



Figs. 25 e 26. Cerâmica decorada (escala em cm) (Carvalho, 2003: 257-258).

Em relação à componente artefactual do sítio, no conjunto cerâmico dominam as formas simples, nomeadamente taças ou tigelas (11 exemplares), esféricos (um exemplar) e globulares (três exemplares) (Carvalho, 2003: 257). Em relação à indústria lítica, não foram identificadas peças em pedra polida, mas foram recolhidos dois percutores e duas bigornas com sinais de percussão. A indústria lítica lascada é formada principalmente por quartzo leitoso. Destacam-se as seguintes peças: um espigão de furador ou broca, sobre suporte laminar em sílex e duas peças em xisto "estão retocadas nos bordos e notam-se claramente os bolbos da percussão empregue na sua debitagem, o que testemunha sem margem para dúvidas a sua exploração para talhe, ainda que ocasional" (*idem*: 259).

Em relação à cronologia do sítio,

> "Os materiais cerâmicos recolhidos apontam para o Calcolítico pleno regional. Com efeito, além de temas decorativos inespecíficos (incisões várias, impressões simples, puncionamentos), encontraram-se ainda técnicas organizadas em motivos com algum sentido cronológico (p. ex., triângulos preenchidos, penteados incisos, espinhas incisas). (...) A datação obtida para a lareira do Barrocal Tenreiro (Beta-137942: 4010±40 BP), sobre carvões de espécies indeterminadas, (...) aponta genericamente para a mesma fase de desenvolvimento do Calcolítico do Alto Douro" (Carvalho, 2003: 261).

Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa)

A dispersão de materiais pré-históricos na Quinta da Torrinha estende-se por uma área aplanada e por uma pequena plataforma mais baixa e alongada, demarcada da anterior por muros de contenção de terras. Em toda a extensão do sítio encontram-se vestígios de uma ocupação calcolítica (Carvalho, 1999: 54). O nível de ocupação calcolítica da Quinta da Torrinha encontrava-se profundamente alterado. Não foi possível detetar qualquer tipo de estrutura, apenas um nível arqueológico que continha materiais arqueológicos em bom estado de conservação (Carvalho, 2003: 245).

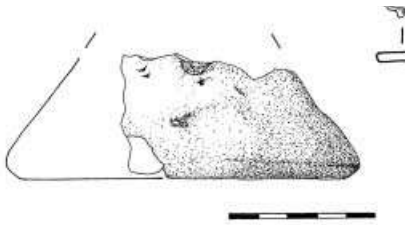


Fig. 27. Quinta da Torrinha. «Ídolo de cornos» (Carvalho, 2003: 248).

> "Na sua globalidade, todo o conjunto artefactual recolhido nos níveis calcolíticos dos dois sectores da Quinta da Torrinha encontram os melhores paralelos nos povoados do Cunho e do Barrocal Alto (Mogadouro), escavados por Sanches (1992), estando a ocupação calcolítica deste último datada de 4100±60 BP (CSIC-728) e 4370±45 BP (ICEN-414), isto é, a primeira metade do III milénio AC. Entre esses paralelismos ressaltam a baixa percentagem de recipientes decorados e o achado de «ídolos de cornos»" (Carvalho, 2003: 248).

Santa Bárbara I (Sabugal)

O cabeço de Santa Bárbara constitui um relevo singular, possui um destaque topográfico notável. Fica situado sobre a ribeira de Aldeia da Ponte, considerado o melhor local de travessia da linha de água (Perestrelo e Osório, 2005: 212-213).

> "Trata-se de um sítio conhecido desde o ano 2000, tendo sido objecto de uma escavação em 2009-2010 e encontra-se à presente data em fase de estudo. Em termos de área o sítio tem cerca de 1 ha, sendo contudo interessante o facto de ser na encosta SE que os referidos trabalhos de escavação puseram a descoberto várias fossas e um eventual fosso que delimitaria o habitat, na encosta oposta, no quadrante Oeste, a área é delimitada por um talude com uma diferença de cota entre plataforma e o perfil natural da encosta que varia entre 1 a 1,8 m, podendo existir uma eventual correspondência com uma estrutura que delimitasse o referido habitat" (Marcos, 2012: 6).

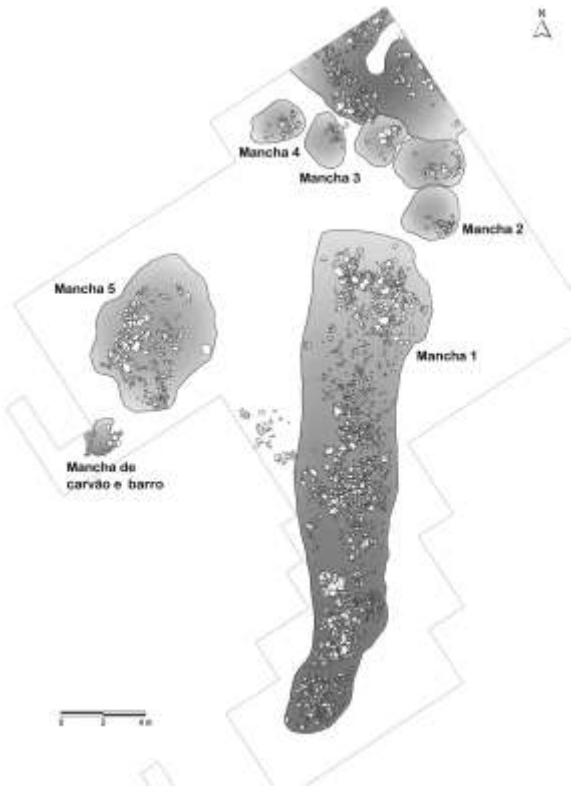


Fig. 28. Conjunto de estruturas tipo fossa escavadas em Santa Bárbara (Pernadas, 2013: 24).

Cunho (Mogadouro)

O Cunho situa-se na encosta nordeste de um barrocal granítico onde ocupa pequenas plataformas do topo do "esporão", possuindo boas condições de visibilidade sobre a ribeira do Cunho e sobre o rio Douro (Sanches, 1997: 285).

A escavação permitiu a identificação de quatro “cabanas" feitas de materiais perecíveis adossadas a penedos, que exibiam lareiras e buracos de poste. “Cada um dos sectores indicados integrava uma única camada arqueológica, e podemos supor que todos eram aproximadamente contemporâneos” (Figueiral e Sanches, 1998/1999: 90).



Fig. 29. Cunho - Planta do setor I (Sanches e Marcos, 1985: 144).

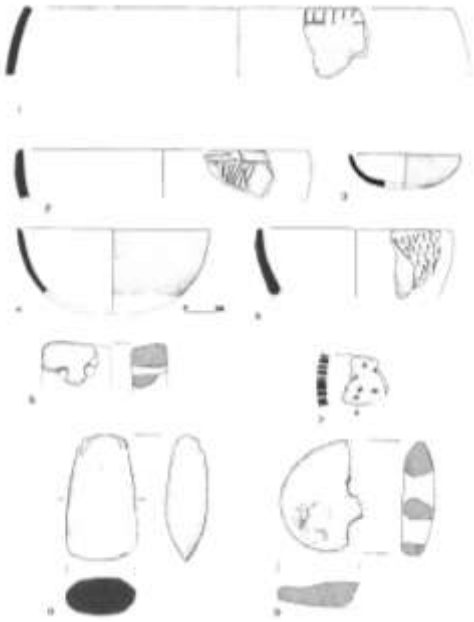


Fig. 30. Materiais do setor I (Sanches e Marcos, 1985: 149).

Foram exumadas, no total, 42 peças líticas talhadas, em quartzo ou quartzito, nove das quais não têm retoque e outras cinco são "subprodutos de talhe". Destacam-se cinco raspadeiras carenadas frontais, 11 raspadores, três furadores e uma ponta de seta triangular em xisto, com aletas insinuadas e pedúnculo largo. Foram detetados 14 moinhos (partes dormentes e moventes) em granito, 13 percutores, 17 alisadores, 1 machado, 7 pesos de tear ou rede em talco-xisto. Foram recolhidos alguns machados em prospeção. Em relação ao material cerâmico, é constituído por fragmentos de cerâmica de fabrico manual, lisa, e estamos em presença de recipientes abertos de corpo troncocónico e fundo convexo. As técnicas decorativas que predominam nesta estação são o puncionamento simples e arrastado, a impressão de cana, a incisão e a decoração plástica (mamilos). Registe-se ainda "pesos de tear em barro, ou placas sub-rectangulares, com duas ou quatro perfurações e "ídolos de cornos", eventualmente com duas protuberâncias, também em cerâmica" assim como um punção de cobre não arsenicado no sector I (Sanches, 1997: 285).

Por comparação com o sítio do Barrocal Alto e de outras estações da Meseta recentemente datadas, o enquadramento cronológico do Cunho é de "inícios/meados do III milénio AC" (Sanches, 1997: 285).

Cemitério dos Mouros (Mirandela)

O povoado Cemitério dos Mouros ocupa dois montes contíguos, no extremo sul da bacia de Mirandela, denominados CM I e CM II, correspondente a cada um dos montes. No Cemitério dos Mouros I as escavações "não revelaram estratigrafias conectadas com a grande quantidade de espólio que ocorre tanto à superfície, como na camada humosa superficial (e à qual se sucede sempre o solo geológico)" (Figueiral e Sanches, 1998/1999: 84).



Fig. 31. Local de implantação do Cemitério de Mouros I e II (fotografia de Pedro Rafael Morais).

Na plataforma superior do Cemitério dos Mouros II, assim como o topo, conservaram-se algumas estruturas habitacionais - buracos de poste - relacionadas com uma única camada arqueológica - camada 1. Contornando a plataforma superior, existe uma espécie de muro intercalado entre grandes penedos. Foi nos sedimentos seguros pelo "muro" da plataforma superior que se conservaram mais estruturas habitacionais (Sanches, 1997: 277).

> "Foram exumadas peças líticas maioritariamente de feitura tosca, essencialmente em quartzito. Destacam-se, apesar disso, algumas raspadeiras frontais (em quartzo hialino e uma delas em sílex), e lascas retocadas de xisto. Além de moinhos de granito, percutores e alisadores, a maioria dos machados (fragmentados) foi recolhida na prospeção do monte. O espólio mais significativo parece ser constituído por várias dezenas de moinhos de granito (partes dormentes) de enormes dimensões, alguns dos quais exumados na escavação, mas a maioria ainda se espalha atualmente pelo monte" (*ibidem*).

Na flutuação das terras do sector VIII foram recolhidos alguns grãos carbonizados de trigo. A cerâmica é de fabrico manual, lisa, com taças e alguns recipientes globulares abertos. As técnicas decorativas utilizadas foram o puncionamento arrastado, a incisão e a decoração plástica. Foi exumado um objeto fragmentado que se assemelha a um "ídolo de cornos" (Sanches, 1997: 277). As cerâmicas encontradas no povoado da Arcã parecem situá-lo no Calcolítico desta região, ou seja, pelo menos na 2.ª metade do III milénio a.C. (Sanches e Santos, 1989: 18), cronologia reforçada pela datação de carbono 14 de 3750±80 BP (2460-1950 cal AC, para 2 sigma) (Sanches, 1997: 277).

Vila Fortificada de Carrazeda de Ansiães

A vila fortificada de Ansiães situa-se num morro granítico que reúne excelentes condições naturais de defesa. A sua implantação confere-lhe um controlo geoestratégico sobre a vertente que descai no sentido da margem do rio Douro (Pereira e Lopes, 2005: 79) e sobre o planalto de Carrazeda que se estende entre a serra de Bornes e o rio Douro (Lemos, 1993: 142-143).

Francisco Sande Lemos realiza em 1987 recolhas de superfície e algumas sondagens, onde regista cerâmicas de fabrico manual, decoradas a pente e com incisões (Calcolítico), ornamentadas com espigas e pontilhados (Cogotas I), decoradas com dedadas e lisas (transição Bronze/Ferro ou I Idade do Ferro). (*ibidem*). Ocorrem à superfície também fragmentos de vasos carenados, atribuíveis à Idade do Bronze (Lemos, 1988: 58).

As sondagens revelaram que a ocupação do sítio remonta ao Calcolítico (*idem*: 55).

A sondagem 2, designada L II, foi aberta junto à muralha, num ponto situado a 16 metros para sudeste da sondagem 1. As camadas 00, 01, 02 e 03 relacionam-se com as ocupações mais recentes. As camadas mais antigas contemplam um conjunto estratigráfico (C), que congrega dois níveis de ocupação atribuíveis ao período calcolítico. Estes dois níveis possuem uma estrutura semelhante:

"- 04 - nível constituído por vestígios duma construção circular, um pavimento de argila, e cerâmica manual;

- 05 - sob o nível anterior, um pavimento de argila também articulado com uma estrutura pétrea, tendencialmente circular, e cerâmica manual calcolítica.

- 06 - sob o nível 05, uma última camada estéril, resultado provável da alteração da rocha de base (granito)" (Lemos, 1988: 58).

A vala de fundação da muralha cortou as camadas 04 e 05, que Francisco Sande Lemos caracteriza como "dois níveis de cabanas de um povoado pré-histórico". Nesta sondagem apenas se encontram estratigraficamente materializadas duas fases: o período inicial, calcolítico, e a época medieval. Os períodos intermédios podem ter sido removidos na sequência da última fase de ocupação (Lemos, 1988: 57-58).

Em 1995 foi realizada no espaço do Castelo um trabalho sistemático de recolha de materiais de superfície que registou uma concentração de materiais calcolíticos (Pereira e Soares, 1997: 64 nota 1).

Em 1997 inicia-se um novo projeto de escavação. Segundo António Luís Pereira e Isabel Lopes a "intervenção arqueológica realizada na designada área A da zona intra mural da Vila Medieval de Ansiães teve como principal objectivo diagnosticar as características do espaço que cria a envolvente ao templo de S. Salvador" (Pereira e Lopes, 2005: 87).

Na primeira campanha de escavações, em 1997, na segunda sondagem aberta, apareceram alguns fragmentos de cerâmica pré-histórica. Em 1998, a intervenção, num espaço reduzido de 9m2,

> "revelou uma estrutura caracterizada por um alinhamento de blocos graníticos de médias dimensões, interpretada como a estrutura base de uma cabana articulada com uma ocupação da Pré-história Recente, como documentam as cerâmicas exumadas nas unidades estratigráficas

relacionadas com os vestígios dessa estrutura, sendo de assinalar um número bastante variado de exemplares cujas tipologias e decorações se inserem num horizonte cronológico concomitante com esse período, estando presentes as típicas decorações com penteados, linhas curvilíneas horizontais, impressões e incisões, bem como alguns casos (poucos) de exemplos de decoração mamilar" (Pereira e Lopes, 2005: 87).

Este espaço escavado tinha sido comprometido pela atividade agrícola, não permitindo detetar níveis selados, encontrando-se os materiais revolvidos e misturados com fragmentos cerâmicos de época medieval e moderna (*idem*: 87). No entanto, segundo os autores da escavação,

> "A morfologia da estrutura pétrea que organizava um espaço semicircular, apesar de alterada, apresenta semelhanças com outros exemplares integrados em povoados de igual período identificados no Norte de Portugal, e inclusive, na região" (Pereira e Lopes, 2005: 88).

Esta estrutura "de alinhamento de blocos graníticos de médias dimensões, provavelmente articulada com uma ocupação pré-histórica recente", terá sido destruída pela implantação de uma necrópole associada à Igreja de S. Salvador (IGESPAR, 2012).



Já numa última fase de escavação da zona A, após a escavação dos níveis remexidos,

> "detectou-se em cotas mais baixas um nível de ocupação pré-histórica onde foram encontrados uma grande quantidade de materiais exumados sem contaminação material de outras épocas, parecendo haver a hipótese de se estar perante níveis "selados". Esta ocupação, não foi detectada em toda a área intervencionada na zona A, limitando-se a um espaço muito restrito" (Pereira e Lopes, 2005: 89-90). Este nível selado não foi escavado.

Fig. 32. Área onde foram detetados níveis pré-históricos (Pereira e Lopes, 2005: 90).

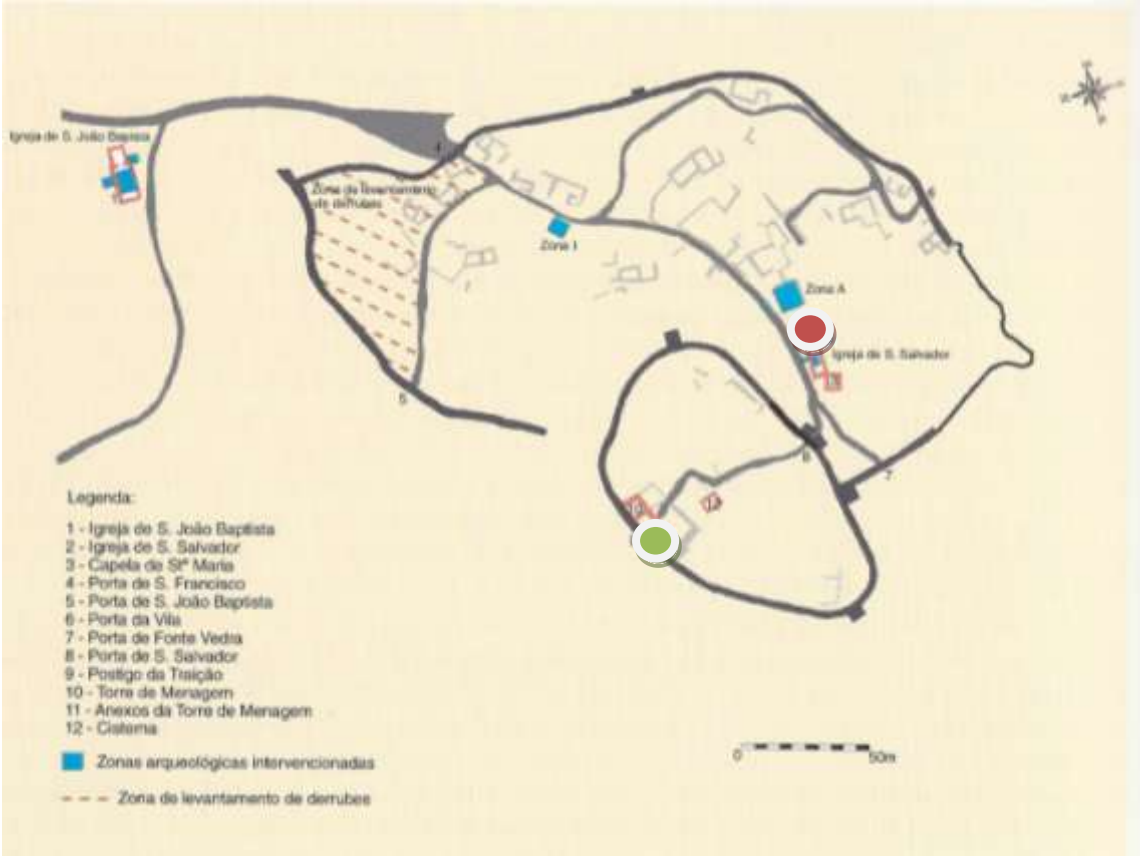
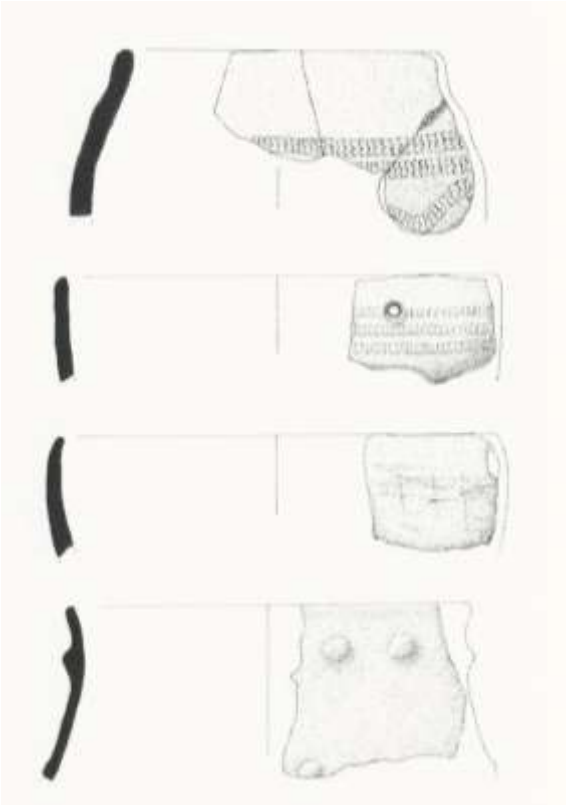


Fig. 33. Planta geral da vila fortificada de Ansiães. Implantação topográfica das áreas de intervenção das escavações (Pereira e Lopes, 2005: 86). O ponto verde assinala a intervenção de Francisco Sande Lemos, o ponto rosa as intervenções posteriores.



Para além das cerâmicas de fabrico manual detetadas, algumas em prospeção outras durante as escavações, cujas técnicas de decoração contemplam a impressão "penteada", incisão em espiga, puncionamento simples e arrastado, "impressão de unha" (Sanches, 1997: 282) foram ainda recolhidos dois moventes manuais, um fragmento de machado de pedra polida, um percutor (seixo), um raspador, uma lasca residual de quartzo, uma ponta de seta em quartzo de pequenas dimensões e um fragmento de lamela (Pereira e Lopes, 2005: 88).

Fig. 34. Exemplos de cerâmicas pré-históricas recolhidas na zona A (Pereira e Lopes, 2005: 88).

Castelo de Algoso (Vimioso)

O castelo medieval de Algoso fica situado num esporão sobranceiro à encosta mais abrupta e rochosa de um outeiro isolado, com 690 m de altitude e com condições naturais de defesa (Sanches, 1992: 54). A encosta sul é uma falésia abrupta sobre o rio Angueira (Sanches, 1997: 286).

O Castelo de Algoso foi intervencionado no ano de 1999. Os níveis correspondentes ao Calcolítico situam-se na encosta Este do castelo e, de forma residual, na encosta Oeste. Nesta encosta foram detetados níveis da Idade do Bronze e Idade do Ferro (Menéndez, 1999 citado em Figueiredo, 2013: 68). Segundo Paulo Amaral da DRCN (informação pessoal) numa das sondagens realizadas na área de acesso ao Castelo de Algoso, foi escavada uma estrutura de combustão (lareira); foi detetado um molde de fundição e um vasto espólio que se integra no Calcolítico e na Idade do Bronze.

Segundo Francisco Sande Lemos a cerâmica é de fabrico manual, lisa ou decorada com puncionamentos, (Sanches, 1997: 286). Maria de Jesus Sanches recolheu um machado polido de diorite com contorno e secção sub-retangular (Sanches, 1992: 54).

Senhora do Castelo – Urros (Torre de Moncorvo)

O cabeço onde se situa a Senhora do Castelo, juntamente com outros dois cabeços a NE, forma uma elevação alongada. Este corpo granítico integra-se já na peneplanície, embora se encontre sobranceiro ao rio Douro. A encosta desenvolve-se a partir dos 120 metros, ao nível do rio, até aos 500 metros, no início da peneplanície. "É um local com algumas características naturais de defesa devido à sua posição dominante, embora não possua, com exceção da encosta Oeste, vertentes abruptas" (Rodrigues, 1990).

Em 1986, no âmbito do levantamento arqueológico do concelho, foi possível recolher à superfície do cabeço um significativo conjunto de materiais enquadráveis em diferentes épocas, desde a Pré-história Recente até ao período medieval. Os materiais datáveis da Pré-história Recente encontravam-se essencialmente no espaço entre as duas muralhas e fora das muralhas, na área a SW do topo da formação (*ibidem*).

Em 2000, foi iniciado um projeto de investigação coordenado por Carla Braz Martins. Este sítio possui materiais e estruturas associados a diversos períodos, nomeadamente ao Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, período Romano e época medieval (PAVC, 2012).

Segundo Carla Martins,

> "Foram confirmadas várias fases de ocupação: calcolítica, idade do ferro, romana e medieval. As três primeiras fases encontram-se sobretudo representadas pela expressiva quantidade de materiais exumados, do que propriamente à presença de estruturas". (...) A estrutura detectada na sondagem E poderá estar relacionada com o momento ocupacional adjacente à muralha, sendo que os alinhamentos assentam, ao nível dos alicerces, no estrato calcolítico" (Martins, IGESPAR 2012).

Em suma, o sítio arqueológico da Senhora do Castelo de Urros apresenta uma ocupação da época calcolítica, confirmada pelas abundantes cerâmicas associadas a este período, "quer por uma estrutura defensiva, nomeadamente a construção, numa 1ª fase, da 2ª linha de muralhas" (Martins, 2002: 255).

Esta segunda linha de muralhas apresenta duas fases de construção, que corresponde a dois momentos distintos: a Estrutura II cuja 1.ª fase é atribuída à época calcolítica e a Estrutura 1 numa 2.ª fase já de época proto-histórica (Martins, 2008: 85).

Segundo informação pessoal de Carla Martins a segunda linha de muralha é constituída numa primeira fase por uma construção calcolítica. O sítio terá tido uma ocupação da Idade do Bronze, atestada pela presença de cerâmicas típicas do Bronze Inicial e Final. Na zona da primeira linha de muralha (medieval), numa das portas, detetou-se níveis da Idade do Bronze com respectivos materiais. A vala de fundação da muralha arrasou com os níveis posteriores e assentou diretamente nos níveis do Bronze.



Fig. 35. Cerâmicas pré-históricas de Senhora do Castelo (fotografia de Carla Martins).

Segundo Miguel Rodrigues ao nível da cerâmica predominam os fragmentos lisos, dentro dos decorados domina a técnica de impressão "penteada", com faixas retilíneas (50%) e curvilíneas (50%), apenas um dos exemplares apresenta mais de uma faixa de decoração "penteada" (Rodrigues, 1990).

Maria de Jesus Sanches refere, em relação à cerâmica atribuível ao Calcolítico, o destaque das seguintes técnicas decorativas: impressão "penteada", incisão, puncionamento e decoração plástica (Sanches, 1997: 284).

Em relação aos materiais líticos, Carla Martins salienta que se encontrou numa das sondagens uma conta, polida, com peso de 1,33 g, contendo grãos de quartzo, mica e feldspato, característicos da geologia deste local, associada a cerâmicas calcolíticas (Martins, 2002: 255) e ainda um fragmento de sílex talhado, com um peso de 2,18 g (Martins, 2002: 255). O material recolhido pelo PAVC consiste em duas lascas de quartzito, fragmentos de cerâmica decorados e uma ponta de seta (PAVC 2012). Foi ainda detetado uma enxó polida de contorno sub-retangular, secção sub-ovóide e gume convexo (Rodrigues, 1990).

Baldoeiro (Torre de Moncorvo)

O povoado do Baldoeiro (Torre de Moncorvo) abrange “um pequeno vale, com orientação e pendente Norte/Sul, no extremo do qual se situam os vestígios de um templo românico, e um esporão sobranceiro ao vale da Vilariça, constituído por grandes fragas graníticas e sobre o qual se ergueria uma torre roqueira de formato quadrangular” (Rodrigues, 1994: 27). Destaca-se na paisagem apesar de se situar a apenas 300 m de altura (Rodrigues e Rebanda, 1999).



Fig. 36. Vista geral desde o morro do Baldoeiro sendo possível identificar as ruínas de Santa Cruz da Vilariça, o vale e os rios Sabor e Douro (fotografia de Leonel Brito).

Francisco Sande Lemos refere que “na área envolvente de um "castelo" granítico, que teve posterior ocupação medieval, recolhem-se numerosos fragmentos de material calcolítico, cerâmica de fabrico manual, lisa e decorada” (Lemos, 1993: 352).

Os vestígios da ocupação pré-histórica encontram-se, não só na área do povoado medieval (um pequeno vale na encosta SW do planalto, abrigado do Norte por um esporão rochoso), mas também ao longo da vertente Oeste do planalto, sobranceiro ao vale da Vilariça. É uma área rica em grandes batólitos de granito, formando, por vezes, abrigos naturais, sendo frequente a recolha de material arqueológico sob as fragas. O local apresenta condições naturais de defesa, devido à sua posição proeminente sobre o vale, que lhe permite dominar uma ampla área (Rodrigues, 1990).

O sítio foi intervencionado em duas zonas:

Zona I - A intervenção arqueológica no edifício românico.

A estratigrafia detetada mostrou-se muito remexida e alterada e os níveis estratigráficos detetados datam da época medieval ou momentos posteriores. Foi exumada uma quantidade significativa de fragmentos de cerâmica manual, assim como alguns machados polidos e mós manuais. Estes materiais pré-históricos encontravam-se misturados com materiais medievais ou posteriores. Verificou-se a presença de um número significativo de cerâmicas com decorações “utilizando a técnica de *impressão*

penteada" integráveis no Calcolítico. Neste espaço também foram identificados materiais do Bronze Final e Ferro Inicial. De um total de 2368 fragmentos de cerâmica, 691 dos quais foram atribuídos à Pré-história Recente (Rodrigues e Rebanda, 1999: 107).

Zona II - Conjunto de fragas graníticas onde se fixava a torre roqueira medieval.

A intervenção efetuada em Agosto de 1990, na área da torre roqueira, permitiu detetar uma camada, sob camadas medievais, correspondente a uma ocupação datável da Pré-história Recente (Rodrigues, 1990).

> "O piso detetado aquando da escavação da torre medieval selava uma camada, onde foi recolhido um espólio constituído unicamente por cerâmica manual com decoração impressa "penteada". A presença deste tipo de cerâmica, indicadora de uma ocupação datável do Calcolítico, já tinha sido detetada nesta estação arqueológica, quer em recolhas de superfície, quer mesmo no decorrer da escavação na área da igreja, No entanto, só agora foi encontrado "in situ" e integrada num estrato selado" (Rodrigues *et al*., 1990).

Por baixo dos níveis medievais, no canto Norte da quadricula foi detetada "uma camada de lajes de xisto, com uma inclinação seguindo o pendente natural da encosta, e que selavam um nível de terra cinzenta, muito polvorenta, em que foram recolhidos unicamente fragmentos de cerâmica manual, lisos e/ou com decoração impressa "penteada" (Rodrigues, 1990). Neste nivelamento "construído com pedras de xisto de tamanho médio e terra de cor castanho-escuro" verificou-se "a presença abundante de pontos de carvão ao nível superior, supostamente de circulação e que se encontrava compactado" (Rodrigues *et al.*, 1990).

Nos níveis medievais foram recolhidos 792 fragmentos, dos quais 59 fragmentos eram de cerâmica pré-histórica. Nos níveis inferiores, pré-históricos, dos 181 fragmentos recolhidos, 145 pertenciam a recipientes de fabrico pré-histórico (Rodrigues e Rebanda, 1999: 108).

O sítio do Baldoeiro terá sido ocupado, numa primeira fase, durante o Calcolítico (final do III milénio a.C.), "assinalada pela presença abundante de cerâmicas alisadas de tons beges, decoradas com motivo «penteados», e com formas globulares" (*idem*: 112).

Pedreira (Alijó)

O sítio da Pedreira localiza-se num conjunto de "pequenas plataformas horizontalizadas" que se desenvolvem ao longo da encosta voltada a nascente a cerca de 250 m da margem direita do rio Tua. Neste local, em trabalhos de prospeção, foi detetado um abrigo assim como alguns materiais à superfície, nomeadamente fragmentos de cerâmica manual de cronologia pré-histórica, uma ponta de seta em xisto e um núcleo de quartzito.

Em 2014 foi realizada uma sondagem dirigida por Joana Teixeira, Rui Filipe Barbosa e Rui Pedro Barbosa. A escavação do sítio revelou que as estruturas se deveriam encontrar adossadas aos afloramentos rochosos que se desenvolvem ao longo das plataformas. Foram recolhidos 2232 fragmentos cerâmicos, artefactos líticos, uma ponta de seta e 86 placas em xisto com entalhes; quatro artefactos de moagem, em granito. Os autores sugerem uma cronologia "adentro do III milénio e inícios do II milénio a.C. tal como a datação efectuada na estação do Cemitério dos Mouros (Abreiro, Mirandela), cujas análises forneceram o intervalo cronológico de 2460-1950 cal. AC." (DGPC, 2015).

3.1.5. ENTRE OS FINAIS DO III MILÉNIO E PRIMEIRO QUARTEL DO I MILÉNIO A.C. (IDADE DO BRONZE)

Os sítios que possuem ocupações integráveis na Idade do Bronze distribuem-se pelos diferentes momentos deste vasto período da seguinte forma:

Bronze Inicial	Povoados de altura: Vinha da Soutilha (Chaves); Pastoria (Chaves), Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar); Castelo de Ansiães (Carrazeda de Ansiães); Povoados abertos: Areias Altas (Porto), Fumo (Vila Nova de Foz Côa)
Bronze Inicial e Médio	Povoados abertos: Bouça do Frade (Baião); Cimalha (Felgueiras); Monte Calvo (Baião)
Bronze Médio	Povoados abertos: Quinta de S. Lourenço (?) (Bragança)
Bronze Médio e Final	Povoados abertos: Tapada da Venda/Pedroso[1] (Celorico de Basto); Paço (?) (Gondomar); Povoados de altura: Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)
Bronze Final	Povoados abertos: Lavra II (Marco de Canaveses); Eiras (Vila Nova de Foz Côa); Fontela de Figueirido (?) (Castelo de Paiva) Povoados de altura: Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar); Baldoeiro (Torre de Moncorvo); Senhora do Castelo de Adeganha (Torre de Moncorvo); S. Juzenda (Mirandela), Alto da Caldeira (Baião); Castelo de Matos (Baião); Alto de Santa Ana (Chaves); Vila Velha (Vila Real); Rua D. Hugo (Porto); Senhor dos Aflitos (Arouca); Canedotes (Vila Nova de Paiva); Castelos Velhos (Guarda); Castelo dos Mouros (Pinhel); Serra Gorda (Sabugal); Castelejo (Sabugal); Sabugal (Sabugal), Sabugal Velho (Sabugal)
Idade do Bronze	Povoados abertos: Areeiros (Celorico de Basto); Lameiras Chãs (Celorico de Basto) S. Jurge (Mêda)

Neste período é notória a diferença ao nível da implantação dos povoados, daí que tenhamos feito uma distinção muito sumária entre os "povoados abertos", situados em zonas de vale ou planície e os "povoados de altura", que se localizam em áreas mais elevadas e dominantes na paisagem.

3.1.5.1. ENTRE O ÚLTIMO QUARTEL DO III MILÉNIO A.C. AO PRIMEIRO QUARTEL DO II MILÉNIO A.C.

Areias Altas (Porto)

O sítio arqueológico das Areias Altas (Porto) encontra-se implantado num nível de praia elevada, à cota média de 23 m e a uma distância de cerca de 600 m do Oceano Atlântico. Entre 2008 e 2009, a empresa Logiark realizou trabalhos arqueológicos de caráter preventivo que permitiram a identificação de 16 estruturas em negativo, entre as quais se destacam a presença de dez estruturas do tipo "fossa" e cinco

[1] Num momento posterior à redação deste trabalho, a Doutora Ana Bettencourt deu-nos a indicação que o sítio da Tapada da Venda se situa no vale do rio Ave. Optámos, no entanto, por manter a referência a este sítio.

do tipo “buraco de poste”, cujas características dos seus enchimentos permitem inseri-las no II milénio a.C. (Luz, 2010: 142).

Durante a segunda fase dos trabalhos arqueológicos foi possível identificar cerca de 70 estruturas em negativo, sendo que 12 correspondem a estruturas cuja tipologia se enquadra na categoria de “buracos de poste”, 55 na categoria “fossa” e três estruturas que se enquadram na categoria de “valado” (*ibidem*).

Do ponto de vista da distribuição espacial, deve referir-se que a quase totalidade das estruturas do tipo “buraco de poste” está concentrada na zona Sudeste do terreno. Relativamente às estruturas do tipo “fossa”, estas apresentam-se na sua maioria muito concentradas, tendo-se verificado um maior número de estruturas na zona Sul (Barbosa, 2010b: 7).

A componente artefactual é fundamentalmente constituída por materiais de cronologia pré-histórica. Verifica-se, ao nível da cerâmica, um conjunto de características que permite enquadrá-las na Idade do Bronze, nomeadamente, fragmentos de vasos de perfil troncocónico e fragmentos com decoração plástica. Nesta estação foram encontrados dois recipientes de fundo plano e perfil troncocónico, um dos quais provido de asa lateral. Os materiais líticos são compostos por matérias-primas de quartzito e quartzo. Em associação com estes materiais, refira-se a identificação de um conjunto considerável de fauna malacológica (*idem*: 8).



Fig. 37. “Plano intermédio das UE [891] e [892] onde é visível um recipiente cerâmico inteiro, um depósito de conchas que acompanha os limites da estrutura e uma concentração de materiais cerâmicos no centro da mesma” (Barbosa, 2010b: 19).

Foi descoberto, no interior da “Estrutura 15”, um depósito de conchas de moluscos. Trata-se de uma estrutura do tipo “fossa”, aberta no substrato geológico, no interior da qual se registaram seis depósitos de enchimento, entre os quais se destaca um depósito de conchas. Do ponto de vista artefactual, a tipologia dos materiais cerâmicos remete para a primeira metade do II milénio a.C., sendo coincidente

com as datações por radiocarbono das conchas (Luz, 2010: 141). A data obtida aponta para uma cronologia do Bronze Inicial (Cabral, 2010:74).



Fig. 38. Estrutura 15 das Areias Altas (Barbosa, 2010a).

Fumo (Vila Nova de Foz Côa)

O povoado do Fumo situa-se numa "depressão de difícil acesso na margem esquerda do troço inferior da Ribeirinha" (Aubry e Carvalho, 1998: 32).



Fig. 39. Local de implantação do povoado de Fumo (fotografia de Carla Magalhães - Museu do Côa, em linha).

"Trata-se de uma única ocupação pré-histórica testemunhada por estruturas habitacionais de tipologias diversas (lareiras, fossas, buracos de poste e uma lixeira), mas sem qualquer edificação pétrea reconhecida. Registe-se a preservação de alguns restos faunísticos, compostos principalmente por ovicaprinos e bovinos domésticos, além de coelho, javali e veado. As componentes artefactuais incluem objectos em cerâmica (disco, pesos de tear, colheres e um número elevado de recipientes) e pedra lascada e polida. Tipologicamente, o conjunto cerâmico indica a Idade do Bronze pleno (formas com bases planas e cordões segmentados e mamilos). As decorações são escassas mas muito variadas (triângulos preenchidos, motivos em «espinha», etc.) e incluem restos raros de cerâmica de tipo «Cogeces». Esta atribuição cronológica foi confirmada por datações de radiocarbono" (Carvalho, 2004: 185).



Fig. 40. "Planta da escavação dos quadrados C-F/19-21, com indicação de um buraco de poste, lareira, lixeira e das fossas 1 a 4" (Carvalho, 2004: 211).

Foram obtidas duas datas de carbono a partir da análise de ossos de animais: Datação: GifA-99077 - 3560±70 BP (calibração a 2 *sigma*: 2129-1693 cal BC); Datação: GifA-99076 - 3580±70 BP (calibração a 2 *sigma*: 2135-1743 cal BC) que colocam a ocupação deste sítio com fossas entre os finais do III e inícios do II milénio cal BC ou seja, no Bronze Inicial (*ibidem*).

Cimalha (Felgueiras)

No sítio da Cimalha (Felgueiras) foi detetado um povoado atribuível à Idade do Bronze. Temos conhecimento da realização de três escavações arqueológicas efetuadas em momentos distintos e áreas não sobrepostas.

Na escavação dirigida por Pedro Brochado de Almeida e Francisco Fernandes (Mola Olivarum Lda), os vestígios encontrados permitiram identificar diversas áreas com funções especializadas: uma área habitacional, uma zona com "fossas de aprovisionamento" e uma necrópole (Almeida e Fernandes, 2008: 29).

A intervenção arqueológica permitiu detetar diversos tipos de estruturas, nomeadamente "lareiras e restos de piso de duas cabanas, e respetivos buracos de poste, bem como outras estruturas abertas no terreno geológico, nomeadamente fossas, quer do tipo de fossas de armazenamento de alimentos do tipo silo, quer do tipo de fossas sepulcrais em forma de cista plana" (*idem*: 35).

Os inúmeros buracos de poste encontrados, alguns dos quais com alinhamentos diferentes, permitem pensar que estas cabanas foram objeto de diversas reformulações. Outro dos elementos arqueológicos detetados no povoado da Cimalha são as fossas de armazenamento de alimentos "do tipo silos", que são fossas abertas no substrato saibroso, quase todos com uma abertura circular ou subcircular, variando entre a abertura estreita e a abertura larga (Almeida e Fernandes, 2008: 36).



Fig. 41. Fotografia aérea do sítio da Cimalha (imagem de F. Piqueiro - Câmara Municipal de Felgueiras, cedida por Pedro Almeida e Francisco Fernandes - Mola Olivarum Lda).

No total foram encontradas 122 fossas deste tipo. Foram associadas apenas 16 fossas de aprovisionamento às duas cabanas existentes, o que constitui 14% do total de silos detetados (Almeida e Fernandes, 2008: 37).

Estes autores interpretam este sítio da seguinte forma:

> "A área escavada revelou estarmos na presença de um povoado com três áreas especializadas, uma habitacional associada a estruturas de aprovisionamento, à qual correspondem as estruturas tipo cabanas identificadas pelos buracos de poste e respectivos silos; uma outra exclusivamente de aprovisionamento, à qual se poderia apelidar de "grande armazém", onde só foram detectados silos, uma boa parte deles com elementos pétreos relacionados com a moagem de cereais, nomeadamente mós manuais ou o que restam delas e respectivos moventes e uma terceira área, esta funerária, ao qual se pode apelidar de necrópole do povoado, cujas sepulturas são abertas no saibro sem estruturas delimitadoras, área essa situada relativamente próxima, se não mesmo contígua, à área com estruturas de aprovisionamento" (*idem*: 42).

Segundo Andreia Arezes, que escavou uma outra área deste sítio no quadro de uma intervenção da Perennia Monumenta, foram identificadas um total de 77 cavidades interpretadas como "fossas" de tipologias e dimensões distintas. O trabalho de escavação permitiu verificar as "relações de anterioridade/posterioridade entre algumas das fossas, mediante análise dos cortes efectuados para criação de novas estruturas análogas, circunstância que pode encontrar justificação à luz de uma diacronia longa e da vigência de mais do que uma fase de ocupação" (Arezes, 2006:25).



Figs. 42 e 43. Fossas escavadas na Cimalha (Arezes, 2006).

Em relação ao espólio proveniente das camadas arqueológicas e do enchimento das estruturas em negativo, destacam-se alguns artefactos líticos, nomeadamente um molde de fundição em xisto, de machado do "tipo Bujões-Barcelos", que poderá ser integrado no Bronze Médio (Arezes, 2006: 25).

Em relação ao material cerâmico, os fragmentos de vasos de bordo "horizontal" foram detetados quer no enchimento de fossas, quer nas camadas que se lhe sobrepunham. No que se refere à decoração dos materiais cerâmicos, foram identificados fragmentos brunidos, motivos plásticos, sobretudo cordões ou grinaldas, e ainda incisos (*idem*: 130).



Fig. 44. Fragmento de "vaso [colo e parte da pança] detectado no segundo nível de enchimento da Fossa n.º 31" (Arezes, 2006).

A Cimalha parece ter sido um povoado com níveis de ocupação que percorrem toda a Idade do Bronze, "desde o final do III milénio a.C., até ao final da Idade do Bronze" (Almeida e Fernandes, 2007: 121). A cronologia deste sítio tem sido recuada para o Bronze Inicial e Médio por Ana Bettencourt (informação pessoal).



Fig. 45. Planta final da escavação da Cimalha realizada pela empresa Perennia Monumenta em 2006 (Planta elaborada por Manuel António Vitorino in Arezes, 2006).

Tapada da Venda/Pedroso (Celorico de Basto)[2]

A Tapada da Venda/Pedroso (Pedroso, Celorico de Basto) situa-se numa chã da vertente nordeste do Alto do Couto, pequena elevação do planalto da Lameira. Apesar de se situar num local aberto, não apresenta destaque em relação à paisagem envolvente (Sampaio, CACB). Na sequência do alargamento da estrada entre a Lameira e Rego, em 1979, foram postas à vista várias fossas abertas no saibro de secção sub-retangular e materiais arqueológicos. Da intervenção arqueológica realizada no local, resultou a identificação de vários buracos de poste, fossas abertas no saibro e diversos recipientes de cerâmica de fabrico manual. Por altura da descoberta, foram recolhidos nas proximidades vários machados de pedra polida (*ibidem*).

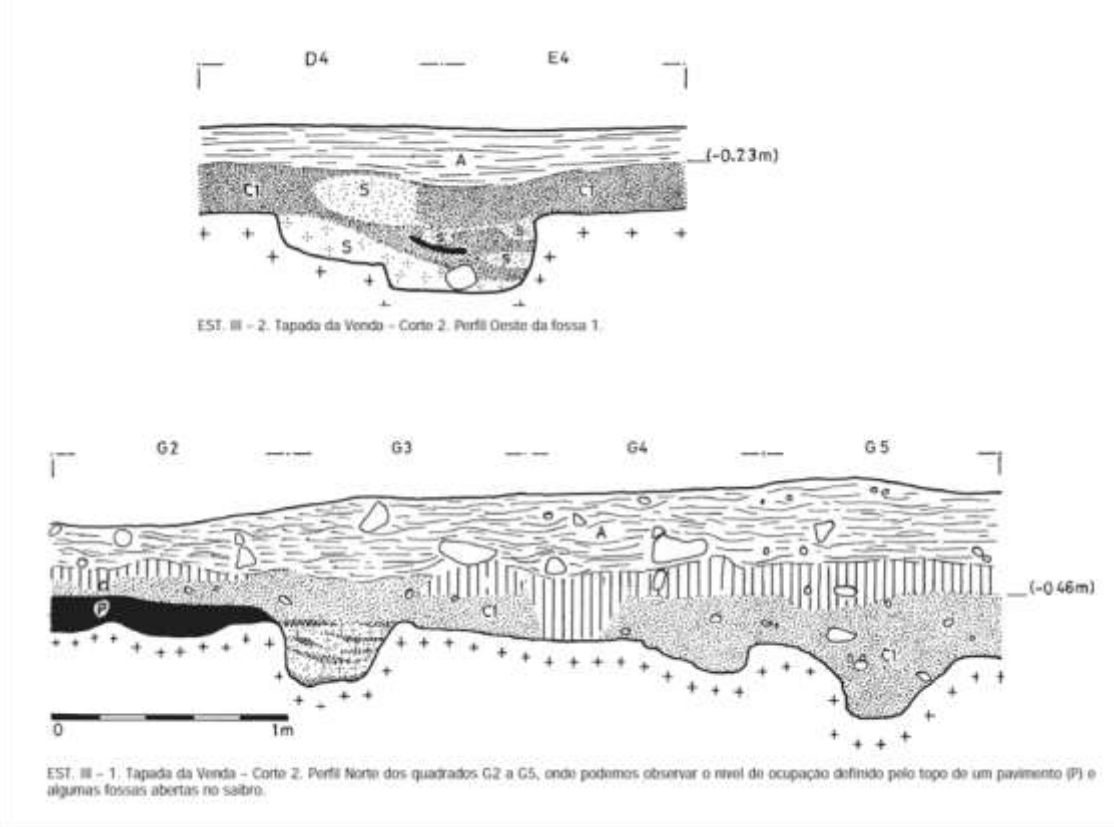


Fig. 46. Corte 2 e a representação de algumas estruturas (Bettencourt *et al*., 2002: 197).

São várias as estruturas detetadas no corte 2. "Os buracos de poste, de profundidades e diâmetros variados, são em número de vinte e distribuem-se, por vezes, de forma orientada. (...) parecem formar um semicírculo, muito provavelmente delimitando um recinto no qual se incluiriam fossas e um pavimento de saibro que se crê oval e pequeno. Também nos quadrados D4, D5, E4 e E5 se detetaram restos de um pavimento ou de um empedrado irregular, composto por pedra miúda e saibro, (P.2), associado a buracos de poste e a uma fossa dupla (F.1.)" (*idem*: 192).

As características do espólio admitem a integração da Tapada da Venda na Idade do Bronze do Norte de Portugal e são coincidentes com a data da segunda metade do II milénio a.C., obtida para o Corte 1

[2] Segundo informação de Ana Bettencourt, este sítio integra-se na bacia hidrográfica do rio Ave.

(Bettencourt *et al.*, 2002: 194). Este sítio foi ocupado em momentos distintos: entre os séculos XV e XIII/XII a.C. (Tapada da Venda I) e os séculos XIII e XI a.C. (Tapada da Venda II) (Bettencourt, 2009: 89-90).

Quinta de S. Lourenço 2 (Bragança)

O sítio com fossas detetado mais a norte da Bacia Hidrográfica do Douro é a Quinta de S. Lourenço 2[3], que se localiza na freguesia de Samil, em Bragança. As quinze estruturas identificadas durante a escavação encontram-se dispersas por uma área de aproximadamente 1500 metros quadrados. O sítio localiza-se numa encosta suave, "junto à convergência de dois declives pouco acentuados que criam uma área deprimida para onde confluem as águas pluviais" (Ramos, no prelo).



Fig. 47. O plano inicial da sondagem 1 onde se podem antever algumas estruturas (fotografia de Rui Ramos).

Essas 15 estruturas em negativo correspondem a onze estruturas negativas do tipo fossa e quatro prováveis estruturas de combustão. As estruturas do tipo fossa encontram-se concentradas num núcleo de aproximadamente 100 metros quadrados, à exceção de três fossas. Estas estruturas apresentam "planta circular, com paredes regulares e fundo plano, variando a sua profundidade entre os 30 e os 80 centímetros e o diâmetro de topo entre os 80 e os 100 centímetros" (Ramos, no prelo).

As fossas foram abertas num depósito argiloso bastante consistente, tendo sido posteriormente cheios com outros depósitos de terra escura menos compacta e com lajes de xisto (Ramos, 2010: 38).

Em relação às estruturas de combustão:

> "As quatro estruturas de combustão encontravam-se a uma cota ligeiramente superior à das fossas e foram abertas sobre um filão de xisto, bastante diferente do depósito macio onde as fossas se inserem. Estas estruturas de combustão possuem planta circular, paredes regulares e convergentes, apresentando perfil côncavo, sendo a sua profundidade bastante reduzida e com cerca de 15 cm" (Ramos, no prelo).

[3] A escavação deste sítio esteve a cargo da empresa Omniknos Arqueologia, no âmbito do acompanhamento arqueológico à Empreitada de Construção do Lote 10 da Autoestrada Transmontana (Rotunda das Cantarias, na freguesia de Samil, concelho de Bragança).

O enchimento era constituído, na sua maior parte, por níveis de carvões e argila queimada (Ramos, 2010: 38).



Fig. 48. EN 15 Estrutura de combustão (fotografia cedida por Rui Ramos).

O material arqueológico exumado durante a escavação é constituído fundamentalmente por fragmentos de cerâmica, embora também tenham sido encontradas algumas mós manuais em granito e anfibolito (Ramos, 2010: 38).

Durante a escavação foram recolhidos 355 fragmentos de cerâmica, dos quais 69 fragmentos permitem uma classificação morfológica, correspondendo a vasos de perfil troncocónico, alguns com fundo plano e carena baixa. Surgem ainda alguns pequenos potes de colo alto, assim como asas e pega. Em relação à decoração das cerâmicas predomina a decoração excisa, representada por mamilos e cordões segmentados. Foram recolhidos apenas dois fragmentos de cerâmica com decoração incisa, nomeadamente com incisões paralelas (Ramos, no prelo).



Fig. 49. Depósito de cerâmica exumado da fossa EN 4A (fotografia de Rui Ramos).

O material lítico é constituído por quatro dormentes de mó em granito. Este material é de origem exógena atendendo a que a estação se insere numa zona de xistos. Ocorrem alguns elementos de moagem em xisto-grauvaque, assim como alguns percutores em quartzito e um fragmento de jaspe (Ramos, no prelo).

> "Na colmatação da EN 8 identificamos um bloco irregular em xisto-grauváquico, com um sulco de origem antrópica em todo o correr da pedra e que poderá corresponder ao peso de um tecto de cabana, ainda que não tenhamos encontrado evidências deste tipo de estruturas na área sondada" (Ramos, no prelo).



Fig. 50 e 51. Plano final da fossa EN1 e fossa EN7 (fotografias de Rui Ramos).

> "O conjunto cerâmico identificado na colmatação das estruturas negativas, enquadra-se em tipologias do Bronze Médio - com presença significativa de vasos troncocónicos e fragmentos com decoração excisa, nomeadamente mamilos e cordões segmentados - não obstante este quadro cronológico poder alterar-se quando conjugado com os resultados das datações absolutas.
>
> As estruturas negativas tipo fossa e as lareiras identificadas no sítio Quinta de São Lourenço 2 indiciam um habitat de pequena/média dimensão, ocupado no II milénio A.C. e parecem integrar um povoado aberto, implantado numa área chã e abrigada, embora facilmente alagável nos meses de invernagem por se situar na confluência de linhas de água sazonais, correspondendo à tendência gradual registada no Bronze Médio para a implantação de habitats em locais de baixa altitude e junto a terrenos de vocação agrícola. No decorrer da intervenção não identificamos qualquer estrutura em positivo ou negativo que pudesse indiciar a existência de cabanas ou outro tipo de estruturas positivas construídas em material perecível, associadas aos núcleos de estruturas negativas intervencionados" (Ramos, no prelo).

Em suma, a Quinta de S. Lourenço 2, corresponde a um povoado de fossas do II milénio a.C., possivelmente enquadrável no Bronze Médio.

Paço (Gondomar)

No sítio do Paço (Baguim do Monte, Gondomar) foram identificadas 13 fossas de pequenas dimensões, que continham pouco espólio arqueológico. Foram exumados 8 fragmentos de cerâmica de produção manual e um recipiente cerâmico praticamente completo, integráveis na Idade do Bronze (IGESPAR, 2012). A análise dos diferentes dados leva os autores a considerar, a título de hipótese interpretativa,

que o sítio do Paço pode corresponder a um povoado aberto, datado do Bronze Pleno/Final (Albergaria e Pinto, 2010: 4).

> "No decorrer do acompanhamento arqueológico da empreitada de construção da Linha de Gondomar, troço do Dragão – Venda Nova, identificou-se ao PK 23+760, o topo de duas fossas escavadas na rocha-base (Fossa n.º 4 e Fossa n.º 5), que indiciavam a existência de um sítio arqueológico no corredor de afectação do metro[4]" (Albergaria e Pinto, 2010: 4).

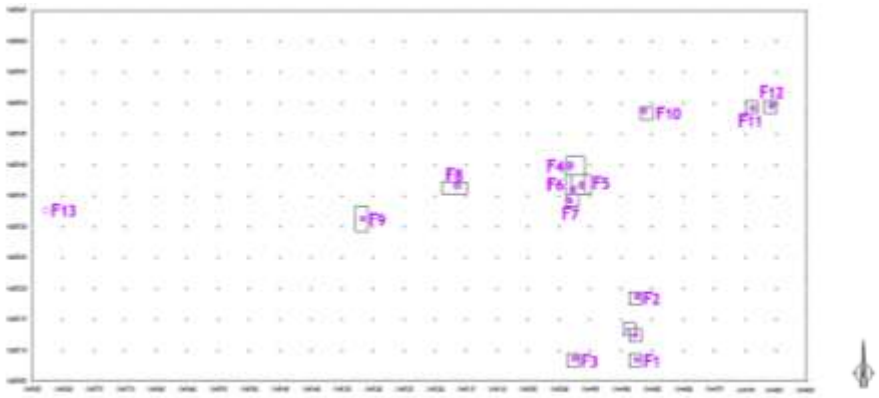


Fig. 52. Localização das fossas Paço (Albergaria e Pinto, 2010: 4).

A maioria das fossas escavadas situa-se numa zona plana alongada, que há no topo de uma pequena elevação (Albergaria e Pinto, 2010: 12). As fossas encontram-se distribuídas de forma irregular, pelo topo do cabeço e pela vertente sudoeste (*idem*: 18-19).



Fig. 53. Geral Plano geral de fossas S-N (Albergaria e Pinto, 2010).

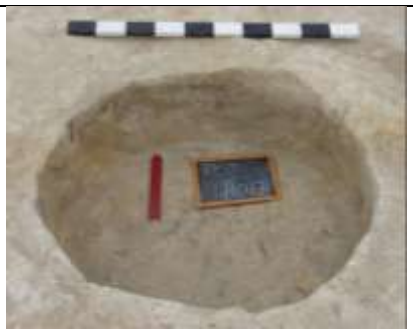
[4] "Os trabalhos arqueológicos efectuados no sítio do Paço, foram desenvolvidos no âmbito da empreitada da expansão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, prolongamento da Linha C, responsabilidade Metro do Porto, S.A., designadamente a empreitada de construção da Linha de Gondomar, Troço Estádio do Dragão – Venda Nova, adjudicada ao G.A.C.E., ACE, a quem cumpre implementação de trabalhos arqueológicos. No concreto, estes trabalhos foram executados pela empresa de arqueologia: Terralevis, Património, Arqueologia e Sistemas de Informação" (Albergaria e Pinto, 2010: 4).

As estruturas

Das 13 fossas identificadas, 12 correspondem a estruturas de pequenas dimensões (não ultrapassam o 1,5 m de comprimento), com reduzido diâmetro e pouca profundidade. Têm normalmente uma forma oval ou uma forma subcircular, paredes retas ou ligeiramente inclinadas, com bases planas, convexas e côncavas (Albergaria e Pinto, 2010: 38).



Fossa 2 UE 1012 S-N



Fossa 2 UE 1013 S-N



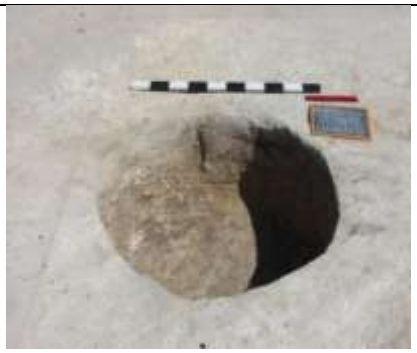
Fossa 3 UE 1022 N-S



Fossa 4 UE 1031 E-W



Fossa 7 UE 1035 S-N



Fossa 8 UE 1043 W-E

Fig. 54. Diversas estruturas tipo fossa do Paço (Albergaria e Pinto, 2010).

Em termos de enchimento, merece destaque a fossa 10, na qual se verificou a existência de uma maior quantidade de fragmentos cerâmicos, de produção manual, em relação ao que havia sido registado nos outros depósitos. A UE 1044 consistia num depósito de terras castanhas, de tonalidade clara, pouco compactadas e com grão fino, que preenchia uma concavidade (UE 1047), cuja base apresentava uma forma oval (com 90 m de comprimento e 70 cm de largura) (*idem*: 34).

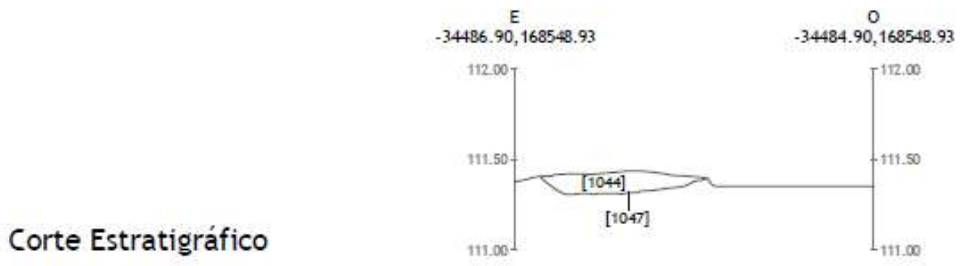


Fig. 55. Corte estratigráfico da fossa 10 (Albergaria e Pinto, 2010: 34).

Não foram registados outros tipos de estruturas negativas, do tipo fossos, nem foram identificados contextos arqueológicos conservados sobre a rocha-base (Albergaria e Pinto, 2010: 4).

> "A continuidade dos trabalhos viria a confirmar a presença de um vaso, quase completo, fragmentado *in situ*, designadamente um pote de colo ligeiramente estrangulado e base plana, com aplicações plásticas na face exterior" (*idem*: 34).



Figs. 56 e 57. Fossa 10 UE 1044 (pormenor de recipiente cerâmico) N-S (Albergaria e Pinto, 2010: 34).

Os materiais

> "O espólio obtido no sítio proto-histórico do Paço é muito reduzido, tendo sido recolhidos apenas oito pequenos fragmentos de cerâmica comum (bojos, de recipientes de tipologia indeterminada), de produção manual, distribuídos por sete fossas e dois fragmentos cerâmicos de revestimento, encontrados nas fossas nºs 2 e 3; uma esquírola (n.º 2) em quartzo hialino e um elemento em pedra que poderá ter servido como percutor (n.º 6)" (Albergaria e Pinto, 2010: 34).



Figs. 58 e 59. Fossa 6 UE 1032 - Pormenor de percutor S-N 12-08-2009 (Albergaria e Pinto, 2010: 24).

Importa destacar do conjunto artefactual o recipiente cerâmico, encontrado fragmentado *in situ,* na fossa 10 (UE 1044).

"Trata-se de uma forma composta, de bordo exvertido, colo ligeiramente estrangulado e base aplanada. Convém ainda salientar a presença de decoração plástica adossada à parede externa do recipiente. Numa análise ainda preliminar, parece-nos que a forma e a decoração deste recipiente tem paralelos em sítios da Idade do Bronze Final do Noroeste Peninsular, como o sítio da Sola (Braga)" (Albergaria e Pinto, 2010: 38).



Fig. 60. Recipiente cerâmico fragmentado *in situ* (UE 1044 – Fossa 10 (Albergaria e Pinto, 2010: 34).

"A análise preliminar realizada sugere uma cronologia do Bronze Pleno/Final para este recipiente e concomitantemente para esta fossa. Esta hipótese de trabalho pode significar que o povoado aberto do Paço possa remontar a este período cronológico, embora seja importante destacar que as fossas não têm de ser todas forçosamente do mesmo período" (*idem*: 38).

Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)

A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) situa-se no topo de um grande monte, sobre a aldeia de Vilar do Monte, nos contrafortes ocidentais da serra de Bornes. As evidências arqueológicas do povoado e do abrigo 2 integram-se na Idade do Bronze. Foram definidos vários buracos de poste que parecem delimitar várias cabanas. "As produções cerâmicas caracterizam-se pela existência de recipientes com decorações de "tradição Campaniforme" impressas a pente, juntamente com taças de "tipo Cogeces ou Protocogotas", que por vezes combinam decorações pontilhadas geométricas e incisas ocasionalmente com preenchimento a pasta branca" (Senna-Martinez *et al*., em linha).

Segundo os autores da escavação:

"A associação de olaria decorada de tradição campaniforme, até à data identificada em todas as fases e praticamente todas as cabanas escavadas, juntamente com formas e decorações típicas do "Mundo Cogeces" constitui um argumento poderoso para enquadrar este povoado num momento relativamente antigo da primeira Idade do Bronze, eventualmente no segundo quartel do segundo milénio a.C.. Assim a ser correcta esta proposta de cronologia, estamos em presença de um dos mais antigos povoados com evidência de produção de bronzes conhecidos no território português" (Senna-Martinez e Luís: 2009: 76).

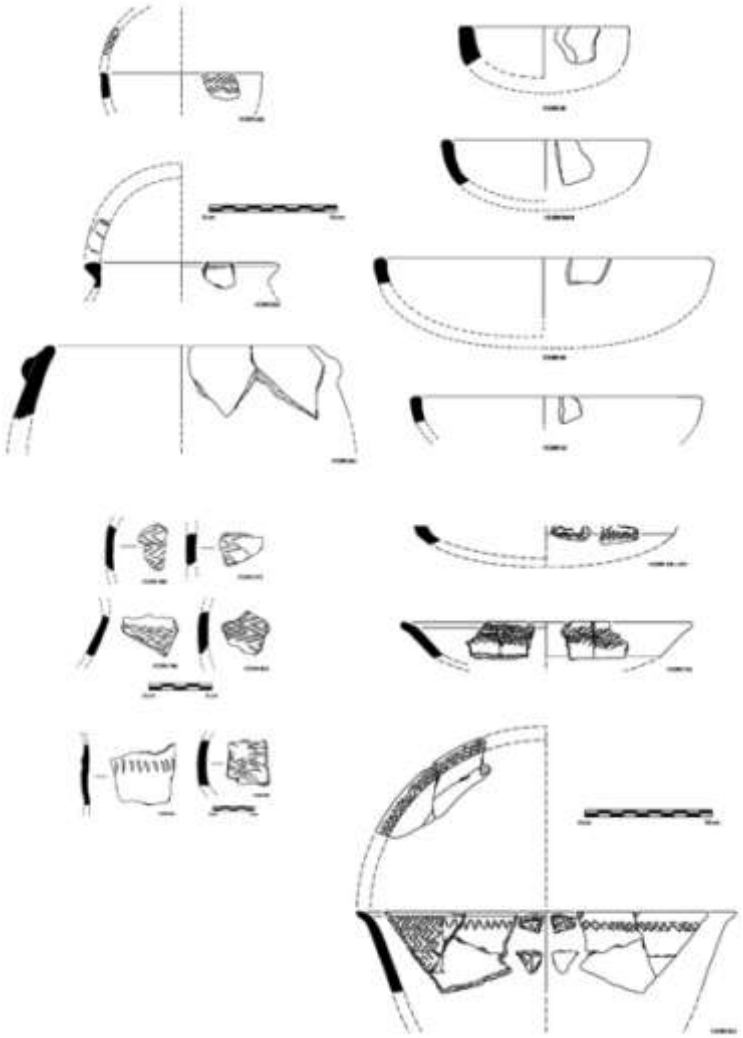


Fig. 61. Fraga dos Corvos - Olaria do Povoado do Bronze Médio (sg. Senna-Martinez *et al.* 2007, fig.5 - reprodução autorizada).

Mas a ocupação deste sítio não se restringe ao Bronze Médio. O Sector M é uma área que se localiza "numa plataforma delimitada por um troço de uma muralha em talude, de cujo aparelho foi, em campanhas anteriores, recolhido material arqueológico que apontava a sua construção para o Bronze Final". Os materiais arqueológicos recolhidos durante a limpeza da muralha forneceram fragmentos cerâmicos, tais como "alguns fragmentos com decoração incisa (tipo "Cogeces"); uma pequena enxó de anfibolito; e dois fragmentos de uma fíbula provavelmente de tipo Acebuchal, esta última proveniente da base do revestimento pétreo" (Senna-Martinez *et al*., 2012: 25).

> "Os materiais cerâmicos recuperados no setor M, na campanha de 2011, apontam para uma ocupação enquadrável no Bronze Final. No mesmo sentido, a muralha em talude, pode ser atribuída a um momento final daquele período" (*idem*: 39).

Bouça do Frade (Baião)

A Bouça do Frade (Baião) localiza-se na periferia da Serra da Aboboreira, ocupando um pequeno morro de vertentes suaves. Foi intervencionada em várias campanhas de escavação e os seus dois níveis de ocupação integram-se no Bronze Inicial, Bronze Médio e no Bronze Final.

Segundo Susana Oliveira Jorge,

> "(...) observámos, para além de muitas dezenas de buracos de poste, que assinalam a presença de construções em madeira ou outros materiais perecíveis, uma quantidade apreciável de fossas abertas no saibro, com as mais diversas formas, dimensões e tipos de enchimento. Se algumas delas podem ter desempenhado a função de lareiras, a maioria deve ter servido originalmente como fossas de armazenamento, tendo-se com o tempo eventualmente transformado em fossas detríticas, ou tendo sido simplesmente colmatadas por fenómenos naturais, após o abandono do habitat. À excepção de um murete, muito arruinado, existente na periferia de uma das zonas com maior declive do povoado (que pode ter exercido a função de contenção de terras), não foram encontradas outras estruturas pétreas evidentes" (Jorge, 1988a: 134).

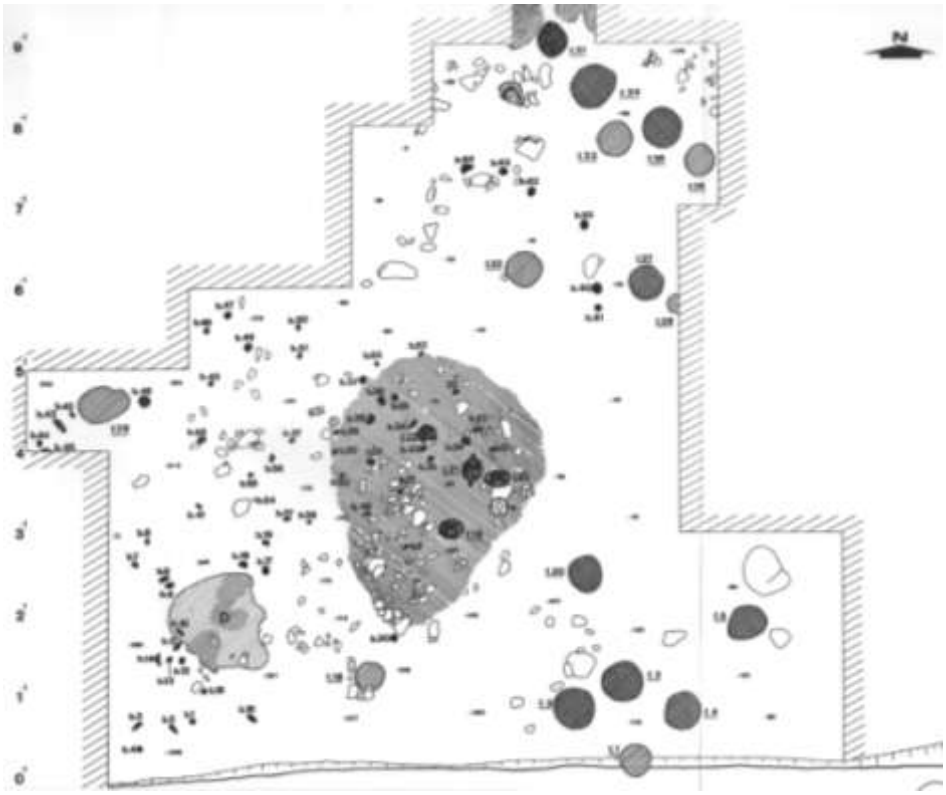
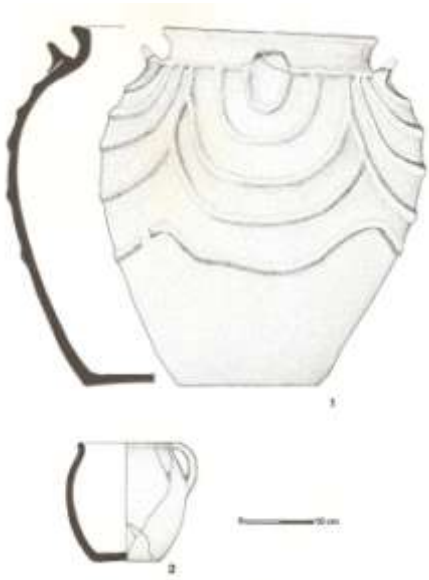


Fig. 62. Planta do setor II-B da Bouça do Frade (Jorge, 1988b).

> "Na Bouça do Frade, nos níveis do final da ocupação do local (séc. IX a.C.), surgiam, em simultâneo, cerâmicas de "tipo Baiões", cerâmicas de "tipo Cogotas" e ainda vasos de "largo bordo horizontal", o que revelava uma notável interacção com outras regiões peninsulares: a Meseta Norte, o Noroeste, o Sul da Península" (Jorge, 2003b: 1466).



Fig. 63. Escavação de um grande vaso de aprovisionamento na Bouça do Frade (Portal do Arqueólogo, em linha).



Os materiais exumados durante as escavações são constituídos por recipientes cerâmicos (grandes vasos bojudos de provisões, vasos lisos de médias dimensões) e materiais líticos. Os vasos de largo bordo horizontal aparecem associados a cerâmicas de tipo "Cogotas I" e de tipo "Baiões" (Jorge, 1988a: 135).

Fig. 64. Bouça do Frade: Vaso de aprovisionamento e pequeno púcaro encontrado no seu interior (Jorge, 1988b).

Monte Calvo (Baião)

O Monte Calvo (Baião) é uma pequena elevação localizada na vertente NE da Serra da Aboboreira. Está implantado na vertente W daquela pequena elevação, situando-se no lado direito de um estradão. A abertura do estradão veio colocar a descoberto duas estruturas incompletas, do tipo fossa, implantadas no saibro alterado do talude marginal (lado Sul). Após quatro campanhas de escavações arqueológicas "detectou-se um pequeno conjunto isolado de oito fossas abertas no saibro, agrupadas no interior de uma área subcircular, cujo limite era definido por buracos de poste. A interpretação funcional das fossas escavadas parece-nos ser a de silos" (Gonçalves, 1982: 105). De notar a presença de vários exemplares parcelares de moinhos manuais de granito e de numerosos vasos cerâmicos, destinados certamente ao aprovisionamento de cereais. Estes recipientes eram de grandes dimensões, apresentando frequentemente matéria orgânica carbonizada aderente às superfícies internas (*ibidem*).

> "(…) as estruturas foram abertas no saibro de base, em zonas sem cascalheira, mais ou menos afastadas desta; parece haver uma certa tendência para uma distribuição espacial dos elementos, concentrando-se os buracos de poste na zona genericamente SE, as fossas na área contígua a NW, e a cascalheira, acima da qual foi encontrada a maior parte dos fragmentos cerâmicos, na extremidade NW da área até agora escavada" (Gonçalves, 1981: 86).

Monte Calvo foi ocupado nos finais do Bronze Inicial, inícios do Bronze Médio, entre os séculos XIX-XVII a.C. (Gonçalves e Bettencourt, 2010 citado em Martín Seijo *et al*., 2011: 87).

Lavra II (Baião)

A estação de Lavra foi detetada em 1980. A escavação revelou tratar-se de um habitat pré-histórico com duas fases de ocupação. Uma dentro do Neolítico Antigo e outra do Bronze final. Foram identificadas uma variedade de estruturas abertas no saibro – estruturas de combustão, fossas e buracos de poste (Sanches, 1988: 126). A ocupação do Bronze Final, denominada de Lavra II, estendia-se por uma área não inferior a 2 ha (Bettencourt, 2009: 91).

No que diz respeito ao espólio foram recolhidos elementos de mó manual de granito com vestígios de utilização e uma grande quantidade de instrumentos líticos de quartzo (raspadores, raspadeiras, pontas, lascas residuais e núcleos com "negativos" de talhe). Apareceram ainda algumas lamelas e pequenas lascas de sílex. O material cerâmico, embora aparecendo em grandes quantidades, devido ao seu estado de fragmentação e ao facto de só dois fragmentos conterem decoração, só permitiu a reconstituição aproximada de duas formas. Foram ainda exumados dois pequenos fragmentos metálicos (possivelmente em bronze) pertencentes a instrumentos que o seu exíguo tamanho não permitiu identificar. Fizeram-se várias recolhas de carvões e de sementes carbonizadas (Sanches, 1982: 105-106).

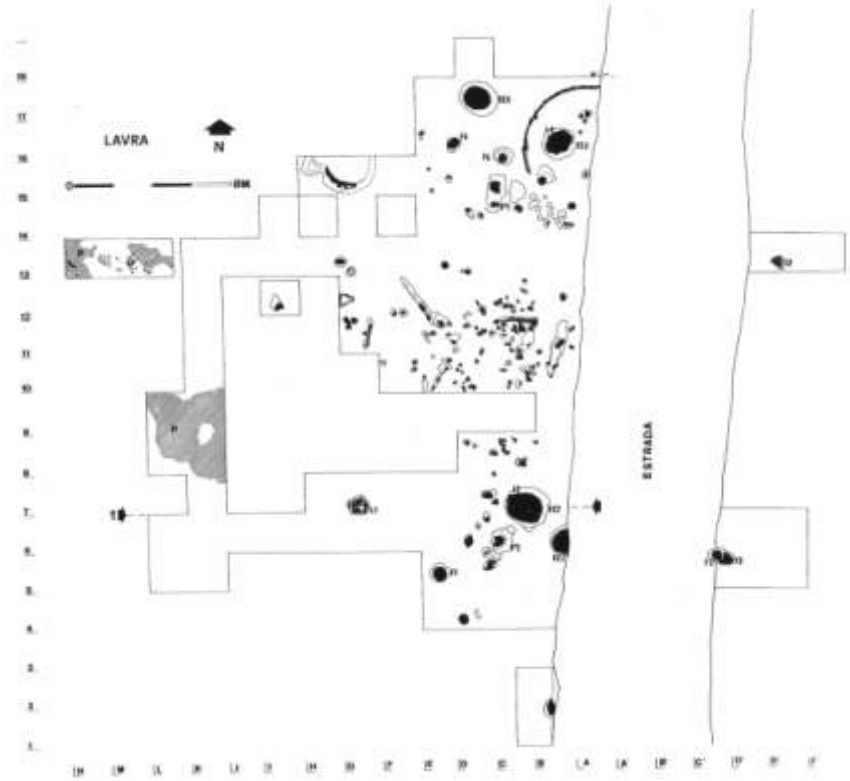
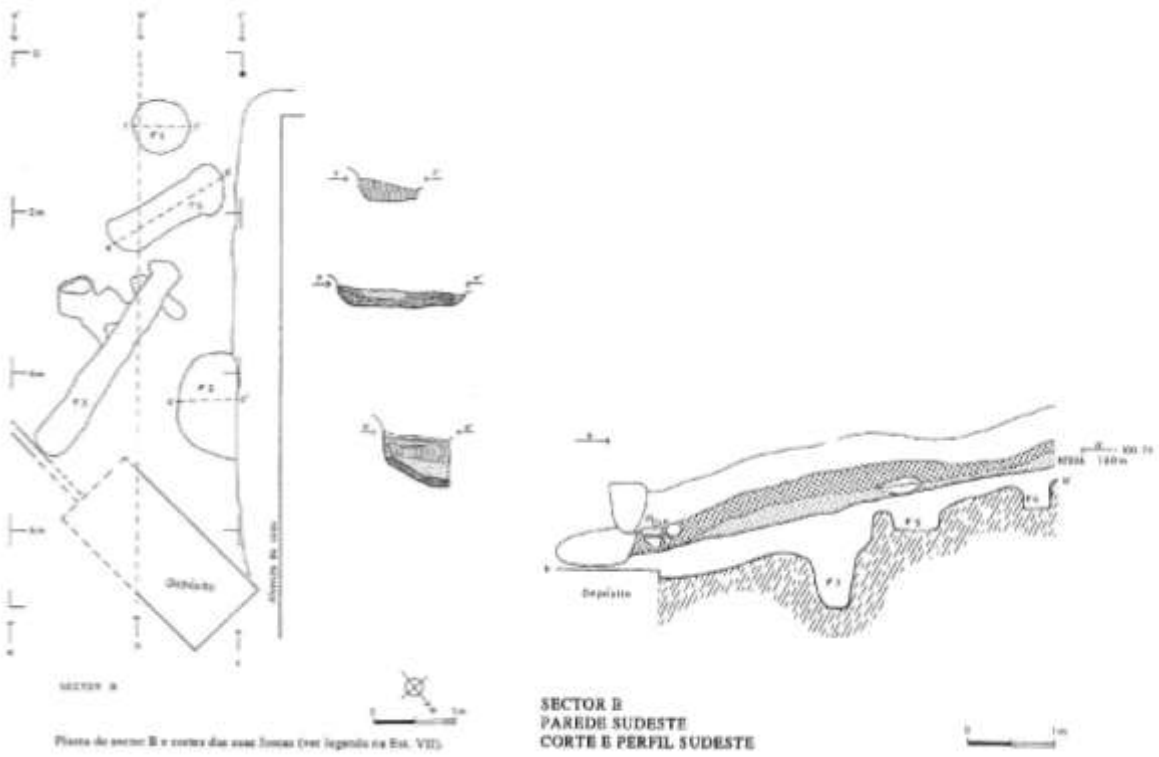


Fig. 65. Planta geral da Lavra II (Baião) (Sanches, 1988: 127).

No que concerne às estruturas identificadas, relacionadas exclusivamente com a Lavra II, correspondem a "estruturas escavadas no subsolo saibroso de base", tratando-se de " fossas", " buracos de poste" e “lareiras domésticas”. As "fossas" podem ser divididas em três tipos: “fossas de boca elíptica ou subcircular, de forma ovoide ou troncocónica e fundo côncavo, cujo diâmetro de boca varia entre 70 e 100 cm e a profundidade entre 70 e 130 cm (…); fossas de boca subcircular, perfil plano, côncavo e fundo plano ou levemente côncavo, cujo diâmetro varia entre 180 e 220 cm e a profundidade ronda os 30 cm (…); fossas de contorno e fundo muito irregular, bipartidas ou tripartidas e de cerca de 30-40 cm de profundidade" (Sanches, 1988, 126-128). Os "buracos de poste" apresentam, igualmente, uma forma, profundidade e inclinação variadas, surgem ora isolados ora alinhados e inseridos em sulcos alongados. A sua profusão num espaço limitado e a sua aparente desorganização não permitem deduzir a planta de qualquer estrutura habitacional". Foram ainda identificadas "lareiras domésticas" (*idem:* 128).

Fontela de Figueirido (Castelo de Paiva)

Na estação de Fontela de Figueirido foram escavadas seis fossas abertas no saibro. A estação foi dividida em dois setores: A e B.



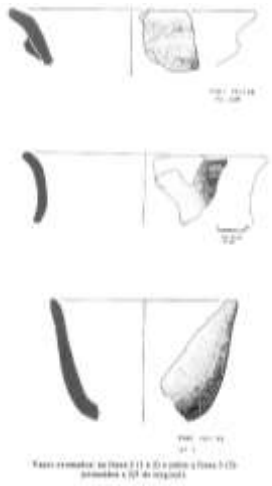
Figs. 66 e 67. Planta e corte das fossas do setor B - Corte e perfil sudoeste (Cunha, 1991: estampa VI e IV).

No setor B destaca-se a fossa 3, que segundo Ana Leite da Cunha:

> “Esta estrutura aberta no saibro, a que demos a designação de fossa 3, é extremamente irregular e só com o alargamento da escavação foi possível determinar a sua forma. Foi também a que se revelou mais interessante relativamente ao enchimento. Junto da zona mais larga, que se estende para cima, durante a limpeza da camada vegetal e já em cima do saibro, encontrou-se um

fragmento de um objecto em pedra polida e um fragmento de lâmina, em quartzo, com retoques. Nessa zona da fossa, sob a camada vegetal, existia uma pequena estrutura, em pedra miúda e que, devido à chuva abundante, não pode ser desenhada. Quando foi possível retomar os trabalhos, já estava destruída. Sob esta estrutura havia uma camada de areão grosso com vestígios de fogo e pequeninas pedras redondas provenientes da disjunção esferoidal do granito. Foi possível recolher carvões, julgamos que em quantidade suficiente para permitir uma análise de C14" (Cunha, 1991: 202-203).

A cronologia deste sítio foi recuada por Ana Bettencourt para o Bronze Inicial (Bettencourt, 2010: 158).



"É difícil caracterizar o tipo de estação face à reduzida dimensão da área escavada e à pequena quantidade de espólio exumado. (...) Cronologicamente, julgo que podemos situar as fossas abertas no saibro de Fontela na Idade do Bronze (provavelmente Bronze Final), dado o tipo de cerâmica exumada, com paralelos na Serra da Aboboreira" (*idem*: 204).

Fig. 68. Cerâmica exumada no sítio com fossas da Fontela (Cunha, 1991: estampa X).

Eiras (Vila Nova de Foz Côa)

A estação arqueológica de Eiras fica situada num terraço sobranceiro ao Rio Douro, a uma altitude absoluta próxima dos 122 metros (Henriques e Rosa; 2010: 7). Foram realizadas sondagens que demonstram a presença de materiais atribuídos ao Bronze Final.





Figs. 69 e 70. Perspetiva geral da encosta suave intervencionada. Barragem do Pocinho em fundo; pormenor do corte Norte. Nível de lareira (?). Sondagem 1 (Henriques e Rosa; 2010: 5 e 9).

No corte Norte da sondagem E1 foi detetado “um alinhamento de pedras sugere a existência de uma fogueira/estrutura de combustão (Fig. *X*), (...) assente sob uma fossa com enchimento de camada de coloração acinzentada, sendo que o único registo desta estrutura existe apenas no perfil” (Henriques e Rosa; 2010: 9). As cerâmicas exumadas nesta sondagem são de fabrico manual e apresentam pastas grosseiras, cores escuras ou negras, e ocasionalmente, decorações (incisões e puncionamentos) No corte Sul do setor E2 surgiu um nível de combustão relativamente bem conservado (*idem*: 10). No que concerne o material cerâmico recolhido, num total de 479 fragmentos, é significativa a presença de bordos. Em relação ao material lítico “assinalou-se a presença de uma indústria quase exclusivamente executada sobre quartzito” (Henriques e Rosa; 2010: 12).



Figs. 71 e 72. Exemplos de alguns fragmentos cerâmicos, bordos do sítio de Eiras (Henriques e Rosa; 2010: 14).

> “A interpretação do sítio encontra-se condicionada pela exígua área investigada, (...) Os materiais recolhidos permitem conjecturar uma proposta de datação centrada em plena Idade do Bronze Final” (Henriques e Rosa; 2010: 15).

Alto da Caldeira (Baião)

O Alto da Caldeira (Baião) constitui uma elevação relativamente individualizada no extremo SW da Serra da Aboboreira, onde decorreram dois momentos de ocupação, uma primeira ocupação que deverá remontar, a meia encosta, pelo menos à Idade do Bronze e uma outra no topo, que será Medieval. Segundo Susana Oliveira Jorge destaca-se a presença "de fórmulas cerâmicas normalmente inseridas em horizontes meridionais do Bronze Final a par de recipientes de tradição e fabrico local" (Jorge, 1981: 72-73). A "existência de três pequenos fragmentos de vasos de fabrico a torno, e a própria implantação do habitat - no alto duma elevação com condições naturais de defesa" levam a autora a colocar a hipótese de o Alto da Caldeira "ter constituído um local de povoamento tardio nos finais da Idade do Bronze/inícios da I. do Ferro“ (*ibidem*). O Alto da Caldeira forneceu algum espólio cerâmico semelhante ao de Castelo de Matos, nomeadamente com as formas dos Grupos 1 e 2 (Dinis, 1991-92: 122).

Castelo de Matos (Baião)

Realizaram-se escavações arqueológicas em Castelo de Matos (Baião), tendo sido reconhecida uma primeira ocupação atribuível aos finais da Idade do Bronze. A exiguidade da superfície escavada e as perturbações sofridas ao longo do tempo reduziram, consideravelmente, os vestígios da ocupação de Castelo de Matos na Idade do Bronze. No que concerne à ocupação pré-histórica é assinalado não ser "possível apresentar uma imagem clara das estruturas correspondentes à ocupação do final da Idade do Bronze, porém foi identificado um provável "fundo de cabana", cujo piso em saibro se estendia sob a muralha medieval, devendo ir até junto do rochedo, na periferia da plataforma" (Figueiral e Queiroga, 1988: 142).

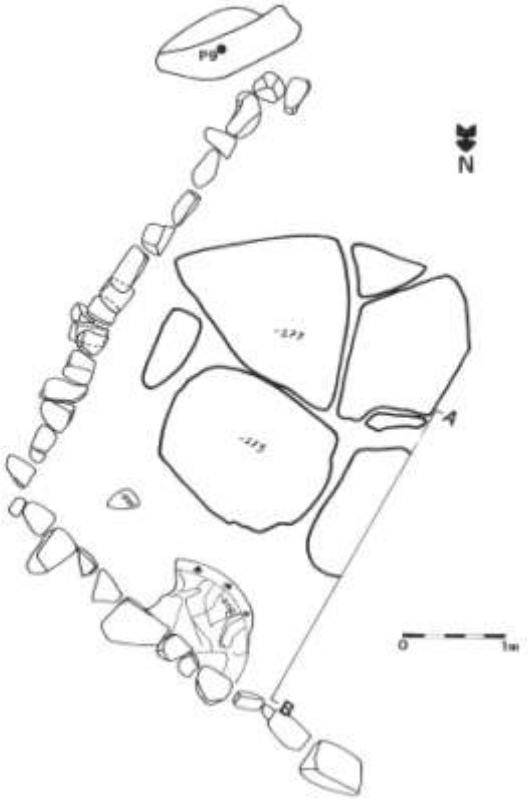


Fig. 73. Castelo de Matos - “Pormenor do piso, ou fundo de cabana, da idade do Bronze, o qual passa debaixo da muralha medieval” (Queiroga, 1984: 141).

Segundo António Dinis “restou uma camada de pedras sugerindo o aplanamento da área para assentamento das estruturas, restos de troncos incarbonizados associados a um alinhamento de manchas circulares de carvões, dispostas quase em linha e em intervalos regulares, apontando para uma hipotética paliçada em madeira e parte de um piso em saibro que poderia corresponder ao fundo de uma cabana” (Dinis, 1991-92: 121). Além dos mais de dois milhares de fragmentos cerâmicos exumados, recolheram-se em Castelo de Matos alguns pequenos fragmentos de moldes, em argila, “parecendo um deles de espada”. O material não cerâmico resumiu-se a dois machados de pedra polida e a três artefactos em cobre, muito degradados, sendo duas pontas de seta e uma pequena faca (*ibidem*).

Morro da Sé do Porto – Rua D. Hugo (Porto)

> "Escavações junto à «Domus Municipalis» a escavação deparou com uma zona bastante remexida (...) parecem ter aparecido indícios da muralha [da idade do Ferro] encontraram-se dois pavimentos de argila e pedra, um deles a grande profundidade; apareceu um grande silo, infelizmente sem se poder datar, por a estratigrafia já não ser a original (poderá ser medieval ou, mesmo, recuar à idade do bronze); é interessante constatar o aparecimento de um núcleo e várias lascas de sílex, achado esse que favorece a hipótese de uma ocupação bastante antiga. (...) Esta campanha de escavações, apesar dos meios limitados que dispõe, pôde confirmar com segurança o povoamento do morro da Sé numa época bastante anterior à romanização. Estando os trabalhos interrompidos a um nível correspondente ao séc. III-IV a.C., e não tendo ainda a sondagem atingido o solo natural, é provável que os primórdios da ocupação possam ser até mais recuados" (Real, 1984: 78).

No morro da Sé do Porto, na Rua D. Hugo, n.º 33, foram detetados vestígios da Idade do Bronze. Estes elementos vêm confirmar a possibilidade do Morro possuir uma ocupação anterior à Idade do Ferro. Na sondagem 02 da escavação dirigida por Jorge Fonseca, para a empresa Arqueologia e Património, surgiu um conjunto de depósitos associados a cerâmicas atribuíveis à Idade do Ferro/Bronze Final. "Os níveis arqueológicos estratigraficamente abaixo cobriam os restos de um piso. Nestes contextos a análise preliminar dos fragmentos cerâmicos recolhidos remetem-nos para a ocupação do espaço em finais da Idade do Bronze" (Fonseca, 2011: 19). Estes elementos parecem confirmar os dados avançados pelas escavações de 1984, sob a orientação de Manuel Real, numa outra casa da Rua D. Hugo (n. 5). Segundo António Silva (2010: 222) a partir da escavação de 1984 "verificou-se que o povoado indígena da Idade do Ferro, com origens no Bronze Final, se situava de facto naquela elevação da Penaventosa (…)."



Fig. 74. Piso e material cerâmico do Bronze Final proveniente da Rua D. Hugo, n. 33 (Fonseca, 2011: 20-21).

Baldoeiro (Torre de Moncorvo)

Numa segunda fase do sítio do Baldoeiro, datável do Bronze Final, foi registada cerâmica com decorações tipo Cogotas I, Boquique (incrustações e motivos em grinalda), incisões profundas, reticulados e plásticas (mamilos) (Rodrigues e Rebanda, 1999: 112). Nas escavações efetuadas por Miguel Rodrigues, sob níveis medievais, foi detetada uma camada com materiais do Bronze Final/Ferro, com bordos denteados (Lemos, 1993: 352). Segundo Miguel Rodrigues na UE 006 detetou-se um "piso de cor castanha muito escura, muito compacto com pontos negros de carvão, na sua preparação foram utilizadas pedras de tamanho médio, não se encontram fragmentos de telha e a cerâmica recolhida, pelas suas características, é datável do Bronze Final/Idade do Ferro Inicial (Rodrigues, 1994: 36).

Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar)

O Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar) integra-se "num esporão avançado (810 m) da abrupta escarpa de falha que domina o vale do rio Corgo, no seu troço inicial entre Soutelo de Aguiar e Telões" (Jorge, 1986: 573). A escavação de Susana Oliveira Jorge demonstrou a existência de três grandes fases de ocupação da estação, das quais destacamos a segunda fase, correspondendo ao Bronze Final, manifestando-se pelos vestígios de diversos materiais cerâmicos e líticos, vários tipos de estruturas (um murete, buracos de poste, fossas), e segundo as palavras da autora, (…) "também se observou a perfuração posterior da camada 7, com o intuito de nela se inserirem grandes pedras que constituíram a face externa duma possível estrutura defensiva do Bronze Final" (*idem*: 579).

Senhora do Castelo da Adeganha (Torre de Moncorvo)

A Senhora do Castelo da Adeganha (Torre de Moncorvo) situa-se num "castelo" granítico sobranceiro à ribeira da Vilariça, a meia altura entre o altiplano da Adeganha e o fundo do vale, com acesso simultâneo aos solos mais húmidos da depressão e aos solos mais leves e secos do planalto (Rodrigues e Rebanda, 1999: 112-113). É um sítio ocupado ao longo de milénios, com abundantes materiais. Registam-se cerâmicas calcolíticas (penteadas e puncionadas), da Idade do Bronze (Cogotas I), da Idade do Ferro, da época romana, e medievais (Lemos, 1993: 343-344). Trata-se de um povoado fortificado com duas linhas de muralha. Não foi possível definir com precisão em que período foram construídas estas linhas de muralhas. Foi recolhido um abundante espólio à superfície que inclui artefactos de pedra polida, uma mó e fragmentos cerâmicos de características variadas, que apontam para uma ocupação prolongada deste local. Os materiais foram recolhidos nas terras lavradas, situadas na encosta Este/Sul, exteriormente às linhas de muralhas (Rodrigues, 1990) e apresentam um conjunto notável de fragmentos decorados com motivos atribuíveis ao Bronze Final, nomeadamente efetuados com técnica Boquique (Rodrigues e Rebanda, 1999: 112-113).

Castro de S. Juzenda (Mirandela)

O Castro de S. Juzenda (Mirandela) é um povoado fortificado que ocupa a extremidade sobrelevada de um esporão, delimitado pela ribeira de Vale de Prados e pelo rio Tuela. É sobranceiro ao rio Tuela, localizando-se na sua margem esquerda. O Castro de S. Juzenda indica uma ocupação muito longa, desde o III milénio (início?) a.C. ao século IV d.C. Este "castro" possui várias linhas de muralhas, uma delas

datável do Bronze Final. A exiguidade das áreas escavadas não permite caracterizar o tipo de ocupação anterior à construção da muralha, nem se houve continuidade entre aquela ocupação mais antiga e a que é datada do Bronze Final (Sanches, 1997: 273). Segundo Francisco Sande Lemos,

> "Das sondagens efectuadas no castro de S. Juzenda, concluiu Martin Hock que, pelo menos uma das muralhas do povoado tinha sido construída na Idade do Bronze Final. De facto, o correspondente nível de ocupação proporcionou um conjunto de cerâmicas típicas, entre as quais se incluía pelo menos um fragmento com decoração brunida e outros ornamentados com ungulações na extremidade do bordo" (Hock 1980, 55-70 citado em Lemos, 1993a: 176).

Vila Velha (Vila Real)

Recentemente, identificaram-se vestígios seguros de ocupação na Idade do Bronze no sítio da Vila Velha (Vila Real). Nos últimos trabalhos aí realizados foram identificados níveis de ocupação pré-histórica integráveis no Bronze Final, onde foram detetadas diversas estruturas e contextos bem preservados, em diferentes áreas do morro (Baptista, 2008: 67).



Fig. 75. Cerâmicas da Idade do Bronze dos contextos escavados na Vila Velha, Vila Real (fotografias de Susana Cosme).

Destaca-se um nível de ocupação que se encontra sobre uma Rampa/Talude, onde se escavou um piso, quatro lareiras e um buraco de poste. "A estrutura em rampa/talude é constituída por grandes pedras em granito, sendo algumas destas fragmentos de mós, envoltas num sedimento castanho-escuro". Entre as pedras foram exumadas sementes carbonizadas, fragmentos cerâmicos e duas braceletes em bronze (*ibidem*).



Figs. 76 e 77. Vila Velha, níveis da Idade do Bronze (fotografias de Susana Cosme).

"Outra estrutura, que pela sua organização poderá ser funerária, trata-se de uma estrutura em negativo condenada por uma grande pedra, na qual se exumou um vaso completo, que terá fragmentado devido à força exercida pela pedra; e dois líticos, nomeadamente um dormente em granito e um alisador em quartzito" (Baptista, 2008: 67).



Fig. 78. Vaso exumado da estrutura em negativo (fotografia cedida pelo Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real).

Castelo de Mouros de Cidadelhe (Pinhel)

O sítio arqueológico do Castelo dos Mouros é um povoado de altura, que se localiza na margem esquerda do rio Côa. Em 2002 foi realizada uma pequena sondagem que permitiu confirmar a ocupação deste sítio desde os finais da Idade do Bronze. "Com efeito, os materiais arqueológicos que caracterizam esta etapa da Idade do Bronze aparecem com alguma abundância: trata-se de cerâmicas decoradas do tipo "Cogotas I", cerâmicas do tipo "Baiões/Santa Luzia" e diversos elementos de barro de revestimento de cabanas com marcas em negativo dos ramos entrelaçados" (Perestrelo, 2008: 57).



Fig. 79. Colina do Castelo dos Mouros visto de ocidente (Perestrelo, 2008: 66).

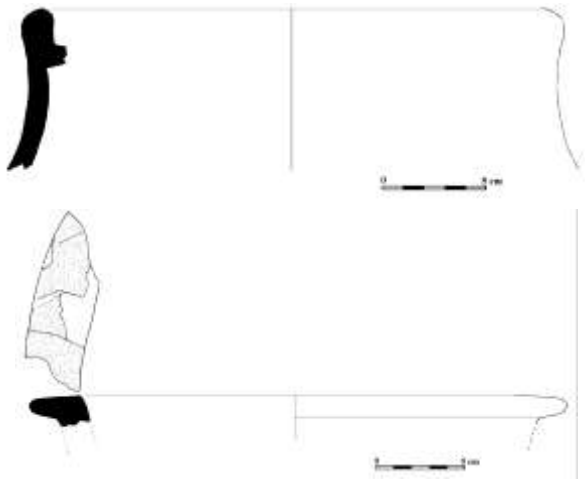


Fig. 80. Cerâmica com rebordo interior; Cerâmica de largo bordo horizontal (desenho de Manuel Perestrelo).



Fig. 81. Fragmentos de Cerâmica integráveis no Bronze Final (fotografia de Manuel Perestrelo).

Destacam-se os fragmentos de cerâmicos decorados com incisões e puncionamentos diversos, inclusive num "largo bordo horizontal"; técnica de "boquique" com incrustação de pasta branca; decoração em espinha, reticulado e ziguezagues) (Perestrelo, 2001 citado em Vilaça *et al.*, 2001: 80).

Castro do Senhor dos Aflitos (Arouca)

O Castro do Monte do Senhor dos Aflitos ou Castro de Alvarenga, situa-se num outeiro que possui um grande domínio visual sobre a área envolvente, nomeadamente sobre o vale de Alvarenga e o rio Paiva (IGESPAR, 2012).

Da sondagem de diagnóstico realizada no povoado, não foi identificada qualquer estrutura na área escavada (...) “o espólio recolhido, exclusivamente cerâmico - com excepção de um movente de mó em

granito e dois fragmentos de uma mó vaivém, do mesmo material, recolhidos nas imediações, à superfície - integra pouco mais de duas centenas de fragmentos cerâmicos, correspondentes a olaria manual, essencialmente lisa, datável do Bronze Final. Surgiu apenas um fragmento decorado, exibindo uma banda de sulcos incisos oblíquos sob o bordo" (António Silva e Paulo Lemos, IGESPAR 2012).

Canedotes (Vila Nova de Paiva)

Entre 1997 e 2000, decorreram quatro campanhas de trabalhos arqueológicos no sítio arqueológico de Canedotes. O sítio implanta-se no topo de um monte, "cuja silhueta cónica aplanada se destaca na paisagem envolvente e atinge uma altitude máxima de 846 m". Na parte mais elevada junto ao topo, existem duas plataformas alongadas e aplanadas, que foram alvo de intervenções arqueológicas (Canha *et al*., 2007: 160).



Fig. 82. Formação geológica onde se encontra implantado o povoado de Canedotes (Canha *et al*., 2007: 161).

No setor I destaca-se uma "estrutura compósita constituída por quatro compartimentos, que parece articular-se com outras estruturas simples, nomeadamente buracos de poste. Esta é aberta a poente e acompanha longitudinalmente o eixo maior da plataforma, seguindo a linha de afloramentos que a delimitam a nascente. Esta construção complexa compreenderia quatro "compartimentos" em conexão, ainda que possam tratar-se de áreas formalmente individualizáveis, talvez com funções diversificadas" (*idem*: 163).

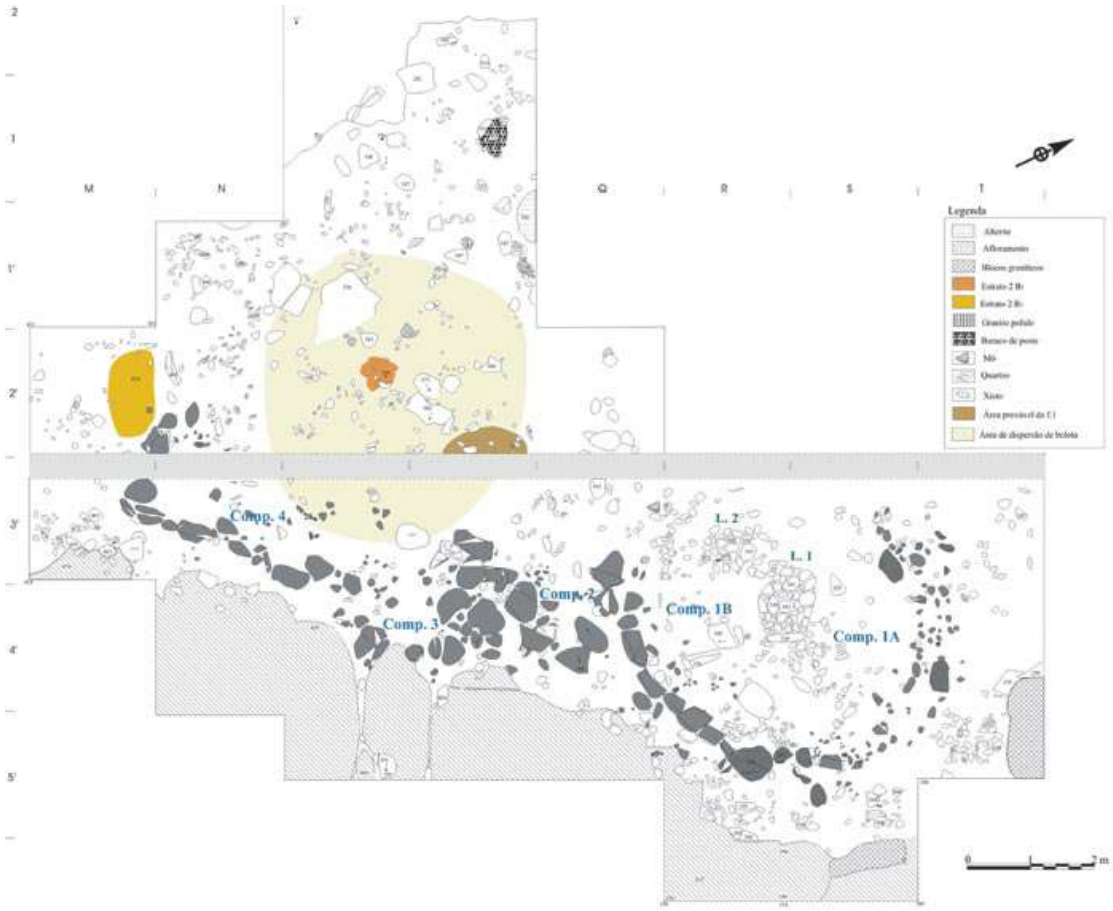


Fig. 83. Estruturas arqueológicas do povoado de Canedotes (Canha *et al*., 2007: 165).

Para este setor II existe uma data de 996-812 cal BC. (...) Neste setor, recolheram-se mais de 4500 fragmentos cerâmicos; alguns líticos em sílex e diversos objetos em bronze nomeadamente fragmentos de argolas e braceletes, bem como uma virola, entre outros (Canha *et al*., 2007: 164).

Castelejo (Sortelha)

O sítio onde se localiza o Castelejo "corresponde a dois pequenos mas destacados cabeços graníticos e à plataforma em "sela" encaixada entre ambos. O cabeço mais elevado, a 855 m de altitude e com uma área útil de apenas cerca de 400 m2, revelou uma ocupação intensa tendo em conta a quantidade de materiais, designadamente cerâmicos. (...) As decorações são raras, mas estão presentes variadas técnicas, desde as incisões e impressões, até aos motivos brunidos e aplicações plásticas (Vilaça, 2008: 42).

As escavações revelaram algumas estruturas de caráter "habitacional e defensivo, nomeadamente uma construção em talude, com pedras irregulares de granito de grandes dimensões, que protegiam o povoado do lado oriental, o mais vulnerável" (Osório, 2012: 20).

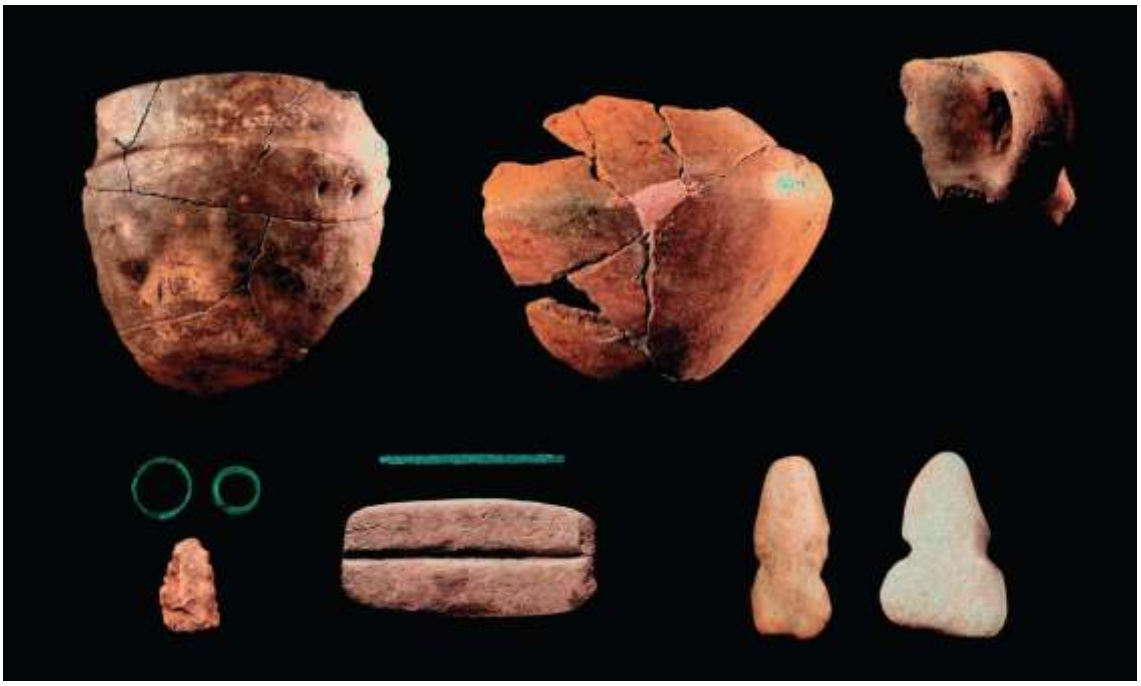


Fig. 84. Materiais do povoado do Castelejo expostos no Museu do Sabugal (Osório, 2012: 20).

Castro de São Jurge (Mêda)

Num morro que domina parte do percurso do Rio Torto, encontram-se vestígios do que terá sido um povoado pré-histórico, (Coixão, 1999a: 314) enquadráveis em dois momentos distintos: o III e II milénio a.C. Foi detetada arte rupestre em todo o morro.

As primeiras sondagens realizadas em 2003 revelaram diversos materiais pré-históricos assim como algumas estruturas (Coixão *et al*., 2009: 80-81). Segundo António Sá Coixão, "nesta última camada foram exumadas pontas de seta, lascas de quartzo e fragmentos cerâmicos que correspondem ao III e II milénio a.C." (Coixão, 2014: 38).

Sandra Naldinho, que realizou a análise das cerâmicas pré-históricas, resultantes da campanha de 2003, distingue três tipos de técnicas decorativas: incisão, que predomina; a impressão "penteada"; e a plástica (cordão liso) (Naldinho, 2004, 170). As cerâmicas penteadas aqui encontradas estão também presentes em Castanheiro do Vento (Horta), Castelo Velho (Souto), Curral da Pedra (Chãs) e Painova (Freixo de Numão). No Prazo (Freixo de Numão), em Montes (Fontelonga) e ainda no Castanheiro do Vento (Horta) encontram-se cerâmicas com decoração incisa semelhantes às de S. Jurge (*idem*: 171).

No ano de 2011, foi levantada uma estela decorada com sete fossetes, que se encontrava na posição horizontal e registada "numa camada arqueológica onde foi recolhida cerâmica da Idade do Bronze". Foi igualmente escavada uma estrutura hexagonal, "formada por pedras fincadas, onde foi recolhido no seu interior uma placa de xisto polido, com um orifício; cerâmica do bronze e uma grande quantidade de lascas de quartzo" (Coixão, 2014: 39-40). Estes vestígios foram interpretados como elementos que se integram numa possível ocupação da Idade do Bronze.

No inventário geral da indústria lítica evidencia-se, igualmente, uma significativa percentagem de pequenos utensílios configurados sobre seixo (em granito, quartzo e quartzito). A coleção lítica é ainda complementada por um número significativo de lascas em quartzo ou quartzito, raramente retocadas. Do conjunto lítico exumado inventariou-se apenas um único utensílio em anfibolito. Trata-se de um machado integralmente polido de contorno subelíptico, alongado, de gume plano-convexo, simétrico. O seu talão reto ostenta evidentes vestígios de utilização, porém o seu gume apresenta-se pouco afiado (Coixão, 2010).



Fig. 85. Conjunto de fragmentos de cerâmica, apresentando decoração incisa (Coixão, 2010).



Fig. 86. Conjunto de fragmentos de cerâmica, apresentando decoração plástica (cordões digitados) e incisa (Coixão, 2010).







Figs. 87-89. Cerâmicas decoradas (Coixão, 2012); machado polido em anfibolito (Coixão, 2010); material em quartzo e sílex (Coixão, 2014: 49).

II.3.2. OS RECINTOS MURADOS DO III MILÉNIO A.C.

Neste ponto, abordaremos três sítios arqueológicos que classificamos como recintos fechados murados (datados genericamente do III milénio a.C.) localizados na Bacia Hidrográfica do Douro: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) e Crasto de Palheiros (Murça). São sítios que foram fruto de várias campanhas de escavação, objeto de teses de mestrado e/ou doutoramento e que os seus resultados se encontram largamente publicados. Este é um tema amplamente estudado e debatido, mas neste contexto será apenas referido de forma muito sucinta.

No capítulo I.3. definimos os *Recintos fechados murados* da seguinte forma: os recintos murados são circundados por muros, alguns com grandes dimensões, e/ou plataformas pétreas, que parecem definir e delimitar um determinado espaço interior.

Tanto o Castelo Velho de Freixo de Numão como o Castanheiro do Vento se encontram delimitados por muros e o sítio do Crasto de Palheiros possui plataformas pétreas que criam um recinto interior.

O **Castelo Velho de Freixo de Numão** (Vila Nova de Foz Côa) pode ser descrito com um recinto delimitado por um murete que se localiza no alto de um esporão (Jorge, 2003b: 1469).



Fig. 1. Vista geral do Castelo Velho de Freixo de Numão (fotografia de Danilo Pavone, 2002).

No topo do esporão ergue-se um “dispositivo arquitectónico monumental”, constituído por um recinto que é rodeado, a sul e oeste, por uma plataforma intermédia e por uma "rampa" ou "talude" com alguma envergadura. Na vertente sul foram construídas estruturas com um carácter menos monumental

e mais perecível. Apesar das remodelações a que esteve sujeito, manteve-se operacional “entre c. 3000 a. C. e c. 1300 a. C.”. Foi planeado na primeira metade do III milénio a.C. um “projecto arquitectónico de grande envergadura que implicou: a "escultura" ou afeiçoamento dum morro, de forma a alterar-lhe o volume inicial (...)”. O interior do recinto era palco de um conjunto de actividades difíceis de qualificar” (Jorge, 2003b: 1470-1471).

Este espaço interior contempla um conjunto de materiais e estruturas que se distanciam das estruturas associados aos povoados. Estas estruturas estão em relação com deposições intencionais de ossos humanos, sementes, fragmentos de vasos cerâmicos, pesos de tear, ouro, machados planos de cobre, entre muitos outros, o que sugere um conjunto de práticas diferenciadas.



Figs. 2 a 5. Exemplos de materiais identificados em Castelo Velho: machados em pedra polida, contas de colar, pendentes, pontas de seta e fragmento de cerâmica oculada (fotografias de Lídia Baptista).

O recinto murado de **Castanheiro do Vento** (Vila Nova de Foz Côa) situa-se no topo de uma colina, à altitude absoluta de 730 metros (Vale, 2011: 32).

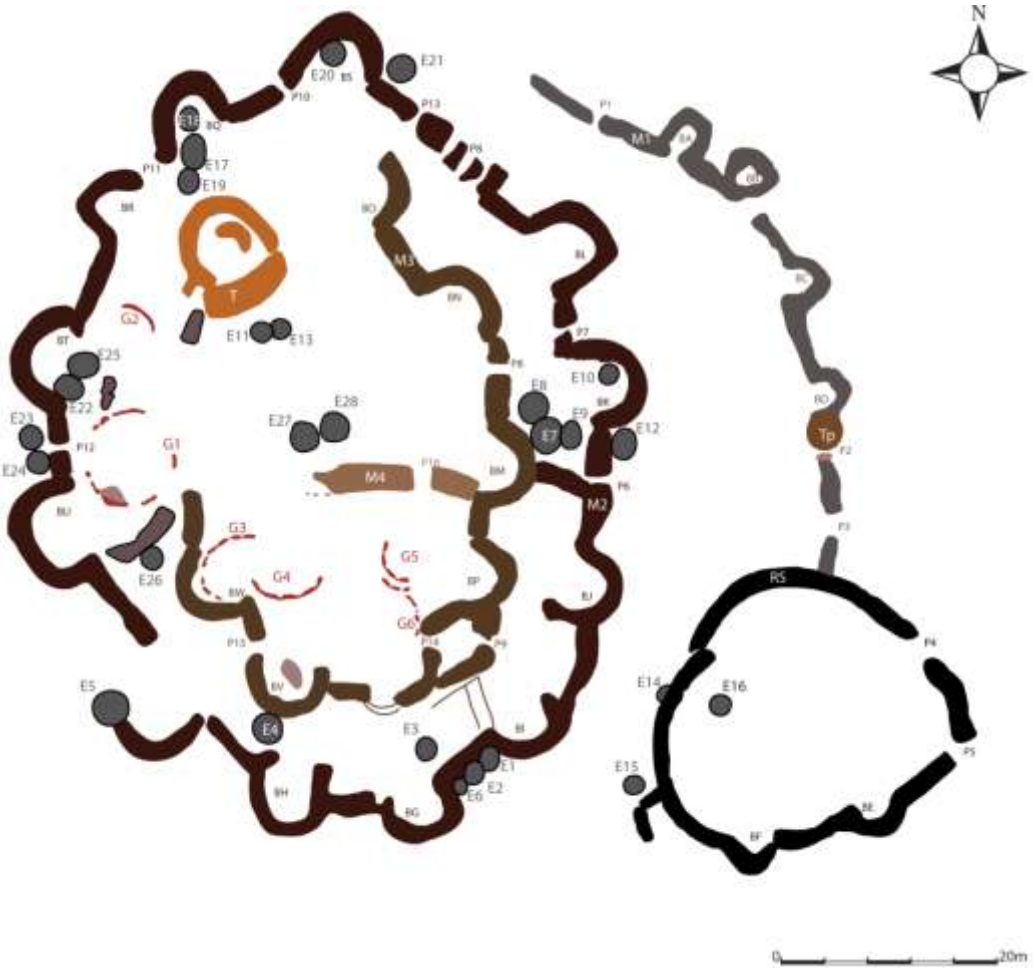


Fig. 6. *Croquis* de Castanheiro do Vento (após campanha de escavação de 2009). Tratamento gráfico de André Santos sobre desenhos de Bárbara Carvalho e João Muralha Cardoso (Imagem cedida pela equipa de escavação de Castanheiro do Vento).

> "(...) a planta de Castanheiro do Vento apresenta uma grande diversidade estrutural. Uma primeira constatação relaciona-se com a existência de um ritmo "padronizado" nos elementos constituintes da planta geral; segmentos de murete, estruturas sub-circulares, passagens, estruturas circulares, englobados numa ideia de linhas curvilíneas. Uma segunda constatação, encontra um conjunto de espaços mais ou menos delimitados, quer os interiores das estruturas sub-circulares e circulares, quer áreas condicionadas pela utilização de pequenos (à escala do sítio) troços de murete. Estas delimitações, ou melhor, estas condicionantes à circulação interna no sítio promovem uma metamorfose física de um espaço, em inúmeros sentidos, que provavelmente se tornariam a cruzar e a transformar continuamente esse espaço" (Cardoso, 2007: 106).

Este recinto murado, do ponto de vista do seu dispositivo arquitetónico, apresenta grande complexidade, como podemos ver através da descrição de João Muralha Cardoso. O sítio é contornado a norte e a oeste "por um dispositivo de tipo talude definido por alinhamentos constituídos por lajes de xisto colocadas de forma perpendicular e paralela entre si de forma a contrariar a pendente do terreno" (Vale, 2011: 38).

A primeira ocupação contínua do sítio ocorre durante o III milénio a.C. e primeira metade do II milénio a.C. com base na "distribuição de probabilidades do conjunto de datas desse período, correspondendo ao intervalo 2875-1519 cal BC (81,5%)" (Cardoso, 2007: 103).

A análise da estratigrafia geral do sítio permite assinalar a existência de uma primeira camada muito revolvida devido aos trabalhos agrícolas e ao coberto vegetal. A camada 2 também se apresenta bastante perturbada e é neste estrato que se detetaram carvões e materiais que sugerem reutilizações discretas deste espaço no Bronze Final e Idade do Ferro. A camada 3 encontra-se associada a todas as estruturas, cujas diferentes ocupações se estendem desde "inícios do III milénio cal BC até meados do II milénio cal BC" (*idem*: 83).



Fig. 7. Vista geral de Castanheiro do Vento (fotografia tirada de Noroeste para Sudeste). Em primeiro plano é possível distinguir o Murete 2 e o Bastião S e mais afastado identifica-se a Torre Principal (fotografia de João Muralha Cardoso).

O **Crasto de Palheiros** (Murça) implanta-se no maciço de xisto quartzítico mais elevado da "crista" da dobra anticlinal situada a Sudeste da aldeia Palheiros, no flanco esquerdo da ribeira de Vale da Ria, afluente do rio Tinhela bastante próximo da confluência deste com o rio Tua. O maciço ocupado pelo povoado soergue-se em pico ou falésia em cerca de 50 metros acima das altitudes médias do eixo da crista, isto é, acima dos 550 m". Deste local avista-se a área sudoeste da bacia de Mirandela, a parte sul da Serra da Padrela, e ainda os planaltos de Carlão e de Carrazeda de Ansiães (Sanches, 1997: 274).

> "[Crasto de Palheiros] Foi ocupado continuamente durante dois largos períodos cronológicos: durante o III e inícios do II milénio a.C., (...); e do I milénio a.C. até ao século II d.C., coincidindo com ocupações da Idade do Bronze Final e Idade do Ferro. (...) O *terminus* ocupacional coincide com a presença romana efectiva na região (séculos I/II d.C.) no entanto, à excepção de alguns

artefactos metálicos, o sítio não revela sinais de uma ocupação claramente romana ou indígena/romana" (Abrunhosa e Pinto: 2012: 13-14).



Fig. 8. Crasto de Palheiros antes da construção do centro de interpretação (fotografia de Maria de Jesus Sanches).

Por volta de 2900/2850 e 2700 a. C., a colina/escarpa do Crasto de Palheiros, que se encontra "pejada de afloramentos rochosos em quartzito e xisto quartzítico, foi "moldada" através da construção dum imponente talude em forma de rampa". Desta forma foi possível criar uma espécie de plataforma "como que uma "acrópole" ou ponto central de domínio sobre a colina e o exterior da colina". Acima do talude foi construída uma muralha (Sanches e Pinto, 2008: 24-25).

> "Com esta muralha, estaríamos perante um espaço soerguido, mas agora murado – quer dizer, um recinto – mas onde a parte mais alta e central sobressairia sempre por cima das muralhas. Este é assim uma espécie de palco central onde se desenvolveriam várias actividades difíceis de caracterizar pois nos aparecem como um palimpsesto. Ao mesmo tempo, as zonas aplanadas, situadas em torno a este conjunto muralha/talude, portanto na zona basal do talude, revelam vestígios de ocupação duma comunidade agro-pastoril, através de restos de construções (talvez pequenas cabanas de materiais perecíveis, como madeira e barro). Por volta de 2700 AC iniciou-se a construção dum outro talude, similar, na forma, ao talude interior. Antes de ser ampliado, teria um pouco mais de 5m de largura por 5/6 m de altura. Tal como o talude interno, este também teria sido encimado por uma muralha em terra. Este segundo conjunto muralha/talude, transformou a área circundante do primeiro recinto, num segundo recinto (recinto inferior ou exterior), porventura seccionado internamente. Existiriam assim 2 recintos concêntricos que se fecham de encontro à escarpa rochosa situada a sul (fragada)" (*ibidem*).

Estamos em presença de um dispositivo complexo, marcado por um conjunto de opções arquitetónicas aparentemente pouco comuns em toda a área da Bacia Hidrográfica do Douro. Este espaço foi sofrendo algumas ampliações e alterações durante a segunda metade do III milénio a.C. até que "por volta de 2200/2300 parece ter começado o encerramento intencional do recinto da plataforma inferior leste". Em suma, estamos perante um espaço cuja edificação começou por volta de 2850 AC e cessou por volta de 1900/1800 AC., voltando a ser reocupado entre 900/ 800-500 AC, mas de uma forma completamente diferente da anterior, aparentemente com construção de um "pequeno povoado, povoado que se "moldou" à topografia prévia do terreno" (Sanches e Pinto, 2008: 29).

Não gostaríamos de terminar esta breve incursão pelos recintos murados conhecidos atualmente na Bacia Hidrográfica do Douro sem deixar de referir que podem/devem existir mais recintos para além dos três sítios supracitados. João Muralha Cardoso, que integra a equipa de escavação de Castanheiro do Vento, realizou vários trabalhos de prospeção no Douro Superior e detetou um conjunto de possíveis recintos. Para além de se localizarem em lugares destacados na paisagem, possuem alinhamentos que em determinados casos perfazem um recinto e noutros casos admitem essa possibilidade. Nesses sítios detetam-se materiais à superfície, em maior ou menor quantidade, consoantes os casos, mas que se integram genericamente no III e II milénios a.C. Segundo o autor (Cardoso, 2007: 341) os recintos não escavados são os seguintes:

- Quinta de Alfarela (Torre de Moncorvo)
- Castelo Velho de Monte Meão (Vila Nova de Foz Côa)
- Zaralhôa (Vila Nova de Foz Côa)
- Pitanceira (Vila Nova de Foz Côa)
- Castelo Velho da Meda (Meda)
- Montes (Vila Nova de Foz Côa)
- Cerro do Bastião (São João da Pesqueira)
- Castelo Velho do Souto (Penedono)
- Alto da Lamigueira (Vila Nova de Foz Côa)

E os "prováveis recintos" (Cardoso, 2007: 342 nota 159):

- Castro de São Jurges (Ranhados, Meda)
- Citânia da Teja ou Sobreiral (Numão, Vila Nova de Foz Côa)
- Campanas (Mós do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
- Alto do Castelo ou Tapadão (Chãs, Vila Nova de Foz Côa)
- Castelos (Seixas do Douro, Vila Nova de Foz Côa)
- Cabeçinho da Perdiz (Santa Comba, Vila Nova de Foz Côa)

Quinta de Alfarela




Figs. 9 e 10. Quinta de Alfarela vista de Oeste; pormenor das estruturas do topo (fotografias de João Muralha Cardoso).

Zaralhôa



Castelo Velho da Meda



Montes



Cerro do Bastião



Castelo Velho do Souto

Alto da Lamigueira




Figs. 11 a 16. Vistas gerais de alguns recintos não escavados (fotografias de João Muralha Cardoso).

Um pouco por toda a Bacia Hidrográfica do Douro existe a possibilidade de se encontrarem novos recintos murados integráveis num período alargado entre o III milénio e o II milénio a.C. Tradicionalmente referidos como "povoados fortificados", foram inventariados na nossa Base de Dados uma série de lugares onde se detetam materiais pré-históricos à superfície em sítios onde existem igualmente estruturas pétreas (muros, muretes, "muralhas" e plataformas pétreas ou taludes). É possível que em alguns desses casos estejamos na presença de recintos murados que tenham emergido, tal como o Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento e Crasto de Palheiros, nos inícios do III milénio a.C.

II.3.3. AS PRÁTICAS SEPULCRAIS

Fazer um trabalho de síntese sobre as práticas sepulcrais do VI ao primeiro quartel do I milénio a.C. demonstrou ser uma "missão praticamente impossível". Encontram-se registados mais de mil e duzentas estruturas tumulares, das quais cerca de 160 foram objeto de intervenções arqueológicas. Atendendo a que esta temática se encontra abordada no capítulo II.2., ainda que de forma genérica, optámos por estruturar este tema dividindo-o em quatro pontos distintos:

1. Enunciaremos, de forma muito sintética, algumas das estruturas sob *tumulus*, construídas maioritariamente durante a primeira metade do IV milénio a.C.;

2. Em relação às práticas sepulcrais desenvolvidas entre o III e o primeiro quartel do I milénio a.C. pretendemos expor apenas quatro sítios fruto de investigações recentes;

3. Abordaremos as práticas sepulcrais que ocorrem em estruturas em negativo de tipo fossa;

4. E por último, agrupámos, num só texto, os enterramentos em gruta ou em abrigo detetados até ao momento na Bacia Hidrográfica do Douro.

3.3.1. PRÁTICAS SEPULCRAIS DO V E IV MILÉNIOS A.C.

3.3.1.1. SEPULCROS MEGALÍTICOS

Genericamente, podemos afirmar que é na parte ocidental da Bacia Hidrográfica do Douro que se concentram o maior número de estruturas tumulares.

Alguns autores consideram que estas concentrações de *tumulus* e demais tipologias associadas às práticas sepulcrais se agrupam em grandes necrópoles. A primeira necrópole a ser estudada de forma sistemática foi a "necrópole da Serra da Aboboreira", que teve o seu início em meados do V milénio a.C. e término na primeira metade do II milénio a.C. Segundo Susana Oliveira Jorge "os primeiros monumentos (Neolítico médio-final) eram mais destacados na paisagem (graças a "mamoas" de alguma envergadura) do que os sepulcros baixos do II milénio a.C., que surgiam "disfarçados" entre os monumentos mais antigos e blocos graníticos" (Jorge, 2003b: 1468). Existe, efetivamente, mesmo a nivel tipológico, uma grande diferença entre as primeiras estruturas a serem construídas durante o chamado "Neolítico Médio" e a forma de tumulação em finais do II milénio, inícios do I milénio a.C., durante o Bronze Final.

Em finais do V milénio a.C. começam a construir-se sepulcros simples, ainda pouco destacados na paisagem, dos quais os sepulcros da Serra da Aboboreira são para já os mais antigos monumentos que se encontram escavados e datados:

> "Entre os finais do V milénio e inícios do IV milénio A.C. (4350-3900 A.C.), na Serra da Aboboreira, inicia-se a construção dos primeiros sepulcros com *tumulus*, de reduzidas dimensões, implantando-se de uma forma ainda tímida na paisagem, com pouca visibilidade, numa posição isolada e nas áreas periféricas das chãs como são os casos das mamoas de Monte de Olheira (Ovil,

Baião) e de Cabras (S. Simão de Gouveia, Amarante). A primeira encerra um sepulcro ortostático e a segunda uma estrutura interna indefinida. Nesta altura terão também sido construídos os primeiros dólmens, fechados e abertos, como Furnas 2 (S. Simão de Gouveia, Amarante) e Meninas Crasto 2 (Ovil, Baião). São ainda de dimensões medianas no que diz respeito à sua estrutura dolménica e à tumular. Tal como os anteriores, estão implantados em chãs embora se destaquem mais um pouco no terreno. O espólio encontrado nestes monumentos é escasso e pobre, destacando-se, pelo número de ocorrências, a presença de micrólitos geométricos" (Stockler, 2014: 67).

Num trabalho de síntese, publicado em 2014, Carla Stockler estabelece as diferentes fases de ocupação da Serra da Aboboreira, que optamos por apresentar sob a forma de tabela.

Entre os finais do V milénio e inícios do IV milénio A.C. (4350-3900 A.C.)	Primeira metade do IV milénio A.C. (4000-3650 A.C.)	Passagem da 1.ª para a 2.ª metade do IV milénio A.C.	Dos finais do IV milénio A.C. aos inícios do III milénio A.C.	2.ª metade do III milénio A.C., entre a 2.ª metade do III milénio e os inícios do II milénio A.C.
Monte de Olheira Cabras Furnas 2 Meninas Crasto 2	Meninas do Crasto 3 Outeiro de Gregos 2 Mina do Simão Outeiro de Ante 1, Chã de Parada 3 Cabritos 2? Outeiro de Gregos 3 Chã de Santinhos 2 Chã de Arcas 3	Outeiro de Ante 1 Chã de Parada 3 Chã de Arcas 3 Chã de Parada 1 (ou então já durante a 2ª metade desse milénio: 3600-3100 AC) Mamoa não megalítica de Outeiro?	Chã de Arcas 5	Fragmentos de cerâmica campaniforme encontrados no dólmen de corredor de Chã de Parada 1, nos sepulcros ortostáticos sob *tumulus* (Outeiro de Ante 2 e Monte Maninho). Cista de Chã de Carvalhal 1 Cairns: Outeiro de Gregos 1 Meninas do Crasto 4 Outeiro de Gregos 5

Tabela 1. Síntese dos grandes momentos de construção de *tumulus* na Serra da Aboboreira (Stockler, 2014: 67-80, adaptado).

Constata-se que na Serra da Aboboreira a maioria dos sepulcros megaliticos são construídos durante a primeira metade do IV milénio a.C. ou na passagem da primeira metade para a segunda metade desse milénio.

Em relação a outra área da Bacia Hidrográfica do Douro, com vestígios sepulcrais muito expressivos, destacamos igualmente uma publicação recente (2013) de André Santos e Domingos Cruz sobre duas necrópoles que se localizam na Serra de Montemuro: Lameiro dos Pastores e Chão do Brinco. A primeira é constituída "por três monumentos megalíticos, dois [monumentos] de cronologia posterior ao Neolítico, e um quinto, um montículo muito baixo, associado a um menir; dois destes corresponderão a *cairns* com estruturas cistóides no interior". Chã do Brinco, por seu turno, é constituída por quatro monumentos: três destes são de cronologia neolítica, sendo o quarto, pelas suas dimensões e características construtivas, de cronologia mais tardia" (Santos e Cruz, 2013: 7).

Segundo estes autores,

> "A construção dos monumentos de que temos vindo a tratar datará seguramente dos inícios do IV milénio a. C., tal como a de todos os monumentos megalíticos do Noroeste da Península Ibérica e da Beira Alta (Cruz, 1995; 1998; 2001); por monumentos megalíticos entenda-se os grandes dólmens com câmaras ortostáticas de grandes dimensões podendo dispor ou não de corredor (são sobretudo construções que se desenvolvem em altura, ou seja, os esteios que os constituem são

significativamente mais altos que largos). Nesse sentido, cada uma das necrópoles que aqui tratamos apresenta três monumentos deste período" (Santos e Cruz, 2013: 16).

Confirma-se assim que é na primeira metade do IV milénio a.C. que se constroem grandes dólmens, alguns com corredor, vestíbulo ou até átrio, capazes de concentrar dezenas ou até centenas de inumações. No Alto Paiva:

> "(...) rapidamente o edifício funerário cresce, torna-se construtivamente mais complexo, relacionando-se, certamente, com um cerimonial mais elaborado. Entre 4000 e 3700 a.C. constroem-se no território numerosos dólmens de grandes dimensões. As câmaras funerárias são agora maiores, podendo atingir mais de 4 m de altura. O acesso a este espaço central obriga à construção de corredores extensos, feitos com esteios de grandes dimensões (orcas dos Juncais, Pendilhe, Tanque, Porto Lamoso, Castonairas, etc.). Por vezes, este poderá ser substituído por passagens não cobertas, pelo menos com lajes megalíticas, como acontece na Orca do Picoto do Vasco, prolongando para o exterior o pequeno vestíbulo que define a entrada da câmara deste monumento. Quer as câmaras funerárias, quer os corredores ortostáticos, eram totalmente cobertos com lajes; no primeiro caso, esta peça (laje de cobertura ou tampa) é monolítica e de grandes dimensões, que, não raro, ultrapassa as 10 toneladas de peso (Juncais, Pendilhe, Tanque, Porto Lamoso, etc.)" (Cruz *et al.*, 2000: 253).

Alguns destes dólmens podem ter uma cronologia que entra já na segunda metade do IV milénio a.C., mas trata-se de casos mais esporádicos, como por exemplo: Dólmen de Chã de Parada 1 e Dólmen de Madorras. A partir de finais do IV milénio a.C. surgem outro tipo de construções, das quais falaremos mais adiante.

No total, registaram-se cerca de 203 sepulcros megalíticos (= anta ou dólmen), dos quais 82 foram objeto de intervenções arqueológicas.

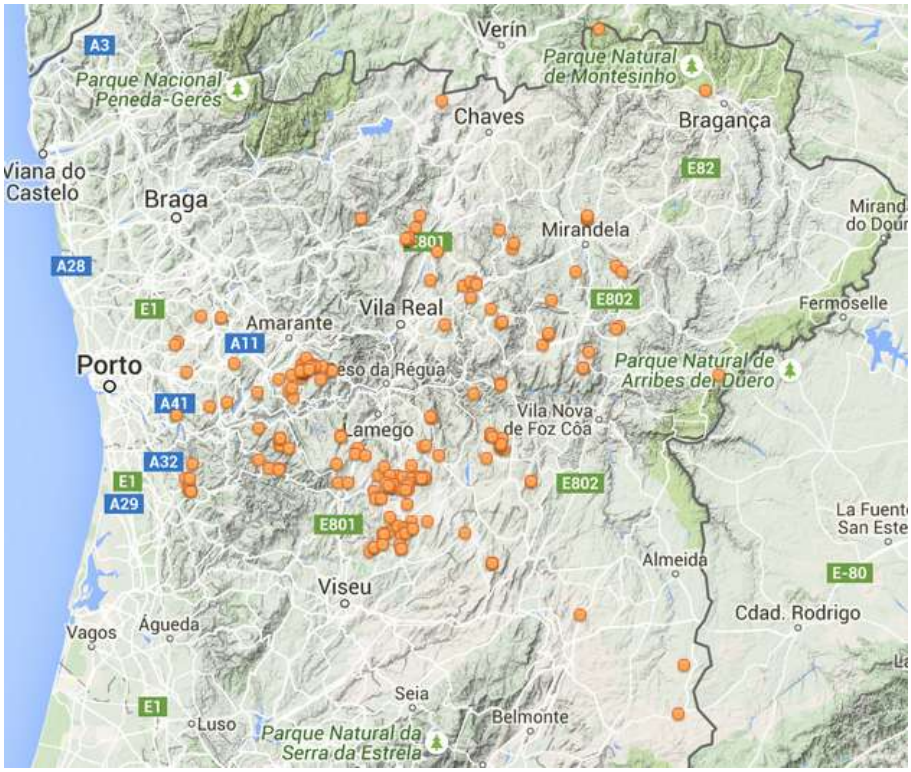


Fig. 1. Distribuição de sepulcros megalíticos na área da Bacia Hidrográfica do Douro.

A Serra da Aboboreira e o Alto Paiva possuem o maior número de sepulcros megalíticos reconhecidos e escavados dentro da nossa área de estudo.

Na tabela que apresentamos de seguida, selecionamos apenas os sepulcros megalíticos que foram objeto de escavações ou sondagens arqueológicas.

Nº inv.	CNS	Designação	Freguesia	Concelho
535	3976	Carapito II//Casinha da Moura	CARAPITO	AGUIAR DA BEIRA
536	3975	Carapito III	CARAPITO	AGUIAR DA BEIRA
537	750	Dólmen do Carapito I/ Casa da Moura//Dólmen 1 do Carapito//Carapito 1	PENA VERDE	AGUIAR DA BEIRA
838	878	Anta da Fonte Coberta//Dólmen da Fonte Coberta da Chã de Alijó	VILA CHÃ	ALIJÓ
685	17092	Cabritos 1//Mamoa de Cabritos 1	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
686	1179	Cabritos 2//Mamoa de Cabritos 2	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
687	1177	Cabritos 3//Mamoa de Cabritos 3	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
688	178	Conjunto Megalítico da Abogalheira - Abogalheira 1//Mamoa da Abogalheira 1//Abogalheira 1	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
689	1176	Conjunto Megalítico da Abogalheira - Abogalheira 3//Mamoa da Abogalheira 3	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
690	1182	Furnas 1//Mamoa de Furnas 1	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
691	1183	Furnas 2//Mamoa de Furnas 2	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
692	993	Mamoa de São Simão//Mamoa da Mina do Simão	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
694	4478	Perredendo//Mamoa de Perredendo / Chã de Lameiro	GOUVEIA (S. SIMÃO)	AMARANTE
37	4036	Mamoa 2 da Aliviada/Aliviada 2	ESCARIZ	AROUCA
39	12136	Mamoa 4 da Aliviada/Aliviada 4	ESCARIZ	AROUCA
44	3574	Dólmen da Aliviada//Mamoa 1 da Aliviada//Dólmen de Escariz ou Dólmen Pintado	ESCARIZ	AROUCA
47	11798	Mamoa 1 de Alagoas	ESCARIZ	AROUCA
62	5948	Mamoa 4 de Alagoas	ESCARIZ	AROUCA
74	3504	Mamoa 2 da Venda da Serra//Venda da Serra 2	ESCARIZ	AROUCA
680	7051	Chã de Arcas 3//Mamoa de Chã de Arcas 3	GESTAÇÔ	BAIÃO
693	1161	Outeiro de Ante 1//Mamoa 1 de Outeiro de Ante	OVIL	BAIÃO
696	1169	Outeiro da Coroa 1//Outeiro da Coroa (Serrinha) 1//Mamoa da Serrinha 1//Outeiro da Coroa 1 (Serrinha)	CAMPELO	BAIÃO
697	161	Outeiro de Gregos 3//Mamoa de Outeiro de Gregos 3	CAMPELO	BAIÃO
698	7378	Chã de Arcas 5//Mamoa de Chã de Arcas 5//Mamoa 5 de Chã de Arcas	GESTAÇÔ	BAIÃO
699	13994	Chã de Carvalhal 3 /Monte Maninho//Mamoa de Chã do Carvalhal 3	GRILO	BAIÃO
700	15974	Mamoa de Chã do Loureiro//Chã do Loureiro	GRILO	BAIÃO
701	1159	Anta da Aboboreira/ Anta da Chã de Parada 1//Mamoa de Chã de Parada 1//Dólmen 1 de Chã de Parada	LOIVOS DO MONTE	BAIÃO
704	1164	Chã de Parada 3//Mamoa de Chã de Parada 3	LOIVOS DO MONTE	BAIÃO

705	5269	Touta//Mamoa da Touta	LOIVOS DO MONTE	BAIÃO
707	2532	Castelo de Matos 3//Mamoa de Castelo de Matos 3	OVIL	BAIÃO
708	5306	Chã de Parada 4//Mamoa de Chã de Parada 4	OVIL	BAIÃO
710	1166	Meninas do Crasto 2//Mamoa de Meninas do Crasto 2//Mamoa da Nossa Senhora da Guia 6	OVIL	BAIÃO
711	17031	Meninas do Crasto 3//Mamoa de Meninas do Crasto 3	OVIL	BAIÃO
716	1160	Outeiro de Ante 2//Mamoa de Outeiro de Ante 2	OVIL	BAIÃO
717	134	Outeiro de Ante 3//Mamoa de Outeiro de Ante 3	OVIL	BAIÃO
720	55	Outeiro de Gregos 2//Mamoa de Outeiro de Gregos 2	OVIL	BAIÃO
721	936	Outeiro de Gregos 4//Mamoa de Outeiro de Gregos 4	OVIL	BAIÃO
2390		Mamoa de Monte da Olheira//Meninas do Crasto 1//Nossa Senhora da Guia 7//Monte da Olheira	OVIL	BAIÃO
258	555	Mamoa de Donai/Tumbeirinho/Devesa de Donai	DONAI	BRAGANÇA
300	3078	Dólmen de Vilarinho da Castanheira (Pala da Moura)	VILARINHO DE CASTANHEIRA	CARRAZEDA DE ANSIÃES
1185	2751	Chão de Brinco 1//Dólmen 1 de Chão do Brinco//Dólmen 1 de Chão do Brinco//Chã de Brinco	S. CRISTÓVÃO DE NOGUEIRA	CINFÃES
568	460	Anta de Pêra do Moço/Pêra do Moço	PÊRA DO MOÇO	GUARDA
736	4448	Serra de Campelos 14//Mamoa 14 da Serra dos Campelos	LUSTOSA	LOUSADA
747	1147	Conjunto Megalítico da Abogalheira - Abogalheira 2//Mamoa da Abogalheira 2//Abogalheira 2	FOLHADA	MARCO DE CANAVESES
751	1700	Chã de Santinhos 1//Mamoa de Chã de Santinhos 1	SOALHÃES	MARCO DE CANAVESES
753	12765	Mamoa da Lavra//Lavra//Mamoa da Lavra 1//Mamoa I da Lavra	SOALHÃES	MARCO DE CANAVESES
755	2955	Mamoa de Outeiro da Coroa 2/Mamoa da Serrinha 2//Mamoa 2 da Serrinha	SOALHÃES	MARCO DE CANAVESES
758	17128	Mamoa da Igrejinha//Igrejinhas	FOLHADA	MARCO DE CANAVESES
356	1944	Anta de Arcã/Arcã/Portela da Arcã//Anta da Arcã//Dólmen de Arcã	ABREIRO	MIRANDELA
1241	14678	Orca de Alvite	ALVITE	MOIMENTA DA BEIRA
1270	14697	Orca das Seixas/Orca do Padrão/Orca de Seixas	PÊRA VELHA	MOIMENTA DA BEIRA
920	14511	Mamoa de Alagoas/Mamoa d' Alagoa	JOU	MURÇA
921	13119	Mamoa do Castelo/Mamoa 1 do Castelo	JOU	MURÇA
1845	1603	Anta das Castanheiras/Mamoa do Taio//Dólmen da Gândara/Anta das Carvalhas	FRAZÃO	PAÇOS DE FERREIRA
1847	3313	Dólmen de Lamoso//Dólmen do Forno dos Mouros ou de Lamoso	LAMOSO	PAÇOS DE FERREIRA
770	255	Anta do Padrão/Dólmen do Padrão	BALTAR	PAREDES
1279	7384	Senhora do Monte 5 - Sangrino//Dólmen de Sangrino	CASTAINÇO	PENEDONO
1280	7316	Lameira de Cima 1//Dólmen do Telhal//Anta 1 de Penedono//Dólmen 1 da Lameira de Cima//Dólmen da Lameira de Cima I	OUROZINHO	PENEDONO
1281	7322	Lameira de Cima 2//Anta 2 de Penedono//Dólmen 2 da Lameira de Cima//Dólmen da Lameira de Cima 2	OUROZINHO	PENEDONO
1286	891	Dólmen da Capela da Senhora do Monte//Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte (Senhora do Monte 3)	PENELA DA BEIRA	PENEDONO
1288	7382	Senhora do Monte 2/Dólmen do Carvalhal	PENELA DA BEIRA	PENEDONO

1297	5321	Feirão 1/Dólmen 1 de S. Cristóvão//Mamoa 1 de Feirão/Felgueiras	FELGUEIRAS	RESENDE
1298	12280	Feirão 2/Mamoa 2 de S. Cristóvão	FELGUEIRAS	RESENDE
980	5589	Madorras 1/Mamoa 1 das Madorras//Mamoa 1 de Madorras	S. LOURENÇO DE RIBAPINHÃO	SABROSA
2124	30790	Dólmen de Sacaparte	ALFAIATES	SABUGAL
1314	11635	Dólmen de Areita 1//Dólmen 1 de Areita//Anta da Bouça da Sr.ª. Berta//Anta da Bouça da Senhora Berta	PAREDES DA BEIRA	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA
1606	5225	Orca de Forles	FORLES	SATÃO
1354	7628	Orca do Porto Lamoso ou dos Moinhos de Rua//Orca, Casa da Moura de Porto Lamoso, Casa da Moura dos Moinhos da Rua ou Corga Sintineira./Casa da Moura	ALHAIS	VILA NOVA DE PAIVA
1361	1341	Castonairas 1 (Orca das Castonairas)//Orca das Castenairas 1	FRÁGUAS	VILA NOVA DE PAIVA
1384	2232	Orca de Pendilhe/"Casa da Moura"//Anta da Orca de Pendilhe	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA
1387	3767	Picoto do Vasco/Sangrinho 4//Orca do Picoto do Vasco//Orca do Picoto do Vasco	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA
1405	11833	Orca da Abelha	QUEIRIGA	VILA NOVA DE PAIVA
1407	3684	Orca do Seixinho	QUEIRIGA	VILA NOVA DE PAIVA
1408	11834	Orca do Tanque (Orca Cimeira)	VILA NOVA DE PAIVA	VILA NOVA DE PAIVA
1409	16636	Orca do Tojinho	QUEIRIGA	VILA NOVA DE PAIVA
1410	308	Orca dos Juncais/Anta da Queiriga (ou "Orca Fundeira")//Dólmen dos Juncais//"Pedra da Orca" e "Orca Fundeira"	QUEIRIGA	VILA NOVA DE PAIVA
1411	11835	Orquinha da Bouça	QUEIRIGA	VILA NOVA DE PAIVA
1414	5228	Tojais 2	QUEIRIGA	VILA NOVA DE PAIVA
1445	11769	Orca de Merouços/Vale da Cadela/Merouços 1//Orca de Vale de Cadela	TOURO	VILA NOVA DE PAIVA
1075	16703	Anta de Penouças	SOUTELO DE AGUIAR	VILA POUCA DE AGUIAR
2469	1515	Fonte da Malga 2	COTA	VISEU
2481	5077	Pedralta 1	COTA	VISEU

Tabela 2. Sepulcros megalíticos que foram alvo de intervenções arqueológicas.

Com raras exceções, estes monumentos não se encontram isolados. Encontram-se associados a *tumulus* que não foram intervencionados e para os quais nem sempre é possível definir a sua estrutura interna. Formam conjunto ou núcleos. Dentro destes conjuntos surgem outros tipos de estruturas sob *tumulus* ou cairns, por vezes atribuídos a períodos posteriores. Este fenómeno de necropolização, conforme já foi explicado anteriormente, ocorre "Na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente no Tua/Bacia de Mirandela; nos Planaltos de Carrazeda; na zona de Madorras/Alijó/Pópulo (Alijó/Murça); em Sabrosa; no Planalto de Miranda-Mogadouro e no Alvão (...)" (Sanches, 1999: 54-55). Ocorre igualmente na Bacia do rio Paiva.

Segundo Domingos Cruz, os *tumuli*

> "concentram-se nos planaltos em torno da serra da Nave, em área dos concelhos de Vila Nova de Paiva e de Moimenta da Beira. Outros núcleos, mais esparsos, definem-se nas plataformas da serra do Montemuro, nas terras planálticas dos concelhos de Aguiar da Beira e Sernancelhe. A leste do Távora destacam-se os grupos da S.ª do Monte e da Lameira de Cima (Penedono) e de

Areita (S. João da Pesqueira). São escassos, ou estão ausentes, na área que corresponde geomorfologicamente à superfície da Meseta" (Cruz, 2001: 302).

Ou seja, também a sul da Bacia Hidrográfica do Douro se concentram na parte mais ocidental, começando a rarear à medida que se avança para oriente, já perto da fronteira com Espanha. Praticamente não se conhecem sepulcros megalíticos ou *tumuli* na bacia do rio Côa.

Para terminar, não sendo possível apresentar fotografias de todos estes sepulcros, fizemos uma pequena seleção de forma a ilustrar esta realidade.





Fig. 2. Outeiro de Gregos 2 (fotografia de Lurdes Cunha).



Figs. 3 e 4. Meninas do Castro 2 (fotografia cedida pela empresa Arqueologia e Património) do lado esquerdo.



Fig. 5 e 6. Vilarinho da Castanheira – Pala da Moura.



Fig. 7. Dólmen do Carvalhal, Penedono (fotografia de Dinis Cortes).



Fig. 8. Orca dos Juncais (SIPA – IHRU).

3.3.2. AS PRÁTICAS SEPULCRAIS DOS III E II MILÉNIOS E DO PRIMEIRO QUARTEL DO I MILÉNIO A.C.

No que toca às práticas sepulcrais do período em análise, iremos agrupá-las em dois pontos:

- no primeiro ponto, falaremos sobre o surgimento de um novo tipo de contexto sepulcral que aparece no interior de um recinto murado do III milénio a.C.;

- no segundo abordaremos as arquiteturas funerárias construídas "em pedra", nas quais incluímos a reutilização de monumentos megalíticos, a construção de baixos *tumuli* e a edificação de cistas simples, sem *tumulus*.

3.3.2.1. CONTEXTOS SEPULCRAIS EM RECINTOS PLURIFUNCIONAIS

Até ao momento, a estrutura com ossos humanos escavada no recinto murado de Castelo Velho de Freixo de Numão é o único contexto sepulcral detetado no interior de um recinto.

> "Nela tinham sido ritualmente depositados ossos de vários indivíduos (uma criança, vários adolescentes e jovens adultos) em associação com pesos de tear, fragmentos de vasos cerâmicos e fauna. Trata-se dum contexto funerário completamente novo, alheio ao padrão de tumulação do Neolítico médio-final: encontrava-se no interior dum recinto monumental multifuncional; era constituído por uma estrutura pétrea dissimulada com pequenas pedras; integrava uma provável inumação primária mutilada e várias inumações secundárias em estreita interacção ritual" (Jorge, 2003b: 1464).



Fig. 9. Estrutura de enterramento no interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Reutilização de sepulcros megalíticos

Entre a segunda metade do III milénio e o primeiro quartel do I milénio a.C. os tradicionais monumentos sob *tumulus*, nomeadamente os dólmens de corredor terão continuado a ser reutilizados. Segundo Domingos Cruz,

> "A reutilização dos antigos monumentos é atestada pela presença de materiais adscritíveis ao Calcolítico Final e inícios da idade do Bronze, como a cerâmica campaniforme (Orcas de Pendilhe, Seixas, Castonairas, Porto Lamoso, Rapadouro 1), artefactos metálicos (Orca de Seixas), ou os vasos, de feitura grosseira, de base plana ou plano-convexa, de corpo troncocónico/subcilíndrico (Merouços, Juncais, Porto Lamoso, Castonairas)" (Cruz, 2001: 185).

Os materiais aí encontrados ou datações de carbono 14 atestam esta afirmação. Para além dos exemplos referidos por Domingos Cruz, passamos a enumerar apenas mais alguns casos de sepulcros do IV milénio que possuem vestígios de reutilizações a partir da segunda metade do III milénio a.C.:

Orca de Seixas, Moimenta da Beira	Orca das Castonairas, Vila Nova de Paiva	Dólmen da Senhora do Monte, Penedono
Orca dos Juncais, Vila Nova de Paiva	Orca do Tanque, Vila Nova de Paiva	Dólmen de *Madorras 1*, em Sabrosa
Carvalhas Alvas, Vila Pouca de Aguiar	Porto Lamoso, Vila Nova de Paiva	Dólmen do Carvalhal, Penedono
Lameira de Cima 2, Penedono	Dólmen da *Estante*, em Alijo	Carapito III, Aguiar da Beira
Dólmen de Picoto do Vasco/Sangrinho 4, Vila Nova de Paiva	Orca de Porto Lamoso (ou dos "Moinhos de Rua"), Alhais	Estante e Fonte Coberta, Alijó
Mamoa de Cabritos 1, Baião	Arreçaio 4, Arouca	Orca de Pendilhe, Pendilhe



Figs. 10 e 11. Púcaro de colo alto (imagem da esquerda) do Dólmen de Carvalhas Alvas, Vila Pouca de Aguiar. Vaso troncocónico da Estante (Carlão, Alijó) à direita. Segundo Ana M. S. Bettencourt, estes vasos enquadram-se no Bronze Inicial ou Médio (2009: 12). (Fotografias de Alexandra Vieira, autorizada pelo Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real).

Construção de novos sepulcros, sem características monumentais

A partir do III milénio a.C., mas principalmente a partir da segunda metade desse milénio constroem-se outros tipos de sepulcros, "pequenos, discretos, não monumentais" (Cruz *et al*., 2000: 256). Designados de diferentes maneiras pelos autores, por uns são chamados de "monumentos de tradição megalítica", outros utilizam a expressão de "monumentos baixo *tumuli*" ou ainda podem era apelidadas de sepulturas "sub-megalíticas". As soluções arquitetónicas encontradas nestes monumentos podem ser muito diversas. Em comum têm o facto de serem cobertos por um *tumulus*, mais baixo, mais discreto, conforme referido anteriormente. Esse *tumulus* pode ser constituído por terra e pedras ou apenas pedras, os chamados *cairns*. Existem *cairns* datados do IV milénio a.C., nomeadamente no Alto Paiva, mas esta solução arquitetónica torna-se mais frequente a partir do II milénio a.C. Em relação às estruturas que se encontram no interior dos *tumuli*, existem muitos casos registados de estruturas cistoídes. As cistas podem ser megalíticas ou de dimensão mais modesta.

Passámos a apresentar uma tabela, com exemplos de alguns destes sítios, que foram objeto de intervenções arqueológicas.

Nº de inv.	CNS	Designação	Freguesia	Concelho	Tipologia	Subtipologia	Cronologia
5	7601	Cabril 2//Mamoa 2 de Córregos	ALVARENGA	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Cista	PHR
12	28394	Mamoa 2 de Córregos	ALVARENGA	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Outros	PHR
14	3836	Mamoa 2 do Fojo	ALVARENGA	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Cista?	PHR
21	23691	Mamoa do Senhor dos Aflitos	ALVARENGA	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Cista + Estela	Transição do Calcolítico para a Idade do Bronze, Bronze Inicial e o Bronze Médio
43	5845	Mamoa de Cando//Cando 1	CABREIROS	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Fossa ou cista?	Idade do Bronze
49	12162	Mamoa 1 do Calvário	ESCARIZ	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Outros	Calcolítico?
84	5860	Mamoa 4 do Arreçaio//Arreçaio 4	TROPEÇO	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Cista	Idade do Bronze
681	3952	Meninas do Crasto 4//Mamoa de Meninas do Crasto 4	CARVALHO DE REI	AMARANTE	Cairn	Cista?	Bronze Antigo
719	48	Outeiro de Gregos 1//Mamoa de Outeiro de Gregos 1	OVIL	BAIÃO	Cairn	Cista + Outros	Bronze Antigo
722	2720	Outeiro de Gregos 5	OVIL	BAIÃO	Cairn	Outros	Bronze Antigo
750	1138	Chã de Carvalhal 1	SOALHÃES	MARCO DE CANAVESES	Estruturas sob tumulus	Cista	Calcolítico Final/Bronze Inicial.
816	974	Gestosa/Mamoa 1 da Gestosa	SANDIM	VILA NOVA DE GAIA	Estruturas sob tumulus	Cista?	Calcolítico/bronze antigo? (VOJ, 1984: 34)
1134	18075	Cadouço	CUJÓ	CASTRO DAIRE	Estruturas sob tumulus	Outros	Calcolítico Final/ Bronze Antigo
1148	30067	Mamoa da Lagoa	GOSENDE	CASTRO DAIRE	Estruturas sob tumulus	Tumulus	Calcolítico Final / Idade do Bronze. (DC)
1154	23609	Baixinho 1//Mamoa 1 do Baixinho	MOURA MORTA	CASTRO DAIRE	Cairn	Outros	Idade do Bronze (DC)

1156	22036	Mamoa 1 do Alto do Picão//Mamoa 1 do Picão	MOURA MORTA	CASTRO DAIRE	Cairn?	Outros	Calcolítico / Idade do Bronze ? (DC)
1282		Mamoa de Chã do Carvalhal 2 - Cruz de Ferro	SOALHÃES	MARCO DE CANAVESES	Estruturas sob tumulus	Outros	datável dos inícios do II milénio a.C.(Cruz, 1991: 154)
1364	14398	Laje da Cruz 1	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Outros	
1365	14399	Laje da Cruz 2	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Estruturas sob tumulus	Tumulus	
1367	11824	Monumento 1 de Lameira Travessa/Lameira Travessa 1	PENDILHE (VILA NOVA DE PAIVA)	VILA NOVA DE PAIVA	Estruturas sob tumulus	Cista	Calcolítico Final. (Cruz, 2000: 36)
1372	11535	Monumento 2 de Lameira Travessa/Lameira Travessa 2	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Estruturas sob tumulus	Cista	Calcolítico Final. (Cruz, 2000: 36)
1374	8439	Monumento 2 do Rapadouro/Rapadouro 2	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Cista	Calcolítico Final/Bronze Inicial. (Cruz, 2000: 36)
1375	7629	Monumento 3 do Rapadouro/Rapadouro 3	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Cista	Calcolítico Final/Bronze Inicial. (Cruz, 2000: 36)
1388	13278	Pousadão 2	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Outros	Idade do Bronze (DC)
1389	13284	Pousadão 3	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Outros	Idade do Bronze (DC)
1390	13285	Pousadão 4	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Cista?	Idade do Bronze (DC)
1395	11610	Travessas da Orca 3	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Outros	Calcolítico. (Cruz, 2000: 36)
1397	11717	Travessas da Orca 1/Travessa da Orca 1	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Outros	Calcolítico. (Cruz, 2000: 36)
1398	11719	Travessas da Orca 2/Travessa da Orca 2	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Outros	Calcolítico. (Cruz, 2000: 36)
1399	11608	Travessas da Orca 4/Travessa da Orca 4	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Estruturas sob tumulus	Outros	Calcolítico (Final) e Idade do Bronze - Inicial (Igespar 2012)
1510	564	Cista dos Juncais	QUEIRIGA	VILA NOVA DE PAIVA	Estruturas sob tumulus	Cista	Idade do Bronze (Igespar 2012)
1537	17138	Mamoa 8 da Urreira	ESCARIZ	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Cista	Idade do Bronze (Igespar 2012)
1560	11821	Pousadão 1	PENDILHE	VILA NOVA DE PAIVA	Cairn	Cista	Idade do Bronze (DC)
1630	12203	Túmulo 1 de Campo de Caparinho	VILAR DE PERDIZES (S. MIGUEL)	MONTALEGRE	Estruturas sob tumulus	Outros	Calcolítico e Idade do Bronze (Igespar 2012)
1760		Mamoa 1 do Rossio	ESCARIZ	AROUCA	Estruturas sob tumulus	Fossa?	Idade do Bronze
2029	30066	Mamoa do Alto da Tremalhada	PANCHORRA	RESENDE	Estruturas sob tumulus	Tumulus	Calcolítico Final / Idade do Bronze (DC)
2404		Mamoa do Outeiro	VALADARES	BAIÃO	Estruturas sob tumulus	Outros	
2467	14605	Fonte da Malga 1	COTA	VISEU	Estruturas sob tumulus	Cista	Idade do Bronze (Igespar 2012)

Tabela 3. Listagem de alguns "monumentos baixo *tumuli*" fruto de intervenções arqueológicas.

Na área do Alto Paiva estes monumentos têm sido objeto de trabalhos de escavação, que muito tem contribuído para o seu conhecimento. Apresentam-se alguns exemplos destas estruturas.



Fig. 12. Rapadouro 2 - Cista baixa, planta retangular (Cruz, 2001).



Fig. 13. Rapadouro 3 - Cista megalítica (após trabalhos de consolidação) (Cruz, 2001).



Fig. 14. Travessas da Orca 2 - "Câmara" na parte central do *tumulus*" (Cruz, 2001).



Fig. 15. Outeiro de Gregos 1 (Baião) (Associação de Municípios do Alto Tâmega, em linha).



Fig. 16. Senhora da Ouvida 7 (Cruz, 2001).

Destacamos dois casos particulares, não só pelo seu interesse científico, mas por corresponderem a dados recentes. São os casos de Malhadais (Figueira de Castelo Rodrigo), um sítio onde foi descoberto um conjunto de *tumulus* na margem do rio Águeda, perto da fronteira com Espanha; e a mamoa do Senhor dos Aflitos (Arouca), que passaremos a caracterizar, ainda que sucintamente.

As equipas do Parque Arqueológico do Vale do Côa identificaram a estação arqueológica de **Malhadais**, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Numa plataforma ocupada por um pequeno carvalhal, sobranceiro à margem esquerda do Rio Águeda (PAVC) foram identificadas 9 mamoas, de pequenas dimensões, com 5 a 6 m de diâmetro (informação pessoal de Jorge Sampaio).

Mamoa do Senhor dos Aflitos (Arouca)

> "A Mamoa do Senhor dos Aflitos enquadra-se no "fenómeno das sepulturas "sub-megalíticas", provido de uma mamoa "clássica", de terra e pedras, de plantas tendencialmente circulares e de médio tamanho, mas com uma solução arquitectónico-sepulcral peculiar" (Silva, 2004: 59).

O *tumulus* ou Mamoa do Senhor dos Aflitos corresponde a um montículo de pequenas dimensões, de contorno sub-elíptico, com cerca de 1 a 1,5 metro de altura, "provido de contraforte, acumulação de sedimentos, couraça lítica superficial e anel lítico periférico que serviu para conter a couraça". Destaque-se a presença de grandes blocos de quartzo leitoso que deveriam acentuar a visibilidade do monumento (Pereira, 2014: 11). No seu interior foi detetada uma cista megalítica, que apesar da violação do monumento, preservaram-se cinco esteios *in situ* da câmara, "calçados por pedras de pequenas e médias dimensões" (*idem*: 9).

> "Trata-se, pois de uma cista de tradição megalítica, de grandes dimensões, com 2,30 metros de comprimento máximo por 1,00 metro de largura máxima, formada por três esteios de cada lado e um em cada extremidade. A sua altura seria relativamente baixa, na ordem dos 0,70 metros" (Pereira, 2014: 10).



Fig. 17. Pormenor da área da câmara (Pereira, 2014: 9).

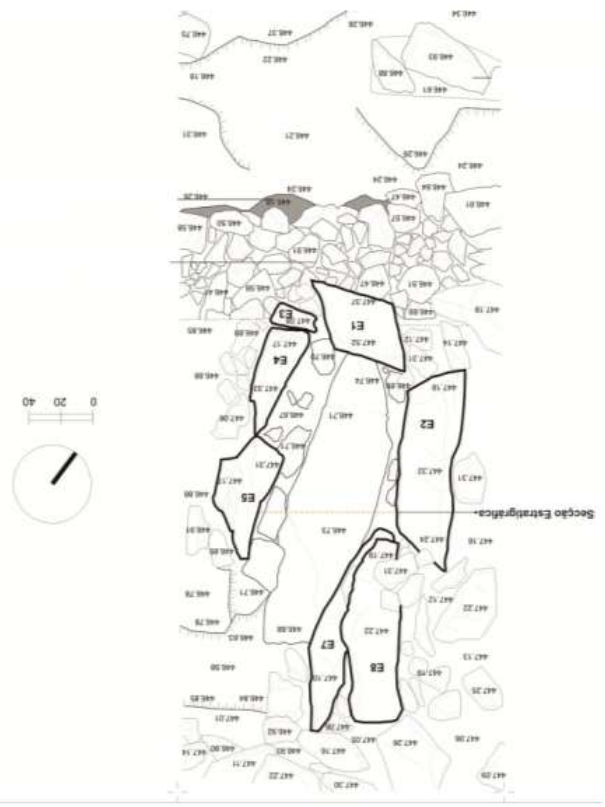
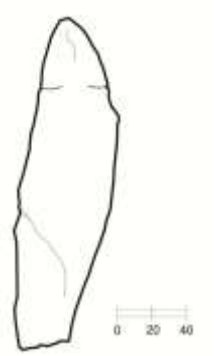


Fig. 18. Pormenor do monumento após a escavação arqueológica (Pereira, 2014: 8).

Os sedimentos da câmara cobriam o elemento que mais se destaca neste monumento: a laje que serve de base à camara sepulcral (Pereira, 2014: 12),

> " (...) uma laje em granito [120] que constituía a base da câmara. Tinha 0,50 metros de largura por 1,93 metros de comprimento e cerca de 0,20 metros de espessura. Este monólito, apresenta um contorno entre o antropomórfico e fálico e encontrava-se ladeado por blocos de quartzo leitoso de médio porte e ainda por umas pequenas lajes em granito. Considerando a necessidade de preservar o monumento, não foi possível efetuar o seu levantamento; não obstante, o aprofundamento da escavação numa área imediatamente contígua, a noroeste, permitiu observar a espessura do monólito, que parece rondar os 0,20 m" (*idem*: 9).



A laje de base, apesar da sua forma natural sugerir uma configuração antropomórfica ou fálica, foi sujeita a afeiçoamento na sua face (Pereira, 2014: 10).

Fig. 19. Representação da eventual "estela-menir" (Pereira, 2014: 9).

Em relação aos materiais exumados neste monumento, destaque-se a "existência de uma taça carenada, de um possível recipiente subcilíndrico e de, pelo menos, dois vasos decorados com aplicações plásticas mamilares, sendo um deles um troncocónico (...) e ainda fragmentos de uma taça carenada de bordo esvasado". O material lítico é constituído por dois fragmentos de dormentes de moinhos manuais, um presumível movente, em granito, que integravam a couraça lítica, um presumível amolador em xisto e dois cristais de quartzo (Pereira, 2014: 11-12).

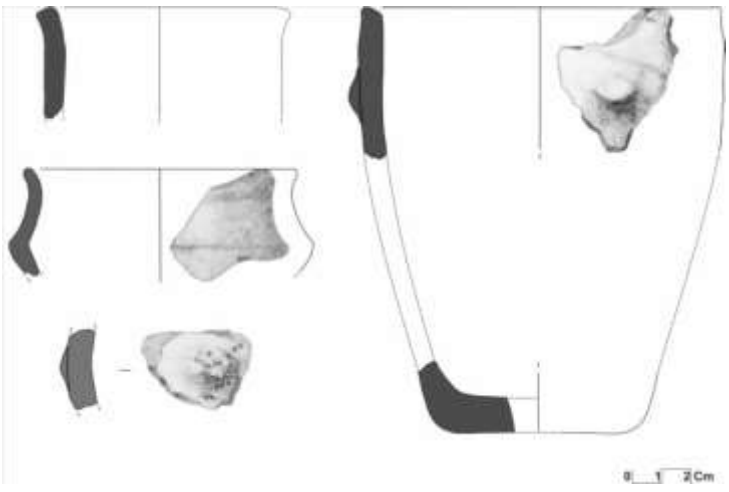


Fig. 20. Cerâmica encontrada no interior do monumento (Pereira, 2014: 11).

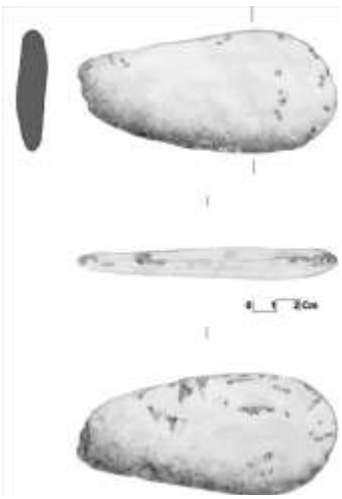


Fig. 21. Material lítico recolhido no *tumulus* (possível amolador) (Pereira, 2014: 11).

A análise das cerâmicas sugere que a construção do monumento pode ter ocorrido num momento que se situa entre o Bronze Inicial e o Bronze Médio, podendo ter "sido reutilizado em período posterior à sua fundação, talvez entre os finais do Bronze Médio ou já no Bronze Final, reutilização que, talvez se possa articular com o povoado do Bronze Final existente no topo da colina do Senhor dos Aflitos" (Pereira, 2014: 12).

Construção de cistas [sem *tumulus*]

As cistas são outro tipo de sepulturas construídas neste período. Podem ser retangulares ou trapezoidais, forradas a xisto ou granito, e cobertas com lajes ou pedra. Foram identificadas apenas sete cistas sem *tumulus*.

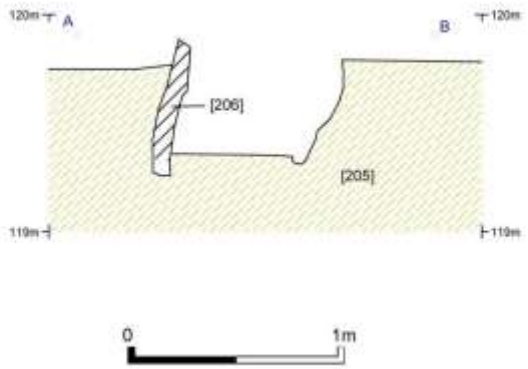
Nº inv.	CNS	Designação	Freguesia	Concelho	Cronologia
2331		Vale da Casa (cista)	VILA NOVA DE FOZ CÔA	VILA NOVA DE FOZ CÔA	Calcolítico (1.ª metade do III milénio a.C.)
2525		Terraço das Laranjeiras	TORRE DE MONCORVO	TORRE DE MONCORVO	Bronze Inicial
338	17286	Lagares	VALE BENFEITO	MACEDO DE CAVALEIROS	Bronze Inicial?
1308	18082	Cista da Senhora da Lurdes//Nossa Senhora de Lurdes//Sra. De Lourdes/Fraga/Bulha	NAGOZELO DO DOURO	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	Bronze Final
1876	16815	Travessa da Lameira de Lobos	CUJÓ	CASTRO DAIRE	Bronze Final
1975	13248	Alto do Cabeço 2	TRINDADE	VILA FLOR	?
1064	17836	Carvalhas Alvas 2	SOUTELO DE AGUIAR	VILA POUCA DE AGUIAR	?

Surgem pequenas cistas sob *tumulus* ou cistas planas na primeira metade do III milénio a.C. (Jorge, 2000b: 88-89). As mais antigas cistas simples, sem *tumulus*, datadas na Bacia Hidrográfica do Douro, situam-se junto ao rio Douro, em Vale da Cerva, contendo inumações primárias individuais, associadas a um espólio escasso (Jorge, 2003b).

Terraço das Laranjeiras (Torre de Moncorvo)

Foi identificada uma cista no Terraço das Laranjeiras, numa área onde se concentravam estruturas em negativo de tipo fossa. Nesta área foram detetados dois enterramentos: um em fossa e outro em cista (Gaspar *et al*., 2014: 49).

O enterramento 1, que corresponde a uma inumação primária em cista simples, sem t*umulus*, foi detetado no setor 1. Situava-se a 1,5 m abaixo da superfície. A estrutura funerária possui uma planta retangular com uma orientação NW-SE. As lajes de xisto foram fincadas na posição vertical formando um retângulo. Não foi encontrada nenhuma laje de cobertura da cista (*idem*: 54).



O indivíduo identificado, cuja idade estimada é de cerca de 12 anos, tinha sido colocado em posição fetal, virado para o seu lado esquerdo. Foram recolhidos dois dentes soltos. Foi ainda detetado um vaso que estaria associado ao enterramento (Gaspar *et al*., 2014: 54) **.**

Fig. 22. A representação em corte da cista (desenho de Ricardo Ribeiro) (Gaspar *et al*., 2014: 54).

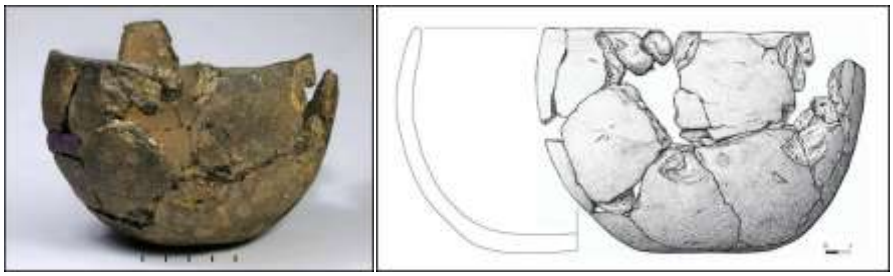
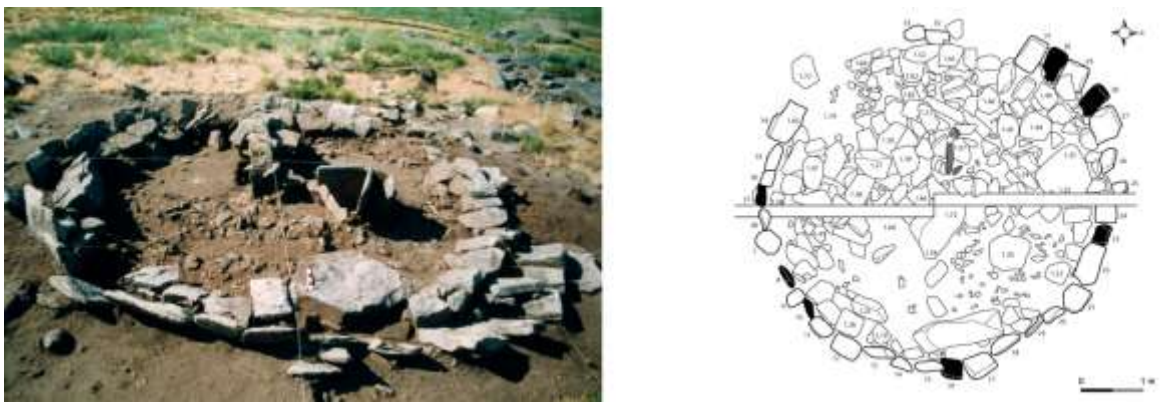


Fig. 23. Vaso associado ao enterramento. Deveria situar-se perto do crânio (fotografia de Andrew May e desenho de Patricia Fuentes Melgar) (Gaspar *et al*., 2014: 55).

Foi obtida uma datação absoluta para o Enterramento 1 do Terraço das Laranjeiras, integrando esta estrutura no Bronze inicial - 2042-1888 cal BC (*idem*: 53).

Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire)

O monumento da Travessa da Lameira de Lobos situa-se num esporão sobranceiro ao vale do rio Calvo, implantado em esporão, "em plano levemente inclinado" (Cruz, 2001: 331). É uma estrutura "plana definida por semicírculo lítico, de lajes fincadas, com estrutura cistoide no seu interior", na qual se destacam um conjunto de 35 lajes insculturadas com motivos reticulados e semicirculares. As faces insculturadas estão orientadas para o espaço exterior (Vilaça *et al*., no prelo).



Figs. 24 e 25. Aspeto geral do monumento, à esquerda, e planta do monumento (as lajes preenchidas a negro são decoradas com semicírculos; as lajes da cista foram preenchidas a cinza), à direita (Vilaça *et al*., no prelo).

"Trata-se de monumento de planta subcircular, sem *tumulus*, definido perifericamente por um círculo de pedras fincadas, em granito, com estrutura cistoide no seu interior, sensivelmente na parte central. Mede 5,20 m no sentido O.-E. e 5,40 m no sentido S.-N. e conserva uma altura de c. de 58 cm" (Vilaça *et al*., 2014: no prelo).

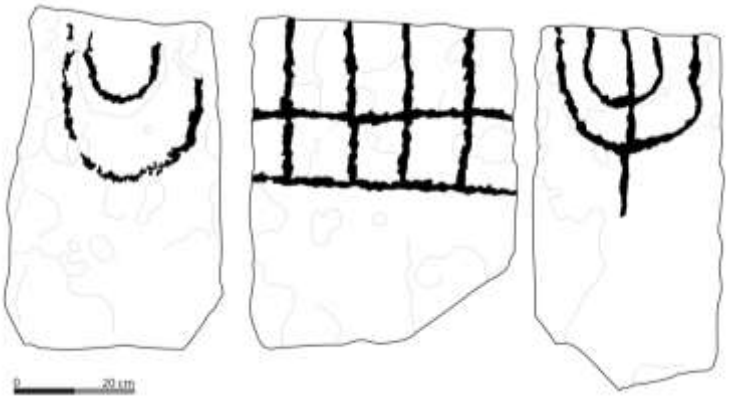


Fig. 26. Lajes 28, 29 e 30 (Vilaça *et al*., no prelo).

O tipo de construção, a iconografia e os materiais cerâmicos, sugerem uma cronologia de finais da Idade do Bronze (*ibidem*).

3.3.3. PRÁTICAS SEPULCRAIS – FOSSAS ABERTAS NO SAIBRO II e I MILÉNIO A.C.

"Devido à acidez dos solos do Noroeste é difícil perceber a função de muitas fossas abertas no saibro; contudo, é provável que algumas, sobretudo as que se encontram seladas, pudessem ter tido função sepulcral e ter sido usadas já, desde o Bronze Inicial" (Bettencourt, 2009: 96).

Consideramos que se integram neste género de estruturas todos os tipos de fossas abertas no saibro, independentemente da sua forma. No entanto, podemos distinguir dois grandes grupos de fossas abertas no saibro: a) as fossas ovais, circulares, semicirculares; b) as sepulturas "planas", muitas delas aproximadamente retangulares e que se caracterizam por um fundo aparentemente plano.

3.3.3.1. AS FOSSAS OVAIS, CIRCULARES, SEMICIRCULARES

No primeiro grupo integram-se os seguintes sítios:

Terraço da Foz do Medal [2508] (Mogadouro)

Recentemente, no Vale do Sabor, a escavação do Terraço da Foz do Medal (Mogadouro), "revelou uma importante ocupação da Idade do Bronze materializada num conjunto de estruturas negativas de tipo fossa" (Gaspar *et al.*, 2014: 59). Refira-se que este tipo de contexto era absolutamente desconhecido, até ao momento, em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Na Foz do Medal foram detetadas 69 fossas que se estendiam por todo o terraço fluvial. Algumas das fossas estão associadas a enterramentos da Idade do Bronze, podendo esta ocupação estar associada "com a ocupação do mesmo período identificada em Crestelos (a cerca de 500 metros de distância num ponto mais alto do vale)". A abertura destas fossas cortou parte dos "estratos arqueológicos do Paleolítico superior" (Rita Gaspar citada em Figueiredo, 2013: 72-73).

Quatro dessas estruturas associados à ocupação da Idade do Bronze apresentavam enterramentos primários, nomeadamente uma criança, uma mulher adulta, um enterramento duplo de um casal e um indivíduo adulto de sexo indeterminado (Gaspar *et al.*, 2014: 59).



Fig. 27. Enterramento 2 (duas fases de escavação) (Gaspar *et al.*, 2014: 66).



Fig. 28. Enterramentos 3 e 4 (Gaspar *et al.*, 2014: 68).

"Os cinco enterramentos identificados e exumados apresentavam, de um modo geral, um excelente estado de conservação. Trata-se de inumações primárias, encontrando-se preservadas conexões anatómicas e articulações lábeis tais como ossos das mãos e dos pés. Todos os indivíduos foram inumados em estruturas negativas de tipo fossa, correspondendo às fossas 1, 16, 28 e 61" (Gaspar *et al*., 2014: 64).

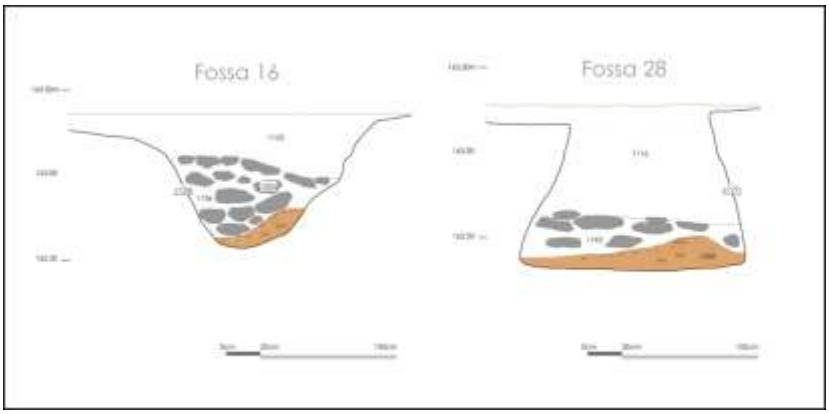
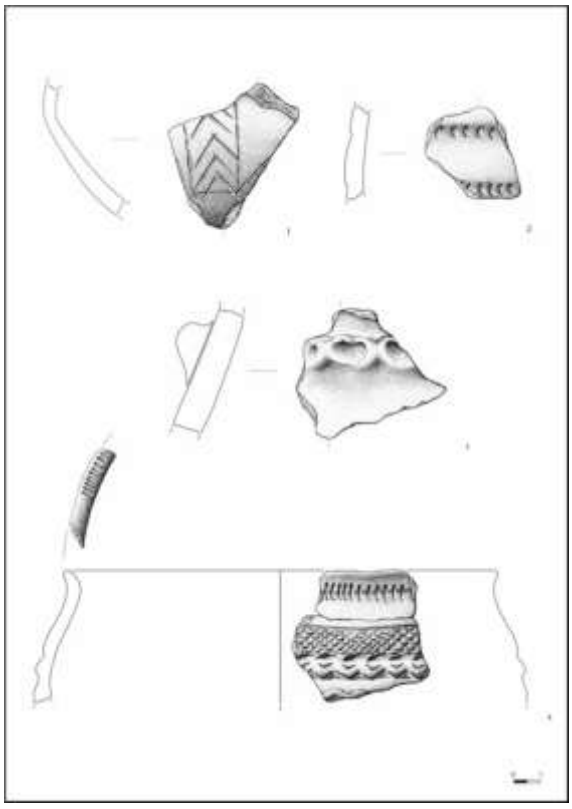


Fig. 29. Perfis das fossas 16 (enterramento 2) e 28 (enterramento 4) (desenhos de Patricia Fuentes Melgar), (Gaspar *et al.*, 2014: 65).



O número de materiais associados à Idade do Bronze é reduzido, composto por 171 fragmentos de cerâmica, na sua maioria identificados nos depósitos que cobrem as fossas. Apenas 32 fragmentos foram recolhidos nos depósitos de enchimento das fossas. Predominam as formas abertas e a decoração incisa, mas também existem cerâmicas com decoração impressa e excisa.

> "Os motivos identificados incluem bandas paralelas, bandas paralelas com motivos triangulares, espigas e cordão plástico. A maior parte do conjunto cerâmico recolhido parece remeter para um contexto do período Proto-Cogotas, no entanto, foram igualmente identificados alguns fragmentos que se enquadram já no período Cogotas I" (Gaspar *et al.*, 2014: 62)

Fig. 30. Fragmentos de cerâmicos associados à Idade do Bronze (desenhos de Patricia Fuentes Melgar) (Gaspar *et al.*, 2014: 63).

O enterramento 2 foi datado e os resultados obtidos indicam uma data de 1768 - 1610 Cal. BC (2 sigma) que se insere no Bronze Médio. Os materiais cerâmicos também parecem enquadrar-se no Bronze Médio/Final (*idem*: 71).

Terraço das Laranjeiras [2525] (Torre de Moncorvo)

Ainda no Vale do Sabor, na margem esquerda do rio, foi identificado um outro sítio, o Terraço das Laranjeiras, onde se escavou uma concentração de estruturas em negativo (fossas) e dois enterramentos: um em fossa e outro em cista. As estruturas em negativo foram identificadas ao longo de três setores, que foram escavados permitindo perceber que a plataforma tinha sido ocupada durante vários momentos da Pré-história (Gaspar *et al.*, 2014: 49- 50).

O enterramento em fossa, designado de enterramento 2, encontrava-se isolado na área oriental do setor 3b, onde foram detetadas poucas estruturas em negativo. A fossa encontrava-se a aproximadamente 1,90 metros abaixo da superfície e corresponde a uma inumação primária. A fossa é oval, possui paredes verticais e um perfil em forma de U. Possui 85 cm de diâmetro por 70 cm de profundidade (Gaspar *et al.*, 2014: 53). O indivíduo não-adulto foi enterrado perto da parede da fossa, em posição fetal. Infelizmente, as condições de preservação dos ossos não permitem tirar mais nenhum tipo de conclusão (*idem*: 57).

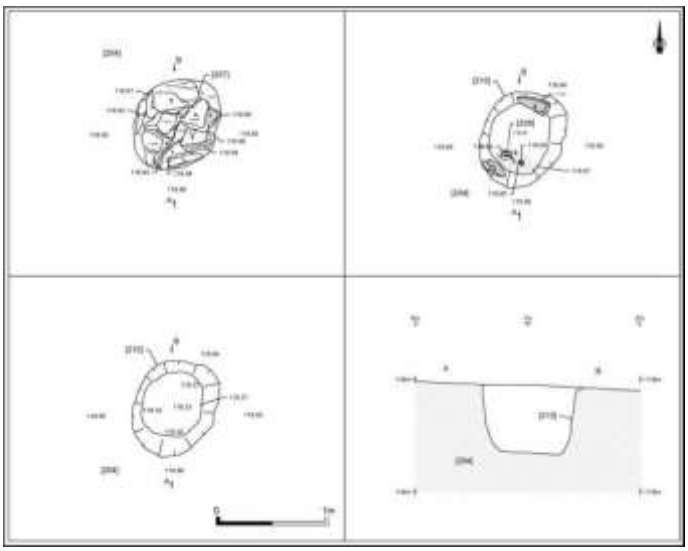


Fig. 31. As diferentes fases de escavação da fossa: acumulação de pedras no início da escavação da fossa; inumação infantil dentro da fossa (a amarelo); o interface de estrutura negativa e o corte da fossa (desenho por Ricardo Ribeiro) (Gaspar *et al.*, 2014: 53).

Fontela de Figueirido [1523], Castelo de Paiva

> "É possível que em Fontela de Figueirido, Castelo de Paiva, local onde se encontraram várias estruturas escavadas no saibro, provavelmente relacionadas com um povoado localizado numa vertente próxima do rio Douro (Cunha 1991), tivessem existido estruturas funerárias em fossa, como é o caso da n.° 1, de perfil ovóide e de base aplanada, contento perto do fundo, um conjunto de 5 pedras e um vaso com decoração mamilar e vestígios de fogo" (Bettencourt, 2011: 120-121).

A fossa 1 escavada integralmente na primeira fase de escavação do sítio, por Ana Leite da Cunha, continha alguns fragmentos cerâmicos grosseiros e sem decoração, exceto um deles que tinha um mamilo alongado (Cunha, 1991: 201).

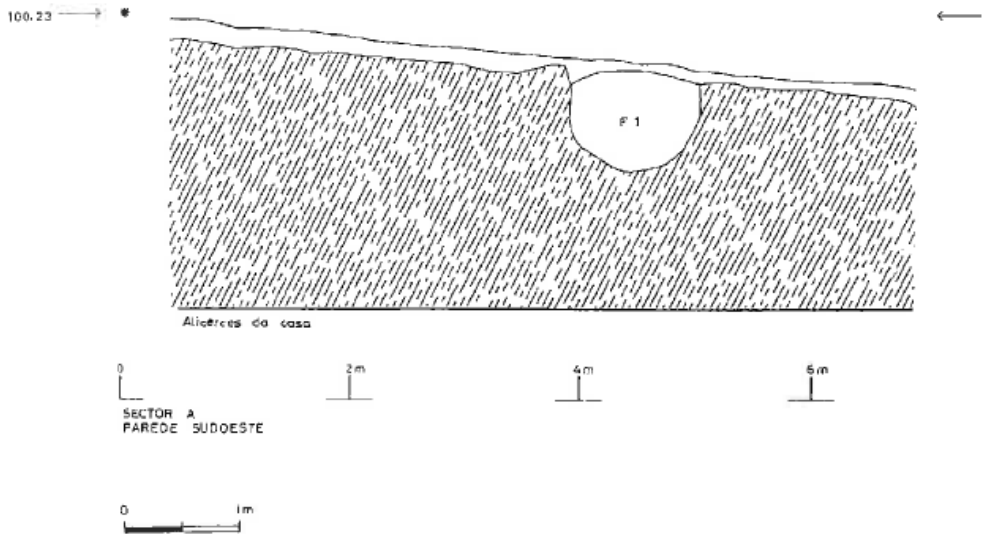


Fig. 32. Perfil da fossa 1 (Cunha, 1991: estampa III).

Segundo a responsável pela escavação os fragmentos cerâmicos provenientes da parte destruída desta fossa foram alvo de restauro e permitiram a reconstituição de um

> "vaso de fundo plano, de forma aproximadamente troncocónica até cerca de 10 cm do bordo, altura em que começa a inflectir, formando um colo ligeiramente estrangulado e terminando num bordo alongado exteriormente. A zona em que o vaso começa a inflectir é decorada por um conjunto de 6 mamilos, distribuídos regularmente à sua volta. É de assinalar a semelhança entre este vaso e outro aparecido durante as escavações efectuadas no povoado do Monte Calvo, Serra da Aboboreira" (Cunha, 1991: 201).

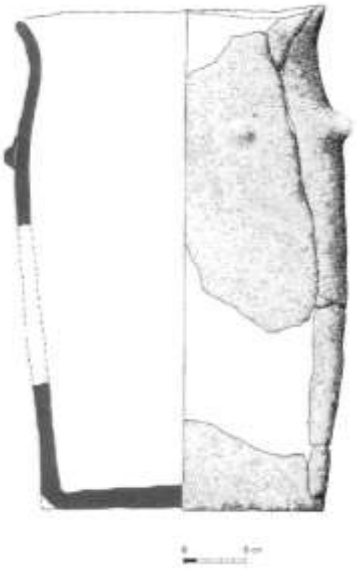


Fig. 33. Vaso exumado na fossa 1 (Cunha, 1991: estampa IX).

Lugar da Lameira [208] e Tapada da Venda (Celorico de Basto)

Segundo os dados apresentados no Portal do Arqueólogo, no Lugar da Lameira, "Aquando da construção de uma estrada, foram descobertas sepulturas escavadas no terreno com um raio médio na ordem dos 80 cm". O espólio refere-se a "ossos, fragmentos cerâmicos de fabrico manual, alguns dos quais vasos de largo bordo horizontal". Segundo Ricardo Teixeira "No alargamento da estrada entre Lameira e Rego surgiram várias fossas abertas no saibro que foram destruídas ou cortadas. As escavações arqueológicas realizadas posteriormente revelaram peças de cerâmica de fabrico manual sendo alguns vasos de largo bordo horizontal" (IGESPAR, 2012).

Segundo uma breve notícia de José Gomes Alves:

> "Regista-se com uma nota muito sucinta a descoberta de uma nova zona de interesse arqueológico, no Lugar da Lameira, do Concelho de Celorico de Basto. Quando se procedia à construção de uma estrada surgiram os primeiros vestígios de algo muito estranho, constituído por uma série de covas com raio médio da ordem dos 80 cm, cavadas no terreno de saibro duro do local. Este achado foi imediatamente identificado pelo Director da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Dr. Francisco Alves, tendo sido recolhido o espólio constituído por ossos e cerâmica. Uma escavação sistemática, em condições científicas bem definidas, poderá conduzir, segundo a opinião daquele arqueológo, à descoberta de uma curiosíssima e muito recuada necrópole" (Alves, 1978: 419-420).

Segundo os dados apresentados, estaríamos na presença de um sítio com fossas no Lugar da Lameira associado a enterramentos.

A propósito da escavação do Tapado da Venda/Pedroso em 2001, Ana Bettencourt define como objetivos do projeto "a recolha de dados para contextualizar as escavações realizadas por Francisco Alves em 1978. Perceber as funcionalidades da estação arqueológica e efectuar a reconstituição paleo-ambiental do local" (IGESPAR, 2012). No texto onde apresenta os resultados das escavações realizadas neste sítio arqueológico diz o seguinte: "por este motivo não excluímos a hipótese de terem existido estruturas sepulcrais, detectadas nas escavações de 1978 e cujo estudo pormenorizado será efectuado, posteriormente" (Bettencourt *et al.*, 2002: 190-194).



Fig. 34. Fossas abertas no saibro, escavadas em 1978 na Tapada da Venda (fot. do arq. do Museu D. Diogo de Sousa) (Bettencourt *et al.,* 2002: 198).

Os sítios de fossas do Tapado da Venda e do Lugar da Lameira encontram-se muito próximos entre si. Perante os dados apresentados, existem três possibilidades: 1. Francisco Alves realizou escavações em ambos os sítios, em 1978, tendo encontrado vestígios de enterramentos nas duas escavações; 2. Lugar da Lameira, área de necrópole, poderá ser a continuação do Tapado da Venda, situação que é comum a outros sítios arqueológicos com fossas integrados na Idade do Bronze, a distância que separa os dois sítios é de cerca de 1 km; 3. o Tapado da Venda e o Lugar da Lameira correspondem ao mesmo sítio arqueológico e por alguma razão, as coordenadas apresentadas para o Lugar da Lameira não estão corretas. Segundo Ana M.S. Bettencourt, estas duas referências correspondem ao mesmo sítio arqueológico, tendo havido a duplicação dos dados. Neste caso, estaríamos novamente na presença de um sítio que apresenta duas áreas distintas, uma necrópole e uma área com buracos de poste, empedrados e fossas de tipologia semelhante, mas com outras funcionalidades.

As fossas que se integram no segundo grupo são caracterizadas por Ana M. S. Bettencourt da seguinte forma:

> “(..) sepulturas planas, de forma oval ou rectangular, abertas no saibro, por vezes, tapadas com saibro ou com pequenas concentrações pétreas. A sua cronologia remontaria, também, ao Bronze Inicial ou ao Bronze Médio, sendo uma das principais manifestações de enterramento, durante o II milénio a.C., não raro, definindo necrópoles nas imediações de povoados” (Bettencourt, 2009: 97).

Constituem necrópoles (por vezes bastante extensas) que se localizam na periferia de povoados coetâneos. Falamos das necrópoles do Tapado da Caldeira e da Cimalha “(…) onde muitas das sepulturas contêm vasos troncocónicos ou de largo bordo horizontal.(…) (*ibidem*).

Tapado da Caldeira (Baião)

A necrópole do Tapado da Caldeira (Baião) que se localiza nas imediações do povoado da Bouça do Frade encontra-se datada entre 1617-1437 AC. (Bettencourt, 2010a: 153).

> “A estação do Tapado da Caldeira situa-se na periferia sudoeste da serra da Aboboreira (distrito do Porto, concelho de Baião) à cota aproximada de 770 m. Localiza-se num pequeno «plateau» sobranceiro ao vale de um ribeiro que desagua no rio Ovil, entre duas elevações importantes: o Alto da Caldeira (809 m) (na base da qual se insere) e a do marco geodésico da Serrinha (866 m)” (Jorge, 1980: 29).

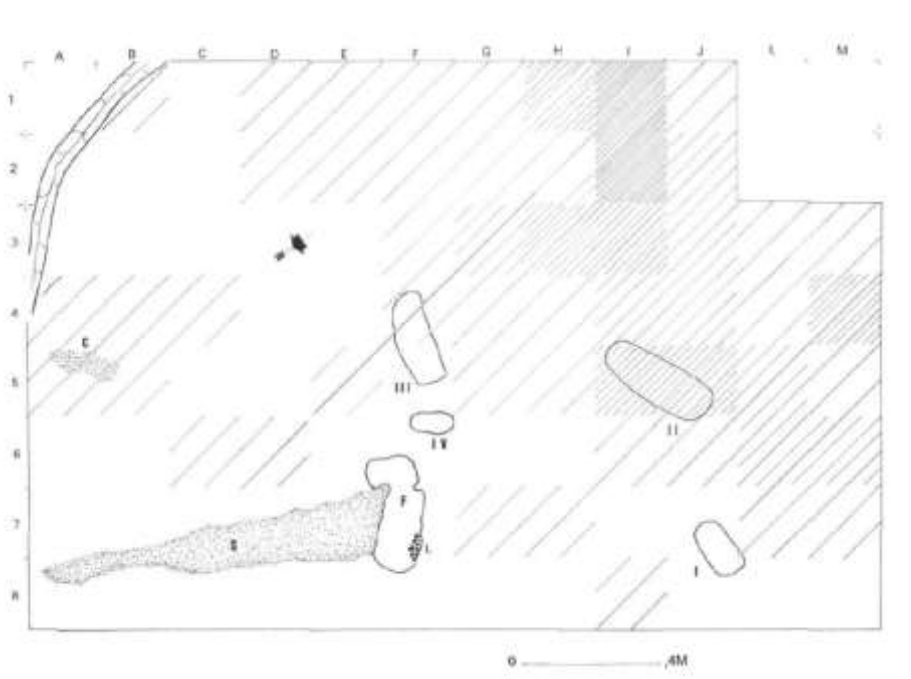
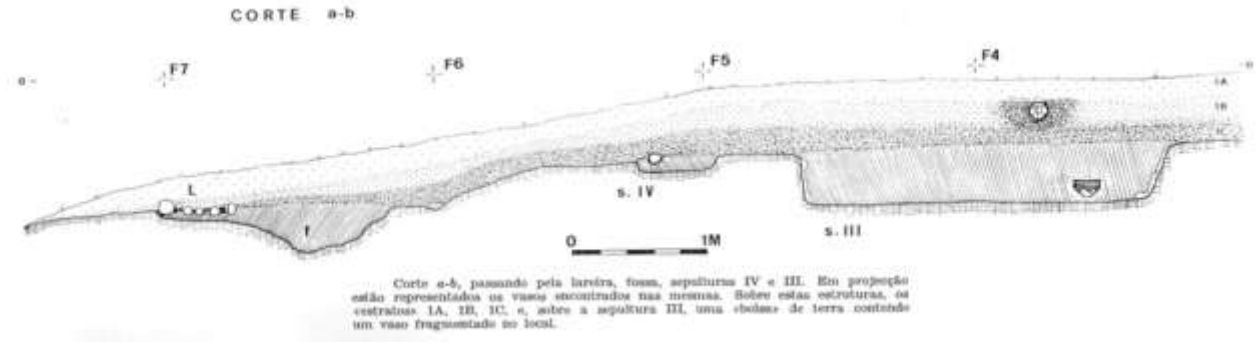


Fig. 35. Planta geral do Tapado da Caldeira (Jorge, 1980: estampa II).

Foram detetadas cinco estruturas abertas no saibro em torno de um afloramento granítico: quatro sepulturas sub-retangulares, preenchidas com terra castanho-escura compacta e uma "fossa" de planta e perfil muito irregular, em cujo topo se encontrava uma lareira constituída por pequenas pedras e

abundantes carvões, adossado ao afloramento. As sepulturas I, II e III têm uma planta sub-retangular e fundo aproximadamente plano. A sepultura IV, de muito menores dimensões, apresenta uma planta sub-elíptica e também fundo plano (Jorge, 1980: 36-37).



Corte a-b, passando pela lareira, fossa, sepulturas IV e III. Em projecção estão representados os vasos encontrados nas mesmas. Sobre estas estruturas, as estratos 1A, 1B, 1C, e, sobre a sepultura III, uma «bolsa» de terra contendo um vaso fragmentado no local.

Fig. 36. Corte a-b onde estão representados uma lareira, uma fossa e as sepulturas IV e III (Jorge, 1980).

Em suma, para além do vaso da fossa 4, existem outros elementos *in situ* que se situam todos ao mesmo plano:

- quatro sepulturas abertas no saibro;
- uma *fossa* aberta no saibro;
- uma lareira estruturada com pedras, sobre a *fossa* também ao nível do saibro;
- um «solo» de terra batida;
- uma concentração de carvões e cinzas sobre o saibro (Jorge, 1980: 32).

A propósito deste corte a-b e da sequência que parece haver desde a base da sepultura III até ao topo da camada, Susana Oliveira Jorge refere o seguinte:

> "Sobre as estruturas detectadas existe *uma só camada humosa* (com diferenças de compacticidade, textura, cor e espessura) (...) onde existe misturado material de diversos tipos, apenas foi detectado *um elemento «in situ»: o vaso do F4,* inserido numa «bolsa» de terra castanha escura, muito humosa, *sobre a sepultura III,* genericamente integrável no «estrato» 1B. É, pois, possível estabelecer uma sucessão estratigráfica relativamente à estrutura que se encontra imediatamente por baixo, a sepultura III: o vaso foi colocado no local após o fecho daquela sepultura e após uma sedimentação que permitiu a constituição, sobre aquela, dos «estratos» 1C e 1B. Esta sucessão, que pode ter sido cronologicamente curta, não inviabiliza a hipótese de os dois elementos (vaso e sepultura) se integrarem no mesmo mundo cultural, ainda que a forma geral do vaso pareça apontar para um momento tardio da Idade do Bronze" (Jorge, 1980: 32).

Estamos na presença de dois momentos distintos de enterramentos num mesmo espaço.

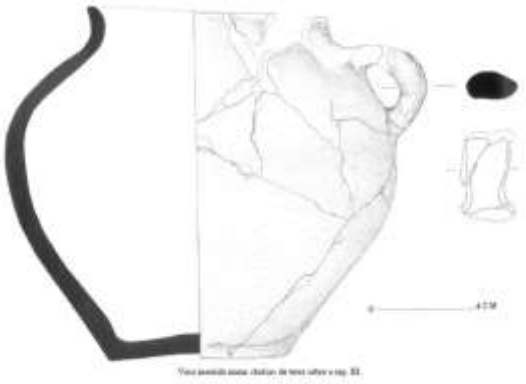


Fig. 37. Vaso exumado da fossa 4 sobre a sepultura III (Jorge, 1980: XIII).

Em relação ao enchimento das quatros sepulturas ele é sensivelmente idêntico; (...) "quaisquer que tenham sido as condições que presidiram ao enchimento das mesmas não parece ter havido violações posteriores, o que se verifica pela existência, em cada uma das estruturas quer de um vaso inteiro (sepulturas II e IV) quer de um vaso fragmentado *in situ* e totalmente reconstituível (sepulturas I e III) colocados em cada uma das extremidades" (Jorge, 1980: 36-37).

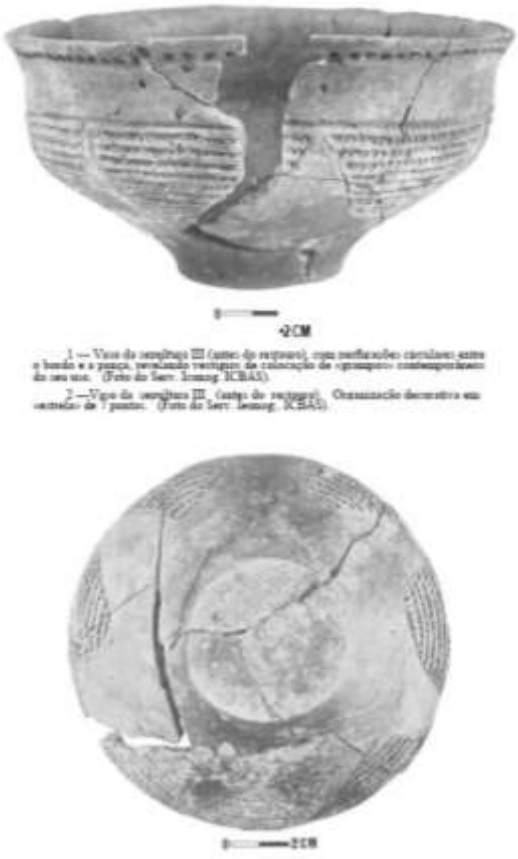


Fig. 38. Vaso da sepultura III do Tapado da Caldeira, Baião (Jorge, 1980).

Susana Oliveira Jorge considera que a "sepultura I do Tapado da Caldeira, sepultura plana de planta sub-rectangular, provavelmente de inumação individual, contendo um vaso funerário no seu interior, integra-se num conjunto de quatro de forma idêntica, uma delas de pequenas dimensões, provavelmente, infantil. Este espaço funerário e ritual poderá ter sobrevivido até, pelo menos, finais do II milénio a.C., ainda que seja obscuro como evoluiu durante este curto espaço de tempo" (Jorge, 1989: 484).

A descoberta de alguns fragmentos cerâmicos campaniformes ou de tradição campaniforme na camada humosa, já referida, que cobre a estação, permite pensar na possibilidade de o local ter sido ocupado num momento anterior à construção da necrópole (Jorge, 1980: 32).

Cimalha (Felgueiras)

Os enterramentos identificados na Cimalha (Felgueiras) podem ser divididos em dois tipos: inumação e cremação, num total de 175 fossas. Localizam-se no lado mais oriental da zona escavada, espalhadas por uma área de cerca de 1088 m2 (Almeida e Fernandes, 2008: 40). Foram identificadas 174 sepulturas de inumação de "cista plana", sub-retangulares, com paredes côncavas, rasgadas no saibro. As suas dimensões médias situam-se nos 222 cm de comprimento, por 85 cm de largura e uma profundidade de 35 cm. Existem sepulturas de diferentes dimensões. Também a orientação das sepulturas é variável. Esta

situação das diferentes orientações das sepulturas levanta a possibilidade dos enterramentos terem sido efetuados ao longo de um período cronológico muito dilatado. Esta hipótese pode ser confirmada pela sobreposição de algumas delas (Almeida e Fernandes, 2008: 40).



Fig. 39. Fossa 243 da necrópole da Cimalha (Almeida e Fernandes, 2007: 119).



Fig. 40. Vasos exumados das fossas 174 e 172 (Almeida e Fernandes, 2007: 120-121).

A sepultura n.º 322 é caracterizada por diversos aspetos que importa referir: possui uma orientação Norte/Sul e durante a sua escavação foi identificado, sob a forma de madeira carbonizada, um suposto caixão. No interior dessa caixa de madeira, composta por fundo, paredes laterais e tampa, foi encontrado um pote troncocónico em muito bom estado de conservação (Almeida e Fernandes, 2008: 41).

As fossas sepulcrais e *tumuli* em madeira abertos no terreno geológico, após o enterramento, são cobertas por terra. Em 120 dessas sepulturas encontrava-se um pote cerâmico, provavelmente votivo, situado sempre numa das extremidades das mesmas (Almeida e Fernandes, 2008: 40).

Não tendo sido identificada qualquer barreira arquitetónica construída que separasse os silos das sepulturas, a dada altura, o aumento da área de enterramentos levou a que a área das sepulturas se unisse à zona dos silos de armazenamento, existindo um caso em que um dos silos terá sido utilizado como local para enterramento (cremação – Fossa 105), sendo este um caso único detetado em toda a zona. Para o efeito foi escavada uma pequena cavidade no fundo da fossa de silagem que, depois de cheio com cinzas, foi selada com uma argamassa de barro (*idem*: 34).

Necrópole do Alto da Vela [1988] (Vila Nova de Gaia)

A necrópole do Alto da Vela ou Coteiro da Vela (Vila Nova de Gaia) apareceu acidentalmente em 1908, quando se revolvia terra para a reparação de um caminho. A Câmara Municipal empreendeu escavações arqueológicas, que foram realizadas por José Fortes, tendo aparecido 98 sepulturas, de tipologia diversa, e perto de duas centenas de vasos e outros objetos. Em 1979, a realização de uma obra daria lugar a uma intervenção de emergência, que identificou uma sepultura romana e diversas sepulturas em fossa. Em 1987 apareceram ainda casualmente algumas peças cerâmicas, em trabalhos de revolvimento de terrenos (Silva, 2007: ficha A010).

Esta necrópole de fossas possui duas fases de ocupação temporalmente bem distintas: a mais antiga do Bronze Final - Alto da Vela I e a mais recente, uma necrópole romana - o Alto da Vela II (*ibidem*).

As sepulturas encontravam-se dispersas por uma área de cerca de 1700 m2, podendo repartir-se por cinco grupos (Lobato, 1995: 35).

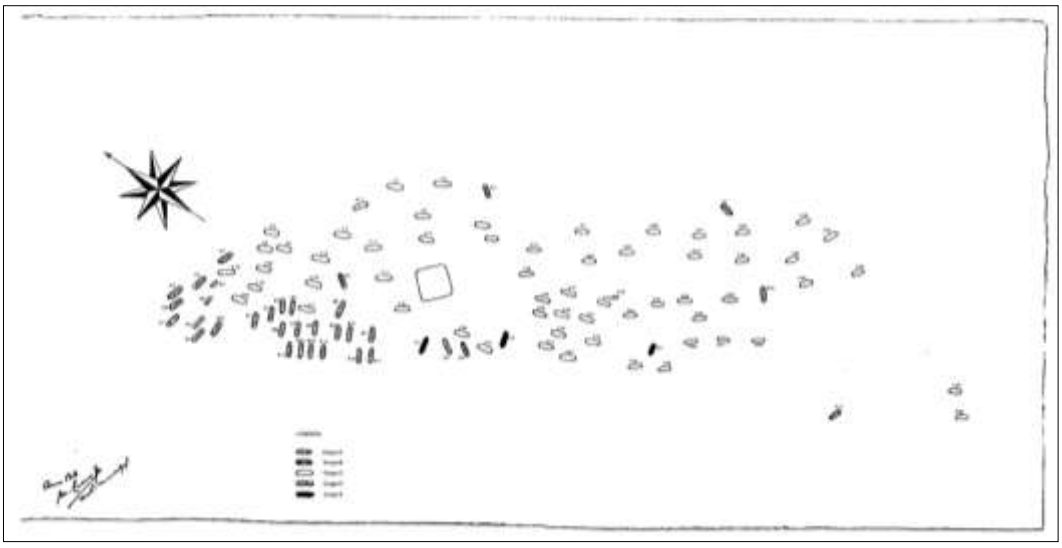


Fig. 41. Planta da necrópole do Alto da Vela (Lobato, 1995: estampa III).

Algumas das fossas atribuídas à Idade do Bronze são descritas da seguinte forma: a sepultura AI2 (77) está situada no extremo meridional junto ao caminho. O seu espólio é constituído por um vaso de fabrico manual com decoração de mamilos, da Idade do Bronze; a sepultura C59, que se situa na

extremidade Sul da necrópole, contém dois vasos de cerâmica da Idade do Bronze; e a sepultura D4 (19), "onde terá aparecido um vaso de fabrico manual, poderá considerar-se outro caso de pertença à necrópole da Idade do Bronze" (Lobato, 1995: 35).

No total foram exumados 181 vasos (Guimarães, 1983: 41) sendo que o conjunto de cerâmica manual conta com dezasseis exemplares (*idem*: 46).

Quinta da Coca [1562] Paredes

Em 1989, na Quinta da Coca, foram descobertos dois vasos de cerâmica, em terra preta (Silva, 2012). Poderá trata-se de uma sepultura aberta no saibro, presumivelmente alongada do tipo do Tapado da Caldeira (IGESPAR, 2012). A descoberta destes dois vasos foi feita por trabalhadores que arranjavam o jardim.

> "Visitado o local, verificámos que o corte do saibro na parte contígua à vedação, (...), tinha exposto duas manchas escuras, de terra humosa, correspondentes ao seccionamento de depressões abertas na alterite granítica. Uma delas (A) era de base circular e tinha c. de 25 cm de prof. Máx.; a outra (B), situada a pouca distância para oeste da anterior, era de base plana e tinha quase 40 cm. De profundidade; é de admitir que pelo menos a segunda destas duas depressões fosse de interesse arqueológico, e tivesse algo a ver com os vasos, que foram encontrados na respectiva área, senão mesmo no seu interior" (Jorge *et al.*, 1990: 105-106).

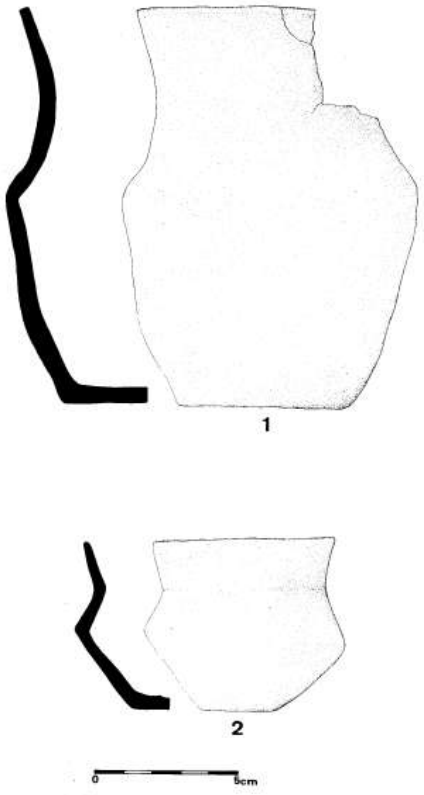


Fig. 42. Os vasos da Quinta da Coca – desenho de Maria de Jesus Sanches (Jorge *et al*., 1990: estampa V).

Os vasos cerâmicos são integrados na Idade do Bronze. Os recipientes são "lisos, carenados e de fundo plano, apenas se distinguindo pelas dimensões, pela angulosidade dos perfis (muito mais acentuada no segundo do que no primeiro) e pelo acabamento muito mais apurado vaso n.º 2 do que no vaso n.º 1, que é um exemplar muito tosco" (*ibidem*).

3.3.4. PRÁTICAS SEPULCRAIS – ENTERRAMENTOS EM GRUTA

Era nossa intenção restringir este subcapítulo aos enterramentos em gruta associados à Idade do Bronze, no território da Bacia Hidrográfica do Douro, assim interpretados por investigadores como Maria de Jesus Sanches, Ana M. S. Bettencourt ou ainda Francisco Sande Lemos. Tendo como base os trabalhos destes autores, sabíamos que algumas grutas e alguns abrigos teriam sido ocupados, como lugares de enterramento, desde o terceiro quartel do III milénio a.C. até ao primeiro quartel do I milénio a.C.

> "As grutas e abrigos também foram ocupados como lugares de enterramento e de depósitos durante a Idade do Bronze do Noroeste Peninsular, sendo mais comuns na zona oriental, onde abundam formações cársicas, principalmente nas Astúrias e em Trás-os-Montes" (Bettencourt, 2011: 127).

Porém, estes fenómenos são tão raros na região em análise, que optamos por apresentar um texto de conjunto sobre esta temática. Ou seja, sobre alguns sítios interpretados como locais de enterramento entre o VI e o primeiro quartel do I milénio a.C.

Penedo de Cuba/Gruta das Coriscadas [754] (Marco de Canaveses)

A Gruta das Coriscadas, também conhecida como Penedo de Cuba localiza-se numa plataforma coberta de pinhal onde afloram muitos penedos, em encosta sobranceira à ribeira de Lardosa (IGESPAR, 2012).



Fig. 43. Localização da Gruta das Coriscadas/Penedo de Cuba (Google Maps).

A Gruta das Coriscadas é formada por um aglomerado de penedos e terá sido aproveitada como gruta sepulcral, aberta no saibro, não se conhecendo a sua estrutura interna (IGESPAR, 2012).

Segundo Martins Sarmento, o sítio ficava acima das Coriscadas, cujo nome "vinha-lhe de ser frequente a

queda de raios naquele sítio, mostrando prova disso alguns penedos fendidos por coriscos" (Sarmento, 1999: 242).

De acordo com o título de aquisição do «Penedo de Cuba», em Soalhães o «penedo» tem 10m de comprimento, 5m de altura e 7,1 m de largura. "Na parte inferior d'este penedo está uma gruta em forma d'aboboda, que tem de largura seis metros e vinte centímetros, d'altura setenta centímetros e de profundidade (distancia da bôcca ao extremo oposto), cinco metros e vinte centímetros. O penêdo referido está na nossa bouça da Poça do Monte (...)" (SMS, em linha).



Figs. 44 e 45. Duas perspetivas do Penedo de Cuba Marco de Canaveses (SIPA. IHRU.SIPA.00004936).

Segundo Mário Cardoso, "Em Março de 1882, o Dr. José de Barros da Silva Carneiro, médico do partido municipal no Marco de Canaveses e amigo pessoal de Martins Sarmento, enviou a este alguns instrumentos pré-históricos de pedra, encontrados numa gruta natural que ele havia explorado, na base de um grande penedo conhecido no local pela designação de "Penedo de Cuba" (...) Constavam esses objectos de um machado de pedra polida, uma faca e uma ponta de seta, ambas de sílex e uma goiva também de pedra" (Cardozo, 1950, 477-478).

Apresentamos, extensivamente, a descrição de Martins Sarmento da sua visita ao «Penedo de Cuba»:

> "O melhor torrão da enorme freguesia de Soalhães (concelho do Marco de Canavezes) fica num vale, que vem morrer em ponta aguda, na direcção do norte, contra a encosta de dois montes, um dos quais tem o estranho nome de monte Entrudo. Quase no vértice deste ângulo existe uma telheira. Haverá catorze anos, o dono dela [telheira] precisando de pó, (...) Espreitando a fenda dum enorme rochedo, que distava muito da telheira, (...) estava como que calafetada por uma lura que num deles tinham aberto os coelhos, se podia conhecer se a cavidade estava ou não vazia. Demolida a parede, viu o telheiro que tinha feito um bom achado; porque a fenda da rocha, que era rasgada no sentido transversal, a começar do nível do solo, e media uns bons cinco metros de largo, e quase um de alto, mostrou às primeiras cavadelas que se prolongava por baixo do rochedo, e tudo aquilo estava atulhado de terra. Ao princípio o despejo da furna fez-se sem incidente notável; mas eis que a enxada começa a arrastar, de envolta com a terra, fragmentos de ossos humanos, ossos inteiros, e caveiras completas no número de oito. O que mais estranheza causou ao escavador foi um osso longo, que, segundo parece, era um fémur, um crânio grande duma espessura pouco vulgar e um crânio muito pequeno e extremamente alvo, que se desfez em pó, mal foi exposto ao ar livre. (...) Não sabemos com que fim, as caveiras foram espetadas nas pontas duns paus cravados na terra; mas dentro dalgum tempo desapareceram de tal sorte, que o próprio telheiro não é capaz de descobrir hoje um só fragmento delas. (...) o sr. dr. José de Barros,

(....) na companhia do sr. padre Sanches, (...) foi visitar à furna. O pavimento dela estava ainda em partes coberto por uma camada de terra, cuja profundidade se supôs ser maior do que realmente era. (...) Nesta tentativa de exploração, feita a correr pelos próprios visitantes, foram recolhidos alguns fragmentos de ossos, uma machadinha de diorite excelentemente afiada, uma ponta de seta de sílex, a que faltava a parte superior, uma faca também de sílex do tipo mais perfeito, e uma goiva da mesma rocha que a machadinha.

Inegavelmente a furna das Coriscadas era uma sepultura dos tempos pré-históricos, e das menos vulgares, pois que, segundo as maiores presunções, o rito funerário aqui empregado foi o da inumação. Fizeram-se todas as diligências possíveis, para descobrir os crânios e as ossadas, que o telheiro desenterrara. Aqui a fortuna começou a desandar e assim continuou até o fim. Nem uma só relíquia foi possível recolher dos oito ou mais esqueletos, descobertos há catorze anos, e, quando se procedeu à exploração metódica da furna, viu-se que a maior altura da terra que alastrava o seu pavimento, formado de rocha natural e cheio de anfractuosidades, raras vezes chegava a ter dois palmos. Alguns fragmentos de ossos podres, uma machadinha de forma e matéria da primeira, uma segunda faca de sílex, mais grosseira que a outra, uma ponta de seta, também de sílex, esta perfeita, mas de tipo diferente, um fragmento de louça grosseira, e mal cozida, foi tudo o que deitou no crivo a pouca terra desprezada pelo telheiro. Pertence certamente ao período neolítico; os objectos de pedra não diferem na forma e qualidade doutros encontrados nas antas do litoral, em Vila Chã, por exemplo, perto do Neiva, e nas antinhas da Beira (...)" (Sarmento, 1882: 198).

A "escavação" realizada por Martins Sarmento permitiu encontrar um machado de diorite, uma faca de sílex, uma faca de sílex, uma ponta de seta e fragmentos de ossos não classificáveis (Sarmento, 1999: 242).

Numa outra descrição de Martins Sarmento sobre o Penedo de Cuba é-nos dito o seguinte:

> "A fenda aberta horizontalmente por baixo do penedo estava emparedada, como sucede quando se quer emparedar uma raposa numa toca feita por baixo de um penedo. Muitos caçadores conheciam o penedo e a parede, porque pelos interstícios dela havia sinais de passagem de coelhos que faziam dentro as suas luras; mas da parede ninguém fazia caso. O telheiro, como visse que dentro havia terra, desfez a parede (ainda vi uns restos dela in situ) e achou uma grande porção de terra. A fenda do rochedo não passa, na parte mais alta, de um metro, mas em largo e profundo tem para cima de quatro. O pavimento é rocha pura, mas desigual. A fenda é natural, bem que talvez alargada mais tarde. Com a terra começaram a sair osso e, por fim, caveiras – umas dezoito. Uma delas parecia de criança, muito pequena e alva, desfazendo-se em contacto com o ar" (*idem*: 244).

Em forma de síntese, vejamos que dados é que podemos retirar dos excertos apresentados:

- Parece haver no interior do Penedo de Cuba uma espécie de gruta com 6,20 m de largura, 0, 70 m de altura e 5,20 m de comprimento.
- Um dia, um telheiro à procura de terra encontra uma abertura no penedo que se encontrava "calafetada" com terra, constituindo uma parede, mas que possuía aberturas (luras dos coelhos), espreita e vê um espaço com terra no interior do penedo.
- O telheiro decide desobstruir a entrada da "gruta". Depois de desfazer a parede e começar a recolher a terra surgem-lhe ossos e caveiras. Num texto são contabilizadas oito caveiras e no outro 18 caveiras. Existe ainda a indicação que um dos crânios seria de menores dimensões (uma delas parecia de criança, muito pequena e alva) que se desfez em contacto com o ar, o que por

vezes acontece mesmo durante as escavações arqueológicas.

- Ao que parece as caveiras foram espetadas em paus e cravados na terra pelo telheiro. Entretanto desapareceram.
- O médico José de Barros da Silva Carneiro após o conhecimento desta situação desloca-se à gruta, juntamente com o pároco da freguesia. Fazem algumas explorações e recolhem: alguns fragmentos de ossos, uma machadinha de diorite excelentemente afiada, uma ponta de seta de sílex, fragmentada na parte superior, uma faca também de sílex, e uma goiva em pedra.
- Decide o médico contactar Martins Sarmento a fim de obter mais alguns dados sobre os objetos encontrados.
- Martins Sarmento desloca-se ao Marco de Canaveses, especificamente ao Penedo de Cuba e não encontra, no interior da "gruta" sedimentos arqueológicos nem materiais. Desloca-se então ao local onde o telheiro tinha deitado as terras provenientes do Penedo que não lhe foram úteis para a sua atividade. Pensamos que Martins Sarmento pode ter crivado essas terras, encontrando apenas alguns fragmentos de ossos, uma machadinha de diorite, uma "faca" de sílex, uma ponta de seta em sílex, completa, mas diferente da primeira encontrada e um fragmento de cerâmica "grosseira, e mal cozida".

O Penedo de Cuba, apesar das vicissitudes da sua descoberta e exploração, parece enquadrar-se cronologicamente na Pré-história Recente. Pela descrição dos materiais, e seguindo a linha de pensamento de Martins Sarmento, os objetos encontrados enquadram-se, genericamente, no Neolítico ou Calcolítico, já que o autor encontra afinidades entre os objetos aqui encontrados com os que conhece das antas do Minho.

Abrigo do Lombo das Relvas [788] (Torre de Moncorvo)

O Abrigo do Lombo das Relvas consiste num pequeno abrigo natural, com a entrada virada a Oeste, que possui 1,5m de altura por de 2m de largura. "O interior do abrigo apresenta uma volumetria subtriangular alongada no sentido Oeste-Este, com uma entrada maior em relação ao fundo que é bastante reduzido. Em perfil, o abrigo apresenta forma afunilada, com base plana. A área interna útil é de aproximadamente 4m², não sendo possível ficar em pé no seu interior"(Gaspar *et al.*, 2014: 28).



Fig. 46. Localização do Abrigo na margem direita da ribeira de Relvas (Gaspar *et al*., 2014: 27).

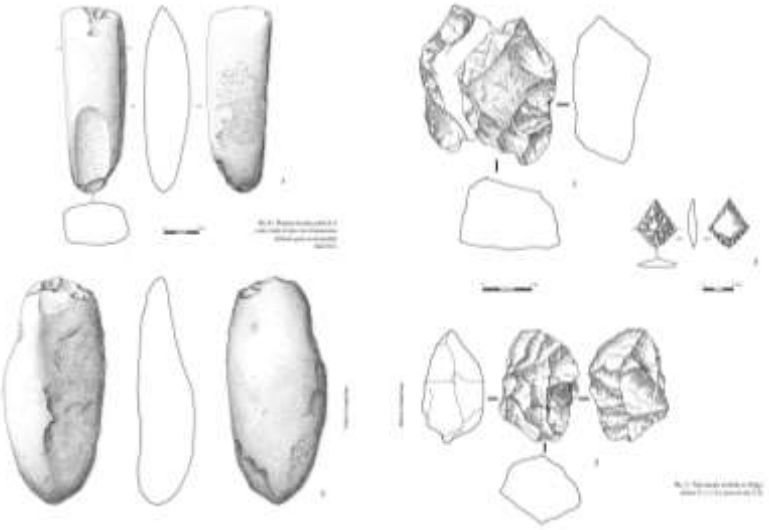
O abrigo de Lombo das Relvas foi intervencionado em duas fases, no ano de 2011. Durante a primeira intervenção foi realizada uma sondagem de diagnóstico na frente do abrigo que revelou a existência de alguns materiais líticos pré-históricos. A segunda intervenção decorreu no interior do abrigo (Gaspar *et al*., 2014: 28).

> "Os vestígios da ocupação deste espaço foram recolhidos nos depósitos [102], [104] e [105]. O conjunto material identificado neste abrigo engloba apenas material lítico, estando a componente cerâmica completamente ausente. Foram recolhidos 52 elementos no total. É clara a seleção do quartzo (sobretudo do quartzo leitoso, que surge representado por 29 peças, ainda que também estejam presentes o quartzo translúcido e o hialino) enquanto matéria-prima para produção de indústria talhada, tendo surgido apenas uma lasca em quartzito" (*idem*: 29).

Foram recolhidos três núcleos, todos de quartzo, um machado de pedra polida e uma ponta de seta (Gaspar et al, 2014: 29), um seixo alongado rolado de xisto, blocos de quartzo com fortes vestígios de maceração, algumas placas roladas de xisto com marcas de corte e ainda um conjunto de 12 seixos rolados de xisto /grauvaque (*idem*: 32).



Figs. 47 e 48. Conjunto de seixos (imagem da esquerda) e a ponta de seta (imagem da direita) recolhidos no interior do abrigo (Gaspar *et al*., 2014: 34).



Figs. 49 e 50. Machado de pedra polida e instrumentos de pedra lascada exumados no Abrigo das Relvas (Gaspar *et al.*, 2014: 35).

O conjunto material recolhido, ainda que reduzido, parece apontar para uma cronologia do Neolítico final/Calcolítico inicial. Segundo os autores da escavação é possível que se esteja na presença de um contexto funerário em abrigo (Gaspar *et al*., 2014: 33-34). Convêm frisar que não foram recolhidos quaisquer restos osteológicos humanos neste abrigo.

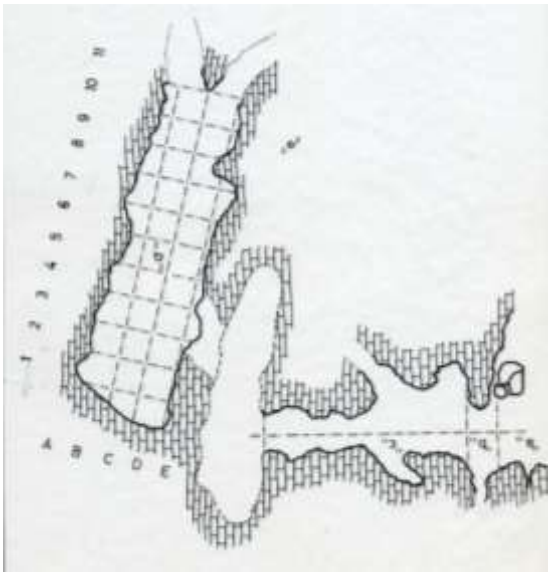
Lorga de Dine (Vinhais)

A Lorga de Dine é uma cavidade calcária situada nos últimos contrafortes da Serra da Escusaña. Apesar do seu interesse científico, das diversas escavações que aí já se efetuaram e dos abundantes materiais que proporcionou, nunca foi divulgada de forma completa, através de merecida monografia (Lemos, 1993a: 157).

> "A abertura desta gruta situa-se na vertente Sul de um pequeno monte, em cujo cimo se ergue uma capela num local designado por «Crasto». Soubemos que, durante as obras ali realizadas há alguns anos, foram descobertas várias sepulturas, provavelmente cistas de xisto, das quais se retiraram alguns ossos humanos, os quais foram seguidamente enterrados no cemitério da povoação, aproveitando-se as lajes como material de construção. A encosta da pequena elevação em que se situa a entrada da gruta prolonga-se, a seguir a uma pequena plataforma cortada por uma linha de água, em encosta de pendor acentuado até à margem esquerda do Tuela, avistando-se dali a Serra da Coroa, que oferece majestoso panorama do outro lado do rio" (Harpsoe e Ramos, 1985: 202).

A gruta é composta por duas salas contíguas "às quais se associam, em várias direções, galerias e salas mais diminutas. A entrada localiza-se a S. dando acesso à primeira sala, com comprimento máximo de 10 m e largura média de 3 m., a qual comunica com outra que lhe é praticamente perpendicular e que tem dimensões máximas idênticas à anterior. Alguns dos espaços colaterais encontram-se ainda preenchidos de sedimentos quase até ao tecto. As alturas das salas maiores oscilam entre 1 e 4 m" (Jana *et al*. SIPA, em linha).





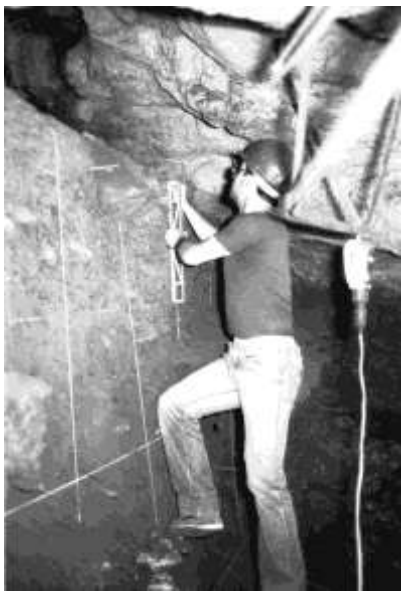
Figs. 51 e 52. Entrada da Gruta – 1978 (Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa MDDS Manuel Santos); Planta provisória (Sociedade Portuguesa de Espeleologia – Arquivo MDDS).

A entrada atual da Lorga de Dine parece, segundo Francisco Sande Lemos, ter sido alargada em tempos recentes. Esta entrada desemboca numa ampla sala, onde se realizaram as intervenções arqueológicas assim como a sala que lhe fica contigua, a sul (Lemos, 1999: 32). A gruta foi alvo de algumas campanhas de escavação, as primeiras nos anos 60, e as restantes na década de 80, havendo também espólio recolhido por particulares e por intervenções clandestinas (IGESPAR, 2012). Esta gruta calcária foi escavada por Karl Harpsoe, João Pedro Ribeiro e Mário Brito, em momentos distintos. Admite-se que os materiais recolhidos se relacionam com sequências de enterramentos de várias épocas (Lemos, 1993: 442).

Em 1986, Susana Oliveira Jorge refere que "Dentro do primeiro grupo, que é muito restrito, cabem grutas provavelmente sepulcrais (Lorga de Dine e grutas de St. Adrião)" e escreve uma nota sobre esta afirmação onde diz o seguinte:

> "Esta suposição deve-se ao facto de, nas referidas estações, ocorrerem abundantes ossos humanos aparentemente associados aos restantes materiais, a fazer finas descrições de antigos e recentes escavadores. Na Lorga de Dine, cremos (devido à grande homogeneidade estilística da quase totalidade dos objectos nela encontrados) que os ossos humanos exumados podem corresponder a um nível de intensas e sucessivas tumulacões, durante um período de tempo relativamente curto. Na verdade, quer Harpsoe, Ramos e Paixão, quer Sande Lemos e M. Brito, nos transmitiram a informação de que a única camada arqueológica observada era constituída por uma terra acinzentada pulverulenta, na qual se encontravam os testemunhos, aparentemente depositados fora de qualquer posição original. Esta circunstância tanto se pode dever, no nosso entender, a violações posteriores às tumulações, como ao próprio carácter destas, que poderiam ter revolvido periodicamente os locais de enterramento, com o intuito de alargar o espaço sepulcral, a exemplo do que acontece em muitas grutas sepulcrais, "tholoi" ou monumentos megalíticos evolucionados de outras regiões peninsulares" (Jorge, 1986: 894 nota 17).

Com base na análise das cerâmicas e suas organizações decorativas, Lorga de Dine "deve ser genericamente contemporâneo do nível II de Castelo de Aguiar e dos níveis IIa-b da Pastoria, ou seja, dos inícios do III milénio a.C. (Jorge, 1986: 827). De acordo com Maria de Jesus Sanches, trata-se duma estação sepulcral, embora seja de considerar a hipótese de a mesma ter servido também como local de habitat (Sanches, 1997: 287).



A Lorga de Dine destaca-se, segundo Ana M. S. Bettencourt, pela existência de "tumulações desde, pelo menos, o Calcolítico regional, até ao Bronze Inicial ou Médio, evidenciadas pela presença de um vaso troncocónico e de vasos carenados (Bettencourt, 2011: 127).

O interior da gruta foi objeto de constantes movimentações o que levou a que as terras fossem crivadas durante a primeira intervenção arqueológica. No entanto foram feitos alguns cortes em zonas consideradas intactas (Harpsoe e Ramos, 1985: 202). Desconhecem-se o resultado das várias campanhas de escavação.

Fig. 53. Escavação de 1983 (Serviço Nacional de Arqueologia da Zona Norte – Arquivo MDDS).

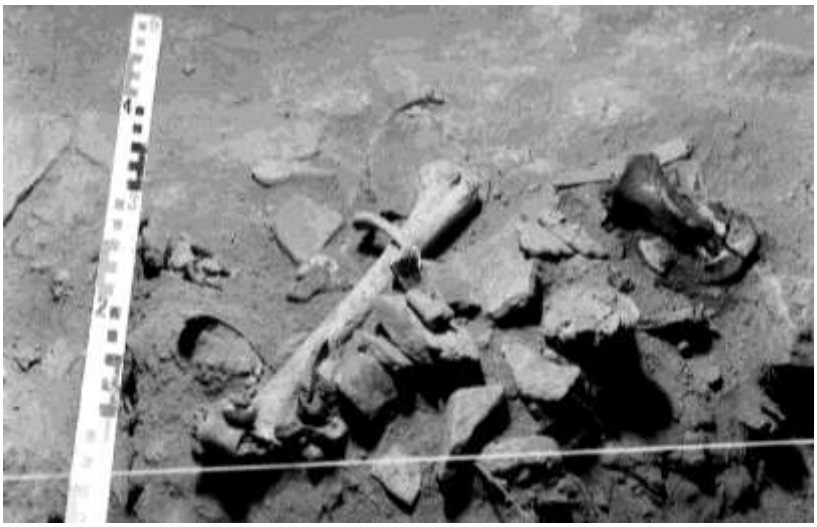


Fig. 54. Escavação de 1986 (Serviço Nacional de Arqueologia da Zona Norte – Arquivo MDDS).



Fig. 55. Escavação de 1986 (Serviço Nacional de Arqueologia da Zona Norte – Arquivo MDDS).



Fig. 56. Escavação de 1984 – ossos (Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa MDDS Manuel Santos).

Para além dos ossos humanos também foram exumados ossos de animais: Bos, Sus, Ursus, Cervus, etc. Pontas de seta de base côncava e bicôncava (em sílex, corneana e xisto); contas de colar esféricas e cilíndricas (em variscite?). O material mais abundante é constituído por recipientes cerâmicos, na sua maioria ricamente decorada (Sanches, 1997: 287).



Fig. 57. Furadores em osso (Sociedade Portuguesa de Espeleologia – Arquivo MDDS).



Fig. 58. Furador em osso (Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa MDDS Manuel Santos).

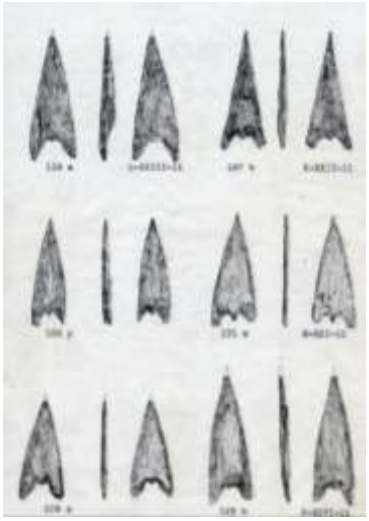


Fig. 59. Pontas de seta (Sociedade Portuguesa de Espeleologia – Arquivo MDDS).

> "Entre os vasos cerâmicos, distingue-se um recipiente troncocónico, com asa lateral e uma fiada de mamilos sob o bordo. A restante produção cerâmica é constituída por formas esféricas, hemisféricas, calotes de esfera e ovoides (com ou sem estrangulamento do colo), além de algumas formas com carenas baixas ou médias. Predominam as superfícies polidas, seguidas das alisadas. Os vasos decorados, cujas cores oscilam entre o acastanhado, castanho-avermelhado e o cinzento-escuro, são muito abundantes. São inúmeras as técnicas e organizações decorativas observadas. Muito significativas são as técnicas de impressão "penteada" (simples ou arrastada), de puncionamento e incisão. De realçar a utilização habitual de incrustação de pasta branca em muitos dos recipientes" (Jorge, 1986: 804).

Segundo Francisco Sande Lemos, ocorrem, também, cerâmicas carenadas e brunidas habitualmente inseridas no horizonte do Bronze Final (Lemos, 1993: 176).









Fig. 60. Compilação de um conjunto de fragmentos cerâmicos decorados e vasos inteiros exumados da Lorga de Dine (Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa MDDS Manuel Santos).

Para além da gruta, é possível que a plataforma em frente à atual entrada tenha também vestígios de ocupação. No topo do cabeço em cuja encosta se localiza a gruta, localiza-se o Crasto de Dine "ainda que até ao momento não haja indicações seguras de ocupação deste local coincidente com a ocupação da gruta" (IGESPAR, 2012).

Monte Ferreiros (Miranda do Douro)

Ana M. S. Bettencourt salienta ainda uma série de grutas existentes nas vertentes do Monte Ferreiros (Miranda do Douro) que terão servido como lugares sepulcrais (Bettencourt, 2009b: 17). O monte de Ferreiros é uma elevação alongada no sentido nordeste-sudoeste, delimitado por 3 cursos de água que confluem no rio Angueira (Sanches, 1997: 287). Trata-se de quatro grutas: Grutas de Ferreiros, Gruta Grande, Gruta da Ribeira e Gruta do Geraldes e fendas do Monte Pedriço.

As grutas localizam-se nas formações de mármores e alabastros, designados por jazigos de Santo Adrião:

> "Na encosta setentrional do monte de Ferreiros e nos mármores e alabastros cinzento azulado da «assentada» superior, cortados frequentemente e na perpendicular por grandes barrancos, situam-se duas grutas - a Gruta de Ferreiros ou Buraco de Ferreiros e a Gruta Grande. A Gruta da Ribeira «abre-se» no mesmo monte mas já sobre a ribeira de Ferreiros e a Gruta do Geraldes situa-se na encosta meridional do monte homónimo, a poucos metros a N do monte de Ferreiros. A gruta de Ferreiros situa-se num nível topográfico levemente superior às outras 3 deste monte. Provavelmente comunicaria pelo menos com a Ribeira e a Gruta Grande por meio de galerias ou algares, hoje destruídos pelos depósitos estalagmíticos e alabastrinos" (Sanches, 1992: 48-49).

Na **Gruta dos Ferreiros** foram encontrados por Nery Delgado "grande quantidade de cacos de louça grosseira, negra, evidentemente fabricada à mão, lisa ou com ornatos muito simples à superfície, um furador de osso de 15 cm de comprimento, uma ponta de seta e um pequeno machado em forma de cunha, ambos em bronze. Um crânio humano e fragmentos de outros crânios e ossos humanos" (Delgado, 1887: 6 citado em Marcos, 1993: 206).

Segundo Maria de Jesus Sanches, Nery Delgado, quando inicia a exploração da gruta depara-se com a entrada obstruída "uma grande massa de entulho, formado de terra pouco coerente misturada com pedras soltas". Debaixo do entulho existia uma camada de terra castanha escura e de composição mais consistente. Esta camada parecia estender-se por toda a base da gruta, mas apenas foi escavada até à rocha de base, que neste caso é o alabastro, numa extensão de 10 ou 12m^2. Deste estrato foram exumados fragmentos de cerâmica manual "grosseira, negra" e lisa ou então "com ornatos muito simples"; "um crâneo humano bastante deteriorado na região facial, mas quasi completo na cephalica, e fragmentos de outros crâneos e mais ossos humanos". A gruta deveria ter algumas centenas de metros quadrados de superfície, sendo muito mais extensa do que a área originalmente escavada (Sanches, 1992: 49).

No Museu dos Serviços Geológicos de Portugal encontram-se, com a indicação de proveniência de «Gruta de Ferreiros», um crânio incompleto e vários artefactos, nomeadamente dois fragmentos de recipientes cerâmicos lisos, globulares e fechados, um fundo convexo e cinco fragmentos decorados (quatro possuem decoração impressa penteada e um decoração incisa e puncionada), uma ponta de seta de sílex de base bicôncava, uma lâmina de sílex de secção sub-trapezoidal não retocada, um fragmento de um anel circular em osso, um furador em osso, um machado plano e um punhal, ambos em cobre arsenical. No Museu de Antropologia do Porto encontra-se um fragmento de vaso cuja proveniência é atribuída à de Gruta de Ferreiros. Trata-se de um fragmento de um grande vaso globular, fechado, também decorado com a técnica de impressão penteada (*ibidem*).

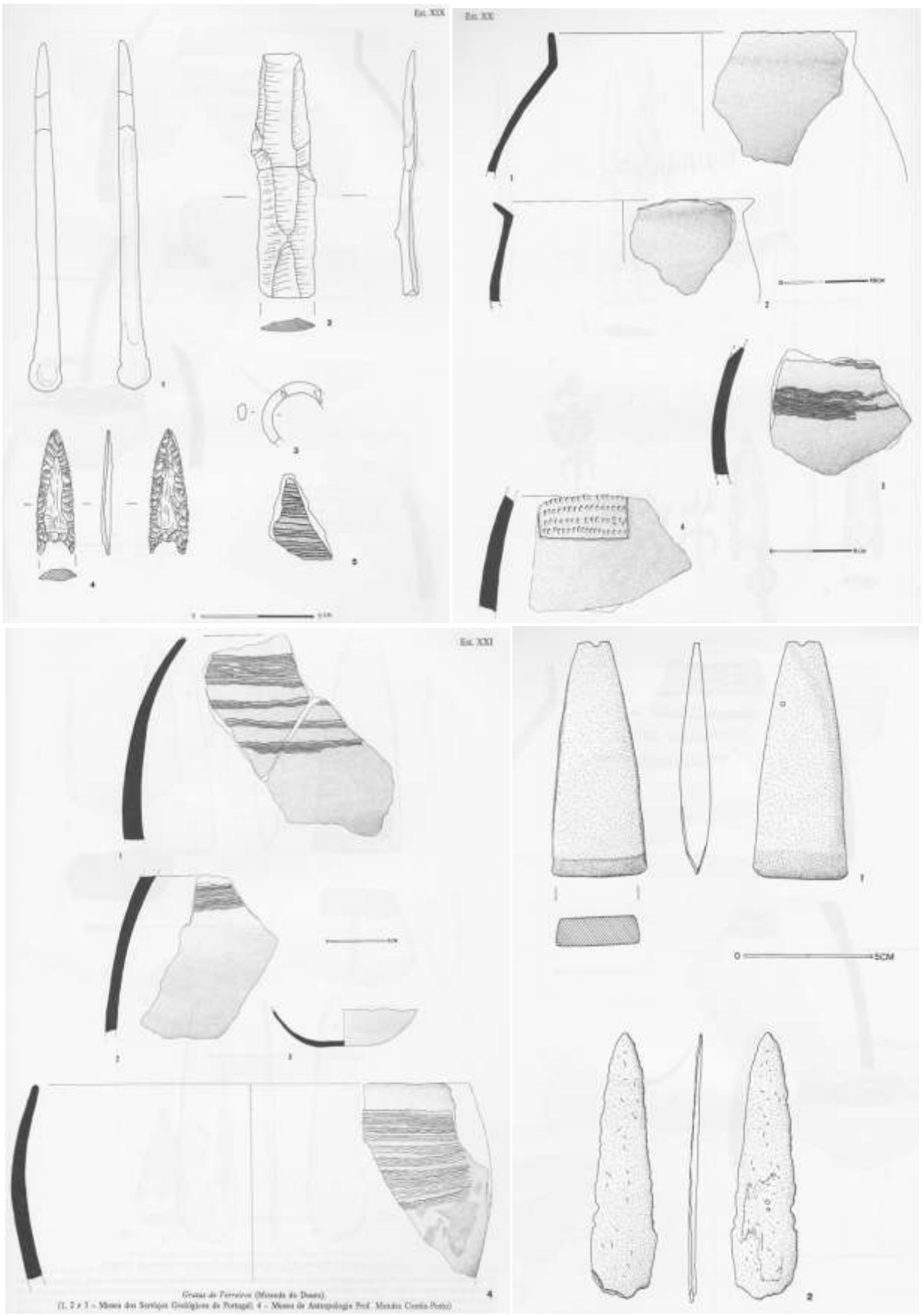


Fig. 61. Os diversos materiais encontrados na Gruta de Ferreiros (Sanches, 1992: estampas XIX, XX, XXI e XX).

> "A **Gruta Grande**, de enormes dimensões, continha, numa superfície limitada, um estrato de terra «fina de côr enegrada», pouco espesso, integrava «ossos de animais (cabra ou carneiro, coelho, etc.) e alguns ossos humanos, que provavelmente pertenciam a um esqueleto, cuja parte principal estava incrustada no manto estalagmítico a pequena distância, achando-se o crâneo separado dos ossos do tronco» (Sanches, 1992: 49). Nesta gruta, o esqueleto incompleto já se integrava no manto estalagmítico, mas, também neste caso, Nery Delgado não correlaciona a pequena camada de sedimentos com esta «deposição» ou «enterramento»" (*idem*: 50).

Os fragmentos cerâmicos aí encontrados «alguns cacos de louça grosseira negra», seriam semelhantes aos fragmentos encontrados na gruta de Ferreiros e estariam inseridos nos sedimentos, junto aos restos humanos já referidos (Sanches, 1992: 49).

Segundo informação de Maria de Jesus Sanches, **a gruta de Geraldes** não foi explorada nem visitada por Nery Delgado (*ibidem*).

Nery Delgado refere ter recolhido no **Monte Pedriço** «dois machados polidos de amphibolite» e «uma folha de punhal (em bronze) de forma triangular, reforçada por um veio longitudinal, com a ponta arredondada, medindo 0,29 m de comprimento e 0,10 m de largura na base. É ornada de três estrias ou linhas paralelas ao gume, e junto da base tem três orifícios por meio dos quaes se ligava ao cabo» (Delgado, 1887, p. 8 citado em Marcos, 1993: 207). Nas Fendas do Monte Pedriço apareceram ossadas de 2 esqueletos humanos incompletos, em associação com fragmentos de mós. Não se conhecem, até ao momento, povoados coetâneos, nas proximidades destas grutas (Delgado 1887; Sanches 1992 citados em Bettencourt, 2011: 127).

A **gruta da Ribeira** fica localizada na encosta meridional do cabeço, perto da ribeira da Quinta e seria a gruta que continha um maior volume de sedimentos. Nery Delgado realizou uma pequena exploração que revelou duas pontas de seta de quartzo hialino, algumas lascas do mesmo material e de sílex, e muitos fragmentos de ossos de animais. Não existem referências ao aparecimento de ossos humanos (Sanches, 1992: 49-50).

> "É, contudo, impressionante a insistência com que aparecem restos de esqueletos humanos em todas as grutas exploradas, sendo ainda de realçar a inexistência (até à data) de qualquer povoado de ar livre coetâneo daquelas em toda esta área Noroeste do Planalto Mirandês. Não nos surpreenderia assim que algumas destas grutas tivessem sido usadas como locais de habitat, independentemente de possuírem, ou não, cumulativamente, um espaço de enterramento. Podemos pôr a hipótese de estes locais terem sido usados como locais de enterramento e, cumulativamente, como habitats, ou então, e como alternativa, a de uma e outra ocupação se poderem ter sucedido em momentos sucessivos" (Sanches, 1992: 49).

Em síntese, Maria Jesus Sanches coloca a hipótese de estas grutas terem sido usadas como locais de enterramento devido à presença de esqueletos ou de parte de esqueletos, mas não descarta a possibilidade de terem sido espaços de habitat:

> "Do estudo que realizámos só pudemos colocar a hipótese de estas grutas terem sido usadas como locais de enterramento devido à presença de esqueletos ou de parte de esqueletos na Gruta Grande - enterramento individual -, na Gruta de Ferreiros e na fenda do Monte Pedriço, e cumulativamente como habitats, ou então, em alternativa, a de um e de outro tipo de ocupação se terem sucedido no tempo (curto). A Gruta da Ribeira parece não se relacionar com enterramentos, mas a área intervencionada foi muito pequena, e a Gruta de Geraldes não foi escavada" (Sanches, 1997: 287).

Fragão da Pitorca (Chaves)

O Fragão da Pitorca consiste "num aglomerado de formações graníticas que conferem ao local um posição destacada na paisagem. O conjunto dos rochedos gera um promontório que descai em forma de penedia sobre o seu sector ocidental." Foi neste abrigo de médias dimensões, que um jovem habitante da aldeia mais próxima, conhecida pelo topónimo "Curral de Vacas" encontrou uma espiral em ouro. A par da espiral há referência à recolha de um machado de bronze, fragmentos de mó manual e fragmentos de cerâmica (Portal do Arqueólogo, em linha).



Figs. 62-64. Anel de ouro e machado plano de cobre (fotografias cedidas pelo Museu da Região Flaviense).

Armbruster e Parreira (1993: 25) referem-se ao achado como " (…) um anel espiralado de ouro [que] estava associado a um machado plano de cobre e a cerâmica (…).

Ana M. S. Bettencourt refere que neste sítio arqueológico teriam sido realizados enterramentos "provavelmente, desde o Calcolítico até ao Bronze Inicial. Aqui, a par de ossadas humanas, apareceram cerâmicas lisas e decoradas, assim como uma espiral em ouro e um machado plano, ainda com rebarbas de fundição" (Bettencourt, 2009b: 18).

Abrigo 2 da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)

Numa primeira escavação do Abrigo 2 da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) efetuada em 2004, foi possível determinar que apesar de remeximentos recentes, parte dos enchimentos originais ainda se conservavam no sector sul do abrigo. Durante a decapagem do abrigo foi possível reunir um "conjunto de bronzes", composto por uma fíbula de dupla mola; um pendente com decoração pontilhada a punção nas duas faces; uma agulha; uma argola de bronze e três fragmentos de barrinhas; um fragmento supostamente de "escória" e um "pingo de fundição" (Senna-Martinez *et al*., em linha). Segundo estes autores,

> "O cariz mediterrânico (orientalizante) da fíbula de dupla mola, da agulha (com abundantes paralelos em sítios peninsulares meridionais) e mesmo do pendente, uma vez que a decoração tem paralelos nos grafitos sobre recipientes de cerâmica cinzenta de Medellin datados do séc. VII a. C. (…) confere alguma homogeneidade aparente ao contexto (…)."

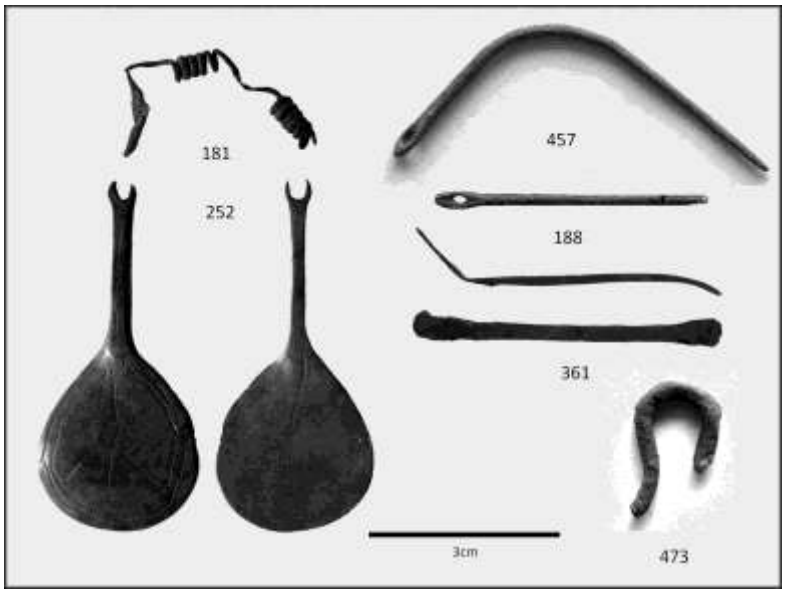


Fig. 65. Fraga dos Corvos, Abrigo 2 - Bronze Final - Conjunto de artefactos metálicos de filiação mediterrânica do Abrigo 2 (sg. Senna-Martinez *et al,.*2012: fig.2 - reprodução autorizada).

Este contexto é interpretado por Ana M. S. Bettencourt como sendo um provável enterramento do Bronze Final onde a descoberta de "um pendente decorado e um pequeno bracelete, em bronze, assim como uma fíbula de dupla mola, uma espátula e um fragmento de um cinturão, que pertenceriam ao mesmo contexto", constituiria "um conjunto de ornamentos corporais e de espólio associado ao tratamento do corpo com paralelos nos enterramentos da Roca do Casal do Meio, em Sesimbra, datados do Bronze Final" (Bettencourt, 2009b: 17).

Em suma, e tendo em conta que alguns destes sítios não foram objeto de trabalhos de escavação, exceptuando um ou outro caso, não nós é possível afirmar com clareza a sua utilização como espaços de enterramento. Contudo a sua integração neste capítulo decorre das possibilidades expressadas por diferentes pré-historiadores que se debruçam sobre a região.

Ou seja, tivemos em consideração que os elementos que nos permitem "classificar" estas ocupações no interior de grutas/abrigos como locais de enterramento relacionam-se com a análise de dois aspetos fundamentais:

- Ossos humanos – a existência de ossos humanos, relativamente bem conservados, em alguns casos, permitiu, aos diversos autores atribuir a estes vestígios uma conotação de "espaços de enterramentos", à semelhança de casos semelhantes, estudados não só a nível nacional, mas também a nível europeu.

- Material cerâmico, lítico e metálico – noutros casos, a interpretação destes locais como espaços de enterramentos reflete-se a partir da análise do material arqueológico detetado nestes sítios arqueológicos.

A falta de datações absolutas para os sítios em questão, dificulta uma correta inserção cronológica destes locais. É a partir da análise de material (cerâmico, lítico e metálico) encontrado nas grutas ou abrigos, em associação ou não com ossos humanos, que se tem avançado com possíveis cronologias para estes sítios.

II.3.4. A PRÁTICA DA METALURGIA

No decorrer da análise dos sítios pré-históricos da Bacia Hidrográfica do Douro foram detetados, em alguns casos, a presença de indicadores da prática da metalurgia de ligas de cobre e de bronze.

No total, estamos na presença de 123 sítios arqueológicos onde foram encontrados achados metálicos, ou relacionados com a prática da metalurgia (moldes), assim como 28 depósitos.

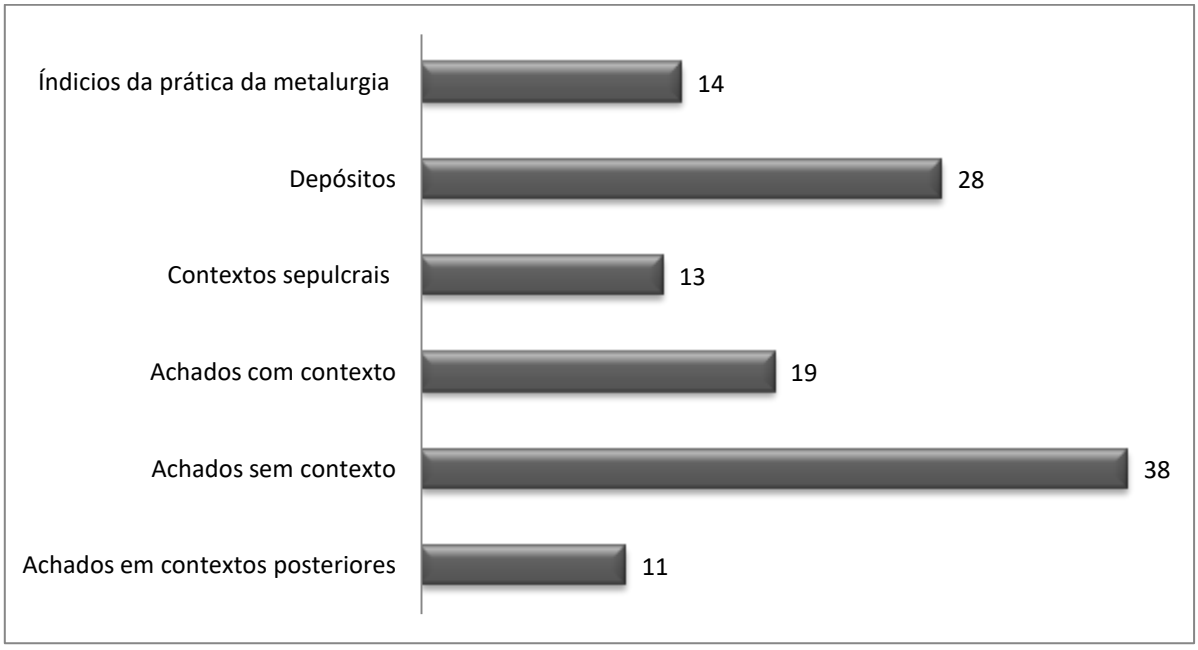


Gráfico 1. Total de sítios com achados relacionados com a metalurgia.

Optamos por organizar a informação relativa à metalurgia da seguinte forma: destacamos os sítios onde foram detetados indícios da prática da metalurgia, que perfazem um total de 14[1]. Foram registados 28 depósitos de objetos metálicos. Em relação aos contextos em que foram descobertos esses objetos, 13 casos apareceram em contextos sepulcrais, 19 apareceram em locais que possuem ocupações pré-históricas, 38 resumem-se a achados descontextualizados e 11 casos em sítios que possuem ocupações em momentos posteriores, muitos deles da Idade do Ferro.

[1] Posteriormente ao fecho dos capítulos sobre a Pré-história Recente foi detetado mais um sítio com indícios da prática da metalurgia que não integra a listagem apresentada, mas que será referido neste texto.

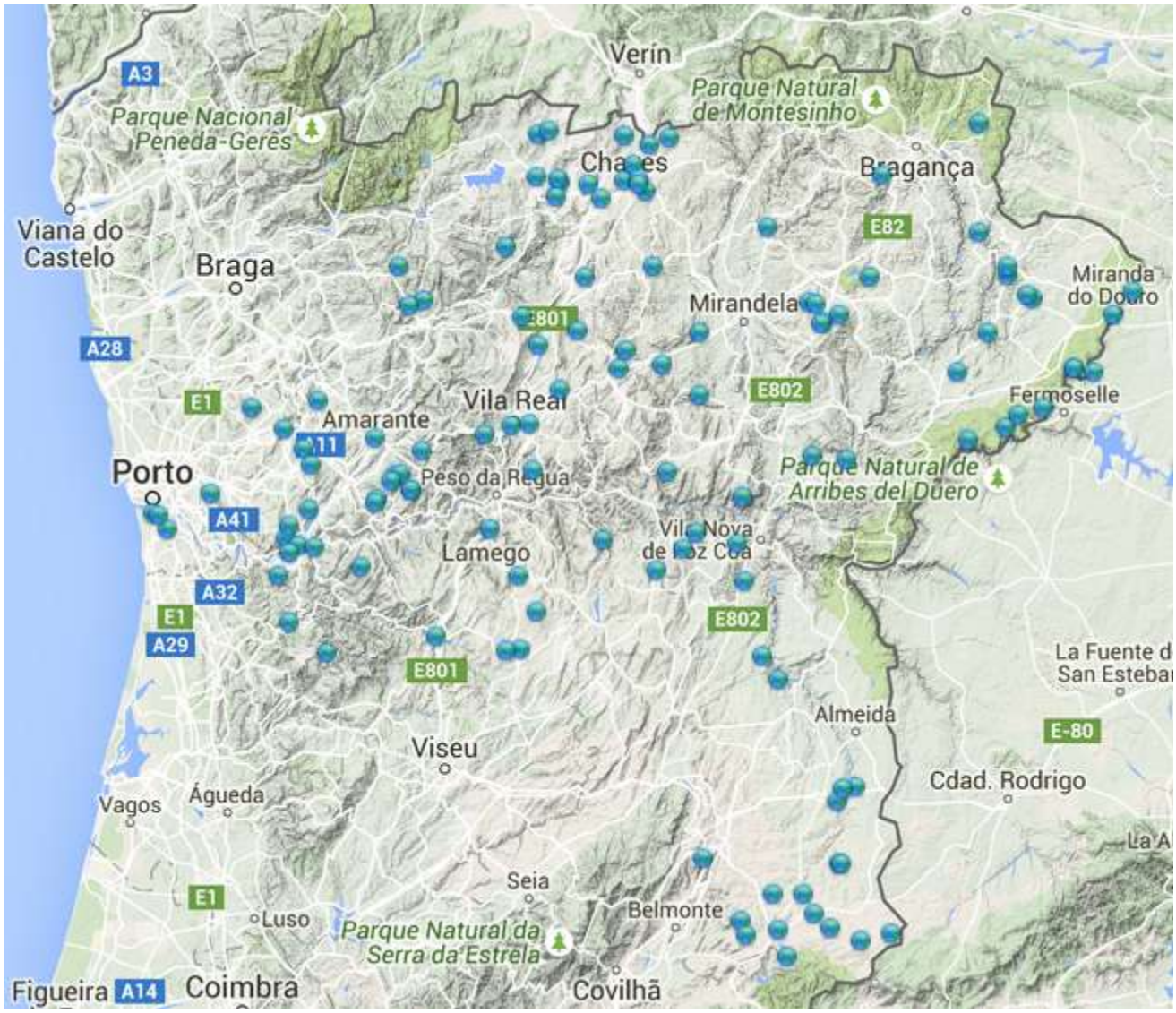


Fig. 1. Distribuição do número total de sítios onde foram encontrados objetos metálicos ou objetos relacionados com a prática da metalurgia (moldes em pedra ou em cerâmica).

Este capítulo visa a apresentação dos sítios onde se registaram indícios da prática da metalurgia e dos achados metálicos que ocorrem nesses mesmos locais. Na maior parte dos casos estamos perante indícios muito ténues, destacando-se a Fraga dos Corvos, o único sítio onde foram detetadas estruturas associadas à prática da metalurgia do bronze.

3.4.1.MOLDES

A produção de artefactos metálicos pode ser atestada pela descoberta de determinado tipo de objetos (cadinhos, fornos, pingos de fundição, moldes, entre outros). Neste caso em particular vamos destacar os moldes em pedra ou em argila de objetos metálicos. Na Bacia Hidrográfica do Douro foi possível registar a existência de oito locais onde foram detetados moldes. Convém frisar que serão necessários

estudos mais aprofundados para validar os dados que apresentamos de seguida. Na tabela 1 apresentamos seis destes casos.

Nº de inventário	CNS	Designação	Freguesia	MOLDES	TIPO DE SÍTIO	DENTRO PHR
407		Penas Roias	PENAS ROIAS (MOGADOURO)	Molde em granito		Molde pré-histórico?
487	676	Castelo de Algoso	ALGOSO (VIMIOSO)	Molde em granito	Sítio com estruturas	Calcolítico, Idade do Bronze
1509	16208	Cimalha	SERNANDE (FELGUEIRAS)	Molde em granito	Sítio com fossas [ao ar livre]	Bronze Médio; Bronze Final
1497	1298	Castelo de Matos	OVIL (BAIÃO)	Molde em argila	Sítio com estruturas	Bronze Final
1318	2899	São Salvador do Mundo//Castelo Velho/ Praça dos Mouros	S. JOÃO DA PESQUEIRA	Molde??	Vestígios de superfície	Calcolítico, Idade do Bronze?
913	3572	Castelo dos Mouros /Castro do Cadaval//Castelo dos Mouros do Cadaval ou Castro das Curvas de Murça	FIOLHOSO (MURÇA)	Molde em granito	Vestígios de superfície com estruturas pétreas	Molde? Bronze Final?/Idade do Ferro??

Tabela 1.Sítios onde foram encontrados apenas moldes sem mais achados metálicos.

Foi possível confirmar a existência de moldes encontrados em Penas Roias, Castelo de Algoso, Cimalha e Castelo de Matos, sítios arqueológicos que possuem ocupações pré-históricas. Cimalha e Castelo de Matos foram objeto de intervenções arqueológicas direcionadas para o estudo das ocupações pré-históricas. Castelo de Algoso, Penas Roias e São Salvador do Mundo foram sítios prospetados. Com exceção dos moldes, não foi detetada mais nenhuma evidência da prática da metalurgia, nem se encontrou outro tipo de objetos metálicos.

Castelo de Algoso (Vimioso)



Fig. 2. Molde de machado – Castelo de Algoso (fotografia de Sofia Figueiredo).

Penas Roias (Mogadouro)



Fig. 3. Molde de machado em granito encontrado em Penas Roias[2].

[2] Esta peça encontra-se exposta na Sala Museu de Arqueologia da Câmara Municipal de Mogadouro, cujo município nos autorizou a reprodução da imagem.

Não se sabe exatamente de que sítio arqueológico é proveniência o molde de Penas Roias, nem em que circunstâncias foi encontrado. Desconhecemos igualmente as circunstâncias da descoberta do molde encontrado no Castelo de Algoso.

Cimalha (Felgueiras)

Na Cimalha foi encontrado um molde de fundição em xisto, de machado do "tipo Bujões-Barcelos", que poderá ser integrado no Bronze Médio (Arezes, 2006: 25).



Fig. 4. Molde de fundição em xisto - machado do "tipo Bujões-Barcelos" (Arezes, 2006).

São Salvador do Mundo (São João da Pesqueira)

Este sítio arqueológico possui vestígios arqueológicos que se integram nos vários momentos da Pré-história Recente, ou seja no Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze (Heitor, 2002: 42). Segundo António José Fernandes Heitor:

> "Para além do substrato Neolítico de S. Salvador do Mundo, este povoado sobranceiro ao Douro, possui vestígios correlacionáveis com o Calcolítico. Deste período possuímos alguns materiais cerâmicos com organizações decorativas típicas do Calcolítico como sejam as fiadas triplas de puncionamentos e as bandas onduladas de cerâmica penteada para as quais encontramos paralelos respectivamente no Povoado da Porqueira e em Castelinhos. Praticar-se-ia já, provavelmente, neste local a metalurgia de que é testemunho o achado de um molde de fundição em cerâmica. Não queremos com isto dizer que tal facto seja indiciador de uma adopção de uma "economia metalúrgica", pois essa actividade pode ter-se desenvolvido apenas na Idade do Bronze, período do qual S. Salvador do Mundo possui também vestígios" (*idem*: 60).

Castelo de Matos (Ovil, Baião)

Em relação ao Castelo de Matos, Isabel Figueiral e Francisco Queiroga dizem ter encontrado "moldes de fundição":

"Os fragmentos de moldes, um dos quais parece ser de espada revelam um acabamento cuidado, se bem que também algumas imperfeições técnicas. Todos os fragmentos encontrados mostram ter sido feito um molde sólido numa pasta arenosa fina, bem depurada, com fractura pouco rugosa e de cor cinzenta-escura, quase negra. No exterior do molde existe ainda uma outra camada, espessa, de pasta cerâmica de um laranja vivo, arenosa, muito friável e porosa. Apesar de os exemplos encontrados não serem de tamanho nem variedade suficiente para apoiarem qualquer conclusão definitiva, fica-nos a impressão de que se tratam de moldes bivalves, portanto reutilizáveis. A parte reutilizada do molde seria a interior, isto é, as duas valvas de pasta escura, servindo a camada exterior de pasta vermelha - cozida antes do processo de fusão da peça - para segurar as duas partes do molde na posição adequada, sendo posteriormente fácil de destacar. Cremos que a consistência friável e extremamente porosa da camada exterior do molde teriam um papel importante, permitindo o fácil escape de gases e vapor de água, os quais certamente saíam do núcleo através das zonas de união das valvas do molde" (Figueiral e Queiroga, 1988: 143).

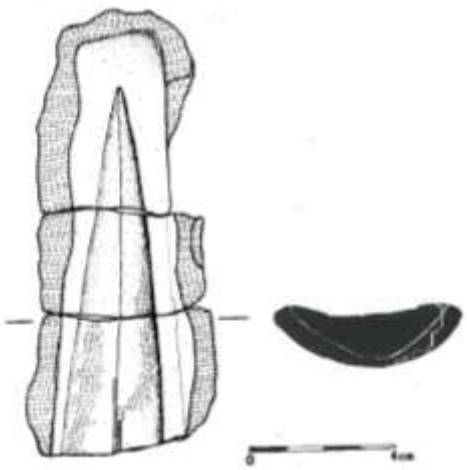


Fig. 5. Molde de fundição em argila (Figueiral e Queiroga, 1988: 146).

Castelo dos Mouros do Cadaval ou Castro das Curvas de Murça (Murça)

O Castelo dos Mouros do Cadaval é um caso particular. Segundo António Luís Pereira e Isabel Lopes "Trata-se de um povoado fortificado de grandes dimensões onde ainda se preservam imponentes estruturas do seu sistema de amuralhamento, algumas estruturas de produção, como lagares, e um santuário rupestre" (MJS, IGESPAR, 2012). Terá duas ocupações, uma do III milénio a.C. e outra da Idade do Ferro. Maria de Jesus Sanches (*ibidem*) realizou trabalhos de prospeção em 1998 e identificou

"materiais arqueológicos pré-históricos numa plataforma irregular e pejada de penedos, designada como área arqueológica do Castelo dos Mouros - Cadaval, visto nesta se terem encontrado uma amálgama de vestígios arqueológicos. Numa plataforma actualmente cultivada encontraram-se vestígios de um povoado pré-histórico, Neolítico e/ou Calcolítico. (...) Os materiais correspondem a fragmentos cerâmicos, de fabrico manual, alguns destes estão decorados com puncionamentos e/ou impressões, ainda encontraram-se peças de quartzo talhadas, percutores e alisadores. A cronologia situa-se no III mil. AC."

Encontra-se exposto no Museu de Numismática e Arqueologia de Vila Real um molde duplo atribuído ao Bronze Final/Idade do Ferro. Não foi possível confirmar se o molde se enquadra neste período cronológico, mas optou-se por apresentá-lo a título de hipótese.



Fig. 6. Molde duplo do Castelo dos Mouros do Cadaval (fotografia de A.Vieira autorizada pelo Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real).

3.4.2. CALCOLÍTICO/BRONZE INICIAL

Durante o III milénio a.C. surgem alguns indícios que permitem colocar a hipótese de estarmos perante as primeiras evidências da prática da metalurgia do ouro e do cobre no território da Bacia Hidrográfica do Douro. Os dados que iremos apresentar, com exceção do Buraco da Pala, necessitam de ser analisados, tendo em consideração os contextos em que foram encontrados os materiais arqueológicos.

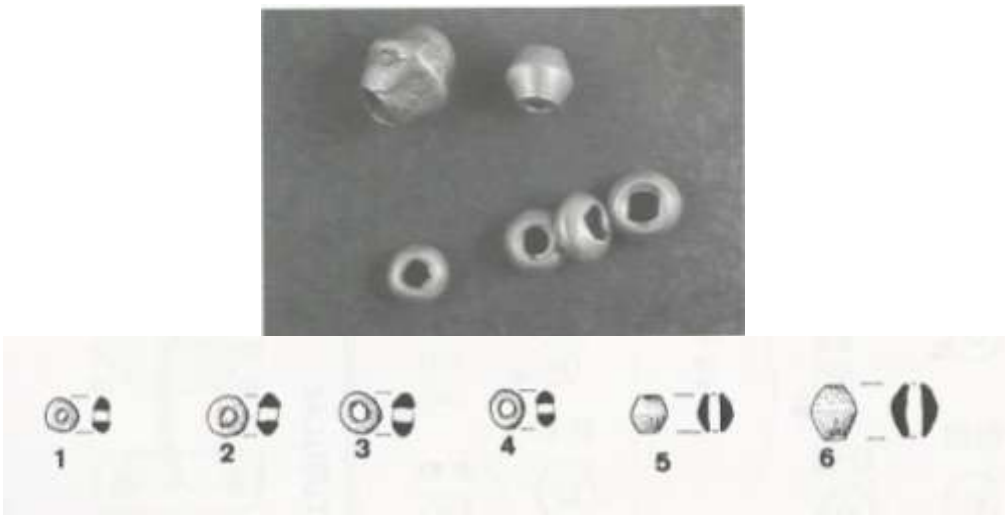
Nº de inventário	CNS	Designação	Freguesia	ACHADOS METÁLICOS	TIPO DE SÍTIO	DENTRO PHR
377	6899	Buraco da Pala	PASSOS (MIRANDELA)	Evidências da prática da metalurgia	SÍTIO COM ESTRUTURAS EM ABRIGO	Calcolítico/Bronze Inicial
646	2641	Castelo Velho de Freixo de Numão	FREIXO DE NUMÃO (VILA NOVA DE FOZ CÔA)	Molde e outros	RECINTO	Calcolítico, Bronze Inicial e Médio
649	8489	Castanheiro do Vento	HORTA (VILA NOVA DE FOZ CÔA)	Lingote?	RECINTO	Calcolítico e Bronze Antigo e Médio
889	1152	Vinha da Soutilha	MAIROS (CHAVES)		SÍTIO COM ESTRUTURAS	Neolítico Final Calcolítico
892	419	Pastoria	REDONDELO (CHAVES)		SÍTIO COM ESTRUTURAS	Calcolítico Bronze Inicial
1476	4245	Areias Altas	NEVOGILDE (PORTO)	Escória?	SÍTIO COM FOSSAS	Bronze Inicial

Buraco da Pala (Mirandela)

No abrigo do Buraco da Pala foram encontrados vestígios da prática da metalurgia, nomeadamente fragmentos de uma extremidade de um fole ou alcaraviz descobertos no nível mais recente. Foi ainda exumado um machado de cobre e seis contas bicónicas de ouro fundidas (Sanches, 1997: 229).

Os fragmentos de um fole ou alcaraviz foram analisados por Beatriz Comendador Rey, que refere o seguinte sobre estas peças:

> "En el yacimiento de Buraco da Pala (Passos, Mirandela, Tras-os-Montes oriental) se localizó un pico de tobera (Lám. 38, fig. 4) y un fragmento de labio que podría ser considerado parte de otra. El diámetro de la base corresponde a un cilindro de unos 2 cm. de diámetro, y la boca, aunque presenta una abertura irregular, oscila entre 32-35 mm. El grosor de las paredes se incrementa hacia la boca (de 9 a 12 mm) de labio aplanado. La pasta, con algunos desgrasantes de gran tamaño, presenta grietas y efectos de calcinación. Parece tratarse del remate en arcilla de una tobera de caña utilizada para producir un suministro de aire controlado dirigido hacia el interior de una masa en combustión, fundamental en la operación de reducción" (Comendador Rey, 1997: 369).



Figs. 7 e 8. Contas de ouro do Buraco da Pala (nível I) (Sanches, 1997: 143, em cima e estampa LXII.2, desenho).

No que concerne as contas em ouro, o estudo de José Cavalheiro e Maria de Jesus Sanches conduziu aos seguintes resultados: aparentemente "as contas foram fabricadas em condições particularmente rudimentares"(...) tudo aponta[ndo] para uma tecnologia primitiva, a qual poderia ter sido levada a cabo no interior do abrigo do Buraco da Pala, durante o período de ocupação I" (Cavalheiro e Sanches, 1995: 182).

Em relação ao contexto onde foram exumadas as contas de ouro,

> "Os objectos de adorno em ouro provêm todos da camada l, isto é, do nível de ocupação mais recente - nível I - e foram encontrados adentro de áreas espacialmente conotadas com a silagem

de cereais, fava e bolota. Este nível foi datado por 4 datas de C14, as quais, calibradas, colocam esta ocupação entre cerca de 2800-2500 AC. As contas apareceram também espacialmente relacionadas com duas concentrações de contas de rocha ou mineral (a maioria em variscite) - «Concentrações A e B» -, e, no caso da «Concentração A», ainda com uma pequena plaquinha de ouro" (Cavalheiro e Sanches, 1995: 168).

Para além dos objetos anteriormente mencionados: as contas em ouro e um "machado" em cobre, foi ainda detetado "um fragmento de uma pequena folha ou placa, também em ouro (...)" (Sanches, 1997: 203).

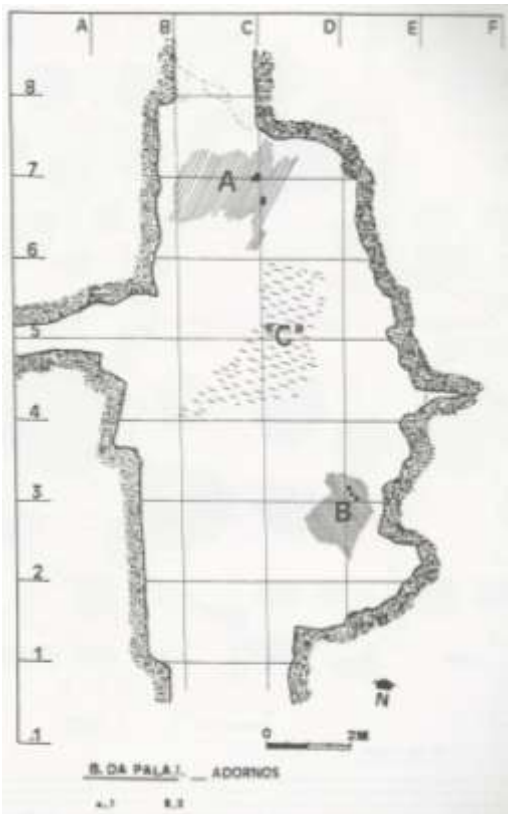


Fig. 9. Distribuição dos objetos metálicos em ouro. 1. Contas de ouro; 2. Plaquinha em ouro (Sanches, 1997: 87).

Foi neste nível I, onde apareceram as contas em our,o que se detetou igualmente dois artefactos cerâmicos, fragmentados, que foram interpretados como alcaravizes, referidos anteriormente e um machado de cobre, muito deteriorado, no qual foi detetado a presença de arsénio e a ausência de estanho, dados que apontam "para uma metalurgia dos inícios da Idade do Bronze" (Cavalheiro e Sanches, 1995: 182).

Vinha da Soutilha e Pastoria (Chaves)

Segundo Susana Oliveira Jorge,

> "Nos povoados da Vinha da Soutilha e da Pastoria detectámos alguns vestígios do que se pode eventualmente interpretar como fragmentos de "algaravizes", o que, a confirmar-se, sugere a prática local de uma metalurgia incipiente" (Jorge, 1986: 921).

A análise realizada aos objetos não confirmou a hipótese levantada por Susana Oliveira Jorge, embora não tenha sido descartada taxativamente essa possibilidade (Araújo e Cabral, 1986a e 1986b).

Do nível mais recente da estação da Pastoria foram encontrados três artefactos de cobre arsenical*:* um punção, um cinzel e uma provável faca curva (Jorge, 1986: 508).

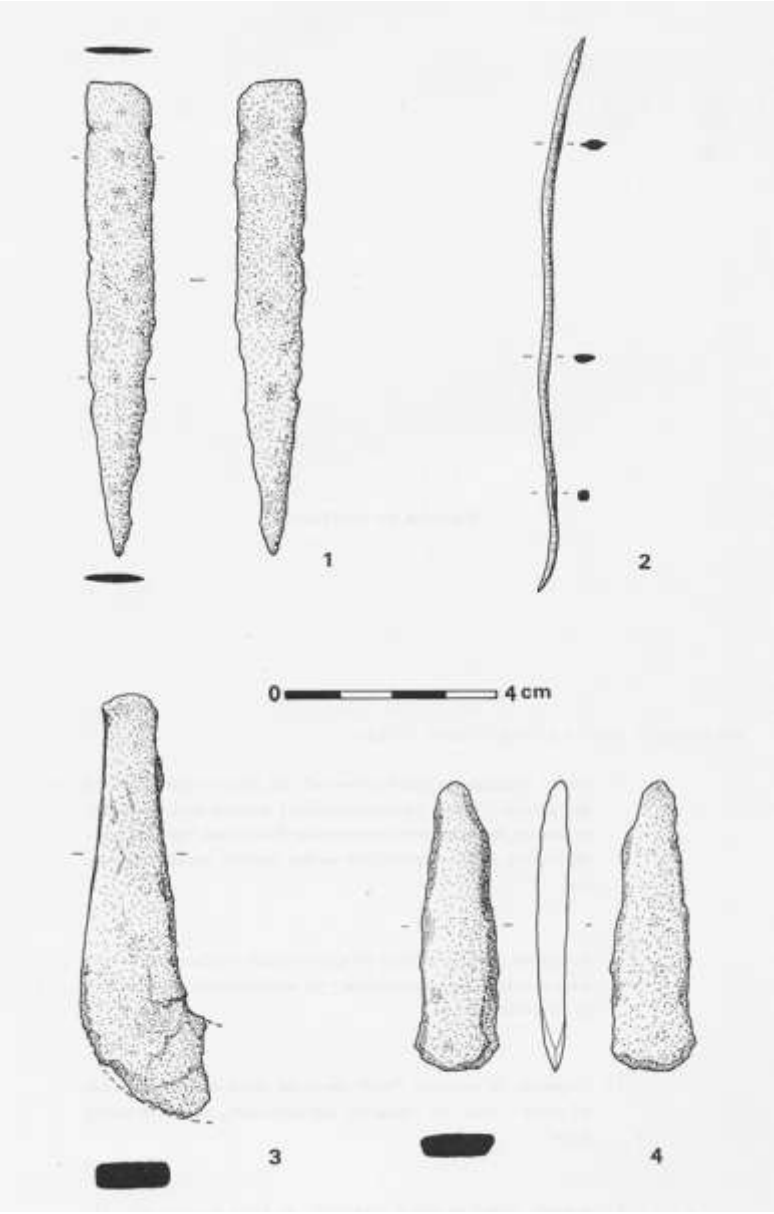


Fig. 10. Objetos metálicos encontrados no sítio da Pastoria: 1. punhal alongado em cobre arsenical, de lâmina triangular; 2. punção em cobre arsenical de extremidades aguçadas; 3. fragmento de provável "faca" curva, também em cobre, da qual só subsiste o cabo ou lingueta; 4. pequeno cinzel em cobre arsenical, de forma trapezoidal (Jorge, 1986b: estampa CLXXVIII).



Fig. 11. Fotografia do punhal referido assinalado com o número 1 na imagem anterior (fotografia cedida pelo Museu da Região Flaviense).

Susana Oliveira Jorge refere a existência de um fragmento de um objeto metálico atribuído ao sítio da Pastoria.

> "Encontra-se depositado, no Museu do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia (Porto), um objecto metálico em cobre arsenical, recolhido à superfície da Vinha da Soutilha por Santos Júnior, o qual foi sumariamente publicado (Santos Júnior, 1933). Trata-se duma pequena lâmina de contorno curvilíneo (secção sub-triangular), de gume muito desgastado, na qual se verificam pequenas reentrâncias que podem ter resultado do desgaste provocado pelo uso. Podemos interpretá-la como a lâmina duma "faca" curva fragmentada no cabo, o qual não é possível caracterizar" (Jorge, 1986a: 256).

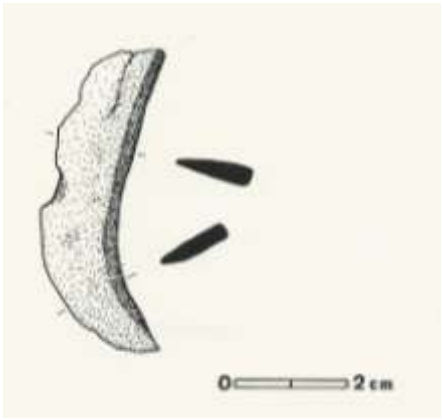


Fig. 12. Possível lâmina em cobre arsenical de uma "faca" curva fragmentada no cabo (Jorge, 1986b: estampa LXXXIII).

Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)

No recinto murado do Castelo Velho de Freixo de Numão foram exumados diversos objetos metálicos que se enquadram genericamente na ocupação do sítio entre os inícios do III e meados do II milénio a.C.

No total, trata-se de um conjunto de vários artefactos de cobre, dos quais 12 se encontram apresentados na fig. 13.



Fig. 13. Vários objetos em cobre exumados na escavação do recinto de Castelo Velho (fotografia de Lídia Baptista).

Este conjunto artefactual em cobre é constituído por um machadinho plano (fragmentado (as duas partes colam entre si); três machados; três cinzeis, dois punções inteiros e um pequeno fragmento de um possível punção, um escopro (?), um anel (?), uma plaquinha, aos quais se acrescenta dois artefactos que surgem referenciados nos relatórios das escavações de 2002 e 2003.



Figs. 14 e 15. Escopro (?) e três cinzeis; Punções e plaquinhas de cobre (?) (fotografias de Lídia Baptista).

Algumas peças encontravam-se em conexão com estruturas, mas a maior parte dos materiais encontrava-se disperso tanto no interior como no exterior do recinto.



Fig. 16. Anel inteiro de cobre (?) – duas perspetivas (fotografias de Lídia Baptista).

A peça identificada como um anel inteiro de cobre consiste numa fita larga de metal enrolada.



Fig. 17. Machado plano de cobre – diferentes perspetivas (fotografias de Lídia Baptista).

Foi encontrado nesta estação um molde de objeto metálico em pedra que pode ser um indicador da prática da metalurgia.

Foi ainda encontrado um objeto em ouro, que se encontrava no interior de uma estrutura, que consiste numa pequena fita enrolada em ouro com vestígios de martelamentos.

Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa)

Nesta estação foram exumados alguns punções em cobre e dois machados planos, também em cobre, um deles em bom estado de conservação (informações cedidas pela equipa de escavação de Castanheiro do Vento).



Fig. 18 Fragmento de lingote em cobre (?) (fotografia cedida pela equipa de escavação de Castanheiro do Vento).



Fig. 19 e 20. Exemplo de dois punções de cobre exumados na camada 3 do recinto de Castanheiro do Vento (fotografias cedida pela equipa de escavação de Castanheiro do Vento).



Fig. 21 Machado de cobre no momento da sua descoberta (fotografia cedida pela equipa de escavação de Castanheiro do Vento).

A existência de um possível fragmento de lingote em cobre (Jorge *et al*., 2007: 257) no recinto murado de Castanheiro do Vento permite avançar com a hipótese de ter ocorrido a prática da metalurgia neste sítio durante o período de ocupação entre 2900-1500 AC. Será fundamental confirmar os contextos destes achados.

Areias Altas (Porto)

Existe a indicação que no povoado de fossas das Areias Altas Russel Cortez encontrou "rojões de fundição" (Jorge, 1986: 874).

3.4.3. BRONZE MÉDIO

É durante o Bronze Médio que se adota a metalurgia do Bronze, uma liga binária.

Nº de inventário	CNS	Designação	Freguesia	Tipologia	Subtipologia	TIPOLOGIA MAPAS	DENTRO PHR
341	6650	Fraga dos Corvos	VILAR DO MONTE (MACEDO DE CAVALEIROS)	Sítio com estruturas + Achado(s) Metálico(s)	Ao ar livre + 2 abrigos	evidências da prática da metalurgia	Bronze Médio, Bronze Final

Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)

A Fraga dos Corvos situa-se num esporão rochoso que se localiza na vertente noroeste da Serra de Bornes na elevação do Monte do Vilar. O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros (Senna-Martinez *et al.,* 2005: 61).

Os contextos relacionados com a prática da metalurgia escavados, únicos em toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, permitem integrar este sítio "num horizonte cronológico compatível com os machados tipo "Bujões/Bacelos", numa produção regional dos primeiros bronzes binários" (Senna-Martinez e Luís: 2009: 76).

Foram detetadas estruturas associadas à prática da metalurgia nas cabanas 4, 5 e 9:

Cabana 4

> "No extremo sul da Cabana 4 situava-se uma estrutura negativa de planta ovalada (a unidade estratigráfica 57 — UE 57) com eixos de 88cm por 77cm, cheia por areias obscurecidas e com restos de cinzas (UE 58), sendo delimitada por uma oval de pequenas pedras. Em torno a esta estrutura foram recolhidos três «nódulos» metálicos, posteriormente identificados no Laboratório de Arqueometalurgia do ITN4 como tratando-se de bronzes binários de cobre e estanho, bem como um fragmento de cadinho com aderências incluindo vestígios de bronze, 71 fragmentos de elementos vitrificados sem traços de cobre ou estanho, 2 fragmentos de moldes em xisto e um fragmento de lâmina de bronze. Este conjunto de dados permitia assim interpretar a estrutura composta pelas UEs.57/58 como uma «caixa-de areia» e a extremidade sul da Cabana 4 como uma «área de fundição». (...) adossada aproximadamente a meio do lado oeste da Cabana 4,

identificámos um espaço sub-quadrangular que enquadrava no seu lado norte uma estrutura negativa de planta irregular [UE.221] preenchida por terras argilosas avermelhadas, com abundantes termoclastos (lareira) incluindo três fragmentos de moldes, um dos quais constituía uma tampa de molde rectangular quase completa. Desta área provêm igualmente alguns elementos pétreos vitrificados" (Senna-Martinez e Luís: 2009: 70).

Cabana 5

Definição de uma "grande estrutura oval com pavimento empedrado e também com vestígios de actividades metalúrgicas" (*idem*: 70).

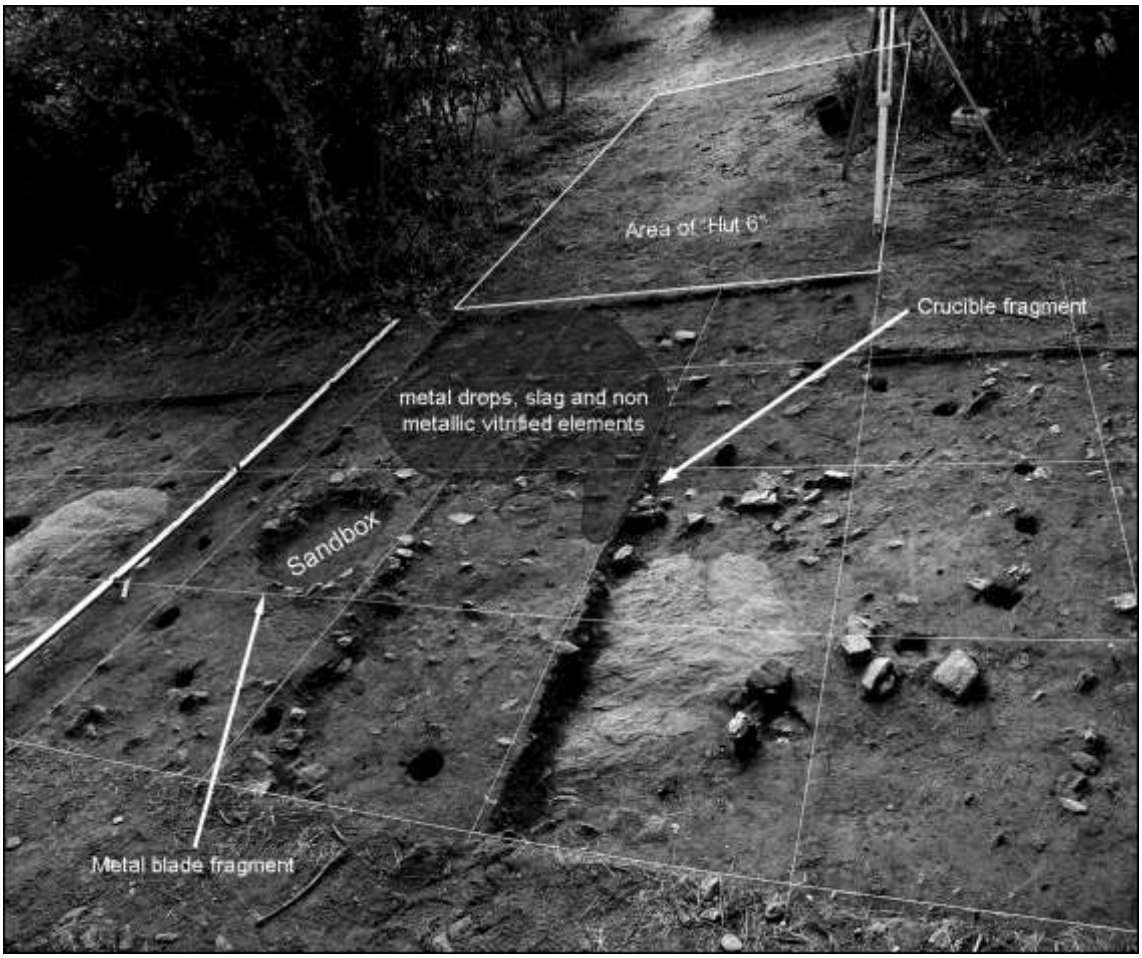


Fig. 22. Fraga dos Corvos - Área de fundição do povoado do Bronze Médio (sg. Senna-Martinez, *et al.,* 2007, fig.2 - reprodução autorizada).

Cabana 9

[esta cabana] "delimitada por 6 buracos de poste, corta a unidade [280], sendo possivelmente contemporânea da Cabana 5. O desmonte desta área revelou ainda um conjunto de materiais dos quais se destacam dois bordos de vasilha-forno, tendo um deles sido analisado pela equipa do ITN, revelando vestígios de cobre e estanho, ou seja, evidenciando a produção de bronzes no local" (*ibidem*).

Em suma, parece existir uma área de fundição de bronze («melting») na Cabana 4. As evidências detetadas nas 5, 8 e 9 permitem avançar com a possibilidade de existir uma área de redução de minérios de cobre e estanho («smelting») (Senna-Martinez e Luís: 2009: 76). Nesta estação foram recuperados restos de fundição, cadinho e moldes. Na zona M9 foi exumado um fragmento de molde, machados de tipo «Bujões/Barcelos» assim como alguns cinzeis (*idem*: 73). Em 2011 deram-se novas descobertas que permitem acrescentar o seguinte:

> "A produção metálica da Fraga dos Corvos pode ser associada ao período de disseminação dos machados Bujões/Barcelos (c.1750-1500 a.C.), da qual temos evidência directa através do fragmento de molde (…) A adicionar aos dados já publicados, na campanha de 2011 foram recolhidos: um fragmento de bojo com aderências metálicas; um fragmento de metal indeterminado; e, o "achado" mais importante, um fragmento em xisto mole de molde para machados de tipo Bujões" (Luís *et al.,* 2012: 21-22).

3.4.4. BRONZE FINAL

Durante o Bronze encontra-se em circulação um grande número de objetos metálicos, mas o número de estações conhecidas com vestígios da prática da metalurgia é reduzido e não existem vestígios de estruturas associadas a esta prática, como as que foram detetadas na Fraga dos Corvos.

Nº de inventário	CNS	Designação	Freguesia	Tipologia	Subtipologia	Observações tipologia	DENTRO PHR
1831	2919	Castelejo	SORTELHA (SABUGAL)	Recinto fechado murado + Achado(s) Metálico(s)		prática da metalurgia	Bronze Final
244	11382	Canedotes//Alto do Couto	TOURO (VILA NOVA DE PAIVA)	Sítio com estruturas + Achado(s) Metálico(s) + Estela	Ao ar livre	prática da metalurgia	Bronze Final

Castelejo (Sabugal)

Nos diversos setores escavados no sítio do Castelejo, datado do Bronze Final, foram detetados objetos metálicos, assim como objetos relacionados com a prática da metalurgia, nomeadamente cadinhos e moldes.

Segundo Raquel Vilaça,

> "(...) um dos conjuntos mais importantes do espólio exumado nesta estação integra peças" interpretadas como cadinhos. (...) Possuimos cinco fragmentos (quatro bordos e um bojo) cujas pastas acusam pouca compacticidade e raros e.n.p., apesar de alguns poderem atingir grande qualibre; são muito leves e de tonalidades esbranquiçada, podendo ocorrer manchas rosadas ou acinzentadas. Incluem-se em formas esféricas e esférico-achatadas, com paredes grossas e pouco profundas e bases convexas. Os diâmetros variam entre 9/10 cm. Um dos exemplares possui um apêndice funcional em forma de pega. Em três casos conservaram-se no interior e na região do bordo escorificações que indicam uma utilização efectiva desses cadinhos" (Vilaça, 1995: 11).

No setor I, em ambas as sondagens foram encontrados peças classificadas por Raquel Vilaça como moldes. São três moldes que serviram "para a fundição de varetas, punções, sovelas ou outros utensílios semelhantes" (Vilaça, 1995a: 98).

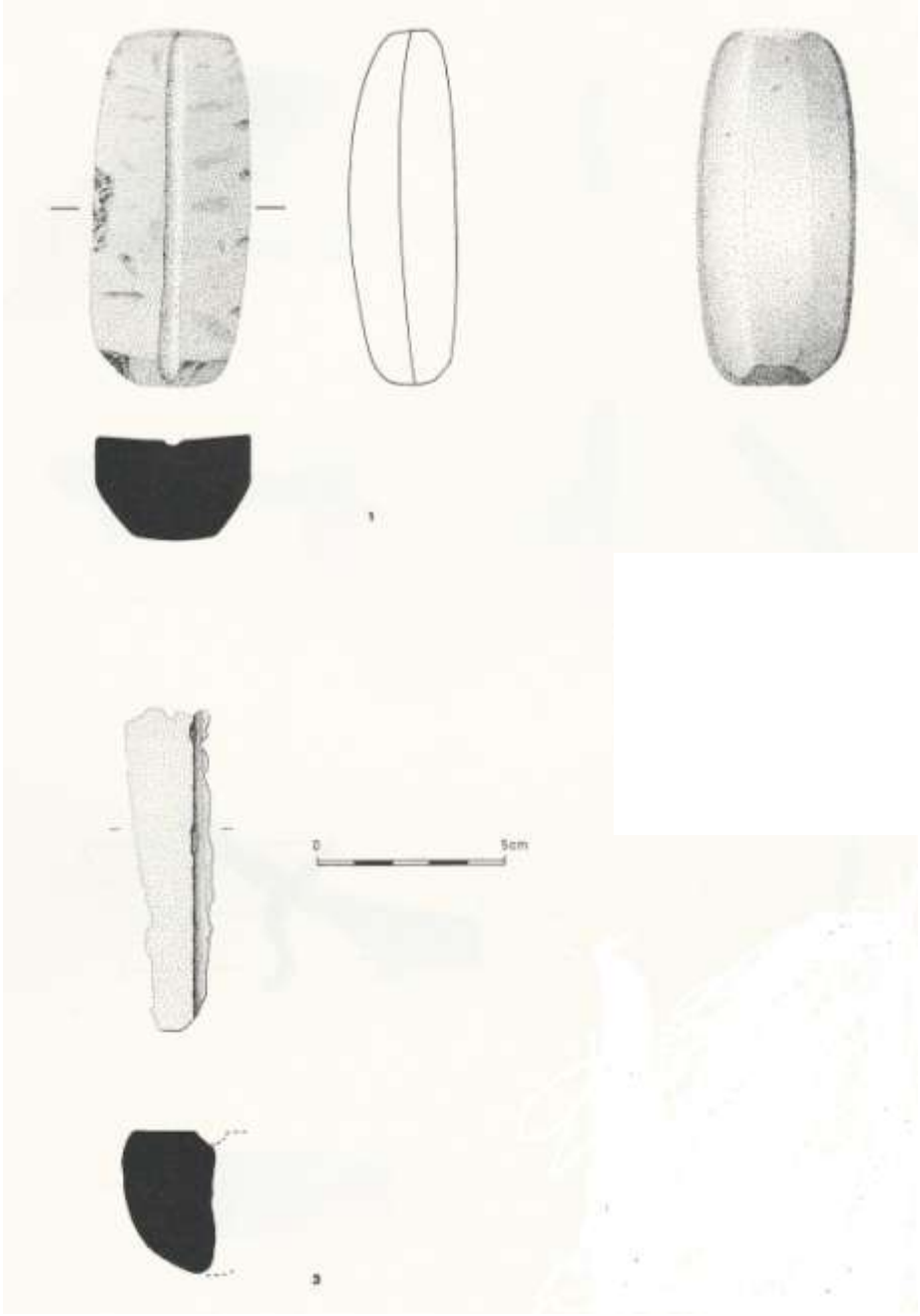


Fig. 23. Desenho de dois moldes em cerâmica, descobertos no sítio do Castelejo (Vilaça, 1995b: estampa XIX).

No setor I assinala-se a presença de uma argola em bronze, muito deteriorada e um fragmento disforme em cobre (Vilaça, 1995: 99). No setor IIIA foi exumada, do interior de uma estrutura de combustão uma peça em bronze com as extremidades fraturadas, que pode ter funcionado como escopro, cinzel ou pode ser interpretado como vareta ou objeto inacabado (*idem*: 104). No setor IIIB registou-se o aparecimento

de um fragmento de foice em bronze do "tipo Rocanes"; uma argola de bronze em mau estado de conservação e um fragmento disforme de bronze (*idem*: 111).

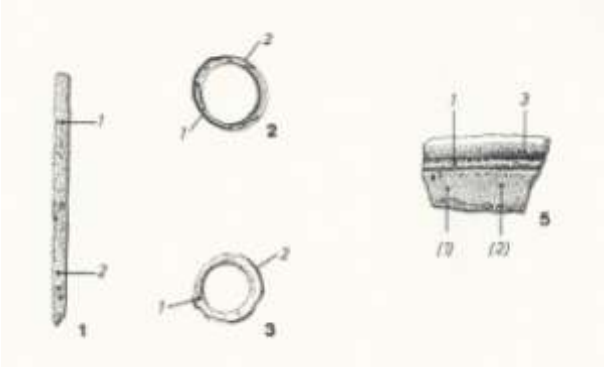


Fig. 24. Vareta, argolas e fragmento de foice (Vilaça, 1995a: 477).

Para além dos moldes e um prego em ferro, o espólio metálico do Castelejo é constituído por cinco peças em bronze e uma peça de cobre quase puro (peça n.º 4) (Vilaça, 1995a: 353).

Canedotes (Vila Nova de Paiva)

Este sítio, pertencente ao Bronze Final, encontra-se implantado numa área elevada, de onde é possível controlar visualmente uma importante passagem natural pela região do Alto Paiva, características típicas das estações do Bronze Final do Noroeste peninsular. As datações por radiocarbono apontam para uma ocupação durante o primeiro quartel do I milénio a.C., sendo a maioria dos materiais estudados perfeitamente enquadrável neste período.

> "Os artefactos são compostos por ligas de cobre e estanho, com a presença de chumbo apenas como impureza, integrando-se completamente estes resultados na metalurgia recorrente da região. De destacar um exemplar, sem paralelos conhecidos na Península Ibérica, cujo reduzido teor em estanho parece indiciar a utilização de minérios de cobre com teores significativos de estanho. A presença de pingos de fundição em bronze denuncia uma produção local, sendo que os teores mais elevados de arsénio em algumas das peças, a não serem exclusivamente resultantes dos fenómenos de corrosão superficial, indicam uma refinação insuficiente das matérias-primas, provavelmente decorrente de um domínio algo incipiente da tecnologia de produção metalúrgica" (Canha *et al*., 2007: 159)

Os únicos indícios de atividade metalúrgica documentada em Canedotes correspondem a dois pequenos fragmentos interpretados como pingos de fundição (n. inv. 911 e 1819) e eventualmente os dois moldes em pedra (*idem*: 169).

Nesta estação recolheu-se duas valvas pertencentes a moldes de varetas distintos. Do conjunto total de 69 objetos metálicos recolhidos em Canedotes destaca-se a grande percentagem de peças disformes (Canha *et al*., 2007: 165), com 36 ocorrências.

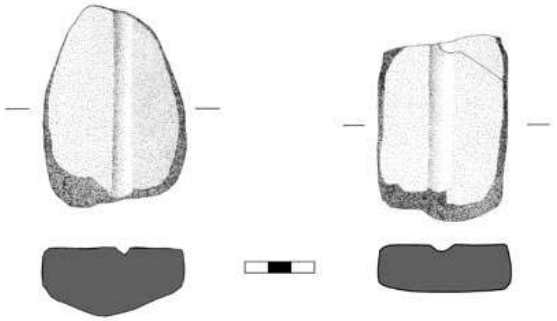


Fig. 25. Valvas de moldes de varetas ou "arrow-straighteners" (Canha *et al*., 2007: 164).

Foram analisadas 19 peças, nomeadamente dois artefactos integradas no grupo de armas/objetos cortantes, quatro utensílios, cinco objetos de uso pessoal, três argolas, dois vestígios de atividades metalúrgicas e três fragmentos disformes, "o que equivale a 28% do total do espólio metálico" (Canha *et al*., 2007: 172).

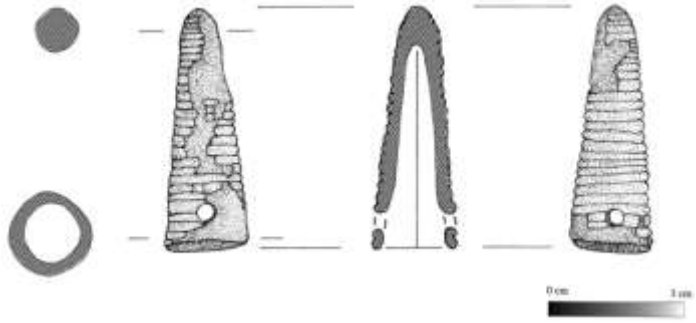


Fig. 26. Conto de lança do povoado de Canedotes (Canha *et al*., 2007: 166)

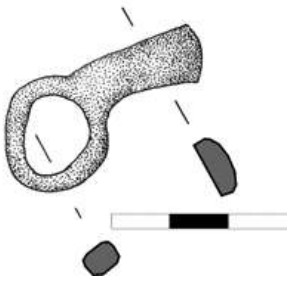


Fig. 27 "Arreio" do povoado de Canedotes (*idem*: 168).

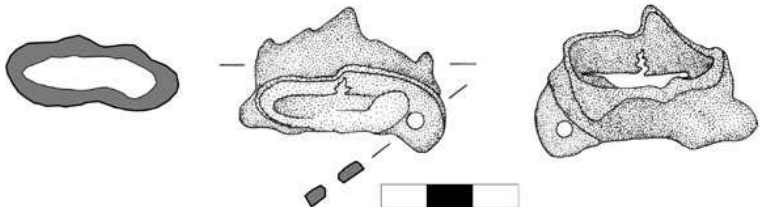


Fig. 28.Virola do povoado de Canedotes (*idem*: 167)



Fig. 29. Botões do povoado de Canedotes (*idem*: 169).

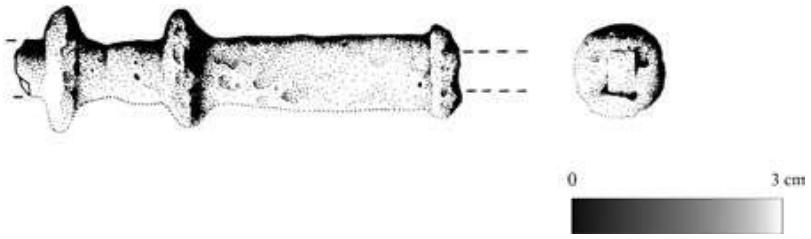


Fig. 30. Fragmento de espeto articulado do povoado de Canedotes (*idem:* 168).

II.3.5. OS MENIRES

3.5.1. INTRODUÇÃO

> "O estudo dos menires constitui, no quadro das investigações sobre a Pré-história e o Megalitismo em particular, uma tarefa essencial e, ao mesmo tempo, um desafio não raro pouco animador e de resultados frequentemente frágeis, incertos e que em pouco parecem contribuir para o conhecimento científico devidamente fundamentado. Questão essencial porque materializam, os menires, uma antropização da paisagem (...). Tarefa muitas vezes problemática ou pouco sugestiva porquanto o deslocamento de muitos exemplares da sua implantação original e a ausência de nítidos contextos arqueológicos noutros, quase reduzem a sua análise a um exercício de descrição morfológica e comparativismo formal, proporcionando o enriquecimento da cartografia respectiva mas sem conclusões que se possam ter como fiáveis no que toca a funções, sentidos, enquadramento cultural ou cronologia dos monumentos considerados" (Silva e Silva, 1994: 109).

O estudo dos menires da Bacia Hidrográfica do Douro é um trabalho interessante, mas ao mesmo tempo difícil, indo ao encontro daquilo que é sugerido por Fernando Silva e António Silva, no texto introdutório ao estudo dos menires da Serra da Freita. É verdade que muitos destes exemplares se encontram descontextualizados, no entanto, nos últimos anos realizaram-se novas descobertas, que podem ajudar a rever um pouco esta ideia. Por outro lado, dificilmente conseguiremos fugir ao "exercício de descrição morfológica", sendo que se torna necessário perceber o tipo de monólito que se integra nesta categoria.

No capítulo I.3, na explicação da tipologia de vestígios arqueológicos, apresentámos algumas definições para a palavra "Menir", introduzidos por diferentes autores, que convém agora relembrar.

Brézillon (1989: 177) define menir como um "monumento megalítico formado por um único bloco de pedra, bruto e toscamente talhado, firmado verticalmente no solo". Para Vítor Oliveira Jorge a palavra menir significa, "em bretão, pedra ("men") longa ou comprida ("hir") e designa uma pedra (bloco ou laje), em bruto ou sumariamente afeiçoada, fincada verticalmente no solo, cuja altura seja maior do que as restantes dimensões." Varia em altura e morfologia. Alguns "foram alvo de afeiçoamentos secundários, no sentido de lhes conferir uma forma fálica; outros encontram-se gravados" (Jorge, 1982: 27-28). Ou seja, menir pode ser um "monólito de dimensões variáveis, chegando a atingir vários metros, implantado verticalmente no solo" (Silva, 2004: 435).

> "Na realidade, trata-se de expressões megalíticas definidas ordinariamente pela rudeza, variabilidade e relativo isolamento dos testemunhos conservados. Na expressão já clássica de Giot, "il s'agit de monuments constitués d'un unique bloc de pierre brut ou débruti, allongé verticalement. Il y a quelques exceptions, ou les sections sont plus grandes que la hauteur, au moins l'état actuei. La forme des menhirs varie beaucoup avec la nature de la roche qui les constitue." Por isso, a bibliografia arqueológica revela-se frequentemente imprecisa ou hesitante na classificação ou reconhecimento de algumas das peças, discutindo (ou aceitando sem discussão) a própria intencionalidade e autoria humana de certos monólitos, em que olhos mais cépticos percebem apenas qualquer acidente ou capricho geomorfológico" (Silva e Silva, 1994: 109).

Segundo Silva e Silva, o caráter "tosco" destas estruturas, o material com que são construídos, assim como a sua forma, impedem, por vezes, a sua classificação segura como um elemento antrópico, sendo

muitas vezes interpretados como formas naturais. Questão de difícil resolução e que, nos parece, continuará em aberto num futuro próximo.

Em 1987, Vítor Oliveira Jorge refere a existência de três menires no Norte de Portugal: o de Luzim (Penafiel), o de S. Paio de Antas (Esposende), e o da Bouça (Mirandela). Segundo este autor cada menir corresponde a "um «tipo» diferente deste género de monumentos. Realmente, o de Luzim é uma laje pouco espessa, de forma irregular (alt.-c.2,15 m.); o de S. Paio de Antas é um bloco afeiçoado, com secção sub-elíptica (alt.-c. 1,70 m.); quanto ao da Bouça, além de possuir gravuras, tem aspecto fálico, com figuração da glande e do meato uretral, lembrando por isso, segundo os arqueólogos acima citados, exemplares do Sul de Portugal (alt.-c.2m)" (Jorge, 1987: 279-280). Até essa data não tinha sido detetados conjuntos de menires (quer alinhamentos, quer *cromlechs),* sendo que os casos apontados se referiam a casos isolados (*idem*: 280).

Em 1994, António Silva e Fernando Silva (1994: 110) apresentam uma lista na qual constam 26 exemplares no Norte e Centro do país. Apenas selecionamos os 14 menires que se enquadram na área da Bacia Hidrográfica do Douro. Dois desses monumentos foram detetados por estes dois investigadores: Senhor dos Aflitos e Três Irmãos (Arouca).

10 Turrinheiras - Braga - C. de Basto - Abadim - FIGUEIRA, J.F. 1940
11 Chaves - Bragança - Chaves - Indeterminado - JORGE, V.O. &ALMEIDA,C.A.F. 1979
12 Bouça - Bragança - Mirandela - Bouça - SANCHES, M.J. &JORGE, V.O. 1987
13 Luzim - Porto - Penafiel - S.J. Baptista - FERREIRA 1864; AGUIAR & SANTOS JR. 1940
14 Lavadores - Porto - V.N. Gaia - Canidelo - CORREIA, A.M. 1935
15 Serra do Pilar - Porto - V.N. Gaia – Stª. Marinha - CORREIA, A.M. 1935
16 S. Bartolomeu - Porto - V.N. Gaia - Pedroso - GUIMARÃES, J.A.G. 1990
17 Indeterminado - Aveiro - Castelo Paiva - Indeterminado - SILVA, E.J.L. 1989
18 Penedo Comprido - Viseu - Cinfães - Tendais - COSTA, M.G. 1977; JORGE, V.O. 1977
19 Sr. dos Aflitos - Aveiro - Arouca - Alvarenga - Inédito
20 Três Irmãos - Aveiro - Arouca - Rossas/Urrô - Inédito
21 Penedono - Viseu - Penedono - Penedono - CARVALHO. P.M.S. 1989
24 Folha da Torre - Guarda - Guarda - S. Bartolomeu - MONTEIRO, J.P. & GOMES, M.V. 1977
26 Pena - Porto - Baião - Ovil - CRUZ, D.J. 1992

Em 2003, Eduardo Jorge refere o aparecimento de um menir no concelho de Cinfães. Segundo este autor "são muito poucas as notícias de menires existentes a norte do Douro. Com excepção do de Luzim (o primeiro de que houve notícia), todos os demais são de reduzida altura". No âmbito de um trabalho de prospeção ter-se-ia dado a descoberta de um novo monólito, inédito, na Serra de Montemuro: o Menir do Marco da Jugada. Entretanto, no decurso de uma jornada de prospeção, tivemos a oportunidade de descobrir um outro monólito, na Serra de Montemuro (concelho de Cinfães), que se encontrava completamente desconhecido. Em 1992/93, trabalhos de escavação na base do menir resulta no aparecimento de uma muito curiosa estrutura lítica que envolvia o monólito (Silva, 2003: 274).

No ano de 2004, Manuel Calado apresenta uma obra de vulto sobre os menires do Alentejo Central e apresenta para o Norte de Portugal os dados que se mostram de seguida.

> "Os menires da Península Ibérica são, em comparação com outras grandes regiões megalíticas europeias ou com outros tipos de monumentos da Pré-história peninsular, uns ilustres desconhecidos. Há várias ordens de motivos para o "low profile" dos menires ibéricos: uma das

> mais importantes prende-se com o facto de, na sua esmagadora maioria, terem tombado em épocas antigas, sendo, por isso, muito difíceis de identificar por não especialistas. A verdade é que, depois de terem sido, ainda no séc. XIX, identificados alguns raros exemplares (Ferreira, 1864; Pereira, 1880; Veiga, 1886), foi só já nos anos setenta do séc. XX que os monumentos mais complexos e bem conservados começaram a ser dados a conhecer e o número global de sítios meníricos explodiu. Foi também só por essa altura que se começou a ter uma noção rudimentar da importância relativa e da personalidade das principais regiões meníricas peninsulares" (Calado, 2004).

Em relação à inserção cronológica deste tipo de vestígio arqueológico, Manuel Calado associa a "origem do fenómeno megalítico europeu" ao "aparecimento da arquitectura menírica".

> "As reutilizações de menires em dolmens, os contextos arqueológicos associados e a própria releitura da iconografia megalítica, têm tornado cada vez mais plausível, como hipótese de trabalho, a alta antiguidade de alguns destes monumentos" (Calado, 2004).

Existem ainda evidências de que alguns menires neolíticos foram reinterpretados/reutilizados durante o Bronze Final. Por último, este autor refere que se conhecem menires em vários locais da Península Ibérica, que foram erigidos em épocas mais tardias, nomeadamente durante a Primeira Idade do Ferro, em contextos funerários (Calado, 2004).

Tomámos como referência algumas considerações deste autor sobre a relação da estrutura formal do menir com a sua possível cronologia. Gostaríamos de fazer a seguinte ressalva, Manuel Calado parte da análise dos menires do Alentejo Central mas, atendendo ao facto de que, até ao presente momento, nunca houve um estudo deste tipo para os menires do Centro e Norte de Portugal, parece-nos aceitável a utilização destes dados, com a devida salvaguarda.

> "A forma e dimensões dos menires, assim como a planta dos conjuntos, pode, por hipótese, ter implicações cronológico-culturais. Na verdade, tomando como referência o Alentejo Central e, dentro desta região, os monumentos que foram escavados e para os quais se possuem informações de teor cronológico, podemos afirmar que, nos menires mais antigos (atribuíveis ao Neolítico Antigo/Médio), são raras as formas angulosas, dominando largamente os perfis arredondados e bojudos (variando entre as formas ovóides e as cilindróides, eventualmente achatadas) (Fig. 5, A e B). Pelo contrário, os menires mais tardios, atribuíveis à 1ª Idade do Ferro, apresentam formas muito mais angulosas e esguias (...)" (Calado, 2004).

Manuel Calado apresenta alguns dados sobre o Noroeste Peninsular, que contempla o Centro e Norte de Portugal e a Galiza. Aponta um conjunto de menires, dos quais optámos por selecionar aqueles que se encontram na nossa área de pesquisa. Referimo-nos a 13 monumentos isolados:

Luzim (Penafiel)
Bouça (Mirandela)
Chaves (Chaves)
Marco da Jogada (Cinfães)
Penedono (Penedono)
S. Bartolomeu (Vila Nova de Gaia)
Pena (Baião)
Penedo Comprido (Cinfães)
Folha da Torre (Guarda)
Lavadores (Vila Nova de Gaia)
Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia)
Turrinheiras (Celorico de Basto)
Senhor dos Aflitos (Arouca)

E dois conjuntos: S. Cristóvão (2) (Resende) e Três Irmãos (3) (Arouca).

Ainda segundo Manuel Calado, esta região apresenta uma baixa densidade de menires. Caracterizam-se por serem monumentos isolados, tendo como suporte os granitos ou rochas granitóides e por estarem integrados em áreas onde existem "manifestações de megalitismo funerário". Possuem "dimensões modestas, tendo, os maiores, comprimentos na ordem dos 3 m. A maior parte é anicónica" (Calado, 2004).

Segundo André Santos ainda não se encontra inteiramente desvendada a funcionalidade deste tipo de monumentos. A sua forma parece correlacioná-los com cultos fálicos ou de fecundidade, mas talvez também se possam ligar à "marcação de lugares" (Santos, 2008: 15).

No decurso do nosso processo de inventário, foram registados 24 menires. Porém, para alguns deles esta classificação tipológica é avançada com algumas reservas. Não coincidem exatamente com a lista apresentada por Manuel Calado, em virtude, possivelmente de novos trabalhos de prospeção, que vieram enriquecer o número de menires existente no Norte e Centro de Portugal, nomedamente no que concerne à área abarcada pela Bacia Hidrográfica do Douro.

Não nos foi possível encontrar dados para os seguintes monumentos:

- Penedo Comprido (Cinfães);
- Folha da Torre (Sabugal e não Guarda como foi avançado por Manuel Calado);
- Lavadores (Vila Nova de Gaia);
- Serra do Pilar (Vila Nova de Gaia).

Joaquim Fernandes Figueira apresenta da seguinte forma o Menir de Turrinheiras:

> "Na bifurcação dos caminhos ou carreiros que, de S. Nicolau de Basto levam às Minas da Borralha ou do Salto, levanta-se o menir. Os naturais chama-lhe o «padrão» ou «marco grande» para o diferenciar do marco que divide os dois concelhos. Assenta sobre uma laje volumosa, extensa, cavada aqui e ali à cata de tesouros ocultos (...). O monumento formado por dois blocos, é levemente inclinado no sentido E/W. A 1.ª parte mede 3,50m de alto, tendo na base (triangular) (?) cerca de 2m; a 2ª parte - a superior - que assenta perfeitamente sobre a 1ª, mede 2,50m de altura. A pedra é rugosa e tem-se a impressão de ter sido manchada por leve camada de cal" (Figueira, 1940: 250).

Segundo Vítor Oliveira Jorge "os chamados «menires» das Turrinheiras (Cabeceiras de Basto) e do «Penedo Longo» (Amarante) não passam de formas naturais" (Jorge, 1983: 45).

Em relação a S. Cristóvão, utilizámos novamente as palavras de Manuel Calado: "Mais a Sul, os dois recintos de S. Cristóvão (Resende), atendendo aos resultados até à data publicados, parecem corresponder a necrópoles da Idade do Ferro, com algumas analogias com o monumento do Monte da Tera" (Silva, 2003 citado em Calado, 2004). Por esse motivo, este conjunto não será analisado nesta tese de doutoramento.

Encontram-se registados no Portal do Arqueólogo outros possíveis menires e que foram introduzidos, num primeiro momento, na nossa Base de Bados, mas que não foram tomados em consideração para o trabalho final. Segundo Domingos Cruz (informação pessoal), o Calhau das Cântaras (cns 23606) é encarado como sendo de cronologia mais tardia (período histórico). Este autor também não classifica o

Penedo do Bico/Menir do Urgal (cns 16552) nem o Menir da Pena (Baião) como menires. Por último, Costa (2008: C.P.C./ 01.017) interpreta o Grande Marco (cns 666) como um afloramento natural.

Retomemos a questão levantada no início do nosso texto, sobre a dificuldade em classificar este tipo de elementos como estruturas antrópicas. Acabámos de ver que alguns destes elementos foram descartados por diversos arqueólogos por serem considerados "formas naturais" ou "afloramentos naturais". Existem ainda outras leituras que interpretam alguns destes exemplares como marcos históricos. Diferentes autores possuem diferentes leituras sobre o mesmo elemento. O Menir do Senhor dos Aflitos (Arouca) é um destes casos. Domingos Cruz interpreta-o como um marco histórico, enquanto António Silva e Fernando Silva o analisam enquanto menir, reutilizado posteriormente como marco. Em muitos destes casos, esta situação de impasse permanecerá até à descoberta de novos elementos que permitam novas interpretações ou conclusões sobre o assunto.

Posto isso, apresentamos, de seguida, uma tabela com elementos para a análise dos 23 menires e possíveis menires que se inserem na área da Bacia Hidrográfica do Douro.

Nº de inventário	CNS	Designação	Freguesia	Concelho	Escavação
946	19328	Pedra d'Anta	ALVADIA	RIBEIRA DE PENA	
1201	6220	Marco da Jogada ou Vale do Asno/Menir do Marco da Jugada//Menir da Jugada//Marco da Jugada	ALVARENGA	AROUCA	Escavação 1993
1698	23720	Menir do Senhor dos Aflitos*	ALVARENGA	AROUCA	
1277	7377	Menir do Vale de Maria Pais	ANTAS	PENEDONO	Escavação 1991
95	15307	Menir de Antela	BAIRROS	CASTELO DE PAIVA	
1172	22696	Menir do Alto do Miradouro	CINFÃES	CINFÃES	
1173	22693	Testoire	CINFÃES	CINFÃES	
2025	28409	Menir da Pedra Posta	CINFÃES	CINFÃES	
630		Abrigo 11 de Vale Ferreiro*	FREIXO DE NUMÃO	VILA NOVA DE FOZ CÔA	
648	2636	Menir do Prazo*	FREIXO DE NUMÃO	VILA NOVA DE FOZ CÔA	
1052	16657	Praina do Outeiro 3 (Pedra d'Anta)//Casa dos Mouros	GOUVÃES DA SERRA	VILA POUCA DE AGUIAR	
1323	23619	Menir de Lamosa	LAMOSA	SERNANCELHE	
1906	31315	Alto da Poupa	LONGRA	TABUAÇO	
797	789	Menir de Luzim/ Marco de Luzim	LUZIM	PENAFIEL	Pequena sondagem
1998		Menir de São Bartolomeu	PEDROSO	VILA NOVA DE GAIA	
1283	7386	Menir de Penedono	PENEDONO	PENEDONO	Intervenção na base
517	18998	Pedra Espetada	PINHEIRO NOVO	VINHAIS	
966	19415	Posto de Turismo de Ribeira de Pena	RIBEIRA DE PENA (SALVADOR)	RIBEIRA DE PENA	
1767		Três Irmãos (menires)	ROSSAS	AROUCA	

1199	28438	Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores*	TENDAIS	CINFÃES
1893	30006	Menir de Vila Marim	VILA MARIM	VILA REAL
365	2101	Menir da Bouça	BOUÇA	MIRANDELA
1895	23537	Estátua-Menir de Chaves	CHAVES (SANTA MARIA MAIOR)	CHAVES

Tabela 1. Listagem dos menires inventariados na área de análise.

3.5.2. OS MENIRES

Vejamos, de forma sucinta, alguns elementos caracterizadores destes menires e possíveis menires.

Menir de Luzim/ Marco de Luzim (Penafiel)

O menir da Tapada de Sequeiros, também conhecido por Marco de Luzim ou Menir de Luzim, foi o primeiro monumento do género a ser referido como tal na bibliografia arqueológica, num artigo intitulado "Apontamentos para a história topográfica de Penafiel", em 1864, por Simão Rodrigues Ferreira (Leal, 1987-1988: 50):

> "um dos espécimes dêstes menhires, pedras quadradas que ainda se conservam no concelho de Penafiel, é o marco de Luzim, na freguesia deste nome. Perto deste marco, para o lado sul, houve muitos outros, que forma arrancados dos seus mamilos e postos pelos montes vizinhos a marcar sortes de matos». À parte de dar os menhires como pedras quebradas e confundir com estes monólitos os esteios das antas (marcos arrancados dos mamilos), cabe a Rodrigues Ferreira a honra de ter sido o primeiro a atribuir ao marco de Luzim a sua verdadeira significação de menhir" (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 215).

A atestar a natureza pré-histórica do marco de Luzim há, junto dele, uma mamoa e um pequeno conjunto de gravuras rupestres em forma de pegadas e covinhas (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 209). Uns cinquenta metros a norte, fora da parede da tapada existem os vestígios de três mamoas, à vista do marco, e cerca de cem metros a norte, mais um grupo de mamôas, tôdas violadas (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 217, nota 2).

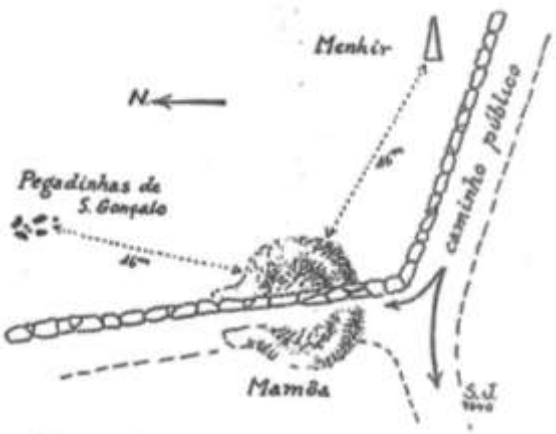


Fig. 1 — Esquema da localização do menhir de Luzim e sua relação com a mamôa e gravuras rupestres visinhas

Fig. 1. Esquema da localização do menir por Monteiro de Aguiar e Santos Júnior (1940: 212).

Continuamos com a descrição do Padre Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, devido à riqueza de informações que nos transmitem sobre o menir e sua área envolvente:

> "Bem sabemos que os três monumentos podem não ser necessáriamente coevos, e poderiam constituir manifestações culturais, artisticas ou religiosas independentes. No entanto, o facto do marco, da mamoa e gravuras rupestres estarem separadas apenas por distancias de menos de vinte metros dá ao grupo uma certa unidade que cumpre realçar. (...) A vizinhança da mamoa, apenas a 16 metros do menhir (...)" (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 212). O anel de terra circundante tem 10m de diâmetro e nele se vem algumas pequenas pedras esparsas. As gravuras rupestres referidas (...) formam com o menhir e a mamoa um triângulo, e são conhecidas pelo nome de pegadinhas de S. Gonçalo (...) há quatro pegadas pequenas, como de criança, postas em dois pares, e três covinhas" (*idem*: 213).





Figs. 2 e 3. Menir de Luzim ou «Marco de Luzim» - duas perspetivas (SIPA - IHRU. FOTO.00007646/00007647).

Trata-se de um bloco de granito alongado, de secção subpentagonal (com cerca de 75 cm de eixo maior a cerca de 70 cm acima do solo), implantado verticalmente no solo, com uma altura máxima de cerca de 2,50m (2,15m acima do solo). No decurso de uma pequena sondagem de 30 cm de profundidade feita por Santos Júnior e M. de Aguiar, foi constatada a presença de pequenas pedras de reforço em torno da base, dispostas em cunha (Jorge, 1982: 525).

Estátua-Menir da Bouça (Mirandela)

O menir da Bouça, conhecido igualmente por Estátua-Menir da Bouça, provém de uma área situada aproximadamente a 2,5 km para SW da aldeia da Bouça, contígua ao rio Rabaçal, afluente do rio Tuela

(Sanches e Santos, 1989: 22). Atualmente, encontra-se colocado, na posição vertical, junto à Casa do Povo da Bouça, na zona este da povoação junto à EN 315.

Existem duas versões contraditórias sobre a localização original deste menir:

> "Segundo o Sr. Artur Jesus Vieira, da Bouça, a «pedra» veio, há uns cinco ou seis anos, do sítio do Contado, perto da ponte de Vale de Telhas (sobre o rio Rabaçal), onde teria sido encontrada numa propriedade do Visconde da Bouça. Destinava-se, conjuntamente com outras pedras, aos alicerces de uma construção. De acordo porém com o Sr. Joaquim Afonso, também da Bouça, a estátua-menir teria vindo do local da Muralha Grande, um castro situado na vertente oriental, alcantilada, do Rabaçal, a norte da já citada ponte de Vale de Telhas; trazida por um tractor, destinar-se-ia, tal como na 1ª versão, aos alicerces de uma casa" (Sanches e Jorge, 1987: 78).

Segundo informação dos autores que procederam ao primeiro estudo sobre o menir, este apresentava-se tombado, perto do sítio onde se encontra atualmente colocado. Porém, esta peça teria sido trazida, há uns dois anos, de um outro local situado junto da estrada que liga a Bouça a Valpaços, onde permanecera, também tombada, a cerca de 200 m para SW do cruzamento, do lado sul da estrada (*ibidem*).



Fig. 4. A estátua-menir da Bouça (fotografia de Maria de Jesus Sanches).

É um monólito de granito de caráter fálico, com cerca de 2,45 m de altura e 75 cm de espessura máxima, com perfil e secção transversal plano-convexos, sendo muito mais estreito no topo que na base. Deste modo, apresenta somente duas faces - um anverso, plano, e um reverso, convexo. Por toda a superfície da peça, mas essencialmente na parte inferior, observam-se sulcos e covinhas de tamanhos e secções variadas (...). Alguns sulcos parecem ser consequencias dos vários «transportes» da peça e mesmo da ação do arado, atendendo ao facto deste monólito ter estado durante bastante tempo tombado num terreno agricultado (Sanches e Santos, 1989: 23).

Esta peça foi, num momento subsequente, transformada em estátua-menir, através da gravação de um conjunto de motivos.

Estátua-Menir de Chaves (Chaves)



Esta peça terá sido descoberta nos trabalhos de desassoreamento que se efetuaram junto da ponte romana de Chaves, em 1980. O menir terá sido criado a partir de um "bloco paralelipipédico, podendo ter resultado do reaproveitamento de um menir de cronologia mais recuada e onde a parte superior era destacada para dar a configuração geral de um falo. Apresenta algumas escoriações que resultaram da sua remoção do leito do rio Tâmega, mas encontra-se em bom estado de conservação" (IGESPAR, 2012).

Segundo Vitor Oliveira Jorge e Carlos Alberto Ferreira de Almeida:

> "Trata-se de um menir de secção média sub-quadrangular, cuja parte superior se destaca nitidamente para representar a extremidade de um falo (...) A estátua-menir de Chaves foi obtida pelo talhe e sequente polimento de um bloco granítico, e tem, ao certo, uma secção, subquadrangular, com cerca de 30 cm de lado; na parte superior, ou cabeça, a secção é ovoide, irregular, com um eixo maior de cerca de 29 cm. A sua base, de talhe mais tosco, seria certamente enterrada, para permitir a implantação vertical da peça no solo. A sua altura máxima é de cerca de 1,62m" (Jorge e Almeida, 1980: 8-9).

Fig. 5. Estátua-menir de Chaves (fotografia cedida pelo Museu da Região Flaviense).

Esta peça é interpretada como um Menir, que mais tarde foi reaproveitado e transformado, através da gravação de determinados motivos, em Estátua-Menir.

Menir do Posto de Turismo de Ribeira de Pena (Ribeira de Pena)

De acordo com o Portal do Arqueólogo foi identificado um menir que se encontra depositado no largo onde se situa o Posto de Turismo de Ribeira de Pena. Foi aí colocado como "elemento decorativo". Terá sido bastante afetado por "ranhuras de guincho de máquina provocadas aquando da sua transladação do local onde se encontrava" (IGESPAR, 2012). A única referência que existe sobre esta peça, menciona que a pedra teria sido encontrada quando se realizavam obras na estrada nacional 206 (Guimarães, 2012).



Fig. 6. Menir que foi colocado nas imediações do Posto de Turismo de Ribeira de Pena (fotografia de Marta Barreira).

Pedra d'Anta (Ribeira de Pena)

A Pedra d'Anta é um menir que mede 4,30 m de comprimento total. A base apresenta uma secção retangular e, de acordo com Mário Reis que relocalizou este sítio, aproximadamente um metro da base estaria originalmente enterrado. Esta base de secção retangular é semelhante à do Menir da Praina do Outeiro 3, que se localiza do outro lado da serra do Alvão. A parte superior tem secção elítica, apresentando duas faces o que permite ao autor questionar se esta peça seria um menir ou uma estátua-menir (IGESPAR, 2012).



Fig.7. Pedra d'Anta no local da sua descoberta (fotografia cedida pelo Ecomuseu de Ribeira de Pena).

Este menir possui, segundo Mário Reis uma implantação topográfica muito interessante e "sugestiva" pois encontra-se "a Noroeste da aldeia de Alvadia, no ponto central de uma suave baixa entre dois lombeiros, estando na borda do planalto de Alvadia. Imediatamente a Norte encontra-se a abrupta e profunda falha do rio Poio, a Oeste surge a encosta do planalto, para o baixo vale de Cerva e Limões. A Leste está o planalto de Alvadia, enquanto que a Sul se erguem os elevados cumes do planalto superior da Serra do Alvão"(IGESPAR, 2012). Este monumento encontra-se num local que permite o acesso a todos os lugares referidos anteriormente, para além de ficar sobranceiro a uma veiga agrícola bastante fértil, na margem sul do rio Poio, conhecida por Veiga da Anta. É possível que tenham existido monumentos megalíticos neste local (*ibidem*).



Atualmente encontra-se inclinada, praticamente na posição horizontal, havendo notícia de que até há alguns anos ainda se encontrava na sua posição original, ou seja, na vertical. Ao seu lado ainda eram visíveis, a altura da sua relocalização, em 2003, um buraco no solo que assinalava a sua posição original (IGESPAR, 2012).

Fig.8. Outra perspetiva do menir de Pedra d'Anta (fotografia cedida pelo Ecomuseu de Ribeira de Pena).

A cerca de 40/50 metros para Noroeste teria existido um outro menir de menores dimensões, segundo informação da comunidade local, com cerca de dois metros de altura, igualmente fincado no solo. Este segundo menir foi aproveitado para a construção de um curral, tendo sido partido em três ou quatro fragmentos. Esse curral encontra-se a cerca de 250 metros a Nordeste da Pedra d'Anta, perto da estrada (IGESPAR, 2012).

Praina do Outeiro 3 (Pedra d'Anta) (Vila Pouca de Aguiar)

No sítio da Praina do Outeiro foi detetado um possível menir que se situava entre duas mamoas. Esta peça foi transladada para um pequeno jardim que se localiza nas proximidades da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar. Possui uma altura superior a 2 metros, é de granito e apresenta uma secção retangular na base. Segundo António Luís Pereira e Mário Reis não se pode garantir que estejamos na presença de um menir devido à sua configuração e forma (IGESPAR, 2012).

Considerado pela população de Gouvães da Serra como um marco, servia para "estabelecer a divisão do termo da freguesia e aparece referido em documentos do séc. XVII, precisamente com o nome de Pedra d'Anta, demarcando limites de várias aldeias, como Telões e Gouvães da Serra" (Batata *et al*., 2008: 112).

Menir de Vila Marim (Vila Real)

Junto da igreja de Vila Marim "deposto num pequeno jardim, servindo como elemento decorativo" foi colocado um menir de grandes dimensões. O local exato da sua proveniência é desconhecido, mas segundo informações recolhidas entre os habitantes de Vila Marim, por António Luís Pereira, o menir teria sido trazido de um local próximo de Lamas de Olo por um construtor civil (IGESPAR, 2012).







Figs. 9-11. Diversas perspetivas do Menir de Vila Marim (fotografias de Sandra Marcelino).

Pedra Espetada (Vinhais)



Fig. 12 e 13. A Pedra Espetada – duas perspetivas (fotografias de Beatriz Comendador Rey).

A Pedra Espetada localiza-se num pequeno outeiro que se eleva a uma altitude de 846 metros, situado a cerca de 400 metros depois do cruzamento da estrada de terra batida que conduz até Sernande. Este monumento tem vindo a ser interpretado como um menir. Possui uma altura superior a 2 metros e apresenta uma secção subcircular na base. Este monólitico de granito mostra algumas incisões na sua base e na parte superior é possível identificar algumas fossetes (IGESPAR, 2012).

Menir de São Bartolomeu/Menir dos Carvalhos (Vila Nova de Gaia)

Este menir foi colocado no parque envolvente da capela de S. Bartolomeu como elemento decorativo do espaço, tendo sido deslocado da sua implantação original, que segundo António Silva, "todavia não seria muito distante" (Silva, 2007: ficha A046).

"É constituído por um monólito de granito de grão grosso, muito sumariamente afeiçoado, com uma altura visível de 1,85 m, apresentando na base secção subrectangular e espessura de 0, 40 m. Levemente recurvado na parte superior, também este menir, como tantos outros evidencia uma aparente morfologia fálica, o que é acentuado pela existência de um entalhe lateral e uma pequena concavidade no topo, a sugerir porventura o meato uretral. Além do intencional, se bem que rude desbaste e alisamento da peça, o artífice parece, aqui ter tirado partido das características naturais do bloco, nomeadamente as linhas de fractura previsíveis e o afloramento superficial de uma linha quartzítica" (Silva e Silva, 1994: 112).




Figs. 14 e 15. Menir de S. Bartolomeu (fotografias cedidas por António Manuel Silva).

Em suma, o Menir de S. Bartolomeu é uma peça de granito, com 1,85m de altura e aparente forma fálica, que se encontra fora do seu contexto original.

Menir de Antela (Castelo de Paiva)

Segundo Eduardo Jorge este monólito encontra-se à face de um caminho de carro de bois, já quase sem uso (Silva, 1996: 78). Encontra-se implantado no solo na posição vertical. É constituído por um bloco de granito, de configuração subtriangular que termina numa extermidade arredondada no seu topo. A face voltada a Norte é relativamente mais plana que a voltada a Sul (IGESPAR, 2012). Na base deste monolíto foram detetadas várias pedras de xisto, tipo calço. As dimensões deste monólito são as seguintes: altura máxima visível: 1,40 m; largura na base: 0,83 m; largura média: 0,70 m; largura máxima (extremidade sul): 0,45 m; largura máxima (extremidade sul): 0,40 m (Silva, 1996: 78/79).

O topónimo Antelas parece indicar a existência de estruturas megalíticas nesta área. Efetivamente, aqui perto, encontram-se as duas mamoas de Sardeirinha. A três metros de distância do Menir de Antela surge uma rocha com 1 m de comprimentos por 0,60 m de largura, que aparenta ser uma laje tombada na horizontal, podendo corresponder a um esteio de um anta ou antela já destruídas (*ibidem*).

Marco da Jogada ou Vale do Asno/Menir do Marco da Jugada//Menir da Jugada (Arouca)

Este monólito, que se encontra *in situ*, ocupa uma portela, a nascente da ribeira da Noninha e a poente do Vale do Asno (Domingos Cruz, IGESPAR, 2012). Podemos dizer que o menir possui uma "implantação em zona relativamente plana, ainda que destacando-se numa pequena chã algo deprimida" (Eduardo Jorge Lopes, IGESPAR 2012).



Implantado verticalmente, este monólito de granito foi sumariamente afeiçoado. Possui "secção subrectangular, com uma altura de 1,18 m acima do solo e base subrectangular com c. de 0,60m de largura" (Silva, 2004: 162). Foi objeto de uma escavação arqueológica, em 1993, da responsabilidade de E. J. Lopes da Silva, que se refere ao monumento da seguinte forma:

> "De pequeno porte, como a generalidade dos que se têm descoberto nesta região, sugere uma configuração acentuadamente fálica e um afeiçoamento intencional. A característica mais relevante deste monólito é a existência de um bem conservado círculo pétreo envolvente, definindo um perfeito e homogéneo piso, pormenor que consideramos invulgar" (Eduardo Jorge Lopes, IGESPAR, 2012).

Este menir encontra-se na proximidade de algumas mamoas.



Figs. 16 e 17. Diferentes perspetivas do Menir do Marco da Jugada. Na fotografia de baixo nota-se o empedrado que rodeia o monólito (fotografias de António Manuel Silva).

A referida escavação demonstrou que este menir assenta "num lajeado granítico bem imbricado e perfeitamente circular, com 4,30m de diâmetro, reforçado na periferia por blocos de maior calibre" (Silva, 2004: 162).

Menir do Senhor dos Aflitos (Arouca)

Este monólito encontra-se implantado numa pequena plataforma na encosta Sudeste do Monte do Senhor dos Aflitos, à altitude de 470 metros, dominando o setor sul e nascente do vale de Alvarenga (Silva e Silva, 1994: 110).

> "Trata-se de um monólito granítico, de secção subtrapezoidal, com uma altura de 1,40m por cerca de 0,25m de lado. Apresenta evidentes vestígios de afeiçoamento que lhe dão um recorte fálico - como é relativamente frequente nestes momentos - sublinhado pela fractura longitudinal existente no topo, relacionada com um veio quartzítico, morfologia de que o «artífice» soube tirar partido para sugerir o meato uretral; do mesmo modo, a irregularidade da base foi afeiçoada com a finalidade de criar um espessamento, que tanto facilitaria a implantação vertical da peça como contribui para a particular morfologia do menir" (Silva, 2004: 172).





Regista-se a existência da Mamoa do Senhor dos Aflitos, a cerca de 500 m (Silva, 2004: 172), "não sendo possível referir a eventual intervisibilidade dos dois monumentos, uma vez que o menir (deslocado), se encontra actualmente na encosta oposta do monte, voltado a NE" (Silva e Silva, 1994: 111).

Figs. 18 e 19. O Menir do Senhor dos Aflitos, vista geral e pormenor da extremidade superior (fotografias de António Manuela Silva).

Marco ou Menir? Para além dos monolíticos que foram descartados no início deste texto, com base na opinião dos vários autores abordados, gostaríamos de referir que não existe consenso sobre esta peça. Se apresentamos a caracterização do monólito como Menir por António Silva e Fernando Silva, não podemos deixar de referir a opinão de um outro autor sobre este assunto.

Este monumento foi classificado como marco de propriedade de cronologia Moderna por Domingos Cruz (IGESPAR, 2012). Segundo este autor a "extremidade é afilada, mostrando linha de fractura natural, recentemente interpretada como a representação do meato uretral; observam-se vestígios de afeiçoamento, por vezes arestas angulosas, um pouco boleadas. A peça mede 1,26 m de altura, 0,31 m de largura e 0,20 m de espessura, (...) a base de sustentação é de feitura recente (Domingos Cruz,

Igespar, 2012). É possível que se trate de um marco de demarcação de couto mineiro, de época histórica, ou de antigo marco reaproveitado neste contexto (informação pessoal de Domingos Cruz).

Fernando Silva e António Silva, também referem a (re)utilização do menir como marco de divisão territorial. Nas palavras de António Silva, "o menir foi descoberto em 1993, tendo aparecido tombado, com a base assente num alvéolo definido por blocos de quartzo, de feitura recente, a denunciar a sua provável reutilização como marco predial. Não custa a acreditar, porém, que a sua actual localização não ande longe da original" (Silva, 2004: 172).

Os "Três Irmãos" (conjunto de três menires) (Arouca)

O conjunto lítico dos "Três Irmãos" situa-se na Serra da Freita, à altitude de 860 m (Silva e Silva, 1994: 111) dominando a portela de acesso ao planalto da Freita a partir de Noroeste (Silva *et al.,* 2009: 125).



Fig. 20. Local de implantação do conjunto dos "Três Irmãos" (fotografia de António Manuel Silva).

Segundo Fernando Silva e António Silva:

> "É composto por três monólitos graníticos de grandes dimensões, dois dos quais se encontram tombados. O monólito ainda erguido tem c. de 3,30 m de altura e está assente num afloramento de superfície oblíqua, o que determinou o corte de forma paralela da base do menir, travado ainda de um dos lados por um afloramento mais elevado. Num dos monólitos tombados, com 3,55 m de comprimento, o afeiçoamento e mesmo a morfologia fálica são evidentes, com uma base de recorte triangular, secção subcilíndrica e meato uretral bem definido. O terceiro bloco, com apenas 1,61 m de pelo facto de estar fragmentado na parte superior, apresenta pelo menos uma das faces desbastada e polida. Estamos assim perante o que seria um pequeno alinhamento de três menires, intervalados e travados por blocos de menores dimensões" (Silva *et al.,* 2009: 125).

Estamos na presença de um conjunto de três monólitos em granito, alinhados, que foram objeto de afeiçoamento e de polimento. Este caso é o único conhecido, até ao momento, na Bacia Hidrográfica do Douro.



Figs. 21 e 22. Duas perspetivas dos monólitos que compoem o conjunto dos “Três Irmãos” (fotografias de António Manuel Silva).

Este conjunto situa-se também a cerca de 400/500 metros das mamoas 1 e 2 da Barraca, e a “poucas centenas de metros, um rochedo de contorno vagamente zoormórfico, gravado com pedomorfos geminados, designados habitualmente na região como "pegadinhas", motivo cuja associação com o megalitismo tardio do Planalto da Freita foi já possível evidenciar com clareza” (Silva e Silva, 1994: 111-112).

Segundo Ana M. S. Bettencourt, este conjunto foi analisado no âmbito do projeto ENARDAS, tendo sido interpretado como uma formação natural.

Menir da Pedra Posta (Cinfães)

Segundo Domingos Cruz, este monólito de granito, que se encontrava parcialmente enterrado, possui uma “secção rectangular, de arestas arredondadas; topo mais estreito que a base, igualmente arredondado; base fragmentada; faces e lados regularizados; uma das faces apresenta uma "mula", de contorno semi-ovóide, que ocupa o eixo direito do terço mesial; dimensões: alt. 1 m; larg. base 0,41 m; larg. topo 0,28 m; esp. base 0,20 m; esp. topo 0,10 m.” Atendendo às suas características e à sua proximidade com a Mamoa 2 da Pedra Posta, da qual dista 35 m para NO, é possível que estejamos na presença de um menir (IGESPAR, 2012).

A cerca de 3 metros deste monólito foi encontrado um possível fragmento de menir, "também de granito, reduzido à extremidade distal, que é afilada, apresenta, igualmente, as superfícies regularizadas", cujas dimensões são as seguintes: "alt. 0,35 m; larg. máx. 0,35 m; esp. 0,20 m; esp. topo 0,10 m" (IGESPAR, 2012).

Menir do Alto do Miradouro (Cinfães)

Segundo João Carlos Pires Caninas, estaremos na presença de "pequeno monólito esteliforme, tombado no solo e fragmentado na base (105 cm de altura, 43 cm de largura, na base, e 20 cm de espessura, na base)". Na sua envolvente foram detetados blocos de granito que podem corresponder a um "empedrado ou estrutura de embasamento do menir". Ao lado deste monólito, foi observado o topo de outro "hipotético menir" (IGESPAR, 2012). Segundo Caninas "o arqueólogo André Tomás Santos referiu-nos o achado de um menir com cerca de 1 m de altura que poderá corresponder a este achado" (Caninas *et al*., 2005: Anexo 1d. ficha 47 e 48).

Para além destes monumentos foram relocalizados ou identificados outros vestígios pré-históricos, tais como um fragmento de menir (Pedra Posta) (Santos e Cruz, 2015: 10).

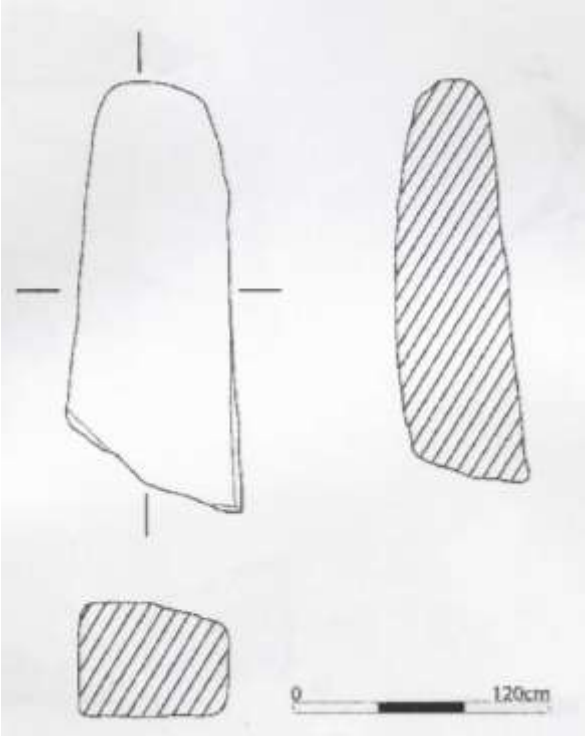


Fig. 23. Menir da Pedra Posta (desenho cedido por Domingos Cruz).


Fig. 24. Menir do Alto do Miradouro - Cinfães (Caninas *et al*., 2005: Anexo 1d. ficha 47 e 48).

Após a observação das imagens e da análise das descrições, estaremos na presença do mesmo menir, inventariado com designações diferentes?

Testoire (Cinfães)

Um outro menir foi registado por João Carlos Pires Caninas que o descreve como um "grande bloco de granito que poderá corresponder a um menir em fase incompleta de afeiçoamento. Não foi erigido. Apresenta covinhas irregulares na face superior. O monólito está orientado na direcção Sudoeste-Nordeste. Um dos lados parece ter sido afeiçoado, apresentado uma superficie suave, contrastando com a face oposta que conserva "rebarba" correspondente ao nível de contacto com o solo" (IGESPAR, 2012).

Possui 6 m de comprimento, 1,40 m de espessura máxima e "largura máxima da secção: 210 cm". Encontra-se na posição horizontal, assentando, no lado sul, parcialmente no solo. Do lado norte o desnível do terreno é "compensado com um assento de pequenas pedras sobre um afloramento. Sob a "base" do monólito permanece uma pequena depressão, que poderia corresponder ao alvéolo de assentamento do futuro menir, o qual em época recente foi reutilizado como abrigo. Sugere-se a interpretação deste bloco como menir, abandonado em *estaleiro* de talhe" (Caninas *et al.,* 2005: anexo 1c, ficha 30).



Fig. 25. Diferentes perspetivas do menir designado por "Testoire" (Caninas *et al*., 2005: anexo 1c, ficha 30).

A confirmar-se a correspondência deste monólito com um menir em fase de elaboração, seria, aparentemente, um caso único na Bacia Hidrográfica do Douro.

Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores/Menir? (Cinfães)

Inicialmente inventariado por Domingos Cruz como um "*tumulus* em pedra, muito baixo, com cerca de 9

m de diâmetro e 0,30 m de altura; estrutura pétrea densa, integrando blocos de quartzo (...)", o aparecimento de um monólito alongado no lado SO coloca a possibilidade de se estar perante um menir, cuja estrutura de pétrea descrita como *tumulus* pode corresponder à sua base de sustentação (Domingos Cruz, IGESPAR, 2012). Este monólito alongado possui arestas arredondadas, mede c. de 2,20 m de comprimento e 0,40 m de largura (informação pessoal de Domingos Cruz).

> "A necrópole do Lameiro dos Pastores – é constituída por três monumentos megalíticos, dois de cronologia posterior ao Neolítico, e um quinto, um montículo muito baixo, associado a um menir; (...) podendo ter servido de base de sustentação a um menir, que se encontra tombado a cerca de 1 m de distância, solução construtiva (e arquitectural) comum a outros monumentos deste tipo identificados na região" (Santos e Cruz, 2015: 7).

O menir localiza-se na periferia oposta à do Lameiro dos Pastores, sensivelmente para leste do grupo dos três *tumuli* neolíticos (Santos e Cruz, 2015: 10).

Somente uma intervenção arqueológica no monumento poderá dissipar as dúvidas que existem atualmente e confirmar, ou não, a existência de um menir neste local.

Alto da Poupa (Tabuaço)

De acordo com a informação existente no Portal do Arqueólogo (cns 31315) foi identificado no Alto da Poupa, em Longra (Tabuaço) "um monólito de configuração menírica. Tem cerca de 140 cm de comprimento, 30 cm de largura e 16 cm de espessura, sobre secção elíptica, embora a face deitada seja mais aplanada que a oposta. Situa-se em chã levemente inclinada, outrora agricultada, com alguns afloramentos" (IGESPAR, 2012).

Menir do Vale de Maria Pais (Penedono)

O Menir do Vale de Maria Pais fica situado no lugar do "Vale de Maria Pais", do qual recebe a sua designação. O monólito encontra-se implantado "quase no limite oeste de uma área de amplo vale, alimentada por diversas linhas de água que correm para o rio Torto, afluente do rio Douro, à altitude aproximada de 825 metros" (Carvalho e Gomes, 1994: 369), nas faldas da serra do Medonho. O substrato rochoso é granítico (Carvalho, 2005: 26-27).

"O Menir foi descoberto em 1991 quando Luís Filipe Coutinho Gomes e Pedro Sobral Carvalho descobriram "um monólito afeiçoado de grandes dimensões encostado a uns penedos graníticos no topo N.NO da Quinta dos Carvalhais". Tratava-se de um menir arrastado poucas semanas antes para aquele local. O monólito encontrava-se tombado e quase totalmente enterrado no solo. O proprietário decidiu arrastá-lo, com a máquina, já que impedia o revolvimento das terras. Deste modo optou por colocá-lo, tombado, "junto a uns afloramentos graníticos onde ainda hoje permanece". Segundo a informação cedida pelos proprietários da quinta, o local de origem do menir situava-se perto, no terreno contíguo ao que se encontra atualmente" (Carvalho e Gomes, 1994: 369).



Fig. 26. Menir do Vale de Maria Pais (fotografia de Pedro Sobral Carvalho).

> "Trata-se de um enorme monólito granítico, bem afeiçoado em toda a sua superficie, decorado com algumas "covinhas" e complementado com um curioso motivo lembrando vagamente a representação solar" (Gomes, 1996: 8).

É comum a existência de covinhas na arte rupestre e em alguns menires, nomeadamente no Sul de Portugal. A possível representação solar já não é assim tão frequente (Carvalho e Gomes, 1994: 371).

Segundo Pedro Sobral Carvalho o menir possui "a forma fálica sendo menos largo na extremidade discal, apresentando aí, inclusivamente, um pequeno estrangulamento. Possui 3 m de comprimento, a largura varia entre os 0,70 m e 1 m e a secção é ovóide" (Carvalho, 2005: 26-27). Porém, tendo em consideração a posição da representação solar "é de crer que, originalmente, o Menir do Vale de Maria Pais medisse cerca de 5 a 6 metros de altura" (Carvalho e Gomes, 1994: 371).

Menir de Penedono (Penedono)

Em 1996, Luís Filipe Coutinho (1996: 8) refere a existência de um monólito em granito com "c. de 1,90 m de altura acima do solo, ostenta um contorno tendencialmente trapezoidal - 0,74 m de largura na base por 0,34 m de espessura máxima - afunilando no sentido do topo. Toscamente afeiçoado, apresenta-se bem fincado entre a linha de fractura do afloramento de base - c. cerca de 0,50m -, sendo poucos os calços que o consolidam."

Em 1995 uma sondagem arqueológica à base do monólito coloca a descoberto a sua base, verificando-se houve o aproveitamento de uma falha entre dois afloramentos graníticos para a colocação deste monólito na posição vertical. Verificou-se ainda a colocação de "calços de sustentação nos vértices onde passava a falha e terra para atacar a estrutura" (Carvalho, 2005: 25). Com as escavação o monólito passa a ter um comprimento total de 2,22 m, estando 0,30 m enterrado entre os afloramentos e secção irregular tendencionalmente elipsoidal (Carvalho, 2005: 25).



Fig. 27. Menir de Penedono (fotografia de Pedro Sobral Carvalho).

> "Apesar de não termos encontrado qualquer elemento material que permitisse a inserção cronológico-cultural deste monólito, admitimos tratar-se efectivamente de um menir. O aspecto tosco não pode ser motivo para que se ponha imediatamente de lado a possibilidade de se tratar de um monumento deste tipo, tanto mais que existem paralelos formais noutras áreas peninsulares" (Carvalho, 2005: 25).

Este menir encontra-se situado numa área de planalto, repleta de enormes afloramentos graníticos, alguns dos quais formando autênticos abrigos. Num desses abrigos, "a poucas dezenas de metros da pedra fincada, recolhemos à superfície um fragmento cerâmico pré-histórico, com decoração incisa formando retícula" (Carvalho e Gomes, 1994: 373 e 375).

Menir do Prazo (Vila Nova de Foz Côa)

Segundo António Sá Coixão (IGESPAR, 2012) este elemento foi objeto de uma intervenção de restauro em 2003, cujo objetivo se prende "com a necessidade urgente de restaurar o "Menir do Prazo" que se encontrava bastante fracturado". O menir possui 4,20 m de altura por 0,60/0,70m de largura, uma base quadrada afeiçoada, foi afeiçoada de forma ser-lhe dado um aspeto fálico. Estaria num encaixe entre rochedos, de onde terá caído e fragmentado em 4 pedaços (informação pessoal de António Sá Coixão).



Fig. 28. O menir do Prazo aquando da sua descoberta (Coixão e Carvalho, 2010: 79).



Fig. 29. O Menir após o restauro (Arquivo do Museu da Casa Grande).

Menir do Abrigo 11 de Vale Ferreiro (Vila Nova de Foz Côa)

Na zona do Vale Ferreiro foram inventariados cerca de 15 abrigos sob rocha, que se concentram "num conjunto de rochedos graníticos cuja disposição, em anfiteatro, cria um patamar de forma sub-circular, cujo espaço poderá ter sido ocupado durante o Neolítico Final e Calcolítico Inicial". Numa das prospeções realizadas a esse conjunto de abrigos, foi reconhecido e registado um menir que se encontrava praticamente encostado ao Abrigo 11, tombado, com uma fratura no topo (Coixão e Carvalho, 2010: 54). Terá mais de dois metros de altura e numa das faces foram gravadas covinhas (informação pessoal de António Sá Coixão).



Fig. 30. Fotografia do menir do Abrigo 11 de Vale Ferreiro, tombado *in situ* (Coixão e Carvalho, 2010: 78 e 69).

Menir de Lamosa (Sernancelhe)



Segundo António Jorge Costa, o Menir de Lamosa é "um monólito de granito de grandes dimensões, com cerca de 2,40 metros de altura". Apresenta gravuras, estilo "fossetes", encontrando-se-se numa área florestal, com vegetação rasteira e densa (Costa, 2007: 94).

Fig. 31. Menir de Lamosa (fotografia de António Jorge Costa).

Um elemento curioso que encontrámos na bibliografia consultada, refere-se à existência de um menir no Morro da Sé do Porto e que passamos a transcrever:

> "Desejámos acrescentar ainda a curiosa referência do professor de desenho Joaquim Manuel Teixeira Marinho à existência de um objeto relacionado com o culto fálico, que ainda em 1880 existia numa das casas situadas na base do Monte da Cividade. (...) «Em uma casa demolida (para se abrir a rua nova do Mouzinho da Silveira, no Porto), foi visto no interior da dita casa, por cima de um arco, um Phallo feito de pedra, sendo testemunha Manuel António de Moura, retratista e pintor dourador, d'esta cidade, que isto afirma com verdade, dizendo que não só elle viu êste vestígios do antigo culto entre nós, como também António Soares dos Reis, e o professor de architectura civil da Academia Portuense de Bellas-Artes, o Sr. Sardinha, (...)" (Brandão, 1963: 239).

Estes dados dificilmente serão comprovados, mas talvez uma análise da bibliografia da época nos ajude a detetar mais alguma referência à existência de tal monólito na cidade do Porto.

3.5.3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS MENIRES DA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

De forma a facilitar a análise dos menires no seu conjunto, elaboramos um quadro síntese, com alguns dos elementos que conseguimos sistematizar sobre este assunto.

Designação	Aspeto fálico	Aspeto tosco	Afeiçoado	Altura	Espessura	Empedrado de base	Motivos decorativos	Contexto (fica perto de)	*In situ*	Conjunto	Reutilizado como...	Dúvidas
Alto da Poupa			?	1,40m	0,20m			Topónimo Veiga da Anta				
Estátua-Menir da Bouça	x		x	2,5m	0,75m		Covinhas e sulcos				Estátua-menir	
Estátua-Menir de Chaves	x		x	1,62m	0,30m?		Covinhas??				Estátua-menir	
Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores			?	2,20m	0,40m			mamoas	?			Base de sustenta-ção de menir?
Menir da Pedra Posta			x	1m	0,30m			A 35m de mamoa	?	2 (+ hipotético menir)		
Menir de Antela		?		1,40m	0,70m	Várias pedras de xisto tipo calço (?)		Mamoas; topónimo “Antela”				
Menir de Lamosa	x		x	2,40m			Covinhas		?			
Menir de Luzim		x		2,5 m (2,15m acima do solo)	0,75m	Presença de pequenas pedras de reforço em torno da base, dispostas em cunha (escavado)		Mamoas e arte rupestre	x		Marco	
Menir de Penedono		x	?	2,20m (1,90m acima do solo)	0,34m	Fica entre dois afloramentos + calços de pedra, terra.		Abrigo com fragmento cerâmico	x			
Menir de São Bartolomeu	x		Pouco	1,85m	0,40m						Marco	
Menir de Vila Marim	x			+ 2m							Elemento decorativo em jardim	
Menir do Abrigo 11 de Vale Ferreiro	?		x	+ 2m	0,50m?			Abrigo, conjunto de abrigos com materiais	?			
Menir do Alto do Miradouro				1,05m	0,20m	Blocos de granito que podem corresponder a um “empedrado ou estrutura de embasamento do menir”			?	2 (+ hipotético menir)		

Designação	Aspeto fálico	Aspeto tosco	Afeiçoado	Altura	Espessura	Empedrado de base	Motivos decorativos	Contexto (fiaca perto de)	*In situ*	Conjunto	Reutilizado como...	Dúvidas
Menir do Marco da Jugada	x		x	1,18m	0,60m	Um bem conservado círculo pétreo envolvente, definindo um perfeito e homogéneo piso de 4,30 m diâmetro		mamoas	x			
Menir do Prazo	x		x	4.20m	0,60/ 0,70m			Sítio com ocupação do Neolítico Antigo	?			
Menir do Senhor dos Aflitos	x		x	1,40m	0,25m?			Mamoa a 500 m			Marco	Menir ou marco?
Menir do Vale de Maria Pais	x		x	3m partido (5/6m)	0,70m		Covinhas, motivo solar					
Pedra d'Anta			x	4,30m					x	2 (+ outro menir com 2m altura – destruído)		Menir ou estátua-menir?
Pedra Espetada			x	+ 2m			Covinhas		?		Marco	
Posto de Turismo de Ribeira de Pena			x	2m?								
Praina do Outeiro 3 (Pedra d'Anta)				+ 2m				Entre duas mamoas			Marco/ Elemento decorativo em jardim	Esteio? Estela? Menir?
Testoire			menir em fase incompleta de afeiçoamento, não erigido				Covinhas		?			?
Três Irmãos (menires)	x		x	3,30m; 3,55m; 1,61m fragmentado				Perto de mamoas e arte - podomorfos	x	Alinhamento de 3 menires		

Tabela 2. Síntese dos principais elementos caracterizadores dos menires que se encontram inventariados na Bacia Hidrográfica do Douro.

Muitos destes monólitos são identificados em trabalhos de prospeção e nem sempre é possível confirmar, numa primeira observação, se estamos ou não, na presença efetiva de um menir. Será preciso proceder-se a trabalhos de escavação para se compreender se a Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores é um *tumulus* em pedra ou a base de sustentação de um menir. Em relação ao Menir do Senhor dos Aflitos, saber se se trata de um menir reaproveitado como marco, ou se será apenas um marco de tempos mais recentes, parece-nos um caso mais complexo. O Menir do Posto de Turismo de Ribeira de Pena, através da visualização da fotografia estamos em crer tratar-se, efetivamente, de um menir.

Em relação a aspetos formais, o aspeto "tosco" do Menir de Penedono é comum ao Menir de Luzim e, possivelmente, ao Menir de Antela. Doze menires parecem ter um aspeto fálico, encontrando-se a maior parte deles afeiçoados, mesmo que sumariamente.

As dimensões dos menires varia entre um metro de altura (menir do Alto do Miradouro) e os 4,30m (Pedra d'Anta). Na região de Arouca e Cinfães os menires parecem não ultrapassar o metro e meio de altura.

Existem três casos comprovados, devido à realização de intervenções arqueológicas, da existência de estruturas ou estratégias de embasamento destes monólitos: Menir de Luzim, Menir de Penedono e Menir do Marco da Jugada. Neste último caso, a estrutura de embasamento compreende "um bem conservado círculo pétreo envolvente, definindo um perfeito e homogéneo piso" com cerca de 4 metros de diâmetro.

As covinhas são o motivo decorativo predominante, registado em seis casos. No Menir do Vale de Maria Pais foi detetado um "motivo solar".

Apenas cinco menires aparentam estar *in situ*: Menir de Luzim, Menir de Penedono, Pedra d'Anta e Menir do Marco da Jugada, assim como os Três Irmãos. É ainda possível que o Menir do Abrigo 11 de Vale Ferreiro também se encontre *in situ*, a par do Menir do Prazo, dos menires do Alto do Miradouro e da Pedra Posta. Se se confirmar que Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores é a estrutura de embasamento de um menir, também ele se encontrará *in situ*.

Até ao momento apenas foi registado um alinhamento de três menires, o conjunto dos Três Irmãos, embora este conjunto seja interpretado como fenómeno natural por alguns autores.

Existem três situações em que se refere a existência de mais um menir próximo ao inventariado, menires que se encontram fragmentados, destruídos ou não comprovados: Menir da Pedra Posta, Menir do Alto do Miradouro e Pedra d'Anta.

Dois destes monólitos foram reutilizados e transformados em estátuas-menires, provavelmente durante o Bronze Final, sendo conhecidos, exatamente, por este nome: Estátua-Menir da Bouça e Estátua-Menir de Chaves. Cinco destes menires foram reutilizados como marcos de divisão de propriedades ou freguesias: Menir do Marco da Jugada, Menir do Senhor dos Aflitos, Menir de S. Bartolomeu, Menir de Luzim e Pedra Espetada. Em períodos mais recentes ocorreu a gravação de cruzes na Pedra d'Anta, S. Bartolomeu, Três Irmãos e Menir do Marco da Jugada.

Por último, alguns destes monólitos foram transportados para as proximidades de edifícios públicos, jardins ou adros de igrejas, aí permanecendo como elemento decorativo: o Menir de Vila Marim foi colocado, em 2005, num jardim da Igreja de Vila Marim (Vila Real), um outro menir foi transladado para o Posto de Turismo de Ribeira de Pena (recentemente), um possível menir, a Praina do Outeiro 3, foi levado do local original entre duas mamoas, para ser colocado num pequeno jardim lateral à Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar. A Estátua-Menir da Bouça encontra-se depositada, com uma base construída para o efeito, junto da fachada do edifício da Junta de freguesia da Bouça (Mirandela) e por fim, o Menir de S. Bartolomeu foi colocado no parque envolvente da capela de S. Bartolomeu (Vila Nova de Gaia).

Os dados apresentados permitem-nos dizer que nos últimos anos foram identificados mais alguns exemplares e que dessa forma o número de menires quase duplicou. É urgente realizar um trabalho sistemático sobre esta temática, procedendo a intervenções arqueológicas nos menires que aparentemente se encontram *in situ*, assim como nas estruturas tumulares que se encontram nas proximidades desses monólitos. Estamos em crer que apenas um trabalho desta natureza poderá acrescentar dados relevantes para o estudo desta matéria.

Em relação aos menires e respetivos contextos, assinalamos a proximidade de dois menires com abrigos: Menir de Penedono e Menir do Abrigo 11 de Vale Ferreiro e o caso do Menir do Prazo inserido num sítio com uma ocupação datada do Neolítico Antigo. O Menir do Alto da Poupa localiza-se perto da "veiga da Anta" topónimo que nos remete para a possibilidade de aí existirem, ou terem existido, *tumulus*. Estão documentados oito casos de menires que se localizam perto ou nas imediações de *tumulus*. Em duas dessas situações foi igualmente assinalada a existência de arte rupestre: Menir de Luzim e Três Irmãos.

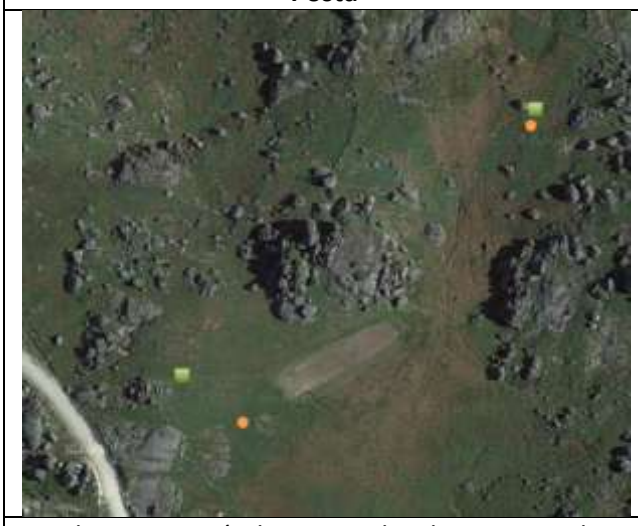
> "A proximidade espacial entre muitos dos menires e as sepulturas megalíticas ou rochas com gravuras, como acontece por exemplo com o Menir de Luzim, (...) é uma circunstância que contextualiza de forma significativa estes testemunhos do passado pré-histórico, pese embora deva ser analisada cuidadosa e casuisticamente a coetaneidade dessas diversas expressões simbólicas" (Silva e Silva, 1994: 111).

Através da análise dos menires, procuramos estabelecer uma relação entre menires e sepulcros megalíticos. Deste modo, através do mapa realizado com recurso ao GMAPS, apresentamos alguns destes menires na sua relação espacial com outros vestígios arqueológicos, neste caso em particular com *tumulus*. Os menires estão assinalados com um quadrado verde e os *tumulus* com um círculo cor de laranja.

Menir de Luzim	Praina do Outeiro
	
As mamoas de Luzim ou da Tapada de Sequeiros nunca foram escavadas. Possuem em média um diâmetro de 15m.	As mamoas encontra-se muito violadas, tendo sido encontrados esteios sem qualquer estruturação. Não foram objeto de trabalhos arqueológicos.

Menir de Antela	Menir do Marco da Jugada
	
As mamoas da Sardeirinha e do Alto da Forca também nunca foram objeto de intervenções arqueológicas.	A Mamoa de Vale de Asno e as Mamoas do Alto da Chã, são os *tumulus* que se encontram mais perto do menir.

Três Irmãos	Menir do Senhor dos Aflitos
	
Localiza-se próximo das mamoas 1 e 2 da Barraca e a Mamoa 2 da Cumieira. Estes *tumulus* não ultrapassam os dez metros de diâmetro.	A mamoa mais próxima situa-se a cerca de 500 m. Recentemente escavada demonstrou ser uma cista megalítica que conta com uma uma laje sepulcral fálica, com 1,93 metros de comprimento. A cronologia atribuída a este monumento aponta para finais do II milénio a.C.

Menir do Alto do Miradouro e Menir da Pedra Posta	Menir da Mamoa 6 do Lameiro dos Pastores?
	
Ambos os montículos que se localizam perto dos menires não possuem um diâmetro superior a 10 metros. Não foram escavados.	O núcleo do Lameiro dos Pastores integra três sepulcros megaliticos (Neolítico Final) e duas possíveis cistas sob *tumulus*. Não escavados. As pinturas da Mamoa 1 foram analisadas por Domingos Cruz e André Santos.

Como foi possível demonstrar, apesar de alguns destes menires se encontrarem nas proximidades ou possivelmente integrados em núcleos de *tumuli*, o facto destes sítios não terem sido escavados não nos permite tirar muitas ilações a este respeito, sendo essencial a realização de escavações arqueológicas nestes locais.

II.3.6. ESTELAS E ESTÁTUAS-MENIRES

Este ponto tem como objetivo a indicação/enumeração das Estelas e Estátuas-menires que se enquadram dentro da Pré-história Recente e que se encontram inventariadas na Base de Dados de Sítios/Vestígios da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro.

Atendendo a que as Estelas e Estátuas-Menires foram objeto, em 2010, de dois estudos exaustivos, por parte de António Martino Correia, cuja tese de mestrado se intitula "Estelas e Estátuas-menires no Centro e Norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior", e por Marta Díaz-Guardamino Uribe com uma tese de doutoramento subordinada ao tema "Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica", optámos por abordar alguns aspetos sobre este tema, ainda que de forma muito sumária. No fundo, queremos apenas sistematizar a informação disponível, elencando os elementos arqueológicos conhecidos, o que permitirá, num futuro próximo, a estruturação de trabalhos de pesquisa voltados para o estudo das Estelas e das Estátuas-menires da Bacia Hidrográfica do Douro.

Introduzimos neste ponto uma breve caracterização do recinto de estelas do Cabeço da Mina (Vila Flor).

3.6.1. AS ESTELAS DO IV, III E II MILÉNIO A.C.

O termo *Estela* (lat. *Stela*), oriundo do grego = cipo, (coluna tumular) designa habitualmente um monumento comemorativo, evocativo ou sinalizador de alguma circunstância ou realidade, religiosa ou profana (Jorge, V.O., 1989). Raquel Vilaça considera que o termo "Estela" é um "conceito ambíguo, decorrente da diversidade de situações que pode abarcar" (Vilaça, 1995: 77). Segundo a autora, o termo poderá ser utilizado quando a "entidade em causa corresponde a um monólito ou laje de pedra, insculturada e de postura original vertical, qualquer que tenha sido a sua função" (*ibidem*).

Para A. d'Anna, estela é «monólito decorado numa só face, geralmente de pequeno tamanho, com menos de 75 cm de altura; a sua parte inferior pode ser talhada em forma de rostro para ser fincada no solo ou somente de forma plana. O aspeto geral pode ser o de um marco, ou ser de forma geométrica. A representação humana é parcial, limitada apenas à face ou busto; pode ser gravada ou então esculpida em baixo relevo» (d'Anna citado em Jorge, V.O., 1989).

Vítor Oliveira Jorge refere-se a "estela" como uma laje ou bloco antropomórfico, ou seja, um "monólito (qualquer que seja o seu tamanho) que conserva basicamente a forma geral da pedra, mas no qual já se começa timidamente a esboçar o contorno da figura humana, por exemplo, limitada à cabeça ou ao busto. Outros atributos podem ser conferidos através da gravura. Isto é, a ideia fundamental consiste em ver esse bloco com uma determinada entidade antropomórfica, aludindo claramente a ela (no seu conjunto, ou a parte da mesma), mas sem a preocupação de o esculpir de modo a conferir-lhe uma forma humana" (Jorge, V.O., 1989).

Segundo Marta Díaz-Guardamino Uribe as estelas podem ser definidas como:

> "Soportes monolíticos de tamaño muy variable, desde 30 cm. hasta casi 3 m, que están decorados generalmente en una sola cara. Pueden estar decoradas con grabado o relieve. La temática puede variar entre la representación de objetos, ocasionalmente acompañados de figuras antropomorfas de pequeño tamaño, o la representación de un antropomorfo de mayor formato frecuentemente acompañado de adornos y objetos, en cuyo caso se denomina "antropomorfa". Algunos ejemplares antropomorfos de pequeño tamaño tienen un aspecto tridimensional que es conferido a través de un incipiente trabajo de talla o adaptando los grabados a la morfología del soporte" (Díaz-Guardamino Uribe, 2010: 19).

De difícil classificação cronológica, algumas remontando ao IV milénio, outras integrando-se no III e II milénio a.C., optamos por organizar a informação sobre as estelas deste período conforme o contexto em que se encontram pois, como sublinha Marta Díaz-Guardamino Uribe (2010), a análise dos contextos em que são encontradas as estelas ou as estátuas-menires são fundamentais para se perceber este tipo de estruturas e dos lugares que possuem uma biografia própria[1].

EM *TUMULUS*

Mamoa do Senhor dos Aflitos (Arouca)

Começamos por referir a Mamoa do Senhor dos Aflitos, integrada no Bronze Inicial ou Médio, onde foi encontrada uma estela com forma fálica e levemente antropomórfica, na base de uma cista megalítica. Este monumento foi caracterizado no ponto II.3.2.4.

Pena Mosqueira 3 (Mogadouro)

O monumento de Pena Mosqueira 3 apresentava-se como um montículo de forma aproximadamente circular, bastante arrasado pelo cultivo dos terrenos agrícolas. Tem cerca de 23 metros de diâmetro, elevando-se pouco mais de 1 metro acima do solo e o *tumulus* é constituído por pedras de quartzo branco (Sanches, 1992: 39).

A descrição e contexto das três estelas identificadas no decurso da escavação do monumento são apresentados da seguinte forma pela autora:

> "O enterramento era definido por uma «mancha» de ocre de contorno irregular mas de tendência oval, alongada no sentido NE - SW. O seu eixo maior media 2,60 m e o menor 1,60 m. A lentícula de ocre vermelho, cuja espessura variava entre 5 e 8 mm, assentava no solo geológico de base, aqui constituído de argila bege e integrando cascalho fino, rolado. Entre este solo e o acre foram depositados 50 micrólitos geométricos de sílex e uma lasca de mesmo material. Já sobre a «mancha» de ocre, e no seu extremo E, uma laje sub-rectangular, bem polida de ambos os lados e com vestígios de pintura a ocre vermelho, dava início a uma concentração de pequeníssimas contas de colar de xisto (cerca de 2000). Entre estas ainda se conservaram alguns fragmentos de dentes humanos dos quais só conseguimos identificar um molar. Na parte média da mancha jazia ainda uma outra laje alongada de quartzito, polida pelas águas de rio ou ribeira. Tem uma forma

[1] "Además, las estelas de Cabeço da Mina y las estatuas-menhir de Nave reiteran la importancia que tiene considerar el contexto envolvente de este tipo de hallazgos, lugares que tienen una biografia propia y que pueden incorporar aspectos importantes para comprender la naturaleza de estas piezas" (Díaz-Guardamino Uribe, 2010: 28).

vagamente antropomórfica e estava coberta de ocre em todas as suas faces. Uma outra laje sub-rectangular de quartzito, polida no anverso levemente côncavo (presumível moinho manual reaproveitado) e também polvilhada de acre em todas as suas faces, jazia na base da cam. 2A, a 2,60 m para SE da «mancha» de ocre. Julgamos poder associá-la ainda ao ritual de enterramento" (Sanches, 1992: 39).





Figs. 1, 2 e 3. Estelas de Pena Mosqueira 3. Estela 1 e 2 (fotografias de Maria de Jesus Sanches). Estela 3 (fotografia de A. Vieira com autorização do Câmara Municipal de Mogadouro).

A mamoa 3 de Pena Mosqueira não possuía qualquer estrutura megalítica. Continha um enterramento individual intacto, possivelmente infantil e realizado no solo de base (Sanches, 2013: 448) O resultado da datação de C14 (a partir de uma concentração de carvão sobre o enterramento) é o seguinte - CSIC-756, 4930±60 BP (Sanches, 1992: 40), 3806- 3635 cal AC 2 sigma (Sanches, 1989: 114 citado em Nunes, 2003: 80). Maria de Jesus Sanches pensa que esta data indica o *terminus post quem* para a construção do *tumulus* (Sanches, 1989: 448).

Estela do Dólmen K (Alijó)

O dólmen K seria um pequeno dólmen de corredor que fazia parte de um núcleo de monumentos megalíticos situados ao longo da estrada do Pópulo para Asnela, conhecidos como dólmens de Perafita (Sousa, 1996: 38). Segundo Sanches e Nunes, em 1898 Henrique Botelho recolheu na câmara do dólmen K "uma placa rectangular de granito, com apêndice superior e 4 sulcos na parte inferior, que sugere vagamente uma figura antropomorfa" (Sanches e Nunes, 2004: 25).

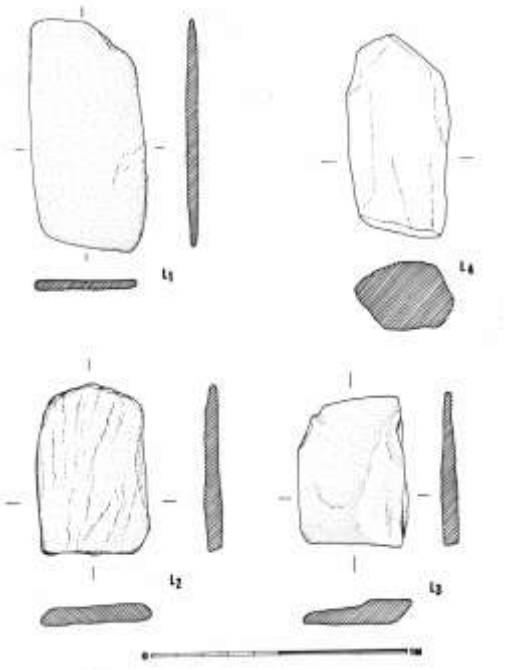
Segundo António Correia seria uma laje quadrangular de granito com as seguintes medidas: "0,30 m de altura; 0,25 m de largura; 0,05 m de grossura. O monumento, de pequenas dimensões, apresenta em ambas faces uma canelura, marcando o contorno da peça. No topo, foi ainda criado um pequeno motivo trapezoidal, conferindo uma dimensão antropomórfica à estela" (Correia, 2010b: 37).

Mamoa de Alagoas/Mamoa d' Alagoa [920] (Murça)

A Mamoa de Alagoas, que se localiza num pequeno planalto, foi intervencionada nos anos de 2000/2001. A intervenção arqueológica revelou "um *tumulus* de forma subcircular, levemente alongado no eixo W-E,

cujas medidas originais deveriam ser de 15,20 metros de eixo menor (N-S) e 16,40 metros de eixo maior (W-E).” (Sanches *et al*., 2004: 13).

No interior do *tumulus* foi construído um dólmen de câmara e corredor indiferenciado em planta, mas provavelmente *distintos em alçado*. Num determinado momento “foi criada uma “fronteira” física entre a zona terminal da câmara e o início do corredor, conseguida através da colocação na vertical de duas pequenas lajes (L2 e L3). (...) As Lajes 2 e 3, sub-rectangulares, (...) na posição em que foram registadas por nós, constrangiam o acesso à câmara, tornando mais estreita a passagem, a não ser que se passasse por sobre elas (o que seria possível se a câmara fosse mais alta do que o corredor, como pensamos). Acrescente-se que estas Lajes parecem ter sido escolhidas pela sua forma, tendo a Laje 2 sido toda talhada numa das extremidades, de forma a criar-lhe um contorno convexo, ou ogival, pelo que supomos poder tratar-se de pequenas estelas anepígrafas” (*idem*: 11).



A Laje 1 consiste numa laje fina e aplanada colocada na horizontal no lado esquerdo da camara, imediatamente a seguir à laje 2. A denominada Laje 4 consiste num “bloco alongado e espesso de xisto quartzítico”, que possui uma extremidade ogival, e encontrava-se tombado sobre a fossa de assentamento da laje de cabeceira. É possível que esta laje “pela sua forma, volumetria e contorno, que sugere uma figura antropomorfa, estivesse, assente na vertical, frente à laje de cabeceira, no interior da câmara, tal como acontece em muitos outros casos indicados na bibliografia (...)” (Sanches *et al*., 2004: 13).

Fig. 4. As quatro lajes ou ”estelas” exumadas na câmara da Mamoa d‘Alagoa (Sanches *et al*., 2004: 36).

Em relação à datação do *tumulus*, que continha um dólmen de corredor no seu interior fazemos apenas referências às duas datas mais antigas, uma que permite datar o início da construção do monumento entre 3940-3650 AC (data calibrada para 2 sigma) (Sanches *et al*., 2004: 10) e outra que as autoras consideram datar o início das ações de fecho do corredor megalítico, a qual apresentou o seguinte resultado: 3700-3530 AC. (*idem*: 15). Estamos assim na presença de um monumento e respetivas estelas que se situam temporalmente na 1.ª metade do IV milénio a.C.

Alto das Madorras 4/Mamoa 4 do Alto das Madorras

> “Refira-se ainda que a tradição de antropomorfização de monólitos, ou a criação de verdadeiras estelas antropomórficas, é característica dos dólmenes peninsulares e da Europa atlântica (com destaque para a Bretanha), onde ocorrem soba forma de esteios (na estrutura construtiva), ou como "estelas" fincados no interior ou nas imediações do espaço dos dólmenes (particularmente

na zona das entradas) (Bueno Ramirez e Balbin Behrmann, 2002). Na região que estudamos aqui temos também dois exemplos claros de antropomorfização de esteios: na Mamoa 4 do Alto das Madorras-Pópulo, e no esteio 4 da Mamoa 1 do Castelo" (Sanches e Nunes, 2005: 80).

O monumento 4 do Alto das Madorras encontra-se situado no centro da necrópole e dista do monumento mais central, a Mamoa 2 do Alto das Madorras, cerca de 60 metros (IGESPAR 2012).

Trata-se de um *tumulus* de forma subcircular e de médias dimensões; apresenta blocos de granito e quartzo de pequena e média dimensão que pertenceriam à couraça da Mamoa. Exibe uma grande cratera de violação (Nunes, 2003: XIX) e um esteio de granito com quase 2 m de altura e ainda fincado verticalmente, que se situa na periferia sul da alongada cratera de violação (MJS, IGESPAR, 2012).

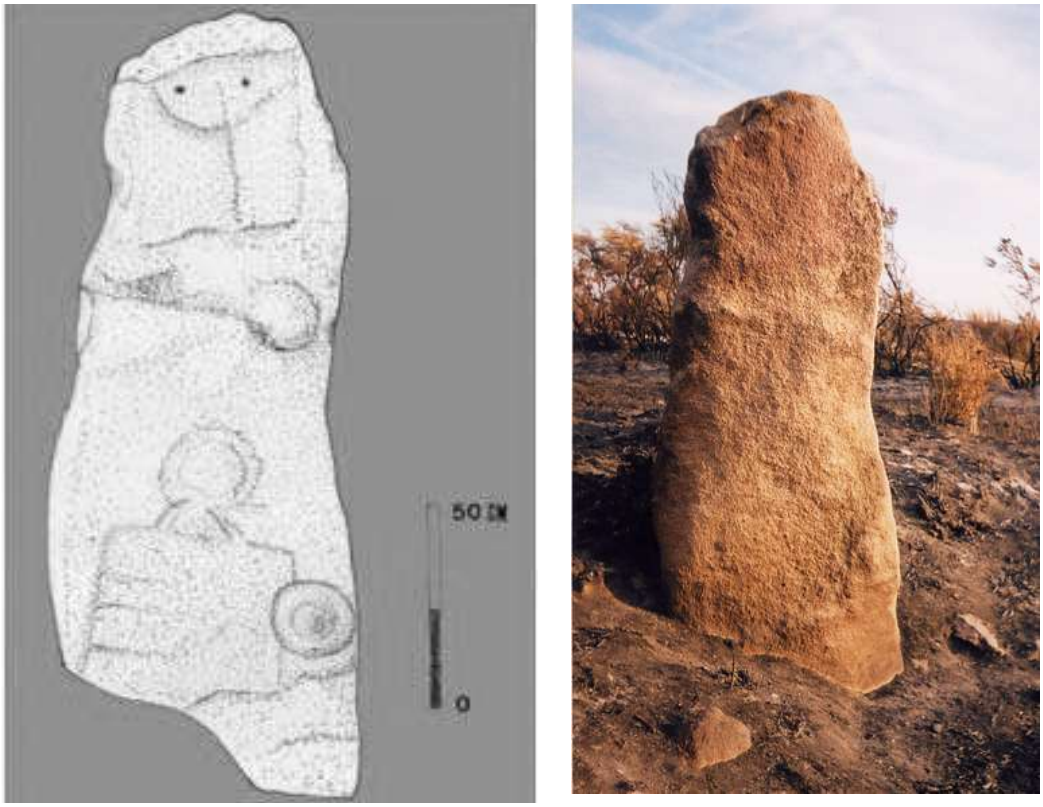


Fig. 5. Esteio/estela antropomórfico da câmara megalítica da Mamoa 4 de Alto das Madorras (fotografias cedidas por Maria de Jesus Sanches).

Dólmen do Castelo (Murça)

A mamoa 1 do Castelo apresentava um *tumulus* de forma subcircular, ligeiramente alongado no sentido W-E; teria cerca de 17,20 metros de eixo N-S e 23,10 metros de eixo W-E. (Sanches *et al*., 2004: 12) e encerrava no seu interior um dólmen de vestíbulo, composto por uma câmara poligonal alargada formada, provavelmente, por 9 esteios, dos quais cinco se encontravam fincados no solo, mas fragmentados e tombados para o interior. Apenas o esteio 4 se encontrava praticamente intacto (*idem*: 8).

"O esteio 4, quase completo, é aquele que ladeia a laje de cabeceira pelo seu lado direito. Apresenta quer em termos imagéticos, quer em termos de contorno, uma forma vagamente antropomórfica estruturada por uma sequência vertical de planos horizontais bem delimitados por meio de veios naturais da rocha. A superfície deste esteio foi extremamente difícil de gravar já que se trata de quartzo quase puro, de cor alaranjada. (...) Neste esteio as gravuras, as irregularidades da rocha e os veios salientes horizontais formam um conjunto que deve a nosso ver ser visto como tal. Quer dizer, como uma composição unitária que joga com a cor da superfície – laranja –, com a imagem dos veios esbranquiçados e com as gravuras picotadas, sujeitas ou não a polimento posterior. Se as gravuras se organizam em planos sucessivos horizontais (dispostos em sequência), o efeito é o de um personagem com um "manto" decorado, dividido em tramos horizontais, tendo a "face" puxada para o lado esquerdo; esta é marcada inferiormente por uma linha curva alongada, à qual se seguem duas covinhas ligadas por um arco, como que sugerindo uma "face oculada" (embora o nosso desenho não seja suficientemente sugestivo a esse respeito)" (Sanches *et al*., 2004: 20).



Fig. 6. Estela antropomórfica do dólmen 1 do Castelo (Murça), (à esquerda Sanches *et al.*, 2004: 38; à direita fotografia de A. Rolo cedida por Maria de Jesus Sanches).

No interior do dólmen do Castelo 1 (Murça) após o restauro, é possível ver-se 3 esteios incompletos e um completo. Todos os esteios possuem gravuras esquemáticas. O esteio 4 situa-se ao lado direito da "laje de cabeceira, é de cor laranja, e foi "esculpido" em estela antropomórfica" (Sanches e Nunes, 2005: 77)

As duas datas mais antigas registadas para este monumento são as seguintes: 3979-3798 cal AC e 3504-3032 cal AC. Segundo Maria de Jesus Sanches e restantes autoras "enquanto não dispusermos de mais dados ao nível regional não nos podemos pronunciar em favor de uma ou de outra" (Sanches *et al*., 2004: 16-17).

Estela decorada de Lameirão/Cruz Nova (Celorico de Basto)

Segundo Orlando Sousa "esta estela foi detetada recentemente no planalto da Lameira, mais propriamente junto a uma mamoa, bastante destruída, situada no lugar de Lameirão/Cruz Nova, tendo em conta as informações de Luís Fontes (Sousa, 1996: 27-29). Ana M.S. Bettencourt diz que a estela foi "detetada na couraça pétrea de um túmulo, muito pouco percetível, do planalto da Lameira" e não junto a uma mamoa (Bettencourt, 2009: 76).

O local onde foi detetada esta estela é uma área onde se conhecem vários grupos de mamoas (Povoação, Arranhadouro, Travessa, Vacaria, Vale do Abade, Urgeirais), sítios com fossas abertas no saibro (Vale de Vinho, Serrinha, Lameira, Arranhadouro, Pedroso e Areeiro) e afloramentos gravados essencialmente com covinhas (Tapada, entre outros) (Sampaio, 2007: 65).

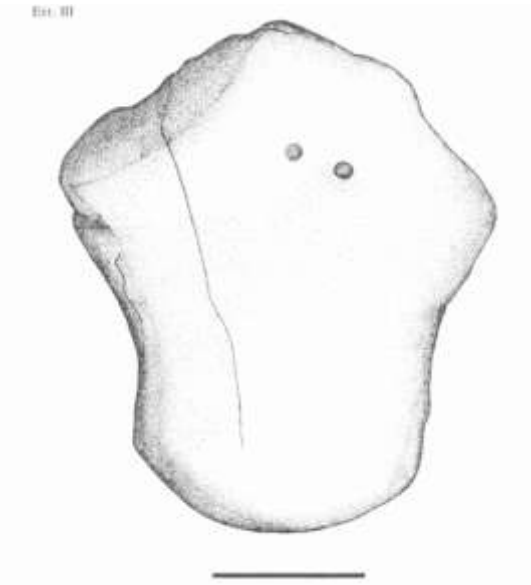


Fig. 7. Estela de Cruz Nova, Celorico de Basto (Sampaio, 2007: estampa III).

Estela do Dólmen 1 de Chão do Brinco



Fig. 8. Estela do Dólmen de Chã de Brinco (Correia, 2010b: 96).

O Dólmen 1 de Chão do Brinco é um *tumulus* de planta ovalada, medindo 25 m de eixo maior (E.-O.) e 23 m de eixo menor (N.-S.), e cerca de 1,30 m de altura (DC, IGESPAR, 2012). "[É] constituído por uma câmara de planta poligonal alongada, provavelmente formada originalmente por nove esteios, de que se conservaram apenas três" (Santos e Cruz, 2013: 14-15). E "[o] corredor é constituído por esteios estreitos e altos, de que se conservaram três no lado sul, e quatro no lado norte, bem como um pilar, que separa a câmara do corredor de acesso. Observam-se gravuras na laje de cabeceira e no esteio que o ladeia pelo lado norte; no esteio adossado ao lado sul da laje de cabeceira observam-se vestígios de pinturas" (DC, IGESPAR, 2012).

Este dólmen destaca-se pela existência de arte megalítica nos três esteios câmara, "devendo destacar-se, pela complexidade e profusão, o esteio de cabeceira" (Santos e Cruz, 2013: 14-15). Neste monumento foi detetada uma estela antropomórfica, de figuração esquemática (Silva, 2003: 274) que foi recolhida na câmara. O esteio de cabeceira encontra-se (na sua face interna) com gravuras que ocupam praticamente toda a superfície interna da laje. Existem dois esteios com vestígios de pintura, cinco pequenas lajes, numa das quais existe a associação de pinturas e gravuras e um motivo antropomórfico tipo "estela" (Silva, 1995: 39).

Segundo Luís Pinho e António Lima, "O esteio de cabeira apresenta uma profusa decoração gravada, com linhas ondulantes. Deste monumento é proveniente uma estela-menir, provavelmente calcolítica" (Pinho e Lima, 2000: 14).

ESTELAS DESCONTEXTUALIZADAS

Estela decorada da Quinta do Couquinho



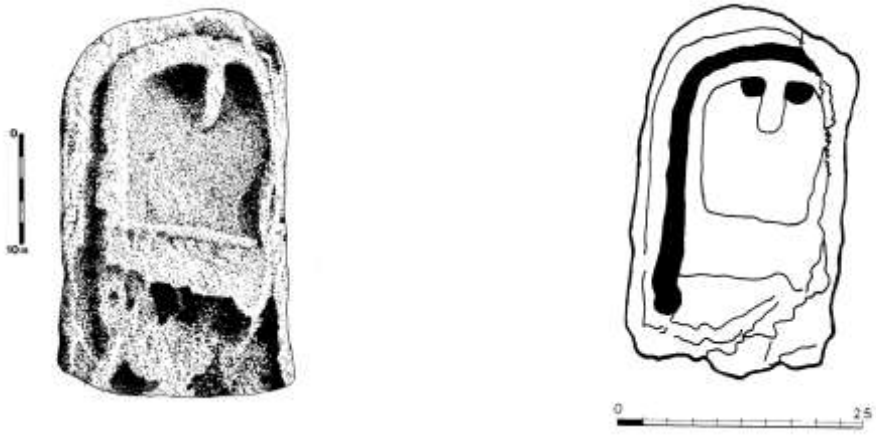
Fig. 9. Estela do Couquinho (Silva, 2011: 97).

Estela decorada de Moncorvo



Fig. 10. Estela de Moncorvo (Vasconcelos, 1910: 35).

A estela decorada da Quinta do Couquinho e a estela de Moncorvo foram descobertas por J.A. Tavares, Abade de Carviçais. Segundo José Leite Vasconcelos, a primeira estela referida é proveniente de uma quinta, a Quinta do Couquinho, situada "no termo de Vide, concelho de Moncorvo" (Sousa, 1996: 53-54). A estela de Moncorvo foi oferecida ao Museu Nacional de Arqueologia pelo Abade de Carviçais, apenas com a indicação de que a peça é proveniente do concelho de Moncorvo.



Figs. 11 e 12. A representação da estela de Moncorvo segundo Arnal (Jorge e Jorge, 1990: 21) à esquerda e desenho cedido por Maria de Jesus Sanches, à direita.

"O desenho conhecido em trabalhos recentes é retirado do trabalho de Jean Arnal, ou redesenhado a partir deste. Há que salientar a presença dos olhos, não referenciados no desenho de Arnal, embora sugeridos, e consequentemente não referidos em trabalhos posteriores (…). O exemplar de Moncorvo representa um rosto humano, com a área da face em baixo relevo, sendo o nariz e as arcadas supraciliares elevados em relação ao plano da face. Nesta foram gravados dois olhos. A enquadrar toda esta área, foi ainda gravada uma moldura (ausente num dos lado da peça, dado esta estar partida)" (Sousa, 1996: 55-56).

Apresentamos três desenhos diferentes para a Estela de Moncorvo. Seria interessante confrontar os desenhos com uma fotografia da peça original, mas não foi possível fazê-lo.

Segundo o Portal do Arqueólogo foram registadas outras duas possíveis estelas, que apresentamos sucintamente:

Lesanho Grande – Estela cns 23347 (Boticas)

"Possível estela antropomórfica ou esteio de monumento com gravações. Está fincado no solo, ao alto junto do caminho. É um monólito granítico de configuração sub-rectangular. Os elementos gravados não são percetíveis, mas parecem estar presentes covinhas e diversos traços que poderão, no entanto, corresponder a marcas de passagem de arado" (IGESPAR, 2012).

Alto do Álvaro Maio cns 33037 (Macedo de Cavaleiros)

"Monólito de xisto de contorno aparentemente antropomórfico e configuração semelhante a algumas estelas gravadas e a esteios de antas. Está tombada em terreno profundamente surribado. A tipologia proposta carece de confirmação com o levantamento e a observação da face oculta da laje. As dimensões deste monólito são aproximadamente as seguintes: 165 cm de comprimento máximo e 63 cm de largura máxima" (IGESPAR, 2012).

EM CONTEXTOS DIVERSOS

(Posteriores à Pré-história)

Estelas de Santa Luzia I e II (Freixo de Espada à Cinta)

O castro de Santa Luzia consiste num grande povoado aberto de época romana, com provável prolongamento pela Alta Idade Média. A quantidade de achados aqui detetados é bastante elevado, dos quais se destacam diversos metais, moedas, um anel, vidros, o fragmento de uma estela funerária, etc.

"Os achados que mais se destacam são a grande quantidade de berrões de granito aqui encontrados, e que contando com o berrão de Vale de Prado e o conjunto de berrões da Coraceira faz um conjunto total acima das duas dezenas, todos concentrados em Santa Luzia e nos dois sítios anexos. Nas imediações do local passava a via romana" (IGESPAR, 2012).

Fig. 13. Estela de Santa Luzia I (Silva,2011: 96)



Estela 1 - 24x19x15 cm.
A estela tem nariz, arcadas supraciliares e delimitação do rosto em relevo; uma moldura lateral enquadra estes motivos.

Fig. 14. Estela de Santa Luzia II (Silva,2011: 96)



Estela 2 - 32x21x12 cm.
Possui linhas verticais em alto-relevo, formando Us invertidos; toda a peça está assim decorada. (Sousa, 1996: 57-59).

Segundo António Martino Correia "Numa das visitas que fez ao suposto povoado da Idade do Ferro existente no monte, Santos Júnior identificou este exemplar [estela 1] em cima de uma parede". A estela 2 "estaria incorporada numa parede" (Correia, 2010b: 81 e 83).

"A estela [1] decorada de pequeno tamanho passou despercebida a Santos Júnior como tal, classificando-a como topo cimeiro de lápide, embora com dúvidas" (Sousa, 1996: 57-59). Estas peças foram depositadas no Museu Abade de Baçal, em Bragança, tendo sido redescobertas em 1985, por Nelson Rebanda que as classificou como estelas (*ibidem*). São consideradas estelas calcolíticas (IGESPAR, 2012).

Estela do sítio de Cilhades (Torre de Moncorvo)



Fig. 15. Estela de Cilhades (fotografia cedida por Filipe Santos).

No sítio de Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo), "Foram aqui exumados alguns instrumentos de pedra polida que (...) ganham ainda maior relevância pela identificação da parte superior de um ídolo estela com inequívocos paralelos entre as designadas Estelas centro ocidentais" (Santos, 2015: 155).

Estela do Castro da Barrega (Celorico de Basto)

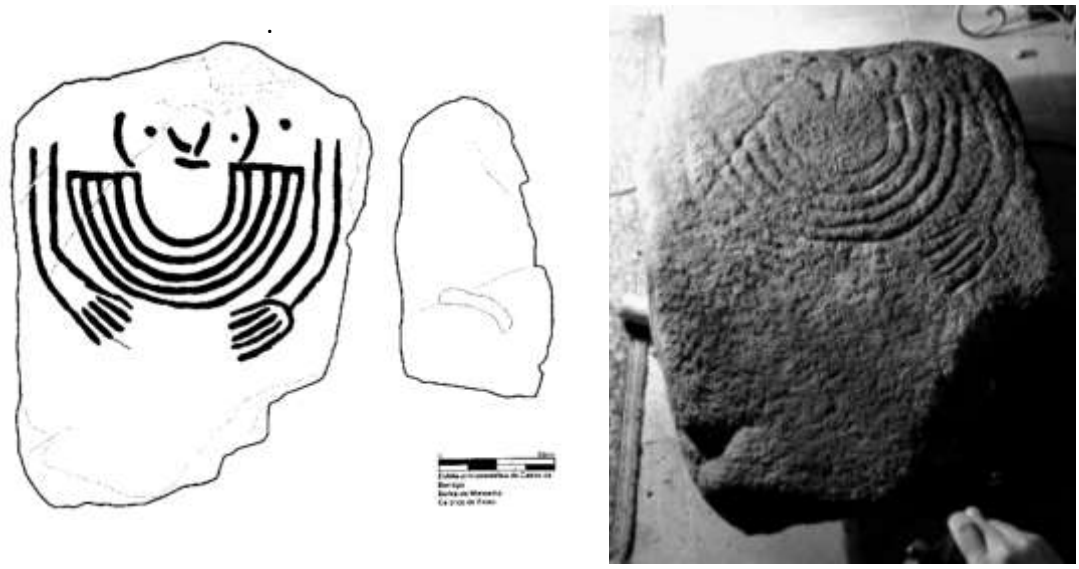


Fig. 16. Estela do Castro da Barrega (desenho de Sampaio, 2007: estampa II e fotografia de Celorico Digital, em linha)

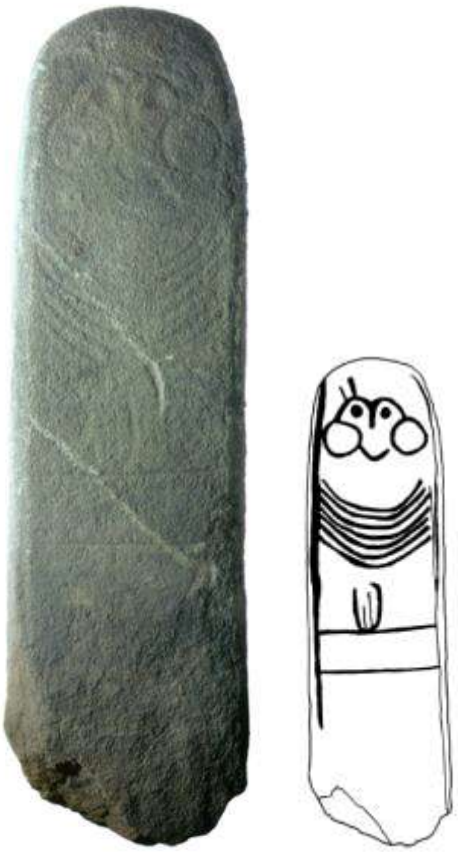
Jorge Sampaio, em finais de 2005, durante a elaboração da Carta Arqueológica de Celorico de Basto, foi informado da existência de uma "pedra redonda com uma espécie de mãozinhas desenhadas", por um habitante local que dois anos antes a tinha descoberto "numa área recentemente livre do espesso manto arbustivo que se desenvolvia no denominado Castro de Barrega" (Sampaio, 2007: 55).

> "A estação ocupa o topo de um morro sobranceiro ao lugar de Barrega, a Oeste. Foi possível identificar um possível troço de muralha cuja disposição sugere a delimitação de toda a plataforma, excepto o sector voltado a Sul, onde um conjunto de blocos graníticos, de grandes dimensões, a protegem naturalmente. Não foram encontrados vestígios de romanização. Fragmentos de cerâmica fabricada a torno enquadráveis, tipologicamente, na Idade do Ferro e escória de ferro" (IGESPAR, 2012).

Estela decorada da Quinta de Vila Maior//Estela antropomórfica da Quinta de Vila Maior

A estela decorada ou antropomórfica de Vila Maior foi "detectada ainda no terreno pelos elementos do PARM, Ricardo Teixeira e Paulo Dórdio Gomes" na Quinta de Vila Maior, em trabalhos agrícolas nos anos 90 (Campos e Custódio, 2002: 161-162). Num olival junto às instalações da Quinta, existe abundante material cerâmico à superfície, e embora não existam estruturas visíveis, António Martino Correia interpreta como um *vicus* romano (Correia, 2010b: 77).

> "A cerca de 15 km para Sul, na extremidade oposta do vale, encontrou-se o monumento da Quinta de Vila Maior. Apesar de poder estar fora do seu contexto original (foram identificados no mesmo sítio vestígios de ocupação romana, o que poderá testemunhar uma reutilização da estela), a sua importância não deverá ser menosprezada" (Correia, 2010a: 40).



"Trata-se de uma estela decorada (em granito), em tudo semelhante à estela I do Cabeço da Mina, embora com mais atributos gravados, entre os quais se incluem dois círculos na parte superior, e abaixo da cabeça, que poderão ser interpretados como seios. Tal como as demais do vale da Vilariça, não possui armas, e os seus atributos decorativos abrangem toda a peça" (Sousa, 1996: 54-55).

Atendendo aos seus diversos elementos iconográficos e da sua comparação com outras estelas e estátuas-menires, "é possível que esta escultura pertença a um estádio mais avançado do período Calcolítico, próximo da transição para o Bronze Inicial" (Campos e Custódio, 2002: 161-162).

Fig. 17. Estela da Quinta de Vila Maior (Campos e Custódio. Fotografia de Pedro Aboim e desenho de Díaz-Guardamino Uribe, 2010 [levantamento a partir de fotografia]).

Estas diferentes estelas calcolíticas ou já do Bronze inicial surgem em contextos da Idade do Ferro e contextos romanos. Embora alguns autores as interpretem como os vestígios mais antigos desses lugares, o que é uma hipótese plausível, ainda no campo das hipóteses é possível que estas peças possam ter sido reutilizadas nestes contextos mais tardios e que a sua localização original, apesar de próxima, não signifique uma ocupação mais antiga do local. Estas peças podem mover-se tanto no espaço como no tempo.

EM CONTEXTOS PRÉ-HISTÓRICOS

Abrigo 8 de Vale Ferreiro (Freixo de Numão)

Foi encontrada, em frente à entrada do Abrigo 8 de Vale Ferreiro uma estela de granito, implantada na vertical (Coixão e Carvalho, 2010: 54). O conjunto de abrigos de Vale Ferreiro contempla ainda um possível menir tombado em frente ao abrigo 11, uma rocha gravada com covinhas nas proximidades dos abrigos e materiais arqueológicos (cerâmicas e machados polidos) no interior de alguns destes abrigos.

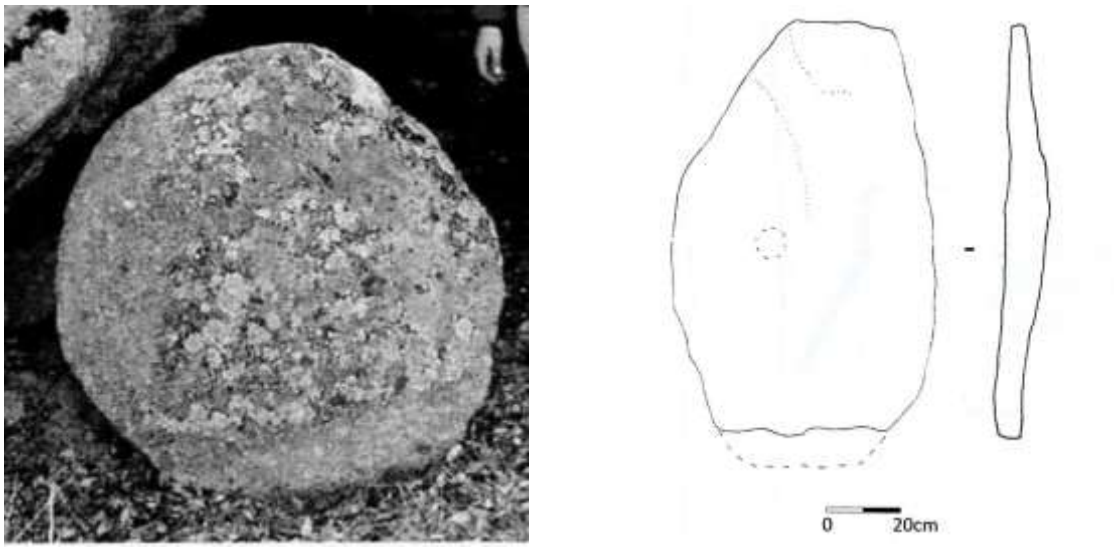


Fig. 18. Estela do Abrigo 8 de Vale Ferreiro (Coixão e Carvalho, 2010: 54).

Abrigo de Passadeiras//Abrigo Rupestre do Passadeiro – Estela?

O Abrigo do Passadeiro caracteriza-se por conter painéis com arte rupestre nomeadamente "séries de unhadas muito profundas (particularmente o painel 3, onde destacamos também o comprimento destes motivos lineares), entre as quais se desenham grupos de riscos mais finos (subparalelos ou convergentes) e, nalguns casos, martelados soltos" ou seja, estamos na presença de "unhadas e filiformes". O painel 1 regista o "desenho de um veado, gravado pela técnica de picotado fino, de estilo subnaturalista" assim como fusiformes (Sanches e Teixeira, 2014: 63-64).

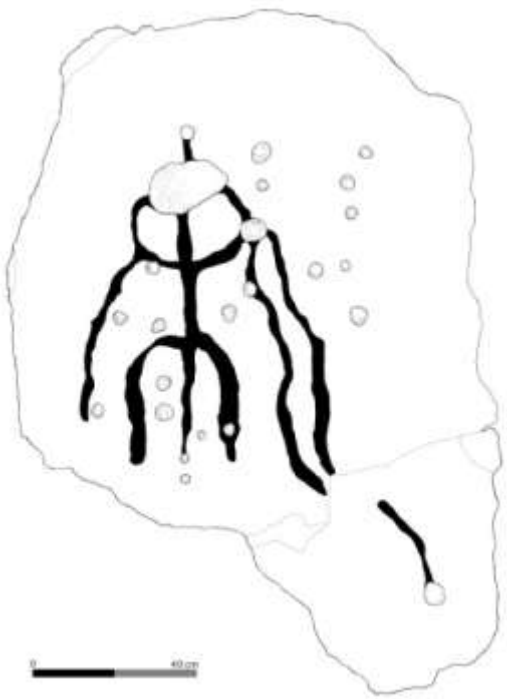
As autoras destacam também a presença "de um enorme bloco tombado, de cor mais clara, e que se assemelha, à distância, a uma mega-estela antropomórfica ou «bloco-estela»" (*idem*: 63). Segundo indicação das autoras, o bloco de contorno antropomórfico, caiu ou pode ter sido empurrado desde o topo do afloramento, tendo permanecido de pé, encostado aos afloramentos.

Não temos a certeza se o bloco foi intencionalmente afeiçoado para adquirir esta forma antropomórfica, mas a imagem, a localização do bloco e a relação com os painéis de arte rupestre (para uma descrição mais detalhada consultar a bibliografia citada) levaram-nos a integrá-lo neste texto, sob a forma de hipótese. Há que averiguar melhor esta questão.



Fig. 19. Vista geral do Abrigo do Passadeiro, com o "bloco-estela" do lado direito. A fotografia foi tirada da margem oposta da ribeira (Sanches e Teixeira, 2014: 71).

Estela do Caga Cão (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)



Segundo João Muralha Cardoso, "Recentemente foi identificada uma grande laje de xisto, com 1,50 m de comprimento e 1,00 m de largura nos seus eixos maiores, com a representação de uma figura antropomórfica e com "covinhas". O local onde foi recolhida situa-se a cerca de mil metros do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão, para Noroeste. O seu estudo ainda não foi feito, mas pode-se sugerir com algum grau de certeza uma contemporaneidade ao referido recinto. A admitirmos que o seu contexto inicial seria aquele, ou muito próximo, a laje encontrava-se sobranceira a um grande vale aberto" (Cardoso, 2007: 441).

Fig. 20. Estela do Caga Cão. Levantamento de campo e tintagem de Bárbara Carvalho (Cardoso, 2007: 442).

Estela encontrada em Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)

A estela encontrada no recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão é bastante pequena e apresenta apenas um afeiçoamento do granito (Cardoso, 2007: 435).



Fig. 21. Estela de Castelo Velho de Freixo de Numão (A escala corresponde a 10 cm). Fotografia de Vítor Oliveira Jorge e tratamento informático de João Muralha (Cardoso, 2007: 435).

Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – Estruturas com estelas

No recinto murado do Castanheiro do Vento existem um conjunto de estruturas que contemplam lajes interpretadas como estelas.



Figs. 22-24. Estruturas com estelas no recinto de Castanheiro do Vento (fotografias de João Muralha Cardoso).

As três imagens referem-se no sentido dos ponteiros do relógio, ao seguinte: 1 Passagem 10, a qual parece ter sido condenada pela deposição de estelas e fragmentos cerâmicos (Cardoso, 2007:222). 2. Lajes de xisto afeiçoadas no interior do bastião B, viradas a nascente (*idem*: 275); 3. Escavação de uma estela cujo contexto parece ser apenas a linha do murete 2, encontrada perto do bastião S e da passagem 10 (Cardoso, informação pessoal). Em geral as estelas são quase todas em xisto azulado (não local), foram afeiçoadas, tendo formas quadrangulares, subquadrangulares ou retangulares (Cardoso, 2007: 434, 545 e 560).

3.6.2. O RECINTO DE ESTELAS DO CABEÇO DA MINA

O sítio do Cabeço da Mina [478] Lodões (Vila Flor) ergue-se num vale extremamente fértil, sobre um morro que se destaca na paisagem (Jorge, 2003b: 1432). Situa-se no centro do vale da ribeira da Vilariça, mas numa zona próximo da nascente da ribeira, na encosta da Serra de Bornes (Sanches, 1996: 83). Segundo Maria de Jesus Sanches "Note-se ainda que este pequeno e suave Cabeço se destaca topograficamente na entrada da veiga, isto é, implanta-se na zona onde a montanha (a imponente Serra de Bornes) se abre para dar lugar ao alargado e aplanado vale sedimentar" (Sanches, 1997: 225).

Foram realizadas três campanhas de escavação em 1985, 1986 e 1991. Segundo Orlando Sousa a escavação do sítio, que foi dividida em 10 setores, demonstrou que:

> "Nos sectores um, quatro, nove e dez foi detectada uma estrutura composta por um "imbricado" de pedras de granito, xisto e alguns calhaus de quartzo, de diferentes tamanhos. Esta estrutura localizada a cerca de trinta centímetros de profundidade, tem de largura entre setenta centímetros e um metro, e vai até à profundidade de cinquenta centímetros. Tem uma orientação Noroeste-Sudeste. Trata-se de um alinhamento tombado. As "placas de xisto" calçavam as pedras de granito, ajudando-as a sustentarem-se. Os fragmentos de quartzo completavam essa estrutura. A estratigrafia resume-se a um primeiro nível, composto de argila com calhaus de quartzo, e outro, de areia argilosa, com pequenos quartzos mal rolados. Constata-se a ausência de qualquer artefacto quer nas áreas escavadas, quer em todo o cabeço e zona envolvente, o que dificulta qualquer atribuição cronológica para esta estação" (Sousa, 1996: 80-83). E acrescenta "Estamos em presença de um alinhamento de estelas antropomórficas. (…) A análise da fotografia aérea que fizemos parece indicar que o alinhamento circunda todo o cabeço (observações que carecem de confirmação)" (*idem*: 84).

Segundo Maria de Jesus Sanches, a escavação revelou um curto "alinhamento", com cerca de 4,30 m, de estelas tombadas de granito e xisto. As estelas encontrar-se-iam "encaixadas de modo simples no solo argiloso" e o alinhamento parecia prolongar-se para as áreas não intervencionadas (Sanches, 1996: 83). Marta Guardamino Urbe refere, a partir de um texto de 1997 de Orlando Sousa, que as três campanhas de escavação tinham permitido documentar uma parte do recinto com uma trajetória NW-SW, o qual seria formado por estelas lisas e decoradas, assim como por numerosas pedras de pequena dimensão que calçavam a estrutura. Em relação à estratigrafia do sítio, esta era composta por dois níveis de terra distintos onde era visível a estrutura de fundação do alinhamento (Guardamino, 2010: 175).

Apesar das escavações no sítio de Cabeço da Mina, são muitas as incertezas que subsistem sobre o sítio. Maria de Jesus Sanches expressa desta forma as suas dúvidas:

> (...) não se conhecem exactamente quais as estelas, ou fragmentos daquelas, que integrariam o alinhamento pétreo contínuo e semiderrubado que aí figura. Desse alinhamento fazem ainda parte lajes de tamanho médio e pequeno em granito e xisto (matérias-primas dominantes), bem como blocos de quartzo. Estes vestígios fazem supor a existência de espaços murados/divididos de outros, isto é, eventualmente de alguma arquitectura em xisto e quartzo — e/ou materiais que se desintegrariam e/ou deformariam, como elementos vegetais ou argila— de que não podemos imaginar a planta. S. Oliveira Jorge (1999) refere que talvez este alinhamento seja uma fracção do arco de pedras que, segundo os proprietários, circundaria a pequena e suave elevação, necessitando por essa razão de confirmação arqueológica, o que até à data ainda não foi feito." (Sanches, 2011: 158). A autora chama também a atenção "para o facto de existirem algumas pedras fincadas e/ou tombadas no Cabeço da Mina (em divisórias de propriedade), por vezes com alguns motivos gravados que formal e iconograficamente se afastam deste grupo, digamos, mais uniforme, o que sugere um aumento de complexidade do sítio e nos mostra que afinal este só se conhece de modo extremamente parcelar." (*idem*: 160)

Uma das principais características do sítio do Cabeço da Mina e algo que o torno único reside na heterogeneidade das suas estelas. Existem estelas de vários tamanhos, de diferentes formas, com ou sem decoração, em xisto ou granito, com diversos atributos decorativos (Sousa, 1996: 84). Em 1996, Orlando Sousa afirmava que o número de estelas não decoradas ultrapassava as três dezenas, possuíam uma grande variedade de formas e tamanhos e tal como as estelas decoradas encontravam-se implantadas no alinhamento (*idem*: 86) A propósito das estelas decoradas Susana Oliveira Jorge descreve-as como "pequenos monólitos, nos quais, em alguns casos, foram feitas gravações de motivos anatómicos (olhos, nariz, boca e, eventualmente, pernas e/ou sexo) e de motivos complementares (cintos, insígnias (?), colares, etc.), nos quais predomina um grande esquematismo e onde estão ausentes as armas" (Jorge, 2003b: 1432). Nem todos possuem um carácter antropomórfico; enquanto outras foram polidas em todas as suas faces e "têm formalmente tendência rectangular (mais ou menos largas), com o topo arredondado. Algumas são "anepígrafas", mas existem outras situações onde as estelas exibem apenas um atributo, noutros casos apenas alguns e em casos mais raros são encontrados vários atributos numa só peça" (Sanches, 1996: 83-84).

Em 2011, Maria de Jesus Sanches realizou um novo estudo sobre as estelas do Cabeço da Mina e chegou às seguintes conclusões:

> "Da estação do Cabeço da Mina (Assares) em Vila Flor provém a maior quantidade de estelas conhecidas até ao presente na Europa Ocidental. Ultrapassam as 6 dezenas mas resultam de recolhas feitas em momentos e circunstâncias diferentes: Orlando Sousa (1996, p. 86) refere que aquelas "não decoradas" serão mais de 3 dezenas; a estas somam-se as 21 estelas (nº 1 a 21) com "decoração" (...). Em data posterior foram recolhidas no decurso de trabalhos agrícolas, pelo menos mais 12 estelas (algumas são fragmentos de estelas): aquelas nº 23, 24, 25, 26, 27, 29 e 33 (com atributos gravados) e nº 22, 28, 30, 34 e 35 (somente de faces alisadas). Assim, este texto assume que deste sítio se conhecem pelo menos 63 estelas. Entre a entrega deste texto para publicação e a revisão de provas, visitámos novamente o sítio do Cabeço da Mina (Junho de 2010), e aí recolhemos mais uma metade superior de uma pequena estela com o atributo 2" (Sanches, 2011: 157).

A descoberta destas novas estelas permitiu a Maria de Jesus Sanches elaborar o seguinte quadro síntese dos atributos das estelas do Cabeço da Mina.

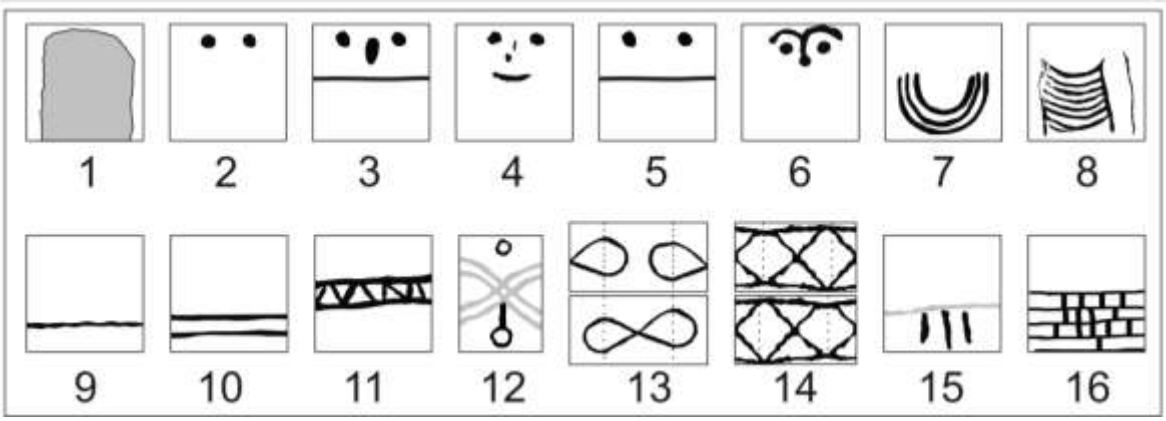


Fig. 25. Esquema com os atributos das estelas da estação do Cabeço da Mina (Assares), fruto das novas descobertas de Maria de Jesus Sanches.



Estela n.º 24 no local



Estela n.º 25 no local



Estela n.º 27 anverso



Estela n.º 1 anverso



Estelas n.º 13 (a meio) 34 e 35



Estela n.º 21 anverso

Fig. 26. Exemplos de algumas das estelas do Cabeço da Mina. Todas as imagens expostas nesta página foram cedidas por Maria de Jesus Sanches.

Em relação à cronologia do Cabeço da Mina, este sítio teria sido concebido, segundo Susana Oliveira Jorge, no IV milénio a.C., mas poderia ter permanecido em funções ao longo do III milénio a. C., já durante o Calcolítico (Jorge, 2003b: 1462). Esta autora justifica da seguinte forma a cronologia atribuída a este sítio arqueológico:

> "Some motifs appearing on finds from Cabeço da Mina also occur on other examples from megalithic contexts, particularly those of late date such as Chã de Brinco or Boulhosa. On the other hand, the pieces from Cabeço da Mina show none of the engraved weapons that appear in numerous contexts since the beginning of the Bronze Age. (…) Despite the specific characteristics of the pieces from Cabeço da Mina, they are formally related to other "stelai"/menhirs found above all in the western part of the peninsula, in particular those from the provinces of Caceres and Salamanca. (…) From all these reasons, it seems plausible to date the initial phase of the occupation of the Cabeço da Mina to the period between the end of the Neolithic and the Chalcolithic age (4^{th}-3^{rd} millennia BC)" (Jorge, 1999: 140).

Os argumentos apresentados por Susana Oliveira Jorge baseiam-se no facto de alguns dos motivos presentes nas estelas do Cabeço da Mina serem análogos aos motivos de outras estelas encontradas em monumentos megalíticos; também a ausência de representação de armas e a sua relação formal e iconográfica com outras estelas da província de Cáceres e Salamanca permitiram a sua inserção no IV/III milénios a.C.

Maria de Jesus Sanches refere em 1997 que este espaço teria sido construído nesta região no decurso do III milénio AC. (Sanches, 1997: 225).

Em 2010, Marta Díaz-Guardamino Uribe, na sua dissertação de doutoramento sobre "Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica" propõe uma cronologia mais tardia para as estelas do Cabeço da Mina, integrando-as no Bronze Inicial e Pleno:

> "En términos generales las cronología propuesta para las estelas y estatuas-menhir con armas y collares complejos abarca el Bronce Inicial y Pleno. Esta cronología puede ser atribuida también a otros ejemplares que incluyen motivos como el emblema rectangular o el manto/escudo/coraza rectangular e incluso a los restantes ejemplares de Cabeço da Mina por la estratigrafía que muestra el yacimiento. Esta cronologia coincide con la que han propuesto recientemente diversos autores para ejemplares como Nave 1 y 2, Ataúdes, Valdefuentes y Tremedal (Cruz, 2001: 173-176; Vilaça et alii, 2001: 79). La existencia de otras representaciones con collares y sin armas que pueden ser atribuidas a la Edad del Bronce nos lleva a descartar el argumento de la ausencia de armas como indicio de antigüedad" (Guardamino, 2010: 177).

A autora contesta a ideia veiculada por Susana Oliveira Jorge de que a ausência de representação de armas é um sinal de antiguidade, visto que existem outras estelas/estátuas-menires com colares e sem representação de armas integradas na Idade do Bronze.

Provavelmente só a estruturação de um novo projeto de investigação, com prospeções sistemáticas e a realização de pequenas sondagens em áreas distintas do pequeno cabeço poderá ajudar a colmatar estas lacunas e interrogações em relação à forma como estariam organizadas as estelas. A descoberta de novas estelas referidas por Sanches (2011) permite antever a grande complexidade que este sítio encerra. A realização de novos trabalhos de investigação no Cabeço da Mina pode ajudar a clarificar esta questão, assim como as demais incertezas que foram sendo expostas ao longo deste texto.

Conseguimos apurar, através da análise da bibliografia, a existência de seis sítios arqueológicos onde foram detetados no mesmo local, mais do que uma estela, ao que chamamos, conjuntos ou núcleos de estelas.

Designação	Número de estelas
CAPARINHO	Duas estelas e um esteio antropomórfico.
CRUZEIRO VELHO	Estela de Longroiva + duas estelas
PUIO	Duas estelas
SALGUEIRAL	Quatro estelas
CEMITÉRIO DOS MOUROS	Várias estelas antropomórficas
S. JURGE	Várias estelas

Caparinho – Estelas e esteio “antropomórfico” (Montalegre)



O lugar do Caparinho possui um conjunto de vestígios pré-históricos composto pelo Penedo do Matrimónio, em cuja envolvente se encontram outras rochas gravadas, o Abrigo da Crista de Caparinho, e o Túmulo 1 de Campo de Caparinho. Num muro de propriedade nas proximidades foram detetadas duas estelas e um esteio grosseiramente antropomórfico (Bettencourt, 2006: 112-119).

Fig. 27. Estela encontrada num muro de propriedade (Bettencourt, 2006: 117).

O túmulo 1 de Campo de Caparinho foi escavado e integra-se na primeira metade do IV milénio a.C. O Abrigo da Crista de Caparinho consiste num pequeno abrigo, virado a poente, cuja superfície exterior foi gravada com covinhas formando motivos abstratos. Foi datado da segunda metade do IV milénio a.C. (*idem*: 112). Ana Bettencourt considera que neste período se poderão integrar “as gravuras rupestres 1 e 3 e as esteias 1 e 2 detectadas nas imediações do túmulo 1 e do Abrigo da Crista de Caparinho” (Bettencourt, 2006: 115).

> "O que designámos por estela 1 corresponde a uma laje de granito, de grão fino, detectada, igualmente, num muro de divisão de propriedade, a cerca de 100m para Nordeste do túmulo 1 e a Este da gravura 1. De contorno sensivelmente oval apresenta uma face lisa, uma face com duas covinhas, tendo uma delas sido construída em zona intensamente polida e uma face lateral com uma covinha. A estela 2, de contorno sub-triangular e aparentemente lisa, foi encontrada no mesmo muro onde se registou a gravura 3. Como hipótese de trabalho não podemos descartar deixar de pensar na possibilidade destas duas estelas terem sido provenientes de monumentos megalíticos, existentes na área, mas completamente desmantelados pela intensidade dos trabalhos agrícolas, como o sugerem alguns esteios reaproveitados em muros" (Bettencourt, 2006: 116).

O Penedo do Matrimónio onde se encontra gravada uma representação masculina e outra feminina, com os respectivos órgãos sexuais expressos de forma exuberante, é atribuído ao Calcolítico Final/Bronze Inicial (*ibidem*).

Perto do Penedo, integrado num muro de divisão de propriedades, encontra-se um "esteio grosseiramente antropomórfico, que jazia tombado, ao lado do Penedo do Matrimónio, pelo lado Sul. Trata-se de um monólito de granito com duas depressões ovais naturais, na parte superior. Estas foram intencionalmente polidas talvez numa representação estilizada de seios ou de olhos" (Bettencourt, 2006: 119).

Segundo a autora, estaríamos assim na presença de duas estelas e um esteio antropomórfico que integram atualmente muros de divisão de propriedade.

Cruzeiro Velho (Mêda)

> "Identifiquei a estátua-menir no Vale da Veiga de Longroiva, dois anos depois de ter sido desenterrada no sítio do Cruzeiro Velho, próximo da Ribeira dos Piscos, afluente do Rio Côa. Infelizmente, se algum depósito ou enterramento acompanhou a fixação do monólito, nada foi recolhido" (Rodrigues, 2005: 180).

Adriano Vasco Rodrigues identificou a Estela de Longroiva depois de esta ter aparecido durante trabalhos de abertura de valas para o plantio de árvores. Verificou-se mais tarde tratar-se de uma estela decorada (Coixão, 1999a: 319).

> "Foi em Abril de 1964 que localizei um dos mais importantes documentos pré-históricos deste concelho e do distrito da Guarda: a estátua-menir de Longroiva. Ajudou-me uma informação dada pelo meu amigo e agricultor Sr. Arménio Tairum, que vira desenterrar, meses antes, uma enorme pedra com riscos, nos trabalhos de abertura de uma vinha, na Quinta da Veiga, no sítio do Cruzeiro Velho, próxima da antiga via romana e a curta distância da Ribeira de Piscos. Aquele local do Cruzeiro Velho fazia parte, até á década de 1930, de um caminho vicinal público, integrado abusivamente pelo Senhor Aires Botelho na sua Quinta da Veiga" (Rodrigues, 2002: 51 e 52).

Atualmente a estela encontra-se numa Quinta que dista alguns quilómetros do seu local de exumação (Coixão, 1999a: 319).





Figs. 28 e 29. A Estela de Longroiva no local onde se encontra depositada (fotografias de Eliana Sousa).

O sítio do Cruzeiro Velho fica à entrada da aldeia das Quintãs. "Trata-se de uma vasta chã, em plena Depressão de Longroiva, na margem esquerda da ribeira da Centieira. O terreno encontra-se ocupado por vinha e olival, e não se encontram materiais cerâmicos ou líticos de superfície" (PAVC, 2012). O Vale da Veiga é uma zona larga, de solos férteis e profundos, "como se vê pelo antigo cruzeiro granítico que dá nome ao local e que se encontra profundamente enterrado no solo, visível apenas na parte superior" (Reis, 2013: 52).



Fig. 30. Aspeto geral da área do sítio do Cruzeiro Velho onde apareceram as estelas (fotografia de Mário Reis, Museu do Côa, em linha).

Trabalhos de prospeção do PAVC permitiram a descoberta neste local de fragmento de duas novas estelas. O fragmento de uma das estelas foi descoberto à superfície em Maio de 2008 e em Março de 2010 foi descoberta a terceira estela.

> "As outras duas estelas são pequenas, também em granito, estão claramente fragmentadas, e apareceram à superfície, tendo provavelmente sido desenterradas também por trabalhos agrícolas. As três pedras surgiram a poucos metros umas das outras, o que sugere que o seu contexto arqueológico seja o mesmo" (Reis, 2013: 52-53).



Fig. 31 e 32. As duas novas estelas do Cruzeiro velho, uma sem decoração, à esquerda; a outra fragmentada e com vestígios de decoração gravada, à direita (fotografias de Mário Reis, Museu do Côa, em linha).

Segundo Mário Reis,

> "As duas pequenas estelas são muito diferentes da Estela de Longroiva, no tamanho e na morfologia. A Estela de Longroiva é bem conhecida, e a sua cronologia deverá encontrar-se na Idade do Bronze, na sua fase inicial. Os fragmentos das outras duas pertencem, em ambos os casos, à secção superior, da cabeceira, a qual é afeiçoada e arredondada. No fragmento da estela 2 não há qualquer vestígio de gravação, mas na estela 3 surgem vários sulcos, profundamente gravados e desgastados, em traço abrasionado e aparentemente polido, não sendo identificáveis motivos individuais. (....) É possível assim que estas três estelas do Cruzeiro Velho sejam apenas algumas de um eventual santuário de estelas, ainda por descobrir devido à profundidade dos solos. As estelas 2 e 3 terão provavelmente uma cronologia anterior à Estela de Longroiva, indicando possivelmente uma primeira fase Calcolítica de ocupação do local" (Reis, 2013: 52-53).



Fig. 33. Vista de Sudeste do sítio onde foram detetadas as estelas, a partir do povoado do Alto da Lamieira (Mário Reis, Museu do Côa, em linha).

O Vale da Veiga situa-se na base de um imponente cabeço granítico que domina visualmente a área e onde se localiza o Alto da Lamigueira. O sítio do Alto da Lamigueira situa-se no outro lado da ribeira da Centieira. Este povoado pode estar relacionado com o sítio de estelas do Cruzeiro Velho (*ibidem*).

O recinto do Alto da Lamigueira, forneceu, após trabalhos de prospeção, um conjunto de materiais que apontam para uma cronologia que poderá ir de meados/finais do III milénio a.C. a meados do II milénio a.C. (Cardoso, 2007: 437).

Estelas de Picote – Puio e Salgueiral

A estela do Puio encontrava-se encaixada num muro "da "curtinha" do Puio, isto é, do lado direito do caminho que atravessa longitudinalmente o esporão com o mesmo topónimo, o mesmo pelo qual é conhecido na aldeia de Picote". Neste esporão fica situada a estação arqueológica de Castelar, assim denominada por Santos Júnior (1975). A Fraga do Puio consiste numa imponente formação "de rochas

graníticas que caem a pique sobre as encostas do rio Douro, frente a uma curva apertada deste rio, na fronteira com Espanha" (Sanches, 2011: 145).

Maria de Jesus Sanches descreve a estela da seguinte forma:

> "A estela do Puio é uma laje/bloco subtriangular alongado, de granito, delimitado por extensas diaclases planares paralelas que definem as duas faces principais (o anverso e o reverso). Uma das faces laterais—a face direita do anverso— é natural, a oposta foi objecto de afeiçoamento e polimento. Tem actualmente as seguintes dimensões: altura máxima - 78,1 cm; largura máxima - 42,4 cm; a espessura, medida na secção, varia entre 5,8 e 8,7 cm" (*idem*: 146-147).



Fig. 34. Estela do Puio: anverso e reverso; no momento da sua descoberta (Sanches, 2011: 169-171).

Segundo Maria de Jesus Sanches a estela deve ter sido colocada no muro há relativamente pouco tempo. Segundo a autora, a estela deve ser proveniente da estação arqueológica do Puio, um lugar com uma ampla diacronia, que possui vestígios que se estendem da Pré-história Recente à atualidade.

> "Na sua encosta leste, no decurso de arroteamentos, foi encontrado um minúsculo recipiente cerâmico (de fabrico manual, forma subcilíndrica e fundo plano-convexo), juntamente com um outro, maior, que "se desfez em cacos" e por isso não foi recolhido. Acresce ainda a memória de que aproximadamente neste local estaria um "sepulcro" de um guerreiro ou cavaleiro, pois junto das pedras foi vista uma arma metálica (espada ou punhal) que se desfez" (*idem*: 150).

De acordo com o trabalho de investigação de Dulcineia Pinto, o estudo do material cerâmico recolhido em prospeções de superfície "revelou em primeiro lugar, uma possível ocupação Pré-histórica, com cerâmicas manuais, de aspecto bastante arcaico. O aparecimento das cerâmicas Pré-históricas estaria de acordo com os achados de estelas Calcolíticas neste mesmo sítio e com o possível "enterramento" ou

somente deposição do vasinho na encosta leste" (Pinto, 2006: 86). Foi igualmente detetada uma gravura num afloramento da Fraga do Puio interpretada como sendo da Idade do Ferro (*idem*, 81).

Também as **estelas de Salgueiros** se encontravam "encravadas num troço de muro rústico que preenchia o espaço situado entre as ombreiras de pedra da primitiva entrada duma propriedade privada toda murada e situada no local cujo topónimo é «Salgueiros»" (Sanches, 2011: 145). Foram observadas 4 peças apelidadas de estelas 1,2,3 e 4 (Sanches, 2011: 152). Maria de Jesus Sanches considera que a "estação de Salgueiros sugere ser um sítio arquitectonicamente complexo, provavelmente um recinto" (*idem*: 143).



Fig. 35. Local de Salgueiros. A seta indica a entrada da propriedade onde se recolheram diferentes peças (Sanches, 2011: 173).

Segundo Maria de Jesus Sanches, a estela 1:

> "apresenta uma configuração claramente antropomórfica pois que o bloco se identifica claramente com uma forma proto-escultórica, formalizada de acordo com "modelos" conhecidos em contextos da Pré-história, particularmente relacionados com pequenas figuras "idoliformes" provenientes de monumentos megalíticos ou *tumuli*. Destaque-se, porém, que tal configuração, onde foi procurada simultaneamente a volumetria e a simetria, decorre tanto da forma natural do bloco original (que já ostenta superfícies polidas) como dos talhes e picotagens conducentes à sua transformação numa forma escultórica simétrica. Tem as seguintes dimensões: altura máxima - 74 cm; largura máxima - 41 cm; espessura máxima - 23 cm" (Sanches, 2011: 152).

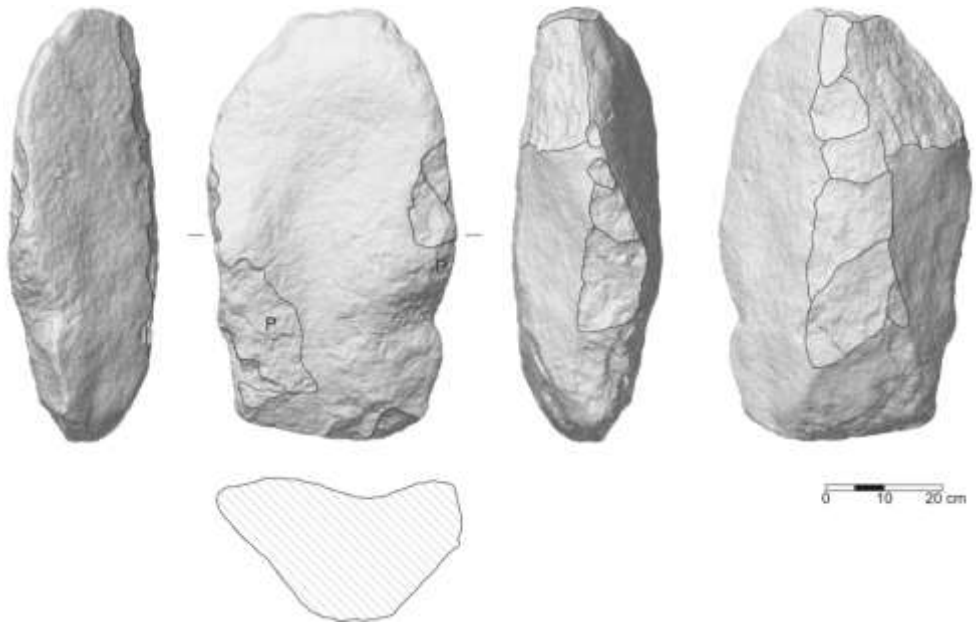


Fig. 36. “Estela 1 de Salgueiros: anverso, reverso, perfis longitudinais e secção transversal (imagens realizadas por Hugo Pires e baseadas no seu registo por varrimento com luz estruturada 3D)” (Sanches, 2011: 172).

Em relação à estela 3, a autora que refere que esta é “de granito cuja forma geral é sub-rectangular mas com o topo triangular e a base plana (recta). As secções — longitudinal e transversais— são sub-rectangulares. Tem as seguintes medidas: altura - 44 cm; largura actual (máxima) - 26,5 cm (caso não estivesse fracturada deveria medir aproximadamente 28 cm); espessura máxima, na base - 7,5 cm; no topo - 4 cm. Esta peça terá sido muito alterada/destruída em contexto pós deposicional” (*idem*: 152).

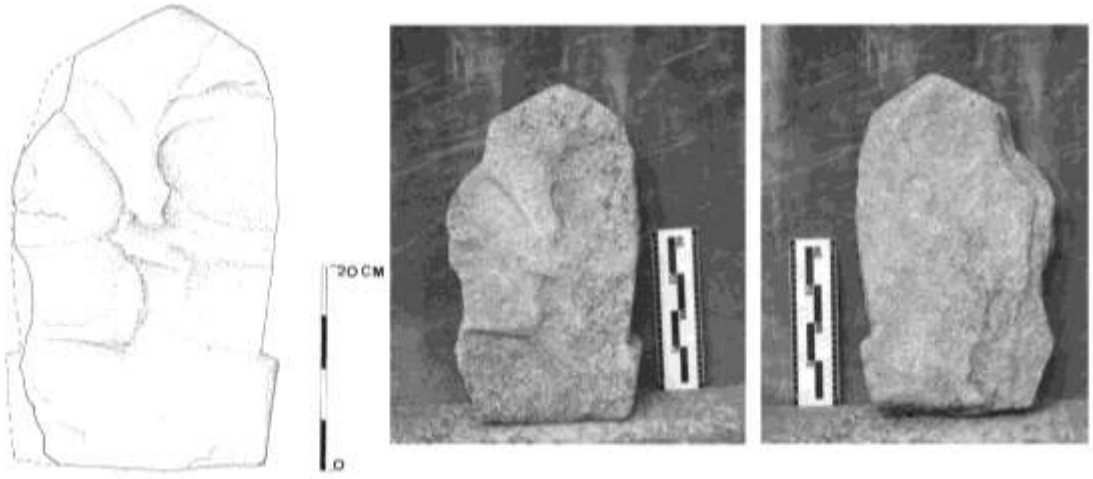


Fig. 37. Desenho do anverso e fotografias da estela 3 de Salgueiros (as fotografias desta estela são da autoria de Antónia Soares) (Sanches, 2011: 173).

Num primeiro momento foram consideradas seis estelas, das quais duas tinham sido registadas no Puio e outras quatro em Salgueiros. Em relação à estela 2 de Salgueiros, esta peça aguarda publicação

(consultar nota 7 em Sanches, 2011: 146). A análise da estela 4 remete para uma questão importante no que concerne o estudo deste tipo de estelas:

> "A "estela" nº 4 de Salgueiros é uma pequena e fina laje de granito, de contorno sub-rectangular mas com uma das extremidades convexa, e de faces polidas, incluindo as laterais. Tem 30 por 20 cm de eixos e a espessura varia entre 2,5 e 5 cm. Uma análise mais fina, ajudada pelo Professor Manuel Abrunhosa, veio mostrar que essa peça não tem vestígios de qualquer tratamento, sendo as superfícies polidas, bem como o seu topo, arredondado, será de origem natural. É este o motivo pelo qual a excluímos do presente estudo mas continuamos a admitir que, embora de configuração natural, possa ter feito parte do conjunto de estelas deste local, assim se venha a conhecer o tipo de estação arqueológica em apreço. Na realidade, a estação/recinto do Cabeço da Mina, no Vale da Vilariça, exibe várias peças similares a esta bem como outras que, se não pudessem ser associadas, como conjunto, a um contexto, nunca poderíamos apelidar de estelas. O mesmo acontece com as 3 lajes/estelas recolhidas *in situ* na câmara da Mamoa da Alagoa- Murça (Sanches, Nunes e Silva, 2004), que são formalmente similares a esta e que denotam exíguos tratamentos intencionais" (*idem*: 153).

Apesar da configuração da peça ser sugestiva, não apresenta sinais de polimento ou afeiçoamento, o que não permite a sua integração no tipo "estela". No entanto, segundo Maria de Jesus Sanches foram encontradas peças semelhantes à peça nº 4 de Salgueiros no recinto do Cabeço da Mina (Vila Flor) e na Mamoa de Alagoa (Murça).

Cemitérios dos Mouros

O sítio designado Cemitério dos Mouros "ocupa dois montes contíguos, no extremo sul da bacia de Mirandela, adjacentes ao vale do rio Tua e sobranceiros à bacia deprimida que integra o dólmen de Arcã" (Figueiral e Sanches, 1998/1999: 85).

Este espaço reúne um povoado cujos materiais cerâmicos e datações de carbono 14 o colocam na 2.ª metade do III milénio a.C., ou seja, no Calcolítico desta região (Sanches e Santos, 1989: 18), e o dólmen ou anta da Arcã, construído entre meados e finais do IV milénio a.C. Distam 400 m entre si. Foi ainda identificado "um recinto em pedra tosca e rochas naturais, que rodeava o topo da colina", assim como uma área com várias estelas antropomórficas ou monólitos afeiçoados, fincados na vertical (Sanches e Nunes, 2005: 79).

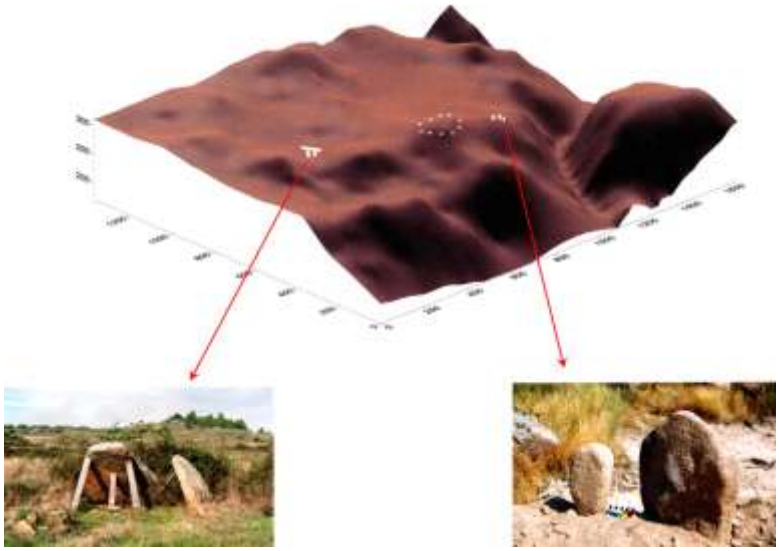


Fig. 38. Representação em 3D da área da Arcã-Cemitério dos Mouros (bacia de Mirandela) com a implantação da anta da Arcã, povoado CM II e a plataforma com estelas (Sanches e Nunes, 2005: 79)

Em 2002 e 2003 foram identificadas três estelas:

> "Neste esporão existia uma área com várias estelas antropomórficas ou monólitos afeiçoados, fincados na vertical cujo "plano" arquitectónico desconhecemos, mas que integra ainda muito material arqueológico e particularmente moinhos. Deste modo, no III milénio, as estelas e os monólitos antropomorfizados de Cemitério dos Mouros II ancoram-se numa longa tradição regional de transformação da pedra em "entidades" no interior e exterior do espaço sagrado do pequeno centro cerimonial que é o dólmen. Todavia, no III milénio, e ao contrário do IV milénio AC, passam a construir um outro "cenário" exterior, espacialmente mais alargado que já não obedece ao plano de certo modo muito formalizado, dos dólmenes. Talvez esta nova paisagem construída (Arcã-Cemitério II) seja também um pequeno centro identitário (Sanches e Nunes, 2005: 79-80).



Fig. 39. Estelas do Cemitério dos Mouros (fotografia cedida por Maria de Jesus Sanches).

Castro de São Jurge (Mêda)

A estação arqueológica conhecida por "Castro de S. Jurge" fica situada no termo da aldeia de Ranhados, junto à barragem do Rio Torto. Este sítio arqueológico contempla várias ocupações (ver capítulo III.5.). No que diz respeito aos vestígios da Pré-história Recente foram detetadas duas ocupações datadas do Calcolítico e da Idade do Bronze. A arte rupestre (fossetes ou covinhas, serpentiformes, podomorfos e outras figuras) encontra-se representada no sítio em mais de 80 rochas e estelas inventariadas até ao momento (Coixão, 2013: 188).

Em 2010, após a limpeza de toda a área da estação arqueológica, tonou-se visível a existência de um corredor de rochedos entre o topo do monte e a ruínas da Capela de S. Jurge. Assinala-se a particularidade de grande parte dessas rochas possuírem gravuras (Coixão, 2014: 53). António Sá Coixão refere que as rochas gravadas se orientam na direção das ruínas da capela, e acrescenta:

> "Para sul da capela, existe um recinto de formato semicircular que corresponderá a um "recinto sagrado" desses tempos pré-históricos. Uma estela pré-histórica tombada e 2 sepulturas medievais, bem como materiais pré-históricos, foram registados e recolhidos na sondagem efetuada naquele recinto" (*idem*: 54).



Fig. 40. Localização das rochas gravadas no interior do Castro de S. Jurge (Coixão, 2014: 57).

Nesta estação arqueológica foram registadas várias estelas, algumas possuindo o mesmo tipo de decoração presente nas rochas gravadas, outras sem decoração. Destacam-se pela forma, afeiçoamento e posicionamento, depreendendo-se que se encontrariam na posição vertical. Algumas destas estelas articulam-se com níveis de ocupação da Idade do Bronze, como se depreende do relatório de escavação de 2012:

> "No quadrado 48 do setor VI e parte do quadrado 8 do setor VII, onde havia sido registada uma "Estela" na posição horizontal, com 7 fossetes, foi levada a cabo uma remoção da mesma e registada uma camada arqueológica onde foi recolhida cerâmica da Idade do Bronze (segundo a analise das decorações e texturas)" (Coixão 2012: 5).

Segundo António Sá Coixão o grau de conservação desta arte rupestre é muito bom, nomeadamente "nas rochas e estelas que têm sido registadas em escavação, em níveis que julgamos datáveis do Bronze Pleno" (Coixão, 2014: 53).



Fig. 41. Estela em xisto (Coixão, 2010)



Fig. 42. Estela das cinco covinhas (Coixão, 2010).



Fig. 43. Estela do “Gato” (Coixão, 2010).



Fig. 44. Estela anepígrafa (fragmentada lateralmente) (Coixão, 2010).





As rochas gravadas e as diversas estelas existentes no Castro de S. Jurge parecem articular-se num espaço pejado de significados, difíceis de descodificar.

Não sabemos como é que as estelas se articulavam entre si, mas encontram-se num espaço restrito, sobrepostas ou integradas em níveis da Idade do Bronze e debaixo de níveis da Idade do Ferro. A topografia do espaço parece configurar um recinto, confirmado pelos textos de António Sá Coixão.

Figs. 45 e 46. Duas possíveis estelas (Coixão, 2014: 112 e 118).

Cabeço de Fráguas (Guarda)

A realização de um conjunto de leituras com vista à caracterização dos vestígios do Bronze Final detetados no sítio do Cabeço das Fráguas fez com que nos apercebêssemos da importância do contexto onde as estelas são encontradas. Apresentamos uma breve análise deste sítio.

O Cabeço das Fráguas é interpretado como "um espaço de santuário, que revelou um importante centro cultual frequentado desde o século VIII-VII a.C. até ao final do século I da nossa era" (Correia Santos e Schattner, 2010: 90). Os vários momentos de construção deste espaço sucedem-se da seguinte forma:

- Num primeiro momento a coroa do monte parece ser demarcada pela presença de várias gravuras rupestres distribuídas pelos afloramentos rochosos que a delimitam;

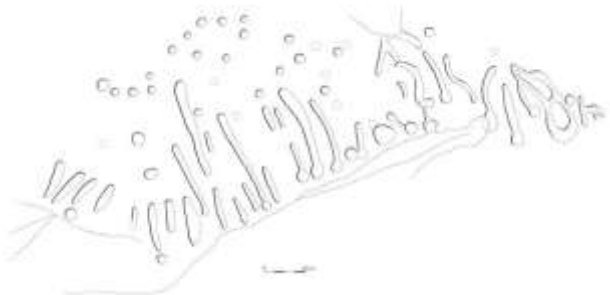


Fig. 47. Arte rupestre (Desenho de DAI-J. Fernández) (Santos, 2010: 137).

- Num segundo momento é construído o talude que irá encerrar o recinto da acrópole; obtém-se um recinto que se afigura como uma ampla praça aberta, onde se destacam várias construções:

    - Numa 1.ª fase - diversos blocos esteliformes fincados no solo são associados a um edifício de planta subcircular (Santos, 2010: 132) com um anexo quadrangular: "Em momento indeterminado desta fase de ocupação, é adossado ao primeiro – U.E. [111] –, um pequeno compartimento quadrangular – U.E. [89] –, reutilizando parte da sua parede SE" (Correia Santos e Schattner, 2010: 97).

    - Na 2.ª fase de construção edifica-se um edifício semelhante, maior do que o anterior, com um alinhamento de blocos bem estruturado, de orientação SE-NW (Santos, 2010: 132).

Marcos Osório recua um pouco a ocupação do recinto, referindo a possibilidade do espaço ser ocupado desde o Bronze Médio/Bronze Final.

> "(...) Por outro lado, estas pesquisas possibilitaram também a recolha de dois interessantes artefactos para a datação do assentamento, nomeadamente um pedaço de quartzito rosado lascado e com serrilha, e um fragmento cerâmico com decoração incisa de "linhas cosidas", que recua ao Bronze Médio ou Bronze Final. Da reunião deste conjunto de informações dispersas podemos admitir uma presença humana no topo deste inacessível relevo recuada à Idade do Bronze, com continuidade para a Idade do Ferro (...)" (Osório, 2005: 38-39).

Segundo Maria João Correia Santos (informação pessoal) estes blocos esteliformes ou possíveis estelas enquadrar-se-ão na Primeira Idade o Ferro, tendo em conta que duas delas foram encontradas dentro do recinto datado desse período. É possível que as restantes, descontextualizadas, algumas delas reutilizadas nos muros de divisão de propriedade nas imediações, pertençam igualmente ao mesmo horizonte cronológico. No interior do recinto, foram encontrados materiais do Bronze Final, com destaque para uma fíbula e algumas cerâmicas. São esses materiais que permitem datar o início de utilização daquele espaço desde o Bronze Final.

Maria João Correia dos Santos,

> "Chama igualmente a atenção que estas estruturas se encontrem associadas a vários blocos, esteliformes ou grosseiramente afeiçoados e que estes apresentem características distintivas, como covinhas intencionalmente feitas ou formas vagamente antropomórficas. (...) Não deixa de ser interessante observar que, sem o presente contexto arqueológico, quer os monólitos fincados, quer este alinhamento poderiam facilmente ser tomados como manifestações bastante anteriores" (Santos, 2010: 133-134).



Fig. 48-50. Blocos esteliformes ou possíveis estelas identificados, nas U.E. [37], [86] e [107] (Santos, 2010: 134).



Figs. 51-53. Duas perspetivas da estela antropomórfica reutilizada num dos muros divisórios de propriedade na meia vertente NE esteliforme recolhido na vertente norte (fotografias cedidas por M. J. Santos).

3.6.4. AS ESTELAS DO BRONZE FINAL

Em Portugal podemos falar da existência de dois tipos de estelas que se enquadram cronologicamente no Bronze Final: as estelas de tipo alentejano e as estelas de tipo *extremeño*. As Estelas de tipo alentejano não se encontram na nossa área de estudo, razão pela qual nos iremos concentrar nas estelas de tipo extremeño. Começamos pela caracterização geral deste tipo de estelas, segundo Raquel Vilaça (2012):

- Recebem este nome devido à sua importância na região da Extremadura espanhola, embora também se encontrem presentes em território português;
- São igualmente conhecidas como "estelas de guerreiro", "estelas do Sudoeste" ou "de tipo II". As estelas de "tipo I" correspondem às estelas de tipo alentejano;
- Concentram-se na Beira Alta e Beira Baixa. Também ocorrem no Alentejo e no Algarve. Nos últimos anos foram encontrados alguns exemplares em Trás-os-Montes;
- Privilegiam, com exceção da estela do Baraçal 1 (Sabugal), a gravura, ao contrário das de tipo alentejano, nas quais a figuração dos motivos é feita com recurso ao relevo;
- Não só apareceram dissociadas de contextos arqueológicos, o que dificulta a sua integração cronológica, (Vilaça, 2012b: 151) como esta situação é agravada "pelas circunstâncias fortuitas e mal documentadas" da descoberta da maioria destas peças (Correia, 2010a: 67).
- O seu estudo tipológico "é baseado em critérios de presença/ausência dos motivos padronizados, recorrentes e realistas que nelas se observam e nas associações desses mesmos motivos". Sobressaem as imagens de armas, nomeadamente a tríade espada, escudo e lança, às vezes o capacete; alguns elementos associados aos cuidados do corpo (pentes, espelhos, fíbulas); embora raros, podem aparecer carros, instrumentos musicais ou a figura humana. (Vilaça, 2012b: 151). António Correia faz uma distinção entre "armas ofensivas": espadas, lanças e arcos; e "armas defensivas": escudos (com escotadura em "V") e capacetes (Correia, 2010a: 67).
- Os dados iconográficos apresentados anteriormente permitem integrar estas estelas genericamente no Bronze Final.
- Têm vindo a ser interpretadas como: marcadores ou sinalizadores do território, de fronteira, de caminhos, de sepulturas, de povoados, de recursos críticos, etc. "parecendo certo que todas estas peças evidenciam prestígio, pelo menos social, e revelam, pela sua perenidade, a feição memorialista das comunidades" (Vilaça, 2012b: 151).

Após esta breve caracterização geral, vejamos em concreto quais são as estelas atribuídas ao Bronze Final que se inserem na Bacia Hidrográfica do Douro e como se distribuem nessa área geográfica. Foi possível apurar que este tipo de estelas, designadas por "estelas do guerreiro", se distribui por duas regiões: Chaves/Montalegre e Sabugal.

Chaves/Montalegre:

- [1641] Estela de Tojais (Cervos - Montalegre)
- [1589/2549] Estela 1 de Forninhos/Estela 2 de Forninhos (Calvão – Chaves)
- [2524] Estátua-menir da rua do Alvar[1] (Perdizes (S. Miguel) – Montalegre)

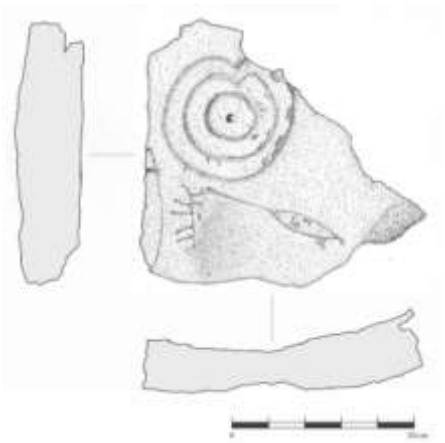


Fig. 54. Tojais
(Alves e Reis, 2011: 216).



Fig. 55. Forninhos 1 e 2
Castelões, Aldeia Transmontana (em linha).



Fig. 56. Estátua-menir da rua do Alvar/Estela de Vilar de Perdizes
(Reboreda, 2012: 8-10).

[1] O nome atribuído à peça pelo seu investigador Alberte Reboreda é de Estátua-menir da rua do Alvar, mas: "Trátase dunha estatua-menhir decorada do Bronce Final que presenta unha composición gráfica integrable no patrón estilístico das 'estelas de guerreiro'" (Reboreda, 2012: 4). Optámos por integrar esta peça nas estelas do Bronze Final.

Sabugal:

- [1835] Piçarreiras//Estela de Piçarreiras//Baraçal 1/Baraçal I (Baraçal – Sabugal)
- [1837] Baraçal 2//Estela de Baraçal 2 (Baraçal – Sabugal)
- [1915] Eiras/Fóios (Fóios – Sabugal)
- [2383] Estela de Aldeia Velha (Aldeia Velha – Sabugal)



Fig. 57. Baraçal 1
(Santos *et al*., 2011: 342).

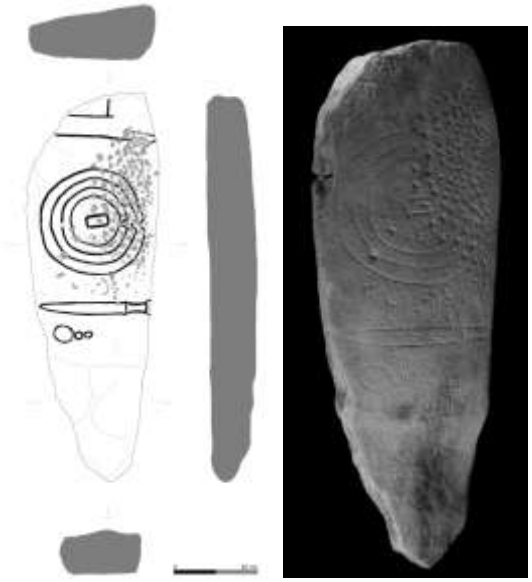


Fig. 58. Baraçal 2
(Santos *et al*., 2011: 339).

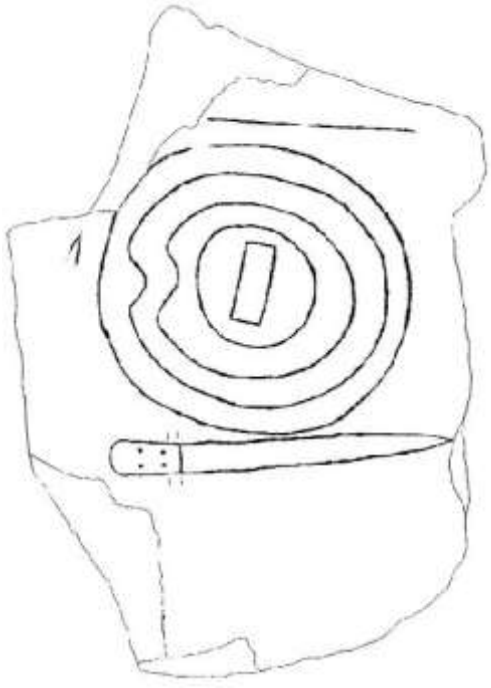


Fig. 59. Eiras/Fóios
(Curado, 1986).

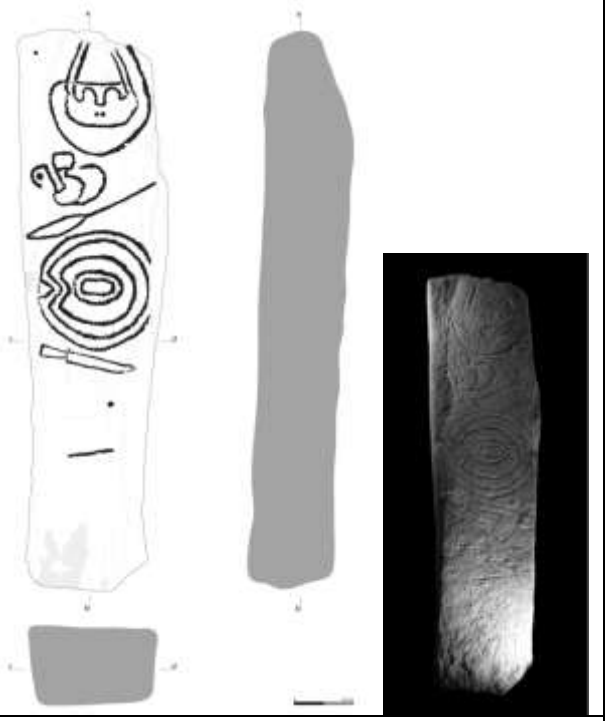


Fig. 60. Estela de Aldeia Velha
(Vilaça *et al*., 2011: 363).

3.6.5. AS ESTÁTUAS-MENIRES

Iniciamos este ponto com a indicação das peças consideradas como estátuas-menires.

		Cronologia			
Estátuas-Menires – designações	Freguesia/Concelho	B.Inicial	B.Médio	B.Final	Fonte
CHAVES ESTÁTUA - MENIR FÁLICA DE CHAVES ESTÁTUA-MENIR DE CHAVES	Chaves (Santa Maria Maior) (Chaves)			x	(Jorge e Jorge, 1993: 41)
FAIÕES ESTÁTUA-MENIR DE FAIÕES	Faiões (Chaves)			Bronze Final/I Idade do Ferro	(Jorge e Jorge, 1993: 41)
CRUZ DE CEPOS CAMINHO DO PADRÃO	Cervos (Montalegre)	Bronze Antigo/transição para o Bronze Médio			(Alves e Reis, 2011: 206)
BOUÇA MENIR DA BOUÇA ESTÁTUA-MENIR DA BOUÇA	Bouça (Mirandela)			x	(Jorge e Jorge, 1993: 41)
MARCO ESTÁTUA-MENIR DO MARCO BARRELA, BARRELA DE JALES	Vreia de Jales (Vila Pouca de Aguiar)			Bronze Final/I Idade do Ferro	(Lopes *et al*., 1994: 149)
SAMARDÃ MENIR DE VILARINHO DE SAMARDÃ VILARINHO DE SAMARDÃ I	Vilarinho de Samardã (Vila Real)	Calcolítico/ Bronze Inicial			(Correia, 2010b: 35)
A-DE-MOURA ESTÁTUA-MENIR DE A-DE-MOURA	Adão (Guarda)	Bronze Antigo			(Santos, 2008: 20)
ATAÚDES ESTÁTUA - MENIR DE ATAÚDES	Figueira de Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo)	Bronze Antigo/transição para o Médio (finais do 1.°-2.° quartel do II milénio a.C.).			(Vilaça *et al*, 2001: 79)
LONGROIVA* CRUZEIRO VELHO	Longroiva (Mêda)	Bronze Antigo			(Santos, 2008: 20)
SERRA DA NAVE 1 ESTÁTUA-MENIR DA NAVE 1	Pêra Velha (Moimenta da Beira)	Bronze Antigo/ Médio			(Cruz e Santos, 2011: 128)
SERRA DA NAVE 2 ESTÁTUA-MENIR DE ALVITE ESTÁTUA-MENIR DA NAVE 2	Alvite (Moimenta da Beira)	Bronze Antigo/ Médio			(Cruz e Santos, 2011: 128)
ALTO DA ESCRITA	Tabuaço (Tabuaço)	transição do III para o II milénio a.C.			(IGESPAR, 2012)

Tabela 1. A s estátuas-menires inventariadas no espaço da Bacia Hidrográfica do Douro.

Em termos formais incluímos nesta categoria 11 elementos arqueológicos apresentados na tabela 1: Chaves, Faiões, Cruz de Cepos, Bouça, Marco; Samardã, A-de-Moura, Ataúdes, Serra da Nave 1 e 2, e o Alto da Escrita. Problemática revelou-se a decisão de incluir nesta listagem a Estela de Longroiva.

Vejamos algumas definições para o conceito de estátua-menir:

- "representa una figura humana esculpida en forma tridimensional con o sin atributos decorativos" (Fábrega-Álvarez *et al.*, 2011b: 314);

- são “peças onde se procurou uma antropomorfização formal do suporte em si (por oposição aos outros três tipos, onde esta dimensão antropomórfica reside apenas nos motivos decorativos), obtendo-se geralmente um monumento destinado a ser observado tridimensionalmente” (Arnal, 1976: 21 citado em Correia, 2010a: 5). Em algumas destas peças, particularmente nos exemplares mais antigos, “esta antropomorfização pode não se apresentar de forma evidente, estando muitas vezes conjugada com uma configuração simultaneamente fálica”. São peças concebidas para estarem implantadas verticalmente no terreno (*idem*: 5-6);

- [são] “peças que representam a figura humana, e cuja forma é já esculpida de forma tridimensional, independentemente de possuir atributos decorativos” (Sousa, 1996: 12);

- É uma “peça escultórica monumental, antropomórfica ou antropomorfizada, representando um único personagem, destinada a ser colocado no terreno em posição vertical, executada sobre bloco previamente afeiçoado, de secção rectangular ou plano-convexa, no qual se esculpiram e/ou insculturaram (técnicas de gravura, alto e baixo-relevo), numa ou mais faces, traços caracterizadores da figura humana, a que se associam outros atributos identificadores” (Cruz, 2001: 55);

- “é uma peça que embora seja tributária da forma primitiva do bloco em que está feita, e se implante no solo como um menir, é também já, de forma mais ou menos completa, uma estátua, isto é, uma escultura de «vulto» («ronde-bosse») para ser vista por um observador que em torno dela rode. No caso da estátua-menir antropomórfica, o respectivo contorno corresponde à silhueta do corpo humano, mesmo se certos aspetos dessa silhueta se não encontram representadas, ou estão meramente sugeridos” (Jorge, V.O., 1989);

- [são] “oportes monolíticos antropomorfos de carácter tridimensional y de gran talla. Pueden medir de 1 m a más de 4 m” (Díaz-Guardamino Uribe, 2010: 19).

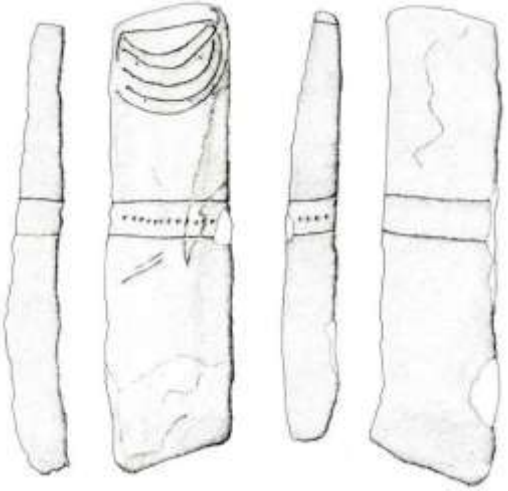
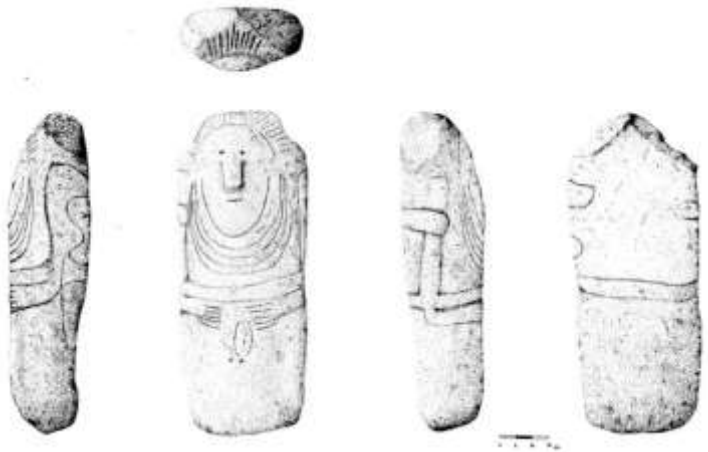
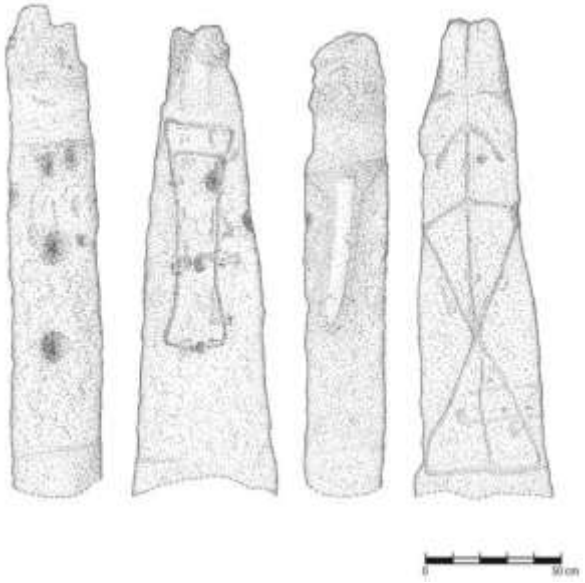
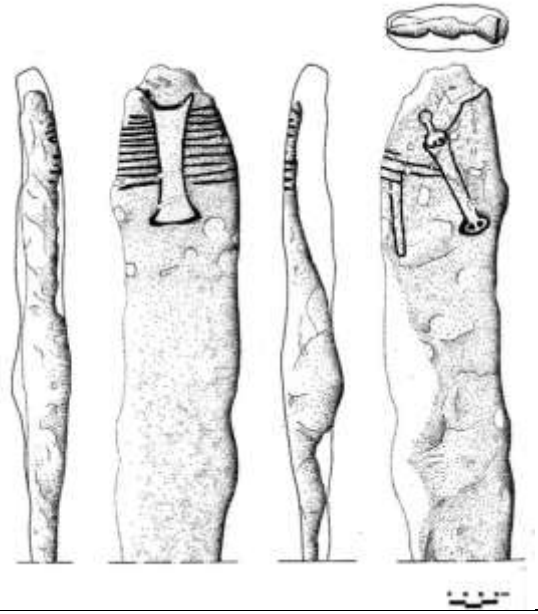
Um dos aspetos que aproxima estas diferentes visões sobre as estátuas-menires refere-se à sua tridimensionalidade e ao facto de serem peças escultóricas que parecem representar uma entidade que possui uma forma antropomórfica.

Voltando novamente à Estela de Longroiva, formalmente consideramos que é uma estela. Porém, em termos de análise e de interpretação achamos que faz sentido introduzi-la no estudo das estátuas-menires, com as quais parece ter várias afinidades. A este propósito Raquel Vilaça acrescenta:

> “De cronologia idêntica, ou talvez ligeiramente anterior à de Ataúdes, é o singular monumento de Longroiva (Meda), há muito justamente reconhecido como próximo das estátuas-menir” (Soutou, 1967: 190 citado em Vilaça *et al*., 2001: 79).

Algumas estelas e estátuas-menires, apesar de a nível formal serem diferentes, apresentam características iconográficas muito semelhantes, o que leva a que os estudos direcionados para esta temática façam uma análise de conjunto, comparando-as e relacionando-as entre si.

Estruturamos um pequeno quadro síntese com os desenhos das estátuas-menires e a estela de Longroiva.

SAMARDÃ I (Cowell, 2009)	**ALTO DA ESCRITA** (Carvalho *et al*., 1999)	**A-DE-MOURA** (Osório, 2000)
		
LONGROIVA (Almagro Basch, 1966 citado em Correia, 2010b: 86)	**CRUZ DE CEPOS** (Alves e Reis, 2011: 213)	**ATAÚDES** (Vilaça *et al*., 2001)
		

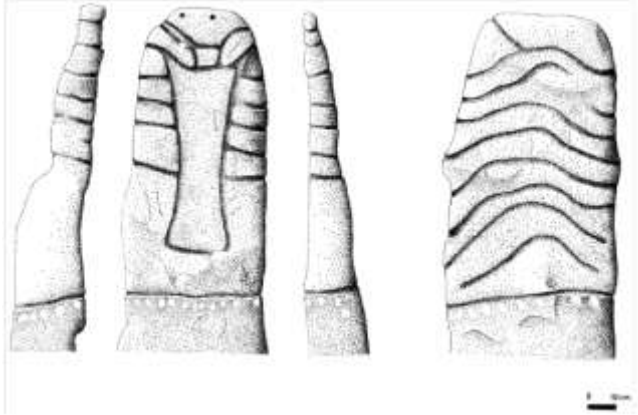
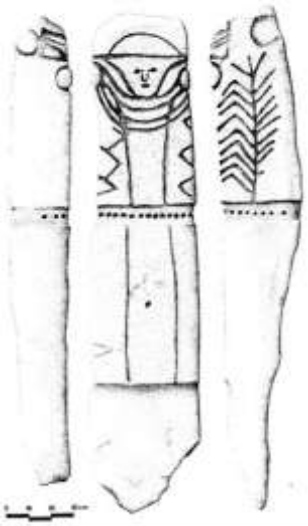
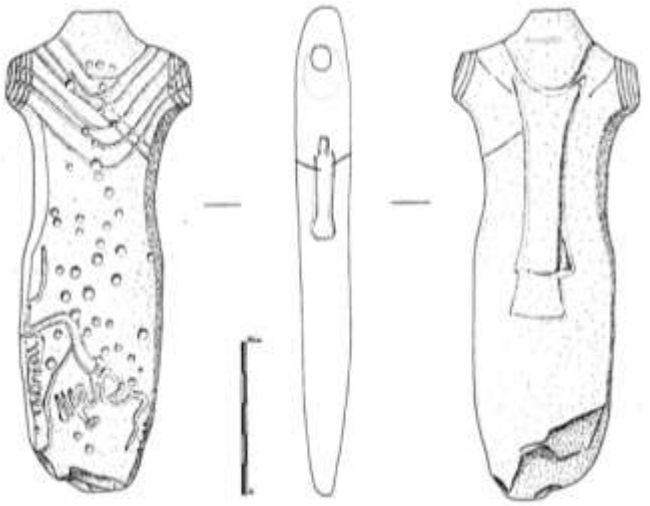
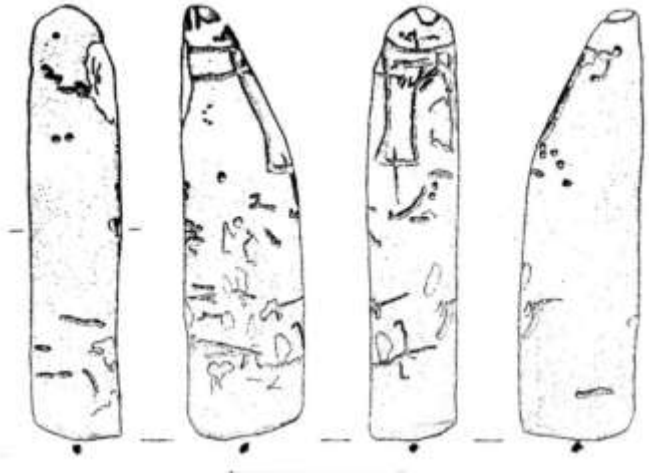
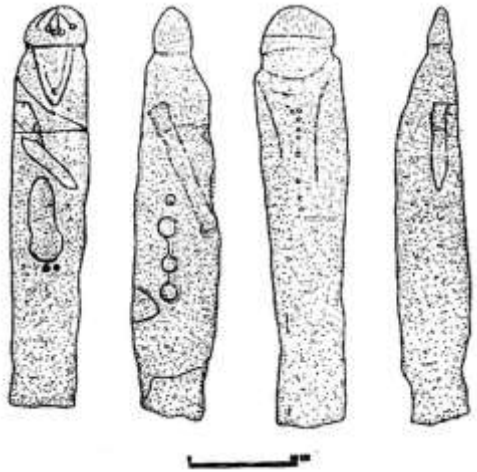
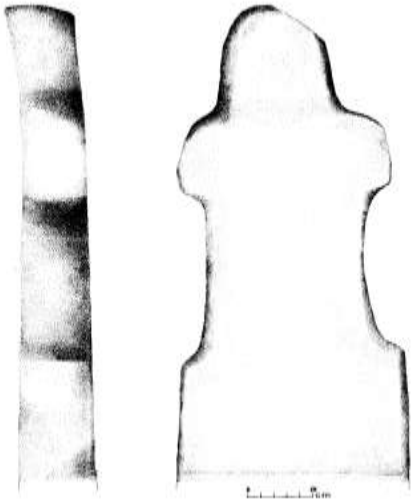
NAVE 1 (Cruz e Santos, 2011)	**NAVE 2** (Cruz e Santos, 2011)	**FAIÕES** (Jorge e Almeida, 1980)
		
BOUÇA (Sanches e Jorge, 1987)	**CHAVES** (Jorge e Almeida, 1980)	**MARCO** (Lopes *et al*., 1994)
		

Tabela 2. Estátuas-menires inventariadas na área da Bacia Hidrográfica do Douro.

3.6.6. NOTAS FINAIS

Os estudos desenvolvidos nas últimas duas décadas sobre a temática das estelas e estátuas-menires permitem avançar com as seguintes ideias:

- Sabemos que algumas estelas se articulam com um conjunto diversificado de outros vestígios arqueológicos, o que nos permite perceber um pouco mais sobre o seu contexto, nomeadamente a sua integração em sepulcros megalíticos.

- A integração de algumas estelas em contextos posteriores à Pré-história permite pensar na mobilidade a que estas peças poderiam estar sujeitas. Em alguns casos estamos na presença de peças que poderiam ser deslocadas e transportadas no espaço e no tempo.

- A existência no mesmo local de mais do que uma estela, permite-nos falar na existência de núcleos ou conjuntos de estelas; não podemos afirmar estar na presença de recintos de estelas, embora essa seja uma possibilidade.

- A grande heterogeneidade a nível formal das diferentes estelas. Existem estelas que foram fruto de um trabalho cuidado de afeiçoamento e polimento e outras apenas parcialmente afeiçoadas. Existem casos de "blocos" que apesar de não terem sido objeto de nenhum trabalho de polimento ou afeiçoamento poderiam integrar o conceito de estelas devido à sua forma natural. A descoberta, no espaço do Cabeço da Mina, deste tipo de peças, permite pensar nessa possibilidade. Existem estelas anepígrafas e estelas decoradas.

- Atribuir uma cronologia a estelas e estátuas-menires que se encontram descontextualizadas não é tarefa fácil. Nas peças decoradas os motivos iconográficos aí existentes, permitem, em alguns casos, a atribuição de uma cronologia. As estelas parecem surgir no IV milénio a.C., sendo possível detetar estelas em contextos do III, II e I milénio a.C. As "estelas de guerreiro", que possuem uma iconografia muito específica, parecem integrar-se no Bronze Final. O momento em que se dá o aparecimento das estátuas-menires parece situar-se em finais do III/inícios do II milénio a.C.

- Algumas estelas e estátuas apresentam aspetos formais e iconográficos semelhantes entre si, sendo que o aspeto distintivo das estátuas-menires reside na sua "tridimensionalidade". A estela de Longroiva assim como algumas estelas do Cabeço da Mina possuem motivos que nos permitem relacioná-las com o universo das estátuas-menires, nomeadamente, neste último caso, com o Alto da Escrita e Ataúdes.

II.4. OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DOS DADOS

Neste capítulo faremos a análise dos vestígios arqueológicos do VI ao I milénio a.C. da Bacia Hidrográfica do Douro inventariados na Base de Dados. As dificuldades encontradas durante a realização deste projeto de investigação serão exploradas no epílogo que encerra esta tese. Neste capítulo, cingimo-nos a analisar alguns dados estatísticos que remetem para algumas das limitações na observação dos dados compilados. Apontamos, igualmente, algumas possibilidades de pesquisa. As possibilidades apresentadas neste capítulo não se enquadram nos diversos temas expostos no capítulo anterior II.3. e por essa razão estão aqui reunidas.

4.1. ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS

A Base de Dados dos Vestígios Arqueológicos do VI ao primeiro quartel do I milénio a.C., cuja conceptualização e estruturação foi exposta no capítulo I.3. congrega um conjunto de dados, que será aqui analisado do ponto de vista da sua quantificação.

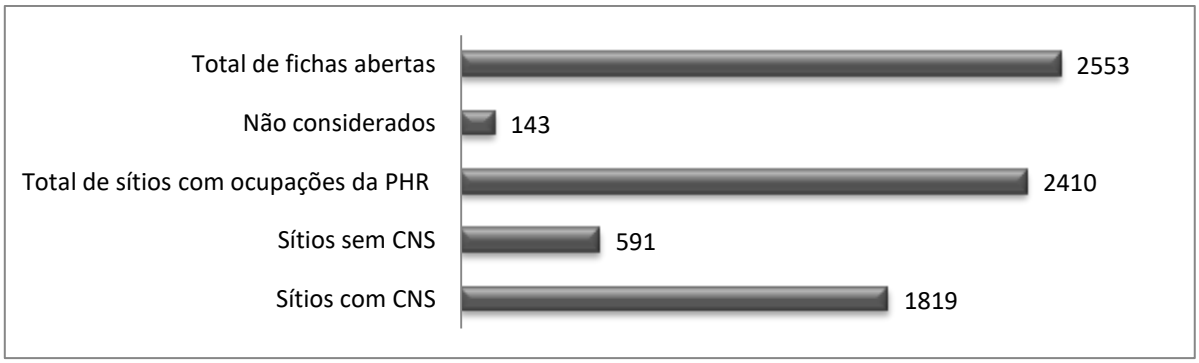


Gráfico 1. Dados gerais da Base de Dados.

No decorrer do processo de inserção de dados foram abertas 2553 fichas, no total. A análise da bibliografia, em diferentes momentos, e o acesso a novos dados, levou a que a informação presente em 143 fichas não fosse considerada no âmbito da análise dos vestígios pré-históricos. Estes sítios/vestígios que foram excluídos da análise final contemplam elementos cujas cronologias não se inserem dentro do período definido; correspondem a sítios duplicados dentro da própria base de dados ou localizam-se fora da Bacia Hidrográfica do Douro. Desta forma, contabilizou-se 2410 sítios ou locais onde foram encontrados vestígios interpretados como pré-históricos. Destas 2410 fichas, 1819 sítios encontram-se registados no Portal do Arqueólogo e 591 configuram dados obtidos através da análise da bibliografia, quer seja através de monografias, cartas arqueológicas ou dados inéditos fornecidos por colegas ou Câmaras Municipais.

A recolha de dados para inserção na nossa base de dados passou por diversas fases em diferentes anos. No verão de 2012 foram revistos todos os dados que se encontravam nessa altura disponíveis, no Endovélico, e que são referidos nas fichas com a seguinte fonte da informação: IGESPAR 2012. Esporadicamente, foram inseridos mais alguns dados posteriores a essa data, mas 2012 é a data de "fecho" da recolha de dados do Endovélico, que passado algum tempo passou a integrar o Portal do

Arqueólogo. Consideramos provável que entretanto tenham sido introduzidos novos dados nesse inventário nacional, ou que alguns desses sítios correspondam a dados que se encontram na nossa Base de Dados, mas para os quais não foi possível fazer a respetiva correspondência.

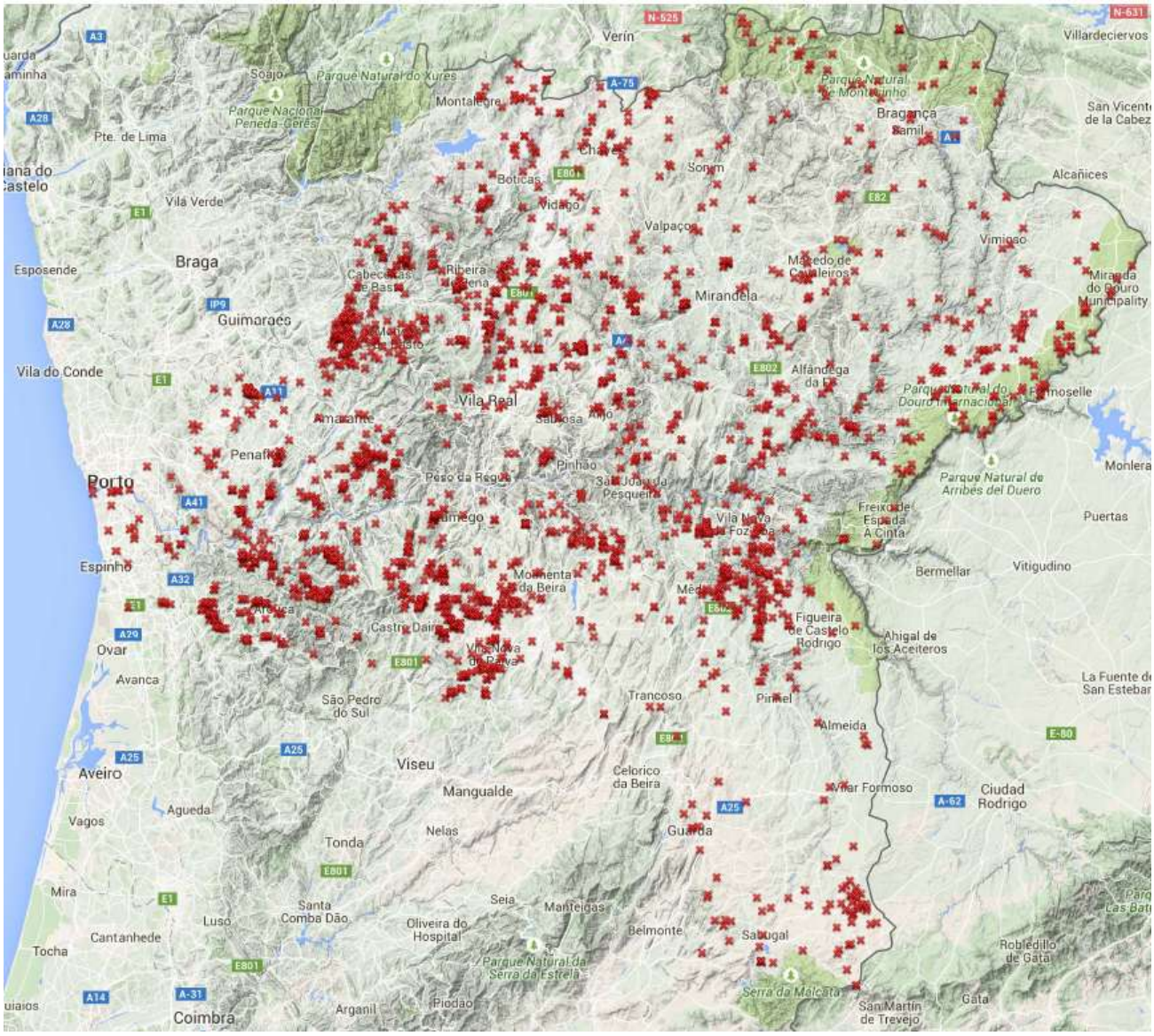
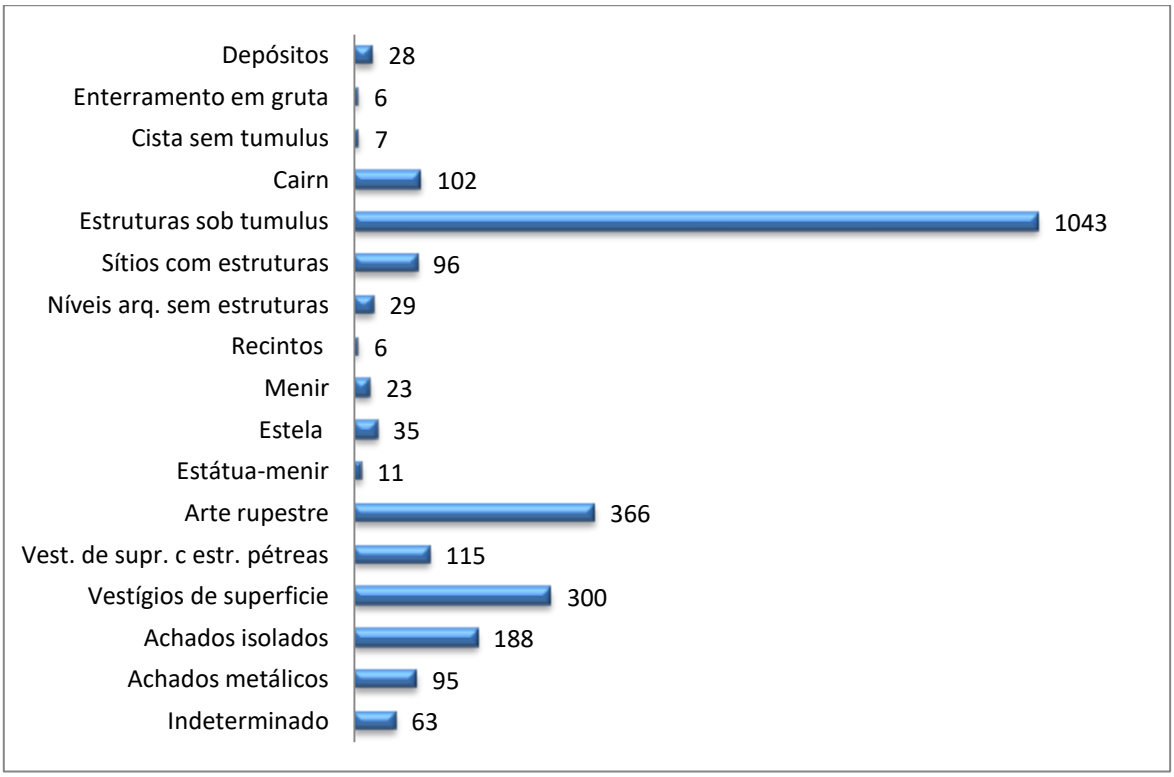


Fig. 1. Mapa de distribuição dos vestígios arqueológicos da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro.



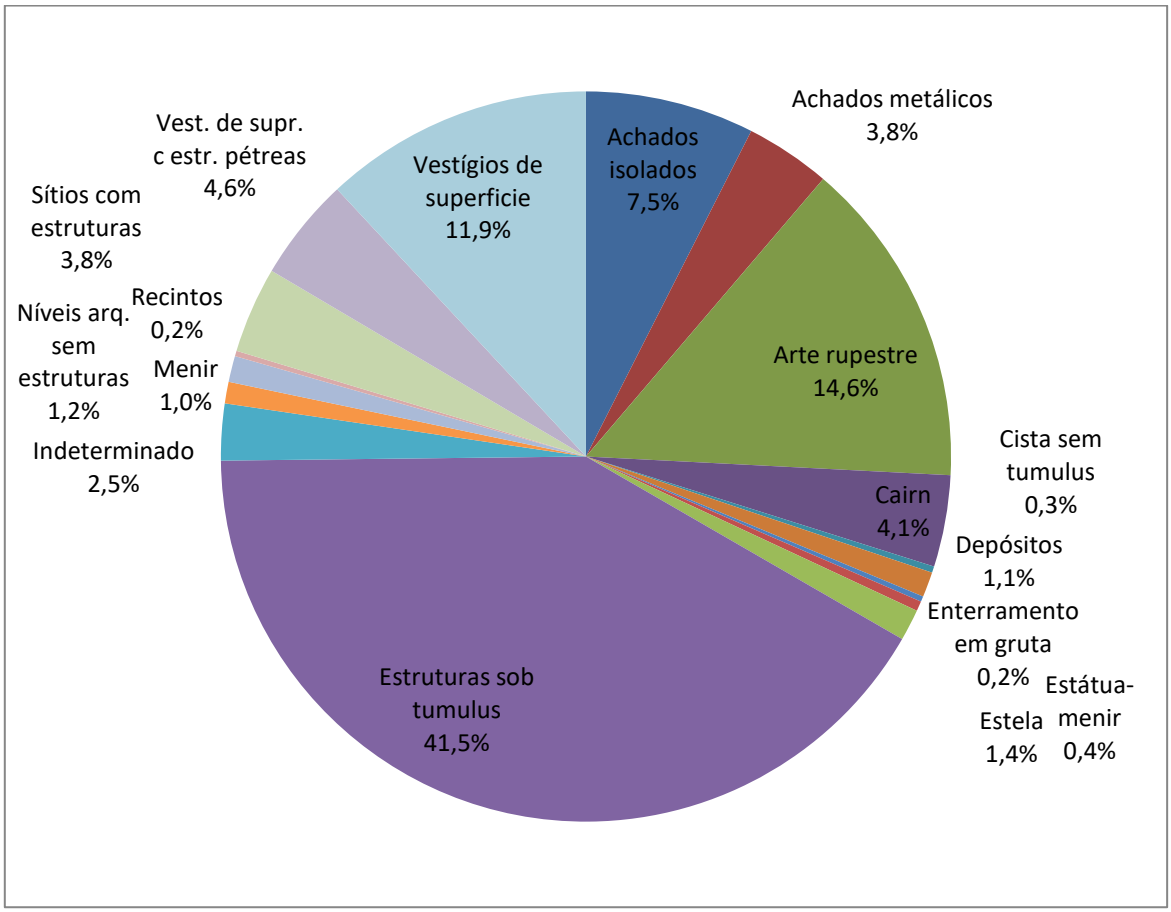


Gráfico 2 e 3. Dados estatísticos por tipos de sítios, dados numéricos, dados percentuais.

Como podemos ver através da análise do gráfico 2, as estruturas sob *tumulus* correspondem ao Tipo mais frequente na Bacia Hidrográfica do Douro, correspondendo a 1043 sítios ou possíveis sítios. Foram incluídos neste número os sítios que suscitam algumas dúvidas, mas cujas descrições parecem, efetivamente, evidenciar a prévia existência deste tipo de sítios. A arte rupestre também se apresenta como um elemento bastante numeroso, com 366 casos registados. Os vestígios de superfície são também bastante abundantes.

Os dados que se encontram neste gráfico correspondem ao resultado da nossa observação e interpretação dos mesmos. Nem sempre estes valores correspondem aos elementos apresentados no capítulo anterior. Por exemplo, o Abrigo do Lombo das Relvas foi interpretado como um nível arqueológico sem estruturas. A sua integração no capítulo referente às práticas sepulcrais, nomeadamente no que concerne os enterramentos em gruta, resulta da interpretação dos autores da escavação e esses dados foram expostos nesse capítulo.

Em relação aos depósitos e achados metálicos, gostaríamos de esclarecer que, fazendo parte do mesmo universo, nomeadamente a metalurgia, os depósitos aparecem em menor número do que os achados metálicos. Dentro deste designação abrangente de "achado(s) metálico(s)", que nos permitiu rapidamente proceder a um conjunto de filtros e pesquisas na Base de Dados, optámos por estruturá-los da seguinte forma: indícios da prática da metalurgia, nos quais se incluem os moldes de pedra ou argila, que não sendo objetivamente achados de objetos metálicos, se conectam com a atividade metalúrgica; os objetos metálicos associados a contextos sepulcrais; os achados em sítios com vestígios temporalmente relacionáveis com os objetos metálicos encontrados; os achados em contextos posteriores; e, por último, os achados completamente descontextualizados. É este universo de objetos que perfazem os 95 registos de achados metálicos.

Foram apenas registados 6 recintos. Dois recintos abertos, um dos quais o Cabeço da Mina (ver capítulo II.3.6.2.) e outro, de difícil interpretação, mas inserido na Idade do Bronze, o Recinto Lítico de S. Pedro do Campo [1206] (informação pessoal de Domingos Cruz). Em relação aos recintos murados gostaríamos de clarificar o seguinte: embora o número de sítios que parecem ser delimitados por um muro ou plataformas pétreas, designados como vestígios de superfície com estruturas pétreas, seja bastante mais elevado, optámos, conscientemente, por apenas registar quatro recintos murados. Três recintos cujas cronologias se integram no III e primeira metade do II milénio a.C. e um outro sítio do Bronze Final: Cividade/Muro//Passeio dos Cavalos [1890] (Arouca), interpretado pelos autores da escavação do sítio como um recinto, ou seja, um espaço onde se operaram um conjunto de práticas que excede a interpretação funcional do sítio como povoado. Como já referimos anteriormente, as diferenças entre povoados e recintos podem ser muito ténues e esta é uma questão complexa, assim temos consciência que a nossa opção poderá suscitar alguma controvérsia.

Os vestígios de superfície com estruturas pétreas referem-se a sítios onde foram detetados materiais em prospeção. Nesses mesmos locais existem estruturas pétreas, às vezes de grandes dimensões – muralhas, outras vezes de dimensões mais modestas, pequenos muros ou muretes. Algumas destas estruturas podem relacionar-se com outros períodos posteriores – Idade do Ferro, Romano, Medieval – ou podem ser estruturas do III, II e I milénio a.C., mas só com a realização de escavações arqueológicas é que se pode tentar relacionar materiais e estruturas. Muitos destes sítios são normalmente chamados de "povoados fortificados" na bibliografia.

No que respeita ao número de estelas apresentado no gráfico 2, convém fazer os seguintes reparos: não foi contabilizado o total de estelas conhecidas; foram contabilizados os sítios onde essas estelas apareceram. Dito de outra forma, foram registadas 19 casos de estruturas monolíticas isoladas, que por vezes, contemplam conjuntos (já abordados no capítulo II.3.6.2.) Para além destes 19 registos, foram contabilizados outros 16 casos de estelas que se integram em locais contextualizados por outros vestígios arqueológicos, o que perfaz um total de 35 sítios associados à temática das estelas.

Vejamos de uma forma mais específica alguns destes números apresentados nos gráficos 2 e 3 que se reportam à mesma realidade: os tipos e subtipos de sítios pré-históricos.

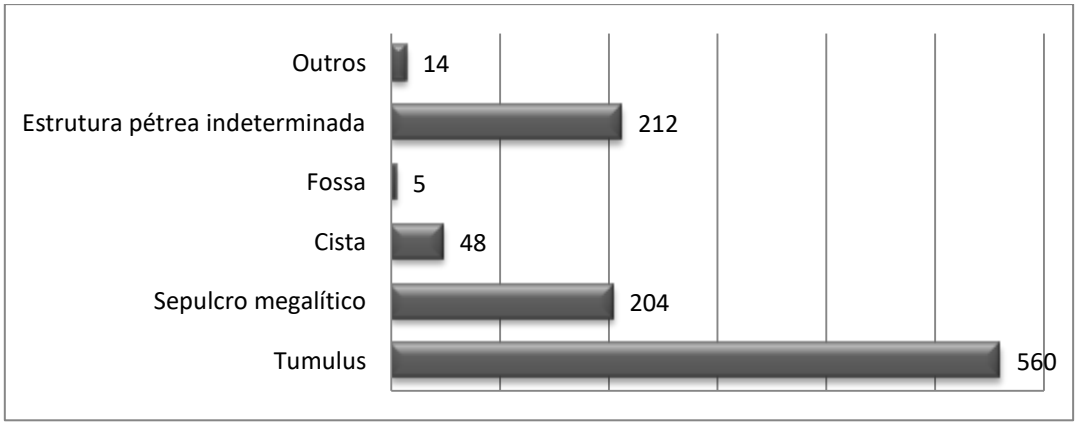


Gráfico 4. Estruturas sob *tumulus.*

Em relação às estruturas sob *tumulus* temos um total de cerca de 560 *tumuli*, que não tendo sido escavados e mesmo quando possuem crateras de violação não evidenciam indícios de esteios, sendo que apenas podem ser interpretados como montículos de terra e pedra. O subtipo *sepulcros megalíticos* apresenta 204 ocorrências. Estamos a falar de dólmens simples, de corredor ou de vestíbulo. O número de estruturas pétreas indeterminadas sob *tumulus* excede o número de sepulcros megalíticos, mas isto prende-se com a nossa dificuldade em interpretar as descrições dos sítios.

Os sítios registados como estruturas sob *tumulus* foram construídos ao longo de quatro milénios, se atendermos ao facto de que começam a ser construídos em meados/finais do V milénio e a sua edificação perdura até ao II milénio a.C., estamos a falar de um período temporal muito longo. Os primeiros *tumuli* são estruturas de dimensões modestas, sendo que no IV milénio a.C. se constroem *tumuli* de grande dimensão, bastante expressivos na paisagem. Porém, a partir do III milénio a.C., os *tumuli* começam a perder a sua expressividade na paisagem e as suas arquiteturas internas diversificam-se, sendo de destacar a construção de cistas.

Apenas uma ínfima parte deste tipo de sítios arqueológicos foi escavada. Muitos encontram-se completamente desestruturados face às violações constantes a que foram sujeitos ou, ainda, devido aos trabalhos agrícolas. Estamos, portanto, na presença de uma realidade muito difícil de caracterizar. É complexo avaliar um *tumulus* apenas com base na sua dimensão, apesar de ser relativamente mais fácil caracterizar as estruturas mais tardias (do II milénio a.C.) por serem, efetivamente, estruturas pouco

elevadas e muito discretas na paisagem[1]. Mas num trabalho que abarca o inventário de milhares de *tumulus* não se pode ingressar por esse trajeto.

Só após o esclarecimento destes aspetos é que podemos partir para a questão das estruturas pétreas indeterminadas. A presença de esteios pode ser um indicador da existência de arquiteturas sob o *tumulus*. Contudo, nem sempre a descrição desses elementos permite saber se estamos na presença de um sepulcro megalítico, de uma cista ou outro tipo de estrutura considerada menos comum. A existência de uma planta, um corte ou uma foto poderia ajudar a clarificar esta dúvida, mas voltamos a referir a dimensão da amostra em estudo e a impossibilidade de aceder a todos os dados. Daí que em caso de dúvida remetemos estes sítios para estruturas pétreas indeterminadas. Menos numerosos são os registos de cistas e fossas sob *tumulus* ou ainda do subtipo "Outros", onde se incluem estruturas que não se inserem nos subtipos considerados. Os primeiros estão, normalmente, associados a estruturas mais tardias, que, como mencionado anteriormente, possuem arquiteturas internas mais diversificadas e difíceis de tipificar.

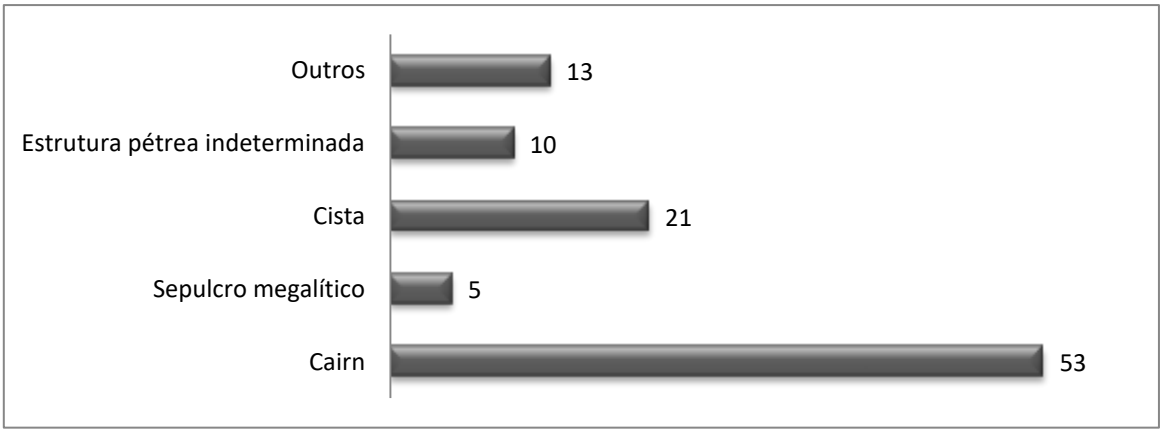


Gráfico 5. Cairns e respetivas estruturas internas.

A diferença entre *tumuli* e cairns é muito grande em termos numéricos. Registamos 102 cairns, 53 dos quais se desconhecem as respetivas estruturas internas. Em relação a estas arquiteturas internas foram registados cinco sepulcros megalíticos, 21 cistas, 10 estruturas pétreas indeterminadas e 13 casos de outro tipo de estruturas. Embora os cairns sejam estruturas mais frequentes no II milénio a.C. existem alguns casos de sepulcros megalíticos do IV milénio a.C. que se encontram sob cairns, mas figuram como casos excecionais. Os cairns são igualmente difíceis de caracterizar apenas com base em dados de prospeção, sendo que a escavação de algumas dessas estruturas, classificadas num primeiro momento como possíveis cairns, veio a demonstrar estarmos na presença de *tumulus* e a situação inversa também já ocorreu.

[1] Para mais informações consultar os diversos trabalhos de Domingos Cruz, que se tem debruçado sobre estas questões.

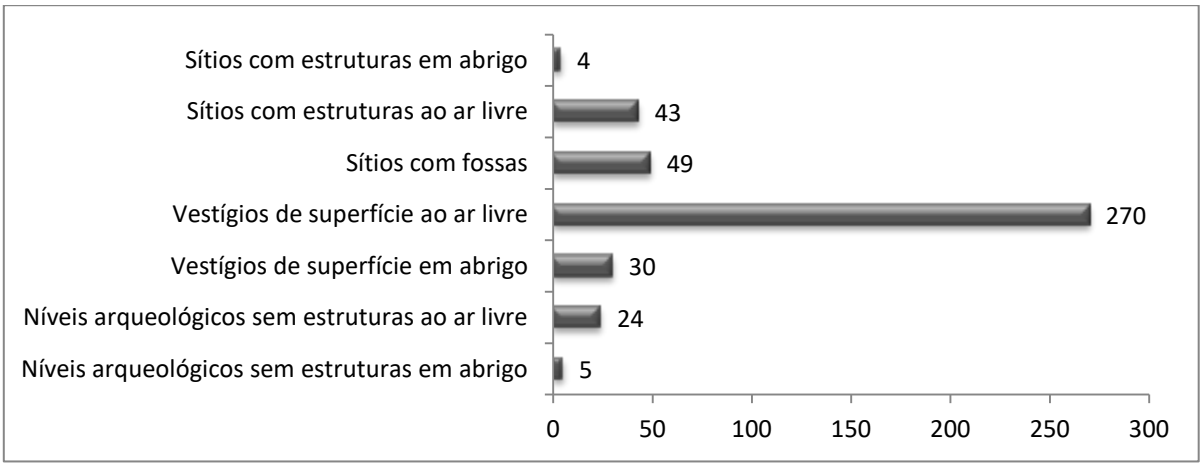


Gráfico 6. Sítios escavados e vestígios de superfície.

Neste gráfico agrupamos um conjunto de dados que nos remetem, genericamente, para sítios com estruturas e vestígios de superfície. É significativa a diferença entre os vestígios arqueológicos encontrados ao ar livre e em abrigos e é igualmente expressivo o número de sítios com vestígios de superfície ao ar livre.

Em relação aos sítios com estruturas, dividimo-los em três subtipos: ao ar livre, em abrigo e sítios com fossas. Estes últimos possuem uma arquitetura muito peculiar que os distingue plenamente dos outros sítios com estruturas. Quando nos referimos a sítios com fossas reportamo-nos a sítios em que existência de estruturas em negativo de tipo fossa predomina sobre qualquer outro tipo de estruturas. Podem ser interpretados como povoados ou espaços de enterramento. Em alguns casos, os espaços habitacionais e sepulcrais encontram-se contíguos. Pressupõe-se que este tipo de sítios com estruturas, habitacionais ou sepulcrais, tenham sido escavados. Nem sempre é esse o caso. Os sítios com fossas são muitas vezes identificados em prospeção e apenas uma pequena parte deste universo foi objeto de intervenções arqueológicas. Este assunto será abordado num ponto seguinte deste capítulo.

Os vestígios de superfície, dos quais existem 270 registos, são efetivamente abundantes. A sua existência permite antever a possibilidade de estarmos na presença de um sítio arqueológico, mas que pode assumir diversas formas. Podemos estar perante escorrimentos, sítios com estruturas, sítios com fossas (povoados ou sepulcros), espaços de antigos sepulcros desmantelados cujas lajes já foram transportadas para outros locais. Enfim, as possibilidades são inúmeras.

Uma intervenção arqueológica, consoante a sua dimensão ou devido a diversos outros fatores, pode não resultar na descoberta de estruturas. Por vezes surgem apenas níveis com materiais, selados ou não. Nesta categoria, agrupámos os níveis arqueológicos sem estruturas. Em alguns casos particulares do nosso universo de análise, alguns materiais arqueológicos eram provenientes de níveis de revolvimento ou camadas em que predominavam materiais e estruturas de outros períodos (proto-históricos ou históricos), nesses casos, classificámo-los como vestígios de superfície.

Por último, fazemos um apontamento aos achados isolados. Num total de 188 registos, 75 correspondem a instrumentos de pedra polida. Pelas suas características, devido à sua forma e à presença na tradição popular como “pedras de raio” ou “facas de pedra”, estes elementos surgem, na

maioria dos casos, associados a recolhas de superfície por parte dos habitantes locais; os restantes correspondem a resultados de trabalhos de prospeção arqueológica.

Após esta breve incursão pela análise da Base de Dados com base na tipologia dos sítios pré-históricos, vejamos alguns dados sobre as intervenções arqueológicas nos sítios da Pré-história Recente realizadas na Bacia Hidrográfica do Douro.

A Base de Dados de Sítios/Vestígios Arqueológicos congrega vários tipos de dados, nomeadamente de sítios com outras cronologias, que possuem níveis ou vestígios pré-históricos. O valor total de 337 sítios escavados não pode se encarado como um valor absoluto, já que, como temos vindo a salientar, não consultamos toda a bibliografia existente, nem estamos na posse de todos os dados disponíveis para os 2410 sítios com vestígios pré-históricos. Este número de 337 intervenções arqueológicas resulta de uma seleção nossa e por isso deve ser encarado com a devida reserva.

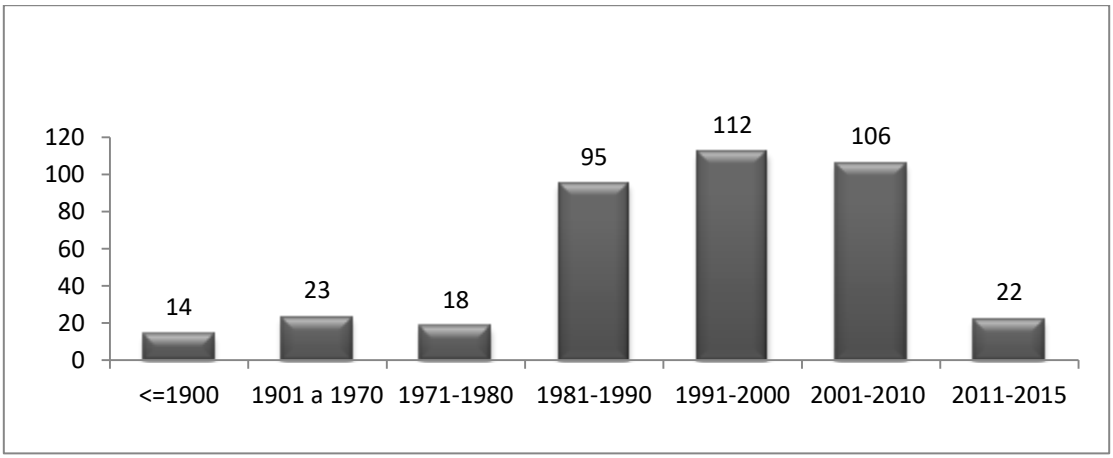


Gráfico 7. Intervenções arqueológicas por década.

Um dos gráficos elaborados com base nos dados que possuímos, neste momento da nossa pesquisa, organiza as intervenções arqueológicas por vários períodos de tempo: antes de 1900; um grande bloco balizado entre os inícios do século XX e a década de sessenta; e as várias décadas desde o início dos anos 70 até ao ano em que nos encontramos, 2015. Como podemos ver, é entre 1980 e 2010 que se realizam o maior número de intervenções arqueológicas. Gostaríamos de salientar que até o ano de 2012 os dados relativos aos trabalhos arqueológicos realizados no Vale do Sabor ainda não se encontravam disponíveis. Praticamente nenhum desses dados integra esta tese de doutoramento, a não ser aqueles que, entretanto, foram publicados e aos quais conseguimos aceder, mas trata-se, essencialmente, do caso de dois ou três artigos ou uma tese de doutoramento sobre arte rupestre, cujos dados foram os últimos a serem introduzidos na nossa Base de Dados. Estamos em crer que o trabalho de prospeção sistemática e o volume de escavações arqueológicas realizadas durante os trabalhos que antecederam a construção da Barragem do Sabor vão, certamente, alterar o nosso conhecimento sobre a Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro.

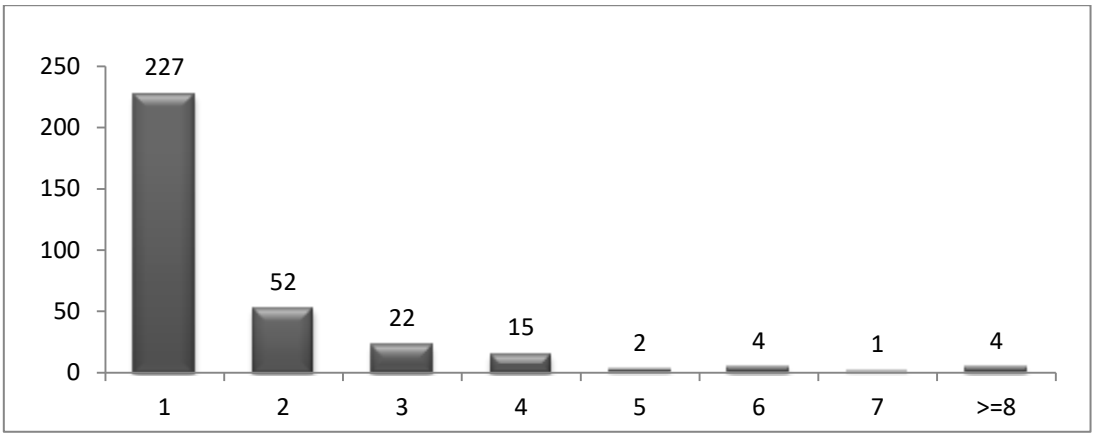


Gráfico 8. Número de intervenções arqueológicas.

Se tentarmos perceber o número de intervenções realizadas num mesmo sítio arqueológico, chegamos à conclusão que a grande maioria dos sítios são apenas intervencionados uma vez. São raros os casos de intervenções sistemáticas. Os sítios que foram alvo de mais de oito intervenções são os seguintes: Castelo Velho de Freixo de Numão, Castanheiro do Vento (ambos em Vila Nova de Foz Côa), Crasto de Palheiros (Murça), Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Com sete intervenções temos o Fumo (Vila Nova de Foz Côa).

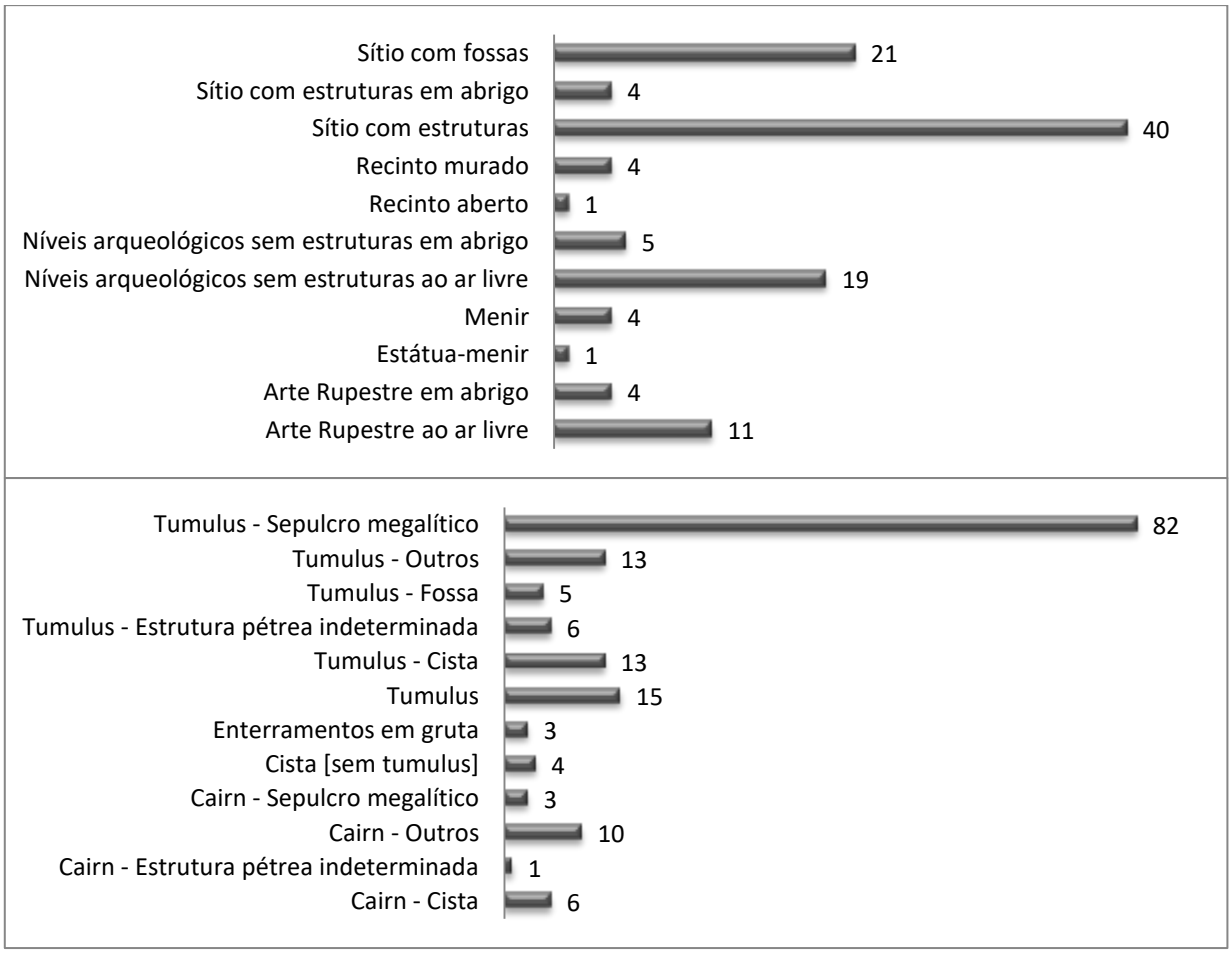


Gráfico 9. Número de intervenções por tipo de sítio.

Uma análise preliminar de número de intervenções por tipo de sítio demonstra-nos que os sepulcros megalíticos sob *tumulus* foram os elementos mais escavados, seguidos pelos sítios com estruturas e sítios com fossas. Nitidamente, o tipo de sítios mais intervencionados está relacionado com *tumulus* ou cairns e respetivas subtipologias.

Estes valores relativos às intervenções arqueológicas em sítios com ocupações pré-históricas, apesar de relativos e preliminares, demonstram um número bastante reduzido de escavações arqueológicas a longo termo. É com base nos dados de sítios sumariamente escavados que se constrói uma imagem da Pré-história Recente da Bacia Hidrografia do Douro, que apresenta inúmeras limitações, como fomos mostrando ao longo deste texto.

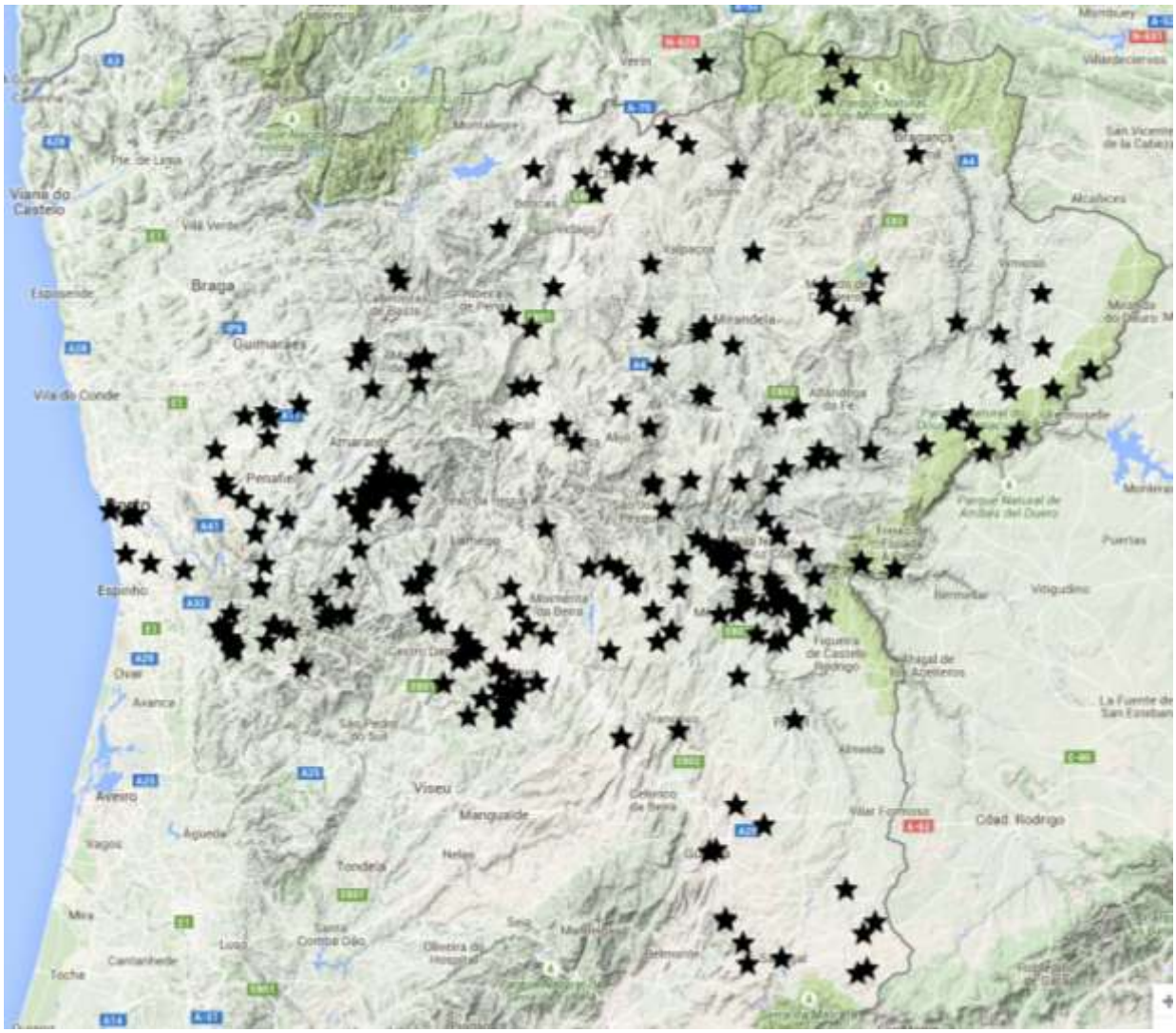


Fig. 2. Mapa onde se encontram assinalados os sítios escavados (estrelas).

4.2. AS POSSIBILIDADES

Na impossibilidade de se analisar na totalidade e exaustivamente os dados que constam das 2410 fichas abertas na Base de Dados de Sítios/Vestígios Arqueológicos da Bacia Hidrográfica do Douro, optámos por realizar alguns exercícios com vista ao tratamento dos dados. Estes exercícios irão ser apresentados neste ponto.

AS UNIDADES DE PAISAGEM E OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DO VI AO I MILÉNIO A.C.

No capítulo I.2. descrevemos sumariamente um conjunto de unidades de paisagem que se incluem na área de estudo definida e que nos ajudaram a caracterizar a Bacia Hidrográfica do Douro. Esperávamos conseguir relacionar essas unidades de paisagem e a distribuição dos vestígios arqueológicos. Desse exercício resultou o seguinte mapa:

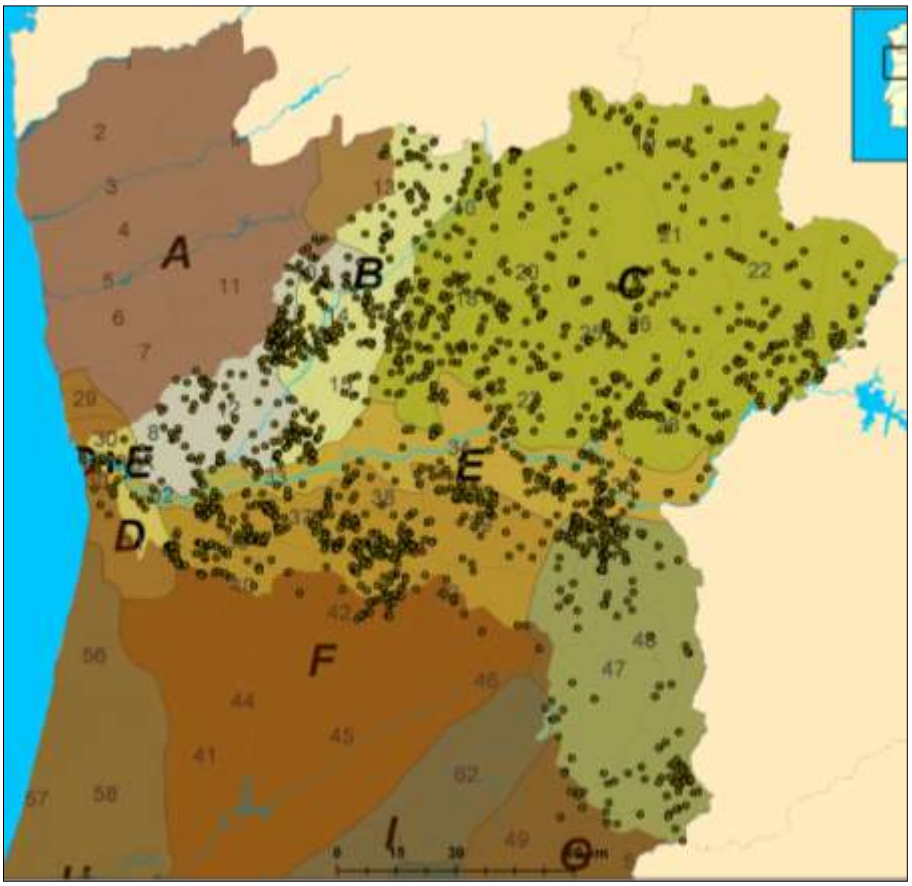


Fig. 3. Mapa das unidades de paisagem com a sobreposição dos sítios arqueológicos. Mapa de Luís Sousa com base num mapa cedido pela Direção Geral do Território.

A escala a que este exercício foi realizado não permitiu fazer grandes observações. É necessário baixar a escala de análise e proceder a outro tipo de abordagem, analisando cada unidade de paisagem e a sua possível relação com os diferentes tipos de sítios arqueológicos, trabalho esse que excede os objetivos e o *timing* deste projeto de investigação.

SÍTIOS COM FOSSAS

No decorrer do trabalho de inventariação foram registados no total 49 sítios com fossas ao ar livre.



Fig. 4. Mapa da área da Bacia Hidrográfica do Douro onde se localizam os sítios com fossas.

Os sítios com fossas parecem concentrar-se, à luz dos trabalhos realizados até ao momento, no Minho e Douro Litoral. É possível que com a realização de novas investigações este panorama se altere.

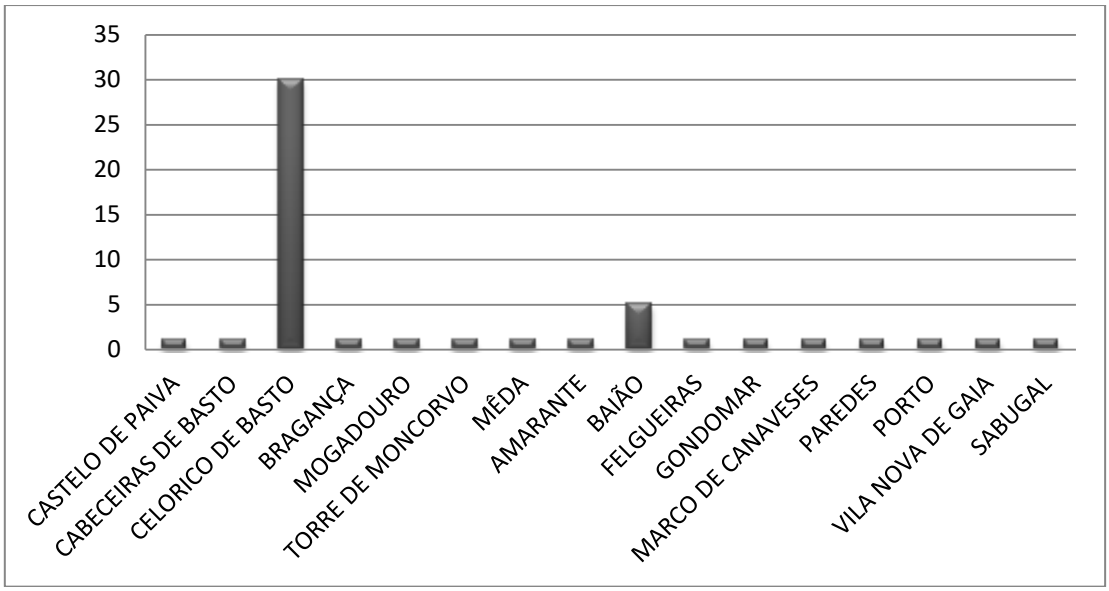


Gráfico 10. Sítios com fossas distribuídos por concelho.

Nota-se uma grande concentração de sítio com fossas no concelho de Celorico de Basto e outra concentração no concelho de Baião. Se pensarmos nos concelhos de Baião, Amarante e Marco de Canaveses como fazendo parte da Serra da Aboboreira, temos um total de sete sítios com fossas. No Planalto da Lameira, que abarca o concelho de Celorico de Basto, foram registados 30 sítios. Existem outros 13 sítios distribuídos por 13 concelhos, que se distribuem por toda a área da Bacia Hidrográfica do Douro.

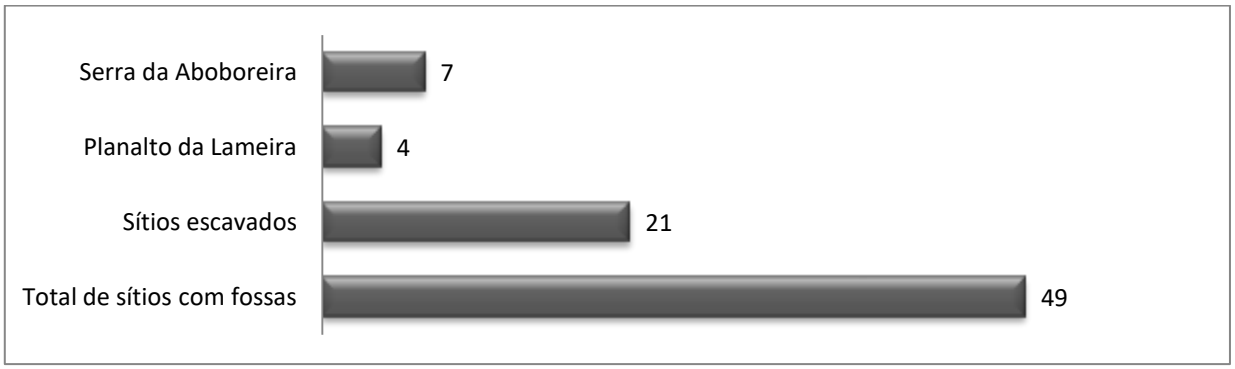


Gráfico 11. Gráfico com os valores dos sítios escavados em área, ou fruto de pequenas sondagens de salvamento.

Num total de 49 sítios, apenas 21 foram objeto de escavações em área, sondagens ou de pequenas intervenções de limpeza das fossas detetadas. Todos os sítios da Serra da Aboboreira foram intervencionados, embora a diferentes escalas e com diferentes resultados. No Planalto da Lameira, dos 30 sítios existentes, apenas quatro foram intervencionados.

Escolhemos as áreas da Serra da Aboboreira e do Planalto da Lameira para realizar alguns exercícios, devido à proximidade destes vestígios entre si, avançando a hipótese de alguns destes locais poderem fazer parte de um mesmo sítio arqueológico.

No Alentejo, na última década, tem sido desenvolvido um conjunto de estudos sobre este tipo de sítios com arquiteturas em negativo, nomeadamente de tipo fossa. Vejamos o que dizem sobre as áreas ocupadas por estes possíveis povoados:

> "Não é também possível apurar a dimensão global dos povoados apresentados, uma vez que as áreas escavadas são limitadas. No entanto, conhecem-se povoados, tanto no Sul de França como na Meseta espanhola, cuja dimensão pode ascender aos 4 ha e, mesmo, aos 10 ha. No caso da peneplanície alentejana é importante tomar em consideração a grande proximidade entre alguns do que se designou por sítios, mas que, na realidade, poderão corresponder a diferentes núcleos ou a áreas afastadas de um único povoado" (...) (Antunes *et al*., 2012: 293).

Partindo do pressuposto que tanto no Planalto da Lameira como na Serra da Aboboreira a proximidade dos sítios com fossas possam igualmente corresponder a diferentes núcleos de um mesmo povoado, decidimos realizar alguns exercícios, no sentido de averiguar essa possibilidade.

Outra questão que se coloca na análise destes sítios prende-se com a interpretação das próprias fossas:

> “Um dos maiores problemas que se coloca na interpretação destes sítios deriva da dificuldade em atribuir uma função concreta a cada fossa, o que deriva não só da frequente inexpressividade arqueológica do seu conteúdo (sendo usual registar-se apenas um único depósito de preenchimento, muitas vezes estéril de artefactos, ecofactos ou fauna), mas também da plurifuncionalidade a que pode ter estado sujeita ao longo do tempo” (Antunes *et al*., 2012: 293).

Começamos por analisar três sítios com fossas que foram alvo de escavações arqueológicas.



Fig. 5. Bouça do Frade (mais acima) e Tapado da Caldeira.

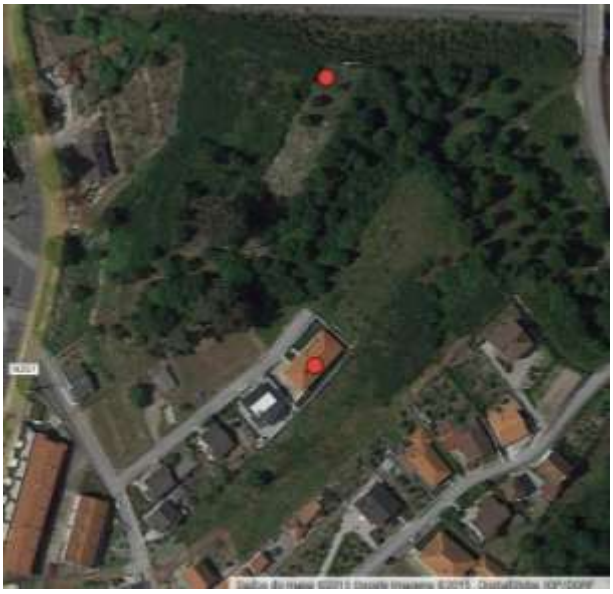


Fig. 6. As duas intervenções no sítio da Cimalha.

O primeiro caso que apresentamos relaciona-se com os sítios da Bouça do Frade e do Tapado da Caldeira. Conforme foi apresentado anteriormente, a Bouça do Frade vem sendo interpretada como um povoado de fossas ao qual se encontra associada uma necrópole, também com fossas, designada de Tapado da Caldeira. Apesar da distância que separa os dois pontos (fig. 5) sabe-se que pertencem à mesma realidade e ao mesmo período cronológico.

O segundo caso relaciona-se com o sítio da Cimalha. Este sítio arqueológico foi alvo de duas campanhas de escavações, levadas a cabo por duas empresas de arqueologia, em dois locais distintos. Ao implantar as coordenadas das duas intervenções percebemos igualmente que este sítio, interpretado como um povoado da Idade do Bronze, no qual foi detetada uma área sepulcral, se desenvolve numa área circunscrita.

O que estes dois casos nos demonstram é que este tipo de sítios, com estruturas em negativo tipo fossas, se podem dispersar por extensas áreas, à semelhança do que tem sido estudado noutros pontos do território português, ou mesmo a uma escala mais ampla, a nível peninsular.

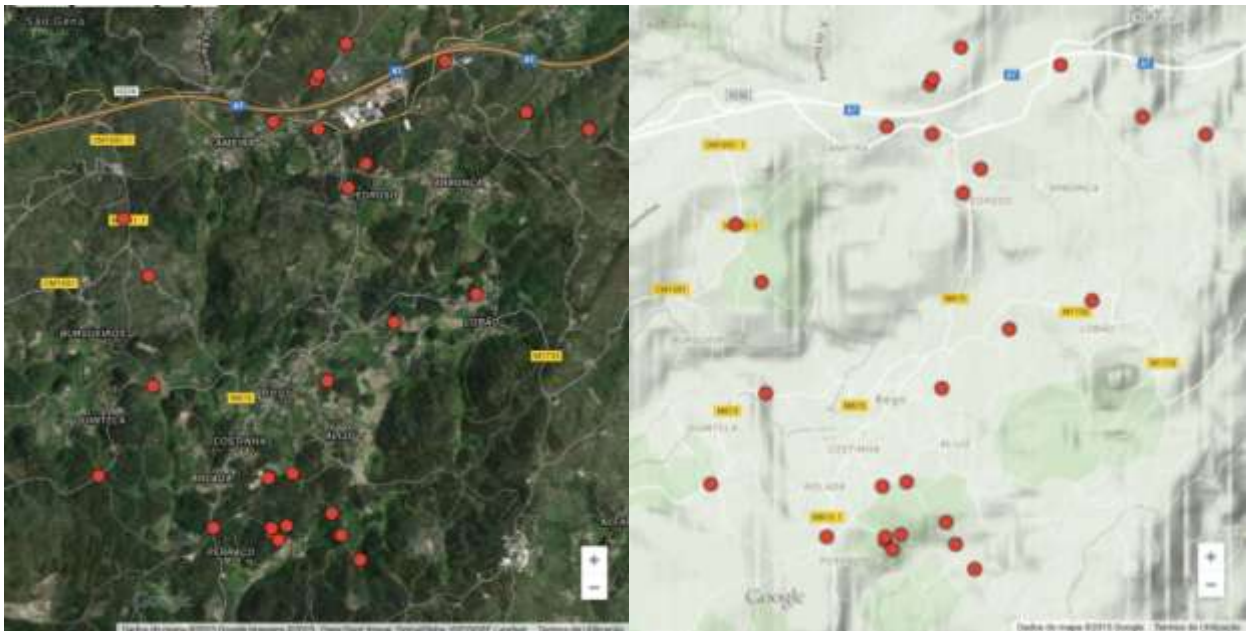


Fig. 7. Os sítios com fossas em Celorico de Basto.

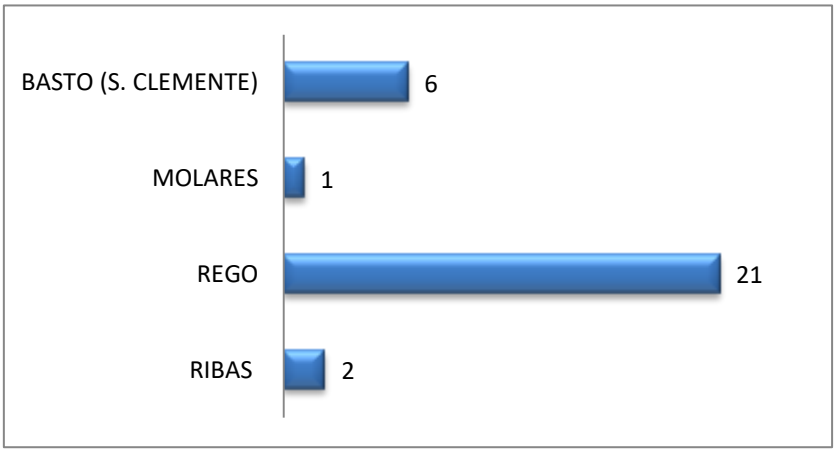


Gráfico 12. Distribuição dos sítios com fossas no concelho de Celorico de Basto.

Predominam os sítios na freguesia de Rego (21) e na de Basto (S. Clemente) (seis). Os sítios do Lugar da Lameira [208], Tapada da Venda/Pedroso [1582] e Bolada 2 [1481] localizam-se em Rego, tendo sido intervencionados. Os dois primeiros foram enquadrados na Idade do Bronze, enquanto o sítio da Bolada 2 foi datado do Neolítico Inicial. Na freguesia de Ribas foi intervencionado o sítio do Areeiro 1 [2206], tendo sido igualmente enquadrado na Idade do Bronze.

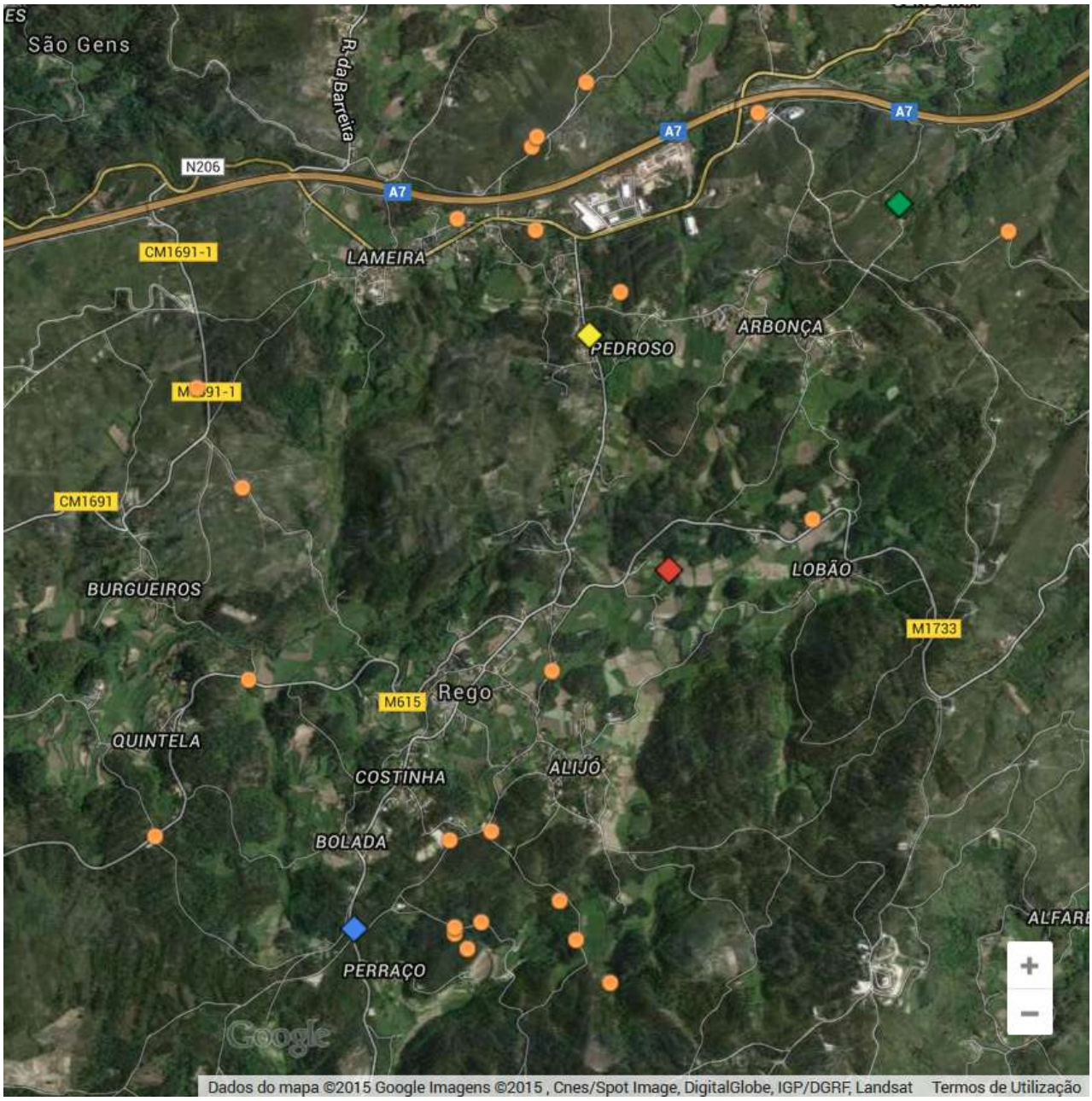


Fig. 8. Relação sítios escavados/não escavados: pontos cor de laranja – sítios com fossas não escavados. Losangos: verde: Areeiros; amarelo – Tapada da Venda/Pedroso; vermelho – Lugar da Lameira; azul – Bolada 2.

O sítio da Tapada da Venda/Pedroso encontra-se muito próximo da Devesa Alta [2165], a cerca de 400 metros:

> "O sítio em questão localiza-se numa pequena elevação de declives suaves, denominada de Devesa Alta, entre as Plainas de Pedroso, a W, e Arbonça, a E, e a cerca de 400 m para NE do sítio de fossas de Tapada da Venda. Trata-se de um conjunto de 5 fossas abertas no substrato saibroso, visíveis num pequeno corte num campo agrícola. Apresentam uma morfologia tendencialmente oval e as medidas variam entre 1,20 m de altura por 80 cm de largura. O seu preenchimento é composto por terra escura e alguns fragmentos de carvão essencialmente na base" (Sampaio, CACB).

O sítio de Vale de Lobos [223], em Ribas, situa-se próximo do povoado de fossas do Areeiro, "a cerca de 700 metros para Oeste" (Sampaio, CACB).

Foram contabilizadas mais de 50 fossas na freguesia de Rego. Em Basto (S. Clemente) contabilizaram-se 12 fossas e um buraco de poste. As fossas apresentam muitas semelhanças entre si, existindo fossas ovais com dimensões variáveis, por exemplo: 0,60 m de altura por 1 m de largura; 1,20 m de altura por 1m de largura; 2 m de altura por 1 m de largura. Menos comuns são as fossas de perfil sub-retangular de 1 m de largura por 0,70 m de altura, por exemplo. Dentro e fora das fossas são detetados fragmentos de cerâmica. Também acontece, por vezes, o interior das fossas ser de sedimento escuro, com muito ou pouco carvão, dependendo das situações. Blocos de granito, blocos de quartzo associados a carvões, um instrumento em xisto, um seixo de quartzito polido e um movente são outros dos materiais arqueológicos encontrados no interior das fossas[2].

CONJUNTOS OU NÚCLEOS DE ESTRUTURAS SEPULCRAIS E O FENÓMENO DE "NECROPOLIZAÇÃO"

Já numa fase adiantada da redação desta tese de doutoramento, e depois de elaborados os mapas, colocou-se a seguinte questão: como estudar milhares de estruturas sepulcrais? A dificuldade de estarmos limitados a um pequeno ecrã, de desconhecer os sítios (*in loco*) e o seu local de implantação, os milhares de pontos, o número reduzido de sítios escavados (face ao número total de sepulcros), tudo isto nos colocou perante um impasse.

Um dia, ao olhar para Base de Dados, apercebemo-nos que havíamos definido um item designado de "núcleo". Numa freguesia detetámos sítios com a mesma designação e uma numeração sequencial, por exemplo, Chão de Brinco 1, Chão de Brinco 2, Chão de Brinco 3, entre muitos outros. Partimos do princípio que os arqueólogos, ao descobrirem um novo sítio e notando a proximidade dos sítios entre si, parecendo os mesmos fazer parte de um conjunto, lhes davam a mesma designação e uma numeração.

Decidimos, desta forma, partir dessas designações para tentar perceber um pouco mais como se estruturavam estes núcleos ou conjuntos de estruturas sepulcrais. Os próximos exercícios resultam deste processo: agrupar os sítios consoante a sua designação e proximidade geográfica, definida pela sua localização na mesma freguesia ou em freguesias fronteiras.

Depois de contabilizados os dados chegamos às conclusões apresentadas de seguida.

[2] Estes dados encontram-se compilados no volume II, apêndice 3.

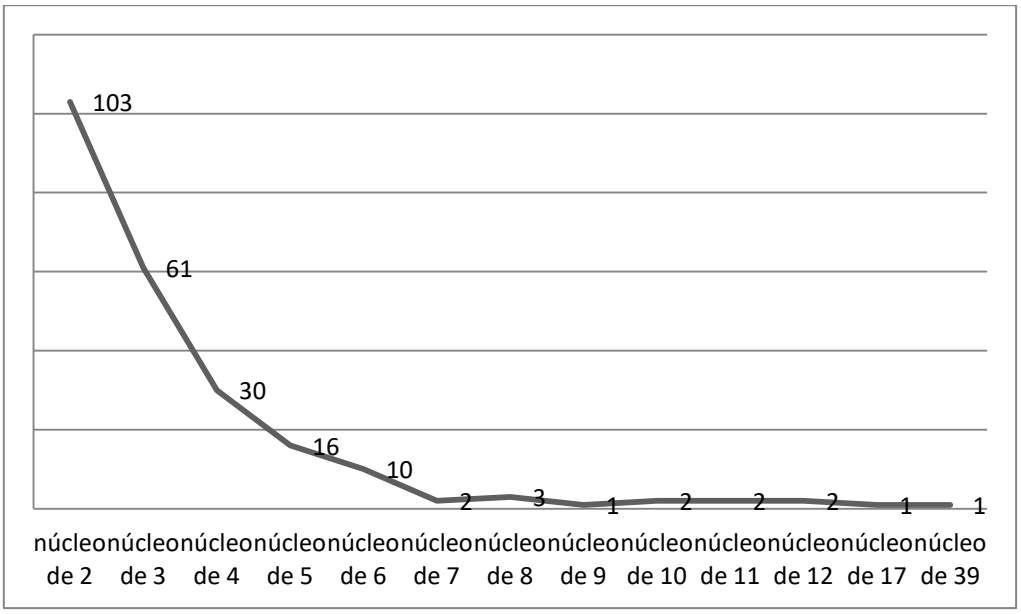


Gráfico 13. Número de núcleos ou conjuntos de estruturas sepulcrais.

O número de núcleos constituídos por duas estruturas sob *tumulus* é aquele que regista um maior número de casos, com 103 registos. O número de núcleos de três monumentos também é bastante expressivo, diminuindo quase para metade quando falamos em núcleos de quatro. Os núcleos de cinco ou núcleos de seis sepulcros ainda contemplam mais de dez situações, enquanto os núcleos que se situam entre os oito sepulcros e os 12 são muito reduzidos. Existem dois casos excecionais de um núcleo de 17 sepulcros (Serra de Campelos, Lousada) e o núcleo da Senhora da Ouvida, com 39 sepulcros registados. Convém não esquecer que estamos a analisar as diversas arquiteturas sepulcrais no seu conjunto, independentemente da sua cronologia ou tipologia. Não se incluem nesta análise, as cistas sem *tumulus* e os enterramentos em gruta.

Com base nesta análise, teríamos um total de 831 sepulcros que fariam parte de conjuntos ou núcleos, *versus* 304 sepulcros que se encontrariam isolados.

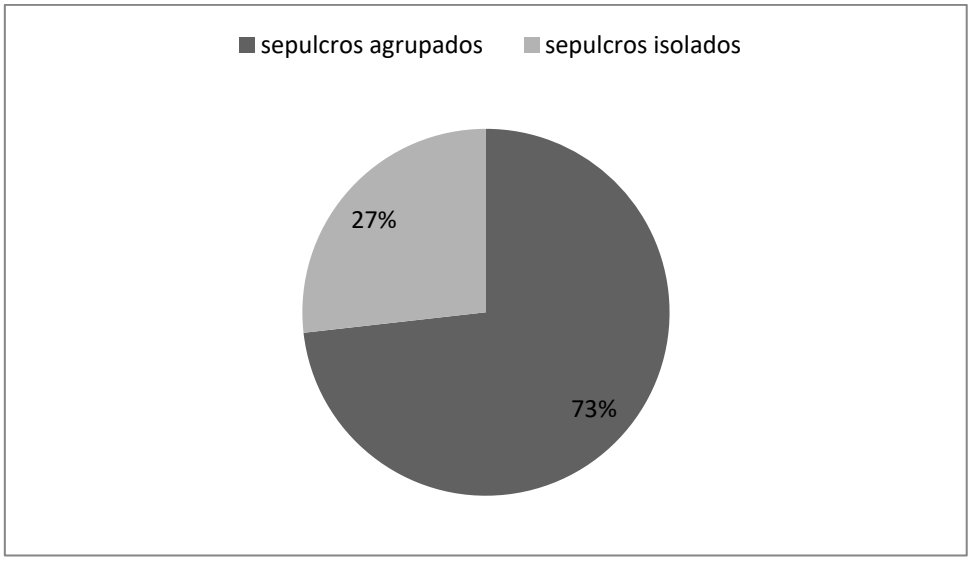


Gráfico 14. Percentagens de sepulcros agrupados e isolados.

Estes dados, bastante expressivos, mostrar-nos-iam que 73% das estruturas tumulares teriam sido construídas em conexão com outros sepulcros, que teria havido uma intencionalidade de construção dos vários sepulcros em áreas próximas entre si, mesmo que essa construção tivesse ocorrido em momentos distintos, associados ao fenómeno da "necropolização" já referido anteriormente.

Mas por que razão utilizamos o verbo "teríamos" no pretérito? Porque chegámos à conclusão que este exercício apresenta algumas falhas. Logo à partida, em alguns casos, não fomos capazes de reconhecer alguns núcleos, que foram posteriormente "descobertos nos mapas". Em segundo lugar, porque nem sempre a designação de um sítio e a sua associação a um determinado núcleo corresponde a uma proximidade espacial evidente. No entanto, apesar de possuir alguns problemas, consideramos que este exercício constitui um bom ponto de partida para análise dos dois aspetos enunciados anteriormente: a definição de núcleos e análise do fenómeno de "necropolização".

Existem algumas questões fundamentais que se podem colocar logo num primeiro momento: alguns autores utilizam a palavra necrópole para se referir a estes conjuntos ou núcleos de sepulcros. O que é uma necrópole? Como se constitui ou como se define espacialmente? Também nos podemos questionar sobre o que é um núcleo ou um conjunto? Qual será a expressão mais correta: necrópole, núcleo ou conjunto? Todos estes termos são sinónimos entre si ou, pelo que temos visto, uma necrópole é constituída por vários núcleos/conjuntos? Um núcleo ou conjunto é definido pela proximidade dos sepulcros? Como se define essa distância? Estamos a falar de 50 m, 500 m, 1 km? Entre cada um dos sepulcros ou entre os sepulcros mais distantes entre si?

ARTE RUPESTRE

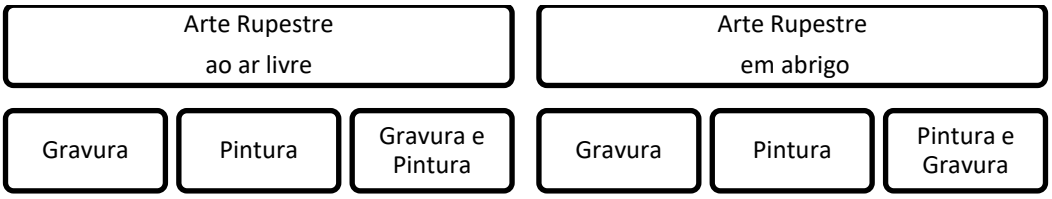
> "A primeira coisa que devemos dizer sobre a arte pré-histórica (veja-se a obra de Leroi-Gourhan, por exemplo) é que ela, quando estudada sistematicamente, forma sistemas, conjuntos complexos de signos organizados segundo sintaxes cujas regras podemos entrever, mas cuja semântica desconhecemos. E aprender a viver com o desconhecimento (com a auréola de desconhecimento que rodeia tudo o que supomos conhecer) é uma forma superior de conhecimento" (Jorge, V.O., 2003: 400).

Na impossibilidade de apresentar um verdadeiro trabalho de síntese sobre a Arte Rupestre da Bacia Hidrográfica do Douro, destacamos apenas alguns dados gerais e alguns sítios arqueológicos, que caracterizam a diversidade de manifestações artísticas nesta vasta área.

Na Bacia Hidrográfica do Douro existem diferentes tipos de manifestações artísticas que, na bibliografia consultada, se encontram, por vezes, divididas da seguinte forma: Arte Esquemática, Arte Atlântica e Arte Megalítica. Não iremos abordar nenhuma delas em particular.

Desde muito cedo nos apercebemos das especificidades que uma análise da Arte Rupestre contempla. No entanto, não faria sentido deixar de fora do nosso inventário vestígios tão significativos e decidimos, por isso, inventariar este tipo de sítios para tentarmos perceber a sua articulação com outros tipos de sítios arqueológicos.

Na região da Bacia Hidrográfica do Douro encontramos dois tipos de sítios com arte rupestre:



A distinção que fizemos assenta nos espaços onde se realizaram os diferentes grafismos, seja ao ar livre, seja em gruta/abrigo. Outro tipo de diferenciação remete-nos para a técnica utilizada, ou seja, estamos a falar de pintura ou gravura. Excecionalmente, existem sítios onde estas duas técnicas coexistem.

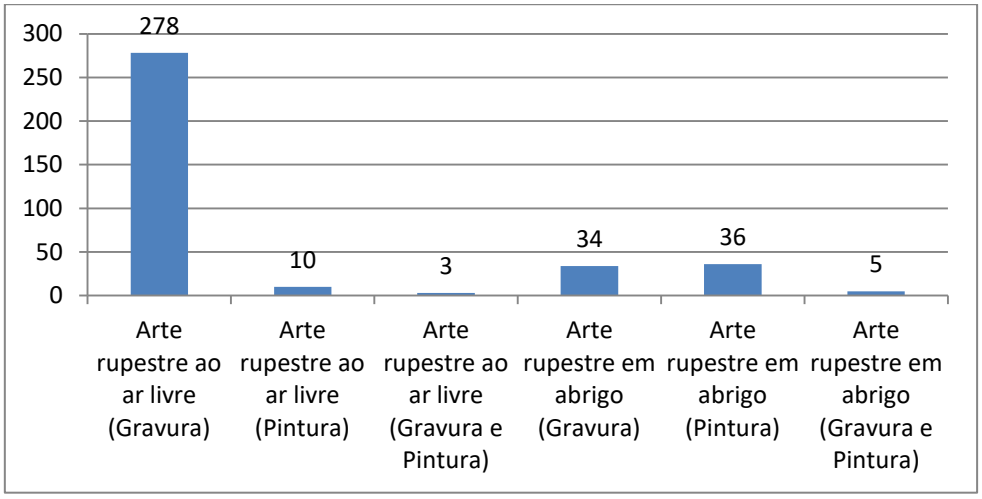


Gráfico 15. Arte rupestre por tipos.

Nota-se a preponderância dos sítios com gravuras ao ar livre. Os valores dos sítios com arte rupestre em abrigo são muito aproximados, quando se distingue entre as técnicas utilizadas: pintura ou gravura. O número de sítios onde existem pinturas ao ar livre é bastante reduzido, estando apenas documentados 10 casos. Também em menor número são os sítios onde coexistem, no mesmo local, gravura e pintura.

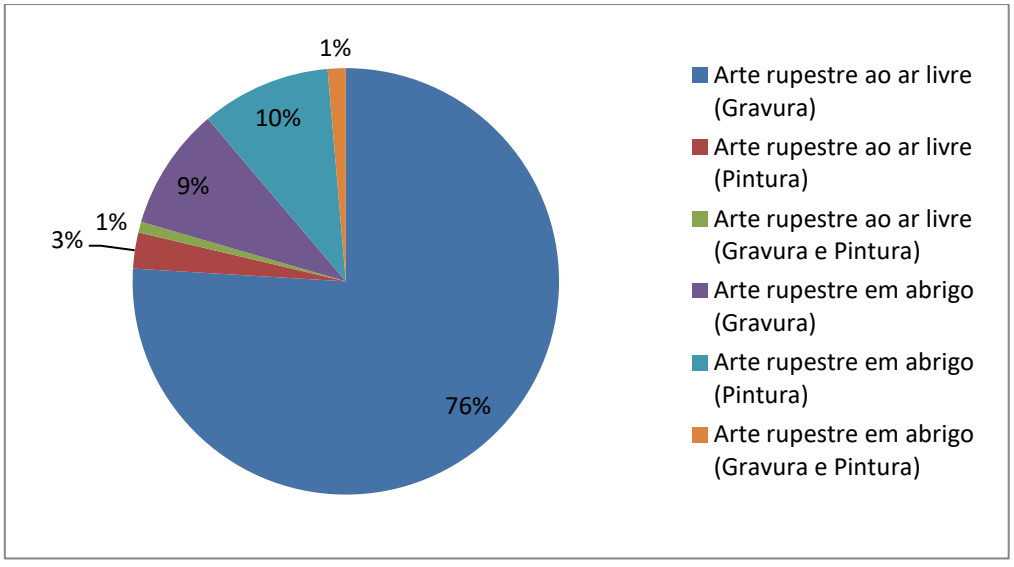


Gráfico 16. Arte Rupestre por tipos – percentagens.

Em termos percentuais as diferenças referidas anteriormente acentuam-se. Refira-se que optámos por inventariar os sítios com covinhas, na esperança de poder vir a realizar alguns exercícios com estes dados. Destes 312 sítios com gravuras, cerca de 95 sítios são sítios onde praticamente só existem covinhas. Infelizmente, por falta de tempo, foi impossível realizar algum tipo de exercício sobre este tema.

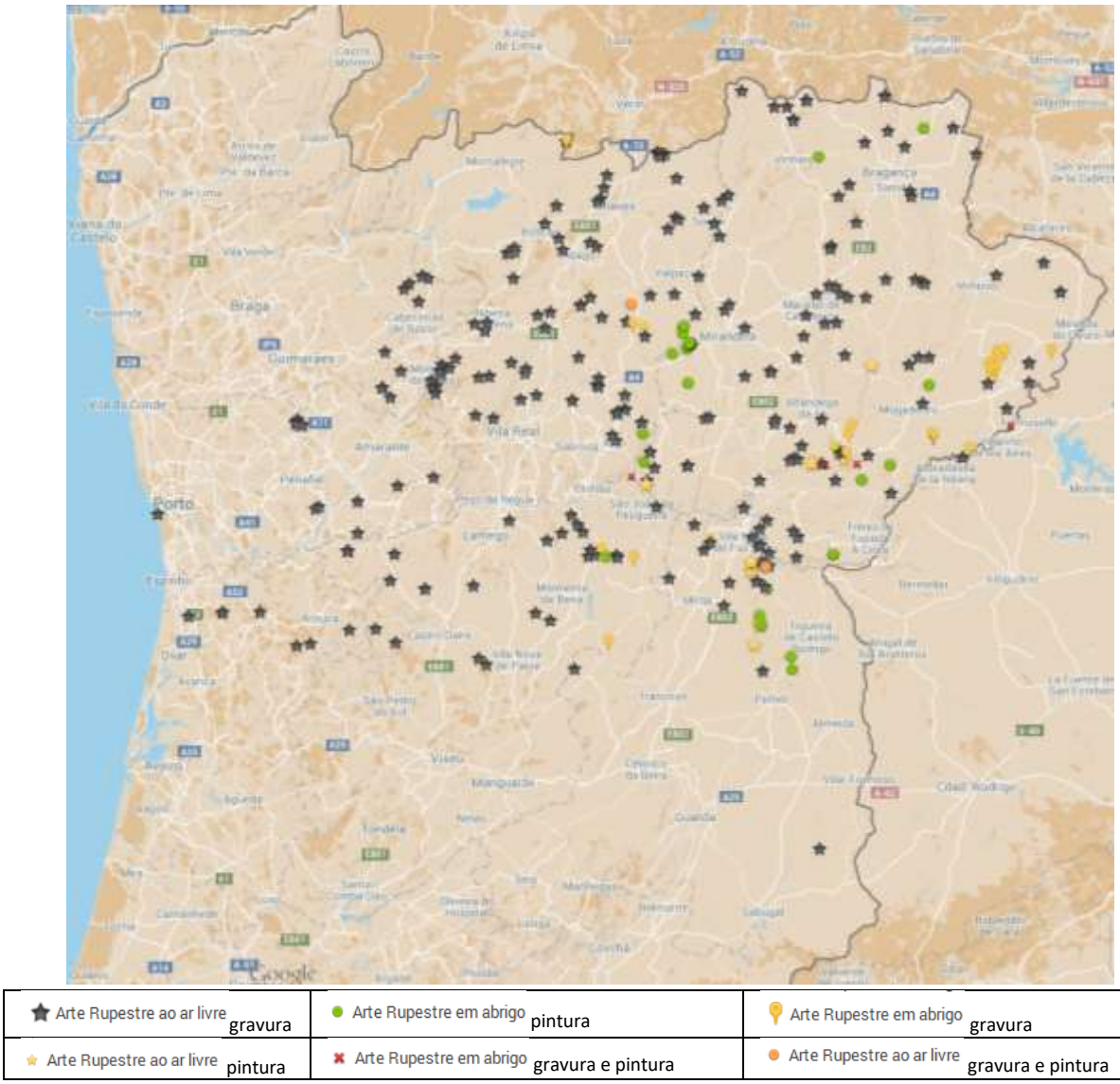


Fig. 9. Mapa de distribuição de sítios com Arte Rupestre.

Em relação à distribuição dos sítios dentro da Bacia Hidrográfica, parece haver uma maior concentração dos sítios com Arte Rupestre a norte do rio Douro. Um facto interessante é a concentração de Arte Rupestre no Baixo Côa e o seu desconhecimento no Alto Côa.

Existem alguns núcleos de arte rupestre que se destacam. A Serra dos Passos (Mirandela) é um deles. Nesta encontram-se registados cerca de 19 abrigos com pintura esquemática. Temos conhecimento da existência de novos abrigos, que não foram contabilizados e introduzidos neste trabalho.

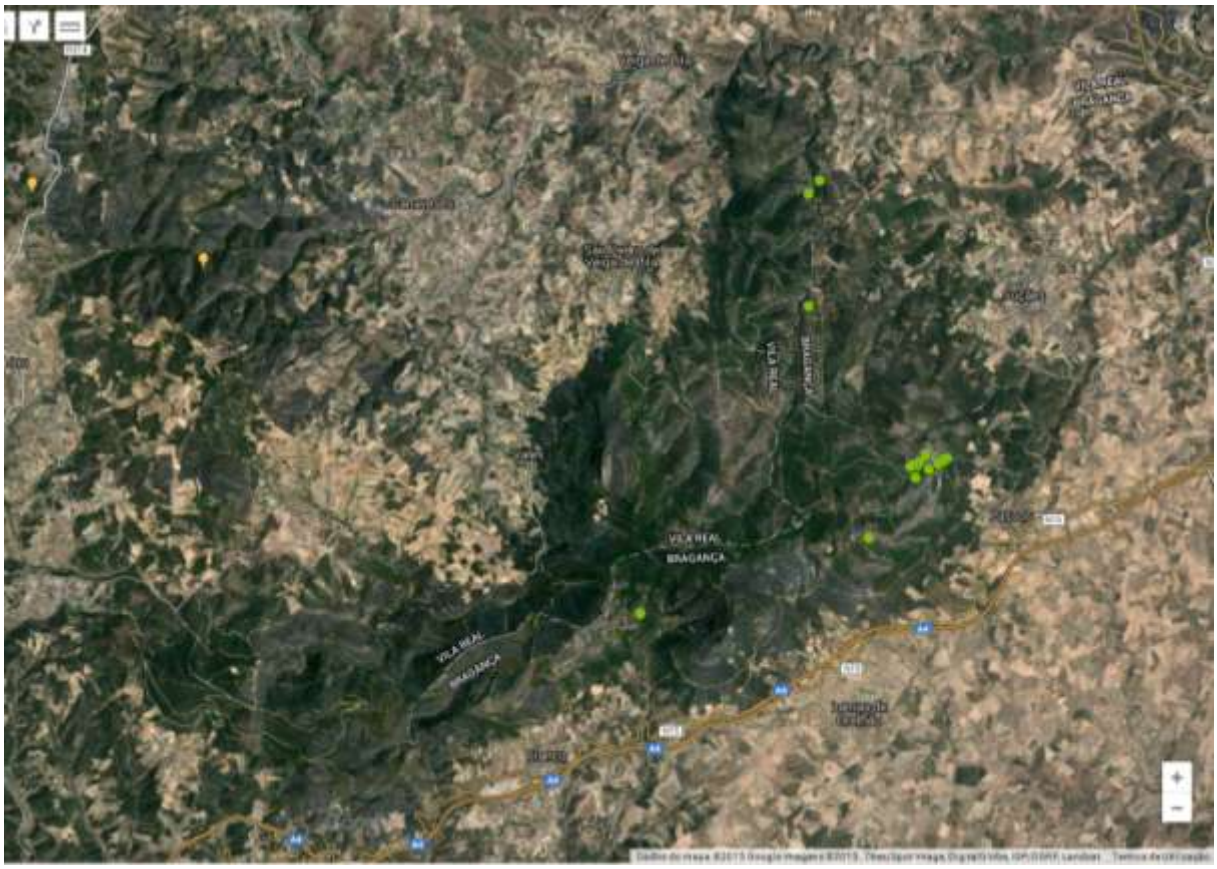


Fig. 10. Serra de Passos – o espaço geográfico.

A Serra dos Passos é um relevo que forma uma unidade geomorfológica, como se pode ver na imagem. Aqui, foram detetados abrigos com pintura e o Buraco da Pala, que também possui pinturas, mas onde foram escavadas várias ocupações que se situam temporalmente entre o V e o III milénio a.C..

N.Inv.	CNS	Designação	Altitude	N.Inv.	CNS	Designação	Altitude
377	6899	Buraco da Pala	870	1944		Abrigo 6 da Ribeira da Pousada	803
379	7014	Regato das Bouças 1///Abrigo 1 do Regato das Bouças	680	1945	10643	Abrigo "A" do Regato das Bouças	720
380	7015	Regato das Bouças 2//Abrigo 2 do Regato das Bouças	680	1952	10648	Abrigo 1 da Ribeira da Cabreira	550
381	6898	Abrigo 3 do Regato das Bouças//Regato das Bouças 3/Casinhas de Nossa Senhora	570	2093	10650	Abrigo 3 da Ribeira da Cabreira	400
382	7018	Regato das Bouças 4//Abrigo 4 do Regato das Bouças	560	2541		Abrigo Vermelho	
383	7020	Regato das Bouças 5//Abrigo 5 do Regato das Bouças	554	2542		Serra de Passos 1	
384	7017	Regato das Bouças 6//Abrigo 6 do Regato das Bouças	554	2543		Serra de Passos 2	
385	7019	Regato das Bouças 7//Abrigo 7 do Regato das Bouças	555	2544		Serra de Passos 3	
386	2522	Regato das Bouças 8//Abrigo 8 do Regato das Bouças	586	1946		Abrigo/Painel 10 no Regato das Bouças	687
1028	10657	Ribeira da Cabreira/Abrigo 11//Abrigo n.º 11 da Ribeira da Cabreira	390				

Com algumas exceções, como a Serra de Passos, a análise dos mapas mostra-nos que a maioria de sítios com Arte Rupestre se localiza em zonas aplanadas, em vales ou na periferia de linhas de água, mesmo que sejam linhas de água secundárias ou pequenos ribeiros. É o caso do Vale do Côa, por exemplo. Eis outros exemplos destas duas situações:



Fig. 11. Fragas do Diabo (Mogadouro).



Fig. 12. Vale do Sabor (465 Ribeira de Moinhos, 464 Praça, 462 Felgar, 635 Fraga do Fojo 2).



Fig. 13. Levada Velha (Macedo de Cavaleiros) (em cima), Fraga das Cruzes (Mogadouro) (abaixo).



Fig. 14. Fraga das Ferraduras de Ribalonga (em cima) e o Cachão da Rapa (abaixo) (Carrazeda de Ansiães).



Fig. 15. Fonte Coberta - Arte (Alijó).



Fig. 16. Outeiro de Tripe 1 e 2 (Chaves).

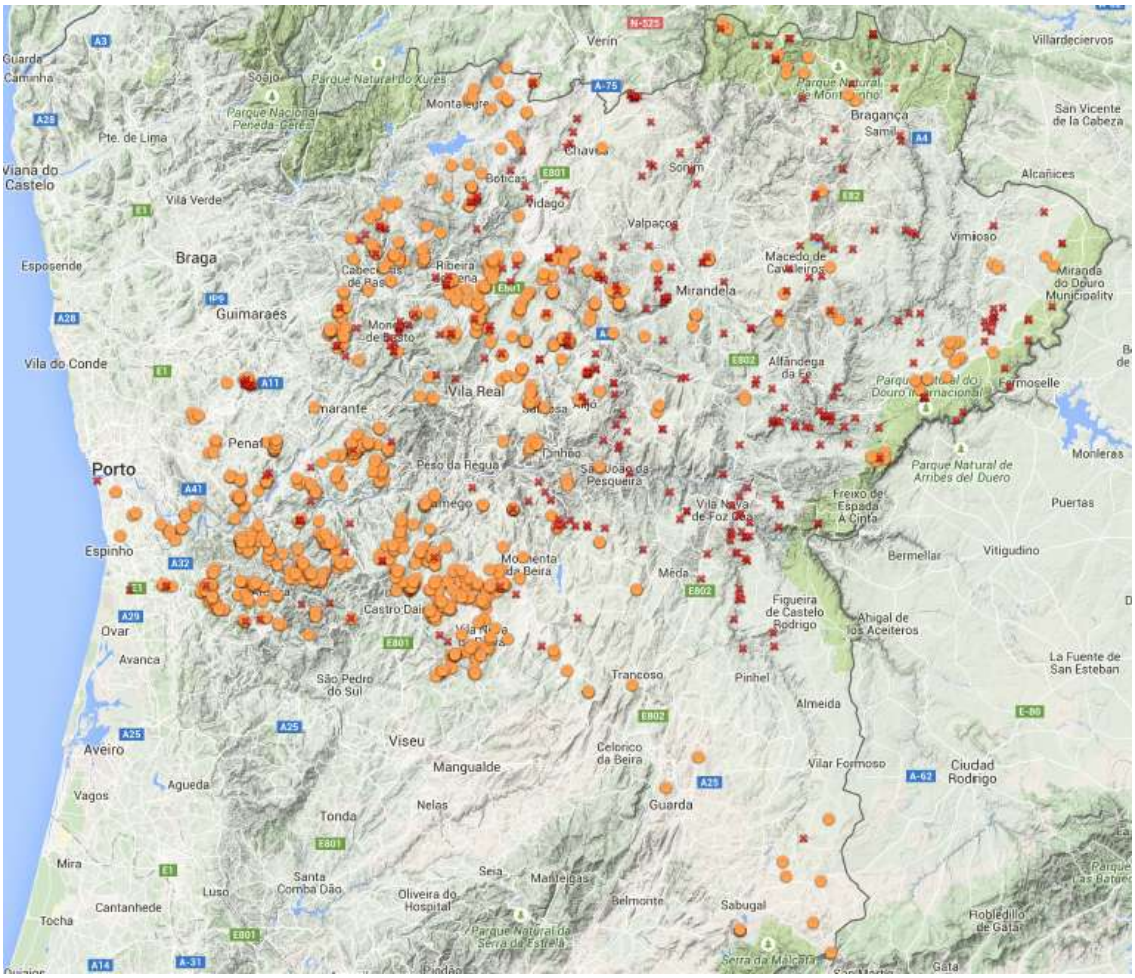


Fig. 17. Relação sepulcros e sítios com arte rupestre (pontos cor de laranja - sepulcros, pequenas cruzes vermelhas - sítios com arte rupestre).

No que concerne à relação da Arte Rupestre com outro tipo de sítios, nomeadamente com os sepulcros, não parece haver uma intencionalidade na sua sobreposição espacial, embora existam (poucos) casos de sítios onde, no mesmo espaço, se encontram núcleos de *tumuli* e sítios com arte rupestre.

Fig. 18. A Pedra que Bole na Serra da Aboboreira.



Fig. 19. A Serra de Campelos (Lousada), sepulcros e penedos com gravuras.

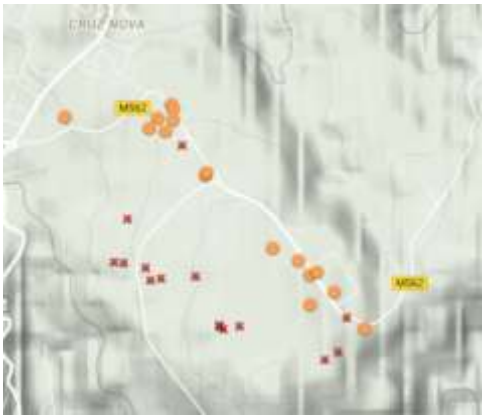


Fig. 20. Gravuras de Padre Santo e núcleo de Antas de Vale Juncal (Mirandela)



4.3. NOTAS FINAIS

Neste capítulo procurámos abordar dois aspetos essenciais:

1. A análise a nível estatístico da Base de Dados dos Vestígios Arqueológicos do VI ao I milénio a.C., demonstrando algumas das limitações dos dados analisados, nomeadamente no que diz respeito à tipologia dos sítios.

A avaliação das intervenções arqueológicas realizadas permite-nos dizer que têm sido levadas a cabo poucas escavações arqueológicas numa área geográfica tão vasta. Seria interessante tentar perceber quantas escavações se integram em projetos de pesquisa direcionados para o estudo da Pré-história Recente e quantas intervenções arqueológicas resultam de escavações de emergência, no âmbito de obras públicas.

Perante o conhecimento que fomos adquirindo ao longo dos últimos anos, do contacto que efetuámos com as câmaras municipais em busca de informação sobre os vestígios pré-históricos, e das análises que realizámos, parece-nos que a investigação em Pré-história estagnou.

Não procedemos à contabilização do número de vestígios arqueológicos por concelho, porque, neste momento, não nos pareceu um elemento fundamental de análise, muito embora reconheçamos que a Base de Dados permite fazer esse tipo de estudo. Mas podemos perfeitamente afirmar que existem alguns concelhos que praticamente não possuem sítios com vestígios pré-históricos inventariados: Mesão Frio (0), Régua (2), Santa Marta de Penaguião (0), Gondomar (3), Valongo (2).

2. As possibilidades, ou algumas das possibilidades, que a análise da Base de Dados pode permitir.

No capítulo II.3. abordámos um conjunto de temáticas que se evidenciaram na análise dos dados da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro. Porém, os dados expostos nesses capítulos referem-se a menos de 300 sítios inventariados, ou seja, apenas a um oitavo do total de sítios inventariados. Concentra-se basicamente nos dados provenientes de sítios escavados, por serem dados privilegiados, embora por vezes também limitados pelas curtas intervenções realizadas. Acreditamos, porém, que é possível realizar uma série de experiências a partir dos mapas elaborados para o efeito, experiências essas que apenas afloramos e que podem vir a ser desenvolvidas posteriormente.

Um último apontamento à Arte Rupestre, que não foi desenvolvida ao longo deste trabalho. O nosso objetivo ao inventariar os sítios com Arte Rupestre era o de tentar relacionar espacialmente este tipo de sítios com os outros vestígios arqueológicos. Lamentavelmente, não foi possível fazê-lo. De qualquer forma, a informação encontra-se introduzida nos mapas e a qualquer momento será possível realizar esse tipo de experiências.

II.5. SÍNTESE – LINHAS DE FORÇA

Com este capítulo pretende-se sintetizar a análise dos dados da Pré-história Recente na Bacia Hidrográfica do Douro. No fundo, procuramos evidenciar as principais linhas de força que emergiram no decorrer da nossa pesquisa.

Atendendo à disparidade das realidades que foram congregadas neste trabalho, o estudo da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro em Portugal, não se afigura como uma tarefa fácil. Vejamos como reflete S. O. Jorge a propósito do modo como a escala de análise escolhida condiciona a natureza das questões e dos modelos explicativos que podem ser desenvolvidos na pesquisa arqueológica:

> "Qualquer escala local de análise exige a prossecução de projectos, o que implica tempo, meios e especialistas abalizados. Ora não é fácil estudar e comparar contextos num quadro institucional em que a investigação arqueológica, no nosso país, se encontra menorizada. Mas a opção por uma análise de escala ampla tem um preço: não se deve tropeçar em «descontinuidades» que só têm sentido quando observadas a escalas de nível médio ou baixo. As transformações ocorridas em lugares sepulcrais/rituais, em recintos plurifuncionais, em sítios onde se pactuam direitos territoriais, etc., podem ajudar a entrever «rupturas» de escala média ou local, mas certamente são insuficientes ou inapropriadas para visualizar descontinuidades de nível muito amplo" (Jorge, 1999c: 10-11).

Neste sentido, os trabalhos em arqueologia podem ser desenvolvidos a diferentes escalas de análise. O nosso projeto contempla à partida uma macroescala: a Bacia Hidrográfica do Douro, em Portugal. A ampliação sistemática desta base geográfica (ver capítulo I.1.) teve como propósito possibilitar a relação de um conjunto de sítios, escavados, que se situavam em áreas distantes entre si.

Tentar sintetizar os dados relativos à Pré-história Recente, que foram organizados e estruturados em diferentes temas, ao longo dos últimos capítulos, pressupõe pensar em ruturas e continuidades. Ruturas e continuidades que são construídas de acordo com os critérios que escolhemos na pesquisa. Como explica Raquel Vilaça:

> "Os critérios usados pelos investigadores na construção de sequências culturais e na identificação de rupturas e de continuidades são muito díspares, quer pelas distintas escalas temporais e espaciais de abordagem do passado, quer pela natureza das temáticas a discutir. Trata-se, por um lado, da questão dos tempos longo, curto (os tempos geográfico, social e individual, ou o tempo das coisas, das normas e das paisagens) e, por outro, dos tempos do ritual e do quotidiano (...). Todos eles distintos, cada um com o seu ritmo, uns fugazes, outros muito lentos, mas que se entrecruzam e se influem permanente e reciprocamente. É por não haver compatibilidade absoluta dos vários tempos e por eles oferecerem diferentes graus de percepção, devido à sua escala e natureza, que é tão difícil, e nem sempre possível, encontrar o compasso que se crê como mais certo. (...), a construção de um qualquer processo de montagem de sequências culturais pode e deve até contemplar critérios múltiplos de identificação de eventuais descontinuidades. Não há um critério melhor do que outro. Há sim critérios mais adequados, outros menos, que cada um de nós seleciona arbitrariamente para diagnosticar esta ou aquela problemática" (Vilaça, 2000: 161-162).

As palavras de Raquel Vilaça expressam a dificuldade em conciliar os diferentes "tempos" e os seus ritmos, em que se operam as ruturas e as continuidades. Achamos que um dos principais fatores de

mudanças ou ruturas dentro do estudo da Pré-história Recente não se encontra tanto na análise do "espaço", ou seja, na escolha dos locais de implantação dos sítios arqueológicos, mas no "tempo", nos diferentes ritmos a que se operam estas mudanças.

Onde detetámos estes ritmos diferentes? Nas sínteses elaboradas pelos diversos autores, que sugerem pontos de rutura diferentes, com base nos seus próprios projetos de investigação. Esses projetos, com escalas temporais e espaciais muitos distintos entre si, estão muitas vezes direcionados para o estudo de uma temática em particular. Ou seja, nem sempre é possível articular as narrativas de mudança e continuidade sugeridas pelos diferentes autores. Uma tentativa de síntese de tais narrativas acabaria por se compor numa narrativa pouco coerente. Simultaneamente, as diferentes áreas geográficas que constituem a Bacia Hidrográfica do Douro parecem funcionar a diferentes ritmos, sendo necessário a construção de uma síntese que, mais do que definir linhas de força, definisse o modo como tais linhas se entrecruzam nas diferenças de cada área geográfica.

A opção de apresentar os dados da Pré-história Recente divididos por temas, nomeadamente o povoamento, os recintos do III milénio a.C., as práticas sepulcrais, a metalurgia, os menires, as estelas e as estátuas-menires, como temas estruturados de forma independente e aparentemente desconectados uns dos outros, foi uma opção tardia. Num primeiro momento, ponderámos organizar e dividir a informação por períodos cronológicos - o Neolítico Antigo, o Neolítico Médio e Final, o Calcolítico e a Idade do Bronze -, abordando os diversos fenómenos dentro desses grandes momentos. No entanto, a análise dos dados mostrou-nos a "incompatibilidade da periodização com os "tempos das ruturas e das continuidades" e a "dificuldade em encontrar o compasso certo" de que Raquel Vilaça nos fala. Nunca conseguimos encontrar esse "compasso" e mesmo hoje, ao redigir este texto, se torna difícil articular esta diferente informação entre si. Criar um texto que articule e assinale "as principais linhas diacrónicas caracterizadoras da Pré-história Recente da região" (Vilaça, 2000: 162) é um desafio difícil.

Partilhámos as nossas dúvidas com vários colegas, que sempre nos disseram que teríamos de ser nós a definir a nossa sequência e os momentos de rutura. Sempre retorquimos que queríamos que os dados falassem por si e nos encaminhassem para esses pontos de mudança. A resposta foi sempre a mesma: "os dados não falam por si". Firmes na nossa convicção de que os dados nos levariam a algum lado, estruturámos esta segunda parte, partindo dos trabalhos de síntese realizados, passando pela análise de alguns dos dados para culminar neste ponto, um breve resumo onde se tentam articular os dados referentes aos diferentes temas.

Povoamento

Desde meados do VI milénio a finais do IV milénio a.C. notamos uma continuidade ao nível do povoamento. Parece ser um tempo demasiado longo para tantas "continuidades", mas os dados não nos mostram grandes diferenças. Aliás, para os finais do V milénio a.C. (Neolítico Médio) apenas temos conhecimento de um sítio, Quebradas (Vila Nova de Foz Côa). Em finais do IV milénio começam a surgir alguns povoados com vestígios ainda pouco expressivos: Vinha da Soutilha, Tourão da Ramila e Barrocal Alto. Mas essa mudança torna-se mais evidente a partir de inícios do III milénio. Existem mais sítios e mais dados. Nos finais do III milénio notam-se algumas alterações ao nível dos materiais e das estruturas. Surgem sítios com fossas em maior número e dá-se o aparecimento de cerâmicas campaniformes, a par

da alteração de formas e organizações decorativas. Alguns sítios denotam uma maior quantidade de fauna associada a estas ocupações. O segundo quartel vê surgir um maior número de sítios com fossas ou povoados de altura, cuja ocupação se prolonga até ao primeiro quartel do I milénio a.C. O número de povoados do Bronze Final é bastante expressivo, embora muitos deles não possuam muralhas. Algumas muralhas da Idade do Ferro parecem arrancar no Bronze Final, mas são casos raros: Fraga dos Corvos e S. Juzenda.

Recintos

É a partir de inícios do III milénio a.C. que emergem os recintos. Mantêm-se ativos, ainda que não se saiba muito bem de que forma essa continuidade se plasma na sua arquitetura, até meados do II milénio a.C. Será que estes espaços enquanto recintos delimitados por muros ou plataformas pétreas se mantêm ativos ainda no II milénio a.C.? Podemos falar de um grande bloco para este tipo de arquitetura que, de um modo geral, se situa entre o Calcolítico, o Bronze Inicial e o Bronze Médio.

Há autores que consideram que este fenómeno reaparece no Bronze final: Castelo de Matos (segundo a análise de Ana M.S. Bettencourt) e Cividade, Arouca (António M.S.P. Silva).

Práticas sepulcrais

A partir de meados do V milénio, principalmente no último quartel deste milénio, surgem os primeiros monumentos sepulcrais na Serra da Aboboreira, mas é na primeira metade do IV milénio a.C. que os dólmens de corredor são construídos, cessando a sua construção praticamente em meados desse mesmo milénio, com algumas exceções. Na segunda metade do IV milénio/inícios do III milénio a.C. emergem outro tipo de estruturas que já não possuem estruturas dolménicas no seu interior, podendo ser fossas ou inumações simples sob *tumuli*. Na primeira metade do III milénio surgem as cistas simples, sem *tumulus* (Vale da Cerva, Vila Nova de Foz Côa) e é conhecido um enterramento secundário, de múltiplos indivíduos, no interior do recinto de Castelo Velho. Dá-se a reutilização de sepulcros megalíticos e constroem-se *tumuli* mais discretos, sem a monumentalidade das estruturas dolménicas da primeira metade do IV milénio a.C. No seu interior constroem-se cistas, megalíticas ou mais pequenas, e existem uma série de soluções diversas e difíceis de tipificar. No II milénio a.C. detetámos o surgimento de um novo tipo de estruturas funerárias em fossa, que se encontram, em muitos casos, associadas a povoados.

Metalurgia

A análise dos elementos associados à prática da metalurgia permite a sua divisão em dois grandes momentos: Calcolítico e Bronze Inicial, com uma metalurgia do cobre e o Bronze Médio e Final, com a produção de instrumentos em liga de bronze. Os dados associados à prática da metalurgia, em cada um destes momentos, são ainda esparsos e reduzidos, nomeadamente quando comparados com o número de objetos metálicos em circulação.

Menires

Os menires são difíceis de enquadrar cronologicamente. Estão associados ao IV milénio a.C., mas será preciso escavar e datar os *tumuli* aos quais alguns deles se encontram associados. Do que pudemos analisar, nem sempre os menires se encontram na periferia de grandes monumentos dolménicos, mas sim de *tumuli* com dimensões medianas (cerca de 10 metros de diâmetro, com base nos dados das prospeções). No sítio do Prazo, perto do local onde se localizam as ocupações do Neolítico Antigo, foi erigido um menir. Este menir é aparentemente o único que se encontra enquadrado num contexto tão antigo como o do Prazo, embora não possamos afirmar que são contemporâneos.

Estelas

As estelas associadas a sepulcros megalíticos ou a *tumuli* parecem recuar, em alguns casos, ao IV milénio a.C. No geral também são de difícil inserção cronológica, com exceção das "estelas de guerreiro", bem delimitadas temporalmente no Bronze Final. Destaca-se o aparecimento de estelas que parecem estar associadas entre si, formando "conjuntos" ou núcleos de estelas, evidenciando-se o sítio do Cabeço da Mina (Vila Flor).

Estátuas-menires

As estátuas-menires formalmente e com iconografias mais antigas são, por norma, enquadráveis no Calcolítico Final/Bronze Inicial, isto é, nos finais do III milénio a.C. Outras, com base nas armas representadas, integram-se no Bronze Médio e Bronze Final.

Síntese de conjunto

Vamos fazer uma sucinta análise de conjunto dos dados apresentados anteriormente.

Os dados sistematizados sobre a segunda metade do VI e o final do V milénio a.C. indicam-nos que estamos na presença de comunidades que ainda praticam economias de subsistência baseadas na caça e recoleção de alimentos. Alguns "novos" elementos introduzidos neste período (a cerâmica, os instrumentos polidos, as sementes e os vestígios de ovicaprídeos) não apresentam o mesmo grau de representatividade nas estações estudadas, nem parecem traduzir o desenvolvimento generalizado das práticas agrícolas ou de domesticação de animais (ovídeos ou caprídeos). O aparecimento de sementes no Buraco da Pala, neste período mais recuado, não é consensual e estamos a falar do único sítio onde estes elementos foram detetados. As amostras de ovicaprídeos recolhidas também são raras. Encontramos uma maior expressividade ao nível da cerâmica, que se apresenta lisa ou com alguns padrões decorativos. Os vasos são relativamente pequenos. Os instrumentos polidos são de pequena dimensão. Predominam as indústrias de pedra lascada.

Em relação à arquitetura dos sítios, estamos na presença de estruturas muito simples, onde se torna evidente a raridade de buracos de poste identificado nestes contextos. A implantação destes locais revela a preferência por abrigos ou planaltos intermédios, nas proximidades de linhas de água.

Um aspeto que a maior parte destes sítios apresenta e que acaba por dificultar a sua interpretação, prende-se com as ocupações em momentos subsequentes, que acabam por perturbar e remexer os níveis mais antigos. A Quinta da Torrinha, o Buraco da Pala, a Fraga d'Aia, os sítios da Serra da Aboboreira, todos estes sítios possuem ocupações em outros momentos da Pré-história Recente.

Em relação aos paleossolos (que se encontram sob, na periferia, ou mesmo integrados nas terras de alguns *tumuli*), onde foram detetados materiais associados a este momento, é possível salientar alguns aspetos. Em primeiro lugar, podemos pressupor que este fenómeno terá ocorrido noutros sítios e em outras regiões, para além da Serra da Aboboreira e do Alto Paiva. Podemos ainda pensar em duas situações, uma de anterioridade e outra de contemporaneidade. Ou seja, em alguns casos estes *tumulus* teriam sido antecedidos, naquele local, por espaços com funções diferentes, mais próximos daquilo a que hoje chamamos povoados. Por outro lado, as terras dos *tumuli* poderiam provir de locais que se situam nas imediações desses *tumuli* e que estariam associados aos tais povoados, com cronologias mais antigas.

Já em finais do V milénio inicia-se na Serra da Aboboreira um outro fenómeno, a construção de estruturas sepulcrais que começam a adquirir algum protagonismo na paisagem. Os primeiros monumentos são ainda discretos e com câmaras sepulcrais relativamente simples, mas estas novas arquiteturas marcam de alguma forma a paisagem em que são construídas. E, como vimos no parágrafo anterior, situam-se, possivelmente em alguns casos, em locais onde anteriormente existiu uma ocupação prévia. O tempo que separa estes dois tipos de ocupações ainda não é conhecido.

Não se conhecem povoados coevos destas estruturas, com exceção do sítio de Quebradas, que se localiza numa região onde praticamente são nulas as referências a estruturas sob *tumulus*.

Na primeira metade do IV milénio começam a erigir-se grandes estruturas sepulcrais, que contemplam uma arquitetura monumental e um conjunto de estruturas associadas, provavelmente, a diversos tipos de rituais: corredor, átrio e etc. Terão um tempo relativamente curto.

Nas áreas onde se conhece este tipo de estruturas continua a desconhecer-se os povoados.

No início do III milénio a.C. assiste-se:

- Ao surgimento de povoados com estruturas mais consistentes, de maior dimensão, com maior quantidade de materiais;
- À construção de recintos, com estruturas bastante imponentes, que marcam a paisagem de uma forma completamente diferente das estruturas sob *tumulus*;
- À intensificação das atividades ligadas à agricultura, plasmada na quantidade de mós, instrumentos de pedra polida, grandes vasos cerâmicos, pesos de tear, por exemplo;
- Ao surgimento de estruturas com milhares de sementes (no recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão e no abrigo do Buraco da Pala);
- A construção de estruturas sob *tumulus*, mas cujas estruturas interiores são diferentes dos sepulcros megalíticos anteriores;

- Ao surgimento de novos espaços sepulcrais, nomeadamente no interior do recinto de Castelo Velho e duas cistas sem *tumulus* em Vale da Cerva;

- À construção de *tumuli*, mas que se caracterizam por serem discretos na paisagem, algo que persistirá até ao Bronze Final.

Num momento que é difícil de precisar, dentro do III milénio, ocorrem as primeiras práticas da metalurgia no território estudado. Novamente, o Buraco da Pala e os recintos de Castelo Velho e Castanheiro do Vento se destacam, pois possuem evidências da prática da metalurgia, peças em ouro e objetos em cobre.

Nos finais do III milénio a.C.:

- Entram em circulação alguns objetos considerados como sendo fruto de relações com espaços muito distantes dentro do atual espaço europeu: as cerâmicas campaniformes e algumas peças em ouro, cobre e prata, que vão integrar tanto o espólio de estruturas sepulcrais como os tradicionais povoados ou, ainda, os recintos.

- É neste momento que surgem as estátuas-menires.

Os recintos do III milénio a. C. mantêm-se ativos durante o Bronze Inicial e Médio (Castelo Velho e Castanheiro do Vento), ao passo que o Crasto de Palheiros possui uma ocupação do Bronze Inicial, um aparente hiato, e é novamente ocupado durante o Bronze Final.

Os povoados abertos com fossas de finais do III, II e 1.º quartel do I milénio a.C. estão bem documentados na zona do Minho e do Douro Litoral. A sua arquitetura caracteriza-se pela existência de estruturas em negativo, normalmente designadas por fossas, com tipologias e funcionalidades diversas. Em Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Alta começam a aparecer alguns sítios com fossas, demonstrando que esta realidade é extensível a várias áreas da Bacia Hidrográfica do Douro, durante a Idade do Bronze.

Estes povoados, que se integram em vários momentos da Idade do Bronze, evidenciam o seguinte:

- A existência de estruturas do tipo fossa com funcionalidades distintas, que parece ser uma presença constante;

- A estruturação interna dos povoados, onde parece haver uma "diferenciação funcional do espaço" que pode resultar de algum tipo de planificação prévia dos sítios. Essa realidade é bastante evidente nas Areias Altas, na Cimalha e em Monte Calvo.

Os povoados de altura surgem a partir do Bronze Médio, mas o período que regista o maior número de povoados é, sem dúvida, o Bronze Final. São poucos os sítios onde se conhece a construção de muralhas durante este período, mas muitos deles antecedem ocupações da Idade do Ferro. É também durante o Bronze Médio que surge a metalurgia do bronze, nomeadamente na Fraga dos Corvos, que possui estruturas aparentemente únicas dentro da Bacia Hidrográfica do Douro.

Em relação às práticas sepulcrais, no seguimento do que já foi referido anteriormente, são várias e diversificadas, indo desde a reutilização de monumentos megalíticos à construção de fossas de diversas tipologias, na imediação de povoados coetâneos. Algumas delas estarão associadas às práticas de inumação, enquanto outras nos remetem para o fenómeno da incineração.

Em povoados de altura do Bronze Final existem evidências da prática da metalurgia, nomeadamente no Castelo de Matos, no Castelejo e em Canedotes.

Em suma,

- O VI e V milénios a.C. são marcados pelo aparecimento, em algumas regiões, dos primeiros espaços de ocupação (ou povoados) e da introdução muito gradual de novos instrumentos de pedra polida, das primeiras cerâmicas, de algumas sementes e, muito raramente, de um ou outro vestígio de ovicaprídeos;

- No IV milénio emergem as estruturas sepulcrais monumentais, os sepulcros megalíticos;

- No início do III milénio surgem grandes estruturas monumentais, marcantes nas paisagens – os recintos; os povoados multiplicam-se durante este período, caracterizados pela existência de buracos de poste, estruturas de combustão, muretes, etc.;

- Nos finais do III milénio a.C. começam a circular instrumentos de metal, novos tipos de cerâmicas de âmbito suprarregional (ou europeu), constroem-se novos tipos de sepulcros; aparecem as primeiras estátuas-menires; e surgem os primeiros povoados de fossas associados ao Bronze Inicial (Fumo e Areias Altas);

- Em meados do II milénio a.C. dá-se o aparecimento da metalurgia do bronze (Fraga dos Corvos);

- Em finais do II/inícios do I milénio a.C., a par da construção de povoados abertos, com fossas, surge uma série de povoados de altura, muitos deles não apresentando muralhas ou taludes monumentais; a circulação de peças de bronze, de várias tipologias, aumenta consideravelmente.

Apesar de um maior número de dados disponíveis e dos novos dados apresentadas no capítulo II.3. e seus subcapítulos, a "sequência" que acabamos de expor assemelha-se às abordagens apresentadas pelos diversos autores no capítulo II.2.

Urdir esta teia de relações entre os diversos fenómenos que compõem as dinâmicas das ruturas e das continuidades da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro é uma tarefa complexa. Seria necessário um maior conjunto de dados, produzidos de acordo com inquéritos diversificados e articulados. Precisaríamos de pontos de comparação e de diálogo que nos permitissem forjar múltiplas perspetivas para ir ao encontro da complexidade da trama da dinâmica em questão. E, fundamentalmente, um conjunto de dados que nos permitisse "subir e descer" a escala de análise para tentar compreender a cadência das mudanças e os ritmos das continuidades. Nesta orquestração dos dados e das escalas de análise, talvez conseguíssemos reconhecer a melodia que desejamos para compor a sequência cronológica e cultural da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro.

PARTE III

O PAPEL DOS VESTÍGIOS PRÉ-HISTÓRICOS NAS DINÂMICAS DE CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS E DE PAISAGENS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

III.0. INTRODUÇÃO

A terceira parte deste trabalho contempla a articulação dos vestígios pré-históricos com a dialética da "paisagem e da memória". Realizam-se alguns exercícios a diferentes escalas de análise.

Começámos, no primeiro capítulo intitulado "Paisagem e Memória: conceitos e linhas de pesquisa", por refletir um pouco sobre os conceitos de "Paisagem" e "Memória" e a forma como se podem articular entre si. É a partir destas ideias de cariz introdutório, que se apresentam as possíveis dinâmicas entre os vestígios arqueológicos e o binómio "paisagem-memória". É a partir deste primeiro ponto que se definem e estruturam os restantes capítulos que integram esta última parte.

Podemos dividir esta terceira parte em dois grandes grupos.

Num primeiro grupo, que contempla os capítulos 2, 3 e 4, analisam-se diferentes meios ou instrumentos que nos permitem uma outra abordagem sobre os vestígios arqueológicos, neste caso em particular, pré-históricos. É com base na análise dos vestígios arqueológicos do VI ao I milénio a.C., inventariados na Base de Dados, que se procede à análise preliminar da documentação histórica e da toponímia, assim como se apresenta um primeiro esboço sobre a análise das tradições e crenças populares no espaço da Bacia Hidrográfica do Douro.

A análise destes dados e destes temas permite-nos, num segundo momento, avançar para análise das sequências de ocupação dos sítios arqueológicos, tentando esboçar uma perspetiva sobre os lugares com amplas diacronias, no capítulo 5. No fundo tentamos traçar a "biografia" de determinados sítios ou lugares arqueológicos que evidenciaram vestígios de ocupações num tempo muito lato.

Se esta tese se tem pautado por ser um trabalho à macroescala, que abarca uma área geográfica muito extensa como a Bacia Hidrográfica do Douro em Portugal, termina-se este trabalho baixando a escala de análise para o nível de dois sítios arqueológicos: Castelo Velho de Freixo de Numão e Prazo (também referido como "Complexo Arqueológico do Prazo"), que se localizam em Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Neste capítulo 6, pensamos ter conseguido trabalhar os dados arqueológicos, históricos, toponímicos e etnográficos de forma a perceber as dinâmicas dos vestígios arqueológicos na construção de Memórias e de Paisagens na Bacia Hidrográfica do Douro.

III.1. PAISAGEM E MEMÓRIA: CONCEITOS E LINHAS DE PESQUISA

1.1. OS CAMINHOS

Os caminhos e direções que seguimos no decurso das nossas investigações são sempre condicionados e influenciados por um leque de distintos fatores pessoais, emocionais, sociais, financeiros e culturais. Mas este percurso pessoal[1] nem sempre é partilhado e analisado de forma crítica, pois os erros, as más direções e os caminhos sem saída são frequentemente esquecidos.

No início da nossa pesquisa, acreditávamos que seria possível articular os sítios da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro entre si, encontrar afinidades e diferenças entre eles, assim como estabelecer especificidades/particularidades dentro da região em análise. Parecia-nos imprescindível deixar de olhar para estes sítios de forma isolada. Alguns deles estariam certamente relacionados entre si e, se assim fosse, porque não experimentar e tentar articulá-los com outros lugares ditos "contemporâneos" que, num dado espaço e tempo, teriam feito parte de um mesmo *sistema*?

Chegamos a ponderar "tentar perceber de que forma este meio físico condicionou o desenvolvimento das comunidades humanas na Pré-história Recente, numa região marcada por uma certa variabilidade geomorfológica". Pensávamos que o modelado geomorfológico teria funcionado como "cenário" da ação das populações destas diferentes épocas, consoante os seus padrões de vida e propúnhamo-nos analisar, conjuntamente, as características geomorfológicas e os vestígios da ocupação humana ao longo de cerca de cinco mil anos. Iríamos tentar analisar as especificidades de cada unidade geomorfológica como um elemento independente e passível de ser comparado a várias escalas, tais como, cronologias de ocupação, tipologias de sítios, esquemas de intervisibilidades. O meio físico, o modelado geomorfológico eram sinónimos de paisagem numa perspetiva estática. Era assim que se concebia o processo de "construção da paisagem" e o caminho a seguir no decurso desta investigação.

Foi no decorrer da construção da nossa Base de Dados e na revisão bibliográfica, que despertámos para a necessidade de sistematizar ideias quanto à forma como deveríamos abordar o estudo da "Paisagem" na Bacia Hidrográfica do Douro e reformular algumas questões relativas à forma como os sítios pré-históricos têm sido estudados e analisados.

No começo da nossa investigação era-nos relativamente fácil empregar a expressão "*a construção da paisagem*", assim como pensar e explicar o próprio conceito de Paisagem: "a paisagem é tudo aquilo que o nosso olhar abarca", ou seja, tratava-se de uma forma pouco problematizante de um conceito que, posteriormente, com o avanço da pesquisa, se iria votar de grande complexidade. A *construção da paisagem* era algo que implicava a transformação da natureza pelo ser humano, interessando-nos os contornos de tal transformação durante a Pré-história Recente.

Começámos por tentar compreender o conceito de paisagem a partir da Geografia. Os estudos de paisagem estavam inicialmente muito focados na observação e na interpretação da fisionomia da *paisagem* – termo entendido como "a porção do espaço geográfico que se abrangia com o olhar", "as

diferentes combinações de fenómenos da superfície terrestre que se traduziam em diferentes morfologias do território e, portanto, em diferentes paisagens" (Salgueiro, 2001: 42). Deste modo, as formas que observamos são o resultado visível da combinação de processos físicos, biológicos e antrópicos.

Hoje em dia, a paisagem pode ser interpretada como "um espaço visto e sentido de forma subjetiva e elaborado pela mente". O foco não é colocado no meio físico, mas no modo como este é visto, (*idem*: 31) percecionado, aprendido e partilhado. A paisagem deve ser entendida como indicadora de processos dinâmicos, isto é, em constante transformação. De facto, a paisagem está ligada a uma forma de experiência, de ação, de subjetividade, sendo algo que está permanentemente a mudar no campo percetivo de cada indivíduo (Jorge, V.O., 2005). A paisagem é principalmente "uma construção mental a partir da perceção e da vivência no território" (Salgueiro, 2001: 44).

A Paisagem tem vindo a ser caracterizada como um "palimpsesto", um conjunto de inúmeras camadas sobrepostas, nem sempre visíveis a olho nu, que se foram acumulando ao longo do tempo; pequenos *layers* que vamos lendo, folha a folha. Este tipo de leitura implica a fragmentação da paisagem. Estudamos cada um destes *layers* como se fossem elementos autónomos e independentes de toda a restante realidade.

Mas será que podemos ou devemos fracionar a Paisagem na sua temporalidade? Efetivamente, como qualquer outro exercício decorrente da atividade arqueológica, é possível pensar no tempo e na paisagem como um entrelaçado de relações, do qual tentamos puxar um único fio, que nos surge solto e independente. Aliás, isto decorre da estruturação da Arqueologia como ciência, que vai sendo fruto de divisões e especializações, com vista ao estudo exaustivo e rigoroso das diferentes temáticas abordadas. Como pré-historiadores, especializamo-nos na compreensão dos vestígios arqueológicos pertencentes a comunidades muito distantes de nós no Tempo. A investigação arqueológica, na maioria dos casos, "tem sido caracterizada pela abordagem parcelar dos monumentos e pela pesquisa virada principalmente para as realidades pré-históricas" (Mataloto, 2007: 125) descurando-se o que existiu "Antes" e o que surgiu "Depois".

No entanto, apesar de ser possível compreender este tipo de abordagem – o da fragmentação da Paisagem na sua temporalidade – ele colide, muitas das vezes, com as nossas investigações e com as análises que fazemos. Foi o que aconteceu neste caso em particular. As respostas que iríamos obter com o estudo da construção de uma possível paisagem da "Pré-história Recente" começou a parecer vazio e distante. Não pretendemos com isto afirmar, de modo algum, que todos aqueles que seguem este tipo de abordagem estão errados e que este tipo de estudos não possui utilidade. Simplesmente a ideia de "congelar o tempo em pequenas frações" (expressão utilizada por Lesley McFadyen) e olhar para uma delas de forma desconexa, não nos cativava. Assim, encetámos um processo de acumulação de dados, sem, numa fase inicial, saber muito bem como encadeá-los.

Ao analisarmos e dividirmos a paisagem em pequenos *layers* ou camadas, estudando apenas uma delas isoladamente, estamos a subtrair-lhe um elemento fundamental: a continuidade, o movimento, o "sendo", o tempo. Devemos valorizar o gerúndio de que José Inácio Figueira nos fala:

> "Ao pensarmos o ser, tendemos a conjugá-lo no passado, no presente e no futuro. Pensamos no que foi, no que é e no que será. Esquecemos o gerúndio; o "sendo" que nos coloca diante da continuidade que revitaliza estes lugares estanques de tempo, e faz com que sejamos, a rigor, forjados nesta sucessão incontável de instantes, minutos, horas, dias, anos, séculos e milénios nos quais se teceu a história colectiva da humanidade e a da nossa existência individual. O que fomos está, pois, contido, conscientemente ou não, naquilo que somos agora" (Figueira, 2004).

Em 2008, procedemos à análise de um conjunto de dados sobre os vestígios arqueológicos existentes na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, com vista à realização de uma apresentação denominada "Christian Religious Landscape and Earlier Archaeological Evidence in Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)"[1]. A análise desses dados permitiu-nos entender a forma como alguns sítios arqueológicos, de diferentes tipos e cronologias, tinham sido "convertidos" e transformados pela Igreja e pelas comunidades locais num processo de "Cristianização", durante o qual adquiriram novos sentidos.

Este fator, associado à procura de novas leituras, levou-nos ao texto de Rui Mataloto: "Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto alentejano" que trouxe um novo contributo para esta questão, ao associar paisagem ao conceito de memória. Assim sendo,

> "a paisagem surge-nos hoje como um verdadeiro repositório de existências e vivências que se desenrolaram ao longo de milhares de anos. É esta paisagem construída, trabalhada, conceptualizada, que ainda hoje nos acompanha pejada de simbolismos, códigos e significações, que procuramos decifrar com a actividade arqueológica, numa ânsia de criação e preservação da memória colectiva. (…) Deste modo, olhamos para estes lugares como marcas de apropriação e vivência do território, elementos que transmitem a uma determinada comunidade, uma paisagem produzida e trabalhada pelos seus antepassados" (Mataloto, 2007: 123-124).

Este autor considera que paisagem e memória constituem um binómio inseparável e que a sua "construção" ocorre em paralelo.

Por outro lado, Teresa Salgueiro, geógrafa, acentua que as paisagens são construídas pela experiência, transformando-se em sítios de segurança e de ligação afetiva, refletindo crenças e valores da sociedade, traduzindo sentimentos e fantasias face ao ambiente, sendo uma herança intelectual e espiritual. É neste processo que surge a noção de identidade, enquanto sentimento de inclusão, de pertença; isto é, a identidade resulta da partilha de uma memória coletiva. Segundo a autora, começam a surgir textos no âmbito da geografia onde se procuram as relações entre o inconsciente da memória coletiva e o imaginário na escolha das localizações, ou na identificação de territórios "sagrados". Se a paisagem for entendida como "uma maneira de ver o mundo", isso requer um processo de aprendizagem; e de facto "algumas correntes defendem que as paisagens têm um sentido cultural e que se podem ler como se lê um livro, mas é preciso saber ler e dispor dos instrumentos adequados" (Salgueiro, 2001: 46-47). "A legibilidade" das paisagens que veiculam informação do passado e do presente parece constituir um dos grandes desafios da Arqueologia na atualidade.

[1] Apresentada publicamente na sessão "Finding Faith in Landscape" no Theoretical Archaeology Group em Southampton, no ano de 2008.

> «O triplo problema do tempo, do espaço e do homem constitui a matéria memorável» (Leroi-Gourhan, 1964-1965, p. 67-68 citado em Le Goff, 1984: 18)

Esta citação de Leroi-Gourhan introduz uma ideia fundamental para a análise da paisagem: a questão do Tempo, na sua relação com o espaço e o ser humano. Colin Renfrew e Paul Bahn relembram-nos do importante papel da Arqueologia no estudo do Tempo, principalmente de um tempo longo como o da Pré-história.

> "All human beings experience time. An individual experiences a lifetime of perhaps 70 years or so. That person, through the memories of his or her parents and grandparents, may also indirectly experience earlier periods of time, back over one or two generations. The study of history gives one access – even less directly but often no less vividly – to hundreds of years of recorded time. But it is only archaeology, in particular prehistoric archaeology, that opens up the almost unimaginable vistas of thousands and even a few millions of years of past human existence" (Renfrew and Bahn, 1996:a 111).

Renfrew e Bahn introduzem a questão do "passado". O tempo na sua profundidade. Mas de que forma o tempo se articula com a paisagem?

Na introdução do seu livro "The past is foreign country" Lowenthal faz as seguintes afirmações:

> "The past is everywhere. All around us lie features which, like ourselves and our thoughts, have more or less recognizable antecedents. Relics, histories, memories suffuse human experience. Each particular trace of the past ultimately perishes, but collectively they are immortal. Whether it is celebrated or rejected, attended to or ignored, the past is omnipresent." (…) 'The past is a foreign country', begins L.P.Hartley´s The Go-Between; 'they do things differently there'" (Lowenthal, 1990: xvi).

Este autor refere que o passado está em todo o lado, podendo manifestar-se de diversas formas, tornando-se, de certa forma, omnipresente. Porém, o passado é um "país estrangeiro", de significados e sentidos distintos dos nossos. Se por um lado temos consciência da sua presença, por outro lado, sentimos dificuldade na sua interpretação. E, deste modo, colocam-se as seguintes questões[2]: Como interpretar a paisagem na sua relação com o passado? Como é que se identifica "memória" no passado? Como é que se identifica a "memória" numa paisagem? Quando falamos de "memórias" e de "experiências" a quem é que elas se referem? Como é que o presente se apropria do passado? E por último, uma pergunta chave: o que é o "passado"?

Antes de apresentarmos alguns caminhos para tentar responder às questões enunciadas anteriormente, iremos, nos pontos seguintes, expor de forma sumária, algumas ideias com base nos conceitos de "Memória" e de "Paisagem".

[2] Algumas destas questões foram-nos colocadas por Susana Oliveira Jorge no decurso da revisão deste capítulo.

Num primeiro momento podemos dizer que a memória é um conceito relacionado com capacidade humana de reter/guardar informação. Neste sentido, recordarmos quando é necessário e esquecemos quando já não precisamos dessa informação. Segundo diversos estudiosos, é a base do conhecimento.

> "A memória, como propriedade de conservar certas informações, reenvia-nos em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode actualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas (…)" (Le Goff, 1984: 11).

É através dela que damos significado ao quotidiano e acumulamos experiências para utilizar durante a vida. A memória é a capacidade de adquirir (aquisição), armazenar (consolidação) e recuperar (evocar) informações disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória biológica), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial). "É um processo de reestruturação activa" em que os elementos podem ser guardados, reorganizados ou eliminados" (Fentress e Wickham, 1992: 58).

Começamos por salientar o que Jacques Le Goff denomina de «divinização da memória». Os antigos gregos consideravam a memória como uma entidade sobrenatural ou divina: era a deusa *Mnemósine*, mãe das nove Musas, que protegem as Artes e a História. A deusa concedia aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a comunidade. O "poeta é pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro" (Le Goff, 1984: 20-21).

MNEMOSYNE "goddess of memory and remembrance and the inventress of language and words. As a Titan daughter of Ouranos (Heaven), Mnemosyne was also a goddess of time. She represented the rote memorisation required, before the introduction of writing, to preserve the stories of history and sagas of myth. In this role she was represented as the mother of the Mousai (Muses), originally patron goddesses of the poets of the oral tradition" (Theoi Greek Mythology, em linha).



Fig. 1. A Deusa Mnemosyne coloca a sua mão atrás da cabeça de um homem, simbolicamente ajudando a sua memória (Mnemosyne, mosaico greco-romano de Antioquia, séc. II, Antakya Museum - Theoi Greek Mythology, em linha).

Ainda na mitologia grega, *Lete* deu o seu nome a uma fonte, a fonte do esquecimento, situada nos infernos, de onde os mortos bebiam para esquecer a sua vida terrena. De igual modo, na conceção dos filósofos, nomeadamente de Platão, as almas bebiam desse líquido, que lhes tirava a memória do que tinham visto no mundo subterrâneo. Perto do Oráculo de Trofónio, em Levadeia, na Beócia, existiam duas nascentes, donde deveriam beber os que o consultavam: a fonte do esquecimento (Lete) e a fonte da memória (Mnemósine) (Grimal, 1992 [1951]: 275). Mnemosyne é a palavra da mesma família etimológica de *anamnesis* (recordação), *mnême* (memória) e *memonêuein* (recordar) (Le Goff, 1984: 21).

Se para os Gregos e para os Romanos a Memória era representada como uma divindade, já em plena Baixa Idade Média, Boncompagno da Signa, em 1235 define-a da seguinte forma: "A memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas" (Le Goff, 1984: 30). Interessante é ainda este texto de 1710 que refere que "Os Latinos designam a memória por *memoria* quando ela reúne as percepções dos sentidos, e por *reminiscentia* quando os restitui. Mas designavam da mesma forma a faculdade pela qual formamos imagens, a que os Gregos chamavam *phantasia*, e nós *imaginativa*, e os latinos *memorare*… Os Gregos contam também na sua mitologia que as Musas, as virtudes da imaginação, são filhas da memória" (*idem*: 37).

> "Au reste si la mémoire collective tire sa force et sa durée de ce que'elle a pour support un ensembled d'hommes, ce sont cependant dês individus qui se souviennent, en tant que membres du groupe. De cette masse de souvenirs communs, et qui s'appuient l'un sur láutre, ce ne sont pás les memes qui apparaitront avex le plus d'intensité à chacun d'eux. Nous dirions volontiers que chaque mémoire individuelle est un point de vue sur la mémoire collective, que ce point de vue change suivant la place que j'y occupe, et que cette place elle-même change suivant les relations que j'entretiens avec d'autres milieux" (Halbwachs, 1950: 33).

Halbwachs problematiza a questão da memória individual e da memória coletiva. Este conceito de memória coletiva surge e desenvolve-se a par do progresso das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a estabelecer-se entre elas. Alguns autores destacam o papel da "Nova História" que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, primeiro porque a considera como uma problemática nitidamente contemporânea e porque renuncia «a uma temporalidade linear» em proveito dos tempos vividos múltiplos "nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo, nas suas diferentes componentes linguística, demografia, económica, biológica, cultural, etc." (Le Goff, 1984: 44).

Leroi-Gourhan distingue três tipos de memória: memória específica (a que define a fixação dos comportamentos das espécies animais), memória étnica (que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas) e memória artificial (eletrónica na sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados) (Leroi-Gourhan, 1964-65: 269 citado em Le Goff, 1984: 13). A memória étnica é aquela que mais no interessa para este estudo em particular, já que ao assegurar a reprodução de comportamentos das sociedades humanas, desempenha um imenso papel social. Neste sentido, diz-nos quem somos, integrando o nosso presente no nosso passado.

Para Leroi-Gourhan a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (*idem*: 46).

Fentress e Wickham (1992: 20) salientam que a "(…) memória é estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas ideias colectivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros" construindo uma memória social. Realçam a ideia de que há memória social porque há significado para o grupo que recorda (*idem*: 112). Para muitos grupos "isso significa inventar um passado adequado ao presente ou um presente adequado ao passado" (Fentress e Wickham, 1992: 243). Esta subjetividade da memória é uma questão que não deve colocar em causa o estudo da memória social. Deve, no entanto alertar-nos para a sua complexidade.

Segundo Fentress e Wickham (1992: 241) parece haver um repositório de um saber popular intemporal, cuidadosamente preservado e fielmente transmitido ao longo de incontáveis gerações. Mas esta imagem de continuidade ininterrupta apresenta-se como ilusória já que a transmissão da memória social é um processo de evolução e mudança.

Pierre Nora (1989: 8) também salienta a questão da evolução e da mudança:

> "A memória é a vida (…); encontra-se permanentemente em evolução, aberta à dialéctica da lembrança e esquecimento, inconsciente das suas sucessivas deformações, vulnerável à manipulação e apropriação, susceptível a longos períodos de latência e súbitas revitalizações. (…) A memória é um fenómeno sempre actual, um laço que nos prende ao eterno presente".

Este excerto parece-nos particularmente interessante já que salienta dois aspetos essenciais: 1. a dialética da lembrança e do esquecimento; 2. a memória como fenómeno atual ligado ao presente.

Vários estudos sobre memória individual apontam para o facto de que, com a continuação da experiência, as memórias se sobrepõem. Estas sucessivas sobreposições ocultam a própria ocorrência do processo de "esborratar" da memória, ou seja, tudo o que nos fica é o último grupo de imagens. Por outro lado, se não dispomos de meios para fixar a memória do passado, a tendência natural da memória é eliminar o que não é significativo ou satisfatório nas memórias coletivas do passado e interpolar ou introduzir o que parece mais apropriado (Fentress e Wickham, 1992: 78).

> "Sabemos que as recordações do passado também podem mudar com o tempo mas, mesmo quando não mudam, decerto serão seleccionadas, a partir de um conjunto de memórias possíveis, pela sua importância para os indivíduos que recordam, pelo seu contributo para a construção da identidade e das relações pessoais" (*idem*: 112).

Um outros aspeto importante a reter prende-se com o facto das memórias se alterarem com o tempo, mas, principalmente, do facto de resultarem de uma seleção.

> "O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios" (Changeaux, 1972: 356 citado em Le Goff, 1984: 11).

Há autores que defendem que muitas vezes a memória precisa de dispositivos mnemónicos para ser eficientemente ativada. Estes dispositivos podem ser objetos, paisagens, ou formas de música (Muller, 2008: 122).

A ideia de que as memórias só sobrevivem se ficarem fixadas ao meio material de que são originárias, tem sido útil na busca de elementos "mnemónicos" da paisagem, que sobreviveram através da tradição oral. Assim sendo, se um determinado facto se tornou parte da memória coletiva de um determinado grupo, acabará por ser apresentado sob a forma definitiva de um evento, uma personalidade ou um lugar. Outros autores afirmam que, ao invés da linguagem ou de um evento, é o símbolo material que serve como meio de acesso a uma memorização inconsciente. Desta forma podemos assumir que a paisagem atua como um "banco de memória, tanto armazenando como perdendo características ao longo do tempo" (Hrobat, 2007: 32). Muitas memórias das diferentes comunidades são essencialmente geográficas: um caminho, uma gruta, um penedo, um monte, uma casa, um ponto de reunião (Fentress e Wickham, 1992: 112).

A memória social é uma fonte de conhecimento. Isto indica que não só fornece um conjunto de categorias através do qual, de um modo inconsciente, um grupo habita o seu meio, como também lhes dá matéria de reflexão consciente. Tal significa que devemos situar os grupos em relação às suas próprias tradições, descobrindo como interpretam as suas próprias "estórias" e como as utilizam para fonte de conhecimento (Fentress e Wickham, 1992: 42), o que nos remete para o estudo da tradição oral como instrumento essencial para o estudo da Memória Social.

1.3. A "PAISAGEM"

> "Até ao século XVIII, a paisagem era sinónimo de pintura. Assim, foi na mediação com a arte que o sítio (o lugar) adquiriu estatuto de paisagem" (Rosendahl e Corrêa, 2001: 15 citado em Salgueiro, 2001: 38).
>
> "Da paisagem como análise de tudo quanto é visível à observação, à paisagem como mecanismo complexo de múltiplas variáveis: é esta a evolução duma ciência que, tendo começado pela simples descrição do ambiente que envolve o homem, veio no nosso tempo debruçar-se com maior atenção sobre a rede de relações que ligam e ligaram os homens ao território desde que, com as primeiras formas de domesticação animal e vegetal, a sua acção transformou a natureza. À noção da função estética da paisagem veio juntar-se depois a sintetização no mesmo termo de um conjunto de elementos que fizeram sentir o seu efeito não apenas no espaço mas também no tempo" (Blanc-Pamard e Raison, 1986: 159).

Os dois excertos remetem-nos para a ideia de que o conceito de paisagem foi evoluindo, tendo começado por ser sinónimo de pintura, passando a ser entendida como "parte de um território que a natureza apresenta ao observador" (*idem*: 138), para se expandir como "mecanismo complexo de múltiplas variáveis" ou ainda como "um conjunto de elementos" relativos ao espaço e ao tempo.

Para uns, a paisagem é um ponto de partida, se a encararmos como testemunho da atividade humana, cujas características nos reenviam para uma realidade social; para outros, é um objeto em si enquanto "esfera de interacção entre os vários factores de transformação" (Blanc-Pamard e Raison, 1986: 142).

Existem inúmeros pontos de vista sobre a observação da paisagem e várias disciplinas que se debruçam sobre o tema enquanto elemento de análise. Se pedíssemos a um geógrafo, um historiador, um arqueólogo, um arquiteto ou ainda a um antropólogo para analisarem e estudarem uma mesma paisagem, teriam, muito provavelmente, métodos e ângulos de visão diferentes e obteriam resultados distintos, em conformidade com as especificidades das áreas disciplinares a que pertencem.

Com o decorrer da nossa investigação fomo-nos apercebendo que a paisagem não se limitava a ser encarada como o tal cenário das ações dos nossos antepassados, como suporte de uma ação. Liina Unt refere-se à paisagem como um espaço de ação, dinâmico, ao contrário do tradicional conceito de cenário ou palco onde a ação decorre: "Living in and looking at a landscape can be regarded as acts of remembrance, where the landscape is not scenery, but a stage of action" (Unt, 2008: 319).

Segundo Julian Thomas:

> "My alternative conception of landscape is thus a network of related places, which have gradually been revealed through people's habitual activities and interactions, through the closeness and affinity that they have developed for some locations, and through the important events, festivals, calamities, and surprises which have drawn other spots to their attention, causing them to be remembered or incorporated into stories. Important the series of places through which people's life histories are threaded help them to give account of their own identity. Our personal biographies are built up from located acts. So although we can say that landscapes are constructed out of the imbricated actions and experiences of people, those people are themselves constructed in and dispersed through their habituated landscape" (Bachelard 1964: 8; Tilley 1996: 762 citados em Thomas, 2001: 173).

Para Julian Thomas, arqueólogo, uma paisagem pode ser concebida como uma rede de lugares relacionados entre si. Pode ainda ser sinónimo das relações de vários elementos entre si. Os lugares já não são entendidos como simples espaços, ou como habitats naturais, no sentido ecológico-ambiental, mas são vistos como documentos (Scazzosi, 2004: 342).

Scazzosi explica a paisagem como um "documento" ou "palimpsesto", ou seja, as paisagens aparecem como grandes e complexos artefactos, resultando do trabalho do homem e da natureza, num "entrelaçamento indissolúvel", num processo secular de construção e de transformação. Os seres humanos intervêm, acrescentando, abandonando, anulando e sobrepondo os elementos, mas sempre transformando-os, tanto fisicamente como através da mera atribuição de novos significados. Ou seja, é uma "obra" aberta em constante renovação (*idem*: 338). Nesse sentido, as paisagens são um grande "arquivo vivo", já que se alteram constantemente e estão cheias de vestígios, materiais e imateriais, resultantes duma relação simbiótica entre indivíduos, comunidades e natureza. Muller também considera que as Paisagens devem ser entendidas como arquivos ou documentos vivos, onde a história do lugar e vestígios de eras passadas são combinados com as atividades do presente. A Paisagem é um documento de múltiplas camadas, onde os elementos do passado se fundem com o presente tangível (Muller, 2008: 122).

A paisagem já não é apenas a expressão das relações entre a sociedade e o ambiente natural, mas também dos laços que ligam o presente à herança do passado. Este conceito é indispensável para se poder definir a paisagem como a soma das paisagens fósseis ou herdadas. Assim, "numa paisagem-palimpsesto, às escalas espaciais devem associar-se as escalas temporais e a profundidade histórica" (Blanc-Pamard e Raison, 1986: 157).

Segundo Blanc-Pamard e Raison, a paisagem também pode ser interpretada como:

> "um sistema de signos cujo significado é descodificado e se reencontra na combinação sempre dinâmica das suas várias componentes. A complexa relação entre o homem e a natureza articula-se também ao nível da paisagem nas suas dimensões de passado/presente e futuro e na dupla actuação de forças que reciprocamente se exercem entre o homem e o ambiente" (*idem*: 160).

Lesley McFadyen discorda da ideia de palimpsesto e prefere falar em processo, argumentando que "temporality is about process and not palimpsest (i.e., the superimposition of events)" (2008: 1) e acrescenta "Landscapes are made up of past structures in varying states of disrepair, structures in

present use, with others in the process of construction" (*idem*: 9). Estamos, então, na presença de um processo dinâmico em constante transformação.

Os historiadores colocaram em primeiro plano a influência das sociedades e das civilizações na construção das paisagens, noutras palavras, pensaram as paisagens como construções sociais: "(…) Partindo do que é visível, tentam analisar-se estas paisagens como espaços construídos, partes de território em que se verificam combinações de factos visíveis resultantes da intervenção dos grupos sociais em ambientes naturais diferentes" (Blanc-Pamard e Raison, 1986: 144).

> "(…) a paisagem entendida como uma rede de significados e de significantes é compreendida de maneira diferente por cada um, quer seja um individuo quer um grupo, e é por cada um diversamente utilizada. O estudo do espaço vivido dá lugar à análise das situações e mecanismos da percepção do espaço e da paisagem" (*idem*: 156).

Muller vai ao encontro das palavras de Blanc-Pamard e Raison quando afirma que as características físicas e as relações da paisagem são socialmente representadas através de fatores culturais e cognitivos e significados ou valores a eles atribuídos. Portanto, na maioria dos casos, a paisagem pode ter diferentes significados e interpretações para diferentes grupos culturais e indivíduos. A representação de uma paisagem, que é determinada pelo contexto cultural ou social do observador, determina a forma como ela é percecionada, observada e tratada (Muller, 2008: 121). Ambos os autores salientam a questão da perceção da paisagem, fruto da interpretação de diversos elementos.

Dentro de uma sociedade tipicamente ocidental há uma perceção predominantemente visual e uma experiência da paisagem. É, portanto, uma paisagem predominantemente individualista e pictórica. Alguns autores argumentam que esta "visão" ocidental, originária da chamada "arte da paisagem" desde a Renascença, trata a paisagem como uma superfície de inscrição, como um auxiliar de memória do conhecimento cultural e compreensão do seu passado e futuro. No entanto, noutras sociedades as paisagens são vivenciadas através de múltiplos sentidos: tato, olfato e experiência social. Neste caso, o aspeto visual pode não ser o aspeto mais significativo. Para estas sociedades, a paisagem não é a inscrição da memória ou a codificação de memórias, mas o "processo de recordar/evocar" (Muller, 2008: 121-122).

A Paisagem é, portanto, um elemento fundamental da forma como as pessoas concebem, memorizam e representam a sua história. O que leva à construção da memória coletiva de um grupo social ou de uma comunidade, que é uma das principais fontes da sua identidade. Podemos dizer que a paisagem se torna numa manifestação física do conhecimento e da compreensão de uma cultura do seu passado e futuro. A perspetiva segundo a qual devemos ver as paisagens é, portanto, como um fenómeno social (*idem*: 120).

> "If memory acts as one of the framing devices for landscape, then landscape equally delimits memory. Landscape acts as the horizon or border that connects certain scenes, events or stories into a structured composition that is connected to the particular place (Casey 1989: 187). The relationship is dual: landscape sustains memory while memory keeps the landscape from altering too much" (Unt, 2008: 323).

Compreender o fenómeno da Paisagem permite-nos fazer uma leitura do mundo na sua complexidade (Scazzosi, 2004: 339). Ou seja, diferentes tipos e diferentes tempos coexistem e inter-relacionam-se nas

características presentes dos lugares. Os estudos arqueológicos são muitas vezes limitados à leitura de paisagens por época e por grandes classificações geográficas, fornecendo um esquema geral das principais alterações temporais (*idem*: 340).

As paisagens que herdamos não são simplesmente compostas da adição de arquiteturas e/ou objetos, mas sim de vários *sistemas de paisagem*. Elas não são apenas um conjunto de pontos, linhas e áreas, mas sim um sistema de interligação que relaciona elementos visuais, espaciais e simbólicos, bem como funcionais e ambientais. Os sistemas podem interconectar-se e sobrepor-se uns aos outros na mesma região, no todo ou em parte, sendo também necessário fazer uma leitura das relações entre as partes e de cada delas em particular. Desta forma, massas e vazios, paredes, elementos característicos, contextos, relações visuais e simbólicas, transportam significado ou significados, ao determinar os sistemas históricos da paisagem que, desde a antiguidade até hoje, têm estruturado os espaços (Scazzosi, 2004: 342).

Alguns autores argumentam que as "relações humanas são criadas pelo intermédio da paisagem" (Whyte, 2007: 167). Podemos, desta forma, conceber a paisagem como um repositório de conhecimentos que podem ser transmitidos sucessivamente às gerações seguintes, atendendo a que a paisagem fornece um recurso vital de dispositivos mnemónicos que estruturam as memórias locais, costumes e práticas. As evidências materiais do passado são apropriadas, manipuladas e, por vezes, reinventadas, sendo-lhes dados novos significados, como parte integrante das estratégias de criação e manutenção da identidade local de uma comunidade.

Também a Arqueologia se interessa pelo estudo das paisagens humanizadas, nomeadamente a análise da evolução da paisagem no tempo.

> "First, human life is a process that involves the passage of time. Secondly, this life-process is also the process of formation of the landscapes in which people have lived. (…)" In a 'dwelling perspective', the landscape is constituted as an enduring record of – and testimony to – the lives and works of past generations who have dwelt within it, and in so doing, have left there something of themselves" (Ingold, 1993: 189).

A noção de tempo é uma coordenada essencial no estudo das comunidades humanas e das suas paisagens. As paisagens têm sido interpretadas e concetualizadas, pelos arqueólogos, como espacialidade, mas é necessário perceber a articulação entre o espaço e o tempo. Se a espacialidade está sempre presente nos estudos de arqueologia da paisagem, como perceber a temporalidade da paisagem? Utilizando as palavras de Ingold no seu texto sobre *The temporality of the landscape*:

> "To perceive the landscape is therefore to carry out an act of remembrance, and remembering is not so much a matter of calling up an internal image, stored in the mind, as of engaging perceptually with an environment that is itself pregnant with the past" (Ingold, 1993: 189).

De facto, e segundo as palavras de Lesley McFadyen, podemos ver essa temporalidade "através das evidências arqueológicas, quando as pessoas lidam fisicamente com as ruínas ou com as materialidades de ações dos seus antepassados. O tempo aqui não é um conceito abstrato e linear de sequência após sequência que existe na academia e nos livros, ele está na paisagem e materializa-se através da forma como as coisas se encaixam" (Lesley McFadyen, 2009, informação pessoal).

Para concluir, devemos questionar qual o propósito deste trabalho para o estudo das Paisagens e qual o contributo desta relação entre Paisagem e Memória para a nossa investigação em Arqueologia.

> "Na biografia das nossas paisagens transitam legados das gentes de outros tempos que são reapropriados pelas comunidades rurais contemporâneas como certamente o foram, vezes sem conta, pelas gerações que sucederam aos seus criadores. Do palimpsesto de significados atribuídos aos sítios do Passado, restam-nos as lendas e o imaginário popular. Afinal, o poder de criar outras realidades por meio da imaginação, que constitui a forma universal e intemporal de controlo do Homem sobre a Natureza (C. Geertz 1973) é o que nos caracteriza como seres humanos. Talvez seja por isto que o discurso tradicional do arqueólogo colide amiúde com as narrativas mitológicas da tradição oral contemporânea. Enquanto aquele emana de formulações teóricas que pressupõem muitas vezes a aplicação de regras externas ao objecto de estudo, o discurso do camponês resulta de um entendimento que poderemos chamar «absolutamente humano» de representações criadas com um qualquer objectivo que não foi certamente o de serem medidas ou classificadas" (Alves, 2009: 382).

Para estudarmos as paisagens na sua relação com o tempo, para fazermos as suas biografias, utilizando as palavras de Lara Bacelar Alves, temos de estar atentos a dois tipos de fenómenos.

Em primeiro lugar, salientamos os "elementos visíveis", materializáveis através das evidências arqueológicas. Convém lembrar que o nosso ponto de partida e elemento fundamental, onde se plasma este "entrelaçado de relações temporais e espaciais", fundamenta-se nas evidências arqueológicas. Há como que uma combinação de vários elementos, que ao longo do tempo interagem, colidem, absorvem, neutralizam, acrescentam, integram, se sobrepõem, se agrupam, se acumulam, que se materializam e que são visíveis, de diferentes formas, nos vários sítios arqueológicos que estudamos.

> "É evidente que as paisagens compreendem elementos materiais, bem como imateriais. Todas as paisagens são interpretações, entidades semióticas, signos. A leitura ou a interpretação da paisagem como uma expressão de significados e memórias da cultura do passado ou do presente, isto é, na sua dimensão intangível ou imaterial, dependerá da identificação das referências de uma comunidade que também nós, como investigadores, conseguimos ou não apreender" (Muller, 2008: 121).

Em segundo lugar, temos de ter em consideração "os elementos invisíveis", a dimensão imaterial ou simbólica da paisagem. Este último aspeto remete-nos para a análise da tradição oral como fonte de estudo dessa dimensão imaterial ou simbólica da paisagem.

No fundo, pensamos que as práticas que perpetuam a memória estão inscritas na paisagem e inscrevem, respetivamente, a própria paisagem na memória. A dimensão imaterial é constantemente recriada pois, em contraste com a história escrita, a "tradição oral" é mais abrangente e envolve a história em que cada geração acrescenta o seu conhecimento e transmissão das gerações passadas (*idem*: 123). Podemos considerar que o processo de transmissão da tradição oral é acompanhado por um processo de reinterpretação, que está muitas vezes por detrás das transformações no seio da própria tradição oral (Fentress e Wickham, 1992: 109).

Uma das principiais finalidades da história oral e do estudo da tradição oral passa pela “reconstrução ou construção do passado” através de fontes orais. De acordo com Alexandre Parafita (2010) “a tradição oral é a transmissão de saberes feita oralmente pela comunidade, de geração em geração, isto é, de pais para filhos ou de avós para netos. Estes saberes tanto podem ser os usos e costumes das comunidades, como podem ser os contos populares, as lendas, os mitos e muitos outros textos que ficam guardados na memória (provérbios, orações, lengalengas, adivinhas, cancioneiros, romanceiros, etc.)”.

Normalmente, a tradição oral é usada meramente como um “instrumento de topografia arqueológica”, em que contributo do folclore é reduzido a uma lista indicativa das tradições e topónimos relativos a castelos, tesouros, estradas abandonadas e assim por diante, que indicam os sítios com possível interesse arqueológico. Mas qual será o papel da tradição oral ligada à paisagem, na persistência da memória coletiva sobre as circunstâncias históricas? Ou então, qual o seu papel para a sobrevivência e/ou transformação de antigo cultos e crenças? É possível argumentar que as narrativas folclóricas, elementos valiosos da tradição oral, que dão significado aos lugares, podem e devem ser aceites como uma fonte válida para a interpretação arqueológica e para a interpretação da paisagem (Hrobat, 2007: 31-32). Se conseguirmos compreender a perceção e a "tradução” que uma determinada comunidade local tem ou faz sobre a sua paisagem, este pode ser um meio profícuo para detetar algumas memórias coletivas fragmentadas, em relação aos processos históricos, crenças religiosas e locais de culto, entre outros (*idem:* 47).

Hrobat refere-nos que quando a dimensão simbólica da memória coletiva se incorpora na paisagem, torna-se possível a sua sobrevivência. Isto é particularmente visível em locais onde a destruição de certos elementos da paisagem (como grutas, penedos, nascentes de água) é improvável, onde podemos esperar que ocorra a preservação de alguns “sentidos” ou significados desses lugares. A memória dos sítios “antigos” pode ser preservada pela continuidade de práticas rituais, quer com o mesmo conteúdo e/ou forma, - como é o caso da associação de penedos com a fertilidade, - ou através de sua mudança, como é o caso da cristianização de alguns cultos e locais. Por outro lado, como consequência de uma rutura cultural, através da mistificação de certos elementos ou da criação de lendas ou superstições (Hrobat, 2007: 48).

Esta ideia de Hrobat é reforçada por Rui Mataloto. Este autor afirma que a forma como os sítios arqueológicos “permanecem, ou foram sendo integrados nos imaginários populares é múltiplo e diverso, e está presente por exemplo nos documentos medievais, na toponímia, nas lendas locais, entre outros” (Mataloto, 2007: 137).

Constatamos, deste modo, que para estudar as Paisagens e as Memórias na Bacia Hidrográfica do Douro, tendo com base os vestígios pré-históricos, não são suficientes as tradicionais ferramentas da Arqueologia. Para se perceber a “espessura temporal” da paisagem torna-se fundamental fazer uma análise da toponímia, da documentão histórica, da tradição oral, experimentar fazer uma “biografia” de alguns sítios arqueológicos. E podem colocar-se diversas questões relacionadas com estas temáticas, nomeadamente: Em que circunstâncias estes sítios arqueológicos foram descobertos? Que lendas lhes existem associados? De que forma se relacionam com a tradição oral? Que memórias possuem as comunidades locais destes sítios? De que forma foram integrados, ou não, os vestígios de ocupações anteriores? Como foram reutilizados materiais e estruturas?

Em suma, podemos refletir sobre a seguinte questão: como é que os arqueólogos podem estudar a dimensão imaterial das paisagens do "passado" e como é que os vestígios materiais dessas paisagens são percecionados nas paisagens atuais? Consideramos que não existem paisagens "do passado" e que o passado é uma construção do presente. Não nos propomos estudar a "Paisagem da Pré-história Recente", mas procuraremos perceber, a partir do estudo dos vestígios arqueológicos da Pré-história Recente, como estas materialidades foram sendo assimiladas, transformadas ou abandonadas pelas comunidades ao longo do tempo (longo), sem perder de vista o contexto social e cultural atual em que se inserem.

Pensamos compreender a pluralidade de instrumentos que podemos utilizar para a análise de um processo tão complexo como o da "construção da paisagem" ao longo de extensos períodos de tempo. Percebemos que existem novas direções, novos caminhos, que nos podem levar a horizontes diferentes daqueles que tínhamos estabelecido num momento preliminar do nosso projeto de investigação. Temos consciência que todas estas diferentes formas de abordagem, quer sejam centradas no espaço, no tempo ou na dialética entre eles, estão pejadas de limitações, obstáculos e dificuldades, mas seria interessante apontar alguns caminhos nesse sentido.

[1] Os dados empíricos e pessoais

Começo este texto por avisar o leitor que os próximos parágrafos vão ser redigidos na primeira pessoa do singular. Os elementos que apresento de seguida resultam da minha história pessoal e da forma como o meu trabalho de pesquisa foi direcionado, mais do que condicionado, pelas minhas experiências pessoais, no que concerne a minha relação com o conceito de paisagem e da forma de "ver" essa paisagem.

Desde sempre me fascinou o tema da paisagem. Paisagem e Arqueologia parecem-me indissociáveis, porque para mim a paisagem é objeto de estudo da Arqueologia. É essa paisagem cultural imbuída de significados e vestígios de vários períodos que me interessa estudar, relacionar e compreender enquanto arqueóloga.

"Eu vejo porque conheço!"
"A minha casa é o meu mundo!"
Arminda Correia da Silva, 2010

A minha avó, que hoje, dia 8 de agosto de 2015, completa 84 anos de idade, vive no mesmo lugar há cerca de 50 anos. A casa dos meus avós foi uma das primeiras a ser construída naquele lugar.

O lugar chama-se Cimo da Serra, porque, como o nome indica, trata-se de uma elevação. Esta elevação marca o limite de duas freguesias: S. Cosme e S. Pedro da Cova (concelho de Gondomar). Daí se avista, do lado direito, a cidade do Porto e, do lado esquerdo, o vale ou a "cova" de S. Pedro da Cova, zona de mineração de carvão.

A minha avó teve uma vida sofrida, nunca andou na escola e, como era costume na época, os espaços que percorria fazia-os a pé. Conta muitas vezes as histórias e peripécias que lhe aconteciam durante os trajetos que fazia a pé entre Gondomar e Porto. Estamos a falar de uma mulher que percorreu muitos quilómetros entre a zona onde vivia – o Cima da Serra, a zona onde a sua mãe, minha bisavó materna vivia – Manariz (Fânzeres, Gondomar) e a cidade do Porto, principalmente na zona de Campanhã e Bonfim, a parte oriental do Porto.

Nestes últimos anos a capacidade motora da minha avó foi-se perdendo e a sua casa é o seu mundo, como ela própria o afirma. A cozinha, local onde passava bastante tempo a cozinhar, encontra-se virada para o Porto. Era bastante comum almoçarmos ao sábado e eu ajudá-la a fazer o almoço. Existe um banco perto da janela da cozinha, onde a minha avó se senta, exatamente porque lhe custa fazer uma série de coisas em pé. Quando estávamos a cozinhar era comum a minha avó olhar pela janela e dizer (algo que ainda hoje acontece) "viste o comboio a passar? Olha, olha, ainda consegues ver o comboio a passar em Campanhã!"

Esta história virou motivo de muitos risos e sorrisos entre as pessoas da família. Como era possível que a minha avó conseguisse ver o comboio a passar a mais de, provavelmente, dez quilómetros de distância? Quando uma pessoa lhe dizia "oh Vó, como é que é possível veres Campanhã daqui?", ela retorquia "Então não estás a ver a Igreja do Bonfim, um bocado mais para baixo fica Campanhã. E ali, daquele lado, fica o Pego Negro, onde nasci" e ia enumerando um conjunto de lugares que conhecia.

Confesso que eu ficava a olhar para o Porto, olhava, olhava e sinceramente, para além do atual estádio do Dragão e da Via de Cintura Interna do Porto não conseguia distinguir muito mais.

Numa das muitas vezes em que eu lhe perguntei como era possível ela VER aqueles sítios, obtive a seguinte resposta: "Eu vejo porque conheço!".

Fiquei muito tempo a matutar naquela frase. O tempo ia passando e eu ia-me embrenhando nas questões da tese. Entretanto comecei a encontrar textos que falavam da articulação da paisagem com a memória, no sentido de uma paisagem construída com base no conhecimento, na vivência das pessoas, nas suas experiências.

Um dia decidi confirmar aquilo que a minha avó dizia. Tirei fotografias a partir da janela onde a minha avó se debruçava para olhar o Porto. Acabei por confirmar a existência dos tais locais que a minha avó mencionava. E apesar de nunca ter visto nenhum comboio espelhado (quando lhe bate o sol), efetivamente é visível uma parte do percurso do comboio até entrar na ponte que foi construída para esse efeito.

Se refletirmos um pouco, apercebemo-nos que a D. Arminda, foi, ao longo de muitos anos e a partir daquela janela, assistindo às diversas alterações que se sucederam na cidade do Porto. Eu não conseguia ver alguns daqueles sítios porque não tinha referências que me permitissem fazê-lo. Eu apenas conseguia identificar o que conhecia: o Estádio do Dragão e a Via de Cintura Interna do Porto. A partir do momento em que a minha avó começou a ensinar-me o que eram aqueles lugares, também eles se tornaram referências para mim e rapidamente passei a reconhecê-los e a integrá-los na "minha" paisagem.

Cheguei à conclusão que não basta ver o que nos rodeia, é preciso conhecer ou reconhecer um conjunto de lugares, arquiteturas, etc., para que a paisagem adquira significado para cada um de nós. Se é possível aceder a essas referências na Pré-história Recente? Talvez não seja possível. Apenas nos podemos focar no presente. Mas não será a paisagem atual a fusão de todos esses elementos?

III.2. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA – BREVES APONTAMENTOS

> "A prospecção documental deve incluir, fundamentalmente (…) fontes escritas, nomeadamente medievais, onde frequentemente é citada a existência de mamoas que, sendo acidentes de terreno bem visíveis, serviam naturalmente para estabelecer limites e balizar caminhos" (Jorge, V.O., 1982: 389).

Face ao exposto no capítulo anterior, consideramos que a "memória" de sítios e vestígios arqueológicos perdura no tempo, nomeadamente através dos registos que nos chegam através dos documentos medievais e posteriores. Não foi nosso propósito fazer um estudo sistemático e exaustivo para os vestígios do VI ao I milénio a.C. da Bacia do Douro, contudo, parece-nos razoável abordar, nem que seja de forma fugaz, esta temática. O facto de as mamoas serem citadas em fontes escritas medievais, por exemplo, demonstra-nos que, ainda nesse período, estes monumentos se destacariam na paisagem e teriam adquirido algum tipo de significado para as populações.

2.1. DOCUMENTAÇÃO MEDIEVAL

> "São frequentíssimas, nos documentos medievais e imediatamente posteriores, (…), as referências a mamoas ou, de um modo geral, a topónimos que podem estar relacionados com megálitos" (Jorge, V.O., 1982: 397).

Vítor Oliveira Jorge, na sua tese de doutoramento sobre o megalitismo no Norte de Portugal, cita alguns documentos medievais onde se encontram referências a mamoas. Destacamos, igualmente, outro trabalho que aborda o estudo da toponímia, da autoria de Maria Antónia Silva, datado de 1990, apresentado no Seminário de Megalitismo em Portugal, realizado no âmbito do Mestrado em Arqueologia da FLUP. Neste texto, a autora compilou uma série de elementos respeitantes aos vestígios pré-históricos de vários concelhos do distrito do Porto, presentes em documentos medievais. Os elementos registados variam entre: *mamolam, mamola, mamonam, mamuna, mamoa, antam, anta, orca, arcam, mamona, mamoas*, *madorro, arcam,* entre outros.

Organizamos uma tabela[1] com três elementos principais: o concelho a que se reporta o documento; o excerto do documento; e as expressões associadas aos vestígios pré-históricos. Fizemos ainda uma subdivisão por tipo de expressão: *mamola/mamolam; mamoa; mamonam; anta; madorro; orca* e *arcam*. No que diz respeito a "*arcam*", são vários os autores que consideram não haver associação entre a palavra arca e sepulcros sob *tumulus*, assunto que será explorado no capítulo seguinte, onde procedemos a uma breve análise de alguns aspetos da toponímia portuguesa e a sua relação com vestígios pré-históricos.

[1] Devido a questões formais de estruturação da tese, optámos por apresentar neste texto apenas os dados mais relevantes para a análise da temática. No apêndice 4, apresentamos a tabela completa, com os excertos mais alargados e a citação da respetiva fonte.

MAMOLA; MAMOLAM		
GONDOMAR	*Interrogatus de terminis ipsius ville de Manariz, dixit quod sicut incipitur in madorro de Spiido, deinde ad molendinum veterem, deinde quomodo intrat aqua ad roteam Martini Pelagii de Tardinadi, deinde ad moutam de Sayon de Cabanas, deinde ad **mamolam de Soutelo**; et hoc audivit dici multociens multis hominibus.*	*mamolam de Soutelo*
PAREDES	*deinde venit per finem et topat in **mamola de tiraago**; deinde per fundum de Barveitis et venit ad fundum de casale ubi primitus incepimus:*	*mamola de tiraago*
CELORICO DE BASTO	*deinde ad petras de foio: deinde ad **mamolam cavatam** de fine de Porzaes:*	*mamolam cavatam*
	MAMOA	
GONDOMAR	*«(...) primeiramente se começa aquele couto per aquella **mamoa** que he sobre Crestove Annes/ como vay aaquel outeiro/ de (3v.) Porrinhos Mãos e deshy ao outro outeiro da Sabugossa e vay per aquella fomte de curralhos/ e vay per termo como parte gomtomyr e villa cova ataa o pego negro// h deshy vay pella carreira antiga que he acerqua da igreja de São Migel e vai aquella serra que parte antre /Soutello e Manariz E deshy vay per aquel lugar que he termo antigo antre Cabanas e Rios Tintos ata o Rio de Pomte has e vay per esse rio aquella arca a (?). E deshy a igreja de São Mamede e vay aaquel porto de recemir ata a aquel logo homde primeiramente compeçamos/ convém saber a **mamoa de Crestove Annes** de corrente o Rio de Doiro terretorio do Porto».*	*mamoa de Crestove Annes*
	Mamoa da "herdade de Cresconaes" junto à freguesia de Medancelhe. *... Et damus a uobis Aluito Boriz et a Cresconino Uimariz ipsa ereditate quomodo se leua de Sancto Pelaio et inde per lo ualo de sua **mamua** et inde a illo aroio de Cundin et inde quomodo sparte con Mituncilli et inde cum ipso Kasal et conclausi per illas partes de Taunz Cundiuaiz et inde como do cum quintana et inde per illo monte de Laurero...*	*Mamua*
VALONGO	*"des i aa pedra negra de sobre lo loureiro des i aa **mamoa do pêolho** dess i ao marco da serra e dess i aa pena da fejra e (...) des i ao esqueeiro de ribeira de Giral Dominguez e des i aa **mamoa** e des i aa fonte de belpelhares (...) e des i aa lagea de Val meyaa e des i aa **mamoa d'Azeuedo** e des i ao rio de Leça (…)".*[2]	*mamoa do pêolho; mamoa; mamoa d'Azeuedo*
	*deinde ad Sumutatem de monte de couis - et deinde ad cautum de **mamoas** quod est in portela de Valongo*	*Mamoas*
	MAMONAM	
PAREDES	*"(…) deinde per scipam de monte agudo quomodo vertit aquam; deinde per valem catelle; deinde ad **mamonam de brandiam**; deinde ad finem serre de azoribus"*	*mamonam de brandiam*
PENAFIEL	*et in alio loco qui dicitur **Mamona** jacente ibi ij. Leire, et in Salgariis j. leire,*	*Mamona*
	*et in Alviti est unus campus quod ibi jacet totus regalengus: subtus **Mamona** jacet ibi unus campus et est medius Domini (…)*	*Mamona*
VALONGO	*et in alio loco dicitur **Mamona** jacente due leire; et in alio loco qui dicitur **Super Mamonam** saxi jacet alia leira; (…)*	*Mamona Super Mamonam*
CELORICO DE BASTO	*deinde ad **Antam de mamona**; deinde quomodo vertit aqua contra Spadanal:*	*Antam de mamona*
	*(…)deinde ad **coutum de mamona**; deinde ad petram caballorum;*	*coutum de mamona*
	ANTA	

[2] Vitor Oliveira apresenta a seguinte nota: "Domingos Moreira e Nuno Cardoso, na sua monografia sobre "Alfena – a Terra e o seu Povo" (ed. dos autores, s/d) referem-se a três "mamoas" desta freguesia (cujo território, na Idade Média, se integrava no da freguesia de S. Vicente de Queimadela), citadas num documento da Chancelaria de D. Dinis. Esse documento é uma "Carta de foro das quebradas de Caueda do Julgado da Maya", data de 1308 (p. 36-37)" (Jorge, 1982: 504).

MARCO DE CANAVESES	*et in portela de Randi alia leira; et in **Anta** jacet alia leira; et in Varzena alia leira; (…)*	*Anta*
GONDOMAR	Anta de Sangemil - 1101, Abril, 22 – Gomes e Paio Kaauiz, seu pai, vendem a Fr. Martinho de S. Cristovão de Rio Tinto certos bens junto a Medancelhe e Sangemil (c. Gondomar). *… et quomodo spart com Mituceli et quomodo sparte per illo termiu de Pena Uuctirella et conclausi illa per illa **anta de Super Sumgimir** et per illo terminu de Porrinus Malus …*	*anta de Super Sumgimir*
PENAFIEL	*deinde per comarum de **Anta**; deinde per comarum de Juncido, (…).*	*Anta*
	*et in Val mulierum j. leira; et in **Anta** iij. Leiras; et in Parietibus alia leira; et in Pomare orphanorum ij. Leiras; (…)*	*Anta*
VALONGO	*et due leire habentur in lovo qui dicitur **Anta**, et alia leira jacet in loco qui dicitur Lavandaria, (…).*	*Anta*
CELORICO DE BASTO	*Item, in **Anta** jacet ibi j. vessada, et dant inde terciam; (…)*	*Anta*
	MADORRO	
GONDOMAR	*Interrogatus de terminis ipsius ville de Manariz, dixit quod sicut incipitur in **madorro de Spiido**, deinde ad molendinum veterem, deinde quomodo intrat aqua ad roteam Martini Pelagii de Tardinadi, deinde ad moutam de Sayon de Cabanas, deinde ad mamolam de Soutelo; et hoc audivit dici multociens (...)*	*madorro de Spiido*
	ORCA	
VALONGO	*(…)et in alio loco qui dicitur Vallis sbtus portellam **Cova de orca** est totus regalengus, (…)*	*orca*
	ARCAM	
PENAFIEL	*"deinde ad **arcam de moazares** que sedet in strata quomodo partit per testam senarie; (…)*	*arcam de moazares*

Tabela 1. Documentação medieval onde se encontram referências a possíveis vestígios pré-históricos.

Das referências apresentadas anteriormente, apenas foi possível identificar no Portal do Arqueólogo a Mamoa de Brandião (Paredes): "Mamoa com cerca de 18 metros de diâmetro. Apresenta uma grande cratera central que funcionava como depósito de lixo. Observa-se, também, um abatimento para nordeste que corresponde a violações do provável corredor" (Portal do Arqueólogo, DGPC, 2014).

Os documentos medievais apresentados no quadro anterior parecem reportar-se à descrição de transação de propriedades e à fixação, em determinadas situações, dos seus limites. As nomenclaturas associadas aos vestígios pré-históricos, aparentemente, referem-se a determinados locais onde podem ter existido sepulcros megalíticos ou *tumulus*, que terão dado origem a topónimos tais como *mamolam, mamola, mamonam, mamuna, mamoa, antam, anta, orca, arcam, mamona, mamoas*, *madorro, arcam.* Em determinadas situações os textos fazem a associação da palavra mamoa, madorra ou anta, a um local específico: Mamoa de Soutelo (*mamolam* de Soutelo), Mamoa de Brandião (*Mamonam de brandiam*), Anta de S. Gemil (*Anta de Super Sumgimir*) e, ainda, a título de exemplo, a *mamoa de Crestove Annes* e *madorro de Spiido*.

Em relação à palavra anta, Domingos Cruz sugere que "(...) embora comum na documentação medieval, surge por vezes para designar propriedades rústicas, povoados, terras de monte, mas raramente monumentos pré-históricos" (Cruz, 2001: 48-49).

Não tendo sido possível alargar a análise dos documentos medievais, circunscrevemo-la praticamente ao distrito do Porto, com base nos dados que Vítor Oliveira Jorge e Maria Antónia Silva recolheram. A nossa amostra é muito reduzida, mas aponta uma abordagem de pesquisa que pode vir a ser seguida

futuramente. O alargamento da área geográfica em estudo e, consequentemente, o aumento de documentos analisados, pode traduzir dados mais expressivos no que diz respeito a esta temática.

Apesar do interesse destes registos, que nos podem fazer pensar que na época medieval os monumentos sob *tumulus* poderiam ser relativamente abundantes, ou minimamente significativos, por vários motivos possíveis, importa notar que hoje em dia nem sempre é possível confirmar a existência de tais vestígios arqueológicos.

Coloca-se a seguinte questão: será que terão existido monumentos sob *tumulus* ou sepulcros megalíticos nestes locais ou terão estas designações, às quais associamos vestígios pré-históricos, adquirido novos sentidos ao longo dos tempos? Na nossa interpretação, os vestígios pré-históricos poderiam já não existir aquando da redação dos documentos medievais. No entanto, podem ter permanecido sob a forma de topónimo, perpetuando realidades passadas.

No momento atual da nossa pesquisa não dispomos de dados/elementos suficientes que permitam responder à referida questão. Assim sendo, propomos a realização de um exercício muito simples: decidimos analisar os documentos apresentados e tentar assinalar num mapa alguns topónimos que ainda hoje conseguimos identificar no concelho de Gondomar, mas que não se referem aos vestígios pré-históricos. Alguns destes topónimos ainda existem, mas em alguns casos com uma grafia diferente: *Mituceli-Medancelhe; Sumgimir-Sangemil (Maia ou Gondomar)*[3]*; Soutelo; Manariz; Cabanas; Vila Cova (Porto); Gontomir – Contumil? (Porto); Pego Negro (Porto); Tardinadi – Tardinhade; Rio Tinto.*

Em Gondomar são apenas conhecidos dois sepulcros megalíticos: a Mamoa dos Crastos (Broalhos) [727] e a Mamoa dos Valinhos (Broalhos) ou Cista (?) de Valinhos [728], ambas na atual freguesia de Medas, parte oriental do concelho, muito distante da área referida nos documentos medievais. Na Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, em "Fânzeres" é dito que as Inquirições de 1258 citam nesta freguesia uma mamoa (Soutelo) e uma "madorra". Na freguesia de S. Pedro da Cova é citado, em documentos antigos, um "Monte de Mámoas", que corresponde a uma elevação que divide aquela freguesia do concelho de Valongo a leste (Jorge, V.O., 1982: 505).

A análise dos excertos destes documentos medievais permite pensar na possibilidade de terem existido mais quatro monumentos sob *tumulus* no atual concelho de Gondomar: Mamoa de Soutelo *(mamolam de Soutelo),* a Mamoa de S. Cristovão (?) *(mamoa de Crestove Annes),* a Anta de S. Gemil[4] *(anta de Super Sungemir) e o Madorro de Spiido.*

[3] Estes dois topónimos foram revelados no trabalho de Maria Antónia Silva, anteriormente citado.
[4] Segundo informação pessoal do Prof. Doutor Mário Barroca, confirmado por pessoas residentes em Gondomar, existe o lugar de S. Jumil, na freguesia de S. Cosme, já perto do rio Douro.

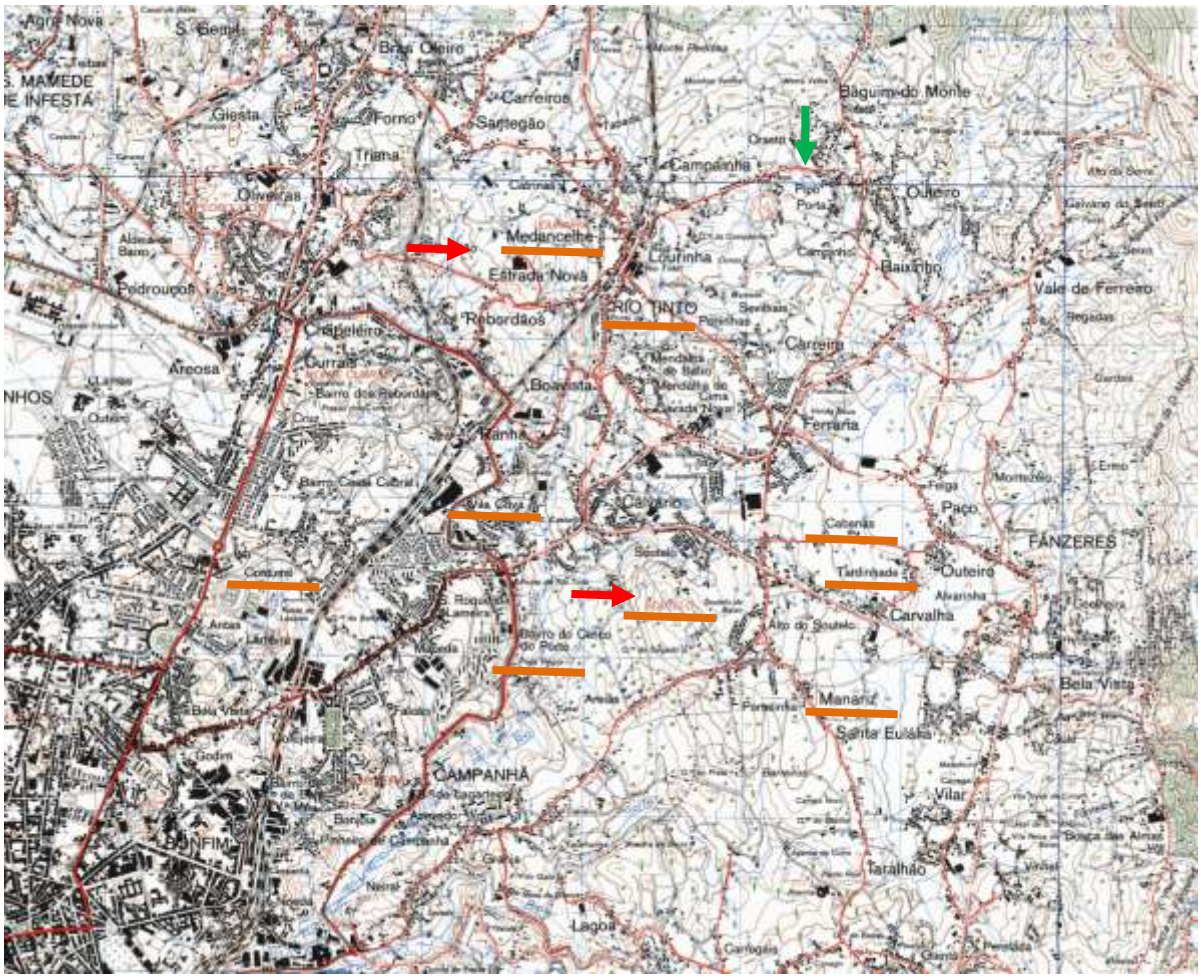


Fig. 1. Nesta imagem assinalamos a cor de laranja os topónimos referidos na documentação medieval, as setas vermelhas indicam monumentos megalíticos também referidos na documentação e a seta verde assinala o local onde foi escavado um povoado com fossas, integrado possivelmente na Idade do Bronze, o sítio do Paço (Carta militar de Portugal 1:25 000 Continente, Série M888; 122 Porto; Serviço Cartográfico do Exército 1959-1993 Porto).

Observando a documentação medieval sobre o atual concelho de Gondomar (distrito do Porto) destaca-se o seguinte: para além destes documentos referirem possíveis sítios arqueológicos já desaparecidos, a sua leitura permite-nos olhar para esta paisagem urbana, tão densamente povoada, e vislumbrar os montes, os caminhos, os riachos e outros elementos que são difíceis de discernir no presente momento.

Um dos aspetos que nos suscita maior interesse prende-se com o facto de documentos dos séculos XIII e XIV utilizarem como referências topográficas designações que podem ser associadas a vestígios pré-históricos. Podemos então inferir que a palavra mamoa tenha sido utilizada, pelo menos desde o século XIII, para se referir ao *tumuli* pré-históricos; é uma designação bastante expressiva em território português, como veremos no capítulo seguinte.

2.2. DOCUMENTAÇÃO MODERNA

Em relação à documentação moderna, fazemos uma breve referência ao *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assimantigas, como modernas* (Tomo I e II) do Padre Luís Cardoso, de 1737-1751. No entanto, a obra que se destaca deste período é, efetivamente, as *Memórias Paroquiais de 1758*, que resulta de um inquérito realizado em todas as paróquias do país após o terramoto de 1755[5].

> "Um aviso de 18 de Janeiro de 1758 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, fazia remeter, através dos principais prelados, e para todos os párocos do reino, os interrogatórios sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755. As respostas deveriam ser remetidas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino" (ANTT, em linha).

Segundo José Viriato Capela,

> "O lançamento do Inquérito de 1758 e a recolha das respostas que compuseram as Memórias Paroquiais, num tempo recorde – de Janeiro a Maio desse mesmo ano – significa uma realização notável (...). A utilização e publicação dos informes memorialísticos foi sendo feita, ou em recortes sectoriais de elementos – para dados sobre a população [84, 121], sobre sítios e restos arqueológicos [28], (...) a publicação destas fontes tem hoje um interesse histórico-cultural, particularmente interessante, tendo em vista o alargamento do campo da História e das fontes históricas, irredutível aos conceitos e objectivos do tempo em que se produz a presente informação, a meados do século XVIII, e também a recente valorização da História Local e da História das Comunidades" (Capela e Borralheiro, 2006: nota prévia).

Na nota 28, que se refere aos vestígios arqueológicos, Viriato Capela faz menção à obra de Pedro A. de Azevedo «Eztractos archeologicos das Memórias Parochiais de 1758». Podemos assim dizer que uma primeira tentativa de compilação de dados relevantes para a Arqueologia foi realizada por Pedro Azevedo, autor de uma longa série dos tais excertos arqueológicos, na primeira série do Arqueólogo Português[6], nos finais do século XIX.

Em relação aos vestígios arqueológicos,

> "O Inquérito Paroquial elaborado em 1758 é a obra que encerra, provavelmente, o maior elenco de referências a sítios arqueológicos e a monumentos de Portugal Continental alguma vez mencionados até ao século XVIII. Qualquer concelho, independentemente do quadrante geográfico de origem, encontra nesta obra notas, ainda que por vezes breves, que lhe permite amiudadamente obter as primeiras, e muitas vezes as únicas, menções a um determinado valor patrimonial, seja ele de carácter arqueológico ou arquitectónico aí existente. As Memórias Paroquiais são, assim, um compêndio de obrigatória consulta por parte de arqueólogos e historiadores que pretendam abalançar-se em estudos de carácter local, regional ou mesmo supra-regional. Para além de valiosas

[5] Para mais informações sobre esta obra, para além da vasta coleção publicações de José Viriato Capela sobre as Memórias Paroquiais (ver Capela e Borralheiro, 2006; Capela, 2007; Capela *et al*., 2009; Capela e Matos, 2010; 2011; 2013), consultar ainda o texto de Helena Osswald (2002).

[6] Esta informação foi-nos referida pelo Prof. Doutor Mário Barroca, a quem agradecemos.

> informações arqueológicas e de lendas associadas aos «mouros», bem como sobre a actividade construtiva de pontes e pontões, que ao arqueólogo caberá dissecar, (…)" (Sousa, 2011: 911).

Esta documentação revela-se útil para a análise dos vestígios arqueológicos, embora seja dada maior primazia ao património edificado, como foi referido por Luís Sousa. A análise destes textos permite-nos conhecer a forma como eram interpretados os referidos vestígios, muitas vezes atribuídos aos mouros ou aos romanos.

De seguida, iremos tecer um conjunto de considerações a respeito dos dados que estruturamos neste ponto.

Consultámos os oito volumes editados até ao momento da coleção "Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758", coordenada por José Viriato Capela. A nossa atenção centrou-se em alguns itens específicos do inquérito de 1758, nomeadamente sobre as perguntas associadas ao tema: "O que se procura saber dessa terra é o seguinte":

> 22. Se tem alguns privilégios, antiguidades, ou outras coisas dignas de memória?
> 25. Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se há nela ou no seu distrito algum castelo ou torre antiga e em que estado se acha ao presente?
> 27. E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório".

A análise das Memórias Paroquiais requer alguma cautela. Em primeiro lugar, "a grande maioria dos párocos memoralistas menciona usualmente o património edificado e não tanto o património arqueológico". No que diz respeito à questão 22, "alguns padres responderam que não tem privilégios, nem antiguidades dignas de memoria, porém, em outros pontos, vão mencionados sinais ainda que residuais da "época dos Mouros" ou dos Romanos" (Sousa, 2011: 911), o que pressupõe que é necessário fazer uma análise cuidada e atenta na demanda por referências a vestígios arqueológicos.

Relativamente ao nosso inquérito e no que concerne à associação de vestígios arqueológicos com espaços sagrados/religiosos, estivemos também atentos, em alguns casos específicos e em localidades escolhidas para o efeito, às seguintes questões dentro deste ponto:

> 7. Qual é o orago, quantos altares tem e de que santos, quantas naves tem; se tem irmandades, quantas e de que santos?
> 13. Se tem algumas ermidas e de que santos e se estão dentro, ou fora do lugar e a quem pertencem? 14. Se acodem a elas romagem, sempre ou em alguns dias do ano e quais são estes?

Optamos por apresentar no corpo do trabalho excertos das Memórias Paroquiais. Com o propósito de estruturar a informação, agrupamo-la em sete pontos:

1. Arte Rupestre;
2. Antas/Orcas;
3. Povoados Murados (Calcolítico/Bronze);
4. Povoados Fortificados/Castros (Bronze Final/Idade do Ferro);
5. Sítios da Idade do Ferro ou Romanos, com referências aos Mouros;
6. Castelos Medievais;
7. Igrejas e Capelas.

A nossa análise centrou-se nas regiões localizadas na Bacia Hidrográfica do Douro, no entanto, ao longo das próximas páginas faremos referência a sítios arqueológicos que não se enquadram na nossa área de estudo, ou cujo enquadramento cronológico extravasa o primeiro quartel do I milénio a.C. Apesar de alguns desses sítios não se integrarem no âmbito cronológico ou geográfico do nosso estudo, consideramos pertinente a sua análise pois conferem uma maior consistência às ideias que pretendemos apresentar e defender. Os dados encontram-se estruturados da seguinte forma:

- Designação/designações [número de inventário] ou (cns – código nacional de sítio, que nos remete para os sítios inventariados no Portal do Arqueólogo) freguesia, concelho.
  Descrição (Fonte). A negrito encontram-se expressões que visamos destacar, sendo da nossa responsabilidade e não se encontrando no texto original.

ARTE RUPESTRE

Iniciámos a nossa análise pelo Dicionário do Padre Luís Cardoso com dois exemplos de sítios com Arte Rupestre.

- Fraga pintada do Cachão da Rapa [297] Ribalonga, Carrazeda de Ansiães:

"Ansiães - Pela parte do Sul corre encostado a este Concelho o rio Douro, (…) que se pescam no sítio do Cachão em grande quantidade. Neste mesmo sítio. **Onde chamam as Letras**, está uma **grande "lage" com certas pinturas de negro, e vermelho escuro quase em forma de xadrez, em dois quadros com certos riscos, e sinais mal formados, que de tempo imemorial** se conservão neste penhasco. Dizem os naturais, **que estas pinturas se envelhecem umas, e se renovam outras**, e que guarda esta pedra **algum encantamento**; porque querendo por vezes algumas pessoas examinar a cova, que se oculta debaixo, foram dentro mal tratadas, sem ver de quem" (Cardoso, 1747: 469).

- Cabeço de Nossa Senhora da Ribeira/Gravuras rupestres de Lampaça [2459] Bouçoais, Valpaços:

"A Igreja Paroquial dedicada a N.S. da Ribeira, é um templo de uma só nave, e antiquíssimo, e diz ser do tempo dos Romanos: é Abadia do Padroado Real, de que este lugar é Cabeça. Está fundada em sítio plano, **junto a um cabeço, onde se descobrem vestígios de muralhas, e segundo mostrão escaças reliquias, e monumentos, foi uma grande povoação em tempos antigos**. **Achão-se espalhadas pelos campos algumas pedras soltas, com vários sinais, e letreiros, e pedaços de argamassas de tijolo enterrados, que com pouca diligencia se descobrem, e estão indicando, que fora antigamente habitado este sítio"** (Cardoso[7], 1737-1751: 238).

Enquanto no primeiro exemplo se faz referência ao Cachão da Rapa e à lenda que se encontra associada ao sítio, no segundo caso descreve-se o povoado fortificado de Nossa Senhora da Ribeira (Valpaços), com ocupações da Idade do Ferro, romanas e medievais, onde "no lado Sul, também fora de muralhas, há um conjunto de rochas com abundantes gravuras" (Portal do Arqueólogo, DGPC, 2014). Estas gravuras foram objeto de uma tese de licenciatura (Teixeira, 2007).

[7] Os textos foram escritos segundo a caligrafia atual, mas foram respeitadas as letras maiúsculas presentes nos textos originais.

ANTAS/ORCAS

O Padre Luís Cardoso, no tomo I da sua obra, regista um conjunto de lugares com a designação de Anta, Antas e Antellas. Existem ainda referências a Arcas e Orcas. Destacamos estes três exemplos, apesar de se referirem a locais que se encontram fora da Bacia Hidrográfica do Douro:

- Antas de Penalva:

"O **nome de Antas** parece se tomou das muitas que há por esta terra, **as quais constão de duas pedras, uma delas que serve como de pés, e outra em cima como mesa, em que dizem se fazião antigamente os sacrifícios gentílicos**; e desta forma vemos muitas em outras partes deste Reino, principalmente na Provincia da Estremadura, e na do Alentejo no território de Évora. Parece se derivou este nome da palavra Latina *antrum*, a cova" (Cardoso, 1747: 503).

- Arca, Lafões, Viseu:

"Há junto da Igreja uma mesa, ou altar, **que consta de três pedras ao alto, e de uma grande laje, que tem quinze palmos de vão, e vinte de comprimento, a qual corre sobre as três, que estão levantadas**: os moradores lhe chamam Arca, que sem dúvida é corrupto de Ara, e deste feitio há outras muitas em toda a Provincia da Beira, **a que dão o nome de Antas**, **e se entende que eram os altares em que os Gentios faziam os seus sacrifícios**" (Cardoso, 1747: 520).

- Relativo a Canas de Senhorim:

"Há por aqui vários **montes de pedras com umas lajes em cima, de bastante largura**; **chamão-lhe Orcas**, e **dizem os moradores serem do tempo dos Mouros, e que sobre elas queimavam os dízimos"** (Cardoso, 1737-1751: 405).

Nas Memórias Paroquiais encontramos um outro exemplo da descrição de cinco possíveis sepulcros megalíticos no concelho do Sabugal, para os quais não há registos atualmente:

- Ruivós//Antas da Senhora da Trindade//Antas da Tapada das Cruzes e do Prado da Igreja/Capela de São Paulo [609] Ruivós, Sabugal:

"Na antiguidade já os indígenas tributavam culto a Deus e seus altares (…) Não só em 4, mas em 5 altares que ainda neste limite existem quasi perfeitos. Do mesmo modo que está um junto à vila de Codeceiro, no bispado da Guarda, o qual está em campo raso, **com sua pedra de mesa em cima, estando as pedras que a sustentam levantadas em forma circular e arruinadas umas às outras, ficando no meio delas e debaixo da pedra da mesa, um vão à maneira de uma fornalha de coser pão**. Eram estes altares 2 juntos à ermida da Santíssima Trindade; o terceiro, na demarcação dos limites, em valdeiras; o quarto distante 400 passos da ermida de S. Paulo e o quinto dentro de um prédio chamado Prado da Igreja (descrevem-se mais pormenorizadamente estes monumentos)" (Sousa, 2013: 762).

"Nesta freguesia existiam 5 altares, dois junto à ermida da Santíssima Trindade, um outro está onde chamam Valheiras, o quarto está a 400 metros a Norte da ermida de São Paulo e o quinto está a 100 passos dentro de um prédio chamado o Prado da Igreja. Estes assemelham-se aos da vila de Codeceiro, no bispado da Guarda, (…) com sua pedra de mesa em cima, a qual tem dezassete passos em circuito e é quasi redonda, grossa e tosca, estando as pedras que a sustentam levantadas em forma circular e arrimadas umas às outras, ficando no meio delas e debaixo da pedra da mesa um vão à maneira do de

uma fornalha de cozer pão. O pároco querendo investigar a feitura dos altares, mandou pelos montes cavar dentro e fora, o que levou ao aparecimento altamente enterradas e arrimadas as pedras levantadas em que se sustentava a pedra da mesa, que ainda está ao pé delas lançada em terra e tem quinze passos em circuito, **uma pedra de pederneira de comprimento de uma polegada, e do feitio de uma concha de um carreiro, [e cinco de afiar], quasi de cor azul claro, e quasi do comprimento de um palmo, e todas cinco do mesmo feitio, que são bem semelhantes ao ferro de uma junteira de carpinteiro, porque de uma ponta são [estreitas] de quatro quinas, e da outra são largas e chatas, e nesta tem gume, bem semelhantes ao de uma junteira, ou de um malho**. **Todas estas pedras guardo em minha casa para prova e memoria.** Todos estes altares estão postos em campo raso, com esta formalidade, que consta cada um de cinco ou seis, ou sette pedras de doze ou quatorze palmos ou mais de comprimento, algumas estão levantadas na terra em circulo, e arrimadas umas às outras, e sobre elas assenta a pedra da mesa, ficando hum vão debaixo, redondo, como fica ditto, ocupando cada um dos altares quinze ou dezassette passos em circuito e não menos, conforme a medida que a todos tenho tomado. Prova-se que estes altares foram feitos à imitação daqueles que Deus mandou fazer. **Primeiro porque todos estão em campo raso, sem degrau algum. Segundo, porque todas as pedras deles são uniformes, toscas e [impelidas] sem que nelas se descubra o mais minimo sinal de que algum instrumento de ferro as tocasse**" (Sousa, 2013: 767).

Não só existem referências às designações populares deste tipo de vestígios arqueológicos: *anta, antas, orcas*, como descrições, mais ou menos pormenorizadas "(...) de uma grande laje, que tem quinze palmos de vão e vinte de comprimento (...)"; ou ainda a forma como eram interpretados estes vestígios: "(...) altares em que os gentios faziam os seus sacrifícios (...)".

POVOADOS MURADOS (CALCOLÍTICO/BRONZE)

Fizemos corresponder as descrições de alguns sítios arqueológicos, presentes nas Memórias Paroquiais, a povoados murados, com uma cronologia que se enquadra no Calcolítico ou na Idade do Bronze.

- Castelo Velho do Monte Meão (ou Castelo Velho 5) [1648] Vila Nova de Foz Côa:

"**No Monte Meão, junto ao rio Douro, há vestígios de um grande castelo, chamado Castelo Velho e nas suas ruinas se divisam nele 2 portas, uma para Nascente e outra para Sul e dizem que foi dos mouros**" (Sousa, 2013: 770).

- Castelo Velho de Seixas//Castelo Velho das Seixas [668] Seixas, Vila Nova de Foz Côa:

"Seixos. No cabeço que chamam de São Martinho, ao pé da capela do mesmo santo, está um penhasco de Seixos que parece hum castelo, e só por uma parte se pode lá subir, que é por feitio de uma escada, e no cima tem uma planicie, donde podem estar mais de trezentas pessoas, e para a parte do Poente tem uma grande distancia de altura, que se faz o horroroso olhar para baixo" (Sousa, 2013: 771).

Ainda hoje, tanto no Castelo Velho de Monte Meão, como no Castelo Velho de Seixas, podem observar-se os seus panos de muralha: no primeiro caso é "visível uma longa linha de muralha composta por blocos aparelhados", no segundo "são visíveis os vestígios de panos de muralha derrubados compostos por pedra não afeiçoada em granito" (IGESPAR, 2012).

POVOADOS FORTIFICADOS/CASTROS (BRONZE FINAL /IDADE DO FERRO)

Bastantes numerosas são as referências a castros ou povoados fortificados, que podem, no entanto, possuir ocupações posteriores. Por vezes, as descrições referem-se aos vestígios medievais aí existentes, mais expressivos do que os vestígios de períodos mais antigos.

- Castro do Monte Valinhas [798] Santa Eulália, Arouca:

"Na Memória desta paróquia observamos que nas questões 22 e 23 que nam constam antiguidades dignas de memoria, **supposto há tradição que houve no sitio de Sam João de Valinhas que hé da freguezia de Sancta Eulália hum castello que fora dos Mouros, mas dele não há vestígio algum**" (Sousa, 2011: 916).

- Castelão I [554], Figueira de Castelo Rodrigo e Monte do Castelo ou Calábria [1681] Vila Nova de Foz Côa:

"Vilar de Amargo - Junto ao rio Bravo, para Nascente, **os mouros fabricaram duas fortalezas** distantes uma da outra uma légua. Uma está contígua a esta terra **ao sítio que chamam o Castelão**, e a outra no limite da vila de Almendra, **no sítio que chamam o Cabeço de Calabre**, um e outro bastantemente eminentes, **donde ainda se divisam alguns vestígios das suas fortalezas**" (Sousa, 2013: 757).

"Escalhão - Nas margens do rio Douro, nos limites da vila de Almendra, estão em um monte e altura eminente **os vestígios da antiga cidade de Calabria**" (Sousa, 2013: 758).

"Almendra - No seu território e na eminência de **um monte junto ao Douro se acham vestígios de uma povoação murada**, que se diz ser a antiquíssima cidade de Caliabria, edificada pelos Cartagineses, **hoje se chama de Castelo de Calabre**. E consta pelos Concílios Provinciais ter também sido capital de um bispado; hoje está absolutamente deserto e só se lhe conhece o alicerce dos muros (…)" (Sousa, 2013: 770).

- Alvendre [1899] Alvendre, Guarda:

"Tem para a parte do Norte um pináculo, chamado o **Castelo**, semelhante a Gibraltar" (Sousa, 2013: 759).

- Cabeço das Fráguas [1900] Benespera, Guarda:

"Do meio desta serra das Cruzes se levanta o Cabeço das Fragas (…). E é tradição se quis em tempos antigos fazer povoação, o que mostram **alguns vestígios de muralha**, e **tem uma só entrada à parte do Norte**, com **alguns pedaços de calçada**" (Sousa, 2013: 759).

- Castelos Velhos [1902] S. Vicente, Guarda:

"Houve antigamente perto desta cidade da Guarda um castelo, a cujo sítio **se chama o Castelo Velho**, que foi obra de Afonso Magno, rei de Leão, e a Torre Velha era, segundo parece, mais antiga que a cerca a cidade da Guarda, e que tinha reduto, porque não muito distante dela se vê a muralho do aumento arrimada a outra que vem da torre e se mostra fazia volta para ela" (Sousa, 2013: 759).

- Castro de São Jurges//Castro de São Jurge [1645] Ranhados, Meda[8]:

"Não é murada, **só tem um castelo antigo no alto da vila para a parte do Poente, mas já arruinado**" (Sousa, 2013: 761).

"E **outro castelo distante desta terra** (Alcarva), **também antiquíssimo**, em muito mau estado por razão de estar quase todo arruinado, que será desta terra ao castelo um quarto de meia légua, o qual castelo está em uma ponta da vila de Ranhados" (Sousa, 2013: 761).

- Castelo dos Mouros [499] Cidadelhe, Pinhel:

"Tem alguns picos feitos de pedra lavrada a modo de sepulturas, **em um sítio chamado Castelo**, aonde ainda se conservam como parte do dito castelo se **conservam os alicerces do seu muro"** (Sousa, 2013: 761).

- Castro da Cigaduenha//Cigadonha/Cigaduenha//Cidadonha ou Castelo dos Mouros da Cidadonha [1968] Picote, Miranda do Douro:

"22. Naõ tem privilegio algum. As antiguidades, de que ha / tradiçaõ vulgar saõ as seguintes:
Que este lugar foi Cidade / chamada Del Cueto dominada por Mouros; ha dentro / delle, e ainda por fora para a parte do Douro sepulturas / abertas a pico em fragas de canteria; conservaõ-se vestigios / de hu*m*a fortaleza para a parte do Nascente em distancia / de hu*m*a legoa, apartada do rio Douro couza de hum tiro de / mosquete **no sitio a que chamaõ Cigaduenha** limite / desta mesma aldea, aonde ainde se diviza por seus alicerces / a muralha com o ambito de seis geiras de arado, que / levaraõ nove, ou des alqueires de semeadura, com a porta / principal para a parte do Norte. Mostra-se, que em cir-/cuito do mesmo muro havia hu*m*a calçada de pedras, entre / as quaes se seguravaõ outras, que sobresaiaõ na altura de / tres palmos em fileiras com distancia de palmo e meyo / de pedra a pedra interpoladas de forma, que as de hu*m*a / ficavaõ na direytura dos vaõs, e intermeyos da outra, de for- / ma, que por ella senaõ podia caminhar via recta, e ainda /ho¡e se conserva parte de largura de vinte passos com / pouca differença, aqui em pouca distancia para a parte / do Nascente existe hu*m*a fraga levantada a modo de / Baluarte com o nome do Castello de las Ruecas; nella / se achou ha pouco tempo hum alfange todo de metal / amarelo. Mais abaixo distante desta aldea pouco mais / de hum tiro de bala entre o Nascente e Sul ha outra / fraga alta desta parte tambem de Portugal na margem / do rio Douro com degraos abertos na Canteria da mesma / fraga, **no cimo da qual ainda se achaõ signaes de muro, e / pedaços de argamassa**. **Pello meyo desta fraga desce hu*m*a con- /cavidade profunda, em cu¡a boca se acha hu*m*a pedra preta dif-//differente das que ha em aquelle sitio**, que esta cobrindo a mes-/ma boca, he inaccessivel, e na rais desta fraga para a parte / do Douro se ve destilar agoa, ou licor de cor de ferrugem" (Oliveira, 2006: 374).

- Castro de São Brás//Torre de Dona Chama/Castro de São Brás [1935] Torre de Dona Chama, Mirandela:

"2Descriçaõ da Uilla da Torre de Dona chama, / Comarca da Uilla da Torre de Moncoruo; Bispado / da Cidade, de Miranda, do Douro.
Tem esta Uilla Forca, por cima della em alto, Tem duas Praças, mas / ambas pequenas; em huma está o Pelourinho della, dos mais bem feitos / que há por estas terras; Tem ao pé huma **Urssa de pedra**, **do tama- / nho da mesma Urssa, e Se dis que andando huma [1] Urssa, nas terras do / Senhor de Murça que fazia muito danno, o Senhor da terra, mandara ¡un- / tar os moradores della e a matara, e a mandara por da Sorte que dito fica / na Sua Praça** e dahi tomaram o Titulo dos Senhores de Murça, e a

[8] Pode corresponder a um destes sítios descritos nas Memórias Paroquiais.

mes- / ma Uilla tomara o nome, deribandosse de Urssa, em Murça, e na / praça de baixo esta hum Cruzeiro, chamado das Almas, muito bem / feito Com as Almas pintadas humas, no Centro do Purgatorio, outras /mais acima, outra Sahindo delle; Com os demonios em figuras / de Cobras, e Serpentes, (...)" (Oliveira, 2006: 518)

"25. **Nam he esta Uilla Cercada nem murada, no Sitio / donde hoje Se açha asente: mas antiquissimamente / o foi, antes de Se mudar para o Sitio donde hoje está. Hera antiquissimamente esta Uilla adonde está hoje (ou Sem / pre esteue) a J greja Matris, em hum Cabeço alto, por cima / donde está hoje,** huns Seis tiros de Espinguarda, Como /ja atras falamos a respeito da J greja Matris. **A qual Uilla hera Cercada, e Murada, e tinha Sua / Torre ou Castelo por iso Se chamou Torre, e lhe dura / hoje o nome Torre Cuja Cerca ainda hoje Se parece / e esta feita; Somente pella parte de dentro da uilla, já as / paredes da Cerca nam descobre mais alto que a terra e asento / da Uilla mas para a parte de fora ainda está alta, exce- / pto em algumas partes que está demulida, Com porte- / los, que lhe tem feito, a tirarlhes pedra, e outros para que / lhe corra a terra da Cerca para as suas, que as deuide da mes- / ma Cerca.**
O Castello, ou Torre está demulido, Somente pou / Co mais de huma parte tem parede de altura de quinze pal- / mos pouco mais ou menos, e das outras partes, nem tam / ja parede alguma.
Ahinda ha naquella uilla os Elicerses de Cazas //Dizesse que aquella ou esta Uilla [1] / tomara o nome de Torre pella Torre que nella hauia /no Castello que falamos. e que por iso Se çhamou Torre / e acrescentarsse Dona çhama Se Conta e dizem os homens / de noticia que fora por Ser esta Torre e Uilla de huma /grande Senhora, gentia, no tempo que os Mouros rese / diram nestas terras; <chamada Dona çhamorra>" (*idem*: 515).

- Castro de São Juzenda//S. Juzenda [1932] Múrias, Mirandela

"4. Nam nasce neste distrito Riyo algum, nem propria- / [3] dades notaueis delles. (...) no de Mirande- / lla por cima de hum lugar çhamado Quintas ter- / mo de Mirandella **no direito de hum cabeço çha[ma]do / de Sam J usendo que foi Uilla e morada de mouros;** / e fenece este Riyo no Douro, aonde çhamam / Fostua, Corre este Riyo, do Norte, p[a]ra o Sul, 5. Nam ha nesta terra Serras, que nellas estem Uilla, / nem Aldea alguma" (Oliveira, 2006: 520).

- Castro do Brejo ou Cidadonha [864] Bobadela, Boticas:

"Respondo que este pouo esta situado junto a huma / brea pella qual passa huma estrada que principia / em Uilla Real e passa pella Serra de Sam J oaõ de / monte (...) Do poente **de Seu nome ou apelido Cidadonha / por tradiçam se Conta que foi fortaleza de Mouros tanto** / tem de Comprido Como de largo que tera trezentas / Bracas em seu Comprimento e outras tantas de largo / **de mostra que teue duas entradas e saidas naõ tem / indicios ja de muros de pedra nem de outro material Tem / de mostras donde ouue Casas tem humas barreiras grandes / que em partes naõ se podem subir tem dous foços / em seu Contorno Com seus baluartes esta esta / fortaleza** Chea de Aruores siluestres Como sam Carbalhos / e outras mais e se descobre deste Cabeço munta terra / Como he a maior parte do Concelho de Monforte / e parte do de Chaues e munta parte da Prouincia / de tras dos montes e deste Cabeço se descobre / O[u]cidres, Uilla noua, Aluarelhos, Lama de ouriço, Uillaran= / dello, Tinhela, Nuzellos, Fianis, Lebuçam, Tronco" (Oliveira, 2006: 53).

- Castelo Seixão [521] Santalha, Vinhais:

"Lugar da Quadra. 1. Fica na Provincia de Tras os montes pertence ao Bispado e Comarca / de Miranda do Douro, he Termo da Villa de Vinhaes, e Freguezia per si

1. Que Se chama a Coroa <2> que tem de Cumprimento duas legoas / e huma de larga, e principia em o Lugar de Travanca terra / de Vinhais, **e acaba aonde chamaõ Castelo Seixaõ** partindo / Com o lugar de Seixas" (Oliveira, 2006: 393).

- Cigadonha [2074] Moimenta, Vinhais:

"25. **Acham-se no seo destrito as roinas**, que mostram ser / **de algum castello antigo que dizem era de Mouros**" (Oliveira, 2006: 292).

- Castelo dos Mouros [2335] e Senhora do Castelo da Adeganha//Nossa Senhora do Castedo [1285] Adeganha, Torre de Moncorvo:

"No limite desta Freguesia **há um monte a que chamam Castelo Velho**, povoado de arvoredo silvestre; e no mais alto dele **está muita quantidade de pedra, que parece ser ruina de alguma antiga fortaleza; e dizem que era um castelo de Mouros**. **Deste monte se arrancam boas pedras de cantaria, que são procuradas de terras muito distantes pela sua boa qualidade**.
No sítio, em que hoje se acha a **Senhora do Castelo**, **dizem que houvera antigamente uma grande cidade, cujo nome se ignora, da qual ainda se descobrem parte dos seus muros arruinados"** (Cardoso, 1747: 51).

- Pena Mourisca [2325] Espadanedo, Bragança:

"Bouzende - A serra que entra nesta freguesia chama-se Penha Mourisca, que tem uma legoa de comprido, e outra de largo, **habitação antiga dos Mouros, na qual se achão os vestígios de moradias deles, feitos de pedra, e cal;** junto da mais alta Penha **se acha um letreiro com letras Mouriscas, que não se podem ler: nesta terra se tem achado variedade de instrumentos, como são, martelos, argolas, e outras coisas, que mostrão ter sido povoação antiga**" (Cardoso, 1737-1751: 244).

Novamente se destacam várias referências aos Mouros, designadamente na toponímia ou nas lendas associadas aos sítios. São vários os exemplos de "Castelos Velhos" construídos pelos "Mouros". A análise dos excertos torna possível a identificação de vestígios que subsistem, hoje em dia, em muitos destes sítios, permitindo aferir o grau de "destruição" a que foram sujeitos nos últimos 250 anos.

Outro dado interessante prende-se com o grau de pormenor com que alguns destes sítios foram descritos, como o Castro da Cigaduenha, o Castro de S. Brás ou o Castro do Brejo. Outras referências consistem em duas ou três linhas apenas, sendo que, certamente, esta situação estará relacionada com o autor do texto. Para alguns dos padres encarregados de responder às perguntas do inquérito, estes vestígios antigos mereceriam maior atenção e interesse do que para outros.

SÍTIOS DA IDADE DO FERRO OU ROMANOS, COM REFERÊNCIAS AOS MOUROS

- Monte da Picota [2504] e Torre de Castrelinhos (cns 17484) Alvaredos, Vinhais:

"Para Sul, (…), há um monte, a que dão o nome de Picota, **e afirma a tradição ser habitação dos Mouros, e se veem vestigios de paredes arruinadas, e uma célebre gruta feita ao picão na rocha viva; de tal capacidade, que recolherá dentro em si um regimento de Infantaria**" (Cardoso, 1747: 385-386).

- Alto da Cotolinha (Muro) (cns 692) Sanfins da Castanheira, Chaves:

"Samfins da Castanheyra, (…)/ há tambem nesta ribeira no termo da quinta de Parada desta freguezia hu*m*a / fortaleza Com Seus muros m*uy*tos ¡a derubados Camada por Seu nome o Castro / **que por tradiçaõ dos antigos Se dis foy habitação dos Mouros** = tudo o que / ditto fica he o que achei, de que Se possa dar noticia ao curiozo leitor; /de que p*ar*a Constar na verd*ad*e fis esta lembrança, que assignei. Samfins / da Castanheyra 12 de Abril de 1758" (Oliveira, 2006: 441).

- Castelo do Sanguinho (cns 17482) Calvelhe, Bragança:

"**Houve neste termo tres Castel= / los de Mouros de que ha ainda Bestigios / hum para a parte do Poente, que Se chama / Urreta fermoza**; **e dous para a parte do / Nascente; hum que Se chama Castello / Sanguinho; e outro no fim da Urreta Avi= / lheyra**" (Oliveira, 2006: 82).

- Castro/São Sebastião (cns 429) Cimo de Vila da Castanheira, Chaves:

"13. Ha em hum alto hum[a] Capella do martir Sam Sebastiam / que esta antiguamente foy ⌡greıa grande há annos Se man / dou reformar esta Capela, e em parte do Corpo da ⌡greıa ficou / hum Cabbido Com parede e Suas Colunas Sobre a mesma parede / aonde Se recolhe a gente para ouuir missa no dia em que Se / Celebra a festa ao dito Sancto que he todos os annos em uinte / Em uinte de ⌡aneyro; esta Capella fica defronte da ⌡greıa ma- /triz trezentoz passoz ha administrada pelos fregueses da d*it*a Digo e or- / nada pelas esmolas que dam os fieis em o dia do mesmo Sancto nes- / te Sitio **Consta por tradição dos antigos Ser habitaçam de mouroz / e Ser huma das mayores Cidades nesse tempo chamada Cidade de ua / Ladares, e tambem ha em Contorno desta Capela Certos foıos que mostram Ser murada a tal Cidade, e nestas mesmas partes Se tem / achado uarias peças de ouro, e prata,** e tudo em roda hé terra Laura / dia, e desta ponta Se descobre a mayor parte dos lugares do Concelho, / e de outros uarios em munta distancia" (Oliveira, 2006: 53).

- Covas/Fornos dos Mouros (cns 19079) Santalha, Vinhais:

"Discriçaõ do lugar de Gestosa, e seu termo
17. Naõ Consta que de Suas Areas Se tirasse ouro ou prata e / **Somente nas margens delle ha Cauernas Antiguas q*ue* dizem / foraõ minas dos mouro**s Como he no Sitio de ual de uieiro ter / mo de Santa Alha" (Oliveira, 2006: 210).

- Terronha (cns 17489) Quintela de Lampaças, Bragança:

"1. Tem huma que se chama a Terronha; e **hé tradiçaõ neste lugar ter havido alli / huma Cidade de Mouros com o mesmo nome, de que se denomina a Serra**" (Oliveira, 2006: 400).

- Castelim/Castrelim (cns 20486) Roriz, Chaves:

"E neste mesmo termo Consta **por tradiçaõ que ouvera / asistencia de Mouros en duas partes** em huma / aonde Chamaõ o ssaõfardaõ de que naõ **ha ¡a / vestigios**, e em outra aonde **Chamaõ o Castelim / de que ainda ha vestigios da Cerca donde habi / tavaõ** e ha en toda esta Ribeyra / muitissimos Colmeares,

e Conserva sempre / o seu nome enthe que se mete em outro Rio / Chamado o Mente aonde morre, e no seu / decursso vay dar **a hum Castello Chamado / de maõ vezinho** o quoal Cerca aorredor / deyxandolhe para elle taõ somente huma aspe / ra entrada por terra e muito angusta Cujo / Castello **dizem por tradiçaõ hera dos Mouros** / **e nelle se tem achado algumas prendas preciozas** / Cuio Castello ainda estaõ **os vestigios das / paredes argamassadas e fortissimas do altor / de quoazi dois homens** = e tem este Rio Cinco / pontes de páo e donde primcipia athe onde per / de seu nome que he no Rio mente terra digo / tera a distancia quoazi de tres legoas" (Oliveira, 2006: 425-426).

Habitação, castelo, moradia, cidade, mina dos Mouros são elementos comuns entre estes excertos.

CASTELOS MEDIEVAIS

- Castelo de Penas Roias [404] Penas Róias, Mogadouro:

"**Tem castello, que hé antiquissimo, cujos muros estão arruinados, que eram de pedra de seixo bruto, pedra que não pode ser lavrada e tem huma torre antiquissima, que ainda está bem segura e fabricada do mesmo seixo bruto**. Esta tem quatro esquinas, e não pode ser bombeada de parte alguma, sem que a bomba vá esgodando; porém nam tem asseio algum, mais que as paredes, estas bem altas. Sobre a porta (que também fica levantada mais de trinta palmos) está hum letreiro, que por sua antiguidade se não lê, e a parte direita no peito está huma comenda bem feita (Memória de Penas Róias, Mogadouro)" (Capela e Borralheiro, 2007: 70).

- Castelo de Algoso [487] Algoso, Vimioso:

"Não hé Praça de Armas esta villa, **mas tem hum castelo**, por sima della, **que dizem ser manufactura dos Mouros, edificado na iminencia de hum rochedo**, de cuja altura largando a vista ao fundo se confunde para a parte do Sul, donde se faz inconquistavel, e pelas demais partes também o seria, socorrendo-o qualquer lemitada guarnição, de cujo castello hé alcaide mor o Comendador Maltês desta Comenda, e hoje o hé Dom Frei José de Almeida Portugal (Memória de Algoso)" (*idem*: 71).

Os castelos medievais aparecem igualmente referidos nestes excertos, com informação sobre a sua arquitetura e dados históricos.

IGREJAS E CAPELAS

- Senhora do Castelo da Adeganha, [1285] Adeganha, Torre de Moncorvo:

"Capela de Nossa Senhora do Castelo - Tem missa cantada na segunda oitava da Páscoa da Ressurreição e outra com sermão aos oito de Setembro e concorre gente em romaria em todo o tempo com pouca frequência, mas nos dois dias com mais frequência" (Capela e Borralheiro, 2007: 339).

- Ermida de Nossa Senhora da Corba Chã [677, 678 e 679] Candemil, Amarante:

"Capela de Nossa Senhora de Corvacham. Lugar de Corvacham. Segundo dia da oitava de Pentecostes. À dita capela concorre muita gente, muitos párocos circunvizinhos com suas cruzes e clamores e aí se faz uma grande romagem" (Capela *et al*., 2009: 303).

- Mamoa de Chã do Loureiro [700] Grilo, Baião:

"Capela de Nossa Senhora do Loureiro. Monte Velho/Monte do Loureiro. Na aba deste monte há a ermida da Senhora do Loureiro, milagrosa para as maleitas, romagem quase continua, principalmente

nos dias da feira (dia 18 de cada mês). Imagem milagrosa para todos os que a ela recorrem, especialmente os que padecem queixas de febres e maleitas perniciosas, a qual tem romagem com frequência, sem embargo de estar em um monte árduo, de cujas esmolas se orna a dita capela" (*idem*: 305).

- Alto do Castro//Castro de Santa Justa [772] Valongo, Valongo:

S. Pedro da Cova e Valongo - "Capela de Santa Justa. Serra de Santa Justa. Primeira oitava do Espírito Santo. Acode a ela povo de muitas freguesias, principalmente de Valongo, de Fânzeres, de Campanhã e de S. Cosme, cujos moradores são obrigados por voto a irem no referido dia com as procissões de suas respectivas igrejas à capela da mesma santa" (Capela *et al.*, 2009: 307); e ainda "Neste dia vem à dita capela com votos e procissões as freguesias de S. Pedro da Cova, Fânzeres, S. Cosme e Campanhã" (*idem*: 320).

- Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte (Senhora do Monte 3) [1286] Penela da Beira, Penedono:

"Tem a serra uma capela que é pertença da freguesia, aonde em dia de Nossa senhora dos Prazeres vão muitas freguesias com cruzes em romaria" (Sousa, 2010: 935).

No caso do Dólmen-Capela da Senhora do Monte, sabemos que na primeira metade do século XVIII a capela ainda era utilizada pelas populações, e que a festa principal se celebrava no dia de Nossa Senhora dos Prazeres.

- São Fagundo/Pegadas dos Mouros [435] Urrós, Mogadouro:

"Urrós Freguesia de Santa / Maria Madalena
25. Nan he murada, mas **no destrito do Seu termo / Ser acham os bestigios de dois Castellos**
Sitos no al / to das arribas do Douro na fronteira do Reyno / de Castella, e os fondamentos delles dizem Se / rem fortes pois Constam tem de ancho Suas / paredes duas varas de ancho, mas ¡a de tudo / deruidos, e os Antigos dizem eram Castellos / dos Mouros //
Tem este lugar, e pellas Suas margens tres Ca / pellas, huma de Sancta Crus, e outra de Sam / Sebastiam, estas pertencem ao mesmo lugar e / de Sua Conta Corre Sua reedificacam, tem outra / **Capella dentro do termo do mesmo pouo de Sam / fagundo** he de padruado e hoje he Seu Padruei / ro o Padre Francisco Xabier Sopico da uilla do / Bimiozo e a elle pertence Sua reedificacam" (Oliveira, 2006: 535).

- Castro de S. João de Arribas//Castro de Aldeia Nova/ São João das Arribas [1969] Aldeia Nova, Miranda do Douro:

"13. Tem huma **Ermida de Saõ J oaõ nas Arribas do Douro** / hum quarto de legua do lugar, **no qual sitio se vem ain / da vestigios de la abitarem os Mouros**" (Oliveira, 2006: 12).

As Memórias Paroquiais permitem-nos saber em que capelas se mantinham determinados cultos, festas e romarias à data do Inquérito.

Algumas notas sobre a documentação moderna

Em suma, e com base no conjunto alargado de informações relevantes para o estudo que nos propomos realizar, apontamos algumas ideias fundamentais que se destacam da análise dos excertos apresentados anteriormente, nomeadamente:

- Estes textos dão-nos algumas indicações para a localização dos sítios arqueológicos:

"junto a um cabeço"; "bestigios de dois Castellos Sitos no al/to das arribas do Douro na fronteira do Reyno/de Castella"; "Nesta freguesia existiam 5 altares, dois junto à ermida da Santíssima Trindade, um outro está onde chamam Valheiras, o quarto está a 400 metros a Norte da ermida de São Paulo"; "No Monte Meão, junto ao rio Douro"; "No cabeço que chamam de São Martinho, ao pé da capela do mesmo santo"; "e na eminência de um monte junto ao Douro"; "Do meio desta serra das Cruzes se levanta o Cabeço das Fragas".

- As designações dos sítios arqueológicos, ou seja a forma como os vestígios arqueológicos eram identificados e designados pelas pessoas no século XVIII:

Anta – "O nome de Antas parece se tomou das muitas que há por esta terra" ou "há outras muitas em toda a Provincia da Beira, a que dão o nome de Antas";
Orca – "chamão-lhe Orcas";
Arca – "os moradores lhe chamam Arca";
Castelo Velho – "há vestígios de um grande castelo, chamado Castelo Velho"
Castelo – "hoje se chama de Castelo de Calabre"

- A descrição dos sítios arqueológicos, tal como figuravam naquela época.

Observa-se que o volume e a densidade das estruturas seria mais elevada do que nos tempos atuais. Em 250 anos deu-se a destruição dessas estruturas ou a sua ocultação na paisagem: "Achão-se espalhadas pelos campos algumas pedras soltas, com vários sinais, e letreiros, e pedaços de argamassas de tijolo enterrados"; "pois Constam tem de ancho Suas / paredes duas varas de ancho"; "e nas suas ruinas se divisam nele 2 portas, uma para Nascente e outra para Sul"; "edificado na iminencia de hum rochedo"; "que eram de pedra de seixo bruto, pedra que não pode ser lavrada"; Cuio Castello ainda estaõ os vestigios das / paredes argamassadas e fortissimas do altor / de quoazi dois homens".

Nem sempre a descrição dos vestígios arqueológicos se reporta aos vestígios pré-históricos, mas aos vestígios posteriormente edificados nesse mesmo local, onde atualmente os arqueólogos detetaram vestígios que se integram na Pré-história Recente.

- O estado de conservação dos vestígios arqueológicos:

"Tem castello, (...) cujos muros estão arruinados, (...) e tem huma torre antiquissima, que ainda está bem segura"; "e se veem vestigios de paredes arruinadas".

- As interpretações dos vestígios arqueológicos, referente ao tempo da redação das Memórias Paroquias, neste caso em 1758, ou seja, em meados do século XVIII.

“Eram construções realizadas pelos Mouros”, as antas “eram os altares em que os Gentios faziam os seus sacrifícios” onde “se fazião antigamente os sacrifícios gentílicos”; “foi uma grande povoação em tempos antigos”; “e os Antigos dizem eram Castellos/dos Mouros”; “Dizem os naturais, que estas pinturas se envelhecem umas, e se renovam outras, e que guarda esta pedra algum encantamento”; “no qual sitio se vem ain / da vestigios de la abitarem os Mouros”; “Tem castello, que hé antiquíssimo”; “Consta por tradiçaõ que ouvera/asistencia de Mouros.

A documentação moderna comporta um conjunto de dados, que tal como verificámos, permitem estabelecer relações aos mais diversos níveis - toponímia, lendas, arquiteturas - com os vestígios arqueológicos.

2.3. HERÁLDICA

Na sequência de uma conversa com o colega arqueólogo Luís Sousa, que nos mostrou o brasão de Penha Longa com a representação de arte rupestre, nomeadamente de uma espiral das gravuras de Monte Eiró (Marco de Canaveses), surgiu o nosso interesse por este tema.

> “Para a maioria das pessoas, a Heráldica é uma coisa do passado, estranha e anacrónica, medieval e ultrapassada. Mas o que é certo é que continuamos rodeados de motivos e símbolos heráldicos, muito mais, porventura, do que pareceria à primeira vista. Desde logo, a Heráldica de Domínio mantém-se viva por toda a parte, e até a mais pequena freguesia exibe com orgulho o seu brasão” (Fonseca, em linha).

Foram detetados em muitos brasões de freguesia ou concelho [Heráldica de Domínio Municipal], imagens de antas, menires, berrões, castros, pontes, castelos, espadas, fontes, pelourinho, montes, rios, entre outros elementos.

> “Foi na Idade Média que apareceram os primeiros sinais heráldicos. Os primeiros brasões datam do século XII. Com o desenvolvimento da vida urbana, as cidades e vilas iniciaram a apresentação das suas armas ou brasões, que na maior parte das vezes ostentavam emblemas com motivos hagiográficos ou evocadores de acontecimentos locais, criando-se, assim, a Heráldica Territorial ou de Domínio” (Baptista, em linha).

Os brasões são constituídos por três elementos fundamentais: Coroa, Escudo e Listel. O escudo é o elemento mais importante para a nossa análise, que visa relacionar a Heráldica de Domínio com os vestígios arqueológicos, tendo a nossa pesquisa incidido sobre os vestígios pré e proto-históricos. Não obstante, foi possível registar elementos de outros períodos cronológicos.



O Escudo é "o elemento central de um brasão, de tal forma importante que, muitas vezes, ao falar de "brasão" nos estamos a referir especificamente a ele, é o escudo que se contêm os elementos distintivos do brasão. Estes elementos chamam-se **Figuras**. Uma figura é um objeto aposto num escudo heráldico ou em qualquer outro objeto de uma composição armorial. Qualquer coisa encontrada na natureza ou na tecnologia pode aparecer num escudo como uma figura heráldica. Figuras podem ser animais, objetos ou formas geométricas (Baptista, em linha).

Fig. 2. Representação dos elementos que constituem um brasão (Baptista, em linha).

É no escudo que podemos encontrar as figuras e, neste caso em particular, a nossa pesquisa centrou-se nas figuras relacionadas com elementos arqueológicos. Esses elementos arqueológicos podem ser divididos em diferentes tipos. Apresentamos apenas um exemplo para cada tipo, sendo que no Apêndice 5 figuram a totalidade dos Brasões encontrados durante a nossa pesquisa.

Detetámos os seguintes tipos de figuras, que correspondem aos seguintes elementos arqueológicos:

Objetos líticos	Concheiros	Menires
		
Antas	**Dólmen-capela**	**Arte Rupestre**
		
Cerâmica Campaniforme	**Objetos metálicos**	**Torques**
		

Berrões	Marcos miliários	Aras romanas
		
Elementos romanos	**Construções amuralhadas**	**Imagens associadas a lendas**
		

Tabela 2. Alguns exemplos de brasões onde se verifica a representação de vestígios arqueológicos[9].

Apesar de constituir uma pesquisa muito preliminar sobre a relação da Heráldica de Domínio Municipal e a Arqueologia, destacamos as seguintes considerações:

- As antas parecem ser, efetivamente, o elemento mais presente nos brasões de freguesia. O seu número excede largamente todos os outros existentes nos brasões aqui apresentados. A análise da dispersão geográfica destes brasões indica que podem ser encontrados um pouco por todo o país, não se refletindo uma concentração em determinada região de Portugal. Existem dois casos particulares que importa destacar: um dólmen-capela, pela sua raridade em todo os país, e o tampo de uma anta com arte rupestre, sendo que existe neste caso, a associação de dois elementos arqueológicos no mesmo brasão.

- O facto do brasão de Muge representar um conjunto significativo de conchas parece apontar para os Concheiros de Muge. Encontramos um brasão com a representação de cerâmica campaniforme, um elemento bastante particular. Os objetos líticos representados parecem estar associados a períodos mais antigos e concentram-se na região do Minho.

- Apenas encontramos três representações de menires nos brasões. Atendendo a que não realizámos uma pesquisa exaustiva, é possível que existam outros brasões com este tipo de elemento. A arte rupestre também aparece pouco representada.

- Por sua vez, os objetos metálicos reportam-se à Idade do Bronze. Nestes três locais: Vale Benfeito, Viatodos e Baraçal, foram encontrados vestígios arqueológicos deste tipo.

[9] As imagens dos brasões foram recolhidas em muitas páginas da internet associadas a Juntas de Freguesia, ou no trabalho de Sara Baptista (em linha) GeoBrasões – Brasões de Portugal.

- Optámos por apresentar neste trabalho não só os brasões com elementos que se inserem na nossa temática de estudo, mas considerámos que seria enriquecedor mostrar, igualmente, os outros elementos detetados a quando das nossas pesquisas. Eles inserem-se na Idade do Ferro: torques, berrões e elementos castrejos; no período da Romanização em Portugal: marcos miliários, aras romanas, assim como outros elementos romanos; na Idade Medieval: com construções amuralhadas e por fim, imagens de figuras lendárias.

Não foi possível explorar profundamente a relação da Heráldica com a Arqueologia, tão só nos propusemos a aflorar, de forma muito superficial, esta relação. Seria interessante proceder-se à análise dos brasões mais antigos a fim de verificar se a presença de elementos arqueológicos é algo que já existia ou se é um fenómeno absolutamente contemporâneo. Em relação aos brasões atuais, será necessário aferir como se procede à seleção destes elementos arqueológicos, que entidades os selecionam e de que forma a comunidade local se revê, ou não, nessas escolhas.

Notas Finais

Como o próprio nome do capítulo indica, estamos na presença de breves apontamentos sobre a documentação histórica e o seu contributo para a compreensão dos vestígios arqueológicos. Existem dois aspetos que se destacam. Em primeiro lugar, o facto de serem mencionados *tumuli* ou sepulcros megalíticos em documentos medievais. Estes monumentos parecem ainda constituir marcos na paisagem, utilizados para demarcar territórios ou que foram assimilados pela toponímia, dando nome aos lugares. Em segundo lugar, em relação às Memórias Paroquiais e às fontes modernas, não só nos dão acesso à descrição dos sítios, como permitem depreender de que forma os vestígios arqueológicos eram interpretados, como por exemplo, o facto de as antas serem consideradas altares, ou admitirem que os castros e algumas cidades eram obra dos Mouros. Estamos em crer que um trabalho exaustivo sobre estas duas matérias constitui uma mais-valia para o estudo dos sítios arqueológicos.

III.3. ANÁLISE DA TOPONÍMIA E DA DESIGNAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Nas próximas páginas pretendemos fazer a análise da toponímia e da sua relação com a designação dos sítios pré-históricos da Bacia Hidrográfica do Douro. É um trabalho preliminar e que parte dos dados integrados na Base de Dados construída para este projeto. Não tendo sido possível encontrar nenhum trabalho de síntese sobre Toponímia e Arqueologia, começamos por apresentar algumas fontes para o estudo da toponímia em Portugal. Num segundo ponto, explicamos alguns aspetos fundamentais dos estudos toponímicos, a nível geral. Num terceiro momento, analisam-se alguns topónimos face aos vestígios arqueológicos do VI ao I milénio a.C. Por último, comenta-se, ainda que sumariamente, um tipo específicos de topónimos: os hierotopónimos (hagiotopónimos e mitotopónimos) na sua relação com os vestígios pré-históricos.

3.1. ESTUDOS TOPONÍMICOS - FONTES

A toponímia é um assunto importante para a Arqueologia, mas para o qual existe pouca bibliografia disponível, nomeadamente estudos desenvolvidos por e para arqueólogos[1]. A bibliografia que consultamos, e que constitui apenas uma pequena parte da que se encontra acessível, possui informação parcelar e que demonstrou não estar à altura das nossas expectativas.

Todavia, existe um rol de publicações de carácter generalista sobre a temática da Toponímia em Portugal. Assim sendo e segundo Manuel Carvalho[2] (2007, em linha):

> "Para Portugal, a principal fonte toponímica é o *Reportório Toponímico de Portugal* (Portugal: 1967), com 3 volumes dedicados ao continente, que "contém 165.710 topónimos compilados das edições publicadas até 1965 pelo Serviço Cartográfico do Exército, da Carta Militar de Portugal na escala 1/25.000". (…) Para além da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, onde podemos encontrar centenas de topónimos, um bom dicionário e uma excelente entrada s.v. "Toponímia" [Fernandes, 195?], existem vários dicionários corográficos e geográficos, de valor desigual, mas nem por isso de consulta menos proveitosa."

Passaremos a enumerar, de modo sucinto e a título informativo, alguns desses dicionários corográficos e geográficos:

- *Corografia de alguns lugares […]*, de Gaspar Barreiros, publicada em Coimbra em 1561, com 2.ª ed. de 1968;
- *Prontuário das Terras de Portugal*, de Vicente Ribeiro de Meireles, datado de 1689, que pode ser consultado na Biblioteca Nacional;

[1] Não afirmamos a inexistência de tal tipo de trabalho, apenas salientamos a dificuldade em encontrar bibliografia sobre este tema.

[2] Apesar da informação citada ser proveniente de um blog pessoal, algumas pesquisas sobre o seu autor permitiram-nos aferir o cariz científico do texto. Para mais informação procurar Corpus Lexicográfico do Português, disponível em http://clp.dlc.ua.pt/Equipa/MCarvalho.aspx.

- *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa (1706-1712, 3 vol.);
- *Mapa de Portugal Antigo e Moderno* (1745-1758, 5 vol.) e o *Roteiro terrestre de Portugal* (1748) de João Baptista de Castro;
- *Dicionário geográfico ou notícia histórica de todas as cidades* (1747-1751), do padre Luís Cardoso, em 2 vol. que ficaram pela letra C, ou o *Portugal sacro-profano*, do mesmo autor;
- *Portugal Antigo e Moderno* de A. Pinho Leal e Pedro Augusto Ferreira (1873-1890, 12 vol.);
- *Dicionário corográfico de Portugal* (1870), de Emiliano Augusto Bettencourt;
- *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, de João Maria Baptista e João Justino Baptista de Oliveira (1874-1879, 7 vol.);
- *Dicionário de Geografia Universal*, obra colectiva em 4 vol., dirigida por Tito Augusto de Carvalho (1878-1887);
- *Dicionário da Corografia de Portugal*, volume coordenado por J. Leite de Vasconcelos e publicado no Porto em 1884;
- *Dicionário postal e corográfico de Portugal*, de João Baptista da Silva Lopes (1891-1894, 3 vol.);
- *Dicionário geográfico abreviado de Portugal* (1852) de Francisco dos Prazeres Maranhão, sob o pseudónimo de António Fernandes Pereira;
- *Dicionário Geográfico* de Pedro José Marques;
- *Dicionário corográfico do reino de Portugal*, de Agostinho Rodrigues de Andrade, editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1878;
- *Portugal: Dicionário histórico, corográfico, heráldico…* de [João Manuel] Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, publicados de 1904 a 1915 (7 vols.);
- *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular* de Américo Costa, publicado entre 1929 e 1949 (12 vols.);
- *Terras Portuguesas: arquivo histórico e corográfico* (1932-1940), da autoria de João Baptista Lima, num total de 8 vol. publicados na Póvoa do Varzim;
- 3º volume dos *Opúsculos*, sobre *Onomatologia* (José Leite de Vasconcelos, 1931) e a sua obra sobre *Antroponímia Portuguesa* (Vasconcelos, 1928);
- o *Novo Dicionário Corográfico de Portugal* (1981), de A. C. Amaral Frazão, edição revista, aumentada e atualizada por A. A. Dinis Cabral (Carvalho, 2007, em linha).

Destaque-se o papel de José de Leite de Vasconcelos e Joseph-Marie Piel, importantes autores para o estudo dos topónimos portugueses. Patrícia Carvalhinhos tem conduzido uma série de pesquisas sobre a toponímia em Portugal, constituindo uma base de trabalho para quem se inicia neste tema.

Em relação a obras de carácter mais específico, em que é possível fazer a ponte entre a Toponímia e a Arqueologia, enumeramos apenas alguns autores e respetivas obras, que nos pareceram mais relevantes. Refira-se os textos intitulados "Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia", publicados na Revista Portuguesa de Arqueologia, de Jorge de Alarcão. A obra *Alguns Topónimos Indicativos de Monumentos Arqueológicos* de Fernando Bandeira Ferreira, cuja primeira parte foi publicada na revista *Bibliotecas-Arquivos-Museus*, é, até ao momento, uma das únicas publicações que tenta sistematizar a toponímia de vários locais, tentando articular esses topónimos com a Arqueologia. Infelizmente, apenas um terço da obra desenvolvida por Fernando Bandeira se encontra publicada e disponível.

3.2. TOPONÍMIA – NOÇÕES FUNDAMENTAIS

A Toponímia é uma ciência que verifica, analisa e apresenta a origem, a evolução e a realidade contemporânea dos nomes escolhidos para nomear lugares. A palavra "toponímia" está enraizada em duas palavras: *topos*, que significa "lugar" e *onuma*, que significa "nome". A toponímia encontra-se relacionada com a Onomástica, que é uma das subáreas da Linguística (Faria *et al.,* 2009: 5).

A Onomástica é o "estudo da origem e alterações (no sentido e na forma) dos nomes próprios; como estes geralmente se referem a locais e pessoas". Pode dividir-se em Toponímia e Antroponímia" (Carvalhinhos, 2008/2009: 2463).

> "O estudo da Toponímia, como o concebemos, representa mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código linguístico, (…) Deste modo, procuramos a relação que o signo linguístico estabelece com a história e a cultura da região nomeada, partindo do pressuposto de que o estudo toponímico proporcionará a investigação acerca da inter-relação entre o homem, seu ambiente, sua língua e sua cultura (…)
>
> (...) a história dos nomes dos lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos culturais ou antropo-culturais" (Dick, 1990: 19 citado em Faria *et al.*, 2009: 6-7).
>
> "O ato de nomear reflete, pois, a cultura e a visão de mundo do denominador que são demonstradas por meio das escolhas dos nomes que identificam os referentes relacionados à realidade de cada grupo. Particularmente, no ato de nomeação dos lugares a dimensão cultural da língua é muito evidenciada. Assim, a Toponímia, ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios de lugares, mantém interfaces com outras áreas do conhecimento, como a História, a Geografia, a Antropologia, dentre outras" (Tavares, 2006: 274).

A importância do estudo da Onomástica, especificamente da Toponímia, está bem patente nos excertos apresentados anteriormente. O signo linguístico como um elemento fundamental para a compreensão da História e Cultura de um povo; a Toponímia como um repositório de informação e a sua articulação com várias ciências sociais, são alguns dos aspetos aí explicitados. Esta importância da interdisciplinaridade é referida por Patrícia Carvalhinhos da seguinte forma:

> "Nesse sentido, uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: podemos reconstruir, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia" (Carvalhinhos, 2003: 172/173).

Os nomes dos lugares podem revelar-nos muito sobre a essência passada de uma determinada localidade. As designações que as pessoas atribuem aos lugares refletem a sua linguagem. Permitem deduzir, igualmente, uma série de informações sobre quem habitava esse local, a topografia do terreno, o tipo de trabalho aí realizado, entre outros elementos. Por todas estas razões, um estudo de nomes dos lugares poderá ajudar o arqueólogo a chegar a um entendimento mais profundo do seu objeto de estudo, quer seja um sítio arqueológico ou uma paisagem. Também é importante lembrar que os nomes

mudam ao longo dos tempos e que a ortografia moderna de um topónimo pode não ter sido a mesmo no passado (Weldrake, 2007).

A filologia, através do onomástico toponímico e pelos linguajares do povo, é uma importante fonte auxiliar da arqueologia, e, consequentemente, da etnologia e história geral (Sousa, 1960: 59).

> "A prospecção documental, que deve incluir, fundamentalmente (…) o estudo crítico da toponímia, que pode dar pistas para a detecção de novos monumentos ou, pelo menos, sinalizar zonas onde eles podem ter existido no passado" (Jorge, 1982: 389).

> "(…) é bem frequente encontrarem-se, na carta topográfica, topónimos que, em princípio, são indicadores de monumentos, em áreas em que nenhum deles surge. Alguns estudos toponímicos de pormenor, recentes – escreve Giot (the megaliths of France, "Antiquity and Man", 1989, p. 82) - , tais como os de B. Tanguy na Bretanha mostraram até que ponto muitos presumíveis monumentos deixaram os seus nomes nos campos, nomes fixados no início do século passado nos registos de propriedade originais. Distritos que hoje não tem monumentos podem ter tido quase tantos quanto outros locais menos atingidos por devastações modernas" (*idem*: 393).

Vítor Oliveira Jorge refere duas ideias fundamentais: o estudo da toponímia pode indicar a existência de sítios arqueológicos, encaminhando trabalhos de prospeção com vista à sua descoberta; por outro lado, mesmo que os sítios não venham a ser descobertos, encontrando-se já destruídos e desparecidos, a toponímia pode ser um indicar da possível existência de determinados vestígios arqueológicos em tempos pretéritos. O exemplo que este autor nos propõe refere-se a Inglaterra, mas também poderá aplicar-se à realidade nacional, seja em documentos medievais, modernos ou registos de propriedade do início do século passado, onde é possível encontrar dados relativos à microtoponímia (ver capítulo III.6 no que concerne ao topónimo do sítio arqueológico do Castelo Velho de Freixo de Numão).

Ainda em relação à articulação entre Toponímia e Arqueologia, e a propósito de um estudo sobre os sociotopónimos de Aveiro, Patrícia de Jesus Carvalhinhos refere que:

> "A análise semântica dos topônimos revelou, (...), uma grande quantidade de topônimos cristalizados cujos significados são relativos a fatos sociais extintos que ficaram preservados. Os fatos sociais antigos ficaram registrados, principalmente, em topônimos relativos a divisões medievais de território (como *Agro*, *Reguengo*, *Padrão*, *Mogofores* e *Barbitos*), ou instituições cujo cunho social desapareceram, ou mesmo a própria instituição, como *Gafanha*" (Carvalhinhos, 2003: 178).

Esta autora, que desenvolveu uma série de projetos de investigação sobre a Toponímia portuguesa, salienta que o léxico do interior de Portugal é algo conservador (*idem*: 174). Ainda sobre o estudo sobre a região de Aveiro, Patrícia Carvalhinhos destaca a importância e a pertinência do estudo da Toponímia como elemento de interpretação e descodificação da Memória Social de uma determinada comunidade:

> "Em suma, este breve estudo de caso mostra uma tendência da toponímia portuguesa para a manutenção do léxico toponímico primitivo, preservando intactas formas de língua e fatos sociais já desaparecidos há muito mais de quinhentos anos. Este fator revela a tendência conservadora da linguagem escrita, pois, apesar de nascida na oralidade, a toponímia (enquanto código escrito) de qualquer lugar assegura, tanto qualquer outro texto escrito, fatores de estabilidade da língua – pelo menos na macrotoponímia. Isso comprova a configuração do texto toponímico, escrito em

> qualquer parte da terra, pronto para ser lido e decodificado por qualquer falante de língua, como qualquer texto – configurando, assim, um efeito catalisador para recuperação da memória de um lugar, desde que o nome não seja substituído" (Carvalhinhos, 2003: 178-179).

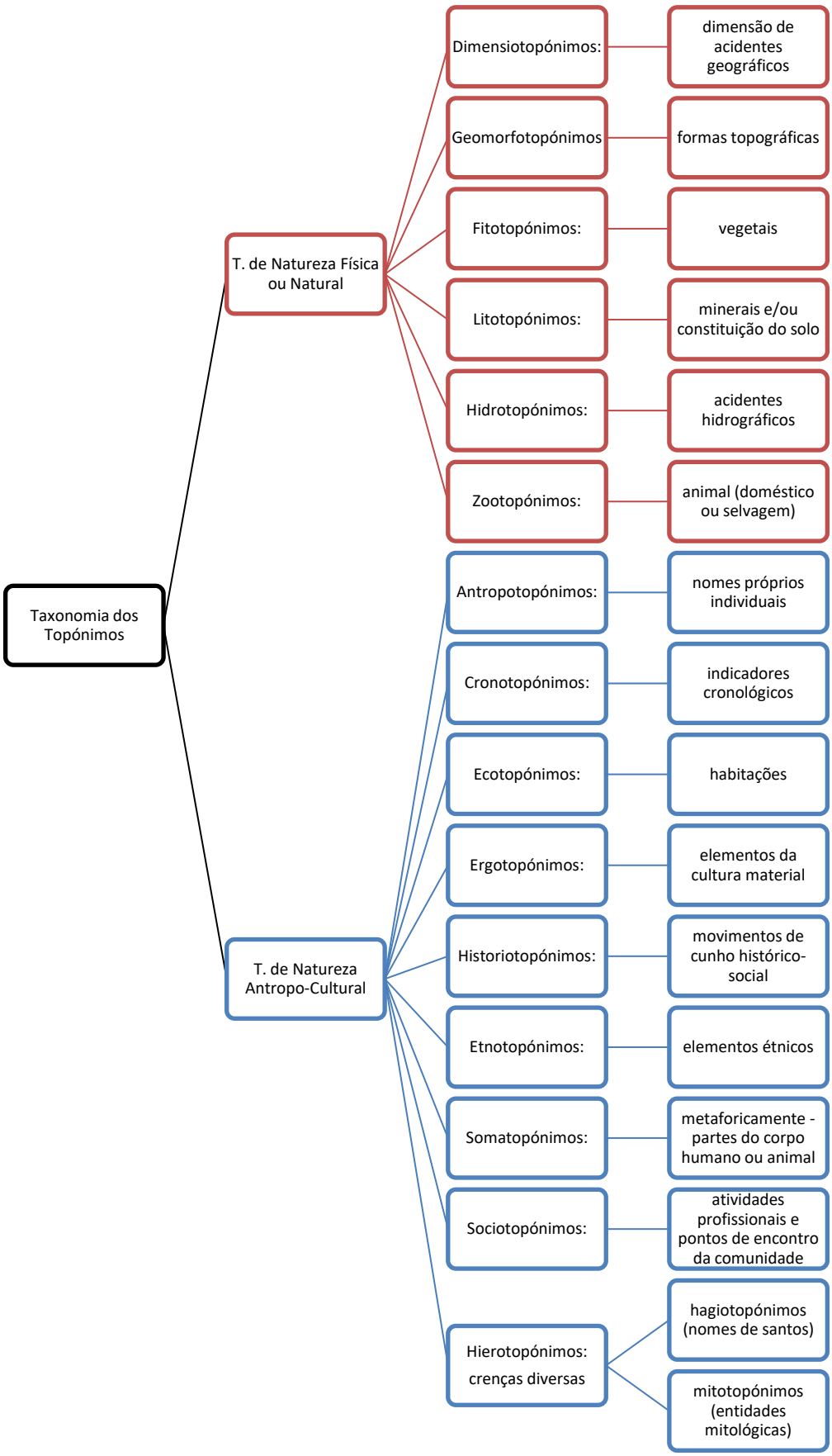
Com esta breve introdução, procuramos demonstrar a importância da articulação da Arqueologia e da Toponímia na análise das Paisagens e da Memória Social. Os topónimos podem ter "fixado" expressões orais, que perduraram no tempo através dessa "cristalização" que Carvalhinhos descreve. O processo de descodificação dos topónimos auxilia-nos a recuperar a memória de um lugar ou de um sítio arqueológico.

> "Averiguou-se, entre muitos outros dados, que muitas expressões de língua arcaica se cristalizaram sob a forma de topônimos, evidenciando, assim, no léxico toponímico, resquícios de uma oralidade antiga (com formação média entre séculos VIII e XI)" (Carvalhinhos, 2007).

Carvalhinhos consegue, em determinados casos, balizar o período de tempo em que se cristalizaram determinados topónimos.

De seguida, apresentamos o esquema utilizado, em termos metodológicos, para a análise dos topónimos associados aos vestígios arqueológicos pré-históricos da Bacia do Douro.

Este esquema resulta de "uma proposta de classificação taxionômica dos topônimos [de Dick 1992] partindo do conteúdo semântico dos mesmos, relacionados ao componente motivacional que no nome se refletem". Este modelo divide-se em 27 "taxes que se agrupam ou em função do ambiente – a taxes de natureza física – ou pelos fatores de ordem sócio-histórico-culturais – as taxes de natureza antropo-cultural" (Faria *et al.*, 2009: 8).



Esquema 1. Tabela taxonómica de Topónimos segundo Dick 1992 (Faria *et al.,* data: 9-10, adaptado).

O nosso objetivo passa por analisar um conjunto de dados relativos aos topónimos associados aos sítios arqueológicos da Pré-história Recente em Portugal, nomeadamente no Norte do país. Os nomes dos locais (topónimos) estão na origem da designação dos sítios arqueológicos, elemento que iremos tentar perceber ao longo deste texto. Normalmente, os arqueólogos possuem duas alternativas: 1. adotar a denominação do sítio arqueológico, no caso de já existir; 2. atribuir um nome, quando se encontra na presença de um sítio inédito e desconhecido. Geralmente, para esse efeito recorre ao nome do lugar onde o sítio se localiza, ou ao topónimo mais próximo, quer seja a partir da análise da carta militar ou do diálogo com a população local.

Mais uma vez, destaca-se a ideia de que não partimos de uma análise sistemática dos topónimos, apenas dos dados que foi possível registar na bibliografia e bases de dados nacionais (em linha). Mesmo assim, estamos em crer que esta amostra é expressiva em termos numéricos.

Assim sendo, dos 2410 registos na nossa base de dados (2553 aos quais se subtraiu cerca de 143 sítios que foram dados como não relevantes para a nossa pesquisa), 846 não apresentavam referência a topónimos. Ou seja, no total foram registados cerca de 1565 topónimos, número que poderia certamente aumentar, se se direcionasse a pesquisa nesse sentido. Em alguns casos, temos *tumulus* que pertencem ao mesmo núcleo, mas para o qual só possuímos a indicação de um topónimo para um deles. Certamente que sendo parte do mesmo núcleo e localizando-se na mesma área o topónimo será o mesmo.

Destes 1565 registos, 1337 mostram que o topónimo foi incorporado na designação do sítio/vestígio arqueológico. Ou seja, topónimos e os nomes dados aos vestígios arqueológicos são coincidentes em 85% da amostra.

Comecemos por uma análise global, tendo como base a taxonomia apresentada no ponto anterior.

Com base na tabela taxonómica de topónimos, anteriormente exposta, fizemos uma distinção entre as designações dos sítios que estão associadas aos topónimos de natureza física ou natural, que conta com 891 casos, e aos topónimos de natureza antropo-cultural, que conta com 610 registos.

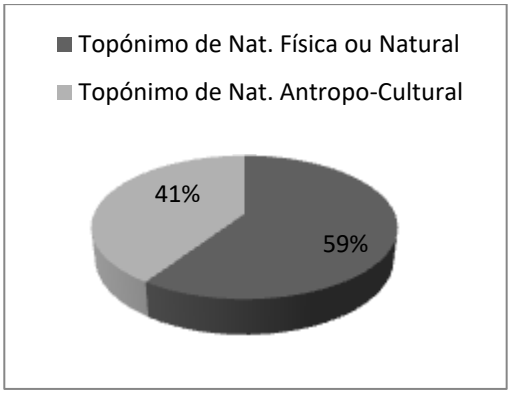
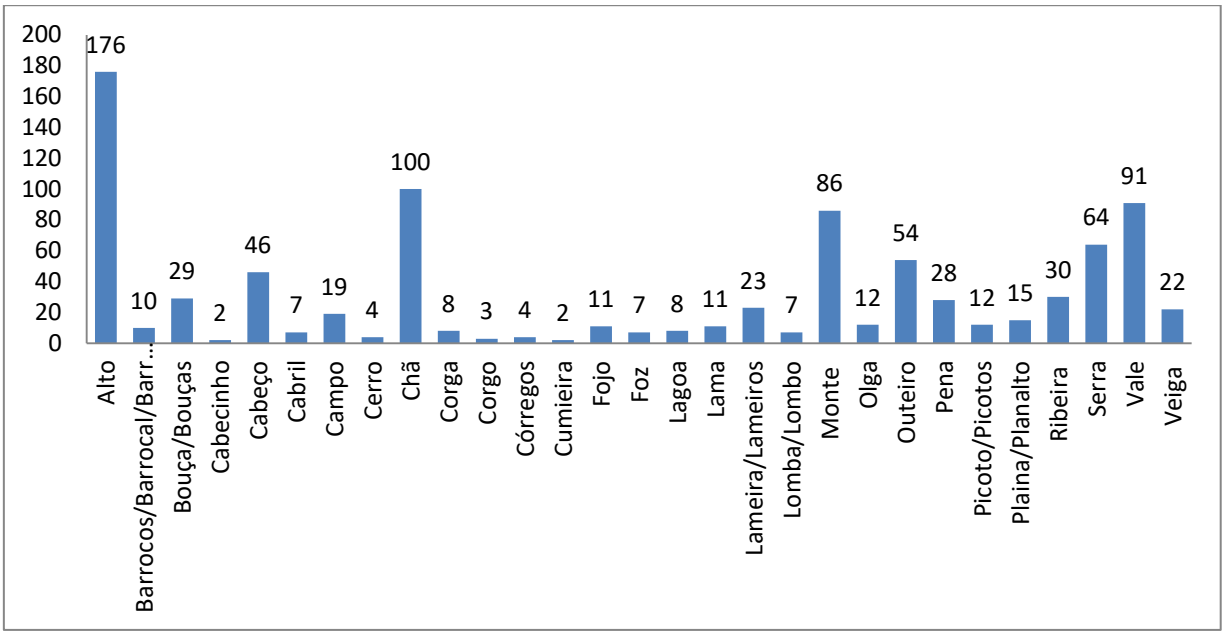


Gráfico 1. Percentagem de topónimos de natureza física/natural ou de natureza antropo-cultural.

Em termos percentuais, prevalecem os topónimos de natureza física e natural, que se distribuem da seguinte forma:

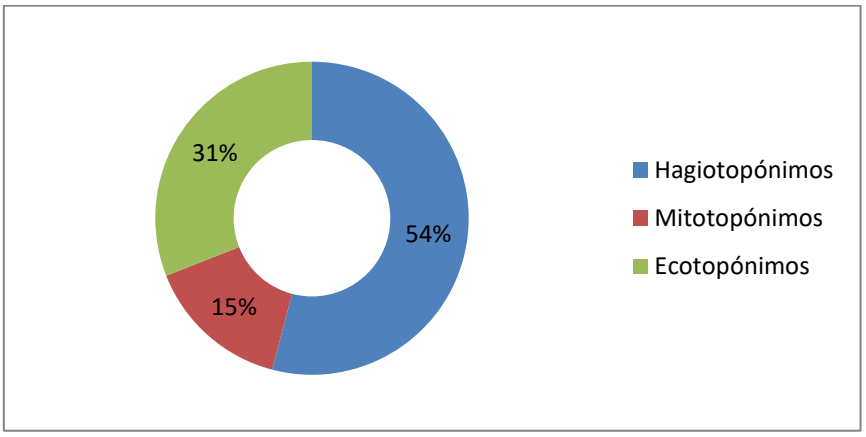


		Topónimos de natureza física e natural			
Alto	176	Corgo	3	Olga	12
Barrocos/Barrocal/Barrocas Pequena porção de terreno, geralmente em declive e composto alternadamente de depressões e montículos. Passagem funda entre penedos ou barrancos[3].	10	Córregos	4	Outeiro	54
Bouça/Bouças	29	Cumieira Parte mais alta de uma elevação de terreno[4].	2	Pena Pena [Antigo] Penha. Rocha; penhasco[5].	28
Cabecinho	2	Fojo	11	Picoto/Picotos Cume ou pico elevado e agudo de um monte[6].	12
Cabeço	46	Foz	7	Plaina/Planalto	15
Cabril	7	Lagoa	8	Ribeira	30
Campo	19	Lama	11	Serra	64
Cerro	4	Lameira/Lameiros	23	Vale	91
Chã	100	Lomba/Lombo	7	Veiga	22
Corga Rego por onde corre bastante água = CORGO, CÓRREGO[7]	8	Monte	86		

Gráfico e tabela 2. Topónimos de natureza física e natural.

[3] "barrocas", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/DLPO/barrocas [consultado em 13-07-2015].
[4] "cumeeira", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/dlpo/cumeeira [consultado em 13-07-2015].
[5] "pena", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/dlpo/pena [consultado em 11-08-2015]./ "Penha", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/dlpo/Penha [consultado em 11-08-2015].
[6] "picoto", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/DLPO/picoto [consultado em 13-07-2015].
[7] "corga", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/DLPO/corga [consultado em 13-07-2015].

São vários os registos associados a Geomorfotopónimos (formas topográficas) e Hidrotopónimos (acidentes hidrográficos). Apenas registamos alguns tipos de topónimos, existindo outros que poderiam ser enquadrados noutros táxons, já que, como referimos previamente, não se trata de um trabalho exaustivo sobre o tema.



Hierotopónimos	Elementos cristãos, muitos deles Hagiotopónimos	330
	Elementos associados aos Mouros Mitotopónimos	91
Ecotopónimos		189

Gráfico e tabela 3. Topónimos de natureza antropo-cultural.

Em relação aos topónimos de natureza antropo-cultural, nas pesquisas que efetuamos detetamos dois tipos de topónimos: os Hierotopónimos (crenças diversas) distribuídos por Hagiotopónimos (nomes de santos) e Mitotopónimos (entidades mitológicas) e os Ecotopónimos (relacionados com habitações).

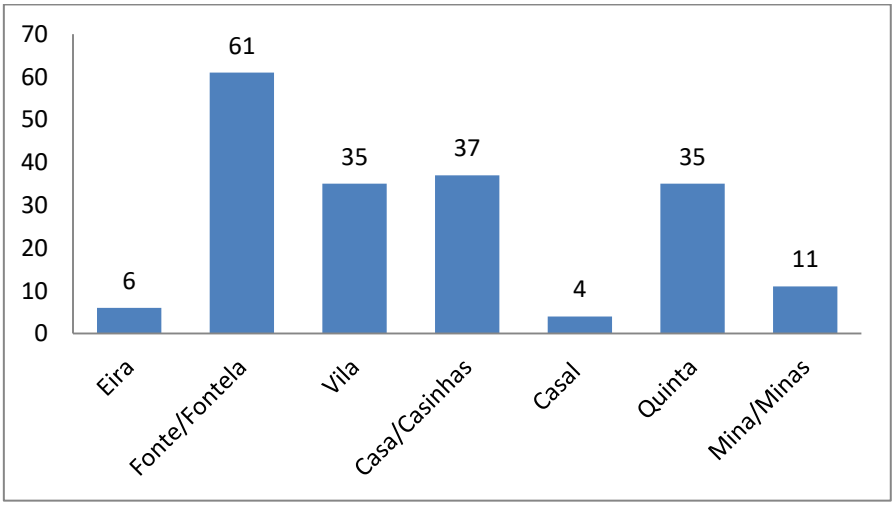


Gráfico 4. Ecotopónimos.

Alguns dos Ecotopónimos que detetamos foram os sete casos identificados no gráfico 4: Eira; Fonte/Fontela (pequena fonte); Casa/Casinhas, Quinta e Mina/Minas.

3.3. OS TOPÓNIMOS E AS DESIGNAÇÕES DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

Após esta breve incursão pelos grandes grupos da taxonomia toponímica, iremos debruçar a nossa análise nos topónimos que se relacionam especificamente com os vestígios arqueológicos.

Segundo Vítor Oliveira Jorge (1982: 393), existem em Portugal dezenas de topónimos normalmente associados a "monumentos megalíticos" (dólmens, mamoas, menires, etc.), tais como:

Altar	Anta	Antar	Antela	Antinha
Antões	Arca	Arcainha	Arcal	Arcanha
Arcêlo	Arquinha	Casa de Orca	Casa da Moura	Casa dos Mouros
Casinha dos Mouros	Celeiro dos Mouros	Cova da Moura	Cova dos Mouros	Curral dos Mouros
Fornelo dos Mouros	Forno dos Mouros	Lapa de Orca	Lapa dos Mouros	Madôrra
Madorrão	Madorrinha	Mama (?)	Mamaltar	Mamela
Mámoa	Mâmoa	Mamoa	Mamoalta	Mamoaltar
Mamodeiro	Mamoela	Mamoiro	Mâmola	Mamona
Mamoinha	Mamuínha	Mamunha	Marco	Maroiço
Marouça	Marra	Medorra	Meimão	Meimoa
Merouço	Mesa dos Mouros	Modorno	Modorra	Mogo
Montilhão	Morouço	Motas dos Mouros	Nave	Orca
Padrão	Pala	Pala da Moura	Palorca	Paradanta
Pedra Alçada	Pedra Celada	Pedra de Altar	Pedra da Arca	Pedra de Orca
Pedra dos Mouros	Pedra Fitada	Pedras Fincadas	Pedralta	Pedras Talhas
Pedras Tanchadas	Penedo da Moura	Penedos Altos	Penedos das Antas	Penedos de Arcas
Perafita	Tumbiadoiro	Tulha	Tumbe	Tumbeirinho

Leite Vasconcelos, que se debruçou sobre esta temática, considera:

1. que "os dolmens do nosso país, quando têm nomes, são hoje designados, pelo menos, de duas maneiras:

   a) com um nome comum, - anta, orca (...) que domina em determinadas localidades, e se aplica aos dolmens em geral;

   b) com um nome próprio, que embora às vezes se possa repetir como Casa da Moira e dos Moiros, se refere sempre, ou quase sempre, a certos dolmens ou grupos de dolmens em especial" (Vasconcelos, 1897: 258).

2. que as denominações dos monumentos variam de local para local: "(…) a palavra *anta*, aplicada aos tumulus prehistoricos, muito conhecida no Alemtejo, creio que é hoje desconhecida na Estremadura, no Minho e na Beira, sendo nesta última provincia, em certos concelhos, substituída por *casa d'orca*, e não tendo nas outras, que eu saiba, designação comum; ao que na Beira-Baixa se chama *mamunha* e no Minho *mamôa*, etc., chama-se na Figueira da Foz *mamoinha"* (*idem*: 25).

Vítor Oliveira Jorge salienta o cuidado a ter ao estabelecer uma relação entre determinados topónimos e os vestígios arqueológicos: "É bem conhecida a ambiguidade de certos topónimos, pelo que é necessário o maior cuidado na sua utilização em deduções de tipo arqueológico" (Jorge, 1982: 394).

Recorrentemente, a designação de um sítio arqueológico contempla dois tipos de elementos: a) o tipo de sítio e b) um dos elementos toponímicos, relacionados com fenómenos de origem natural. Por exemplo, podemos a título de exemplo referir a Mamoa 1 da Veiga, o Abrigo da Crista de Caparinho, a Mamoa de Águas Férreas 1, a Mamoa de Vales, entre muitos outros. Embora seja corrente esta dupla associação, também ocorrem vários casos em que a designação dos sítios contempla apenas o topónimo: o Barrocal, o Cabecinho do Ouro, o Lugar do Monte, o Outeiro Longo, Lamas 1, entre outros.

Vejamos, com maior pormenor, alguns dos topónimos associados a vestígios pré-históricos. Foram detetados 45 tipos de termos/palavras, que se relacionam com as tipologias arqueológicas e que aparecem na designação dos vestígios pré-históricos. Não foi possível elaborar um só gráfico com os 45 tipos, já que o mesmo seria de difícil leitura. Deste modo, estes elementos foram divididos e organizados por grandes géneros. Isto é, começamos por apresentar dois gráficos que se relacionam com práticas sepulcrais (os *tumuli*), posteriormente apresentamos indicações de alguns elementos ligados ao povoamento, aos abrigos, à arte rupestre e às estruturas monolíticas.

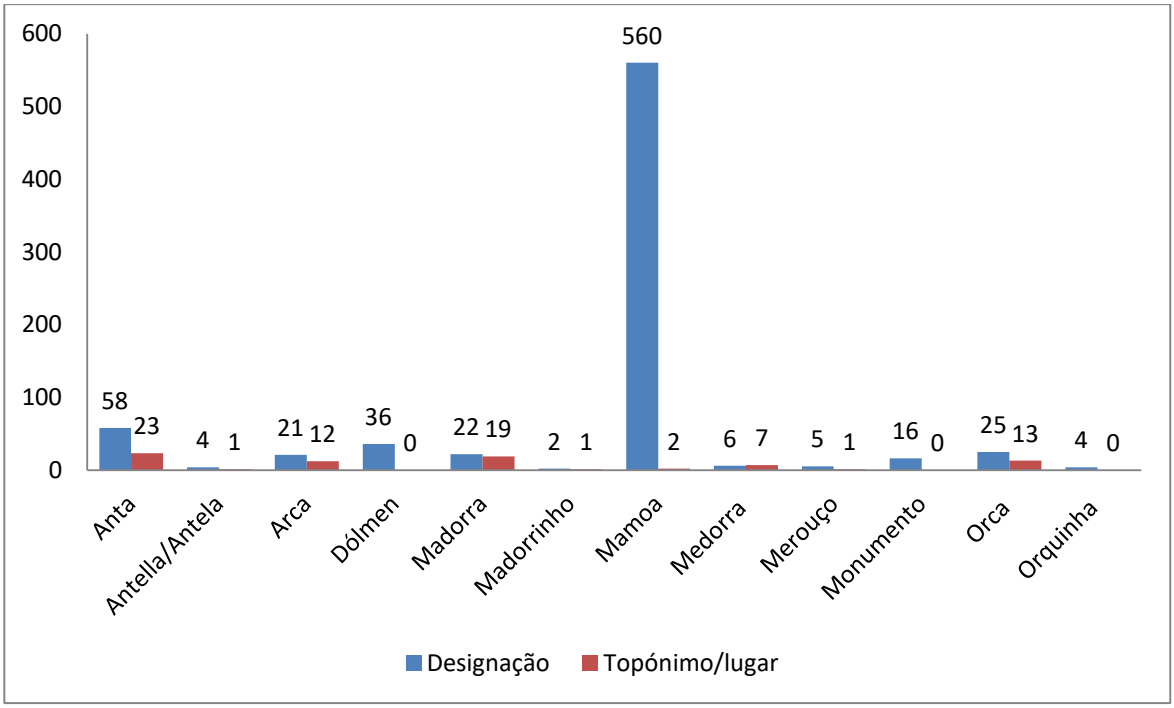


Gráfico 5. Elementos associados à designação dos sítios arqueológicos.

Sem dúvida que o termo mais frequente associado às estruturas tumulares pré-históricas é a palavra Mamoa, com 560 registos. Muito menos expressivos são os termos Anta, Dólmen e Orca. Os termos Dólmen, Monumento e Orquinha não surgem nos topónimos. Dólmen e Monumento são termos utilizados pelos arqueólogos, daí o facto de não existirem na toponímia. Um dado interessante é o facto de o termo Mamoa ser tão expressivo na designação do sítio, mas apenas existirem dois registos na toponímia. Isto colide um pouco com o que demonstramos na análise da documentação histórica, já que seria de esperar que esse termo se tivesse cristalizado na toponímia, o que parece não ter acontecido.

DÓLMEN E ANTA

José de Leite Vasconcelos refletiu longamente sobre a origem da palavra "Anta", considerando-a como a designação popular dada aos dólmens.

> "(…) designações populares dos dolmens entre nós. Actualmente não ha designação que seja comumm a todas as províncias de Portugal; nuns sítios adoptão-se umas, noutros outras; e noutros não ha nenhuma. (...) Em tempos antigos, (…) os dólmens tiverão uma designação appellativa, que se estendeu por todo o país: chamavam-se *antas*. Além de anta, orca e arca (e

pala?), não conheço por ora na linguagem popular outros nomes appellativos que designem particularmente dolmens" (Vasconcelos, 1897: 252).

"Quaes serião os nomes primitivos d'estes monumentos no nosso país é o que se não sabe. O nome que tinhão na occasião da conquista romana foi porém substituído pelo lat. *Anta*. A etymologia da nossa *anta*, tirada do lat. Antae, é já dada por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo no *Elucidario das palavras que em Portugal antigamente se usárão*, s.v. *anta*, e de entre as que tem proposto, é a única que satisfaz completamente às exigências da fonética e do sentido. (Vasconcelos, 1897: 26 nota 1) No emtanto, como se vê do onomástico, a palavra *anta* estendeu-se em epochas antigas por todo o país, o que prova que ainda depois dos Romanos, pois ela veio-nos directamente do lat. anta, por antae(1), taes monumentos erão não só muito numerosos, mas chamavam em larga escala a atenção do povo" (*idem*: 25).

Segundo Joaquim de Sousa Viterbo, a palavra *dólmen*, "adoptada internacionalmente, é literária e moderna; originária do baixo bretão significa literalmente «mesa de pedra» e é formada de *dol* «mesa» e *men* «pedra». (...)". Em algumas regiões do país, são ainda designadas de *orcas*, "a que, às vezes, junta os vocábulos *casa, lapa* ou *pedra"* (Viterbo, 1983a: 499-500).

Segundo António Silva, anta é o mesmo que dólmen. Enquanto anta é a designação portuguesa tradicional da estrutura pétrea dos monumentos megalíticos, dólmen é uma palavra que provém do bretão antigo, tendo sido introduzido por via da literatura arqueológica. Ambas os termos estão relacionadas com "a estrutura funerária em pedra de grandes dimensões" (Silva, 2004: 429).

De acordo com Domingos Cruz, na região da Beira Alta, "o termo "anta" está associado às particularidades do relevo, normalmente afloramentos imponentes, como acontece no sítio das "Antas", na freguesia de Queiriga (Vila Nova de Paiva); próximo do qual existem, de facto, duas construções megalíticas, em xisto; não estará nestas a origem daquela designação, mas nas duas cristas xisto-quartzíticas, assumindo a forma de penhasco, marcante no contexto geográfico local, e são estes acidentes que a população e a cartografia identificam como "Antas" (Cruz, 2001: 48-49). Portanto, neste caso em particular, a palavra anta estará relacionada com um acidente topográfico.

MAMOA

"Os túmulos cobertos tem os nomes populares de *mamoas, madorras e modorras"* (Vasconcelos, 1897: 12).

Segundo José Leite de Vasconcelos, "Para se designarem os montículos que cobrem os dolmens e os restantes monumentos adoptam-se no nosso país, embora não espalhados por todo ele, nomes especiais. Esses nomes são: *mamôa*, *mámoa* (e *mâmoa*), *mamoinha*, *mamunha*, *montilhão* e *madorra, mamoella, mamaltar* (Vasconcelos, 1897: 249-250). Joaquim de Sousa Viterbo acrescenta o seguinte: (...) [mamoa é] um montículo de terra de dimensão variável, denominado em arqueologia por *tumulus* e a que o povo chama geralmente *mamoa* (Viterbo, 1983a: 499-500).

A palavra mamoa e seus derivados aparecem em documentos medievais (Vasconcelos, 1897: 251 nota 1), principalmente entre o século IX e XII, tanto em Portugal como em Espanha. Aparecem em muitos documentos "as mamóas ou mamûas se dizem mamólas segundo o latim daqueles tempos (...)" (Viterbo, 1983b: 380). Domingos Cruz identificou este fenómeno em Tarouca na freguesia de Várzea da Serra, ou

seja, “o termo "mamoa" e derivados, embora sejam hoje pouco ou nada habituais, surgem na documentação medieval, (...) identificando acidentes topográficos que serviram de referência para a delimitação de propriedades” (Cruz, 2001: 49 nota 83). Este assunto foi anteriormente abordado a propósito da análise da documentação medieval, onde demonstramos que em alguma documentação relativa ao distrito do Porto, a palavra mamoa também aparece registada, assinalando e delimitando territórios.

MADORRA – MEDORRA - MADORRINHO

Modorra é considerado um termo antiquado que significa um montão de pedras miúdas[8]. É, de acordo com Domingos Cruz, é uma palavra bastante comum em certas regiões do país para identificar construções tumulares. Podem existir as seguintes derivações: *madorra, madorna, medorra, modorra, medorno* (Cruz, 2001: 50).

ORCA – ORQUINHA

> “Em certos sítios da Beira-Alta e Beira-Baixa, os dolmens recebem o nome popular de *orcas*, a que ás vezes se junta *casa, lapa* ou *pedra*: «casa d’*orca*», «lapa da *orca*», «pedra d’*orca*»; mas ouvi muitas vezes ao povo expressões, como estas: «estava lá uma *orca*», «havia uma *orca*», e outras análogas, - o que prova claramente que o povo inclue *orca* na classe dos substantivos apelativos, e que por isso a noção de taes monumentos lhe é aqui ainda familiar. A palavra orca é já conhecida na literatura, pelo menos desde o seculo XVII, dos *Dialogos moraes_históricos e políticos* do Dr. Manuel Botelho Ribeiro Pereira, que a dá também como da Beira” (Vasconcelos, 1897: 253).
>
> "No lugar chamam orcas aos dólmens", observou A. Mendes Corrêa quando visitou alguns destes monumentos de Vila Nova de Paiva, em 4 de Setembro de 1931” (Gonçalves, 1990: 200 citado em Cruz, 2001: 48 nota 82).

Orca e Orquinha são duas designações igualmente associadas às antas, conforme os testemunhos do padre Luís Cardoso[9], de José Leite Vasconcelos e Mendes Corrêa (Cruz, 2001: 48-49)

> “Há por aqui vários montes de pedras com umas lajes em cima, de bastante largura; chamão-lhe Orcas, e dizem os moradores serem do tempo dos Mouros, e que sobre elas queimavam os dízimos” (Cardoso, 1737-1751: 405).

ARCA(S)

> “Parece que outro nome antigo dos dolmens no nosso país, empregado como appellativo, foi, ou é, *arcas*. No *Portugal antigo e moderno* diz-se indiferentemente «antas ou arcas ou orcas»” (Vasconcelos, 1897: 254).

[8] *modorra* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [consult. 2014-11-29 15:13:46]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/modorra?homografia=1

[9] Ver capítulo III.2.

José de Leite Vasconcelos cita Sousa Viterbo e refere que este autor "diz que em documentos dos séculos IX e XII se declara «que o mesmo erão *mamoas* que *arcas*», e acrescenta que arcas «erão moutes de terra com que os nossos maiores dividiram os territórios " justificando dessa forma a analogia feita entre anta = dólmen = arca (Vasconcelos, 1897: 256, nota 3).

De acordo com as próprias palavras de Sousa Viterbo, em latim, a palavra *arca* podia também significar um "marco especial, usado nos campos, e formado de quatro paredes, ao modo de guardas de poço, que os agrimensores edificavam nos quadrifínios". Este autor considera que "o povo encontrou algumas semelhanças entre os dólmenes e as arcas, que se viam frequentemente a demarcar terrenos, e aplicou, por metáfora, o termo *arcas* aos *dólmenes*. Por extensão de significado, o termo *arca* que designava o dólmen, passou a exprimir também o respetivo *tumulus* ou *mamoa*" (Viterbo, 1983a: 501).

Alberto Sampaio não interpreta o termo arca dessa forma. Segundo este autor as

> "*petras fictas* e *arcas*, de que se está tratando, não se devem entender como monumentos pré-históricos – menires e dolmens, se as primeiras nas demarcações diplomáticas representam os términos fixos do Código Wisigothico, assim o declara o *diploma ab antico pro termino fuerunt constitutas*, e portanto nestas não pode haver dúvida, de modo nenhum have-lo-a também nas arcas que o mesmo Código diz que foram expressamente constituídas para servires de marcos, e por isso não podiam ser outras, senão as dos agrimensores romanos" (...). "A terra tumeda, qui fuit manum facta, um montão de terra feito intencionalmente, é o tumor terrae in efigiem limitis constitutus; e não o tumulus pré-histórico, pois os diplomas distinguem este último chamando-lhe *mamola* – a *mamua* de hoje "(Sampaio citado em Vasconcelos, 1897: 255).

Efetivamente, na nossa área de análise existem alguns topónimos e designações que integram a palavra *arca* e referem-se, na sua grande maioria, a *tumulus* ou estruturas sob *tumulus*. Os dois termos ou conceitos podem-se ter sobreposto em determinadas localidades.

José Leite de Vasconcelos considera que a utilização de designações como anta, dólmen, arca ou orca só "podia applicar-se a um dolmen descoberto ou semi-descoberto; a palavra *arca*, e por tanto *orca*, tambem faz suppôr que se tinha deante dos olhos um dolmen descoberto ou semi-descoberto, pois só um dolmen nestas circumstancias apresentava semelhança com a *arca* dos gromáticos" (Vasconcelos, 1897: 264). Ou seja, teria sido necessário ver a estrutura pétrea que existia no interior do *tumulus* a descoberto, para que fosse possível associar o termo arca a anta, dólmen e orca.

MEROUÇOS

A palavra merouço está associada a uma acumulação artificial de pedras ou seixos. Segundo Domingos Cruz, "os «merouços» e os «meroucinhos» são também as acumulações de pedra que resultam da limpeza dos campos, concentrando-se num único montículo". Deste modo, é possível relacionar a palavra *merouço* com algumas estruturas tumulares pré-históricos (Cruz, 2001: 50). No nosso trabalho, o termo encontra-se associado a estruturas sob *tumulus*.

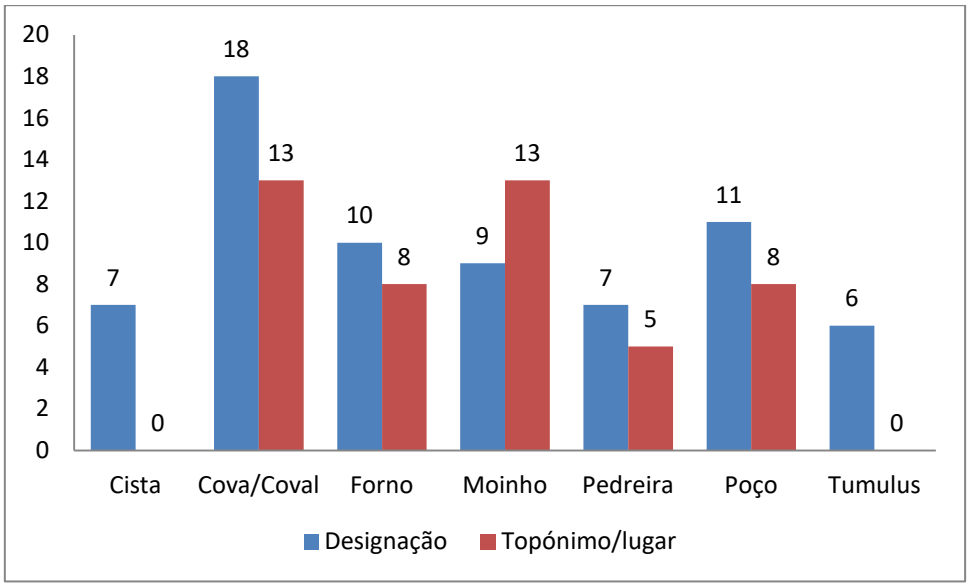


Gráfico 6. Análise de alguns termos pré-históricos integrados na designação dos vestígios arqueológicos.

Detetamos ainda outras expressões associados às estruturas tumulares: Cista, Cova, Coval, Forno, Moinho, Pedreira, Poço e *Tumulus.* Nitidamente, o termo Cista e *Tumulus* são utilizados na linguagem arqueológica, mas não parecem fazer parte da toponímia.

TUMULUS

O montículo de terra artificial a que se chama *tumulus* é uma palavra latina que significa «eminencia de terra» (Vasconcelos, 1897: 248). *Tumulus* é o mesmo que mamoa; no plural utiliza-se a palavra *tumuli* (Silva, 2004: 434).

POÇO

"O termo "poço" pode andar associado a construções com *tumulus* e câmara funerária", segundo Domingos Cruz (2001: 48-49), que regista três casos: "Vale do Poço" (Vila Nova de Paiva - Touro e em Viseu – Cota; "Tapada do Poço" (Vila Nova de Paiva) e "Poço da Nave" (Touro - Vila Nova de Paiva).

COVA – COVAL

Coval = Cova[10]. Foram registados cinco estruturas sob *tumulus* associadas a este topónimo.

FORNO

Todos os sítios inventariados com a designação forno são *tumulus*. Alguns deles foram efetivamente reaproveitados e reutilizados como fornos, por exemplo, fornos para fabricar telha.

[10] "coval", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/DLPO/coval [consultado em 12-07-2015].

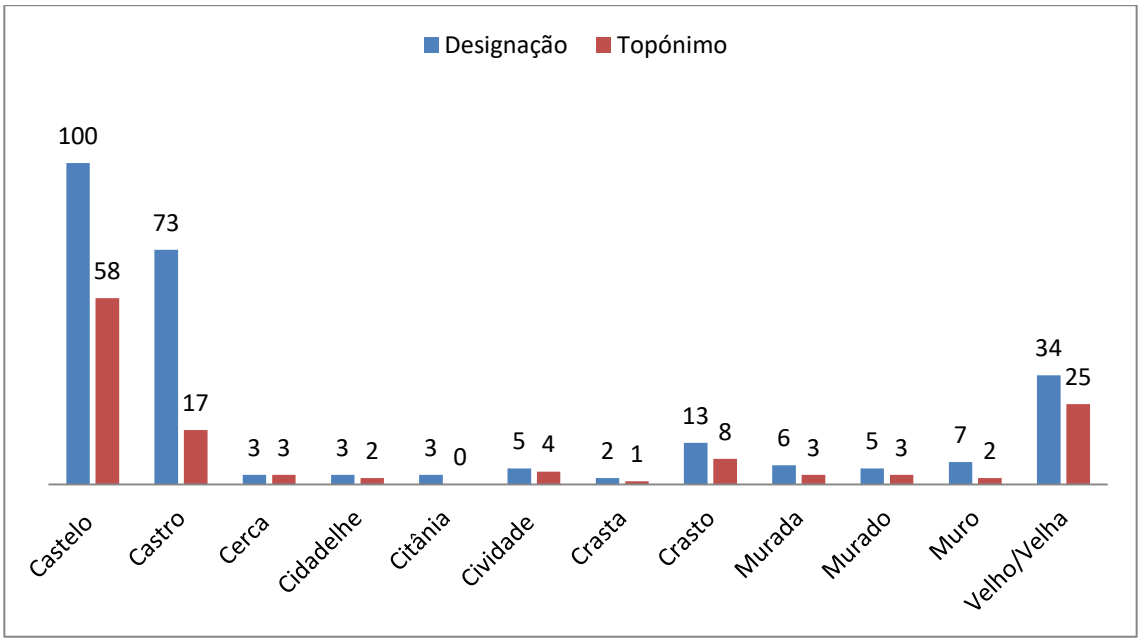


Gráfico 7. Elementos relacionados habitualmente com os "povoados fortificados"

Todos os termos representados neste gráfico reportam-se a vestígios associados a construções pétreas, nem sempre unicamente pré-históricas.

CASTRO/CRASTO – CASTELO - CIDADELHE

> "Um *castro,* ou, segundo a pronúncia vulgar, *crasto*, representa uma antiga povoação fortificada. O nosso povo dá geralmente este nome, ou outro análogo, ao cume de um monte, ou a qualquer altura, em que há ou houve aterros artificiaes, vestígios de muralhas, fosso e restos de habitações. As muralhas muitas vezes já a simples pedras mais ou menos coordenadas; (...). Além do nome Crasto, que o povo aplica sempre porém como nome próprio, e nunca como nome comum, usam-se outros no nosso onomástico, como *Castéllo, Castêllo, Cividade, Cêrca, Crastello, Crestim, Castellinho, Citania, Cidadelhe*, etc., juntando-se-lhes também epithetos por exemplo, velho, como acontece com vários montes chamados «*Castellos Velhos*». (...) Sempre que haja um monte, ou uma simples elevação de terreno, a que se aplique qualquer dos nomes mencionados, *Crasto, Castello, Cêrca, Cividade*, etc. e a que se liguem lendas ou mesmo vagas tradições de Mouros e Mouras, é para suspeitar que estamos na presença de um castro" (Vasconcelos, 1895: 3 e 5).

Segundo José Leite Vasconcelos, são vários os termos associados aos "povoados fortificados". Estes podem ajudar os arqueólogos na localização de vestígios arqueológicos, da mesma forma que as lendas associadas aos Mouros e Mouras são um indicativo da existência de povoados fortificados.

> "Os topónimos mais correntes são: Castelo; Castelo Velho ou Castelo dos Mouros; ou Castelo mais o nome de um Santo; Castelejo ou Castrilouço; Torre ou Torre Velha; Cerca ou Cerca dos Mouros; Coroa; Cigadonha; Muro, Murada ou Muradelhas. A expressão mais comum é, no entanto, Castelo dos Mouros. Trata-se, aliás, de um termo cujo uso remonta ao período medieval" (Lemos, 1993a: 143).

Também Francisco Sande Lemos enumera um conjunto de designações muito próximas às apresentadas por José Leite de Vasconcelos para os povoados fortificados. Contudo, no Nordeste transmontano os

povoados fortificados não são vulgarmente designados por castros. Este termo, quando aplicado a vestígios arqueológicos, foi utilizado na designação dos povoados por via erudita (Lemos, 1993a: 144).

Sobre os termos Castelo e Castro, Francisco Sande Lemos faz referência ao seguinte:

> "Curiosamente o mesmo termo, Castelo, é utilizado para apelidar os locais onde existem marcos geodésicos, pelo que o investigador menos experiente corre o risco de registar, nos seus inquéritos ou pesquisas toponímicas, uma infinidade de montes ou cabeços do Castelo, destituídos de qualquer valor arqueológico. Porém, se perguntar às populações se o local é um "Castelo dos Mouros", ou um "talefe", será prontamente esclarecido" (Lemos, 1993a: 143 nota 99)

> "O termo castro assinala um cabeço ou colina, próximo das aldeias actuais, onde ainda se observam, por vezes, vestígios de fortificações tardias, medievais. Noutros casos as defesas, que talvez tenham sido em madeira, desapareceram, pelo que apenas se manteve o topónimo. Acontece, também, que, com alguma frequência, nos locais assim chamados, se encontram abundantes indícios de ocupação da época romana. Trata-se de povoados fundados no quadro da romanização, que subsistiram no período medieval" (*idem*: 143).

Como vimos, a palavra castelo pode não estar associada a vestígios arqueológicos e a palavra castro pode estar aliada a sítios com interesse arqueológico, mas ao contrário do que seria de esperar, não a sítios com ocupações proto-históricas, mas sim a momentos mais tardios. Todavia, alguns destes topónimos estão relacionados efetivamente com sítios que possuem ocupações pré-históricas.

CRASTA[11]

É um termo com um sentido antigo que significa *claustro* e que foi, neste inventário, associado a povoados murados.

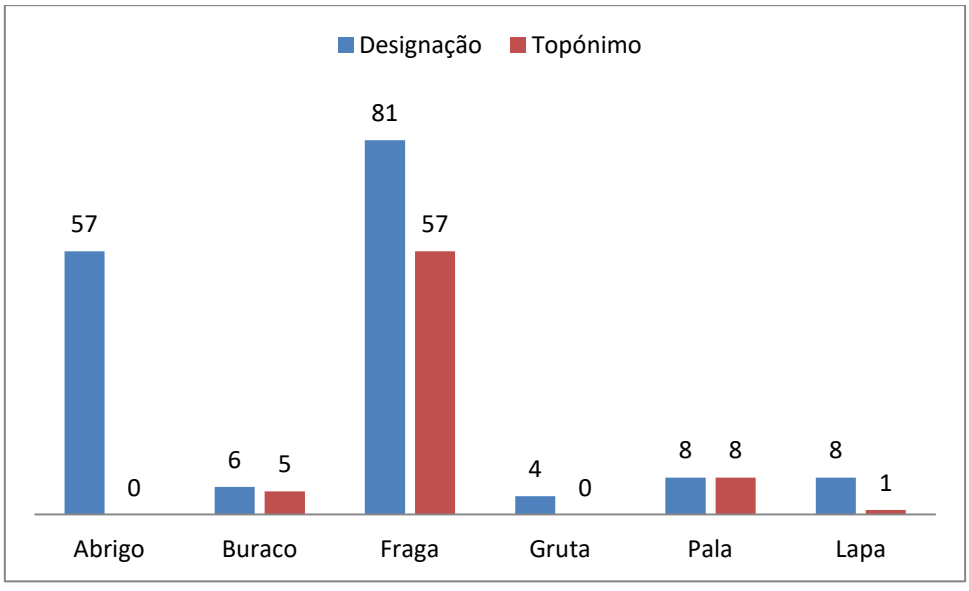


Gráfico 8. Algumas designações utilizadas para descrever abrigos sob rocha.

[11] "crasta", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/DLPO/crasta [consultado em 13-07-2015].

A palavra fraga é o termo que mais se destaca, seguido por abrigo. Porém, estamos em crer que tanto abrigo como gruta são termos utilizados pelos arqueólogos e daí não terem sido registados na toponímia.

> "As grandes aberturas naturaes do solo recebem varios nomes na nossa língua, a saber: *lapa* (e *solapa*), *furna* (e *fórna*), *gruta* (e *grota*), *caverna, cova, mina, algar*, etc. A palavra *lapa* parece corresponder mais particularmente a «abrigo de baixo de rochedo»: até na linguagem usual se diz *alapar-se* e *solapar-se.*" (...) "A palavra *gruta* é puramente litteraria, não se usa no povo; no mesmo caso está *caverna*" (Vasconcelos, 1897: 213-214).

LAPA

Consiste numa "grande pedra ou laje que, ressaindo de um rochedo, forma debaixo de si um abrigo gruta ou galeria originada por erosão; ou abrigo debaixo de um rochedo" (*idem*: 212); furna[12].

GRUTA

"É de maiores dimensões, aberta para o lado de fora, e às vezes possui vários compartimentos internos" (Vasconcelos, 1897: 201).

PALA

É um regionalismo que significa abrigo natural[13], embora tenhamos encontrado alguns casos que se reportam a estruturas sob *tumulus*.

> "Segundo me informa, em carta de 28 de Maio de 1895, o Sr. P.e José Augusto Tavares, parocho de Ligares (Trás-os-Montes), o nome genérico de dolmen nas regiões do Sul do districto de Bragança, é PALA DA MOURA, dizendo-se pois «*Pala da Moura* de Villarinho», «Pala da Moura do Castedo». Mas será *Pala* nome comum, ou nome próprio, embora de uso frequente?" (Vasconcelos, 1897: 255-256).

ABRIGO

São mais numerosas as referências a abrigos, mas essa designação é normalmente atribuída pelos próprios arqueólogos.

BURACO

A palavra Buraco encontra-se associada a abrigos sob rocha com vestígios pré-históricos.

Existe o Abrigo da Solapa, que possui arte rupestre. Solapa é um termo do português antigo que significa "buraco disfarçado" ou "cova subterrânea ou por entre brejos de modo que não seja vista"[14].

---

[12] *lapa* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [consult. 2014-11-29 15:05:22]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lapa

[13] *pala* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [consult. 2014-11-28 22:15:32]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/pala

[14] "solapa", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/dlpo/solapa [consultado em 29-11-2014].

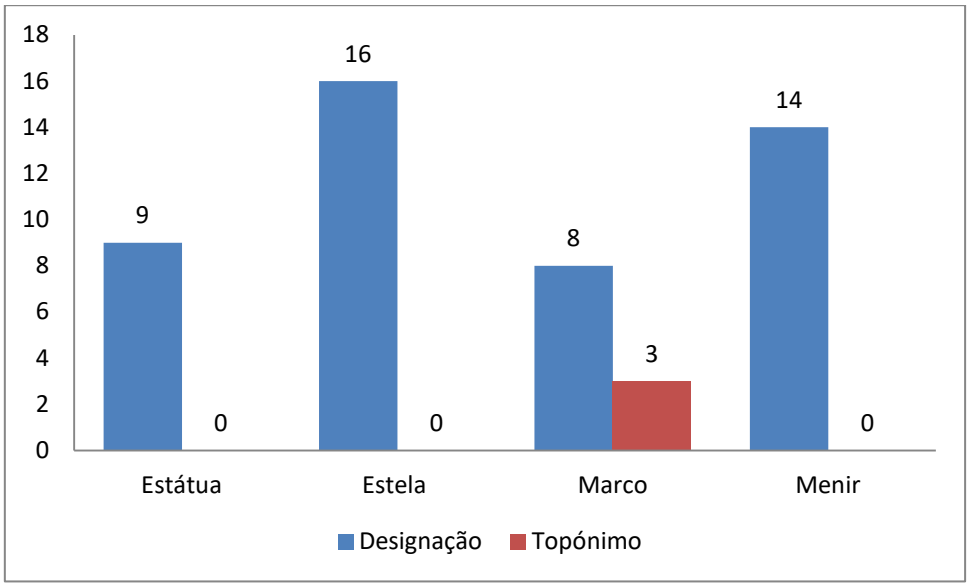


Gráfico 9. Elementos associados às estruturas monolíticas isoladas.

Os termos estátua, estela e menir não aparecem na toponímia. São termos arqueológicos e da História da Arte. Marco, por outro lado, apesar de poder ter vários significados não relacionáveis com a Pré-história, aparece registado, embora em número reduzido.

MENIR – ESTELA – ESTÁTUA

Estes termos já foram abordados anteriormente e todos eles nos remetem para estruturas monolíticas isoladas.

MARCO

Pode ser definido da seguinte forma:

- "pedra oblonga que se junta a outras da mesma espécie para assinalar os limites de um território, de um lote etc.
- qualquer pedra já existente num local, que se usa como sinal de demarcação ou limite territorial;
- coluna, cone ou cilindro, feito tradicionalmente em mármore ou granito, e destinado a fixar a lembrança de um acontecimento, ou a associação deste com determinado lugar; sinal; símbolo" (Terras Quentes, em linha).

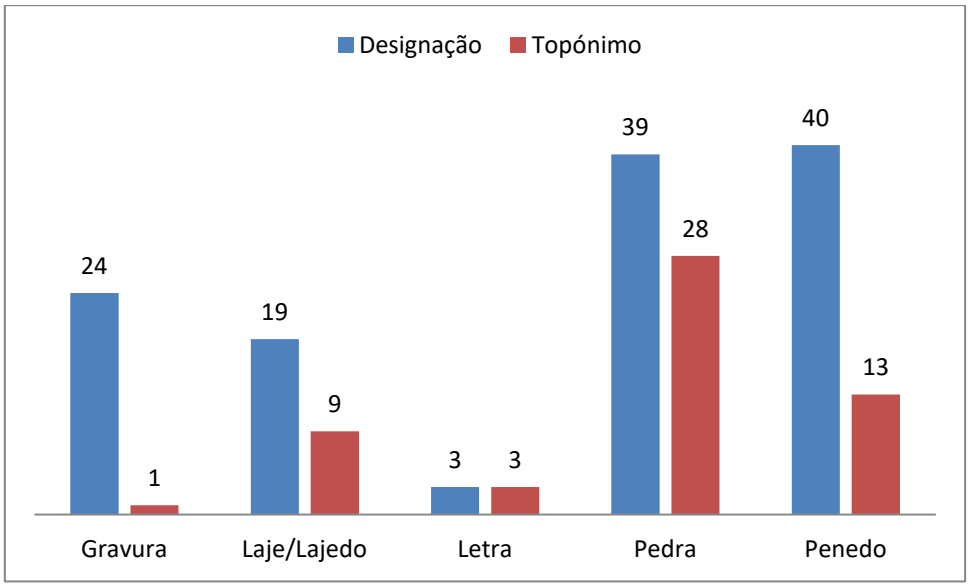


Gráfico 10. Elementos associados à arte rupestre.

Os topónimos expostos neste gráfico: Gravura, Laje, Letra, Pedra e Penedo remetem-nos, genericamente, para sítios com arte rupestre, embora seja possível que em algumas situações se relacionem com outro tipo de vestígios arqueológicos. Não nos iremos debruçar detalhadamente sobre cada um deles, visto que não encontramos dados relevantes para a sua caracterização.

Em suma, apesar de estarmos a tratar com dados parcelares, parece ser possível fazer algumas observações sobre a relação entre os topónimos relativos aos sítios pré-históricos com as respetivas designações.

Algumas designações parecem ser fruto da atividade arqueológica. Este facto é particularmente evidente quando se confronta o número de topónimos verso o número de designações. Dólmen, Monumento, Orquinha, Cista, *Tumulus*, Citânia, Abrigo, Gruta, Estátua, Estela, Menir e Gravura nunca aparecem como topónimos, integrando, por vezes, de forma numerosa, a designação dos sítios. Os termos que efetivamente perduraram na toponímia permitem-nos especular que seriam algumas das designações populares destes vestígios, que surgem referidas, por exemplo, nas Memórias Paroquiais de 1758: Anta, Orca, Castelo Velho, entre outros.

Um caso que nos suscitou alguma perplexidade e para o qual não encontramos, de momento, alguma explicação prende-se com o termo "Mamoa". Como vimos no capítulo prévio, a palavra surge na documentação medieval, em alguns casos, como elemento de demarcação de territórios. Apesar da reduzida amostra de referências na documentação medieval, temos a certeza que os dados apresentados para o distrito do Porto se multiplicam noutros concelhos e distritos do país, basta que se desenvolva um projeto de investigação nesse sentido. Parece-nos possível que os termos que surgem na documentação medieval tivessem perdido importância no período de 700 anos e deixassem de fazer parte da toponímia. Mas importa perceber um pouco mais sobre esta questão em particular.

Genericamente, são mais numerosos os topónimos associados aos *tumulus* e aos povoados, independentemente da sua cronologia. No entanto, o universo da toponímia e designação dos sítios não

se esgota nestes tipos. Na tabela que se segue, apresentamos algumas das designações dos vestígios arqueológicos, que resultam de uma seleção relacionada com a expressividade dessas denominações.

N.Inv	CNS	Designação	Topónimo	Freguesia/Concelho
44	3574	Dólmen da Aliviada//Mamoa 1 da Aliviada//Dólmen de Escariz ou Dólmen Pintado	Aliviada	ESCARIZ (AROUCA)
254	17301	Fraga das Ferraduras	Fraga das Ferraduras/Rio Martim	CARRAZEDO (BRAGANÇA)
287	17619	Fraga dos Fusos/Pena Escrita	Fraga dos Fusos/Pena Escrita	SORTES (BRAGANÇA)
297	186	Fraga pintada do Cachão da Rapa//"Curral das Letras"//Letras	Cachão da Rapa	RIBALONGA (CARRAZEDA DE ANSIÃES)
325	23820	Forno da Velha		LAGOA (MACEDO DE CAVALEIROS)
333	2023	Fraga da Pegada	Pegada	SANTA COMBINHA (MACEDO DE CAVALEIROS)
344	225	Solhapa/Abrigo rupestre da Solhapa ou Malrasca	Poço Picão; Solhapa	DUAS IGREJAS (MIRANDA DO DOURO)
405	4787	Fraga da Letra///Pena da Letra no Castelo de Penas Róias//Fraga das Letras//Pena das Letras	Fraga da Letra/Valado/Castelo de Penas Roias	PENAS ROIAS (MOGADOURO)
508	17492	Montão de Terra	Montão de Terra/Devesa Velha/Rigueiro dos Lobos	PAÇÓ (VINHAIS)
515	19001	Lombo do Pedaço	Lombo do Pedaço	PINHEIRO NOVO (VINHAIS)
525	17598	Carriça//Fraga das Patinhas da Burrinha de Nossa Senhora?	Carriça/Coroa	TRAVANCA (VINHAIS)
754	3969	Penedo de Cuba/ Gruta da Coriscada//Gruta das Coriscadas	Coriscadas; Poço	SOALHÃES (MARCO DE CANAVESES)
768		Mamoa de Moinhos	Moinhos	VANDOMA (PAREDES)
838	878	Anta da Fonte Coberta//Dólmen da Fonte Coberta da Chã de Alijó	Fonte Coberta/Chã de Alijó ou Vila Chã/Fonte Coberta	VILA CHÃ (ALIJÓ)
895	3627	Penedo das Cruzes	Penedo das Cruzes	SANJURGE (CHAVES)
1017	15611	Sainça/Fraga das Covinhas	Sainça/Fraga das Covinhas	TINHELA (VALPAÇOS)
1108	17789	Pedra Posta//Pedra Treposta (?)	Pedra Posta	MOUÇÓS (VILA REAL)
1343	19954	Alto da Escrita	Alto da Escrita, Vale de Figueira	TABUAÇO (TABUAÇO)
1385	22150	Pedras Benfeitas		PENDILHE (VILA NOVA DE PAIVA)
1685		Pedra Escrita	Pedra Escrita	FREIXO DE NUMÃO (VILA NOVA DE FOZ CÔA)
517	18998	Pedra Espetada	Pedra Espetada	PINHEIRO NOVO (VINHAIS)

As designações dos vestígios arqueológicos podem ser, por vezes, bem expressivas da realidade que caracterizam, ou seja, criam representações que se concretizam na presença dos vestígios arqueológicos a que se reportam. São um bom indicador da presença de vestígios arqueológicos em determinado local.

Outro facto que gostaríamos de referir sobre o tema abordado neste capítulo reporta-se ao seguinte: os vestígios arqueológicos podem ter adquirido ao longo dos tempos várias designações. Os dados que nos chegaram até hoje parecem ser um pouco redutores, mas alguns sítios arqueológicos demonstram bem essa diversidade de nomenclaturas. Vejamos:

- Anta da Aboboreira/ Anta da Chã de Parada 1//Mamoa de Chã de Parada 1//Dólmen da Fonte do Mel/Casa da Moura de S. João de Ovil/Casa dos Mouros/Casa do Mouro ou da Moura/Cova do Ladrão/Casinha dos Mouros//Dólmen 1 de Chã de Parada;
- Santa Marta / Forno dos Mouros/ Dólmen da Portela//Dólmen de Santa Marta//Dólmen da Portela (Santa Marta);
- Anta de Vilarinho de Castanheira//Pala da Moura//Dólmen de Vilarinho da Castanheira (Pala da Moura);
- Rebolhão// Castro das Carvalhas//Pisacada do Mouro;
- Crastas//Crastas de Moreiras//Outeiro dos Mouros ou Fraga da Moura;
- Castelo dos Mouros/Castro do Cadaval//Castelo dos Mouros do Cadaval ou Castro das Curvas de Murça;
- Marco da Jogada ou Vale do Asno/Menir do Marco da Jugada//Menir da Jugada//Marco da Jugada;
- Dólmen de Areita 1//Dólmen 1 de Areita//Anta da Bouça da Sr.ª. Berta//Anta da Bouça da Senhora Berta;
- Orca do Porto Lamoso ou dos Moinhos de Rua//Orca, Casa da Moura de Porto Lamoso, Casa da Moura dos Moinhos da Rua ou Corga Sintineira/Casa da Moura;
- Monumento 1 do Rapadouro/Rapadouro 1//Mamoa da Rapa do Ouro ou de Rapa d'Ouro;
- Orca da Tapada do Poço//Orca do Carvalhal, Orca do Madorrinho e Orca da Bouça ou Pouça;
- Orca dos Juncais/Anta da Queiriga (ou "Orca Fundeira")//Dólmen dos Juncais//"Pedra da Orca" e "Orca Fundeira";
- Orquinha dos Juncais/Forno da Moira//Orquinha Cimeira dos Juncais;
- Orca de Merouços/Vale da Cadela/Merouços 1//Orca de Vale de Cadela;
- Alto da Subidade/Outeiro dos Mouros/Praça dos Mouros;
- Estela Menir de Longroiva//Estela decorada de Longroiva//Cruzeiro Velho//Vinha do Cruzeiro;
- Tambores//Castelo Velho//Castelo Velho de Chãs//Tambores (ou Castelo Velho III)//Castro dos Tambores;
- Castelo Velho da Meda/Castelo Velho//Castelo Velho do Vale da Manta (Meda)//Castro do Castelo Velho;
- Castelo//Castelo de Arnóia / Castelo dos Mouros / Castelo de Moreira;
- Castrilhouço ou Castro de Vale de Águia//Castro de Vale de Águia ou Castrilhouço/ Castrilhouço de Vale de Águia.

E com esta pequena amostra, passamos a um outro assunto, os Hierotopónimos.

3.4. OS HIEROTOPÓNIMOS

> "Das taxes de natureza antropocultural, a hierotoponímia é definida como a que arrola os nomes sagrados aplicados aos lugares. Num estudo que utilize como única variável esta taxe, o pesquisador pode explorar e investigar não só a religiosidade de um povo mas também, de acordo com a área geográfica em questão, vários sistemas de crenças superpostos numa perspectiva diacrônica, como é o caso de Portugal" (Carvalhinhos, 2006).
>
> "Os hagiotopônimos (referentes a santos do hagiológio romano), os hierotopônimos (referentes às divindades em geral como Deus/Jesus...), e, neste sentido, dependendo da interpretação, também alguns mitotopônimos poderiam ser enquadrados como referentes à religiosidade, mesmo quando indicam um elemento profano (como *demônio*)" (Carvalhinhos, 2008/2009: 2467).

Apercebemo-nos, no decorrer do nosso projeto de investigação, da possível relação entre os vestígios arqueológicos com elementos cristãos e com as lendas alusivas aos Mouros. Esta tomada de consciência deixou-nos mais predispostos para pesquisarmos tudo o que nos auxiliasse a perceber estes fenómenos. O estudo da toponímia, nomeadamente dos Hierotopónimos, demonstrou-se assim útil.

3.4.1. OS HAGIOTOPÓNIMOS E OS VESTÍGIOS PRÉ-HISTÓRICOS

Dos 330 elementos relacionados com elementos cristãos que ocorrem na designação dos vestígios arqueológicos, 143 aparecem nos topónimos.

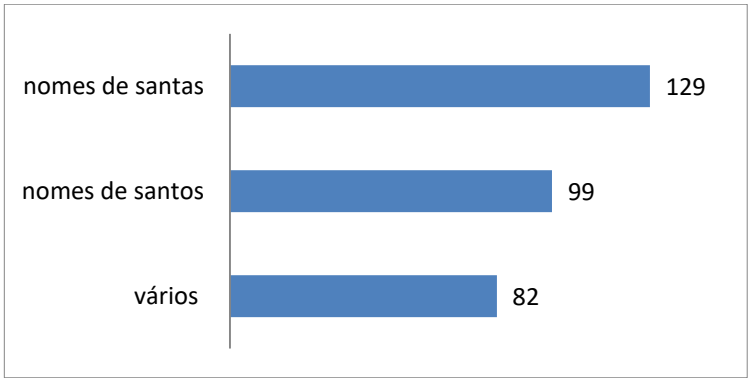


Gráfico 11. Elementos cristãos na designação dos vestígios arqueológicos.

Destas 330 designações, na sua maioria hagiotopónimos, 129 estavam associadas aos nomes de santas, 99 registos eram relativos ao nome de santos, existindo ainda 82 casos relativos a diversos elementos religiosos que indicamos na tabela seguinte.

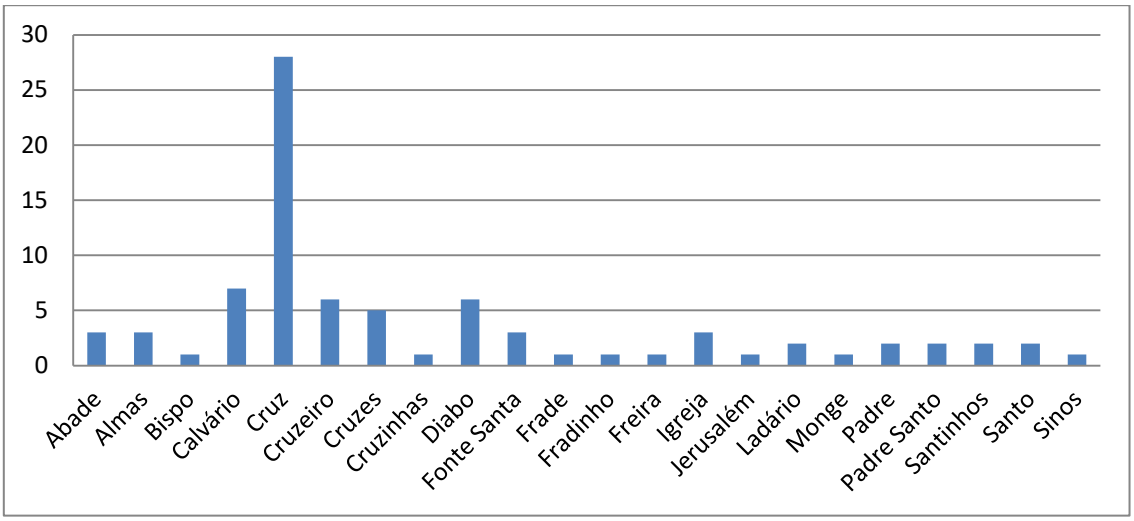


Gráfico 12. Vários elementos religiosos associados à nomenclatura dos vestígios arqueológicos.

Destes 82 elementos, destaca-se o elevado número de palavras associadas ao termo Cruz e seus derivados (cruzeiro, cruzes e cruzinhas). Calvário, Diabo, Fonte Santa e Igreja são os elementos mais expressivos a seguir a Cruz.

As designações de Santos e Santas aparecem na tabela seguinte.

Santos				Santas			
S. Cristóvão	11	São Jorge	3	Santa Ana	1	Senhora da Fonte	1
S. Domingos	8	São Jurge	1	Nossa Senhora	11	Senhora da Graça	4
S. João	9	São Lourenço	4	Santa Anastácia	1	Senhora da Guia	1
S.Simão	2	São Mamede	3	Santa Bárbara	13	Senhora da Laje	1
Santiago (S. Tiago)	5	São Martinho	5	Santa Columba	1	Senhora da Lapa	1
Santo Adrião	1	São Miguel	3	Santa Comba	3	Senhora da Livração	1
Santo Ambrósio	1	São Neutel	1	Santa Cristina	1	Senhora da Ouvida	33
Santo Antão	1	São Paio (Sampaio)	1	Santa Eufémia	8	Senhora da Piedade	1
Santo António	1	São Paulo	4	Santa Eulália	5	Senhora da Rosa	2
Santo Estevão	1	São Pedro	13	Santa Helena	1	Senhora da Saúde	1
São Bartolomeu	2	São Salvador	1	Santa Justa	2	Senhora da Veiga	1
São Brás	1	São Silvestre	1	Santa Juzenda	1	Senhora das Preces	1
São Cipriano	1	Senhor da Boavista	2	Santa Lomédia	3	Senhora de Vila Maior	1
São Fagundo	1	Senhor da Fraga	1	Santa Luzia	3	Senhora do Aviso	2
São Francisco	1	Senhor da Piedade	1	Santa Madalena	1	Senhora do Calvelo	1
São Gabriel	3	Senhor do Monte	1	Santa Maria	2	Senhora do Castelo	1
São Gonçalo	1	Senhor dos Aflitos	3	Santa Marta	2	Senhora do Monte	8
São Gregório	1			Senhora	1	Senhora do Vencimento	3
				Senhora Aparecida	2	Senhora do Viso	1
				Senhora da Azinheira	1	Senhora dos Montes	1

Tabela 4. Hagiotopónimos.

Os resultados apresentados relacionam-se, em muitos casos, com conjuntos tumulares, daí que, por exemplo, S. Pedro ou Senhora da Ouvida apareçam em maior número. Estes repetem-se nos vários monumentos de um determinado núcleo.

Um dos fenómenos que tentaremos explicar no capítulo seguinte relaciona-se com o facto de ocorrer, em determinados casos, uma tentativa de "cristianização" de fenómenos pagãos. Ou seja, um processo formalizado pela Igreja Católica, ou um procedimento levado a cabo por iniciativa própria das comunidades locais que atribui um "novo sentido", através da gravação de cruzes, construção de capelas e cruzeiros, ou mudança do nome do lugar, a lugares relacionados com práticas antigas pagãs, ou associadas aos Mouros. A este propósito Patrícia Carvalhinhos escreveu um texto, do qual apresentamos um longo excerto, muito elucidativo sobre a questão.

> "Segundo Leite de Vasconcelos (1936; 1982), objetos de culto e mesmo festas de Nossa Senhora foram assimilados pela Igreja Católica a fim de encobrir os cultos pagãos com uma roupagem cristã. Vários casos averiguados por nós demonstraram que antes do culto e nome de Nossa Senhora houve, exatamente no mesmo lugar e às vezes seguindo ritual idêntico, cultos pagãos a elementos da natureza. Assim como o rito recebia uma roupagem de acordo com o Catolicismo, também o nome era um novo investimento semântico para uma entidade que não mudava na essência. Podemos exemplificar mencionando algumas Nossas Senhoras existentes na hierotoponímia portuguesa, mas não reconhecidas pela Igreja:
>
> – *lexias referentes à flora* (árvores, formações vegetais): Senhora das Amoras, Senhora do(s) Campo(s), Senhora da Enxara, Senhora da Mata, Senhora da Moita, Senhora dos Olivais, Senhora do Pinhal, Senhora do Prado, Senhora do Sobreiro, Senhora do Tojo.
>
> -*lexias referentes a minerais:* Senhora do Areal, Senhora das Areias, Senhora da Lage (com esta grafia).
>
> -*lexias referentes ao relevo:* Senhora do Barrocal, Senhora do Cabo, Senhora do Canto, Senhora da Costa, Senhora da Ladeira, Senhora da Lomba, Senhora da Serra, Senhora do Vale, Senhora do Viso.
>
> -*lexias referentes a elementos meteorológicos:* Senhora do Ar, Senhora da Estrela.
>
> -*lexias referentes à água:* Senhora de Entre Águas, Senhora da Fonte, Senhora da Fonte Santa, Senhora da Lagoa, Senhora da Represa, Senhora da Ribeira/o/inha, Senhora do Salto, Senhora das Sete Fontes.
>
> Os tópicos acima apontam basicamente para os quatro elementos da natureza aos quais correspondem a maioria das divindades pagãs, ou seja, terra, ar, água, vegetação. Este dado parece indicar que as Nossas Senhoras que têm relação com elementos da natureza (em geral, indicando o local de uma aparição) devem estar relacionadas semanticamente às antigas deusas, que se manifestavam nas montanhas, nas árvores, nos riachos. O sintagma que expressa o nome da entidade apenas indica o lugar; portanto, a Senhora toma o lugar de onde apareceu ou onde se estabeleceu o culto. Outra conclusão que obtivemos, portanto, foi que neste tipo de ocorrência o nome aplicado às Nossas Senhoras foi um instrumento a mais para mascarar o elemento pagão.
>
> Concluindo, acreditamos que a maior contribuição deste estudo foi a possibilidade de verificar no plano do conteúdo a sobreposição toponímica de nomes (e também objetos) sagrados, que, se não mudava a essência religiosa de objetos e lugares, oferecia-lhes uma fisionomia cristã, cobrindo, com os nomes de Nossa Senhora, entidades e crenças pagãs" (Carvalhinhos, 2006).

Se reproduzirmos o exercício apresentado no excerto anterior com base na tabela 4, chegamos à conclusão que é possível, dentro da nossa área de estudo, detetar este fenómeno da sobreposição toponímica a alguns sítios, atribuindo-lhes essa "fisionomia cristã". Deste modo, Senhora da Azinheira e Senhora da Rosa estão relacionadas com flores ou formações vegetais; Senhora da Fonte está relacionada com o elemento "água"; Senhora da Laje, Senhora da Lapa, Senhora da Veiga, Senhora do

Monte e Senhora dos Montes relacionam-se com o relevo. Talvez o mesmo tipo de interpretação possa ser feito em relação aos Santos, já que detetamos o Senhor da Fraga e o Senhor do Monte. Mais uma vez, estamos em crer, que se for realizado um trabalho exaustivo sobre esta questão, será possível apurar um número muito mais expressivo de casos semelhantes.

3.4.2. MITOTOPÓNIMOS – VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS [E PALEONTOLÓGICOS] E CRENÇAS POPULARES

Do conjunto de leituras que fizemos com vista ao entendimento de alguns aspetos da Toponímia, deparámo-nos com alguns textos que se destacaram por terem de alguma forma trilhado novos caminhos para a nossa pesquisa. Falamos do texto de André Soutou, que estuda uma localidade francesa, articulando um determinado topónimo com vestígios pré-históricos e crenças populares. O segundo texto, de Adrienne Mayor, faz a associação entre vestígios geológicos e paleontológicos com a criação de geomitos. No fundo, ambos os autores tentam articular a Toponímia com as crenças populares. No fundo, gostaríamos de conseguir demonstrar que as crenças populares associadas a vestígios antigos, particularmente aos vestígios pré-históricos, podem ter persistido ao longo dos tempos num determinado espaço geográfico, chegando até nós através da própria Toponímia.

Vejamos, de forma sucinta, estes dois exemplos.

- Um estudo sobre o topónimo "Vieille Morte" em França. Este estudo, desenvolvido por André Soutou (1954: 183-189), aponta a existência de vários topónimos deste tipo associados a vestígios pré-históricos: «Vieille Morte» du Villard onde nas imediações do local existe um monumento megalítico arruinado: "(…) Sur la bordure nord de cette draille et au point culminant d'un des deux serres qui encadrent la combe, un dolmen ruiné qui n'avait jamais encore été mentionné";

- «Vieilles Mortes» de Sainte-Enimie; onde se assinala a presença de "plusieurs tumulus pierreux dont le plus grand mesure 16 mètres de rayon";

- le Serre de la Vieille. A propósito deste último topónimo, o autor conta uma pequena história sobre a explicação de um habitante local sobre o topónimo "Serre de la Vieille": "(…) je visitai le Serre de la Vieille, hauteur désertique située au Nord-Ouest du hameau des Cheyrouses : j'eus la bonne fortune d'y rencontrer un vieux berger de Champerboux à qui je demandais s'il n'y avait rien de remarquable à cet endroit, ancienne maison ou pierre taillée. C'est alors qu'il me mena à une tombelle mégalithique, déjà fouillée, et comme je lui demandais pourquoi on avait appelé ce lieu « Serre de la Vieille » il répondit sans hésiter en dialecte local: «Quand j'ai vu cette tombe, j'ai pensé que la Vieille était enterrée ici.»"

Soutou reparou nas seguintes questões: a) a designação " la Vieille" aparece frequentemente ligada a monumentos sob *tumulus*, especialmente quando se localizavam perto de antigos lugares de passagem, relacionados com a transumância; b) o topónimo «Vieille morte» encontra-se particularmente associado aos sepulcros megalíticos ou *tumulus*, enquanto os menires são atribuídos à expressão "Vieilles vivantes" pois não são associados a ossos. Porém, convém referir que o topónimo "la Vieille" aparece relacionado com fenómenos naturais ou acidentes de terreno. Este autor identificou ainda no lugar de "Peyrefiche", em português *Petra ficta* (?) um menir, a propósito do qual o dono da quinta mais próxima disse ao

investigador: «qu'il avait toujours entendu dire dans sa famille que cette grande Pierre de granit, couchée sur le sol calcaire, avait été apportée par «une vieille qui tricotait» (Soutou, 1954: 183-189).

A partir destes exemplos foi-nos possível perceber, em primeiro lugar, que alguns topónimos parecem estar diretamente relacionados com determinados vestígios pré-históricos, e, em segundo lugar, que esses topónimos podem resultar das interpretações que as comunidades fazem desses vestígios, cujas explicações podem dar origem à criação de lendas.

De seguida, trazemos um novo exemplo da associação entre vestígios antigos, desta feita, vestígios de fósseis[15], estudados pela Paleontologia, e a criação de mitos e lendas, que são perpetuados através da Toponímia.

Os fósseis na Toponímia:

> "Folk explanations of notable geological features, including fossils, are found around the world. Observations of fossil exposures (bones, footprints, etc.) led to place names for rivers, mountains, valleys, mounds, caves, springs, tracks, and other geological and paleontological sites. Some names describe prehistoric remains and/or refer to traditional interpretations of fossils. Evidence for the earliest known fossil-related place names comes from ancient Greco-Roman and Chinese literature. In many instances, fossil geonames are purely descriptive; in others, however, the mythology about a specific fossil locality survives along with the name; in still other cases the geomythology is suggested by recorded traditions about similar paleontological phenomena. The antiquity and continuity of some fossil-related place names shows that people had observed and speculated about mineralized traces of extinct life forms long before modern scientific investigations. Traditional place names can reveal heretofore unknown geomyths as well as new geologically-important sites" (Mayor, 2007: 245).

A informação contida neste artigo permite expor algumas destas ideias que associam os topónimos, a mitologia e os vestígios paleontológicos entre si. Deste modo, Mayor começa por nos dizer que os nomes populares atribuídos a características geológicas na paisagem geralmente se referem a histórias mitológicas ou lendárias, associadas a esses locais: "Landmarks notable for conspicuous fossils have been named descriptively or mythologically around the world since antiquity, and some of the old names persist in modern usage and maps". Tal facto revela que as mitologias (orais) de várias culturas podem conter conhecimento "of significant palaeontological evidence based on repeated observations over centuries, and this lore can lead to new geological discoveries" (*ibidem*), facto semelhante ao que acontece em Arqueologia.

No seguimento daquilo que afirmamos no primeiro capítulo desta terceira parte, de que as comunidades foram, ao longo dos tempos, interpretando a paisagem que as rodeia: "(…)It can also demonstrate that rational efforts to understand the meaning of prehistoric bones and other petrified remains occurred before modern scientists began to investigate the fossil record" (Mayor, 2007: 245).

Mayor coloca a seguinte questão: "How far back in time can oral folklore about natural phenomena be traced?". Ao que parece, a análise de geomitos que descrevem desastres geológicos datáveis, tais como

[15] Consideramos que este texto, apesar de versar sobre a paleontologia, irá enriquecer e dar mais consistência ao nosso estudo.

erupções vulcânicas, terramotos e eventos celestes, indicam que algumas tradições foram sendo transmitidas oralmente pelas diferentes comunidades ao longo de milhares de anos[16] (*ibidem*). Já na Antiguidade Clássica, encontrámos exemplos de fontes gregas e latinas que descrevem vários nomes de lugares associados às descobertas (nesses períodos) de enormes esqueletos de animais extintos e respetivos geomitos etiológicos. As densas concentrações de ossos de grande porte, petrificados, levaram à perceção da ocorrência, num passado distante, de uma grande batalha ou matança.

Apresentamos de seguida alguns exemplos de geomitos associados a vestígios paleontológicos na Grécia e Roma antigas:

1. "Ancient Greek writers reported that the smoking earth around the city of Megalopolis (ancient Greek for 'Giant City') in the Peloponnesus, where colossal bones of unfamiliar creatures emerged, was known as the 'Battleground of the Giants'. The god Zeus was said to have destroyed the giant Titans here with lightning in the mythic era before present-day humans. The bones of 'giants' had been unearthed and displayed in the Peloponnesus since at least the fifth century BC, according to the historian Herodotus (c. 430 BC) and other ancient authors. In 1902, Greek palaeontologists discovered that the smouldering lignite soil around the ruins of ancient Megalopolis contains plentiful fossils of large Pleistocene mammals, including ancestral rhinoceros and elephant species that lived about 2 million to 10 000 years ago. The fossil bones are stained dark by the lignite, which can burn and smoke for long periods of time. The discovery of very large skeletons combined with this natural fact gave rise to the idea of a lightning-blasted battlefield where giants were once slain".

2. "According to the ancient writers Strabo (c. 30 BC) and Solinus (c. AD 200), the 'Headquarters of the Giants' was at Pallene, on the Kassandra Peninsula in NE Greece. The ancient place name and geomyth were confirmed in 1994, when Greek palaeontologists discovered rich Pleistocene fossil beds at Pallene".

3. "In the Roman era, the discovery of steppe mammoth fossils in a river bed in what is now Syria resulted in the naming of Orontes River, after the mythical giant whose bones were supposed to have been buried there"[17].

4. "The fossil beds of Panaima, some of the most prolific in Europe, were first excavated by scientists in about 1870. The most impressive bones are those of Miocene mastodons from about 8 million years ago. The myth about Dionysus's war elephants suggests that mastodon remains were apparently recognized as those of elephants as early as the first century AD. In the late nineteenth and twentieth centuries, Greeks of Samos began to refer to the site as Elephanton Nekrotafeion, 'Elephants' Graveyard'. A few kilometres west, on a mountain known as Vigla, old nineteenth-century maps indicate the place name 'Christ's Footprints'. No fossil

[16] Mayor (2007: 245) cita os seguintes trabalhos: "Dixon 1984, pp. 153–155, 295; Barber & Barber 2005, pp. 6–9, 178–216; e; Mayor 2005b, pp. 97, 98–99.

[17] Para mais informações ver: Mayor, Adrienne (2011) The First Fossil Hunters: Dinosaurs, Mammoths, and Myth in Greek and Roman Times; Mayor, Adrienne (2001) The First Fossil Hunters: Paleontology in Greek and Roman Times. Princeton University Press.

> footprints on the island are yet known to palaeontologists, but the name may refer to fossil tracks or natural depressions in rock (N. Solounias, pers. comm. 2001)" (Mayor, 2007: 245).

Na Europa, algumas localidades ricas em vestígios paleontológicos ficaram conhecidas pelos nomes populares que se referem aos invertebrados ou vertebrados que aí foram encontrados. Vejamos, a título de exemplo, alguns nomes de lugares relacionados com fósseis, em França:

- "The plain in the Lower Dauphine, France, a few kilometres from St Romans, contains rich deposits of Pleistocene mastodon fossils. Since at least the 1600s, it was called Champs des Ge´ants ('Field of Giants').
- Montagne des Cornes ('Mountain of Horns') near Rennes-les-Bains in the Corbie`res area of southern France is a folk name that derived from abundant rudists, Late Cretaceous bivalve fossils with a conical, goathorn-like shape.
- An Eocene fossil site in southern France with rich reptile and large mammal fossils was traditionally known as 'Alaric's Grave'. The people of the nearby village, La Livinie´re, believed the bones were those of the Visigoth king Alaric and his warriors, killed in the fifth century AD.
- In the Middle Ages, caves and other sites containing fossils of huge Ice Age cave bears were fabled to be the dens of dragons (Abel 1914). Drachenho¨hle ('Dragon Cave') in Austria and Drachenloch ('Dragon Lake') in Switzerland are two place names preserving that medieval folklore".

O mesmo autor apresenta este tipo de exemplos para a Índia, Ásia e América do Norte.

O que quisemos demostrar com estes excertos sobre geomitos e toponímia é que ao longo dos tempos, e em muitos locais do mundo, as populações encontraram vestígios paleontológicos e tentaram descrevê-los e interpretá-los; fenómenos que consideramos semelhante aos que ocorreram em Portugal, mas ao nível dos vestígios arqueológicos.

E a propósito, José Leite Vasconcelos relata-nos o seguinte:

> "(...) noutras regiões o nome comum esqueceu-se também, mas os monumentos receberão novos nomes, tirados quer do seu estado actual, como *Os Padrões* (em Mangualde), quer das novas crenças, como *Casa dos Galhardos* (apud P. da Costa, *Dolmins ou Antas*, p. 77). É sabido que *Galhardo*, de *galh-ardo*, significa «Diabo» na linguagem popular de certas localidades), *Casa da Moira* (passim), *Forno do Moiro* (Penafiel), etc. noutras regiões os monumentos tem ainda outros nomes, como *Casa d'Orca*, nas mesmas regiões em que existe *Anta* como designação locativa" (Vasconcelos, 1897: 26 nota 1).

A arquitetura dos sepulcros megalíticos fez com que eles fossem interpretados pelas pessoas de diversas formas, sendo muitas vezes interpretados como casas, fornos. Mas para além disso, não era apenas uma casa qualquer, era a *Casa da Moira, a Casa dos Galhardos, o Forno do Moiro*, ou a *Pedra dos Mouros* (Vasconcelos, 1897: 257).

Essencialmente, dentro deste contexto, destacam-se os topónimos e designações associados aos Mouros e às Mouras.

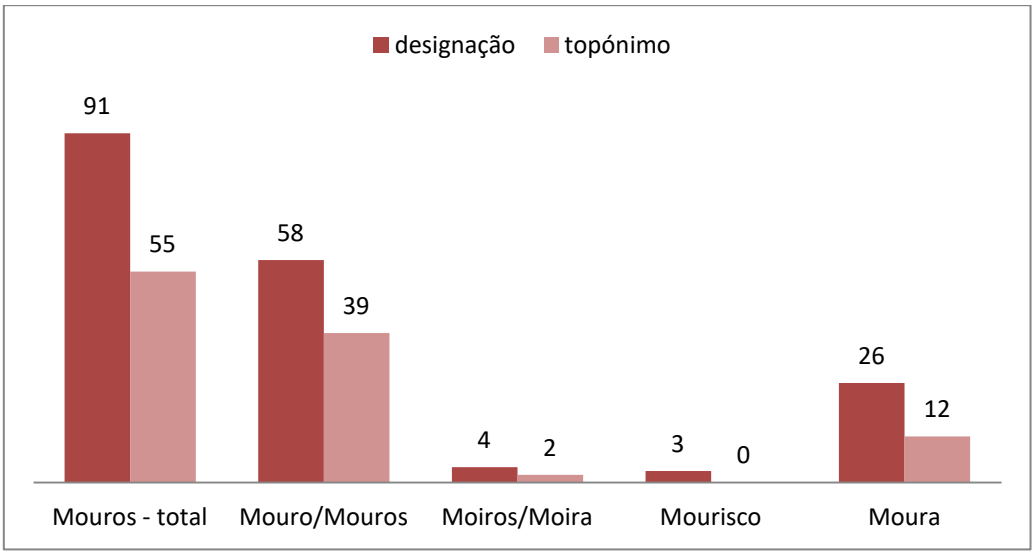


Gráfico 13. Elementos relacionados com os Mouros/Mouras na toponímia e designação dos sítios.

Comparados com os topónimos cristãos, o número de dados relativos aos Mouros parece ser bastante reduzido. No capítulo anterior, a partir da análise da documentação moderna, nomeadamente das Memórias Paroquiais de 1758, são inúmeras as referências aos Mouros[18]. Que também estão presentes nos artigos dos finais do século XIX do *Archeólogo Português*, nomeadamente para a região de Trás-os-Montes, onde detetamos várias menções às *Casas, Fornos e Castelos dos Mouros*. José de Leite Vasconcelos (1895b: 15-16) fala no *Dólmen do Forno dos Mouros* e da Portella com esse mesmo nome. O Padre José Augusto Tavares (1885) refere-se à *Cabeça do Mouro e à Pala da Moura* (Dólmen de Vilarinho). O Padre Rafael Rodrigues (1885: 348) refere-se ao *Castelo dos Mouros e ao Crasto dos Mouros*. O Padre Oliveira Guimarães (1886: 85) refere-se ao *Forno dos Mouros* (em Paços de Ferreira). A utilização destas designações impediu-nos de conseguir articular os dados de alguns artigos aí publicados, com alguns dos sepulcros do Alvão e com os nomes atuais que lhes foram atribuídos.

Estes são apenas alguns exemplos aos quais podemos acrescentar os dados apresentados pelo Abade de Baçal (2000 [1934]) no tomo IX da sua obra *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*:

- "Perto deste povo [de Argozelo, concelho de Vimioso], se acha um alto cabeço com mostras de fortaleza, e dizem fôra castelo dos mouros e em partes tem ainda parede de dose palmos» Estas ruínas são chamadas **Poço dos Mouros** e os muros têm quase três metros de grossura" (Alves, 2000: 34).

- "A povoação de Algosinho, catorze quilómetros a nascente do Mogadouro e oito da estação ferroviária deste nome, assenta na encosta da ribeira de Algosinho, coisa de seiscentos metros acima do **Castelo do Mau Vizinho**, também chamado **Castelo dos Mouros**, ou simplesmente Castelo, que é um pequeno recinto de vinte metros de diâmetro, pouco mais ou menos, (...)" (*idem*: 107).

[18] Consultar o capítulo anterior III.2.

- "E que havendo de beber na dita fonte, o christão dolosamente persuadira o mouro a que o fizesse primeiro e que fazendo-o e abaixando-se para isso, lhe cortara a cabeça com um treçado, de cujo sucesso ficara áquella fonte com o nome de **Fonte de Cabeça de Mouro**, e que povoando-se depois o lugar, que ali ha, se chamara pela mesma rezam Cabeça de Mouro. E povoando-se outro logo a elle vezinho do mesmo termo da Torre de Moncorvo se chamara (como chama) Cabeça Boa para rezam do dito sucesso, o prodigio de as bichas daquellas terras não prejudicarem havendo muitas»" (*idem*: 117).

- "A nordeste de Bousende, concelho de Macedo de Cavaleiros, coisa de um quilómetro do povo, no cume de um cabeço, coroado por uma longa fiada de fragueiros graníticos, chamados da Pena Mourisca, que marcam a divisória entre termos de Bousende e **Soutelo Mourisco**, que fica a Fraga do Berço, também dita **Sino dos Mouros** e ainda Embanadouro" (*idem*: 124).

- "Diz-se que um mouro á instancia de um christão encantara as viboras deste sitio [**Cabeça de Mouro**, concelho de Moncorvo], para que não tivessem veneno e que o christão junto da fonte do lugar lhe cortara a cabeça, para que não as desencantasse; deste facto dizem tomara este lugar o nome de Cabeça de Mouro. Isto afirma a tradição: a verdade é que nem as viboras, nem os escorpiões deste destrito fazem mal, como provão continuas experiencias" (*idem*: 140-141).

- "A norte de Carocedo, na confluência da linha de água que vem do termo desta povoação e de Faílde com a ribeira de Penacal, fica a **Fraga da Moura**, que tem uma caverna onde cabe um rebanho de gado, isto na margem esquerda do Penacal e na margem direita, logo em frente, há restos de fossos e muralhas de pedra solta" (*idem*: 146).

- "No termo de Carviçais há um sítio chamado Cigadonha, e aí um alto chamado **Castelo dos Mouros** – com paredão em volta será castro? Ao pé do Castelo, em baixo, há uma fraga – com um gato pintado. – O povo interpreta geralmente por figuras de animais, de partes do corpo humano, e de objectos caseiros, as escavações naturais ou artificiais (insculturas) que se notam em certos rochedos" (*idem*: 148).

Estes elementos foram compilados na seguinte tabela, que congrega todas as variações relativas aos topónimos associadas aos Mouros, recolhidos a partir da nossa Base de Dados.

Elemento relacionado com os Mouros/Mouras na toponímia e designação dos sítios	
A-de-Moura	Mina dos Mouros/Mesquita
Alto da Moura	Monte dos Mouros
Alto dos Moiros/Outeiro dos Mouros	Moura Grande
Alto dos Mouros/Mourão//Castro do Mourão	Mouril
Buraco da Moura	Outeiro dos Mouros ou Fraga da Moura
Cabecinho dos Mouros/ Cabeço dos Mouros	Outeiro Mourisco
Cama do Mouro	Outeiros dos Mouros
Campo dos Mouros	Pala da Moura/ Pala do Mouro/ Pala dos Mouros
Casa da Moura	Paredes dos Mouros
Casa da Moura/Casa dos Mouros/Casa do Mouro ou	Pata do Mouro

da Moura/Casinha dos Mouros	
Casal dos Mouros	Pé do Mouro
Casinha da Moura	Pedra do Poço da Moura
Castelinho ou Castelo dos Mouros	Pegada do Mouro/ Pegadas dos Mouros
Castro dos Mouros	Pena Mourisca
Cemitério dos Mouros	Perna do Mouro
Cova da Moura	Pisacada do Mouro
Eira dos Mouros	Poço da Moura/Cova da Moura
Fonte da Moura	Praça dos Mouros
Forno dos Mouros/ Mourinhas	Sino dos Mouros
Fraga dos Mouros	Toca da Moura
Fragas da Moura	Vale do Mouro
Igreja dos Mouros	Vila dos Mouros

Tabela 5. Mouros e Mouras nos topónimos e nas designações dos sítios arqueológicos.

Não se encontra tanta diversidade como aquela que foi demonstrada para os geomitos, estando na maioria centrado à volta das lendas e alusões aos Mouros.

No total da nossa amostra apenas detetamos sete casos em que o nome do sítio mantém o termo pagão e a designação cristã: Casal dos Mouros/Fonte Santa; São Fagundo/Pegadas dos Mouros; Senhora da Graça/Carvalhais//Castro da Igreja dos Mouros/Castro de Carvalhais; Santa Marta/Forno dos Mouros/ Dólmen da Portela//Dólmen de Santa Marta//Dólmen da Portela (Santa Marta); São Salvador do Mundo//Castelo Velho/ Praça dos Mouros; Castro de S. Paulo//Castelo dos Mouros do Monte de S. Paulo ou dos Alpajares. Contudo, também aqui, estamos em crer que uma análise mais pormenorizada aumentaria o número de registos.

Uma dúvida persiste no nosso horizonte: terão os topónimos e alusões aos Mouros subsistido na Toponímia e na tradição popular desde um momento que não sabemos precisar, mas pelo menos desde 1758 até aos finais do século XIX? Ou terão os arqueólogos dos finais do século XIX, influenciados pela análise das *Memórias Paroquiais*, reproduzido essas designações nos seus trabalhos? Por quanto tempo terão permanecido estes elementos mouriscos na toponímia e tradição popular? Eis mais algumas linhas de pesquisa a serem desenvolvidas futuramente.

III.4. ANÁLISE DAS TRADIÇÕES E CRENÇAS POPULARES – NOTAS SOLTAS

Este capítulo resulta da análise da informação relativa aos vestígios pré-históricos da Bacia Hidrográfica do Douro. No decorrer da construção da nossa Base de Dados detetamos um conjunto de atitudes e práticas que são o resultado da forma como as comunidades foram interpretando os vestígios arqueológicos ao longo dos tempos.

A maior parte dessas práticas e atitudes perante os vestígios arqueológicos foram explicadas por José Leite de Vasconcelos na sua obra "As Religiões da Lusitânia, Volume 1.

> "Folklore é uma palavra de origem inglesa (*folk* «povo», *lore* «saber», «conhecimentos»), a que corresponde em português as «Tradições populares», isto é superstições (mitologia, religião, magia), literatura (contos, lendas, poesia épica e lírica, teatro, adágios), actos e folganças (festas, danças, música, jogos, etc.)" (Vasconcelos, 1938: 8 nota 1).
>
> "Ao estudarmos as grutas e os dolmens (…) e fallo principalmente nestes monumentos, por serem duradouros, (…) como desde remotíssimas eras até hoje se tem conservado na memoria popular a lembrança d'elles: monumentos sagrados em seu principio, a alma do povo continuou carinhosamente a santificá-los, embora noutro sentido" (Vasconcelos, 1897: 402-403).
>
> "O nosso povo coloca muitas vezes a par do Christianismo as suas crenças pagãs" (Vasconcelos, 1897: 119 nota 1).
>
> "(…) Grande parte dos nossos costumes, superstições, lendas, isto é, "da vida psychologica do povo, datão do paganismo" (Vasconcelos, 1897: XXVI).

Não foi possível trabalhar estes temas de forma aprofundada, assim sendo iremos apresentar alguns dados que apontam para novos caminhos de pesquisa relativos a esta temática. Por isso mesmo este capítulo se intitula: "a análise das tradições e crenças populares – notas soltas". São pequenas anotações, sem que tenha havido a possibilidade para enquadrar teoricamente os vários assuntos apresentados.

A fundação de capelas (ermidas/igrejas/santuários), cruzeiros e alminhas junto a sepulcros megalíticos

No âmbito de um trabalho anterior (2009) apercebemo-nos de que tinham sido construídas pequenas capelas/ermidas de cronologia medieval ou posterior nos mesmos sítios onde existiam vestígios pré-históricos. Seria apenas mera coincidência, ou teríamos encontrado, ao longo da nossa pesquisa, várias expressões da "sacralização" da paisagem durante a Idade Média e a Época Moderna?

Aparentemente, alguns contextos pré-históricos (assim como proto-históricos e romanos) foram transformados e sacralizados pelo processo de "cristianização", que pode ser definido da seguinte forma: "the connection between the complex process of conversion to Christianity and Christianization (that its] – 'the reformulation of social relations, cultural meanings, and personal experience in terms of putatively Christian ideals'" (Huber, 2002: 96).

Assume-se que alguns destes sítios podem ter sido "reapropriados" durante este processo de "Cristianização", através da construção de capelas/igrejas/santuários/cruzeiros e alminhas em locais com vestígios pré-históricos; da gravação de símbolos cristãos em sítios com arte rupestre pré-histórica; da ereção de cruzes, numa tentativa de "sacralização" de determinados lugares, ou ainda da interpretação ou reinterpretação dos vestígios arqueológicos através da "elaboração" de lendas" sagradas/religiosas. A título de exemplo, inventariamos vários sítios pré-históricos onde, nas suas imediações, durante a época medieval e moderna, foram construídas pequenas capelas ou cruzeiros. No que concerne a arte rupestre, foram acrescentados símbolos cristãos, nomeadamente cruzes às figuras pré-históricas.

A razão para estes fenómenos estarem integrados num capítulo sobre crenças e tradições populares prende-se com o facto de não ter sido possível apurar (no estado atual na nossa pesquisa) até que ponto o fenómeno de sacralização destes espaços é algo imposto pela Igreja ou decorre de uma iniciativa pessoal de determinados indivíduos ou das comunidades locais.

> "(…) a paróquia rural, como hoje a conhecemos, é um fenómeno estruturado nos séculos XII-XIII (…) A igreja com os seus santos e, sobretudo outrora, com as suas relíquias, com os seus ofícios religiosos e com o seu sino é o polo sacralizador de todo o espaço da freguesia" (Almeida, 1981: 206).

> "Quase todas as capelas dos lugares das nossas freguesias resultam de devoções e promessas da Época Moderna. Algumas, porém, consagram lembranças de velha autonomia religiosa, de antigas villas-eclesias, de curatos, ou mesmo de freguesias desaparecidas" (*idem*: 209 nota 8).

Como já mencionámos anteriormente, existem, na área estudada, vários santuários, igrejas e capelas que se localizam em lugares com vestígios de ocupações pré-históricas. Estas situações foram analisadas por outros autores, tendo concluído que parece verificar-se uma convergência espacial de espaços sagrados pré-históricos (recintos megalíticos e núcleos de rochas com covinhas) e locais de cultos históricos (ermidas) (Henriques *et al.*, 1995).

O que conseguimos apurar após uma análise preliminar da nossa Base de Dados é que existem 292 casos de construções de alminhas, capelas, cruzeiros, igrejas e santuários em locais onde existem vestígios pré-históricos.

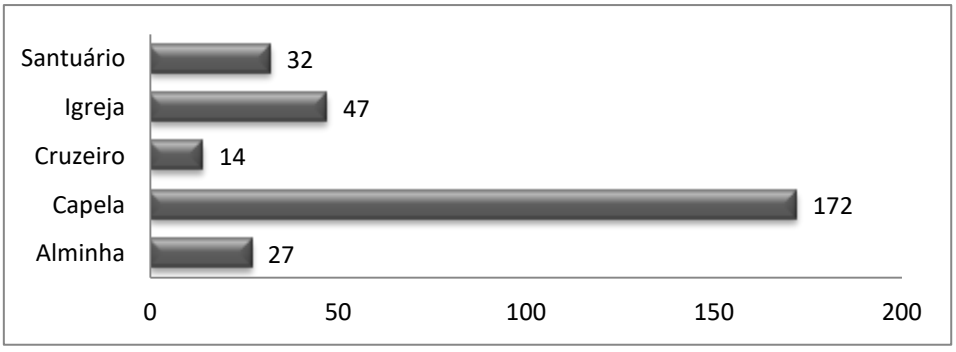


Gráfico 1. Sobreposição de vestígios pré-históricos e edificações de carácter religioso.

Deste universo destacamos apenas alguns exemplos de sítios onde se deu este processo de "cristianização" dos vestígios pré-históricos.

- Buraco da Pala (Mirandela)

No alto da Serra dos Passos, num esporão rochoso de xisto quartzítico, abre-se o Buraco da Pala, abrigo pré-histórico com uma única sala. Tem a sua única entrada a sudeste, uma abertura com cerca de 4,5 metros de largura e cerca de 25 metros de altura. Do abrigo avista-se uma extensa área do nordeste transmontano.

Em meados da década de oitenta o abrigo foi transformado em local de culto e peregrinação. Foram as obras conducentes a essa adaptação que, embora destruindo parcialmente a estação arqueológica, alertaram para a sua importância como habitat pré-histórico.

O abrigo do Buraco da Pala foi descoberto em 1985-86, quando o Bispo de Bragança (D. António Rafael) resolveu cristianizá-lo. Do abrigo fizeram uma "capela" com escadas de acesso interior e exterior, sobre os sedimentos, e na parte traseira colocaram um altar onde rezaram missa (o próprio bispo) e passaram a chamar a este sítio "Pala de S. Bento". Para impedir as pessoas de irem rezar ao S. Bento durante os trabalhos arqueológicos, a diretora das escavações pediu ao Bispo para interromper as orações. Ele concordou com a solução apresentada e na altura também se deslocou ao local. Aí explicou a Maria de Jesus Sanches que aquele lugar era transcendente, era como que uma catedral natural. Além disso, o cruzeiro (mandado colocar no meio de grande festa popular e antes da cristianização do Buraco da Pala), marcava "o limite da diocese de Miranda e Bragança" (informação pessoal de Maria de Jesus Sanches).

Mesmo no topo da Serra, no caminho que ligava ao abrigo, existe uma cruz de ferro ou um “cruzeiro enterrado” e cimentado na própria falésia.



Fig. 1. A Cruz no topo da Serra de Passos.

Foi implantado um altar tosco na parte aplanada e recuada do abrigo. Do lado direito colocaram uma imagem em granito de S. Bento, que ainda hoje se encontra dentro do abrigo.



Fig. 2. Altar a S. Bento no interior do Buraco da Pala.

Segundo as entrevistas que realizámos a alguns habitante locais da freguesia de Passos (Mirandela), o Buraco ou a "Pala" nunca foi interpretado como um sítio sagrado, sendo assim um fenómeno absolutamente contemporâneo, que não resulta da iniciativa popular, mas da vontade do Bispo.

- Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte (Penedono)

> "A cristianização foi além da fundação de capelas junto das "Antas"; transformou-as em templos a elas próprias. É conhecido o exemplo da anta-capela da Senhora do Monte; o mesmo aconteceu com as grutas, algumas das quais com vestígios de ocupação pré-histórica" (Chaves, 1951: 110).

O Dólmen da Capela da Senhora do Monte (ou Senhora do Monte 3) é um monumento de grandes dimensões com câmara poligonal e corredor, "cristianizado desde a Baixa Idade Média, com a transformação do espaço da câmara funerária em capela-mor - após a quebra, ao nível inferior, e subsequente remoção, da laje de cabeceira" (Carvalho, 1994: 367).

O Dólmen-Capela de Nossa Senhora do Monte é de um dos raros dólmens cristianizado em Portugal. O dólmen de câmara poligonal e corredor diferenciado é constituído pelos seguintes elementos: a câmara, que serve de altar à capela; possui três esteios inteiros e a base do esteio de cabeceira, que foi fraturado e aproveitado para servir de laje a parte do espaço religioso. O corredor tem quatro esteios do lado norte e três do lado sul e está orientado no sentido E-SE. Apresenta ainda a grande laje de cobertura da câmara e outra que cobre o princípio do corredor. Notam-se ainda vestígios da mamoa. Esta anta inclui-se numa necrópole que conta com seis monumentos, tendo sido a única a sofrer este tipo de alteração com a construção da capela (IPA, 2008).



Fig. 3. Zona do altar do Dólmen-Capela (IHRU - SIPA.FOTO.00015616)

O aproveitamento das suas estruturas para a edificação de uma capela na Idade Média, talvez no século XV, sublinha o sentido de memória que se encontra associado a este local (DGEMN, 2008). Sabe-se que no dia dedicado a Nossa Senhora reuniam-se sete cruzes que vinham em procissão das freguesias circunvizinhas. A Capela de Nossa Senhora do Monte encontra-se em ruínas há cerca de setenta anos.



Fig. 4. Corredor do dólmen (fotografia de Teresa Ferreira, 2011/IHRU - SIPA.FOTO.00930585).

"Aproveitado para albergar o altar da capela, parte dos esteios da câmara foram cobertos com paredes e, com o fim específico de "abrir" a câmara, os construtores da capela partiram, ao nível da base, o esteio de cabeceira, o qual aproveitaram no lajedo da própria capela. Assim, podemos definir o dólmen da Capela da Senhora do Monte como sendo um dólmen de câmara poligonal e corredor diferenciado. A câmara possui três esteios inteiros e visíveis e a base da laje de cabeceira. O corredor tem quatro esteios do lado norte e três do lado sul e está orientado no sentido ESSE. O monumento possui ainda a grande laje de cobertura da câmara e uma outra que cobre o princípio do corredor. A pedra que assenta sobre os esteios do corredor que estão do lado de fora da parede da capela, não é senão um pilar deslocado que primitivamente devia ter estado na posição

vertical, fazendo parte da câmara. Existem bastantes vestígios de mamoa. Não conseguimos saber a data da construção da capela, mas sabemos que o último passo dado para a sua destruição aconteceu na década de 1900 quando a Junta de Freguesia de Penela da Beira mandou destelhar a capela" (Carvalho, 1989: 19-20).

- Capela de São Pedro de Pegueiros (Penafiel) - "Nas páginas 364 e 365 do Fascículo L do "Portugal Económico, Monumental e Artístico", publicado pela editora Lusitana, pode ler-se que a capelinha de S. Pedro de Pegureiros foi edificada no século XVIII, sobre as ruinas "dum dólmen que, pela posição dominadora de amplos horizontes, deveria ter sido célebre na época pré-histórica (…)"(Leal, 1987-1988: 82).



Fig. 6. Abrigo Casa do Monte (fotografia cedida por António Jorge Costa).

Segundo António Jorge Costa, no abrigo designado por "Casa do Monge" onde existem vestígios pré-históricos, o padre colocou uns santinhos no interior do abrigo.



Fig. 7. Castro de Aldeia Nova - Miranda do Douro.

A construção de cruzes ou cruzeiros

Alguns autores consideram que para que o cristianismo se conseguisse sobrepor à crença pagã foi necessário converter os pagãos, começando este processo pela substituição dos símbolos, nomeadamente pelo símbolo da cruz (Ribeiro, 2004: 186).

Para Maria Clara Mendes (1985: 35)

> "a origem destas grandes cruzes de pedra colocadas em adros, praças, santuários, cemitérios e caminhos rurais, será muito remota, integrando por vezes elementos de religiosidade pagã e cristã. Formados apenas pela cruz de madeira ou de pedra, durante os primeiros séculos do cristianismo, como símbolos da nova religião, eram colocados nos espaços públicos mais importantes e nos cruzamentos das grandes vias e caminhos. Assim, alguns cruzeiros, além das funções evocativas de carácter religioso cristão, serviam de marcos e divisórias de propriedades e termos. Outros, particularmente os que estavam implantados em encruzilhadas, vales e montes, mantinham certas reminiscências pagãs de carácter invocativo com o intuito de obter a protecção dos grandes espíritos para males e catástrofes naturais. A partir do século XII, o cruzeiro passou a ser ornamentado com figuras escultóricas e decorações, adquirindo uma identidade própria que conservou até ao século XVIII. As cruzes podem ser construídas em pedra ou madeira, sendo que nesta região não encontramos (até ao momento), referências a cruzes construídas neste material perecível".

Exemplos de Cruzeiros possivelmente relacionados com vestígios pré-históricos:

- Segundo a bibliografia, o corpo do actual **Cruzeiro de Presandães** (Alijó) foi esculpido a partir de um menir proveniente da zona da Burneira, de um local próximo das antas existentes neste local. Este menir era conhecido pela população local sob a designação de "pedra encantada", e da Burneira foi transportado para o largo da aldeia de Presandães, e a partir dele esculpido o cruzeiro que actualmente aqui se encontra (IGESPAR, 2012). "Significativa e importante é a notícia de ter existido junto a uma das mámuas da Borneira um menhir conhecido na região por "Pedra Encantada". Daí foi um dia levado para o largo da povoação de Presandães onde, após algumas operações de estética, foi transformado no cruzeiro da aldeia" (Almeida, 1992/93: 234).

- Na parte central de um possível *cairn* - **Senhor da Boavista 1** (Castro Daire) foi implantado o referido cruzeiro do "Senhor da Boavista", em pedestal assente sobre plataforma de três degraus (Cruz, 2001: 332).

- **Orca do Tojinho** (Vila Nova de Paiva) situa-se a cerca de 30 m da berma, em frente ao cruzeiro que está implantado no lado esquerdo, sobre antiga alminha ("Cruzeiro dos Tojais") (*idem*: 371).

- O **Cruzeiro de Torrinheiras** (Cabeceiras de Basto) é uma "pequena capela de traça simples, com púlpito exterior pouco sobrelevado, muito na tradição das capelas ligadas a pequenos povoados nesta região. Cruzeiro situado no adro da capela, assentando numa peanha com formato cónico em granito, na qual são visíveis algumas gravuras já em estado de erosão avançada. Dentre estas existem algumas fossettes, retículas e cruciformes e, na parte média, parece divisar-se o monograma cristão "IHS". Naturalmente que a maioria das gravuras deverá ser contemporânea da utilização desta pedra como peanha, se bem que outros motivos possam sugerir gravações em épocas bem mais recuadas, contemporâneas das gravuras rupestres detetadas nas proximidades". A peanha deverá reutilizar um fragmento de granito com gravuras tipologicamente consentâneas com as da pré-história recente, enquanto o cruzeiro é um magnífico exemplo de arte local (CACB, 2011).

A gravação de cruzes

> "Sacralização, proteção mágica, cristianização, são as diversas vertentes que a marcação de cruciformes em espaços tão diferentes como fontes, fortificações, fornos de pão, moinhos, monólitos significativos na paisagem, telhados de habitações, ombreiras de porta e janela ou tão só a massa do pão quando se deixa a levedar (...) são os diferentes e possíveis significados de que a marcação de um cruciforme pode revestir" (Balesteros, 2006: 17 citado em Nóbrega, 2014: 28).

A gravação de cruciformes pode ser interpretada como forma de cristianizar um espaço relacionado com cultos pagãos.

> "En los sillares de las iglesias románicas, en monumentos religiosos cristianos de várias espécies e hasta en las jambas de las puertas de las casas arruinadas en Miño, he encontrado grabados: cruces com una base triangular, circular o tripartita. De aqui podría inferirse que los grabados cruciformes que que revistem las penñas de Sant'Ana y muchos otros de Portugal y España tendriam por objecto cristianizar las piedras a las quales daban culto los paganos." (Vergílio Correia citado em Ballesteros e Santos: 2000).

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida

> "(…) há um outro género carregado de aspectos mágicos e que constava essencialmente em cristianizar e apotropaicizar por meio de cruzes, de capelas e de outros sinais amuletiformes os lugares donde viessem as más influências e os altos que dominavam a povoação. (...) Assim, mais do que cristianizar, ou até sacralizar, as cruzes e outros sinais amuléticos, gravados em penedos em redor da povoação e nas encruzilhadas, destinavam-se a proteger e a exorcizar o território dos entes maléficos (…) a época em que mais medo houve das bruxas e dos seus malefícios terá sido a dos fins do século XVI, talvez seja a este período que nos devemos atribuir a gravação de grande número de sinais, como cruzes, ferraduras, círculos e rosários" (Almeida, 1981: 208).



Fig. 8. Fraga das Ferraduras da Fonte das Seixas, Carrazeda de Ansiães (fotografia de Dinis Cortes).

- Pedra d'Anta (Ribeira de Pena) – “Na face visível deste menir observam-se duas cruzes gravadas, que parecem ter sido realizadas com a pedra já inclinada, indicando que podem ser gravações mais recentes” (IGESPAR, 2012).

- Menir de São Bartolomeu (Vila Nova de Gaia) – “Re-utilizado talvez como marco de divisão de terras, ostenta uma cruz pátea gravada” (Silva, 2007: ficha A046).

- Os “Três Irmãos” (Arouca) – “O conjunto megalítico dos Três Irmãos é constituído por três grandes monólitos de granito, dois dos quais atualmente derrubados, que a população local associa, como seria de esperar, a narrativas lendárias. A gravação de signos cruciformes em penedos adjacentes documenta a sacralização antiga de um local que par certo não deixaria de evocar vagos mas perturbadores mitos arcaicos” (Silva, 2004: 80/81).

- Penedo do Matrimónio (Montalegre) – “(...) quando se verifica que houve necessidade de cristianizar o Penedo do Matrimónio. Tal foi efectuado através da gravação de um símbolo cristão, ou seja, de uma cruz, talvez um crísmon, com uma técnica distinta das representações antropomórficas. Cumulativamente esta cruz tem, também, uma orientação diferente das mais antigas e ocupa uma posição marginal em relação à temática principal. Esta poderá ter sido feito em época tardo-romana ou suevo-visigótica, momento em que as crísmon eram frequentes, embora seja de realçar que os cultos da fertilidade associados a penedos e outras forças animistas fossem, até há pouco tempo, uma realidade no Noroeste da Península Ibérica” (Bettencourt, 2004).

- Menir do Marco da Jugada (Arouca) - Apresenta dois cruciformes, um no topo e outro lateral (Silva, 1995: 40-41).

- Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa) - “Aparece ainda no topo da laje de cabeceira, um "cruciforme" de cronologia certamente histórica” (Nunes, 2003: III).

Nas palavras de Carlos Alberto Ferreira de Almeida,

> “O mal, toda e qualquer desgraça, é ao diabo e seus agentes que se deve atribuir. Haveria pois de exorcizar todos os locais feios, os do diabo ou das bruxas e até das mouras, sítios que, por isso, são os que mais depressa vão receber a gravação de sinais cristãos e apotropaicos, como cruzes, ferraduras, rosários, espelhos, ganchos, etc., para afugentar daí os espíritos causadores dos males. Não é por acaso que frequentemente os penedos ditos de mouras estejam cheios de cruzes ou ferraduras e que muitos castros antigos se apelidam *castros maus*. É por uma razão semelhante que hoje vemos, em algumas pedras de dolmens, cruzes e que um penedo da Citânia de Sanfins, que tem uma inscrição romana, recebe, por então, sinais cruciformes. No folclore e nas velhas religiões europeias as pedras são sistematicamente palco de hierofanias ou origem de divindades, crença que as nossas lendas de mouras consagram. Certamente, por isso, há na documentação medieval bastante referências a «pedras más», por exemplo, em Arouca, em Santiago de Antas e a «pena mourisca», por exemplo, nos limites do couto de Braga. Cuevillas conta que, há menos de um século, perto de Teixido, Galiza, uma procissão foi instalar uma cruz sobre um rochedo porque se julgava que dele provinham certos males, como os ventos. É certamente por isso que as procissões, antigamente, iam até esses penedos, que muitos deles, hoje, estão cobertos de sinais apotropaicos e religiosos e por isso também, em regiões do Minho eles se caiam de vez em

quando, como acontece no monte de S. Bento de Vizela, no Castelo de Penafiel de Soás ou num pedregulho do Monte Farinha" (Almeida, 1981: 208).

Interpretações populares dos vestígios arqueológicos – Lendas

"[Nota 1. Rigorosamente falando, forno e casa, em algumas regiões, quasi desempenhão o papel de nomes comuns de dolmens: «aquillo são fornos ou casas dos Moiros», diz o povo muitas vezes.] O povo há muito tempo que perdeu a noção da primitiva significação dos dolmens; por isso aquellas palavras traduzem apenas, já a forma e o estado em que se vêem os monumentos, já as lendas que se lhes ligão, - e não entra nellas ordinariamente a ideia de sepulcro. O Sr. Martins Sarmento, fallando dos monumentos funerários prehistoricos, diz tambem: «o que eu não vi ainda foi que o seu verdadeiro destino se perpetuasse no correr da tradição. Sabe-se apenas que aquillo é obra de Mouros; sobre o seu prestimo phantasiam-se todas as explicações, menos a que se aproxima da verdadeira» (Vasconcelos, 1897: 257).

"Como sería lúgubre entrar numa gruta de corredores tortuosos, húmida, escura, extensa, onde as palavras se prolongavam momentaneamente em echo, onde as sombras e os estrondos subterrâneos causavão medo! Quando por acaso se acendia um archote no interior d'aquellas solidões, logo, como sabe toda a gente que visita uma gruta, bandos de morcegos esvoaçavão, despertados do sossêgo em que vivião: quantas vezes, para os homens simples e crendeiros dos tempos neolithicos, os innocentes mammiferos, acossados violentamente dos esconderijos, representarião os espíritos dos mortos, que surgirão das trevas, e se sobressaltavão na presença dos vivos? Effectivamente muitos povos concebem a alma como uma ave: (…)"(*idem*: 222-223).

"No nosso país temos muitas grutas, chamadas Covas da Moura e Casas da Moura, a que se referem lendas e superstições populares" (Vasconcelos, 1897: 47).

A forma mais comum de interpretação de vestígios pré-históricos está relacionado com a "construção" de lendas sobre materialidades que nem sempre devem ter sido fáceis de compreender ou explicar pelas diferentes comunidades que habitaram o território da Bacia Hidrográfica do Douro. A lenda é uma narrativa curta de cariz regional/nacional, perpetuada geralmente pela memória popular (Frazão, 2006: 14).

Como foi possível demonstrar no capítulo III.2 e III.3. são comuns as lendas, particularmente de Mouros, associadas a vestígios arqueológicos.

Para o estudo das Lendas em Portugal, que se encontram associadas a sítios arqueológicos, um excelente instrumento de trabalho é o Arquivo Português de Lendas (em linha), um projeto do Centro de Estudos Ataíde Oliveira. O Arquivo apresenta seis categorias de Lendas:

- Lendas Sagradas
- Lendas Históricas
- Miscelânea
- Lendas Urbanas
- Lendas Etiológicas
- Lendas do Sobrenatural

De seguida apresentamos um quadro com as quatro categorias analisadas e respetivas subcategorias das lendas, conforme estruturadas no Arquivo Português de Lendas. Apenas conseguimos estabelecer a ligação entre algumas destas subcategorias e sítios arqueológicos da Bacia Hidrográfica do Douro.

LENDAS SAGRADAS	**LENDAS HISTÓRICAS**	**LENDAS ETIOLÓGICAS**	**LENDAS DO SOBRENATURAL**
Milagres	**Povoações desaparecidas**	Topónimos	Vampiros
Fundação de Capelas	Casos do Quotidiano	Flores	Fantasmas
Punições Divinas	Tempo dos Romanos	**Pedras**	Sereias
Imagens Andarilhas	Cristianização	Fontes	Procissão das Almas
Santos	Tempo dos Visigodos	Lagos	**Tesouros Escondidos**
Aparições	Mouros vs Cristãos	Rios	Papões
Bênção Divina	Portugueses vs Castelhanos	Cobras	Lugares Assombrados
Sinos	Rainhas	**Insetos**	**O Diabo**
Fuga para o Egipto	Edifícios Religiosos	Aves	Bruxas
Paixão de Cristo	Reis	Alimentos	Lobisomens
Vida de Nossa Senhora	Tomada de Castelos	Animais	**Mouras**
Anjos	Batalhas	Humanidade	**Gigantes**
Lendas Bíblicas	Heróis e Heroínas	Árvores	Trasgos
Imagens Milagrosas	Invasões Francesas	Fenómenos celestes	Medos
	Amores Trágicos	Ilhas	Presságios
	Clérigos	O Mar	Ilhas encantadas
	Piratas	Montanhas	Encantados
	Navegadores/Descobertas	Línguas	**Povoações encantadas**
	Epidemias	Peixes	Paradoxos Espácio-temporais
	Guerras Liberais (Séc. XIX)	**Artefactos**	Desmistificações
			O Vento
			Feiticeiros

LENDAS SAGRADAS

Fuga para o Egipto

> "Verifiquei que nenhuma lenda de origem popular fala da Virgem Maria, mas sempre e só de Nossa Senhora ou, simplesmente, da Senhora. A Virgem Maria fica registada apenas na linguagem erudita do clero católico que, no passado, fez as grandes recolhas. Mas as diferenças não ficam só por aqui. A Nossa Senhora cristã incorporou, de resto, todas as características das divindades femininas da Humanidade. Isso mesmo o demonstram as invocações constantes dos títulos do lendário agora publicado. E, não bastando as invocações, vejam-se os locais de «aparição» das diversas imagens: fontes, barrocais, árvores, grutas. Lembram histórias de mouras encantadas..." (Frazão, 2006: 11-12).

Lendas de santos

Pegadinhas de S. Gonçalo (Luzim, Penafiel)

> "Aquelas pegadas, diz a lenda, resultaram da impressão dos pés de S. Gonçalo, e as covinhas foram feitas pela ponteira da bengala do mesmo Santo. Este, zangado por a gente de Perozêlo não lhe deixar fazer ali um mosteiro, dali arremessou com a bengala, que milagrosamente, foi cair a muitas léguas, em Amarante, no sítio onde hoje existe a igreja consagrada a este santo, casamenteiro. Outra lenda diz que aquelas pegadinhas «umas para cá e outras para lá», são, não de um S. Gonçalo mas de dois S. Gonçalos, um de Amarante e outro de Jugueiros que ali se encontrariam quando faziam visitas um ao outro. Das quatro pegadas, as duas do lado norte estão mais perfeitas do que as outras, distinguindo-se, especialmente numa delas, a indicação dos dedos. É interessante acentuar que neste par de pegadas, a da direita corresponde ao pé esquerdo e a da esquerda ao pé direito. As outras pegadas não são tão perfeitas e uma delas apresenta um esboço de covinha na parte correspondente ao calcanhar" (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 213-214).

LENDAS DO SOBRENATURAL

Lendas de Mouros e Mouras encantadas

> "Sabemos que as crenças em Dianas, em Fadas e até Lamias, de que nos falou S. Martinho de Dume no seu *De Castigatione Rusticorum* permaneciam ainda vivas na Idade Média, como alguma nossa documentação mostra. A partir de então elas passam a ser designadas, entre nós, pelos nomes de mouras, feiticeiras e/ou bruxas. Os aspectos pré-cristãos destas remanescentes divindades do paganismo faziam-nas associar-se aos mouros muitas vezes apelidados, na nossa documentação, como «pagãos». Também o que era romano ou antigo passara já, a partir do século XII, a ser atribuído aos mouros. Assim se compreende que no nosso folclore lendário o nome de «moura» se aplique a restos de velhas crenças em divindades femininas que habitavam nas fontes, penedos ou palácios encantados, (…). O cristianismo destas épocas é profunda e espontaneamente maniqueísta, como Duby e Le Goff têm acentuado" (Almeida, 1981: 207).

- "Na vizinha Samorinha, povoação anexa à freguesia de Carrazeda de Ansiães, havia em lugares perto da anta, a lenda da moura encantada ligada ao sítio chamado do Crasto e outra ao do Fojo. No Vilarinho da Castanheira na região da Pala da Moura no sítio do Couto, a 3 km distante do povo, andava ligada à anta que ainda hoje aí existe, a lenda de uma moura encantada. Segundo a lenda popular: a mesa da Pala da Moura" foi colocada aqui por uma moura que a trouxe de grande distância à cabeça, ao mesmo tempo que ia fiando na roca e amparava ao colo o seu filhinho" (Lage, 2004: 62).



Fig. 9. Pala da Moura - Vilarinho da Castanheira.

- A Lenda da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) – "Há também uma grande fraga em Vilar do Monte, a que chamam a Fraga dos Corvos. Diziam os antigos que aquela fraga segura um braço de mar que está debaixo da serra de Bornes, e que prestes ao fim do mundo o mar vai rebentar por ali e inundar tudo sete léguas em redor. Nesta fraga antigamente viviam os mouros, que fizeram uma passagem subterrânea até à aldeia de Chacim, a uns quatro quilómetros de distância, a qual permitia que os mouros de Chacim e de Vilar do Monte se encontrassem. Nessa passagem nunca ninguém conseguiu entrar, pois se alguém o tentasse a luz que levava imediatamente se apagava" (Parafita, 2006: 258).

- Quanto à tradição oral, existe relativamente ao dólmen de Santa Marta (Penafiel], a habitual lenda segundo a qual teria sido uma velha moura que, enquanto fiava, trouxe as grandes lajes do monumento desde os moinhos do Ribeiro de Santa Marta até ao local" (Jorge, 1982: 524).

Tesouros Escondidos

Lenda do Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães)

> "Na obra *De antiquitatibus Conventus Bracaraugustani* de Contador de Argote, 2.ª ed., Lisboa 1738, liv. III, cap. VIII, diz-se que perto do «Cachão da Rapa, na margem direita do rio Douro, que he precipitada em distancia de vinte passos do rio, está eminente hum penhasco todo cuberto de musgo, excepto em parte de uma face, que está muy lisa por espaço de dez côvados em alto, e quatro em largo no meyo, nas extremidades tres; nesta tal face lisa se vem debuxadas diversas figuras com cores diversas, a saber: huns quadrados, e outras que se não póde bem julgar se são jeroglíficos, ou letras. Os quadrados em parte se parecem com os do jogo de xadres, em parte differem, porque nem são tantos, nem de duas cores, nem brancos, e negros, mas só de uma cor, que he hum vermelho escuro, a margem porém em huns he azul, outros a não tem. As de mais figuras se compõem das mesmas duas cores. O vulgo, e, o que he mais, alguns homens nobres, e eruditos, entendem que estas figuras se renovão todos os annos em dia de S. João Bauptista pela manhãa, e que aparecem mais brilhantes: eu reputo isto por allucinação da vista». (...) O local do

penedo chama-se *As Lettras*. O povo procura sempre explicar e caracterizar os objectos que lhe parecem raros: d'aqui o considerar os signaes como «lettras», e revestir de uma lenda o penedo. (…) O povo, no século XVII, acreditava que ahi havia tesouros encantados, - crença que *mutatis mutandis* se encontra ainda hoje a cada passo junto dos monumentos. [a propósito da tal "gruta"] Em 1687, na manhã de S. João, o Padre Domingos Mendes, «para desengano dos que dizem existir alli um grande thesouro escondido», vestiu-se de sobrepeliz e estola, tentou penetrar dentro do monumento, mas, acresce Argote, «ao entrar na sala interior, se encheo de tanto medo, e sentio hum cheiro tão fetido, que ficou tremulo, e insensato, e a poucos dias lhe cahírão os dentes, nem falou mais, de sorte que se entendesse bem». No principio do século XVIII houve quem fizesse excavações na gruta, descobrindo vasos de barro, de que ainda muitos annos depois d'isso existião fragmentos; tambem, segundo uma informação ministrada a Argote, apareceu ahi uma «grande cruz de prata»" (Vasconcelos, 1897: 360-362).



Figs. 10 e 11. Cachão da Rapa. A fotografia da direita foi sujeita a tratamento de imagem que lhe permitiu evidenciar as gravuras representadas na rocha (fotografias e explicação de Dinis Cortes).

- O tesouro da Lorga de Dine (Vinhais) – A Lorga de Dine "era conhecida na tradição local como a «casa de uma Moura Encantada», que tinha à sua guarda «Potes de Ouro». (...) O trabalho realizado até agora pode considerar-se, em grande parte, de remoção da terra solta em que se encontravam misturados calhaus de pequenas dimensões, fragmentos de ossos e de cerâmica, o que confirma as informações colhidas localmente de que era hábito dos jovens da região irem à procura do «pote de ouro», revolvendo assim as camadas arqueológicas para encontrarem vasos inteiros, os quais, conforme a lenda, deveriam ser quebrados para revelarem o tesouro" (Hapsoe e Ramos, 1985: 202).

- Fragão da Pitorca (Chaves) – "Alguns habitantes da aldeia procuravam um tesouro na Fraga da Pitorca com um detetor de metais, pois havia histórias que davam conta de ali se esconder um tesouro e encontraram o machado de cobre e um anel de ouro. Os dois irmãos achadores, José dos Santos Alves e Cândido dos Santos Alves resolveram doar o machado e vender a espiral de ouro à Câmara Municipal de Chaves" (IGESPAR, 2012).

LENDAS ETIOLÓGICAS

Insetos - As lendas das formigas

- "Em Ourozinho, assinalam-se cinco registos de arquitectura religiosa. A Capela de N. S. do Rosário, em ruínas, setecentista, e está localizada próxima do cemitério. Não possui telhado e o corpo da nave pode desmoronar-se a qualquer momento. O interior está totalmente destruído, excepto o púlpito em granito no corpo da nave e o arco cruzeiro. Este sítio, segundo a tradição popular, terá sido o local de origem de Ourozinho, conhecido por Fiarresga, tendo sido abandonado devido a uma invasão de formigas" (Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Penedono, p. 29).

- "No lugar de Santulhão com o topónimo S. Mamede encontra-se um sítio arqueológico, interpretado como povoado romano, em parte já destruído pela agricultura associado a esta lenda: "É tradição oral na aldeia de Santulhão que este local ficou desabitado por causa das formigas, que lhes comiam os géneros e chegavam mesmo atacar as crianças no berço" (Marcos, 1998: 85/86).

- Martins Sarmento, a propósito da sua Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881, refere que "Nenhuma tradição colhemos acerca destas povoações arruinadas. Apenas do Castro de Alfátema conta a lenda ter sido destruído (sic) por uma invasão de gafanhotos e de formigas. De resto, como nas nossas outras províncias, os monumentos antigos são aqui atribuídos aos mouros. A lenda de uma cidade destruída por gafanhotos repete-se noutras ruínas próximas de Pinhel" (Sarmento, 1990: 8).

Lenda relacionadas com o Dólmen-Capela da Senhora do Monte (Penedono):

- Segundo a lenda, a pedra grande que cobre o altar da Capela da Senhora do Monte foi para ali levada sobre uma burra conduzida por Nossa Senhora e que, a pouca distância do local, deixou pegadas numa rocha devido ao peso daquela "tampa".
- Outra lenda refere ainda que, perto do Dólmen/Capela da Senhora do Monte, jazem os restos mortais de um rei de Inglaterra.
- Nos finais do séc. XIX, ardeu a Capela de Nossa Senhora do Monte e, segundo a lenda, quando a capela ardeu a imagem de Nossa Senhora do Monte foi trazida para a Igreja Paroquial e, por várias vezes, regressou, pelos seus próprios meios, à capela. Actualmente essa imagem encontra-se na Igreja Matriz, não tendo sido restaurada, pelo que está chamuscada e tem uma das mãos queimadas (Penela da Beira, 2008, em linha).

Instrumentos líticos e as "pedras de raio"

José de Leite Vasconcelos assinala um conjunto de ideias sobre as "pedras de raio" que passamos a transcrever:

> "As próprias denominações populares dos monumentos, e as tradições anexas a eles varião de local para local: assim no Entre-Douro-e-Minho, ao contrário do que sucede no Sul, os machados de pedra não são tidos (segundo o que tenho observado) como «pedras de raio», dando se este nome a certos mineraes crystallinos (Vasconcelos, 1897: 25); na povoação de Alapraia: "Pelos

> campos vizinhos apparecem, não raro, instrumentos neolithicos, da classe que o povo chama «pedras de raio»; uma mulher mostrou-me um, a qua ligava grande importancia supersticiosa, motivo por que m'o não cedeu" (*idem*: 239).
>
> "Dos instrumentos de pedra, que auxiliavão os homens neolithicos no seu trabalho, conservavão-se ainda agora nas mãos de gente do campo exemplares sem conta, e cada um revestido de caracter sobrenatural, porque quem mais não entende dos fenómenos meteorológicos e da ethnographia primitiva considera esses interessantes produtos da industria humana como formados pela trovoada, ou «pedras de raio»: já vários AA. Antigos como Suetonio, Solino, Sidonio Apollinario, Claudiano e S. Isidoro, se referirão á superstição peninsular das «pedras de raio» em geral" (*idem*: 402-404).
>
> "Temos pois, ao que parece, duas espécies de pedras de raio: instrumentos prehistoricos, e certas pedras naturaes; a superstição estava espalhada pela Peninsula, na Lusitania, na Cantabria, nos Pyreneus]" (Vasconcelos, 1897: 404 nota 1).

Em suma, a designação de "pedras de raio" pode ser associada aos instrumentos líticos, normalmente aos machados de pedra polida, ou podem ser associadas a rochas naturais, cuja cor e forma suscitam a curiosidade das pessoas. São os coriscos, que aparecem como resultado das trovoadas. Veja-se a explicação de Martins Sarmento para a Gruta das Coriscadas ou Penedo de Cuba. Quer num caso quer noutro, estas peças adquirem um valor simbólico, passando a ser um símbolo de proteção.

Segundo Maria de Jesus Sanches, a propósito da realização de prospeções: "Os achados mais frequentes são os de machados polidos já porque se conservam relativamente bem em quase todo o tipo de solos, já porque a sua forma «exótica» atrai a atenção das pessoas que trabalham no campo (principalmente agricultores e pastores), os quais têm geralmente a iniciativa de os guardar" (Sanches, 1992: 53).

Raquel Vilaça, a propósito de um trabalho sobre depósitos metálicos da Idade do Bronze refere a existência de deposições, aparentemente isoladas de machados de pedra polida.

> "(...) depósitos de materiais, nomeadamente de machados e de outros objectos de pedra polida, estão documentados desde o Mesolítico/Neolítico, por exemplo em Inglaterra, Escandinávia e França, (...) No caso do território português não conhecemos quaisquer estudos sobre depósitos que não sejam da Idade do Bronze. No entanto, algumas referências antigas sugerem a existência de indícios de deposições similares de maior antiguidade, mas o assunto nunca foi investigado de forma sistemática. Por exemplo, em Rubiães (Paredes de Coura), quando se abria a estrada nas proximidades da igreja, foi encontrado um "repostiglio" de facas de pedra talhada em número de dezasseis (Pereira, 1924, p. 279), aparentemente sem nada mais por perto; em 1864, durante as obras de abertura da estrada n.º 55, em Alpedrinha (Fundão), apareceu um depósito de "pedras do raio" na Barroca do Castinçal (Vilaça, 2003a, p. 47); ainda na Beira Baixa, um outro depósito de sete machados de pedra polida foi encontrado na fenda de um penedo perto do sítio de Mourelo (Castelo Branco) (Proença, 1910, p. 11; Vilaça, 2003a, p. 47). Certamente que, num projecto especificamente orientado para a deposição isolada de artefactos de pedra, outros exemplos mais seriam identificados" (Vilaça, 2006: 20).

Registamos a existência de vários machados polidos no mesmo local, ou por vezes a descoberta de instrumentos metálicos e instrumentos de pedra polida no mesmo sítio. Não sabemos se resultam da

constituição de "coleções[19]" de peças, ou se estaremos na presença de depósitos, cujo contexto se perdeu perante as circunstâncias da sua descoberta, normalmente não realizada por arqueológos.



Fig. 12. Coleções de instrumentos de pedra polida (Vasconcelos, 1895c: 20-21).

A utilização da cal branca

"A cal branca é apotropaica. A crença está hoje desaparecida, mas foi ela que originou esse padrão-gosto de se caiar de branco capelas e casas e, sobretudo, os contornos das entradas, como vemos em muita arquitectura tradicional (…)"(Almeida, 1981: 210 nota 15).

- Menir de Luzim (Penafiel) – "(...) à altura de um metro e oitenta, foi gravada a data de 1883. Segundo informação de Jerónimo de Almeida, morador na freguesia de Luzim, refere «(...) Foi isso na ocasião em que se construía a parede da tapada onde o marco está situado, e não só lhe foi gravada a data, como todo ele era branqueado a cal e o fundo dos algarismos avivado a tinta de cor, azul, se não me engano» (...)" (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 209).

Violação de monumentos megalíticos – a procura de tesouros

"Violação – A arqueologia designa por este termo qualquer revolvimento ou perturbação de contextos antigos (normalmente sepulturas) feito com o objetivo do saque de eventuais bens de valor que possam conter. No quadro do megalitismo, sabe-se que quase todas as mamoas foram «violadas» ao longo do tempo (às vezes desde épocas relativamente próximas da sua construção), por curiosidade e razões diversas, mas sobretudo pela busca de «tesouros» ou objetos de valor que se supunha contivessem. Como normalmente a *violação* era feita no centro da câmara funerária, de tais revolvimentos ficou quase sempre uma depressão (correspondente às terras retiradas ou ao levantamento da *laje de cobertura*), que é ela própria um elemento bem conhecido dos arqueólogos para o reconhecimento destes monumentos (Silva, 2004: 437).

Na nossa Base de Dados registamos os seguintes dados: em 511 *tumulus* ou *cairns* e respetivas estruturas internas foram registadas crateras ou fossas de violação. Esse fenómeno pode ter ocorrido ao longo de vários períodos visto existirem materiais romanos, medievais e até mais recentes no interior dessas crateras de violação. Nem sempre se tratará de uma violação à procura de tesouros. Alguns

[19] No sentido de colecionar objetos.

dólmens são utilizados como abrigos pelos pastores ou caçadores e isso pode explicar a presença de um conjunto de materiais recentes encontrados no seu interior assim como marcas das fogueiras.

> "As antas no nosso país começárão a ser violadas em epochas relativamente remotas. Muitos observadores tem encontrado nellas, e em monumentos da mesma natureza, objectos de origem romana, sobretudo fragmentos de telhas (*tegulae*): vejão-se os escritos dos Srs. Martins Sarmento, [revista de guimaraes, III, 143], Cartailhac [Les ages préhistoriques de lÉspagne et du Portugal, p. 167 e 170] e Rocha [revista de sciencias naturaes e sociaes, III, 5 sqq]; por mim direi apenas que tambem tenho encontrado nas antas fragmentos iguaes" (Vasconcelos, 1897: 286).

Alguns exemplos:

- "A mamoa [que se encontra nas proximidades do Menir de Luzim], que é atravessada precisamente pelo muro de vedação da tapada, apresenta, a meio, uma larga depressão umbilical que atesta sacrilégio remeximento levado a cabo por ignaros pesquisadores de tesouros" (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 213).

- Mamoa 1 da Pedreira (Mirandela) – "Este conjunto arquitetónico encerrava um espaço de planta oval (2,60 m por 4 m) preenchido por uma sequência de sedimentos argilosos, diferentes entre si, que, segundo os resultados das datas absolutas, datam do séc. XI-XIII, o que vem mostrar que esta estrutura foi violada e "frequentada" na Baixa Idade Média" (Figueiral e Sanches, 1998/1999: 83)

- Mamoa 1 de Outeiro de Ante (Baião) – foram encontrados "fragmentos de um vaso feito a torno, dispersos em vários núcleos, na área exterior à câmara, e contigua à entrada da mesma, sobre e sob o esteio tombado no H7-H8. A sua relação com a área violada era clara. (…) Estes fragmentos permitiram reconstruir um jarro com cerca de 18,8 cm de altura, c. de 13,1 cm de diâmetro na boca e cerca de 10,3 cm de diâmetro externo no fundo. É um vaso de perfil sinuoso (bordo alto, extrovertido, de extremidade arredondada, colo bem marcado e corpo globular), fechado mas com abertura larga e fundo plano. É provido de uma asa de secção sub-rectangular, cuja parte inferior arranca do meio da pança, devendo a sua parte superior unir ao corpo do vaso a alguns centímetros abaixo do bordo (a asa está incompleta). A pasta é de textura compacta, com e.n.p. constituídos por grãos de quartzo e palhetas de mica de calibre médio. Cor castanho-escura nas superfícies, que são alisadas, mas se apresentam rugosas ao tacto (sobretudo a exterior). Em algumas fracturas, zona enegrecida junto à superfície exterior, a qual tem, por vezes, aderências de negro fumo. Na opinião do Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, este vaso pode ser medieval, está ligado certamente a violações antigas da mamoa, pois os vários fragmentos encontravam-se dispersos nos entulhos derivados a tais violações, alguns a grande profundidade e sob esteios tombados" (Jorge, 1982: 675).

- Mamoa 1 do Castelo (Murça) – "Relatos orais de pessoas da aldeia do Castelo deram-nos conta de uma das utilizações recentes do monumento. Nos dias frios, enquanto os rebanhos pastavam na periferia, o pastor abrigava-se na depressão central da mamoa, onde podia fazer lume e, pondo-se em pé, vigiar as ovelhas. Tal faz supor que a mamoa teve em tempo recente uma cratera aberta na sua parte superior (anos de 1960-70). Esta cratera será aquela cujo enchimento identificamos como V3, mas nesta unidade estratigráfica poderão estar presentes várias violações recentes, uma das quais corresponde a uma tentativa do proprietário do terreno verificar se ali existiam tesouros. Os fragmentos de vasos de resina testemunham as "utilizações" em tempos recentes da câmara" (Sanches *et al.*, 2004: 15).

Reutilizações e reaproveitamento dos vestígios pré-históricos

- Castelos Velhos/Póvoa de Mileu (Guarda) – "Na porta da capela românica da Póvoa do Mileu, servia de puxador um bracelete em bronze (Rodrigues, 1957) que Perestrelo (2004: 115) indica poder enquadrar-se num período entre finais do século VI e meados do século IV a. C." (Silva, 2005: 58).

- Mamoa do Moinho de Vento (Arouca) – "Existe a tradição local do monumento ter servido de base a um moinho de vento, o que explicará o microtopónimo e, porventura, a grande concentração de blocos de xisto visível no topo da mamoa" (Silva, 2004: 167).

- Anta do Vale da Rua (Penedo do Cão) (Castelo de Paiva) – "Pensa-se que partes das lajes que constituíram o monumento terão sido utilizadas num acrescento de cozinha de uma casa situada nas traseiras da referida moradia" (Silva *et al.,* 1996: 88).

- Crasto de Palheiros (Murça) – "(...) os taludes, e particularmente os taludes internos, permanecem do início do 3.º mil. AC até à actualidade, sendo usados e interpretados de diferentes modos durante o 3.º, 2.º e 1.º milénios (por ex.), e mesmo na época histórica. Esta compreende o aproveitamento das plataformas criadas pelos taludes para aí se cultivarem produtos agrícolas durante quase todo o século XX, a sua desmontagem parcial para aproveitamento da pedra como matéria-prima por parte das povoações vizinhas (nos anos de 1980), (...)" (Sanches, 2008: 20).

- O Dólmen de Macieira/Tapada da Laje (Sernancelhe) foi reaproveitado e usado como galinheiro (informação de António Jorge Costa).



Fig. 13. Anta transformada em galinheiro - Sernancelhe (fotografia de António Jorge Costa).

Vestígios arqueológicos aproveitados como marcos de divisão de territórios ou propriedades

- Menir do Marco da Jugada (Arouca) – "Terá sido utilizado como marco territorial em tempos históricos, situação que justificará a inscrição de idade histórica que ostenta numa das faces (Domingos Cruz, informação pessoal). Testemunho da sua reutilização em tempos modernos constitui a inscrição de duas linhas em caracteres latinos, de difícil leitura, que apresenta numa das faces" (Silva, 2004: 162).

- Menir do Senhor dos Aflitos (Arouca) – "Perdida toda a sua carga mágico-religiosa, o menir aparentava agora possuir uma função bem mais prosaica: a de um marco de delimitação de

propriedade que a inclemência do tempo acabou por derrubar" (Silva e Silva, 1994: 110-111).

- Cruz de Cepos (Montalegre) – "Sobre o planalto que se estende a ocidente da cumeada da serra de Leiranco, no extremo Norte de Portugal, erguem-se dois monólitos ostentando decoração gravada, separados por uma distância de cerca de dois quilómetros. A Cruz de Cepos serve ainda hoje de marco divisório dos termos das aldeias de Arcos e Cervos (...) (Alves e Reis, 2011: 187).

- Dólmen 1 de Chão do Brinco (Cinfães) – Refira-se, por fim, a ocorrência de uma inscrição histórica, de carácter territorial – SIMfÃS.1693 – na zona superior do esteio; esta inscrição foi em parte regularizada por abrasão com instrumento metálico, facto particularmente evidente nas letras S e F (Santos e Cruz, 2013: 15).



Fig. 14. Dólmen 1 de Chão de Brinco – inscrição (Desenho cedido por Domingos Cruz).

Gravação de datas – antas, menires, arte rupestre

Menir de Luzim (Penafiel) – "(...) à altura de um metro e oitenta, foi gravada a data de 1883. Segundo informação de Jerónimo de Almeida, morador na freguesia de Luzim, (...) na ocasião em que se construía a parede da tapada onde o marco está situado, e não só lhe foi gravada a data, como todo ele era branqueado a cal e o fundo dos algarismos avivado a tinta de cor, azul, se não me engano». (...)" (Monteiro de Aguiar e Santos Júnior, 1940: 209).

Vestígios arqueológicos e as relíquias sagradas

> "Segundo uma antiga lenda, que tem semelhança com outras nossas e de fóra, aportou ao cabo de Sines o cadáver de S. Tórpes, vindo milagrosamente de Itália para ser alli sepultado. A suposta sepultura foi violada no séc. XVI, e da descripção do que se encontrou resulta para mim a convicção de que ella nada mais era do que uma anta, talvez com sua galeria. *Exemplar da constancia dos martyres em a vida do glorioso S. Tórpes*, por Estevão de Lis Velho, Lisboa 1746. Transcreverei algumas passagens para provar o que afirmo. O A. visitou o local e diz: «não encontrei mais que duas *pedras toscas*, que levantadas sinalavão o comprimento da dita sepultura». Quem tem visto antas, reconhece facilmente aqui, e em virtude tambem do que se vae seguir, os esteios de uma anta arruinada. Segundo outra notícia suplementar, o corpo do santo «estava sepultado debaixo de grandes pedras, que devião constituir o chapeu ou tampa da anta, foram levadas para a porta da matriz de Sines.
>
> Dentro da sepultura encontrarão-se ossadas, três dentes, «huma pomazinha quebrada de barro» com vestígios de fogo internos e externos, e «huma estampa de pedra preta debuxada». (…) Mas o que tira todas as dúvidas á cêrca da antiguidade prehistorica do tumulo é a tal pedra preta debuxada, que o A., por felicidade, estampou a p. 178 do seu livro, e que se vê ser uma como muitas das placas de schisto (…). Assim, em resumo: no cabo de Sines houve uma anta, de que no sec. XVIII restavam ainda dois esteios em pé, e que parece que estava completa, ou quasi, no séc. XVI; a anta tinha talvez uma galeria; d'este monumento sepulcral forão extrahidos objectos de industria prehistorica, e ossadas humanas que o povo considerou e venerou como reliquias de S. Tórpes. – A lenda de S. Tórpes ficou pois adaptada a um local pagão" (Vasconcelos, 1897: 21-23).

A opção de apresentar a Lenda de S. Torpes, que se relaciona com um sítio pré-histórico da área de Sines, prende-se com o facto de considerarmos que este pode ser um novo caminho de pesquisa. Tentámos, embora sem sucesso, fazer uma primeira pesquisa bibliográfica no sentido de perceber se algumas das relíquias que vemos nas igrejas ou que integram coleções particulares, e que se encontram expostas muitas vezes em relicários, serão vestígios arqueológicos.

Esta breve incursão pelas formas como as comunidades locais se foram relacionando com os vestígios pré-históricos, ao longo do tempo, demonstra-nos que temos um longo caminho de pesquisa pela frente.

III.5. ANÁLISE DAS SEQUÊNCIAS DE OCUPAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS – LUGARES COM AMPLAS DIACRONIAS

5.1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho visa a exploração dos sítios arqueológicos como "lugares persistentes" no tempo e no espaço. Um "tempo longo" que excede a mera análise da Pré-história Recente.

Marcelo Fagundes (2008) refere que Sara Schlanger caracteriza as realidades que nos propomos abordar neste texto como *persistent places*, ou seja, "locais usados repetitivamente durante a ocupação de uma região (em termos diacrônicos) ".

> "Schlanger amplia o conceito de lugar, propondo a utilização dos denominados *persistent places*, definidos como "(...) places that were repeatedly used during long-term occupations of regions. They are neither strictly sites (that is, concentrations of cultural materials) nor simply features of a landscape. Instead, they represent the conjunction of particular human behaviors on a particular landscape. Persistent places are places that were repeatedly used during long-term occupations of regions" (Schlanger, 1992: 97 citado em Fagundes, 2008).

Pretendemos, assim, perspetivar o sítio arqueológico como um "lugar persistente", que não se restringe a uma determinada ocupação num determinado tempo, mas sim a um lugar que foi sendo reapropriado e vivenciado por diferentes comunidades, em momentos distintos.

Assistimos, na generalidade dos casos, ao estudo dos sítios arqueológicos de forma parcelar e fragmentada. O arqueólogo cinge-se, muitas das vezes, ao estudo do período cronológico em que se especializou, descurando por vezes os outros "momentos" da vida destes lugares. Além disso, é raro encontrar uma abordagem que contemple estes sítios como um todo, ou seja, que estude a multitemporalidade do lugar, desde as suas origens até os tempos atuais. Como estudar estes lugares com amplas escalas de tempo?

"Rastrear as histórias de vida de monumentos pré-históricos" nas palavras de Holtorf, significa averiguar como é que as sociedades posteriores lidaram com os vestígios do passado (Holtorf 2000-2008). No fundo, fazer a biografia dos "sítios" ou "lugares".

O reconhecimento da natureza multitemporal dos sítios arqueológicos, ou pelo menos de alguns deles, permite-nos pensar que aquilo que parece ser um momento único no passado, por exemplo, a construção de uma estrutura circular num sítio arqueológico do III milénio a.C., pode realmente incorporar uma amálgama de múltiplos eventos e escalas temporais. Não se destaca neste processo a linearidade do tempo nem a sequência estratigráfica, dum ponto de vista mais tradicional. Pelo contrário, partirmos do pressuposto de que as estruturas arqueológicas não são simplesmente constituídas pela adição ou subtração de elementos arquitetónicos. Muitas vezes são construídas e mantidas por um conjunto de ações, que implicam, por vezes, a reutilização de estruturas já existentes e de alguns materiais, a sobreposição de diversos elementos arqueológicos, a reprodução de determinadas formas e padrões ou modelos.

Será possível compreender de que forma as comunidades passadas "apreenderam" os vestígios materiais de outros tempos? Alguns autores defendem a hipótese de que as diferentes comunidades reutilizavam estruturas e objetos do seu próprio passado, num processo semelhante ao das sociedades contemporâneas, que interpretam hoje em dia os monumentos antigos, incorporando-os na sua vida, no seu quotidiano[1].

Em alguns casos, objetos e lugares antigos foram ignorados, esquecidos, evitados ou até mesmo destruídos. No entanto, noutras situações, em determinados locais, os sítios arqueológicos tornaram-se elementos centrais da vida política, social e religiosa das comunidades. As comunidades que os reutilizaram ignoravam quem tinha originalmente construído essas estruturas. Consequentemente, criavam histórias ou deliberadamente suprimiam tradições, em prol de novas interpretações sobre os sítios.

Seja através de reocupação de alguns locais, da reutilização de estruturas, ou de novas interpretações, o facto é que alguns sítios arqueológicos subsistem na paisagem e são "revisitados" em vários momentos, devido à sua capacidade de metamorfose/transformação e da constante reciclagem dos seus sentidos/significados (Nora, 1989: 19).

5.2. ANÁLISE DA BASE DE DADOS SOBRE OS LUGARES COM AMPLAS DIACRONIAS

O nosso trabalho focou-se num conjunto de sítios ou vestígios arqueológicos integrados na "Pré-história Recente". Porém, desde muito cedo nos apercebemos de que alguns destes sítios possuíam igualmente outras ocupações. Nesse sentido, estruturamos a nossa Base de Dados de modo a ser possível sistematizar os sítios que possuíam outros vestígios que remetiam para possíveis ocupações, anteriores, ou posteriores, conforme o caso, aos vestígios da Pré-história Recente.

Também, conforme já foi referido noutros capítulos, a grande maioria dos vestígios analisados resultam de trabalhos de prospeção. Normalmente, estas atribuições cronológicas são conjeturais e fundamentam-se nos materiais detetados, pelo que, a qualquer momento, novos trabalhos de investigação podem contribuir para uma reformulação do enquadramento temporal destes vestígios arqueológicos.

Como já tivemos oportunidade de referir, o nosso universo de estudo contempla a abertura de cerca de 2410 registos. Atendendo a que não foi possível fazer a sistematização dos dados, optámos por realizar mais um exercício a partir da análise da Base de Dados. Partimos da observação do *item* "cronologia proposta pelos vários autores" (ver capítulo I.2), tendo como base a informação analisada na bibliografia ou webgrafia consultada. No total, contabilizamos cerca de 360 sítios que possuem, possivelmente, mais do que uma ocupação para além dos vestígios pré-históricos. Convém relembrar alguns aspetos essenciais:

- Em primeiro lugar, é fundamental referir que esta análise não parte de dados absolutos, já que não foi possível recolhê-los de forma sistemática. Digamos que partimos de uma amostra com

[1] Ver textos de Richard Bradley e Cornelius Holtorf.

cerca de 360 sítios, numa primeira fase. São dados muito preliminares e relativos. Não contabilizam, por exemplo, lugares onde foram construídas capelas, igrejas (analisados no capítulo anterior) e outros elementos bastante mais tardios, mas que se sobrepõem a vestígios arqueológicos. São sítios que possuem materiais atribuídos a épocas distintas ou nos quais é possível identificar estruturas, que correspondem a diferentes comunidades e diferentes períodos.

- Em segundo lugar, não estamos a analisar as várias ocupações dentro da Pré-história Recente. Referimo-nos sim a outras ocupações que se enquadram naquilo que são os grandes períodos históricos, que vão desde a Idade do Ferro à Época Contemporânea.
- Por último, quando nos propomos analisar este fenómeno de sobreposição temporal, não estamos a afirmar categoricamente que as comunidades que foram ocupando estes lugares tinham conhecimento das comunidades que as precederam. No entanto, existem vários exemplos da reutilização de materiais e da reorganização de algumas estruturas. Em alguns exemplos conseguimos apurar que determinados lugares vão sendo revisitados, reconstruidos, reapropriados. Também não podemos explicar os motivos que levaram a que alguns lugares fossem tão densamente ocupados e outros tenham permanecido completamente esquecidos ao longo dos tempos. São questões que merecem uma reflexão cuidada, mas que podemos apenas enunciar neste trabalho.

Encetámos a análise dos dados por indicar sumariamente como se distribuem estas "outras ocupações" de períodos cronológicos distintos.

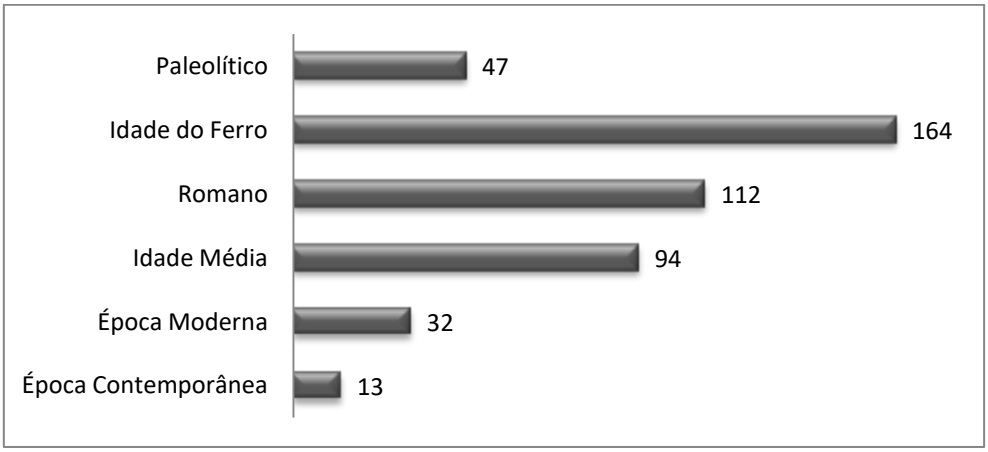


Gráfico 1. As outras ocupações dos sítios pré-históricos.

Observando o gráfico 1, com exceção dos vestígios do Paleolítico (Superior) que se concentram na região do Vale do Côa, e que apresentam um valor reduzido: 47 casos registados, nota-se um decréscimo sucessivo das ocupações mais antigas (Idade do Ferro) para as ocupações mais recentes (Época Contemporânea).

Os dados mais expressivos são as ocupações da Idade do Ferro com 164 casos, o período Romano com 112, 94 casos da Idade Média e apenas 32 e 13 casos registados para a Época Moderna e Contemporânea, respetivamente.

Mas também aqui temos de fazer uma ressalva. Todos aqueles elementos que fazem parte do nosso universo atual, nomeadamente muros de divisão de propriedade, casas, arruamentos não são contabilizados nestes vestígios da Época Contemporânea. Estes dados resultam de escavações arqueológicas que colocam a descoberto vestígios do século XIX ou XX.

Os sítios que possuem duas ocupações totalizam 131 casos, distribuidos pelas seguintes combinações:

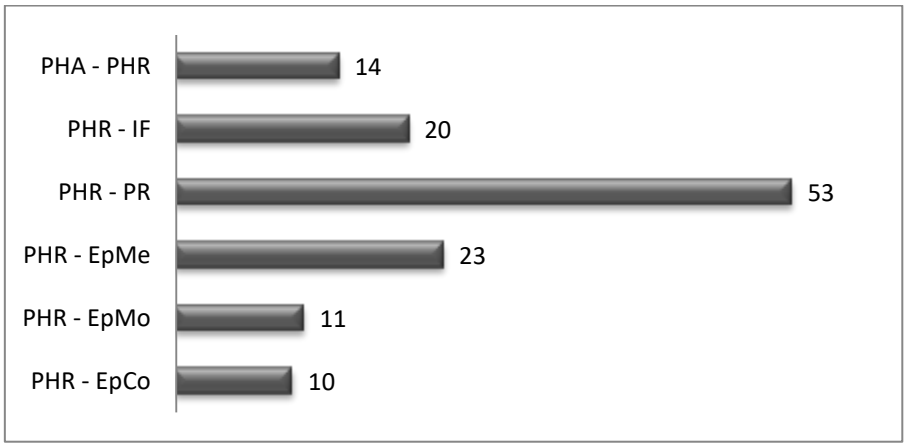


Gráfico 2. Sítios com duas ocupações: PHR - Pré-história Recente, PHA – Pré-história Antiga; IF – Idade do Ferro; PR – Romano; EpMe – Época Medieval; EpMo – Época Moderna; EpCo – Época Contemporânea.

O valor mais expressivo contempla a presença de materiais ou vestígios de ocupações da Pré-história Recente em sítio romanos. Dezanove destes casos são achados isolados, dos quais dezassete são instrumentos de pedra polida.

Se restringirmos a nossa análise aos sítios que possuem três ou mais ocupações, em momentos distintos, este número passa para os 121 casos registados.

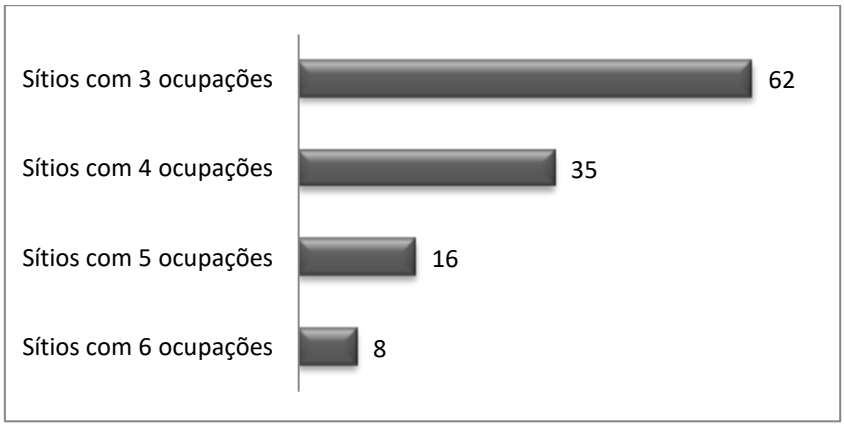


Gráfico 3. Distribuição dos sítios com mais de três ocupações.

É notório que o número de sítios com ocupações que percorrem quase todos os períodos históricos vai diminuindo gradualmente: três ocupações – 62 casos; quatro ocupações – 35; cinco ocupações – 16; e por fim seis ocupações – 8 casos. Este decréscimo de sítios parece ser quase que proporcional, com a diminuição ser quase sempre na ordem dos 50%. Genericamente, 33 destes sítios possuem a designação

"Castelo", 22 a designação de "Castro", sete representam núcleos de arte rupestre do Vale do Côa e seis correspondem a sítios que se localizam dentro da área urbana da vila de Freixo de Numão.

Será a partir de lugares com três ou mais ocupações em períodos distintos, que nos iremos ocupar no ponto seguinte.

5.3. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DE ALGUNS LUGARES COM AMPLAS DIACRONIAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO DOURO

Optámos por caracterizar sucintamente alguns sítios arqueológicos, do universo de estudo que temos vindo a analisar, e que ilustram as ideias enunciadas anteriormente. Estes sítios possuem em comum o seguinte:

a) todos possuem vestígios pré-históricos, tendo sido objeto de projetos de investigação, mais ou menos aprofundados;

b) as ocupações, nesse mesmo local, compreendem várias ocupações em períodos distintos. Estes locais possuem ocupações multiseculares ou multitemporais, pelo que adotamos a designação de "lugares com amplas diacronias".

Destacamos o Castelo Velho de Freixo de Numão e o Complexo Arqueológico do Prazo, ambos situados em Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, analisados num capítulo próprio.

Distinguimos ainda os seguintes sítios, que irão ser brevemente descritos neste capítulo.

- o Santuário de S. Salvador do Mundo (S. João da Pesqueira);
- o castelo de Penas Roias (Mogadouro);
- o sítio do Baldoeiro (Torre de Moncorvo);
- a Senhora do Castelo – Urros (Torre de Moncorvo);
- a Vila Fortificada de Carrazeda de Ansiães (Carrazeda de Ansiães);
- a Vila Velha (Vila Real);
- o Castro de São Jurge – Ranhados (Meda);
- a área urbana de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa);
- a Arte Rupestre do vale do rio Côa (Vila Nova de Foz Côa).

A escolha destes lugares, em particular, prende-se com o acesso a informação privilegiada, alguma dela inédita, a partir de relatórios de escavação cedidos pelos próprios arqueólogos (Baldoeiro, Castro de S. Jurge, Vila Velha e a área urbana de Freixo de Numão). Por outro lado, procuramos abarcar um conjunto de situações distintas, tal como castelos medievais, áreas urbanas (cidades e vilas), arte rupestre (no caso do Vale do Côa) e espaços religiosos (S. Salvador do Mundo e Senhora do Castelo de Urros).

Recentemente, os trabalhos no Baixo Sabor no âmbito da construção da Barragem do Sabor levaram à "descoberta" de dois novos "lugares" com amplas diacronias: Cilhades (Felgar, Torre de Moncorvo) e Crestelos (Meirinhos, Mogadouro). Recorrendo às palavras de Paulo Dórdio:

CILHADES – “Há neste pequeno lugar claras evidências de uma ocupação continuada no tempo, iniciada ainda na Pré-história Recente (c. 3000 a.C.). Bastante mais expressivas são as marcas deixadas durante a Idade do Ferro, o período romano e medieval até, praticamente, aos nossos dias. (...) os vestígios da ocupação humana mais visíveis atualmente [prendem-se] com construções tardias, diretamente relacionadas com o aproveitamento sazonal dos terrenos agrícolas ali existentes – edifícios de apoio agrícola, muros de socalco, muros apiários, poços de captação, levadas de água (...)” (Dórdio, 2013: 161).

CRESTELOS – “Os estudos realizados nesta área revelaram uma ocupação humana intensa desde o Paleolítico, no sítio do Medal, passando pelo Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, período romano, Idade Média e a era Moderna, prolongada até hoje com a Quinta de Crestelos que estava ainda em exploração no início da intervenção no âmbito do PSP” (*idem*: 164).

Estes lugares possuem, notoriamente, uma profusão de ocupações desde a Pré-história à atualidade.

Gostaríamos ainda de referir outros lugares que nos parecem igualmente interessantes, tais como: a Lorga de Dine (a gruta, o castro, a igreja românica, o cruzeiro, os fornos de cal, a povoação atual); o Castelo do Sabugal (Sabugal); o Castelo de Numão (V. N. Foz Côa); o Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar); o Monte do Castelo ou Calábria; o Cabeço das Fráguas, o Castro de São Brás (Torre de Dona Chama), o lugar do Caparinho (Montalegre); Castroeiro (Mondim de Basto), entre muitos outros; mas quepor questões de tempo não foi possível explorar as suas potencialidades.

Neste momento, partimos para uma breve caracterização dos nove “lugares” com amplas diacronias referidos anteriormente.

S. SALVADOR DO MUNDO

(S. João da Pesqueira)

“A ermida de S. Salvador do Mundo, uma das mais emblemáticas do Douro, fica situada num granito porfiroide, de matriz de grão médio, de duas micas, essencialmente biotítico, que pertence à antiforma Vila Real – Carviçais e foi atravessada pelo rio Douro no seu bordo mais a Sul. O rio, que a montante e a Jusante atravessa rochas xistentas, encaixou no granito e formou um vale estreito com margens abruptas e talvegue irregular. Estas irregularidades originaram o Cachão da Valeira” (Pires, 2003: 23).



Fig. 1. Vista geral do “Monte do Ermo” (fotografia de Mário Barroca).

> "Aproximadamente a 5 km de São João da Pesqueira, no denominado *Monte do Ermo*, sobranceiro ao rio Douro, no local do antigo cachão da Valeira (destruído em 1807), a cerca de 500m de altitude no seu ponto mais alto, surge o Santuário de S. Salvador do Mundo, constituído por nove capelas que se espalham desde o sopé até ao topo do monte, coberto de sobreiros e carrasqueiros intercalados por densos rochedos" (Santuário do Salvador do Mundo, SIPA – IHRU, 2014, em linha).

Um pouco por todo o monte encontram-se vestígios arqueológicos, com maior incidência na área conhecida como *Praça dos Mouros* (Donas-Botto, 2012: 17). Este sítio, segundo António José Fernandes Heitor (2002: 42-43), possui vestígios que abarcam todos os períodos entre o Neolítico e a atualidade, nomeadamente:

- Neolítico;
- Calcolítico;
- Idade do Bronze;
- Idade do Ferro;
- Romano;
- Idade Média;
- Época Moderna e Contemporânea.

No morro onde se encontra o Santuário de S. Salvador do Mundo existem vários abrigos rochosos que poderão ter sido ocupados em época pré-histórica (Heitor, 2002: anexos). Pedro Sobral e Filipe Gomes recolheram alguns fragmentos cerâmicos na vertente sul, datáveis do Neolítico. Esses fragmentos foram recolhidos em locais onde, associados a pequenas plataformas, surgem abrigos rochosos que podem ter sido ocupados durante esse período (Carvalho e Gomes, *no prelo* citado por Donas-Botto, 2012: 17-18).

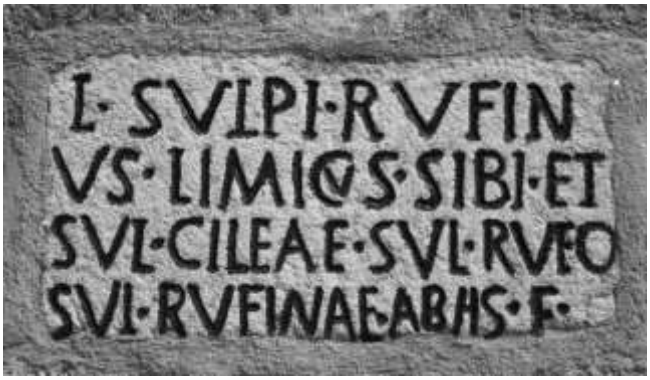
Para além do substrato Neolítico, este monte sobranceiro ao Douro, apresenta vestígios correlacionáveis com o Calcolítico. Deste período foram encontrados alguns materiais cerâmicos com organizações decorativas típicas do Calcolítico (fiadas triplas de puncionamento, cerâmica penteada) para as quais existem paralelos no Povoado da Porqueira e em Castelinhos. Destaque-se o achado de um molde de fundição em cerâmica (Heitor, 2002: 60). Foi aqui recolhida cerâmica penteada, alguns fragmentos cerâmicos com orifícios de suspensão e mamilos, assim como um machado de anfibolito (Guimarães, 2008: 155).

A meia encosta existe uma plataforma que o povo chama "*Praça dos Mouros*", local onde, em corte, António Sá Coixão recolheu alguns materiais, nomeadamente alguns fragmentos cerâmicos, sendo que dois deles possuem decoração. Não muito longe, em zona de vale, existe a "Fonte do Castelo Velho" (Coixão, 1999: 396). Devido à existência do ribeiro e de poços, este deveria ser um local de recolha de água para o povoado de São Salvador do Mundo (Donas-Botto, 2012: 43 nota 40).

> "No ano de 1860 José Augusto Mendes escreve: "…se acha a ermida de S. Salvador do Mundo, (…), onde se encontrão ruinas de uma povoação antiga, e não pequena, as quais se indicão que foi incendiada há muitos séculos. Dizem terem-se alli desenterrado mármores lavrados e polidos, pequenas cornijas de edifícios, mós de moer trigo, varias pedras com inscripções antigas, e muitas moedas de diversas qualidades, também antigas; destas possuo uma, de prata, com uma inscripção, em que legivelmente se vê a palavra «Antoninus», pelo que mostra ser romana. N`um espaço plano se conserva ainda o nome de Praça dos Mouros …" (Mendes, 1860: 311-312 citado em Donas-Botto, 2012: 15).

No topo do monte são visíveis:

- As fragas que apresentam gravuras, realizadas, provavelmente em época pré-romana (Santuário do Salvador do Mundo, SIPA – IHRU, 2014, em linha). Salienta-se um penedo conhecido como "pedra do Diabo", ostenta dois pedomorfos e "fossetes" de vários tamanhos (joelhos, cotovelos e a cabeça do Demo para os locais) (Ana Rita Neves da Rosa Lopes – IGESPAR, 2012).
- um santuário rupestre proto-histórico romanizado (?), também próximo da capela principal e da cova eremítica (Donas-Botto, 2012: 18). "Não há quaisquer dúvidas que o local serviu de santuário em tempos pré-romanos: em todos os afloramentos graníticos existentes, nas suas cotas mais elevadas e nos do lado nascente, existem gastras, pios, vertedouros e degraus talhados, para além de pedras com fossetes" (Guimarães, 2008: 155).



Existem evidências da romanização do sítio, nomeadamente duas inscrições romanas, uma delas muito desgastada, sem leitura e a outra já descrita por D. Jerónimo Contador de Argote (Guimarães, 2008: 156).

Fig. 2. Inscrição funerária romana existente na fachada da capela principal (fotografia de Mário Barroca).

Podem identificar-se diversos elementos arquitetónicos reaproveitados em vários muros de sustentação de terras ou até mesmo nas capelas que compõem o santuário (Donas-Botto, 2012: 43). Foram ainda recolhidos materiais romanos (numismas e materiais cerâmicos) que atestam a ocupação romana do local (*Idem*: 18), assim como a existência de vestígios de grandes fornos cerâmicos e de grandes quantidades de fragmentos de *tegulae* (Guimarães, 2008: 156).

"Contrastando com os numerosos vestígios da romanização, os medievais são aqui escassos, estando reduzidos a alguns fragmentos de cerâmica a uma inscrição" (Guimarães, 2008: 156). A Capela do Calvário tem embutido na capela-mor, na parede voltada a nascente, um silhar com inscrição medieval: "Gloria et honore coronasti eum" (Santuário do Salvador do Mundo, SIPA – IHRU, 2014, em linha).

> "O Santuário, que se desenvolve a partir de um pequeno ermitério construído no séc. XVI, apresenta um percurso cénico, desenvolvido ao longo das várias capelas, ao longo do monte, no séc. XVIII, que apresentam esculturas em tamanho natural, figurando personagens alusivas aos Passos Paixão de Cristo e Nossa Senhora, integrando figuras de vulto, de caráter popular, sendo a última dedicada a Nossa Senhora da Penha, adaptada sob os rochedos, num antigo abrigo. (...) Sobre a porta do ermitério, existe a seguinte inscrição: "S. SALVADOR DO MUNDO/ERMO/PATRIMÓNIO DA PARÓQUIA/DE/S. JOÃO DA PESQUEIRA" (Santuário do Salvador do Mundo, SIPA – IHRU, 2014, em linha).



Fig. 3. O santuário e algumas das suas capelas (fotografia de Mário Barroca).

Este santuário é composto por nove capelas, oito das quais numeradas, que representam os Passos da Paixão de Cristo. Perto da capela principal existem estruturas de apoio às festividades, a casa dos romeiros e do ermitão. No terreiro de acesso ao Santuário, ergue-se um cruzeiro (*ibidem*).

> "Do alto do monte avistava-se o famoso Cachão da Valeira, onde naufragou o barão de Forrester. O lugar era de tal modo perigoso que os marinheiros, ali chegados, encomendavam a alma ao criador, entre súplicas a S. Salvador do Mundo. O cachão que, até aos finais do século XVIII, constituiu um obstáculo intransponível à navegação do Douro, foi destruído para a construção da Barragem da Valeira" (Santuário do Salvador do Mundo, SIPA – IHRU, 2014, em linha).

S. Salvador do Mundo foi objeto de alguns trabalhos de investigação e publicações, nomeadamente a obra coordenada por Gonçalves Guimarães "São Salvador do Mundo - Santuário Duriense" de 2007, que sintetiza as diversas ocupações deste lugar.

PENAS RÓIAS

(Mogadouro)

No topo de um cabeço quartzítico de declives abruptos situa-se o castelo medieval de Penas Róias. Nas suas imediações foi construída a atual aldeia. O local é um cabeço rochoso, que faz o término de uma crista quartzítica, tendo uma excelente posição estratégica e boas condições de defesa natural. É um cabeço destacado na paisagem, com falésias em redor, sendo os lados norte e oeste quase inacessíveis. O acesso natural faz-se pelo lado sudeste, virado para a aldeia (IGESPAR, 2012).



Fig. 4. O cabeço onde se implanta o Castelo de Penas Róias.

A sul e sudoeste, entre as cotas de 690 e 720 m, uma área com menor pendente, encontra-se uma plataforma levemente descendente na qual se implanta a atual aldeia e, a sul, um extinto povoado pré-histórico, supostamente do Calcolítico-Bronze Inicial (Sanches, 1992: 47).

Na localidade de Penas Róias é possível detetar os seguintes vestígios arqueológicos: arte rupestre, um possível povoado pré-histórico, uma *villa* romana, um castelo medieval e uma aldeia ainda ocupada atualmente.



Fig. 5. Uma vista geral do sítio arqueológico, onde se vislumbra a Torre de Menagem do Castelo, as Fragas onde foram detetadas as pinturas e a atual aldeia de Penas Róias.

A área do castelo de Penas Róias tem duas fases distintas de ocupação. A primeira é da Pré-história recente, provavelmente Calcolítico e/ou Idade do Bronze. A segunda fase é a do castelo medieval, fundado em 1166 pelos templários (IGESPAR, 2012).

Na encosta sul do morro abre-se uma "rasgada, profunda e baixa fenda na rocha quartzítica", conhecida por Fraga da Letra ou Pena da Letra, onde se encontram "figuras esquemáticas pintadas - antropomorfos e figuras geométricas -, de cor vermelho alaranjado" (Sanches, 1997: 286). No abrigo parecem observar-

se pelo menos quatro painéis distintos com pinturas, todos verticais ou subverticais, e de pequenas dimensões. As pinturas encontram-se ainda razoavelmente bem conservadas (IGESPAR, 2012).

O abrigo com pinturas da Fraga da Letra, fica sobranceiro ao habitat do Valado, o qual deverá ser a continuação da ocupação pré-histórica no topo do morro do Castelo (*ibidem*).

> "Curiosamente o abrigo pintado preside a um campo com vinha, que jaz no seu sopé, onde se têm encontrado muitas dezenas de fragmentos de cerâmica, de fabrico manual" (Almeida e Mourinho, 1981: 47).

Esta estação localiza-se numa das encostas declivosas (sul e sudoeste), hoje plantada de vinha e pomar. Aí, por entre os sulcos do arado, surgem inúmeros artefactos - pré-históricos e medievais - que certificam a ocupação do local em ambas as épocas (Sanches, 1992: 52). O povoado ocupa também o topo do morro quartzítico, de encostas abruptas a nordeste, norte e oeste, onde atualmente se encontra o castelo medieval (Sanches, 1997: 286).

O abrigo poderia conectar-se com o povoado pré-histórico em questão, uma vez que quer a tipologia dos motivos pintados, quer a das cerâmicas encontradas à superfície, podem situá-los, a ambos, nos finais do III, início do II milénio a.C. (Calcolítico/Bronze Inicial) (Marcos, 1993: 210).

> "A SE. da povoação, no topónimo de Fonte do Sapo, encontram-se à superfície vários fragmentos de cerâmica comum romana, que se espalham por uma área aproximada a 100x100m. Quando se procedia à ripagem da pequena encosta voltada a E., a máquina trouxe à superfície vários capitéis, pedaços de fuste, moinhos manuais, pedras aparelhadas, um tubo de chumbo e vários ladrilhos nitidamente romanos" (Marcos, 1998: 64).

Este sítio foi resultado de duas campanhas de escavações, cujos resultados permitiram perceber que a estação tinha sido completamente destruída pela máquina (*idem*: 65).

Neste local terá existido, na primeira metade do século I (fragmentos de cerâmica classificada como paredes finas da época de Augusto), uma *villa* designada por Fonte do Sapo. Entre as cantarias resultantes do revolvimento do local para plantio de vinha, observavam-se bases e capitéis pertencentes a um edifício de certa dimensão. As escavações realizadas não conseguiram definir a planta da *villa*, por esta ter sido arrasada até aos alicerces pelas máquinas. O espólio, abundante e em parte bastante rico, é indicativo duma longa ocupação, datável do séc. I ao séc. V d. C. (Lemos, 1993: 298-299).

No topo do cabeço localiza-se um grande rochedo, em cima do qual se ergueu a torre de menagem do Castelo de Penas Roias (IGESPAR, 2012). 1172 (ou 1181) é a data apontada por Mário Barroca, como a mais provável, para o início da construção do castelo, segundo iniciativa de D. Gualdim Pais, mestre da Ordem do Templo, segundo a leitura possível da inscrição gravada no lintel e ombreira da porta da Torre de Menagem (Castelo de Penas Róias, SIPA-IHRU, 2014, em linha).



“Segundo os desenhos de Duarte de Armas, o castelo era antecedido por um pequeno pano de muralha no sopé S. do penhasco em que se elevava, com passagem por um vão em arco pleno, sendo notório um rombo à dir. do mesmo; do lado NO., adossado ao castelejo, o "muro da vila" medieval (entretanto abandonada e reerguida extramuros), de forma circular, irregular, baixo e semi-arruinado, onde se salientam 2 cubelos cilíndricos; extramuros localizava-se uma cisterna, seca, e, a SO., estendia-se a nova vila, de casario térreo com coberturas de colmo e de telha de meia-cana, sobressaindo uma igreja e um pelourinho de gaiola; do lado oposto um vale onde corria uma ribeira e, do lado N., no sopé do penhasco, existia um pomar delimitado por muro baixo” (Castelo de Penas Róias, SIPA-IHRU, 2014, em linha).

Fig. 6. A Torre de Menagem do Castelo de Penas Róias

As Memórias Paroquiais de 1758 referem que o castelo, a norte da vila, se encontrava arruinado, com muros "de pedra de seixo bruto", estando a torre, "de quatro esquinas", ainda "bem segura e fabricada do mesmo seixo bruto" com paredes altas e porta "levantada mais de trinta palmos" com um letreiro ilegível (*ibidem*).

Os materiais de época medieval e moderna são abundantes, sobretudo telhas de meia cana, sendo que as cerâmicas comuns são bastante mais raras (IGESPAR, 2012).



Fig. 7. Em cima, um dos cubelos cilíndricos; em baixo a atual vila de Penas Róias.

Com a extinção do Concelho, em 1836, e consequente declínio da povoação, a população reaproveita os materiais de construção do castelo (Castelo de Penas Róias, SIPA-IHRU, 2014, em linha).

BALDOEIRO

(Torre de Moncorvo)

O sítio arqueológico do Baldoeiro é uma estação arqueológica notável pela presença de vestígios arqueológicos de cronologias diversas que certificam a continuidade da ocupação humana deste local (Rodrigues e Rebanda, 1999: 106).

> "É uma estação notável pela persistência de povoamento, pelo menos desde o período Calcolítico até à Idade Média. O povoado medieval, em que se incluem as ruínas de uma igreja românica, uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha e os vestígios de uma torre roqueira, têm sido objecto de escavações arqueológicas realizadas pelo P.A.R.M. Durante as escavações foi detectada a presença de ocupações datadas do Calcolítico, Bronze e da Idade do Ferro. No interior da igreja foi encontrada no final do séc. XIX uma ara com uma inscrição votiva fazendo referência à *Civitas Baniensis*, único vestígio da época romana detectado até ao momento. Em algumas fragas graníticas da estação encontram-se insculturas serpentiformes que, segundo Santos Júnior, poderão datar da Idade do Ferro" (Rodrigues, 2012).

O sítio arqueológico do Baldoeiro situa-se na freguesia de Adeganha, concelho de Torre de Moncorvo. A estação implanta-se na encosta SW do planalto da Adeganha, a uma altitude média de 280 metros, elevada face ao vale da Vilariça que lhe fica a oeste e ao vale encaixado do Sabor, a sul, em cuja bacia hidrográfica se situa (Rodrigues e Rebanda, 1999: 106).



Fig. 8. Enquadramento paisagístico do Baldoeiro (fotografia de António Luís Pereira, em linha).

O PARM (1993) descreve o local da seguinte forma, naquela que será a primeira ficha de sítio do Baldoeiro:

> "Não são visíveis vestígios de fortificações ou de casas, embora abundem as pedras delas, amontadas, bem como grandes aparelhados, na parte S., sob as oliveiras. Um dos rochedos (graníticos) tem no cimo sulcos picados e cavidades que nos parecem alinhadas. Ao lado deste

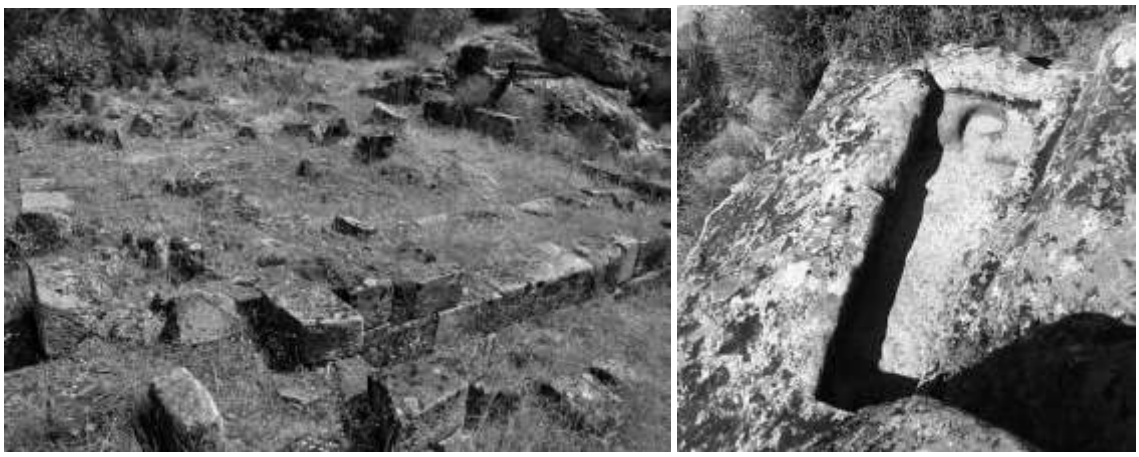
> havia outro com uma grande abertura rectangular e cujo plano dá acesso uma escada rupestre. Do lado oposto está um penedo chamado "do cobrão" devido a uma inscultura de tipo serpentiforme. É ainda visível uma sepultura antropomórfica escavada na rocha com cabeceira orientada no sentido W-E, junto dos restos de uma construção (Capela de S. Mamede?) São pouco visíveis vestígios de romanização, nomeadamente "tegulae" (PARM, 1993).

Trata-se de um povoado medieval, que para além da área de habitat possui ainda os seguintes vestígios: os restos de um templo românico (Igreja de S. Mamede), uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha e os vestígios de uma Torre Roqueira (Rodrigues *et al*., 1990). Esta torre implantava-se sobre uma enorme fraga, conhecida como "Penedo do Corvo" e que fica sobranceiro, pelo norte, ao povoado e à Igreja Românica (PARM, 1989).

Subjacente ao povoado medieval foi possível detetar a presença de uma ocupação pré-histórica, definida pela presença de cerâmicas manuais, instrumentos de pedra polida e mós manuais (Rodrigues, 1990).

A leitura de descrições do local datadas do século XVII, XVIII e XIX, permitiu conceber a existência de um templo românico (…). Por outro lado, numerosas visitas ao local revelaram-nos um conjunto de elementos de cariz arcaizante dentro da Idade Média, incluindo vestígios de habitação, um «castelo» roqueiro (com uma torre quadrangular de 8m de lado assinalada pelos encaixes escavados na rocha), no alto de um grande penedo, e sepulturas escavadas na rocha, conjunto situado numa apertada depressão entre grandes blocos graníticos na encosta do planalto da Adeganha, sobranceiro ao Vale da Vilariça e defronte da colina onde se implanta a cerca muralhada da Vila Velha de Santa Cruz, cabeça de um extenso concelho e julgado no século XIII (Lima *et al*., 1988: 188).

> "Um crânio e alguns fragmentos ósseos removidos para os pés do esqueleto na Sepultura 15, atestam a prática comum de reutilização de sepulturas, o que neste caso pressupõe uma persistente utilização, no tempo, deste espaço com fins funerários" (*idem*: 197).



Figs. 9 e 10. Estruturas arqueológicas. Estevais - Povoado de Baldoeiro e Sepultura escavada na rocha (fotografia de Leonel Brito - Arquivo Fotográfico Farrapos de Memória).

A necrópole, que se deverá estender pela zona envolvente do templo, não foi ainda objeto de escavação sistemática. As quinze sepulturas detetadas situam-se assim junto às estruturas da igreja (Lima *et al*., 1988: 196). São sepulturas abertas no afloramento rochoso – xisto ou granito, já que se trata de uma zona de contacto – ritualmente orientadas no sentido W-E. As suas formas variam entre o

antropomórfico e trapezoidal e o sub-rectangular, revelando vestígios osteológicos por vezes ainda *in situ* (Lima *et al*., 1988: 197).

Por fim, dada a existência de um abundante espólio cerâmico com maior incidência nas camadas mais superficiais, não é de excluir a hipótese de ter existido uma ocupação no local, como habitat, numa época bastante mais próxima dos nossos dias (século XIX?) a que poderão corresponder também a parede sul, não românica, de construção e aparelho menos cuidados e a própria estrutura designada como Casa 1 (*idem*: 202).

A ara a Júpiter que refere a *Civitas Baniensis* foi recolhida nas paredes de um templo românico em ruínas, e relacionável com o povoado medieval do Baldoeiro (Lemos, 1993: 352-353).

Nesta estação encontram-se também uma série de insculturas serpentiformes, espalhadas por diversas fragas da encosta. Estas insculturas, estudadas por Santos Júnior, 1931, apresentam a mesma forma em "S", ocorrendo desde o início do vale até às grandes fragas em que se erguia a torre roqueira. Verifica-se aqui que algumas destas insculturas foram seccionadas pela implantação da torre, o que atesta a sua anterioridade (Rodrigues, 1990).

Santos Júnior relaciona estas insculturas com a existência de um santuário neste local, eventualmente dedicado ao culto das serpentes, e de cronologia proto- histórica. Equivoca-se no entanto, ao associar os entalhes medievais da torre às insculturas rupestres. A profundidade destas insculturas apontam para a utilização de um instrumento metálico na sua execução e portanto uma datação proto-histórica para estas marcas. O seu significado não é, por enquanto, percetível (Rodrigues, 1990).

Sande Lemos refere que “na área envolvente de um "castelo" granítico, que teve posterior ocupação medieval, recolhem-se numerosos fragmentos de material calcolítico, cerâmica de fabrico manual, lisa e decorada”. Nas escavações de 1990/91 efetuadas por Miguel Rodrigues, sob níveis medievais, foi detetada uma camada com materiais do Bronze Final/Ferro, com bordos denteados, camada que se sobrepõe a estratos com materiais da Idade do Cobre (Lemos, 1993: 352).

Os vestígios da ocupação pré-histórica encontram-se, não só na área do povoado medieval (um pequeno vale na encosta SW do planalto, abrigado do norte por um esporão rochoso), mas também ao longo da vertente oeste do planalto, sobranceiro ao vale da Vilariça. É uma área rica em grandes batólitos de granito, formando, por vezes, abrigos naturais, sendo frequente a recolha de material arqueológico sob as fragas (Rodrigues, 1990).

SENHORA DO CASTELO – URROS

(Torre de Moncorvo)

O acesso à Senhora do Castelo faz-se por um caminho de terra batida que se inicia no bairro sul da aldeia de Urros, em direção sul-sudeste passando junto à Igreja de Santo Apolinário. Pouco depois deste templo, envereda-se por um segundo caminho (só acessível a pé ou a veículos todo-o-terreno) que se dirige para o monte onde se ergue a capela, percurso que finda numa rechã próxima (Lemos, 1998: 166).



Fig. 11. Capela da Senhora do Castelo de Urros (fotografia de Mário Reis - Museu do Côa, em linha).

> "No cume de um *inselberg* quartzítico que se destaca sobre o vale do rio Douro e sobre os relevos de xisto envolventes, gozando de um excelente domínio estratégico, conserva-se a capela da SENHORA DO CASTELO – (URROS), um pequeno templo recentemente restaurado, mantendo a traça antiga. Para sudoeste, avista-se o Castelo de Calábria e para sul Castelo Melhor. Delimitando o cume nota-se uma linha de muralha de aparelho grosseiro, formado por pedras de quartzo sobrepostas, demarcando um perímetro subcircular. No corte produzido pela abertura de um acesso à capela, é patente a estrutura da muralha, formada por dois muros, com o interior preenchido por pedras e terra. Verifica-se, também que a muralha visível foi edificada sobre uma outra, com o mesmo tipo de aparelho, embora a sua estrutura não seja observável sem uma limpeza do corte. Junto a este corte encontrou-se cerâmica de várias épocas: medieval, romana e da Idade do Ferro. Porém, a mais abundante é a olaria calcolítica com decorações incisas ou penteadas" (Lemos, 1998: 166).



Fig. 12. Senhora do Castelo de Urros: vista sobre o Douro e o planalto de Foz Côa (fotografia de Mário Reis - Museu do Côa, em linha).



Fig. 13. Troço da muralha (fotografia de Mário Reis - Museu do Côa, em linha).

A Senhora do Castelo apresenta duas linhas de muralhas, no interior das quais existe uma plataforma onde se fixou a capela da Senhora do Castelo. Foi recolhida cerâmica de natureza variada que indicia uma ocupação que vai desde o período Calcolítico até à Idade Média (Rodrigues, 1990). Delimitando o cume nota-se uma linha de muralha de aparelho grosseiro, formado por pedras de quartzo sobrepostas, demarcando um perímetro subcircular (Lemos, 1998: 166).

Os materiais recolhidos datáveis da Pré-história Recente encontravam-se essencialmente no espaço entre as duas muralhas e fora das muralhas na área a SW do topo da formação (Rodrigues, 1990).

A presença proto-histórico no monte da Senhora do Castelo encontra-se bem documentada, quer presença da segunda linha de muralhas (2.ª fase), quer pela existência de uma estrutura circular com piso em argila, ao que se associam os materiais essencialmente datados de entre 140 a.C. à segunda metade do séc. I d.C. – castro fortificado, no seguimento da ocupação anterior (Martins, 2008: 90).

O diverso espólio cerâmico e numismático atesta inequivocamente a notória romanização do local (*idem*: 85).

Na vertente norte localiza-se uma gruta denominada Cova/Buraco dos Mouros, à qual estão associadas várias crenças preservadas pelos habitantes locais (Martins, 2008: 85).

Desde Jerónimo Contador de Argote que existem referências a minas de ouro no termo de Urros. De facto, na vertente oeste do cabeço onde foi implantado o Castelo de Urros, registam-se vestígios de trabalho mineiro, designadamente "cortas" a céu aberto e uma profunda galeria (designada Buraco dos Mouros). No sopé do *inselberg* quartzítico observam-se numerosos fragmentos de cerâmica romana e escória de ferro. A proximidade do habitat romano e o despovoamento desta zona na Baixa Idade Média, sugerem uma cronologia romana para estas minas (Lemos, 1998: 166-167).

No sopé noroeste do castro da Senhora do Castelo, numa rechã abrigada e soalheira, em terrenos de vinha e amendoeiras, observam-se numerosos fragmentos de cerâmica romana, de construção e doméstica, bem como escórias de ferro. Segundo o Abade de Baçal, no cume da Senhora do Castelo, ao realizarem-se obras no adro em 1852 foi descoberto um tesouro de moedas romanas, conjunto que nunca chegou a ser estudado e cujo paradeiro se ignora, pelo que também se desconhece a sua cronologia (*ibidem*).

A presença romana no monte da Senhora do Castelo está relacionada com a sua exploração mineira possivelmente do cobre e/ou ouro, podendo este último ser também proveniente da recolha de aluvião nas areias do rio Douro (Martins, 2002: 257). A exploração mineira em época romana é significativa, atingindo o seu apogeu no séc. IV. O povoado mineiro correspondente situa-se nos Lameirões, local onde se efetuaria a transformação do minério (*idem*: 261).

A exploração mineira teria continuado ao longo Alta Idade Média, mas de uma forma não continua. Aliás, nesta altura o topo seria aproveitado para o estabelecimento de uma necrópole, onde 2/3 dos 12 indivíduos exumados sofreram comprovadamente de doenças infeciosas (Martins, 2002: 261).

O local de Urros teve ainda um papel de relevo na reorganização da Monarquia, tendo-lhe sido concedida a carta de foral em 1182 por D. Afonso Henriques (Martins, 2008: 85).




Figs. 14 e 15. Capela de Santo Apolinário (interior) (IHRU/SIPA FOTO.00027599); Fonte Santa IHRU/SIPA FOTO.00027613.

No sopé deste monte existe uma capela dedicada a Sto. Apolinário, de estrutura românica, que nos seus arrabaldes apresentou, a nível de prospeção, materiais atribuíveis ao período da romanização e medieval (Martins, 2008: 85).

Incorporando este conjunto (igreja e cruzeiro) existe ainda uma fonte. Em 1726, no "Aquilégio Medicinal", é referida a Fonte da Gafaria, cuja água livrava a população de piolhos. Diz a lenda que o chafariz existente junto à Igreja de Santo Apolinário, chamado pelo povo de Fonte Santa, comunica com o rio Douro que se situa a cerca de 2,5 Km, de tal forma que a água da fonte está clara se o rio corre limpo, turvando-se a água da fonte quando o Douro está turvo. Junto à ermida há um cipreste que segundo a lenda nasceu de uma gota de água que Santo Apolinário aí vazou de uma cabacinha que tinha enchido no rio Douro (ALVES, 1934 citado em Amaral e Rodrigues, IIHRU/SIPA).

VILA FORTIFICADA DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

(Carrazeda de Ansiães)

A Vila Fortificada de Carrazeda de Ansiães, designação mais correta do que "Castelo de Ansiães", localiza-se na freguesia da Lavandeira, concelho de Carrazeda de Ansiães (Lemos, 1988: 52).



Fig. 16. A Vila Fortificada de Carrazeda de Ansiães (Imagem do Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães, em linha).

> "Com uma implantação geográfica que lhe confere excelentes condições naturais de defesa, o Castelo de Ansiães revela-se com uma história milenar, cujo início se fixa por volta do IIIº milénio A. C. Desde esse período que as características geo-morfológicas do sítio em muito terão contribuído para uma ocupação sucessiva deste morro granítico, cuja história culmina durante os períodos Medieval e Moderno, altura em que o reduto atinge a sua fase áurea e o respectivo declínio" (Pereira e Lopes, 2005: 22).

A ocupação deste complexo defensivo pode ser recuada até ao Calcolítico. A concentração de materiais calcolíticos foi registada aquando da primeira campanha arqueológica efetuada no ano de 1995, que constou de um trabalho sistemático de recolha de materiais de superfície. Também Francisco Sande Lemos refere a recolha de fragmentos cerâmicos atribuíveis ao Calcolítico, recolha essa efetuada em 1987 durante a realização de sondagens arqueológicas (Pereira e Soares, 1997: 64 nota 1).

No âmbito de recolhas de superfície e na realização de sondagens, realizadas pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte (Sande Lemos), registam-se cerâmicas de fabrico manual, decoradas a pente e com incisões (calcolítico), ornamentadas com espigas e pontilhados (Cogotas I), decoradas com dedadas e lisas (transição Bronze/Ferro ou I Idade do Ferro) (Lemos, 1993: 142-143). Ocorrem à superfície também fragmentos de vasos carenados atribuíveis à Idade do Bronze (Lemos, 1988: 58).



Fig. 17. Igreja de S. Salvador.

A ocupação pré-histórica recente foi destruída por uma fase de ocupação relacionada com a implantação de uma necrópole associada à Igreja de S. Salvador (IGESPAR, 2012).

> "Ao que tudo indica a área do Castelo de Ansiães foi submetida a um forte processo de romanização, estendendo-se os vestígios materiais dessa ocupação por uma ampla área que se desenvolve ao longo do sopé norte e nordeste do promontório granítico. O templo de São João Baptista será implantado numa zona onde perdura um conjunto de estruturas de vincada tipologia romana, sobretudo muretes e interfaces de muretes que na sua quase totalidade foram destruídos pela necessidade de implantação da necrópole exterior situada a norte do templo medieval. O habitat que é habitualmente designado na bibliografia como povoado romano de Selores, nada mais é do que o prolongamento de um conjunto de vestígios de cronologia romana que se dispersam por um espaço situado entre a igreja de S. João Baptista da Vila Amuralhada de Ansiães e a vertente Norte e Nordeste que constitui o amplo campo abrigado e fértil que se estende próximo da aldeia de Selores" (Pereira e Lopes, 2008).

O seu posicionamento geoestratégico adquire particular importância durante o processo da Reconquista Cristã. Nesta altura Ansiães obtém a sua primeira carta de foral. O documento outorgado em meados do séc. XI pelo rei leonês Fernando Magno, constitui um dos mais antigos forais do espaço geográfico definido pelas atuais fronteiras do território português (Pereira e Lopes, 2008).

A ocupação medieval constitui o período de maior representatividade da história deste local (IPA, 2006-2008).

Esta vila fortificada apresenta uma estrutura defensiva composta por duas muralhas que protegem duas áreas com aparentes funcionalidades distintas (Pereira e Soares, 1997: 64).



Fig. 18. A Primeira linha de muralha da Vila Fortificada.

O castelo que se implantou de forma a adequar-se às características topográficas do local, é protegido por uma primeira muralha de planta aproximadamente circular reforçada por cinco torres quadrangulares. No espaço protegido por esta muralha, na cota mais elevada, são ainda percetíveis um conjunto de vestígios resultantes da torre de menagem e seus anexos (IPA, 2006-2008).

A segunda fortificação circunda uma área muito mais extensa onde são detetáveis derrubes e alicerces de um conjunto de estruturas que se agrupam em função de um ordenamento que parece corresponder a uma distribuição interna de caminhos (Pereira e Soares, 1997: 65).

Os séculos XII, XIII, XIV e XV revelam um período exponencial de crescimento deste reduto amuralhado. Contudo, o final do séc. XV, e particularmente o século seguinte, marcam o início de uma transformação demográfica traduzida numa perda cada vez mais acentuada na importância urbana, em função do desenvolvimento de outras localidades que constituíam o território concelhio (Pereira e Lopes, 2005: 22-23).

Realizaram-se sondagens arqueológicas e escavaram-se diversas sepulturas nas áreas da necrópole da Igreja S. Salvador. A datação da necrópole situa-se entre 1420 e 1650 AD. Também foi possível determinar vários fragmentos pertencentes a louças fabricadas durante o primeiro quartel do séc. XVII, outros do 3.º quartel do séc. XVII. E um fragmento da chamada "louça do brioso" da 1ª metade do séc. XVIII (IGESPAR, 2012).

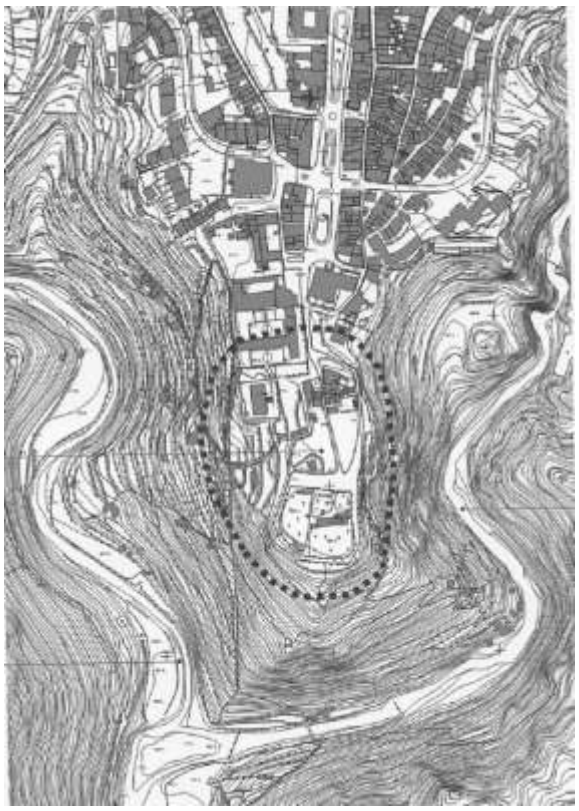
Na igreja de São João Baptista foram identificados significativos vestígios arqueológicos relacionados com uma atividade de fundição artesanal de sinos. Também aqui foi possível equacionar a provável existência de três fases distintas de enterramentos que se realizaram entre os séculos XIV e XVI (IGESPAR, 2012).

O estado de degradação em que atualmente se encontra, resultou de um processo de abandono iniciado no século XVI e definitivamente concluído em 1734, data em que o juiz de fora, José Álvares de Almeida, manda transferir os Paços do Concelho para Carrazeda (Pereira e Lopes, 2005: 79).

VILA VELHA

(Vila Real)

A Vila Velha (situada na freguesia de S. Dinis, concelho e distrito de Vila Real) localiza-se num esporão planáltico, granítico, encaixado entre os vales dos rios Corgo e Cabril (Cosme, 2004a: 4).



"Os vestígios detectados, construções e objectos, revelam uma intensa ocupação do local ao longo de um vasto período cronológico, desde a Pré-história (Idade do Bronze), Proto-história (Idade do Ferro) e Épocas Romana, Medieval e Moderna, constituindo-se a Vila Velha como um espaço de elevado valor patrimonial que encerra uma significativa parcela da memória histórica de Vila Real" (*idem*: 71).

Fig. 19. O esporão planáltico onde se localiza a Vila Velha (Teixeira e Silva, 2008: 143).

Vejamos de forma sucinta alguns dados sobre as suas ocupações:

Os trabalhos arqueológicos permitiram o reconhecimento de dois níveis de ocupação que se integram na Idade do Bronze Final e Idade do Ferro, permitindo "detetar diversas estruturas e contextos bem preservados, em vários pontos da área mais aplanada do morro, o que parece indiciar para uma ocupação sistemática em toda a sua extensão" (Baptista, 2008: 67).

Sob as estruturas medievais foram detetados outros níveis de ocupação da Idade do Ferro e da Idade do Bronze (Cosme, 2004a: 54). Foram igualmente exumadas algumas cerâmicas da Idade do Bronze e da Idade do Ferro em níveis de ocupação medieval. A vala de construção da Muralha medieval pode ter cortado os níveis de ocupação da Idade do Ferro, bem como os níveis de ocupação da Idade do Bronze (Cosme, 2005: 36-39).

Verificou-se que a vala de construção da muralha medieval corta terras com níveis de ocupação da Idade do Ferro, com materiais, essencialmente cerâmicos, dessa época (Cosme, 2005: 26-27). Surge um aparelho de pedras grandes mais ou menos alinhadas e colocadas em níveis da Idade do Ferro, levando Susana Cosme a colocar a hipótese de que a muralha mais antiga tenha sido aproveitada em alguns troços e refeita noutros, na época medieval. "Estaríamos assim, perante um povoado amuralhado". Os materiais exumados presentes em muitas das sondagens realizadas confirmam a grande dimensão do povoado. Praticamente à exceção da vertente sul e este do esporão, todo o resto apresenta vestígios deste período cronológico (Cosme, 2003: 180-181).

Apesar de terem sido detetados materiais de época romana no espaço da Vila Velha e de se poder dizer que este espaço foi ocupado pelo menos durante o séculos IV/V, não é possível definir que tipo de ocupação devido ao estado de degradação desses vestígios (*ibidem*).

> "O termo "Vila Velha" leva-nos à criação da vila urbana medieval. Não se conhecendo com precisão a data do início ou conclusão da cerca de muralhas que a tornava uma vila fortificada, existindo, no entanto, em 1304 uma referência em que D. Dinis ficava de "*lhys fazer o muro em essa vila quando o poder fazer querendo deus*". Sabemos também que no final do séc. XIV os trabalhos de construção estavam não só concluídos como já a necessitar de obras de reparação. Em 1395, o rei ordena que sejam reparados os muros da vila em vários pontos, cedendo, para o efeito, pedra do Alcácer (Monteiro, 1999: 135 citado em Cosme, 2004a: 5-6). Em 1369, D. Fernando ordena que todos os oficiais e mesteirais de Vila Real morassem no interior da cerca a qual estava demasiado despovoada. A igreja de S. Dinis já existia em 1297, ano em que D. Dinis a doou ao mosteiro de Pombeiro" (Cosme, 2004a: 5-6).

A cerca medieval teria três portas de acesso ao seu interior. Destaca-se a porta principal, a norte, conhecida como as "Portas da Vila" flanqueada por dois torreões. Existia ainda uma porta a oeste e outra a sul. O recinto da muralha apresenta uma planta ovalada (Baptista, 2008: 65).

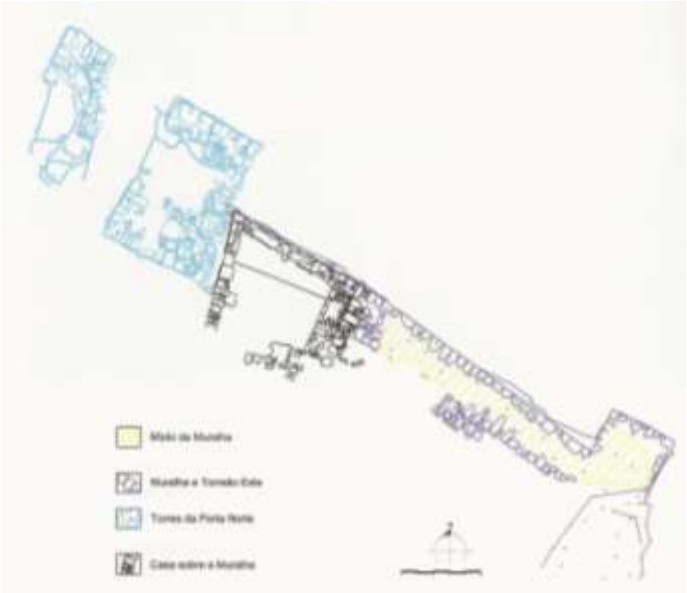


Fig. 20. As Torres da Porta Norte, a Muralha, o Torreão leste e uma casa sobre a muralha (Baptista, 2008: 70).

De época medieval foi ainda detetado um troço significativo da muralha (Cosme, 2005: 26-27). Os trabalhos arqueológicos colocaram a descoberto o nível basal das duas Torres que constituíram a Porta Norte (Baptista, 2008: 66), as "Portas da Vila" que faziam parte do imaginário da população através de

descrições e de um desenho de uma reconstituição das mesmas. Estas portas, bem como parte do troço de muralhas foram demolidas ao longo do século XIX (Cosme, 2005: 26-27).

Destas Portas não se conhecem fotografias, apenas um desenho segundo o qual a muralha encontrar-se-ia flanqueada por duas torres às quais se teria acesso por duas escadas laterais. Sob os níveis de aterro do século XIX para a construção do cemitério atual, surgem muros medievais, sugerindo o prolongamento do urbanismo da vila medieval até à igreja de S. Dinis (Cosme, 2004a: 54).



Fig. 21. Imagem da área da Vila Velha, entre as Portas da Vila e a Igreja de S. Dinis (Fonte Google Maps).

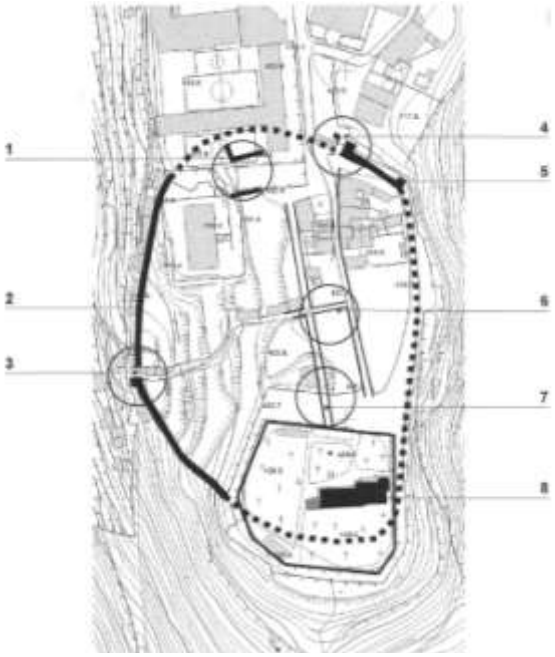


Fig. 22. A estrutura da Vila: 1. Alcáçova e Cisterna; 2. Cerca urbana; 3. Porta Franca; 4. Porta Norte; 5. Muralha e torre; 6. e 7. Arruamentos e edifícios; 8 Igreja de S. Dinis e Capela de S. Brás (Teixeira e Silva, 2008: 147).

Em 1677, a Vila Velha contava com menos de 10 moradores e uma vez mais, numa tentativa de evitar o despovoamento total, confirmam-se-lhe os privilégios e isenções. No séc. XIX com a destruição das muralhas, construção do cemitério de São Dinis e mais recentemente, as constantes demolições dos restantes edifícios, dificultam o levantamento exato do traçado urbano medieval (Cosme, 2004a: 5-6). 1873 é a data apontada para a demolição das Portas da Vila. A pedra que daí resultou foi aproveitada para a construção de edifícios na cidade extramuros. Ainda hoje é possível encontrar pedras sigladas em muros, e que são provenientes da demolição das muralhas da Vila Velha (Cosme, 2005: 26-27). Mais alterações foram levadas a cabo já no século XX, com a demolição de casas e nivelamento do espaço que antecede o cemitério (Cosme, 2004a: 5-6).

Em suma, no espaço entendido como a Vila Velha da atual cidade de Vila Real, encontram-se vestígios do Bronze Final, da Idade do Ferro, do período Romano (ainda que mal caracterizado). Existe um grande hiato de tempo, após o qual, desde os finais do século XIII este espaço passa a ter uma ocupação contínua que se prolonga até aos dias de hoje.

CASTRO DE S. JURGE

(Mêda)

A estação arqueológica conhecida por "Castro de S. Jurge" fica situada no termo da aldeia de Ranhados, junto à barragem do Rio Torto. Este sítio arqueológico contempla os seguintes ocupações: existem vestígios da Idade do Bronze, da Idade do Ferro (Primeira e Segunda Idade do Ferro), de uma ocupação romana (que terá tido início, pelo menos desde 35/36 a.C.) e uma ocupação medieval, visível através das ruínas de uma pequena igreja dedicada a S. Jurge e de dois enterramentos no seu adro. Foi aqui encontrada, em S. Jurge, arte rupestre, representada por fossetes ou covinhas, serpentiformes, podomorfos e outras figuras, registadas em mais de 80 rochas e/ou estelas, inventariadas até ao momento (Coixão, 2013: 188).

> "Nos anos 30 do século XX, o médico e investigador Luís de Pina, visitou o sítio e outros da região (como o Castelo de Numão). Em manuscritos que se encontram na Biblioteca da Universidade de Coimbra, refere-se ao castro de S. Jurge com o topónimo Castelo Velho, nome que ouviu da boca dos mais idosos lá da aldeia" (Coixão *et al*., 2009: 80-81).

> "(....) De tudo o que me ia sendo referido em conversas, prendeu-me logo a atenção e espevitou-me a curiosidade o nome de Castelo Velho ou Monte de SanJurge dado a um cabeço distante 2 quilómetros de Ranhados, para Nordeste. E um dia fui até lá. E bem lucrativa foi a viagem, ainda que maçadora pois se me deparou um castro (...). A meia encosta, para Sudoeste, existe uma velha capela arruinada, há muito inútil para o culto, denominada de SanJurge" (Nótulas de Luís de Pina sobre o Castro citado em Coixão, 2014: 33).

Num morro que domina parte do percurso do Rio Torto encontram-se vestígios do que terá sido um povoado pré-histórico, um castro, uma *villa* ou *vicus* romano. (Coixão, 1999: 314) No local foram ainda detetados vestígios de uma capela medieval, duas sepulturas medievais (?) e arte rupestre. As primeiras sondagens realizadas em 2003 revelaram diversos materiais e estruturas (Coixão *et al.,* 2009: 80-81).

Na sondagem 5/2003 foram registadas cinco camadas:

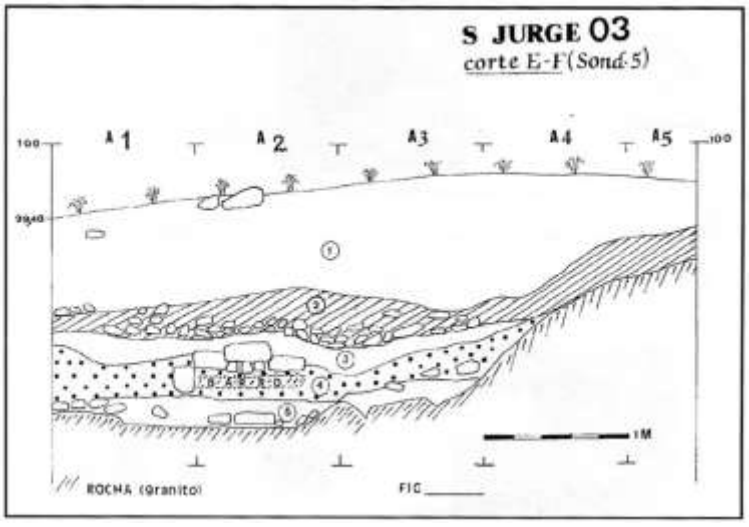


Fig. 23. Corte E-F, sondagem 5. Desenho de António Sá Coixão (Naldinho, 2004: 169).

C1. Camada superior, muito remexida e com materiais de diversas épocas.
C2. Camada de terra cinzenta onde foi detetado um nível de cascalhos e seixos quartzíticos. Possui materiais romanos (cerca de 30 a.C.), assim como materiais dos finais da 1ª Idade do Ferro.
C3. Camada de terra acastanhada associada a materiais dos finais da Idade do Ferro.
C4. Camada de terra cinzenta, com muitas cerâmicas da 1.ª Idade do Ferro e outros materiais. Registou-se uma possível lareira estruturada com pedras graníticas e com um nível de barro.
C5. Camada de terra amarela, onde foi encontrado um lajeado granítico junto à rocha de base. Significativos materiais pré-históricos foram aqui encontrados: as cerâmicas podem enquadrar-se no Neolítico final/Calcolítico inicial; do material lítico destacam-se algumas lascas de quartzo assim como algumas pontas de seta em quartzo (Naldinho, 2004: 169). Segundo António Sá Coixão, "nesta última camada foram exumadas pontas de seta, lascas de quartzo e fragmentos cerâmicos que correspondem ao III e II milénio a.C." (Coixão, 2014: 38).

A análise da estratigrafia desta sondagem realizada em 2003[2] permite, ainda que de forma sumária, perceber que este sítio possui uma sucessão de camadas arqueológicas, sobrepostas, de, pelo menos, quatro momentos diferentes: Pré-história Recente; 1ª e 2.ª Idade do Ferro e da Romanização do local. Estas ocupações foram objeto de novos trabalhos arqueológicos entre os anos de 2009 e 2011.

As conclusões referentes a esses trabalhos arqueológicos são as seguintes.

a) A ocupação mais antiga do local parece remontar ao Neolítico final ou ao Calcolítico inicial. Existem vestígios de uma ocupação da Idade do Bronze, documentada através dos materiais arqueológicos (líticos e cerâmicos).

Sandra Naldinho, que realizou a análise das cerâmicas pré-históricas resultantes da campanha de 2003, distingue três tipos de técnicas decorativas: incisão, que predomina; a impressão "penteada" e a plástica (cordão liso) (Naldinho, 2004, 170). As cerâmicas penteadas aqui encontradas estão também presentes em Castanheiro do Vento (Horta), Castelo Velho (Souto), Curral da Pedra (Chãs) e Painova (Freixo de Numão). No Prazo (Freixo de Numão), em Montes (Fontelonga) e ainda em Castanheiro do Vento (Horta) encontram-se cerâmicas com decoração incisa semelhantes às de S. Jurge (*idem*: 171).

No ano de 2011, foi levantada uma estela decorada com sete fossetes, que se encontrava na posição horizontal e registada "uma camada arqueológica onde foi recolhida cerâmica da Idade do Bronze". Foi igualmente escavada uma estrutura hexagonal, "formada por pedras fincadas, onde foi recolhido no seu interior uma placa de xisto polido, com um orifício; cerâmica do bronze e uma grande quantidade de lascas de quartzo". Estes vestígios foram interpretados como elementos que se integram numa possível ocupação da Idade do Bronze (Coixão, 2014: 39-40).

b) Estaremos perante um castro habitado durante a 1ª e 2ª Idade do Ferro, e posteriormente romanizado por volta de 30 a.C.

Em 2010 foram encontrados vestígios de muros proto-históricos, bem como pisos em barro, ambos muito destruídos pelas obras da barragem (*idem*: 38).

[2] Participamos no ano de 2003, nas primeiras sondagens realizadas no sítio, durante o mês de julho.

Em 2010, no sector VIII começaram a definir-se parte de um troço de muralha, um arruamento com calçada e cabanas proto-históricas, também estas muito afetadas pelas obras da barragem (IGESPAR, 2012).

Existem ainda algumas linhas de muralha, mas já bastante danificadas. Foi registada uma muralha, situada a meia encosta. Dentro do espaço amuralhado foi escavada uma estruturada circular. Foi definida uma muralha bastante destruída, mesmo em frente (para norte) da denominada "Fraga Formosa", com "uma entrada estreita e uma via também estreita que contornaria a encosta junto à muralha". Já na parte interior, foi encontrada uma calçada delimitada por grandes pedras laterais definindo um arruamento. Entre outros elementos, é possível encontrar uma soleira e restos de ombreiras (Coixão, 2014: 37-38).

São relatados vários pisos em barro, dois deles sobrepostos e ambos proto-históricos. Destaca-se a existência de uma grande quantidade de barro de revestimento com negativos de ramos e pequenos troncos, que é um indicador da existência de construções muito frágeis (Coixão, 2014: 39).

Ao nível dos materiais, foi recolhida uma grande quantidade de cerâmica proto-histórica e material lítico. Destaca-se a recolha de um número elevado de mós manuais de tipologias pré-históricas; proto-históricas e romanas (*ibidem*).

c) O início da romanização do sítio é atestado pela presença de duas moedas romanas de 32 a.C., fíbulas, cerâmicas e outros materiais (Coixão, 2014: 37).

Foi detetado um edifício quase intacto, que apresenta um tipo de construção e aparelho utilizado pelos romanos. Na camada de barro proto-histórica destruída no momento da implantação deste mesmo edifício, foi exumado um numisma dos inícios do século I d.C. Foram registados, neste mesmo local, vestígios bastante destruídos de forja ou de fundição de ferro, tendo sido exumada grande quantidade de escória (*idem*: 38).

Quase no topo do monte "uma grande quantidade de pedra de aparelho em granito foi removida de paredes que devem ter correspondido a um templo Romano" (Coixão, 2014: 54). Algumas estruturas romanas foram sendo escavadas durante as várias campanhas trabalhos arqueológicos, assim como se procedeu à exumação de materiais romanos, um pouco por toda a estação.

d) Em 2009, a sudoeste do morro, num esporão entre pequenos rochedos, foi descoberta a provável Capela de São Jurge, encontrando-se num estado avançado de ruína (IGESPAR, 2012).

«Descobrimos também uma igreja medieval dedicada a S. Jurge [S. Jorge], que foi abandonada há mais de 100 anos», relatou o responsável. O arqueólogo António Sá Coixão admite tratar-se de «um santuário pagão, que foi depois cristianizado na Idade Média, e que se terá prolongado até ao século XVIII ou XIX» (Castro de São Jurjo – (Ranhados, Meda). Portugal Romano, em linha).



Fig. 24. Ruinas da Capela de S. Jurge (Coixão, 2014: 35).

Há a registar o aparecimento no exterior da Capela de S. Jurge de duas sepulturas (possivelmente medievais), ambas formadas por pedras de granito alinhadas. A sepultura 1 estava completamente desarticulada, fruto de remeximentos e violações. A sepultura 2, de pequenas dimensões, apresentava ainda as lajes de cobertura (Coixão, 2014: 41).

e) António Sá Coixão e Bárbara Carvalho, nas campanhas de 2009 e 2010, detetaram um conjunto significativo de gravuras gravadas em rochas graníticas (Cardoso, no prelo).

Segundo António Sá Coixão, "uma rocha ou painel (n.º 50) com mais de duas dezenas de covinhas ou fossetes, encontrava-se no substrato temporal anterior à ocupação proto-histórica" (Coixão, 2014: 38). O grau de conservação desta arte rupestre é muito bom, nomeadamente "nas rochas e estelas que têm sido registadas em escavação, em níveis que julgamos datáveis do Bronze Pleno" (*idem*: 53).







Figs. 25-27. Foram descobertos 84 painéis, tendo por suporte rochas decoradas maioritariamente com covinhas, podomorfos e serpentiformes (Coixão, 2014).

Em 2010, após a limpeza de toda a área da estação arqueológica, tonou-se visível a existência de um corredor de rochedos entre o topo do monte e a ruínas da Capela de S. Jurge. Assinala-se a particularidade de grande parte dessas rochas possuírem gravuras (Coixão, 2014: 53). Assim sendo, António Sá Coixão reforça a ideia de que as rochas gravadas se orientam todas na direção das ruínas da capela, e acrescenta:

"Para sul da capela, existe um recinto de formato semicircular que corresponderá a um "recinto sagrado" desses tempos pré-históricos. Uma estela pré-histórica tombada e 2 sepulturas medievais, bem como materiais pré-históricos, foram registados e recolhidos na sondagem efetuada naquele recinto" (Coixão, 2014: 54).

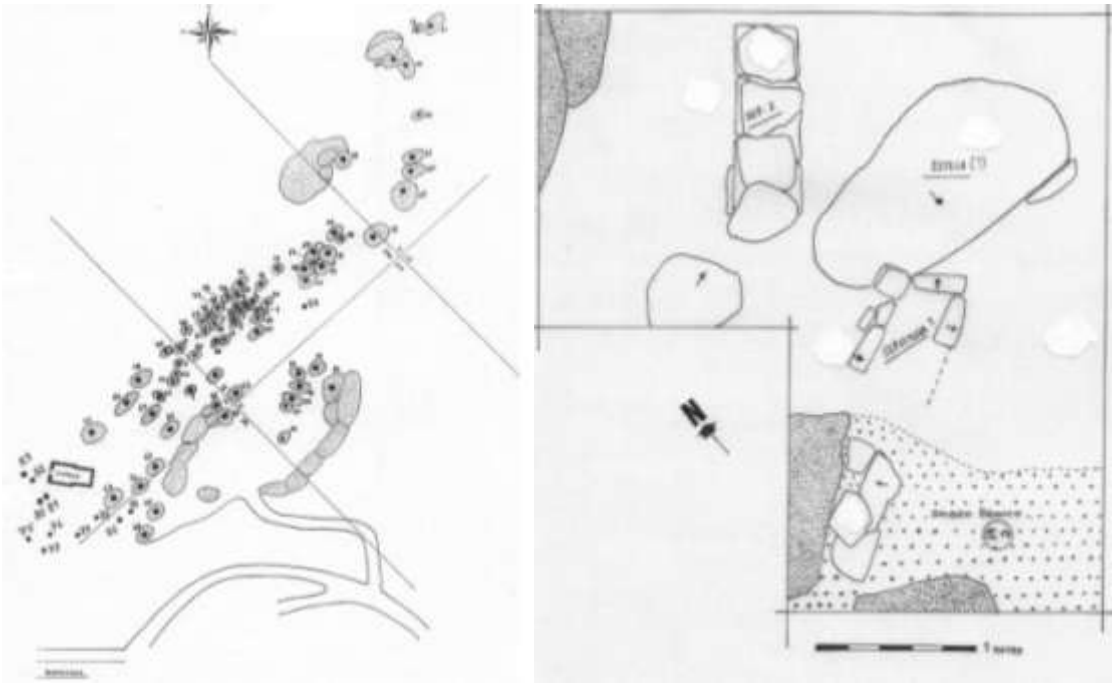


Fig. 28 e 29. Localização das rochas gravadas no interior do Castro de S. Jurge; a sul da capela um recinto onde foi detetada um possível estela pré-histórica e duas sepulturas medievais (Coixão, 2014: 57 e 45).

A ÁREA URBANA DE FREIXO DE NUMÃO

(Vila Nova de Foz Côa)

"Em virtude dos trabalhos realizados na urbana da Vila de Freixo de Numão, é possível afirmar que a área foi intensamente ocupada no período de ocupação romana e que a ocupação humana remonta ao paleolítico, notando-se uma continuidade de ocupações até aos nossos dias" (IGESPAR, 2012).

"A Rua do Açougue (área de um prédio urbano em obras) localiza-se no perímetro urbano, antigo, da freguesia de Freixo Numão. Quando nos anos de 1982 e 1983 decorriam trabalhos da rede de saneamento básico na freguesia de Freixo Numão, o signatário recolheu toda a informação sobre vestígios arqueológicos que iam sendo postos a descoberto pela acção das máquinas. Além do registo de algumas colunas e pedras almofadadas, o estudo da estratigrafia apontava para aquela área uma ocupação intensa, pelo menos desde o período de ocupação romana. Algum material lítico apontava para a existência de ocupações pré-históricas. Este e outros locais encontravam-se assinalados para, durante o decurso de obras nessas zonas, se poder intervir em situação de emergência" (*ibidem*).

Os lugares citados neste texto integram-se no "núcleo mais antigo da área urbana da atual vila de Freixo de Numão" (Coixão, 1999: 201). Tanto na Rua dos Malgos, como na Rua do Açougue, foram realizadas

escavações arqueológicas que permitiram importantes registos desde a Pré-história até aos finais do século XIX (IGESPAR, 2012).

A Pré-história

Nas escavações arqueológicas que decorreram no Quintal da Casa Grande foi recolhido material lítico e cerâmico, que António Sá Coixão reporta à Idade do Bronze. Também na zona do Castelo, Lajes e ainda no Largo da Praça, registou-se a presença de material lítico (machados de anfibolito, percutores, alisadores, machadinhos votivos de salimanite, mós manuais dormentes e moventes) integrável na Pré-história Recente (Coixão, 1999a: 201). Foram recolhidos materiais pré-históricos e proto-históricos nos enchimentos posteriores da Casa Judaica. Na Casa da Xirumba foram recolhidos materiais líticos, dos quais de destaca um machado em anfibolito, um movente em granito e um martelo em quartzito, sendo provenientes de uma camada descontextualizada (IGESPAR, 2012).



Figs. 30 e 31. Materiais pré-históricos da Casa da Xirumba (DGPC – Portal do Arqueólogo)

Os diversos materiais recolhidos apontam para uma ocupação pré-romana da área urbana de Freixo, no entanto a maior parte dos materiais são provenientes de áreas revolvidas e sem contexto bem definido, com uma única exceção - a Casa do Moutinho.

No subsolo da Casa do Moutinho, um imóvel do século XVIII, que se localiza na Rua dos Malgos, foram escavados "vestígios de estruturas e materiais que se localizam em diversos horizontes cronológicos, numa sequência que vai desde o Paleolítico Superior até à Idade contemporânea". Esta sequência é bem visível nos cortes estratigráficos registados (IGESPAR, 2012).



Figs. 32 e 33. Do lado esquerdo o corte da sondagem 1, do lado direito o Corte A/B da quadrícula 23, setor XVII (DGPC – Portal do Arqueólogo).

Nas camadas 6 e 6a foram registadas estruturas pétreas que se julgam pertencer ao horizonte cronológico do Paleolítico Superior (IGESPAR, 2012).

Segundo Sérgio Monteiro-Rodrigues, que escavou os níveis mais antigos da sondagem 23 do setor XVII:

"Detectaram-se pequenos blocos de granito relativamente estruturados e em posição horizontal a sub-horizontal, formando uma espécie de "lajeado" descontínuo; recolheram-se alguns fragmentos de quartzo leitoso com vestígios de talhe pouco evidentes e um cristal de quartzo leitoso; atingiu-se a base do buraco de poste (BP2) relacionado com a camada 5. Sob estas estruturas surgiu um sedimento arenoso grosseiro (saibroso), estéril do ponto de vista arqueológico, que foi denominado camada 6a. Seguidamente atingiu-se o *bed-rock* granítico, profundamente alterado" (Monteiro-Rodrigues, Relatório. Policopiado).



Fig. 34. Camada 6: buraco de poste e estruturas pétreas (DGPC – Portal do Arqueólogo).

O alargamento da sondagem permitiu exumar os seguintes materiais: fragmentos de quartzo leitoso aparentemente talhados; um seixo rolado de quartzite e um buril em cristal de rocha. Foi ainda possível detetar novas estruturas, nomeadamente uma possível estrutura de combustão. Este arqueólogo salienta que "a hipótese destes vestígios se enquadrarem cronologicamente no Paleolítico Superior baseia-se não só na tipologia do buril exumado, como também no facto do seu posicionamento estratigráfico ser semelhante ao dos níveis arqueológicos do Pleistocénico superior detectados no sítio do Prazo (Freixo de Numão)" (*ibidem*).

Na Casa do Moutinho foram igualmente registados restos cerâmicos do Neolítico e Calcolítico em nível não estruturado (IGESPAR, 2012).

A Idade do Ferro na área urbana de Freixo de Numão encontra-se ainda por decifrar.

A Romanização

> "O registo, nos anos 80 do século anterior, de inúmeras *villae* e casais romanos no termo da vila de Freixo de Numão, levou a colocar a hipótese de, na parte antiga da vila, ter existido uma *civitas* ou um grande *vicus* (aldeia) no tempo dos Imperadores, antecedido de um castro com grandes dimensões. Os primeiros registos de ocupação romana (e mesmo anterior) foram feitos no Quintal da Casa Grande. A partir daí, acompanharam-se obras em prédios da área urbana, em que foi registado restos de edifícios dos primeiros séculos da nossa era. A própria configuração do largo da Praça, em U, leva a colocar a hipótese de se tratar de uma zona de templo e fórum" (Museu da Casa Grande, em linha).

Escavações arqueológicas e acompanhamentos arqueológicos da rede de esgotos no núcleo histórico de Freixo de Numão levaram ao registo de importantes vestígios romanos no Quintal da Casa Grande, no

adro da Igreja Matriz (no lado norte), na Rua da Boavista, na Rua dos Malgos, no Carrascal, no Largo de S. João, na zona do Castelo e Lajes (Coixão, 1996: 35). Foram ainda encontrados vestígios de romanização no Paçal I e II, no Açougue, no Chão da Santa (Coixão, 2000b: 211).

No Quintal da Casa Grande foi registado "um celeiro romano, uma zona de serviços, onde foi possível detetar atividade como a forja e ferragem, moagem e tecelagem. Também restos de uma colunata prenunciam um átrio exterior de uma casa de habitação (*pars urbana*)" (Coixão, 1996: 37). Ainda do período romano, de registar o grande número de *sigilatas* recolhidas bem como os 140 pesos de tear em barro encontrados, muitos deles com marca de oleiro (*idem*: 39).

Verificou-se que o atual edifício da Casa Judaica deverá ter sido construído sobre algumas estruturas romanas e provavelmente medievais. Foram registadas algumas estruturas bastante danificadas, nomeadamente muros e vestígios de um provável tanque de formato retangular, grande parte dele cavado na rocha, todo forrado com estuque tendo como constituintes a cal e cujo remate superior foi executado com "tésseras" em argila (IGESPAR, 2012).

As escavações da necrópole de cronologia medieval e moderna, no exterior na Igreja Matriz, permitiu a exumação de materiais romanos fora de contexto, nomeadamente dois pesos de tear em barro, três moedas, uma fíbula anelar em bronze, um fragmento de bordo de taça em vidro e ainda fragmentos de *sigilatas* (Coixão, 1999b: 134). Uma intervenção no interior da Igreja Matriz permitiu retirar de uma das paredes um fragmento de fuste em granito e uma ara votiva (Coixão, 2000b: 210).

A Casa da Xirumba localiza-se na Rua dos Malgos, a cerca de 100 metros do Museu da Casa Grande. Nesta casa foram registados vestígios de estruturas romanas, nomeadamente um muro e uma fossa, que poderá ter funcionado como um provável forno. Numa outra fossa foi exumado um tesouro monetário de cobre e de bronze do séc. IV d.C. com 406 moedas (IGESPAR, 2012).





Figs. 35 e 36. Casa da Xirumba – Tesouro romano (DGPC, Portal do Arqueólogo); Ara da Igreja de Freixo de Numão (Coixão, 2000b: 215).

Na Rua do Açougue foram colocados a descoberto importantes vestígios de estruturas relacionadas com uma "casa romana do século IV d.C." (IGESPAR, 2012).

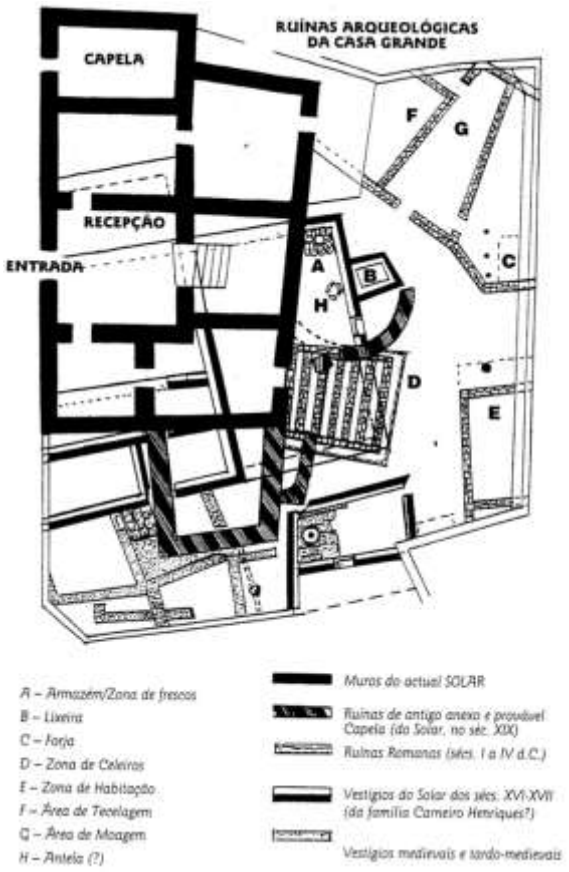
No Largo de S. João foi exumada uma bilha ligada ao culto funerário (século II d.C.) e de um muro do Largo do Rossio foi encontrada uma "provável urna cinerária" (Coixão, 1999b: 135).

> "Pelo estudo profundo realizado em toda a área da freguesia, pelos materiais recolhidos e já estudados, concluímos estar perante vestígios de um importante *Vicus* senão mesmo uma *Civitas*" (Coixão, 2000b: 211).

A Época Medieval[3]

> "Da Idade Média e período Tardo-Medieval, são igualmente inúmeros os vestígios já detetados e registados" (Coixão, 1997: 35).

Escavações de emergência no lado Norte da Igreja Matriz permitiram a deteção de parte de uma necrópole cujos enterramentos vão desde os séculos VIII/IX ao século XVI (Coixão, 2000b: 360). Aí foram registadas quatro camadas de enterramentos. Os enterramentos mais antigos seriam datados entre os séculos VII/VIII e X/XI d. C. A camada 4 (a mais recente) tem como limite cronológico o século XVI (Coixão, 1999b: 132).



As escavações arqueológicas no Quintal da Casa Grande, permitiram inventariar uma coleção de materiais que vão desde a Baixa Idade Média ao século XVII (Coixão, 2000b: 360).

Na Casa Grande de "vestígios medievais que tivessem sobrevivido restam poucos indícios, já que a ocupação tardo-medieval e moderna foi ali muito acentuada. Isso não impediu, no entanto, a recolha de moedas dos primeiros reis da nossa dinastia, bem como de restos cerâmicos significativos" (Coixão, 1997: 37).

De acordo com as palavras de António Sá Coixão, "importantes são os vestígios do palácio que ali existiu antes da "Casa Grande", dos séculos XVI e XVII. São inúmeras das faianças e cerâmicas comuns recolhidas nas escavações do Quintal e de duas lojas do solar, bem como metais, restos osteológicos de animais e de outros materiais". (*idem*: 39)

Fig. 37. A Casa Grande e as estruturas aí detetadas (Coixão, 2000b: 214).

Na Rua do Açougue também foi possível registar estruturas medievais às quais encontravam-se associados a vestígios de escória. Na Rua do Açougue n.º 1 - Casa do Cândido Fonseca, foi detetada uma ocupação tardo-medieval, com registo de uma lareira provavelmente integrável no século XV (IGESPAR, 2012).

[3] Para a compreensão dos dados históricos relativos à evolução da povoação de Freixo de Numão, a partir da Baixa Idade Média, aconselhamos a leitura da obra: Coixão, A.S.; Trabulo, A. (1995) Por terras do Concelho de Foz Côa – Subsídios para a sua história. Estudo e inventário do seu Património. Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Época Moderna

A Casa Judaica localiza-se na Rua Prof. Lobão ou Rua de Baixo e integra-se no conjunto denominado de "Centro Histórico da Vila de Freixo de Numão". Trata-se de uma construção do século XVI, com janelas manuelinas e inscrição no portal da entrada (IGESPAR, 2012).



Na Casa do Moutinho, para além dos materiais encontrados, registaram-se duas estruturas, ou seja, dois muros que podem datar dos séculos XVI e XVII (IGESPAR, 2012).

Fig. 38. Muros da Época Moderna encontrados na Casa do Moutinho (DGPC – Portal do Arqueólogo).

Na Casa da Xirumba foi registada uma estrutura pétrea e uma fossa de depósito de cerâmicas e fauna, que António Sá Coixão julga serem dos finais do séc. XVIII, princípios do séc. XIX. A descoberta de uma faca em ferro e de ossos carbonizados levam-no a concluir corresponderem a uma zona de cozinha daquele período (*ibidem*).

Na Rua do Açougue foram igualmente registados materiais e estruturas da época moderna.

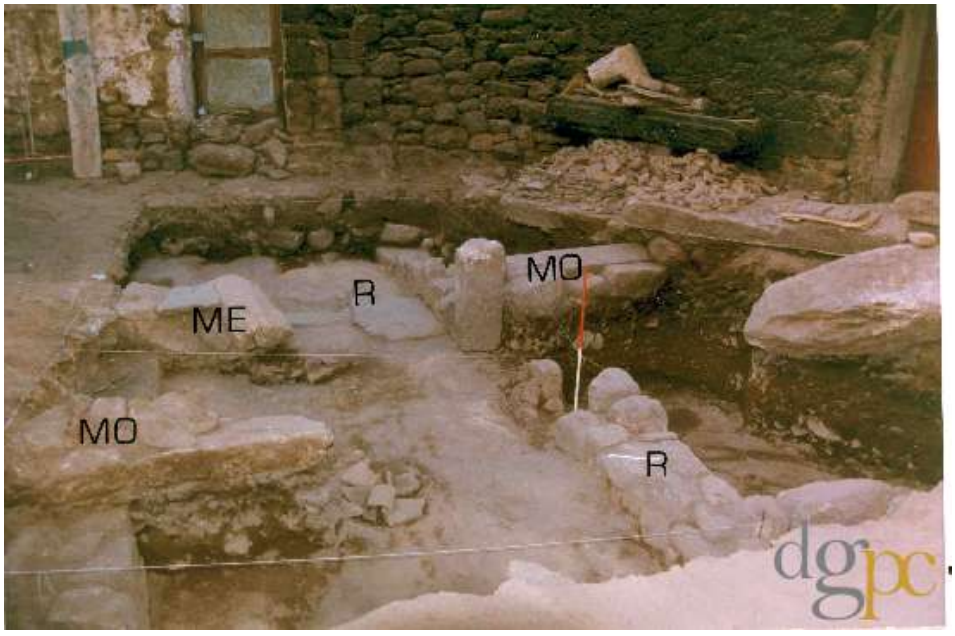


Fig. 39. Estruturas Romanas, Medievais e Modernas na Rua do Açougue (DGPC – Portal do Arqueólogo).

Época Contemporânea

Deste período mais recente existe um pequeno apontamento, que gostaríamos de deixar aqui registado:

> "Na rua do Açougue, na camada zero associamos um lajeado (em pedras de granito ou xisto), piso do edifício construído nos finais do século XIX. No sentido Este - Oeste, por baixo do lajeado foi

possível pôr a descoberto um troço da calçada antiga portuguesa, o que permitiu definir um antigo arruamento, paralelo ao provável arruamento romano" (IGESPAR, 2012).



Fig. 40. Os sítios arqueológicos da área urbana de Freixo de Numão (DGPC – Portal do Arqueólogo).

Neste trabalho reportamo-nos apenas ao resultado das escavações arqueológicas levadas a cabo na área urbana da vila de Freixo de Numão. A evolução histórica da Vila e da própria freguesia, o seu urbanismo, os seus edifícios históricos, constituem elementos fundamentais para compreender a evolução diacrónica deste lugar, mas excedem os objetivos deste capítulo.

A ARTE RUPESTRE DO VALE DO RIO CÔA

(Vila Nova de Foz Côa)

> "O Vale do rio Côa constitui um local único no mundo por apresentar manifestações artísticas de ar livre inseríveis em diversos momentos da Pré-história, Proto-história e da História, nomeadamente o mais importante conjunto de figurações paleolíticas de ar livre até hoje conhecido. Conhecem-se já mais de mil rochas com manifestações rupestres, em mais de 70 sítios diferentes" (Museu do Côa, em linha).

Não gostaríamos de terminar este capítulo sem fazer um breve apontamento sobre a Arte Rupestre do Vale do Côa. É para nós um exemplo paradigmático do tipo de "lugares persistentes na paisagem" que temos vindo a falar ao longo deste texto, ou seja, locais que são revisitados sistematicamente ao longo de milhares de anos. A arte do Vale do Côa é largamente conhecida pela comunidade científica e os resultados da sua investigação são acessíveis a todos. Pretendemos apenas ressaltar duas ou três ideias fundamentais sobre este emblemático conjunto de sítios arqueológicos de arte rupestre ao ar livre.

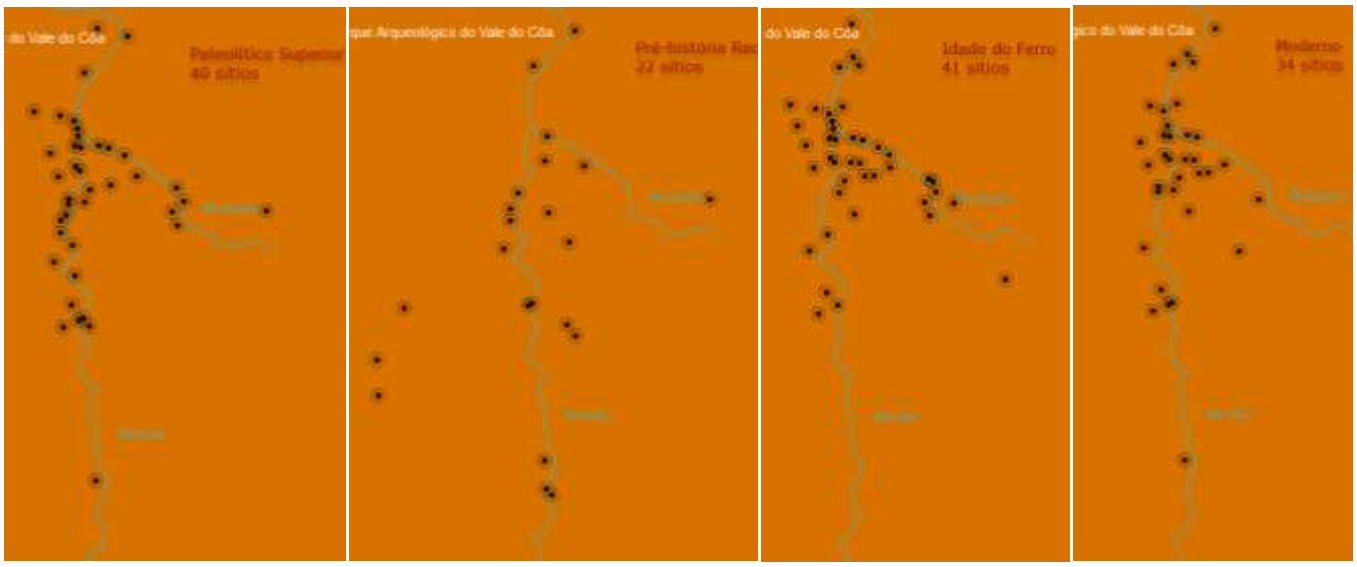


Fig. 41. A partir dos mapas da distribuição da arte rupestre do Vale do Côa do Museu do Côa (em linha), compusemos esta imagem onde se visualiza os vários momentos de gravação do Côa.



Figs. 42-45. Exemplos de gravuras do Côa: 1. Penascosa. Rocha 6. Paleolítico Superior: cavalos e machos de cabra-montês (Alexandra Vieira); 2. Vale da Casa. Pré-história Recente: Antropomorfo (Mário Reis*); 3. Vermelhosa. Rocha 3. Idade do Ferro: Pormenor de guerreiro. (Manuel Almeida*); 4. Canada do Inferno. Rocha 16. Época Moderna: Custódia (António Martinho Baptista*) - (* Museu do Côa, em linha)

> "Uma das características mais interessantes da arte rupestre do Vale do Côa reside na sua longa duração. O seu início deu-se durante o Paleolítico superior, o período mais importante e significativo. No entanto, ela teve continuidade durante milénios, mesmo até aos anos 50 do séc. XX, e cujos momentos mais importantes datam da Pré-história Recente, da Idade do Ferro e das Épocas moderna e contemporânea. No Vale do Côa assistimos à evolução das formas de representação ao longo de cerca de 25.000 anos" (Luís, 2008: 109).

A arte paleolítica do Vale do Côa distribui-se ao longo dos 17 quilómetros finais rio Côa, junto à foz do Côa e em alguns vales adjacentes às margens do Douro (*idem*: 59).

Apesar das imagens apresentadas não demonstrarem uma quantificação das gravuras detetadas nos diferentes períodos, centrando-se na sua distribuição ao longo do rio Côa, os dados anunciados por Mário Reis (2011) indicam:

> "(...) o Paleolítico Superior domina por larga margem em quantidade de registos, ainda que a Idade do Ferro tenha vindo acentuadamente a recuperar terreno nos últimos anos. No outro extremo, a arte rupestre pré-histórica pós-glaciar tem, comparativamente, um número reduzido de registos, enquanto as gravuras de Época Histórica são em grande quantidade, e as gravuras de cronologia indeterminada formam ainda um conjunto considerável" (Reis, 2011: 14).

Uma das particularidades da arte rupestre do Côa "é a existência de um grande número de painéis onde foram gravadas dezenas de figuras sobrepostas" (Luís, 2008: 67).

> "Os sítios em geral, e particularmente os das áreas xistosas, apresentam uma grande disponibilidade de afloramentos historiáveis, dos quais só uma percentagem relativamente baixa foi efectivamente aproveitada para o efeito. Face a esta abundancia, não deixa de ser notável reparar que as rochas com gravuras dos diferentes períodos tendem a encontrar-se lado a lado nas mesmas implantações, embora pareça haver alguma tendência para os artistas de períodos mais recentes evitarem gravar sobre painéis com motivos anteriores. (...). A própria abundancia de painéis disponíveis, e a muito provável existência de critérios culturais próprios de cada período para a escolha de painéis para gravar podem explicar facilmente este facto, podendo esses critérios pontualmente convergir" (Reis, 2011: 22).

O "aparecimento da escrita parece ter provocado uma interrupção na arte rupestre do Vale do Côa. No Vale do Côa, ao ciclo artístico da Idade do Ferro, que marca localmente o fim das sociedades sem escrita (...) segue-se um vazio até por volta do século XV/XVI, quando surgem novos gravadores (Luís, 2008: 121).

Os dois últimos gravadores do Côa foram José Alcino Tomé e António Seixas com os quais se deu "o fim de uma das mais longas tradições rupestres do mundo. Homens e mulheres com modos de vida e mentalidades distintas representaram motivos diferentes, com técnicas semelhantes nos mesmos locais, ao longo do rio Côa" (*idem*: 123).

Assistimos ao longo de vários milénios uma ocupação recorrente dos mesmos espaços pelos diferentes gravadores (Reis, 2011: 24) o que confirma o caracter excecional do Vale do Côa no que concerne o estudo da arte rupestre.

5.4. NOTAS FINAIS

A análise destes "persistent places", sumariamente caracterizados nas últimas páginas, remetem-nos para dois dos principais vetores no estudo da Paisagem: o Espaço e o Tempo. Estes lugares com amplas diacronias ocupam espaços mais ou menos bem delimitados, em alguns casos sobrepostos (estratigrafias verticais), noutros casos muito próximos entre si (estratigrafias horizontais), que possuem uma determinada "profundidade temporal".

Não podemos falar de continuidades em sentido restrito, porque ao falarmos de grandes períodos históricos, sabemos que existem hiatos de tempo. Estes lugares podem ter permanecido centenas de anos desabitados antes de uma pessoa, uma família, um grupo de indivíduos ou de uma comunidade se voltar a "instalar" no lugar. Mas há uma persistência na ocupação destes lugares, em vários momentos distintos. Isso é visível através das materialidades presentes nestes lugares. Nesse sentido, importa

colocar a seguinte questão: por que razão alguns sítios foram sendo, sistematicamente, ao longo dos tempos, reocupados? Terá sido a sua localização estratégica, os recursos disponíveis, seria um espaço "sagrado"? Como estudar estes "lugares persistentes na paisagem" ou "lugares com amplas diacronias"? Como fazer a biografia destes lugares?

Até ao momento, na maioria dos casos, os trabalhos de investigação relativos a estes lugares resultam de estudos parcelares, no âmbito de projetos arqueológicos direcionados para diversos fins (intervenções no âmbito de obras públicas, teses de mestrado e doutoramento, trabalhos solicitados pelos municípios, entre outros). São parcelares, como já referimos, com propósitos distintos, normalmente direcionados para o estudo de um momento específico: Pré-história, a Romanização, a Idade Média, por exemplo.

O estudo destes sítios com amplas diacronias só resulta verdadeiramente, se existirem trabalho de investigação, nomeadamente escavações, com recurso a equipas de investigadores de múltiplas áreas científicas, trabalhos realizados de forma sistemática e articulados entre si.

Será necessário proceder à análise da documentação histórica, da toponímia, da cartografia antiga, das tradições e crenças populares, das materialidades arqueológicas existentes nesses sítios.

Um dos aspetos mais interessantes parece-nos ser uma observação atenta da relação dos vestígios arqueológicos entre si, verificando fenómenos de reutilizações de materiais e estruturas, abandono de determinadas áreas e a ocupação de novas zonas, a destruição intencional de estruturas e espaços arquitetónicos ou a sua reconstrução. A (re) interpretação dos vestígios e a forma como são manipulados. Note-se a existência de uma inscrição medieval que se encontra exposta no exterior de uma das capelas do santuário de S. Salvador do Mundo, fenómeno que ocorre noutros sítios e noutras circunstâncias.

Gostaríamos ainda de referir que durante muito tempo direcionámos toda a nossa atenção para estes sítios que persistem na paisagem. Não perspetivamos a questão num outro sentido, nomeadamente na perspetiva do abandono e esquecimento dos lugares. Foi Susana Oliveira Jorge que nos alertou para essa questão.

Estas são apenas algumas considerações sobre um tema que certamente poderá ser desenvolvido em trabalhos futuros.

III.6. CRUZAMENTO DE ANÁLISES À ESCALA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO E O COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DO PRAZO

6.1. INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação que temos vindo a desenvolver possui um âmbito eminentemente à macroescala. Trata-se da análise de milhares de sítios numa área geográfica extensíssima como o da Bacia Hidrográfica do Douro, em território português. A gama dos temas analisados é também muito diversificada, que vai desde a Pré-história Recente e suas questões específicas, às questões da Paisagem Cultural e da Memória Social. Pretende-se terminar esta tese de doutoramento, baixando a escala de análise ao nível do sítio arqueológico, cruzando os diferentes tipos de análises que demonstrámos serem necessárias para se perceber a articulação dos fenómenos da memória na sua relação com o Tempo, o Espaço e as Materialidades.

O principal objetivo deste capítulo consiste em analisar com maior profundidade os sítios arqueológicos de Castelo Velho e do Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) como "lugares persistentes" no tempo e paisagem. Neste contexto, o conceito aplica-se a lugares que não possuindo apenas uma ocupação pré-histórica, foram sendo reapropriados e revisitados por diferentes comunidades, em diferentes momentos.

Numa primeira fase precederemos à análise biográfica desses lugares, no sentido de documentar a sua construção, a sua utilização e o seu abandono e, quando evidente, a sua reinterpretação e/ou reuso em momentos posteriores. Em geral, as biografias descrevem a vida de uma ou mais pessoas. Atualmente, deparámo-nos com trabalhos arqueológicos centrados na "história de vida" dos objetos, o que podemos entender como as suas "biografias" (Holtorf, 2000-2008). Esta é a abordagem adotada para explorar como e porquê lugares como Castelo Velho e Prazo persistem na paisagem.

A tradição oral e o seu contributo para a compreensão destes dois sítios é também um elemento chave neste capítulo. Pretendemos demonstrar a importância da análise da tradição oral num estudo desta natureza, potenciando assim um conhecimento bastante mais completo sobre os sítios arqueológicos apresentados.

Porquê escolher o Castelo Velho e o Prazo como casos de estudo?

Um dos motivos que nos levou a optar por fazer um estudo sobre o Castelo Velho de Freixo de Numão e o Prazo, prende-se com a nossa participação em várias campanhas de escavação em ambos os sítios. O conhecimento que adquirimos com a nossa participação no trabalho de campo[1], o acesso a desenhos, fotografias, plantas e outros elementos proporcionados pelos diretores das várias campanhas de

[1] Participamos nas campanhas arqueológicas de 1997, 1998 e 1999, no caso do Prazo. Em Castelo Velho participamos em todas escavações entre os anos de 1997 e 2003.

escavação, o contacto com a comunidade local de Freixo de Numão ao longo de quase uma década, revelou-se determinante na sua escolha.

Por outro lado, a excecionalidade dos sítios. Tanto o Castelo Velho como o Prazo se destacam no panorama arqueológico da região e quiçá dizer, de todo o Norte do País. Foram ambos fruto de escavações sistemáticas durante décadas, objeto de teses de doutoramento e mestrado, assim como de inúmeros artigos. Em comum possuem o facto de o seu estudo ter contribuído para a mudança de alguns paradigmas em Pré-história, no nosso país.

O estudo do Castelo Velho permitiu a Susana Oliveira Jorge questionar o conceito de povoado fortificado. Na interpretação desta autora, um local como o Castelo Velho não pode ser interpretado como um povoado fortificado, mas é visto como um recinto onde ao longo de 1500 anos se congregaram comunidades e diferentes atividades, que fogem muitas vezes da esfera do quotidiano.

O Prazo foi a primeira estação arqueológica do interior norte de Portugal onde se descobriram vestígios mesolíticos. E é uma das poucas estações com vestígios do Neolítico Antigo. Estas descobertas permitiram reequacionar as teorias referentes ao processo de Neolitização em território português, e a forma como esse processo se desenvolveu no interior de Portugal.

Uma outra particularidade caracteriza estes dois sítios. Reside no facto de não possuírem apenas ocupações durante um único período cronológico. Apesar de densamente ocupados durante a Pré-história, ambos possuem ocupações, mais ou menos expressivas, em períodos posteriores. O Prazo foi ocupado sucessivamente e sistematicamente ao longo de milhares de anos, possuindo vestígios arqueológicos ou ocupações que se estendem entre o Paleolítico superior e os anos 90 do século passado. Por seu turno, Castelo Velho foi ocupado durante o III milénio e primeira metade do II milénio a.C., possuindo apenas traços muito ténues de vestígios romanos e talvez medievais, culminando com construções que podem datar já do século XIX.

Como dissemos anteriormente, estamos a falar de dois sítios arqueológicos sobejamente conhecidos pela comunidade arqueológica, fruto de inúmeras publicações. Um dos desafios deste trabalho prende-se com o objetivo de não ser apenas uma síntese dos trabalhos anteriores. Pretende-se apresentar um outro tipo de abordagem, que nos permita mostrar algo novo sobre estes dois sítios.

III.6.2. BREVES APONTAMENTOS PARA UMA BIOGRAFIA DE CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO

6.2.1. O CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO

Castelo Velho de Freixo de Numão situa-se no alto de um cabeço xistoso, à altitude absoluta de 681 metros. Tal cabeço é delimitado a sul, a leste e a nordeste por ribeiras tributárias da ribeira do Vale da Vila, afluente da margem esquerda do rio Douro, encontrando-se rodeado por vales profundos, particularmente a sul e sudeste, com a exceção duma área circunscrita a noroeste (Jorge, 2005 [1998]: 90).



Fig. 1. Implantação de Castelo Velho na paisagem que o circunda (IGP, 2010).

De Castelo Velho é possível avistar Foz Côa, parte do Vale do Côa, e uma larga paisagem para sul e para leste, incluindo terras de Espanha, servindo este local de "miradouro" (Jorge 2005 [2002]: 112).

Para Susana Oliveira Jorge este sítio arqueológico foi construído, mantido e transformado ao longo do III e II milénios a.C., tornando-se um ponto destacado na paisagem, um autêntico elemento de referência visual da região (Jorge, 2003a: 15). O processo de valorização patrimonial deste sítio veio consolidar a sua condição de "bem cultural", contribuindo desta forma para a sua proteção e usufruto das gerações vindouras.

Procurámos com este trabalho compilar um conjunto de dados dispersos, que nos permitam traçar a "história de vida", a "biografia" de Castelo Velho de Freixo de Numão. A sua longa ocupação ao nível da Pré-história Recente revela-se apenas como um momento do seu percurso no tempo. Castelo Velho é um lugar com uma ampla diacronia. Existem evidências de que o topo do morro, onde se localiza o

recinto pré-histórico, foi palco de alterações pontuais noutros períodos históricos. Iremos apresentar alguns desses dados e tentar perceber como estudar estes "Lugares persistentes na Paisagem".

Castelo Velho destaca-se como um sítio com uma arquitetura particular do III/II milénio a.C., na Península Ibérica. No entanto, não é somente um sítio da Pré-história Recente, existindo indícios de ter sido ocupado em épocas posteriores. O que é que os vestígios arqueológicos nos dizem sobre esses outros "momentos" da vida do Castelo Velho? Será possível perceber como é que os "resíduos" desses vários momentos se relacionam? Será exequível estabelecer relações entre as várias estruturas arquitetónicas? E o que nos dizem os materiais exumados durante as escavações? Mais ainda, como se relacionam as comunidades atuais com o sítio? Que recordações possuem do sítio?

No caso concreto do Castelo Velho, atendendo à escassez de dados materiais e documentais, é difícil compreender como é que as populações medievais interpretaram os vestígios materiais que se encontravam naquele morro. Será mais fácil aceder às interpretações atuais das comunidades locais que foram lidando, nos últimos 100 anos, com aqueles vestígios físicos. Incluímos esses dados neste trabalho e consideramos fundamental este inquérito oral para a compreensão do sítio na sua multitemporalidade.

6.2.2. O *REENCONTRO* COM O CASTELO VELHO

O reconhecimento do sítio arqueológico deu-se em 1980, tendo sido referenciado a partir de uma Carta Mineira dos anos 20, existente na residência dos Herdeiros do Dr. João Pinto Costa Leite Lumbralles, em Freixo de Numão. Esta carta da zona mineira foi cedida ao Grupo de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Freixo de Numão, por Joaquim Lumbrales, onde constava o topónimo CASTELO VELHO; por sua vez Maria de Fátima Félix e o seu irmão Manuel Félix, dois membros da comunidade local, informaram António Sá Coixão sobre a localização exata do sítio arqueológico. As recolhas de superfície possibilitaram a identificação de "um amontoado de placas de xisto" com vestígios de um possível sítio da Pré-história Recente (Coixão, 1997: 23).

O acesso ao sítio era assegurado através da Estrada Municipal Freixo - Santo Amaro. Ao chegar ao cruzamento das Minas de Volfrâmio, deparava-se com um caminho à direita, que conduzia até um pequeno morro coberto de *pedrame* e xisto.

Durante o ano de 1981 foram realizadas prospeções desde o morro e vale contíguo até à ribeira do Vale da Rata. A primeira caracterização, muito sumária, do Castelo Velho, registada numa ficha de inventário, menciona que o sítio se localizava no "esporão de um pequeno monte cultivado de cereais, onde aparecia um aglomerado de *pedrame* e onde eram visíveis restos de um amuralhado em xisto, disposto em forma mais ou menos circular. Durante este período foram recolhidos fragmentos cerâmicos tanto na zona do *pedrame,* ou seja, do morro lavrado, como na zona do Vale, onde também foram detectados restos de mós manuais em granito, seixos afeiçoados e pesos de tear"[2].

[2] Informação retirada da ficha de sítio, datada de 1981, gentilmente cedida pelo Dr. António Sá Coixão, a quem agradeço toda a ajuda disponibilizada.

António Sá Coixão procede a recolhas de superfície no ano de 1987 e no ano de 1988 à realização de uma pequena sondagem (Coixão, 1999: 115).



Fig. 2. As primeiras intervenções no sítio do Castelo Velho (fotografia de Susana Oliveira Jorge).



Fig. 3. Aspetos gerais da escavação do Castelo Velho durante a primeira campanha de escavação em 1989 (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

O sítio de Castelo Velho foi intervencionado entre 1989 e 2003, sob a direção de Susana Oliveira Jorge, tendo sido objeto de um programa de estudo e valorização patrimonial estatal, entre 2001 e 2005, período durante o qual o sítio arqueológico foi preparado para ser fruído pelo público, tendo sido construído para esse efeito um pequeno centro interpretativo (Jorge, 2003a: 33).

6.2.3. O TOPÓNIMO *CASTELO VELHO*

> MVB[3]: *(…) Quem tomou nas mãos uma bandeira foi o Dr. António Sá Coixão que nos anos 80, digamos, descobriu este lugar. Ele estava cá… O Dr. Coixão é também daqui. (…) Exactamente, encontrou um Castelo Velho?*

[3] Castelo Velho de Freixo de Numão - 07 JUN 08. Encontros com o Património. TSF [em linha]

ASC: *(…) Encontrei não um, mas vários. 1980, 1981, 1982 coincide com a minha ideia de então, do levantamento arqueológico do concelho para a elaboração da carta arqueológica de Foz Côa. (…) A minha primeira preocupação foi fazer um levantamento toponímico. (…)*
MVB: *Quando diz Castelo Velho, diz Castelo antigo?*
ASC: *Claro, a minha preocupação foi perguntar aos mais velhos se conheciam o sítio. Sim senhor. E porque lhe chamariam Castelo Velho? E claro que… eles ou inventavam ou então ouviram dizer. Se se chamava Castelo é porque lá existia um castelo. (…)*

António Sá Coixão refere que no último meio século, devido às atualizações das "matrizes" nas repartições de finanças, foram alterados ou suprimidos topónimos e microtopónimos da região. Foi o que aconteceu com o do topónimo Castelo Velho, que entretanto desapareceu dos registos matriciais. Toda a área é agora englobada em macrotopónimos como Vale da Rata, Ameixoeiras, etc. "Valeu um mapa da zona mineira de Freixo de Numão dos anos 20, onde aquele e outros microtopónimos (há muito desaparecidos da documentação oficial) ainda surgiam" (Coixão, 1999: 21-22). António Sá Coixão constatou *a posteriori* que as pessoas mais idosas da freguesia conheciam bem o topónimo e o sítio.



Fig. 4. Placa sinalizadora do sítio arqueológico do Castelo Velho (fotografia de Joana Alves Ferreira).

No concelho de Vila Nova de Foz Côa foram inventariados seis sítios com o topónimo *Castelo Velho*, dois com o topónimo *Castelos* e dez com o topónimo *Castelo*. Em quase todos os sítios foram registados materiais pré ou proto-históricos. António Sá Coixão acredita que "a maioria dos sítios com o topónimo Castelo poderá conter vestígios da Idade do Ferro" (Coixão, 1996: 53), época pouco estudada na região. Se em Numão e em Castelo Melhor o topónimo Castelo corresponde a estruturas medievais, nas outras freguesias não há conhecimento de terem existido fortificações da Idade Média, entretanto desaparecidas. Este facto não passou despercebido ao historiador João Pinto Ferreira (natural de Freixo de Numão) que justificava esse topónimo em várias freguesias por ele estudadas, «como sendo um hábito enraizado nestas gentes, de chamarem ao sítio mais elevado da sua aldeia "Castelo"» (Coixão, 2008: 31).

Entrevista do jornalista Manuel Vilas-Boas aos arqueólogos António Sá Coixão e Susana Oliveira Jorge. Consultado em 10 de Junho de 2011. Disponível em:
http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=955191 .

6.2.4. TEMPORALIDADES

Observemos o que nos dizem as evidências arqueológicas sobre o sítio do Castelo Velho.

A Pré-história Recente

> "Alguns textos de síntese publicados em 2003 rejeitam uma narrativa sequencial estrita de Castelo Velho. De facto, ao longo de 15 anos, tentara-se sempre um faseamento com base no paradigma estratigráfico. Em 2003 assume-se que não podemos aceder a contemporaneidades socialmente usáveis, por forma a construir narrativas de nível intermédio. Pode-se falar de vidas do sítio, de momentos, de espaços, de deposições, de condenações, em suma, de "transformações". Podemos tão só, abrir "janelas" sobre algumas acções vividas em Castelo Velho" (Jorge, 2007: 79).

Esta mudança de paradigma em 2003 (Jorge (2005) [2003a]: 229) leva a que Susana Oliveira Jorge, atualmente, assuma apenas três grandes momentos de "afeiçoamento" da colina, ao nível da ocupação pré-histórica. Assim sendo, terá existido um primeiro momento, *uma fase pré-monumental*, anterior à construção do recinto murado, que poderá datar de inícios do III milénio e que é praticamente desconhecido; *uma fase monumental*, num segundo momento, em que o monumento é construído e vivido, que se prolonga desde a primeira metade do III milénio até à segunda metade do III milénio; e por último, um terceiro momento, o *fecho ou condenação* intencional do monumento, por volta de 1300/1200 a.C., em que se processa o encerramento do lugar, enquanto monumento (*ibidem*).

> "Sabemos que o lugar de Castelo Velho se constitui, por volta de 3000 a.C., através da edificação, no topo do morro, de um torreão e de outras estruturas de menor envergadura. Esse torreão, reutilizado até cerca de 1300 a.C. constitui o eixo arquitectónico de um edifício que se consolida ao longo do terceiro e do segundo milénio a.C. Este "monumento" vai manter-se globalmente estável até cerca de 1300 a.C., altura em que é simbolicamente e fisicamente fechado" (Jorge, (2005) [2002]: 141).

Castelo Velho terá sido ocupado durante a Pré-história Recente entre os 3000 a.C. e 1300 a.C. Estes cerca de 1700 anos de ocupação do sítio, ao longo dos quais são visíveis grandes continuidades e algumas modificações, convertem-no num lugar persistente na paisagem. Desde logo emerge a seguinte questão: terá o sítio sido ocupado continuamente durante todo este tempo? Não é possível aferir a partir do registo arqueológico a existência de grandes ruturas ou abandonos do sítio. Não queremos com isto dizer que não os houve, apenas sabemos que os elementos estudados são omissos na resposta a esta questão, verificando-se, no entanto, um "padrão global de continuidade arquitectónica e funcional" (Jorge, (2005) [1998]: 104). Os seguintes argumentos apoiam esta afirmação, baseados num conjunto de permanências ao longo do III e II milénios a.C.

Podemos dizer que em Castelo Velho perdura um dispositivo arquitetónico monumental, neste caso, um "recinto rodeado a sul e oeste, por uma plataforma e rampa/talude. A constituição do sítio far-se-á através da construção de um torreão, reutilizado até cerca de 1300 a. C." (Jorge, (2005) [2002]: 140).

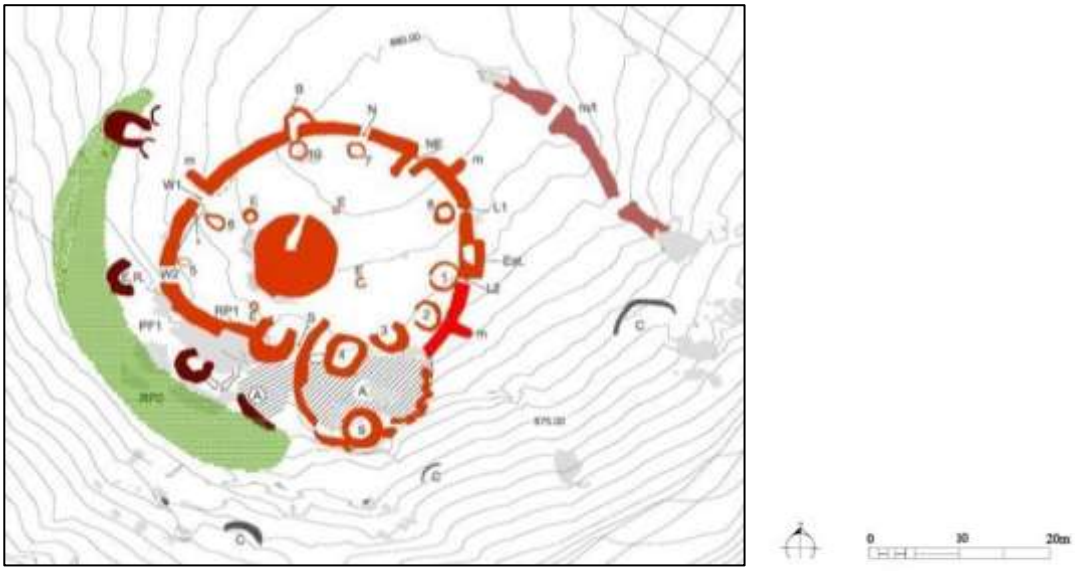


Fig. 5. A arquitetura pré-histórica de Castelo Velho (Jorge (2005) [2003b]: 331).

Pressupõe-se que o topo do esporão de Castelo Velho foi ocupado por volta de 3000 a.C. já que o cume do morro revelou vestígios de uma primeira ocupação, aparentemente breve. Os sedimentos articuláveis com este primeiro momento observam-se em áreas descontínuas e restritas, onde foram detetadas estruturas de combustão, "lajeados", fossas, buracos de poste e ainda um torreão que continuou ativo até 1300 a.C. (Jorge, (2005) [2002]: 124-125).

Durante o III milénio a.C. é construído um recinto de planta subelíptica delimitado por um murete, e a sul por uma área subcircular (A), designada por "avançado". A sul, sudoeste e noroeste surge uma plataforma intermédia (PF1), rodeada por uma rampa ou talude (RP2). A rampa ou talude é constituída por pedra e argila. Nesta plataforma intermédia destacam-se duas estruturas pétreas: um "torreão (T2) e uma estrutura com ossos humanos. O recinto de planta subelíptica deveria ter inicialmente sete entradas. No interior surge a base pétrea de uma plataforma, também designada de "Torre", e quatro pequenas estruturas. Muito próximas do murete delimitador, para além do torreão (T1), ocorrem sete estruturas de planta circular (1, 2, 5, 6, 7, 8, 10). Inseridas na área subcircular ou "avançado", existem mais quatro estruturas (3 e 4)[4]. No exterior do recinto, desenvolve-se a leste, um murete descontínuo (*idem*: 127-130).

Em relação aos materiais exumados ao longo das várias campanhas de escavação, nota-se a existência de padrões de utilização do mesmo tipo de material lítico, de elementos faunísticos e de vasos cerâmicos, sendo, neste último caso, detetável a sobrevivência de cerâmicas de tradição Calcolítica durante a Idade do Bronze (Jorge, (2005) [1998]: 104).

As "descontinuidades arqueológicas", para utilizar a expressão de Susana Oliveira Jorge, resumem-se, no âmbito da sua interpretação, a algumas remodelações arquitetónicas, das quais se destacam o fecho e abertura de algumas entradas no recinto superior. O aparecimento e desaparecimento de determinados

[4] Duas delas foram escavadas durante o processo de restauro do sítio, razão pela qual as plantas apresentadas não contemplam a reformulação da área sul do "avançado", nem a definição dessas estruturas.

artefactos e ecofactos, é outro dos elementos de descontinuidade apresentado, onde se refere o aparecimento de cerâmica tipo "Cogeces" e vasos de decoração plástica durante a Idade do Bronze.

Se nos debruçarmos um pouco mais sobre o material cerâmico encontrado no sítio, nomeadamente através da análise de José Varela (2000), apercebemo-nos que apesar das semelhanças, existem também algumas diferenças nos materiais recolhidos na camada 3, vulgarmente associada ao nível Calcolítico, e camada 2, relacionável com a Idade do Bronze (Varela, 2000: 94). Decorrente da sua análise, constata-se um padrão de continuidade e integração de formas e técnicas decorativas que surgem no Calcolítico e que perduram até à Idade do Bronze (*idem*: 160). Verificamos a continuidade das cerâmicas, com formas e organizações decorativas características do III milénio a. C., com a exceção da intrusão de algumas cerâmicas Cogeces e de dois fragmentos cerâmicos com decoração Campaniforme Cordada (Jorge, (2005) [2002]: 130).

Susana Oliveira Jorge enfatiza a continuidade na ocupação do sítio durante a Pré-história Recente, referindo que:

> "De qualquer forma, as descontinuidades observadas até ao momento, por importantes que sejam no sentido de sugerir mudanças na manipulação do espaço ou na natureza dos cenários que ali ocorreram, não são de índole a perturbar a ideia inicial: Castelo Velho terá sido um "monumento" concebido no Calcolítico regional que preservou até ao Bronze Pleno, a arquitectura e a respectiva natureza funcional, globalmente intactas" (Jorge, (2005) [1998]: 104).

Susana Oliveira Jorge refere ainda que durante a primeira metade do II milénio a.C., a comunidade que se encontrava em Castelo Velho terá "reutilizado" ou "recuperado" algumas estruturas e alguns materiais de ocupações prévias (Jorge, 1993a: 193). Exemplo deste processo de reutilização é o caso da Entrada Leste do muro delimitador do recinto, que foi fechada por grandes moinhos manuais reaproveitados (Jorge, 1993b).

Os vestígios históricos

> " (...) After the "condemnation" [durante a Pré-história Recente] the place may have remained active in people's memories, and over time there may have developed a whole new system which reshaped its symbolic role." (Jorge, 1999b: 129)

Apesar de Castelo Velho ser referenciado como um sítio arqueológico da Pré-história Recente, gostaríamos de destacar a existência de estruturas, materiais e datas de Carbono 14 que atestam a presença de "breves" passagens pelo sítio durante outros períodos posteriores, possivelmente durante a época romana (séculos I-II); época tardo-romana/alti-medieval (aproximadamente séculos IV-VI e época medieval (entre os séculos XI e XIV) (Silva, no prelo)[5].

[5] Agradecemos a António Silva a partilha prévia do texto que elaborou para a monografia de Castelo Velho, ainda não publicada.

As datações absolutas[6]

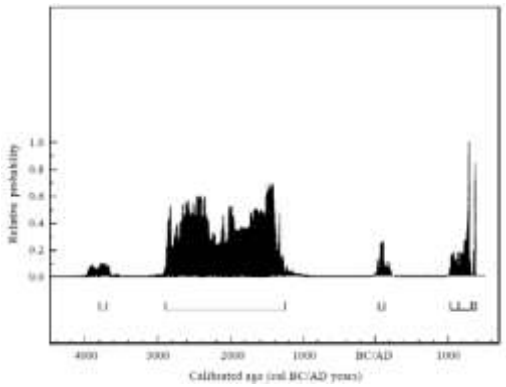


Fig. 6. Representação da soma das probabilidades do conjunto das datas de C14 de Castelo Velho (Jorge e Rubinos, 2002a: 105).

A primeira análise realizada às datas de C14, em 1993, indicava que possíveis datas posteriores à Pré-história Recente eram consideradas anómalas no panorama das restantes datações: "a data ICEN-881 (n.º 6) relativa a uma amostra de carvões provenientes do quadrado G´6, camada 2, é obviamente anómala" (Jorge, 1993a: 189). No entanto, com o decorrer da escavação da estação arqueológica, e com a descoberta de materiais de outros momentos históricos, a interpretação inicial alterou-se. A partir de 1998, Susana Jorge coloca a hipótese do sítio ter sido ocupado posteriormente, durante a Idade Média, pela descoberta de alguns vestígios que direcionam nesse sentido (Jorge e Rubinos, 2002b: 95).

Existem atualmente quatro datas específicas, que nos remetem para distintos momentos históricos:

- Amostra n.º 28; camada 3, laboratório CSIC-1656: 1899 ± 38 BP; 24 – 227 cal AD. Esta amostra de carvão foi retirada da quadrícula M'12, a 15cm da superfície actual (*idem*: 100).

- Amostra n.º 8, camada 2, laboratório ICEN-881: 900 ± 45BP; 1024 – 1221 cal AD. A 25 cm da superfície retirou-se esta amostra, de uma área de combustão, na quadrícula G'6 (*Idem*: 101).

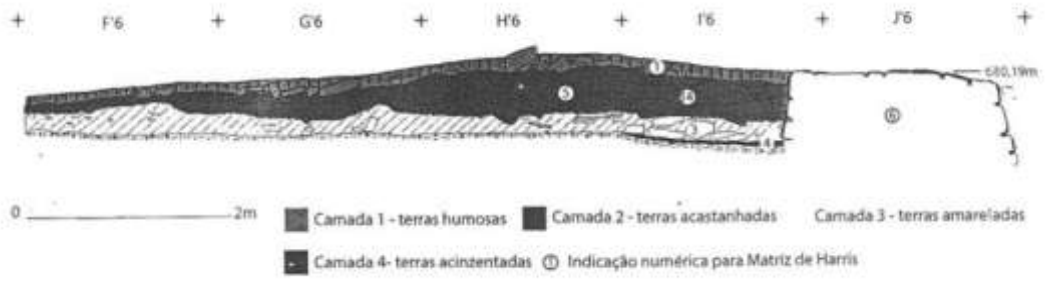


Fig. 7. Corte onde se enquadra a quadrícula G´6 de onde é proveniente a Amostra n.º 8 (Velho, 2009: 118).

[6] Não nos iremos debruçar sobre as datações de carbono 14 para a ocupação pré-histórica, pois esta temática já foi objeto de minuciosa análise em várias publicações.

- Amostra n.º 22, camada 2, laboratório GrN-23508: 750 ± 50BP; 1184 – 1387 cal AD. Esta amostra foi retirada de uma área de combustão, na quadrícula B13 a 25 cm da superfície (Jorge e Rubinos, 2002b: 101).

- Amostra n.º 17, camada 2, laboratório CSIC-1334: 676 ± 26BP 1280 – 1389 cal AD. Localizada na quadrícula D'13 a 30 cm da superfície, foi encontrada uma depressão com uma grande concentração de carvão (*idem*: 101).

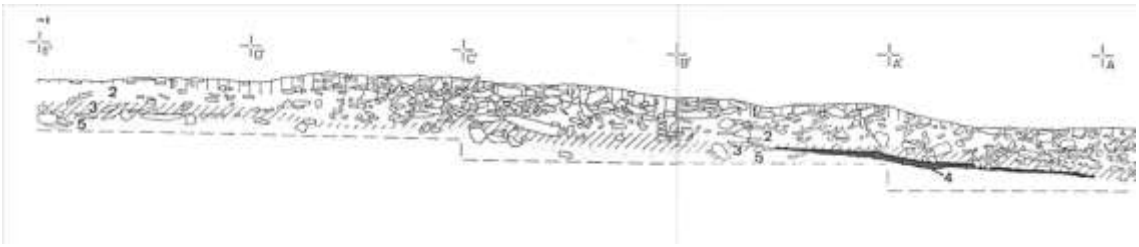


Fig. 8. Corte onde se enquadra a quadrícula D'13 de onde é proveniente a Amostra n.º 17 (Jorge, 1995).

Das quatro datas de C14 analisadas, uma situa-se dentro do período romano (CSIC-1656), enquanto as outras três correspondem ao período medieval (ICEN-881, GRN -23.508 e CSIC-1334). As amostras 8, 22 e 17 são provenientes de áreas que foram perturbadas, como resultado da ocupação em períodos posteriores. No entanto, com a exceção da amostra 17, a leitura estratigráfica não mostra evidência de qualquer alteração na camada 2, não havendo a indicação de movimentos na sua superfície. Se não fosse pela descoberta de alguns materiais em determinados sectores, estas datas seriam agora consideradas anómalas no contexto do sítio arqueológico de Castelo Velho (Jorge e Rubinos, 2002b: 92). Susana Oliveira Jorge justifica da seguinte forma a legitimação desta informação:

> "A correlação entre essas três datas, obtidas em laboratórios diferentes, significa que podemos descartar a possibilidade de erro experimental e fornece uma indicação firme de ocupações medievais do sítio, que foram documentadas arqueologicamente" (*idem*: 93).

Estas datas são provenientes de áreas que foram reocupadas ou reativadas em momentos posteriores à Pré-história Recente. Susana Oliveira Jorge supõe que as camadas de pedra e barro que tinham "encerrado" o "monumento" da Idade do Bronze foram desmantelados em alguns sectores, sem, contudo, causar muita destruição (*idem*: 96).

Os materiais

Em relação aos materiais encontrados na estação, referentes a períodos mais tardios, destacamos os seguintes, ressalvando a possibilidade de existirem outros, entre os materiais não analisados.

Foram encontrados 11 fragmentos de tégula (nas campanhas de 1994 e 1997), dois fragmentos de cerâmica de feição indeterminada, e dois cravos, estes últimos encontrados em 1998[7]. Existem

[7] Informação pessoal de António Silva, a quem agradeço a disponibilização destes dados.

referências a uma conta de vidro azul (?) encontrada na quadrícula O'14, também em 1998. Segundo o testemunho de António Sá Coixão, terá sido encontrada uma tégula quase inteira, que entretanto desapareceu. Em 2001, aparece um possível bordo de "*dolium*" e um fragmento de tégula de dimensões consideráveis. Em 2002, foi encontrado um fragmento de faiança no F'2'.

Destacam-se ainda duas outras peças metálicas, quer pelas suas características particulares, quer pelo seu bom estado de conservação. Falamos de uma fivela de cinturão encontrada no ano de 1994, estudada por Andreia Arezes (2011: 217), que sugere como referência temporal, os finais do século IV/meados do século V. Segundo a referida autora, este objeto, associado normalmente a contextos funerários, é, até ao momento, o único objeto em metal deste tipo encontrada nesta região[8].



Fig. 9. Fivela de cinturão (Arezes, 2011: 218).

António Silva aponta para uma cronologia mais antiga, nomeadamente alto imperial[9]. Apareceu também em Castelo Velho uma fíbula anular romana em ómega, uma peça com uma cronologia de circulação muito ampla, entre os séculos I e IV (Silva, no prelo).

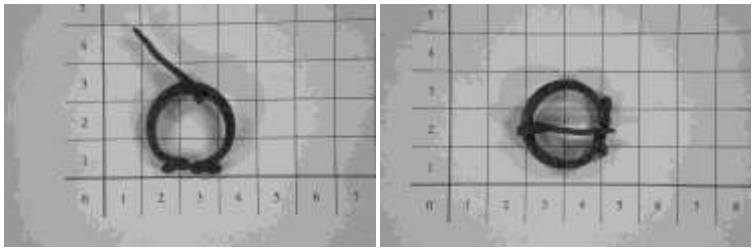


Fig. 10. Fíbula em ómega (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Apesar da inexistência de materiais arqueológicos datáveis da Baixa Idade Média, existem três datas de carbono 14 que se enquadram nesse período. Não podemos esquecer a conjuntura histórica existente nesta região durante a Baixa Idade Média. Entre os séculos X e XIV, a região do Vale do Côa, a sul do Rio Douro, constituía zona de fronteira e de conflito, num primeiro momento entre cristãos e muçulmanos e, posteriormente, entre o reino de Portugal e o reino de Leão e Castela. Os recuos e avanços das fronteiras podem ter tornado Castelo Velho num local, devido à sua implantação topográfica e domínio visual, com alguma importância estratégica para a defesa da região, sem que para isso tenha sido necessário a construção de alguma estrutura de vulto, cujos vestígios não se anteveem no registo arqueológico.

[8] Informação pessoal de Andreia Arezes, a quem agradeço a partilha de informação.
[9] Estes materiais foram analisados detalhadamente por António Silva, num artigo que se encontra no prelo.

As estruturas

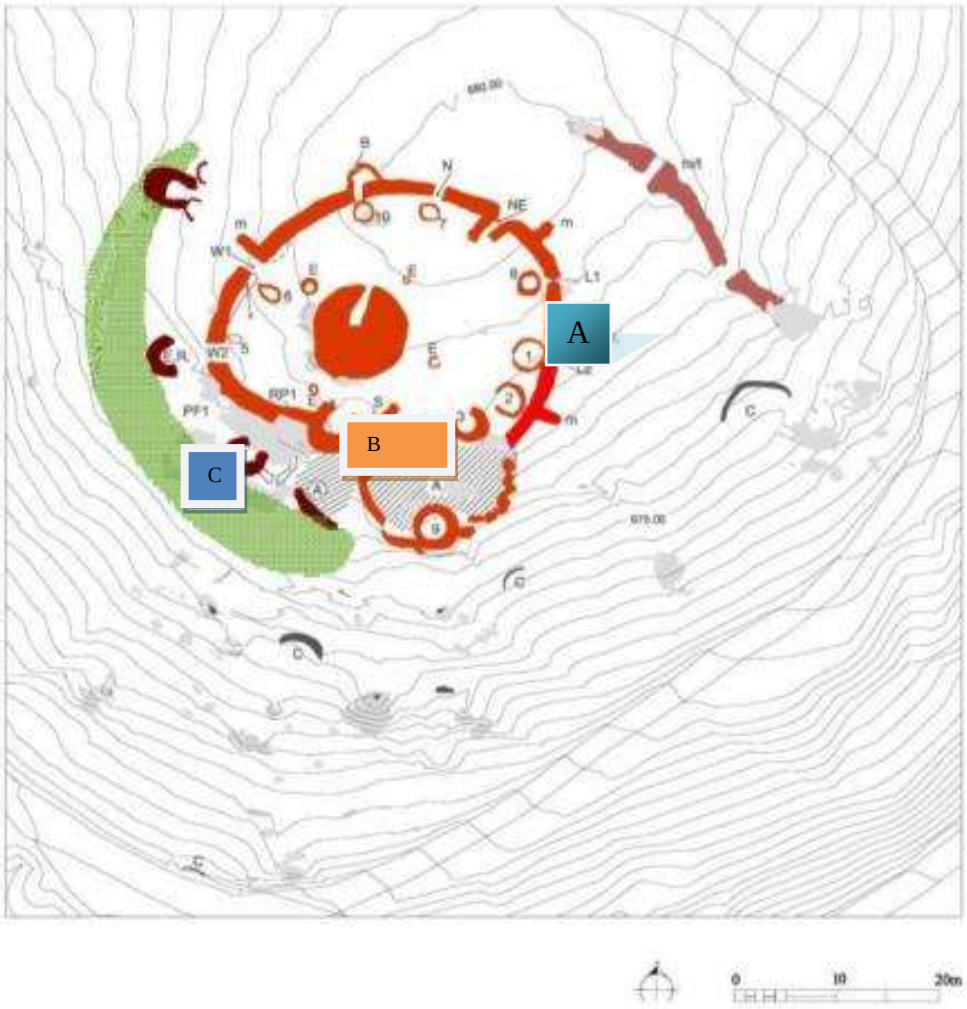


Fig. 11. Esquema geral da estação com a definição de três áreas com estruturas/níveis históricos.

São escassas as informações referentes às possíveis estruturas de cronologias 'pós pré-históricas'. Iremos focar a nossa atenção em três áreas distintas adentro do sítio do Castelo Velho, onde é possível relacionar camadas, possíveis estruturas, datas de C14 e alguns materiais.

<u>Área A</u>

I', J´, L´, M´, N´, O´10-16

Nesta área foi assinalada uma estrutura com alguma dimensão, interpretada como um "muro" recente. Segundo alguns dos habitantes de Freixo de Numão, existiria no sítio do Castelo Velho um antigo curral de ovelhas ou cabras, que se coaduna com a estrutura encontrada.

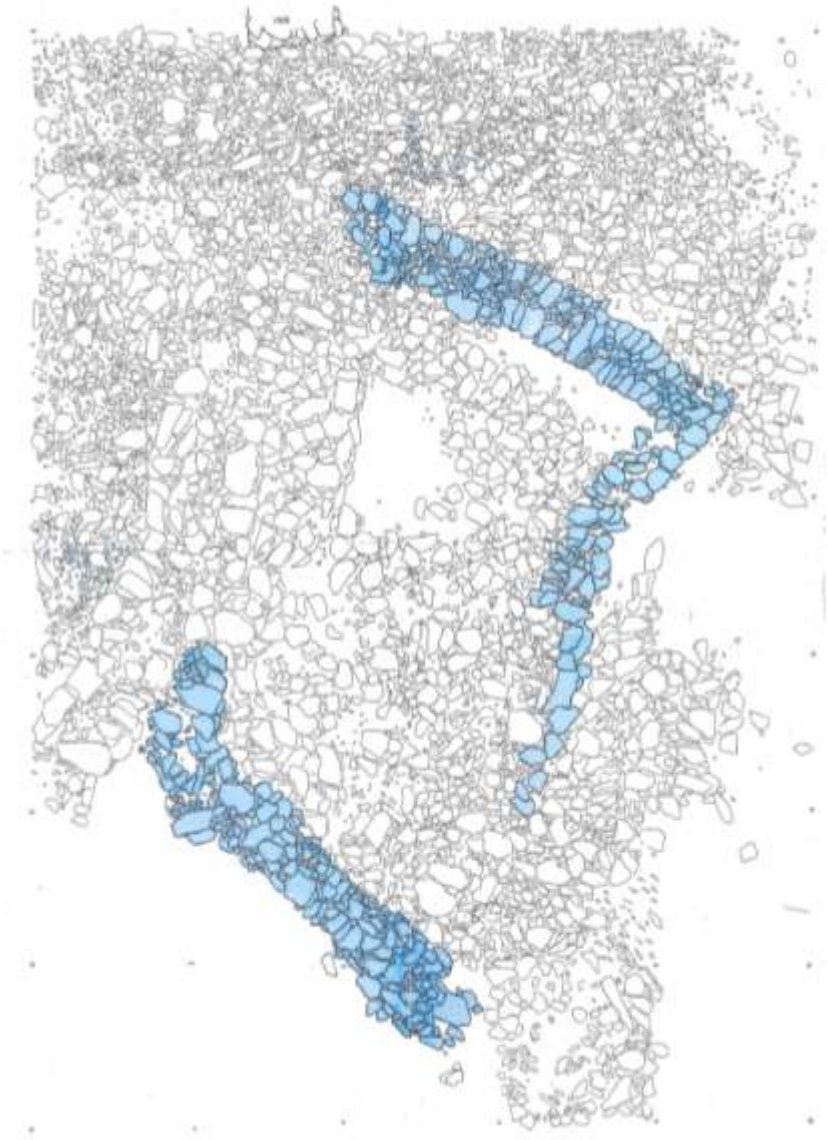


Fig. 12. Estrutura designada por “Muro”.

Refira-se ainda que nesta área foi encontrada uma conta de colar, que não se enquadra na Pré-história Recente, e é daqui que provem a Amostra n.º 28 (do M’12) datada de 1899 ± 38 BP, ou seja 24 - 227 cal AD. Apesar de não ser possível tirar muitas ilações dos dados que possuímos para esta zona, podemos afirmar, inequivocamente, que esta área foi sujeita a alterações em épocas posteriores ao período pré-histórico.

Área B

- B´13, C´13, D’13, E’ 13, B’14, C’14, D’14, E’14, D´15, E’15.

No caderno de campo de Vítor Oliveira Jorge, relativo ao ano de 1994, refere-se a abertura no sector SE das quadrículas B’13, C’13, D´13, E´12 e E’13 nos quais foram encontradas, ao nível da camada 2, “buracos” de vários tamanhos. Segundo Susana Oliveira Jorge, estes “buracos” continham sementes carbonizadas. A Amostra n.º 17, da camada 2, localizada na quadrícula D’13 revelou uma datação de 676 +/- 26 BP – 1389 cal a.C.



Fig. 13. Aspeto geral da área onde foram encontrados os “buracos” durante a campanha de 1994. (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

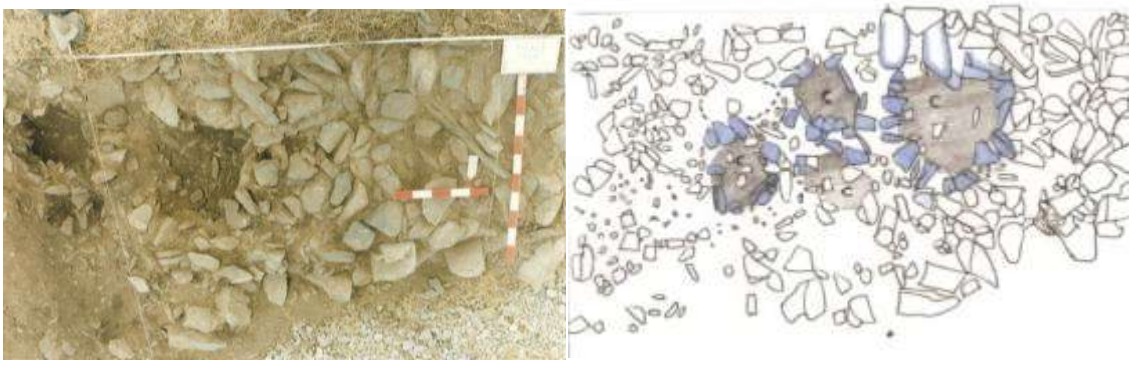


Fig. 14. Pormenor (fotografia e desenho) do nível com “buracos” e sementes carbonizadas (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Em 1997 foi registado um nível histórico nos desenhos das quadrículas B’14, C’14, D’14, E’14, D´15, E’15.

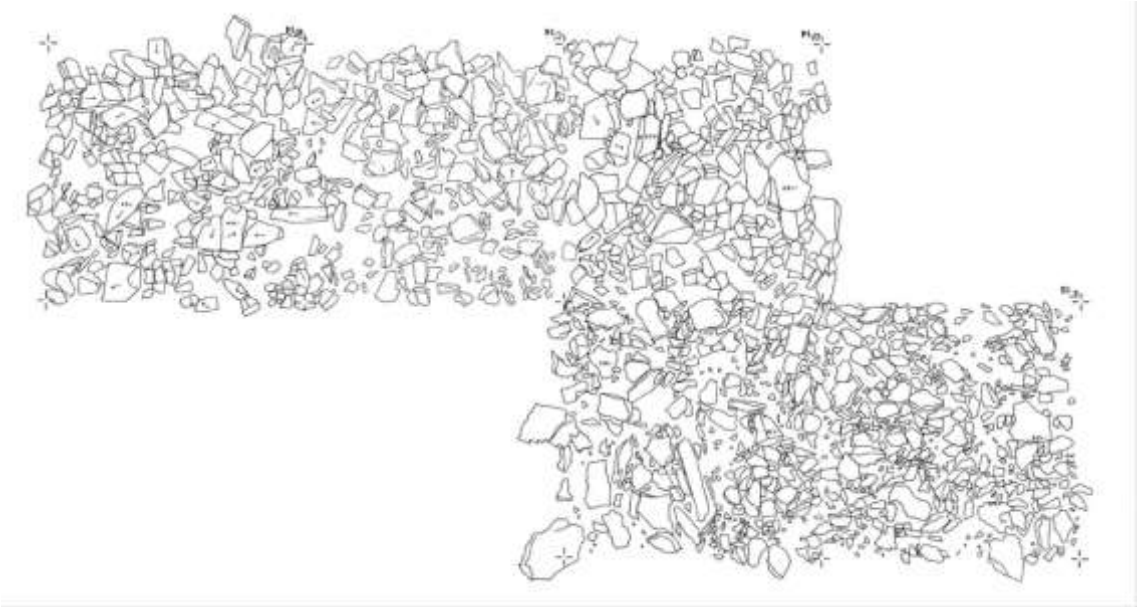


Fig. 15. Primeira decapagem das quadrículas B’14, C’14, D’14, E’14, D´15, E’15 onde se detetaram materiais romanos (Jorge, 1994).

Neste sector foram ainda encontrados alguns materiais, tais como vários fragmentos de tégula e dois fragmentos de cerâmica.

- F’14 e 15; G’14, G’15 e G’16 H’14/H’15

Segundo o caderno de campo de 1998, foram encontrados nos quadrados F’/G’ 14/15 vestígios de ocupação histórica, com muitas pedras miúdas e terra castanha escura. Registe-se a exumação desta área de um pequeno cravo em ferro. Este nível assenta em sedimentos calcolíticos.

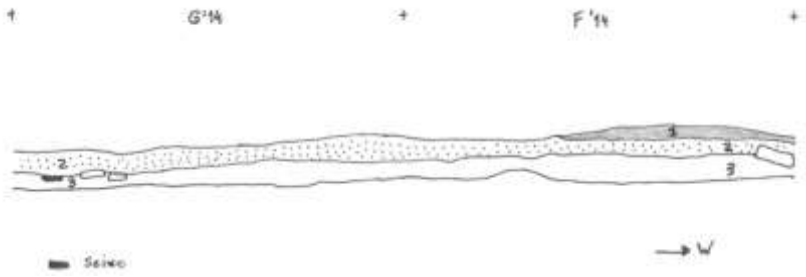


Fig. 16. Corte das quadrículas G’14 e F’14 onde é visível a camada 1 associada ao nível histórico.

Refere-se ainda vestígios de estruturas muito perecíveis inseridos na camada 2, nos quadrados G’14/G’15 – H’14/H’15”.



Fig. 17. Aspeto geral da área B em fase de escavação (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Área C

F15, F16 e F17; G16
Em 2001 registámos o aparecimento de materiais estranhos à Pré-história Recente, nomeadamente um possível bordo de "*dolium*", no âmbito da decapagem e limpeza das quadrículas G 16, F 16 e F 17, decorrente do desmonte da rampa do sector II. Em 2002 procedeu-se ao do desmonte de uma possível fossa (medieval?) nessa mesma área.

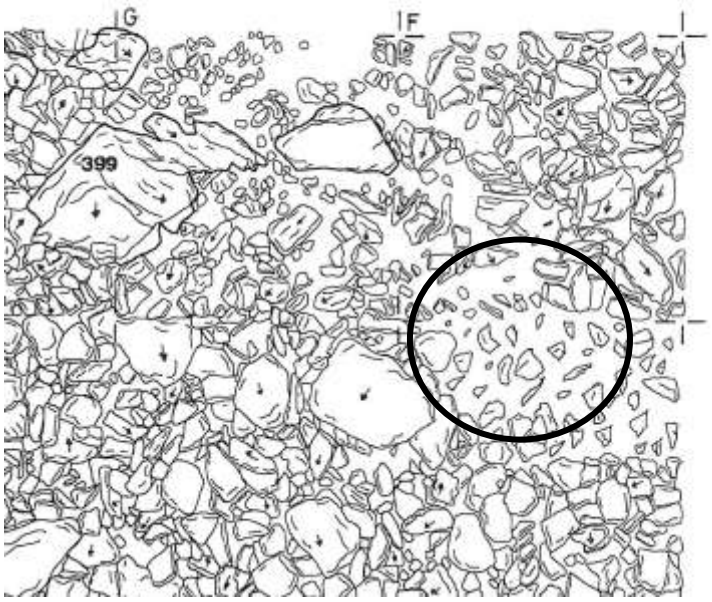


Fig. 18. Desenho da área C onde se detetou uma possível fossa de um período histórico indeterminado (Jorge, 2003b).

As conexões entre os vestígios pré-históricos e históricos

Optámos por analisar apenas as áreas A e B devido ao volume de informação que possuímos para estas duas áreas, abdicando de o fazer para a área C, muito mais circunscrita e limitada em termos de dados arqueológicos.

Procurámos perceber como se sucedem os vestígios dos vários momentos pré-históricos e históricos, não meramente de um ponto de vista sequencial mas, sempre que possível, de um ponto de vista relacional.

Nas primeiras campanhas de escavação registaram-se, em toda a estação arqueológica, pedras soltas que foram interpretadas como um "*monturo* recente". Foram também assinalados, em determinadas áreas, revolvimentos recentes ao nível das camadas superficiais, relacionados, possivelmente, com o plantio de cereal, nomeadamente de trigo e centeio, nesta zona (Jorge, 1989: 4).

Área A

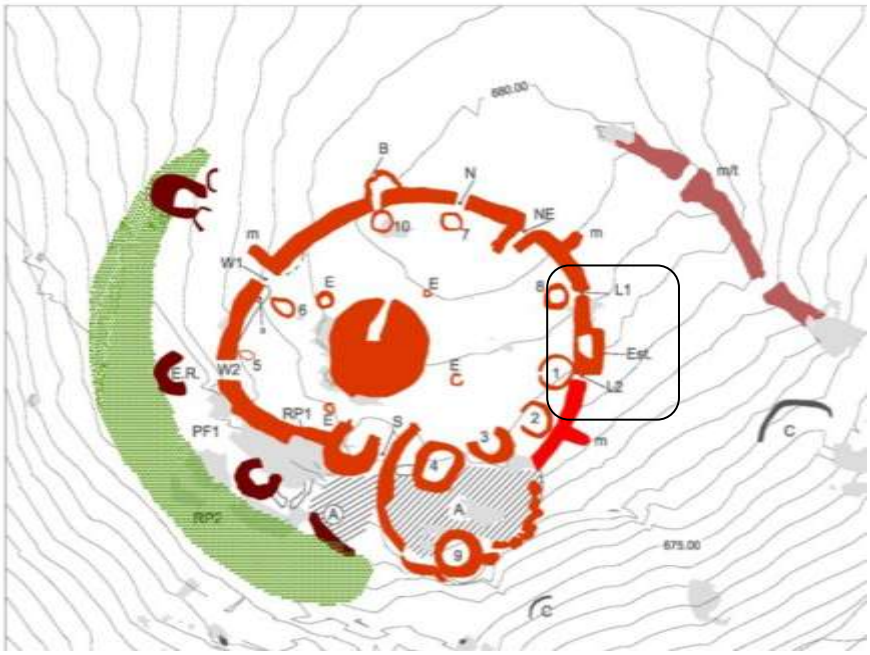


Fig. 19. Área A.

As áreas abrangidas pelos quadrados J', L',M',N',O' 10/16 foram sujeitas a decapagens em área, que detetaram fundamentalmente sedimentos modernos na camada 1, que parecem cobrir sedimentos associados ao topo da camada 3 (associada a níveis calcolíticos). Apesar de não se terem detectado estruturas pré-históricas nessa zona, foram encontrados sedimentos pré-históricos e materiais pré-históricos.

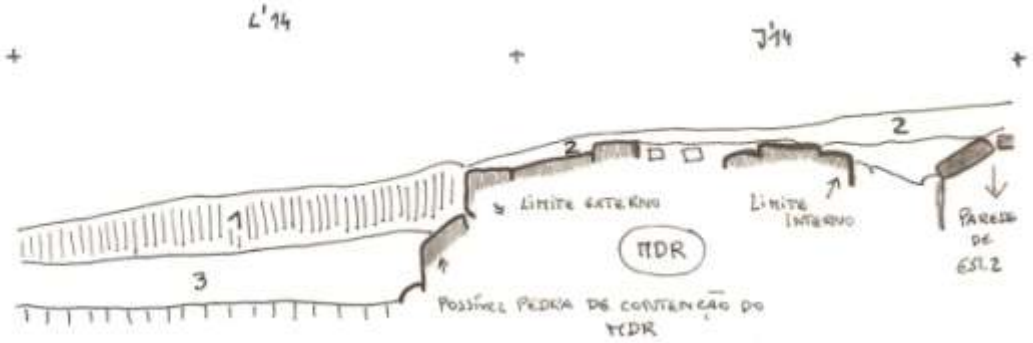


Fig. 20. Corte das quadrículas J'14 e L'14.
(Desenho realizado a partir de um desenho de campo de Carlos Lemos)

Nestas quadrículas foi detetada uma estrutura, que passaremos a designar de "Muro", cujo aparelho de construção é nitidamente diferente do aparelho encontrado nos muros associados a níveis pré-históricos.



Fig. 21. Estrutura assinalada como “Muro” (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Esta estrutura, constituída por “três panos de muro em “pedra seca”[10], parece delimitar um espaço parcialmente fechado a este. A vertente oeste desta estrutura encontra-se diluída num conjunto de pedras associados a estruturas calcolíticas. A estrutura aparece adossada ao *Murete Delimitador do Recinto* (MDR) pré-histórico (recinto já parcialmente definido em campanhas anteriores), estendendo-se para fora deste recinto no sentido este, criando uma área retangular.





Figs. 22 e 23. Vista geral da estrutura histórica, a qual designámos por “Muro”; pormenor do lado este da estrutura (fotografias de Susana Oliveira Jorge).

[10] Pedra seca: Antiga técnica que consiste em construir com pedras empilhadas e justapostas sem a necessidade de argamassa, cimento ou reboco.

O revolvimento desta área parece não ter afetado um conjunto de estruturas calcolíticas e da Idade do Bronze, que se encontram imediatamente do lado oposto aos "muros históricos".

Esta estrutura histórica encostava-se a uma área muito complexa do ponto de vista das estruturas que ali foram encontradas. Reportamo-nos à escavação desta zona, onde se começou por definir o Murete. Este apresentava uma interrupção, tendo sido definida uma entrada (Entrada Leste).



Figs. 24-26. Momentos da definição da Entrada Leste que interrompe o Murete que delimita o Recinto pré-histórico (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Imediatamente a norte desta entrada encontrava-se:

> "uma especie de "cairn" ou amontoado ordenado de pedras, o qual inseria, no seu interior, in situ, um vaso carenado liso, quase inteiro.(…) Será interessante notar que esta deposição apresenta notáveis semelhanças formais com contextos de âmbito sepulcral/cultural da Idade do Bronze" (Jorge, (2005) [2002]: 137/139).



Figs. 27-29. *Cairn* (fotografias de Susana Oliveira Jorge) onde foi encontrado um vaso carenado liso (fotografia de José Varela).

Após a escavação do *Cairn*, definiu-se o Murete que delimita o recinto pré-histórico. No lado este deste Murete, ou seja, no exterior do recinto, foi detetada uma estrutura de contenção calcolítica que se estendia para sul, acompanhado o murete, tendo sido definida após o desmonte da estrutura histórica, que lhe sobrepunha em parte.

No interior do recinto, muito próximas do Murete delimitador do Recinto, foram encontradas duas estruturas pré-históricas: a Estrutura 1 e a Estrutura 2, que foram concebidas durante o Calcolítico. Existem vestígios de ocupação da Idade do Bronze em ambas as estruturas, sobretudo na Estrutura 1 mas a camada 2, correspondente à Idade do Bronze, é pouco espessa. No interior das estruturas 1 e 2 foram exumadas duas estruturas pétreas (estrutura A e B, respetivamente). Na estrutura A inserida na estrutura 2, foi identificado, *in situ*, um machado plano inteiro, de cobre (Jorge, 1999a: 5).

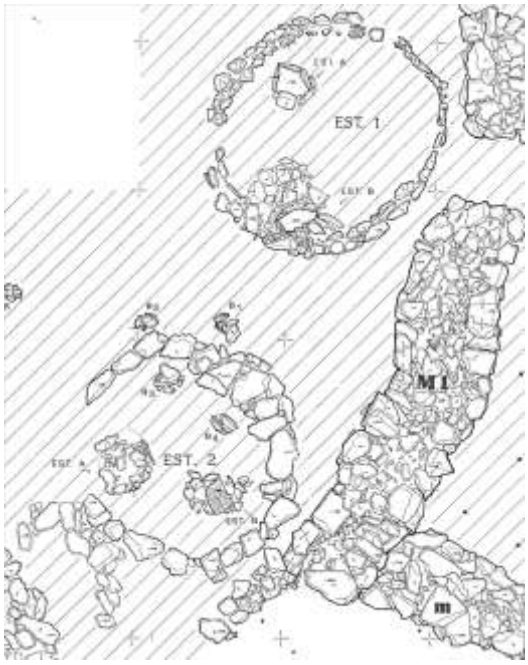


Fig. 30. As estruturas 1 e 2 que se encontram muito próximas do Murete delimitador do recinto pré-histórico (Jorge, 2002c).

A estratigrafia das Estruturas 1 e 2 é bastante similar: sobre uma camada de terra argilosa estéril, existia um "empedrado", sobre o qual foram descobertos sedimentos correspondentes ao momento da utilização das estruturas, isto é da camada 3, associada à ocupação calcolítica. Apenas na Estrutura 1, a camada 2 era mais espessa sobre a camada 3 e estava associada a estruturas muito frágeis e arruinadas. Aparentemente, esta estrutura sobreviveu algum tempo durante a Idade do Bronze.

No quadrado L´13 detetou-se uma estrutura de combustão, contígua ao murete delimitador do recinto superior. No quadrado L'15, na base da camada 3, foi descoberto um fragmento de vaso campaniforme cordado (Jorge, 2002d: 11).

No exterior do recinto pré-histórico, nas quadrículas L'/J'I' 15-18, um pouco mais para sul das estruturas mencionadas anteriormente, existe uma "interrupção" intencional no recinto (quadrado I'15), iniciando-se aqui o "avançado". Para o interior do recinto observam-se as estruturas atrás referidas, associadas às

camadas 3 e 2. Para o exterior, as terras encontravam-se revolvidas, praticamente sem material arqueológico, o que poderá corresponder à deposição de sedimentos em época moderna (Jorge, 1999a: 4).

Para terminar a caracterização desta área, do ponto de vista das estruturas que a constituem, falta-nos referir aquela que ficou designada como Estrutura Leste (ou estrutura sub-retangular, a leste) e que se apresenta de difícil compreensão: lateralmente à entrada leste do recinto pré-histórico, definida posteriormente à escavação do *cairn*, que se sobrepunha ao Murete (MDR), e que por sua vez se sobrepunha a esta estrutura, a qual continha sedimentos associados às camadas 3 e 2 (*ibidem*).

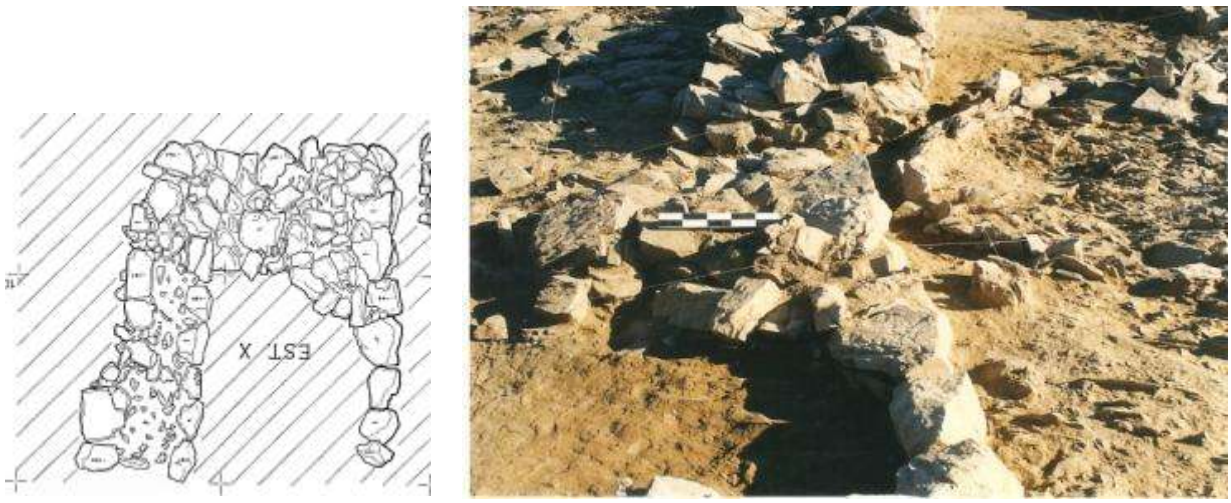


Fig. 30 e 31. Estrutura Leste, desenho (Jorge, 2002) e fotografia (Susana Oliveira Jorge).

Esta estrutura pode estar associada a um nível de ocupação definido em 1993, cujas datações de carbono apontam para uma cronologia atribuida ao primeiro momentos de ocupação do morro por populações pré-históricas. Em 1993 registou-se uma estrutura pétrea adossada ao Murete delimitador do recinto. Esta estrutura, definida em 1998, pode ser a continuação desta estrutura para sul.

Área B

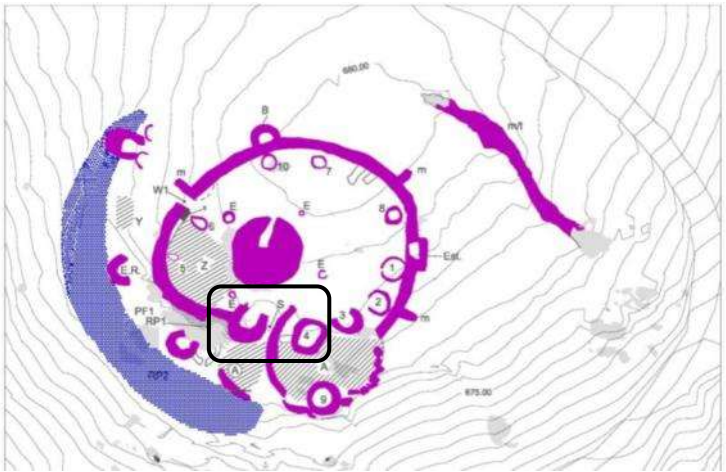


Fig. 32. Área B.

Na área B, quer ao nível da camada 2, quer ao nível da camada 3, foram registadas estruturas sobrepostas, correspondendo tal facto a uma intensa e longa ocupação da zona. Esta área foi ligeiramente alterada em época romana ou medieval (Jorge, 1995). A primeira decapagem em 1994 revelou, logo à superfície, um amontoado algo caótico de pedras deslocadas, produto de desmoronamentos e violações realizadas ao longo do tempo no local.




Figs. 33 e 34. Vários níveis sobrepostos no início da escavação da área B em 1998 (fotografias de Vítor Oliveira Jorge).

Na escavação de 1998 apareceram, na camada 2, nos quadrados G'14/G'15 – H'14/H'15, vestígios de estruturas de difícil compreensão. Após a remoção destes vestígios, começaram a surgir várias estruturas da camada 3 encostadas à plataforma pétrea: lajeados, pisos e estruturas pétreas (Jorge, 1999a).



Fig. 35. Momento de escavação da área B: ao centro o nível de terra escura e pequenas pedras (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Durante a campanha de 1999, foi definida uma estrutura subcircular (Estrutura 3), delimitada por grandes pedras, que apresentava no seu interior um piso de argila, sobre o qual foram colocadas lajes de xisto azul.



Fig. 36. Decapagem da estrutura 3, nível de argila (fotografia de Susana Oliveira Jorge).

Entre 1997 e 2000 foram exumados vestígios:

- de uma ocupação histórica (romana ou talvez medieval?!);
- da fase final do sítio em épocas pré-históricas, correspondente à "petrificação" que foi operada ao nível da camada 2.

Contudo este sector sempre colocou problemas interpretativos que exigiram, em 2001, a ampliação da escavação em área e em profundidade, e que permitiu compreender que este espaço abrange uma espécie de "avançado" do recinto superior orientado para sul. Este "avançado" é delimitado, a oeste, por um murete baixo encostado a afloramentos e a sudeste, por uma linha de afloramentos ali intencionalmente colocados, que se juntam a leste, ao murete do recinto superior (Jorge, 2003c: 139).

Nesta área foram descobertas as seguintes estruturas, às quais se sobrepunham os níveis mais recentes: um murete sub-retilíneo (M), com direção SO-NE; trata-se dum murete faceado que, arrancando do topo do recinto superior, delimita o "avançado[11]", a oeste, encostando a sul, a grandes penedos; uma pequena estrutura pétrea a leste, contígua ao murete atrás referido. Trata-se duma estrutura sub-retangular, delimitada por pedras e afloramento; a Estrutura 4, encostada à estrutura anterior, encontrando-se em escavação desde 1997. Trata-se de uma estrutura subcircular, delimitada por pedras de tamanhos variáveis, sem que estas formem qualquer face externa ou interna. O seu enchimento era constituído por pedras e sedimentos argilosos, integrando algum material arqueológico (*ibidem*).

O murete e as estruturas são construções de base calcolítica. Pensa-se que a plataforma onde estas estruturas se inserem terá sido construída durante o Calcolítico, tendo sido mantida e restaurada ao longo da Idade do Bronze (Jorge, 2002a: 10).

[11] O "avançado" sofreu novas interpretações depois das intervenções de 2005, que nunca foram publicadas. Este conceito tem de ser revisto, talvez numa próxima publicação sobre o sítio, onde se apresentará as duas novas estruturas aí detetadas, que colocam a interpretação do "avançado".

Os vestígios históricos parecem penetrar nos sedimentos das camadas pré-históricas, mas, aparentemente, não tendo destruído a base das estruturas calcolíticas que ali persistiram.

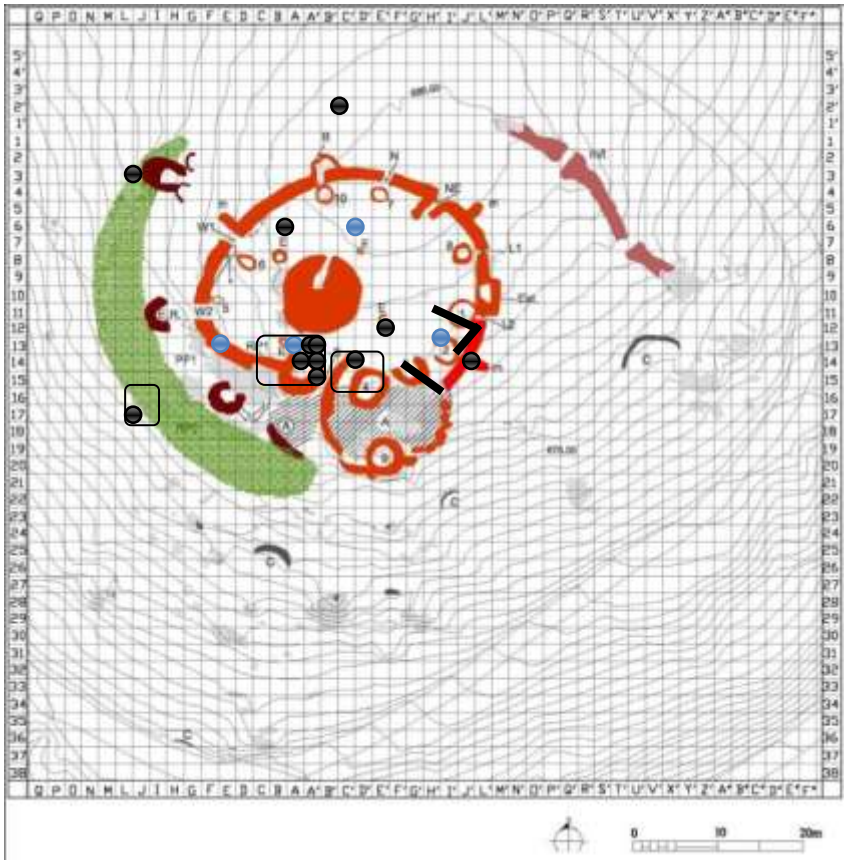


Fig. 37. Planta geral da estação[12] com a implantação de materiais, estruturas/níveis e datações de carbono 14 históricas. Materiais representados a preto, datações de C14 a azul.

Da análise efetuada nos pontos anteriores consideramos o seguinte:

As áreas alteradas em períodos históricos concentram-se na vertente sudeste da estação arqueológica. Desta zona tem-se uma visualização privilegiada do vale e da zona onde hoje se localiza a cidade de Vila Nova de Foz Côa, mas desconhecemos a real motivação para implantação de estruturas históricas nesta área do morro.

O remeximento e as alterações efetuadas não parecem penetrar na camada de argila que cobre o sítio pré-histórico e que, segundo Susana Jorge, teria servido para "fechar" o Castelo Velho cerca de 1300 a.C. O encobrimento do sítio pré-histórico tem sido realçado por Susana Oliveira Jorge que teria funcionado como interdito (Jorge, 2005) [2002]: 135). Se partimos deste pressuposto, parece-nos plausível supor que as estruturas existentes em 1300 a.C. seriam basicamente as mesmas estruturas encontradas aquando da escavação. Ou seja, no fim do II milénio a.C. o sítio pré-histórico estaria desmantelado e o

[12] Conforme já foi referido anteriormente a planta da estação encontra-se desatualizada, face aos trabalhos de 2005, que ainda se encontram inéditos.

que permaneceu selado pela argila foi o nível basal de algumas estruturas e outras que se encontrariam seladas. Não existiriam estruturas em altura, mas sim a "mamoa" de pedras que perdurou ao longo dos tempos. É possível que em épocas posteriores se tivesse desmantelado parte da "mamoa" sem penetrar na argila, permanecendo assim a base das estruturas pré-históricas intactas.

É fundamental assinalar a pouca espessura dos sedimentos associados às ocupações "históricas". Convém não esquecer que estas ocupações de períodos posteriores à Pré-história Recente se encontravam completamente à superfície, foram as primeiras a serem escavadas e foram interpretadas num primeiro momento como sedimentos revolvidos. Estes sedimentos não teriam mais do 5 cm de espessura, na maior parte dos casos, o que dificultou a sua deteção e interpretação.

Nunca utilizamos a palavra violação para caracterizar as alterações desenvolvidas no sítio após a ocupação Pré-Histórica. Não tivemos nenhuma indicação de que o sítio tenha sido vandalizado em tempos presentes por "caçadores de tesouros" ou de amadores à procura de moedas. A palavra violação possui um carácter muito negativo e associamo-lo à destruição duma parte de um sítio arqueológico com vista à sua depredação. O que terá ocorrido, possivelmente em mais do que um momento, terá sido a ocupação do morro em épocas distintas, nomeadamente na época romana (séculos I-II); época tardo-romana/alti-medieval (aproximadamente séculos IV-VI), segundo a análise dos materiais realizada por António Silva.

O que separa uma ocupação medieval ou moderna de uma ocupação pré-histórica é apenas uma linha muito ténue, muitas vezes impercetível, mesmo que a distância temporal que os separe seja da ordem dos 2000 anos. Este é um dado do qual não nos podemos abstrair, e que se relaciona com o próprio processo de sedimentação do sítio.

Saliente-se a dificuldade em datar essas ocupações posteriores ao III e II milénio a.C. apenas com base nos níveis e estruturas registados. Registe-se ainda o problema de tentar relacionar os materiais e as datações de C14 com as estruturas existentes. Se num caso parece plausível fazê-lo (na área B, quadriculas B´13, C´13, D'13, E' 13, B'14, C'14, D'14, E'14, D´15, E'15), nos restantes casos consideramos que estaríamos a forçar os dados. Nesse sentido, optámos por distinguir genericamente entre vestígios pré-históricos e vestígios históricos.

Existem alguns materiais e uma data de C14 que se encontram dispersos pelo sítio arqueológico, e que não parecem estar associados a nenhuma estrutura. Porém, parece haver uma coincidência entre níveis históricos, materiais e datações de C14.

Os materiais do exterior do recinto pré-histórico da zona leste ainda não foram objeto de análise, pelo que é possível que apareçam outros materiais para além daqueles que foram referidos neste trabalho.

Um sítio que se pressupõe ocupado durante cerca de 1500 anos durante a Pré-história Recente está sujeito a inúmeras alterações. Em termos arquitetónicos parece haver um jogo de fecho/abertura de passagens (as chamadas entradas). Parece existir igualmente uma ocultação de determinadas estruturas, nomeadamente a estrutura que continha os ossos humanos e a "estrutura das sementes", que permaneceram seladas até ao momento da sua escavação.

Com base nos dados disponíveis não é possível afirmar que as comunidades que ocuparam Castelo Velho, ao longo dos tempos, tinham conhecimento das que as precederam e dos vestígios que deixaram no morro onde se situa o sítio arqueológico. Contudo também não podemos refutar terminantemente a hipótese de que poderia perdurar algo, uma ruína, uma lenda, um nome, algo que motivasse o conhecimento ou interesse no local. Certo é a existência de vestígios da presença destas comunidades em Castelo Velho.

6.2.5. CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO. APONTAMENTOS FINAIS.

> "O passado, qualquer «passado», existe em função de uma teia de significações conferida em cada presente histórico. Neste contexto, o passado está aberto a uma pluralidade de «sentidos» que se jogam na prática social em função do consenso gerado pela comunidade científica. Desta forma o passado terá, em cada presente, simultaneamente e/ou sucessivamente, a configuração que resultar da negociação social do sentido. O passado é, como bem se sabe, um projecto do presente" (Jorge, (2005) [1994]: 58).

O Castelo Velho tem a sua própria história, o seu percurso no tempo. Entre os vários momentos da sua existência destacamos os seguintes:

1. O momento da sua construção e a forma como seria interpretado e usufruído pelos seus habitantes;
2. Ocupações e reutilizações adentro da Pré-história Recente;
3. As suas ocupações durante a época romana e/ou tardo-romana/alti-medieval;
4. A sua interpretação enquanto "ruína" pelas comunidades locais que habitam aquela região;
5. O sítio enquanto escavação arqueológica, local de aprendizagem e sua interpretação pelos arqueólogos;
6. O sítio arqueológico, fruto de um processo de musealização e valorização patrimonial; musealização que "cristalizou" apenas uma fase da ocupação calcolítica do sítio.
7. E, por último, o sítio interpretado pelos visitantes.

Em cada um destes momentos, o Castelo Velho foi interpretado, sentido e vivido de diferentes maneiras por diferentes pessoas.

Tentámos com este capítulo caracterizar um desses momentos, nomeadamente as ocupações históricas recorrendo à análise dos vestígios arqueológicos. Aquando do processo de revisão deste texto, Susana Oliveira Jorge questionou-nos: será que se pode falar de uma "ocupação romana e alto-medieval?". A referida questão coloca-nos perante o seguinte problema: como definir o que é uma "ocupação"? Segundo esta mesma autora, falar de "ocupação" implica falar de sedimentos e/ou estruturas, o que de facto ocorre num ou noutro caso no Castelo Velho. Porém, não podemos falar de ocupação quando apenas possuímos alguns materiais e datas de carbono C14, que não se encontram associadas ou integrados em sedimentos. Nesses casos, será mais correto falar em vestígios em detrimento de ocupações.

Gostaríamos de ter conseguido trabalhar os dados do "processo de reutilização" de algumas estruturas calcolíticas durante a Idade do Bronze, ou da reutilização de moinhos na construção de estruturas, mas uma série de constrangimentos impediram a concretização desse objetivo. Tínhamos igualmente como

propósito apresentar alguns testemunhos dos estudantes de arqueologia e arqueólogos que passaram pelo Castelo Velho, nos seus quase vinte anos de escavação, mas tal não foi possível. São questões que permanecem em aberto, e que nos mostram que a investigação sobre um sítio arqueológico como o Castelo Velho não se esgota.

Trabalhar este tipo de evidências "históricas" tão ténues e residuais foi um desafio difícil. Primeiro, porque um especialista em Arqueologia Romana ou em Arqueologia Medieval não tem muitos dados onde se apoiar. Segundo, os vestígios encontrados parecem não ser suficientes para definir que tipo de ocupação, ou ocupações, possam ter ocorrido em Castelo Velho, em épocas históricas. Assim sendo, o estudo realizado limitou-se a ponderar se as evidências de épocas posteriores destruíram ou afetaram as estruturas pré-históricas.

Na dicotomia da Memória e do Esquecimento, presente em Castelo Velho, assim como na generalidade dos sítios arqueológicos, apercebemo-nos da dificuldade em estudar os seus "tempos" ou "momentos". Sentimos a dificuldade que é tentar perceber como as comunidades manipulavam as materialidades ali presentes, quer fosse de forma consciente ou inconsciente.

Um aspeto para o qual Lesley McFaden[13] nos chamou à atenção, prende-se com a questão dos materiais pré-históricos e não pré-históricos. Os materiais associados a ocupações históricas são muito residuais e ocorrem, por vezes, em camadas associadas a ocupações pré-históricas. Os materiais parecem "ter encontrado um caminho" que atravessa as camadas arqueológicas pré-históricas no sentido das camadas mais antigas. No entanto, quando se realizaram trabalhos de prospeção na zona de Castelo Velho, encontraram-se materiais pré-históricos que parecem ter cruzado as diversas camadas, "ascendendo" ao solo atual. Não questionamos que esta "migração" entre camadas possa estar relacionado com os fenómenos pós-deposicionais, mas o que nos interessa salientar é o facto de que os materiais pré-históricos se encontram abundantemente à superfície. Aliás, algumas das pessoas entrevistadas falam da "louça" que encontravam naquele lugar.

Apesar dos dados arqueológicos nos mostrarem que não seriam visíveis estruturas pré-históricas antes do início das escavações, é provável que as pessoas tivessem contacto com os materiais pré-históricos encontrados no local, quer fossem fragmentos de cerâmicas ou objetos líticos. Há uma ligação que se estabelece entre o objeto encontrado e quem o encontra. Se um "monte de pedras" pode não suscitar algum tipo de questionamento, um fragmento de um vaso cerâmico, especialmente se tiver forma ou decoração, longe de qualquer estrutura arquitetónica, levanta certamente uma pergunta: como é que isto veio aqui parar? Teriam as comunidades romanas ou medievais encontrado matérias pré-históricos naquele local? Terá sido a cultura material a ponte entre diferentes tempos e diferentes comunidades?

Não queremos transpor para as comunidades passadas e nossas contemporâneas, o modo de pensar dos arqueólogos. Uma das facetas do trabalho em Arqueologia passa exatamente por um questionamento constante sobre o "passado" (o tempo decorrido, o pretérito), nomeadamente sobre os traços desse passado. Mas parece-nos plausíveis as seguintes possibilidades: 1. que as pessoas, ao longo dos tempos,

[13] Na revisão deste texto Lesley McFayden colocou-nos uma série de observações cuja integração, neste ponto, nos pareceu essencial. Gostaríamos de deixar o nosso agradecimento a Lesley pelo conjunto de críticas construtivas e pelo seu enorme contributo para a concretização do nosso projeto de investigação.

se tenham questionado, ficado intrigadas ou até mesmo curiosas sobre as materialidades passadas com as quais se deparavam no seu quotidiano; 2. esse interesse pode ter sido uma motivação para a ocupação de certos locais, que apresentam hoje em dia evidências de vestígios arqueológicos de diferentes épocas; 3. mesmo permanecendo indiferentes aos vestígios de comunidades que as precederam, as pessoas manipulavam e integravam esses vestígios nas suas vidas. É essa manipulação, esse manuseamento destes elementos, que estabelece a tal ligação temporal, que mais do que afirmar podemos apenas sugerir.

Como perceber, então, a "temporalidade" destes sítios que, tal como Castelo Velho persistem na paisagem? Para o fazermos, temos de estar atentos a dois tipos de fenómenos: os elementos visíveis, materializáveis pelas evidências arqueológicas; e os elementos invisíveis, imateriais ou simbólicos. Foi partindo deste pressuposto que conjugámos o trabalho de análise de desenhos, plantas, materiais, cadernos de campo, relatórios de escavação e demais bibliografia especializada com a tradição oral.

Interessa-nos compreender o sítio do Castelo Velho, quer tenha sido ocupado na Pré-história ou em épocas Modernas. Não utilizamos apenas o pretérito do verbo ser: "O que **foi** ou o que **terá sido** o Castelo Velho?", mas servimo-nos também da forma verbal do verbo "ser" no presente, para questionar o que **é Castelo Velho** para os habitantes locais que toda a vida palmilharam estas terras (ver III.6.4.).

Para concluir, gostaríamos de sublinhar o facto de que este sítio arqueológico, Castelo Velho de Freixo de Numão, não possuía praticamente nenhum impacto na paisagem atual, tendo sido utilizado como pedreira nos últimos anos. Dele restara apenas um "monturo" de pedra, materiais pré-históricos à superfície, um nome "Castelo Velho" (já desaparecido dos documentos oficiais) e algumas histórias. Castelo Velho foi resgatado pela investigação arqueológica e pelo nosso desejo de perpetuar e dar visibilidade à herança de nossos antepassados, transformando-o num Lugar repleto de Memórias, coletivas e pessoais.

III.6.3. O COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DO PRAZO

6.3.1. INTRODUÇÃO

O complexo arqueológico do Prazo localiza-se "dentro do termo da freguesia de Freixo de Numão, junto a um cruzamento de caminhos (antigas vias romanas) no sítio da Pedra Escrita, num vale denominado de Vale de São João ou Sã Joana" (Coixão, 2000: 423). Em termos administrativos este sítio fica localizado na freguesia de Freixo de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda (Monteiro-Rodrigues, 2002: 113).

> "Do ponto de vista geomorfológico, o Prazo insere-se numa região caracterizada por relevo acidentado, pontualmente planáltica (região de Vila Nova de Foz Côa), integrada na Meseta Norte. (...) Em termos geológicos, localiza-se no Maciço Granítico de Freixo de Numão. Com uma altitude média na ordem de 560 m, este maciço apresenta uma superfície aplanada, sulcada por diversos vales. A orientação destes vales coincide globalmente com o eixo das principais falhas da região (NNE-SSW), entre as quais se destaca a grande falha de Vilariça-Longroiva. As linhas de água que os percorrem são afluentes e subafluentes do Douro, que corre a 8 Km a norte do Prazo, no sentido E-W" (*ibidem*).

Do ponto de vista topográfico, os locais escavados implantam-se em superfícies aplanadas, sobranceiras ao vale de S. João, na vertente voltada a NE. As suas cotas oscilam entre 570 m e 580 m (Monteiro-Rodrigues, 2000: 150).

A oeste e a este do vale, a partir de altitudes de cerca de 580 a 550 m, desenvolvem-se planaltos na superfície do Maciço Granítico de Freixo de Numão, que poderão corresponder a retalhos mais ocidentais da Meseta, parcialmente conservados. O planalto do lado oeste termina junto da Ribeira da Teja, e a vertente localizada a este termina próximo do rebordo ocidental da falha de Vilariça-Longroiva (Monteiro-Rodrigues, 2002: 113-114).

O vale da Ribeira de S. João, com início no sopé do Monte de Santa Eufémia, coincide com a falha de Murça (falha tectónica) que condicionou a linha de água até à confluência com a Ribeira de Murça, mais a norte, que por sua vez se encaixa, do mesmo modo, num vale profundo, desaguando no Douro (*ibidem*).

> "A ligação do vale de S. João ao vale da ribeira de Murça origina uma vasta depressão que, no passado, poderá ter constituído uma importante via de ligação entre os territórios montanhosos do interior e o vale do Douro" (Monteiro-Rodrigues, 2000: 150).



Fig. 1. Vale de S. João. O sítio arqueológico do Prazo localiza-se no lado esquerdo da imagem.

6.3.2. "DESCOBRINDO" O PRAZO

> "Numão e Freixo de Numão, nestas povoações e suas vizinhanças têm-se encontrado moedas romanas e vários achados arqueológicos e epigráficos de diversas épocas, ao proceder-se ao plantio da vinha, da oliveira e da amendoeira, como ao romperem-se estradas e a construírem-se moradias" (Ferreira, 1980: 375).

Em finais da década de 40, inícios dos anos 50 do século passado, num pequeno morro no lugar do Prazo, realizaram-se trabalhos de arroteia para plantio de amendoeiras, que destruíram sepulturas de xisto bem como alguns muros. Estes trabalhos trouxeram à superfície bases e fustes de colunas em granito (Coixão, 1999b: 54). Segundo António Sá Coixão, J.A. Pinto Ferreira referia, já em 1954, o aparecimento de um túmulo cavado num bloco granítico, localizado entre rochedos, na propriedade do Prazo, na publicação intitulada "Freixo de Numão-Apontamentos" (*ibidem*).



Fig. 2. Ao lado de alguns penedos jaz um túmulo inacabado, segundo António Sá Coixão (1999b: 66).

António Cândido Pereira, um dos trabalhadores que cerca de 30 anos antes "havia procedido a trabalhos de rompimento para plantio de amendoeiras", em conversa com António Sá Coixão, no ano de 1980, refere que durante essa atividade "haviam destruído sepulturas em "lousa" (xisto) e que as mesmas continham ainda ossadas. (...) que essas sepulturas se enquadravam numa capela (já então destruída) dedicada a S. João. Que até lá haviam encontrado a caldeirinha de água benta!" (Coixão, 1999b: 54).

> "Na propriedade rústica denominada Prazo pertencente aos herdeiros de César Augusto Louro. Na ocasião em que se preparava a terra destinada à horta, junto de uma pereira, o trabalhador rural José Esteves encontrou há bastantes anos, cinco moedas romanas, de bronze, do período do Império, (...) já chamamos à atenção de que nesta propriedade do Prazo, bem como na propriedade junta, de Cândido Esteves, chamada Vale de S. Joana, se poderiam encontrar novos achados, procedendo-se a uma sondagem cuidada. Essa sondagem foi feita no terreno utilizado para horta, durante alguns dias dos meses de Maio e Setembro do corrente ano, por uma equipa de jovens freixienses e pelo antigo presidente da Junta de Freguesia, Dr. António do Nascimento Sá Caixão. Ali encontraram moedas romanas, fragmentos de cerâmica romana de diferentes épocas, ossos humanos e outras espécies (...)"(Ferreira, 1980: 378-379).

Tendo como ponto de partida a realização de prospeções e sondagens arqueológicas, a análise da toponímia e das lendas populares, António Sá Coixão inicia, em 1980, um projeto de investigação sobre a Romanização no concelho de Vila Nova de Foz Côa, mais precisamente na freguesia de Freixo de Numão, descobrindo um conjunto considerável de vestígios romanos e medievais, distribuídos um pouco por toda a freguesia, incluindo o sítio do Prazo (Monteiro-Rodrigues, 2011: 61).

Nesse mesmo ano, autorizado pelos proprietários desse terreno, António Sá Coixão procedeu a duas sondagens no sítio do Prazo, tendo detetado a existência de uma sepultura antropomórfica escavada num bloco granítico, contendo ainda as ossadas. A respetiva tampa foi encontrada totalmente fragmentada fora do contexto e seria em xisto (Coixão, 1999b: 54).

As sondagens colocaram ainda a descoberto estruturas de uma provável igreja ou necrópole, bem como a recolha de significativos materiais da época romana (Coixão, 2000a: 424).



Fig. 3. Sondagem realizada no Verão de 1980 (informação pessoal de António Sá Coixão) (Arquivo do Museu da Casa Grande).

No entanto, apenas 15 anos depois, em 1995, após a aquisição da propriedade pela ACDR de Freixo de Numão, é que foi possível desenvolver trabalhos arqueológicos sistemáticos naquele local (Coixão, 1999b: 54).



Fig. 4. A sondagem 2 iniciada em 1980 e alargada em 1995 (informação pessoal de António Sá Coixão) (Arquivo do Museu da Casa Grande).

No ano seguinte, em Abril de 1996, ao escavar níveis anteriores à ocupação romana, António Sá Coixão colocava a descoberto estruturas e materiais da ocupação neolítica (Coixão, 1997: 49-51). Nesse local sob o nível romano do setor I foram encontradas várias camadas arqueológicas que forneceram objetos em quartzite, quartzo, sílex e anfibolito, assim como fragmentos de vasos cerâmicos (decorados e lisos) de características pré-históricas. Aparentemente, estes artefactos estavam em conexão com um conjunto de afloramentos graníticos (Monteiro-Rodrigues, 2000: 149).

Na sequência destes achados, realizaram-se, entre 1997 e 2001, diversas campanhas de escavação arqueológica que permitiram identificar uma sequência de ocupações pré-históricas estratigraficamente sobrepostas que vão desde o Paleolítico Superior ao Neolítico Antigo, com vestígios do Epipaleolítico (?) e do Mesolítico (Monteiro-Rodrigues *et al.*, 2008: 97).

Nos patamares superiores, realizaram-se mais duas sondagens onde se descobriram outros vestígios da ocupação Neolítica, novamente junto a rochedos, e ainda restos de um murete e buracos de poste, atribuído, ainda que com algumas reservas, a uma cabana datável do Bronze Final. Foram ainda encontrados os seguintes elementos: um rochedo localizado nas proximidades, denominado *Pedra Escrita*, contendo três gravuras, nomeadamente um crânio, um antropomorfo e o simbolo solar, (...); uma "estela antropomórfica"; e um menir de grandes dimensões (Coixão, 2000a: 424).



Fig. 5. Fotografia aérea do Prazo (fotografia de Vítor Oliveira Jorge cedida por Sérgio Monteiro-Rodrigues).

Em 1999, novas prospeções realizadas por Sá Coixão numa área mais a norte do Prazo, apelidado de Prazo II, levaram à descoberta de um pequeno abrigo natural, denominado Abrigo 1, formado pela sobreposição de grandes blocos de granito. Nesse mesmo local foram realizadas sondagens onde foram recolhidos os seguintes materiais: uma ponta de seta em quartzo, um machado de pedra polida em anfibolito e alguns fragmentos de cerâmica de fabrico manual. No ano seguinte, Sérgio Monteiro-Rodrigues e parte da sua equipa, escavaram integralmente o espaço interior do abrigo, exumando mais duas pontas de seta em sílex, machados de pedra polida, fragmentos de um grande vaso de características pré-históricas, uma conta de colar em azeviche e um elemento dormente de um moinho manual. Realizaram-se entretanto novas prospeções na área do Prazo II, detetando-se um segundo Abrigo (2), que foi igualmente escavado, mas onde apenas se recolheu uma conta de colar em gesso e alguns fragmentos de quartzo com vestígios de talhe (Monteiro-Rodrigues, 2011: 66).

6.3.3. OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS DO PRAZO

Após várias campanhas de escavação tornou-se possível individualizar, no Prazo, testemunhos de diferentes ocupações humanas, com diversas cronologias no decurso de um longo período de tempo. Porém, "não é possível ainda determinar de forma segura se há continuidades ou rupturas ao nível de muitas destas ocupações. Se é verdade que algumas delas se encontram bem caracterizadas (quer pelos respectivos artefactos e estruturas, quer pelas datações de radiocarbono), já outras exigem mais investigação" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 81).



Fig. 6. Planta do Prazo (Monteiro-Rodrigues, 2011: 70).

A Pré-história[1]

Entre 1997 e 2001 realizaram-se cinco campanhas de escavação arqueológica na estação pré-histórica do Prazo. Estes trabalhos incidiram sobre diferentes sectores, dispersos pela área da estação: setor XXIII, setor VII, setor I, abrigo 1 e abrigo 2. As três primeiras áreas são sítios de ar livre, localizados junto de grandes blocos graníticos; os restantes dois "consistem em pequenas cavidades, resultantes da sobreposição natural de blocos do mesmo tipo, onde cabem cerca de três a quatro pessoas" (Monteiro-Rodrigues, 2002: 113).

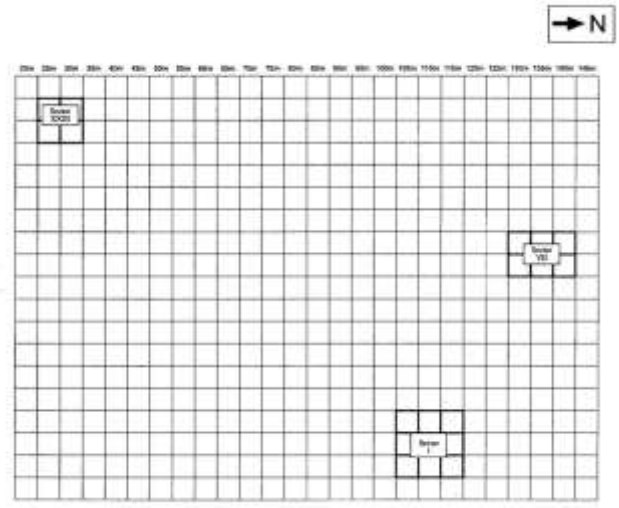


Fig. 7. Implantação das áreas com vestígios pré-históricos escavadas no Prazo (Monteiro-Rodrigues, 2000: 169 estampa I).

Foram encontrados esparsos materiais associados ao Paleolítico Inferior e Superior, estudados por Sérgio Monteiro Rodrigues. Atualmente, os níveis melhor datados, quer por elementos da cultura material quer por datações absolutas, são os do Epipaleolítico-Mesolítico e os do Neolítico Antigo. As ocupações detetadas podem esquematizar-se da seguinte forma: no setor XXIII parece ter havido uma ocupação da Idade do Bronze; no setor VII os vestígios enquadram-se no Neolítico Antigo; no setor I observou-se uma importante sequência estratigráfica que engloba vestígios do Paleolítico Superior, do Epipaleolítico-Mesolítico e do Neolítico Antigo; os abrigos 1 e 2 terão sido ocupados durante o Neolítico Final/Calcolítico (?), e mesmo em épocas posteriores (Monteiro-Rodrigues, 2002: 113).

Os setores VII e XXIII, que se localizam a algumas dezenas de metros do setor I, possuem níveis com ocupações pré-históricas (Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004: 44). Todas as áreas com ocupação pré-histórica encontram-se junto de grandes afloramentos graníticos, que surgem dispersos por toda estação arqueológica (Monteiro-Rodrigues, 2000: 150).

[1] Segundo Sérgio Monteiro-Rodrigues "a opção pela terminologia clássica das divisões da Pré-história teve como objectivo tornar mais imediata a compreensão da sequência temporal observável no sítio do Prazo" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 81, nota 11).



Fig. 8. Perspetiva geral do sítio do Prazo (fotografia de Sandra Naldinho).

> "Se por um lado estas formações rochosas parecem ter facilitado a construção de abrigos ou cabanas, terão sido igualmente importantes enquanto pontos estratégicos para a observação de um amplo território em torno dos locais de habitat. De facto, do alto de alguns penedos é possível avistar, para Norte, a totalidade da depressão acima referida, praticamente até ao rio Douro" (Monteiro-Rodrigues, 2000: 150).

O setor I é ocupado sobretudo pelas estruturas romanas e medievais, encontrando-se fortemente afetada pela ação humana. Os vestígios pré-históricos restringem-se a áreas residuais, que não foram afetados durante as ocupações posteriores.

> "As áreas escavadas, onde foram detectados os níveis pré-neolíticos e neolíticos, encontram-se localizadas perto de rochedos graníticos, que provavelmente constituíram um obstáculo para a expansão da construção dos edifícios romanos e medievais, e ao mesmo tempo, evitaram os processos de erosão da encosta, especialmente o escoamento das terras e materiais encosta a baixo" (Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004: 44).



Fig. 9. No setor I e VII (...) "os grandes blocos graníticos impediram o escorrimento dos sedimentos para o fundo do vale, acabando por ter um "efeito de talude" (Pitty, 1977), preservando desta forma as diversas ocupações pré-históricas" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 113).

Este setor terá sido parcialmente enterrado sob "um espesso terraço artificial", durante os períodos romano e posteriores**,** o que permitiu a preservação dos vestígios pré-históricos (Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004: 44).



Fig. 10. Terraço artificial no setor VII do Prazo (Arquivo do Museu da Casa Grande).

Este espesso terraço artificial é constituído por uma grande camada de terras saibrosas sem registo de vestígios arqueológicos, mas onde, imediatamente abaixo do nível de aterro, foi registado um piso romano em saibro e, por baixo deste, materiais pré-históricos, Mesolíticos e Neolíticos (informação pessoal de António Sá Coixão).

O Paleolítico Inferior

Em 1998, no âmbito de trabalhos de prospeções realizados em redor da estação, foi encontrado um biface, um núcleo e um raspador sobre lasca, talhados em quartzito. "O grau de alteração físico-química que as duas primeiras peças evidenciam, a par da acentuada eolização patente no raspador, constituem bons indicadores da sua grande antiguidade, podendo eventualmente conectar-se com o Acheulense" (Monteiro-Rodrigues e Sanches, 2006: 43 citado em Monteiro-Rodrigues, 2011: 81).



Fig. 11. Biface parcial sobre seixo quartzítico, recolhido no sítio do Prazo. Poderá reportar-se ao Paleolítico Inferior (Arquivo do Museu da Casa Grande).

O Paleolítico Superior

Atribuem-se ao Paleolítico Superior as ocupações do sector I, testemunhadas por estruturas pétreas, algumas delas com planta subcircular e interpretadas como prováveis lareiras (Monteiro-Rodrigues, 2011: 81). Segundo Sérgio Monteiro-Rodrigues, apesar de não terem sido encontrados carvões, tal interpretação "pode ser corroborado em função da ocorrência de termoclastos e de blocos graníticos ligeiramente rubefactos". A indústria lítica associada a esta unidade era composta por alguns objetos em sílex (sobre lâmina e sobre lasca) e, sobretudo, em quartzo leitoso, quartzo hialino e quartzito (seixo rolado). A tipologia de alguns destes utensílios, e "a posição relativa do depósito, sugeriram tratar-se de um contexto conectável com o Paleolítico Superior" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 66).



Fig. 12. "Alguns utensílios líticos da unidade U6 (Paleolítico Superior): Lâmina retocada em quartzo leitoso, ponta de dorso ("ponta azilense") em sílex, flanco de núcleo retocado em sílex e raspadeira em quartzo" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 70).

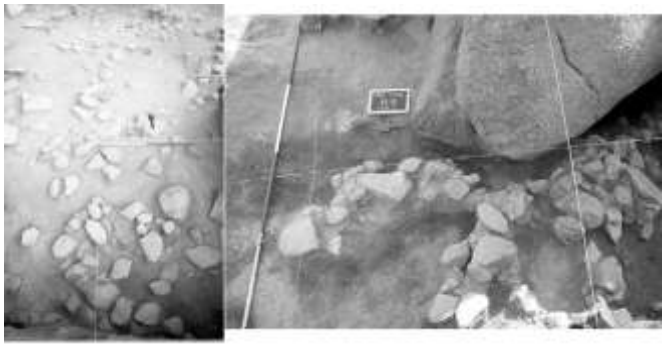
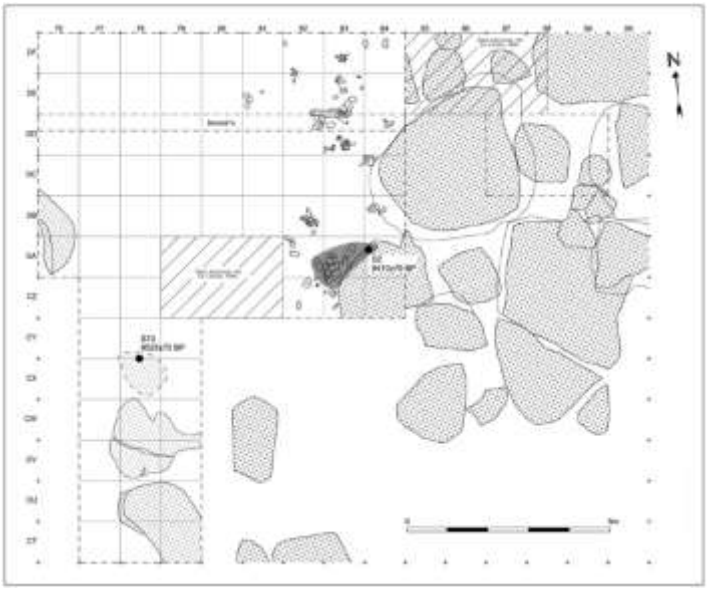


Fig. 13. Estruturas associadas à ocupação do paleolítico superior (Monteiro-Rodrigues, 2011: 164).

O Epipaleolítico (?)

Finais do X/meados do IX milénio cal a.C. (Monteiro-Rodrigues, 2012: 23).

No setor I parecem existir "vestígios arqueológicos relacionáveis com ocupações dos inícios do Holocénico, mais concretamente do período Pré-boreal". Os vestígios são compostos de pequenos empedrados, um buraco de poste e objetos líticos talhados em quartzo leitoso, de características atípicas. Estas ocupações necessitam de uma investigação mais alargada, de modo a ser possível caracterizá-las devidamente (Monteiro-Rodrigues, 2011: 81).



Obtiveram-se duas datações por radiocarbono que parecem apontar para um intervalo entre "~9150-8550 cal BC", para "os processos de sedimentação de vertente que estiveram na génese deste depósito, e que conservaram os respectivos vestígios arqueológicos" (Monteiro-Rodrigues, 2012: 31).

Fig. 14. "Localização das amostras datadas pelo radiocarbono na unidade estratigráfica U5a (setor I) – Epipaleolítico (?) – as manchas cinzentas correspondem a áreas com evidências de combustão (Monteiro-Rodrigues, 2012: 28).

O Mesolítico "Antigo"

Terceiro quartel do VIII milénio cal a.C. (Monteiro-Rodrigues, 2012: 23).

Existem para o Mesolítico "Antigo" sete datações estatisticamente semelhantes, que parecem documentar uma "única" ocupação que teve lugar entre 7497 e 7353 cal BC 2σ (8351±17 BP) (Monteiro-Rodrigues, 2012: 31).

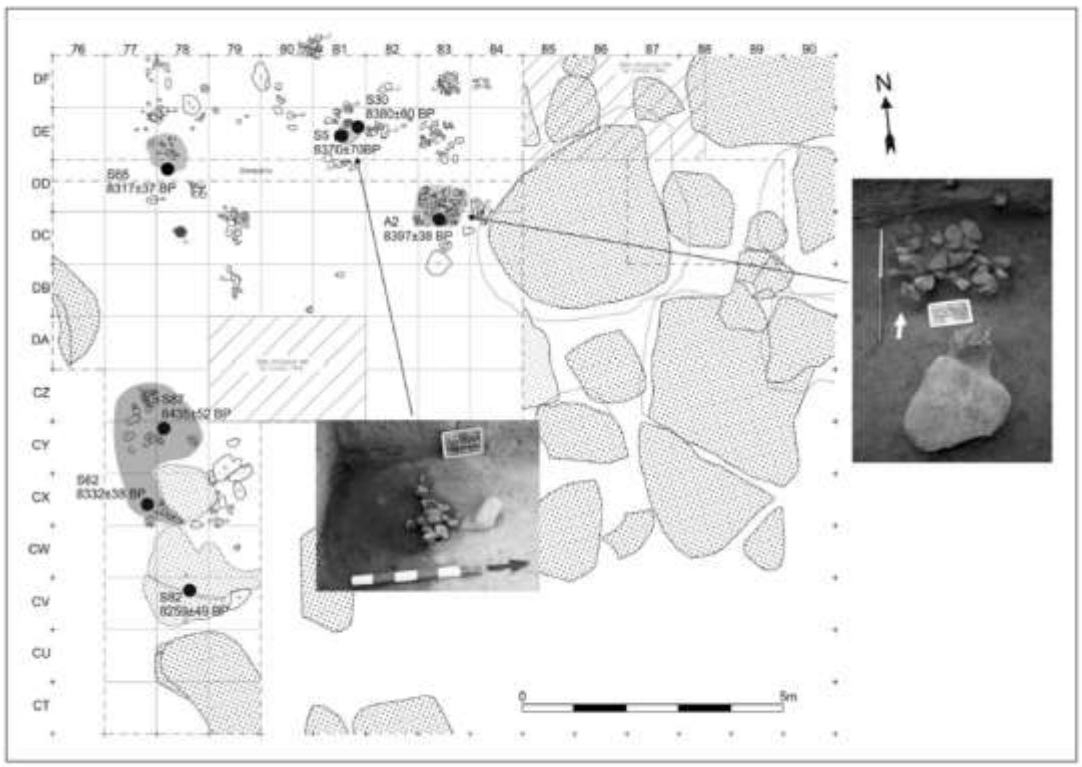


Fig. 15. Nível do Mesolítico "Antigo" (Monteiro-Rodrigues, 2012: 27).

O Mesolítico está documentado por diversos empedrados, estruturas de combustão (uma das quais em fossa) (Monteiro-Rodrigues *et al.*, 2008: 98) e material lítico talhado, produzido essencialmente a partir de quartzo de origem local. Esta indústria parece integrar uma quantidade significativa de lascas em detrimento dos objetos microlíticos (Monteiro-Rodrigues, 2011: 81-82).

O Mesolítico Final

Segundo quartel do VII milénio cal a.C. e os meados do VI milénio cal a.C. (Monteiro-Rodrigues, 2012: 23).

O Mesolítico Final (unidade U4a) parece conservar vestígios de distintas ocupações, ocorridas dentro de um intervalo temporal compreendido entre 6681 e 5557 cal BC (2σ) (Monteiro-Rodrigues, 2012: 31). São oito as datas de C14 para esta ocupação.

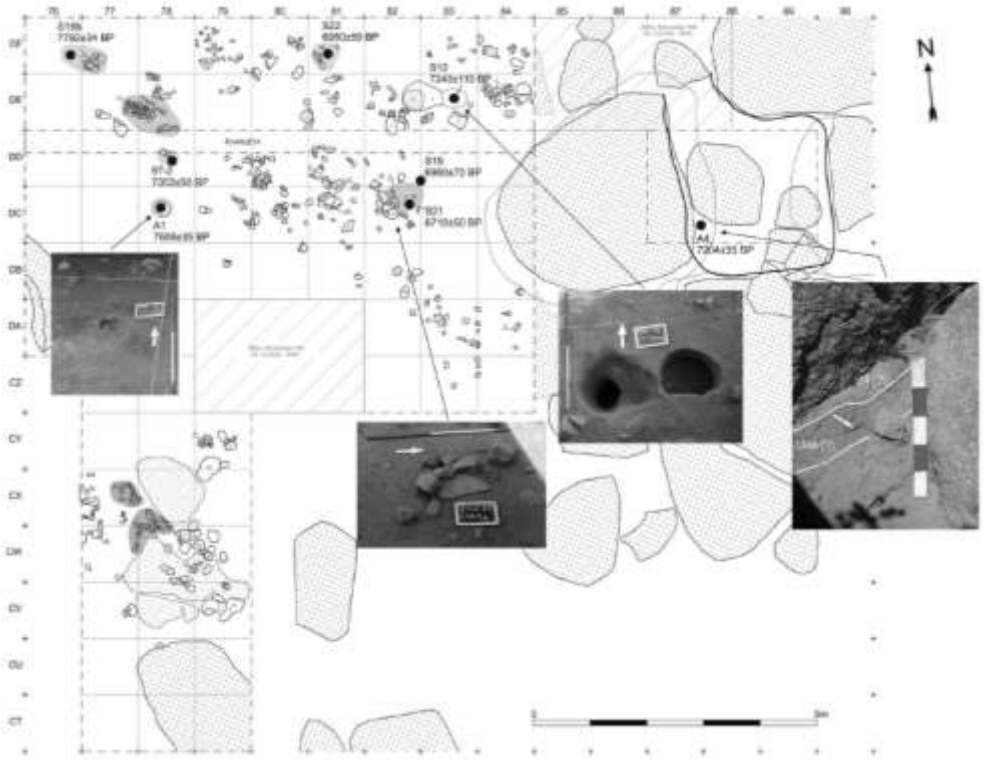


Fig. 16. "Localização das amostras datadas pelo radiocarbono na unidade estratigráfica U4a (setor I) Mesolítico Final (as manchas cinzentas correspondem a áreas com evidências de combustão)" (Monteiro-Rodrigues, 2012: 26).

O Mesolítico Final encontra-se comprovado, do ponto de vista arqueológico, por "uma abundante indústria microlítica com fraca componente geométrica, produzida fundamentalmente a partir de quartzo leitoso e quartzo hialino, e por toda uma série de estruturas, entre as quais se encontram lareiras e buracos de poste" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 81).



Fig. 17. Lareira do Mesolítico Unidade 4A (fotografia cedida por Sérgio Monteiro-Rodrigues).

Foram ainda detetados objetos com vestígios de polimento (em número reduzido), o que permite concluir a existência, no Mesolítico, de atividades de moagem relacionadas possivelmente com o tratamento de peles de animais e a moagem de frutos e gramíneas. A descoberta desta ocupação e destes elementos deu a conhecer um substrato cultural pré-neolítico, desconhecido, até ao momento, nesta parte do território português (Monteiro-Rodrigues, 2011: 82).

O Neolítico Antigo

Compreende o intervalo balizado entre os finais do VI milénio cal a.C. e um momento ainda não determinado, mas posterior ao terceiro quartel do V milénio cal a.C. (Monteiro-Rodrigues, 2012: 23).

O Neolítico Antigo está representado por várias ocupações, que foram ocorrendo entre ~5200 e ~4340 cal BC. (*idem*: 34).

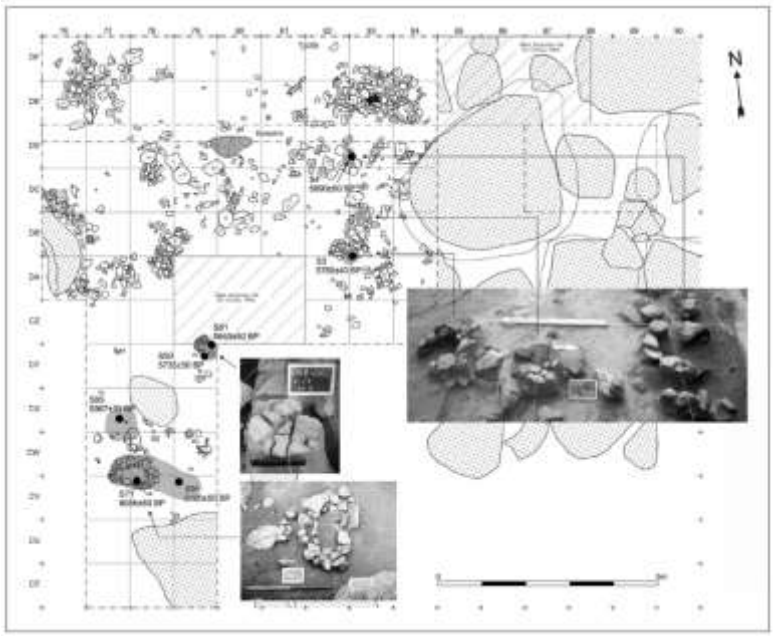


Fig. 18. "Localização das amostras datadas pelo radiocarbono na unidade estratigráfica U4 (setor I) – Neolítico Antigo (as manchas cinzentas correspondem a áreas com evidências de combustão)" (Monteiro-Rodrigues, 2012: 25).

As ocupações do Neolítico Antigo estão documentadas por diversas estruturas (empedrados, lareiras, buraco de poste, fossa, etc.) que evidenciam grande simplicidade, sugerindo contextos sociais com elevado índice de mobilidade. A componente artefactual destas ocupações é composta por recipientes cerâmicos de pequena dimensão, alguns decorados, e por uma utensilagem lítica abundante, de cariz microlítico, cuja componente geométrica é muito pouco expressiva (Monteiro-Rodrigues, 2011: 82).



Fig. 19. Nível com estruturas do Neolítico Antigo, das quais se destaca a fossa do lado direito da imagem (fotografia cedida por Sérgio Monteiro-Rodrigues).

No que concerne à cerâmica neolítica, encontraram-se recipientes de reduzidas dimensões, predominantemente com formas subesféricas. Os principais motivos decorativos correspondem a incisões e/ ou impressões, originado frequentemente motivos em "espinha" (Monteiro-Rodrigues *et al.*, 2008: 99).

> "Em síntese, considera-se que as comunidades humanas que frequentaram o Prazo durante o Neolítico Antigo tê-lo-ão feito no quadro de uma certa intermitência, que é própria de sociedades de caçadores-recolectores. Ou seja, é possível que se voltasse ao Prazo, mas não se vivesse permanentemente no Prazo, pelo menos durante períodos temporais muito alargados" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 152).

O Neolítico Final/Calcolítico

No Prazo II foram detetados três abrigos em rocha, sendo que dois deles, após a realização de trabalhos arqueológicos forneceram alguns materiais atribuíveis ao Neolítico Final ou Calcolítico Inicial (Coixão e Carvalho, 2010: 51). Trata-se de duas cavidades formadas pela sobreposição natural de grandes "bolas" de granito, no interior das quais se acumularam reduzidas quantidades de sedimentos (Monteiro-Rodrigues, 2002: 116).

O Abrigo 1 é formado por duas cavidades contíguas. No ano de 1999, foram realizadas duas sondagens por António Sá Coixão, a fim de avaliar o potencial arqueológico do local. Uma das sondagens foi aberta no interior e outra no exterior, mais especificamente do lado sul do abrigo. As intervenções arqueológicas levaram à descoberta de uma lareira no exterior do Abrigo, de um machado de pedra polida (em anfibolito) e de uma ponta de seta em quartzo. Em setembro desse mesmo ano, Sérgio Rodrigues realizou ações de limpeza no interior do abrigo, tendo sido detetadas mais duas pontas de seta em sílex, um machado de pedra polido e vários fragmentos cerâmicos de um vaso pré-histórico, aparentemente de grandes dimensões (Coixão e Carvalho, 2010: 53).



Fig. 20. Abrigo 1 do Prazo II visto de nordeste (escala 3m) (Monteiro-Rodrigues, 2011: 77).

No ano seguinte o Abrigo 1 foi integralmente escavado. No exterior sul não se detetou nenhum estrutura conectável com a lareira registada por Sá Coixão, à qual foi atribuída uma cronologia romana. Uma conta de colar em azeviche destaca-se como o único objeto pré-histórico exumado. No interior do Abrigo apenas foram encontrados mais alguns artefactos: um machado de pedra polida, um "dormente" e um fragmento de um pequeno vaso sem decoração (*ibidem*).

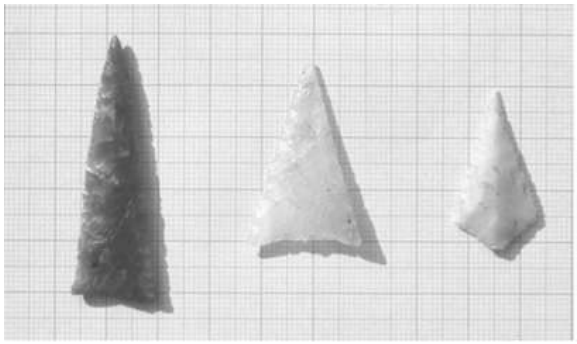


Fig. 21. Pontas de seta do Abrigo 1. A do centro, em quartzo, foi recolhida por A. Sá Coixão durante a sondagem de 1999. As restantes são em sílex e foram detetadas em 1999 (Monteiro-Rodrigues, 2011: 77).



Fig. 22. "Machados polidos do Abrigo 1 (anfibolito). O machado da esquerda foi encontrado no exterior do abrigo e o da direita no interior" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 78).

No ano de 2001, prospetaram-se outras áreas no Prazo II, e foi identificado um novo Abrigo localizado um pouco mais a sul, com dimensões bastante superiores às do Abrigo 1 (Coixão e Carvalho, 2010: 53). O Abrigo 2 consiste "numa cavidade formada pela sobreposição de enormes "bolas" de granito, apresentando um perfil longitudinal em forma de "funil". A sua "entrada", voltada a Oeste, tem cerca de 2 metros de altura máxima, e corresponde à parte mais alta do abrigo; o fundo, orientado a Este, apresenta uma pequena abertura para o exterior, com cerca de um metro de altura máxima, sendo esta, portanto, a sua parte mais estreita" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 79).

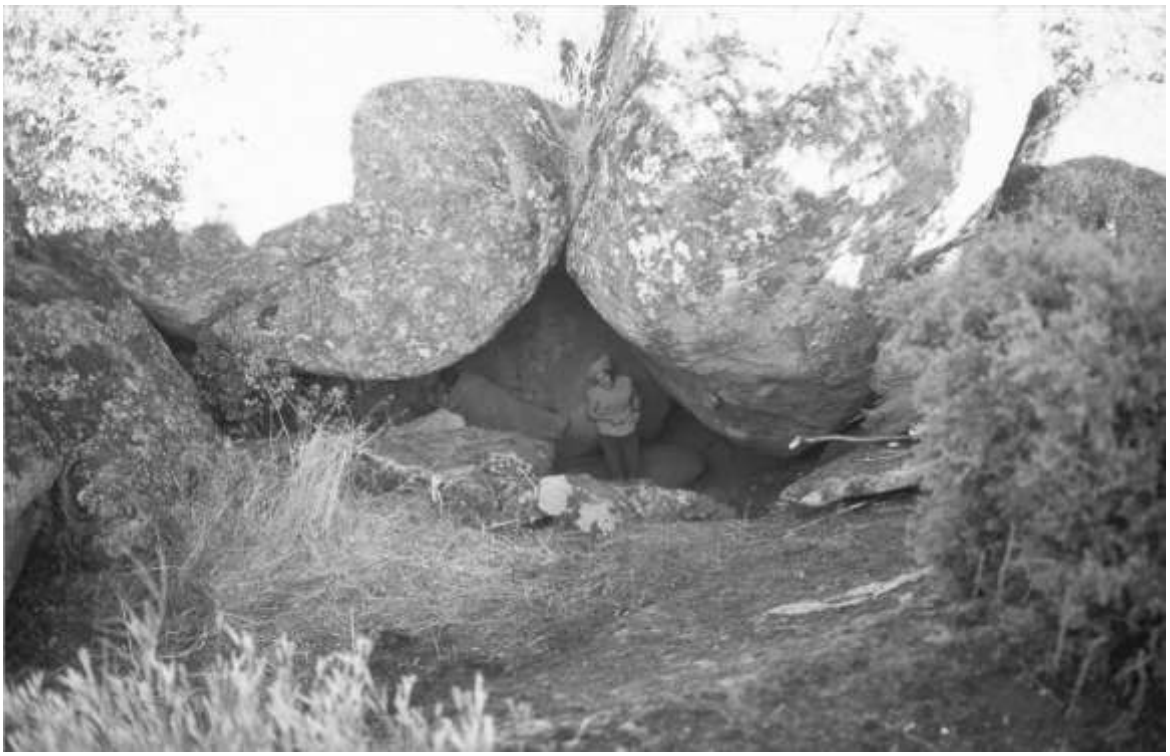


Fig. 23. Abrigo 2, visto de oeste ("entrada") (Monteiro-Rodrigues, 2011: 80).

Durante a escavação arqueológica deste segundo abrigo recolheram-se somente três núcleos e duas lascas, em quartzo, e uma conta de colar de secção subcilíndrica, com perfuração cilíndrica, em gesso (Monteiro-Rodrigues, 2011: 80).

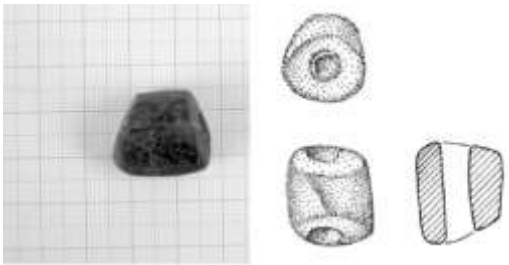


Fig. 24. Conta de colar em gesso (Monteiro-Rodrigues, 2011: 80).

A proposta cronológica avançada para estes locais baseou-se unicamente na tipologia das pontas de seta e das contas de colar (Monteiro-Rodrigues, 2002: 116). De facto, não existe qualquer datação de Carbono 14 que permita confirmar tal cronologia (Monteiro-Rodrigues, 2011: 83).

A interpretação dos abrigos avançada por Sérgio Monteiro Rodrigues é a seguinte:

> "Tendo em conta a semelhança entre o "pacote" artefactual do Abrigo 1 (e eventualmente o do Abrigo 2) e o "pacote" que normalmente ocorre nos monumentos megalíticos do Norte e Centro de Portugal, não é de pôr de lado a possibilidade das cavidades do Prazo II terem sido usadas como locais de "enterramento". Efetivamente, trata-se de espaços que, embora de origem natural, não deixam de se assemelhar a câmaras funerárias de dólmens, sendo, para todos os efeitos, demasiado pequenos para terem sido utilizados com finalidade habitacional. Generalizando esta observação, facilmente se poderia explicar a inexistência (ou raridade) de monumentos megalíticos na área do concelho de Vila Nova de Foz Côa. Por outro lado, poder-se-ia também aventar a possibilidade das cavidades do Prazo II terem funcionado como abrigos de caçadores, nos quais eram "escondidos" alguns objectos de natureza diversa, para utilização futura. A confirmação ou rejeição destas hipóteses depende exclusivamente de novas investigações" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 83).

Os finais da Idade do Bronze/inícios da Idade do Ferro (?)

> "Aquando da realização da sondagem Z, A. N. Sá Coixão detetou um buraco de poste que forneceu carvões, os quais foram datadas pelo radiocarbono no ITN. Os resultados obtidos foram os seguintes: Sac-1489: 2590 ±50 BP (806-770 cal BC para 1 sigma; 824-757 cal BC e 682-546 cal BC para 2 sigma)" (Monteiro-Rodrigues, 2000: 151 nota 3).

O nível da Idade do Bronze/Ferro inicial, detetado no setor XXIII, é de difícil caracterização tendo em conta [o facto de] "em todas as unidades estratigráficas se ter detetado mistura de materiais arqueológicos com idades muito distintas, facilmente se concluiu que o setor XXIII terá sido extremamente revolvido pelo plantio da vinha". Acresce o facto dos artefactos recolhidos, quer os objetos líticos (sobretudo fragmentos de quartzo leitoso com ténues vestígios de talhe/uso e alguns seixos rolados de quartzito fraturados), como o material cerâmico (raro, muito fragmentado e mal conservado), revelarem grande atipicidade (Monteiro-Rodrigues, 2011: 75).

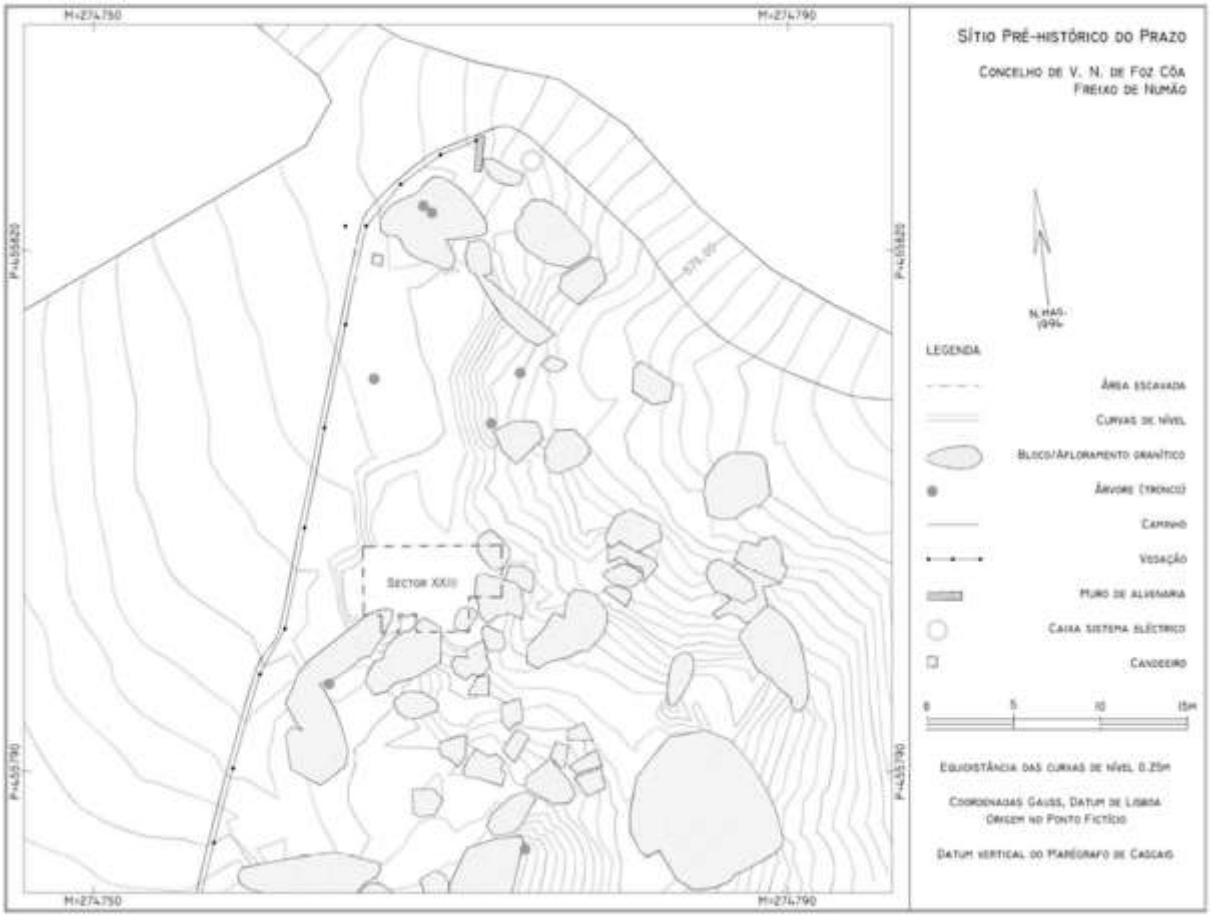


Fig. 25. Setor XXIII (Monteiro-Rodrigues, 2011: 65).

Sérgio Monteiro-Rodrigues procedeu à abertura de uma sondagem (Z) neste setor, abrindo uma área de 28 m2 com o objetivo de perceber o desenvolvimento do "murete" anteriormente colocado a descoberto por António Sá Coixão. Verificou que a referida estrutura se estendia na direção de dois grandes afloramentos graníticos, aos quais se adossava. No decurso dos trabalhos arqueológicos foram detetados mais cinco buracos de poste em aparente conexão com a estrutura pétrea (Monteiro-Rodrigues, 2000: 151). O "padrão de distribuição de outros blocos de quartzo pela área intervencionada sugeriu que a estrutura poderia ter tido uma planta subcircular ou ovalar, correspondendo, possivelmente à base de uma cabana", facto corroborado pelo número significativo de buracos de poste, apesar da sua disposição um tanto aleatória (Monteiro-Rodrigues, 2011: 74-75).

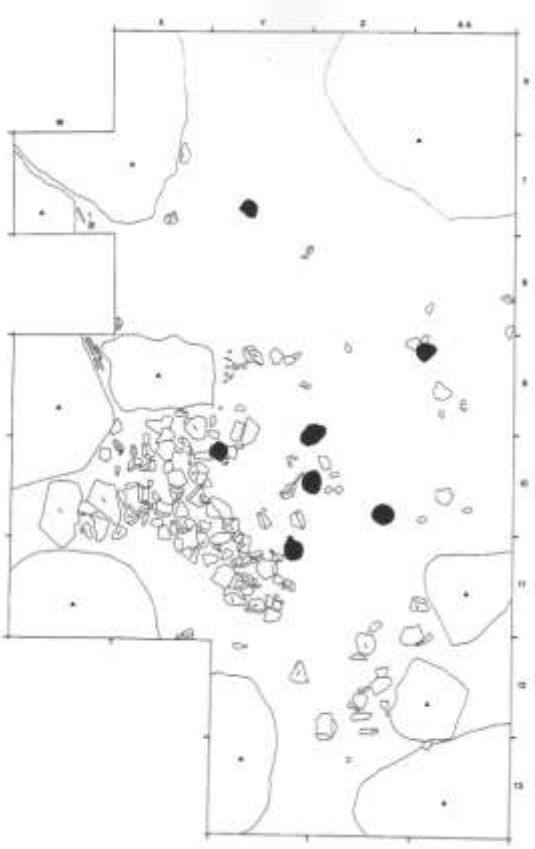


Fig. 26. Setor XXVIII – Estruturas associadas à camada 3. Os buracos de poste estão assinalados a preto. (Monteiro-Rodrigues, 2000: 172 estampa IV).

Parte da estrutura encontrava-se relativamente bem conservada, apesar dos inúmeros indícios de perturbações estratigráficas. O "murete" e buracos de poste encontram-se associados a uma camada amarelada, saibrosa, constituída por fragmentos de granito desagregado de dimensões reduzidas (camada 3). "Forneceu poucos artefactos sendo contudo de salientar a existências de cerâmica romana neste nível. Do interior de alguns dos buracos de poste recolhemos carvões" (Monteiro-Rodrigues, 2000: 151). Recolheram-se ainda alguns fragmentos de tégula e uma raiz de videira (Monteiro-Rodrigues, 2011: 75). Nos níveis anteriores apareceram materiais pré-históricos (cerâmicas e líticos) misturados com cerâmicas romanas, cerâmicas vidradas e restos metálicos (Monteiro-Rodrigues, 2000: 151).

> "A inexistência de artefactos com características técnicas e tipológicas suscetíveis de darem indicações cronológicas mais precisas, assim como o visível revolvimento do terreno neste setor, não permitiu caracterizá-lo do ponto de vista arqueológico" (Monteiro-Rodrigues, 2000: 151).

Posto isto, a hipótese cronológica desta ocupação apoia-se numa datação de cerca de 700 cal. a.C. obtida a partir de carvões, recolhidos num buraco de poste (*idem*: 116). António Sá Coixão avança com a possibilidade desta ocupação estar associada à ocupação da Idade do Bronze detetada no monte contíguo ao Prazo, no alto de Santa Eufémia (Coixão, 2000a: 424).

O Monte de Santa Eufémia (664 m) constitui o ponto mais elevado do maciço granítico onde aflora um filão de quartzo, instalado na falha de Murça, entre a Quinta dos Bons Ares e o Prazo. Este filão parece ter sido explorado no decurso de algumas ocupações pré-históricas do Prazo como fonte de matéria-prima para a produção de utensílios talhados (Monteiro-Rodrigues, 2002: 114). Neste local foi recolhido um dormente e dois moventes em granito, assim como foram recolhidos, no corte da abertura de um caminho, 32 fragmentos cerâmicos, quatro deles com decoração tipo *Cogeces* (Coixão, 1999a: 186).

O Período Romano, a Idade Média e a Idade Moderna

As ocupações destes períodos ocorrem disseminadas por toda a área do Prazo, surgindo principalmente no setor I e no setor VII. Do conjunto de todos os vestígios arqueológicos do Prazo, os romanos e os medievais são os mais abundantes e expressivos (Monteiro-Rodrigues, 2011: 83).

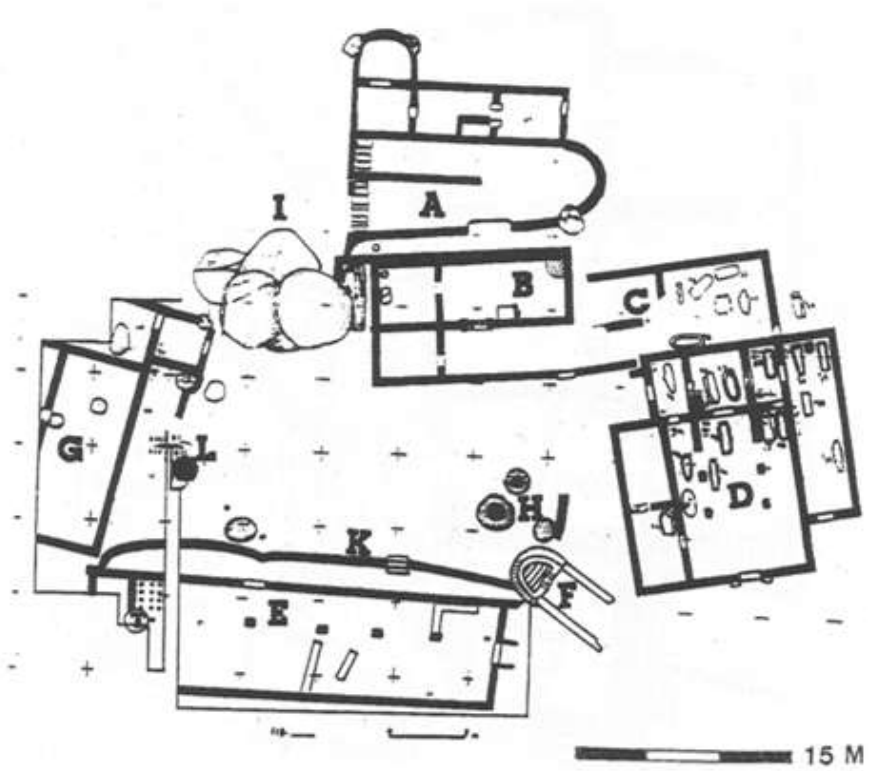


Fig. 27. Estruturas romanas, medievais e modernas do Prazo (Coixão, 2000a: 432 estampa III):
A. Provável zona termal (séculos I-II a.C.);
B. Edifício construído por volta de 250 d.C.;
C. Área de fornos de cozedura de tégula (a partir do séc. III d.C.);
D. Templo Cristão (séculos V a XIII d.C.) edificado sobre a casa senhorial romana;
E. Edifício romano, ocupado entre os séculos I e III d.C. (com áreas de armazenamento);
F. Forno de secar figos (Época Moderna);
G. Edifício romano do século IV d.C.;
H. Forno de fundição de metal (séc. III d.C.);
I. Zona de ocupação neolítica;
J. Tanque forrado a "opus signinum";
K. Muro de suporte de terras e espaço aproveitado como zona de armazenamento;
L. Forno de fundição de metal (séc. IV d.C.).

O período romano

A presença romana encontra-se dividida em três fases:

1. A romanização do sítio do Prazo iniciou-se por volta dos séculos I-II d. C. com a construção de uma *villa*, que dispunha de zona termal (zona A da figura 27), constituindo a estrutura mais bem conservada da ocupação romana (Coixão, 2000a: 424).



Fig. 28. Em primeiro plano o edifício romano considerado como uma zona termal (fotografia de Carlos Alves).

Foram ainda detetadas áreas destinadas à fundição de metais (Coixão, 2000a: 424). Todas estas estruturas se localizam no setor I da estação.



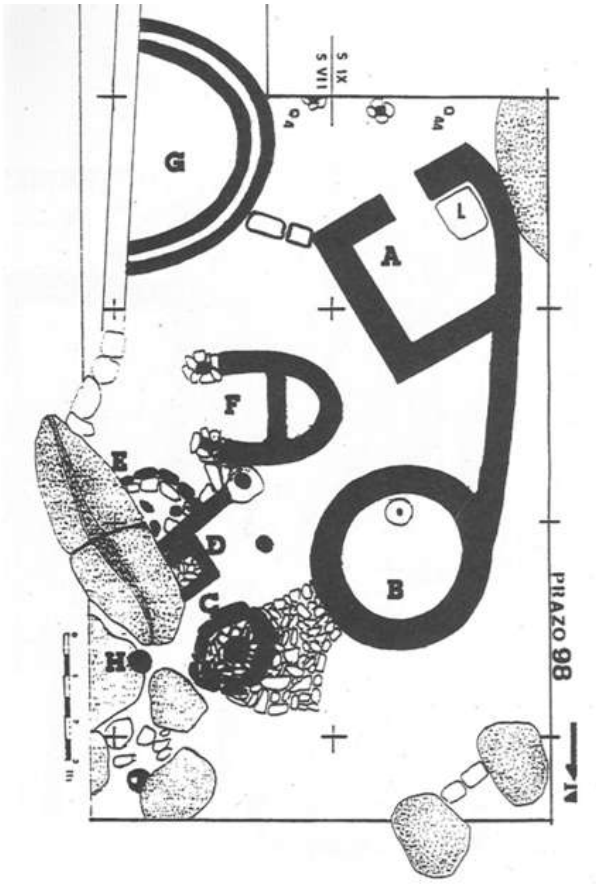
Fig. 29. O edifício romano (E) após o processo de musealização da estação. Note-se em segundo plano, um forno de secar figos da época moderna (Arquivo do Museu da Casa Grande).

Segundo António Sá Coixão (informação pessoal), esta fotografia refere-se:

> "ao início da escavação de um dos edifícios da *Villa*. Foi neste local que se preservaram melhor os estratos (terra, pedra, telha acumulada ao longo das ocupações). Três ocupações entre os séculos I e IV d.C. e a constatação de que este edifício serviu de grande loja ou armazém. Tem indícios de escadaria de acesso a um 1º andar. Várias colunas em forma de paralelepípedos rectangulares confirmam a existência, antes do soalho, de uma "tarimba" que era usual para guardar materiais agrícolas e até para dormir a criadagem. Tanques e um forno de fabrico de pez foram aqui registados, bem como muitas talhas (*dolia*) para guardar água, vinho, azeite".

A avaliar pela qualidade do espólio encontrado (inúmeros recipientes em vidro, moedas, inscrição dedicada a Júpiter, etc.) esta terá sido uma fase de grande prosperidade (Coixão, 2000a: 424).

2. Entre 250 e 275 AD, os espaços de características palacianas (por exemplo, as construções associadas à zona termal) vão sendo substituídos e ampliados, surgindo sinais de uma maior ruralização.



Ainda durante esta ocupação, o patamar superior à zona da habitação (setor VII) é aproveitado para a construção de uma *pars frutuária* da *villa*. É essencialmente uma área ligada ao armazenamento e moagem de cereais, e possui ainda vestígios de uma cozinha, de um forno e de uma lareira (Coixão, 2000a: 424).

Fig. 30. *Pars Fructuária* da *villa* romana do Prazo. Legenda: A. Cozinha; B. Área de moagem; D. Tanque ou Tulha; E. Lareira; F. Forno; G. área de armazenamento; H. Fossa para depósito de *dolium*; L. Lareira de cozinha (Coixão, 2000a: 433 estampa IV).

3. Sujeita a saque e tendo sido incendiada, a *villa* terá sido abandonada durante o último quartel do século III d.C., para ser posteriormente reocupada nos inícios do século IV d.C. Da reocupação no século IV, destaca-se o aparecimento de "duas pequenas sepulturas (geminadas) construídas com pedra e aproveitando diaclases da rocha, que continham 2 moedas de Constantino (séc. IV d.C.)". Foi ainda exumada uma grande quantidade de cerâmica, numismas e outros materiais deste período mais tardio (Coixão e Naldinho, 2011: 486).

A Idade Média

No século V d.C., no período também conhecido por Paleocristão, terá sido edificado um templo, aproveitando parte da estrutura da "casa" romana. Terão sido utilizados materiais romanos (bases, fustes e capiteis) para o adorno e suporte das naves. Um fundo de cerâmica cinzenta tardo-romana exumado continha gravado o "Crismon" (Coixão, 2000a: 425).

Com o decorrer das escavações, António Sá Coixão verificou que as paredes laterais da primitiva igreja resultavam de uma reutilização parcial de um dos edifícios da *villa* romana. O chão era forrado a "opus signinum", que foi sendo destruído à medida que foi havendo necessidade de se implantarem novas sepulturas. "As colunatas, bases e capitéis terão sido igualmente reutilizados pelos construtores da igreja, aplicando-os no corpo central da mesma, talvez para um telhado de duas águas" (Coixão, 1999b: 55).



Fig. 31. A Igreja Paleocristã do Prazo (fotografia de Carlos Alves).

De acordo com as palavras de António Sá Coixão (informação pessoal) a figura 31 mostra parte da estrutura da igreja paleocristã do Prazo, vista do lado este, depois de totalmente escavada e do restauro das estruturas. O chão era forrado a "*opus signinum*" e as sapatas das colunatas estavam todas *in situ*, o que permitiu definir o corpo da Igreja e as duas naves.

Com o desenrolar das escavações verificou-se a existência de uma igreja orientada este-oeste, com a porta principal virada a nascente (este). A primitiva igreja, datada da Alta Idade Média, era de reduzidas dimensões, sendo composta por "um corpo quadrangular de cabeceira (o altar-mor) e um outro, igualmente quadrangular, que formava o corpo da igreja, sobressaindo 6 sapatas de implantação de colunatas entre si (3 em cada uma das alas)". Desta primeira fase surge ainda um conjunto de sete sepulturas, cujos enterramentos devem ter sido todos feitos no exterior da Igreja. Duas destas sepulturas resultaram da "reutilização de dois tanques da época romana, que terão servido para cozer cerâmica (provavelmente tégula)" (Coixão, 1999b: 54).

A Igreja do Prazo teve, pelo menos, dois momentos de construção. Uma primitiva, mais pequena, apenas com o corpo da igreja e, no lado oeste, um pequeno corpo servindo de altar-mor, que acabamos de descrever. Provavelmente nos finais do século IX ou inícios do século X, a igreja terá sido ampliada no lado norte, sul e este, tendo ainda sido acrescentados dois corpos laterais ao primitivo corpo do altar-mor (*idem*: 55).

O abandono definitivo desta construção deve ter-se verificado no último quartel do século XIII (Coixão, 2000a: 425).



Fig. 32. Igreja paleocristã/medieval do Prazo (fotografia de Carlos Alves).

Destaque-se ainda um conjunto de 22 sepulturas, de diferentes épocas, posto a descoberto durante a escavação arqueológica. De registar que as sepulturas 9 e 10 resultaram de um reaproveitamento de

dois tanques romanos, prováveis fornos de cozedura de tégula, conforme já foi referido anteriormente (Coixão, 2000a: 425). Um dos ossos da sepultura 9 foi datado por C14, apresentando como resultado uma datação do século V d. C. (Coixão e Naldinho, 2011: 486).

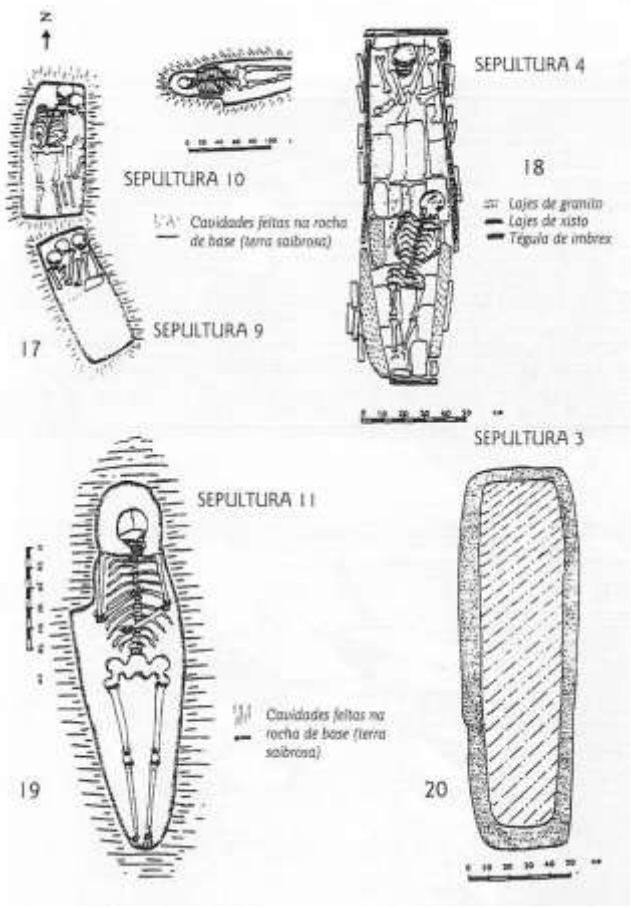


Fig. 33. Alguns dos enterramentos na necrópole do Prazo: do século V ao VII d.C. (9, 10 e 11); do século IX ao X d.C. (3 e 4) (Coixão, 1997: 61).

Através dos trabalhos arqueológicos realizados, António Sá Coixão verificou que os edifícios romanos já escavados não foram reutilizados durante o período medieval. Este investigador depreende que entre os séculos V e XIII, apenas seria totalmente visível, naquele espaço, a igreja. Não foi recolhido nenhum material da época medieval na área ocupada pelos edifícios romanos escavados (Coixão, 1999b: 54).

No átrio interior da *villa* romana, foram descobertos dois fornos de fundição de metal. Nesse mesmo espaço, no solo de base, foram detetados "buracos de poste e fossas que poderão estar relacionados com a ocupação Neolítica ou uma ocupação anterior", atendendo ao facto de também aí terem sido exumados materiais do Paleolítico (Coixão, 2000a: 425).

Foi igualmente registada uma ocupação dos séculos XIV/XV na zona da igreja, aliás sobrepondo-se a parte do edifício, consistindo na existência de vestígios muito ténues de uma estrutura não relacionável com o culto religioso, sendo designada como "casa de campo" por António Sá Coixão (Coixão e Naldinho, 2011: 487).

Para além desta estrutura, ficaram registados momentos de reutilização de materiais romanos e medievais, como podemos ver nas imagens que se seguem.

Um pormenor do interior da Igreja Paleocristã, designadamente na entrada para o altar-mor que se encontra tapada com pedra e onde um murete foi assente sobre uma sepultura. Esta entrada foi tapada nos séculos XIV ou XV, já depois de abandonada a Igreja e o culto.

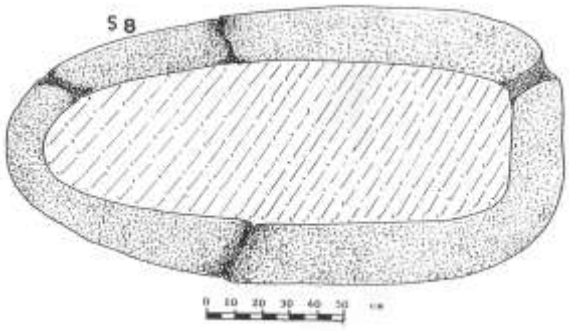


Fig. 34. Modificações do séc. XIV/XV no espaço da Igreja (Arquivo do Museu da Casa Grande).

A única porta da Igreja Paleocristã, do lado sul, encontrava-se "selada" (ou entaipada) com pedras, mas também com fustes de coluna e fragmentos de *opus signinum* arrancados do chão do edifício religioso. Enquanto as colunas pertenceriam ao corpo da igreja, o referido *opus,* datará provavelmente do século I d.C., dado que aquele edifício terá sido construído sobre um outro de época romana, provavelmente a "Casa Senhorial da *Villa*" (expressão de António Sá Coixão). No século XIV, senão mesmo no século XV, a Igreja terá sido transformada numa casa de campo com estábulos. Algumas portas foram fechadas, como é o caso da imagem da figura 35 e a porta de ligação entre o corpo central e o altar-mor, apresentada anteriormente (informação pessoal de António Sá Coixão).



Fig. 35. Entaipamento da única entrada da Igreja paleocristã (Arquivo do Museu da casa Grande).



Durante esta ocupação dá-se a reutilização de um sarcófago (sepultura 8) como provável manjedoura (Coixão, 2000a).

Fig. 36. Sepultura 8 transformada em provável manjedoura (Coixão, 1999b: 95).

> "Ainda hoje, os terrenos localizados a norte do citado vale de Sã Joana, tem como topónimo "Almoinhas", termo medieval que identificava terras ou "leiras" que seriam distribuídas aos moradores para ali fazerem as suas "hortas". Pelos dados toponímicos e pela tradição oral, estamos crentes de que existirá, enterrada algures no vale, uma aldeia adormecida que teria como local de culto e espaço sagrado reservado à última morada, a igreja do Prazo" (Coixão, 1999b: 56).

Nos terrenos a norte do Prazo foram realizadas escavações arqueológicas e registou-se uma ocupação Alto-Medieval, com cerâmicas comuns lisas ou decoradas, características daquela época (Coixão e Naldinho, 2011: 487).

Apresentamos, de seguida, ainda que de forma muito sumária, as várias fases de ocupação da necrópole do Prazo.

> "Pela tipologia das sepulturas e ainda pela sua proximidade à antiga Igreja, os arqueólogos estabeleceram quatro períodos de utilização para a Necrópole" (Cunha e Matos, 1999: 102).

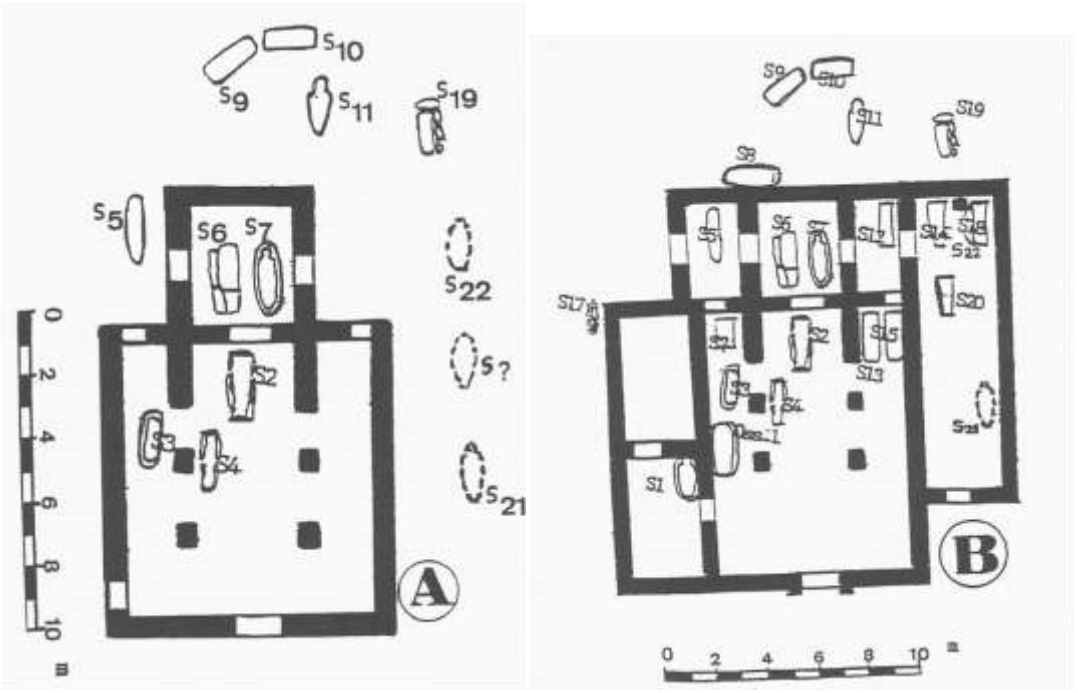


Fig. 37. A dispersão dos enterramentos enquadrados pela estrutura da Igreja paleocristã (A), posteriormente alargada durante a Baixa Idade Média (B) (Coixão, 1999b: 60).

O primeiro período, cujas balizas cronológicas se situam entre o século V ao VII d.C., é caracterizado por sepulturas escavadas na rocha. Pertencem a este grupo as sepulturas 5, 9, 10 e 11 (Cunha e Matos, 1999: 102).

Segundo António Sá Coixão (informação pessoal) a sepultura 11, no exterior da Igreja do Prazo, lado oeste, quando foi descoberta (outubro de 1995), "era uma caixa cavada no saibro, do tipo tanque, que continha um esqueleto e outras ossadas e que era coberta por grandes e espessas lajes de xisto". Um dos ossos foi sujeito a análise do Carbono 14, obtendo-se uma data relativa ao último quartel do século V d.C.



Fig. 38. Sepultura 11 (Arquivo do Museu da Casa Grande).

Ao segundo grupo, pertencem três sepulturas, nomeadamente a 19, a 21 e a 22. Este momento caracteriza-se pela construção de sepulturas com pedras alinhadas, em termos cronológicos situado entre os séculos VII e IX (Cunha e Matos, 1999: 102).

A sepultura 21 foi construída com pedras alinhadas. O crânio estava alojado num nicho em pedra, situação que no ano de 1985 também foi detetado num esqueleto no Adro da Igreja de Freixo. Vê-se uma pedra sob o maxilar inferior (Coixão, 1999b: 88).



Por volta do século IX, inícios do século X, com a ampliação do templo, os enterramentos passaram a ser efetuados no interior da igreja sendo possível diferenciar dois tipos de sepulturas. Um primeiro grupo, cronologicamente anterior, é composto por sepulturas com grandes pedras alinhadas e normalmente cobertas com tampas de xisto ou granito e sarcófagos trabalhados também em granito (7 sepulturas).

Um outro conjunto, temporalmente posterior, é constituído por sarcófagos de granito de forma antropomórfica e, ainda, sepulturas construídas com lajes de xisto alinhadas e dispostas na vertical com tampas em xisto. É nítido que o número de sepulturas recuperadas deste último tipo 4, está subestimado sendo muito provável que várias tivessem sido destruídas durante os anos 40 e 50 em consequência de trabalhos agrícolas (Cunha e Matos, 1999: 102).

Fig. 39. Sepultura 21 (Arquivo do Museu da Casa Grande).

Quanto aos sarcófagos antropomórficos, há apenas dois: as sepulturas 1 e 16.

Os antropólogos propuseram uma divisão em duas séries antropológicas, uma primeira que vai desde o século V até ao século IX e outra série, que abrange o período de tempo entre os séculos IX e XIII (Cunha e Matos, 1999: 102). Esta divisão é consistente com os dois momentos de construção da igreja.

Um dos aspetos que nos pareceu mais interessante, no que diz respeito ao estudo bioarqueológico da necrópole, prende-se com a percentagem de sepulcros que foram reutilizados: 50%.

> "Note-se que na maioria das reutilizações, é difícil discernir o último corpo a ter sido inumado. Por outras palavras, as sepulturas que serviram de última morada a mais do que um indivíduo são caracterizadas por um grande remeximento do material ósseo. Pelo grau de compactação do solo, pode afirmar-se que a desorganização dos ossos não é recente" (Cunha e Matos, 1999: 103).

A época moderna/contemporânea

Registou-se ainda um forno de secar figos (pouco mais que secular), que estará relacionado com duas pequenas casas rurais (Coixão, 2000a: 425).




Figs. 40 e 41. O forno para secar figos e o anfiteatro e centro de interpretação (Arquivo do Museu da Casa Grande).

Aquando da musealização do sítio, as referidas estruturas agrícolas existentes a SO., junto à entrada, foram transformadas em edifícios de apoio e centro de interpretação. Foi ainda construído um anfiteatro ao ar livre, beneficiando do declive natural do terreno, destinado a atividades culturais (SIPA – IHRU. IPA.00021696).

6.3.4. ALGUNS DADOS SOBRE AS DATAÇÕES DE C14

Em 2002 foi desenvolvido um primeiro estudo focado nas datações absolutas relativas às várias ocupações do Prazo, integrado numa análise de cariz geoarqueológico (Monteiro-Rodrigues, 2012: 23). Em 2012, o sítio dispunha de 26 datações pelo radiocarbono consideradas válidas para as ocupações pré-históricas (*idem*: 31).

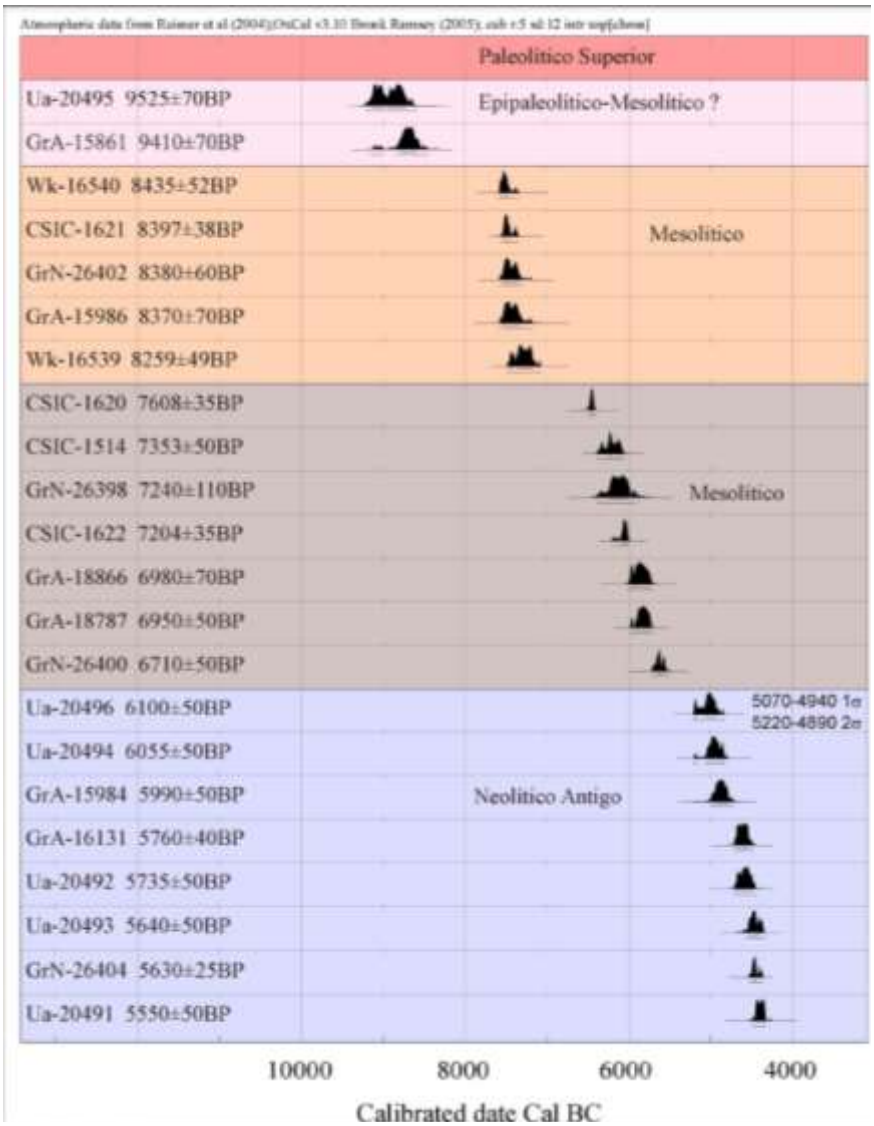


Fig. 42. Cronologia C14 para as ocupações pré-históricas do Prazo.
Datações calibradas BC. (López Sáez *et al*., 2006-2007: 5)

Segundo Sérgio Monteiro-Rodrigues (2012: 23), a análise dos dados apresentados permite avançar com as seguintes datações para os períodos pré-históricos mais antigos:

- Epipaleolítico – finais do X/meados do IX milénio cal BC;
- Mesolítico "Antigo" – terceiro quartel do VIII milénio cal BC;
- Mesolítico "Final" – entre o segundo quartel do VII milénio cal BC e os meados do VI milénio cal BC;
- Neolítico Antigo – entre os finais do VI milénio cal BC e um momento indeterminado posterior ao terceiro quartel do V milénio cal BC.



Fig. 43. Sequência estratigráfica e sequência de ocupações humanas no setor I do Prazo (Monteiro-Rodrigues, 2010: 11).

As camadas arqueológicas 1 e 2 relacionam-se com a ocupação romana e medieval do sítio. Os materiais pré-históricos aí encontrados "advêm de remeximento do terreno que terão começado, pelo menos a partir da Antiguidade" (Monteiro-Rodrigues, 2000: 156).

Das 33 datações C14 obtidas na estação pré-histórica do Prazo, dez foram excluídas por:

- se relacionarem com estruturas/contextos pós pré-históricos (97-4, 97-1, S9-VII, A5);
- remeterem para períodos pré-históricos não testemunhados arqueologicamente (97-3, S12B) (Monteiro-Rodrigues, 2011: 146).

Existem cinco datas para os períodos que se estendem desde a Idade do Bronze à Época Medieval.

Setor	Amostra	Ref. Lab.	Resultado BP.	Cal a.C. 1 sigma	Cal a.C. 2 sigma	Proveniência
I	97-4	CSIC-1421	2153 ±27	210-160 (38,2%) 130-120 (4,8%)	360-290 (29,0%) 260-90 (66,4%)	estrutura de combustão com *dolium* e barro cozido.
I	97-1	CISC-1420	1431±30	604-6120 AD (9,8%) 612-653 AD (58,4%)	560-670 AD (95,4%)	terra
VII	S9-VII	GrA-18817	1540±45	430-570 AD (65,1%) 590-600 AD (3,1%)	420-620 AD (95%)	carvões
XXIII	Coixão	Sac-1489	2590±50	830-750 (51%) 690-660 (6,5%)	840-520 (95,4%)	buraco de poste
Abrigo 1	A5	CSIC-1623	1892±26	70-135 AD (68,2%)	50-220 AD (95,5%)	Solo localizado fora do abrigo

Tabela 1. Datações relacionadas com estruturas/contextos pós pré-históricos (Monteiro-Rodrigues e Angelluci, 2004, adaptado).

A amostra S9-VII, recolhida no setor VII, está relacionada com a unidade U2-VII, que corresponde a um espesso nível de incêndio de idade tardo-romana/alti-medieval e apresenta os seguintes valores: 1540±45 BP: 420-607 cal. AD (Monteiro-Rodrigues, 2011: 143).

No setor XXIII, a amostra recolhida por Sá Coixão, no ano de 1996, proveniente do enchimento de um buraco de poste escavado na unidade 3, apresentou o seguinte resultado: 2590±50 BP: 840-520 AD (Monteiro-Rodrigues e Angelucci, 2004: 57).



Fig. 44. Sondagem de Sá Coixão em 1996 (Monteiro-Rodrigues, 2011: 75).

No exterior do Abrigo 1 (Prazo II) foi escavada uma estrutura de combustão onde se recolheu a amostra A5 (carvão de espécie não determinada). Num primeiro momento ainda se pensou tratarem-se de vestígios pré-históricos conectáveis com os materiais encontrados no interior do Abrigo, no entanto, a datação de C14 relaciona aquela estrutura com a ocupação romana detetada nas proximidades: 1892±26 BP: 57-213 cal. AD (Monteiro-Rodrigues, 2011: 146).

> "A datação do Abrigo 1 do Prazo II associa-se a uma estrutura de combustão do século I/II AD, e não à ocupação pré-histórica identificada no local. Trabalhos realizados por A. Sá Coixão nas imediações do abrigo puseram a descoberto várias estruturas pétreas, bem como materiais arqueológicos, relacionáveis com a ocupação romana do Prazo/Prazo II. Segundo aquele investigador, há vários indícios à escala regional que confirmam a utilização recorrente deste tipo de abrigos por pastores e por caçadores, desde a Antiguidade até aos dias de hoje" (Monteiro-Rodrigues, 2011: 159).

6.3.5. O TOPÓNIMO “PRAZO”

Em todos estes anos nunca nos questionamos sobre o topónimo “Prazo”. Somente, quando entrevistámos António Sá Coixão e ele nos falou sobre o "emprazamento" das terras, e a sua possível relação com o Mosteiro de S. João de Tarouca, é que decidimos encetar algumas pesquisas no sentido de perceber o significado de tal topónimo.

De facto, a palavra 'Prazo' encontra-se relacionada com as expressões de “enfiteuse”, 'emprazamento', 'aforamento', ou 'foro', palavras que designam o mesmo ‘‘Instituto Jurídico”.

No direito português do século XX «dá-se o contrato de emprazamento, aforamento ou enfiteuse, quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada, a que se chama foro ou cânon.» Foi ao longo do século XIII que o nome de *emprazamento* e de *prazo* se consagrou (Serrão, 1992: 379-380).

Para Viterbo “segundo o espírito das nossas leis antigas, então se dizia emprazamento, quando o senhor do terreno dava uma parte dele a quem o cultivasse, recebendo certo prémio ou renda anual, transferindo, porém, o domínio directo desta porção assim emprazada no cultivador ou enfiteuta, que pelo tal contrato, prazo ou emprazamento a fazia sua...” (Viterbo, 1964: 491).

Simplificando, para J. A. Pinto Ferreira (1980: 378 nota 2) “Prazo significava contrato”.

Na análise das Memórias Paroquiais de 1758, Capela (2003: 65) apresenta e explica um conjunto de termos associados à palavra Prazo, designadamente Emprazamento; Foro; Aforamento e Casal, para os quais apresentámos as respetivas definições:

> “Emprazamento – «Chamou-se emprazamento àquele contrato pelo qual o senhor do prédio dá parte dele a quem o cultive, transferindo-lhe o domínio útil e recebendo dele certa pensão anual. Os emprazamentos começaram por ser anuais, depois se fizeram pela vida do colono e passaram finalmente a fazer-se por três vidas e também perpétuos», ditos enfitêuticos (Capela, 2003: 56).
> Foro - «Significa praça pública, tribunal do juiz e usa-se mais frequentemente no sentido de jurisdição e tribunal de justiça. Aplica-se em especial para designar a jurisdição que pertence à Igreja. E tal como norma ou regime jurídico os privilégios e franquias mas também em geral prestação ou tributo a pagar a uma autoridade ou senhor, desde o século XII que se fixa em palavra para exprimir o contrato ou o cânon ou direitos a pagar por virtude de contrato de **emprazamento,** aforamento ou enfiteuse, em geral de um prédio rústico. O tomador do prédio toma assim em geral o nome de foreiro ou enfiteuta e a propriedade em prédio contratado e o próprio contrato de **prazo**. (Aforamento) (Capela, 2003: 65)
> Aforamento – «Contrato pelo qual uma das partes contratantes cede e transfere para a outra o domínio útil de um prédio, para o possuir, e desfrutar como próprio, debaixo da condição de lhe pagar certa pensão anual em reconhecimento do seu domínio directo» = **Emprazamento**. (Capela, 2003: 20)
> Casal – «Deriva-se da palavra latina Casa e em geral significa habitação. Dá-se porém particularmente este nome às casas de campo, que têm terras de lavoura e granjearia. Casal encabeçado se chamava o **Prazo fateosim** que dividido por colonos, um só deles é a cabeça do **prazo**, que responde *in solidum*, pelas pensões ou foros, cobrando-os dos mais possoeiros e entregando-os ele só ao senhor directo” (Capela, 2003: 38).

Todos estes conceitos se relacionam com a exploração de terras agrícolas e atravessam a Idade Média, subsistindo ainda na Época Moderna.

Em relação ao Mosteiro de S. João de Tarouca e a sua presença na área que está a ser objeto de análise, sabemos que "é relevante a partir do século XIII, época em que o mosteiro de S. João de Tarouca se transforma num importante proprietário local, especialmente no lugar da Touça, passando a aí dominar a vida económica. Esta situação permaneceu até ao século XIX. Os bens que aí possuía, obteve-os através de doações, como foi o caso da herdade dos Proviceiros que lhe foi deixada em testamento pelo bispo lamecense, D. Paio Furtado que faleceu em 2 de Dezembro de 1246" (Trabulo, 2000: 23).

No século XIII, (...) D. Abril Peres de Lumiares, (...) leva o concelho a ceder-lhe, em 1238, uma grande propriedade localizada entre Cedovim, Muxagata e Longroiva, e quatro anos depois a granja da Touça. Estas propriedades viriam depois no reinado de D. Dinis a passar para as mãos dos monges de S. João de Tarouca (Trabulo, 2000: 21). A carta de doação da Granja da Touça data de fevereiro de 1242, e encontra-se no Livro das Doações de Tarouca (*ibidem*, nota 3).

Destaco ainda a notícia de em 1344 ter havido "doação ou concessão de carta de couto dos herdamentos de D. Dinis da Granja da Touça ao Mosteiro de S. João de Tarouca, que promoveu o repovoamento do lugar e emprazou depois essas terras; desconhece-se a existência de carta de foral e da época em que possuía autonomia concelhia, que se pensa ter sido efémera" (SIPA-IHRA - Pelourinho de Touça IPA.00001527).

Talvez o nome do lugar Prazo tenha estado, portanto, originalmente ligado ao *prazo* ou *emprazamento* dos monges do Mosteiro de S. João de Tarouca, conforme referido pelo investigador Freixiense. Informação que será necessário ter em consideração numa investigação mais aprofundada, num futuro próximo, recorrendo à análise de alguma documentação, que pode, porventura, ainda existir no Mosteiro de S. João de Tarouca.

6. 3.6. NOTAS FINAIS

A realização desta breve biografia do sítio do Prazo e a sua escolha como caso de estudo prende-se com a excecionalidade dos seus vestígios arqueológicos, assim como a sua ampla diacronia. Apesar da existência de intermitências, este local parece ter sido ocupado sistematicamente desde o Paleolítico Superior até à atualidade. Refira-se, no entanto, que existe uma grande descontinuidade entre as ocupações pré-históricas e a ocupação romana.

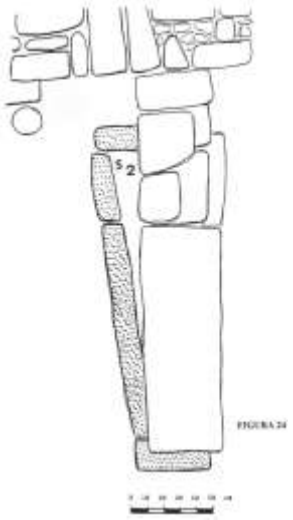
Os fenómenos da destruição, reocupação, sobreposição, reutilização, abandono, reconstrução dos vestígios arqueológicos são evidentes nos dados já apresentados. Existem áreas que permanecem abandonadas e intocadas durante milénios, a par de áreas densamente ocupadas, cujas construções primitivas (romanas) são sistematicamente modificadas e alteradas, não só para a construção da igreja paleocristã/medieval, mas igualmente para a estruturação da casa de campo do século XV.

No Prazo parece haver alguns episódios deliberados de reutilização de estruturas anteriores, durante o período romano. A *villa* romana em si funciona como um íman para vários episódios posteriores de revisitação. Também a sua função muda consoante o espaço é associado com o mundo dos vivos e o seu

quotidiano ou com o mundo dos mortos, associando-se a espaços rituais e cerimoniais (igreja e necrópole).

A reutilização dos materiais e das sepulturas foi igualmente evidenciado ao longo das páginas anteriores. Os materiais romanos vão ser utilizados/aproveitados na construção da igreja, mas vão ser igualmente utilizados de uma forma já mais desestruturada, designadamente para entaipar portas e entradas no século XV.

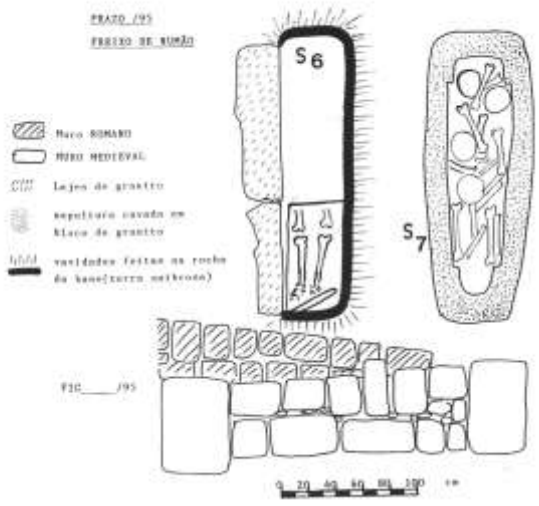
Pela análise das fotografias e dos desenhos, parece evidente que quem manipulou estes vestígios materiais, teria consciência, pelo menos, da sua anterioridade em relação à ação que estava a desenvolver.



A sobreposição de muros e sepulturas é algo recorrente como podemos ver nas imagens seguintes. Nesta primeira imagem (fig. 45) note-se a sepultura 2 à qual se sobrepõe um muro, construído na época de transformação da igreja medieval em "casa de campo". Não foi detetada a tampa da sepultura 2.

Fig. 45. Sepultura 2, parcialmente coberta por muro de época posterior (Coixão, 1999b: 92).

No segundo exemplo apresentado observamos dois muros sobrepostos de cronologias distintas: o mais antigo é romano, o mais recente, que lhe sobrepõe, medieval.



Imediatamente em frente destes dois muros, o primeiro que define parte da casa romana e o segundo que delimita parte da cabeceira (o altar-mor) da igreja paleocristã, existem duas sepulturas, que datam da 3.ª fase de utilização da necrópole. Apesar de se enquadrem no mesmo período cronológico, tipologicamente as sepulturas parecem apresentar algumas diferenças entre si.

Fig. 46. Desenho das sepulturas 6 e 7, após a sua escavação e seu enquadramento com muros romano e medieval (Coixão, 1999b: 95).

O sítio do Prazo apresenta-se como um sítio único, excecional e com muito a oferecer no que concerne, entre outros aspetos, ao estudo sistemático das relações entre os diversos vestígios materiais de distintas cronologias entre si. Este texto meramente se limitou a aflorar algumas das particularidades desde sítio arqueológico. Muito mais haverá por "descobrir".

III.6.4. O PRAZO E O CASTELO VELHO NA TRADIÇÃO ORAL DA COMUNIDADE DE FREIXO DE NUMÃO

Freixo de Numão é a localidade que se encontra mais próxima dos sítios arqueológicos estudados neste capítulo. Os sítios arqueológicos distam aproximadamente do centro da localidade 3,3 km para sudoeste, no caso do Prazo e 3,8 km para nordeste, no que diz respeito ao Castelo Velho.

Foi realizado um conjunto de entrevistas aos moradores mais idosos, na tentativa de aceder às "memórias" da comunidade local sobre estes dois sítios arqueológicos. Começámos por entrevistar os utentes do Centro Social e Paroquial de Freixo de Numão, embora depois se tenha alargado o inquérito a outros habitantes locais, nomeadamente os mais idosos, excluindo as restantes faixas etárias. Nem todos os entrevistados permitiram o registo áudio das suas entrevistas, e apenas as transcrições editadas das entrevistas foram incluídas neste trabalho. No total foram entrevistadas 25 pessoas nos dias 29 e 30 de mês de julho de 2009[1].

6.4.1. AS "HISTÓRIAS" DO CASTELO VELHO

Durante as entrevistas foram colocadas as seguintes questões relativamente ao Castelo Velho:

- Conhece histórias sobre o Castelo Velho?
- Antes das escavações, já tinha ouvido falar do Castelo Velho?
- Antigamente falava-se do Castelo Velho? / Falava-se sobre o Castelo Velho?
- Quem é que falava do Castelo Velho? / O que é que se via no Castelo Velho?
- É verdade que as pessoas iam ao Castelo Velho buscar pedra?
- Iam ao Castelo Velho?
- Já foi a Castelo Velho depois da escavação? O que acha do sítio?

De seguida transcrevemos alguns excertos das entrevistas realizadas nos dias 29 e 30 de Julho de 2009.

Aduzinda Celeste Trigo, 73 anos
Ouvia que havia um Castelo Velho lá para cima. Via-se da Carvalha.
As pessoas daqui (falavam sobre o Castelo Velho).
Já lá fui. No ano passado. É bonito!

[1] Foram ainda entrevistadas as seguintes pessoas: António Cândido Ferreira, 87 anos; Maria Joaquina Esteves, 87 anos; Ester Cândida Bruxas, 70 anos; Celeste Irene Beselga Parchão, 68 anos, Santo Amaro; Maria Alice Seixas, Freixo, 62 anos; Francisco António Coelho, 78 anos; Manuel dos Santos Freixinho, 75 anos; Cândido Augusto Fonseca, 73 anos; António Joaquim Lameirinho Freixinho, 55 anos; Maria Alice Seixas; Bárbara Liliana Russo Rocha; Ana Cátia; Paula Alexandra; Tia Olga Alexandra; Tia Cândida Felisbela.

Maria da Luz Moutinho, 73 anos
Quase fui lá criada. Vivia lá perto. Tínhamos lá uma quintinha perto. Andávamos por ali. Éramos pastores.
(O Castelo Velho) *Lembro-me que era monte. Tinha pedras.*
Não se falava sobre o Castelo Velho.
Não sei se lá havia uma casa velha.
Nunca lá fui depois de composto.

António Augusto Sá, 89 anos
Tinha uma terra pegado ao Castelo.
O Castelo Velho era antigamente, quando se faziam as guerras, ali daquele ponto viam Foz Côa, Almendra, aqui o Castelo de Numão, faziam fogo uns castelos para os outros e comunicavam uns com os outros.
Já vem de não sei quanto tempo. Eram os avós que contavam estas histórias.
O Castelo era um muro, eram aquelas pedras com muros altos, que era para eles se lá esconderem.
Íamos ao Castelo Velho e víamos os montes à volta.

Maria da Conceição Bruxas, 74 anos
Já lá andei a trabalhar.
Aquilo era cereal.

Joaquim do Nascimento Ramos, 58 anos
Eu conheci ali aquilo porque eu andava lá com o gado e via ali aquelas ruínas.
Eram os castelos, eram os castelos mas não pergunte o resto porque (…). Eu digo que era um castelo porque via lá ruínas.
As pessoas iam buscar pedra. Então se dava jeito. Estava ali assim a monte.

Francisco António Coelho, 78 anos
Antigamente era o recolhimento dos soldados quando andavam em guerra. Ouvi dizer assim.

José Manuel Ramos, 75 anos, Freixo de Numão
Castelo Velho. Isso ainda é da minha lembrança. Havia lá um grande castelo, assim murado.
Ia lá. Guardávamos o gado.
Agora de verão, com o calor, o gado não pode andar e naquela hora….
Depois começaram a desterrar aquilo.
Diziam que antigamente, no tempo dos Mouros, vinha-se de além, do Castelo de Numão e entravam em contacto(??) uns com os outros.
Andei a ceifar nos terrenos do Castelo Velho.
Via-se umas pedras e aquelas coisas de louça. Via-se aquelas coisas da telha. Via-se muitos vestígios lá nesse castelo murado. Era aí que se situava o curral.
Eram os antigos que falavam disso. O avô, a avó, ia-se para casa dos avós. A gente era criança e fixava isso tudo.

António Cândido Ferreira, 87 anos
Toda a vida ouvi falar do Castelo Velho, mas nunca vi lá nada. Via coisas caídas, "barrulhadas"(??) caídas, pedras.
Achava aquilo estranho, parecia uma eira, coisa assim…mas nunca achei aquilo grande coisa.
Toda a gente falava do Castelo Velho. Aqueles terrenos em volta chamavam-lhe os terrenos do Castelo Velho.
(Quem falava do Castelo Velho?) *Era o povo, aqui em Freixo.*
Ninguém sabia o que lá havia. Ninguém sabia o que estava lá. Ninguém ia lá ver aquilo.
Agora com o Dr. Coixão e com as explorações é que começaram a visitar aquilo e que viram que havia antigamente lá qualquer coisa.

António Joaquim Assunção, 71 anos
Eu conheci o Castelo Velho. Um montão de pedras… Ninguém dava valor àquilo. Quem é que ia a saber. Isto tudo se deve ao Dr. Coixão e aos Oliveira Jorge. Foram eles que praticamente desencantaram ali aquela zona. E hoje é uma zona bonita, eu gosto da paisagem.
Mas noutros tempos aquilo era tudo trigo. Mesmo em volta do Castelo, estava só aquele "muragalho", aquele montão de pedras. Em volta estava tudo semeado de trigo e centeio, mas mais trigo. Ali a zona da Carvalha, Castelo Velho e Minas, estava tudo cheio de trigo. Era o celeiro da zona de Foz Côa.
No Castelo Velho iam lá buscar pedra. Por exemplo, para fazerem um muro, mas era pedra normal. Quer dizer, não sabiam que aquilo era porque aquilo para nós… nós chamávamos a esta parte, o Castelo Velho, a estas partes antigas. Para nós, nós pensávamos que o Castelo Velho era um muro. Quer dizer, uma casa velha. Nós é que lhe chamamos "muro", que era onde antigamente os pastores guardavam os rebanhos. E depois teve aqueles muros sem telhado, e então tinha uma pedra saliente para fora, que saía para fora, uma capa. E porquê? Era por causa dos lobos não terem tendência a saltar para dentro. Havia muito lobo.

O muro é uma casa. Praticamente são quatro paredes construídas. Em toda a volta do muro tem uma aba para evitar que o lobo suba e salte para dentro.
O Muro é um antigo curral de gado. Nós aqui chamamos Muro. Por exemplo, do Castelo Velho avista o Muro do José Lourenço. Na parte das Minas havia lá os Muros do Pereiro, três ou quatro seguidos.
Toda a gente pensava que aquilo era um muro velho que ali existiu, que era dos pastores meterem lá o gado.

Agora desde que veio para aí a parte das escavações é que soubemos que aquilo era um antigo Castelo, segundo dizem, ou uma fortaleza. O que chamam a uma muralha? É praticamente um Castelo.
Agora aquilo da maneira como está, está espetacular! Aquela paisagem é espetacular! A gente que chega ali vai ver e pronto, é um chamariz. Aquilo veio dar uma maior vivacidade à zona que não era conhecida.

A tradição oral e o Castelo Velho

Ao contrário do que supúnhamos, o sítio de Castelo Velho - o lugar e não a arquitetura pré-histórica que hoje conhecemos - apesar de ser conhecido pela comunidade local de Freixo de Numão, não se encontra

associado a nenhuma lenda[2], existindo apenas algumas histórias pessoais contadas pelas pessoas mais velhas da vila. Parece haver algumas constantes nestes relatos dos cerca de 25 entrevistados, homens e mulheres acima dos 50 anos de idade, questionados sobre o que sabiam do sítio do Castelo Velho antes da escavação do sítio.

As pessoas tinham ouvido falar do Castelo Velho através dos seus pais ou avós, havendo a passagem de informação entre gerações. Referem-se muitas vezes aos "antigos". Eram os "antigos" que lhes contavam estas histórias.

As referências ao aparecimento de "pratos" e de "louça" fazem-nos supor que estes vestígios eram facilmente notados pelas pessoas que iam ao topo do monte onde se situa o Castelo Velho. Efetivamente, António Sá Coixão (informação pessoal) refere que: *"Quando aqui cheguei pela primeira vez o que eu vi foi uma mamoa de pedra. Um sítio com milhões de pedras. As pedras eram visíveis, mas o que não se via era estruturas. Não se via estrutura nenhuma. Não se via muro nenhum. A impressão que eu tive é que estava perante uma mamoa, uma autêntica mamoa. No primeiro dia logo apanhamos um peso de tear, cerâmica, mesmo nos sítios lavrados. Recolhia-se montes de materiais".*

Não obstante a importância da ocupação pré-histórica, António Sá Coixão refere ainda o aparecimento de tégula no Castelo Velho e, segundo este mesmo investigador, nas imediações foi identificado um sítio romano, nas Ameixoeiras, onde foram localizados uma lagareta e fornos, entretanto destruídos. Mais abaixo encontra-se a Figueira Preta, um sítio com ocupação romana e um lagar medieval.

A maior parte dos informantes refere a existência de pedra naquele local: "*Via lá pedra."* O sítio arqueológico teria servido de "pedreira". A informação oral vem reforçar o texto de Susana Oliveira Jorge, de 1993, que passamos a citar: "De notar que ao longo do século, e segundo informações que possuímos, o sítio serviu de autêntica 'pedreira' para abastecimento das populações em lajes de xisto, com vista à construção dos muros divisórios de propriedade. Tal facto contribuiu para o aspeto de verdadeiro caos de pedras amontoadas que a estação oferecia aquando o início dos trabalhos" (Jorge, 1993a: 182).

Estes dados são reforçados pelas informações de António Sá Coixão (informação pessoal) sobre esta questão:

> *A primeira impressão que eu tive quando chegava àquela mamoa, é que havia ali um recinto sem pedra nenhuma e eu comecei a perguntar às pessoas " eh pá, mas isto aqui não tem pedra nenhuma, é estranho!" e as pessoas disseram-me que: "eu fui aí buscar pedra com um macho, com a carroça ou com trator".*
> *As pessoas iam buscar lá pedra. As primeiras noticias que eu tive foi de que há montes de "barracos" (como dizemos aqui na zona) cuja pedra foi daqui, do Castelo Velho. É só chegar e carregar. Além disso temos pelo vale abaixo montes de muros de vinha que certamente foram construídos com estas pedras do Castelo Velho. Isso é comum em todos os sítios, ir buscar a pedra. Já estava arrimada. Era só carregá-la. Por isso era comum nos sítios arqueológicos.*

[2] Partimos do pressuposto que haveria alguma lenda associada ao sítio do Castelo Velho, da mesma forma que existem lendas associadas ao sítio arqueológico do Prazo (também em Freixo de Numão), e que teremos oportunidade de analisar no decorrer deste capítulo.

O sítio e o topónimo eram conhecidos pela comunidade local, mas não existiam vestígios arquitetónicos de vulto que os levasse a pensar que aquele lugar tivesse sido ocupado no passado, para além de um "muro" ou seja, um antigo curral. São várias as referências à existência do tal "muro" associado à prática da pastorícia. Segundo António Sá Coixão: "Há lá uma grande estrutura retangular. Nitidamente era um curral para as ovelhas"[3].



Fig. 1. Um rebanho de ovelhas nas imediações do Castelo velho (fotografia de Sérgio Gomes).

Por lapso, aquando da realização das entrevistas, não questionámos os informantes sobre a razão da existência daquela grande quantidade de pedra disponível e devidamente afeiçoada. Essa quantidade substancial de pedra já partida, não seria o suficiente para que se questionassem sobre o que lá poderia ter existido? Será esse um dos fatores que faz com que as pessoas conheçam o sítio e contem histórias sobre ele?

A zona onde se encontra o sítio arqueológico era conhecida por ser uma zona agricultada, com destaque para o cultivo de cereal, nomeadamente trigo e centeio.



Fig. 2. Campos de cereal no caminho que leva ao Castelo Velho (fotografia de Sérgio Gomes).

Dois dos entrevistados associaram o sítio com a provável existência de um castelo medieval. Tal facto não estaria associado à arquitetura do sítio, que se encontrava praticamente oculta, mas estará relacionado com o topónimo Castelo Velho. A relação estabelecida entre o Castelo Velho e o castelo

[3] Os dados aqui apresentados resultam da entrevista que realizamos a António Sá Coixão no dia 30 de julho de 2009.

medieval de Numão parece não ter fundamento já que apesar da sua proximidade geográfica, não parece existir qualquer tipo de conexão visual entre estes dois lugares.

As pessoas associam o topónimo "Castelo Velho" aos castelos medievais, dado que alguns dos entrevistados referem que se falava no Castelo, mas tal estrutura não era visível no local. A hipótese de que o Castelo Velho foi um castelo medieval não é suportada pelas evidências arqueológicas, e de facto nenhuma estrutura ou materiais arqueológicos datáveis da época medieval foram descobertos durante as escavações. No entanto, o facto do nome do local ter derivado da palavra *castellum* parece ter inspirado o imaginário coletivo da comunidade local para conceber um castelo com fins defensivos durante períodos de conflito durante as guerras (da reconquista, talvez), ou um local de vigia onde fosse possível comunicar através de sinais de fumo entre castelos, entre outras histórias. A localização do Castelo Velho pode ter contribuído a inspirar essas histórias, uma vez que se encontra numa zona que foi no passado uma área de fronteira entre reinos cristãos e muçulmanos, e mais tarde entre o reino de Portugal e o reino de Castela. A informação oral fornecida pela população local em relação ao passado mais recente, no entanto, como a presença do curral dos animais, estava factualmente mais correta. Isto demonstra claramente como a passagem do tempo, muitas vezes tem a capacidade de "diluir" a exatidão da transmissão da informação por via oral.

A explicação dada pelo historiador João Ferreira Pinto pode ser levado em consideração, mas há também outras possíveis explicações relacionadas com a palavra *castellum,* que poderão vir a ser fruto de trabalhos posteriores.

Gostaríamos ainda de referir uma pequena história contada Susana Oliveira Jorge sobre a relação de um pastor local com o sítio. No início das escavações foi pedido várias vezes ao pastor (cujos animais se encontram nas imediações do sitio arqueológico) para não conduzir o seu rebanho adentro da área de escavação. Ao longo dos anos, ele ignorou continuamente esses pedidos até o dia em que o seu cão corre de forma desenfreada pelo monte em direção ao local onde estão a ser escavados ossos humanos. Só a partir desse momento é que o pastor deixou de levar suas ovelhas para o local, apercebendo-se, provavelmente, da antiguidade e valor do sítio. Susana Oliveira Jorge (informação pessoal) ressalta as dificuldades de relacionamento com o pastor, talvez pela sua dificuldade em perceber o trabalho dos arqueólogos ou por ter de abdicar de utilizar um espaço em favor de "estranhos". Segundo esta autora o cão forneceu ao pastor a sua "verdade".

Seja numa circunstância ou noutra, nota-se um certo distanciamento não só do pastor, mas também da comunidade local em relação ao sítio do Castelo Velho. Ficaríamos tentados a dizer que a distância física que separa a vila do sítio poderia ser o fator de afastamento, mas tal não serve de justificação. Ainda muito presente na memória das pessoas estão as Minas de Volfrâmio que se localizam, segundo António Assunção, a cerca de 500 metros em linha reta do Castelo Velho. Estiveram em laboração durante a II Guerra Mundial e foram desativadas pouco tempo depois. Por ventura não será só a distância física, mas a distância temporal que separa os moradores da vila do sítio arqueológico do Castelo Velho.

Alguns dos entrevistados visitaram o sítio do Castelo Velho após o processo de escavação e valorização patrimonial. Se para alguns o sítio está "bonito" ou se ficam encantadas com a paisagem, para outros os vestígios arqueológicos ali encontrados não suscitam grande interesse.



Fig. 3. Uma perspetiva do recinto murado do Castelo Velho (fotografia de Lurdes Cunha).

6.4.2. AS "HISTÓRIAS" DO PRAZO

Após a análise das entrevistas sobre o sítio arqueológico do Castelo Velho de Freixo de Numão, avançamos para a análise da informação transmitida pelos informantes acerca do Prazo. Mais uma vez, aos entrevistados foram feitas as seguintes perguntas de caráter mais geral sobre o Prazo:

- Conhece histórias sobre o Prazo?
- Antes da escavação já tinha ouvido falar sobre o Prazo?
- Antigamente as pessoas falavam sobre este sítio? Quem é que falava sobre isso?

As perguntas específicas relativas ao Prazo incluíam:

- Conhece algumas lendas associadas com o Prazo?
- Quem falava das lendas?
- Chegou a ver a capela de quem falavam?
- Conhece a Santa Eufémia?
- Já esteve no Prazo após as escavações? O que pensa sobre o sítio?

Segue-se uma seleção das transcrições editadas das respostas obtidas:

Conceição Ribeiro e Dionísio Ribeiro, 72 anos
O Prazo era uma povoação antiga.
Na Pedra Escrita estavam os sinos de Numão.

Manuel dos Santos Freixinho, 75 anos
(O Prazo*) Era onde moravam lá os Mouros, antigamente.*
Os Mouros moravam lá no Prazo e depois é que vieram para aqui para Freixo.
As formigas comiam as crianças e que depois vieram para Freixo de Numão.
(...) Só depois do Dr. Coixão descobrir aquilo é que se começou a falar no Prazo. A gente passava lá, mas não sabíamos o que lá havia.

Francisco António Coelho, 78 anos
(Os seus avós diziam que) *o Prazo era um cemitério e uma povoaçãozita*.
Desistiram de lá. Havia lá muito formigueiro e as crianças, os bebés consumiam-se com as formigas. E depois mudaram de sítio e mudaram para aqui. E fundaram cá o povo.
(Passavam por lá a pé?) *Toda a vida. Íamos para o trabalho, tínhamos por lá propriedades, passávamos no caminho. E até já lá andei a trabalhar no Prazo, numa vinha que lá tinha. (...) Ninguém falava naquilo (tirando os avós, os antigos).*
(...) Havia lá uma capelazinha, chamam-lhe a Capela do São João. (Chegou a ver capela?) *Vi lá a pedra que está arrumada a um canto. Acho que está lá uma capelita até pequena.*
(...) Quem vem de fora fala no Prazo. Para nós aquilo não tem piada nenhuma.

Cândido Augusto Fonseca, 73 anos
Aquilo (a capela) *era do tempo dos reis.*
Os antigos não ligavam nada aquilo.
Eu tenho 73 anos e só no ano passado é que passei lá no Prazo. Eu nunca tinha lá ido.

Joaquim do Nascimento Ramos, 58 anos
Eu criei-me a guardar gado por nestas serras. Conheci muita gravura, como falam nas gravuras de Foz Côa. Aquela Vendada, na mata da Vendada, no Mineiro Branco, na zona da Ferradosa, na Gricha, tanta gravura que lá há, tantos desenhos há naquelas fragas.
(...)
(Conhecia já as gravuras de Foz Côa?) *Não. Hoje é que deduzo... Então nós temos aqui em Freixo. Tantas! Naquela Vendada, naquele mato que lá há, francelas feitas na pedra, nas rochas, enormes. A francela era para fazer o queijo e havia o lagar. Mas tantos por ali naquele mato.*
(Como reconhecia as gravuras?) *Eu estou a reconhecer as gravuras, porque via o desenho na pedra, não era que eu soubesse, mas se tiver aqui um desenho feito ou uns riscos... Sei que estão aqui uns riscos. Mas se vejo uns riscos... o que quer dizer, não sei, não me pergunte. Vejo gravuras ali, olha uns animais...Tantos se vê por aí fora.*

António Joaquim Lameirinho Freixinho, 55 anos
Andei lá a escavar.
As escavações foram em 1985/1986. Foi quando eu lá comecei.
Encontrámos lá ossos humanos e moedas e começamos a escavar por ali fora.
Descobrimos lá a Igreja e foi lá o padre dizer a Missa.

Maria da Luz Moutinho, 73 anos
(O que é que se lembra do Prazo?)
Lembro-me que era monte. Havia lá vinhas, figueiras e agora está mudado. Agora tem lá uma capelinha...
(Onde ficava a capelinha?)
A capelinha era quase rente ao caminho.
António Augusto Sá, 89 anos
(Já ouviu falar sobre o Prazo?)

O Prazo, antigamente, era lá uma povoaçãozinha e era lá um cemitério. Depois, disseram (que já não é da minha lembrança; quando nasci já ouvia dizer aquilo) que era uma povoaçãozinha e depois havia lá muita formiga e quando deitavam as crianças, ao outro dia ou à noite estavam cobertas de formigas. Muita formiga! E depois mudaram então, metade para aqui e outra metade para os lados da ribeira de Numão. Oiço dizer isso.
E agora (...) ainda há lá muita pedra e está lá ainda uma fraga onde eram autopsiados os homens e as mulheres, pelo doutor.
E depois mudaram aquilo, uns venderam as pedras, outros viraram aquilo para vinha. Puseram as pedras da Igreja, das povoações e das casas em paredes, em muros. Quem queria fazer uma casa aqui, outros na outra povoação iam lá, compravam aquela pedra.
Depois os donos do Prazo (quem herdou aquilo) fez lá umas "poças" para as batatas. Era onde enterravam os mortos e criavam lá batatas para comer (sorrisos).
Agora deram lá com a escavação, lá o meu parente o Coixão (que é meu primo), e lá andou nas escavações, lá por as indicações lá andou a escavar, e deram lá com as campas, os cadáveres já, os ossos, É assim.
(Lembra-se de alguma capela no Prazo?)
Estava lá sim. Foi nas escavações ainda lá encontraram a campainha de tocar à missa.
(...)
Tínhamos lá um prédio. Passávamos lá rentinho. Já há muito tempo que não vou aos prédios mas passava lá todos os dias, de manhã e à noite.
As gravuras de Foz Côa já eram da minha lembrança. Vi lá umas cabras num fragão. Para aí há 12 anos ou mais.

Maria da Conceição Bruxas, 74 anos e Celeste Sousa
MCB: *Já lá andei, já lá vai muito tempo. Já lá trabalhei muito, depois é que lá andaram a mexer.*
CS*: Sr. Maria, eu uma vez ouvi contar que Freixo, em primeiro, era lá no Prazo.*
MCB: *Pois. As formigas é que dominavam...*
CS: *Ouvi dizer que Freixo era lá no Prazo. Os pais quando tinham os bebés, deixavam os bebés nas caminhas, nos berços, mas então as formigas eram tantas (foi o que ouvi dizer, porque eu não sou de cá), que as formigas eram tantas que, muitas vezes, os bebés morriam...*
MCB: *Até há lá campas...*
CS: *....porque se as mães não iam depressa, ficavam cheios de formigas e morriam. Foi quando resolveram deixar além (ouvi contar uma senhora) e construir aqui Freixo.*
MCB: (Eram os antigos que falavam do Prazo?) *Sim, sim. Aquilo já é muito antigo e depois o Dr. Coixão é que construiu aquilo. Sei que já lá dancei o fado bem dançado, quando começaram. Faziam lá bailes, festas..* (sorrisos)
Tem lá uma capela, no Vale de Sã Joana. (Chegou a ver alguma capela?) *Nunca lá houve. Agora é que.... Aquilo era vinha. Não havia lá nada. Agora é que há essas coisas.*
CS: *Sr. Maria o sino que está na fraga....*
MCB: *Está lá uma fraga e está lá um desenho. Olhe, diziam assim: põe aqui a cabeça para ouvir os sins de Numão. A gente punha lá a cabeça e a outra dava-nos com a cabeça na fraga. E lá se ouviam sinos* (sorrisos).
CS: *A mim perguntaram-me: nunca ouviste dizer que há lá uma fraga onde se ouvem os sinos de Numão?*
MCB: (E como se chegava a Numão?) *Para Numão ia-se pelo caminho do Prazo.*

MCB: *Os lameiros do Prazo. Aquilo era vinhas, socalcos, oliveira, batatas, amendoeiras... Tinha lá umas boas "poças" para as batatas...*

José Manuel Ramos, 75 anos, Freixo de Numão

Do Prazo posso dizer que havia lá uma vinha, umas hortas. Tinha um irmão meu que fazia lá umas hortas.

Diziam que aquilo era uma povoação antiga. E depois diziam que apareciam lá muitas formigas. Eu já não me lembro mas é o que diziam os mais antigos. E depois já não podiam lá estar e mudaram para aqui.

(Quem é que lhe contava essa história?)

O meu avô, o pai da minha mãe, e também da parte do meu pai. Diziam que aquilo era uma povoação. Havia lá um cemitério com aquelas campazinhas. Estava tudo soterrado. O Sá Coixão começou lá a andar nas escavações e descobriu aquilo.

Os antigos sabiam que havia lá uma povoação antiga. Eram os antigos que falavam daquilo.

António Cândido Ferreira, 87 anos

O Prazo, antigamente, diziam, diziam, que Freixo era lá. Mas que havia muita formiga. Depois mudaram-se para aqui.

Eu conhecia bem aquilo, ia para lá à caça. Havia lá terra direitinha, com pereiras (?) antigas e cevada, mas o que havia lá por baixo ninguém sabia.

Havia uma capela, uma capela no meio das pedras. A Capela de Santa Joana. O professor Coixão começou a explorar aquilo a apareceram coisas numa fundura... Debaixo daquela terra direita e boa não se sabia o que estava lá escondido no fundo. Lá descobriu aquilo e ela (a capela) ganhou importância.

(Lembra-se da capela?) *Havia lá a capela. Lá a desfizeram, os donos daquela terra vendiam as pedras, foram vendidas para às Mós.*

A capela é muito antiga. Aquilo estava lá enterrado. Estava a uma fundura. Tanta terra por cima daquilo. Não sei de onde veio tanta terra para tapar aquilo. Naquelas poças e hortas, tanta terra e ninguém sabe como.

O Prazo, aquele terreno ali, era uma propriedade. Tinha vinhas, hortas e muita água. Às vezes perguntavam "Onde encontraste fulano? No Prazo". Agora já não há lá ninguém. Antigamente era o caminho para as Seixas, era por ali. De Freixo, pelo caminho do Padre e pela Vendada. Quando era o mercado de Freixo, não havia carros, as pessoas vinham a pé ou de burro.

O Prazo quando apareceu aquilo, quando vi aquilo escavado, até eu próprio fiquei admirado, aquilo ali era tanta terra, eu era caçador, ia lá à caça e conhecia aquilo bem. Fiquei admirado de ver aquilo ali, as pedras e outras coisas enterradas.

(Conhece a Santa Eufémia?)

No Prazo tem um caminho. Do caminho para baixo é o Prazo, do caminho para cima é a Santa Eufémia, mas não sei porquê. Nunca vi lá nada. Quando passaram por aqui os militares, deixaram lá um "telegre" (marco geodésico).

Já fui ao Prazo. No Prazo vi coisas que fiquei admirado, aquilo que apareceu ali.

A Senhora da Carvalha é muito antiga. Há quem diga que aquela Santa apareceu ali naquele ribeiro.

Fez exame em 1935. Foi a pé para Foz Côa. Levava duas horas de Freixo da Foz Côa.

António Joaquim Assunção, 71 anos

Eu conheço o Prazo há 70 anos, quase, praticamente, porque nós tínhamos propriedades, os meus pais tinham propriedades para aqueles lados e além disso eu andei por ali a trabalhar.

Eu sou agricultor. E tenho muito orgulho em ser.

A gente ia para lá trabalhar e conhecia aquilo. O Prazo não era nada do que é hoje. Era uma terra de vinha, oliveiras e amendoeiras, um bocado de mato, mas pouco. Mas aquilo era mesmo uma terra de vinha e onde está hoje situada a parte do Prazo, das escavações, chamo-lhe eu a mini Conímbriga da nossa terra.

Ali era milho e feijão. Naquelas casas antigas que lá estão, morava um casal com 6 ou 7 filhos. Moraram ali muitos anos e ali criavam os filhos. Faziam as hortas no lugar onde estão hoje as escavações. E ali trabalhavam e ali viviam.

O Prazo tem certas lendas. Já noutros tempos se falava que havia um convento ali. Havia lá uma pedra e foi retirada de lá. E salvo erro veio para aqui para a casa de um senhor que tomava conta daquela propriedade. Como o convento estava desmoronado, eles aproveitavam a pedra e trouxeram-na para aqui.

Diziam que havia ali um convento (Convento?) *A capela a que chamavam convento. A pedra que veio de lá era pedra aparelhada.*

Contavam que de manhã cedo aparecia uma mulher com pernas de sombrero, a cantar e a estender meadas de linho (um sombrero é um guarda-chuva). Aquilo ali, diziam que era um "Encanto". Quem tirasse o Encanto fazia com que a senhora desaparecesse.

Ouvi falar nisso muitas vezes: aparecia uma senhora, quem fosse de manhã, de madrugada, ouvia-a cantar. Eu nunca ouvi. Então eles diziam que aparecia uma senhora muito bem-disposta, ainda nova, de meia-idade, que aparecia a cantar e a estender as meadas de linho por baixo das casas do Prazo.

(Quem lhe contava estas lendas?)

Os nossos antigos, os meus pais. Toda a gente, praticamente, em Freixo sabia. Os antigos. É claro, aquilo com o tempo, as coisas vão esquecendo...

Eu passava ali todos os dias, aquilo era um terreno, uma vinha, naquele vale por ali abaixo... Àquele vale chamamos nós o Vale de Sã Joana ou Santa Joana. É o Prazo e a seguir é o vale de Sã Joana. Era uma zona muito bonita, tinha um anfiteatro que dava gosto ver. Aqueles patamares ou socalcos, aquilo era tudo vinhas há cerca de 30 anos atrás; há 20 anos começou a decadência. Mas há 30 anos aquilo era muito bonito. Havia ainda o Laranjal, onde existem lagares de vinho cavados na rocha. Não tem nada a ver com o Prazo mas fica no mesmo vale.

As pessoas começaram a abandonar esses terrenos e vieram aqui para a Carvalha, onde há terrenos mais direitos, que permitem a mecanização.

Aquilo era tudo vinhas. Agora é só mato. Havia lá muitos prazos, quer dizer, havia os lameiros de onde saiam os fenos para os animais. Aquilo era um postal ilustrado.

(Já ouviu falar da lenda das formigas?)

Freixo de Numão, segundo dizem, não era aqui. Não era bem no Prazo mas numa parte mais há frente que se chama Vendada. Do Prazo à Vendada são 10 minutos a pé. A Vendada é a parte de trás do Prazo. Então diziam que Freixo era aí e derivado às formigas... As pessoas iam para o trabalho e deixavam as crianças em casa sozinhas. Quando chegavam a casa encontravam as crianças como que envolvidas naqueles formigueiros. E começaram a pensar em afastar-se. Ora, segundo dizem, Freixo de Numão era

daquele lado. Ainda lá existe aquela telha romana. Quando andavam a surribar os terrenos encontravam no chão talhas antigas, onde se metiam os cereais, onde se metia tudo.
Num desses prédios, apareceram partes de colunas dos templos, quando estavam a plantar os terrenos mas naquele tempo ninguém fazia caso da arqueologia, nem ninguém sabia o que era. Destruía-se tudo, hoje, se calhar, era-se capaz de não o fazer. Destruía-se muita coisa.
As pessoas começaram a vir mais para cá e então mudou-se a freguesia de Freixo de Numão. Freixo de Numão toda a vida se disse que era na Vendada mas devido aos formigueiros, mudou-se para cá.

De seguida, procedemos à análise das entrevistas sobre o Prazo, sendo que optámos por organizar a informação consoante os diferentes temas que se destacam.

A lenda das formigas

A tradição oral diz-nos que o "Freixo antigo" se localizava no Vale de Sã Joana, localizado para norte do Prazo, local "onde as pessoas haviam fugido, abandonado de vez o lugar, porque as formigas comiam as criancinhas!" (Coixão, 2000a: 423). O facto de as formigas comerem as crianças terá levado ao abandono do lugar, tendo as pessoas ali residentes vindo morar para o sítio onde se localiza a atual freguesia de Freixo de Numão (Coixão, 1999b: 56). Esta lenda, que terá passado, através dos séculos, de pais para filhos, perdurou até aos dias de hoje, sendo referida por praticamente todas as pessoas entrevistadas.

Inquirido António Sá Coixão sobre a associação desta lenda com o sítio arqueológico do Prazo, responde-nos da seguinte forma:

ANSC: *Aquilo que eu mais tenho encontrado aqui, e aliás na zona de Trás-os-Montes e nas Beiras é a lenda das formigas. Esta é a principal lenda. Normalmente as pessoas mais velhas falam sempre da Lenda das Formigas. Ou seja, aquele sítio era habitado há muito tempo - alguns falam do tempo dos Moiros, - e que abandonaram aquilo por causa das formigas. As pessoas iam trabalhar e as criancinhas morriam.*

Este autor refere ainda que uma das possíveis explicações para a existência da lenda no Prazo, relaciona-se com o período medieval e a concessão de forais:

ANSC: *As terras com foral pagavam menos impostos. E assim se abandonaram determinadas terras e as pessoas deslocavam-se para outras povoações. Se calhar estamos a falar de zonas emprazadas, do emprazamento dos Frades de Tarouca. Se calhar ainda há documentação no Mosteiro de S. João de Tarouca.*

Foi a partir deste comentário de António Sá Coixão, que decidimos averiguar sobre a origem do topónimo "Prazo", aspeto abordado no capítulo anterior.

No que se refere ainda à lenda das formigas, constatámos, curiosamente, que há vários locais no norte de Portugal onde a mesma se repete. Na nossa pesquisa encontrámos vários locais arqueológicos associados a essa lenda. Esta parece ser uma explicação popular para o abandono de vários sítios arqueológicos ou localidades. António Sá Coixão observou que são geralmente as pessoas mais idosas

que se referem a ela. Em geral, mencionam um lugar que aparentemente seria habitado por um longo tempo - alguns falam "desde o tempo dos Mouros" - e que posteriormente teve de ser abandonado. Há sempre o detalhe de que as pessoas iam para o seu trabalho, mas ao voltar descobriam que seus filhos tinham morrido (informação pessoal de António Sá Coixão).

Não está claro quando é que o Prazo foi abandonado e a que momento as pessoas se referem quando falam sobre a lenda. António Sá Coixão sugeriu que alguns lugares podem ter sido abandonados, possivelmente, durante o final da Idade Média, quando um novo enquadramento legislativo fez com que algumas terras oferecessem mais direitos e privilégios aos seus habitantes do que outras (informação pessoal de António Sá Coixão). Esta situação poderia ter funcionado como pretexto para a deslocação dos moradores do Prazo para outras áreas**.** Esta hipótese remete-nos para a época medieval e para a concessão de forais, mas será possível, neste caso em concreto, associar a legenda com um determinado momento histórico?

Em relação ao Prazo ser considerado o "Freixo antigo" importa fazer algumas observações. Neste caso em particular, sabemos que na vila de Freixo de Numão subsistem igualmente vestígios arqueológicos contemporâneos das diferentes ocupações do Prazo. Investigações arqueológicas recentes confirmaram a existência de vestígios que datam do Neolítico até aos tempos contemporâneos, incluindo muitas evidências de ocupação romana (Coixão, 2001: 45-52). Podemos até considerar que a povoação de Freixo de Numão possui uma densidade de ocupações muito superior à do Prazo. Por este motivo, não deixa de ser interessante questionar o porquê dos habitantes de Freixo de Numão remeterem para o Vale de S. João a origem da povoação.

A maioria dos entrevistados disse-nos que o antigo cemitério e a antiga povoação de Freixo de Numão se localizavam no Prazo, onde, após as escavações arqueológicas, eram visíveis os vestígios de uma *villa* romana e uma igreja paleocristã/medieval, mas como é óbvio esses vestígios eram muito anteriores à "memória" da população local. É provável que uma antiga vila se localizasse na Vendada ou em Almoinhas, a uma distância de dez minutos a pé do Prazo, não sendo claro onde é que os indivíduos que frequentavam a igreja do Prazo habitavam (informação pessoal de António Sá Coixão).

A lenda da Moura

Ao Prazo e às suas nascentes de água está ainda associada uma outra lenda: a lenda da Moura. Segundo António Bengala: "Ao Prazo em outros tempos, terão inventado uma lenda, que contava que aparecia a todas as pessoas uma bela mulher a estender o linho. Mais espantoso seria que esta dita mulher teria pernas de "sombreiro" e que guardava um tesouro fabuloso" (Coixão e Sobral, 1998: 61).

Nas palavras de António Sá Coixão:
ANSC: *Por exemplo, no Prazo, para além da Lenda das Formigas, há também a lenda da Moura Encantada. (...) um indivíduo (isto no século XX) sonhou com a fonte, ele conhecia a lenda da Moura Encantada, colocou dinamite e rebentou com a fonte, mas claro, não encontrou nenhum tesouro.*
Aqui na zona de Foz Côa encontramos a lenda da Moura Encantada que anda associada aos tesouros. Por exemplo, no Chão da Santa ou Santa Bárbara existe a lenda dos potes de ouro. Nestes locais, geralmente, encontram-se vestígios arqueológicos, essencialmente romanos.

Existem vários topónimos ligados aos Mouros: Vale do Mouro, Vale da Moira, o Castelo da Moira, as fontes das Moiras, entre outros. Foi através das lendas que "cheguei ao Prazo".

Alguns dos entrevistados também mencionaram que no Prazo era habitual aparecer uma mulher bonita com pernas de *sombreiro* (também conhecido por guarda-sol/chuva"). Esta mulher estendia o linho e guardava um tesouro fabuloso. Esta lenda possui semelhanças com outras lendas do género, onde a mulher moura encantada, que guarda um grande tesouro, o daria a quem a salvasse do seu encantamento, conforme já referimos no capítulo onde se analisam as tradições populares e a sua associação aos sítios arqueológicos.

As lendas das Mouras encantadas não se relacionam apenas com os vestígios arqueológicos, mas também com fontes. Ambas as associações podem ser verificadas no Prazo, onde, de acordo com a informação facultada por António Sá Coixão existiu uma fonte que foi destruída por alguém que acreditava na lenda do tesouro. Ainda hoje, o Prazo possui grande abundância de água sob a forma de linhas de água e nascentes e nesse sentido não podemos alegar que a lenda está ligada aos vestígios arqueológicos, podendo associar-se à fonte e à nascente de água.

A Capela de S. João

De acordo com a tradição local, no sítio do Prazo poderia ter existido uma capela dedicada a S. João ou Santa Joana**,** sendo que o nome do vale apoiaria esta hipótese. Teria a igreja, agora escavada, como orago aquele santo? Esta foi a nossa primeira interpretação para o nome do vale. Porém, António Sá Coixão afirma que na área existiu uma outra capela além da paleocristã/medieval**.** Ele crê que essa outra capela consagrada a S. João se situava no topo da colina ao lado do Prazo**,** onde é visível uma pequena plantação de amendoeiras, cujo trabalho de plantio permitiu a identificação de túmulos datados do século XIII e XIV.

Transcrevemos parte dessa entrevista a António Sá Coixão:

AVieira: *Existiu mesmo a capela de S. João no Prazo?*
ANSC: *Existiria a capela de S. João, não exatamente onde é hoje a Igreja do Prazo, mas no morro em frente, onde existem umas amendoeiras. Quando andaram a plantar as amendoeiras encontraram lá umas sepulturas que já serão do século XIII ou XIV. Existiu sem dúvida. Os vestígios que lá apareceram apontam para uma Igreja medieval, talvez do século XIV, logo ali ao lado. Mas essa igreja não terá nada a ver (ou poderá estar relacionada, não sabemos) com a igreja paleocristã/medieval. Pode ter havido na igreja paleocristã o culto a S. João, mas não existe nenhum dado que nos aponte nesse sentido.*

Este autor acredita, de igual modo, que o culto a São João poderia ter transitado para uma outra capela em Freixo de Numão. Sugere, ainda, que o abandono da capela de S. João, no Prazo, terá ocorrido, provavelmente, por volta do século XVII. Pelo menos, desde o século XVII, está documentada na área urbana da paróquia de Freixo de Numão, a presença de uma igreja, entretanto desaparecida, erguida em honra a São João (Coixão, 1999b: 56).

ANSC: *Tudo indica que o culto de S. João terá passado para aqui, Freixo. Vamos encontrar o culto de S. João em Freixo. No Largo de S. João, nós encontrámos uma inscrição na parede de uma casa em obras, inscrição que mostra parcialmente:*

Esta capela
fez [...] Moutinho
em 16 ??.

ANSC: *O que acontece em muitos dos casos, e pode ter acontecido neste caso, é que o culto ao S. João pode ter sido abandonado naquela zona e acabado por ser introduzido em capelas novas ou, noutros casos, a imagem do santo era transportada para outra Igreja.*

Recentemente procedeu-se à edificação de uma capela designada de "Capelinha de São João do Prazo", no sítio onde de encontrava a inscrição "IOANNIS" gravada numa rocha (Coixão, 1999b: 56).

Quando questionámos os entrevistados se teriam visto a capela alguns responderam que sim, "Ela está lá", mas referindo-se a esta "nova" capela. Outros afirmam ter visto algumas pedras no local. Outros referem-se à igreja paleocristã/medieval. Muitos dos moradores locais acreditavam que a capela realmente existiu, como resultado do que tinham visto a partir das escavações e do edifício reconstruído.



Fig. 4. A reconstituição da Capela de São João no Prazo (fotografia de Carlos Alves).

A Pedra Escrita

Durante o decurso das entrevistas, alguns dos informantes fizeram referência a outros lugares, como a Vendada, a Pedra Escrita, Escorna Bois, entre outros. Suscitou-nos particular interesse a "Pedra Escrita". Na entrevista a António Sá Coixão colocámos a seguinte questão:
AV: *Há arte rupestre aqui em Freixo?*

ANSC: *Há aquela fraga junto ao Prazo, chamam-lhe a Pedra Escrita. Eu fui à Pedra Escrita porque achava estranho. Como fica ao lado de uma via principal romana, eu estava convencido que havia lá uma ara ou um marco miliário. Ao falar com as pessoas elas perguntavam-me: então você não conhece a Fraga Escrita? Não sabe que estão lá uns rabiscos? É uma fraga que está lá, tem lá uns rabiscos, tem lá um ouvido ou uma orelha (o crânio segundo Sá Coixão). Segundo António Martinho Baptista, as gravuras podem ser da Idade do Bronze. Na Pedra Escrita aparecem vestígios de um sol, um crânio e um antropomorfo.*

AV: *Um senhor disse-me que na Vendada há muitas gravuras como no Côa, será verdade?*
ANSC: *A Vendada está cheia de rochas, mas nunca desenvolvemos um trabalho de prospeção sistemática nessa zona. A Pedra Escrita é que me suscitava curiosidade porque estava ao lado de um sítio romano e aparecia, inclusivamente, nos mapas e cartas militares.*

A "Pedra Escrita" mencionada anteriormente é uma rocha granítica que contém algumas gravuras: a representação de um crânio, uma figura antropomórfica e um símbolo solar. A rocha encontra-se localizada a cerca de 100 m das ruínas do Prazo, junto ao caminho da Lameira (Coixão, 1999: 145).

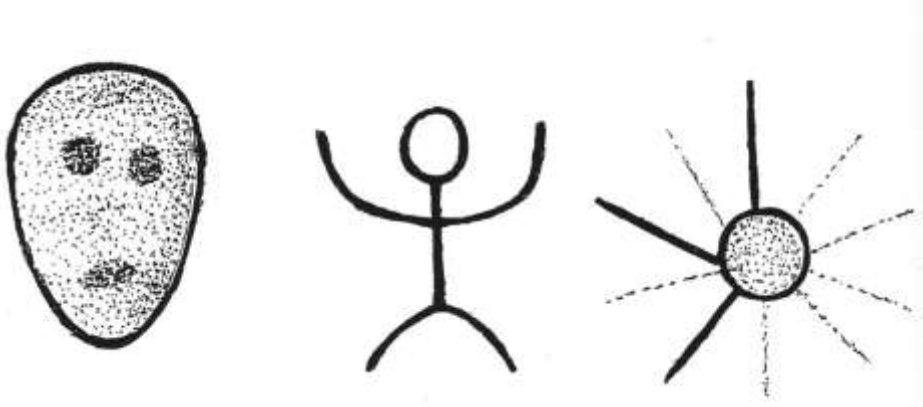


Fig. 5. As gravuras da Pedra Escrita (Coixão, 1999: 266)

As referidas gravuras encontram-se associadas aos "sinos" de Numão. Várias pessoas mencionaram que, ao pressionar a cabeça contra o ouvido (ou melhor dizendo, contra o crânio) gravado na rocha, era possível ouvir o toque dos "sinos de Numão".

Alguns dos entrevistados falaram sobre os sinos, enquanto outros destacaram a orelha, aparentemente, o crânio, de acordo com Sá Coixão, interpretando a seu modo o que observavam na rocha. É possível que esta seja a mesma rocha referida em outras histórias (por exemplo, no relato de António Augusto Sá), onde um médico teria realizado autópsias.

De facto, existe algo que as pessoas podem identificar como uma orelha, riscos/traços que fizeram daquela pedra "escrita", conhecido por aqueles que caminhavam por essas estradas antigas. As gravuras poderiam ter funcionado como um dispositivo mnemônico. Será que o caminho para a Numão passava por este rochedo? Foi associado com a capela por causa dos sinos? Pode não ser coincidência que o caminho em direção a Numão passasse por esta pedra.

A invisibilidade dos vestígios arqueológicos...

Podemos afirmar que os vestígios arqueológicos do Prazo eram praticamente invisíveis. No solo observavam-se apenas alguns penedos e muros de contenção de terras, que definiam plataformas de cultivo. As estruturas arqueológicas tornaram-se visíveis, de uma forma expressiva, apenas com as sucessivas campanhas de escavações, alterando radicalmente a aparência do sítio.

Foi com grande surpresa que, ao analisarmos algumas fotografias das primeiras intervenções no Prazo, verificámos as diferenças abissais entre o antes e o depois. No setor I, como se pode verificar na fig. 6, não se anteviam nenhumas das várias estruturas escavadas e apresentadas no capítulo anterior. Foi aqui, junto a este penedo e aos restantes, que se encontravam ocultos sob o solo, e que melhor se conservaram os vestígios pré-históricos do Epipaleolítico ao Neolítico Antigo. É também neste mesmo local que se encontram as estruturas de casas romanas, mas nada disso era visível no momento em que se procederam às primeiras ações de limpeza e abertura das duas sondagens, em 1980.



Fig. 6. Setor I do Prazo – primeiras limpezas do terreno e preparação de sondagens (Arquivo do Museu da Casa Grande).

O trabalho realizado até ao momento tem demonstrado que muitos sítios arqueológicos podem ser relacionados com lendas. Aparentemente, as lendas poderão estar associadas não apenas com os vestígios materiais, mas às vezes atuam como um "elo de ligação" com algo que já não é visível. Este foi, provavelmente, o caso do Prazo, que embora tenha permanecido na memória da população local, quase todos os vestígios arqueológicos encontravam-se ocultos sob o solo. Apenas algumas pedras eram observadas à superfície no local, e foi a lenda das formigas e, porventura, a lenda da moura encantada, que preservou a memória do Prazo ao longo de várias gerações.

Foi interessante notar que a maioria das pessoas entrevistadas parecia genuinamente surpresa com o facto "de que tantas coisas se encontravam enterradas nas profundezas da terra". A maioria deles caminhou em torno dessa área, trabalhou no local, sem sequer suspeitar do que aí se encontrava enterrado. Um dos entrevistados estava realmente intrigado e confuso com a ideia de que se tinham plantado batatas num lugar onde, antigamente, eram enterrados os mortos.



Fig. 7. Uma fotografia geral do sítio arqueológico do Prazo tirada nos anos oitenta do século passado (Arquivo do Museu da Casa Grande).

> "De notar os patamares, cheios de terra e árvores de fruta, onde se colhia de tudo, das batatas às couves, dos tomates ao cebolo... A foto foi tirada do sítio de duas casas velhas que depois foram recuperadas" (Informação pessoal de António Sá Coixão).

Por último, gostariamos de acrescentar que a sobreposição de vestígios arqueológicos numa área pequena como esta, o Complexo Arqueológico do Prazo, permite-nos pensar que faz sentido estudar todos estes elementos em conjunto e tentar estabelecer conexões entre si. Vamos enumerar o que podemos encontrar nesta área:

- Os vestígios pré-históricos, incluindo os abrigos;
- As gravuras rupestres que datam talvez da Idade do Bronze (a "Pedra Escrita"), ao lado da estrada romana;
- A *villa* romana;
- A estrada romana;
- A igreja paleocristã e, posteriormente medieval, e as sepulturas;
- A capela medieval/moderna, com túmulos (dedicada a São João?);
- As casas do século XX e estrutura (forno) para secar figos;
- O caminho para Numão e Seixas;
- A fonte desaparecida;
- Propriedades, hortas, prados, vinhas;
- As fontes de água.

A informação recolhida nas entrevistas permitiu perspetivar aquele lugar de uma forma mais ampla e abrangente.

6.4.3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A TRADIÇÃO ORAL DO CASTELO VELHO E DO PRAZO

O que nos propomos fazer nas páginas seguintes é refletir um pouco mais sobre o resultado das entrevistas realizadas e de que modo isso nos permitiu equacionar mais alguns dados sobre o Castelo Velho e o Prazo. Assim, a análise das histórias apresentadas, anteriormente, permite-nos pensar nos lugares arqueológicos como um todo, como um entrelaçado de tempo, espaço e ação humana. As informações recolhidas através das entrevistas possibilitam a colocação de novas perguntas e conduz a nossa investigação para novas direções. Podemos mencionar os seguintes aspetos:

Este capítulo começou com uma breve introdução sobre a memória social e a tradição oral, uma vez que acreditamos que o seu estudo e compreensão são essenciais para o tipo de investigação que estamos a tentar desenvolver. As pessoas precisam de dispositivos mnemónicos, a fim de serem capazes de compreender as paisagens, imbuídas de memórias que os cercam. Neste caso em particular, argumentamos que o amontoado de pedras, a cerâmica e o topónimo “Castelo Velho” foram alguns dos dispositivos que desencadearam certas memórias sobre aquele sítio arqueológico. No Prazo os dispositivos mnemónicos podem ter incluído as lendas, as gravuras rupestres na Pedra Escrita, as pedras da 'capela', os túmulos, e até mesmo, talvez, o nome ‘Prazo’.

João de Pina-Cabral estudou a comunidade camponesa do Alto Minho e as suas perceções do passado em relação ao tempo (Pina-Cabral, 1989: 275), tendo observado que o povo do Alto Minho referia-se a três classificações temporais - o "agora", o "antes" e o “*antigamente”*. Esta classificação era associada a um grupo de pessoas - *a gente* ("nós"), *os velhos* e *os antigos*. Na análise das entrevistas constatámos que os informantes utilizaram as expressões “antigamente”, "nos velhos tempos" e "os antigos”. Estes foram usados por todos repetidamente. Normalmente, as lendas são associadas à expressão 'antigamente'.



Fig. 8. Alguns dos habitantes de Freixo de Numão (Arquivo do Museu da Casa Grande).

Estudar a forma como os sítios arqueológicos são identificados, é uma questão que nos parece ser importante, nomeadamente para o tipo de abordagem holística que procurámos estruturar. Não nos referimos a lugares que foram encontrados no âmbito de uma prospeção, durante o trabalho de pesquisa arqueológica. O interesse arqueológico pelo Prazo foi despertado pela lenda das formigas, pelas histórias de um antigo cemitério e um pequeno povoado. A descoberta do Castelo Velho resultou da identificação de um topónimo considerado sugestivo num mapa antigo. Neste último caso, foram duas pessoas da vila de Freixo de Numão que conduziram António Sá Coixão ao lugar do Castelo Velho. Foram estes diversos elementos que motivaram o arqueólogo António Sá Coixão a tentar obter informações junto dos habitantes locais de Freixo de Numão e a procurar possíveis vestígios arqueológicos nestes locais.

A hipótese de que uma das estruturas encontradas em Castelo Velho poderia ter pertencido a um antigo curral é absolutamente aceitável e as evidências arqueológicas parecem comprová-lo. Foi a partir da análise das entrevistas que chegámos a essa conclusão e foi a partir desse momento que, a partir dos desenhos de campo e das fotografias, recuperamos esses dados arqueológicos. Não poderíamos deixar de referir que António Sá Coixão, na sua dissertação de mestrado, em 1999 já refere a existência de um curral no sítio do Castelo Velho. Essa informação passou-nos despercebida e efetivamente, foi a partir das entrevistas, que tentamos, tendo como base os desenhos do Castelo Velho, reconstituir a planta da referida estrutura, apresentada num capítulo anterior.

No sentido de enriquecer a nossa compreensão sobre locais como Castelo Velho e o Prazo, considerámos importante garantir a interligação/cruzamento entre as diversas escalas temporais do sítio que nos encontramos a estudar, com as escalas temporais de outros sítios arqueológicos que se encontram na sua proximidade. Poderíamos tentar relacionar Castelo Velho com outros sítios arqueológicos como a Figueira Preta e as Ameixoeiras, sítios com ocupações romanas e medievais, que se situam muito próximo deste sítio. Em relação ao Prazo, seria interessante relacionar o sítio do Prazo com a área urbana de Freixo de Numão, já que aparentam ter tantas afinidades em termos cronológicos.

Outro elemento a levar em consideração, é reconhecer a importância dos topónimos, que por vezes são a única ligação com as realidades pretéritas. Quando tudo mais desapareceu ou se encontra oculto, o topónimo persiste. No entanto, também os nomes de lugares estão progressivamente a desaparecer. A macro e microtoponímia estão a desaparecer dos mapas. Quando a geração de pessoas que os conhecem também desaparecer, uma importante parcela de informação estará perdida para sempre. Mas é preciso ter cautela para evitar o uso de topónimos acriticamente e simplesmente como um meio de identificação de novos sítios arqueológicos. Ambos os nomes “Castelo Velho” e “Prazo”, como vimos, possuem interesse histórico e informação arqueológica.

Os topónimos podem fornecer um repositório de informação importante que nos conduzem ao passado. Afirmamos que, num passado recente, alguns dos nomes de lugares antigos, incluindo o do Castelo Velho, se perderam. Existem razões sociais ou políticas (ou de outros tipos) para que tal aconteça? Será que algumas comunidades deliberadamente criam novos nomes, talvez para evocar as suas próprias narrativas históricas ou mesmo gerar conexões com um passado mítico?

Os sítios arqueológicos são, muitas vezes, praticamente invisíveis na paisagem. Acreditávamos no início de nossa pesquisa que esses lugares permaneceram na memória das pessoas porque as ruínas eram de alguma forma visíveis e tiveram, num dado momento, um certo impacto na paisagem. No caso do Prazo, no entanto, parece claro que as estruturas arqueológicas não eram observáveis, pelo menos, até meados do século passado, quando a plantação de árvores fez com que os túmulos reaparecessem. No passado, também é provável que o trabalho agrícola, como o lavrar da terra, pudesse ter desenterrado vestígios arqueológicos, o que pode ter surpreendido os habitantes locais e dado origem a algumas das histórias referidas nas entrevistas. Mesmo que os sítios arqueológicos originalmente tivessem tido um impacto marcante na paisagem, estes poderiam desaparecer rapidamente devido a um conjunto de processos climáticos, tafonómicos e de sedimentação. Há lugares que persistem na paisagem ao longo de milénios porque de alguma forma sobrevivem na memória das pessoas. É através da memória social que alguns lugares persistem na paisagem e se tornaram "marcadores" daquela paisagem.

Pretendemos chamar a atenção para o facto de que não são, necessariamente, os vestígios materiais visíveis que tornam estes sítios relevantes no presente. Aparentemente, o Prazo era praticamente "invisível", enterrado sob uma camada espessa de solo, enquanto, presumivelmente, algumas das estruturas de Castelo Velho estavam presentes, ainda que em estado de ruína. Portanto, não se trata apenas de visibilidade, e este é um ponto muito importante a ter em consideração neste tipo de estudo.

Embora possamos considerar o conhecimento da população local um pouco confuso e por vezes impreciso, a verdade é que foi a sua informação que levou à descoberta dos sítios arqueológicos e à interpretação de algumas estruturas. Tanto o Prazo como o Castelo Velho foram identificados devido às histórias, lendas e nomes de lugares que a população local ainda se lembrava sobre estes dois sítios. A maioria dos sítios arqueológicos na área de Freixo de Numão, ou mesmo em Vila Nova de Foz Côa ou Meda, foram encontrados por António Sá Coixão (informação pessoal) dessa forma. Sempre que tinha conhecimento de uma história sobre mouros ou formigas, quando encontrava o topónimo "castelo", ele privilegiava a deslocação a esses sítios nas suas prospeções.

A área em que está localizado o Prazo foi descrita pela maioria dos informantes como uma área muito fértil. Serviu como meio de subsistência para muitas pessoas que ainda estão vivas, e onde muitas delas possuíam terras, deslocando-se em torno desse lugar a vida inteira. É fácil entender o seu espanto quando a arqueologia revelou tantas estruturas que estavam a um ou dois metros de profundidade.

Ao contrário do Castelo Velho, as entrevistas geralmente sugerem que o Prazo detém maior significado social e simbólico para a comunidade local de Freixo de Numão. Os entrevistados parecem considerar os vestígios romanos mais interessantes do que os pré-históricos, já que estes são normalmente mais tangíveis e visualmente reconhecíveis. Conseguem entender as estruturas, as casas, as estradas, o tipo de vida.

Após a escavação do Prazo foram aí construídas algumas infraestruturas, tais como um anfiteatro ao ar livre, onde se realizam algumas atividades sociais e por esse motivo a população local tem visitado regularmente o sítio. Desta forma, as pessoas puderam conectar-se de uma forma mais próxima com o local. Claro que também podemos encontrar algumas opiniões discordantes, nomeadamente aqueles que não encontram qualquer tipo de interesse no Prazo ou nos achados arqueológicos.



Fig. 9. Uma perspetiva do sítio do Prazo (Arquivo do Museu da Casa Grande, fotografia de Sandra Naldinho).

Na análise das entrevistas sobre Castelo Velho e Prazo, alguns dos habitantes referiram a reutilização da pedra a partir destes locais para a construção de muros, de casas e outro tipo de estruturas, normalmente agrícolas. Não serão caso único dentro da própria freguesia de Freixo de Numão, já que a reutilização da pedra é transversal a praticamente a todos os sítios arqueológicos. Por exemplo, o sítio arqueológico do Zimbro II, que se localiza a cerca de 100 metros da via romana, no vale de Escorna Bois, foi bastante destruído, "provavelmente em meados do século passado, tendo o material de construção (pedras e blocos graníticos) sido reutilizado para os muros dos socalcos da vinha que ali foi então plantada" (Coixão e Naldinho, 2011: 135).

Ambos os sítios arqueológicos foram sujeitos a projetos de musealização. Algumas das entrevistas demonstram que as pessoas já se deslocaram aos sítios depois de musealizados, mas que detêm pouco conhecimento sobre os resultados arqueológicos dos trabalhos de investigação aí desenvolvidos. Gostaríamos de salientar que as entrevistas também não foram direcionadas nesse sentido. Porém, não deixa de ser possível refletir um pouco sobre esta questão. A musealização de um sítio arqueológico e o "seu" discurso são muitas das vezes entendidos como instrumentos de ligação entre as pessoas e o seu património, o seu "passado", enquanto comunidade. Seria interessante desenvolver um estudo neste sentido, ou seja, questionando de que forma é que a musealização de sítios arqueológicos contribui para atenuar o fosso que aparenta existir entre a comunidade local e a sua perceção dos vestígios arqueológicos, dos arqueológos e dos seus discursos mais académicos e formais.

Por fim, gostaríamos de salientar que através de uma abordagem mais holística, empregando fontes arqueológicas, históricas e orais, este capítulo procurou sublinhar a importância da tradição oral e da toponímia para a compreensão dos sítios arqueológicos. Procurámos demonstrar que o conhecimento que a comunidade local possui sobre os sítios arqueológicos não é apenas útil para a sua "descoberta", mas é igualmente importante para a sua caracterização e interpretação. A compreensão do contexto social e cultural atual em que os sítios arqueológicos se inserem, apresenta-se como um elemento de

estudo e de reflexão em Arqueologia. No fundo, acreditamos que a tradição oral não só nos ajuda a compreender as mais recentes "biografias"/histórias de vida dos sítios, permitindo uma valorização das etapas posteriores da sua existência, mas também oferecendo "reflexos" das suas narrativas passadas.

Cremos que os dois estudos de caso apresentados são excelentes exemplos de sítios com amplas diacronias, onde se pode realmente observar as ressonâncias e ligações entre os seus vários "tempos" e "momentos".

EPÍLOGO

EPÍLOGO

Esta tese é o produto de um conjunto de contingências. Fomos desenvolvendo este trabalho com todas as precariedades e expectativas a que nos sujeitamos durante quase 8 anos... precariedades e expectativas que nos fizeram mudar de rumo várias vezes, visando atingir um conjunto de objetivos traçados previamente. Alguns desses objetivos foram alcançados, outros permaneceram como elementos de um horizonte longínquo, fitando-nos ironicamente. São objetivos que marcam a nossa paisagem e atormentam a nossa memória, registando os limites e as possibilidades do caminho que fizemos. Neste epílogo vamos fazer um balanço desta jornada, enunciando um conjunto de aspetos que ajudam a compreender o trabalho apresentado. Trata-se de um texto sobre o que fizemos, o que resta fazer – a imensidão de coisas que gostaríamos de ter apresentado – e o que pode ser feito com o nosso trabalho.

As dificuldades da pesquisa

Fazer o estudo dos vestígios pré-históricos da Bacia Hidrográfica do Douro, área que abarca cerca de 68 concelhos, foi um trabalho complexo. Uma grande percentagem do tempo despendido para a sua concretização foi gasto na recolha de informação, na estruturação da Base de Dados de Sítios/Vestígios Arqueológicos e na sistematização dos dados. O tempo disponível para a análise desses dados acabou por ser demasiado curto em relação ao momento precedente de recolha de informação.

A designação dos sítios arqueológicos, a sua localização administrativa (principalmente quando se trata de sítios situados em limites de freguesias), o sistema de coordenadas utilizado pelos diferentes autores, assim como a cronologia e o tipo de sítio arqueológico são questões problemáticas. Diferentes autores atribuem designações diferentes aos sítios arqueológicos. Nem sempre é possível aferir se estamos na presença de dois sítios arqueológicos distintos ou se é um único sítio. Também a localização administrativa de alguns sítios leva à sua duplicação, principalmente daqueles sítios que se localizam nas zonas de limite administrativo. Embora não seja um fenómeno frequente, os limites das freguesias ou concelhos alteram-se e isso leva a que alguns sítios que foram, num primeiro momento, inventariados como pertencendo a um concelho/freguesia, hoje em dia se enquadrem noutro espaço administrativo. A questão das coordenadas geográficas dos sítios arqueológicos foi uma das questões mais difíceis de ultrapassar. Foi necessário selecionar as coordenadas consideradas mais fiáveis e converter tudo para o mesmo sistema. Apesar do trabalho moroso e exaustivo, parece haver alguns desvios que se situam, aproximadamente, entre os 10 e os 50 metros (ou até mais).

A tipologia de sítios/vestígios da Pré-história Recente foi apresentada no capítulo I.3. As tipologias utilizadas pelos demais investigadores foram revistas e propusemos uma tipologia de sítios cuja formulação é discutível. Trata-se de uma tipologia que tenta dar conta da profusa variabilidade dos vestígios em questão e, simultaneamente, procura corresponder à sistematização de um universo de informação produzido em contextos de investigação muito distintos. Ou seja, corresponde a uma ferramenta que foi criada com um determinado propósito, de modo a responder a um conjunto de solicitações específico. Como tal, apesar de considerarmos que pode ser encarada como ponto de partida para novas pesquisas, deve ser utilizada tendo em consideração o contexto em que foi criada.

A cronologia dos vestígios pré-históricos não foi debatida, explorada nem devidamente analisada no decorrer deste trabalho. Grande parte dos dados referem-se a trabalhos de prospeção, consistem em vestígios de superfície ou achados isolados, alguns fragmentos cerâmicos e instrumentos líticos, e não permitem definir uma cronologia fina. Genericamente, podemos dizer que se integram na Pré-história Recente, considerada neste trabalho como o momento que se estende desde meados do VI milénio ao primeiro quartel do I milénio a.C. Este período tão lato abrange o desenvolvimento das sociedades numa fase proto-produtora (VI, VI e IV milénio a.C.) e produtora (do III ao primeiro quartel do I milénio a.C.). Ou seja, estamos face a um intervalo cronológico que abrange dinâmicas sociais e culturais distintas, cuja compreensão exige uma periodização detalhada que, na maior parte das vezes, não é acessível pela natureza dos dados disponíveis.

Também a definição da área de estudo levantou uma série de questões. Um dos principais objetivos deste trabalho resumia-se a analisar e a comparar as diferentes bacias hidrográficas dos afluentes do rio Douro. Devido a um conjunto de condicionalismos não foi possível concretizar esse objetivo. A definição dos limites da Bacia Hidrográfica do Douro foi feita com base em limites administrativos (concelhos e freguesias). É possível que alguns sítios inventariados não se localizem, efetivamente, dentro da Bacia Hidrográfica do Douro. A partir das pesquisas e leituras que realizámos temos consciência de que alguns dos sítios inventariados, que se encontram no limite da Bacia Hidrográfica do Douro, a sul e a oeste, se relacionam com outros sítios pré-históricos que fazem parte das bacias do rio Mondego, Vouga, Leça, Cávado, Minho e etc. Estas linhas imaginárias que definimos condicionam a nossa visão, mas a verdade é que não é possível evitar a circunscrição de um trabalho a um determinado espaço.

Tentámos, sempre que possível, valorizar as informações provenientes de escavações arqueológicas, mas não foi possível consultar toda a bibliografia publicada sobre cada um dos sítios arqueológicos. Por vezes, sentimos estar na posse de informações truncadas e parcelares, fator que condicionou a articulação dos dados.

Esta tese baseia-se unicamente num trabalho de pesquisa bibliográfica. Não foram realizados trabalhos de prospeção ou escavação, nem foi possível fazer o reconhecimento *in loco* dos vestígios arqueológicos. Isto constitui um dos verdadeiros desafios deste projeto: será possível uma análise deste tipo, meramente bibliográfica e a uma escala tão ampla, trazer algo de novo ao estudo da Pré-história Recente?

A gestão de tão vasta informação foi difícil de administrar. Trabalhar milhares de sítios tem inúmeras desvantagens e, acima de tudo, provoca um desgaste na nossa capacidade de articular a informação que compilamos. A tipificação de sítios foi o modo de ensaiar uma síntese dos dados recolhidos. Porém, a tipologia que apresentámos não tem a dimensão narrativa que gostávamos de ter conferido à síntese sobre a Pré-história Recente da Bacia Hidrográfica do Douro. De qualquer modo, considerando a natureza da informação que estava diante de nós, pareceu-nos o procedimento mais adequado no sentido de caminhar para tal síntese.

O estudo dos vestígios da Pré-história Recente da Bacia Hidrográfico do Douro, em território português, é um trabalho de grande envergadura e que, para ser desenvolvido teria de ser planeado, concretizado e analisado por uma equipa de arqueólogos. Não parece, portanto, um trabalho adequado para uma tese de doutoramento, ou seja, não devia ser desenvolvido num projeto individual, circunscrito no tempo e

com uma formalização parcialmente definida. Apesar de, com o passar do tempo e a experiência da pesquisa, irmos edificando uma imagem deste trabalho como uma inviabilidade, sempre acreditámos que merecia uma tentativa... e fomos caindo na tentação de o fazer individualmente, num projeto de doutoramento.

Futuras linhas de pesquisa

Ao longo desta tese de doutoramento fomos abrindo e fechando temas, salientando as opções metodológicas escolhidas, as dificuldades encontradas, os caminhos percorridos, tecendo algumas considerações sobre as questões abordadas e identificando novos desafios. É sobre estes novos desafios ou o trilhar de novos rumos de pesquisa que versa este ponto. Optámos por seguir a estrutura deste projeto e fazer a distinção entre as ideias relativas à Pré-história Recente e as propostas respeitantes à dinâmica das Paisagens e Memórias na sua relação com os vestígios pré-históricos.

Pré-história Recente

A construção de uma Base de Dados de sítios pré-históricos na Bacia Hidrográfica do Douro coloca-nos perante inúmeras possibilidades de pesquisa.

Julgamos ser útil tornar alguns itens da nossa Base de Dados disponível à comunidade científica. Estamos conscientes das lacunas e dos possíveis problemas que a Base de Dados comporta, mas consideramos que este processo de sistematização dos dados pode vir a ser útil a outros investigadores, no decorrer dos seus projetos de investigação. Portanto, será necessário arranjar uma forma de colocar esta informação online, numa espécie de plataforma interativa que permita, inclusive, correções aos dados introduzidos por nós e a introdução de novos dados por parte de outros investigadores.

Uma segunda ideia relaciona-se com a necessidade de articular um projeto de investigação transfronteiriço, ao nível da Pré-história Recente. Num dos primeiros projetos de doutoramento que elaborámos, em 2006, escrevemos o seguinte:

> "Por último, refira-se a importância em implementar a cooperação entre Portugal e Espanha ao nível da investigação arqueológica. Apesar dos múltiplos estudos que têm sido feitos na área em questão, não existe um trabalho de síntese que abarque tanto o território português como o espanhol. Com efeito, o enfoque regionalista com que os investigadores têm trabalhado não lhes permite um equacionamento das questões da construção da paisagem a uma escala suprarregional, o que se considera de todo urgente e essencial para a compreensão dos diversos fenómenos da Pré-história Recente".

Efetivamente, é importante a dinamização de projetos conjuntos entre centros de investigação, universidades e investigadores portugueses e espanhóis. Esta ideia tem vindo a ser preconizada por Beatriz Comendador Rey (informação pessoal). Seria interessante a concretização de um projeto de investigação conjunto, ou, pelo menos, o alargamento de projetos de pesquisa na zona de fronteira entre os dois países.

Talvez um primeiro passo fosse a estruturação de uma plataforma digital onde os pré-historiadores peninsulares pudessem introduzir um conjunto de dados sobre os vestígios arqueológicos das suas áreas de estudo. Teria de existir a definição de uma série de critérios objetivos, ao nível do tipo de sítios e cronologia, entre outros, para que os dados fossem uniformes e permitissem uma articulação entre si.

Se principiamos a falar de uma escala peninsular, ainda mais abrangente do que a que desenvolvemos no nosso próprio trabalho de pesquisa, a verdade é que a partir de agora vamos conjeturar trabalhos de investigação menos abrangentes, focados em temas específicos, bem delimitados no tempo e no espaço.

Atendendo ao número reduzido de sítios escavados (cerca de um sétimo, tendo em consideração a análise efetuada no decorrer deste trabalho) uma das nossas primeiras sugestões passa por aconselhar a realização de projetos de escavação. É preciso escavar mais sítios e promover projetos de investigação em áreas geográficas onde a informação arqueológica é praticamente inexistente.

Considerámos, ainda, ser necessária uma reanálise de alguns sítios escavados, pois, na nossa opinião, muitos terão sido sumariamente analisados, faltando, em consequência, a sistematização de dados. Quantos sítios foram escavados e cujos materiais ficaram esquecidos em armazéns ou nas reservas dos museus, sem terem sido lavados, etiquetados, sem se tentar fazer colagens, enfim… sem serem alvo do trabalho de gabinete fundamental para o estudo dos materiais. Analisar os registos de escavações mais antigas constitui um desafio e tem as suas limitações. Os dados dos registos possuem um carácter mais descritivo do que interpretativo, porém essa é uma questão fundamental em Arqueologia, quando se realizam trabalhos meramente bibliográficos.

Em relação a alguns projetos mais específicos, passaremos a expor mais algumas das nossas ideias. Gostaríamos de referir que todas estas reflexões têm como ponto de partida a Bacia Hidrográfica do Douro e é com base neste espaço geográfico que delineámos algumas destas possibilidades de pesquisa.

Os sítios com fossas no concelho de Celorico de Basto merecem uma atenção cuidada. Os sítios intervencionados resultam de escavações de emergência. Pensamos que seria interessante a realização de um projeto direcionado para a sua análise e escavação. De igual forma seria enriquecedor reestudar os sítios com fossas na Serra da Aboboreira e na sua possível articulação, nomeadamente, sítios mal caracterizados tais como Restevas, Curro de S. João de Ovil e Vale Quintela.

Outra possibilidade consiste num projeto que visasse analisar novamente a área do Cabeço da Mina, assim como os "novos conjuntos" de estelas detetados nos últimos anos: Picote e Cruzeiro Velho. Isto implicaria trabalhos de prospeção sistemática onde se daria particular atenção aos muros de divisão de propriedades, estruturas onde estas peças podem ter sido integradas.

Um terceiro projeto diria respeito aos "enterramentos" em gruta. A Lorga de Dine merece uma reflexão muito pormenorizada e o alargamento da análise à sua envolvente. Mas não só a Lorga de Dine merece a nossa atenção, também o Penedo de Cuba e sua área envolvente merecem uma nova abordagem. Daquilo que podemos depreender da análise das Grutas de Ferreiros e Santo Adrião, nem sempre a utilização de grutas como sepulcros ocorre de forma isolada. Interessa perceber se nestes locais, onde se detetaram "enterramentos" ou, pelo menos, ossos humanos associados a objetos, existem abrigos com características semelhantes, fazendo um trabalho de prospeção sistemática, contando com a colaboração de espeleólogos, quando necessário. Também em Freixo de Numão se detetou um conjunto de abrigos, por vezes de dimensões muito reduzidas, com material cerâmico e lítico associado, estelas, arte rupestre e menires e que podem estar associados a práticas sepulcrais. E foram inventariados outros sítios que, após cuidada análise, podem vir a enriquecer o nosso conhecimento sobre esta temática.

Os menires também nos convocam a pensar algo sobre a temática. Talvez o estudo destes elementos possa ser alargado a todo o Norte e Centro de Portugal. Tendo uma amostra um pouco maior, existindo

a possibilidade de mais alguns destes vestígios se encontrarem *in situ*, poderia fazer-se luz sobre alguns dos aspetos menos bem compreendidos, nomeadamente em relação aos seus contextos. E seria mesmo necessário escavar a base destes monólitos, para se perceber que tipo de estruturas de contenção foram construídas em seu redor.

No capítulo II.4 sugerimos, como possibilidades decorrentes da análise da Base de Dados, o estudo de questões muito específicas, tais como a definição e caracterização de conjuntos ou núcleos de estruturas sepulcrais e a tentativa de confirmação do "fenómeno de necropolização".

Por último, em relação a projetos direcionados especificamente para a Pré-história Recente: a metalurgia. Apesar de ainda serem dados muito esparsos e vagos, com a escavação exaustiva dos sítios arqueológicos começam a surgir evidências da prática da metalurgia tanto no III milénio a.C., como durante o II e I milénio a.C.. Para além deste facto, seria necessária a realização de um catálogo dos depósitos e achados metálicos. Muitos dos achados metálicos encontram-se dispersos por diversas instituições museológicas, alguns deles nunca foram desenhados nem fotografados ou desconhece-se onde se encontram depositados. Assim sendo, um catálogo seria um trabalho proveitoso e útil.

Memória e Paisagem

Quando refletimos sobre os diversos capítulos que versam sobre a relação dos vestígios pré-históricos e dos temas da Memória e da Paisagem outros projetos afloram na nossa mente.

Comecemos pelas menções a estruturas tumulares (mamoas e antas) nas referências documentais medievais. É sabido que elas existem e que são abundantes. No entanto, é necessário confirmar e provar que essas referências "existem e são abundantes". É indispensável rever a documentação medieval, construir uma base de dados para o efeito, tentar relacionar esses dados com os vestígios arqueológicos existentes, por vezes partir para trabalhos de prospeção direcionados para a deteção desses vestígios em particular.

O estudo da toponímia é algo que também carece de um maior aprofundamento. Aliás, a nossa proposta passa pelo alargamento da análise da toponímia e da sua relação com os vestígios arqueológicos aos diferentes períodos cronológicos. Foi muito significativo termos percebido em que consistia o topónimo "Prazo" e de que forma poderia estar associado a uma ocupação medieval naquele espaço. O aprofundamento destas matérias, a confirmação deste facto através da análise da documentação medieval e moderna, permitem perceber um sítio arqueológico na sua globalidade.

Outro possível projeto de investigação prende-se com o estudo das relíquias. Desde que tivemos contacto com a história de S. Torpes e a forma como os vestígios pré-históricos encontrados naquele sepulcro se transformaram na lenda de S. Torpes (Vasconcelos, 1897: 285), que se desenhou a possibilidade de algumas relíquias serem vestígios arqueológicos. Um dos primeiros artigos que escrevemos relaciona-se com a "cristianização da paisagem". Tentámos demonstrar que houve, em determinadas situações, a apropriação e transformação de vestígios pagãos em elementos cristãos. Não tendo sido possível aprofundar esta questão, afigura-se como um desafio interessante procurar relacionar as relíquias sagradas com a possibilidade de provirem de sítios arqueológicos.

Em relação às crenças e tradições populares na sua relação com os vestígios pré-históricos, brevemente aflorados neste trabalho, pretendemos, num futuro próximo, dar continuidade à análise destas

temáticas, alargando a sua análise a outros períodos cronológicos. Há muitos dados a recolher e a sistematizar. Esse é o primeiro ponto. Posteriormente, gostaríamos de selecionar alguns sítios arqueológicos ou algumas localidades e proceder à realização de entrevistas, como as que fizemos relativamente ao Castelo Velho de Freixo de Numão e ao Prazo.

Fazer a biografia de lugares com amplas diacronias pode constituir outro desafio. O ideal seria elaborar um projeto desenhado por uma equipa multidisciplinar, com o contributo de diversas áreas científicas. Para além da análise dos dados históricos, toponímicos, da tradição oral, o que seria realmente inovador seria desenvolver uma análise sistemática do modo como os vestígios arqueológicos de diferentes períodos se articulam entre si do ponto de vista da análise estratigráfica.

Os possíveis caminhos de pesquisa apresentados ao longo das últimas páginas representam aspetos que se foram desenhando através da análise dos dados compilados na Base de Dados que estruturámos. Mas mais do que isso, representam temas que pessoalmente nos suscitaram maior interesse. Porque a pesquisa arqueológica, apesar de ser condicionada por inúmeros fatores, é primeiramente um projeto pessoal, um caminho de autoaprendizagem, que estrutura a nossa relação com o espaço, com o tempo e com os outros. Isto porque os sítios arqueológicos são lugares que fazem as paisagens, são lugares de ativação de memórias, das comunidades que estudamos e das comunidades a que pertencemos. Há sítios que passaram a fazer parte da minha paisagem e da minha memória e, nessa condição, são sítios cujas paisagens/memórias condicionam o futuro da pesquisa que quero vir a desenvolver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

ABRUNHOSA, A.; PINTO, D. (2012) – O contributo das análises metalográficas na caracterização cultural e estilística de adornos metálicos da Idade do Ferro. O caso do Crasto de Palheiros – Murça/Norte de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras, 19*, 13-18.

ALBERGARIA, J.; PINTO, F. S. (2010) – Sondagens arqueológicas no sítio do Paço (Baguim do Monte, Gondomar). Relatório Final – 2010. TERRALEVIS, Património, Arqueologia e Sistemas de Informação.

ALÇADA, M. (1998) – Inventariar, Documentar, Informar. In *Urbanidade e Património*. Lisboa: IGAPHE.

ALMEIDA, C. A. B. (1992/93) – O Passado Arqueológico de Carlão - Alijó. In *Portugália, Nova Série, XIII-XIV*, 229-261.

ALMEIDA, C. A. F. (1981) – Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua sacralização. In *Nova Renascença*. Porto: Associação Cultural "Nova Renascença". Vol. 1, n.º 2. pp. 202-212.

ALMEIDA, C. A. F.; JORGE, V. O. (1980) – A estátua-menir fálica de Chaves. In *Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*. Porto: GEAP, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 6.

ALMEIDA, C. A. F.; MOURINHO, A. M. (1981) – Pinturas Esquemáticas de Penas Róias, terra de Miranda do Douro. In Arqueologia, n. 3 (Jun. 1981), p. 43-48.

ALMEIDA, P. B.; FERNANDES, F. (2007) – A escavação arqueológica no Povoado das Cimalhas. In *Oppidum*, número 2. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. pp. 115-127.

ALMEIDA, P. B.; FERNANDES, F. (2008) – O Povoado da Idade do Bronze da Cimalha. In *Oppidum*, número especial. Lousada: Câmara Municipal de Lousada. pp. 29-44.

ALVES, F. M. (2000 [1934]) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Tomo X – Arqueologia, Etnografia e Arte. Porto. Vol. 9.

ALVES, J. M. G. (1978) – Breves notícias da actividade cultural. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 88, p. 417-420.

ALVES, L. B. (2009) – O sentido dos signos - reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal. In R. de Balbín Behrmann (ed), *Arte Prehistórico al aire libre en el sur de Europa*, Junta de Castilla y Leon: 381-413.

ALVES, L. B.; CARDOSO; J. M.; REIS, M.; CARVALHO; B. (2014) – ART-FACTS: Uma investigação sobre os contextos arqueológicos da Arte Esquemática no Vale do Côa. In *Coavisão*. Vol. 16. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

ALVES, L. B.; REIS, M. (2011) – Memoriais de Pedra, símbolos de identidade. Duas novas peças escultóricas de Cervos (Montalegre, Vila Real). In *IV Jornadas Raianas Estelas e estátuas-menir da Pré à Proto-história*, Sabugal, p. 187-216

AMARAL, P.; RODRIGUES, M. (1998) – Igreja de Santo Apolinário/Ermida de Santo Apolinário. In IHRU/SIPA. (em linha). [consultado em 31 janeiro 2014]. Disponível em: (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2695).

ANTT – Memórias Paroquiais de 1978. Disponível em: http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4238720 (Consultado a 29 de dezembro de 2014).

ANTUNES, A.S.; DEUS, M.; SOARES, A.M.; SANTOS, F.;ARÊZ, L.; DEWULF, J.; BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados Abertos do Bronze Final na Médio e Baixo Guadiana. In *Sidereum Ana II – El valle del*

Guadiana en el Bronce Final (editado por J. Jiménez Ávila). CSIC, Instituto de Arqueología de Mérida, Anejos de Archivo Español de Arqueología, pp. 277-308.

ARAÚJO, A.; PÉREZ ALBERTI, A. (1999) – Os Meios Geográficos do Noroeste Peninsular. In *Xeografía do eixo atlántico = Geografia do eixo atlântico*, coord. Xosé Manuel Souto González [Vigo] : [Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular], pp. 137-200. Disponível em: http://web.letras.up.pt/asaraujo/Trabalhos/26%20Eixo.pdf

ARAÚJO, M. A. (2006) – O relevo de Portugal. In *Finisterra*, XLI, 82, pp. 139-149.

ARAÚJO, M.F.D.; CABRAL, J.M.P. (1986a) – Análise química não destructiva de alguns artefactos do espólio encontrado na estação de Vinha Soutilha (Mairos). In *Povoados da Pré-História Recente da região de Chaves - V.P. de Aguiar*, Susana Oliveira Jorge (ed.) Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, Porto.

ARAÚJO, M.F.D.; CABRAL, J.M.P. (1986b) – Análise química de alguns artefactos da estação da Pastoria. In *Povoados da Pré-História Recente da região de Chaves - V.P. de Aguiar*, Susana Oliveira Jorge (ed.), Instituto de Arquelogia da Faculdade de Letras do Porto, Porto.

AREZES, A. (2006) – *Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos: Monte da Cimalha, Sernande – Felgueiras*. Perennia Monumenta. Vila Nova de Famalicão.

AREZES, A. (2011) – Elementos de adorno altimediévicos em Portugal (séculos V a VIII). In *Serie Trivium*, nº 41, Editorial Toxosoutos, Noia.

ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. (1993) – Colecção de ourivesaria 1. Do Calcolítico à Idade do Bronze. Lisboa, Instituto Português de Museus.

ARQUEOLOGIA – Toponímia Rústica do concelho de Macedo de Cavaleiros. Disponível em: http://www.terrasquentes.com.pt/content.aspx?id=62

ARQUIVO PORTUGUÊS DE LENDAS (em linha). Disponível em: www.lendarium.org.

AUBRY, T. e CARVALHO, A.F. (1998) – O povoamento pré-histórico no Vale do Côa. Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997). In *Foz Côa, ano 2000. Cultura e Património*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (Côavisão; 0), p. 23-34.

AZEVEDO, M. J. C. (1999) – A Igreja Matriz de Valongo - arquitectura (1794-1836). vol. I. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

BALDOEIRO – Farrapos de Memória, em linha. Disponível em: http://lelodemoncorvo.blogspot.pt/2011/07/estacao-arqueologica-do-baldoeiro.html

BALESTEROS, C.; SANTOS, C. A. (2000) – Aspectos da arqueologia judaica em Trancoso. In *Actas das Jornadas da Beira Interior*. História e Património, Guarda. (em linha) Disponível em: http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/artigo_Santos_Ballesteros.pdf

BAPTISTA, A. M. (s/d) – Arte da Pré-história. Museu do Côa. (em linha) Disponível: http://www.coa.ccg.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ComunicacaoELinguagemArte&Slide=188

BAPTISTA, L. (2008) – As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real. In *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior* – 04 da idade média à contemporaneidade - ambientes e musealização, ACDR Figueira de Castelo Rodrigo. pp. 64-78.

BAPTISTA, S. (em linha) GeoBrasões - Brasões de Portugal. Disponível em: http://www.saizbel.com/heraldica/index.php/pt/

BARBOSA, J.P. (2010a) – *Arqueologia no Porto. Sondagens de Avaliação Prévia - Rua de Marechal Saldanha, 1318-1324. Nevogilde – Porto* (MSL1318.10) Relatório Preliminar LOGIARK, Porto – Junho 2010.

BARBOSA, J.P. (2010b) – *Arqueologia no Porto - Trabalhos de Acompanhamento de Obra e Escavação Arqueológica. Rua de Marechal Saldanha, 1318-1324. Nevogilde – Porto* (MSL1318.10) Relatório Preliminar. Segunda Fase. LOGIARK. Porto – Novembro 2010

BETTENCOURT, A.M.S. (2004) – O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro? In *Castro, Um Lugar para Habitar*. Colóquio Monte Mozinho.

BETTENCOURT, A.M.S. (2004) – Um caso paradigmático de património arqueológico e antropológico na fronteira de Portugal e Galiza. In *Actas do IIº Congresso Internacional Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural*, Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural (AGIR), Paredes de Coura, publicado em CD-ROM com a referência BETTENCOURT.PDF.

BETTENCOURT, A.M.S. (2006) – A transformação da paisagem e a construção de lugares de memória durante a Pré-História Recente do Norte de Portugal: o vale do Assureira. In *Actas das XVI Jornadas Sobre a Função Social do Museu*. Montalegre: Câmara Municipal/Ecomuseu do Barroso: 109-123.

BETTENCOURT, A.M.S. (2009) – A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze. in P. Pereira (coord.) *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho: 70-113.

BETTENCOURT, A.M.S. (2009b) – Práticas funerárias da idade do bronze de Trás-os-Montes e da Galiza oriental. In *Revista Aquae Flaviae*, N.º 41. Chaves.

BETTENCOURT, A.M.S. (2010) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. In *Trabajos de Prehistoria*. 67, n.º 1, enero-junio 2010. pp. 139-173.

BETTENCOURT, A.M.S. (2011) – Estruturas e práticas funerárias do Bronze Inicial e Médio do Noroeste Peninsular. In P. Bueno, A. Gilman, C. Martín Morales & F.J. Sánchez-Palencia (eds.) *Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje*... Bibliotheca Praehistorica Hispana 27. Madrid: CSIC: 115-139.

BETTENCOURT, A.M.S. (2013) – O Bronze Final no noroeste português. Lugares, memórias e ações. In: J.L. Cardoso (ed.) *Sistemas de Povoamento do Norte, Centro e Sul do Território Português no decurso do Bronze Final*. Oeiras: Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras e Câmara Municipal de Oeiras.

BETTENCOURT, A.M.S.; DINIS, A.; SOUSA, I.; CRUZ, C. & PEREIRA, J. (2002) – A estação arqueológica da Tapada da Venda, Pedroso, Celorico de Basto (Norte de Portugal): primeiras impressões das escavações de 2001. In *Portugália*, n. série, nº 23, Porto. pp. 185-198.

BLANC-PAMARD, Ch.; RAISON, J. P. (1986) – *Paisagem*. In *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 8, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa.

BRÉZILLON, M. (1989) – *Dicionário de Pré-História*. Edições 70.

BRITO, R. S. (1994) – *Portugal: Perfil Geográfico*. Col. Referência, ed. Estampa, Lisboa.

BUTZER, K. W. (2006) – *Archaeology of human ecology*. Cambridge: Cambridge University Press.

CABRAL, J. (2010) – O depósito de conchas do sítio arqueológico das "Areias Altas" (Porto, Portugal). Estudo morfológico e morfométrico das conchas inteiras de moluscos. In *Férvedes* Vilalba (Lugo). Número 6. pp. 73-82.

CALADO, M. (2004) – Menires do Alentejo Central: Génese e Evolução da paisagem megalítica regional. (em linha) Disponível em: http://www.crookscape.org/tesemc/tese.html. Acedido em junho 2010.

CAMPOS, N.; CUSTÓDIO, J. (coord.). (2002) – *Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Centro de Interpretação. Estudos Catálogo* – volume 1. Museu do Ferro & da Região de Moncorvo. Torre de Moncorvo.

CAMPOS, N.; LEONARDO, R. (2008) – *Inventário de património arqueológico e de alguns valores arquitetónicos do concelho de Torre de Moncorvo*. Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo. Volume I.

CANHA, A.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2007) – Testemunhos da metalurgia no povoado de Canedotes (Bronze Final). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, pp. 159-178

CAPELA, J. V. (2003) – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: s.n.. Vol. 1.

CAPELA, J. V.; MATOS, H.; BORRALHEIRO, R. (2006) – *As freguesias do Distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C. Vol. 3.

CAPELA, J. V.; MATOS, H.; BORRALHEIRO, R. (2007) – *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C. Vol. 4

CAPELA, J. V.; MATOS, H.; BORRALHEIRO, R. (2009) – *As freguesias do Distrito de Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. [Braga]: J.V.C. Vol. 5

CARDOSO, J. C. M. (2007) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional.* Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia, Porto, edição policopiada.

CARDOSO, J. M. (no prelo) – Ao longo da Paisagem: O Alto Douro no 3º milénio AC. Espaços temporários e paisagens". In *Atas da Mesa Redonda A Pré-História e a Proto-História no Centro de Portugal*, Mangualde, CEPBA, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.

CARDOSO, L. (1737-1751) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real. Tomo II.

CARDOSO, L. (1747) – *Dicionário Geográfico ou Notícia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real. Tomo I.

CARDOZO, M. (1950) – Monumentos Arqueológicos da Sociedade Martins Sarmento. In *Revista de Guimarães*, n.º 60, Guimarães, pp. 476-486.

CARTA ARQUEOLÓGICA DE CABECEIRAS DE BASTO. CACB (2011) – Perennia Monumenta/Câmara Municipal de Celorico de Basto/Universidade Fernando Pessoa [Em Linha]. Disponível em: http://cartaarqueologica.cabeceirasdebasto.pt/ [Consultado a 1 de fevereiro de 2013].

CARTA DA HIDROGRAFIA CONTINENTAL – Principais Bacias Hidrográficas, Portugal. Atlas do Ambiente - Nota explicativa I.17. Elaborada pelo Grupo de Trabalho do Atlas. Direcção-Geral dos Recursos Naturais. Lisboa, 1992.

CARVALHINHOS, P. J. (2003) – Onomástica e Lexicologia: o léxico toponímico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). In *Revista USP*. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, p. 172-179.

CARVALHINHOS, P. J. (2007) – Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal. In *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, Volume XI, n.º 04 - Outros Trabalhos, pp. 26-38. Disponível em http://www.filologia.org.br/xicnlf/4/Cad200420XICNLF.pdf

CARVALHINHOS, P. J.. (2006) – Hierotoponímia portuguesa. Os nomes de Nossa Senhora. In *IX Congresso Nacional de Lingüística e Filologia*, Rio de Janeiro. Cadernos do CNLF. RJ : Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos, 2006. v. IX. p. 85-94. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ixcnlf/16/09.htm.

CARVALHINHOS, P.J. (2008/2009) – Intersecções línguo-culturais na onomástica: a questão religiosa. In MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). *Múltiplas Perspectivas em Linguística*. Uberlândia - MG: Edufu - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. CD-ROM.

CARVALHO, A. F. (1999) – Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2 (1), Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 39-70.

CARVALHO, A. F. (2003) – O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (Trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 1996-2000). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 229-273.

CARVALHO, A. F. (2004) − O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 185-220.

CARVALHO, A. F.; ANTUNES-FERREIRA, N.; VALENTE, M. J.(2003) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6. N.º 1. pp.101-119.

CARVALHO, M. (2007) – *Fontes toponímicas in Toponímia: gentes & lugares*. (em linha). Disponível em: http://deaveiroeportugal.blogspot.pt/2007/02/fontes-toponmicas.html (acedido em 25 de julho de 2014)

CARVALHO, P. M. (1989) – *Roteiro arqueológico do Concelho de Penedono*. Penedono: Câmara Municipal de Penedono.

CARVALHO, P. M. (2005) – A Necrópole Megalítica da Senhora do Monte (Penedono Viseu). Um espaço sagrado pré-histórico na Beira Alta. In *Estudos Pré-Históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, vol. 12.

CARVALHO, P. M.; GOMES, L. F. C.; FRANCISCO, J. P. A. (1999) – A estátua-menir do Alto da Escrita (Tabuaço, Viseu). In *Estudos Pré-Históricos*, 7. pp. 251-256.

CASTELÕES – ALDEIA TRANSMONTANA (em linha) Publicação de segunda-feira, 8 de outubro de 2012. Disponível em: http://afc-casteloes.blogspot.pt/

CAVALHEIRO, J.; SANCHES, M. J. (1995) – Um caso de metalurgia primitiva do ouro na 1ª metade do IIIº milénio AC: Abrigo Buraco da Pala - Mirandela. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 35 nº 4, pp.168-187

CCDRN – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL do NORTE. Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro. Relatório Diagnóstico Síntese e Esquema de Modelo Territorial Versão de Trabalho - Julho 2005.

CHAVES, L. (1951) – As Antas de Portugal. In *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnographico Português. N. S., vol. 1 (Em linha) Disponível em: http://biblioteca.mnarqueologia-ipmuseus.pt/oarqueologo/OAP_S2_v1_1951/OAP_S2_v1_1951_150dpi_pdf/p95-116/p95-116.pdf

COIXÃO, A. N. S. (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

COIXÃO, A.N.S. (1997) – *Um Projecto, A Investigação, A Musealização e um Circuito, Freixo de Numão 1980-1996.* Almada: A.C.D.R. de Freixo de Numão.

COIXÃO, A.N.S. (1999a) – *A ocupação humana na Pré-história recente na região de entre Côa e Távora*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-histórica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Almada: ACDR de Freixo de Numão.

COIXÃO, A.N.S. (1999b) – *Rituais e cultos da morte na região de Entre Douro e Côa*. Freixo de Numão: ACDR.

COIXÃO, A.N.S. (2000a) – A Romanização do aro de Freixo de Numão. In JORGE, V. O., Coord. – *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*. Porto: ADECAP (Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, 6), pp. 422-440.

COIXÃO, A.N.S. (2000b) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (2ª ed.).

COIXÃO, A.N.S. (2001) - Novos dados para o estudo do povoamento da área urbana de Freixo de Numão da Pré-história aos nossos dias. In *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n.º 3, 2001, p. 45-52.

COIXÃO, A.N.S. (2008) – *Proto-história e romanização do Baixo Côa: novos contributos para a sua caracterização. Proto-história e romanização, Guerreiros e colonizadores*. Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Vol. 3. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.

COIXÃO, A.N.S. (2010) – *Campanha de escavações arqueológicas - Castro de S. Jurge (Ranhados-Meda) - Relatório - ano de 2009*. Freixo de Numão - junho de 2010. ACDR.

COIXÃO, A.N.S. (2012) – *Campanha de escavações arqueológicas - Castro de S. Jurge (Ranhados-Meda) - Relatório - ano de 2011.* Freixo de Numão – dezembro de 2012. ACDR.

COIXÃO, A.N.S. (2013) – 1980/2013 - 33 Anos de investigação arqueológica nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Meda. In *Atas das 1as conferências do Museu de Lamego/CITCEM – 2013. História e Património no/do Douro: investigação e desenvolvimento*. Disponível em: www.museudelamego.pt

Coixão, A.N.S. (2014) – *Arte Rupestre do Castro de S. Jurge (Ranhados - Mêda)*. Mêda, 1.ª Edição, Câmara Municipal de Mêda.

COIXÃO, A.N.S.; NALDINHO, S. (2011) – Projeto de criação de núcleos museológicos e/ou centros de intervenção na área dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Mêda. In Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal. Direcção Regional de Cultura do Norte. Pp. 479-505.

COIXÃO, A.N.S.; BRÍGIDA, A.; SIMÃO, P.V. (2009) – *Carta arqueológica do concelho de Mêda*. Mêda: Câmara Municipal, 2009.

COIXÃO, A.N.S.; CARVALHO, B. S. (2010) – Os abrigos em rocha no aro de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa Portugal). In *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, n.º12, 2010, p. 51-80.

COIXÃO, A.N.S.; SOBRAL, V. (coord.) (1998) – *Do imaginário ao real no Freixo de Antanho*. ACDR de Freixo de Numão.

COIXÃO, A.N.S.; TRABULO, A. R. (1995) – *Por terras do concelho de Foz Côa. Subsídios para a sua história: estudo e inventário do seu património*. 2ª ed. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

COMENDADOR REY, B. (1997) – *Los inicios de la Metalurgia en el noroeste de la Península Ibérica*. Tesis doctoral, Universidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha.

CONCEIÇÃO, M. (1992) – Pelourinho de Touça. In IHRU/SIPA. (em linha). [consultado em 24 fevereiro 2014]. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1527

CORREIA SANTOS, M. J.; Schattner, T. G. (2010) – O Santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia. In *Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto*. Th. G. Schattner - M. J. Correia Santos (Coord.). Actas da Jornada realizada no Museu da Guarda a 23 de Abril de 2010 = Iberografias 6, 2010, 89-108.

CORREIA, A. (2010a) – *Estelas e Estátuas-menires no Centro e Norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior*. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. I. Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/15379

CORREIA, A. (2010b) – *Estelas e Estátuas-menires no Centro e Norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior.* Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. II. Coimbra. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/15379

COSME, S. (2003) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Vila Velha em Vila Real*. 3ª Fase. Alargamento das sondagens da 1ª Fase e abertura de novas sondagens. Porto: Arqueologia e Património.

COSME, S. (2004) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Vila Velha em Vila Real*. 1ª Fase. Sondagens Arqueológicas 2002/2003. Porto: Arqueologia e Património.

COSME, S. (2005) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica na Vila Velha em Vila Real*. 4ª Fase – Alargamento da Sondagem 1. 2002/2004. Porto: Arqueologia e Património.

COWELL, D. (2009) – *Vilarinho Early Bronze Age Statues / A estatuária calcolítica de Vilarinho de Samardã*. [em linha]. Disponível em: http://www.scribd.com/doc/18982932/Vilarinho-Early-Bronze-Age-Statues-A-Estatuaria-Calcolitica-de-Vilarinho-de-Samarda [Consultado a 16 de maio de 2014]

CRIVARQUE – Estudos de Impacte Trabalhos Geo-Arqueológicos, Lda. 1. Ficha de Sítio Arqueológico. Câmara Municipal de Aveiro. (Em Linha). Disponível em [http://www.cm-aveiro.pt/www/cache/.../XPQ5FaAXX10730aGdb9zMjjeZKU.pdf] (Acedido em 19 Janeiro de 2010).

CRUZ, D. (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, Diversidade Tumular e Práticas Rituais Durante a Pré-história Recente*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001 (dissertação de doutoramento, policopiada).

CRUZ, D.; CANHA, A. J.; LOUREIRO, S.; VALINHO A., VIEIRA, M. (2000) – Património arqueológico do concelho de Vila Nova de Paiva: a ocupação humana do Alto Paiva desde a Pré-história à Alta Idade Média. In *Estudos Pré-históricos*, 8, Viseu, pp. 251-264.

CRUZ, D.; SANTOS, A. T. (2011) – As estátuas menires da serra da Nave (Moimenta da Beira, Viseu) no contexto da ocupação pré-histórica do Alto Paiva e da Beira Alta. In *Estelas e estátuas menires: da Pré à Proto-história. Actas das IV Jornadas Raianas*. Câmara Municipal do Sabugal.

CUNHA, A.L. (1991) – Intervenção de emergência efectuada no lugar de Fontela de Figueirido, Sardoura, Castelo de Paiva (Relatório de 1988/89). In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 31. Porto, p. 199-216.

CUNHA, E.; MATOS, V. (1999) – Dados bioarqueológicos para o conhecimento dos habitantes do sítio do Prazo (Freixo de Numão) durante a idade média. In Sá Coixão, A. N. (ed.) *Rituais e cultos da morte na região de Entre Douro e Côa*. Freixo de Numão, A.C.D.R. de Freixo de Numão, pp. 101-128.

CUNHA, P. P.; PEREIRA, D. Í. (2000) – Evolução cenozóica da área de Longroiva-Vilariça (NE Portugal). In *Ciências da Terra (UNL),* Lisboa. N.º 14. pp. 89-98.

CURADO, F. P. (1986) – Mais uma estela do Bronze Final na Beira Alta (Fóios, Sabugal – Guarda). In *Arqueologia*, 14, Porto: GEAP. pp. 103-109.

D`ABREU, A. C.; CORREIA, T.; OLIVEIRA, R. (2004) – *Contributos Para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental.* Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa. 2 vols.

DAVEAU, S. (1987) – Comentários e Actualização. In *Geografia de Portugal*. Vol. I. A Posição Geográfica e o Território. Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach. Comentários e actualização de Suzanne Daveau. Edições Sá da Costa, Lisboa, 1.ª Edição.

DAVEAU, S. (2000) – *Portugal Geográfico*, 3.ª ed., Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

DGPC - PORTAL DO ARQUEÓLOGO (2015) – Direção-Geral do Património Cultural (em linha). Disponível em: http://arqueologia.igespar.pt/

DÍAZ-GUARDAMINO URIBE, M. (2010) – *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Tesis doctoral.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [consult. 2014-11-29 15:13:46]. Disponível na Internet: http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/

DINIS, A. P. (1991-92) – Cerâmicas do Bronze Final de Castelo de Matos (Baião). In *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, pp. 119-142.

DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO, DGT (2013) – Unidades de Paisagem de Portugal Continental.

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, (2008) - Pesquisa por Sistema de Informação – inventário. [http://www.monumentos.pt] (Acedido entre 2006 e 2008).

DONAS-BOTTO, A. (2012) – *São João da Pesqueira: subsídios para o estudo do território medieval.* Coimbra: [s.n.], Dissertação de mestrado. Disponível em: http://hdl.handle.net/10316/21397

DÓRDIO, P. (2013) – Investigação e Desenvolvimento no Plano de Salvaguarda do Património do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor. In *Atas das 1as conferências do Museu de Lamego / CITCEM – 2013. História e Património no/do Douro: investigação e desenvolvimento*. Disponível em: www.museudelamego.pt

ELLEN, R. (2002) – Classification. In *Encyclopedia of social and cultural anthopology*. Edited by Alan Barnard and Jonathan Spencer. London/New York: Routledge.

ENCONTROS COM O PATRIMÓNIO. TSF [Em linha] Entrevista do jornalista Manuel Vilas-Boas aos arqueólogos António Sá Coixão e Susana Oliveira Jorge. 07 JUN 08. Consultado em 10 de Junho de 2011. Disponível em: http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=918070&audio_id=955191

FÁBREGA-ÁLVAREZ, P; FONTE, J.; GONZÁLEZ GARCÍA, F.J. (2011) – Las sendas de la memoria. Sentido, espacio y reutilización de las estatuas-menhir en el noroeste de la Península Ibérica. The paths of memory. Meaning, space and reuse of the menhir-statues in the northwest of the Iberian Peninsula. In *Trabajos de Prehistoria*, 68(2): 313-330. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España), pp. 313-330.

FAGAN, B. (1996) – Three-Age System. In *The Oxford Companion to Archaeology*. New York: Oxford University Press.

FAGUNDES, M. (2008) – *Uma Análise da Paisagem em Arqueologia – Os Lugares Persistentes.* Disponível em: http://www.webartigos.com/articles/7203/1/Uma-Analise-Da-Paisagem-Em-Arqueologia--Os-Lugares-Persistentes/pagina1.html#ixzz1Dfo5zD2X

FARIA, V. F. S.; NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, Y. C. (2008) **–** A memória social na micro-toponímia de Pontes e Lacerda (MT). In *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. N.º 1. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10315

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. (1992) – *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*, Teorema, Lisboa.

FERREIRA, A. B. (1978) – *Planaltos e montanhas do Norte da Beira. Estudo de geomorfologia*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 4, Lisboa.

FERREIRA, F. B. (1985a) – Alguns topónimos indicativos de monumentos arqueológicos. In *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, tomo 1, volume 1, pp. 279-361.

FERREIRA, F. B. (1985b) – Alguns topónimos indicativos de monumentos arqueológicos. In *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, tomo 1, volume 2, pp. 159-284.

FERREIRA, F. B. (1985c) – Alguns topónimos indicativos de monumentos arqueológicos. In *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Lisboa, tomo 2, volume 1, pp. 559-675.

FERREIRA, J. A. P. (1980) – Moedas romanas encontradas em Freixo de Numão e seu termo. Breve notícia. Notícias da Actividade Cultural. II Encontro de Numismatas. in *Revista de Guimarães*. 90 Jan.-Dez. 1980, p. 375-381.

FIGUEIRA, J. I. M. (2004) – Um Olhar sobre o Hoje, sobre o Outro, sobre a Memória. Prémio Literário Hernâni Cidade 2004. Câmara Municipal de Redondo. Disponível em: https://www.cm-redondo.pt/pt

FIGUEIRAL, I. M.; QUEIROGA, F. M. (1988) – Castelo de Matos. In *Arqueologia*. Porto: GEAP, Nº 17. pp. 137-150.

FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. (1998/1999) – A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-História Recente. In *Portugália*. Porto. Nova Série, 19-20, p. 71-101.

FIGUEIREDO, S. (2013) – *A arte esquemática do Nordeste Transmontano: contextos e linguagens*. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais.

FONSECA, J. (2011) – *Intervenção Arqueológica, Rua D. Hugo, n.º 33. Relatório preliminar*. 17 de Junho de 2011. Arqueologia e Património. pp. 14-16 e 19.

FONSECA, L.B. (1997-2010) – *Heráldica Portuguesa*. (em linha) Disponível em: http://www.armorial.net/armorial/nossosdias.shtml (acedido a 31 julho 2014).

FRAZÃO, F. (2006) – *Passinhos de Nossa Senhora - Lendário Mariano.* Lisboa: Apenas Livros.
FREGUESIA DE PENELA DA BEIRA, em linha. História. Junta de Freguesia de Penela da Beira, 2008. Disponível em: http://www.freguesias.pt/portal/apresentacao_freguesia.php?cod=181207

GASPAR, R.; CARRONDO, J.; NOBRE, L.; RODRIGUES, Z.; DONOSO, G. (2014) – Espaço para a morte. O Terraço da Foz do Medal (Vale do Sabor, Nordeste de Portugal) durante a Idade do Bronze. In *Estudos do Quaternário*, 10, APEQ, Braga, 2014, pp. 59-72 http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq.

GASPAR, R.; MAY, A.; DONOSO, G.; TERESO, J. (2014) – O Abrigo Natural do Lombo das Relvas: um local de enterramento do Neolítico final/Calcolítico inicial?. In *Al-Madan Online*. IIª Série. 19. Tomo 1 (Julho): 25-35.

GASPAR, R.; RIBEIRO, R.; REBELO, P.; NETO, N.; CARVALHO, M. L.(2014) – Bronze Age funerary contexts in Northeast Portugal. Terraços das Laranjeiras (Sabor Valley) In: A.M.S. Bettencourt; B. Comendador Rey, H.A. Sampaio & E. Sá (eds.) *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria. Do Neolítico à Idade do Bronze*. Braga: APEQ/CITCEM, pp. 49-62.

GONÇALVES, H.B. (1981) – A estação pré-histórica do Monte Calvo Baião. Notícia preliminar. In *Arqueologia*. Porto: GEAP. 3. pp. 77-87.

GONÇALVES, H.B. (1982) – Monte Calvo. In *Informação arqueológica*. Lisboa. 5.

GRIMAL, P. (1992 [1951]) – *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Difel, Linda-a-Velha.

GUIMARÃES, G. (2008) – O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I- Arqueologia. In *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior* – 04 da idade média à contemporaneidade - ambientes e musealização, ACDR Figueira de Castelo Rodrigo. pp. 154-160.

GUIMARÃES, O. (1896) – Explorações arqueológicas em Paços de Ferreira. In *O Archeologo Português.*

HALBWACHS, M. (1950) – *La Memoire Collective*. Presses Universitaires de France.

HARPSOE, C. H.; RAMOS, M. F. (1985) – Lorga de Dine (Vinhais, Bragança). In *Arqueologia*. GEAP. 12, Porto.

HEITOR, A. J. F. (2002) – *A Pré-História Recente no Douro Sul (Concelhos de S. João da Pesqueira e Tabuaço) - Um Ensaio de Arqueologia Espacial*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CHAMBINO, M. (1995) – Rochas com Covinhas na Região do Alto Tejo Português. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Porto. Vol. 35 (4). (Em linha). Disponível em: http://www.altotejo.org/UserFiles/File/Estudos_e_Publicacoes_arqueo/Rochas_com_covinhas_no_Alto_Tejo.pdf

HENRIQUES, F.; ROSA, S. (2010) – *Sondagens Arqueológicas no sítio de Eira (CNS 17502) (Vila Nova de Foz Côa) Relatório*. ZEPYROS. Abril de 2010.

HOLTORF, C. (2000-2008) – *Monumental Past: The Life-histories of Megalithic Monuments in Mecklenburg-Vorpommern (Germany). A living electronic monograph*. University of Toronto: Centre for Instructional Technology Development. Disponível em: http://hdl.handle.net/1807/245).

HROBAT, K. (2007) - Use of Oral Tradition in Archaeology: The case of Ajdovsina above Rodik, Slovenia. In *European Journal of Archaeology*, SAGE Publications, Vol. 10(1). 31-56.

HUBER, M.T. (2002) – Christianity. In Encyclopedia of social and cultural anthopology. Edited by Alan Barnard and Jonathan Spencer. London/New York: Routledge.

ICNB (2014) em linha. Disponível em: http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/r-nat/rnsm/galeria

IGEO (2013) – Mapa hipsométrico de Portugal Continental.

IGESPAR (2010) em linha. Pesquisa por Património. Disponível em: [http://www.igespar.pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/] (Acedido em Janeiro de 2010).

IGESPAR (2012) Portal do Arqueólogo.

INGOLD, T. (1993) – *The Temporality of the Landscape*. World Archaeology, 25(2), 152-174.

INGOLD, T. (2000) – *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill.* London: Routledge.

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA – IHRU-SIPA (2009) – Pesquisa por Sistema de Informação – inventário. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B.aspx

IHRU-SIPA – Igreja de Santo Apolinário/ Ermida de Santo Apolinário. IPA.00002695. Disponível em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2695

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (2011) – Hipsometria da Bacia do Douro.

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS (2010) – Mapas on-line. Disponível em http://mapas.igeo.pt/igp/igp.phtml

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Disponível em: http://www.igeo.pt/perguntas.htm [acedido em 19 março de 2014].

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA, IPA (2009) – Pesquisa de Sítios Arqueológicos. (Em linha). Disponível em: http://www.ipa.min-cultura.pt/

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA (2008) – Pesquisa por Base de Dados. [http://www.ipa.min-cultura.pt] (Acedido entre 2006 e 2008).

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO – IPPAR (2009) (Em linha). Pesquisa de Património: Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte. Disponível em: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70452

INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO (2008) – Pesquisa por Património. [http://www.ippar.pt] (Acedido entre 2006 e 2008).

INVENTARIAR PARA SALVAGUARDAR – Sistemas de informação em arqueologia. (Em Linha). Simpósio, 20 Abril 2007. [www.ipa.min-cultura.pt/news/Simposio] (Acedido em 25 de Janeiro de 2010).

JORGE, S. O. (1980) – A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião. In *Portugália*. Porto. Nova série: 1, p. 29-50.

JORGE, S. O. (1981) – Sondagens arqueológicas na Estação do Alto da Caldeira (Baião). In *Arqueologia*. 3. Porto: GEAP. pp. 67-76

JORGE, S. O. (1986) – *Povoados da Pré- História Recente da Região de Chaves - V.ª P.ª de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Vol. I. Porto.

JORGE, S. O. (1986b) – *Povoados da Pré- História Recente da Região de Chaves - V.ª P.ª de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental).* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Vol. II., Porto.

JORGE, S. O. (1988a) – O povoado da Bouça do Frade. In *Arqueologia*. GEAP: Porto. Nº 17. pp. 134-137.

JORGE, S. O. (1988b) – O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final de Portugal. In *Monografias Arqueológicas* 2. Porto: GEAP.

JORGE, S. O. (1989) – Datas de carbono 14 para a pré-história recente do norte de Portugal: os dados e os problemas. In *Livro de homenagem a Jean Roche*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica. pp. 461-489

JORGE, S. O. (1989) – *Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa).* 1.ª Campanha, Setembro de 1989.

JORGE, S. O. (1990b) – A consolidação do sistema agro-pastoril. In *Nova História de Portugal - Portugal: das origens à romanização*, Vol. I, Editorial Presença, Lisboa, pp. 102-162.

JORGE, S. O. (1993a) – O povoado do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal. In Actas *do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, vol. 33, 1-2, Porto, SPAE, pp. 179-221.

JORGE, S. O. (1993b) – *Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa).* 4.ª Campanha, Junho e Setembro 1992.

JORGE, S. O. (1994) – *Povoado Pré-Histórico do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa).* 5.ª Campanha, Junho e Setembro 1993.

JORGE, S. O. (1995) – *Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa).* 6.ª Campanha – Agosto – Outubro 1994. Projecto PCSH/S/315/HIS. Relatório de progresso apresentado à JNICT.

JORGE, S. O. (1999) – Cabeço da Minha (Vila Flor, Portugal): a Late Prehistoric sanctuary with "stelai" of the Iberian Peninsula in Gods and Heroes of the Bronze Age. In *Europe at the time of Ulysses*, pp. 137-141.

JORGE, S. O. (1999a) – *Estação Pré-Histórica de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa).* 8.ª Campanha – Junho/Julho 1998. Relatório apresentado ao IPA.

JORGE, S. O. (1999c) – *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português.* Lisboa, Gradiva.

JORGE, S. O. (2000a) – Introdução: breve evolução da Pré-história recente do Norte de Portugal (do VIº ao IIº milénio A.C.), "Pré-História Recente da Península Ibérica". In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. IV, Porto, ADECAP, pp.7-12.

JORGE, S. O. (2000b) – Problematizando a Pré-História Recente de Portugal (VI – II milénios a.C.). In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 40 (3-4), SPAE, Porto, pp. 75-99.

JORGE, S. O. (2002c) – *Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados em 2001* apresentando ao IPA.

JORGE, S. O. (2002d) – Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Breve Notícia. In Revista de Ciências e Técnicas do Património, vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 27-50.

JORGE, S. O. (2003a) – Pensar o espaço da Pré-história Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica. In *Recintos murados da Pré-História Recente*, DCTP (FLUP)/CEAUP (FCT), Porto/Coimbra.

JORGE, S. O. (2003b) – A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-História do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos 25 anos. In *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização. Vol. III. pp. 1453-1482.

JORGE, S. O. (2003c) – *Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Projecto de estudo, valorização e divulgação dum sítio pré-histórico do Norte de Portugal. 2001-2003*. Relatório dos trabalhos arqueológicos realizados em 2002 apresentado ao IPPAR.

JORGE, S. O. (2005) [1994] – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular. Revista da Faculdade de Letras, II.ª Série – vol. XI, Porto, pp. 447-546. In JORGE, S. O. (2005), "*O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, S. O. (2005) [1998] – Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. Estudos Pré-históricos, Vol. VI, Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior (Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997), Viseu, Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp. 279-294. In JORGE, S. O. (2005), "*O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*", Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, S. O. (2005) [2002] – Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. Actas do Simpósio «Conservação e Intervenção em Sítios Arqueológicos e

Monumentos Históricos, Porto/paredes de Coura, Universidade Portucalense Infante D. Henrique/C. M. de Paredes de Coura, 2002, pp. 125-133. In JORGE, S. O. (2005), "*O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*", Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, S. O. (2005) [2003] – Cenografias monumentais pré-históricas: tópicos para uma reflexão. Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapolis, Porto/Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.63-84. In JORGE, S. O. (2005), "*O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*", Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, S. O. (2005) [2003a] – Da Cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Arqueologia e História, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Volume 55, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 167-175. In JORGE, S. O. (2005), "*O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*", Porto, Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia, 2.

JORGE, S. O. (2007) – Formas de organização do espaço e técnicas de construção durante a Pré-História Recente: Introdução. In *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica – Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Faro, pp. 9-12.

JORGE, S. O.; RUBINOS, A (2002b) – Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os Dados e os Problemas. In *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº 4, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp.95-112.

JORGE, S. O.; RUBINOS, A. (2002a) – Absolute chronology of Castelo Velho de Freixo de Numão (northern Portugal): data and problems. In *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 4, pp. 83-105.

JORGE, S. O.; SOEIRO, M.T.(1982) – Escavações arqueológicas na Vinha da Soutilha. In *Portugália*. Porto. Nova série: 2-3, pp. 9-40.

JORGE, V. O. (1982) – *O Megalitismo no Norte de Portugal: O Distrito do Porto - Os monumentos e a sua problemática no Contexto Europeu* - Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras (policopiado).

JORGE, V. O. (1987) – Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver. In *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 4 (1987), p. 269-286.

JORGE, V. O. (1989) – Estela. In *Arqueologia*. n.º 20, Dez 89. Ficha. Porto: GEAP.

JORGE, V. O. (2003) – De que falamos quando falamos de arte? E de arte pré-histórica? E de megalitismo? E de arte megalítica? Alguns breves tópicos para uma reflexão sobre temas em que se impõe pormo-nos de acordo sobre as nossas (possíveis e desejáveis) discordâncias. In GONÇALVES, V., Ed. - *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia. 25).p. 395-534.

JORGE, V. O. (2005) – *Espaço, meio, paisagem, território, região e lugar na experiência de um arqueólogo: alguns contributos reflexivos*. Disponível em: http://architectures.home.sapo.pt/Espaco.htm

JORGE, V.O. (1983/84) – Megalitismo do Norte de Portugal: um novo balanço. In *Portugália*, Vol. 04-05, Porto, pp. 37-46.

JORGE, V. O.; JORGE, S. O. (1990) – Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal. In *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. VII, Porto: Faculdade de Letras, pp. 304-313.

JORGE, V.O.; JORGE, S. O. (1993) – "Statues - menhirs et stèles du Nord du Portugal". In *Les Représentations humaines du Neolithique a l'Âge du Fer – actes du 115e Congrès dês Sociétés Savantes* (Avignon, 1990), Paris: C.T.H.S.

JORGE, V.O.; JORGE, S.O. (1991) – *Incursões na Pré-história*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.

JORGE, V.O.; SANCHES, M.J. (1987) – A "estátua-menir" da Bouça (Mirandela). In *Arqueologia*. Porto: GEAP. 16, pp. 78-82.

JORGE, V.O.; SANCHES, M.J.; JORGE, S. O. (1990) – Nótula sobre dois vasos pré-históricos encontrados em Coca (Paredes). In *Portugália*. Porto. Nova Série: 910, p. 105-106.

LAGE, M. O. P. (2004) – *Tesouros, mouras e facanitos... : estórias, trilha da história: colectânea: lendas e outros fragmentos de cultura oral e imaginário popular transmontano*. Concelho de Carrazeda de Ansiães. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal.

LAUTENSACH, H. (1987b) – As características fundamentais da Geomorfologia. In *Geografia de Portugal.* Vol. I A Posição Geográfica e o Território. Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach. Comentários e actualização de Suzanne Daveau. Edições Sá da Costa, Lisboa, 1.ª Edição.

LE GOFF, J. (1984) – Memória. In *Enciclopédia Einaudi*. Memória – História, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa. Vol.1.

LEAL, A. J. M. C. (1987-1988) – O megalitismo no concelho de Penafiel. In *Boletim Municipal de Cultura*, 3 (4-5), 37-94.

LEMOS, F. S. (1988) – A Vila Fortificada de Anciães. In *Cadernos de Arqueologia*. Braga. 2ª Série: 5, p. 51-64.

LEMOS, F. S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental.* (tese de doutoramento policopiada) Braga: Universidade do Minho.

LEMOS, F. S. (1998) – Senhora do Castelo. In *Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo, Estrela Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

LEMOS, F. S. (1999) – A Lorga de Dine. Um sítio arqueológico a descobrir. In *Vinhais Património*. Vinhais. 2, p. 31-39.

LIMA, A. C.; RODRIGUES, M. C.; REBANDA, N.; GOMES, P.D.; TEIXEIRA, R. (1988) – Escavações arqueológicas na Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo). In *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 28:34, p. 187-210.

LOBATO, M. J. F. (1995) – A Necrópole Romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia). In *Portugália*. Nova Série, Vol. XVI. pag. 31-110

LOPES, A. B.; SILVA, A. C. F.; PARENTE, J. R.; CENTENO, R. M. S. (1994) – A estátua estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar). Notícia preliminar. In *Portugália*. Porto. Nova série: 15, p. 147-150.

LÓPEZ SÁEZ, J. A.; MONTEIRO-RODRIGUES, S.; LÓPEZ MERINO, L. (2006-2007) – La transición Mesolítico-Neolítico desde una perspectiva paleoambiental: Análisis palinológico del sitio de Prazo (Freixo de

Numão, Portugal). In *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXVII-XXVIII, Porto, DCTP-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 19-34.

LOWENTHAL, David (1990) – *The past is a foreign country*. Cambridge University Press. Frontmatter. Disponível em: http://assets.cambridge.org/97805212/94805/frontmatter/9780521294805_frontmatter.pdf

LUCAS, Gavin (2005) – *The Archaeology of Time*. London and New York: Routledge.

LUÍS, E.; REPREZAS, J.; SENNA-MARTINEZ, J.C. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A Campanha 9 (2011). Primeira análise comparativa dos Sectores A e M – I Idade do Bronze / Bronze Final?. In Cadernos *Terras Quentes*, 9.

LUÍS, L. (2008) – *A Arte e os Artistas do Vale do Côa. Parque Arqueológico do Vale do Côa e Associação de Municípios do Vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa.

LUZ, S. (2010) - O Depósito de conchas do sítio arqueológico das Areias Altas (Porto, Portugal). Discussão do enquadramento arqueológico da estrutura 15. In *Férvedes*. Vilalba (Lugo). N.º 6. pp. 141-145.

MARCOS, D. S. (1993) – Catálogo dos Monumentos e Sítios Arqueológicos do Planalto Mirandês (Pré-História). In *Brigantia*. Bragança. Vol. XIII (3-4) Jul-Dez. pp. 193-233.

MARCOS, D. S. (1998) – Catálogo dos Monumentos e Sítios Arqueológicos do Planalto Mirandês (Romanização). In *Brigantia*, 18 (1-2), 27-111.

MARCOS, P.N. (2012) – Levantamento dos sítios arqueológicos de Aldeia da Ponte. In *Sabucale* - Nº 4. Sabugal+ EM.

MARQUES, B. S.; PEDROSA, A. S. (1990) – Aspectos geomorfológicos da Bacia Hidrográfica do Douro Bemposta – Mogadouro – Parque do Douro Internacional. In *Actas do 1º Congresso Internacional sobre o Rio Douro*, Vila Nova de Gaia, 25 de Abril a 2 de Maio de 1986. - Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, 1990. - p. 163-178. Disponível em: http://www.bemposta.net/rioribeiras/riodouro1.htm.

MARTÍN SEIJO, M.; FIGUEIRAL, I.; BETTENCOURT, A.M.S.; GONÇALVES, A.H.B.; ALVES, M.I.C. (2011) – A floresta e o mato. Exemplos da exploração dos recursos lenhosos pelas comunidades da Idade do Bronze Inicial e Médio do Noroeste de Portugal. In J. Tereso, J. Honrado, A.T. Pinto & F.C. Rego (eds.) *Florestas do Norte de Portugal. História, Ecologia e Desafios de Gestão*. Porto: InBio – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (e-book). pp. 85-98.

MARTINS, C. M. (2002) – A exploração mineira de época romana no Castro de Sª do Castelo Urros. In *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, [Beja, 4-7 Outubro 2001]/coordenação José M. Brandão. - Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 2002. pp. 255-264.

MARTINS, C. M. (2008) – Proto-história e romanização no monte de Sra. do Castelo, Urros, Torre de Moncorvo: análise de materiais. In *Actas do III Congresso de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. *Proto-História e Romanização. Guerreiros e Colonizadores*. Vol. 3. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, p. 85-95.

MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto alentejano". In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10: 123-140.

MATOS, V.; CUNHA, E. (1999) – A necrópole do Prazo no contexto das necrópoles medievais portuguesas. In *Côavisão*, 1: 45-51.

MAYOR, A. (2007) – Place names describing fossils in oral traditions. In PICCARDI, L. & MASSE, W. B. (eds) *Myth and Geology. Geological Society*, London, Special Publications, 273, 245–261. The Geological Society of London.

MCFADYEN, L. (2008) – Temporary spaces in the Mesolithic and Neolithic. In Pollard, J. (ed.) *Prehistoric Britain*. Oxford: Blackwell Publishing. 121-134.

MENDES, M. C. (1985) – *Por Terras de Portugal.* Lisboa, Selecções do Reader's Digest.
MONTEIRO DE AGUIAR, J.; SANTOS JÚNIOR, J. R. (1940) - O menir de Luzim (Penafiel). In *Memórias e Comunicações do Congresso do Mundo Português*, 1, Lisboa, 1940, p. 212 – 214.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2000) – A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão - Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do noroeste peninsular. Algumas considerações preliminares. In *Actas do 3° Congresso de Arqueologia Peninsular.* vol. III, Porto: ADECAP, p. 149-168.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2002) – Estação Pré-histórica do Prazo – Freixo de Numão – Estado actual dos conhecimentos. In *Côavisão*, 4. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal. pp.113-126.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2010) – Algumas considerações acerca do Processo de Neolitização no Norte de Portugal. In A.M.S. Bettencourt, M.I. Caetano Alves& S. Monteiro-Rodrigues (eds.), *Variações Paleoambientais e Evolução Antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular/Paleoenvironmental Changes and Anthropization in the Quaternary of Western Iberia.* Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário (APEQ) e Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM): 73-82.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2011) – Pensar o Neolítico Antigo. Contributo para o Estudo do Norte de Portugal entre o VII e o V milénios a. C. In *Estudos Pré-históricos*, 16. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2012) – Novas datações pelo Carbono 14 para as ocupações holocénicas do Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Norte de Portugal). In *Estudos do Quaternário*, 8, Braga: APEQ, pp. 22-37.

MONTEIRO-RODRIGUES, S. (s./d.) – *Sondagem nos níveis do Paleolítico Superior(?) da Casa do Moutinho – Freixo de Numão.* Relatório.

MONTEIRO-RODRIGUES, S.; ANGELUCCI, D. E. (2004) – New data on the stratigraphy and chronology of the prehistoric site of Prazo (Freixo de Numão). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 7. Número 1. pp.39-60.

MONTEIRO-RODRIGUES, S.; FIGUEIRAL, I.; LÓPEZ SÁEZ, J.A. (2008) – Indicadores paleoambientais e estratégias de subsistência no sítio pré-histórico do Prazo (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa – Norte de Portugal). In *Pré-história. Gestos intemporais. Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás--os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, Vol. I Vila Nova de Foz Côa: ACDR – Freixo de Numão: 96-119.

MULLER, L. (2008) – Intangible and tangible landscapes: an anthropological perspective based on two South African case studies. In *SAJAH*, vol. 23, n.º 1. Disponível em: http://repository.up.ac.za/upspace/bitstream/2263/9628/1/Muller_Intangible%282008%29.pdf]

MUSEU DA CASA GRANDE, em linha. Disponível em: http://www.museudacasagrande.pt/index.php/pt/o-museu/circuitos-arqueologicos.

MUSEU DO CÔA, em linha, Disponível em: http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Gestao&SubPage=Fundacao

NALDINHO, S. (2004) – O Castro de S. Jurge (Ranhados Meda). In *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Foz Côa, n.º 6, 2004, p. 167-175.

NÓBREGA, P. (coord.) (2014) – Freguesia de Real: História e Património. Freguesia de Real.

NORA, P. (1989) – Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. In *Representations 26*, UCSB – Department of History. [Disponível em: http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/89NoraLieuxIntroRepresentations.pdf]

NUNES, S. A. (2003) – *Monumentos sob tumulus e meio físico no território entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes): aproximação à questão*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2 vols.

OLIVEIRA, C. P. (2006) – *A Diocese de Miranda do Douro em meados do séc. XVIII Segundo as Memórias Paroquiais de 1758*. Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. 2 vols.

OSÓRIO, M. (2000) – Estátua-menir de A-de-Moura (Santana da Azinha, Guarda). In *Estudos Pré-Históricos*. VIII. Viseu, p. 229-236.

OSÓRIO, M. (2005) – Contributos para o estudo do I milénio a.C. no Alto Côa. In *Lusitanos e Romanos no nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos. pp. 35-65.

OSÓRIO, M. (2012) – *Sortelha: segredos por desvendar.* Sabugal: Sabugal+ EM.

OSSWALD, H. (2002) – *Em torno dos inquéritos paroquiais. Uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. O Litoral em Perspectiva Histórica (sécs. XVI-XVIII).* Porto: Universidade do Porto. Instituto de História Moderna. p. 129-143. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8052.pdf (acedido em 30 de dezembro 2014)

PARAFITA, A. (2010) – *O que é a Tradição Oral?* Alexandre Parafita (online) [Disponível em: http://www.trasosmontes.com/alexandreparafita/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=36]

PARAFITA, A. (2006) – *A Mitologia dos Mouros*, Porto, Gailivro.

PARM (1989) – IIIª campanha arqueológica do sítio do Baldoeiro (Adeganha – Torre de Moncorvo).

PARM (1993) – Inventário Arqueológico do Concelho de Torre de Moncorvo (doc. policopiado).

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA (2002) – Pesquisa por: "Saberes - Ocupação Humana" e "Gravuras - Sítios do Parque". Fundação Côa Parque. (acedido entre Fevereiro e Setembro 2012) Disponível em www.arte-coa.pt

PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURO (1999) – *Caracterização Geral da Bacia Hidrográfica*. Volume III - Análise (Rev. 1 - 99/07/30).

PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURO (2001a) – *Normas Regulamentares.* Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. 30 de Abril de 2001.

PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURO (2001b) – *Relatório Final*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território/Instituto da Água. Março 2001.

PEREIRA, A. L.; LOPES, I. (2005) – *Património Arqueológico do Concelho de Carrazeda de Ansiães.* Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.

PEREIRA, A. L.; LOPES, I. (2008) – *Carrazeda de Ansiães - Terra com marcas do Tempo.* Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães. Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães. (em linha). Disponível em: http://castelodeansiaes.com/casteloansiaes/index.htm

PEREIRA, A. L.; SOARES, N. M. (1997) – Ansiães, um povoado com rupturas no seu processo histórico? In *DOURO - Estudos & Documentos*, vol. II (4) (2°), pp.63-76.

PEREIRA, D. M. Í. (2002) – Dos aspectos gerais a algumas particularidades da geomorfologia do Nordeste transmontano e do Alto Douro. In *Encontro sobre a Geomorfologia do Noroeste Peninsular. Resumos das conferências.* Porto, FLUP. 11-13 de Abril de 2002.

PEREIRA, G. (2014) – A sepultura sob tumulus do Senhor dos Aflitos (Alvarenga/Arouca, Centro-Norte de Portugal). Primeiros resultados. In *Estudos do Quaternário*, 10, APEQ, Braga, pp. 3-14 http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq. Acesso em: 29 Mai. 2015.

PERESTRELO, M. S. (2008) – Cidadelhe e a Proto-História e a Romanização do Médio Côa. In *Actas do III Congresso de arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Proto-História e Romanização. Guerreiros e Colonizadores*, Vol. 3. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, 56-71.

PERESTRELO, M. S.; OSÓRIO, M.(2005) – Pré-História recente na região da Guarda - alguns subsídios. In *Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*. Côavisão – Cultura e Ciência Foz Côa. 7. 2005, p. 207-231.

PERNADAS, P. J. L. (2013) – *Estruturas em negativo da Pré-história Recente na Beira Interior: o caso de Santa Bárbara (Aldeia da Ponte – Sabugal).* Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

PINA-CABRAL. J. (1989) – *A percepção do passado. Filhos de Adão, Filhas de Eva.* Lisboa: Publicações D. Quixote.

PINHO, L. M. S.; LIMA, A.M. (2000) – Antes de Cinfães - da pré-história à idade média. In *Monografia do Concelho de Cinfães*, Vol. II. Cinfães: Câmara Municipal de Cinfães, 11-30.

PINTO, D. (2006) – Notas para a caracterização da estação do Puio – Picote, Miranda do Douro. In *Portugália*, vol. XXVI, FLUP, Porto.

PIRES, C. C. (2003) – A Geomorfologia. In T. Soeiro (*et al*.) *Viver e saber fazer. Tecnologias tradicionais da Região do Douro. Estudos preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro.

PROTCENTRO (2007) – *Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro. Diagnóstico e contributos para uma visão estratégica territorializada da região Centro*. Volume I - "Factores estruturais e dinâmicas de evolução tendencial do modelo territorial da região Centro", Coimbra, 30 de janeiro de 2007. Disponível em: https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=230&lang=pt

QUEIROGA, F. M. (1984) – Escavações Arqueológicas em Castelo de Matos. Notícia preliminar. In *Arqueologia*. Porto: GEAP. 9.

RAMOS, R. (2010) – Trabalhos arqueológicos. In *Boletim Municipal de Bragança*, Bragança: Câmara Municipal de Bragança. N.º 26 | Julho a Dezembro – 2010

RAMOS, R. (no prelo) – Quinta de São Lourenço 2: Um habitat da Idade Bronze no Concelho de Bragança. In *Revista Apontamentos de Arqueologia e Património*. Núcleo de Investigação Arqueológica - ERA Arqueologia.

REAL, M. L. (1984) – Arqueologia Portuense em 1984 - Notícia sobre as operações de salvamento no morro da Sé, em áreas de intervenção do CRUARB. In *Arqueologia*, 10, Porto: GEAP. pp.75-79.
REBOREDA, A. (2012) - *Informe sobre a estatua-mehir de Vilar de Perdizes (Montalegre).* Vilar de Perdizes (documento policopiado).

REIS, M. (2011) – Prospecção da arte rupestre do Côa: ponto da situação em Maio de 2009. In RODRIGUES, M. A.; LIMA, A. C. & SANTOS, A. T. (coord.), *Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal* (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, 13 a 16 de Maio de 2009). Porto, Caleidoscópio/Direcção Regional de Cultura do Norte, pp. 11-123.

REIS, M. (2013) – 'Mil rochas e tal...!': Inventário dos sítios… In *Portvgalia*, Nova Série, vol. 34, Porto, DCTP-FLUP, 2013, pp. 5-68.

RENFREW, C.; BAHN, P. (1996a) – *Archaeology, Theories, Methods and Practice.* Second Edition. Londres: Thames and Hudson.

RENFREW, C.; BAHN, P. (1996b) – Archaeology, Theories, Methods and Practice. Fifth Edition. Thames and Hudson. Glossary. (em linha). Disponível em: [http://www.thamesandhudsonusa.com/web/archaeology/5e/glossary.html] (Acedido a 25 de Janeiro de 2010).

RIBEIRO, A. A. (2004) – As gentes do Douro Vinhateiro: tradições e manifestações religiosas. (em linha) Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5643

RIBEIRO, M.C. (2001) – *A Arqueologia e as Tecnologias de Informação. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho.

RIBEIRO, O. (1987) – As formas do relevo. In *Geografia de Portugal.* Vol. I A Posição Geográfica e o Território. Orlando Ribeiro, Hermann Lautensach. Comentários e actualização de Suzanne Daveau. Edições Sá da Costa, Lisboa, 1.ª Edição.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1988) – *Geografia de Portugal.* II. O ritmo climático e a paisagem, Lisboa, Ed. Sá da Costa.

RODRIGUES, A. V. (2002) – *Terras da Mêda - Natureza e Cultura, 1983.* ed. Câmara Municipal da Mêda.

RODRIGUES, A. V. (2005) – A estátua-menir de Longroiva e a sua importância para a cronologia da Idade do Bronze na região do Côa e territórios confinantes. In *Côavisão*. N.º 7. Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

RODRIGUES, M. A. (1990) – *Subsídios para o estudo dos povoados da Pré - História Recente no Vale Médio do Douro/Norte. Porto*. (documento policopiado)

RODRIGUES, M. A. (1994) – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (sécs. XII-XIII).* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado (policopiado)

RODRIGUES, M. A. (2012) – A ocupação humana no Baixo Vale do Sabor - I. Património Arqueológico e Arquitetónico. In *Revista Campos Monteiro: História, Património e Cultura.* (documento policopiado cedido pelo autor)

RODRIGUES, M. A.; TEIXEIRA, R.; GOMES, P. D. (1990) – *Baldoeiro – Adeganha – Torre de Moncorvo. Relatório de Escavações.*

RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1999) – Cerâmicas pré-históricas do Baldoeiro (Adeganha – Torre de Moncorvo). In *Olaria*, 2, Museu de Olaria, Barcelos, 1999.

RODRIGUES, O. (coord.) (2006) – *Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro. Síntese de Diagnóstico - Sistema Biofísico*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte/Instituto Politécnico de Bragança.

RODRIGUES, R. (1895) – Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar. In *O Archeologo Português*, 1 (12), Lisboa, p. 346 - 352.

SALGUEIRO, T. (2001) – Paisagem e Geografia, In *Finisterr*a, XXXVI, 72: 37-53.

SAMPAIO, J. D. (2007) – A estela antropomórfica do Castro de Barrega (Borba da Montanha, Celorico de Basto, Braga). In *Conimbriga*, XLVI, pp. 53-71.

SAMPAIO, J. D. [s.d.] – *Carta Arqueológica de Celorico de Basto*. Município de Celorico de Basto (Documento inédito, gentilmente cedido pelo Município de Celorico de Basto).

SAMPAIO, J.; CARVALHO, A. (2002) – Intervenção de salvamento no sítio de Bolada (S. Bartolomeu do Rêgo, Celorico de Basto). In *Revista Portuguesa de Arqueologia,* 5(1): 29-38.

SANCHES, M. J. (1982) – Estação pré-histórica da Lavra. *Informação arqueológica* (Departamento de Arqueologia, IPPC), 5.

SANCHES, M. J. (1988) – O povoado da Lavra (Marco de Canaveses). In *Arqueologia*. 17, Porto: GEAP. pp. 125-134.

SANCHES, M. J. (1989) – Breve síntese do povoamento pré-histórico no Planalto Mirandês. In *Revista da Faculdade de Letras – História*. VI, FLUP, Porto. pp. 445-453.

SANCHES, M. J. (1992) – Pré-História recente do Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes). In *Monografia Arqueológica*, 3. Porto: GEAP.

SANCHES, M. J. (1996) – Ocupação Pré-histórica do Nordeste de Portugal, In *Monografias e Estudios*, Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora.

SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional)*, Porto. SPAE.

SANCHES, M. J. (1999) – A arqueologia e o meio natural: o caso da implantação do sistema agro-pastoril em Trás-os-Montes e Alto Douro. In *Arqueologia*, n.º 24, GEAP. Porto.

SANCHES, M. J. (2000a) – As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (Vº - IIº milénio a.C. Uma primeira aproximação ao problema, Pré-História Recente da Península Ibérica. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. IV, ADECAP, Porto, pp. 121-145.

SANCHES, M. J. (2003) – Sobre a ocupação do neolítico inicial no Norte de Portugal, Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo. In *Actas do 2º Colóquio Internacional sobre Megalitismo*, IPA, Lisboa, pp. 155-179.

SANCHES, M. J. (2011) – As estelas antropomórficas de picote – Miranda do Douro (Trás-os-Montes). In (coord.) VILAÇA, R., *Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-História - Actas das IV Jornadas Raianas*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal/ CEAUCP., pp. 143-166.

SANCHES, M. J. (Coord.) (2008) – *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto), Murça-Portugal.* Murça: Município de Murça.

SANCHES, M. J.; MARCOS, D. S. (1985) – O Povoado Pré-histórico do Cunho – Mogadouro. In *Arqueologia*, 12, GEAP, Porto.

SANCHES, M. J.; NUNES, S. A. (2005) – Monumentos em pedra numa região de Trás-os-Montes - Nordeste de Portugal: sua expressão na paisagem habitada durante o 4º e 3º mil. BC.. In *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, I Série vol. IV Porto, p.53-82. Disponível em: http://hdl.handle.net/10216/8231

SANCHES, M. J.; NUNES, S. A.; SILVA, M.S. (2004) – Resultados da escavação da Mamoa d'Alagoa (Toubres-Jou) -, Murça (Trás-os-Montes). In *Portugália*, n.º 25, Porto, DCTP-FLUP.

SANCHES, M. J.; PINTO, D. (2008) – Simulação da transformação arquitectónica da Fragada do Crasto, ou Crasto de Palheiros, entre o início do 3º mil. AC e o início do século II DC (The architectural transformation of the Fragada do Crasto, or Crasto de Palheiros, from the begginninhg of the 3rd Millenium BC to the beginning of the 2nd century AD). In *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto*). Murça-Portugal, pp.21-38

SANCHES, M. J.; SANTOS, B. C. T. O. (1989) – Levantamento arqueológico do Concelho de Mirandela. In *Portugália*. Porto. Nova série: 8, 1987. Edição financiada pela Câmara Municipal de Mirandela.

SANCHES, M. J.; TEIXEIRA, J. C. (2014) – O Abrigo do Passadeiro, Palaçoulo (Miranda do Douro). Um caso de estudo de gravuras rupestres dos inícios do Holocénico no Nordeste de Portugal. In *Portvgalia*, Nova Série, vol. 35, Porto, DCTP-FLUP, pp. 61-75.

SANTOS, A. T. (2008) – O Sabugal no contexto da Pré-história da Beira Interior. In *Museu do Sabugal: Colecção Arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte; Município do Sabugal, pp. 11-25.

SANTOS, A. T.; CRUZ, D. J. (2013) – Monumentos megalíticos com pinturas e gravuras da área ocidental da serra do Montemuro: os dólmenes do Lameiro dos Pastores e do Chão do Brinco (Cinfães, Viseu). In *Conimbriga 52* (2013). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SANTOS, A.T.; VILAÇA, R., MARQUES, J.N. (2011) – As estelas do Baraçal, Sabugal (Beira Interior, Portugal). In Vilaça, R. (coord.), *IV Jornadas Raianas sobre Estelas e Estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, Sabugal, pp. 319-342.

SANTOS, F. (2015) – Cilhades. In *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. n.17.

SANTOS, M. J. C. (2010) – O Cabeço Das Fráguas e a Concepção de Espaço Sagrado na Hispania Indo-Europeia. In *Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas: o santuário no seu contexto*. Th. G. Schattner - M. J. Correia Santos (Coord.). Actas da Jornada realizada no Museu da Guarda a 23 de Abril de 2010 = Iberografias 6.

SANTOS, M. J. C. (2010) – O Cabeço das Fráguas e a concepção de espaço sagrado na Hispania indo-europeia. In *Iberografias 6* (2010), 131-141.

SANTOS, M.Y; BOTICA, N.; LEMOS, F. S. (2004) – Servatis – um sistema de apoio à actividade arqueológica. Trabalho apresentado em CAPSI 2004. In *Actas da V Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação*, Lisboa.

SARMENTO, F. M. (1882) – Sepultura pré-histórica em Soalhães. In *A Vida Moderna*, Porto, II, p. 198.

SARMENTO, F. M. (1990) – Expedição Científica à Serra da Estrela. In *Revista de Guimarães*, n.º 100. pp. 299-339. Disponível em: www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG100_10.pdf

SARMENTO, F. M. (1999) – Antiqua - Apontamentos de Arqueologia, Guimarães, pp. 243-245.

SCAZZOSI, L. (2004) – Reading and Assessing the Landscape as Cultural and Historical Heritage. In *Landscape Research*, Carfax Publishing Vol. 29, No. 4.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; LUÍS, E. (2009) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A campanha 6 de 2008. In *Cadernos Terras Quentes*, 6, pp. 69-79.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A. (2005) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do "Mundo Carrapatas" da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. In *Cadernos Terras Quentes* 2. Macedo de Cavaleiros. pp. 61-82.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M. Q.; CARVALHO, H. A.; ARAÚJO, M. F.; FIGUEIREDO, E.; VALÉRIO, P. (2007) – Bronze Melting and Symbolic of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). In *Proceedings of the 2nd International Conference "Archaeometallurgy in Europe"*. Aquileia, Italy, 17-21 June 2007.

SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J. M.; CARVALHO, H. A. [s.d.] – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros). Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 3 (2005). Associação Terras Quentes. Macedo de Cavaleiros. Disponível em: http://www.terrasquentes.com.pt/content.aspx?id=78

SENNA-MARTINEZ, J.C.; LUÍS, E.; REPREZAS, J. (2012) – A Fraga dos Corvos (Vilar do Monte, Macedo de Cavaleiros). A campanha 9 (2011: primeira análise comparativa dos sectores A e M – 1.ª Idade do Bronze/Bronze Final? In *Cadernos Terras Quentes*, Macedo de Cavaleiros: ADPACMC. 9.

SERRÃO, J. (1992) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas. Vol. II.

SHAW, I.; JAMESON, R. (Editors) (1999) – *A Dictionary of Archaeology.* Oxford, Blackwell Publishers Ltd.

SILVA, A. C. F. (2011) – *Ordo Zoelarum. Arqueologia e identidade do Nordeste de Portugal.* Bragança, Museu do Abade de Baçal.

SILVA, A. M.S. P (2007) – Fichas de Património Arqueológico. Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico. D.P.U. *Revisão do Plano Director Municipal de Gaia*.

SILVA, A. M.S. P. (2010) – Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa. In *Gallaecia*. 29 (2010), Santiago, pp.. 213-262.

SILVA, A. M.S. P. (no prelo) – Vestígios de ocupação histórica num sítio pré-histórico. Materiais romanos do Castelo Velho de Freixo de Numão. *Monografia de Castelo Velho de Freixo de Numão*.

SILVA, A.M.S.P. (Coord.) (2004) – *Memórias da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca.* Arouca: Câmara Municipal.

SILVA, E. J. L. (1995) – Megalitismo da Bacia do Douro (margem sul). In *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Tomo 35, 1. Sociedades Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto (Portugal)

SILVA, E. J. L. (2003) – Novos dados sobre o Megalitismo do Norte de Portugal. In *Muita gente, poucas antas?. Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. In *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 25). pp. 269-279

SILVA, E. J. L.; ROCHA, M.; LOUREIRO, O. M.; MONTEIRO, C.I. (1996) – *Carta arqueológica do Concelho de Castelo de Paiva*. Porto: Universidade Portucalense.

SILVA, M. A. (1990) – *Toponímia Pré-Histórica do distrito do Porto nas fontes escritas*. Trabalho apresentado no Seminário de Megalitismo em Portugal (Mestrado em Arqueologia) FLUP. 2 vols.

SILVA, M. A. (2012) – *Património Arqueológico. Fichas anexas ao relatório do Plano Director Municipal*. Paredes: Gabinete de Arqueologia e Património da Câmara Municipal de Paredes.

SILVA, R. (2005) – *Génese e transformação de estrutura do povoamento do I. Milénio a.C. na Beira Interior* (vol. I). Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

SOUSA, A. (1960) – Toponímia arqueológica de Entre Douro e Vouga (Distrito de Aveiro). In Revista de Letras. Brasil. 11. Disponível em: http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/viewFile/19902/13127

SOUSA, L. (2010) – Roteiro de notícias arqueológicas e mouriscas (com notas críticas) in CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique – "*As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*" [Braga]: J.V.C., 2010. Vol. 6.

SOUSA, L. (2011) – Notícias arqueológicas e mouriscas (com notas críticas) in CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique «*As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*». Braga. Vol. 7

SOUSA, L. (2013) – Roteiro - Castros, Castelos. Fortificações, Figuras e Eventos Militares, in Capela, José Viriato; Matos, Henrique - "*As freguesias dos Distritos da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património"*. Braga. Vol. 8

SOUSA, O. (1996) – Estatuária Antropomórfica Pré e Proto - histórica do Norte de Portugal. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à FLUP (policopiado).

SOUTOU, A. (1954) – Toponymie, folklore et préhistoire: Vieille Morte. In *Revue internationale d'onomastique*. pp.183-189.

STOCKLER, C. (2014) – Para uma leitura histórica da paisagem e do território - Pré-história. In Barros, A.; Sá, A.; Stockler, C.; Cunha, L.; Dórdio, P; Teixeira, R. (2014) - *Paisagem e Património Cultural In Serra da Aboboreira: património, natureza e paisagem*. Baião: Câmara Municipal. Vol. II.

TAVARES, J. A. (1885) – Archeologia do districto de Bragança: dolmens de Villarinho e de Zedes. *O Archeologo Portugues*. 1.ª série. pp. 107-109.

TAVARES, M. C. (2006) – Questão da Estrutura Morfológica dos Topônimos: Um Estudo na Toponímia Sul-Mato-Grossense. In *SIGNUM*: Estud.Ling.,Londrina, n.9/2, p.273-288, dez.2006 (em linha) Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/3956/3160

TEIXEIRA, J. C. (2007) – *Entre a Gravura e a Escultura: A Estação Rupestre de Lampaça no contexto da arte de ar livre da região.* Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no âmbito do Seminário de Projecto (tese de licenciatura), policopiada.

TEIXEIRA, R.; SILVA, J.R. (2008) – Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização. In *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, vol. 4 – da idade média à contemporaneidade, pp. 131-153, ed. ACDR de Freixo de Numão.

THEOI GREEK MYTHOLOGY (2015) – Mnemosyne. Consultado em 28 de julho. Disponível em http://www.theoi.com/Titan/TitanisMnemosyne.html.

THOMAS, J. (2001) – Archaeologies of place and landscape. IN: HODDER, I. (org.) *Archaeological Theory Today*. Cambridge: Polity, pp. 165-186.

TRABULO, A. A. (2000) – O concelho de Numão (1130-1655). In *Côavisão: Cultura e Ciência*, nº 2. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. pp. 21–33.

UNT, L. (2008) – Encounters in landscapes: scenography, landscape and memory in Estonian open-air performances. In *Trames*, 12(62/57), 3, 319–330.

VALE, A. M. (2011) – *Modalidades de produção de espaços no contexto de uma colina monumentalizada: O sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa.* Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VALERA, A. C. (2006) – *Calcolítico e Transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego. Estruturação e Dinâmica de uma Rede Local de Povoamento*, Volume I, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VARELA, J. M. (2000) – *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio A.C.* Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VASCONCELOS, J. L. (1895a) – Castros. In *O Archeologo Português*, Série 1, Volume 1 (1). Lisboa: Museu Ethnographico Português, pp. 3-7.

VASCONCELOS, J. L. (1895b) – Notícias Arqueológicas de Penafiel. In *O Archeologo Português.* Lisboa: Museu Ethnographico Português.

VASCONCELOS, J. L. (1895c) – Colleção ethnographica do Sr. do Sr. M. d'Azuaga. In *O Archeologo Português*. Vol.1, Nº1. pp. 20-25

VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional. Vol.1.

VASCONCELOS, J. L. (1910) – Esculpturas prehistóricas do Museu Ethnológico Português. In *Arqueólogo Português*, série 1, vol. XV, nº. 1-12, pp. 31-39.

VASCONCELOS, J. L. (1938) – *Opúsculos. Volume V: Etnografia (Parte I).* Coimbra, Imprensa da Universidade.

VELHO, G. L. (2009) – *Castelo Velho, a natureza e o tempo: questões relativas à Re-construção de um lugar.* Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.

VILA FORTIFICADA DE CARRAZEDA DE ANSIÃES (Imagem do Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães, em linha). CICA. Disponível em: http://www.castelodeansiaes.com

VILAÇA, R. (1995a) – Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze, publicada na série "Trabalhos de Arqueologia", vol. 9, IPPAR, Lisboa, vol. 1.

VILAÇA, R. (1995b) – Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze. In *Trabalhos de Arqueologia*, vol. 9, IPPAR, Lisboa, vol 2.

VILAÇA, R. (2000) – Registos e leituras da Pré-história Recente e da Proto-história Antiga da Beira Interior. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 23 -27 de Setembro de 1999). vol. IV, 2000, Porto ADECAP, pp.161-182.

VILAÇA, R. (2006) – Depósitos de Bronze do território português – um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 24. pp. 9-150.

VILAÇA, R. (2008) – *A Proto-história no Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*. Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal do Sabugal.

VILAÇA, R. (2012a) – Estelas de tipo alentejano. In Alarcão, J.; Barroca, M. (coords) *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Figueirinhas. Porto.

VILAÇA, R. (2012b) – Estelas de tipo extremeño. In Alarcão, J.; Barroca, M. (coords) *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Figueirinhas. Porto.

VILAÇA, R.; CRUZ, D.; SANTOS, A. T.; MARQUES, J. N. (2001) – A Estátua-Menir de "Ataúdes" (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional. In *Estudos Pré-Históricos*.

VILAÇA, R.; CRUZ, D.; SANTOS, A.; MARQUES, J. N. (no prelo) – "Encenar a morte, ritualizar o espaço. O Monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal)". Póster. Colloque Madrid (13-14 Mars 2014). *Architectures funeraires et mémoire: La Géstion des nécropoles en Europe Occidentale* (Xe-IIIe Siècles a. C.).

VILAÇA, R.; CRUZ, D.; SANTOS, A. T.; MARQUES, J. N. (2001) – A Estátua-Menir de "Ataúdes" (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional. In *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 9, p. 69-82.

VILAÇA, R.; OSÓRIO, M.; SANTOS, A. (2011) – Uma nova peça insculturada da região raiana do Sabugal (Beira Interior, Portugal): uma primeira abordagem, in Vilaça, R. (coord.), *IV Jornadas Raianas sobre Estelas e Estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, Sabugal, pp. 293-318.

VITERBO, J. S. R. (1964) – *Elucidário*. Edição Crítica por Mário Fiúza, Porto, 1964.

VITERBO, J. S. R. (1983a) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Porto: Livraria Civilização Editora. Vol. I.

VITERBO, J. S. R. (1983b) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Porto: Livraria Civilização Editora. Vol. II.

WELDRAKE, D. (2007) – *Using Place Names*. Guide 4. Em linha. Disponível em: www.archaelogy.wyjs.org.uk.

WHYTE, N. (2007) – Landscape, memory and custom: parish identities c. 1550–1700. In *Social History*, Vol. 32, n.º 2.